



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. B AO Nº 172, TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2023	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2023	22
Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2023	33
Ata da 4ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2023	68
Ata da 5ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2023	113
Ata da 6ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2023	142
Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2023	147
Ata da 8ª Reunião, realizada em 26 de junho de 2023	173
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2023	214
1.2 – CPI DAS ONGS	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2023	249
Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2023	277
Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de junho de 2023	322
Ata da 4ª Reunião, realizada em 4 de julho de 2023	408
Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2023	469
Ata da 6ª Reunião, realizada em 1º de agosto de 2023	533
Ata da 7ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2023	565



Ata da 8ª Reunião, realizada em 15 de agosto de 2023	582
Ata da 9ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2023	634
Ata da 10ª Reunião, realizada em 22 de agosto de 2023	644
Ata da 11ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2023	691
Ata da 12ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 2023	761
Ata da 13ª Reunião, realizada em 5 de setembro de 2023	789
Ata da 14ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2023	824
Ata da 15ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2023	919
Ata da 16ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 2023	973
1.3 – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2023	1030





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Efraim Filho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação. Finalidade:** Instalação da comissão. **Resultado:** Comissão instalada. **2ª Parte – Deliberativa. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Concedida vista coletiva ao Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que se destina à instalação da Comissão Especial com a finalidade de, no prazo de dois anos, debater políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão foi criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 14, de 2023, o Exmo. Sr. Presidente Senador Rodrigo Pacheco.

Nos termos do mencionado ato de criação, a Comissão será presidida por mim, tendo como Relator o Senador Otto Alencar e, como componentes, o Senador Astronauta Marcos Pontes, do PL, de São Paulo; o Senador Fernando Dueire, do MDB, de Pernambuco; o Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul; o Senador Randolfe Rodrigues, da Rede, do Amapá; o Senador Rodrigo Cunha, do União Brasil, de Sergipe; e, como suplentes, o Senador Ciro Nogueira, do PP, do Piauí; a Senadora Eliziane Gama, do PSD, do Maranhão; e o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará.

A presente reunião destina-se à instalação desta Comissão e à apreciação do plano de trabalho. Para isso eu pedirei a paciência das senhoras e dos senhores.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol. Então, qualquer contribuição, sugestão ou crítica ao plano de trabalho que em minutos vou trazer à consideração dos senhores deverá ser feita dessa forma.

Antes de passar à leitura da proposta de plano de trabalho, eu gostaria – algo que solicitei – que a gente pudesse ter uma rápida audição. Essa pessoa está na Alemanha, é Diretora da Associação Brasileira do Hidrogênio, a Dra. Monica Saraiva Panik. Entre outros títulos que ela tem, ela é assessora da GIZ, que é uma agência de inovações, resumidamente, da Alemanha, que é um dos países que mais têm colocado em seu roteiro de preocupações o hidrogênio verde.

Então, passo a palavra à Dra. Monica Panik.

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Exmo. Senador Cid Gomes, obrigada pelo convite.

Uma boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui hoje. Realmente para mim a formação desta Comissão é um marco do hidrogênio no Brasil. Eu trabalho há 25 anos no setor de hidrogênio e...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Estão ouvindo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Houve um corte, mas já retomou a normalidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (*Por videoconferência.*) – Está certo.

Então, para mim, a formação desta Comissão é um marco no setor de hidrogênio no Brasil, portanto, parabeno todos que estão aí presentes e que fazem parte dela.

Para mim o Brasil tem um papel muito importante, inclusive em nível global, na produção, no uso local e na exportação do hidrogênio verde, e ele pode, sim, se tornar um ator ativo, inclusive agregando valor para o setor global do hidrogênio.

O setor global do hidrogênio cresceu muito desde o final de 2017, quando o hidrogênio passou a ser visto não só como um combustível alternativo, mas também como um vetor energético, ou seja, como um dos pilares da descarbonização da economia mundial. Então, todo o setor do hidrogênio global é vinculado às metas de descarbonização da indústria, do transporte, do setor de energia. Desde então, ele ganhou investimentos de praticamente todos os setores da economia.

E eu acompanhei esse crescimento desse setor, inclusive no Brasil, que, desde fevereiro de 2021, também passou a fazer parte desse novo cenário global com os diversos projetos que foram anunciados no Brasil. O primeiro foi o *hub* de hidrogênio verde do Ceará, que realmente colocou o Brasil no mapa. O Brasil não aparecia no mapa de projetos mundiais, mas, desde fevereiro de 2021, ele passou a aparecer. Isso é muito importante porque atrai investimentos nesse setor.

O que mais me fascina no setor de hidrogênio verde é a sua cadeia produtiva. Ele começa na geração de energia renovável, passa pelo fornecimento de água, passa pela transmissão de eletricidade, passa pela produção em si do hidrogênio, o armazenamento, a distribuição, o transporte e também o uso desse hidrogênio, como eu falei, nos diversos setores, ou seja, em toda a indústria, no transporte e no setor de energia.

Então, o Brasil hoje aparece como potencial produtor e fornecedor desse hidrogênio para países que não têm o mesmo potencial de energia renovável. Então, olhando com os olhos desse setor para o Brasil, eu sou brasileira, nasci em São Paulo, olhando com esses olhos, o que é importante, ou seja, quais são os tesouros do Brasil nesse setor? É o grande potencial de energia renovável, é todo esse mercado, esse setor já consolidado e existente de energia renovável no país.

Outros países ainda têm uma matriz elétrica e uma matriz energética fóssil, principalmente fóssil; o Brasil tem mais de 80% – ano passado chegou a 92% – de matriz elétrica renovável, de consumo de energia renovável. E isso faz esse mercado livre também já existente com regulação, com investimentos, tudo isso representa praticamente 70% do setor do hidrogênio verde. Então, o Brasil já entra com um ganho competitivo em relação a outros países porque, claro, o Brasil entra nesse mercado como um dos países produtores e fornecedores de hidrogênio verde e derivados. Quando eu falo derivados, é que não é só a molécula do hidrogênio, são todos os produtos que podem ser feitos com hidrogênio; então, todos os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis sintéticos, a amônia, os produtos verdes, como o aço, por exemplo, o cimento, que podem usar o hidrogênio verde como insumo.

Então, o Brasil, além disso, tem uma indústria imensa com subsidiárias de empresas globais do setor do hidrogênio que já atuam e já são líderes nesse setor, mundialmente. O que precisa é realmente trazer essas tecnologias para o Brasil, fomentar a nacionalização, fomentar a produção dessas novas tecnologias no Brasil, fomentar a ampliação da infraestrutura para esses investimentos anunciados.

Então, hoje foram anunciados mais de 42 projetos em todo o Brasil, começando, como eu falei, no Ceará. Então, de norte a sul, de leste a oeste, já existem projetos anunciados de hidrogênio e derivados. Isso é muito importante para o país. É uma cadeia que envolve fabricantes de componentes, prestadores de serviços de todos os setores da economia, empresas pequenas, médias e grandes. O potencial de geração de empregos desse setor é fantástico.

E o que falta no Brasil? Esta Comissão, na minha opinião, tem muita responsabilidade de... Já foi feito muito nesses últimos dois anos. Começou a se fazer o Programa Nacional do Hidrogênio. É preciso publicar o Plano Nacional do Hidrogênio porque outros 30 países já fizeram mundialmente. Isso atrai investimentos para o país, gera novos empregos. É preciso iniciar todo esse processo regulatório específico para o hidrogênio e derivados, tanto na sua produção, como também no uso desses novos insumos. Enfim, fomentar o mercado, fomentar o consumo através de mecanismos de carbono, através de incentivos e benefícios para setores específicos. Isso é muito importante porque outros países estão fazendo e o Brasil, se quiser ser um protagonista nesse setor, também tem que fazer um programa ativo, com metas concretas, com incentivos, mostrar que dá prioridade a esse setor.

E, como eu falei, não é um setor. Eu sempre falo que o setor do hidrogênio verde combina o setor elétrico com o setor de gases industriais, ou seja, envolve também o setor de óleo e gás porque toda a competência desse setor de gás está no setor de óleo e gás; envolve o setor de biocombustíveis. E todos esses combinam com os setores industriais, setores de transporte, setores de energia. Então, ninguém fica de fora.

Eu agradeço, mais uma vez. Passo a palavra ao Exmo. Senador e agradeço. E me coloco à disposição, também a associação, para contribuir no que for necessário para a gente avançar nesse trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito grato, Dra. Monica.

Pode ter certeza de que a senhora será, muitas outras vezes, demandada aqui por esta Comissão. E agradeço sempre a sua forma atenciosa e disponível. Ontem conversamos já tarde da noite – ela está na Alemanha e eu me esqueci disso. Já liguei aqui, à noite, e devia ser de madrugada na Alemanha, mas ela muito prontamente se dispôs a fazer aqui essa participação, que é uma breve participação. Vamos dizer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim que é um pequeno aperitivo do que ela e tantos outros brasileiros terão a contribuir com esta Comissão.

Eu queria aproveitar aqui a oportunidade para passar um informe aos assessores, aos presentes aqui hoje, aos próprios Senadores, de que foi criado um grupo de WhatsApp, para que se possa acompanhar, discutir e se informar sobre as atividades desta Comissão, com qualquer outro ator interessado. Estão sendo abertos canais de diálogo com membros de várias organizações, já integrantes desse grupo de WhatsApp, como, por exemplo, o BNDES, Petrobras, universidades federais e privadas, a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional da Indústria, algumas empresas como a Vale, associações e entidades como a ABEEólica, que será um parceiro fundamental, a Absolar, a GIZ, que é essa entidade já referida aqui alemã e que tem atuação no mundo inteiro, o Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), federações de indústrias de diversos estados e diversos outros organismos, aos quais agradecemos a participação e as contribuições, principalmente, que darão através desse grupo e da programação que teremos ao longo desses próximos meses.

O *link* para acesso ao grupo de WhatsApp fica aberto aí e será exibido aqui na tela: encurtador.com.br/bBy04. Apertando nisso a gente entra no grupo. É isso? (*Pausa.*)

Que coisa moderna!

E por que este nome encurtador? É o aplicativo que faz? (*Pausa.*)

hidrogenio.com.br...

Bom, eu vou passar agora, agradecendo aqui e pedindo à assessoria que me ajude na referência às pessoas aqui presentes.

Eu queria iniciar saudando aqui o Deputado Federal Leônidas Cristino, Deputado Federal pelo Ceará, que integra a Comissão de Infraestrutura da Câmara...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. E a Comissão está abrindo uma Subcomissão especificamente para cuidar do hidrogênio verde.

Então, nós queremos estreitar essas relações, porque, a meu juízo, uma das principais finalidades desta Comissão é criar um marco legal, referência, para que investidores hoje já dispostos, interessados no mundo e no Brasil possam ter a segurança de fazer os seus investimentos.

Quero citar aqui a presença do Deputado Estadual Sérgio Aguiar, que preside a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa; citar a presença do Dr. Danilo Serpa, que preside a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, antes, nos quatro anos anteriores à atual gestão, ele



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

presidiu o Porto do Pecém e, nessa condição, estabeleceu parcerias que colocam o Ceará – eu não posso dizer isso, mas quem disse foi a Dra. Monica, que é uma paulista – na vanguarda desse tema.

Por uma iniciativa já em andamento, o Ceará tem um porto com muito boas características, esse porto tem uma parceria formal, é sócia do porto de Roterdã, que é o maior porto da Europa, o único porto fora da Ásia que está entre os maiores dez portos do mundo, o porto de Roterdã. E já há essas definições na Europa de que Roterdã será a chegada do hidrogênio, isso demandará uma infraestrutura que o porto de Roterdã já vem trabalhando. Então, por conta dessa parceria, a gente já tem conversado com inúmeros, e o Danilo tem me ajudado muito, é um dos incentivadores para que eu pudesse sugerir a criação desta Comissão. Quero aqui agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, que prontamente atendeu a nossa solicitação.

Então, com ajuda da assessoria, eu vou, ao longo da programação da Comissão, que será breve, citando outros participantes, pessoas que vieram aqui prestigiar a instalação desta Comissão.

O plano de trabalho é longo, meu caro Senador Otto. Então, eu vou resumir e vou basicamente – isso será, se já não foi, distribuído; peço até que antecipem a entrega a cada integrante da Comissão –, eu vou ler basicamente a apresentação.

A utilização do hidrogênio verde para a geração de energia elétrica apresenta-se como uma alternativa viável que pode substituir os hidrocarbonetos nessa aplicação e, assim, permitir a adoção de uma matriz energética limpa e, conseqüentemente, contribuir para o cumprimento das metas climáticas pactuadas em compromissos assumidos por países no Acordo de Paris, firmado em 2015. A partir desses compromissos, busca-se limitar o aquecimento global mediante a implementação do plano de redução de emissões de carbono orientado e de descarbonização da economia global.

Ressalta-se, ainda, que o hidrogênio é o elemento com maior disponibilidade no universo, apesar de não ser encontrado livre na natureza, em virtude de seu alto potencial de se agregar a outros elementos químicos, gerando como consequência inúmeros compostos químicos. Logo, a obtenção de hidrogênio depende, em boa medida, de sua extração a partir de outras substâncias. No caso do hidrogênio verde, utiliza-se a água para tal propósito.

O Brasil destaca-se na atração de investimentos voltados à produção e ao uso do hidrogênio verde, sobretudo em função de contar com fontes limpas e renováveis de geração de energia elétrica, como são as fontes solar e eólica, além, naturalmente, da hidrelétrica, que é a base da nossa matriz energética, energia essa essencial para realizar a eletrólise da água. Desse processo de eletrólise, se produz o hidrogênio, o qual, por sua vez, é armazenado em células de combustíveis que podem ser transportadas e, então, usadas na geração de energia elétrica em outros locais, especialmente para movimentar motores. Esse modelo de negócio e seus resultados motivam e justificam a manutenção de um debate no Congresso Nacional que relacione o modo de desenvolvimento do Brasil com as preocupações globais, não apenas quanto ao acesso



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a fontes ou vetores de energia, como também com relação às mudanças climáticas e seus impactos nocivos para o equilíbrio ambiental do planeta.

Na sequência, nós escrevemos aqui. Isso tudo é uma proposta de plano de trabalho que, repito, está sendo apresentada para que vocês possam sugerir alterações e modificações. Na sequência, objetivos da Comissão, seguido por funções da Comissão, atividades que a Comissão pretende desenvolver, audiências públicas que a Comissão já na sua proposta se dispõe a realizar.

Há um cronograma de atividades também proposto que eu gostaria de citar aqui.

Hoje, a nossa reunião de instalação. No próximo dia 19, uma reunião deliberativa para concluirmos o nosso plano de trabalho. Há uma previsão de uma audiência pública no dia 25 de abril, em que abordaremos o tema "O setor do hidrogênio verde e seu papel na descarbonização das economias globais", tendo como convidados principais representações do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e representações de embaixadas.

Em maio, a proposta prevê uma reunião deliberativa aqui mesmo no Congresso, no dia 3; nós estamos sempre fazendo sempre as reuniões às quartas-feiras, nesse mesmo horário, 14h. No dia 17 de maio, uma audiência pública sobre o tema "O setor de hidrogênio verde e o desenvolvimento da tecnologia", tendo como convidados representações do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Petrobras e representantes das universidades e de institutos de pesquisa. No dia 19 de maio, uma sexta-feira, a nossa primeira visita externa; há uma sugestão aqui de que seja feita uma visita a projetos ou unidades de produção de hidrogênio verde em Pernambuco, na região do Sape. No dia 24 de maio, audiência pública sobre o tema "Implantação e operação de projetos de hidrogênio verde no Brasil", tendo como convidados Governadores de diversos estados brasileiros, notadamente aqueles que já divulgam ações, iniciativas nessa direção – é o caso do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. No dia 31 de maio, uma reunião deliberativa para apresentação e votação de requerimentos de informações e de audiências e assuntos gerais.

Em junho, audiência pública com o tema: investimentos atuais ou potenciais para o desenvolvimento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil, tendo como convidados o BNDES; representação do Banco de Desenvolvimento da América Latina, a antiga Corporação Andina de Fomento (CAF); representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); representação do Banco do Nordeste; do Basa; do Banco do Brasil; da Caixa Econômica Federal.

No dia 14/6, uma reunião deliberativa, apresentação de propostas de requerimentos e assuntos gerais.

No dia 23/6, audiência pública externa no Estado do Ceará, com representação de órgãos governamentais e do setor produtivo, do terceiro setor e da academia.



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

No dia 23, na sequência, ainda como parte dessa visita, o conhecimento de projetos e unidades de produção de hidrogênio verde na região do Porto do Pecém.

No dia 28 de maio, reunião deliberativa ordinária.

Em junho, reunião de apresentação do primeiro relatório parcial.

Em agosto, no dia 9, reunião ordinária.

No dia 16, audiência pública sobre o tema: o setor energético e o segmento de hidrogênio verde, tendo como convidados a Aneel, a ANP, a ANA, representante da Confederação Nacional da Indústria e representante da Confederação Nacional do Transporte.

Na quarta-feira, reunião ordinária.

Na quinta-feira, dia 31, audiência pública externa, no Estado da Bahia, com representação de órgãos governamentais e do setor produtivo, do terceiro setor e da academia, e visita a projetos e unidades de produção de hidrogênio verde no Estado da Bahia.

Em setembro, na primeira quarta, não teremos reunião. Deve ser algum feriado aí. É véspera do 7 de setembro.

No dia 15, audiência pública externa, no Estado do Amazonas, com representação de órgãos governamentais, do setor produtivo, do terceiro setor e da academia.

No dia 20/9, reunião deliberativa ordinária.

No dia 28, quinta-feira, audiência pública externa, no Estado do Rio Grande do Sul, com representação de órgãos governamentais, do setor produtivo e da academia.

No dia 29, visita a projetos de unidades de produção de hidrogênio no Rio Grande do Sul.

Em outubro, reunião deliberativa normal, na quarta-feira.

Na quinta, dia 11... Na quarta seguinte, não teremos reunião.

No dia 18, audiência pública sobre o tema: infraestrutura de logística, transporte e as plantas de hidrogênio verde, tendo como convidados representações setoriais do transporte, representações setoriais de distribuição de energia, representações setoriais de combustíveis, representações setoriais da indústria e do comércio e da Confederação Nacional do Comércio.

Em 25/10, audiência pública externa, no Estado do Rio de Janeiro.

No dia 27, visita a projetos de unidades de produção de hidrogênio no Estado do Rio de Janeiro. Algumas sugestões aqui: a Iveco, a Tupy, a Nissan e a Schaeffler. Acho que nesse item aqui mesmo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro, no dia 1º, reunião deliberativa normal, na quarta-feira. Na segunda quarta-feira uma audiência pública com o tema meio ambiente e recursos naturais e as plantas de hidrogênio verde, com convidados do Ibama, da Associação Brasileira de Municípios, da Secretaria do Ministério do Meio Ambiente, das secretarias estaduais de meio ambiente dos estados e representações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Na quinta-feira, dia 9/11, visita externa à unidade de produção, em São Paulo. Na quarta-feira seguinte, reunião deliberativa ordinária. No dia 29/11, seminário em auditório do Senado Federal sobre hidrogênio verde no Brasil, propondo transmissão simultânea para as assembleias legislativas e câmaras municipais. Em dezembro, no início de dezembro, há previsão do segundo relatório parcial.

Essa é a programação proposta para este ano. Naturalmente, submetida à consideração dos componentes desta Comissão.

Pede a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. V. Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria fazer um adendo e parabenizar V. Exa. pela criação da Comissão e os colegas Senadores que fazem parte desta Comissão.

Está aqui conosco agora o Alexandre Alonso Alves, que é da Embrapa Agroenergia. Eu tenho um trabalho, Alonso, que um amigo meu fez, o Afonso Bertucci, sobre a produção, Senador – eu já lhe falei outro dia –, de hidrogênio verde a partir das florestas de eucalipto. Então, hoje nós temos uma grande parte de florestas no Brasil que podem produzir energia elétrica, *pellets* de madeira, etanol 2G ou hidrogênio verde; tudo isso concomitantemente.

Eu queria inserir, na lista que V. Exa. colocou, o Ibá, que é a Indústria Brasileira de Árvores. Cada estado tem um setor florestal organizado. Queria que esse pessoal participasse junto porque, aqui no Brasil, Senador Otto, cada estado tem um potencial muito grande para produção de eucaliptos. Só o que já existem de florestas plantadas no Brasil e não utilizadas é muito grande, principalmente Minas Gerais, que eu acho que é o estado que mais tem florestas que não estão sendo utilizadas e que podem ser utilizadas, inclusive para esse fim.

Se pegarmos só as áreas de pastagens degradadas, já temos 100 milhões de hectares. Isso produz 730kg de hidrogênio verde por hectare. Então, vejam o potencial que nós temos.

O crédito de carbono é de 5,8 toneladas/ano. Então, é um potencial, só no setor agrícola, no setor florestal, que o Brasil tem e que nós temos de aproveitar. Então, são "n" fontes de energia que nós temos. Esse aqui é um deles, que eu queria colocar junto, no processo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bem lembrada, Senador Luis Carlos Heinze, a inclusão da participação da Indústria Brasileira de Árvores e das suas respectivas filiadas nos estados.

Bom, agradecemos a presença do Sr. Andrej Frizler, Coordenador da GIZ, renomada empresa que atua no setor, bem como de outras entidades que enviaram representantes, como a Absolar, a Neoenergia, a Prospectiva Consulting e outras entidades.

Presentes aqui, também, o Sr. Edson Duarte, ex-Ministro do Meio Ambiente no Brasil, ex-Deputado Federal – obrigado pela sua presença –, e representantes da Embrapa já citados aqui pelo Senador Heinze.

Representante da Embaixada brasileira no Reino Unido, a Sra. Luísa, que é integrante do Itamaraty. *(Pausa.)*

Ah, desculpe.

A Sra. Luísa é representante da Embaixada do Reino Unido no Brasil.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, primeiro, eu gostaria de parabenizar, como disse o Senador Heinze, pela criação desta Comissão extremamente importante, um tema que, como foi dito pela Dra. Mônica, ali no começo, afeta o mundo todo e nós podemos, aqui no Brasil, nos tornar protagonistas desse setor que é extremamente importante para o desenvolvimento de novos sistemas de energia, vamos dizer, como um todo.

Conforme eu falei antes do início da sessão, eu pretendo também indicar alguns convidados e, quando eu vi aqui a distribuição das audiências públicas, talvez, esses meus convidados possam ser distribuídos nos diversos temas, porque são, vamos dizer assim, um grupo de estudo, de pesquisa, aplicado a esse setor.

A gente vê que, sempre, quando a gente pensa em transformação que a gente faz na terra como um todo, quando você parte de uma fonte, por exemplo, o grafeno, em que você começa na fonte, na grafita. Depois, tem as tecnologias de transformação de grafita em grafeno. E, depois, do grafeno em material ou qualquer tipo de equipamento que utilize esse material. E, depois, as implicações dessa utilização desses novos equipamentos com esse novo tipo de material.

Eu vejo a mesma coisa aqui, no sentido do desenvolvimento de hidrogênio verde, partindo da fonte, que podem ser várias, como eletrólise. Foi falado a respeito de madeira ou do potencial do etanol, de se utilizar nossa infraestrutura de etanol também para isso, biogás, o próprio pré-sal também pode colaborar com isso, ou seja, várias fontes para hidrogênio verde e desenvolvimento dessas tecnologias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Ciência e Tecnologia, nós tínhamos um eixo estratégico voltado para energias renováveis e uma das partes desse eixo era justamente o hidrogênio verde lá no Nordeste, inclusive em Campina Grande, no Instituto Nacional do Semiárido. A partir dali, há o desenvolvimento do hidrogênio em si, essa transformação e, depois, a utilização desse hidrogênio em vários tipos de aplicações que nós podemos ter, como foi falado também pela Dra. Mônica. Depois, há as implicações disso, que são muito positivas nesse caso.

Eu acho que esta Comissão tem uma tarefa enorme pela frente. Muitas coisas importantes a serem desenvolvidas, sobre o que nós podemos dar partida aqui e ajudar no regulatório, ajudar numa legislação que possa permitir o desenvolvimento dessa tecnologia, como um marco, aqui no Brasil, do desenvolvimento dessa tecnologia, das aplicações e implicações da utilização dela.

Então, novamente, parabéns! Eu me sinto muito honrado de fazer parte desse grupo que, tenho certeza, vai colocar o Brasil bastante à frente nesse tipo de mercado, que vai promover desenvolvimento econômico, social, gerar empregos no País e tudo mais. E, logicamente, vai ser bom para o planeta como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sem dúvida, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigado pela contribuição.

Certamente, as sugestões que V. Exa. já me apresenta aqui – mas que formalizará – serão muito bem-vindas a esta Comissão.

Eu queria registrar aqui a presença da Dra. Elbia Gannoum, que é Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica. Obrigado pela presença, seja muito bem-vinda.

Bom, o Senador Rodrigo Cunha pede desculpas, mas S. Exa. está presidindo a sessão, o pequeno expediente, se podemos chamar assim, da nossa sessão ordinária.

Gostaria de usar a palavra, Senador Fernando? (*Pausa.*)

A palavra é sua.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, Senadores aqui presentes, convidados, eu me associo ao que foi dito pelos colegas da bela iniciativa de V. Exa. em provocar a criação desta Comissão.

Eu lembro, Senador Cid Gomes, que, em 2001, nós levamos um grande susto com o problema do racionamento de energia, e aí se foi buscar um choque de oferta, de última hora, às pressas. Foi criada a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, que terminou materializando-se em ações de usinas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que já socorreram este país – seu setor produtivo –, em diversas ocasiões, mas ali também o Brasil, eu diria, acordou, propriamente dito, para o Proinfa.

Naquele momento, nós não trabalhávamos com a questão das eólicas, de uma maneira de incentivos efetivos por parte do Governo, e nem com a solar. Elas eram caras. Sim, elas eram caras, mas a tecnologia foi, com o tempo, nos levando a custos possíveis.

Hoje, as eólicas respondem por cerca de 20% da energia – intermitentes, mas muito presentes – e a solar já chega a próximo de 6% a 7%.

E acho que esta Comissão chega num momento certo para que nós possamos provocar... É uma energia que, na verdade, tem uma cadeia, como falou a professora, longa, mas essa cadeia longa também tem benefícios múltiplos, inclusive benefícios para a indústria, como ela mesmo falou.

Então, eu acredito que é muito importante o incentivo do Governo como uma política pública, e esta Comissão pode oferecer essa contribuição de uma maneira objetiva e de uma maneira eficiente, sobretudo com um plano de trabalho tão completo como o senhor submeteu a todos nós aqui.

Não seria de se esperar outra coisa de V. Exa. Realmente está muito bem feito. É uma escuta ampla e nós vamos contribuir recheando isso, Senador Marcos Pontes.

Então, basicamente, Senador Presidente, é me associar e trazer o nosso compromisso a esse trabalho que o senhor hoje inicia, liderando a todos nós com muita firmeza, com muita objetividade e, sobretudo, com muito espírito público com relação ao presente e ao futuro do país.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito grato pelas palavras generosas, Senador Fernando.

Não tenho dúvida de que a sua presença nesta Comissão e a experiência que o senhor traz ao longo da sua vida pública serão extremamente valiosas para que a gente possa alcançar os nossos objetivos.

Eu estava procurando seguir aqui os roteiros, mas, em meio a tantas manifestações de entusiasmo que a gente recebe aqui dos Srs. Senadores, eu tenho me dedicado a essa questão há alguns meses já. Na questão da alternativa de energias, eu me sinto meio contemporâneo do que foi colocado por V. Exa. O primeiro parque eólico no Estado do Ceará foi feito com recursos do Governo do estado e se resumiam a três torres eólicas no quebra-mar do Mucuripe. Mas o Proinfa viabilizou; e, salvo engano – você me corrija se eu estiver errado –, o preço que foi vendido à época foi algo em torno de R\$400 o megawatt-hora. Assim, a gente teve uma inflação já longa, mas, ainda hoje, é um valor significativo. Acho que a energia hoje deve estar 130, 120. Então, era três vezes o preço da energia que você encontrava no mercado livre. Hoje as eólicas estão competindo com as hidroelétricas e conseguindo, sem nenhum tipo de incentivo, já vencer e já gerar energia. Eu não tenho dúvida de que isso acontecerá em menos de cinco anos na solar. A solar já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evoluiu demais – evoluiu demais. Há dois anos, o maior painel que existia era de 180 watts. Hoje você tem painéis de 700 com bifaciais, gerando 20%, 30% a mais do que está escrito no seu manual.

Então, as fontes alternativas, as fontes complementares, a meu juízo, em relação à solar e à eólica já são uma absoluta realidade. E pelo que a humanidade vem conseguindo de avanços tecnológicos e pelos – eu não gosto muito de usar essa palavra, eu procuro sempre usar o português, mas fica mais bonito dizer *players* do que jogadores, não é? – *players* de que a gente tem notícias que estão investindo, da iniciativa privada mesmo, em pesquisas, eu não tenho dúvida de que o hidrogênio muito brevemente será uma alternativa.

Essa questão lá no Ceará, citando mais a nossa experiência, nasce muito em função da lógica de exportar, mas eu já tenho ouvido diversos depoimentos de que isso viabilizará, aqui no Brasil, uma concorrência não de vender energia, mas de vender produtos fabricados aqui com essa energia e que vão ter a chancela ou selo de energia verde. Então, é um potencial extraordinário.

Não tenho dúvida de que a alternativa de combustível elétrico, de carros elétricos, também já é uma realidade. A dificuldade era a autonomia. Hoje você tem no mercado carros com preços razoáveis, com autonomia de 500km a 600km. Mas o hidrogênio verde tem vantagens ou terá vantagens em relação a isso, pelo menos no tempo de recarregamento, porque ele é mais rápido até do que um combustível líquido. Então, eu não tenho dúvidas. Já há estudos que apontam, por características nossas, que o Brasil poderá fazer o hidrogênio verde mais barato do mundo. Já há estudos sérios, de empresas sérias, apontando para isso. A nossa localização nos favorece e o nosso mercado interno também abre uma perspectiva de futuro extraordinária.

Eu não tenho dúvidas de que esta Comissão terá uma responsabilidade e o Brasil, o mundo da energia, o mundo da indústria, precisará que a gente estabeleça aqui um marco regulatório, estabeleça possibilidades de subsídio e de investimentos públicos bem dirigidos, bem direcionados, para que de fato a gente possa ter nessa alternativa a alternativa do futuro.

Eu queria conceder formalmente vista coletiva do projeto, do plano de trabalho, da proposta de plano de trabalho, para que a gente possa votar na semana que vem.

Eu gostaria de passar a palavra aqui ao nosso Relator Otto que, também pela sua experiência, pela sua vivência, terá muito a contribuir com esta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Senador Cid Gomes. Na pessoa do Senador, saúdo todos os Senadores, Deputados e convidados que aqui vieram.

É bem substancial o plano de trabalho do Senador Cid Gomes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É porque estão faltando as visitas externas. *(Fora do microfone.)*

Já tem um convite de Roterdã, para a gente ir lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu fiz uma observação a ele de que, além de eu estar na Liderança do PSD, eu participo de cinco Comissões, fora as Comissões Mistas que estão sendo agora criadas. Então, eu propus ao Senador Cid Gomes que, pela amplitude da matéria, pela novidade que é o hidrogênio verde... Eu fui professor de Química. Sei exatamente o que é a hidrólise, o polo negativo, o positivo, prótons e elétrons para fazer o hidrogênio verde. Eu acho que é um caminho muito bom, o Brasil tem um potencial muito grande. Eu sei que, como falou a professora, vai movimentar uma cadeia muito grande, sobretudo a cadeia de produção de energia, porque não dá para fazer hidrogênio verde sem ter energia para fazer qualquer tipo de produção, seja com a água ou qualquer outro insumo para a produção do hidrogênio verde.

É uma discussão ampla, mas eu quero propor ao meu Presidente querido... Tudo começa no Ceará. É interessante. O hidrogênio verde está começando pelo Ceará. Mas lá na Bahia tem o Cimatec, um centro muito avançado, que já tem tecnologia de produção de hidrogênio verde.

Eu sugeriria, então, que se colocasse uma visita ao Cimatec, esse centro que foi, na época, criado quando eu estava como Secretário da Indústria e Comércio do meu Estado da Bahia. Uma contribuição muito grande pode dar o Cimatec nesse sentido. Eu julgo importante.

Hoje pela manhã, eu estava conversando com o Presidente da Aneel; conversei mais cedo com o Presidente da Petrobras; ontem, com o Ministro de Minas e Energia, falando sobre este tema, o seu valor e o que significa para o futuro do Brasil, do país essa nova matriz de produção de hidrogênio para energia, para suprimento e também para exportação.

Portanto, eu gostaria – ele é Presidente, mas eu sou um pouquinho mais velho do que o Cid – de sugerir ao Presidente, ao Senador Cid que nós criássemos aqui uma sub-relatoria. Quando eu fui Presidente da Agenda Brasil, no Senado Federal, era uma coisa muito ampla, trabalhei com o Blairo Maggi. Nós distribuímos missão também para outros Senadores e terminamos concluindo bem.

À minha frente, tem um cientista aqui. Eu sugeriria que o Senador pudesse também colaborar, como sub-relator, para que trabalhássemos juntos, porque, com essa agenda sua, eu vou ter que faltar muitas vezes à Liderança do PSD, muitas vezes à CAE, à CCJ, à CI (Comissão de infraestrutura), à CAS (Comissão de Assuntos Sociais), à CE (Comissão de Educação). Então, tenho que distribuir esse trabalho.

Não falta energia, não. Eu tenho, graças a Deus, vontade e energia. Mas vamos fazer.

Não sei se V. Exa. aceita a minha sugestão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Com certeza. Claro que sim. Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele foi Ministro da Ciência e Tecnologia, competente, conhece muito bem toda essa parte da matriz energética aqui do Brasil. Então, seria uma contribuição se pudéssemos trabalhar juntos nesse sentido.

Não sei se ultrapassei a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acatadíssimo.

De maneira nenhuma.

Eu estava preocupado com outra coisa que você tinha me falado. Mas, agora, já estou satisfeito.

Então, sobre sub-relatorias, a gente pode até ter mais de duas. À medida que forem abrindo os leques, a gente pode ter um sub-relator para normas e regulamentos, pode ter outro sub-relator...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até porque um pode estar ocupado um dia, pode estar numa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agora, não tenha dúvida também da qualidade dos servidores do Senado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, os servidores do Senado... Esta Comissão está sendo instalada hoje. O consultor-chefe, o Secretário destinado para cá sofreu um acidente de moto e não está presente. O Secretário também da Comissão estava de férias e não voltou a tempo. Enfim, mesmo assim, a qualidade dos servidores permitiu que a gente aprontasse isto aqui.

E eu não tenho dúvida de que, quanto à nossa presença física nessas visitas externas, indo um membro, a Comissão se instala. O importante é ouvir as pessoas de lá. E a audição, os registros, a Secretaria dessas reuniões irá fazer.

Hoje se tem essa modalidade remota. Participou aqui conosco, ao vivo, interagindo – a gente podia ter interagido com ela –, a Dra. Monica, lá de Berlim. Então, hoje você tem todas essas facilidades.

E a sugestão que V. Exa. faz está acatada de pronto. Então, como sub-relator, já fica designado o Senador Astronauta Marcos Pontes e, na perspectiva de outras sub-relatorias à medida que a gente for avançando nas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Tchê tem essa afinidade... O Senador Luis Carlos Heinze, perdoem-me a intimidade, tem essa relação com o setor de florestamento e pode ser aberto... Na minha introdução aqui, falava simplesmente da hidrólise... Você vê como numa reunião a gente já vê outras alternativas. Eu, sinceramente, não sabia, e eu sou plantador de eucalipto, que do eucalipto a gente podia extrair o hidrogênio. É mais uma possibilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro que pode.

Pode, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu não fui professor de Química, mas fechei, no vestibular, a prova, viu? Fechei. Sempre fui muito bom nisso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, inclusive, tirar o hidrogênio... *(Fora do microfone.)*

De gás e de petróleo, pode tirar hidrocarboneto e fazer o hidrogênio.

A Química aí... A Química não para, não, está sempre em evolução permanente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem. Então, se não há mais oradores inscritos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero pedir desculpas pelo meu atraso. Eu estava em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – De maneira nenhuma...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Perdoem-me. Mas eu vou sempre chegar, mesmo atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu fico feliz de estar aqui.

A Comissão está integral. É uma Comissão assim, propositadamente, menor para que a gente tenha mais agilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas vamos trabalhar muito.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É intenção nossa já fazer uma relação com duas outras Comissões. E eu queria pedir a concordância dos nossos componentes,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa ter a participação da Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa e do Presidente da...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da CI, Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Da Comissão de Infraestrutura, para que a gente possa já fazer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do Senador Confúcio Moura. Essa integração é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Fundamental.

Então, eu vou formalmente pedir, comunicar aos dois Presidentes... Naturalmente isso fica extensivo aos demais componentes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E vamos atrás do futuro neutro de carbono. É isso que você quer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É isto aí: carbono zero.

Bom, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada a nossa reunião inicial de instalação.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Angelo Coronel, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa - Apreciação do Plano de Trabalho. ITEM 1:** "Plano de Trabalho contemplando as sugestões aprovadas durante a 2ª Reunião, incluindo o Req. 01/2023-CEHV" **Autoria:** Sen. Cid Gomes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/19>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, com a presença saudada do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial criada pelo Ato do Presidente nº 4, de 2023, com a finalidade de debater políticas públicas sobre hidrogênio verde.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho apresentado na reunião anterior.

Nós recebemos uma sugestão do Senador Astronauta Marcos Pontes. Essa sugestão eu coloco antes da discussão do próprio plano e da apresentação dos senhores componentes, técnicos da Comissão – a sugestão do Senador Marcos Pontes.

Então, Requerimento nº 1, de 2023, que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de discutir com especialistas e pesquisadores renomados na área questões relacionadas à produção, uso e implantação do hidrogênio verde no Brasil e no mundo.

Essa é a sugestão.

Eu pediria até que a gente, à luz da sugestão, já visse no plano de trabalho se há algo – o plano de trabalho está comigo? – que a gente possa enquadrar.

Pelo que vejo aqui, nós temos uma reunião, uma audiência pública prevista para o dia 16 de agosto com o tema setor energético e o segmento hidrogênio verde.

Poderia se enquadrar nessa com alguma sugestão? Com alguma alteração?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela consideração.

No requerimento estão previstos pesquisadores de diversas áreas...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Certo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, o que eu acho que seria viável, depois que vi o plano de trabalho, é que existem várias reuniões nessas áreas. A gente poderia encaixar esses pesquisadores nas diversas áreas.

Depois eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É isso que eu estou lhe perguntando.

Em alguma das existentes ou a solicitação de V. Exa. é para que tenha mais uma especificamente com o setor, que eu estou entendendo, acadêmico, de estudos e tal?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Dá para encaixar esses pesquisadores...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Numa delas.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... numas das que já são existentes, já estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A gente só vai colocando-os ali na medida...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ótimo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Depois eu faço um estudo para colocar exatamente em qual.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Está certo, o.k.

Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, Senadores, eu consulto V. Exa. sobre a possibilidade de adição ao plano de trabalho para que, nos dias 26/04 e 17/05, seja incluído, nas audiências previstas, um representante do Conselho Federal de Química.

Eles nos procuraram muito interessados em contribuir nesse trabalho e eu pediria, com essa sugestão, a concordância dos senhores para que nós pudéssemos ter esse representante.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Já nessa primeira? De 26/04?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De 26/04 e 17/05.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu ponderaria...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... porque essa primeira...

Qual é a lógica que se observou? Que a gente ouça, num primeiro momento, os oficiais, o oficial Brasil, através dos dois ministérios que têm mais a ver com o assunto, e oficiais através de embaixadas de outros países. Na sequência, a gente, então, começa a discutir prosseguimentos.

Então, talvez, se encaixar nessa do dia 17...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Perfeito, Presidente.

Acho bem ponderado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Dia 17 de maio.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Bem ponderado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, eu já solicito à Secretaria que acresça à relação dos convidados.

E, naturalmente, na relação de convidados, nós não precisamos nem modificar o plano de trabalho...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – A gente vê qual dos assuntos que são mais afins e, se tiver mais de um, convida a todos sempre. Quanto mais convidados, melhor.

O sentido desta Comissão é o da transparência, da abertura, é ouvir. Esse é um assunto muito novo. Por mais que nós, Senadores, aqui tenhamos nos dedicado a estudar, teremos sempre muito a aprender sobre um setor que é novo no mundo inteiro – é novo no mundo inteiro. O hidrogênio é a molécula mais simples que existe, mas transformado em combustível, em escala, é um assunto absolutamente novo para o mundo inteiro. Eu tenho procurado ver se há alguns lugares mais avançados; no mundo inteiro, está cheio de novidades.

Então, mais alguma...

Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, ainda gostaria de registrar, nesta reunião, a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Dr. Guilherme Cavalcanti, que vem aqui em função de seus saberes e afazeres na pasta, já atento não só à contribuição que o Estado de Pernambuco pode oferecer neste debate, mas também com relação à visita técnica ao Porto de Suape, que está vinculada à secretaria comandada por ele.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É uma honra recebê-lo aqui, Dr. Guilherme, sabedor da sua experiência. V. Exa. já ocupou um lugar semelhante à época do então Governador, nosso colega Senador aqui, Jarbas Vasconcelos, tomou um banho de oxigenação na iniciativa privada, nos últimos anos. A nova Governadora de Pernambuco, Raquel, o escolheu para ocupar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então, é certamente uma grande contribuição que o senhor terá dado a este estado, que é estado vizinho ao Ceará.

Sempre que posso... A gente compete muito no esporte, em vários setores, mas queremos – e é fundamental – que, no hidrogênio verde, Pernambuco e Ceará... Não só Pernambuco e Ceará, o Nordeste brasileiro, que é certamente a região que apresenta hoje o maior potencial pela obviedade de a energia ser uma energia complementar, em que o Ceará... Aliás, o Nordeste inteiro é pródigo em eólica e solar, mas essa é uma oportunidade para o Brasil inteiro, é uma oportunidade para o mundo.

Então, será no sentido de, simbolicamente, estreitar essa relação. Isto foi uma sugestão minha: na primeira reunião fora daqui, da Comissão... Nós estamos na segunda reunião; houve a instalação, e hoje é aprovação do plano de trabalho, mas a primeira reunião fora... Serão muito importantes essas reuniões fora daqui, do ambiente de Brasília, para que a gente possa já conhecer iniciativas em estados e internacionais. Eu estou organizando uma ida da Comissão, dos integrantes que assim o desejarem, a Roterdã, que já se confirma, se consolida como porto que irá receber o hidrogênio verde produzido fora da Europa.

É importante, na perspectiva de enxergar a Europa como o potencial maior mercado consumidor do mundo em razão dos compromissos que eles têm com descarbonização, agravados ou, no sentido inverso, otimizados, na palavra inversa, pelo conflito existente hoje, que faz com que eles queiram reduzir a dependência do gás natural vindo do Oriente, da Rússia. O hidrogênio verde já está sendo comprado mais caro do que a energia mais cara do mundo.

Eu, um dia desses, fiz uma pergunta. Se foi errado, foi quem respondeu. Não foi um qualquer; isso foi no Ministério de Minas e Energia, aqui em Brasília: qual era o preço da energia na Alemanha hoje. Está por volta de 800 euros o quilowatt. O Brasil está vendendo a 80. O Ministro fez essa comunicação exatamente porque acertaram o preço de Itaipu – foi acertada, há três dias, uma nova tarifa para Itaipu –, e o acerto lá foi de R\$80 o quilowatt-hora.

A Alemanha está comprando, o industrial está comprando a energia na Alemanha por 800 euros o quilowatt. Isso por todas essas questões já aqui referidas. E eles têm que encontrar uma outra alternativa.

Então, eu imagino que a gente possa conhecer lá a estrutura de Roterdã, que será o porto por onde chegará, e imagino que a gente possa também ter a oportunidade de conhecer o que é que existe em matéria de certificação, licenciamentos, legislação, e, aí, isso será feito pela Comunidade Europeia. Então, Bruxelas e Estrasburgo, na França, são os dois centros em que a gente poderá ter esse contato.

E isso tem tudo a ver também com o que o Brasil deseja na formalização do livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Europeia, enfim, os assuntos vão se relacionando.

Então, dessa maneira, o que eu queria dizer, saudando aqui V. Exa., é que nós faremos a primeira reunião fora lá em Pernambuco, para conhecer o que é que Pernambuco já tem, saber, nos colocar à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição para contribuir... Acho que a grande expectativa, pelo que eu tenho conversado, é a de que o Brasil possa amadurecer uma legislação, uma regulação que dê segurança, que dê, enfim, possibilidades à iniciativa privada de fazer esses investimentos.

Então, bem-vindo, Secretário Guilherme, e esperamos a sua acolhida lá, esperamos a sua presença, contar com a sua presença lá na nossa ida a Pernambuco, de forma específica a Suape.

Isso também vai na linha do que nós estamos imaginando. Acho que o Brasil, num primeiro momento, deve nascer como... Por ter a energia talvez, hoje, mais barata do mundo, e essa energia ser 90% renovável... Porque a gente às vezes esquece que a nossa energia hidroelétrica é uma fonte renovável, é uma fonte limpa, portanto o hidrogênio feito a partir da energia hidroelétrica recebe o título ou deverá receber a certificação de hidrogênio verde. Então, todo o Brasil tem essa matriz.

Mas o que imaginamos é que, num primeiro momento, o hidrogênio seja voltado à exportação, a esse mercado europeu principalmente, mas, num segundo momento, eu não tenho dúvida de que a indústria, no mundo, vai enxergar as oportunidades que tem no Brasil: boa parte dessa indústria intensiva de carbono, quer dizer, de aço, que hoje usa carbono, e uma série de outras que usam energia intensivamente vão enxergar, no Brasil, essa oportunidade.

Portanto, o Brasil terá consumo e, não tenho dúvida...

Visita-nos aqui hoje o relações institucionais da – deixe-me ver se eu lembro aqui o nome – Tupy MWM. Eu não sei se ele ainda está aí ou já foi. Deixou aqui um cartãozinho e foi embora.

A Tupy é uma empresa brasileira que comprou essa MWM, que inicialmente era uma fábrica de motores alemã aqui, no Brasil, depois foi americanizada. Hoje o Brasil – essa Tupy, que é brasileira – comprou. Ela exporta motores, motores pesados, para 45 países. Sem dúvida, todos com quem a gente conversa dizem que o carro, o veículo movido a eletricidade, com motor elétrico, está na frente. Nós já temos aí carros vendidos aqui, no nosso mercado, que têm autonomia de 600km. Mas motores pesados, veículos pesados certamente terão no hidrogênio essa alternativa, assim como outras fontes que irão ser utilizadas.

Então, continua aqui em discussão o plano. Alguém mais... Tchê, alguma sugestão? Senador Heinze, alguma sugestão de alteração ao plano de trabalho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Fique à vontade.

Bom, se não temos mais quem queira discutir... O Senador Heinze quer alterar a data do Rio Grande do Sul, prevista para...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui o cara cobra a presença, viu? O cara fica marcando, sob pressão. O Presidente fica marcando. Tem que vir – está bom? –, senão tira o jetom. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Como é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fica me marcando sob pressão. *(Risos.)*

V. Exa. está marcando os membros aqui sob pressão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Para dar quórum, meu querido Senador Heinze. *(Risos.)*

E hoje é uma data importante porque é a aprovação do plano. Depois a gente vai ter mais autonomia, aí pedimos ao Senador Fernando para nos representar na reunião de Pernambuco. V. Exa. nos representa... A Comissão estará muito bem representada na reunião no Rio Grande do Sul. O Senador Astronauta, em São Paulo ou em Amsterdã. *(Risos.)*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, só a questão da parte do agro, cana e florestas, não é? Só nesse sentido, para gente deixar bem... Aquele dia o pessoal da Embrapa já se dispôs a me ajudar. Nesse sentido – não sei como é que ficou essa parte, porque eu acabei nem lendo –, são setores importantes para a gente colocar: a silvicultura, que é o caso das florestas plantadas, e também a cana de açúcar. Só nesse sentido que...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Atenderia se nós focássemos, no dia da visita ao Rio Grande do Sul, essa área? Toda área de... Ou V. Exa. prefere que a gente já faça um debate antes?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu acho que teria que fazer um debate antes.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Antes, o.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu pedi – acho que até já devem ter inscrito – um pessoal de Minas Gerais, porque aqui tem muita floresta, muito mais do que Rio Grande do Sul; florestas até que estão paradas e têm esse potencial muito forte. E da cana também. Alguém da cana entraria junto no processo e alguém da floresta plantada. Há até o Ibá, que trata das empresas florestais do Brasil inteiro. E mais o pessoal da Unica ou alguém da cana que também teria interesse em focar esse tema especificamente.

Só isso que eu quero colocar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós temos a previsão de um painel... V. Exa. é quem manda, mas eu estou tentando encaixar numa programação; se não, a gente pode abrir uma outra. No dia 17/05, no nosso plano de trabalho, na proposta do plano de trabalho, está prevista uma audiência pública sobre o tema: o setor de hidrogênio verde e o desenvolvimento de tecnologias. Estão previstos aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Petrobras, representantes da academia. A gente poderia, então, colocar o setor de biomassa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Biomassa e biogás.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pronto! Estaria perfeito aqui: biomassa e biogás.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – A Embrapa pode ser uma boa opção.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Claro, sem dúvida. E também as lembranças já ofertadas.

Os convites, as lembranças não se esgotam agora. O que a gente queria esgotar agora era uma macroprogramação. Agora, depois, se a gente for lembrando de convidados, de pessoas a serem convidadas, qualquer hora é hora desde que tenha pelo menos uma semana de antecedência do próximo...

Por isso eu queria até me a ter um pouquinho mais à reunião, ainda discutindo aqui o plano de trabalho. A primeira reunião interna, de trabalho interno, está prevista para quarta-feira da semana que vem. Eu imaginei quarta-feira, 14h, porque, na terça e na quarta, eu pelo menos aqui fico me desdobrando nesses corredores, vou a uma reunião, dou presença, vou à outra, tenho uma matéria. Então, na terça e na quarta de manhã, há muitas Comissões funcionando, e quarta-feira à tarde é o meio da semana, é o dia em que a gente sempre está em Brasília e, vamos dizer, não choca com o Plenário, porque, no Plenário, a deliberação é só depois de 16h. Então, a gente fazendo aqui a nossa reunião de uma hora, uma hora e meia, dá tranquilamente. Então, esse dia é um dia bom? Mantemos realmente a quarta-feira?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode ser. E neste dia eu já vou trazer os nomes do setor da cana, quem está trabalhando nesse assunto. O setor florestal também está trabalhando, e a Embrapa para ajudar, mas já tem privados trabalhando nesse tema, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu já lhe disse que hoje, pessoalmente, eu sou plantador de eucalipto, pensando em biomassa; não como o principal produto. O principal produto, imaginamos, é eucalipto madeira para movelaria, mas, no intermédio, com dois anos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e meio de plantio, o que a gente imagina é pegar a metade do que foi plantado e transformar em biomassa. Planto eucalipto lá no Ceará, no litoral cearense.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, nós temos o Rio Grande do Sul 40 mil hectares, 50 mil hectares em que os galhos e as raízes geram 40 mega a 50 mega de energia, só os galhos. E, do tronco, pode ser usado pelas para exportar para Europa, por exemplo, e pode ser etanol e pode ser hidrogênio verde.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pois é.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem desdobramentos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É isso aí.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Móvel já é outro produto, mas está na linha.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, então, para a reunião da semana que vem, dia 26/04, na véspera do meu aniversário...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado pelo convite. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Quem chega aos 60 não tem mais direito de fazer festa, não é? Aliás, tem que fazer uma festa para trás: vivi mais um ano.

Bom, então, vamos lá!

Está prevista uma representação do ministério. Se o Ministro quiser vir, ótimo. Eu estive com ele semana no início desta semana, e ele se demonstrou extremamente interessado, aberto e disposto a tratar da questão. Informou-me que um dos secretários do ministério – eu esqueci o primeiro nome, mas é Barral; não sei se alguém me ajuda aí, os universitários...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Como? Thiago Barral.

Thiago Barral é uma pessoa que tem conhecimento nessa área do hidrogênio, ele está encarregado de fazer o plano nacional do hidrogênio verde. Nós conversamos lá por duas horas, ele atendeu a um convite de uma empresa internacional que está disposta a investir aqui, no Brasil. Enfim, foi muito frutífero. Então, eu não sei se ele virá – será uma honra, o convite será feito a ele –, mas imagino que o Thiago Barral deverá ser a pessoa aqui presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos também o Ministério do Meio Ambiente – vamos convidar também o Ministério do Meio Ambiente –, porque é algo também que se deve trabalhar conjuntamente e tem tudo a ver. Nós estamos falando de hidrogênio verde tanto na sua formação, como na sua utilização. Essa é a descarbonização. Mas geralmente novidades ou empreendimentos... Não serão poucos os empreendimento à luz do que se tem de expectativa. É fundamental, se possível, até discutir um processo simplificado de licenciamento quando for relativo ao tema ou tiver uma legislação específica. Enfim, é algo que a gente deve discutir aqui.

E também representações de embaixadas, na lógica de que, no primeiro momento, os primeiros investimentos de hidrogênio verde no Brasil serão destinados à exportação. Então, é importante a gente ouvir. E aqui há sugestões de chamar a Alemanha, que é hoje já um comprador; a China, que é um protagonista que estará em todos os assuntos; a Arábia Saudita, por disposições de investimento – eles são produtores de petróleo, mas certamente já estão examinando alternativas para o futuro. Lembranças que foram sugeridas: Chile, que é o país da América Latina que está mais avançado em matéria de se estruturar para exportação; Reino Unido, que deverá ser o segundo maior comprador; e Estados Unidos, por razões óbvias, o maior mercado do mundo.

Então, se houver mais alguma sugestão de convidados, essa tem que ser apresentada ainda hoje, para que os convites sejam emitidos ainda hoje.

Então, alguém deseja mais discutir o nosso plano de trabalho? Desculpe.

Ah, desculpe, tinha já uma sugestão de Holanda, Canadá e Coreia também. Inclusive o nosso Senador Marcos Pontes está fazendo uma frente Brasil-Coreia. Coreia é realmente um país que a gente deve ter como parceiro.

Então, continua em discussão. *(Pausa.)*

Se ninguém mais deseja discutir, coloco em votação.

Os senhores que estiverem de acordo com o plano de trabalho, já com as alterações referidas aqui, incluído o requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes...

Então, em discussão...

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, coloco em discussão a Ata da 1ª Reunião, dispensando a sua leitura.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Alguém queria dar mais algum informe sobre o assunto? *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agradecendo, então, a presença de todos, está encerrada a nossa 2ª Reunião, Ordinária, lembrando a sessão já com convidados na próxima quarta-feira, às 14h. Espero que neste mesmo local. É isso? Nós vamos ficar com este mesmo? *(Pausa.)*

O.k., o.k.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze, Ciro Nogueira e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Dr. Samuel Araújo, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Fernando Dueire, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública sobre o tema: O setor de Hidrogênio Verde e seu papel na descarbonização das economias globais. **Participantes:** Melanie Hopkins, Vice-chefe da Missão do Reino Unido; Qin Xia, Conselheira da Embaixada da China; Zhao Wenru, Segunda Secretária da Embaixada da China; André Luiz Campos de Andrade, Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário de Planejamento e Transição do Ministério de Minas e Energia; Sr. Alejandro Guzmán (representante de: Samuel Ossa, Ministro Conselheiro da Embaixada do Chile); e Lorena Guzmán, Primeira Secretária da Embaixada do Chile. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 2, de 2023** que : "Requer a realização de diligência externa em Rotterdam, nos Países Baixos, em Bruxelas, na Bélgica e em Estrasburgo, na França." **Autoria:** Sen. Cid Gomes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/04/26>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Muito boa-tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão Especial do Hidrogênio Verde, que tem por objetivo realizar uma audiência pública sobre o tema "O setor de Hidrogênio Verde e seu papel na descarbonização das economias globais".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Antes de dar início à reunião, informo que sugestões ao Colegiado podem ser enviadas ao seguinte endereço eletrônico: cehv – iniciais de Comissão Especial do Hidrogênio Verde – @senado.leg.br. Vou repetir: cehv@senado.leg.br.

Nós temos aqui a honra de registrar as presenças dos seguintes convidados: o Sr. Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário de Planejamento e Transição do Ministério de Minas e Energia; o Dr. André Luiz Campos de Andrade, Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; a Sra. Melanie Hopkins, Vice-Chefe da Missão do Reino Unido em nosso país; o Sr. Alejandro Guzmán, Ministro Conselheiro da Embaixada do Chile; a Sra. Lorena Guzmán, Primeira-Secretária da Embaixada do Chile; ainda presentes a Sra. Qin Xia, Conselheira da Embaixada da China, e a Sra. Zhao Wenru, Segunda-Secretária da Embaixada da China.

Como há a limitação de lugares na mesa, eu gostaria de convidar, inicialmente, a representação executiva do Brasil, representada aqui pelo Thiago Barral e pelo Dr. André Luiz Campos, representando aqui o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente, respectivamente.

Então, eu pediria aos dois que ocupassem aqui o lugar no nosso dispositivo frontal.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado, eu é que agradeço a presença.

O SR. ANDRÉ LUIZ CAMPOS DE ANDRADE – Senador, prazer.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Tudo bem?

A ideia aqui é 20 minutos. É razoável? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós vamos ouvir inicialmente o Dr. Thiago Barral, do Ministério de Minas e Energia. A ele vamos conceder um tempo de 15 minutos para que a gente possa ter a oportunidade de, na sequência, ouvir algum questionamento, enfim, alguma informação acessória. Na sequência, ouviremos o Dr. André Luiz; depois refaremos a mesa com representações de países que nos honram aqui com as suas presenças e, igualmente, abriremos para a participação de debatedores.

Então, com a palavra...

Temos o currículo do Thiago? Temos aí o currículo dele? *(Pausa.)*

Fica chato para ele dizer...

Bom, o que eu sei é que o Thiago vem da EPE, uma empresa de projetos energéticos do Brasil. É um jovem, mas, apesar da idade, já é reconhecido no país como um dos mais profundos conhecedores desse tema que é múltiplo, é objeto especial da nossa Comissão de Hidrogênio, mas que, certamente, perpassa por outras fontes energéticas, falando de transição energética... Certamente, o Dr. Thiago tem muitos conhecimentos e vem aqui falar sobre o que o Ministério de Minas e Energia, a partir do seu plano de transição energética, tem hoje e pode compartilhar com esta Comissão e com aqueles que acompanham o tema.

Com a palavra, Dr. Thiago Barral. E ainda é Ferreira, meu primo. *(Risos.)*

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA (Para expor.) – Bom, muito boa tarde a todos e a todas.

Agradeço, Senador Cid, pela gentileza, pelo convite, pela oportunidade de trazer aqui um pouco do trabalho que nós estamos estruturando no âmbito do Ministério de Minas e Energia, não de forma isolada, mas em parceria com todo o Governo Federal, academia, enfim, as universidades, para que a gente possa tornar aquilo que é um potencial em efetividade, em termos de investimentos, em termos de transformação.

Eu começaria, na verdade, primeiro, dizendo da importância desta Comissão Especial. Por que a importância? Porque, quando nós olhamos... E eu vou falar sobre o nosso Programa Nacional de Hidrogênio, que é a forma como o Governo Federal está estruturado para dar as respostas aos desafios – e muitos deles também estão sendo tratados aqui nesta Comissão.

E, dentre os aspectos e os pilares, já antecipando um pouco, o aprimoramento do arcabouço legal e regulatório é um dos aspectos fundamentais para trabalharmos. E acho que esta Comissão tem um papel muito importante de nos ajudar a encontrar as respostas, em parceria com o Congresso Nacional, com o Senado.

Mas vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Programa Nacional de Hidrogênio é um programa formalmente instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética. O Conselho Nacional de Política Energética, Senador, é um conselho de nível ministerial, com representação de muitos ministérios, passando pelos Ministérios dos Povos Indígenas, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, enfim, com uma representação bastante ampla, que contou, na primeira reunião deste ano, com a presença do Presidente Lula – para mostrar a importância que tem sido dada a esse tema.

Se puder já passar um eslaide, por gentileza...

Este é o destaque que eu fazia aqui: temos, no âmbito do Governo Federal, portanto, uma instância de extrema importância, que é esse Conselho Nacional de Política Energética, que tem, por lei, a competência e a obrigação de trazer direcionamentos de política energética. É um espaço de construção de consenso e é um espaço de definição de rumos para a política energética.

E, como eu mencionei, esse conselho se reuniu neste ano, no mês de março, quando houve a primeira reunião extraordinária, e um dos temas da pauta foi exatamente o Programa Nacional de Hidrogênio, o que mostra o tamanho da importância que tem sido dada ao tema no âmbito do Governo Federal e pelo próprio Ministro Alexandre Silveira sobre esse assunto.

Bom, o hidrogênio, Senador, não é uma bala de prata, não é uma solução panaceia. Ele, na verdade, é um dos instrumentos que nós temos o potencial de desenvolver para entregar desenvolvimento econômico com descarbonização e inclusão. Mas eu quero chamar a atenção que, lá no Ministério de Minas e Energia, nós estamos com uma abordagem mais holística, mais integrada da transição energética. Estamos trabalhando com o Ministro na Política Nacional de Transição Energética, justamente para que a gente possa, de fato, colocar de forma alinhada e consistente todo esse conjunto de potencialidades.

E, justo hoje de manhã, na Câmara dos Deputados, nós falávamos da transição energética na Região Nordeste, do potencial da região não só de produzir energia, mas de se tornar uma consumidora e traduzir isso em geração de emprego, renda, tecnologia, inovação e tudo mais – e em inclusão; isso foi muito falado também.

Então, temos o Conselho Nacional de Política Energética, que, dentro da sua competência, elegeu o hidrogênio como um tema fundamental da política energética, com foco na transição, e estabeleceu esse programa. E vamos falar da governança desse programa.

Essa governança do programa – acho que pode até passar mais um – foi estabelecida, antes de mais nada, a partir de um desenho conceitual, que é o seguinte: para que a gente tenha sucesso no desenvolvimento da economia do hidrogênio de baixo carbono no Brasil, ou hidrogênio verde, como queiram dizer, nós precisamos olhar uma série de dimensões da política pública e da dinâmica do setor privado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro eixo é o eixo de fortalecimento das bases tecnológicas. A gente precisa ter ações concretas para investimento em pesquisa, desenvolvimento, inovação, porque existe um desafio: nós temos que reduzir o custo e aumentar a eficiência desses equipamentos para que esse hidrogênio possa ser cada vez mais competitivo e possa substituir os combustíveis fósseis em várias aplicações. O meu colega André aqui certamente vai chamar atenção para isso. Então, esse é o primeiro aspecto. E o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem aí uma participação bastante importante.

Também é fundamental o segundo eixo, que é o de capacitação e recursos humanos. A gente sabe da importância de formação profissional, de preparar a população brasileira, os trabalhadores para poderem se apropriar das oportunidades que essa economia vai trazer, desde a construção desses empreendimentos até o desenvolvimento tecnológico e tudo aquilo que vem acompanhado.

O planejamento energético. Então, precisamos trazer para dentro da visão de planejamento energético do Brasil uma clareza sobre qual é o rumo, qual é a importância, e isso é um sinal fundamental para quem está investindo, para quem está olhando para o Brasil como um espaço de oportunidades.

O arcabouço legal e regulatório. Nós sabemos das necessidades e da importância de aprimorar esse arcabouço legal e regulatório e precisamos deixar muito bem claro, Senador, como é que vai ser a regulação disso, porque as agências reguladoras atuam sob o comando da lei. Portanto, precisamos ser claros em relação à governança da regulação e das diretrizes nesse sentido, só para dar um exemplo da importância desse arcabouço.

O crescimento de mercado e competitividade, que tem muito relação com o próprio planejamento energético e a regulação.

E, por fim, a cooperação internacional. E já aproveito aqui para destacar a nossa colaboração muito estreita e muito produtiva com o Reino Unido. Tivemos aí já uma série de interações e trabalhos conjuntos e temos um plano de trabalho, nesse sentido, com a Alemanha, com os nossos colegas chilenos. Então, a cooperação internacional também está inserida nesse programa, que procura cumprir ali o guia de quais são as políticas públicas, quais as tecnologias e qual o bom funcionamento do mercado para que, nessa combinação, a gente entregue a efetividade do que nós estamos buscando com esse Programa Nacional de Hidrogênio.

Se puder passar...

Portanto, veja só, esse programa não é um programa que simplesmente olha a dimensão energética, ele traz uma dimensão, um olhar sobre o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento das pessoas, da qualificação, da inserção social. Portanto, ele é uma política e um programa que tem que ser multiministerial e tem que trazer não só o Governo, mas também o setor privado e a academia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram estabelecidas duas instâncias de governança para a gente tomar decisão e dar o rumo. A primeira é o comitê gestor. Esse comitê gestor é a instância máxima, digamos, desse programa – quer dizer, só não está acima do Conselho Nacional de Política Energética –, que vai dar aquele direcionamento de qual é a prioridade, como é que vai ser o plano de ação, quem a gente vai convidar para contribuir. É como a mesa aqui da Comissão Especial, que vai fazer os convites e vai dar o direcionamento e a relatoria, vamos dizer assim, desse programa. Então, olhem como esse comitê gestor é inclusivo em relação ao que o Presidente Lula e os ministérios aprovaram. Nós temos representantes do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Mdic, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério da Educação, do Ministério da Agricultura (Mapa) e do Ministério de Portos e Aeroportos, de forma que a gente possa contemplar, nos planos de ações, no desenho e na implementação, uma visão integrada. Não pode cada um remar para o seu lado, o Governo Federal tem que estar integrado e coordenado.

O Ministério de Minas e Energia atua na secretaria executiva desse comitê gestor.

Logo na sequência, vou trazer um pouquinho do cronograma dos próximos passos que a gente está desenvolvendo.

Se puder passar, por gentileza...

Eu falei do comitê gestor, que é a instância dirigente do programa, mas temos outra instância que são as câmaras temáticas. Essas câmaras temáticas procuraram seguir exatamente aqueles pilares, aqueles eixos do programa. Então, vejam que temos uma câmara temática relacionada ao fortalecimento das bases científicas e tecnológicas, com uma liderança exercida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; nós temos uma câmara temática voltada à capacitação de recursos humanos, com a liderança do MEC; nós temos uma câmara temática de planejamento energético, liderada pelo Ministério de Minas e Energia; uma voltada ao arcabouço legal e regulatório, também pelo Ministério de Minas e Energia; e uma câmara temática de abertura e crescimento do mercado e competitividade, com a liderança do Mdic. É justamente para a gente poder levar para o comitê gestor e para o Conselho Nacional de Política Energética um trabalho sólido, que realmente traga elementos concretos, para a gente sair da generalidade e trazer o que concretamente são as metas, são os objetivos, são os recursos, são as pessoas que estão dedicadas a isso. Essas câmaras temáticas têm esse papel importante.

A cooperação internacional, embora seja um eixo do programa, não foi convertida em uma câmara técnica, justamente porque já existe uma série de iniciativas em âmbito bilateral e multilateral de desenvolvimento dessas atividades, e a gente entendeu que não era necessário duplicar as instâncias, dando mais agilidade e efetividade.

Por gentileza, o próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, só exemplificando um pouco do que eu dizia, no âmbito da cooperação internacional, nós temos compromissos perante a ONU, o Compact, o compromisso associado ao desenvolvimento do hidrogênio, de baixo carbono no Brasil. Por exemplo, uma das entregas previstas que já está em execução é o desenvolvimento de um portal, de um *hub* de informações sobre hidrogênio no Brasil, o que tem de projetos, o que tem de legislação, de regulação, para facilitar o acesso e a visibilidade das oportunidades. Enfim, há uma série de outras iniciativas. Eu mencionei aqui Reino Unido, com o qual já temos uma parceria, assim como com a Índia e com os nossos colegas alemães. Enfim, é desnecessário aqui entrar em detalhes, mas é só para mostrar que temos uma mobilização muito grande para cooperação nessa área, inclusive com investimentos em fortalecimento de laboratórios, em formação profissional e até em apoio à formulação de políticas públicas também, obviamente respeitados sempre os interesses do Brasil.

Se puder passar, por gentileza...

Aqui é só um exemplo das iniciativas em curso. Então, isto aqui é o painel de dados sobre projetos de hidrogênio no Brasil. Veja que isso daqui já está hospedado lá no *site* da Empresa de Pesquisa Energética, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, em que a gente já consegue identificar as interfaces das várias infraestruturas que nós temos no Brasil com os projetos de hidrogênio.

Exatamente ontem, estávamos com a Secretaria de Portos, discutindo a importância dessa infraestrutura como uma infraestrutura para o desenvolvimento dos projetos, num conceito de porto-indústria, em que o hidrogênio faz ali um papel importante de insumo energético para esses projetos. E já mapeamos mais de 20 bilhões em projetos anunciados, em diferentes níveis de maturidade. Nem todos estão em ponto de investimento do desembolso propriamente, mas estão sendo desenvolvidos. E, mesmo lá no caso do Ceará, Senador, nós estamos trabalhando para incluir infraestruturas destinadas à movimentação e estocagem de hidrogênio verde no Porto de Pecém, como parte da nossa proposta de plano de investimentos para a captação de recursos internacionais de baixo custo, para acelerar esses desenvolvimentos.

Se puder passar, por gentileza...

Então, esse é o meu último eslaide, só para chamar a atenção de que, nos próximos passos que nós estamos tomando, tendo em vista o novo momento do Governo Federal, com muitas nomeações, muitas pessoas em novas posições de liderança, nós temos passado ali a governança aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética; agora já estamos distribuindo os pedidos para nomeação dos pontos focais para o comitê gestor e para as câmaras temáticas; estamos analisando um número recorde de contribuições a uma consulta pública que ocorreu agora no mês de fevereiro sobre a proposta de um plano trienal de ação; e vamos, então, dar o tom e a ambição que o Governo Federal tem buscado para essa política, dar esse tom e essa ambição nesse Plano Trienal 2023/2025. E a nossa expectativa é que, ao longo do mês de maio, a gente já consiga ter uma discussão mais específica, Senador, inclusive



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

contribuindo com o trabalho aqui da Comissão Especial. Tenho certeza de que vai ser muito útil para o trabalho dos Senadores.

Com isso, eu encerro e agradeço mais uma vez o convite, a oportunidade.

E quero dizer da nossa satisfação, em nome do Ministro Alexandre Silveira, de poder participar desse diálogo com todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. Thiago.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. André Luiz e depois abriremos aqui um tempo para questionamentos, perguntas, pedindo que as pessoas nessa hora se apresentem.

Então, com a palavra, Dr. André Luiz Campos de Andrade, lembrando que é Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, resumidamente, porque...

O SR. ANDRÉ LUIZ CAMPOS DE ANDRADE (Para expor.) – É verdade. O título é meio difícil, não é, Senador?

Boa tarde.

Só fazendo um adendo, inclusive, na nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a gente pretende mudar esse nome, deixar o nome mais fácil até de ser escrito.

Bom, mas gostaria de agradecer, em nome da Ministra Marina Silva, da Secretária de Clima Ana Toni, o convite que V. Exa. encaminhou para o ministério, e a gente está muito feliz de estar participando dessa primeira reunião, dessa primeira consulta pública na Comissão.

É difícil falar depois do Thiago porque o Thiago já leva todo o pacote pronto, não é? Então é interessante saber que a gente já está com a organização do PNH 2 bem avançada, como o Thiago mostrou, mas, do ponto do meio ambiente... Não temos uma apresentação, mas eu preparei uma breve fala aqui trazendo alguns elementos que são importantes para a gente contextualizar hidrogênio e energias renováveis num contexto maior, que é o contexto de mudança do clima, emergência climática. E talvez a primeira mensagem que é importante a gente passar venha agora do dia 19 de março, do último relatório do IPCC, um relatório síntese, que lá ele traz que a mudança climática e a emergência climática são algo visível e crítico e que já está batendo às portas e entrando nas nossas casas de fato, não é?

Então, por exemplo, alguns dados interessantes, que não sei se são de conhecimento de todos os senhores, mas é importante a gente ter o conhecimento desses dados: a temperatura global média





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentou mais rapidamente desde 1970, nos últimos 40 anos, do que em qualquer outro período de tempo semelhante em 2 mil anos. Então, nesses últimos 40 anos, a média de temperatura aumentou consideravelmente mais. E isso nos levou já, inclusive, a atingir um aquecimento de 1,1°C em relação ao nível pré-industrial, lembrando que o Acordo de Paris e toda a comunidade e os governos estão trabalhando para que se limite em 1,5°C ou até 2°C.

Trazendo aqui um pouquinho para a nossa realidade, a gente tem ainda muito vivo na nossa memória, no Carnaval deste ano no litoral de São Paulo, as perdas, as vidas que foram perdidas naqueles deslizamentos, mas também, quando a gente volta para 2022, a gente também se lembra da Região Serrana do Rio de Janeiro. E, quando a gente olha para a agricultura, a gente também se lembra das perdas de safra que tivemos com seca. E por que não também falar da própria insegurança energética que a seca também está trazendo, aumentando o custo de produção, o custo para as famílias no consumo de energia? Então, tudo isso já está deixando bem visível para o Brasil – que é um país até beneficiado em relação a clima, mas até para o próprio Brasil – que a gente já está enfrentando problemas climáticos, não é?

E aí, Senador, acho que talvez o principal ponto que tem que pautar a atuação do gestor público, tanto aqui a do homem público como a de todo o setor privado também, é que a gente está falando não só de infraestrutura ou de economia, a gente está falando de vida também.

O IPCC, nesse relatório que eu comentei, menciona que hoje a gente tem de 3,3 bilhões a 3,6 bilhões de pessoas vivendo em situação vulnerável ou de extrema vulnerabilidade. Isso significa que 40% da população do planeta está sob alguma forma de vulnerabilidade climática. E aí não se fala apenas de deslizamentos, fala-se também de insegurança alimentar, insegurança energética, insegurança hídrica.

No caso do Brasil, os números ainda estão um pouco defasados. Eu tenho um número aqui do IBGE e do Cemaden, com dados do Censo de 2010 – então, defasado, claramente defasado –, de que só em áreas de risco a gente tem quase 9 milhões de pessoas residindo. Então, quando você soma insegurança relacionada à agricultura, à energia, esse número eu diria que dá para multiplicar por cinco facilmente. Então, a gente está falando de 40 milhões de brasileiros vivendo algum tipo de insegurança relacionada a clima, não é?

Mas o IPCC também nos dá o caminho, eu não diria do Eldorado, mas o caminho para a gente sair dessa armadilha que nós mesmos nos colocamos. O primeiro é a adaptação, investimentos em adaptação e preparar os sistemas, a sociedade, para que ela seja mais resiliente à mudança do clima. Não é o tema aqui desta audiência, mas o tema desta audiência leva ao segundo *track*, ao segundo caminho, que é mitigação de gases do efeito estufa. Na mitigação – o IPCC reforça isso, isso já é conhecido de todos nós –, para contermos um aumento da concentração global de CO₂ na atmosfera, que é o principal mecanismo de transmissão, de aquecimento, a gente precisa promover uma descarbonização muito rápida, rápida e de preferência a um baixo custo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, para o que eu chamo a atenção? Nós estamos falando não apenas de mudança de uma matriz energética; nós estamos falando de um novo paradigma de desenvolvimento econômico para o mundo e para o Brasil, um paradigma de um novo modelo de desenvolvimento econômico que seja baixo carbono, que seja também inclusivo, que não deixe ninguém para trás. É importante também pensar – o Thiago colocou um pouco na fala a questão de maneira não explícita – a questão da transição justa. Nós precisamos pensar esses investimentos também de forma inclusiva.

Então, eu acho que caminhar pela neutralidade climática, nessa linha de aumentar a participação de energias renováveis no *grid*, na matriz energética, é um caminho. Mas, para isso, a gente precisa fazer algumas escolhas em relação a essa discussão. A primeira é quando a gente chama, a gente usa a palavra hidrogênio verde, a gente está se referindo a hidrogênio que está vindo de fontes renováveis, senão não é verde, pode ser um outro tipo de hidrogênio. Então, é importante também ter essa fonte renovável solar, eólica, que, sobretudo, a gente tem em abundância no Nordeste, e que isso pode, inclusive, ser uma grande oportunidade para o Nordeste; não apenas para exportar hidrogênio em forma de amônia para o exterior, mas, principalmente, para usar esse hidrogênio, como o Thiago comentou, numa estratégia de reindustrialização da economia brasileira, inclusive que traga para o Nordeste mais empregos, mais renda, mais arrecadação para os estados e um novo padrão, inclusive de bem-estar para aquela sociedade, para aquela parte do país, em que pese a gente também já ter atividade de hidrogênio em outras regiões, como o Thiago mostrou no mapa.

E lembro também, Senador, que essa abordagem de estruturar um consumo interno de hidrogênio é muito importante porque existem alguns setores na economia brasileira – transporte, siderurgia, cimento, química – que são de difíceis emissões, difíceis cortes de emissão. Então, o custo de você cortar a emissão é muito importante. Então, fazer um diálogo e fazer uma discussão de país em que a gente também utilize o hidrogênio aqui internamente; acho que pode ser muito importante para isto, para dar competitividade para a economia brasileira, e, sobretudo, porque existe uma tendência no comércio mundial, por exemplo vou citar a União Europeia, que é de estar desenhando agora um *carbon border adjustment*. O que é isso? É uma taxação de carbono na fronteira. Significa que os produtos que estão sendo importados pela União Europeia vão ser taxados também pela pegada de carbono que tem naquele produto. Então, é importante o Brasil estar atento. Esse esquema da União Europeia já está previsto para entrar em vigor em 2026. Então, o Brasil também precisa pensar nisso, sobretudo nessa estratégia do hidrogênio.

Enfim, tentando finalizar também, para não me alongar muito e a gente ir para as perguntas, eu acho que tem alguns pontos que o Thiago já colocou em relação a estruturar esse desafio de tornar a economia do hidrogênio, dar escala para ela, consolidá-la no país: novos desenhos regulatórios, o Thiago mencionou; normas de segurança; ciência e tecnologia; infraestrutura para produção, armazenamento e distribuição; educação e qualificação técnica é muito importante também, sobretudo se a gente olha para o Nordeste, como geração de oportunidades para aquela parte do país; e financiamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no financiamento, que o Thiago também comenta, aí o tema da governança já endereçado pelo Thiago, é muito importante. É importante que a gente tenha regras claras para investimento no hidrogênio, inclusive a questão da conceituação: o que é verde, o que não é verde. Isso precisa ficar claro para todos nós, eu acho que a gente tem um trabalho para fazer ainda no próprio Governo Federal, para fazer essa identificação, esse trabalho de taxonomia, Senador, que agora é um tema que está muito candente na política climática, define o que é investimento verde, o que é investimento marrom, o que é investimento de transição, por exemplo. Então, acho que para ter investimentos chegando, sobretudo investimentos do exterior, essa governança precisa dar sinais claros e sinais não dúbios do que o Brasil quer, do que o Brasil está pensando para o hidrogênio.

E aí falando um pouquinho, puxando um pouquinho para o meu peixe aqui da governança climática, eu acho que é importante também, como o Thiago comentou: você tem a governança do setor energético, mas clima a gente não resolve apenas com o setor, clima a gente resolve sentando na mesa, inclusive com setores que têm visões divergentes em relação a um tema. Em meio ambiente, agricultura e transporte nem todo mundo converge nos assuntos, mas é preciso que a gente tenha uma governança climática. A gente já está, inclusive, redesenhando esse modelo de governança climática do Governo Federal para que os ministros das pastas sentem, comecem a dialogar e colocar suas equipes técnicas para conversar sobre os diferentes temas e elaborar planos setoriais de mitigação e adaptação. E esses planos setoriais de mitigação e adaptação, que já estão previstos na lei de mudança do clima, a 12.187, de 2009, podem servir como grandes planos de investimento para os setores. E isso dá um sinal para o investidor, dá um sinal para a economia e para os Parlamentares muito claro do que vai ser prioritário dentro da política pública. E aí eu acho que a governança de clima, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, pode ser uma casa muito boa para habilitar esse espaço de discussão, inclusive, por exemplo, trazendo o setor de transportes, o setor da indústria; por exemplo, como é que eles conseguem, Thiago, se enxergar dentro dessa estratégia do PNH2. Eu acho que é muito importante também ouvir os consumidores.

Fazendo isso – novamente, eu acho que a palavra do momento é diálogo –, a gente precisa ouvir mesmo que existam diferenças de pontos de vista dentro do próprio Governo, é normal isso, mas que bom que é assim. Mas é importante ter o diálogo, construir para a gente alinhar discurso e ter uma política pública que seja coerente, em que não sejam emitidos sinais diferentes dos diferentes ministérios. Então por isso que é importante a gente ter essa governança de clima.

Eu encerro por aqui. Agradeço mais uma vez o convite feito pelo Senador Cid Gomes à Ministra Marina e fico à disposição para perguntas e também coloco o Ministério do Meio Ambiente à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. André Luiz. O Ministério do Meio Ambiente certamente será um parceiro fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse tema, eu vi os dois fazendo referência ao Nordeste. Eu temo e me preocupo que isso possa ficar parecendo um programa para o Nordeste brasileiro, não que o Nordeste não precise, mas esse é um programa para o Brasil. Acho que o povo brasileiro tem essa compreensão e dá sinais claros aqui. A propósito, a gente recolheu pelo e-Cidadania, perguntas de diversas regiões.

Então eu vou começar aqui pelo Norte. Como foram durante a palestra do Barral, são mais dirigidas para ele; certamente as próximas deverão ser dirigidas ao André.

O Emerson Luiz, de Rondônia, pergunta o seguinte: "Além do hidrogênio verde, quais iniciativas (legislativas e executivas) o Brasil adota para a descarbonização e para fomento à bioeconomia?"

Fica à sua disposição também. O tema é bem ambiental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pode, ou, se preferir, eu faço logo as cinco, e os dois dividem como se sentirem mais à vontade no tema.

Marcia Kaline, do Rio de Janeiro, Região Sudeste...

O Rio de Janeiro certamente tem um grande potencial, o Espírito Santo tem um grande potencial, até porque a nossa matriz energética é predominantemente... Poucos países do mundo têm o percentual de uma matriz energética renovável como a brasileira, porque a gente lembra de solar e eólica, que são as novas, mas o Brasil tem uma larga tradição de hidroelétrica, e a hidroelétrica é uma energia considerada verde. Então, a gente tem que ter preocupações é com a contaminação de usinas, de fontes que usam ou que emitem carbono. E me preocupa um pouco desenvolver um programa no Brasil que tenha o gás natural, embora seja de vários combustíveis o menos poluente; a preocupação é com que contamine a nossa rede. Então, temos essas preocupações.

Vamos lá para a pergunta da Marcia Kaline, do Rio de Janeiro: "Quais os possíveis usos do hidrogênio verde?"

Acho que o Rio Grande do Sul é um dos estados que geram mais energia eólica no Brasil. É o segundo ou o terceiro. Não, o quarto. Está entre os cinco que geram energia eólica com grande potencial ainda. Mas a biomassa também é considerada uma fonte renovável, e o Rio Grande do Sul tem já muitos investimentos na área da biomassa, inclusive fazendo hidrogênio diretamente do eucalipto, coisa que eu aprendi um dia desses.

Audrey Julian, do Rio Grande do Sul: "O Brasil é dependente do mercado internacional quando falamos de hidrogênio verde?"

Essa dá vontade até de responder, mas vou deixar para vocês.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Nordeste – não fui eu que botei para o fim, veio assim –, a Nathaly Santos, de Pernambuco: "Como a adoção do hidrogênio verde pode impactar a transição energética em setores difíceis de eletrificar, como aviação e transporte naval?"

Os dois fiquem à vontade com qual pergunta julgarem mais à vontade para responder.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA (Para expor.) – Perfeito.

Posso começar, e o André me complementa.

Vamos lá.

Deixa eu começar de trás para frente.

A Nathaly perguntou como a adoção do hidrogênio pode impactar os setores de difícil descarbonização.

Essa, na verdade, é exatamente a oportunidade que a gente está buscando, porque, em alguns processos industriais, em alguns usos finais de energia, é muito difícil transformar os processos para eles funcionarem à base de eletricidade diretamente, e aí é que entra o hidrogênio como uma aposta global para substituir carvão, para substituir gás natural, uma série de combustíveis fósseis, em aplicações onde o uso direto da eletricidade muitas vezes se prova difícil, pelas temperaturas envolvidas, pela natureza dos processos. Vários setores industriais podem se beneficiar mais ou menos, mas também não vai ser em todo setor que vai fazer sentido o hidrogênio. Alguns cenários, olhando a descarbonização da economia global, estimam que a parcela de consumo final de energia à base de hidrogênio deve ficar alguma coisa entre 10% e 15% do consumo final da energia; a eletricidade, que hoje é 18% desse consumo final de energia na forma de eletricidade, pode ter dobrada a sua participação e chegar a 40% ou, em alguns cenários, até a 50%. É o que eu falava no início da minha apresentação: ele não é uma panaceia, mas ele alcança alguns setores e algumas aplicações em que é muito difícil a gente se livrar do uso direto dos combustíveis fósseis.

Eu não mencionei aqui, mas pegando o gancho da pergunta sobre bioeconomia e descarbonização, uma coisa que muita gente não sabe – e esse foi um estudo feito até pela EPE – é que uma parte importante da produção de hidrogênio verde ou de hidrogênio de baixo carbono aqui no Brasil pode e será, provavelmente, destinada à produção de biocombustíveis. O hidrogênio entra no processo de biorrefino para produzir combustível de aviação sustentável, para produzir diesel verde, enfim, uma série de outros biocombustíveis. Portanto, o hidrogênio tem essa característica de poder se associar não só à eletricidade, mas aos próprios biocombustíveis e, com isso, maximizar o potencial da nossa descarbonização a baixo custo.

A Márcia, do Rio de Janeiro, perguntou quais são os usos do hidrogênio. São diversos, e, para cada uso, a gente vai ter que, obviamente, avaliar a relação custo-benefício frente às alternativas de se adotar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biocombustível, de se adotar a eletricidade renovável, e assim por diante. Mas há alguns setores em que é muito evidente a oportunidade de usar o hidrogênio.

Aqui, Senador, é importante diferenciar: existe o uso do hidrogênio como insumo para processos industriais, para a produção de biocombustível, para a produção de fertilizantes, para a produção de metanol, por exemplo, e de outros produtos, mas existe também o uso do hidrogênio como energético. Então, você pode ter, por exemplo, mobilidade a partir do hidrogênio, e assim por diante.

A tendência é que esse mercado cresça. Aliás, já existe um mercado de hidrogênio aqui, só que ele não é de baixo carbono, ele não é de hidrogênio verde, ele é o hidrogênio à base de gás natural, nas refinarias e na produção de fertilizantes. Mas a tendência é que onde você já tenha demandas de hidrogênio seja o primeiro lugar em que esse mercado consumidor vá aparecer. E aí a gente vê esse potencial nas refinarias, na produção de fertilizantes, na produção de aço, aço verde, e na produção de biocombustíveis.

Para fechar aqui, o Audrey, do Rio Grande do Sul. A dúvida dele é se o Brasil é dependente de hidrogênio. Hoje, o Brasil produz o seu próprio hidrogênio onde ele consome. Então, a produção do hidrogênio se dá já no local, na maioria dos casos, do consumo. Só que o Brasil é dependente de fertilizantes, por exemplo, que têm o hidrogênio para a produção da amônia e do próprio fertilizante nitrogenado como principal insumo. Então, o avanço dos investimentos na produção de hidrogênio pode dar uma contribuição para o aumento da segurança energética e da segurança alimentar também do Brasil, em função de algumas dependências que nós temos. O Brasil também importa gás natural hoje, e esse é um outro aspecto.

Então, existem diferentes prismas que a gente vai ver. O que é importante é que o hidrogênio é muito versátil, mas, obviamente, a gente tem que buscar onde ele faz mais sentido, para a gente também não impor para a sociedade brasileira um custo mais alto onde a gente tem oportunidades mais baixas de entregar segurança energética, desenvolvimento e a própria redução das emissões de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... a gente complementar: vocês é que são os especialistas, eu sou aprendiz aqui.

Mas, pelo menos em relação ao Ceará, boa parte dos investimentos que estão procurando de forma objetiva, com acordos, protocolos de intenção assinados, são muito voltados para a exportação. Então, além de todas as utilidades a que o Thiago fez referência aqui, de uso local, hoje, pelo menos em relação, repito, ao Ceará, os investimentos são concebidos mais visando ao mercado externo.

E o fato de você poder estocar... Ninguém estoca o vento, como lembrava a nossa Presidente Dilma. Mas a gente pode estocar ou o hidrogênio mesmo, com um custo mais elevado, ou através de amônia, e ser transportado em uma temperatura, com um custo bem menor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André... Estou aqui do lado de dois apóstolos, Thiago e André.

André.

O SR. ANDRÉ LUIZ CAMPOS DE ANDRADE (Para expor.) – Não, mas essa sua bola levantada foi ótima em relação ao uso do hidrogênio na exportação, Senador. Acho que a gente precisa pensar nisso, porque a gente pode se colocar numa situação em que a gente está exportando e ajudando os outros países a descarbonizar suas economias, ao custo de energia, se a gente estiver usando solar e eólica, ao custo de energias renováveis do Brasil.

Então, qual é a discussão? Uma discussão estratégica do Estado brasileiro. O que o Estado, o Brasil como país, pretende com esse negócio que está sendo pensado? O Ministério do Ambiente não é contra essa abordagem, mas acho que é importante também até para a gente olhar as metas de descarbonização.

O Emerson perguntou sobre isso, eu vou comentar.

Mas acho que também tem um uso para dentro, como eu falei. Apenas 100% da produção exportada, e a gente ficar com um custo aqui, porque isso depois vai rebater sobre a nossa própria competitividade da indústria nacional, porque a gente tem, como comentado, por exemplo, a discussão de mercado regulado de carbono, que está sendo feita, inclusive, com o projeto de lei, tanto no Senado quanto na Câmara. O Governo Federal também está trabalhando internamente para se posicionar em relação ao assunto nas próximas semanas, de maneira mais efetiva. Acho que esse ponto que o senhor levanta é muito importante e precisa ser pautado aqui nesta Comissão.

Em relação à pergunta do Emerson sobre descarbonização, bom, Emerson, o Brasil tem uma Política Nacional sobre Mudança do Clima, estabelecida em 2009. Essa política estabeleceu uma meta voluntária de reduções de gases de efeito de estufa para 2020. Significa que esse artigo da lei já caducou.

A gente precisa, inclusive, revisar a lei da política de clima – se não toda ela, pelo menos a parte que toca a questão da meta –; alinhar isso com a política climática que a gente está vivendo atualmente. Isso significa alinhá-la com metas que estão estabelecidas no Acordo de Paris, das NDCs e com a meta de neutralidade climática que o Brasil já assumiu para 2050. Então, até 2050, a gente tem que se tornar carbono neutro. Significa que, hoje, a gente emite em torno de 1,6, 1,7 gigatoneladas, emissão líquida; a gente precisa chegar a 2050 com isso zerado, seja por sequestro de carbono, por remoção, seja por descarbonização dos diferentes setores.

Então, o primeiro passo dessa descarbonização, dessa redução das emissões é evidentemente o desmatamento, sobretudo da Amazônia. E aí o Ministério do Meio Ambiente tem um papel muito importante, estruturou uma secretária extraordinária para cuidar especificamente do assunto. A Ministra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marina até brinca que quer acabar logo com essa secretaria, porque, quando acabar, significa que o desmatamento foi eliminado, não é?

Mas, então, a gente já mostrou anteriormente que, de 2005 a 2012, o Brasil promoveu o maior corte de emissões da história da humanidade que um país, isoladamente, sozinho conseguiu cortar de emissões, que foi com a Sedam. Depois, a gente teve dificuldade de manter as taxas mais baixas de desmatamento e teve um crescimento agora, recentemente, mas o primeiro ponto acho que é esse.

Não adianta a gente esperar para fazer as outras discussões, sobretudo nos setores econômicos. Por isso que é importante a gente trazer agora, porque, para a NDC de 2030 e a partir de 2035, sobretudo, sim, vai precisar ter muita descarbonização nos sistemas de energia, na indústria, na própria agricultura. Então, é um debate que, se a gente perder, pode correr o risco de não chegar à neutralidade climática de 2050.

Por fim, a questão da organização do Governo. Como eu falei, o primeiro ponto, que é um ponto estratégico, é olhar para a lei de clima e colocá-la alinhada com os tempos atuais que estamos vivendo, Emerson, e também lembrar que o Governo está se reorganizando. Por exemplo, na bioeconomia, que você mencionou, nós temos uma secretaria de bioeconomia no Ministério do Meio Ambiente e também temos outra secretaria de bioindústria, que vai tratar de bioeconomia no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, justamente com abordagens complementares, mas que, de uma forma ou de outra, tentam também alavancar esse setor.

Por fim, é importante também mencionar essa reestruturação da governança que nós estamos fazendo. Já mencionei aqueles que são do PL de mercado de carbono, a estrutura governamental, administrativa. Existe uma discussão de taxonomia também que precisa ser feita no Governo, e os técnicos já estão se debruçando, iniciando discussões internas sobre isso, que é em relação a se identificar o que é investimento verde e o que não é.

Por fim, a governança. Então, na governança, você tem, como eu falei, esse comitê de ministros, comitê de ministérios e, além disso, a gente também vai ter uma outra instituição na governança que vai ser o conselho nacional de mudança do clima, ou o conselho nacional de segurança climática – o nome ainda está sendo definido –, que vai ser um conselho multinível. Então, nós vamos ter governos subnacionais, Senador, porque é muito importante para, nessa discussão de política climática, envolver os subnacionais. O senhor comenta do Nordeste, mas, quando a gente olha o Brasil, a gente tem vários Brasis dentro do Brasil, cada um tem uma capacidade de gestão pública, de planejamento. Então, como é que eu trabalho isso na governança, não é? Eu não posso apenas encaminhar um trabalho de casa para os estados, sem dotar o estado de capacidade, de recurso; é preciso ter uma instância na governança de clima no nível federal para que a gente dialogue com os subnacionais, com as organizações não governamentais, o setor privado, os investidores. Então, a gente também está fazendo um desenho para que possa ter esse espaço de discussão e interlocução.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o trabalho para este ano de 2023, Emerson, é muito isso de estruturar a política de clima, a casa para que a gente possa começar a entregar resultados o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Estava faltando o Centro-Oeste e veio um agora.

Monique, de Goiás: "Quais os melhores meios de uso do hidrogênio verde?"

Talvez tenha perguntado até antes da resposta do Thiago, mas pode sempre acrescentar alguma coisa.

Daniel, do Rio de Janeiro: "Se a preocupação são as emissões, não faria mais sentido falarmos em hidrogênio de baixo carbono?"

Ewerton, também do Rio: "Quais medidas podem ser tomadas para incentivar os investimentos de novas fábricas locais para serem consumidoras do hidrogênio verde e derivados?"

E eu tomo aqui a liberdade de enxertar dois questionamentos feitos aqui pela consultoria desta Comissão.

"Especialmente em relação ao hidrogênio verde, onde ele está previsto nas políticas públicas tanto do Ministério de Minas e Energia como nos planos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima?"

Outra pergunta: "Quais mecanismos de financiamento estão sendo estudados pelo Ministério de Minas e Energia para que a infraestrutura do hidrogênio consiga ganhar escala?"

Dr. Thiago.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA (Para expor.) – Bom, vamos lá.

Com relação ao Daniel Moro, do Rio de Janeiro, que perguntou sobre hidrogênio de baixo carbono. Nós entendemos que faz, sim, sentido e até internacionalmente, Senador. O G7, por exemplo, se reuniu agora e usou uma linguagem não baseada em cores, até porque, por que é verde? A gente estava falando aqui, com todo o respeito ao nome da Comissão, mas é uma tendência de se buscar, na verdade, muito menos uma definição de cor e muito mais qual é, de fato, a pegada de carbono dessa produção. E aí eu não tenho dúvidas, as fontes renováveis são, de fato, o grande carro-chefe dessa nova economia. Até lá no Ministério de Minas e Energia tem-se adotado, com mais frequência, essa nomenclatura de baixo carbono, porque isso abarca biocombustível, produção de hidrogênio a partir de biocombustível, a partir de eólica, a partir de solar e a partir de hidroeletricidade. Eu acho que não é esse o objetivo da discussão, entrar nessa escolha muito específica e, sim, entregar desenvolvimento com descarbonização, usando das potencialidades energéticas do Brasil, que são diversas e que vão variar de região para região. A gente cita o Nordeste por conta da eólica e da solar, mas temos a biomassa, temos a hidroeletricidade, temos outras formas de produzir esse hidrogênio, reduzindo a pegada de carbono, que é o objetivo central.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a fontes de financiamento, eu acho que algumas fontes são importantes. Uma delas é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ele tem lá um recurso oriundo da indústria de óleo e gás e um de energia elétrica, que são destinados a projetos de pesquisas, desenvolvimento e inovação, e, nessa etapa em que o hidrogênio se encontra, a gente consegue aproveitar esses recursos para dar maior celeridade e escala. Também saiu agora anunciado, esta semana, uma chamada estratégica da Agência Nacional de Energia Elétrica para projetos de hidrogênio também, hidrogênio verde.

Então, isso também vai injetar um volume da ordem de centenas de milhões de reais para novos projetos.

Eu mencionei...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Deixa eu ver se eu entendi. É um leilão de hidrogênio verde? É isso?

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – Não, é uma chamada estratégica, ou seja, a Aneel publica um edital abrindo para os interessados em apresentar projetos no tema do hidrogênio; esses projetos são analisados conforme um conjunto de critérios; e, a partir disso, esses projetos são aprovados e recebem os aportes de recursos para se implantarem.

Isso a Aneel já fez com baterias, já fez com diferentes tecnologias, e tem, realmente, tido um resultado muito positivo.

E eu não posso deixar de mencionar, também, o The Climate Investment Funds (CIF). Nós estamos incluindo o hidrogênio como um dos projetos, uma das áreas de aplicação desses recursos que estamos pleiteando de fundos internacionais, para acelerar e permitir aumentar o financiamento de baixo custo para esses projetos, fora as linhas do BNDES e a cooperação internacional, que também têm colaborado com alguns estudos e alguns recursos adicionais, que sempre fortalecem o desenvolvimento – esse desenvolvimento aqui no Brasil.

Então, são só alguns exemplos de instrumentos. Obviamente, temos que fazer o uso mais eficiente, mais efetivo, ampliar o acesso a esses recursos de forma competitiva e, o mais importante – acho que até do que os recursos especificamente –, precisamos ter sempre um ambiente para o investimento, com arcabouço legal, com uma regulação, porque isso reduz muito o custo do capital para esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem lembrado.

Há no mundo e no Brasil diversos investidores pensando objetivamente, já dispendendo recursos nesse setor. O que é importante e foi lembrado daqui pelo Thiago é que a gente tenha um ambiente de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação, de certificação, com todas essas questões muito claras e muito bem definidas. Essa é a razão de ser maior desta Comissão.

Dr. André.

O SR. ANDRÉ LUIZ CAMPOS DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou fazer um breve comentário em relação ao ponto das ações do MMA, prevendo o uso do hidrogênio verde.

Para ser muito sincero, eu não vejo uma ação específica, explícita do MMA, prevendo o uso do hidrogênio – nominando o hidrogênio verde –, mas é lógico que, quando se fala em energia renovável e pensando em hidrogênio vindo de fontes renováveis, esse é o tipo de insumo que a gente está pensando quando a gente apresenta uma contribuição nacionalmente determinada, no Acordo de Paris.

Agora, por ocasião da elaboração dos planos setoriais que eu mencionei, a gente vai precisar conversar com os setores – transporte, indústria, cimento, química – sobre como eles vão pensar também o uso energético, o consumo energético. Certamente, esse é um ponto que precisa estar claro e transparente, não apenas para a sociedade saber o que está sendo pensado, mas também para os investidores, como o senhor acabou de comentar, deixar claro.

É um plano que a gente pensa em ter perenidade, ser regularmente monitorado. Hoje, no Brasil, a política de clima carece um pouco desse planejamento de longo prazo. E quando você define uma meta de neutralidade climática em 2050, você obriga o Brasil e obriga todos os países a fazer esse exercício de planejamento a longo prazo. E isso vai dar clareza, você vem destrinchando o planejamento de longo prazo em ações de mais curto prazo, médio prazo, e você conecta o presente com o futuro através desses planos.

Então, acho que é isso que a gente vai precisar fazer agora e, certamente, o hidrogênio e as outras fontes renováveis também vão estar sendo inseridas.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu queria aproveitar aqui a oportunidade e tomar a liberdade de sugerir ao André para que possam lá, se for esse o entendimento, no Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, como forma até de estimular investimentos privados, e eu conheço a cabeça do investidor privado, sei do temor que ele tem, mesmo tratando-se de investimentos em hidrogênio verde que usam energia de origem renovável e que, enfim, que apontam para o cumprimento de todas as metas de descarbonização, se não seria razoável pensar modelos já simplificados, não sei se seria a palavra correta, mas um modelo que já oriente o licenciamento ambiental, que já dê sinais de que a atividade é uma atividade que é estimulada, que tem o incentivo por parte do Ministério do Meio Ambiente e do Governo. É uma sugestão que faço aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu quero agradecer todas as perguntas que foram feitas por meio do e-Cidadania. Informar os que acompanham, presencial e remotamente, de que essa data, quarta-feira, às 14h, é uma data da rotina desta Comissão. Então, enquanto perdurar e nós temos um prazo de dois anos... Eu espero até que a gente consiga em menor tempo apresentar a razão de ser principal da nossa existência, que é um marco regulatório, uma legislação que dê ao Brasil... Que tem que ser sintonizada com o ambiente internacional. Afinal de contas, esse é um tema global.

Então, agradecendo a presença do Thiago e me colocando à disposição.

Tomo a liberdade, também, de sugerir que, na hora que o Ministério de Minas e Energia tiver a minuta de uma legislação, faça do Senado a sua Casa de ingresso. Obviamente que isso não pode, não é? Se for formalmente entregue, feita pelo Executivo, a legislação, o processo legislativo no Brasil, quando a origem é do Executivo, entra pela Câmara. Mas, se o ministério confiar nesta comissão e se esta comissão desejar essa parceria com o ministério, pode fazer dessa Comissão a autoria de um, está na moda a palavra, arcabouço legal para o hidrogênio verde e outras energias que se enquadrem nessa preocupação com a descarbonização.

Então, muito obrigado, Thiago. Obrigado, André. Estaremos sempre... A Comissão é um espaço que está aberto à participação desses dois ministérios. Esses dois ministérios, na nossa visão estratégica, são aqueles que têm que liderar esse esforço de trazer para o Brasil essa oportunidade, eu enxergo como uma grande oportunidade, mas é uma oportunidade que servirá ao Brasil, mas, fundamentalmente, servirá ao mundo.

Então, muito obrigado, André, pela sua brilhante exposição aqui nesta tarde.

Agora, esse é um ambiente global e desde o início essa Comissão deseja marcar essa posição, quer dizer, o Brasil tem que ter um esforço de certificação, de regulação do tema em sintonia com a comunidade internacional.

Eu pretendo... Esta Comissão pretende já agora, no início de maio, visitar um evento, em Rotterdam, relacionado a hidrogênio verde, e é nossa intenção – eu queria já pedir de antemão, antes mesmo de convidá-los para a mesa – a colaboração dos senhores que representam aqui a Inglaterra, representam aqui o Chile (a China pediu para ficar discretamente na audiência, eu vou atender ao pedido), para que, se a gente puder colaborar no sentido de conhecer o que existe de legislação ou de projetos nos seus países e obviamente compartilhar também essas informações... É importante que isso... Que a gente tenha uma só legislação, para não ficar isto: os Estados Unidos chamam de hidrogênio *clean*. Eu acho que esta expressão *clean* é sempre um... Essa é uma opinião pessoal... Mas é para que a gente não tenha essa diversidade, inclusive, de títulos; que a gente possa ir trabalhando para padronizar globalmente a questão.

Então, eu convido, com muita honra, para a mesa aqui e para fazer uso da palavra, a Sra. Melanie Hopkins, Vice-Presidente da Missão do Reino Unido no Brasil; o Sr. Alejandro Guzmán, Ministro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselheiro da Embaixada do Chile, agradecendo aqui a deferência da sua presença; o Sr. Alejandro... já falei; Lorena Guzmán também, Primeira Secretária da Embaixada do Chile; e registrando a presença da Conselheira da Embaixada da China, Qin Xia; e da Segunda Secretária da Embaixada da China, Zhao Wenru. *(Pausa.)*

Registro aqui que a Dra. Melanie está assessorada pela Luiza Lisboa.

Brasileira?

A SRA. LUIZA SILVA LISBOA *(Fora do microfone.)* – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k.

Muito bem. Eu vou inverter aqui agora. Vou dar primeiro a palavra à minha esquerda e, na sequência, à minha direita. Sejam bem-vindos!

Então, a Sra. Melanie Hopkins.

Ah, desculpem-me... Vamos adotar o mesmo formato? Dez ou quinze minutos... Quinze minutos para a fala inicial, depois a gente abre para perguntas aqui dos presentes e perguntas dos que nos acompanham através das redes sociais. Então, assim será feito.

Por quinze minutos então, a palavra com a Dra. Melanie Hopkins.

A SRA. MELANIE HOPKINS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. É uma honra estar aqui hoje representando o Reino Unido nesta Comissão tão importante. Gostaria de parabenizar a iniciativa de S. Exa., o Senador Cid Gomes, de propor este debate.

Como já foi falado, o Reino Unido tem uma longa cooperação com o Brasil em energia, sendo uma área prioritária para nós.

E os últimos anos mostraram ainda mais a importância de se garantir a segurança energética no mercado mundial, e o Brasil tem se colocado cada vez mais como um ator global para esse objetivo, por meio de seu potencial para a produção de hidrogênio.

O Reino Unido, enquanto pioneiro na área de ciência e inovação e na elaboração de políticas públicas para essa área, está presente para apoiar o Brasil em sua trajetória, especialmente no que tange à descarbonização de seu setor energético.

Então, vou falar um pouco da experiência doméstica do Reino Unido. O Reino Unido iniciou seu caminho regulatório em 2020, por meio do Plano de Dez Pontos para uma Revolução Industrial Verde, Ten Point Plan, e, mais especificamente em agosto de 2021, com a publicação da Estratégia Nacional de Hidrogênio. E, desde então, temos entregado nossos compromissos e definido novas políticas e financiamentos para a cadeia produtiva, e trabalhando em objetivos comuns junto à comunidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, por meio de estratégias de descarbonização, mapas de investimento, e a nossa presidência da COP 26 e outros instrumentos.

Se o senhor me permite, quero também fazer alguns comentários sobre a fala anterior, que acho importante. A gente estava falando dos interesses do meio ambiente, dos interesses do Ministério de Minas e Energia, mas, no fundo, isso é uma questão econômica, é uma questão de criar novos modelos econômicos. E, por isso, o Ten Point Plan, para nós, foi uma ação decisiva, porque reúne todos os ministérios e, sobretudo, o Ministério da Fazenda.

O Governo atual britânico tem uma política que se chama *leveling up*, que quer dizer trazer algumas oportunidades que existem nas áreas mais ricas a áreas mais desfavorecidas economicamente. E acho bem interessante pensar os vínculos entre *leveling up* aqui no Brasil e *leveling up* no Reino Unido, e achamos que investimentos criam um marco para favorecer o investimento na energia renovável, e, sobretudo, no hidrogênio. É uma ferramenta muito útil neste sentido.

Então, atualmente, adotamos uma estratégia baseada no hidrogênio de baixo carbono, composto por duas vertentes: a produção por meio da eletrólise da água, o chamado hidrogênio verde, o uso de gás natural associado à captura e uso de carbono, e o hidrogênio azul. E, apesar de atualmente não haver virtualmente nenhuma produção, para o uso de hidrogênio no Reino Unido, prevemos atingir uma capacidade de produção de 10GW até 2030, e uma participação dessa fonte entre 20% e 35% do consumo energético total até 2050.

Então, são metas bem ambiciosas.

Além da descarbonização, prevemos que as oportunidades econômicas geraram cerca de 12 mil empregos no Reino Unido e 11 bilhões de libras em investimento.

Então, para nós a produção de hidrogênio de baixo carbono é um passo essencial para a transição energética mundial e uma tecnologia inovadora para reduzir emissões em setores de difícil mitigação.

Estamos mais que abertos a compartilhar nossa experiência e apoiar o Legislativo brasileiro na criação de uma regulação que atenda as demandas e a realidade de seu país. Coloco nosso time da Missão Diplomática do Reino Unido à disposição para responder dúvidas hoje, compartilhar informações e colaborar de outras maneiras no futuro desta Comissão.

Então, para resumir e antes de dar a palavra à minha colega, gostaria de dar quatro áreas que podemos trabalhar juntos: um, a elaboração de padrões e certificações em comum; dois, otimizar regulação nesta área; três, compartilhar inovação na produção; e, quatro, desenvolver a cadeia produtiva. Então, em resumo, isso é uma área muito frutífera para as duas partes.

Muito obrigada, Senador. Gostaria de dar a palavra à minha colega Luiza. Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado.

A SRA. LUIZA SILVA LISBOA (Para expor.) – Obrigada, Melanie; obrigada a todos presentes aqui.

Meu nome é Luiza, eu sou a Assessora para Políticas Climáticas em Energia aqui na Missão Britânica no Brasil.

Eu vou tentar passar rapidamente, em respeito até ao tempo, um resumo do que é a nossa estratégia.

Como a Melanie falou, aqui nós iniciamos a produção de estratégias que contavam com o hidrogênio em 2020, porém a estratégia que até o momento lidera os planos de energia em hidrogênio para o Reino Unido é a nossa estratégia de hidrogênio publicada em agosto de 2021, que lançou esse pacote extenso e os planos para estabelecer essa economia de hidrogênio nessa década de 2020.

Desde então, desde a publicação disso, nós dobramos o que era a ambição do Reino Unido de 5GW para os atuais 10GW de capacidade de produção até 2030, com pelo menos metade disso vinda de fontes de eletrólise. Essas ambições seriam apoiadas principalmente por extensa produção de *offshore wind*, que nós temos no Reino Unido, outras energias renováveis e também, como foi mencionado, o uso de gás natural associado à captura e ao uso do carbono.

Acho que obviamente o que a gente tem tido sempre no nosso coração quando falamos com o Governo brasileiro é que nós entendemos que os dados que estamos trazendo aqui não serão diretamente aplicáveis à realidade brasileira. O nosso trabalho aqui é muitas vezes chegar e apoiar o Brasil nas ambições que caminham junto com a realidade que temos aqui no país.

Passando rapidamente por esses números, nós estamos prevendo...

Você pode voltar o eslaide? Obrigada.

Na economia, nós prevemos realmente essa produção de até 12 mil empregos dentro do Reino Unido e esse investimento de 11 bilhões de libras e também pretendemos manter essa competitividade por meio do *offshore wind*, do CCUS, podendo chegar a uma demanda potencial de 38TWh até 2030, através de vários setores da economia, podendo aumentar essa demanda entre 55 a 165 trilhões de terawatts até 2035.

Pode passar.

Sobre a produção, nós temos esses planos para poder chegar e *scale-up* as nossas redes e os mercados para poder desenvolver isso. Então, para entregar a nossa estratégia de hidrogênio, nós temos entregado algumas ambições, como o Fundo Net Zero Hidrogênio, que é de 240 milhões de libras. Também publicamos diretrizes para negócios em hidrogênio, que pretendem mostrar quais são as lacunas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na indústria que precisariam do subsídio para que ela deslanche. Também apoio para alocação de fundos, para eletrólise no setor de hidrogênio.

Entre vários outros, também pretendemos publicar um *standard* de hidrogênio de baixo carbono até 2025, também com o objetivo de poder facilitar o comércio internacional. Também estamos comprometidos em desenhar modelos de transporte e armazenamento de hidrogênio até 2025, assim como *clusters* de captura e uso de carbono no país.

Pode passar.

Aqui alguns números sobre a demanda que eu já mencionei.

Nós temos aqui também algumas...

Peço desculpas pela apresentação em inglês. Nós podemos fornecer depois para os interessados uma versão em português ou quaisquer outros dados e políticas que estão sendo citados aqui.

De maneira geral, acho que o que eu posso falar, já que eu só tenho cinco minutos, é que nós temos esse plano, essa abordagem de uma estratégia que seja neutra, conforme diferentes tipos de tecnologias que vão ser utilizadas para produzir um hidrogênio que, no final das contas, tenha essa pegada de baixo carbono.

Atualmente, nós temos várias companhias britânicas que estão trabalhando com vários projetos e existe uma expectativa de um *pipeline* de até 20GW nos projetos que atualmente existem no Reino Unido por essas empresas.

Você pode passar?

Aqui nós temos um mapeamento de como está sendo feita essa economia do hidrogênio no Reino Unido e nós temos essa linha do tempo entre 2020 e a metade de 2030, com alguns pontos-chaves, como certificação, acontecendo, e qual seria o caminho que essa indústria vai seguir.

Pode passar?

Agora, um pouco sobre as políticas que nós temos desenvolvido desde a publicação dessa estratégia. A estratégia em si é como se fosse o livro base para a gente poder chegar e pensar sobre as políticas e os desenvolvimentos que estão vindo. A partir daí, nós também nos comprometemos a desenhar novos modelos de negócios para hidrogênio em transporte e armazenamento, como eu falei, até 2025. Acho que um documento extremamente interessante para a realidade brasileira também seria o plano setorial de desenvolvimento, que, desde a sua publicação, tem pensado como é que essas ações relacionadas ao hidrogênio podem beneficiar a indústria e também como elas podem se focar em quatro áreas principais, que são: investimento, cadeias de suprimento, trabalhos e as capacidades necessárias, assim como comércio e exportação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar para o fim?

Nós também temos tido bastante ação no ambiente internacional, principalmente por meio da Presidência do Reino Unido da COP 26, em que nós lançamos a The Breakthrough Agenda, em hidrogênio, que foram planos para poder revolucionar esse setor, assim como outros setores estratégicos de maneira multilateral e internacional.

Também participamos de iniciativas que já foram mencionadas pelo Thiago, como no Clean Energy Ministerial e no Mission Innovation, em que nós buscamos trabalhar multilateralmente, principalmente porque o hidrogênio e a questão de certificação não são uma questão que vai ser resolvida de uma maneira doméstica em cada país. Nós temos essa consciência e procuramos fazer esse alinhamento internacional para poder entender o que seria um hidrogênio de baixo carbono que possa garantir uma segurança e um bom mercado internacional com essa tecnologia.

Se você puder passar para o último...

Por fim, os próximos passos que nós temos aqui na nossa estratégia: continuar a implementar a estratégia de hidrogênio e os seus compromissos. Nós miramos também em completar o Low Carbon Hydrogen Agreement, nosso acordo de hidrogênio de baixo carbono, e permitir a alocação dessas iniciativas até 2023; desenvolver novos modelos de negócios para hidrogênio, transporte, armazenamento e infraestrutura de armazenamento até 2025; e montar uma certificação de hidrogênio de baixo carbono até 2025 para facilitar comércio internacional e mostrar essa experiência britânica para exportação.

E, por fim, também continuar – você pode voltar? – a financiar inovação em hidrogênio e programas de tecnologia neutra para essa área.

E, aí, a última imagem que nós temos é justamente um mapa dos maiores projetos de hidrogênio que nós temos atualmente no Reino Unido.

É isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Luiza; nós é que agradecemos, Dra. Melanie.

Eu vou deixar aqui uma pergunta, antes mesmo de passar a palavra ao Alejandro, e eu vou ficar fazendo isso com quem eu conversar no mundo. Quanto custa hoje 1kWh de energia, padrão dólar – se puder, em dólar –, no Reino Unido? Quanto custa 1kWh na China? Quanto custa 1kWh no Chile? Quanto custa 1kWh no Brasil?

Eu sei que isso é um preço médio, só para a gente ver se vai alinhando aí essas informações.

Muito obrigado, daqui a pouco a gente fará a pergunta. Vamos ouvir o Alejandro e daqui a pouco a gente abre para os questionamentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, agradecendo aqui a honrosa presença, o Ministro Conselheiro da Embaixada do Chile no Brasil, o Sr. Alejandro Guzmán.

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN (Para expor.) – Muito obrigado pelo convite, Sr. Presidente. Ainda sou o Segundo Secretário da Embaixada, mas obrigado pela promoção.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Claro... Se vier sucedido de um aumento de salário, melhor ainda. (*Risos.*)

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Desculpe.

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN – Sim, tudo bem.

Estamos aqui com Lorena Guzmán, minha colega, Primeira Secretária da Embaixada do Chile, para falar um pouco da transição energética no Chile e também de nossa estratégia de hidrogênio verde.

Vou primeiro falar que o Chile definiu duas etapas em nossa transição energética. A primeira foi colocar as energias renováveis em nosso sistema elétrico. Assim, nosso primeiro passo foi em 2008, com uma lei que introduz a obrigatoriedade das empresas geradoras elétricas de credenciar um mínimo de 5% de energias renováveis. Talvez agora, em 2023, podemos falar que foi uma meta pequena, mas foi o nosso primeiro passo que marcou o caminho que o Chile decidiu.

Então, depois, chegamos a 2013, quando uma nova lei introduz a obrigatoriedade de 20% de energias renováveis.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Em 2008...

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN – Em 2008, foram 5%; logo, em 2013, foram 20%.

Assim, chegamos a uma nova discussão em nosso Congresso Nacional, que está discutindo uma obrigatoriedade de 60% de energia renovável para o ano 2030. É uma meta que temos que cumprir nestes próximos sete anos.

Para que vocês tenham conhecimento, atualmente, a matriz energética de Chile tem 36% de energia renovável no começo do ano.

Eu gostaria também de falar de algumas ações e medidas que o Chile está fazendo nestes últimos anos para alcançar essas metas. Primeiro, vou falar da descarbonização da matriz elétrica nacional. Por meio do plano de fechamento ou de reconversão de usinas a carvão, a nossa meta é fechar 100% de usinas de carvão para o ano 2040. Logo, temos que o Chile está avançando na promoção da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletromobilidade do país, diminuindo as barreiras de entrada tanto do ponto de vista regulatório, como técnico e também informacional. Assim, em 2021, o nosso país publicou estratégia nacional de eletromobilidade que tem, entre algumas de suas metas, que para o ano 2035 todos os veículos leves e médios que sejam vendidos no Chile tenham que ser elétricos. Logo, em coordenação com o ministério do patrimônio nacional, foram estabelecidos territórios fiscais através de adjudicações diretas em processo de licitação para o desenvolvimento de projetos de energia renovável.

Também entre 2019 e 2020, o Chile atualizou sua Contribuição Nacionalmente Determinada, estabelecendo uma nova meta de ser um país neutro de carbono antes de 2050. Agora, o Chile entrou na segunda etapa desta transição energética, agora precisamos ou buscamos que energias renováveis não sejam apenas complementares, senão uma das nossas principais tecnologias em termos de produção. Nesse caminho, temos uma boa notícia sobre o ano de 2022, que foi uma das nossas primeiras conquistas: pela primeira vez na história do Chile, a geração das tecnologias solares e eólicas superou, pela primeira vez, a geração a partir de carvão, e também a geração de fontes renováveis superou a geração das fontes térmicas.

Agora, a minha colega vai falar de nossa estratégia de nacional de hidrogênio verde.

A SRA. LORENA GUZMÁN (Para expor.) – Muito obrigada.

Boa tarde! Obrigada pelo convite, é um prazer estar aqui com vocês.

Vou falar da estratégia nacional de hidrogênio verde, que o nosso país tem desde 2020. O hidrogênio verde desempenha um papel fundamental no caminho do Chile rumo à meta de neutralidade carbônica zero em 2050, conforme estabelecido pela lei marco sobre mudança climática de 2020-2022. A atual estratégia nacional de hidrogênio verde teve como objetivo posicionar a visão do país em torno do desenvolvimento desta indústria. O Chile tem grandes vantagens comparativas para esta indústria e estamos muito preocupados em promover e desenvolver essa indústria no país. Agora, o Chile está trabalhando num plano de ação participativo sobre hidrogênio verde para o período 2020-2023 e 2020-2030. Este plano se foca em três linhas de ação, que são: investimento em instituições; sustentabilidade e valor local; infraestrutura e organização territorial.

O Chile já estava se preparando para essa nova indústria. Atualmente, estamos gerando regulamentos, regulação, elementos-chave para a indústria, como segurança, qualidade e certificação. Também estamos preparando uma avaliação ambiental dos projetos e também temos considerado a capacitação para o setor.

O Chile identifica, agora, pelo menos três dimensões para seguir avançando nesta indústria de hidrogênio verde. Temos que otimizar as infraestruturas existentes, é necessário adaptar o que temos para o futuro e para o desafio que implica essa nova indústria para o país. Também temos que considerar o impacto local dessa infraestrutura e o desenvolvimento dessa indústria para as comunidades locais. E o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitamento da infraestrutura existente nessa transição energética, mas, também, considerando as opiniões e como irão afetar as comunidades locais. Há toda uma mudança social e energética, então, uma transição socioecológica.

Atualmente, o Governo também está trabalhando em divulgar este plano de ação e está procurando participações cidadãs. Temos o Ministério de Energia preparando um sítio *web*, informativo, que é muito explicativo, da estratégia nacional e também de como estamos trabalhando este plano de ação sobre hidrogênio verde.

O Chile também está muito aberto a colaborar com parceiros como o Brasil, como o Reino Unido, com toda a comunidade internacional. A neutralidade carbônica é um desafio de todos, então, é um desafio que devemos enfrentar de forma conjunta.

Muito obrigada por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Lorena.

Eu, pessoalmente, tenho essa pergunta sobre quanto custa um quilowatt-hora de energia em cada um dos países que estão aqui.

Eu sei que essa não é uma resposta simples porque, segundo a fonte, variam os valores, mas no Brasil, por exemplo, para dar uma informação aqui nossa – o Thiago pode ajudar com uma informação mais precisa –, mas o Brasil acabou de renovar um acordo com o Paraguai para precificar, remunerar a energia que compra do Paraguai. Metade da energia gerada por Itaipu é do Brasil e metade é do Paraguai. O Brasil compra, acho, 70%, 60% desse excedente do Paraguai. Foi acertado um preço de US\$20, não é isso? São US\$20,2 o quilowatt-hora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – US\$16? É? Bom, US\$16.

Eu vi US\$20, tenho quase certeza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Era US\$20 e baixou para US\$16.

Vou ficar aguardando as informações.

Temos aqui alguns questionamentos, mas, antes, vou fazer o registro das presenças que nos honram aqui: Letícia Macário, Analista de Relações Institucionais da Perspectivas; Bruno Henrique, do Senado;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clebson, também aqui da Liderança do Governo no Senado; Ana Paula, Vereadora Ana Paula, minha conterrânea cearense, Vereadora na Câmara Municipal de Fortaleza, brevemente assumindo o mandato de Deputada Federal aqui na nossa Casa vizinha.

Cumprimento Paulo Viegas, Consultor; Israel, Consultor; Guilherme, da Absolar; Deborah Carvalhido, Presidente do PSD Mulher do Distrito Federal; Andrej, da GIZ Brasil; Larissa Fafá, jornalista da Agência EPBR; Cristina Amorim, da ClimaInfo; Renato Cunha – aqui fala Gambá, é isso mesmo? Gambá. Gambá a gente chama lá no Ceará de – vou já me lembrar do nome – cassaco. O animal gambá a gente chama de cassaco lá no Ceará. Manuela Andreoni, repórter do *The New York Times*.

Nós temos aqui algumas perguntas de Minas Gerais, que é hoje... Você vê como não é só o Nordeste que produz, embora eu deseje que o Nordeste quebre todos os recordes. Mas Minas Gerais é, hoje, o estado que mais gera energia solar. Confere? Confere, Thiago? Minas Gerais é o estado que mais gera energia solar no Brasil hoje, ou pelo menos que tem mais projetos em implantação e será o estado que mais vai gerar energia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sim.

Então, a pergunta da Cristiana, de Minas Gerais: "Quanto tempo para termos uma regulamentação necessária?"

Acho que essa pergunta é para mim. *(Risos.)*

Eu vou precisar de muita ajuda para isso, ajuda nacional, obviamente, e ajuda internacional – pelos motivos aqui já expostos –, mas se a Cristiana começou a assistir agora, é importante que... A Inglaterra... O plano é de 2020. O Chile tem um plano de energia renovável, mas, se for para hidrogênio, também é algo dessa década agora, de 20.

Esse tema é muito novo no mundo inteiro. Hidrogênio é o gás mais comum, aliás, mais comum não, é o gás em maior quantidade, mas sempre associado a outro elemento químico, ou está junto da água, ou está junto de carbonetos ou está junto de nitrogênio, enfim, está sempre associado. Então é preciso quebrar, tirar essa facilidade que ele tem de se ligar com outro e deixá-lo em seu estado puro, o hidrogênio, aí vai gerar uma combustão, mas, diferentemente da combustão dos derivados do petróleo – estou falando aqui para a Cristiana –, diferentemente da combustão dos hidrocarbonetos... Os hidrocarbonetos emitem CO₂, e a combustão do hidrogênio – obviamente, o hidrogênio puro – não emite gás carbônico, o que contribui para a redução do efeito estufa, que vem contribuindo para a elevação da temperatura no planeta.

Então, vamos depender de muitos fatores, e é tudo muito novo no mundo. Não adianta a gente querer avançar demais e ter uma regulação, uma legislação aqui que vá ser diferente daquilo que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que será o nosso principal parceiro – sem prejuízo de nenhum, em detrimento de nenhum –, mas eu creio que a Europa, a União Europeia deverá ser, pelo menos nessa vocação inicial de exportação, o nosso principal parceiro. É importante que a nossa legislação, que a nossa regulação, que a nossa certificação esteja absolutamente em sintonia.

Esta Comissão foi feita por iniciativa do Presidente Rodrigo Pacheco e determina um prazo: são dois anos. Esta Comissão só existirá durante dois anos, e eu assumo o compromisso público de não pedir a sua renovação e espero que, muito antes disso, a gente possa ter uma regulação no Brasil, com a colaboração de todos os sujeitos aqui já falados e que estão envolvidos na questão e internacionais.

Bom, eu dirijo aqui a pergunta aos demais países, em sendo o caso: "Como está a sinergia com a regulamentação de energia *offshore*?"

Essa é uma pergunta que vale para o Brasil, mas vale para os outros países. A gente sabe que a Inglaterra tem na energia eólica *offshore* uma das suas possibilidades para a geração de hidrogênio verde. Não sei se o Chile tem essa perspectiva também de geração de energia eólica. Aliás, eu faço até uma pergunta ao Chile. Houve uma evolução grande, é realmente desafiador sair de 36% para 60% da matriz energética de fonte renovável em sete anos. Foi isso que eu entendi?

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Até 2030. Vocês estão com um grande desafio.

Hoje, como é que é? Desses 36% que vocês têm, quantos por cento são hidrelétrico, quantos por cento são eólico e quantos por cento são solar ou existe mais alguma outra fonte renovável na matriz do Chile?

Bom, a Natasha, do Distrito Federal: "Quando será publicado o plano trienal?"

Isso é relativo ao...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É? Então, você ajuda aí, Thiago, nessa resposta.

Luiz Antônio Prado de Oliveira: "Dos investimentos anunciados...". Bom, eu acho que ele não faz uma pergunta, mas uma afirmação: "Dos investimentos anunciados, pelo menos 70% serão feitos nos países fabricantes dos mais avançados sistemas de eletrólise".

Bom, permitam-me aqui responder. É claro que a tecnologia, a economicidade na eletrólise, que é a quebra da molécula da água para separar o hidrogênio, é um processo que existe há décadas, enfim, e ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é de consumo altamente intensivo de energia, e a escala disso será fundamental. Então, a economicidade desses equipamentos será importante.

Agora, eu me permito discordar dele. Eu não acho que 70% dos investimentos vão ficar onde se desenvolverem esses equipamentos. Esses equipamentos são transportáveis. Esses 70% dos investimentos vão ficar onde tiver fontes renováveis próximas, condição *sine qua non* para se ter a certificação de hidrogênio verde. A energia, fonte geradora da hidrólise, do equipamento, que pode ser transferido, mas a energia você não consegue transferir. De novo, a gente lembra a Dilma, que ninguém pode estocar o vento. Hoje, até se pode estocar energia solar em baterias, mas também, para transportar, fica complicado. Então, é fundamental a proximidade da geração de energia renovável.

Continuamos aqui abertos a perguntas.

Passo a palavra à Sra. Melanie.

A SRA. MELANIE HOPKINS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Então, quanto às fontes que estamos usando para gerar hidrogênio, a energia eólica *offshore* é a fonte principal. O Reino Unido tem o segundo maior mercado de energia eólica *offshore*, e o nosso plano, a ideia é que produza pelo menos 50% do hidrogênio à frente.

Com certeza tem outras fontes, outras energias renováveis, tem o gás também, mas principalmente energia eólica *offshore* é a maior.

Eu gostaria de responder a sua pergunta também, sobre o custo da energia.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Se me permite, só para eu não esquecer. Há uma regulamentação? Porque essa coisa no Brasil ainda... Para energia eólica *offshore*, nós não temos regulamentação. Tem até um projeto que está sendo encaminhado, que está vindo para esta comissão, para a Comissão dar parecer, mas nós não temos ainda uma regulamentação. Então, se o Reino Unido tiver uma regulamentação relativa à energia eólica *offshore* e puder nos enviar para que sirva de base aqui, eu agradeceria.

Desculpe interrompê-la.

A SRA. MELANIE HOPKINS – Não, nada. A gente vai encaminhar isso. Na realidade, é uma fonte de colaboração muito estreita entre o Brasil e o Reino Unido faz tempo.

Para responder a sua pergunta sobre o custo de energia, com certeza, como o cenário internacional atual está crítico...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agravado na Europa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MELANIE HOPKINS – Agravado na Europa, exatamente.

... os preços mudaram bastante. Eu só tenho o preço em libras.

Ah, sim, muito bem, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ela fez a conversão. A libra está US\$1,3.

A SRA. MELANIE HOPKINS – Sim. Então, para eletricidade, a gente tem 0,21 pounds, que seria R\$1,34, e depois da guerra, ou depois do início da invasão, esse preço subiu para R\$2,18.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Dois vírgula dezoito reais?

A SRA. MELANIE HOPKINS – Reais.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k., obrigado.

Desculpe aqui a minha troca. A Primeira Secretária, Lorena Guzmán, e o Segundo Secretário, Alejandro Guzmán. Então, repondo, se eu entendo que segundo é acima do primeiro. Segundo é acima do primeiro?

A SRA. LORENA GUZMÁN – Primeiro é acima do segundo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Primeiro é acima do segundo. Então, eu já devia ter feito essa deferência de ser mulher, e agora a faço por dever. Já devia ter feito, mas faço por dever. A Primeira Secretária, Lorena. Então, Lorena, se puder...

A SRA. LORENA GUZMÁN (Para expor.) – Vou comentar um pouco dos tipos de energias verdes ou renováveis que o Chile tem. Nós temos muito potencial, especialmente na radiação solar, porque no norte do Chile a radiação solar é a mais alta do planeta. Então, temos muito potencial em taxas comparativas. Também no sul do Chile, na Patagônia, os ventos são muito fortes, então nossas plantas eólicas *onshore* equivalem a plantas *offshore*. Então, a capacidade de produzir energia no Chile, renovável, *green*, *clean*, como você queira falar, é muito grande. Por isso também está muito acelerado o processo de reconversão, porque o país, os investidores estão vendo a potencialidade que o país tem para produzir energia limpa.

O Alejandro vai falar das porcentagens que cada um representa.

O SR. ALEJANDRO GUZMÁN (Para expor.) – Lembremos então que temos, no Chile, 36% de energias renováveis na nossa matriz energética. Desses 36%, hidráulica convencional tem 37,5%; solar, 33,6%; eólica, 21,7%; e bioenergia, 2,8%; e geotérmica, 0,3%.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – No Chile, a solar é superior à eólica. No Brasil, a eólica... Eu creio que a solar, no Brasil, vá ultrapassar a eólica, mas hoje a eólica tem um percentual superior à energia solar.

Ficou uma pergunta para você, Thiago.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA (Para expor.) – Sim.

Senador, hoje a energia eólica ainda ocupa, em capacidade instalada, a segunda posição, seguida da energia solar. Perdão, a solar tem uma capacidade instalada já um pouquinho maior do que a eólica.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ah, já ultrapassou a eólica?

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – Só que, como a mesma capacidade instalada de uma turbina eólica produz mais energia do que a mesma capacidade de uma solar, então, embora tenha uma capacidade instalada menor, ela entrega mais energia. A eólica ainda entrega mais energia do que a solar.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pelo simples fato de que o vento é 24 horas e o sol é só uma parte do dia.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – É. Tecnicamente a gente fala do fator de capacidade, o quanto eu consigo gerar com a mesma capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Os painéis solares, de noite, literalmente, apagam, deixam de gerar.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – E o eólico gera de dia, de noite, embora haja uma predominância, em determinado lugar venta mais à noite, venta mais de dia, mas de qualquer forma gera de dia e de noite.

O SR. THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA – Exato.

Ficou pendente uma resposta relativa à data em que o plano trienal de ação do Programa Nacional do Hidrogênio será publicado.

Como eu comentei, nós estamos agora fazendo as interações com os diversos ministérios que vão dar sua contribuição para esse plano. A nossa expectativa é que esse trabalho internamente, no âmbito do Governo, já esteja concluído até o final do mês de maio, do próximo mês, e com isso ele já estaria apto, aquele comitê gestor que eu mencionei, a aprovar e dar publicidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Thiago; muito obrigado, mais uma vez, André; obrigado, Lorena; obrigado, Alejandro; obrigado, Melanie; obrigado, Luiza.

Uma das coisas com a qual nós queremos nos comprometer aqui é ter reuniões objetivas, com hora de começar e hora de terminar, até porque isso é regimental. Às 16h, 16h30, a gente tem reunião do Plenário, e não pode haver simultaneamente, o Regimento não permite, simultaneamente, reunião de Plenário e reunião de Comissão.

Então, agradecendo a presença de todos... *(Pausa.)*

Nós temos uma questão interna, um requerimento aqui a ser votado, mas para não abusar mais da boa vontade, e agradecendo novamente, agradecendo sinceramente a presença de todos, nos despedimos. *(Pausa.)*

Nós temos fé pública.

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Não, nós temos fé pública. Não temos fé pública?

Então, presentes o Senador Cid Gomes, o Senador Astronauta Marcos Pontes, o Senador Ciro Nogueira – está aqui visível, pode ser fotografado e registrado para a posteridade – e a Senadora Eliziane Gama, isso nos dá um quórum de quatro dos sete Senadores, o que, portanto, permite uma deliberação, que é rápida, Senador Ciro.

Nós recebemos aqui um convite, esta Comissão recebeu um convite para participar de um evento em Roterdã, no Porto de Roterdã, que será o porto que vai concentrar, na Europa, que acreditamos seja o grande e promissor mercado para a venda de hidrogênio pelo nosso país. Então, esse encontro se dará entre os dias 9 e 12 de maio, e a intenção é aproveitar essa viagem e ir até Bruxelas – isso está dependendo de uma formalização – para nos inteirarmos da legislação que a União Europeia está desenvolvendo, em nível de executivo, para essa área do hidrogênio. E, se conseguirmos – isso está em tratativas –, o Parlamento Europeu ou parte do Parlamento Europeu relacionado a hidrogênio verde, que identificamos ser em Estrasburgo, perto da França, mas próximo a Bruxelas. Então, isso se daria entre o dia 9 e o dia 15 de maio.

Em votação o requerimento.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

Requer a realização de diligência externa em Rotterdam, nos Países Baixos, em Bruxelas, na Bélgica e em Estrasburgo, na França.

Autoria: Senador Cid Gomes)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Nelsinho Trad, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia e Carlos Viana, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência pública sobre o tema: O setor de Hidrogênio Verde e o desenvolvimento da tecnologia. **Participantes:** Rafael Silva Menezes, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC (representante de: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI); Sr. Alex Sandro Gasparetto, Gerente (representante de: Petrobras); Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque, Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará; Dr. Alexandre Alonso Alves, Chefe Geral da Embrapa Agroenergia; Prof. Thiago Lopes, Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Afonso Bertucci, Diretor Técnico da Braspell Bioenergia; Alexandre Vaz Castro, Membro do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Federal de Química; e Prof. Paulo Emílio de Miranda, Professor do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe/UFRJ.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde.

A nossa presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema: O setor de hidrogênio verde e o desenvolvimento da tecnologia.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Estão presentes os seguintes convidados, e eu queria combinar para que a gente trouxesse inicialmente três. Combinamos aqui que cada um terá dez minutos para a sua exposição e, na sequência, nós convidamos mais dois. E três participantes terão a oportunidade de interagir através de videoconferência.

Então, eu convido para compor aqui a Mesa o Dr. Rafael Silva Menezes, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Setec), representando a Ministra da Ciência e Tecnologia, que hoje passou a manhã nesta Casa, Luciana Santos.

Obrigado.

Convido também o Professor Augusto Teixeira de Albuquerque, Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará. Conterrâneo.

E convido, alterando aqui a ordem, por uma demanda do convidado, o Dr. Alexandre Alonso Alves, Chefe Geral da Embrapa Agroenergia.

Ficarão para a sequência o Professor Thiago Lopes, Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o Doutor Alexandre Vaz Castro, membro do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Federal de Química, e participarão por videoconferência o Dr. Alex Sandro Gasparetto, Gerente de Diversificação e Parcerias da Petrobras, o Professor Paulo Emílio de Miranda, Professor do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe/UFRJ, e o Dr. Afonso Bertucci, Diretor Técnico da Braspell Bioenergia.

Concedo, inicialmente, a palavra, por dez minutos, ao Dr. Rafael Silva Menezes.

Eu vou me dispensar de ler os currículos, embora... Acho que é de bom alvitre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Rafael é engenheiro agrônomo, com mestrado em Ciências Agrárias, pela Universidade de Brasília, e doutor em Ciência Ambientais, pela Universidade Federal de Goiás. É Analista em Ciência e Tecnologia, de carreira, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e atualmente está como Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Setec), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Abreviei o já abreviado currículo.

Com a palavra, Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES (Para expor.) – Primeiro, boa tarde a todos e a todas.

Senador Cid, em nome da Ministra Luciana Santos, agradeço o convite. É sempre um prazer, para a gente do ministério, poder contribuir aqui com as pautas legislativas.

Eu trouxe para vocês alguns eslaides que vão versar um pouquinho sobre as iniciativas do ministério de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação na temática do hidrogênio.

Como é que a gente vai passando os eslaides? Eu vou pedindo para passar? (*Pausa.*)

O próximo, por favor.

Antes de começar a falar das iniciativas, destaco que esta é a nova estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. São quatro secretarias finalísticas. Destaco ali a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que é onde a temática do hidrogênio está inserida dentro da nova estrutura do ministério, mais especificamente, no âmbito do Departamento de Programas de Inovação e da Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais, da qual estou como Coordenador-Geral. Essa coordenação não trata, obviamente, somente da questão do hidrogênio.

No próximo eslaide, vocês podem verificar uma série de temáticas, muitas delas com uma interseção grande com a temática do hidrogênio. Há de se destacar ali a questão das energias renováveis, da bioenergia dos biocombustíveis, de tecnologias voltadas para água e saneamento, petróleo, gás natural e carvão mineral, recursos minerais e transportes.

Então, essas são as temáticas que a gente tem como competência para atuar, no âmbito da coordenação. Na verdade, é um desafio grande. Se vocês forem parar para pensar, em termos de temática, tem alguns ministérios aí dentro. O desafio, realmente, é muito grande.

No próximo eslaide, queria destacar também que o Ministério da Ciência e Tecnologia vem fazendo um grande esforço em termos de planejamento de ciência, tecnologia e inovação. Se você for pensar, desde 2007, com o lançamento do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010, ainda na gestão do Ministro Sérgio Rezende... Vou abrir parênteses,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, nesse plano, houve o último programa específico que o ministério lançou para a economia do hidrogênio, teve aquele plano de economia do hidrogênio, o ProH2.

Passamos pelas estratégias nacionais de ciência e tecnologia e, mais recentemente – isto a Ministra, com certeza, deve ter falado na sua palestra, agora – foram lançadas as novas diretrizes para a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, oportunidade esta que vai ser amplamente discutida com a sociedade. A gente vai ter o retorno da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, onde, provavelmente, o hidrogênio vai ter o seu destaque, no âmbito dessa nova estratégia, que vai ter um horizonte aí até 2030.

No próximo eslaide, eu vou falar um pouquinho das iniciativas do ministério e, mais especificamente, da atuação do MCTI no programa nacional de produção e uso do hidrogênio, da Iniciativa Brasileira de Hidrogênio, do Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio e já falar de algumas iniciativas que nós executamos com o CNPq e a Finep, desde o ano passado, que estão sendo implementadas ainda.

Próximo.

Bom, começo com alguns exemplos de rotas tecnológicas para a produção do hidrogênio. Não são só estas. Estes são alguns exemplos. Obviamente, o hidrogênio, hoje, tradicionalmente, é produzido nas refinarias de petróleo, a partir da reforma do gás natural, que vai produzir um gás de síntese, com, logo na sequência, uma reação de deslocamento, de *shift*. Você consegue aí produzir a molécula de hidrogênio e também CO₂. Por esse mesmo processo de reforma, você também consegue produzir a partir de fontes renováveis, como, por exemplo, a partir do biogás, a partir de biomassas, como o etanol, a partir da fermentação de açúcares, como a glicerina, que é um coproduto da produção do biodiesel. Então, a partir desse mesmo processo, você consegue também produzir o hidrogênio e também CO₂, mas o CO₂, aí no caso, vindo de fonte renovável, e então você teria um balanço neutro.

Temos outros processos de eletrólise amplamente conhecidos, em que você tem que ter uma energia... Para você ter o hidrogênio verde, você tem que ter uma energia renovável, e ali eu coloco várias fontes de energia renováveis possíveis para você estar produzindo o hidrogênio a partir da eletrólise.

Também trago ali um exemplo da fotocatalise, que ainda está em desenvolvimento, que é o uso de semicondutores para absorver a luz do sol. E, na verdade, o semicondutor trabalha como um catalisador, e esse catalisador gera o hidrogênio.

Nos fotocatalisadores tradicionais, vocês têm semicondutores que trabalham com a luz ultravioleta, e a pesquisa agora está avançando para o desenvolvimento de novos materiais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive fotocatalisadores plasmônicos, com nanopartículas de metais nobres com que você consegue ter a absorção da luz visível, e não somente da luz ultravioleta.

Então, são rotas tecnológicas com diferentes níveis de TRL, e muito provavelmente dando um *spoiler* da apresentação do Alexandre Alonso, com certeza, ele vai falar sobre esses níveis para vocês.

Próximo, por favor.

Nesse eslaide, eu quero destacar que as iniciativas do Ministério da Ciência e Tecnologia na temática do hidrogênio vêm desde a década de 90. Então, nós tivemos lá o ProCAC, o programa de células a combustível, ainda na década de 90, algumas iniciativas que nós apoiamos, como a criação do Centro Nacional de Referência em Energia de Hidrogênio, na Unicamp, e outros. Na verdade, aí é só um destaque. Na verdade, a Hytron, hoje, que todo mundo conhece, de fabricação de eletrolisadores, é uma *spin-off* desse centro lá da Unicamp. Foi nessa época também que apareceu a Electrocell, de um trabalho em parceria com o Ipen, lá em São Paulo.

Então, são várias iniciativas dessa época do Ministério que foram importantes para o desenvolvimento do setor de hidrogênio no país.

E aí iniciativas mais recentes. Quero destacar o WHEC, de 2018, coordenado pelo Prof. Paulo Emílio, lá em parceria com a ABH2, que eu acho que, de fato, retomou no país a discussão com o hidrogênio.

E iniciativas aí do Programa Nacional do Hidrogênio, do plano nacional de combustíveis do futuro, lembrando que o hidrogênio pode ser o insumo para a produção de combustíveis avançados.

E as duas iniciativas do ministério, sobre as quais eu vou estar comentando daqui a pouco, nos próximos eslaides.

Bom, o Programa Nacional do Hidrogênio tem o objetivo de fortalecer o mercado, a indústria do hidrogênio enquanto vetor energético no Brasil. Acho que o MME já teve a oportunidade de fazer uma apresentação mais detalhada no âmbito desta Comissão.

E eu quero dar destaque, nesses eslaides, de que a atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia é na coordenação do Eixo 1, de fortalecimento das bases científico-tecnológicas. No próximo eslaide quero dar destaque à câmara que nós coordenamos no âmbito do ministério.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa câmara teve como objetivo apoiar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo na temática do hidrogênio. Ela contou com várias instituições participantes, institutos de pesquisa, órgãos de governo, em que nós conseguimos, o que está no próximo eslaide, fazer uma proposta de plano trienal, para compor, na verdade, o plano trienal que o Ministério de Minas e Energia submeteu a consulta pública em cinco componentes principais.

A Componente 1 é voltada para a atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação; a Componente 2, para fortalecimento da infraestrutura de PD&I; a Componente 3, para incentivo ao empreendedorismo; a Componente 4, para projetos cooperativos e redes de pesquisa – eu sempre gosto de falar que essa componente é importante porque você, de certa forma, converge esforços e otimiza recursos públicos trabalhando dessa forma –; e a Componente 5, para estudos, diagnósticos e divulgação científico-tecnológica.

Próximo, por favor.

Esse Plano Trienal do Programa Nacional do Hidrogênio foi submetido a consulta pública. Ficou aberta até 28 de fevereiro a consulta pública, está em fase de consolidação das contribuições e, muito provavelmente, deve ser submetida ao CNPE para aprovação.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES – Próximo, por favor.

No âmbito desses programas interministeriais o ministério sempre tem o papel de consolidar a base tecnológica. No Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, por exemplo, o ministério coordenou o módulo de desenvolvimento tecnológico, instituiu a Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel e, no âmbito do PNH2, a gente estruturou a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio com foco na promoção do desenvolvimento tecnológico e na promoção da inovação e do empreendedorismo.

Essa portaria está em processo de atualização justamente por conta da nova estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia e de alguns aperfeiçoamentos pelos quais ela vai passar.

Próximo, por favor.

A IBH2 visa estruturar a governança e coordenar os esforços de CT&I na temática do hidrogênio; promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação; transferência de conhecimento; mobilizar atores nacionais e estrangeiros no âmbito da temática; promover a universalização do acesso à infraestrutura relacionada à área do hidrogênio; a formação e a capacitação de recursos humanos; bem como apoiar programas e políticas nacionais relacionados ao tema, como é o próprio PNH2.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou correndo um pouquinho só para dar tempo de mostrar para vocês todos os eslaides.

Próximo, por favor.

As temáticas da iniciativa perpassam toda a cadeia de produção e uso com foco na produção do hidrogênio a partir de fontes renováveis, a parte de armazenamento, transporte, segurança, o uso e aplicações do hidrogênio nos mais diferentes setores.

Próximo, por favor.

Como principal ferramenta da IBH2 a gente está estruturando o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio. Esses laboratórios vão ser selecionados principalmente a partir de chamadas públicas realizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Próximo, por favor.

O descontingenciamento do FNDCT, ainda em 2022, permitiu que a gente desenvolvesse algumas iniciativas. Uma delas foi justamente uma chamada específica para o SisH2, que, além de apoiar projetos estratégicos na temática do hidrogênio, permitiu que a gente selecionasse já alguns laboratórios candidatos a integrarem o Sistema Brasileiro de Laboratórios.

Próximo, por favor.

Foi um edital de R\$33 milhões no qual nós tivemos 13 projetos selecionados no âmbito dessa chamada pública.

Próximo, por favor.

E foram essas as instituições que foram selecionadas nessa chamada. Então, laboratórios pertencentes a essas instituições irão apresentar um plano de trabalho para o Ministério da Ciência e Tecnologia e, se aprovado, a gente vai assinar um termo de adesão com esses laboratórios para que integrem o SisH2.

Próximo, por favor.

Outra iniciativa que nós conseguimos já fazer: a gente conseguiu irrigar o sistema um pouquinho na área do hidrogênio com uma chamada pública voltada tanto para o IBH2 como para apoiar o combustível do futuro. A linha 4 dessa chamada foi específica para o hidrogênio, chamada essa no valor total de R\$63 milhões pelo CNPq, onde nós aprovamos 66 propostas.

Próximo.

Isso aí é outro exemplo de um projeto coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, projeto voltado para a produção de combustível sintético para aviação. O hidrogênio, como eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falei, é o insumo principal nesse hidrogênio, quando você usa a rota de Fischer-Tropsch. Então você tem que produzir gás de síntese, o gás de síntese é uma mistura de CO + hidrogênio, e, tendo o hidrogênio verde, você consegue fazer esse processo por essa rota específica, produzir esse combustível sintético, na verdade um petróleo sintético, que depois você destila e pode fazer diesel sintético, gasolina sintética, querosene de aviação sintético. Então é um projeto grande que a gente tem com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que teve apoio do Fundo Setorial de Energia do FNDCT.

Próximo, por favor.

Outras chamadas públicas que recentemente vêm apoiando a temática do hidrogênio, destaquei essas três, uma de subvenção econômica da Finep, apoio recurso não reembolsável na empresa para projetos de TRL de 3 a 7, no Vale da Morte: nessa chamada de R\$50 milhões, aprovamos sete propostas; fizemos uma chamada também voltada para o desenvolvimento da cadeia do biogás, em que tivemos propostas no âmbito da temática do hidrogênio, no valor de R\$20 milhões, em que aprovamos oito projetos selecionados; e também outra chamada, diferente das chamadas tradicionais de subvenção econômica da Finep, essa sim de fluxo contínuo, em que muito provavelmente a gente está em discussão ainda com a Finep, terá a temática de hidrogênio ainda este ano.

Terminando aí, eu quero destacar um dos eventos que nós identificamos como potencial no âmbito do componente 5 do plano, que é o Congresso Brasileiro de Hidrogênio, muito provavelmente o Paulo Emílio vai destacá-lo também, que é realizado pela Associação Brasileira do Hidrogênio, estão abertas as chamadas de trabalho até o dia 19, então tem sempre a vertente empresarial, a vertente científica da academia, e vai ser realizado nos dias 29, 30 e 31 de maio, em Maricá, no Rio de Janeiro.

Obrigado. Desculpe a correria, Senador Cid, e o estourar do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós que agradecemos, Dr. Rafael, em primeiro lugar, a sua disponibilidade de comparecer a esta Comissão. Parabenizo pela apresentação. É uma oportunidade da Comissão, mas principalmente do Brasil, do Parlamento brasileiro: conhecer o que já vem sendo feito em diversas instâncias de Governo e também da iniciativa privada.

Muito obrigado pela sua participação.

Passamos agora a palavra ao Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque, Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço aqui uma breve leitura do seu currículo: Engenheiro com formação em Engenharia Civil, colega engenheiro; Mestre em Engenharia de Estruturas pela USP; atualmente em estágio de doutorado internacional pela Universidade do Nebraska; Doutor em Engenharia de Estrutura pela USP, em 2007.

Com a palavra o Prof. Dr. Augusto Teixeira de Albuquerque.

O SR. AUGUSTO TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria, Senador, de agradecer o convite. Para o senhor, como ex-aluno, a gente está deixando aqui um livro da UFC com a foto atual da sua universidade.

Permitam-me inicialmente fazer uma rápida apresentação sobre a Universidade Federal do Ceará.

A UFC figura entre as 15 melhores universidades do país, segundo levantamentos nacionais e internacionais. Com mais de 34 mil estudantes matriculados em seus diversos cursos de graduação e programas de pós-graduação, a quase septuagenária universidade orgulha-se de possuir em seus quadros mais de 300 pesquisadores PQ do CNPq e contar com 14 programas de pós-graduação avaliados como de excelência internacional pela Capes.

Além dos três pilares basilares da academia, o ensino, a extensão e a pesquisa, tem-se destacado também no empreendedorismo e inovação, abrigando programas de formação empreendedora, incubação de *startups*, desenvolvimentos de PDI e transferências tecnológicas.

Bem, é nesse contexto que, em fevereiro de 2021, o Governador do Estado do Ceará selou um memorando de entendimento para a criação do Hub de Hidrogênio Verde. Ressalta-se a correta percepção do Ministro Camilo Santana, à época Governador do Ceará, em convidar para compor essa iniciativa, além do Complexo do Porto do Pecém, a Federação das Indústrias do Estado e a Universidade Federal do Ceará representando as academias cearenses.

Ato contínuo ao memorando, foi instituído um grupo de trabalho com representantes das quatro instituições para elaboração do *roadmap* do *hub*, que contempla as demandas de políticas públicas, as regulamentações necessárias, os impactos socioambientais e as oportunidades de desenvolvimento tecnológico.

O trabalho foi concluído em 2022 e contou com a participação de quase uma centena de pesquisadores e especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento. O robusto relatório final aponta ações de curto, médio e longo prazo e alcançou os seguintes objetivos específicos: apresentar oportunidades para que o Estado do Ceará venha explorar na cadeia produtiva do hidrogênio verde, tendo como suas vantagens competitivas o seu potencial de energias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renováveis; fornecer requisitos para os processos de certificação, licenciamento, operação e comercialização do hidrogênio verde; identificar fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento socioeconômico do estado; promover a proteção do clima e transição para o transporte neutro em carbono; e ainda fortalecer a competitividade do estado por meio da abertura e do crescimento do mercado a partir das novas tecnologias geradas para o hidrogênio verde.

Acredita-se que o Hub de Hidrogênio Verde irá criar oportunidades reais para a sociedade como um todo, desde as comunidades locais, passando pelo mundo do trabalho e finalizando com pesquisas de fronteira. Seguindo assim o lema "o universal pelo regional", traçado pelo nosso fundador, Reitor Antônio Martins Filho.

O tema do hidrogênio verde é, por vezes, tratado com certo ceticismo, pois tudo que envolve risco tecnológico precisa de certo pioneirismo. Vale lembrar que uma ou duas décadas atrás as pesquisas em inteligência artificial remetiam mais a filmes de ficção científica do que aplicações práticas. E hoje Estados Unidos e China, que se mantiveram firmes no desenvolvimento científico e tecnológico desse tema, dominam quase todo o segmento.

Ficou muito claro, quando de nossa missão, juntamente ao Governo do estado, ao Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Hidrogênio Verde na Espanha, que a contribuição do hidrogênio verde na transição energética é muito promissora, mas que, para ser efetivada, uma série de desenvolvimentos tecnológicos ainda são necessários. E a comunidade científica brasileira está preparada para esses desafios.

Nesses dois anos de trabalho que a UFC realizou, juntamente com o comitê, o grupo de trabalho do estado, nós realizamos uma série de seminários sobre o tema e prospectamos diversos grupos de pesquisa que poderão contribuir para o desenvolvimento tecnológico de toda a cadeia de produção, armazenamento, transporte e utilização de hidrogênio.

Identificaram-se ainda pesquisadores para atuarem no estudo dos impactos socioambientais, do desenvolvimento local e dos subprodutos da produção do hidrogênio verde.

Todos esses grupos de pesquisa estão descritos por áreas temáticas, com a composição de suas equipes e as suas respectivas linhas de pesquisa, em um portfólio digital, de forma a facilitar a interação com diversas indústrias ou outras universidades que venham a se instalar no entorno do Porto do Pecém.

E aí, Senador, a gente aproveita esta oportunidade, estamos lançando hoje um vídeo institucional com todos os grupos de pesquisa da UFC que podem cooperar nesse tema, porque imaginamos que essa exposição poderá facilitar as interações e novos convênios com a indústria, outras instituições ou agências e órgãos como a Embrapa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com muito orgulho e satisfação, registramos que os primeiros termos de cooperação entre a universidade e essas indústrias já se encontram em andamento, tais como uma pesquisa feita por um grupo nosso da geografia, que estudou os impactos socioambientais na região do entorno da planta de produção de uma multinacional australiana que está se instalando no Porto do Pecém.

Temos também o caso do grupo de pesquisa da Engenharia Mecânica, que está fazendo os projetos de aerogeradores para uma multinacional francesa que também está instalando parques no Estado do Ceará.

Vários projetos de pesquisa sobre o tema foram aprovados em encontros em desenvolvimento financiados por agências nacionais e a Funcap, que é a nossa agência local, tais como injeção de hidrogênio na rede de gás, produção de hidrogênio utilizando células de dessalinização e eletrólise microbiana e hidrogênio sustentável no transporte pesado, para citar apenas alguns.

Nosso parque tecnológico está buscando financiamento, e, quem sabe, já seja uma dessas chamadas que vão surgir, para a instalação de um ousado e inovador *open lab* de hidrogênio verde. O projeto prevê a instalação de painéis solares para fornecer energia aos eletrolisadores, que produzirão hidrogênio e oxigênio. O hidrogênio terá duas funções: abastecer carros da prefeitura e alimentar uma célula de combustível estacionária que gerará energia para ser introduzida na própria rede do *campus*. Pode-se, dessa forma, pesquisar as perdas de conversão, treinar técnicos na montagem e reparo dos equipamentos, em parceria com o Senai, por exemplo. A água a ser usada é a própria água do açude do *campus*, água poluída e que dará oportunidade de se trabalhar em uma estação de purificação, pesquisa importante para usar água de reuso.

A edificação destinada a esse projeto está com instalações físicas quase prontas, com espaço para laboratórios, salas de treinamento e espaço até para 38 *startups*.

Em nosso Partec, é importante frisar que já se encontra uma *startup* em incubação, que desenvolve mecanismos de certificação da sustentabilidade da energia primária que alimenta o eletrolisador.

O cenário que se nos apresenta é muito promissor, e os desafios para torná-lo realidade são grandes. Porém, o breve relato acima nos faz acreditar que o caminhar em conjunto, unindo academias, indústrias, poder público, pode ser o grande diferencial para que alcancemos a visão de futuro definida no *roadmap* do HUB de Hidrogênio Verde no Ceará, qual seja, o Ceará, protagonista global na produção, utilização e exportação do hidrogênio verde e derivados,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

referência na cadeia produtiva e no capital humano, contribuindo para a transição energética mundial justa e sustentável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Gostaria de registrar algumas presenças: Andrey Friezler, da agência alemã GIZ; Roberto Hollanda, Diretor do Fórum Nacional Sucroenergético; Renato Cunha, Presidente do Sindaúcar e Vice-Presidente do Fórum Nacional Sucroenergético; Edmar Lyra, jornalista do *Diário de Pernambuco* – Pernambuco é para onde nós iremos nesse sexta-feira.

Esta Comissão, ao longo do seu funcionamento – ela tem um prazo previsto de funcionamento de dois anos –, deseja conhecer experiências, iniciativas que estão sendo tomadas em diversas regiões brasileiras. A primeira reunião fora daqui do Senado será nesta sexta-feira, quando iremos conhecer, na companhia do Senador Fernando Dueire, a experiência já em andamento, na área do hidrogênio, no Porto de Suape. E, na sequência, visitaremos outros estados brasileiros.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Alexandre Alonso, que é Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia.

O Dr. Alexandre Alonso é pesquisador da Embrapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, ocupa a função de Chefe-Geral do Centro Nacional de Pesquisas em Agroenergia, vinculado à Embrapa Agroenergia, onde coordena ações nas temáticas de bioeconomia, biotecnologia, transição energética, entre outras agendas importantes.

Com a palavra o Dr. Alexandre Alonso.

O SR. ALEXANDRE ALONSO ALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero, inicialmente, cumprimentá-lo por esta audiência, por trazer o debate científico, a ciência e a tecnologia para dentro do Parlamento. Isso é muito importante. A ciência pode e deve municiar os Parlamentares de boa ciência, de bons dados, de bons modelos, para que a gente possa também ter as melhores legislações. Na sua pessoa, Senador, quero cumprimentar os demais Parlamentares presentes.

Eu quis trazer – achei apropriado, já que o tema era hidrogênio verde e o desenvolvimento da tecnologia – um apanhado geral das tecnologias que são utilizadas para a produção do hidrogênio, ressaltando, por exemplo, o nível de prontidão tecnológica, a intensidade de carbono dessas tecnologias, custo, entre outros aspectos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Como que esse hidrogênio é produzido? Qual é a principal tecnologia?

Próximo.

Basicamente, a gente pode ter duas abordagens, o Rafael já demonstrou. Mas, num primeiro momento, a fonte principal de produção de hidrogênio no mundo hoje é uma fonte fóssil, utilizando gás natural, que, por um processo de reforma, mais especificamente de reforma a vapor, gera-se o hidrogênio. Esse hidrogênio é chamado de hidrogênio cinza, quando ele é produzido por esse modelo tradicional, e, quando se acopla uma estratégia de captura de carbono, esse hidrogênio passa a ser chamado de hidrogênio azul. Então, perceba aí que a intensidade de carbono, a quantidade de carbono emitida é algo relevante para se classificar o hidrogênio.

Por outra sorte, temos as fontes renováveis, que são objeto, principalmente, desta Comissão aqui. Uma fonte que tem sido bastante pesquisada e utilizada é a água, utilizando-a por um processo de eletrólise para produzir hidrogênio, hidrogênio verde nesse caso. E, a partir da biomassa também, a gente pode utilizar aquele mesmo processo termoquímico de reforma a vapor para produzir hidrogênio. Nesse caso, ele tem sido chamado de hidrogênio verde musgo.

Próximo.

Sobre as tecnologias, tratando aqui do hidrogênio azul especificamente, a gente tem a reforma a vapor do metano e a reforma autotermal. São duas tecnologias, tradicionalmente, que são utilizadas.

Próximo.

Basicamente a ideia aqui é que você tenha uma fonte constante ali de gás natural e, a partir desse reator, é produzido ali o hidrogênio, e, posteriormente, por um processo de separação, como o próprio Rafael já havia mencionado, gera-se o hidrogênio. Então, a gente usa o metano, principalmente aquele vindo da fonte de gás natural, para separar desse metano a parte do hidrogênio. Nesse caso, o hidrogênio cinza.

Próximo.

Quando a gente acopla a mesma via, por baixo, ali, uma via de cima, que é a possibilidade de se capturar o hidrogênio, então é o mesmo processo, o CO₂, é o mesmo processo para se gerar, só que, com a captura de carbono, usa-se, então, para se produzir o hidrogênio azul. Percebam que, nesses dois casos aqui, a gente tem uma demanda por energia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideravelmente menor em função de o processo de reforma a vapor utilizar ali o próprio gás natural e a água.

Próximo.

E aí, em termos de eficiência desses processos, para cada um gigajoule de hidrogênio produzido ali, esses são os quantitativos que são gerados, a quantidade de energia a partir do gás natural que é utilizado e a quantidade de energia elétrica ali, medida em quilowatt-hora. Percebam que, nesses modelos que utilizam gás natural, no caso, especificamente, do azul, o consumo de eletricidade é bastante baixo em função da própria formatação do processo.

Próximo.

De outro lado, a gente tem, então, o hidrogênio verde, e aí a produção desse hidrogênio verde, principalmente ali pelo processo de eletrólise da água. A gente tem algumas tecnologias. Não é apenas uma. A principal delas, talvez, seja a eletrólise alcalina, que é utilizada para poder fazer essa quebra da molécula de água, mas a gente tem outras, como, por exemplo, a que usa uma célula eletrolisadora de óxido sólido, entre outras.

Próximo.

Percebam aqui que, nesse modelo, então, a matéria-prima principal é a água, não é mais o gás natural, e você precisa de trazer eletricidade a partir do *grid* para alimentar aqueles eletrolisadores para se produzir o hidrogênio. E, ali embaixo, tem a medida da quantidade de eletricidade consumida, utilizada para a produção daquela mesma quantidade de hidrogênio livre.

Então, percebam que, no gráfico anterior, a gente estava falando ali da ordem de algumas dezenas de quilowatt-hora. Aqui a gente está tratando, principalmente por esse processo de eletrólise alcalina, da casa de algumas centenas de quilowatt-hora. Faz-se necessário que, para a produção do hidrogênio verde, a gente tenha um suprimento bastante robusto de eletricidade e de fonte limpa, para que se possa ter, obviamente, uma menor emissão de CO₂. Mas percebam que a gente só consegue utilizar esse processo se a gente tiver aí acoplado um processo de geração de energia bastante robusto, bastante limpo.

Próximo.

Um outro processo semelhante ao da reforma do gás natural é aquele que, ao invés do gás natural na entrada, vai utilizar o biometano produzido a partir do biogás. Então, o biogás é produzido, principalmente, por um processo de biodigestão de resíduos orgânicos. Então, a gente consegue utilizar vários resíduos de produção agrícola, por exemplo, para, em um processo de biodigestão gerar o biogás. Esse biogás, basicamente, tem uma mistura ali de metano e outras moléculas. A gente pode purificar, Senador, esse biogás até o estágio de biometano e, a partir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dali, utilizar o processo de reforma a vapor, do mesmo modo como é feito com o gás natural. Só que, nesse caso aqui, a gente tem uma fonte renovável vinda de resíduos, que é o biogás. Então, isso permite que a gente tenha, obviamente, uma pegada de carbono muito menor pela utilização do resíduo.

Próximo.

E, também, uma outra possibilidade para a tecnologia é se utilizar, como matéria-prima, o etanol. Então, eu coloquei ali a molécula do etanol. Se você reparar ali, ela tem vários daqueles átomos em vermelho ali, que são os átomos de hidrogênio. Então, basicamente, o que o processo visa fazer é, via um reformador de etanol, você separar, quebrar essas moléculas, gerando hidrogênio com CO₂, com possibilidade, ali também, de ser feita a captura. Então, a gente pode, nesses dois casos, ter um hidrogênio vindo de biomassa, considerado um hidrogênio sustentável também.

Próximo.

E essa utilização do etanol permite algumas outras utilizações, como, por exemplo, você ter esse tipo de tecnologia embarcada nos próprios veículos. A principal utilização do hidrogênio hoje, no mundo, não é para uma finalidade de transporte. A maior parte do hidrogênio é utilizada em refino e, principalmente, também para a produção de fertilizantes, mas, aqui, a gente tem a possibilidade de utilizar o etanol como uma ponte. Gerar o hidrogênio no próprio reformador, um minirreformador instalado no carro, e, a partir dali, usar esse hidrogênio para gerar eletricidade. Então, isso vai permitir que a gente possa fazer um processo de bioeletrificação da nossa frota, utilizando o etanol, seja em um veículo *flex* elétrico, seja em um veículo com célula combustível. A célula tradicional coloca hidrogênio para se gerar corrente elétrica. Nesse caso aqui, a gente acopla um reformador ao próprio veículo, antes, para se gerar o hidrogênio e gerar a eletricidade.

Próximo.

E, por fim, a gente tem a possibilidade de utilizar a biomassa como um todo, como, por exemplo, biomassa florestal. A gente pode utilizar, dentro de um processo de pirólise ou de gaseificação, gerando um bio-óleo ou, posteriormente, um gás de síntese, e esse gás de síntese, por ser rico em hidrogênio, a gente consegue derivar, a partir daquela *water-gas-shift* ali, que o próprio Rafael já tinha falado, produzir o hidrogênio ou, via *fischer-tropsch*, produzir os combustíveis sintéticos ou esses *e-fuels* de que tanto se tem falado.

Próximo.

Em relação à intensidade de carbono dessas tecnologias – se o que as diferencia, em grande parte, é a questão de ter captura de carbono ou não –, eu trouxe alguns dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Basicamente, o que separa, o que diferencia essas várias cores aí do hidrogênio é a quantidade de CO₂ que está sendo emitida durante esse processo. E, aí, quando eu estou dizendo, eu estou falando do processo como um todo, de todo o ciclo de vida, porque, muitas vezes, algumas pessoas falam: "Ah, mas o hidrogênio não gera CO₂, por exemplo, se utilizado no veículo". Mas, aqui, a mensuração é para a produção do gás, com toda a sua logística. Então, o marrom e o cinza são grandes emissores de CO₂; o azul, por ter a estratégia de captura de carbono, continua tendo um nível de emissão, mas um nível mais reduzido; e a rota verde ali é uma rota já mais neutra em termos de hidrogênio.

O que são esses números?

Próximo.

Próximo. Pode pular esse também.

Esse é um material que foi produzido recentemente até pela IEA e ele coloca basicamente ali: o hidrogênio azul, o hidrogênio verde em comparação ao hidrogênio cinza.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE ALONSO ALVES (Para expor.) – Então, o hidrogênio cinza está ali emitindo entre 82gr, próximo a 85gr de CO₂e/MJ (CO₂ equivalente por megajoule) de energia do hidrogênio. Então, a gente pega ali o verde, o hidrogênio verde, produzido a partir de eletrólise, usando diferentes tipos de logísticas ali naquela tecnologia de eletrólise alcalina ele vai estar ali na faixa de – quanto que está ali? – 13, 16.

Então, perceba que o hidrogênio cinza, 80; o hidrogênio verde cai para essa faixa de uma dezena baixa ali, na casa de 16.

A mesma coisa acontece quando, por exemplo, você utilizar comparando ali a eletrólise com a reforma do metano. Mesmo quando você usar a reforma do metano por gás natural e captura de carbono, ele cai do 80 para 38, para 40, enquanto que no hidrogênio verde vai estar ali em torno de 12, 16.

Interessante: naquele outro gráfico do lado ali que a gente gerou, é de se observar que está numa outra medida, não está em grama de CO₂ por megajoule, ele está em quilo de CO₂ por quilo de hidrogênio.

A gente também pode fazer uma estimativa de qual o nível de emissão do hidrogênio produzido a partir de biomassa, de biogás. Nesse caso, ele vai ficar entre 0,31 e 8,63kgCO₂, enquanto que o mesmo produzido a partir de fonte fóssil vai estar ali em 17kgCO₂.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, perceba que a grande vantagem e o fato de o hidrogênio ser bastante interessante para transição energética é a possibilidade de se promover, além da transição, uma ampla descarbonização de todos os setores por meio da produção desse gás.

Próximo.

Ali, só mostrando também que, na parte de baixo, se você vir o *biomass*, em alguns casos você pode ter também a captura de carbono. Ou seja, em vez de ser nível baixo de emissão de CO₂ você vai ter emissão negativa, no caso, a depender.

Mas isso ainda está muito baixo, Senador. Se a gente for olhar, está tratando de uma produção anual da casa de 94 milhões a 100 milhões de toneladas de hidrogênio, e a gente está projetando para 2030 que a gente tenha algo em torno de 14 milhões sendo produzidos a partir de eletrólise e, com captura de carbono, outros dez...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Números mundiais?

O SR. ALEXANDRE ALONSO ALVES – Números mundiais.

Então, assim, o que eu quero dizer é que há um amplo espaço para que esse hidrogênio possa crescer, e mesmo fazendo um crescimento absurdo a gente ainda vai ter um espaço grande para correr.

Próximo.

Pode pular.

Em relação ao nível de prontidão. Essas tecnologias estão prontas para ser utilizadas? E custo?

Próximo.

Esse é um gráfico que ele vai do nível 1 até o 11 e, na verdade, essa é uma escala de maturidade tecnológica, *technology readiness levels*. A escala padrão normalmente vai até 9, tem algumas que vão até 11.

Basicamente, quanto mais baixo essas tecnologias estão mais em escala de prova de conceito, bancada elas estão. Quanto mais próximo de 9 ou para cima já são tecnologias maduras para serem utilizadas.

E aí eu separei ali, por exemplo, a tecnologia de eletrólise, para utilizar água. É uma tecnologia bastante madura, com nível de maturidade 9. Em compensação, a captura de carbono





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a partir da reforma a vapor já está em torno de 5. E as tecnologias de gaseificação de biomassa e reforma a etanol também estão em fases de protótipo para serem utilizadas.

Isso é importante para direcionar investimentos de P&D, para aquilo que a gente precisa estimular de uma maneira mais robusta. E do lado de lá, a parte de transporte e logística.

Próximo.

Em relação ao custo, essa é uma estimativa da IEA, em relação aos custos. Perceba que ali é gás natural sem captura de carbono. Então, ele está ali na faixa próxima a US\$2 por quilo de hidrogênio. Enquanto que a gente está falando de 2030, 2050, usando *wind offshore*, de a gente estar conseguindo atingir esses preços.

Então, há um amplo espaço para desenvolvimento tecnológico, para ganho de eficiência e queda no preço. A gente, ainda olhando algumas tecnologias, consegue gerar o hidrogênio, mas ainda com um custo bastante elevado.

Próximo.

Por fim, eu queria só destacar o potencial que o Brasil tem, Senador.

Eu sei que já estou com o tempo estourado aqui, mas eu gostaria só de trazer uma ideia.

O próximo.

Parece-me que o país, o Brasil, pela sua característica, tem a possibilidade de ter várias rotas, várias alternativas para a produção do hidrogênio sustentável coexistindo. Então, veja que eu estou falando de hidrogênio sustentável, pensando que um vai ter na faixa de 90 de emissão de CO. Se a gente tiver tratando de rotas que produzem hidrogênio emitindo menos de 30, a gente já está tratando como hidrogênio sustentável ou hidrogênio de baixa emissão.

Parece-me que no Brasil, pela especificidade, Senador, a gente pode ter diferentes rotas, sejam as rotas via eletrólise, sejam as rotas que utilizam biocombustíveis, biogás, biorresíduos, entre tantas outras.

E por que eu digo isso?

Próximo.

Se a gente olhar a rota via eletrólise, o Brasil tem um potencial assustadoramente grande para se instalarem parques eólicos, principalmente na região do Nordeste. Aqui eu não quero escolar ninguém, muito menos o senhor. Mas, para essas regiões, onde a gente tem uma disponibilidade de geração eólica, a via por eletrólise, que é uma via madura, em termos tecnológicos, é uma via muito interessante a ser seguida. E não é à toa que várias iniciativas têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surgido no Nordeste para a produção do hidrogênio verde. Então, para essas regiões com potencial de eólica, solar, etc., essa é uma via muito interessante.

O próximo.

Por outro lado, a gente tem também uma capacidade instalada no país de produzir biogás em ampla abundância e uma quantidade de resíduos. Aquele gráfico do lado de lá é a disponibilidade de resíduos.

Em todas as regiões, a gente tem diferentes tipos de resíduos, sejam resíduos agrícolas, resíduos urbanos, que podem ser utilizados num processo de biodireção para gerar biogás e uma capacidade instalada já de produção de biogás muito interessante. Com isso, a gente consegue utilizar, em regiões distintas daquelas da parte da eletrólise, biogás como um vetor para produção de hidrogênio.

O próximo.

Várias empresas obviamente já estão interessadas, já estão investindo, principalmente o setor sucroenergético.

O próximo.

O que é interessante aqui é que essa via, Senador, permite que a gente possa produzir hidrogênio, o que eventualmente, por esse processo de Haber-Bosch, a gente, em vez de utilizar o metano do gás natural, utilizar o metano do biogás para produzir fertilizante, para produzir amônia verde. Então, o Brasil importa mais de 85% dos fertilizantes para a sua atividade agrícola. Se a gente puder utilizar o biogás dentro desse processo onde é gerado o hidrogênio – se precisar também ser injetado, pode vir da própria reforma do biogás –, a gente tem a possibilidade de gerar fertilizantes a partir de um resíduo agrícola. Então, é um exemplo de circularidade muito importante. O próprio setor agrícola, por meio dos resíduos, gera insumo para geração do biogás, que gera amônia, que gera fertilizante, que retorna para a parte agrícola, podendo obviamente também se produzir hidrogênio por essa via.

Próximo.

O Brasil tem uma quantidade também fabulosa de biomassa de origem florestal, principalmente de floresta plantada, muito sustentável, com um processo de produção muito tecnificado, que eventualmente pode ser utilizado por essa rota de gasificação ou de pirólise para a produção de combustíveis sintéticos e também de hidrogênio.

Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o Brasil é um dos principais líderes na produção de cana-de-açúcar e de etanol do mundo, com uma capacidade instalada também de usinas para produção de etanol. Estou vendo ali o Guilherme, também do etanol de milho. A gente poderia acrescentar o milho ali. A gente pode até ter uma produção substancial de etanol no Brasil, inclusive aumentada, que pode ser utilizada para uma estratégia de ponte com combustíveis sintéticos ou utilizados para a produção de hidrogênio.

Próximo.

E aí esse gráfico. Talvez ele não seja o gráfico mais atualizado da Associação Brasileira do Hidrogênio, mas ele mostra em grau de cor ali quanto mais potencial você tem naquelas regiões para produzir hidrogênio verde e por qual rota, seja ela usando eletrólise, eólica, solar, biomassa, biogás. Então, percebam que, pela dimensão continental do Brasil, pelas suas características regionais, o Brasil pode eventualmente, a depender da demanda do mercado, a depender de conjunturas, tomar uma iniciativa de se produzir hidrogênio por diferentes rotas, sem que necessariamente isso seja algum fator competitivo entre eles. E aqui pensando em se explorar vantagens comparativas e transformá-las em vantagens competitivas para o país.

Próximo.

Acho que era isso que eu queria trazer, era um *overview* das tecnologias, nível de prontidão, custo e principalmente essa questão da sustentabilidade com o CO₂.

Peço desculpa pelo tempo ali, mas espero ter contribuído para essa discussão e fico à disposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Com certeza bastante valiosa a sua contribuição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deu certo, né? Esse é o agro, esse é o nosso agro aí.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É o agro. É isso, é isso.

Eu tenho dito: isso é uma oportunidade para o Brasil inteiro e a gente ainda está pensando, tem a cabeça muito voltada para a fabricação do hidrogênio com vista ao mercado externo, mas a gente tem que pensar e pensar objetivamente no nosso mercado interno. Acho que o mercado externo será um garantidor dos investimentos iniciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito disso, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Fernando, eu estive esses dias visitando o porto de Roterdã e fui a Bruxelas, onde fica sediada a União Europeia, a administração da União Europeia. E voltei mais otimista do que fui. O porto de Roterdã está se consolidando como um porto que será o porto *hub* de recebimento de hidrogênio. Eu pude avançar, misturando aqui as viagens atemporalmente, as duas cidades.

Os números já estão bastante claros para a União Europeia. Eles falam em 55% da matriz elétrica da União Europeia, dos países que compõem a União Europeia, em 2030. São sete anos. Nós estamos em 2023. Em sete anos, o objetivo deles é ter 55% da matriz energética deles de origem renovável, sustentável; e, em 2050, 100%.

Eu estive com a chefe do Departamento de Energia, lá da Comunidade Europeia, e perguntei especificamente o que é que eles acreditam, qual a participação do hidrogênio nessas metas. Então, em 2030, o número falado por eles é de um consumo de 20 milhões de toneladas de hidrogênio verde – em 2030, daqui a sete anos. E eles sabem que a capacidade de produção deles não conseguirá alcançar metade disso. Eu estimo em metade disso, que a produção da Europa será da ordem de 10 milhões de toneladas. E eles acreditam que a importação de hidrogênio será da ordem também de 10 milhões de toneladas.

A estimativa que fazem é de que metade disso virá através de gasodutos, e o ingresso será pelo Mediterrâneo, notadamente da África e do Oriente Médio. E a outra metade será por navio.

E o Porto de Roterdã tem celebrado convênio em que Rio Grande do Sul, Paranaguá e Ceará – mas tenho certeza de que isso se estenderá a outros portos brasileiros –, que já se colocam como protagonistas. Inclusive, estavam lá, na presença remota do Primeiro Ministro, o Primeiro Ministro estava no Porto de Pecém; e a gente lá, na sede do Porto de Roterdã. E foi feita a assinatura do que eles chamam de Corredor Verde, que, repito, pega do Porto do Rio Grande, porto que estava representado pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Porto de Paranaguá e o Porto de Pecém. Então, foi celebrado lá esse convênio.

São notícias que vão nos deixando cada vez mais crentes de que isso será uma grande oportunidade para o Brasil. Repito: inicialmente, pensando em exportação. Mas o Brasil tem um mercado potencial. E, com certeza, o desenvolvimento das tecnologias vai contribuir muito mais rápido do que a gente imagina. As gerações, hoje, industriais estão caminhando muito rapidamente.

Eu sou contemporâneo da energia eólica, cujo uso era incentivado através de um programa federal chamado Proinfa. Os primeiros megawatts comprados saíram a R\$400. Hoje, a energia eólica compete com outras fontes de energia. Não precisa nem ter leilão específico mais, porque ela compete em pé de igualdade com qualquer outro tipo de energia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida de que o hidrogênio também, ao longo destes próximos anos, não falo nem década, ao longo dos próximos anos, evoluirá.

Esta reunião, eu me permito a propaganda, desta Comissão é realizada ordinariamente todas as quartas-feiras.

Digo aos que estão presentes e aos que nos acompanham que, todas as quartas-feiras, a gente terá sempre um tema em discussão.

E acabam surgindo perguntas. Quero aproveitar a mesa e o conhecimento dos que aqui estão para repassá-las. E quem se julgar em condições de responder, levanta o dedinho, e o mais rápido vai ter a palavra.

Tássia Tavares, de São Paulo, pergunta: "Qual é o papel do hidrogênio verde em termos de mobilidade elétrica?"

Alguém se habilita?

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (*Por videoconferência.*) – Eu posso falar, se quiser, Senador. Aqui é Paulo Emílio de Miranda.

Eu estou virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Desculpe-me.

Vamos lá, Paulo Emílio.

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Esta é uma questão muito interessante, porque nos permite mostrar que os veículos que funcionam com hidrogênio...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Paulo, veja a sua imagem, porque o som está chegando claramente, mas a sua imagem não está chegando.

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (*Por videoconferência.*) – Bom.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ou você é o estilo do instrutor da baleia... (*Risos.*)

Apareceu.

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (*Por videoconferência.*) – Apareceu.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer que é uma oportunidade para se mostrar que, normalmente, o veículo que funciona com o hidrogênio tem motorização elétrica. Então, há uma perfeita compatibilidade com esses sistemas, já que o hidrogênio é usado a bordo, numa pilha a combustível, que utiliza o oxigênio do ar, para gerar eletricidade. E essa eletricidade é utilizada para todos os fins no veículo, inclusive para tração.

Então, existe uma compatibilidade total entre veículo a hidrogênio, seja leve ou pesado, e motorização elétrica.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem.

A Kedna de Goiás pergunta: Como se produz e armazena o hidrogênio verde?

Quem se habilita?

Não se acanhem.

O SR. ALEXANDRE ALONSO ALVES (Para expor.) – Pela definição, hidrogênio verde é produzido a partir de água, de eletrólise, por aquele processo que eu demonstrei ali, e o armazenamento muitas vezes é feito sob a forma de liquefação do hidrogênio. Outra possibilidade também é a própria questão da amônia, de a gente transportar... Na verdade, você pode usar o hidrogênio para ter combustíveis sintéticos intermediários, e aí você transporta esses combustíveis até o local de origem.

Acho que seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem.

O Alexandre falou muito sobre isso, inclusive de diversas modalidades. O hidrogênio verde, é importante que a gente diga isso, perdoem aqui, em meio a autoridades, mas o hidrogênio é um componente, junto com o oxigênio, da água, entre outras tantas coisas.

O hidrogênio é o gás que mais facilmente se une a outro. O que você tem que fazer para torná-lo puro são diversos processos. Para receber o título de hidrogênio verde, o processo para separar o hidrogênio e deixá-lo sozinho, ele com ele mesmo, o H₂, esse é um outro conceito que já está pacificado lá na Europa, eu pude ver isso, 90% da energia que produziu essa molécula de H₂ tem que ser de origem sustentável. Isso é o que distingue o hidrogênio verde.

O hidrogênio cinza, já foi dito aqui também pelo Alexandre, já existe, é feito em vários lugares, e a forma de transporte, tudo leva a crer... Isso tudo é uma tecnologia que está surgindo no mundo, embora já exista o hidrogênio transportado hoje como amônia, como regra, muito para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso agrícola... Então, o hidrogênio, provavelmente, em navios, será transportado na forma de amônia. E, no local em que chegar, ele será separado em nitrogênio e hidrogênio. Amônia é...

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES – Senador, permita-me só uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pois não.

Isso é química básica. (*Risos.*)

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES (Para expor.) – Eu acho que é importante mencionar que o papel do hidrogênio verde pode contribuir também com o aumento, vamos dizer assim, da sustentabilidade, até mesmo de outros combustíveis e biocombustíveis.

Cabe lembrar aqui, por exemplo, a questão do próprio biodiesel. Quando você produz metanol a partir do hidrogênio verde, o metanol ali está no processo de transesterificação da produção do biodiesel. Hoje, o metanol utilizado na produção de biodiesel é de origem fóssil. Então, você pode aumentar, inclusive, a sustentabilidade do próprio biodiesel se você tiver um metanol de origem renovável.

Você pode usar o hidrogênio verde em processos de hidrotreatamento, inclusive do diesel coprocessado com óleo vegetal da Petrobras – o que ele deve falar, provavelmente – e também do próprio HVO, do bioquerosene de aviação, que precisa de hidrogênio.

Então, você aumenta a sustentabilidade, vamos dizer assim, desses outros biocombustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Reduz a emissão de carbono.

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Isso para mim já era intuitivo.

Encerrando aqui a mesa, o processo... Como se chama? (*Pausa.*)

A substituição energética vem de um compromisso, o Acordo de Paris, do qual diversos países são signatários, inclusive o Brasil. Portanto, a descarbonização, para evitar que o carbono... Eu estou falando aqui para os nossos assistentes, em meio a especialistas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, o que a humanidade deseja é reduzir a emissão de carbono. Os combustíveis fósseis emitem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

carbono, o que contribui para o aquecimento global, que está anunciando que está contribuindo para subir o nível dos mares e um sem número de problemas poderá enfrentar a humanidade por conta disso. Então, há acordos, há entendimentos no sentido dessa alteração energética...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... transição energética, no sentido de substituir combustíveis fósseis.

O hidrogênio entra nessa questão, já de algum tempo, mas tudo toma um ritmo mais acelerado a partir da guerra da Ucrânia, em que a Rússia invade a Ucrânia. Isso expôs a dependência dos países da Europa Ocidental ao gás e aos combustíveis fósseis da Rússia. Então, o que era um compromisso ecológico passa a ser também, agora, um compromisso e uma preocupação estratégica. Isso acelera o processo, daí esses números que a gente já havia falado aqui.

Então, agradecendo a presença dos que estiveram à frente, na mesa, peço a permanente contribuição. Esta Comissão terá um objetivo principal, que é dar ao Brasil uma legislação que seja sintonizada com o que há de mais avançado no mundo. A contribuição de cada um de vocês será fundamental para isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu falava em cana, madeira e também biogás. Agora, vai ser o pessoal do milho, da União Nacional do Etanol de Milho. A gente quer fazer uma reunião específica só com o pessoal do agro ligado a isso aqui, conforme o pessoal da Embrapa falou. Oportunamente...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Oportunamente, faremos. É fundamental.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, com a sua permissão...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Fernando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – É importante registrar a articulação que esta Comissão, sob a sua liderança, vem fazendo, de forma transversal, com o próprio Governo.

Isso fez e faz com que nós estejamos alinhados ao Conselho Nacional de Política Energética e com comitês temáticos que o Ministério de Minas e Energia vem desenvolvendo. É importante noticiar isso para os que não estavam aqui presentes, inclusive com alguns pilares que são extremamente representativos, como é o caso do fortalecimento das bases tecnológicas para fortalecer a eficiência com diminuição de custos, como o senhor falou e, de resto, os que aqui se colocaram, capacitação e formação de capital humano, que é fundamental, planejamento energético, regulação, e o senhor foi buscar informações sobre isso entre o conjunto de informações que o senhor foi buscar, e a questão de uma audiência que nós tivemos sobre a cooperação internacional.

Dessa forma, eu acho importante porque isso nivela os que aqui estão presentes e convidados nessa ampla escuta que a Comissão vem desenvolvendo com especialistas sobre o tema.

Só chovendo em cima do molhado, estamos bem preparados para a visita ao Porto de Suape na próxima sexta-feira, com um roteiro muito bem determinado, exatamente para a gente ter experiências novas e fazer com que nós possamos integrá-lo a esses projetos que estão sendo desenvolvidos em particular e de forma mais expressiva no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Absolutamente oportunas as suas palavras, Senador Fernando Dueire. E não tenho dúvida de que a nossa visita a Pernambuco, sob a sua liderança, será uma visita proveitosa e também não tenho dúvida de que será provida de toda a hospitalidade que é característica do povo pernambucano. Inclusive, V. Exa. me disse, e aqui torno público, que a Governadora nos receberá após a visita ao Porto de Suape para um almoço no Palácio das Princesas. É isso?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Isso. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Palácio das Princesas.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente Cid Gomes, é uma alegria pela primeira vez fazer parte desta Comissão. Já sou membro, mas não tive oportunidade de presenciar momentos como este, e faço questão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrar o entusiasmo de V. Exa. desde o início, andando com um papelzinho para pegar o nome de cada um e a assinatura. E, quando eu percebo, em cada demonstração pública, que V. Exa. está se especializando no assunto, que foi buscar o que há de mais referenciado no planeta e identificou no nosso país um grande potencial, com a credibilidade que tem, tenho certeza de que chamará a atenção de todos nós aqui no Senado e será o timoneiro de uma nova tecnologia que tem tudo para ser não o futuro, mas a realidade logo, logo. Então, faço questão de deixar registrado que o entusiasmo de V. Exa. é motivante e faz com que a gente preste atenção e entenda que é importante se envolver.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado, Rodrigo.

Eu penso que esta Comissão tem, sim, dois papéis fundamentais. Todo o trabalho dela o Senador Fernando já descreveu, mas eu destacaria, entre eles, dois: um é despertar ao Brasil e aos brasileiros o que já vem acontecendo, tornar de conhecimento, e o potencial que essa nova matriz energética pode dar, e o outro, uma tarefa inerente a nós, Congresso Nacional, quer dizer, é fundamental que nós não percamos o protagonismo na questão da regulamentação, da certificação, e que esse trabalho seja feito em sintonia com o que há de mais avançado no mundo.

Não adianta a gente fazer aqui uma regulamentação, uma certificação, olhando para o nosso umbigo se isso internacionalmente não será reconhecido. Então é fundamental que esse trabalho seja sintonizado. Os Estados Unidos despertam muito fortemente... Há notícias de que estão destinando US\$300 bilhões para o tema, porque estão vendo o quanto isso representa para o futuro na nova ordem internacional – posso chamar assim.

Para não abusar da paciência e da boa vontade dos que já estão aqui aguardando, compomos agora a segunda mesa, convidando o Prof. Thiago Lopes, Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; e o Dr. Alexandre Vaz Castro, membro do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Federal de Química.

Teremos – e eu peço aqui à nossa Secretaria que já destaque ali no nosso telão – a participação, por videoconferência, do Dr. Alex Sandro Gasparetto, Gerente de Diversificação e Parcerias da Petrobras – obrigado, Dr. Alex Sandro.

Anuncio também a participação do Prof. Paulo Emílio de Miranda, que já esteve aqui esclarecendo a pergunta do internauta – obrigado, Dr. Paulo Emílio –, e do Dr. Afonso Bertucci, Diretor Técnico da Braspell Bioenergia – obrigado ao senhor pela presença.

Passo a palavra ao Prof. Thiago Lopes, fazendo aqui uma breve apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. Thiago tem um currículo extenso. Eu peço permissão a ele para ler aqui as primeiras linhas.

Ele coordena projetos no Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa; é cofundador da *startup* Carbon to Carbon; atualmente é Professor Visitante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; possui graduação e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo, com período de pesquisa de doutoramento de 12 meses no Laboratório Nacional de Los Alamos, Estados Unidos.

Tem a palavra o Dr. Thiago Lopes.

O SR. THIAGO LOPES (Para expor.) – Obrigado.

É uma honra estar aqui. Manifesto minha satisfação pelo convite, Senador Cid Gomes.

Cumprimento os demais colegas da mesa, que facilitaram muito a fala dos que estão seguindo, fizeram uma introdução excelente.

Parabenizo também o trabalho que brevemente você pôde demonstrar aqui para nós, Senador, que está fazendo, o conhecimento que está adquirindo, e esta Comissão desempenha um papel fundamental para nós.

Eu gostaria de conversar um pouco, fazer uma conversa mesmo para nós aqui, trazendo um pouco do que temos desenvolvido e feito, numa forma de abordar mais palatável para todos, especialmente depois da introdução que já tivemos.

O Brasil, como muito bem colocado pelo nosso colega da Embrapa, tem potencial para produzir uma ampla gama de hidrogênios, todos os tipos de hidrogênio, vamos dizer, mas particularmente o Brasil tem potencial para contribuir com alguns tipos de hidrogênio que são especiais, vamos colocar assim. Se nós formos pensar em termos de valor, nós poderíamos pensar em alguns tipos de hidrogênio. O hidrogênio verde é um dos mais destacados devido à contribuição para as emissões, mas nós também temos uma peculiaridade com a qual nós podemos contribuir com o hidrogênio com emissões negativas de carbono, e uma das rotas é a do etanol.

O etanol tem, no cenário nacional, condições – existem trabalhos caminhando nesse sentido já avançados no setor industrial mesmo – para ter uma pegada negativa de carbono. Dentre os hidrogênios, imaginem o potencial que ele tem para descarbonizar, ou seja, reduzir as emissões na ponta. Agora, se nós unirmos isso a emissões negativas na produção, nós temos um ciclo virtuoso em que não apenas tiramos o uso de algo que emite, ao implementar o hidrogênio, mas, ao utilizá-lo, nós estamos reduzindo as emissões. Ou seja, o Brasil tem potencial para desempenhar um papel geopolítico mundial significativo em contribuir pagando uma dívida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica que nós temos, em termos de país, em termos de continente, em termos de mundo, com as emissões de gás de efeito estufa. Se nós contribuirmos com isso, isso nos traz uma condição muito única em termos de país, em termos de mundo. Além disso, nós podemos produzir o hidrogênio a partir da eletrólise. Nós temos muita energia renovável disponível, mesmo a *offshore*, nós temos condições de produzir energia renovável *offshore* significativa.

Pensemos o seguinte: se, em termos de Brasil, nós temos uma condição de produzir muito hidrogênio, nós também temos a condição de estocá-lo. Por quê? O trabalho que nós tivemos... O colega da Petrobras certamente pode falar e decorrer muito melhor sobre o pré-sal, que trouxe um ganho socioeconômico para o Brasil significativo. Nós temos onde estocar isso em larga escala, que são nas cavernas salinas. Ou seja, nós não apenas podemos produzir muito mas nós também podemos estocar muito.

Por que esses países têm se preocupado? E foi muito bem citado o exemplo dos Estados Unidos; nós recebemos recentemente o Vice-Secretário do Departamento de Energia dos Estados Unidos e agora, mais recentemente, o assistente dele lá no *Research Centre for Greenhouse Gas Innovation*. Onde vai ser estocado? Cavernas salinas, o pré-sal. Imaginem a capacidade que nós teremos, estratégica, de, vamos dizer, um certo *buffer* mundial em termos de hidrogênio. Novamente, isso nos traz uma condição única e pode nos trazer além, em termos de condições geopolíticas, no bom sentido, de negociar, de trazer: olha, nós temos condições de contribuir.

O desenvolvimento econômico, social que o petróleo trouxe é notável. Não devemos recriminar, mas está começando a ser em detrimento da nossa sociedade. Então, nós precisamos mudar efetivamente. E nós, como Brasil, temos um potencial de contribuição significativo nesse sentido, não só com a escala com que nós conseguimos produzir, com a diversidade com a qual nós podemos produzir – ou seja, diferentes cores, em especial os mais valorizados, o verde e esse que talvez ainda precisemos pensar na cor com intensidade negativa de carbono – como também na estocagem.

Então, o que nós temos de oportunidade é significativo. Lá no centro de pesquisa onde nós trabalhamos, no *Research Centre for Greenhouse Gas Innovation*, liderado pelo excelente trabalho do Prof. Julio Meneghini, nosso Diretor Científico, nós temos algumas frentes. Essa do etanol é uma. Nós estamos em breve inaugurando uma estação de abastecimento de hidrogênio para um ônibus que circulará no *campus* da USP.

São interessantes porque mostram um pouco do que nós podemos fazer, mas o que eu gostaria de salientar nesta Comissão é a necessidade e a importância, que já foi um pouco comentada, mas trazendo um pouco, lembrando... Porque, quando nós recebemos lá no RCGI representantes... Por exemplo, recentemente recebemos representantes do Ministério da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia da Holanda – o Primeiro-Ministro da Holanda passou lá também conosco –, do Porto de Roterdã também, fizemos um *link* para o hidrogênio, exportarmos o hidrogênio e produzir hidrogênio lá, os representantes de departamentos de energia, empresas petroleiras mundiais... Enfim, o que se vê? O que se cita? O Brasil é referência em agronomia, o agronegócio. O agro é muito forte no Brasil, mas por que hoje nós somos muito fortes? Porque houve um investimento, um pensar estratégico com embasamento em ciência e tecnologia que não foi de apenas um ano, foi de vários anos, consistente, criando inclusive a Embrapa, que criou as bases que permitiram o Brasil chegar ao que nós temos.

Se nós considerarmos que o pré-sal, lembrando, trouxe um ganho socioeconômico significativo para o Brasil, ele é finito. O hidrogênio, não. Enquanto tivermos energia renovável o teremos, especialmente esse, que é mais valorizado.

Então, o quão estratégicos nós formos ao delinear as bases ou delinear as políticas públicas, delinear com base em ciência e tecnologia, etc., isso determinará o quanto nós poderemos agregar ao Brasil em termos de ciência e tecnologia. O que é algo que eu vejo e me enche os olhos particularmente é olhar o exemplo da empresa Raízen, que é uma *joint venture* entre a Shell, agora mudou o Dutch para Shell, e a Cosan, onde há um desenvolvimento bilateral, e nós trazemos pessoas do exterior para trabalhar aqui – pessoas excelentes. E nós geramos empregos de alto valor agregado, salários altos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. THIAGO LOPES – Porque o que dói é nós vermos às vezes tropicalização, e os salários aqui, na média, ficarem em R\$1,5 mil. E por outro lado, vermos brilhantes pessoas indo para o exterior.

Eu, embora talvez jovem, eu já tive dois pós-doutorandos, e os dois foram para o exterior sem perspectiva de renovar. Mentes brilhantes, que nos deixaram por questão de perspectiva.

O que nós temos então feito no RCGI, nesse sentido, é incentivar *startups*. Você tem um plano de carreira, salários mais compatíveis e competitivos.

Então nós precisamos reter essas mentes com o trabalho, por exemplo, como eu comentei, que foi feito para surgir no agronegócio. Fixamos isso. E pensar de forma muito estratégica e de longo prazo, para que nós possamos desfrutar, ou seja, trazer ao máximo para o nosso país os frutos disso.

E é importante salientar, não é tudo, não. Trabalhar em colaboração. É importante trabalharmos com o exterior, com ganho, claro, mas desde que isso seja um exemplo de *joint venture*, onde nós tenhamos bons salários e fixação de mentes no nosso país, porque o Estado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investe. Então eu penso em mim: quanto o Estado investiu para que hoje eu possa contribuir. E eu fiquei no Brasil, especialmente pelo que eu amo, mas pelas condições que, por exemplo, hoje eu tenho no RCGI, para condições de desenvolvimento de carreira. Caso contrário, eu teria aceitado convites que eu já recebi do exterior. E imaginem quanto foi investido, e outros colheriam os frutos, não é?

Então acho que é o que eu gostaria de passar, uma reflexão para nós pensarmos estrategicamente sobre o quanto isso pode trazer de benefício e valer que isso o traga, ao invés de apenas tropicalização que traz salários menores para o nosso país, e nós temos potencial e recurso humano que estão indo embora e que podem ficar aqui. Garantir que isso aconteça.

Muito obrigado, é um prazer contribuir com todos. Fico aberto para perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Prof. Thiago, a sua contribuição.

Eu vou propor aqui que a gente alterne um da mesa e um que esteja remotamente. E se me permitem, eu passaria então a palavra ao Prof. Paulo Emílio de Miranda. Está em condição aí?

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá. Sim. Escutam-me bem agora?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Alto e claro, Dr. Paulo.

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (*Por videoconferência.*) – Está bem, muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado por sua presença.

O SR. PAULO EMÍLIO DE MIRANDA (*Por videoconferência.*) – ... Senador Cid Gomes, pelo convite. Parabens-o pela iniciativa, que eu tenho certeza de que vai trazer muitos bons frutos para nós.

E queria também parabenizá-lo pela clareza dos comentários feitos inicialmente sobre a questão de que o Brasil inicia, muito fortemente agora, ações visando à exportação de hidrogênio, mas que o mercado interno é importante para nós e que devemos reforçar o mercado interno.

Só outra observação relevante sobre a regulamentação, a regulação desse mercado interno, a conexão disso com o sistema internacional, que é muito importante. Eu vou voltar a esse tema daqui a pouco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou aproveitar para fazer uma abordagem um pouco diferente, já que os colegas que me antecederam apresentaram, de forma tão boa e completa, o tema que se está discutindo.

Vou começar dizendo que o hidrogênio já é produzido, armazenado, transportado e utilizado em larga escala. São mais de 100 milhões de toneladas de hidrogênio por ano, e o Brasil contribui com cerca de 1% disso, atualmente.

Desculpem-me aí pela minha tosse.

Esse hidrogênio que é produzido hoje é um hidrogênio cativo. Ele é produzido e utilizado, majoritariamente, no mesmo local.

Em 2050, o mundo deverá produzir cerca de 540 milhões de toneladas de hidrogênio, e 75% desse volume será de hidrogênio mercantil, ou seja, um hidrogênio que é produzido num lugar e é consumido em outro lugar. Isso vai fazer uma diferença grande. Nesse desenvolvimento, o hidrogênio vai permitir o acoplamento de setores energéticos que hoje são estanques. Então, o hidrogênio tanto vai poder ser utilizado onde hoje são utilizados combustíveis convencionais, como na indústria, como em setores onde hoje é utilizada a eletricidade. Haverá uma interconexão entre setores que vai facilitar o desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogênio no Brasil e no mundo.

Já foi falado aqui sobre o importante potencial que o Brasil tem para a produção de hidrogênio. O Brasil já é internacionalmente um país ícone em termos de etanol e biocombustíveis de uma maneira geral. Ele também será um país ícone no que se refere ao hidrogênio, devido a essas diferentes possibilidades já aqui mencionadas de produzir hidrogênio: como convencionalmente hoje é feito, a partir de combustíveis fósseis, preferivelmente com sequestros de carbono; a partir de biomassas, nós acreditamos que, em cerca de uma década, a quantidade de hidrogênio produzida no Brasil a partir de biomassas superará, em muito, o hidrogênio produzido a partir da água; também o hidrogênio produzido a partir de eletrólise da água, que já é uma tecnologia madura, tal qual aquela que utiliza combustíveis fósseis...

Mas ainda há outras oportunidades. Por exemplo, Senador Cid, no seu estado, já foi comprovada a existência de hidrogênio natural. É hidrogênio que vem do subsolo. Então, isso já foi comprovado em alguns outros lugares do Brasil também e nos traz a perspectiva de que, em alguns anos, nós tenhamos poços de produção de hidrogênio como hoje temos poços de produção de gás natural. O hidrogênio natural, Senador, é renovável e é abiótico. Portanto, ele não depende dos mesmos processos em que foram formados os combustíveis fósseis. São processos diferentes que o tornam um gás renovável e disponível no território brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando falamos sobre essas diversas possibilidades do Brasil de produzir hidrogênio, o mais importante é termos em conta o não trancamento tecnológico por nenhuma rota, quer dizer, deixar florescer em regiões diferentes do Brasil métodos diferentes de obtenção de hidrogênio.

E, agora, queria também informar sobre estudos muito recentes e não muito divulgados ainda, dando conta de que o hidrogênio possa ser um gás de efeito estufa indireto, quer dizer, ele, não é, propriamente, um gás de efeito estufa, mas há estudos preliminares, que dependem ainda de maior comprovação científica, que mostram que o acúmulo do hidrogênio nas camadas superiores da troposfera, chegando próximo à camada de ozônio, que está na estratosfera, possa estabilizar o metano, dar um tempo de vida maior ao metano, que é um gás de efeito estufa que tem um poder de aquecimento, como gás de efeito estufa, superior, muito superior àquele do CO₂.

Quando, então, nós avaliamos a sua observação, Senador Cid, original, sobre regulamentação em consonância com outros países do mundo, as possibilidades diversas, no Brasil, de produção de hidrogênio e essa nova questão de o hidrogênio poder ser um gás de efeito estufa indireto, eu vou ter que lhe dizer alguma coisa, que eu fico à disposição para discutir mais no futuro próximo e espero que não cause um (*Falha no áudio.*)... porque tudo que está sendo feito, com sua proeminência e através desta Comissão, é muito benéfico para o Brasil.

Mas, tal qual já ocorreu em outros lugares do mundo, principalmente Agência Internacional de Energia, a Parceria Internacional para o Hidrogênio e Células de Combustível na Economia, vários órgãos norte-americanos e outros, a tendência é de abandonar a taxonomia de cores para o hidrogênio. O próprio Programa Nacional de Hidrogênio decidiu pela denominação de hidrogênio de baixo carbono, e nós também podemos utilizar a denominação de hidrogênio renovável, que são denominações baseadas em emissões de CO₂ para a produção do hidrogênio, que se torna mais precisa, inclusiva, alinhada com metas de descarbonização, tecnologicamente mais democrática, economicamente favorável e mais transparente.

Então, eu fico à disposição para discutir e parabenizo-o pelo protagonismo nesse setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agradecemos ao Prof. Paulo Emilio, e suas preocupações terão que ser levadas em conta. De maneira que eu quero, pessoalmente, estar comprometido de mantermos um diálogo permanente no sentido de que a gente possa aproveitar do seu conhecimento e da sua disponibilidade.

Muito obrigado pela sua participação e pelo levantamento de suas preocupações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou passar aqui a palavra, agora, ao Dr. Alexandre Vaz Castro, que é membro do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Federal de Química.

O SR. ALEXANDRE VAZ CASTRO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Cid Gomes. Boa tarde a todos os presentes.

Em primeiro lugar, Senador, eu gostaria muito de agradecer, em nome do Presidente José de Ribamar Oliveira Filho, que é o Presidente do Conselho Federal de Química, pelo convite para fazer parte desta audiência no dia de hoje, nesta Comissão Especial. Quero agradecer também ao Senador Fernando Dueire, que também nos ajudou nesse convite.

E, desde já, como os demais colegas anteriores ressaltaram muito bem, a pauta do hidrogênio, de uma forma geral, é uma pauta que vai envolver não só a comunidade científica, toda a questão do desenvolvimento tecnológico, mas o senhor mesmo já destacou a questão da nossa sociedade – da sobrevivência, inclusive, do nosso modo de vida, porque, também o senhor já destacou, o novo ordenamento mundial nos traz um conceito de sustentabilidade totalmente urgente. Metas para 2030 e 2050 são metas que já estão para serem desenvolvidas e cheguem lá prontas e funcionando, e o tempo urge!

Então, nesse caso, nós temos um desafio muito grande. Os colegas já destacaram muito bem todas as questões de políticas que já estão sendo organizadas no âmbito do Governo Federal, na academia, o Prof. Paulo Emílio falou muito bem, junto à Associação Brasileira do Hidrogênio. E o Prof. Thiago destacou uma parte que eu gostaria de focar na minha fala, que é o capital humano, e aqui entra o Conselho Federal de Química.

Eu estou como Presidente do Conselho Regional de Química do Estado do Espírito Santo e sou servidor de carreira do Instituto Estadual de Meio Ambiente, lá do Governo do Estado – tem 15 anos –, trabalho lá na Secretaria de Meio Ambiente e tenho acompanhado muito a busca por novas matrizes energéticas, de maneira que a gente consiga cumprir as metas que hoje estão estabelecidas para quase todos os países do mundo, que é o Acordo de Paris, para 2050.

Então, essa dualidade entre todas as matrizes com a redução ou até a emissão negativa de gases de efeito estufa é um desafio, e tenho certeza de que todos aqui estão imbuídos de conseguir torná-las eficazes, factíveis.

Agora, capital humano não é uma coisa que se produz, ainda mais na área da química, e aqui eu quero ficar muito feliz e quero destacar a todos a felicidade, como profissional da química, de ver o Senador fazendo aqui um breve apontamento de uma aula de química básica, porque me parece que o senhor não ficou tão impressionado com o seu professor de química lá no banco escolar, porque muitas vezes a química acaba afastando ou assustando as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, a química faz parte dos principais processos tecnológicos e do principal momento de desenvolvimento e de preservação do nosso planeta e do nosso modo de vida.

Isso é muito importante porque, infelizmente, ainda vivemos uma era de desinformação, na qual não se entende o papel da química nesse contexto. E nós profissionais da química... Senador, hoje nós somos algo em torno de 300 mil profissionais da química. Agora, imagine, com todo esse cenário, principalmente aqui, com o debate que o senhor está trazendo junto a esta Comissão Especial com os demais colegas, com o Senador Fernando Dueire também, a possibilidade de expandirmos esse capital humano em uma quantidade enorme, só nesse tema do hidrogênio, nos próximos 20 anos.

E aí o senhor também destacou um ponto muito importante: nós precisamos levar isso para a sociedade e levar de uma maneira que se entenda e não apenas se combata. Infelizmente, ainda temos essa questão da desinformação – repito – por conta, muitas vezes, do uso do próprio hidrogênio, dos perigos e, como o nosso colega Rafael colocou muito bem, da segurança do hidrogênio, que é um dos temas hoje dos grupos de trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, nós temos que, cada vez mais, trabalhar isso.

E hoje, Senador, o aluno que está...

O meu filho tem dez anos e está lá no quarto ano do fundamental. Em 2050, ele já vai estar mais ou menos em torno aí de seus trinta e poucos anos e provavelmente, quem sabe, totalmente inserido nesse contexto, por exemplo, do hidrogênio. Então, precisamos trabalhar não só hoje o ambiente acadêmico, mas levar esse conhecimento, levar essas informações também lá no início, no ensino fundamental, no ensino médio e falar muito sobre as questões de química, porque vai facilitar e muito o entendimento pela sociedade do debate que está sendo feito, inclusive e principalmente, nesta Casa Legislativa.

Então, eu queria fazer já um convite ao Senador Cid Gomes. Agora, no dia 18 de junho, teremos o Dia Nacional do Profissional da Química. Faremos, e já estamos propondo, uma sessão solene aqui, no Congresso Nacional, para a qual eu já quero fazer-lhe o convite, porque nesse dia um dos lançamentos que nós vamos fazer, enquanto sistemas do Conselho Federal de Química e dos conselhos regionais de química, um *hub* de combate à desinformação na área da química, para evitar que assuntos dessa natureza, que hoje estão sendo tão bem debatidos aqui, possam ser perdidos ou até mesmo termos entraves de desenvolvimento pelo não entendimento dessa questão e da urgência dessa questão.

Então, nesse dia, para o qual eu já convido o Senador e todos os presentes, faremos o lançamento. Nós vamos fazer um evento para, cada vez mais, evitarmos que a ciência seja tão prejudicada por conta da desinformação, da propagação da desinformação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, Senador, quero colocar à disposição hoje o nosso sistema. Não fazemos só um papel de fiscalização do exercício profissional, mas somos parceiros do desenvolvimento da sociedade e somos parceiros, obviamente, desta Casa Legislativa em tudo aquilo que for relacionado com a química. E o hidrogênio é química, química pura.

Então, muito obrigado.

Desejo todo sucesso!

E o mais importante que quero destacar também aqui é que, da mesma forma que seus pares o elogiaram pelo desempenho e pela assertividade com relação ao tema, também o senhor os está conquistando. Se eles estão hoje reconhecendo isso no nobre Senador, eles também estão sendo envolvidos nessa temática pela sua liderança. Então, é muito importante que todos os membros hoje da Comissão Especial para debate de políticas públicas sobre o hidrogênio... E aí termino minha fala com as palavras do Prof. Paulo Emílio: do hidrogênio. A gente tem que parar um pouco com a questão da cor e trabalhar o hidrogênio renovável, o hidrogênio sustentável. Que isso continue cada vez mais firme e mais forte. Desejo todo o sucesso para o senhor e para a Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Alexandre Vaz Castro, aqui representando o Conselho Federal de Química.

Passo a palavra agora ao Alex Sandro Gasparetto. Ele é Gerente de Diversificação e Parcerias da nossa Petrobras. Obrigado, Alex Sandro.

O SR. ALEX SANDRO GASPARETTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado a você, Senador.

Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar o Senador Cid Gomes e demais Senadores presentes. Em nome da Petrobras, agradeço o convite para participar desta importante comissão.

Eu gostaria, se possível, de compartilhar alguns eslaides com vocês. Acho que alguém precisa me habilitar a compartilhar a tela. Não sei se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acho que já está disponível.

O SR. ALEX SANDRO GASPARETTO (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Já está disponível. O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Tela compartilhada.

O SR. ALEX SANDRO GASPARETTO (*Por videoconferência.*) – Pronto. Perfeitamente.

Gostaria de começar falando um pouco do Plano Estratégico da Petrobras 2023-2027, o plano que foi publicado no final do ano passado. Alguns pilares desse plano: a preservação da solidez financeira da companhia; a dupla resiliência em segurança energética, e quando a gente fala em dupla resiliência a gente está falando de geração de valor e de emissões de gases de efeito estufa; foco na geração de valor; investimentos em águas profundas e ultraprofundas, o foco da companhia; a modernização do refino e a qualidade dos produtos; e o caminho para descarbonização e diversificação rentável da nossa Petrobras nesse mundo em transição.

Os investimentos anunciados pela Petrobras em descarbonização são da ordem de US\$4,4 bilhões nesse plano 23-27, sendo que a maior parte desse investimento está direcionado a ações de descarbonização das operações, ou seja, ações em descarbonização do refino, soluções de baixo carbono em novos projetos par-E&P, US\$600 milhões para um fundo de descarbonização da companhia, e US\$200 milhões para P&D em descarbonização de escopo 1 e 2.

Então, o foco da companhia tem sido, neste momento, tornar o seu produto cada vez mais sustentável com menor emissão de carbono.

Continuamos o nosso programa de biorrefino, com US\$600 milhões previstos para esse período, a produção do diesel renovável, e uma planta dedicada de BioQAV já anunciada, e US\$100 milhões para o desenvolvimento de competências para o futuro, onde se incluem então o hidrogênio e outras fontes renováveis, onde está a nossa diversificação rentável.

A partir desse plano, a Petrobras anunciou o seu foco em três grandes segmentos de renováveis: a eólica *offshore*, o hidrogênio e a captura de carbono e a continuidade do seu programa de biorrefino.

Então, temos desenvolvidos nesse Plano 2023-2027 ações internas para o desenvolvimento de negócios em eólica *offshore*, para entendimento de negócio; em ações internas para desenvolvimento de negócios em hidrogênio; e em captura de carbono.

Hoje, a Petrobras já tem a maior operação de captura e sequestro de carbono no nosso pré-sal. Então, a maior operação mundial, hoje, de captura de carbono e de gestão de carbono é da Petrobras.

Então, esses são os segmentos que foram priorizados nesse Plano de Negócios 2023-2027 e em que estamos direcionando os nossos esforços, neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na linha da descarbonização e do hidrogênio, mais especificamente, a Petrobras, hoje, também já é a maior produtora e também a maior consumidora de hidrogênio. A gente produz hidrogênio no nosso parque de refino, um hidrogênio a partir da reforma do gás natural, classificado como cinza, com alta emissão de CO₂.

Nós temos estudos em andamento para produção de hidrogênio a partir do coprocessamento de materiais renováveis, nas nossas UGHs; concepção de projeto para produção de hidrogênio azul, a partir da captura e armazenamento de CO₂; avaliação das tecnologias de produção de hidrogênio verde a partir de eletrólise; novas rotas de obtenção de hidrogênio verde, hidrogênio de melhor intensidade de carbono; soluções tecnológicas utilizadas para transferência, transporte e estocagem de hidrogênio; e tecnologias para produção de carreador de hidrogênio, como amônia e LOHC.

Então, todas essas iniciativas vêm sendo desenvolvidas com o apoio do nosso centro de pesquisa, o Cenpes. Temos uma infraestrutura de pesquisa bastante robusta para apoiar o desenvolvimento desse setor no país.

Por fim, gostaria de usar meus minutos finais, novamente, para reforçar o que já foi brilhantemente defendido aqui pelo Dr. Paulo Emílio sobre a taxonomia das cores.

O que se busca, no fim das contas, é a produção de hidrogênio sustentável, um hidrogênio de baixo carbono. Ao tratarmos somente do hidrogênio verde, acabamos deixando de lado outras alternativas e outras potencialidades que o nosso país tem para explorar esse novo mercado de hidrogênio.

Isso acaba ficando um pouco mais confuso quando diversas regulamentações e projetos de lei começam a ter definições muitas vezes não coincidentes ou, então, focando numa única rota tecnológica, o que acaba por deixar de fora outras rotas e possíveis oportunidades que o país poderia explorar.

Então, preocupa-nos ter um conceito unificado no Brasil do hidrogênio de baixo carbono e da certificação desse hidrogênio, para que possamos aproveitar todas as potencialidades que o nosso país tem.

Por isso a Petrobras vem focando os seus estudos nas diversas rotas tecnológicas de hidrogênio. A gente não tem se absterido em termos de rotas tecnológicas e, sim, a gente vem buscando desenvolver estudos com todas as rotas possíveis de produção do hidrogênio de baixo carbono, seja ele azul, seja verde, seja branco, ou seja, o hidrogênio natural, seja hidrogênio turquesa, seja hidrogênio musgo, como tem sido falado.

Esse é o recado que gostaria de passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos o espaço dedicado aqui à Petrobras e fico à disposição para qualquer outra questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Dr. Alex Sandro Gasparetto.

Passamos a palavra agora ao Dr. Afonso Bertucci, Diretor Técnico da Braspell Bioenergia.

O SR. AFONSO BERTUCCI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador, pelo convite.

Realmente, bastantes informações hoje. Então eu vou procurar aqui hoje dar uma visão do lado empresarial. A empresa que nós temos é formada, basicamente, por empresários, boa parte deles vindos do setor florestal, do setor agrícola. E o que se busca, em parceria com fundos internacionais, fornecedores de tecnologia internacional, é justamente nós vermos aquelas economias, aquelas tecnologias que estão bem maduras para nós realmente fazermos essa implantação.

Nós já viemos conversando, há bastante tempo, e aí o Senador Luis Carlos Heinze, acho que ele está aí, juntou, conseguiu juntar, um grupo grande de empresários, tanto nacionais como internacionais, justamente para dar efetividade às implantações desse projeto.

Do ponto de vista de nós implantarmos o projeto, ou seja, a iniciativa privada fazer efetivamente os projetos, implantar e realmente você ter o produto comercial lá na ponta, nós precisamos de bastantes garantias.

Eu coloquei uma apresentação. Se o Marcelo pudesse já compartilhar? (*Pausa.*)

O.k. Obrigado. A tela está aí.

Nós achamos o seguinte. Do ponto de vista prático, o problema do hidrogênio – não é um problema, o hidrogênio é uma solução –, mas o hidrogênio, para ser produzido, todo o CO₂ é transferido para a geração de energia que vai fazê-lo, ou seja, hoje é que nós estamos vendo... Ontem mesmo eu conversei com dois alemães para essa apresentação, eles realmente confirmaram, e a gente já tinha essa impressão, que a grande maioria do projeto, hoje, está sendo feita através da eletrólise alcalina. E, para isso, nós temos hoje três, quatro, grandes empresas que já têm essas células, testadas, instaladas, funcionando, e são modulares, a gente simplesmente compra e instala. Então eu acho que essa parte é bastante tranquila.

Qual que é o grande problema? É você produzir a energia verde, a eletricidade verde, para você abastecer aquele ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? Olhando a matriz energética brasileira – depois, no finalzinho, eu vou mostrar uma transparência –, a ideia é basicamente assim: onde você tiver que colocar a eólica, coloque a eólica; onde você tiver que colocar a solar, você coloque. A hidrelétrica já está um pouco limitado o crescimento, mas ainda tem. Só que essas duas energias são intermitentes. Não tem sol à noite, não é toda hora que venta... Então, ela é insuficiente e é intermitente. Ela é essencial, mas é o total, e você precisa completar esses *gaps*. Você precisa de uma bateria para suprir aquela demanda. Na falta, você coloca. Na hora em que você tem uma superoferta, você baixa.

Então, uma solução para isso, realmente, seria os plantios florestais.

A próxima tela, por favor.

Então, nós temos que, agora, no Brasil, aumentar o plantio florestal, mas aumentar de uma forma, vamos dizer assim, com que você leve renda ao campo. Eu, por exemplo, venho do setor de celulose. Trabalhei em três grandes empresas e, ainda no final da década de 70, as empresas tinham uma grande facilidade de comprar grandes áreas, de fazer grandes plantios, justamente para garantir o suprimento da fábrica de celulose. No caso, a Cenibra, em Minas, e a Riocell – hoje CMPC –, no Rio Grande do Sul.

Hoje, é impossível, para qualquer pessoa, fazer grandes áreas. Primeiro, porque tem o problema ambiental. Depois, tem o grande problema de inversão de capital. Há centenas de milhares de hectares parados financeiramente. Então, nós temos, efetivamente, um problema de economia, para nós fazermos esses plantios florestais.

O que a gente vem discutindo no grupo do Senador Heinze – e isto já foi testado – é que nós temos que fazer, agora, a parceria com os produtores rurais. Com o produtor rural, mas é um plantio florestal integrado com a atividade agrícola e a atividade pecuária.

Alguém que tem uma fazenda, por exemplo, tem a área dele de soja, mas ele tem uma área de morro, ele tem uma área... Então, ali vai floresta. Para quem já tem pastagem, não tem problema. Hoje, várias empresas no Brasil – a Embrapa desenvolveu isso bem, a Marfrig já está usando isto – fazem o plantio silvipastoril, ou seja, três fileiras de árvores, oito ou dez metros de pastagem, três fileiras de árvore. Aí você tem uma troca com eles e você aumenta a produtividade...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Integração lavoura-pecuária-floresta. Tem até uma siglzinha: ILPF.

O SR. AFONSO BERTUCCI (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Exato.

Agora, como, realmente, nós vamos partir disso aí para a prática?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o próximo eslaide. (*Pausa.*)

Eu, simplesmente, vou dar uma ideia de que, a cada hectare plantado, você chega ao produtor, ele planta aquele hectare, e você faz... Como os ciclos são de sete anos – o pinus, um pouco mais; a acácia; as variedades que estão sendo desenvolvidas nacionais, inclusive...

Eu vou salientar aqui um grupo que está desenvolvendo uma variedade brasileira, o taxi-branco, liderado pelo Prof. Thiago da Universidade do Pará.

Então, são todas essas espécies florestais que vão se adequar a cada parte do país. Se nós olharmos bem, 1ha, todo ano, vai dar 5,6 mil litros de etanol.

Hoje, por exemplo, na nossa empresa, nós já estamos negociando contratos com a Europa, inclusive para o porto de Roterdã, no consórcio entre a RWE e a Uniper. Para lá, para a Europa, já estão fazendo o etanol de segunda geração, o etanol celulósico, que gera o resíduo, a lignina, que vai gerar energia. Aí o produtor, em 1ha, consegue gerar 5 mil. Pode ser mais.

O *pellet* de madeira, que é a biomassa concentrada, está substituindo, diretamente, o carvão mineral nas grandes termoeletricas europeias. A Drax, por exemplo, britânica, que é a maior do mundo, a maior termoeletrica a carvão do mundo está trocando toda a produção. Eles já estão com um consumo de 7 milhões de toneladas de *pellets* e nos demandando, um projeto de que também o Senador Heinze participa lá no Sul, dando total apoio em Brasília. E esse contrato com investimento em Rio Grande de embarque, essa produção toda é direcionada para o Reino Unido, que é justamente para você substituir o carvão mineral lá.

Um outro processo também que se faz já totalmente dominado, que é a torrefação da madeira, o *pellet* torrefado, e já foi anunciado um projeto nosso aqui em Juiz de Fora, e não posso falar quem é o comprador, mas é uma grande empresa de mineração, que já foi substituir o antracito importado, o carvão importado, pelo *pellet* torrefado, aí no processo de carbonização, e toda a siderurgia está justamente demandando isso.

Mas isso remete a nós agora a voltar ao problema do campo. Nós temos que achar solução economicamente viável para o produtor ganhar dinheiro, para a comunidade ganhar dinheiro.

Então, se puder passar a próxima tela...

Por favor, a próxima.

Então, o que seria agora o procedimento que nós estamos trabalhando. Começando agora com Pinheiro Machado, lá no Rio Grande do Sul, e Juiz de Fora, aqui em Minas Gerais. Quando você instala uma indústria naquele local, começa o projeto realmente, você faz um raio de 60 a 100km em torno da indústria, e ali você começa a criar uma estrutura, a indústria começa a criar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma estrutura de plantios florestais: viveiros, empresas de insumos, empresas de plantio, de colheita, de corte; ou seja, você movimentaria aquela economia já com uma garantia. Você dá para o produtor toda aquela estrutura de que ele vai plantar, e ele já tem um mercado garantido. Então, aquela indústria que está fazendo a bioenergia, está fazendo etanol agregado com termoeletrônica com hidrogênio, uma termoeletrônica pura, para jogar na rede ou para fazer hidrogênio, ou *pellet* torrefado, cujo gás de sobra gera uma termoeletrônica para fazer o hidrogênio, você ali tem uma gama de produtos para justamente fazer aquilo ali. Então, você cria toda essa estrutura para os produtores. Então, você junta centenas de produtores, 200, 300, 400 produtores que vão ter os plantios defasados justamente para abastecer a indústria.

Próxima tela, por favor.

Então, o outro problema que nós temos que encarar para o produtor é justamente o lado financeiro. Quer dizer, todo mundo acha bonito, mas você só vai se tiver ganhos, se você tiver o risco mitigado e tiver uma lucratividade razoável no final das contas. A floresta em si, para nós fazermos esse plantio florestal, ela tem um problema financeiro muito interessante, muito grande, porque, se a pessoa quiser investir hoje em floresta, ela vai investir muito no primeiro ano, porque os maiores custos estão no primeiro ano, e ela vai ter que esperar sete ou oito anos para colher e receber o resultado. Então, se nós colocarmos um juro muito grande para carregar durante esse período todo, vai chegar lá na frente com um preço muito elevado. E outro ponto: na hora em que chegar lá na frente, por qual preço ele vai vender? Se o que ele conseguir vender, se ele não ficar micado, vai justificar todo o investimento que ele fez?

Então, o modelo que nós pegamos, com carona, inclusive, é o modelo da Cédula do Produto Rural: a indústria compra madeira do produtor não é na colheita, é no plantio. Então se faz a previsão da produtividade: tem tantos metros cúbicos de madeira para serem colhidos lá na frente, já com valor estipulado em dólar, com correção etc. etc. Aí, o que ele precisa no primeiro ano já paga aquela madeira daquele ano, daquele ano, daquele ano. Chega lá na frente, da colheita que deu, uma parte ele já recebeu, e a outra parte vem com lucro para ele. Aí, o que é que acontece? Ele replanta, ele abre um novo ciclo para aquilo lá.

Então a floresta tem uma vantagem, porque no caso de todos os produtos que nós fizemos, hidrogênio, biomassa carbonizada, cavaco para energia e etanol de segunda geração, você vai ter um crédito de CO₂ muito grande na substituição. Porém, na floresta, o que acontece? Você sempre tem um sétimo, um sétimo, um sétimo, um sétimo. A partir do momento que você corta, as outras árvores já vão crescendo, estabelecendo um moto-contínuo. Então fica uma quantidade de CO₂ ali permanentemente fixa, o que torna o processo negativo em termos de emissões e você gera bastante crédito ali, naquela parte florestal. Então o que nós estamos procurando agora é ir de local em local para nós fazermos isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez a próxima tela...

A próxima por favor.

O.k.

Do ponto de vista do Brasil, hoje nós temos uma tranquilidade muito grande, porque, na verdade – eu viajo bastante pelo mundo –, em termos de celulose, em termos de plantio florestal hoje, o Brasil... A produtividade média brasileira de fibra curta é o dobro da produtividade do segundo lugar no mundo. Enquanto uma árvore cresce em 32 anos lá na Europa, lá na Escandinávia, aqui cresce em 7, quase que a gente vê a árvore crescer. E o setor de celulose aqui no Brasil nas últimas décadas realmente deu um salto tecnológico muito grande em florestas. Então hoje nós temos muita facilidade e muita segurança para fazermos esses plantios florestais.

A questão é garantir o mercado para o produtor e garantir um mecanismo de mercado para financiá-lo dessa forma que eu fiz. E os investimentos vêm localizados... A partir do momento que nós temos o mercado... Então o hidrogênio hoje tem um mercado. Eu diria que hoje a abordagem do mercado não seria para todo o Brasil, porque você tem que desenvolver...

Eu acho que hoje você pode colocar perto de grandes siderúrgicas para o hidrogênio substituir o coque de petróleo nos altos fornos, como está sendo feito na Europa agora. A indústria de pelletização de minério pode tirar o antracito e colocá-lo; a indústria de cimento pode tirar o coque verde de petróleo e colocar o hidrogênio. Então hoje você pode fazer essas plantas do lado do consumo.

E as cidades... Eu acho que é interessante essa questão distribuída por quê? A própria comunidade vai ser independente no seu combustível. Quer dizer, se você pega uma região lá do Mato Grosso, como, por exemplo, Sorriso, grande produtora de soja: ela pode ter o seu plantio florestal, ela pode ter lá a sua indústria e ela pode ter lá a produção de hidrogênio, a produção de etanol e a produção de energia térmica local.

Quer dizer, hoje o petróleo tem uma grande quantidade. Você faz uma refinaria em Paulínia, São Paulo, e tem que transportar de caminhão até lá, então isso encarece bastante o custo e tudo o mais.

Então, eu diria que esse modelo que nós já estamos debatendo, até o Senador Heinze apresentou esse modelo na COP passada, com um grupo que ele juntou, eu acho que esse é o modelo ideal e realmente a gente pode sair para isso. Hoje nós estamos bastante confiantes de que, em tendo mercado, nós podemos atuar naquele ponto. Outra vantagem é que, se nós pegarmos o Brasil hoje, nós temos mais de 60% de florestas nativas preservadas, nós temos uma área agrícola muito eficiente, agora, pastagens, nós temos 160 milhões de hectares, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade de Goiás, 60 bem manejados, mas 100 são de pastagens degradadas. O nosso foco é essa pastagem degradada, para dar recurso ao produtor, porque a floresta vai dar recurso de longo prazo, e ali ele pode entrar com a atividade agrossilvipastoril.

Eu não vou me estender mais, já estou passando um pouquinho do tempo, mas eu mostraria essa última tela. Nós estamos conversando um grande diálogo com o sistema elétrico brasileiro, porque o que acontece? O hidrogênio tem uma grande vantagem, basicamente ele é um estoque de eletricidade. Toda eletrólise que passou lá está na molécula de hidrogênio. Quando você vai usar, ele libera essa molécula para gerar eletricidade. Da mesma forma que a floresta é uma bateria, a energia está nela. Quando você precisar usar essa energia, põe na termoelétrica e joga lá na rede, você transforma na rede na hora. Então, ela é uma bateria também, os dois lados são uma bateria.

E o sistema elétrico brasileiro agora, nós poderíamos dizer o seguinte, isso aí nós estamos tendo bons debates, o Heinze acompanha isso, lidera isso, é com o setor elétrico, porque agora você não precisa mais, teoricamente, limitar a produção quando tiver em excesso, não tem problema: quando você tiver excesso de energia, você eletrolisa para hidrogênio na rede; quando a energia faltar, o hidrogênio permite a reeletrificação, você pode devolver essa energia para a rede. Isso aí vai fazer com que nós possamos repensar essa matriz energética brasileira.

Essa energia elétrica – eu concordo com o que todo mundo falou aqui, eu concordo plenamente que nós temos que valorizar o mercado interno –, na exportação, nós simplesmente podemos colocar células de eletrólise no porto. Quer dizer, toda energia elétrica que sobra vai para o porto, em vez de levar o hidrogênio, leva a energia elétrica, faz lá no porto e já embarca no navio para exportação, ou na forma de amônia, ou convertida em metanol, alguma coisa do tipo.

O que nós estamos procurando agora realmente é que, não especificamente hoje com o hidrogênio, mas está na nossa mente, com essa bioenergia de base florestal a gente vá evoluir, e a energia de base florestal dá estabilidade porque tem uma colheita 365 dias do ano. No setor de celulose, todo mundo que mexe com floresta sabe que você tem colheita o ano todo, e aí ela pode, por exemplo, no etanol de segunda geração, absorver os resíduos agrícolas, a palha agrícola, que é sazonal. Ninguém vai investir numa coisa sazonal, quer dizer, você trabalha três, quatro meses do ano e fica oito, nove meses parado, mas, a partir do momento em que você tem a produção florestal, ela estabiliza e ela pode, essa indústria, absorver justamente essa palha agrícola.

Então, sim, eu acho que nós estamos bastante entusiasmados, eu acho que o Brasil realmente agora tem a chance de dar um salto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito contente com a iniciativa, Senador Cid. Eu vejo, porque tenho contato com vários Senadores, especialmente com o Heinze, que é o nosso guru, e eu tenho, assim, grandes contatos, e a gente vê que, realmente, o Senado vestiu a camisa desse desenvolvimento. Isso é muito...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Dr. Afonso, falas como a sua transformam quem já é entusiasmado em mais entusiasmado ainda.

Então, obrigado, parabéns.

Esse tema e essa possibilidade do hidrogênio a partir da biomassa, a partir de florestas, certamente é algo que permite estender ainda mais as possibilidades do nosso extraordinário país.

Com o já adiantado da hora, o Presidente do Senado pede que sejam encerradas as reuniões de Comissão.

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer a presença de cada um dos que estiveram aqui palestrando e dos que participaram presencialmente ou remotamente.

A nossa próxima reunião, na próxima quarta-feira, será com governos estaduais. Foram convidados diversos estados que já têm políticas em curso nessa área e o tema será: A implantação e a operação de projetos de hidrogênio verde no Brasil.

Essa questão da cor, eu até concordo, vamos ter que pensar numa nomenclatura, mas isso faz parte do nosso papel de regular. Enquanto isso, vamos a uma nomenclatura que é adotada na...

Eu vi até que alguém fez um trabalho, já tem alguma iniciativa de regulamentar, mas trata como verde. Vamos manter enquanto não tivermos uma definição mais decisiva.

Ainda lembro que, nesta sexta-feira, a Comissão realizará uma visita técnica ao Porto de Suape, em Pernambuco, para buscar mais informações sobre projetos e unidades de produção de hidrogênio verde em nosso Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Carlos Viana, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública sobre o tema: Implantação e operação de projetos de Hidrogênio Verde no Brasil. **Participantes:** Salmite Filho, Secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará; Guilherme Cavalcanti, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; Artur José de Lemos Júnior, Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul; e Daniel Lamassa, Subsecretário Adjunto de Energia do Rio de Janeiro (representante de: Hugo Leal, Secretário de Estado de Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/24>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema: "Implantação e operação de projetos de hidrogênio verde no Brasil".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.gov.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais convido para compor a mesa: Dr. Artur José de Lemos Júnior, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul, bem-vindo; Deputado Estadual Salmito Filho, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará; Dr. Daniel Lamassa, Subsecretário Adjunto de Energia do Rio de Janeiro.

Participará ainda, por videoconferência, o Dr. Guilherme Cavalcanti, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, com quem estivemos e fomos muito bem recebidos, na companhia do nosso querido Senador Fernando Dueire, em Suape, na última sexta-feira.

Eu queria me desculpar aqui pelo atraso. Eu estou com uma delegação de visitantes cearenses, os quais convido para se sentarem aqui. E para não demorar, ao longo da nossa reunião, faremos a nominata.

Então concedo a palavra inicialmente, 15 minutos? Razoável? Quinze minutos? Para o Dr. Artur José de Lemos Júnior, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul.

Registro aqui a presença do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Registro a presença do ex-Prefeito de Iguatu, meu amigo querido, Ednaldo.

Com a palavra o Dr. Artur José.

O SR. ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente Senador Cid Gomes. É uma satisfação estar aqui representando o Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, saúdo o Senador Astronauta Marcos Pontes e também o Senador Luis Carlos Heinze, que há pouco tempo, esteve aqui conosco, lá do meu estado. Quero também fazer uma saudação especial aos meus colegas Secretários do Ceará, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, Salmito Filho, Guilherme Cavalcanti e Hugo Leal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, senhoras e senhores, primeiro, é uma satisfação nós termos a oportunidade de apresentar, aqui no Senado, as estratégias do Estado do Rio Grande do Sul para aproveitar o hidrogênio verde como oportunidade, tendo em vista a discussão em âmbito mundial.

Antes de adentrar a apresentação, queria apenas tecer alguns comentários. É importante, e aqui, Senador Astronauta Marcos Pontes, que foi nosso Ministro de Ciência e Tecnologia, com muita propriedade, identifica que nós temos estudos muito aprofundados de uma cadeia de hidrogênio e uma cadeia de hidrogênio verde no nosso país, que não é desta década, mas de décadas passadas e que infelizmente, por vezes, falta de convicção, Senador Presidente, acabam ficando sobrestados, e a gente acaba perdendo janelas de oportunidade.

O ponto positivo é que a gente pode resgatar esse conteúdo denso que existe e podemos ali, a partir de então, avançar.

Quero também fazer aqui, trazer um elemento. Eu tive a oportunidade de ser conselheiro do nosso CNPE, e precisamos, junto ao CNPE, acelerar também o passo com discussões não somente para o hidrogênio verde, mas para outras cadeias. Se o hidrogênio verde entrar na fila de discussão do CNPE, daqui a 30 anos, a gente pode estar tendo a primeira planta de hidrogênio verde, vide a discussão de gás natural, que já vai em mais de uma década em discussão para que a gente tenha um mercado robusto. E o Rio Grande do Sul é um Estado que padece de ausência deste insumo, deste energético, o que acaba prejudicando a nossa economia.

Mas, entrando na apresentação, e, principalmente, então, no foco hidrogênio verde...

Não tenho o passador aqui.

Bom, o hidrogênio verde é uma das alavancas da descarbonização. Sobre ele, muito se discute. Ele vem na esteira da discussão das mudanças climáticas e, no Estado do Rio Grande do Sul, a gente, como outros estados, aderiu, até 2050, a buscar a neutralização de carbono, assim como o nosso país assumiu esse compromisso. Então, cada estado fazendo sua parte, contribui para que o nosso país consiga avançar.

Então, onde ele se encaixa? Além das medidas que a gente já tem, com a eficiência energética, eletrificação, uma matriz energética renovável no nosso país, ele se encontra, então, já, como nascedouro de carbono neutro para substituir matérias-primas que, efetivamente, hoje, já estão em utilização na nossa matriz econômica, seja a amônia – e aí vamos utilizá-la lá no setor primário –, seja o metanol – nós não temos nenhuma fábrica de metanol no nosso país –, e, a partir do hidrogênio verde, com a cadeia química, a gente pode evoluir e avançar para esses insumos que aqui são demandados.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um estudo. A gente contratou um estudo da consultoria McKinsey. Depois, eu avanço em alguns pontos importantes que foram apresentados. Mas, olhando para o foco da redução das emissões – e esta é uma das principais pegadas do hidrogênio verde, efetivamente, a redução das emissões de gases de efeito estufa, do CO₂ principalmente –, nós temos aqui apresentado o que seria o impacto se nós desenvolvêssemos a cadeia do hidrogênio verde a partir do Estado do Rio Grande do Sul. E aqui, aos meus colegas secretários, reforço, não há disputa entre estados, até porque, por mais que nós possamos ou consigamos produzir o máximo de hidrogênio verde necessário ou possível aqui no nosso território, isso será insuficiente para atender à demanda mundial que se tem de hidrogênio, e, é claro, seria muito. Então, não teríamos essa disputa. Mas, lá no Rio Grande do Sul, olhando a realidade do Rio Grande do Sul, a gente identifica que, desenvolvendo a cadeia, poderíamos evitar 3,5 a até 8,4 milhões de toneladas de CO₂, somente com a produção do hidrogênio verde e a sua substituição de energéticos.

A gente identifica, é claro, lá no Rio Grande do Sul, são duas grandes frentes de emissões: o setor primário, que a gente está alavancando e sobre ele avançando a partir de estudos técnicos, para trazer a realidade nossa aqui, mas o segundo ponto que mais emite CO₂ no nosso Estado é o transporte rodoviário. A gente tem uma malha rodoviária capilarizada, centrada ali com combustíveis fósseis. E, com a substituição desses veículos ou a substituição dessa matriz de carga e de passageiros, teríamos condição, até 2040, de evitar 2,7 milhões de toneladas de CO₂.

Aí, como mencionei, a gente tem carros de passageiros, que não são uma variante, até porque tem os veículos elétricos. Então, eles convivem. Eu sempre digo: a gente tem que defender uma matriz equilibrada, não acreditar que uma matriz ou um insumo é a solução para toda a matriz. A gente tem que buscar o equilíbrio. E veja que, se a gente olhasse para a exportação, a gente contribuiria aí com o mundo, a partir do Rio Grande do Sul, na redução aí de 4 milhões de toneladas de CO₂ ano até 2040.

Próximo, por favor.

Aqui é interessante. A gente identifica, de 2025 até 2040, em que está o que é de baixa complexidade para um imediato aproveitamento do hidrogênio verde. Então, as refinarias são de baixa complexidade e têm uma capacidade de suportar e recepcionar o hidrogênio verde de forma mais rápida, até porque ela não precisa mudar toda a sua estrutura logística e toda a sua estrutura de produção, mas ela é também, no nosso estado, ali em torno de 22 toneladas/ano de emissões.

Mas, quando a gente vai para o transporte rodoviário de carga pesada e também de veículos médios, em que tem um maior volume de demanda máxima teórica, a gente identifica que ele tem uma complexidade alta, até porque a gente teria que identificar e substituir toda a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa malha e pontos de abastecimento e tudo o mais, e aí, isso sem, demanda um planejamento não somente do estado, mas concatenado, claro, com o planejamento nacional.

E, aí, mais no intermediário, a gente tem ali para aquecimento industrial, transporte marítimo. O próprio metanol; o Rio Grande do Sul é o maior produtor de biodiesel, Senador Cid, do nosso país e utiliza o metanol na sua cadeia de produção. Então, ele chega ao biodiesel só que utiliza combustíveis fósseis para chegar até o biodiesel. Então, ele pode começar também a tornar este biodiesel mais verde ao utilizar, a partir do hidrogênio verde, a sua composição para a produção de metanol.

Próximo, por favor.

Aqui, o estado espacializado. Então, a gente apresenta que, para se chegar ao hidrogênio verde, tem que ter uma fonte de energia renovável. A nossa matriz de energia elétrica, a exemplo da matriz brasileira, é 80/20 – 80% renovável, 20% não renovável. O que nós temos que enfrentar, no Rio Grande do Sul, é a nossa matriz energética, não a de energia elétrica.

Então, a gente tem um fator de capacidade em posições importantes, em que a gente tem uma ótima condição de vento para a geração de energia eólica, tal qual são os estados do Nordeste, e também temos, dentro desses quadrantes de potencialidade de geração eólica, fatores bons de capacidade de geração solar. Não tão bons quanto o Nordeste, mas, com certeza, melhores que em países europeus e que acabam tendo competitividade.

Aí, a gente sobrepõe esse mapa dentro de polos de demandas potenciais. O Rio Grande do Sul, hoje, tem a sua matriz econômica muito forte no eixo Serra/Região Metropolitana e, na região sul, mais abaixo, tem ali a fonte de entrada de exportação e importação a partir do nosso Porto de Rio Grande, um dos portos mais importantes do país, que contribui aí com a nossa economia.

E, na infraestrutura, mais à direita, o último mapa que a gente identifica são as usinas elétricas que já são existentes. A gente tem também, tal qual o nosso país, uma participação importante também nas hídricas. Hoje, linhas de transmissão que têm capacidade de escoamento dessa energia, e, principalmente, nós temos 10GW de parques eólicos já licenciados, apenas demandando um investidor para que invista, mas eles já estão, do ponto de vista ambiental, licenciados.

Próximo, por favor.

Aqui, o estudo da McKinsey demonstra que a gente consegue identificar, em determinados pontos do nosso estado... Os estudos seguiram a lógica de que, se você tem uma produção de energia, capacidade de produção de energia, você tem um polo industrial, então, concatenando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas essas variantes, a gente consegue chegar, até 2030, com um preço competitivo de produção de hidrogênio verde, se equiparado aos estados do Nordeste. E a gente compara justamente pela boa capacidade que os estados do Nordeste têm de geração eólica e geração solar, concatenadas, trabalhando aí em uma lógica de 24/7.

Próximo, por favor.

Aqui, mais alguns mapas – e a apresentação, claro, vai ficar à disposição – onde temos aí as nossas linhas de transmissão, demonstrando a capilaridade das linhas do nosso estado, os centros de produção concatenados com os polos industriais, o Porto de Rio Grande, que demonstram essa junção de fatores que chegaram para a gente avançar até esse ponto, demonstrando o Rio Grande do Sul como um ponto importante para a produção do hidrogênio verde.

Próximo, por favor.

Então, por que no Rio Grande do Sul? O que a gente tem dito? Qual é o grande diferencial do Estado do Rio Grande do Sul?

Olhar o mercado externo é importante, sim. A gente contribui em conjunto com outros estados, a gente vem conversando com o Porto de Roterdã, com o Governo alemão, onde vai demandar hidrogênio verde para sua matriz energética, justamente em substituição, já prevendo anos que se avizinham. Mas o Rio Grande do Sul tem um diferencial, que é o mercado interno. Ele tem capacidade, dentro do estado, para fazer a recepção deste insumo e dar estabilidade àquele investidor que queira se posicionar a partir do Porto de Rio Grande, onde nós temos a produção primária, então a substituição do nosso fertilizante para um fertilizante verde, a partir do hidrogênio verde.

Nós temos, no Porto de Rio Grande, uma das plantas mais tecnológicas do mundo, da Yara Fertilizantes. Temos, como mencionei, no transporte rodoviário, um grande espaço de expansão para o uso do hidrogênio verde e a gente identifica montadoras internacionais avançando, e principalmente no nosso estado, aí a gente pega aqui a Marcopolo, avançando também nessa tecnologia. Daí o transporte rodoviário de passageiros está contribuindo para que a gente tenha essa demanda. Metanol, como mencionei, e a refinaria. A gente tem um dos polos petroquímicos mais importantes do nosso país e também temos duas refinarias que recepcionariam essa condução para a substituição desse energético.

Do ponto de vista logístico, como mencionei, temos linhas de transmissão, portos públicos. A gente tem os portos do interior que podem fazer o transporte desse material, não através de hidrogênio verde – que hoje, através desse transporte por gás, seria mais desafiador – mas sim através de amônia ou outra forma que se identifique. Então, a gente tem uma capacidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escoamento, um sistema de hidrovíário invejável no mundo. A Merclink, que esteve recentemente no nosso estado, demonstrou isso na sua apresentação.

Do ponto de vista de viabilidade, a gente contratou um estudo da McKinsey, que aprofundou, se aproximou dos estudos que tem em âmbito internacional, fazendo com que a gente possa se posicionar com os outros estados brasileiros e apresentar o nosso país ao mundo como um bom polo para a produção de hidrogênio verde.

Próximo.

Então, quais são os próximos passos? – e aí finalizo. É a gente, então, avançar para uma regulação. E aqui é importante, Senador, é o que nos tem demandado e a gente está em compasso de espera, porque, se nós avançarmos numa legislação e numa regulação, mas que destoe daquilo que a União, que o Governo Federal possa avançar, a gente teria que fazer modificações. A gente vai aguardar como é que a União avança nessa discussão. Então, estamos apreensivos nesse ponto.

A gente já está coordenando com os *stakeholders* no setor produtivo, no setor de mercado para recepcionar e na produção de energia para que se concatene a essa iniciativa.

Incentivos financeiros e fiscais, e aqui também chamo a atenção e importância para uma recente PEC que foi protocolada na Câmara dos Deputados, que vem trazer aos estados do Sul e do Sudeste um fundo constitucional, justamente para que a gente permita ter condições de financiamento que sejam condizentes para a atração desse investimento.

A estratégia de planejamento a gente tem evoluído e o estudo do McKinsey é parte disso. E aqui também, mencionando, Senador Astronauta Marcos Pontes, que a infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento são primordiais para que o país se posicione como um vetor de desenvolvimento dessa cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. Artur. Parabéns pela sua apresentação.

Seguiremos aqui, antes registrando a presença do Prefeito Adil, de Quixelô, do centro-sul do Estado do Ceará; o Prefeito Cícero de Deus, de Araripe.

Ao longo da reunião, citaremos mais presentes.

Passo a palavra agora ao Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Salmito Filho, que é professor universitário, sociólogo, mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, cursa doutorado em Políticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Públicas na Universidade Estadual do Ceará e MBA em Gestão e Governança Pública na Unipace, sendo todas as formações acadêmicas na área de pesquisa e desenvolvimento. Foi Vereador de Fortaleza, tendo, inclusive, sido Presidente da Câmara Municipal por três vezes e, atualmente, é Deputado Estadual, reeleito para o quadriênio 2023/2026, ocupando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

Com a palavra, Salmity Filho.

O SR. SALMITO FILHO (Para expor.) – Bom, muito boa tarde, Senador Cid Gomes. Na sua pessoa, peço licença para cumprimentar aqui os Senadores presentes. Quero cumprimentar os colegas secretários, cumprimentar as demais autoridades, servidores, assessores e a população que acompanha através das redes de comunicação. Em primeiro lugar, é uma honra poder estar aqui.

Senador Cid Gomes, permita-me brevemente registrar o legado que o Ceará recebeu – e ainda desfruta – do seu trabalho, da sua liderança, da sua qualidade como Prefeito da sua cidade, Sobral. E dentre as muitas transformações, a principal, de destaque, inclusive, nacional e internacional, é a educação pública de qualidade municipal de Sobral. E isso dito não por mim, que sou aliado, que sou admirador, mas pelas universidades que pesquisam o tema, pelos técnicos e pelas aferições científicas do Ministério da Educação, enfim, pelas fundações, pelas ONGs que militam, trabalham, pesquisam, discutem e debatem a temática tão estratégica que é a educação, especialmente, a educação pública no Brasil.

Além desse legado extraordinário no Município de Sobral, no Estado do Ceará, quando governou por oito anos, muitas transformações estruturantes, estratégicas. Em nosso estado, que é o que tem a maior escassez de água do Brasil, nos deixou o projeto do Cinturão das Águas; posso aqui afirmar o cinturão digital, garantindo alta conectividade em todos os municípios cearenses, dentre muitos outros projetos, obras, consolidando o nosso Complexo Industrial e Portuário do Pecém, instalando a primeira Zona de Processamento de Exportação do Brasil.

Tudo isso, em um, dois minutos, tentando registrar o legado do Senador Cid Gomes, quando governou Sobral e quando governou o Estado do Ceará. E colocando também o Estado do Ceará na rota da boa referência da educação pública de qualidade, construindo uma relação colaborativa numa governança interfederativa entre o Governo do Estado do Ceará e os governos municipais cearenses, a partir de critérios republicanos, critérios técnicos, estabelecendo metas, avaliações técnicas e construindo, assim, a partir dessa governança interfederativa, numa relação colaborativa republicana, um exemplo de educação pública também para o Brasil, no Estado do Ceará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Senador Cid Gomes, eis o seu legado, as suas contribuições, para além das ações, dos projetos e dos programas inúmeros, aqueles que são estruturantes e estratégicos para o desenvolvimento do nosso estado e para a nossa população cearense.

Bom, feito isso – e eu não poderia deixar de fazer esse registro –, o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Deixe-me fazer uma brincadeira com os colegas aqui.

Eu vou agradecer por essas palavras generosas e vou pedir aí que desconte esse tempo, para que ele possa efetivamente tratar... (*Risos.*)

O SR. SALMITO FILHO – Para nós avançarmos no tema do hidrogênio verde, o Ceará não estaria na competitividade que está se não houvesse aí iniciativas de políticas de Estado que nós temos, ao longo aí, pelo menos, dos últimos 35, 40 anos, no Estado do Ceará. Faço esse registro, inclusive histórico, porque é importante essa afirmação, essa pontuação.

Bom, o Governador Elmano de Freitas considera – são palavras do Governador do Ceará, Governador Elmano de Freitas – as energias renováveis, o hidrogênio verde, como sendo algo muito mais do que importante, muito mais do que prioritário e mais estratégico para o Ceará, para o Nordeste e para o Brasil. Por quê? Porque nós estamos falando – Presidente, Senador Cid Gomes, membros desta Comissão, colegas Secretários – talvez da maior oportunidade econômica da história econômica do Brasil: nós estamos falando de o Brasil poder ser protagonista em um dos principais vetores de matriz energética do planeta, substituindo a matriz suja, a matriz do petróleo, a matriz do combustível fóssil.

Então, isso não é pouca coisa.

Se nós olharmos rapidamente para o ciclo econômico do açúcar, para o ciclo econômico do ouro, para o ciclo econômico do café, da borracha e da própria indústria, nenhum desses ciclos – todos importantes –, porém nenhum deles colocou o Brasil, o nosso país, no protagonismo internacional, no que diz respeito a uma posição estratégica como um dos vetores, possíveis vetores, do motor da economia do planeta. É do que se trata quando se fala em matriz energética.

Então, é com essa compreensão de que o Governador do Ceará, o Governador Elmano de Freitas, enxerga, encara e trabalha em defesa da unidade do Nordeste e do Brasil.

Para além da fala, que é muito importante, que assume compromisso, também há um decreto do Governo do Ceará de que toda energia renovável, produzida fora do Estado do Ceará, que entrar no Ceará para produzir o hidrogênio verde, tem o mesmo incentivo e subsídio da energia renovável produzida no Estado do Ceará, para demonstrar na prática a nossa unidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a compreensão do Governo do Ceará de que o Nordeste e o Brasil precisam estar unidos em torno dessa oportunidade histórica, verdadeiramente histórica. Basta olhar para a História do Oriente Médio, antes e depois do petróleo, do ponto de vista do crescimento econômico.

Talvez, não seja boa referência no desenvolvimento sustentável, como um todo, no conceito de desenvolvimento de sustentabilidade econômica, social e ambiental, mas, no que diz respeito ao crescimento econômico, à expansão econômica, é incomparável a história do Oriente Médio, dos países mais produtores de petróleo, antes e depois do petróleo, como referência, como matriz energética principal de combustível para a economia do planeta.

Bom, vou pedir para...

Por gentileza.

Bom, nós temos no Ceará 30 MOUs assinados com empresas que estão avaliando, que estão analisando fazer investimentos em hidrogênio verde, produzir hidrogênio verde, no Estado do Ceará. O nosso Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem uma área de 16 mil hectares planejada para a instalação de indústrias – nós já temos hoje cerca de 80 indústrias – e tem uma área, uma retroárea, inclusive com a ZPE, para uma preparação para receber novas plantas industriais, mas, sobretudo, com o foco da produção do hidrogênio verde.

O Estado do Ceará - o primeiro a falar, lá no nosso Estado do Ceará, sobre hidrogênio verde, foi o Prof. Lutero, da Universidade Estadual do Ceará, em 1991, pesquisador, só pegando aqui o sobrenome dele, Prof. Lutero Carmo. Em 1991, já pesquisava, na Universidade Estadual do Ceará, sobre a importância do hidrogênio verde, com publicações, com artigos. Mas, ultimamente, em 2019, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará provocou o Governo do Estado para a necessidade de perceber, de conhecer, de estudar, de avaliar todo o potencial de produção de energias renováveis, sobretudo solar e eólica – eólica *onshore* e eólica *offshore* - para a produção de hidrogênio verde. Só que, antes disso, nós temos, no nosso Complexo Industrial e Portuário, uma companhia que administra esse complexo, que tem como sócio o Porto de Roterdã.

Vale a pena também fazer esse registro aqui. Quando a companhia que administra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém resolveu contratar uma consultoria do Porto de Roterdã, pela *expertise* que tem o Porto de Roterdã, por ser o principal porto da Europa, por ser o principal porto do Ocidente, por estar entre os dez maiores portos do planeta, o único do Ocidente, nessa lista dos dez maiores, essa consultoria foi interrompida e, na época, ali, o Governo do Ceará ficou preocupado, porque o Porto de Roterdã interrompeu a consultoria e chamou... Na verdade, interrompeu e chamou, porque queria, não mais fazer a consultoria, queria se tornar sócio do Complexo Industrial do Porto do Pecém.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, a partir daí, nós temos uma meta com o Porto de Roterdã, Srs. Senadores, uma meta estabelecida para produzir, até 2030, 1 milhão de toneladas de hidrogênio verde. E o representante do Porto de Roterdã, em reunião com o Governador Elmano de Freitas, agora em fevereiro de 2023, disse: "Governador, para nós produzirmos 1 milhão de toneladas de hidrogênio verde até 2030, nós precisamos ter, antes, o eletrolisador – a usina que vai fazer o processo de eletrólise – e, antes, vamos precisar ter as energias renováveis suficientes para essa produção". E, daí, para dizer o seguinte... o representante do Porto de Roterdã, nessa audiência com o Governador do Ceará...

Portanto, esse projeto não é para amanhã. Esse projeto é para hoje. Nós precisamos começar a produção de energias renováveis hoje e precisamos nos preparar para cumprir a meta de 1 milhão de toneladas de hidrogênio verde produzidas no Complexo do Pecém, no Ceará. A meta de Roterdã são 4 milhões de toneladas, apresentada lá pelo representante do Porto de Roterdã.

Portanto, Senadores, nesses MOUs – que somam, já, 30 MOUs, numa expectativa de investimento de US\$29,7 bilhões –, nós já estamos avançando agora para uma outra fase, saindo dos MOUs, entrando lá na fase do desenvolvimento de investimento final, dos FID. Então, essa é a nossa fase, em que nós já estamos trabalhando com alguns desses interlocutores. Por exemplo, a Fortescue, que é uma gigante australiana, já deverá, até o final deste ano ou o início de 2024, começar a fazer os primeiros investimentos em relação à produção de hidrogênio verde.

Nós já temos, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, por algumas dessas empresas que assinaram MOUs, aluguéis sendo pagos, reservando as áreas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Estão aí pagando R\$100 mil, R\$150 mil, R\$200 mil reais por mês, cada empresa, para reservar essa área lá no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Portanto, o hidrogênio verde, para o trabalho que nós estamos realizando desde 2019, quando as primeiras consultorias foram contratadas, o *road map* foi contratado, já o temos finalizado. Agora, contratamos um *master plan* para o hidrogênio verde. Ele está muito mais próximo da realidade do que nós mesmos imaginamos.

Em janeiro agora, tivemos a primeira molécula de hidrogênio verde sendo produzida no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – investimento de uma empresa privada portuguesa, a EDP, que é uma das assinantes de MOUs –, e essa molécula, Presidente, de hidrogênio verde, é muito mais um projeto piloto para desenvolver pesquisa, para ver a competitividade, avaliar como essa produção de hidrogênio verde vai acontecer, no caso, no nosso Estado do Ceará.

Queria, por gentileza... nós temos algumas estratégias que nós consideramos importantes, nacionais, de países que fizeram o seu dever de casa, com agilidade, com objetividade. A melhor,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

talvez uma das melhores estratégias nacionais, seja a do Japão. Nós gostaríamos de colocá-la aqui, para a Comissão poder avaliar bem, estudar.

O Brasil precisa de um plano estratégico nacional de hidrogênio verde. Por exemplo, o Japão fez, com metas objetivas, com recursos, com prazos e com valores que deverão ser investidos, de forma objetiva e concisa, tem o plano nacional de hidrogênio verde... Na verdade, no caso do Japão, é de hidrogênio.

O Chile também é um belo exemplo. Um país vizinho nosso, na América do Sul, tem um plano nacional de hidrogênio verde, a Estratégia Nacional de Hidrogênio Verde.

Por gentileza.

Tem a do Uruguai e a da África do Sul. Também tem a da Espanha e a dos Estados Unidos. Esta Comissão pode – não tenho dúvida que pode – cumprir um papel importantíssimo de provocar, de chamar o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia, porque nós precisamos avançar no plano estratégico nacional de hidrogênio verde.

O Governo passado começou esse plano, estabelecendo um prazo de três anos. A nossa compreensão, Presidente, é que um prazo de três anos é um prazo muito longo. O Ceará imagina que, em três anos, já deverá começar a produzir ou se preparar para produzir hidrogênio verde em larga escala e nós não podemos esperar. Eu falo aqui pelo Ceará, mas não tenho dúvida de que os demais estados da Federação que têm competitividade e que têm vocação já estão também se preparando.

Então, nós precisamos de um plano com agilidade, claro, com qualidade técnica, com estudo, que possa fazer uma pactuação nacional nessa perspectiva de uma unidade nacional em torno dessa oportunidade.

Por favor, o próximo.

O Programa Nacional de Hidrogênio Verde começou a ser desenhado. Na nossa compreensão, precisa de um plano estratégico, com visão de futuro clara, conclusiva e com etapas definidas, com prazos definidos...

(Soa a campainha.)

O SR. SALMITO FILHO – ... diretrizes e metas.

O Ceará deu uma contribuição que está protocolada no dia 30 de janeiro de 2023.

Já para concluir, Sr. Presidente.

Por favor, o próximo eslaide.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos o potencial do Brasil para a produção de hidrogênio verde, tanto o mapa do potencial para a produção de hidrogênio verde com energia solar, como o mapa do Brasil do potencial para energia eólica *onshore* e eólica *offshore*. Olhem que potencial extraordinário que o Brasil tem de norte a sul.

Só para dar um número aqui, certamente, os senhores têm esse número, mas é importante a gente registrar, o Estado do Rio Grande do Sul... O Secretário foi muito cuidadoso com o tempo, mas, com certeza, ele tem esse número. Eu estive, lá em Porto Alegre, em um bom diálogo com o Governo do estado, com a Secretária Marjorie, em um evento de que o próprio Governador participou. O Estado do Rio Grande do Sul tem, hoje, 22 projetos em processo de licenciamento, no Ibama, de energia eólica *offshore* que somam 58GW. O Estado do Ceará tem 22 projetos também aguardando, em processo de licenciamento do Ibama, que somam 56,5GW.

Estou dando só exemplo de dois estados. O Estado do Rio de Janeiro também tem, o Estado de Pernambuco, o Estado do Rio Grande do Norte, enfim, vários estados brasileiros. Mas esses dois estados – Rio Grande do Sul e Ceará –, se esses projetos forem licenciados e se todos eles forem instalados, esses dois estados poderão receber, de investimento privado, cerca de 56,5GW mais 58GW, e nós vamos para 114GW de capacidade de produção de energia eólica *offshore*. Para instalar e gerar 1GW de energia eólica *offshore*, a previsão do mercado hoje é de US\$2 bilhões. Então, em números redondos, nós estamos falando de um provável investimento de mais de R\$1,1 trilhão, fazendo referência a um vetor da energia renovável para produzir o hidrogênio verde que é a energia eólica *offshore* em dois estados. Então, nós estamos falando... As cifras são colossais, a oportunidade é colossal, a oportunidade é histórica, e o Brasil não pode perder competitividade.

Só para fechar, por gentileza.

Como nós não podemos perder competitividade, a consultoria, a McKinsey & Company, apresenta que o preço deverá cair, da produção e da venda da energia solar, de 2020 a 2040, deverá chegar à casa dos R\$100 – ali é em real –, a eólica deverá chegar a perto de R\$100 também, R\$103, tudo isso para buscar a competitividade da produção do hidrogênio verde brasileiro, produzido no Brasil.

Por gentileza.

Antes de falar da oportunidade híbrida que nós temos no Estado do Ceará...

Bom, já fazendo aqui referência, rapidinho. (*Pausa.*)

Pronto. Por favor.

Por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para falar de produção de energia, de energia renovável para produzir hidrogênio verde sem ter o transporte dessa energia, as linhas de transmissão. Então, aquele vazio de linha de transmissão no Estado do Ceará já vai ser solucionado no próximo leilão, que deverá ser anunciado pela agência reguladora, que vai apresentar essa proposta dessa linha que vem do Piauí e que vai suprir parte desse vazio que nós temos em linha de transmissão, portanto garantindo aí mais distribuição das energias renováveis produzidas no Estado do Ceará.

Bom, para fechar, agradecendo e pedindo desculpa em relação ao tempo, mas os Estados Unidos estão, o Tesouro norte-americano vai investir, para subsidiar o hidrogênio verde, US\$3 para cada quilo de hidrogênio verde. Por que os Estados Unidos vão fazer isso? A sua história. É o Estado cumprindo o seu papel para estimular e garantir a competitividade do hidrogênio verde produzido nos Estados Unidos.

Então, a nossa mensagem principal, do Governo do Ceará, do Governador Elmano de Freitas, é de unidade nacional, de urgência para tratar desse tema, um tema que pode ser, talvez, a maior oportunidade da história econômica do Brasil, sem desmerecer todas as outras demais fontes, o próprio hidrogênio sem ser verde, o gás natural, enfim, e 30 anos na história de um país é um piscar de olhos, e nós estamos falando, na verdade, não é de 30 anos, no Ceará nós estamos falando de uma meta de produção de um milhão de toneladas de hidrogênio verde com um parceiro, que é Roterdã, para 2030, que é daqui a seis anos e sete meses.

Portanto, Sr. Presidente, nosso hidrogênio verde brasileiro tem que ter competitividade, e essa é uma oportunidade para o Brasil gerar mais emprego, mais renda, mais receita privada para a sociedade e mais receita pública para o Estado brasileiro executar boas políticas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quero parabenizar o Secretário Salmito Filho pela bela exposição que nos fez aqui, e colocar para todos que alguns pontos levantados pelo Secretário, como a questão da cooperação internacional e como a questão da regulação, têm sido vistos de uma maneira muito focada por parte desta Comissão. E quero também registrar, Secretário, que está prevista uma visita nossa – como fizemos em Suape, na última sexta-feira – ao Ceará, para conhecermos de perto o que vocês vêm executando e o que foi posto aqui nessas imagens.

De forma que seguimos o nosso roteiro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE)
– Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só quero dar uma "falinha", porque eu tenho um compromisso às 15h30 no Ministério da Agricultura.

Quero cumprimentar o nosso Secretário gaúcho Artur Lemos; o Daniel, lá do Rio de Janeiro; e também o Salmite. Fez uma grande campanha o tchê, meu amigo Cid Gomes – em boa hora vocês foram pioneiros no assunto lá e ele também foi pioneiro para criar esta Comissão aqui, não é, Fernando? Então, nós estamos discutindo esse tema importante. Aí, Artur, nós estamos anexando – e eu tinha apresentado ao Ministério de Minas e Energia – as fontes *offshore* em cima das torres, dentro do mar; e a energia hidrocínética, dentro da água. É um mecanismo da Universidade de Michigan, que eu até apresentei para o pessoal do Sindieólica, do Rio Grande do Sul, e ao pessoal ligado às PCHs e às cooperativas. Então, são fontes de energia diferentes, que vão agregar o processo que vocês têm.

E nós estamos discutindo aqui, Salmite, Artur e também Daniel, a parte do agro. Eu vi uma foto aqui do Cid, numa plantação, em que ele diz: "Eu sou produtor de eucalipto" –, está aí numa floresta de eucalipto, de que ele é produtor, na lavoura dele lá. E também nós trouxemos aqui já – a gente pediu que viesse – o pessoal ligado ao eucalipto, etanol de eucalipto; milho e também o pessoal ligado à cana-de-açúcar. Um outro potencial que o Brasil tem, além dessas outras fontes alternativas, pode ser fantástico na área do agro: eucalipto, milho e também cana de açúcar – inclusive o Cid é produtor. Então, a gente agrega essas questões todas aí, porque são extremamente importantes.

Você fala no Porto de Pecém; respeito. Rio Grande; respeito. Também no Porto do Rio de Janeiro. Mas nós temos um portinho que estão fazendo no Rio Grande do Sul e lá vai entrar também; chama-se Porto Arroio do Sal. Pode botar na rota de vocês, porque futuramente, Salmite, nós vamos apresentar um porto, que deve sair em uns três ou quatro anos e vai entrar nesse processo também, viu? Então vamos falar no Porto de Arroio do Sal junto com o do Rio Grande, Pecém e – vocês já ligaram também, acho – o Porto de Paranaguá, não é? Vou acrescentar mais um, que é o Porto Arroio do Sal; nós estamos sonhando, mas vai sair do papel.

Obrigado a vocês. Parabéns a você, Salmite, também ao Artur e... não posso ouvir agora o Daniel, mas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE)
– Muito boa, como sempre, a intervenção do Senador Luis Carlos Heinze; pertinente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu cheguei aqui, em outras sessões da Comissão, a conhecer o pessoal do milho, que está muito voltado... e, inclusive, também o pessoal da cana de açúcar.

Eu convido o Secretário Guilherme Cavalcanti, de Pernambuco, que está em vídeo nos aguardando.

O Secretário Guilherme é formado em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco com especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas; foi Diretor-Executivo, durante três anos, do Movimento Empresarial Atitude Pernambuco; também cofundador e Diretor-Presidente da Agência Recife para Inovação e Estratégia; CEO da companhia de participações do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar); e Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

Portanto, Secretário Guilherme, a palavra está com V. Sa.

O SR. GUILHERME CAVALCANTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Fernando Dueire, Senador do Estado de Pernambuco, meu amigo de longa data e companheiro de boas batalhas pelo desenvolvimento de Pernambuco – folgo em dizer que há mais de 20 anos –, registro a alegria de vê-lo presidindo neste momento a sessão e, na sua pessoa, cumprimento o amigo Cid Gomes, a quem agradeço mais uma vez pela visita generosa que fez ao Estado de Pernambuco representando essa Comissão e pela forma como compartilhou conosco toda sua experiência de Governador, por tudo aquilo que foi construído no Ceará a partir do período em que ele o dirigiu. Reforço as palavras do Salmito – não vou repeti-las, mas quero dizer que as endosso integralmente –, grande Senador Cid – fica o meu abraço para ele também.

E, como eu vi transitando ao fundo das imagens, enquanto aguardava aqui, o Marcelo Lopes e o Glaucio Ribeiro, queria saudá-los também e, nas pessoas deles, saudar também toda a equipe do Senado que está com a barriga no balcão aí nesse tema do hidrogênio verde. Agradeço também mais uma vez a visita que recebemos.

Não trouxe o PowerPoint, me farei breve.

Hoje a gente acordou, mais uma vez, num Recife alagado, já vítima reincidente dos efeitos das mudanças climáticas, algo que a gente não deve ver melhorar no curto prazo. Então, o nosso compromisso com a descarbonização da economia como um todo é mais do que uma escolha estratégica, é uma necessidade de sobrevivência aqui na cidade do Recife e em sua região metropolitana. Então reforço que é nessa perspectiva que a gente sobe nesse debate, que a gente sobe nessa mesa para conversar.

Queria saudar meus colegas secretários e fazer uma saudação especial ao Daniel, a quem peço que leve um abraço ao Hugo Leal, que ontem assumiu a presidência do Fórum Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Secretários Estaduais de Minas e Energia, lá em Pernambuco, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é quem toca o tema da energia, mas compomos também o fórum. Peço ao amigo Daniel que leve ao Hugo as nossas saudações e, mais uma vez, os nossos parabéns por assumir a presidência desse grupo.

Minha fala vai ser breve, gente, mas eu queria voltar a reforçar alguns dos pontos que foram colocados. O Artur Lemos foi muito feliz na descrição do *roadmap*, dos tempos de como essa pequena revolução que nós vamos ter no setor energético se espraia pelo mundo.

Na perspectiva de Pernambuco e da forma como estamos olhando a nossa estratégia, o *roadmap* é muito semelhante ao apresentado pelo Artur. Reforço o ponto que ele colocou, da necessidade de termos ações de curto prazo, e reforço as palavras do meu colega Salmito, que diz que esse é um negócio para hoje. Isso está claro e a gente tem visto como é que esse tema vem se desenvolvendo no mundo. Salmito encerrou sua fala tratando dos incentivos propostos pelo Governo americano. Existe um conjunto amplo de proposições colocadas sobre o ato de combate à inflação. É até interessante porque lá nos Estados Unidos o projeto de combate à inflação tem um componente ambiental e de produção de energia, incentivo à energia renovável gigantesco.

Reforçando esse ponto mais uma vez que o Salmito colocou, nós estamos diante da maior oportunidade econômica da história do país, isso é irrefutável. E aí o apelo que nós fazemos a esta Comissão e a todos que debatem o tema no Brasil é o apelo já feito pelos meus dois colegas que falaram: tratar o tema como um projeto de país, como uma estratégia daquilo que pode de fato revolucionar os anos vindouros.

Numa visita que recebemos aqui da Comissão, na última sexta-feira, no Porto de Suape, nós tratamos também da perspectiva histórica do que é que nós estamos vivendo e usamos o exemplo do que fizemos aqui no final da década de 90, início dos anos 2000, que era também um momento de transição tecnológica no setor de tecnologia de informação e da economia digital como um todo. O que nós percebemos como estratégia de Estado, estratégia de país àquela época, foi que a nova tecnologia zerava o campo de jogo, significando dizer que novos atores teriam condições de embarcar naquela revolução que ali se iniciava. É desse mesmo período, por exemplo, o investimento que o Estado do Ceará fez na sua infraestrutura lógica, que foi citada aqui pelo Salmito, que hoje é o grande *hub* de entrada de conectividade do país com o resto do mundo. Então foram movimentos feitos naquele momento que anteviam os movimentos que vinham pela frente e que sustentaram o crescimento de diferentes regiões do país, adentrando em setores que não eram tradicionalmente os setores daqueles estados ou daquelas economias.

Acho que o Artur é muito feliz quando coloca que já tem territórios no Rio Grande do Sul licenciados para receber novas plantas de energia eólica. Esse é um ponto que a gente considera





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crítico. Aqui no Estado de Pernambuco, lá no Complexo Industrial Portuário de Suape, nós vivemos um ciclo há pouco mais de dez anos, uns quinze anos, da implantação de uma nova refinaria, da implantação da indústria naval, e tudo aquilo, à época, pesando à mesa todos os diferenciais competitivos que apresentávamos como destino, o que terminou fazendo a diferença na escolha dos investimentos foi o licenciamento ambiental prévio do Complexo Industrial Portuário de Suape como um todo. Então nós já tínhamos toda a parte de meio ambiente licenciada, prevendo uma indústria que viria a existir no futuro. E isso fez uma diferença muito grande, e é essa a mensagem que eu queria deixar registrada aqui.

Nós temos uma oportunidade única de ter um projeto de país que une a todos os brasileiros em torno do ideal de liderar a revolução do hidrogênio verde, de liderar a revolução da energia limpa no mundo. Esse ideal nos coloca todos do mesmo lado na disputa por um mercado, que é um mercado global. E nos dá a oportunidade de ouro de lançar, aqui e agora, as bases de como vamos desenvolver essa indústria aqui no país.

Pela parte de Pernambuco, nós estamos apostando no desenvolvimento de um ecossistema que traz diferentes elos da cadeia, mas principalmente focado no desenvolvimento tecnológico. É o que apresentamos aqui à Comissão. Foi a forma como pretendemos fazer algo dessa natureza. Acompanhei com muita alegria e curiosidade – e uma pontinha de inveja, viu, Salmito? – quando vocês botaram para funcionar lá o protótipo da EDP. Mas estão de parabéns. Acho que é por aí mesmo.

E queria reforçar, para o final, essa mensagem de união e integração. O Governador Elmano, do Ceará, na última reunião dos Governadores do Nordeste, bateu muito nesse ponto. A Governadora Raquel Lyra, do Estado de Pernambuco, bateu muito nesse ponto. A gente tem tido, principalmente no tema da energia, um alto grau de alinhamento, a gente vem numa defesa radical do olhar para o setor, com um olhar estratégico de país e de uma defesa de políticas públicas, de um regramento que permita ainda mais o florescimento da produção de energia limpa em todo o país, mas naturalmente que sustente as condições que hoje estão estabelecidas para o crescimento desse setor na Região Nordeste.

Não posso deixar de registrar que da última vez que estive no Ceará, meu medo era encontrar um torcedor do Ferroviário, porque o meu Sport perdeu este ano para o Ceará, ano passado, para o Fortaleza. Este ano, eu tive o luxo de ser zonado pelo Governador do Estado do Ceará e pelo Senador. Então não foi nada trivial. Então morro de medo de encontrar um torcedor do Ferroviário, que deve ser a próxima final que a gente vai perder. Mas tirando essa rivalidade, eu reforço aqui a nossa união, meus amigos, a minha gratidão por poder participar deste momento histórico que a gente está compartilhando e nosso compromisso de cumprir o nosso papel subnacional, como estado, mas principalmente de cidadão brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado, Guilherme. Sempre uma exposição bem-feita, um conteúdo sólido. Agradeço muito a sua colaboração. E estamos mesmo vivendo um momento histórico. Tive a oportunidade, no decorrer de minha vida pública, no Executivo, de me ver em encruzilhadas áridas e difíceis. E com o tempo, verificar que foram marcos de profundos registros de fazer e trilhar histórias.

Gostaria de agradecer a sua exposição, ao tempo que convido o Subsecretário Adjunto de Energia do Estado do Rio de Janeiro, Daniel Lamassa, para fazer sua exposição. Antes registro que o Daniel é engenheiro de petróleo pela PUC do Rio de Janeiro, possui mestrado internacional no Oil & Gas Trading Management, pela Regent's University London. Possui Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos pela FGV e tem muita experiência profissional na área de energia, tendo trabalhado em empresas de consultorias e empresa de transporte que utiliza Gás Natural Liquefeito (GNL) como combustível.

Portanto, agradeço a sua presença e passo a você a palavra.

O SR. DANIEL LAMASSA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite. Queria saudar o Senador Fernando Dueire, queria saudar também o Senador Cid Gomes, o Senador Astronauta Marcos Pontes e o Senador Luis Heinze. Queria, também, saudar meus colegas aqui da mesa e toda a audiência.

Estou aqui representando o Governador Cláudio Castro e também o Secretário Hugo Leal, que é Deputado Federal, mas que infelizmente teve um compromisso urgente e teve que voltar para o Rio de Janeiro. Estava aqui em Brasília, mas teve que voltar para o Rio de Janeiro.

Quero agradecer as palavras do Guilherme. É exatamente isso. Ontem, o Secretário foi votado como Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Minas e Energia. É muito importante porque vai ser mais uma voz para os estados na área energética. Dito isso, também é interessante dizer que este ano foi criada a Secretaria de Energia e Economia do Mar.

Energia...Como eu vou mostrar um pouco, o Rio de Janeiro é o *hub* energético do país. Além disso, na parte da economia do mar, faz todo sentido, porque no Rio de Janeiro nós produzimos petróleo e gás *offshore*, além de toda a capacidade portuária e de estaleiros, que eu vou comentar rapidamente também.

Eu queria também fazer um... Não é um *disclaimer* sobre a apresentação, um *spoiler*, mas aqui a gente está conversando sobre hidrogênio verde. Sabemos que é o futuro, que é o que nós queremos, mas a gente tem que passar antes... temos capacidade para passar por outras rotas ou por outras cores de hidrogênio, além do verde, para chegar ao verde.

Passa, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de gás natural do país, com quase 71% de toda a produção, e tem a segunda maior malha de distribuição de gás natural. Isso vai ser importante.

Por favor.

Além disso, de acordo com a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), que é um braço vinculado ao MME, existem três rotas que podem ser estudadas, sendo que uma delas, a Rota 3, já é uma realidade, já está em fase final de construção para chegar ao Município de Itaboraí, do Rio de Janeiro, que é o antigo Comperj, que é o chamado Polo GasLub hoje em dia, chegando a 21 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Essa obra está com previsão de término no final do ano que vem. Então, é a gente colocando aí, quase um terço, um quarto, do que o Brasil tem de demanda de gás por dia.

Além disso, existe a Rota 4b, que é um campo da Equinor. A Rota 4b poderia chegar ao Porto de Itaguaí com 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A Rota 5b, que foi anunciada semana passada pela empresa de energia norueguesa Equinor, chega com 14 milhões de metros cúbicos de gás por dia. E, mais para o futuro, a Rota 6b, levando um gasoduto de escoamento o Porto do Açu, com 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

O gás natural é considerado combustível da transição. A própria União Europeia já mostrou, já votou que o gás natural é um combustível verde. Então, o Estado do Rio de Janeiro, assim como o Brasil, tem todo o potencial de se reindustrializar através do gás natural.

Passe, por favor.

Quando a gente fala de gás natural, como estamos conversando sobre hidrogênio, a gente pensa no hidrogênio azul. O que é o hidrogênio azul? Quando você faz eletrólise da água, através do gás natural, você captura o carbono.

Por que o hidrogênio azul é uma realidade e pode acontecer principalmente no Estado do Rio de Janeiro? Ele é o maior produtor de gás, temos uma malha, já, de gasodutos de distribuição. Comparado ao hidrogênio cinza – que é o que o mundo, hoje em dia, faz, que é o hidrogênio através do carvão, ou através do próprio gás natural mas sem a captura de carbono –, ele tem menos emissões. Ele tem um custo competitivo. Hoje em dia, o hidrogênio verde, como eu comentei, a gente quer chegar lá, é o nosso futuro, é a nossa meta, mas, hoje em dia, o hidrogênio azul tem um custo competitivo, em comparação ao hidrogênio verde.

Tem a questão da sinergia com as novas rotas, como eu mostrei, as rotas de escoamento, e tem a questão da mão de obra que, hoje em dia, já é existente no Estado do Rio de Janeiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só no estado, mas no Brasil. No Brasil, como eu comentei, a gente utiliza muito gás natural, menos do que nós gostaríamos, mas utiliza bastante. Então, tem a mão de obra.

Tem a questão do CO₂ capturado, que pode ser utilizado para a indústria de ração, a indústria alimentícia, a indústria de bebidas. Além disso, ele pode ser reinjetado em campos depletados, que são campos que não estão mais em produção, na Bacia de Campos, ali na frente do norte fluminense do Rio de Janeiro. Então, você pode injetá-lo. É lógico que precisa de estudos técnicos, mas é uma opção.

Passa, por favor.

Na cadeia de hidrogênio, hoje em dia, o que nós já temos no Estado: temos um decreto estadual que estabelece um fórum estadual para combate às mudanças climáticas e, além disso, como já comentado aqui pelos colegas, todos os estados estão fazendo também decretos para que os estados virem carbono neutro até certo ano. No Rio de Janeiro, é até 2050.

E, como comentado também pelo Secretário Artur, existe uma demanda reprimida na parte de refinarias e petroquímicas, porque, hoje em dia, a refinaria produz o seu próprio hidrogênio. Então, ela tem um custo a mais. Esse custo a mais é repassado para todos nós. Então, com o hidrogênio mais limpo, você consegue reduzir o custo dessa refinaria, além de colocar um prêmio verde nesses produtos. Vale a pena comentar que o barril de óleo produzido no pré-sal brasileiro é um barril de óleo que tem as menores pegadas de carbono do mundo. Enquanto a média mundial está em 30%, o barril, por exemplo, do campo de Tupi é 16%.

Então, a gente brinca que a última gota de petróleo produzida no mundo vai ser do pré-sal brasileiro, porque temos um *premium* verde que o resto do mundo não tem.

Passa, por favor.

Além disso, o hidrogênio, agora, não só falando do hidrogênio azul, precisa de certas infraestruturas que o Estado do Rio de Janeiro, hoje em dia, já possui. Gasodutos – como eu comentei, a segunda maior malha de gasoduto de distribuição fica no Estado do Rio de Janeiro. Hoje em dia, existe um estudo que diz que você consegue colocar até 5% de hidrogênio dentro desses gasodutos a gás natural. Então, a gente vai ter que distribuir isso aí de alguma forma. Um dos problemas mundiais do hidrogênio é o seu transporte. Então, pode ser utilizado até uma certa porcentagem em gasoduto de distribuição e de transporte, é claro.

Linhas de transmissão, se você for gerar essa energia através do hidrogênio, como o Secretário Salmito comentou, existe um gargalo de linhas de transmissão no país, mas, no Estado do Rio de Janeiro, como ele está perto do centro de consumo, já existe uma linha de transmissão ou linhas de transmissão já bem robustas. Então, isso é um diferencial do estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estocagem, porque, também, você precisa ter estocagem para o hidrogênio.

Voltando ao ponto do que é necessário para o hidrogênio, o Estado do Rio de Janeiro tem rodovias interligando o estado a Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Então, você consegue ir para o Sul do país, para o Nordeste e para o Centro-Oeste. Portos, como estamos comentando de portos aqui, temos estados que têm os maiores portos do país – Pecém, Suape, Porto de Rio Grande –, mas nós temos o maior porto privado da América Latina, que é o Porto do Açu.

Só por curiosidade: a área do Porto do Açu corresponde quase ao dobro da área de Manhattan, ou seja, tem uma retroárea imensa onde você consegue colocar vários tipos de indústrias diferentes. Além disso, o Porto do Açu tem o projeto de se transformar num porto verde, então vai ser um porto que vai utilizar energias renováveis para a sua industrialização e é um porto que está entrando no chamado Corredor Verde, que são rotas marítimas onde serão utilizados combustíveis de baixa emissão, ou combustíveis mais sustentáveis, como o metanol, que pode ser produzido através do hidrogênio.

Além disso, outra curiosidade: o Estado do Rio de Janeiro, apesar de ser o terceiro menor estado da Federação, tem 15% de todos os portos do país e 50% de todos os estaleiros do país, então a indústria naval do Rio de Janeiro é uma indústria naval potente que está ressurgindo, está crescendo, não só para *éolica offshore*, que vai precisar de embarcações – isso é uma falta mundial, não é falta só do país quando começar –, mas também para o descomissionamento e o desmantelamento de plataformas de petróleo e gás que vão ser necessários. Um adendo sobre isso: só a Petrobras, nos próximos cinco anos, vai ter que descomissionar 26 plataformas na Bacia de Campos e na Bacia de Santos, um investimento de R\$9 bilhões que pode ir para esses portos e estaleiros do Estado do Rio de Janeiro.

Aeroportos, o Rio de Janeiro tem quatro grandes aeroportos.

Ferrovias, existe uma ferrovia interligando o estado a Minas Gerais, uma a São Paulo e uma ferrovia, que foi anunciada pelo Ministério de Infraestrutura do Governo passado, que é a EF-118, que é a Estrada de Ferro 118, que vai interligar o Porto do Açu ao Espírito Santo e, se você for seguindo, você vai até o Centro-Oeste.

Por que essa ferrovia é importante? Por causa do que vou falar mais para frente, a questão dos fertilizantes, que vão ser obtidos através também do hidrogênio.

Passa, por favor.

Na parte de *éolica offshore*, o Estado do Rio de Janeiro está hoje em dia no *top 3*, junto ao Rio Grande do Sul e aos estados do Nordeste. O Estado do Rio de Janeiro tem um potencial muito grande, e já existem nove projetos em fase de licenciamento no Ibama, com quase 28





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gigabytes de potência instalada. Esses projetos têm valor um pouco mais tímido que os do Ceará e do Rio Grande do Sul, mas são quase US\$80 bilhões, o que é muito dinheiro. Infelizmente a gente sabe que não são todos os projetos que vão sair, já que vários estão sobrepostos, mas, se saírem três projetos para cada estado, está bom para todo mundo, isso aí já é muito dinheiro, investimento na veia.

Passa, por favor.

Cadeia dos fertilizantes, existe um estudo do Sinprifert, que é o Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes, segundo o qual hoje em dia o Brasil importa quase 90% dos fertilizantes que utiliza, principalmente os nitrogenados, e o Brasil poderia ter hoje quatro plantas de fertilizantes. Dentro dessas quatro plantas, três poderiam estar no Estado do Rio de Janeiro. Por quê?

Primeiro: porque precisamos de infraestrutura portuária e, como comentei, temos o Porto do Açu, além de outros grandes portos que podem utilizar essa infraestrutura portuária. Cabotagem é algo que também pode ser utilizado.

Segundo: matéria-prima. O gás natural é uma das matérias-primas principais, principalmente para o fertilizante nitrogenado.

Terceiro: infraestrutura ferroviária, porque você vai transportar esse fertilizante também através de ferrovias. Com a EF-118, o Rio de Janeiro vai para o mapa da agricultura, porque você vai subir com os fertilizantes para o Centro-Oeste e vai descer com os grãos para exportação. Hoje em dia a rota, quando chega um navio cargueiro no Brasil, passa por Santos, Paranaguá e depois sobe para os outros portos. O Porto do Rio de Janeiro está num processo de reforma de calado que o transformará no único porto do Brasil que poderá receber um navio 365, que é o maior navio cargueiro do mundo, colocando então o Rio de Janeiro na linha de frente para recebimento de carga. Esse é outro ponto porque a gente pode depois exportar esses grãos.

Além disso, em 2021, a gente tinha um problema muito grande sobre a questão tributária do fertilizante, porque você importava fertilizante, você não tinha imposto, e para produzir nacionalmente você pagava 8% de imposto. O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da época, a Secretaria de Fazenda, com a Secretaria de Fazenda de Sergipe, capitanearam no Confaz para mudar o Convênio Confaz 100/97, que mudou essa tributação. Então, desde 2021, a cada ano, sobe 1% do imposto sobre o importado e desce 1% do imposto sobre o nacional. Em 2025, vai ter uma isonomia de 4%, então você consegue trazer uma competitividade maior para a cadeia de fertilizantes no país.

Falando de hidrogênio, o que a gente pensa hoje em dia. A *commodity* mais procurada no mundo hoje em dia é a amônia verde. A amônia verde é quando você utiliza o NH₃ – e o NH₂





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria do hidrogênio verde –, então a gente consegue produzir um insumo agropecuário, um fertilizante que o mundo inteiro está querendo. Então não é só para uso interno, mas também para exportação. A cadeia de fertilizantes anda de mãos dadas com a cadeia de hidrogênio no país.

Passa, por favor.

No futuro da cadeia de hidrogênio, parcerias, com certeza, todos os estados têm que estar de mãos dadas. Assim como, na cadeia de eólicas *offshore*, todo mundo está esperando a regulação federal, na cadeia de hidrogênio também todo mundo está esperando que saia uma regulação federal. O Secretário Artur comentou algo que é fundamental: a regulação federal é soberana à regulação estadual. Então nenhum estado pode lançar uma regulação estadual porque, se a regulação federal é diferente e muda a regra do jogo, você tem uma insegurança jurídica muito grande. Então com as parcerias todos os estados têm que estar juntos e aproveitar de novo que o nosso Secretário Hugo Leal é o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Minas e Energia, utilizá-lo como porta-voz dos estados.

Quanto à logística, o Brasil já tem uma logística integrada, através do transporte, através do SIN (Sistema Interligado Nacional) e também através da cabotagem do BR do Mar.

E um ponto que é muito importante a gente comentar...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL LAMASSA – ... é a questão da mobilidade urbana. Como já foi mostrado, a cadeia de transportes é uma das cadeias que mais emitem carbono para a atmosfera, então, em mobilidade urbana, o Estado do Rio de Janeiro, junto com outros estados, já está com projetos de corredores azuis. Corredores azuis são vias em que você vai ter postos de GNV, postos de GNV para veículos pesados, já pensando também na parte de eletrificação, GNL e H2, que seria o hidrogênio para transporte pesado. Então esse é um projeto incipiente, mas que depois vai interligar o Brasil inteiro, porque você não pode ter o seu carro, o seu caminhão movido a hidrogênio e só conseguir rodar num estado, o ideal é que você possa ter capilaridade para rodar o país inteiro.

Passa, por favor.

Duas ações que já estão sendo feitas dentro do estado, uma que estamos para publicar: uma política pública de transição energética, que vai passar por vários pontos, desde a descarbonização do transporte até a eficiência energética dos prédios públicos; e um último ponto que eu gostaria de falar, algo que pouquíssimas pessoas sabem, já é comentado, todo mundo fala em investir em P&D para hidrogênio: o Estado do Rio de Janeiro, através da Eletronuclear,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as plantas nucleares de Angra 1 e Angra 2 já produzem hidrogênio limpo há 20 anos. Há 20 anos que produzem hidrogênio limpo e ele, infelizmente, hoje em dia é jogado na atmosfera, mas estamos com um trabalho para que você possa utilizar esse hidrogênio. Hoje em dia, são 150kg de hidrogênio limpo produzido por dia, jogado na atmosfera. Fala-se de P&D, de investir milhões para P&D, mas já tem um projeto há 20 anos rodando.

Só por curiosidade, o eletrolisador que foi comprado para fazer esse hidrogênio limpo na planta de Angra 1 e Angra 2 foi comprado há 20 anos e o fabricante dava cinco anos de garantia. Ele falou: "Em cinco anos você vai ter que trocar". Então, tem 20 anos que funciona, nunca trocaram, nunca precisou. Então o fabricante falou: "Obrigado, é um *benchmarking* que eu vou poder utilizar para o resto do mundo", porque está funcionando, tem 20 anos que está funcionando.

E tem uma questão: as usinas nucleares rodam em redundância, então se quiserem, elas podem produzir, hoje em dia, 300kg de hidrogênio limpo por dia e entrando a Angra 3, pode chegar a 500kg de hidrogênio limpo por dia. Então é um potencial muito grande. Estamos com um projeto bem interessante de fazer uma vila *net zero*, onde você pode utilizar esse hidrogênio para transporte. Já tem uma energia limpa, que é energia nuclear, então é um projeto bem bacana que o Estado do Rio de Janeiro está fazendo.

Passa, por favor.

Desafios atuais, eu vou passar, porque já foi comentada a questão do valor, qual vai ser o valor desse hidrogênio, que ainda é um problema; o *offtaker*, quem vai utilizar esse hidrogênio, que é um outro problema, não só no Brasil, mas é um problema mundial. Tem a questão do marco regulatório específico e a disponibilidade de energia. Você precisa do hidrogênio verde, que é uma energia renovável, por isso que a gente está focando no hidrogênio azul.

É isso, pessoal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE)
– Agradeço ao Daniel Lamassa pela bela exposição.

Daniel, o Secretário Hugo assumiu o Conselho de Secretários, e eu queria dar um depoimento aqui, que, durante um longo período como Secretário de Estado de Pernambuco, eu fui Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Energia. Queria lhe falar que esse foi um momento muito precioso, não só para o meu aprendizado pessoal, mas porque nós tínhamos um fórum próprio em que nós tratávamos e tínhamos uma cooperação entre os estados muito grande. Isso criou uma condição virtuosa de nós nos ajudarmos. Em função disso, o Governo Federal, percebendo essa dinâmica, nos convidou para integrar o Conselho Nacional de Política Energética, e de três em três meses nós nos reuníamos em diferentes estados, inclusive com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

presença de ministros. Nós chamávamos, eles iam, de forma que os estados puderam trabalhar de uma forma virtuosa com a União, com o Governo Federal, e também muito em cooperação entre eles.

Eu acho importante esse registro, porque eu acho que o Secretário Hugo tem toda a condição de exercer esse papel, que é um papel muito importante, considerando inclusive as questões regionais de um país continental como o Brasil.

Então agradeço muito a exposição. Pois não.

O SR. DANIEL LAMASSA – É só para fazer um comentário. É exatamente isso que o senhor falou. Ele foi votado de forma unânime, então é um porta-voz, tem sim uma cadeira no CNPE, então, de novo, utilizá-lo como porta-voz dos estados.

Eu esqueci de fazer uma coisa. O senhor falou sobre a questão do convite. Quero convidar também – o senhor falou que já foram para Suape, para Pecém – a visitar também o estado do Rio de Janeiro, no Porto do Açu. Semana que vem tem um evento, o Congresso Brasileiro de Hidrogênio em Maricá, no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. E no meio de junho vai ter um congresso da América Latina de hidrogênio também no Estado do Rio de Janeiro. Então estão todos convidados para participar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado. Nós vamos agendar no nosso plano de trabalho. É um plano extenso e muito positivo.

Tenho agora algumas perguntas do e-Cidadania, de brasileiros que estão nos escutando em diferentes locais do país, e eu gostaria de dividir com vocês a resposta.

Fred Almeida, do Pará: "Quais as perspectivas para a criação de uma cadeia produtiva de hidrogênio verde no Brasil? Como o Ceará pode se projetar nesse mercado? "

Secretário Salmito, com a bola.

O SR. SALMITO FILHO (Para expor.) – Sr. Presidente, a pergunta do Fred Almeida é o nosso objetivo principal: como nós podemos vislumbrar, nos preparar e atrair toda essa cadeia produtiva.

O Ceará tem... Nós temos um número. Nós já temos, por exemplo, a indústria de turbina eólica e nós temos a indústria de pás eólicas – são duas plantas industriais distintas, que produzem para atender a demanda nacional e até uma parte da demanda internacional.

A cadeia produtiva do hidrogênio verde vai muito além da relação direta de indústrias de turbinas eólicas, de pás eólicas, de eletrolisadores, de placas fotovoltaicas, enfim. Para além das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energias renováveis, nós estamos aí falando de uma cadeia que, na nossa estimativa – que inclusive coincide com a do Rio Grande do Sul, e imagino que não é muito diferente com o Estado de Pernambuco, com os demais estados do Nordeste, com o Estado do Rio de Janeiro – é de 100 mil empregos com essa cadeia produtiva consolidada até 2030 – 100 mil novos empregos. Uma dessas plantas hoje já gera 7 mil empregos diretos de pás eólicas. Então, essa é uma outra grande oportunidade na geração de emprego direto e na geração de emprego indireto.

Nós chamamos lá no Estado do Ceará que o primeiro capítulo do hidrogênio verde é produzi-lo, gerar emprego e as nossas plantas industriais consumirem. Por exemplo, a CSP, a antiga CSP, Companhia Siderúrgica do Pecém, que tinha como proprietários a Vale e uma empresa coreana, foi vendida agora para a ArcelorMittal, que é o grupo maior na área de siderurgia no mundo. E foi dito pelo grupo, pelos representantes, pelos proprietários do grupo, pelo CEO aqui no Brasil, que a razão de comprar a CSP foi exatamente produzir o aço verde com o hidrogênio verde que vai ser produzido lá no complexo industrial portuário do Pecém. Então, existe, meu caro Fred Almeida, uma nova barreira alfandegária surgindo no planeta – se a gente puder assim chamar para utilizar um termo do século XX –, que é exatamente o selo verde. Então, o produto que tem e que terá o selo verde será um produto que entrará com muito mais facilidade nos mercados, especialmente da União Europeia, do Reino Unido, para não citar outros mercados. Sabemos que a União Europeia é um dos principais mercados do mundo, da economia global, e já existem acordos e tratados até para impedir o processo de descarbonização.

Portanto, é com esse olhar na realidade de hoje, nos acordos e pactos internacionais que estão sendo assinados, que estão sendo construídos... É claro que há uma transição. Nós estamos em uma transição acentuada. A própria guerra da Rússia na Ucrânia acentuou essa transição, uma vez que a Europa se deparou com não ter uma fonte nem de petróleo, nem de gás natural. Então, está comprando gás muito mais caro dos Estados Unidos.

A nossa expectativa real é de uma cadeia produtiva que, no Ceará, deverá gerar mais 100 mil novos empregos diretos para o hidrogênio verde. No primeiro capítulo está isso, o consumo do nosso parque industrial.

No segundo capítulo, a exportação do hidrogênio verde – o Ceará e o Brasil se tornarem exportadores dessa nova *commodity*, desse combustível verde. Isso significa mais divisas para o Brasil, isso significa mais recurso para o Brasil, para a economia brasileira.

E o terceiro capítulo, Presidente, para terminar, é exatamente atrair as indústrias, atrair os parques industriais, agora combinando com a nova barreira alfandegária do selo verde. Então, se de fato isso vingar, prosperar – e eu não acredito que irá deixar de prosperar –, a tendência 2025, 2030, 2035, 2040...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fala assim e pensa que é longe, Presidente, mas não é. Eu me lembro quando eu era Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, em 2009 e 2010, nós traçamos um planejamento para 2020. Eu achava tão longe, e nós já estamos em 2023. O Porto de Roterdã faz um planejamento para os próximos 70 anos. O mundo verdadeiramente desenvolvido, não só com crescimento econômico, se planeja e faz planejamento em curto, médio e longo prazo.

Portanto, esse terceiro capítulo muito nos interessa, ao Brasil: atrair plantas industriais. Até que ponto a Alemanha vai ficar comprando, importando hidrogênio verde? Quem sabe a gente não recebe uma planta da Mercedes ou da BMW no Brasil – no Rio Grande do Sul, ou em Pernambuco, ou no Rio Grande do Norte, ou no Rio de Janeiro, ou no Ceará.

Aqui eu estou citando de forma mais metafórica, mas essa é uma realidade que deverá acontecer, porque a indústria precisa de uma fonte, de uma matriz energética, por exemplo, para os navios, para o transporte rodoviário. O transporte de carro particular deverá ser elétrico, segundo os técnicos, com a tecnologia que tem hoje. Mas para transporte rodoviário, ferroviário e naval, deverá também ser a fonte hidrogênio verde, ou hidrogênio azul, ou hidrogênio rosa, ou hidrogênio cinza, ou hidrogênio marrom.

Mas a nossa expectativa, de fato, é de uma transição energética, por duas razões principais: a primeira, de proteção do planeta; e a segunda é, para nós, brasileiros, uma vantagem competitiva ímpar, como a gente fez registro na fala inicial, da oportunidade, talvez a melhor da história econômica do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

Vou provocar o Daniel com uma pergunta. Não é específica com relação ao Estado do Rio de Janeiro, mas acredito que você possa contribuir.

Richard Sabah, do Distrito Federal, pergunta: "Por que não se destina parte dos lucros [...] [gerados pela] [...] exploração dos combustíveis fósseis para alavancar a pesquisa [...] [sobre] hidrogênio [verde]?"

É uma provocação para todos.

O SR. DANIEL LAMASSA (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Richard.

Vou te dar uma notícia muito boa: isso já acontece. Desde o ano passado, a ANP, que é a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, na sua norma de P&D, já colocou que as empresas petroleiras podem gastar P&D em projetos de hidrogênio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma planta já está em fase de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro, que é uma planta da Shell, com o Porto do Açu. Então a Shell, uma empresa... A gente não pode mais falar petroleira; são empresas de energia. Por exemplo, a maioria das empresas mudaram seus estatutos, não são mais empresas de óleo e gás, são empresas de energia. E elas têm que investir nessa parte de transição energética. Apesar do *core business* delas ainda ser da parte de óleo e gás, a renda ser de óleo e gás, elas têm que investir também em energias mais limpas.

Tem uma fala que o IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, gosta de falar: é que quem vai pagar a transição energética são as empresas de petróleo, porque elas precisam continuar com certa renda. Elas já têm muito dinheiro, têm um capital de risco que elas podem... já estão acostumados ao risco. Então elas vão investir, vão pagar a transição energética. Isso, de certa forma, também é muito bom para a gente, porque a parte de P&D vem de uma renda bilionária, que você tem dos *royalties*, enfim, e você consegue até investir nesse P&D e vai ser investido em hidrogênio.

Como eu comentei, já existe uma planta que está em fase de licenciamento no estado do Rio Janeiro, que é da Shell e do Porto do Açu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE)
– Obrigado.

Gostaria de pedir à Secretaria da Comissão que registrasse o convite do Secretário Daniel para uma visita ao Rio de Janeiro para, como em outros estados, nós podermos agregar um pouco mais de valor também ao trabalho desta Comissão.

Agradeço muito a presença dos senhores aqui. O Presidente titular da Comissão, o Senador Cid Gomes, precisou se ausentar e nos pediu para acompanhar parte deste encontro.

Havendo número regimental, coloco em votação as atas da 2ª, 3ª e 4ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço muito a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire e Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Paulo Paim, Dr. Samuel Araújo, Zenaide Maia, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 03, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre o tema Hidrogênio Verde, no Estado do Rio Grande do Norte, com representantes de órgãos governamentais, do setor produtivo, do terceiro setor e da academia, seguida de uma visita externa a projetos ou unidades de produção de Hidrogênio Verde, no referido estado." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 05, de 2023** que: "Requer Audiência Pública com Representante da UNIGEL em 07/06/2023, a fim de debater o tema: Investimentos (atuais ou potenciais) para o desenvolvimento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil, em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado pela Comissão." **Autoria:** Sen. Cid Gomes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 06, de 2023** que: "Requer a realização de diligência externa no Parque Tecnológico Itaipu - Brasil, com o objetivo de visitar a Planta Experimental de Hidrogênio do PTI-BR, no Parque Tecnológico Itaipu - Brasil, no dia 7 de julho do corrente. Aprovado com a sugestão do Sen. Astronauta Marcos Pontes de incluir visita técnica a projeto relativo a baterias de sódio." **Autoria:** Sen. Cid Gomes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 07, de 2023** que: "Convida representante de Itaipu a participar de audiência pública." **Autoria:** Sen. Cid Gomes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/05/31>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Com a presença do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, há número regimental.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. Passo à leitura, para posterior discussão e votação.

Requerimento nº 3, de 2023, de autoria do Senador Otto Alencar.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 03, DE 2023**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre o tema Hidrogênio Verde, no Estado do Rio Grande do Norte, com representantes de órgãos governamentais, do setor produtivo, do terceiro setor e da academia, seguida de uma visita externa a projetos ou unidades de produção de Hidrogênio Verde, no referido estado.

Autoria: Senador Otto Alencar

Registrando a presença do nosso Senador Ciro Nogueira, coloco em discussão o requerimento.

Aqui não marca data. É isso? Fica para ser marcada data posterior. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Fica aprovado o requerimento do Senador Otto Alencar para realização de uma visita ao Estado do Rio Grande do Norte, em data a ser posteriormente definida.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 05, DE 2023**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer Audiência Pública com Representante da UNIGEL em 07/06/2023, a fim de debater o tema: Investimentos (atuais ou potenciais) para o desenvolvimento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil, em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado pela Comissão.

Autoria: Senador Cid Gomes

Para efeito de esclarecimento, a Unigel é uma empresa da segunda maior indústria química do Brasil e, recentemente, anunciou a construção da primeira fábrica de hidrogênio verde do Brasil em escala industrial, com um investimento da ordem de US\$1,5 bilhão, aproximadamente R\$7,8 bilhões.

Então, a próxima audiência pública discutirá exatamente financiamento, guarda relação com isso.

Em discussão. *(Pausa.)*

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 06, DE 2023**

Requer a realização de diligência externa no Parque Tecnológico Itaipu - Brasil, com o objetivo de visitar a Planta Experimental de Hidrogênio do PTI-BR, no Parque Tecnológico Itaipu - Brasil, no dia 7 de julho do corrente.

Autoria: Senador Cid Gomes

O dia 7 de julho vem a ser uma sexta-feira.

Em discussão.

Aqui está o convite feito pela Itaipu Binacional.

Para discutir, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, eu só queria somar uma possibilidade nessa visita, aproveitando o Parque Tecnológico Itaipu.

Dentro desse sentido de energias renováveis, como a gente fala, na parte de carros elétricos também, nós temos um projeto que foi financiado junto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações que vale a pena conhecer lá, que é uma bateria de sódio, com base em sódio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu visitei desde o começo, do primeiro protótipo. Era uma das primeiras versões. E, hoje, já está num tamanho bem reduzido.

Essas baterias de sódio podem substituir baterias com base em lítio. Elas têm uma *performance* um pouco menor do que a de lítio, mas com uma vantagem muito grande em alcance de temperatura, tanto negativa quanto positiva. E isso pode ser uma vantagem muito interessante em termos de aplicações, por exemplo, para espaço ou outros ambientes que exigem maior amplitude de temperatura.

Então, acho que vale a pena. A gente vai lá para ver uma parte...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É junto lá, no Parque Tecnológico Itaipu?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – No Parque Tecnológico. A gente pode ver isso também lá.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ótimo.

Então, a Presidência pede que seja incorporada no requerimento a inclusão para conhecimento dessa experiência de substituição de baterias de lítio por baterias de sódio, com as vantagens relatadas pelo nosso Senador Astronauta Marcos Pontes.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 7.

Requer que seja convidado representante da Usina de Itaipu a fim de participar de audiência pública desta Comissão, em data a ser definida.

Essa do dia 7 já está com uma lista muito extensa? (*Pausa.*)

O.k. Então, em data a ser definida.

Em discussão. (*Pausa.*)

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a formalidade de aprovação da ata.

Então, eu coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais...

Opa, desculpe. *(Pausa.)*

O.k., então, registro aqui que recebemos sugestão do Senador Astronauta Marcos Pontes para a audiência pública aprovada no Requerimento 1, de 2023, sugestões de mais alguns nomes para compor aqui a mesa: Dr. Flávio Souza, Dr. Fabio Coral e Laura Porto para a mesa 1; e, na mesa 2, Dr. Paulo Miranda, Mateus Chagas e Daniel Lopes. Essa é uma informação... O Senador deseja...?

Bom, então, nada mais havendo a tratar... E como o dia de hoje está com a agenda corrida, eu vou ter que me desdobrar agora em três, porque tem a medida provisória do Mais Médicos, tem a medida provisória do Minha Casa, Minha Vida, acho que tem uma reunião da CAE...

Enfim, então, nada mais havendo a tratar, agradecendo aqui a presença especial do Senador Marcos Pontes e de todos que registraram presença, está encerrada a presente sessão. Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e seis minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença do Senador Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Ivete da Silveira, Zenaide Maia, Rogerio Marinho, Dr. Samuel Araújo e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública sobre o tema: Investimentos (atuais ou potenciais) para o desenvolvimento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil. **Participantes:** Guilherme Oliveira Arantes, Gerente do Departamento de Energia Elétrica do BNDES; Luciano Müller Gil Cardoso, Gerente de Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil; Lucas Iglesias Maia, Gerente Executivo da Caixa Econômica Federal; Jorge Arbache, Vice-Presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF; Jorge Arbache, Vice-Presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF; e Luiz Alberto Esteves, Economista chefe do Banco do Nordeste do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência. *Por videoconferência. Por vídeo.*) – Boa tarde a todos os que nos escutam através da TV Senado. Boa tarde a todos os convidados.

Hoje faremos uma reunião interativa remota semipresencial, em função da deliberação do Senado de que esta semana seria uma semana nessa modalidade. Todas as nossas reuniões são presenciais, realizadas sempre às quartas-feiras, numa das salas das Comissões técnicas do Senado.

Esta reunião se destina a ouvir potenciais financiadores dessa nova modalidade energética, que é o hidrogênio verde, cumprindo a nossa missão e a nossa responsabilidade enquanto Comissão Especial, criada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, para tratar da disseminação, da divulgação e da importância desse novo hidrogênio no cumprimento das metas de transição energética, descarbonização, para que a gente efetivamente cumpra os compromissos do Acordo de Paris, que é um acordo celebrado por mais de cem países do mundo.

Esta Comissão terá o trabalho de disseminação, através de realização de audiências públicas, audição de especialistas e visitas a diversos locais em que já estão em andamento experiências na implantação do hidrogênio verde, e também, na sua mais relevante e intransferível função de regulamentação.

Nós precisamos estar acompanhando e sintonizados com as tendências do mercado europeu, principalmente, que é o primeiro mercado potencial nessa área. Então, sintonizados com eles, nós pretendemos interagir com o Poder Executivo e com a Câmara Federal, que também criou recentemente uma Comissão Especial para tratar desta matéria: hidrogênio verde.

Então, hoje nós recebemos as honrosas presenças virtuais do Dr. Jorge Arbache, que é Vice-Presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina; recebemos aqui a presença do Dr. Guilherme Arantes, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; recebemos a visita do Lucas Iglesias – perdoem-me aqui, a vista está curta e as letras são muito pequenas –, da Caixa Econômica Federal; recebemos a visita do Dr. Luiz Alberto Esteves, do Banco do Nordeste; e recebemos a visita do Dr. Luciano Cardoso, que é do Banco do Brasil.

Então, nós concederemos a cada um... Já aproveitando para agradecer a presença e a disponibilidade para participarem desta nossa reunião interativa, nós faremos, num primeiro momento, a apresentação dos representantes de cada uma dessas instituições financeiras já mencionadas e abriremos para questionamentos de outros participantes da reunião, inclusive com a possibilidade de quem assiste pela TV Senado, ou quem acompanha pela Rádio Senado, ou mesmo pelo Portal e-Cidadania fazer perguntas, sugestões e questionamentos. (*Pausa.*)

Bom, então, com a palavra, o doutor...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler aqui um breve currículo de cada um dos que falarão.

O Dr. Jorge Arbache é Vice-Presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, que manteve a sigla CAF, e Professor de Economia da Universidade de Brasília, licenciado. Anteriormente, foi Vice-Presidente de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento do Brasil, Economista Chefe do Ministério do Planejamento, Economista Sênior do Banco Mundial, Assessor Econômico Sênior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Economista da Organização Internacional do Trabalho, membro do Conselho de Administração de Grandes Empresas e Bancos e Secretário-Executivo do Fundo de Investimentos Brasil-China.

Então, com a palavra, o Dr. Jorge Arbache.

O SR. JORGE ARBACHE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, antes de mais nada, eu queria agradecer ao Senado Federal; ao senhor, Presidente desta Comissão; aos demais Senadores; a todos os presentes; e aos meus colegas de painel pela oportunidade e também pela atenção.

Eu pensei em falar, Senador, em dois pontos. Primeiro, em como nós vemos a agenda do hidrogênio verde e, segundo, em como o banco pode colaborar para essa agenda.

Sobre o primeiro ponto, claramente o mundo passa por uma rápida transição energética, todos esses compromissos com o Acordo de Paris, o compromisso de chegar a 2050 com neutralidade de carbono, e isso passa, majoritariamente, mas não somente, pela questão da energia. No entanto, a energia não é um grande problema para nós aqui, ela é um grande problema, a energia cinza, a energia suja, para a Europa, para os Estados Unidos, para a China, para o Japão e para outros lugares. O nosso problema aqui é outro.

Quando nós olhamos para a oportunidade do hidrogênio verde, o que se observa? Na verdade, a gente está falando da oportunidade de energia limpa e renovável, da qual faz parte o hidrogênio verde. Quando a gente olha por essa perspectiva, o Brasil, para se ter uma ideia, dentro do G20, é o país que, de longe, já tem a matriz energética mais verde, não é que terá, ele já tem. Além disso, tem um número muito grande de projetos de energia limpa e renovável em curso nesse momento e também tem, no topo disso aí, a agenda do hidrogênio verde, que é parte de um todo.

O que a gente faz com toda essa energia? Essa energia, na verdade, a energia, está se tornando o grande instrumento de definição de onde vão se localizar as plantas industriais em nível de mundo. Até pouco tempo atrás o que determinava era o custo da mão de obra barata, e aí tudo o que aconteceu na China, tudo o que a gente passou a conhecer com a globalização, a China se tornando a fábrica do mundo. Só que muita coisa aconteceu, inclusive do ponto de vista tecnológico, de geopolítica, de mudanças nos eventos naturais extremos, um crescimento do *compliance* ambiental, e tudo isso tem feito com que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia limpa, barata, abundante e segura esteja se tornando o grande fator determinante da localização industrial.

O que hoje começa a acontecer? Várias fábricas, por conta de temas geopolíticos, começam a sair da China para ir para os seus países de origem, especialmente Estados Unidos e Europa. Só que, na verdade, isso é um problema *per se*, porque, se de um lado passou a concentração na China, trazendo todos os problemas geopolíticos inclusive, uma reconcentração, especialmente nos Estados Unidos, é repetir o mesmo erro de concentração e tudo o que veio como consequência a ele, todos os danos que a pandemia nos mostrou, que a agenda geopolítica nos mostrou, todos os danos que o populismo associado à questão da indústria também provocou.

O que está se discutindo hoje no mundo? Os estrategistas corporativos, as grandes empresas, a literatura econômica, o que está se discutindo nas universidades? Que o que vai determinar a localização geográfica, na verdade, vai ser a diversificação das plantas de tal forma para que elas possam ter resiliência a choques naturais, resiliência a questões geopolíticas, *compliance* ambiental, e tudo o que tem a ver com a agenda de transição energética, termos associados a custo da energia, disponibilidade de energia verde e segura. Tudo isso se torna fator central para a decisão das grandes multinacionais de onde elas vão colocar as plantas industriais, e é exatamente o que já está acontecendo. Não é que isso vai acontecer, isso já está em curso.

Quando a gente pensa nesses termos, a América Latina, e aí especialmente o Brasil, se tornam grandes, gigantescos destinos potenciais para essas plantas industriais.

Claro que a gente está falando de plantas industriais que são intensivas em energia: aço, fertilizantes, indústria química, indústria de vidros, indústria de papel e celulose e vários outros setores que precisam de muita energia porque o seu processo produtivo é muito intensivo nessa energia. Só que, cada vez mais, elas são obrigadas a ter que consumir energia verde e precisam da segurança energética, que é algo que se tornou crítico nos últimos anos, em especial recentemente.

É nesse contexto que a gente tem que pensar o hidrogênio verde, esse é o contexto! Como fazer da energia limpa e renovável e do hidrogênio verde fatores de atração para essas plantas industriais produzirem aqui e, então, exportarem para o resto do mundo? É dessa forma que a gente vê o hidrogênio verde.

Então, o hidrogênio verde pode, grosso modo, ter dois caminhos. Um em que você produz o hidrogênio verde, coloca num navio na forma de amoníaco, de amônia, envia para o país comprador, que vai ser retransformado em hidrogênio verde para ali abastecer as suas plantas industriais. Esse é um processo muito caro, esse é um processo que exige muita energia lá, pois, quando chega o amoníaco, ele tem que ser retransformado em hidrogênio verde, tem problemas de segurança no transporte e toda uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

série de coisas associadas a gasodutos para levar esse hidrogênio até os seus destinos dentro lá do país de origem.

A outra oportunidade é você utilizar todos os fatores que a gente já mencionou para então atrair as plantas industriais intensivas de energia para produzir onde a energia verde, onde a energia limpa, barata e renovável é produzida, aqui incluindo o próprio hidrogênio verde. Ali você produz e a partir dali você exporta já o produto acabado; isso faz todo sentido do ponto de vista das empresas. Elas são grandes beneficiadas porque a própria cadeia de produção num país como o Brasil, ou seja, pegando os seus intermediários, os seus provedores, eles também já são verdes porque a nossa energia já é verde. Então, isso dá uma margem de manobra para o país e muitos poucos outros países têm, muitos poucos outros países.

E aqui, além disso, a gente tem a energia renovável e limpa não intermitente, o que permite que a gente produza hidrogênio verde a um custo marginal decrescente. Por mais que se tenham subsídios para se produzir energia e hidrogênio verde nos Estados Unidos e Europa, por exemplo, eles só serão competitivos na produção desse hidrogênio lá se houver muito subsídio. A outra oportunidade deles é importar o hidrogênio verde de quem pode produzir, e aqui se coloca uma questão de escolhas.

É mais vantajoso para um país como o Brasil produzir o hidrogênio verde, a energia limpa e renovável para atrair plantas industriais e as suas cadeias de produção, gerar dezenas de milhares de empregos, pagar muitos impostos, exportar, atrair tecnologia, atrair inovação, atrair recursos externos, atrair parceria e a partir daqui você vender para o resto do mundo, a partir daqui você ser parte da solução, não apenas na produção de produtos verdes, mas da própria transição energética daqueles países que têm majoritariamente energia cinza, energia suja, como é o caso da Europa, para dar um exemplo, Estados Unidos, China, Japão? Ou você prefere seguir o caminho de produzir o hidrogênio, ter uma cadeia de produção muito mais curta, que exige muito menos capilaridade dentro da economia, que gera muito, mas muito menos impostos, muito, mas muito menos empregos, combate à pobreza, tratamento da distribuição de renda, povoamento econômico das regiões que têm capacidade de produzir energia mais verde, porque aqui a gente está falando majoritariamente – mas não somente – do Nordeste do Brasil. Então, é uma oportunidade inigualável, do ponto de vista histórico.

Jamais pensamos que tivéssemos uma oportunidade como essa em que as nossas vantagens comparativas de produção de energia limpa e renovável, produção de bens de alto valor adicionado, tecnologia, capital estrangeiro, exportação, investimentos de alta monta etc. pudessem ser tão aliadas do desenvolvimento econômico, e isso tudo combinado com a agenda de descarbonização, isso tudo combinado com a agenda do Acordo de Paris, isso tudo combinado com a geração de soluções para o Brasil, para as regiões que acolhem essas plantas e para os países de origem dessas plantas industriais, já que eles vão enviar plantas industriais altamente consumidoras de energia cinza, o que vai proteger a competitividade da empresa, vai torná-la mais produtiva, vai torná-la hábil em enfrentar a questão do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compliance ambiental ao qual ela está submetida, e o que vai favorecer lá no país de origem uma transição mais rápida e mais barata para a energia verde.

Então, aqui a gente combina o interesse do país de origem da planta, a gente combina o interesse da empresa, porque ela está salvando a pele dela, tornando-se mais competitiva por causa de todo o *compliance* ambiental, por causa do custo, por causa da segurança de acesso a essa energia, por causa da produção *in situ* aqui, para então exportar. Você tem vários efeitos logísticos aqui, você tem toda a incerteza sobre a competitividade de o hidrogênio ser exportado a preços competitivos para lá, ser transformado em hidrogênio ou amoníaco. E isso beneficia o meio ambiente, beneficia o consumidor que busca produto verde, porque você acelera esse processo de desenvolvimento da produção.

Eu vou dar um exemplo aqui claro: o aço verde. O Brasil já tem o minério de ferro com maior conteúdo de pureza, que, combinado com a disponibilidade de energia verde e abundante, cria todas as condições para ser o grande produtor mundial de aço verde – todas as condições.

Então, a que se deveria dirigir esse hidrogênio verde? A exemplos como esse. Isso implicaria dizer não produzir hidrogênio verde para exportação? De jeito nenhum. Aqui é uma questão de sequência. O que nós entendemos é que essa energia verde, aí incluído o hidrogênio verde, deveria ser priorizada para a atração de plantas industriais que precisam dessa solução, e o excedente seria exportado.

Os estudos técnicos mostram que a viabilização dessa exportação vai passar numa janela entre sete e dez anos, mais ou menos. Então, a gente teria uma janela de cerca de sete a dez anos para acelerar esse processo de atração de plantas industriais para o Brasil. Acelera-se, ao mesmo tempo, a produção do hidrogênio verde, criam-se as soluções aqui, e, quando se viabilizar a exportação, que se exporte o excedente. Isso, provavelmente, viabilizará ou permitirá que os dois caminhos se coordenem, se complementem e criem sinergias.

Agora, onde deveríamos focar nossas atenções? Claramente onde existe a combinação de um porto com área industrial com a disponibilidade de energia verde ali. E o próprio Senador já mencionou alguns desses portos. Aqui, no caso do Brasil, a gente tem claramente Porto do Pecém, a gente tem o Porto do Recife, a gente tem o Porto do Açu, o Porto do Rio Grande e outros portos no Brasil que seriam, digamos, as primeiras contribuições aos primeiros destinos de um processo como esse que a gente está visualizando e que a gente entende que pode ser a fonte da transformação num sentido muito mais amplo.

Bom, dito tudo isso, como que a CAF pode contribuir? A CAF, claramente entendendo a importância dessa megaopportunidade que nós temos hoje, que é converter esse potencial de energia em produção de energia verde, com todos os outros fatores geopolíticos, etc., num instrumento de transformação econômica de grande porte, está apoiando toda essa agenda. Nós apoiamos não só o desenvolvimento e a concepção de todo esse projeto que eu mencionava, mas também a viabilização desse processo – e isso inclui o próprio financiamento de plantas de hidrogênio, o financiamento das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que poderão se interessar para se instalar aqui, a modo de exemplo, a Aço Verde, mas todos os outros setores. A CAF apoia cooperação técnica para buscar soluções específicas para localidades específicas. A CAF pode apoiar ajustes nos portos e ajustes nas retroáreas ou nas áreas industriais, pode apoiar com linhas de transmissão quando se fizerem necessárias e pode apoiar, obviamente, na produção de mais energia verde.

Em várias dessas partes o banco já está presente. Nós somos um grande apoiador do setor de energia renovável no Brasil, mas a nossa visão é mais integral e nós vemos todo esse processo desde um ponto de vista de transformação, com uma ambição muito maior que essa de apenas mirar numa *commodity* como parte desse processo associado à energia verde. Nós entendemos que a gente está falando de uma agenda muito mais ampla, muito mais transformadora, e claramente o banco será parte desse processo e será um grande aliado do Brasil.

Eu paro por aqui, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos, Dr. Jorge.

Eu vou prestar aqui algumas informações sobre a CAF. A CAF é um banco multilateral. Era inicialmente – me corrige, Jorge – Colômbia, Peru, Equador, Chile...

O SR. JORGE ARBACHE (*Por videoconferência.*) – E Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – E Venezuela. Todos andinos. Na sequência, a CAF ampliou-se, estendeu-se para a América do Sul e, num segundo momento, se estendeu hoje para a América Latina; inclusive o México é um dos sócios da CAF. Portanto, tem esse nome, embora tenha preservado a sigla.

A carteira anual da CAF é da ordem de US\$500 bilhões...

O SR. JORGE ARBACHE (*Por videoconferência.*) – Não. São US\$14 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Desculpe-me. São US\$14 bilhões.

Então, certamente será um parceiro na introdução do hidrogênio e, como bem sempre tem colocado o Jorge, na atração de investimentos para o Brasil, para que a gente possa ter aqui uma indústria com essa característica verde.

Obrigado, Dr. Jorge.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai ouvir agora o Dr. Luiz Esteves, que é do Banco do Nordeste. Não sei bem qual é a carteira do Banco do Nordeste, mas o FNDE está em R\$8 bilhões. Enfim, o Luiz vai dar mais detalhes.

Então, obrigado, Dr. Jorge.

Luiz Esteves, do Banco do Nordeste.

Vou pedir aqui a permissão para fazer a leitura. Eu tenho que mudar a página e encontrar.

O Luiz Alberto Esteves é Economista-Chefe do Banco do Nordeste do Brasil, Doutor em Economia pela Universidade de Siena, na Itália. Também exerceu as funções de Economista-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de Chefe Adjunto na Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento e foi Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

Então, com a palavra o Dr. Luiz Esteves, falando aqui pelo Banco do Nordeste, por 15 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, boa tarde, Senador. É um prazer enorme a gente poder estar aqui participando desta audiência muito importante para a Região Nordeste, muito importante para o Estado do Ceará e para todos os demais estados que constituem a área de atuação do Banco do Nordeste. Quero parabenizá-los pela iniciativa, parabenizá-los pela constituição desta Comissão.

O objetivo aqui vai ser falar rapidamente de alguns aspectos, Senador, que nós consideramos importantes quando estamos falando de energias renováveis e no caso do hidrogênio verde, que abre uma porta de oportunidade extremamente grande para o desenvolvimento regional, para a redução de desigualdades regionais. E, claro, evidentemente, eu vou dar destaque à Região Nordeste.

O primeiro ponto, Senador, é que, se a gente pegar um histórico recente da economia brasileira, entre 2000 até 2015, a economia da Região Nordeste cresceu a taxas maiores do que a economia brasileira, reduzindo desigualdades. Ali a gente tinha alguns direcionadores de crescimento que proporcionaram aquilo, principalmente a urbanização. A urbanização foi um fator muito importante para o crescimento de cidades médias no interior – principalmente no Semiárido nordestino, a gente teve várias cidades médias, inclusive uma que o Senador conhece muito bem e que cresceu a taxas muito grandes, a exemplo de outras cidades que tiveram um desenvolvimento incrível, uma modernização fantástica, uma sofisticação de serviço na área de saúde, educação. Ali chegou 2015, meio que vieram várias crises sequenciais e isso deu uma parada.

Mas o que a gente vislumbra hoje, Senador e demais colegas da mesa, outros colegas de outras instituições bancárias – e aproveito aqui também para agradecer a participação no debate aqui –, são novos direcionadores do Nordeste. Adicionaram aqueles que já foram importantes no passado recente para fazer a economia crescer a taxas maiores do que a economia brasileira, reduzindo as desigualdades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não necessariamente na velocidade de que nós gostaríamos, mas reduzindo desigualdades regionais, e a gente vê novos direcionadores. Um evidentemente é a agricultura, o agronegócio, no Matopiba, que é uma região que no passado – eu comento –, há trinta anos, acho que ninguém imaginaria que poderia ser fronteira da produtividade agrícola brasileira.

E nessa oportunidade das energias renováveis, o Nordeste é conhecido. Quando a gente fala de políticas públicas de recursos naturais, geralmente quando você fala de Nordeste, a gente pensa num recurso escasso que é a água, e hoje já não é a realidade, hoje a gente tem um novo paradigma, os recursos naturais são abundantes: o sol, o vento e agora a possibilidade de fazer o hidrogênio. São abundantes, e a região tem ampla vantagem competitiva na produção desses recursos, como o Jorge mencionou anteriormente, extremamente estratégicos para as próximas décadas. Ou seja, o posicionamento da Região Nordeste hoje, em termos estratégicos, para o que vão ser os direcionadores de crescimento global dos próximos anos, é uma posição bastante sofisticada, a exemplo de outras economias aqui da América Latina; o Nordeste também se inclui nessa situação.

No que diz respeito à atuação do banco especificamente, Senador, a gente já tem várias discussões. Há grandes grupos econômicos que já começam, nos diferentes estados ali, nos onze estados que constituem a política regional para o Nordeste – os nove estados da Região Nordeste, o norte do Espírito Santo e o norte de Minas Gerais –, então a gente tem vários grupos econômicos que já têm avançado na prospecção para a produção de hidrogênio verde. Já temos iniciado conversa com vários desses grupos econômicos e temos financiadas – já financiadas – plantas de energia eólica, o que vai providenciar energia para a produção de hidrogênio verde. Isso já está no radar, é questão de alguns meses para já começarem a tramitar internamente no banco cartas de financiamento especificamente para a produção de hidrogênio verde. A gente já começa a financiar a estrutura que vai proporcionar a produção do hidrogênio verde.

O banco, historicamente, nos últimos anos, tem aportado recursos significativos na infraestrutura, tem taxas extremamente competitivas, porque são as taxas, como o Senador mencionou, do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), e prazos também bastante atrativos para esse tipo de investimento.

Agora, o que é interessante, Senador, um ponto que o Jorge comentou, é a nossa vantagem competitiva em produzir energia limpa: muitas vezes se pode até dispensar subsídio, porque é bastante competitiva a produção de energia solar e energia eólica em diferentes regiões do Brasil, não só no Nordeste. O Nordeste tem um diferencial porque consegue produzir com bastante eficiência tanto solar quanto eólica, que são energias intermitentes, só que no Nordeste Deus ajudou bastante, porque o pico da produtividade solar obviamente é durante o dia e o da eólica é durante a noite, então a gente consegue ter produção bastante forte durante qualquer horário do dia.

Então, um ponto que é importante, Senador, quando a gente fala de hidrogênio verde – eu acho que é um ponto que o Jorge já antecipou – é que o que a gente tem visto é obviamente uma estratégia bastante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forte europeia, que é a da exportação do hidrogênio verde. Na realidade, como o Jorge mencionou, na forma de amônia chega em portos da Europa. Já tem projeto de lá pegar a amônia, transformar em hidrogênio e fazer a distribuição, e isso a partir dos próprios portos. Roterdã, por exemplo, tem projeto de receber a amônia brasileira e já transformar ali, no próprio porto, em hidrogênio. É uma solução da estratégia europeia, que é muito interessante para a estratégia brasileira. Então é um jogo de ganha-ganha: eu acho que ganha Europa, ganha Brasil.

Só que, um ponto que é interessante, Senador, é o seguinte: a emergência da transição energética é muito heterogênea para vários setores e para vários países, a depender das matrizes energéticas de cada país, se são mais limpas, mais sujas – e nós aqui na América Latina temos matrizes bastante limpas, comparativamente a outros lugares –, e também a depender da intensidade do insumo energia nessa produção, principalmente de manufaturados, não é? Assim, o que acaba acontecendo, Senador, é que tem uma heterogeneidade muito grande de emergência da transição.

Então, toda essa discussão de hidrogênio verde já está no radar, ela já é uma realidade, mas ela vai atender no médio prazo quem tem essa emergência de transição. Em alguns setores e em alguns países, essa emergência é mais imediata, ela precisa ser atendida mais rapidamente do que a gente chegar a essa situação de conseguir exportar amônia e lá ser transformada em hidrogênio verde, ser distribuída.

E aí é o ponto que o Jorge também menciona: ou seja, tem grupos econômicos que já vão precisar antecipar isso e fazer produção verde – não produção de energia, mas de manufaturado. Isso é interessante porque abre um espaço, Senador, para a gente receber plantas industriais onde a emergência de transição é muito rápida. Eles demandam muita velocidade nessa transição porque estão atrasados. Então, a economia brasileira, em várias regiões – e o Nordeste é talvez uma das principais regiões –, pode receber algumas indústrias onde a emergência é iminente, pois eles precisam rapidamente fazer a transição energética e começar a produzir manufaturado já verde, agora, neste momento, não podem esperar mais. É um movimento que a gente vê aqui, por exemplo, no Pecém – o Senador conhece muito bem –, já é uma discussão que tem sido feita com a exportação do aço verde, e a ArcelorMittal é um grupo que já tem trabalhado com isso. A gente tem grupos cimenteiros aqui também na região do Pecém que já têm desenvolvido essa possibilidade. E provavelmente começam a aparecer grupos econômicos interessados no quê? Olha, o que se produzia, por exemplo, no passado de manufaturado na China ou em outros países da Ásia, que até então tinham uma lógica de alocação de plantas industriais baseada em offshore, ou seja, no custo da mão de obra... Hoje esse risco está muito concentrado. Hoje a discussão é uma discussão de *multishoring*, ou seja, diversificar o risco dos grupos econômicos, pelos vários problemas que apareceram por conta de pandemia, por conta de eventos climáticos extremos, seca, enchente, que fechou planta em vários lugares do planeta. Hoje você citou que grandes grupos econômicos trabalham com a noção de *multishoring*...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro desse *multishoring*, você tem a estratégia de *powershoring*, que é você ter soluções para lidar com o fornecimento de energia a um custo competitivo e com segurança energética. Isso, hoje, o Brasil tem plenas condições de providenciar não só a exportação do hidrogênio verde, que é, claro, uma espécie de "comoditização" das energias limpas e renováveis, mas não só isso. Eu acho que isso é parte da estratégia europeia e parte da nossa estratégia, porque é um jogo de ganha-ganha para os europeus, mas, por outro lado, a gente pode ser um grande *hub* de fornecer soluções energéticas limpas para diferentes necessidades, não só, necessariamente, para exportação da *commodity* hidrogênio verde, mas também da exportação de manufaturados produzidos a partir de energia limpa.

Então, é uma estratégia, Senador, bastante criticada, porque ela pode ser bastante diversificada. Inclusive interessa aos bancos, na hora de lidar com a diversificação de risco.

A gente vai colocar dinheiro, hidrogênio verde, serão alguns bilhões de fundo constitucional, mas é interessante colocar em vários pontos da cadeia e possibilitar diferentes ganhos de valor adicionado, diferentes postos de trabalho em diferentes indústrias, arrecadação, e também diversificação de risco financeiro e, principalmente, de diversificação setorial, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade. Fico à disposição para eventuais dúvidas e comentários que venham a aparecer.

Mais uma vez parabéns pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Dr. Luiz Esteves. Fico feliz com a sua fala. Sintoniza aí já com o que o nosso querido Jorge vem colocando.

Realmente, é natural que quem produz hidrogênio verde use o mais próximo possível esse hidrogênio verde, e, portanto, essa atração, creio, seja certamente uma grande oportunidade para o Brasil.

Mas também enxergo a possibilidade de exportações como, vamos dizer assim, o garantidor imediato dos investidores. O investidor é pragmático, ele já quer ver o mercado antes de começar a produzir. Vamos ver se a gente consegue, nestes sete anos, fazer com que as coisas aconteçam simultaneamente.

Bom, muito obrigado. Fico feliz em ver o Banco do Nordeste aí, integrado e participando desta nova quadra, que certamente será uma quadra que vai mudar a história da humanidade.

Bom, ouviremos agora o Dr. Lucas Iglesias Maia. Ele é da Caixa Econômica Federal.

Então, com a permissão aqui, eu vou ler rapidamente o seu currículo.

O Lucas é Gerente Executivo na Gerência Nacional de Estratégia e Sustentabilidade e RSA (Gersa), da Caixa Econômica Federal, gestor responsável pela Gerência Executiva de Inteligência e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informação em Sustentabilidade. Ingressou na Caixa em novembro de 2011, atuando com funções gerenciais desde 2016. É bacharel em Administração pela Universidade de Brasília. Tem MBA em Gestão de Informação e do Conhecimento pela Escola Superior Aberta do Brasil.

Com a palavra, o Dr. Lucas Iglesias.

O SR. LUCAS IGLESIAS MAIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos, prezados. Eu me chamo Lucas Iglesias, aqui representando a Caixa Econômica Federal.

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade deste convite.

Senador, em especial, quero cumprimentá-lo como Presidente desta Comissão Especial, cumprimentar todos os Senadores titulares e suplentes da Comissão, os meus colegas aqui, representantes, que participam desta audiência pública, deste debate, e todos que nos assistem.

E gostaria de ratificar e parabenizá-los pela iniciativa dessa construção de um ambiente de discussão e avanço numa temática tão relevante para a transição justa para uma economia de baixo carbono.

Agradeço, Senador, pela apresentação.

Sou Gerente Executivo da Caixa Econômica, capitaneando a Gerência de Inteligência, Informação e Sustentabilidade, gerência essa que possui como uma das suas frentes todo um observatório de tendências, uma inteligência prospectiva em vários temas e tópicos que concernem à sustentabilidade.

E a transição justa, quando falamos da economia de baixo carbono, se torna um tema muito prioritário, cerne de discussões e de avanços que precisamos realizar. Ela é um processo fundamental para que a gente possa enfrentar os desafios da mudança climática e alcançar essa sustentabilidade ambiental, envolvendo práticas e tecnologias que reduzam significativamente – e quiçá zerem – as emissões de gases de efeito estufa resultantes das atividades econômicas.

E faço um parêntese aqui. Principalmente quando falamos das instituições financeiras, nós temos uma carteira de investimento. Nós temos que contabilizar também as emissões que são provenientes dessas carteiras, da nossa carteira financiada. Então, a Caixa Econômica Federal, quando disponibiliza crédito, financiamento a uma determinada empresa, a depender do seu setor, aquela emissão entra como uma emissão indireta para a Caixa Econômica.

Então, há todo um esforço, isso não só para a Caixa, obviamente, mas para todas as instituições financeiras. Então, isso entra muito como uma frente de atuação, de pensarmos em novos métodos e fórmulas para essa transição da matriz energética. E, de fato, a transição da matriz energética se torna algo muito significativo, prioritário, com uma ênfase muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os colegas Luiz e Jorge já falaram também, o Brasil é um potencial e gigantesco candidato, já vem produzindo energia limpa, como solar, eólica. E agora, a tratativa da qual eu fico muito satisfeito em poder construir, entender e conhecer bastante com vocês a questão do hidrogênio verde. Essa transição, senhores, traz todo um contexto para essa economia não só do baixo carbono, mas uma economia circular e sustentável, em que esses recursos serão utilizados de maneira mais eficiente. E essa transição representa não só um impacto ambiental, climático, mas uma oportunidade para impulsionarmos todo o crescimento econômico, o que se fala hoje de gerar empregos verdes, promover inovações tecnológicas, enfim.

Quanto ao hidrogênio verde, ele tem despertado bastante interesse, como já os meus colegas aqui trouxeram. E o Brasil possui esse potencial por toda sua riqueza e possibilidade de estruturar ações de energia eólica, de energia solar, fotovoltaicas, se tornando um candidato ideal aí como país nesse sentido.

E faço até uma referência: a minha formação é em administração, não sou químico, técnico, mas precisamos falar também... É de bastante importância quando falamos da produção de biocombustíveis, como o etanol. O Brasil se encontra na vanguarda da produção de biocombustíveis, em especial o etanol da cana-de-açúcar, por todo esse conhecimento e experiência na produção desse biocombustível. Eles podem e devem ser utilizados também para a produção do hidrogênio verde. Quando a gente fala da utilização da biomassa, onde o processo de eletrólise, que é o processo mais difundido e o mais utilizado hoje para a produção de hidrogênio, é um processo verde também. Então também temos não só o aspecto do eólico e do solar, mas também a avaliação em vários estudos diferentes que vem construindo uma possibilidade e uso dessa biomassa como fonte geradora de energia para o processo de eletrólise. Não é um processo de baixo custo energético; é um processo de altíssimo custo energético.

Por fim, senhores, eu também trago aqui o contexto das iniciativas. Bem foi dito por V. Exa., Senador Cid Gomes, a respeito da planta de produção do Estado do Ceará, que possui uma expectativa. Eu estava até dando uma olhada nas expectativas de números. Eles falam em 250 – aí a unidade de medida é normal, o metro cúbico por hora, quando a gente fala de gás. A gente está falando já de uma produção que beira ali a larga escala, porque, trazendo até uma fala do Jorge, e o Luiz também trouxe, nós temos um desafio muito grande na produção do hidrogênio verde, que não é somente na estrutura, enfim, mas principalmente no transporte e armazenamento. O hidrogênio, quando a sua molécula é gaseificada, tem que ser armazenado em altíssima pressão. Ele tem uma alta capacidade energética. Então, é um custo muito alto para esse tipo de transporte e armazenamento. Existe a questão, como bem foi dito, de se transportar no sentido de amônia, para que depois se realize a eletrólise local, mas é um dos desafios que carece também bastante de um olhar de pesquisa e de investimentos crescentes nesse sentido.

Então, trago um contexto agora para o desenvolvimento – eu vi que foi um tema ali, inclusive, da pauta da nossa conversa hoje – do parque produtivo de hidrogênio. Ele envolve investimentos, não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos somente em infraestrutura, como foi dito, mas em pesquisas, em tecnologias. E instituições financeiras, como a Caixa, a qual eu estou aqui representando, possuem, desempenham um papel fundamental para que nós possamos avançar como parceiros nessa frente. O Brasil tem um grande potencial.

Peço permissão até para citar algo que li recentemente: a Alemanha já se pronunciou no sentido de que pretende ser a sociedade do hidrogênio até 2050. Só que eles utilizarão somente 11%, produzirão 11% desse hidrogênio dessa sociedade de hidrogênio. Então, como foi dito por todos aqui, há uma possibilidade, uma oportunidade de negócios de exportação, quando vencidas... E, de fato, quando consolidadas todas as pesquisas e tecnologias e avanços também, o custo tende a baixar – obviamente, ele tende a baixar –, e aí o Brasil se torna ou pode se tornar uma grande potência na produção e exportação ou na comoditização, como disse o meu colega Luiz Esteves, nesse sentido.

Então, num contexto mais de banco, senhores, o entendimento é de que há uma possibilidade – é claro, isso está dentro do *core* de uma instituição financeira, das suas linhas de financiamento – de linhas de financiamento, seja para produção, relacionados ao parque produtivo, construção de plantas de produção, instalação de infraestruturas de armazenamento, enfim, seja para a própria implementação de tecnologias de produção e utilização do hidrogênio. A Caixa possui, isso está disposto no nosso *site* público, algumas linhas que trazem uma questão, um viés de ecoeficiência, muito focadas atualmente em sistemas de micro e minigeração de energia por fontes renováveis, mas nós já estamos possibilitando que a sociedade, que os nossos clientes possam ter acesso a linhas diferenciadas quando tratamos de iniciativas sustentáveis.

E trago também, senhores, para uma avaliação o que poderíamos cruzar ali das parcerias público-privadas, em que essa colaboração entre o setor público e o privado rende ótimos frutos e se torna promissora, para que a gente consiga impulsionar esse desenvolvimento do hidrogênio verde, não só nos projetos, mas também na criação de ambientes regulatórios favoráveis nesse sentido.

Não vou estender muito a minha fala, senhores, mas a Caixa, como parceira do Governo Federal, fomentadora de políticas públicas para a sociedade, para setores e para atividades do país, tem a sustentabilidade como uma matéria muito cara para a instituição. Estou aqui hoje representando uma gerência executiva disposta dentro de uma estrutura de diretoria executiva, uma das mais altas formas, estruturas que nós temos dentro da Caixa Econômica, para que a gente possa, de fato, tratar a sustentabilidade e todos os seus vieses de uma maneira muito transversal dentro da instituição, para que possamos também trazer isso para fora, para os nossos clientes, para a sociedade, para os nossos outros *players*, enfim, outras instituições financeiras.

Acredito que ainda tenho alguns minutos, Senador, mas encerro a minha fala, só ratificando o agradecimento pelo convite e participação e parabenizando novamente por essa criação e essa possibilidade de discutirmos e avançarmos numa frente de tamanha relevância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos, Lucas. Obrigado a você, obrigado à Caixa Econômica. Tenho certeza de que a essa instituição se reservarão papéis fundamentais. Eu tenho já conversado com alguns empreendedores e há alguns que manifestam desejo de investimento. A todos eu tenho dito que é fundamental que se reserve da energia que será adquirida, de origem verde, ou será eólica, ou será solar, ou hidroelétrica, o Brasil tem já essa matriz energética que beira os 90% em situações normais, mas é fundamental que a gente faça com que essa oportunidade para o Brasil – uma oportunidade que se fala muito que é para o Nordeste, mas eu enxergo sempre uma oportunidade para o Brasil; o Nordeste tem grande potencial na eólica e na solar, mas a hidroelétrica é considerada energia renovável, a biomassa, boa parte dela é considerada energia renovável, o que coloca o Brasil inteiro como campo para essa nova oportunidade – seja utilizada.

Eu ia dizendo que é fundamental que isso chegue ao pequeno. Eu enxergo na energia solar principalmente – a energia eólica requer investimentos muito elevados, pois uma torre custa milhões de reais, mas a energia solar, diferentemente, é modulada – porque você pode fazer grandes parques, mas também pode fazer um parque que dê a uma família do Semiárido nordestino ou de uma região mais pobre do Brasil, rural, a possibilidade de vender e a garantia de implantar. A Caixa, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil acredito que possam ser financiadores para microprodutores, de energia solar, e, dessa forma, assegurarem uma renda, além de terem economia com o gasto de energia, diversificando e podendo ampliar outra produção que um pequeno proprietário rural possa ter. Então, as janelas que se abrem são janelas extraordinárias, são muitas as oportunidades que se abrem.

Eu já venho recebendo aqui algumas perguntas.

A Célia Maria dos Santos, do Distrito Federal, pergunta: "Qual o potencial do Brasil em aumentar a produção de hidrogênio verde? Existe vontade política?"

Bom, o potencial do Brasil será proporcional ao que o hidrogênio verde tiver de potencial no mundo. A nossa localização, o que nós já temos de patrimônio de geração de energia verde na nossa matriz energética já nos coloca como principal jogador dessa partida que está ainda nas preliminares. Então, o potencial será proporcional ao potencial do mundo.

Eu ouvi – acho que o Lucas fez referência aí ao potencial da Alemanha... Eu estive recentemente em Bruxelas com a diretora de energia da comunidade europeia. Ela me deu alguns números, que são números prováveis. Eles esperam, em 2030, portanto, daqui a sete anos, já ter 55% por cento da matriz energética de origem renovável – isso quer dizer eólica, solar, hidroelétrica e hidrogênio, que será a que vai crescer mais nestes próximos anos, nas próximas décadas –, e, em 2050, ter 100% da matriz energética de origem renovável, mas, para esses 55%, o que eles estimam é que a participação do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrogênio – estou respondendo aqui à Célia – demandará uma aquisição de 20 milhões de toneladas. E todos os estudos deles apontam para que a Europa só tenha condição de produzir metade desse consumo. Isso quer dizer, então, que 10 milhões de toneladas de hidrogênio verde serão importadas de outros locais.

E repito, no Brasil, as nossas portas de saída, já mencionadas aqui pelo Jorge: o Porto do Rio Grande, que já tem convênios celebrados com Roterdã; o Porto de Paranaguá, no Paraná, que também já tem convênio com Roterdã e que junto com a Antuérpia deverão ser os dois grandes portos de ingresso do hidrogênio na Europa. E aí o Porto do Açu, o Porto de Suape, o Porto do Itaquí e o Porto do Pecém certamente serão espaços onde irão se concentrar as indústrias de hidrogênio verde.

Mas, como para ter o hidrogênio verde, tem que se ter um acréscimo de energia renovável, nós vamos ter que pensar em outras alternativas. Em hidroelétrica, a gente já está ficando com potencial limitado, mas nós temos grande potencial de crescimento de energia eólica, extraordinário potencial de crescimento de energia solar e um grande potencial também de energia de biomassa, o que faz, repito, que, de novo, todas as regiões brasileiras possam se sentir oportunizadas pela implantação aqui de uma cadeia de produção de hidrogênio.

Bom, daqui a pouco, eu falo mais perguntas.

Vamos ouvir agora o Dr. Luciano Cardoso, do Banco do Brasil.

Tenho aqui um breve currículo: é funcionário de carreira do Banco do Brasil já há 23 anos, engenheiro agrônomo, mestre em agronegócio. Desde setembro de 2021, atua como gestor do tema Transparência em Sustentabilidade no Banco do Brasil.

Então, com a palavra, o Dr. Luciano Cardoso, que disporá de 15 minutos para a sua apresentação.

O SR. LUCIANO MÜLLER GIL CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Cid Gomes. Obrigado pelo convite e pela oportunidade de participarmos aqui. Boa tarde, demais Senadores desta Comissão e desta Casa. Também aproveito aqui e saúdo meus pares representando os respectivos bancos nesta tarde. Boa tarde aos demais que estão conosco nesta audiência hoje, podendo compartilhar e participar um pouco deste debate, que, também como os demais, entendemos ser muito importante aqui para o nosso país.

Primeiramente, em nome da nossa Presidente Tarciana, quero só reforçar o nosso agradecimento de participar desta audiência pública.

Eu também gostaria aqui de tecer alguns breves comentários a respeito do papel do Banco do Brasil dentro da história do nosso país. Então, temos sido, há quase 215 anos, parceiro do desenvolvimento do nosso Brasil. E é bacana agora poder participar do debate não só do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento, mas do seu desenvolvimento sustentável. Então, é uma honra estar aqui representando o banco.

E vou aqui aproveitar e resgatar um pouco do histórico do banco, da sua atuação em sustentabilidade, até para contribuir para a discussão e para o debate. Então, desde 2005, o nosso banco tem se comprometido com a questão do meio ambiente. Lá em 2005, lançamos nossa primeira agenda de sustentabilidade, conhecida na época como Agenda 21. Mais recentemente, com uma adesão aos próprios objetivos dos ODS, a gente passa a chamá-la de Agenda 30, que é o documento que tem direcionado as nossas práticas e negócios relacionados à questão da sustentabilidade.

Queria também aqui destacar que, em 2011, em março de 2011, então, há pouco mais de 12 anos, lançamos os nossos dez compromissos de longo prazo para com a sustentabilidade. Esses compromissos são divididos em três grandes eixos: um eixo de negócios sustentáveis, um eixo de investimento responsável e um eixo de gestão ASG.

Queria destacar aqui, neste momento, o que é muito oportuno nesta audiência, o nosso compromisso de apoio à iniciativa de energia renovável. Então, o nosso compromisso é, até 2025, atingirmos um saldo de carteira de R\$15 bilhões em operações voltadas ao segmento, voltadas à geração de energia renovável. Ao final do último trimestre, atingimos R\$12,8 bilhões, que é um crescimento, inclusive, de 60% em 12 meses, o que demonstra não só a capacidade do banco de responder à demanda, mas sobretudo demonstra o que existe de demanda dos nossos clientes.

Queria também aqui destacar que o banco, hoje, tem um portfólio amplo de soluções de energia renovável, atendendo desde as necessidades do nosso cliente pessoa física até as necessidades das pequenas empresas e grandes empresas, passando, inclusive, pelas necessidades do nosso cliente do setor público.

Queria destacar também, dentro desses dez compromissos, o nosso compromisso de, até o final do próximo ano de 2024, termos 90% da nossa matriz de energia aqui do banco de fontes limpas. Ao final do último trimestre, atingimos em torno de 30%, um crescimento que também vem se acelerando.

Também focado nessa questão de termos a nossa matriz de energia limpa, hoje o banco já conta com nove usinas de energia solar implantadas, usinas de geração própria. O nosso objetivo é, até o final do ano que vem, termos mais 20 usinas contribuindo para a geração de energia para as nossas dependências com soluções que entendemos que vão atingir o nosso objetivo de chegarmos, em breve, com 90% da nossa matriz energética de fontes limpas e renováveis.

Queria também complementar aqui com a nossa carteira de crédito sustentável. Hoje, o Banco do Brasil tem uma carteira de crédito com adicionalidades ambientais e sociais positivas de um pouco mais de R\$328 bilhões, posição do último trimestre. Essa carteira também vem crescendo a um ritmo de 12%, 13% ao ano. E o mais interessante aqui é que, com essa carteira – e ela se conecta muito com a discussão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui –, a gente consegue, muitas vezes, ter condições mais facilitadas ou mais alongadas para as operações voltadas não só para a energia renovável, mas para os outros itens que compõem essa carteira. Então, a gente tem feito um esforço no banco de captações externas, seja por meio de emissões de bônus, seja por meio de parcerias com órgãos multilaterais, para captar recursos lá fora que tenham condições mais interessantes. E temos buscado aplicá-los aqui nas nossas operações de crédito, conectando aqui com a discussão de hoje e com destaque para a própria geração de energia verde.

Recentemente, houve uma parceria com o banco de desenvolvimento francês, com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em que conseguimos captar recursos com que conseguimos alongar aqui as operações de clientes pessoas físicas de cinco anos para oito anos. Isso possibilitou incrementarmos bastante o número de clientes nossos que poderiam ser atendidos por essa solução, uma vez que, muitas vezes, há uma troca da taxa de luz pelo financiamento. Então, a gente conseguiu incluir mais uma série de clientes a partir dessas soluções, só para citar o que o banco vem buscando, incrementar o seu portfólio de soluções para a energia renovável.

Queria também aqui destacar que o nosso Vice-Presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial, José Ricardo Sasseron, é um entusiasta do tema. Ele queria estar aqui, hoje, conosco. Infelizmente, ele tinha outros compromissos e não conseguiu estar presente, mas ele vem nos direcionando e pautando esse tema dentro da organização.

Queria também compartilhar aqui que estamos com o colega Henrique Vasconcellos, que é o Gerente de Negócios Sustentáveis do Banco do Brasil, e também vai poder contribuir aqui com o debate hoje e depois também. Ele tem encabeçado muitas dessas frentes que o banco vem desenvolvendo junto com as outras áreas de negócios do banco, nessa busca não só de soluções, de captação, mas também de aplicação desses recursos.

E, por fim, eu queria só encerrar destacando que esse tema aqui, assim como outras iniciativas que buscam apoio da descarbonização do planeta, está aliado com o nosso propósito – propósito do Banco do Brasil – de apoiarmos cada vez mais nossos clientes para uma economia verde, de baixo carbono e inclusiva.

Então, mais uma vez estou muito contente em participar dessa iniciativa, uma oportunidade acho que ímpar. Contem com o Banco do Brasil. Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. Ficamos aqui à disposição para responder às perguntas, dúvidas em que a gente puder contribuir mais.

Muito obrigado, Senador e demais.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Dr. Luciano. É um prazer poder ter a sua participação aqui nesta apresentação sobre potenciais financiadores para o hidrogênio verde no Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora o Dr. Guilherme Arantes, que é do BNDES.

O Dr. Guilherme é Gerente de Inteligência e Regulação na área de transição energética e clima do BNDES. No banco já atuou como Engenheiro do Departamento de Cadeias Industriais e Fornecedores, onde participou do projeto e implementação das políticas de incentivo às indústrias de energia eólica e solar no Brasil. Foi Analista de Pesquisa Energética da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), onde trabalhou em estudos de energias renováveis, com foco em energia eólica, solar e biomassa; e no desenvolvimento de modelos integrados de otimização de recursos para os estudos de expansão da matriz energética brasileira. É graduado em Engenharia Elétrica, com extensão em Planejamento Energético e pós-graduado em Finanças.

Então, com a palavra, Dr. Guilherme Arantes, do BNDES.

O SR. GUILHERME OLIVEIRA ARANTES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Em primeiro lugar, queria agradecer muito o convite. Para mim é uma honra estar aqui representando o BNDES e pessoalmente estar participando aqui no Senado, ainda que virtualmente. Queria cumprimentar o Senador Cid Gomes e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras da Comissão e todos os meus colegas de painel também. É uma honra estar aqui dividindo a mesa com todos vocês.

Eu acho que, depois do tanto que já disseram, é até um pouco difícil não ser repetitivo, então vou tentar o máximo possível não ser. Eu acho que o que eu tenho para trazer aqui está muito alinhado com o que já foi debatido, especialmente com as falas do Jorge, da CAF.

Primeiro, vou separar também um pouco a minha fala. Num primeiro momento, vou falar um pouco de como a gente está inserido na transição energética, falando do país, mas também do BNDES, como o BNDES está envolvido ao longo do tempo com o tema. E depois vou falar um pouco também sobre oportunidades e desafios do hidrogênio especificamente.

Então, a gente já falou um pouco, mas tentando não ser repetitivo, acho que a transição energética tem vários caminhos possíveis e cada país vai trilhar o seu caminho de acordo com a sua potencialidade, de acordo com seus recursos e de acordo com o ponto, o grau de avanço na transição energética em que esses países se encontram.

Então, a gente sabe que o Brasil já está mais avançado que outros países, que os pares, especialmente os do G20. A gente tem uma matriz energética já quase 50% renovável, enquanto esses países tentam chegar lá em 2030, mas isso, de maneira alguma, quer dizer que a gente tenha que ficar esperando as coisas acontecerem – pelo contrário, a gente tem que se preparar –, só que a gente tem o tempo para poder tomar as melhores decisões e aproveitar as melhores oportunidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre esses caminhos da transição energética, a gente pode falar da eficiência energética, a gente pode falar especialmente da eletrificação de usos e da energia renovável, porque a eletrificação não quer dizer nada se a energia que estiver gerando essa eletricidade não for renovável. O hidrogênio entra como um elemento também para onde é difícil descarbonizar via eletrificação, mas também gostaria de ressaltar o papel especial, especialmente aqui no Brasil, que a biomassa tem. A gente já está no nosso processo de transição energética há muitos anos, podemos dizer que a gente começou na década de 70 com o Proálcool e hoje a gente tem essa matéria renovável muito por causa da bioenergia, mas também das renováveis, das hidrelétricas, inicialmente e agora, mais recentemente, com a expansão das renováveis não variáveis, como a eólica e a solar. Então, o Brasil tem esse potencial incrível de energias renováveis e todo esse potencial e, além de ser grande em volume, também tem se mostrado extremamente competitivo.

Como o BNDES se insere nesse desenvolvimento do setor energético brasileiro? Se a gente olhar o setor elétrico brasileiro, a expansão da geração que aconteceu nos últimos 20 anos, 23 anos, desde o ano 2000, essa matriz energética se expandiu, até o final de 2022, em torno de 113GW de capacidade. E essa expansão foi dada especialmente por energia renovável, principalmente, no primeiro momento, pelas hidrelétricas ainda, mas, depois, a partir de 2010 em diante, a gente vê a penetração muito forte das fontes renováveis variáveis, como especialmente a eólica e, mais recentemente, a energia solar.

O BNDES participou desse processo de expansão, apoiando esse processo de expansão, em cerca de 70% dessa capacidade adicionada. O BNDES aprovou, nesse período, aproximadamente 79GW de capacidade, e, desses 79GW, 86% em energias renováveis.

O BNDES tem um foco muito grande nas energias renováveis. A gente tem um trabalho que vem desde o início da introdução dessas fontes renováveis. E, como resultado – um dado que a gente tem muito orgulho de compartilhar nos fóruns de que a gente participa –, segundo a Bloomberg New Energy Finance, que é uma empresa de inteligência especializada em energias renováveis e transição energética, o BNDES é o principal banco, é o maior banco do mundo em termos de empréstimos a projetos de energia renovável. Acho que isso credencia bastante a gente para participar da discussão, para contribuir com as soluções. E não só isso. Além de conseguir esse posicionamento, no caso especialmente da energia eólica, por exemplo, a gente trouxe outras adicionalidades. Então, além de a gente viabilizar a penetração dessa fonte que é renovável, que é limpa, que está concentrada no Nordeste, ela trouxe muito desenvolvimento para a região não só na instalação dos parques, mas também no apoio à construção de uma cadeia produtiva.

Eu tive o privilégio de participar desse processo. Então, a gente criou uma... O BNDES, para financiar os projetos, demanda que essas máquinas e equipamentos sejam nacionais, a gente criou um plano para que essa indústria fosse adensada aqui no Brasil. Hoje, a gente conta com cinco fabricantes de aerogeradores, cerca de cem fabricantes de componentes e mais de 3 mil subfornecedores de matérias-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primas e subcomponentes. Esse processo todo trouxe mais de 50 novos investimentos em plantas fabris entre 2013 e 2017, que foi o período de implantação dessa política; mais de 1 bilhão de investimentos; e mais de alguns milhares de empregos diretos gerados, fora os empregos indiretos.

Dito isso, nessa atuação das energias renováveis eu queria destacar duas coisas. Uma é que ela começou, tomando o caso da energia eólica como exemplo, com um programa de incentivo, porque ela era mais cara e havia desafios para a sua introdução, então ela começou lá nos anos 2000 e pouquinho com o Proinfra; depois, esse processo foi sendo alterado ao longo do tempo, foi evoluindo para leilões, e o banco foi acompanhando desde o início esse processo e também inovando e trazendo soluções novas para cada situação que foi surgindo.

A gente enxerga que agora, como fronteira tecnológica, a continuidade desse processo de apoio aos renováveis encontra no hidrogênio verde uma oportunidade de ter sequência. Então, com isso, a gente começa a falar um pouco mais do hidrogênio como um vetor-chave para a economia de baixo carbono. Para setores em que a gente não vai conseguir expandir o uso da energia elétrica renovável ou da bioenergia, do biocombustível, onde for mais difícil descarbonizar, provavelmente o hidrogênio vai ter esse papel.

E quais são as oportunidades que o hidrogênio traz para o Brasil? Acho que a principal delas é ampliar o alcance das energias renováveis para fora do *grid* elétrico. Então, hoje a gente tem esse potencial eólico que é enorme, esse potencial solar que é enorme confinado, eu poderia dizer assim, dentro do *grid* elétrico, aonde a tomada chega, mas com o hidrogênio a gente consegue expandir isso para fora do *grid*. Então, por isso eu posso dizer que o hidrogênio é uma continuidade desse processo de expansão das energias renovadas.

O Brasil pode ter um menor custo de produção do hidrogênio verde no mundo. Já há alguns estudos que indicam isso. Lá para 2030, outra vez a Bloomberg tem sinalizado que, nos modelos deles, o Brasil tem o que faria com que o país tivesse o menor custo entre todos os países analisados. O Brasil tem um potencial enorme de produzir esse hidrogênio por várias fontes de energia e rotas tecnológicas diferentes. Então, mais uma vez, é muito importante aproveitar o potencial das energias renováveis, da eólica, da solar e da hidroelétrica, mas também tem a bioenergia, tem o etanol. Então, a gente pode falar de bioeletrificação, a gente pode falar de veículos híbridos, não somente elétricos. Eu acho que temos uma quantidade de ferramentas muito grande para gente seguir nesse processo de transição energética no país e contribuir com a transição energética do mundo, porque o hidrogênio e seus derivados – o principal deles é a amônia, mas há outros também – podem ser exportados para outros mercados que vão demandar isso, que não vão conseguir produzir sua energia renovável internamente, de outros locais, e o Brasil está muito bem posicionado para suprir.

Agora, como já foi dito também, eu acho que a grande oportunidade – e essa oportunidade a gente tem que aproveitar – está em a gente conseguir atrair para o Brasil indústrias de produtos verdes, que vão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter vantagem competitiva nesse mundo em busca de redução de emissões. Então, estou totalmente de acordo com o que o Paulo trouxe: a gente tem que aproveitar as duas oportunidades. E aí a que vai acontecer primeiro vai depender de qual demanda vai se materializar primeiro. A gente tem que estar preparado para as duas.

Eu acho que o grande desafio para a viabilização do hidrogênio que se coloca, para destravar esses investimentos, é o estabelecimento dessa demanda. Então, a gente tem sinais de demanda externa, a gente tem sinais de que a Europa vai demandar os 10 milhões de toneladas de hidrogênio em 2030, mas eles precisam ainda avançar na estruturação dos modelos do mercado interno deles para essa demanda se tornar real. Então, hoje, a gente encontra dificuldade, a gente não vê ainda contratos de compra e venda de hidrogênio, de derivados sendo estabelecidos, e esses contratos são fundamentais para que projetos de ofertas de produção desse produto sejam viabilizados e para que a gente consiga colocar de pé a estrutura financeira desses projetos.

Então, é importante, superimportante aproveitar esses estímulos que estão sendo criados em outros países para a gente alavancar essa via da exportação, mas a gente pode também estudar como estimular a demanda interna, como fazer com que esse hidrogênio seja utilizado no Brasil para a produção de produtos verdes. A gente precisa para isso estudar realmente quais são os setores potenciais, então a gente pode falar de onde já é usado o hidrogênio hoje: no refino de petróleo, na produção de fertilizante, na indústria química, na siderurgia, cada um desses segmentos vai ter um caminho diferente, cada um deles vai ter um incentivo mais adequado, um custo diferente e um prazo diferente. Então, são coisas que precisam ser muito bem avaliadas antes de a gente sentar, discutir e estabelecer que tipo de incentivo pode ser utilizado para a gente alavancar essa demanda interna.

Eu acho que toda essa discussão também tem que estar necessariamente vinculada ao estabelecimento de cadeias produtivas. E, falando um pouco de cadeias produtivas, eu digo tanto as cadeias produtivas para trás da produção de hidrogênio – então, a fabricação dos eletrolisadores, que são os equipamentos que transformam a água a partir da energia elétrica em hidrogênio e oxigênio, mas também toda a cadeia de energias renováveis para trás: a gente tem hoje uma cadeia de energia eólica *onshore* muito bem estabelecida, mas para o futuro talvez haja desafios, como a cadeia de suprimento de energia solar, que está toda concentrada na Ásia, como a própria cadeia produtiva da eólica *offshore*, que, em algum momento, vai se tornar também uma fronteira importante de aproveitamento do potencial renovável brasileiro –, quanto dessa cadeia produtiva para frente: quem vai utilizar o hidrogênio? Então, é a siderurgia, a indústria química, a indústria de fertilizantes, mas também, para além do hidrogênio, falando da transição como um todo, da eletrificação como um todo, os veículos elétricos e outras aplicações.

Eu estou, sim, chegando ao fim. Eu acho que existem, só para recapitular, esses incentivos que estão sendo desenhados lá fora, que ainda não estão acontecendo de forma efetiva, mas estão muito bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhados. A gente tem projetos aqui sinalizados no país em que a gente tem mais de 30 bilhões de investimentos sinalizados, mirando essa demanda que vai surgir lá fora.

O BNDES está se preparando, participando das discussões, mas também pronto para apoiar projetos desde os de pequena escala – então é desenvolvimento de tecnologia, inovação, projetos pilotos –, como projetos de porte médio, industriais, escalas de megawatt, em que a gente pode apoiar com um *blend* de recursos, até esses projetos de exportação, que vão demandar volumes maiores e vultosos.

E eu queria deixar como mensagem final que vai ser muito importante, para alavancar esses projetos, a gente ter uma coordenação dos recursos envolvidos, então, nas captações com bancos multilaterais, a parceria com essas agências vai ser muito importante, e eu acho que o BNDES tem uma oportunidade aqui de contribuir na coordenação desses recursos, para que a gente consiga otimizar e destravar esses investimentos e fazer o hidrogênio se tornar realidade no país.

Mais uma vez eu queria agradecer a oportunidade, e fico aqui à disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Guilherme, muito didática a sua apresentação. Meus cumprimentos por essa posição que o BNDES tem no *ranking* feito pela Bloomberg, que é, como você disse, um centro de inteligência que está botando muito os olhos nisso, inclusive coloca o Brasil como o local onde a produção do hidrogênio tem o potencial, a capacidade de ser a mais barata do mundo, em função de todas essas colocações já feitas aqui.

Só para esclarecer aqui uma coisa, acho que eu mesmo errei quando eu falei que o Brasil tem próximo de 90%: eu quis dizer da sua matriz elétrica, do que é de eletricidade, daquilo que está na rede, já em situação normal, com as nossas hidroelétricas em nível normal, sem a necessidade da utilização das empresas de gás, nós temos perto de 90%. No total da nossa matriz energética, aí incluídos veículos, aviões, trens, enfim, toda a utilização de energia, aí sim, a gente se aproxima de 50%. Mas o número importante, pelo que eu ouvi, de exigência lá da Europa é o da matriz elétrica. Isso já está praticamente fechado: vão exigir que 90% da matriz elétrica utilizada para a produção do hidrogênio verde seja de fonte renovável. Nenhum país, entre as 20 maiores economias do mundo, chega próximo de uma situação que já é praticamente a atual do Brasil. Se a gente, repito, não utilizar e não ampliar a queima de gás em geração de energia elétrica, nós já estamos hoje atendendo as exigências.

Uma contrerrânea aqui, a Érika Carleti, pergunta: "Existe algum estudo sobre a questão tributária para esse novo combustível?".

Bom, essa questão da regulamentação será feita a muitas mãos, e se tem sempre o foco de para onde se destina a produção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a produção é para exportação, a legislação brasileira já contempla uma série de isenções ou a não incidência de tributos. Se estiver dentro de uma zona de processamento para exportação – como é o caso, por exemplo, que o Ceará está trabalhando –, toda a produção é imune tributariamente, e não se pagará nenhum imposto. Naturalmente, se a destinação do hidrogênio é para o mercado interno, aí incide normalmente todo o arcabouço tributário brasileiro.

Mas é fundamental que nós tenhamos no primeiro momento, como foi bem lembrado aqui – acho que – pelo Luciano, quando começou o Proinfa, a energia eólica custava cinco vezes o que é hoje. Aliás, foi o Guilherme que fez referência a isso, não é? Então, o Proinfa, quando comprou a energia, nas primeiras produções de energia eólica instaladas aqui no Brasil, o preço dela era cinco vezes o que é hoje. Com uma série de ações de melhoria da tecnologia, a ampliação da potência dos geradores de energia, a melhoria dos equipamentos, enfim, a concentração e os investimentos que foram feitos, hoje essa energia está custando um quinto do preço, e sobre ela incidem já os impostos normais, e ela já concorre em leilões da Aneel em pé de igualdade com a energia hidroelétrica, que é aquela que, por características peculiares, é a mais barata ou, pelo menos, até então é a energia, é o investimento mais barato.

Bom, eu não quero abusar da paciência de vocês, nem dos ouvintes, não é? Hoje é um dia excepcional, pela realização dessa reunião em caráter remoto, e eu quero franquear a palavra. Se alguém deseja dar alguma informação que não tenha prestado... *(Pausa.)*

Se ninguém se candidatar, eu reitero aqui os agradecimentos pela presença de cada um. E saio desta reunião com a conclusão de que não será por falta de aporte de capitais, não será por falta de financiadores que nós deixaremos de avançar na produção do hidrogênio verde aqui no Brasil.

O SR. JORGE ARBACHE *(Por videoconferência.)* – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. JORGE ARBACHE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Me desculpe... Antes que o senhor encerre, eu queria fazer um brevíssimo comentário, já que o senhor abriu a possibilidade, que tem a ver com os nossos acordos comerciais.

Para que o Brasil venha a poder exercer toda essa vantagem comparativa que foi discutida aqui, da produção de energia renovável limpa como instrumento de agregação de valor, enfim, de investimentos, será importante que o Brasil tome em conta não só ter que fazer mais acordos comerciais, mas também incluir nos acordos ora em discussão cláusulas que privilegiem a exportação de produtos verdes, o que hoje não está presente. Assim, se não tiver presente esta que será a nossa grande e gigantesca vantagem comparativa na produção de bens verdes *vis-à-vis* qualquer outro, ela não será aproveitável. Então, esse é um primeiro tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo tema tem a ver com certificações e padrões técnicos. Essas certificações e esses padrões, que, grosso modo, são feitos nos Estados Unidos e na Europa, são os mais potentes instrumentos de criação ou destruição das nossas vantagens e do nosso potencial. Então, a Comissão tem que olhar, nos pormenores, o que é que está sendo feito na área de certificações e padrões, porque por ali você mata ou você faz nascer coisas que não necessariamente são as que mais podem trazer os benefícios de tudo isso que foi discutido aqui hoje.

Então, eu deixaria aqui, e mais uma vez obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Por videoconferência.*) – Jorge, são profundamente oportunas as suas preocupações.

Esse tema, por se tratar de um tema novo e... Por exemplo: a certificação ainda não existe. Há hoje na... Eu conversei um pouco sobre isso com essa diretora lá de energia da comunidade europeia. Há hoje lá, entre eles, uma grande discussão, porque são diferentes da gente. São 27 Estados e todos, naturalmente, querendo apresentar vantagens em relação aos outros. Lá são 27 países.

Então, esse tema é um tema da maior complexidade, e, repito, a gente tem que esperar, nessa questão de certificação, de regulamentação, o que é que eles vão fazer. A nossa atitude, nesse momento, em relação a isso, é muito passiva, e não pode ser diferente. Eles é que, inicialmente, serão os grandes demandadores, os que estão despertando a atenção de investidores no mundo.

Com quem eu converso, de investidor, está, nesse momento, focado no mercado europeu. Então, nessa questão de certificação, a nossa capacidade de influir é muito pequena, e é importante que, no nosso caso, a gente faça sintonizados com ele. Nós estamos atentos a isso.

Há uma demanda da nossa Comissão Especial com o grupo de Parlamentares do Parlamento Europeu que vai fazer a regulamentação, para que a gente esteja absolutamente sintonizado.

Na outra questão que você colocou, a questão de acordos para... No caso aqui, específico, nós estamos neste momento discutindo um acordo da comunidade europeia com o Mercosul. Realmente nós poderemos, aí, e, no caso, até nos anteciparmos a algo que eles têm muita tradição em fazer. Eles vivem colocando barreiras sanitárias, ambientais, para diversos produtos brasileiros. Então, nós podemos incitar ou estimular esse debate, para que os produtos manufaturados feitos com energia verde passem a ser cada vez mais exigidos, e isso fará com que esse potencial brasileiro fique ainda maior.

Então, muito obrigado, Jorge, muito obrigado, Luiz Alberto, muito obrigado, Lucas, muito obrigado, Luciano, muito obrigado, Guilherme, obrigado à equipe aí do Senado, obrigado a toda a audiência.

Perdoem se a gente não conseguiu hoje responder muitas perguntas, mas é em função desse formato. Semana que vem a gente já retorna ao nosso modelo presencial, em que tudo fica mais fácil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grato a todos. Certamente vocês deram grande contribuição e aumentaram as possibilidades daqueles que enxergam no hidrogênio uma alternativa de acreditarem, e mais do que acreditarem, de ouvirem testemunhos de que financiamento é algo que estará disponível e, mais do que isso, na agenda prioritária de cada uma dessas importantíssimas instituições financeiras que participaram desse debate.

Muito obrigado a todos, obrigado a todos os ouvintes.

Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO DO PORTO DE PECÉM.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, no Auditório do Porto de Pecém, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública aprovada no Plano de Trabalho. **Participantes:** Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará; Salmito Filho, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará; Deputado Evandro Leitão, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Hugo Figueiredo, Presidente do Complexo Portuário do Pecém; Marcelo Ferreira Teles, Prefeito de São Gonçalo do Amarante; Francisco Caminha, Ex-Deputado e Chefe de Gabinete da Prefeitura de Caucaia. (representante de: Vitor Valim, Prefeito de Caucaia-CE); Ricardo Cavalcante, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; André Bueno, Professor do Laboratório de Hidrogênio e Máquinas Térmicas da Universidade Federal do Ceará; Carla Freitas de Andrade, Professora do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Ceará; Fernando Antunes, Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Ceará; e Edilson Mineiro Sá Júnior, Professor do Instituto Federal do Ceará Campus Sobral. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/26>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre hidrogênio verde, destinada à realização de audiência pública sobre o tema.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, cujo número é 0800 0612211.

Registro aqui a presença das seguintes autoridades, que, com muita honra para mim, compõem a mesa: Governador Elmano de Freitas; Presidente da Assembleia, Deputado Evandro Leitão; Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Deputado Salmito Filho; Presidente do Complexo Portuário do Pecém, Dr. Hugo Figueiredo; Prefeito de São Gonçalo do Amarante, Marcelo Ferreira; Presidente da Federação das Indústrias do Ceará e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Cavalcante; e o meu amigo Caminha, que representa aqui o Prefeito de Caucaia, com quem falei ontem e que está, enfim, com uma indisposição em função de uma gripe muito forte.

Antes de comparecer aqui a este auditório – e quero agradecer a presença de cada um dos que estão aqui – fizemos uma visita à termoeletrica do Pecém, onde eles têm um inovador programa, desenvolvido em parceria com universidades, para a produção em pequena escala de hidrogênio verde.

Na sequência, o Governador Elmano também nos levou até o porto, ao final lá desse conjunto de cais – deu um branco aqui –, berços, e a gente vê o crescimento. Lá eu pude testemunhar o crescimento do Porto do Pecém. Quero parabenizar aqui todos os seus servidores, parabenizar o Governo do estado pelo avanço que tem tido essa importante obra de infraestrutura do Governo do Estado do Ceará. E também tivemos a oportunidade já de ouvir do Governador o anúncio de investimentos que estão programados para serem feitos aqui no porto, que está permanentemente em ampliação.

Nós faremos aqui esta reunião destinada a ouvir pessoas, experiências aqui do estado. Esta reunião é uma sequência de diversas outras, a partir de um objetivo central da Comissão constituída para tratar do tema hidrogênio verde, e tem dois grandes objetivos, dois grandes desafios. O primeiro deles é esse de difundir e, ao mesmo tempo, conhece

Nós temos visitas programadas para diversos Estados: Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná. E conhecer também, através do depoimento de técnicos, experiências que a universidade, que diversos institutos, que órgãos públicos têm feito e com que estão trabalhando em nível nacional. E conhecer também as experiências internacionais. Nesse sentido, nós estivemos já com a Diretora da Energia da União Europeia em Bruxelas, que estabelece já números objetivos do que a Europa está comprometida em fazer. Mais na frente, a gente pode citar mais detalhes. Eu queria só citar os dois grandes objetivos: difundir, conhecer experiências internacionais e conhecer experiências aqui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra e intransferível função, por responsabilidade da Comissão sobre Hidrogênio Verde, é fazer uma legislação que vai ser pioneira no mundo. Nós não temos em lugar nenhum do mundo, a despeito de que alguém possa pensar diferente... Esse é um tema muito novo no mundo inteiro, e na Europa, por exemplo, eles também ainda estão em processo de elaboração de regulação, de certificações. São, todas, questões que vão ser discutidas. E o que eu naturalmente defendo é que a nossa legislação, aqui no Brasil, seja sintonizada, a partir dos diversos estudos, dos diversos planos, das diversas equipes que no Executivo estão estudando a matéria. Há gente no Ministério de Minas e Energia estudando a questão do hidrogênio verde, inclusive comprometida em apresentar um plano nacional de hidrogênio verde ainda neste mês de junho.

Nós temos no Ministério da Indústria e Comércio obviamente uma preocupação e uma dedicação à área. O Ministério do Meio Ambiente também tem se aprofundado. E isso é um tema tão relevante que envolve até o Ministério da Fazenda, que é parceiro fundamental para que a gente possa ter aqui uma legislação que sintonize as diversas áreas, além de órgãos de tradição, como a Embrapa, que tem setores estudando os diversos e mais variáveis itinerários para a produção do hidrogênio verde, pois isso pode ser feito através de biomassa, pode ser feito através de florestas, pode ser feito através do etanol. São diversas as alternativas, além, naturalmente, das que são mais conhecidas, que são a produção do hidrogênio a partir de fontes renováveis, como a energia eólica, como a energia solar.

É nessa área principalmente ou é nesse itinerário que o Nordeste brasileiro tem um extraordinário papel, uma extraordinária expectativa de criação de novas oportunidade. E é fundamental que o Estado, o poder público – e a gente vê o Ceará como referência disso – crie as oportunidades, disponibilize as infraestruturas, assegure e conquiste a confiança através do cumprimento fiel daquilo com que tem se comprometido nos diversos protocolos de intenção que tem assinado.

Então, a partir disso tudo e a partir de uma sintonia com a legislação internacional, nós temos como principal responsabilidade fazer uma legislação no Brasil, discutir uma regulação, consensuarmos uma certificação – qual será o órgão? Será criada uma nova agência ou aproveitaremos uma das agências existentes? –; enfim, tudo isso é o conjunto de preocupações e responsabilidades que o Senado Federal tem.

Já temos lá dois projetos, ambos do Senador que hoje preside a Petrobras, que é vizinho nosso aqui do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates, e, a partir da base deles e das indicações que esses diversos ministérios do Poder Executivo fazem, nós queremos, no espaço de tempo mais breve possível... A Comissão está formada para existir por dois anos, mas o meu objetivo é que a gente, no mais breve espaço de tempo possível – estabelecendo como meta no máximo o meio do ano que vem –, possa ter uma regulação no Brasil que, de fato, assegure aos investidores, assegure a todos os atores interessados no tema que eles terão segurança para fazerem os seus investimentos.

Passaram-me aqui o cronograma, e eu...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A partir dessas informações que eu passei, eu passo a palavra e a condução dos trabalhos ao Governador Elmano de Freitas.

Muito obrigado.

O SR. ELMANO DE FREITAS (Para expor.) – Muito bom dia a todos e todas.

Queria muito, primeiro, agradecer ao Senador Cid pela oportunidade de aqui estar representando o Senado Federal, presidindo a Subcomissão para o Hidrogênio Verde. É importante visitar os estados e conversar.

Eu queria muito aqui saudar nosso Senador, assim como o nosso Presidente da Assembleia, o Deputado Evandro Leitão; saudar o nosso Presidente aqui do complexo do Pecém, o querido Hugo Figueiredo; saudar o nosso Secretário do Desenvolvimento Econômico, Salmito. É muito importante... Estou vendo aqui industriais, investidores, e quero saudar a todos na pessoa do nosso Presidente da Fiec, Ricardo Cavalcante, saudar os municípios aqui, nas pessoas do Caminha e do Prefeito Marcelão.

A primeira coisa que eu queria dizer aqui é que esse auditório expressa bem, talvez, o grande diferencial do Estado do Ceará, Senador Cid. Aqui nós temos professores e pesquisadores – estou vendo aqui o Fernando e a Dra. Carla – das nossas universidades. Aqui nós temos investidores, aqui nós temos Parlamentares estaduais, aqui nós temos um Senador do Estado do Ceará, o Governador do Estado do Ceará, empresário cearense. Talvez o nosso grande primeiro diferencial do Estado do Ceará seja esta compreensão de o quanto é estratégico para todos nós essa oportunidade histórica que representa o hidrogênio verde e a transição energética. Acho que o Estado do Ceará, na medida em que consegue reunir todos os seus agentes, todos os atores que podem construir essa nova realidade, é uma grande diferença.

E uma segunda é o histórico que temos neste estado de um Governador que teve a visão de construir o porto, dos Governadores que vieram em seguida e deram andamento a essa obra, e o nosso compromisso de continuar a fazer a ampliação e saber aproveitar a diferença de quem tem uma zona de processamento de exportação e quem tem uma joia, como é o Porto do Pecém, que visitamos.

Eu não posso, de maneira nenhuma, digamos assim...

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO DE FREITAS – ... processos históricos. Senador da República do Ceará, dessa vez só tem um, e se chama Cid Ferreira Gomes. Então, é ele que tem que vir aqui e coordenar os trabalhos do Senado.

Eu só queria aqui, no roteiro que temos, temos aqui a apresentação do Dr. Hugo e depois aqui outras apresentações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que, primeiro, quero dar bom dia novamente e passar a palavra ao Dr. Hugo. Em seguida, temos as saudações, mas aqui, no roteiro, é a apresentação do complexo, depois a saudação. Eu sou disciplinado; eu sigo o roteiro que me apresentam. Depois temos as saudações do nosso Presidente da Fiec, do nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, dos nossos Prefeitos.

Então, com a palavra nosso querido Presidente daqui do complexo, Dr. Hugo Figueiredo.

O SR. HUGO FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro, estava com o roteiro desatualizado então, mas dou as boas-vindas a todos. Primeiro, agradeço ao Senador Cid por ter trazido esta sessão especial sobre hidrogênio verde, na Comissão do Senado, para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Agradeço, Governador, pelo seu apoio, pela dedicação que tem tido com esse tema do hidrogênio verde, das energias renováveis. A gente tem andado pelos eventos e não tem visto nenhum governador com tanta dedicação, com tanta atenção, com tanta prioridade, com tanta compreensão desse tema para o Estado do Ceará, para o Nordeste e para o Brasil. Então, agradeço o seu apoio.

Cumprimento o Presidente da Assembleia, Deputado Evandro, e também, na sua pessoa, cumprimentar os demais Deputados aqui presentes e Parlamentares. Cumprimento o Secretário Salmito, que está aqui, apoiando também, com muita fortaleza aqui o desenvolvimento do porto, da companhia que promove o desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Cumprimento o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Ricardo Cavalcante. Também, na sua pessoa, cumprimento todos os investidores daqui, do Estado do Ceará, os investidores internacionais que estão presentes também, os investidores nacionais, todas as empresas, os empresários daqui, do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Cumprimento o Prefeito Marcelão e o ex-Deputado Caminha, representando o Prefeito Vítor Valim e ressalto a importância da parceria com as prefeituras para que esse desenvolvimento aqui, da área do Complexo Industrial Portuário do Pecém possa seguir avançando e cada vez mais acelerado. Cumprimento também todos os colegas de trabalho aqui, os colaboradores do porto que fazem acontecer e os nossos colegas de trabalho do Governo do Estado. MUITÍSSIMO obrigado pelo apoio e pela presença nesta audiência. Cumprimento também aqui, lembro aqui do pessoal da academia. Eu, como representante aqui também da academia, não poderia deixar de fazer essa referência.

Nós aqui no Pecém, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, estamos com uma estratégia, que vem sendo desenvolvida desde 2021, de transformar essa área – esse porto é muito mais do que um porto, é um complexo industrial com área de desenvolvimento industrial – em um verdadeiro polo, em um *hub* de produção, comercialização, distribuição, exportação e consumo interno também de hidrogênio verde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós preparamos um material para ser compartilhado aqui, uma apresentação que mostra como nós estamos avançando e como nós enxergamos o desenvolvimento desse *hub* e o seu impacto não só na região, mas também no Estado do Ceará e no Nordeste do Brasil.

Por favor, se puder colocar apresentação. Pronto!

O Porto do Pecém, na verdade, este ano fez 21 anos. Quando ele foi criado, ainda no final dos anos 90, tinha como objetivo atrair dois grandes investimentos estruturantes na época: siderúrgica e uma refinaria. E a siderúrgica, de fato, começou a operar em 2016, depois de muito tempo. Nesse período, o porto foi crescendo, foi atuando em diversos outros tipos de carga, avançou muito na parte de contêineres, cargas em geral.

Em 2018, havia na ocasião uma consultoria prestada pelo Porto de Roterdã ao Estado do Ceará e ao mesmo tempo também o interesse do estado em buscar parcerias através de instrumentos de concessões e PPPs com a iniciativa privada. E esse tipo de busca ativa e interesse de abertura internacional fez com que o Porto de Roterdã se tornasse sócio da então empresa que fazia administração apenas do porto e se tornasse sócio da agora Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Nesse modelo havia também uma ZPE, a primeira ZPE em operação no país, voltada para viabilizar também a siderúrgica. Essa ZPE foi, então, incorporada como subsidiária integral da Companhia do Complexo Industrial e Portuário do Pecém na entrada do Porto de Roterdã. Então, hoje, a Cipp, a empresa resultante, tem a participação de 70% do Governo do Estado do Ceará e de 30% do Porto de Roterdã e ela tem, como subsidiária integral, 100% das ações, a zona de processamento de exportação. É uma empresa totalmente equilibrada financeiramente, distribui dividendos para seus sócios e teve uma receita bruta, no ano passado, da ordem de US\$50 milhões. Estamos entre os dez maiores portos do Brasil; movimentamos mais de 17 milhões de toneladas de carga no ano passado – e neste ano continuamos crescendo.

Já temos aqui no Complexo Industrial e Portuário do Pecém mais de 60 empresas que geram em torno de 80 mil empregos diretos e indiretos.

O porto em si tem uma área, uma retroárea, uma área industrial, que monta mais de 19 mil hectares – é uma área que o estado colocou como de utilidade pública. Dentro dessa área, tem 6 mil hectares que são áreas reservadas para a zona de processamento de exportação. Desses 6 mil hectares, tem quase 2 mil hectares já funcionando na ZPE, que abriga a siderúrgica; tem outros quase 2 mil também reservados para a ZPE 2 – essa parte amarela aí da apresentação é a ZPE; na ZPE 2, é onde a gente deve receber as empresas que vão produzir o hidrogênio verde, converter na forma de amônia para exportação –; e temos uma outra área também já poligonal de ZPE reservada para expansão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós temos áreas que não são ZPE, mas são também geridas, algumas já desapropriadas pelo governo do estado e repassadas para a gestão do Cipp, onde nós fazemos também a anuência dos empreendimentos que são desenvolvidos nessa área, junto com as Prefeituras de Caucaia e São Gonçalo.

Naturalmente, nós temos um porto, que é o negócio original aqui da infraestrutura portuária, que é um porto *offshore*. Ele tem, na verdade, dez berços. Nesses dez berços, temos dois berços dedicados à movimentação de minérios – minério de ferro e carvão –, no Píer 1. No Píer 2, nós temos hoje um terminal de regaseificação do gás natural liquefeito – temos um navio que fica lá, por uma boa parte do tempo, para regaseificar esse gás que chega, é um gás importado e é entregue ao sistema de transporte de gás nacional e também à distribuidora local. E temos um terminal de múltiplas utilidades, que abriga mais seis berços, que movimentam os contêineres e cargas em geral, além de uma área de armazenamento que hoje já monta 45ha.

Então, é um porto *offshore* que conecta todos esses píeres através de duas pontes, é um porto moderno. Tem uma característica diferente esse porto: ele é um terminal de uso privado, mas ele é gerido por uma empresa de economia mista. É um modelo único no Brasil. Normalmente, ou você tem um porto público, faz a gestão do porto público, ou, então, você tem um terminal de uso privado, administrado por uma empresa privada. E aqui, não, nós temos esse modelo, que nos dá, ao mesmo tempo, uma rapidez na movimentação, mais eficiência, por ser terminal de uso privado, mas, ao mesmo tempo, nos permite interagir muito mais com a geração de políticas de desenvolvimento do estado, por sermos uma empresa de economia mista.

Bom, dentro da área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, nós temos alguns aglomerados de empresas, e nós listamos, entre esses aqui, primeiro, o aglomerado de energias. São hoje quatro termelétricas: tem termelétricas a gás natural e tem termelétricas a carvão, como essa da EDP, que nós acabamos de licitar, que está nesse processo aqui de transição energética com projeto de hidrogênio verde. Além disso, nós temos uma outra térmica em construção, que é a Portocem, que deve entrar em operação a partir de 2026 e também vai substituir aquele terminal de regaseificação que se encontra hoje no Píer 2. Esse terminal vai virar um terminal flutuante, com um quadro de boias – esse navio vai ficar ancorado nesse terminal –, e, nesse Píer 2, a gente vai ver mais adiante onde vai avançar aqui a exportação de hidrogênio verde.

Bom, nós temos um aglomerado de empresas do setor eólico, são duas fábricas de pás, um grande portfólio de projetos *offshore* por vir.

Temos a metalurgia, a siderúrgica ArcelorMittal, que hoje é o principal, o maior empreendimento da região, além de outra planta de siderúrgica também de aços longos e todo o conjunto de empresas que dão apoio a esse setor. Em termos de minerais não metálicos, também com grande sinergia com a própria siderúrgica e com as térmicas existentes, temos três fábricas de cimento, que são, ao mesmo tempo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potenciais usuários, hoje já usam a escória da siderúrgica, e poderão, no futuro, vir a usar outros resíduos aqui ou até mesmo fornecer CO₂, porque são produtores de CO₂, para outros empreendimentos locais.

Nós temos a unidade de nutrição animal, misturas de ração. Isso deve crescer com a possibilidade de atração de fertilizantes, como a gente vai ver mais adiante.

E os serviços logísticos: tem uma série de áreas de armazenamento de cargas dentro do complexo. A parte de caminhões, nós temos hoje uma ferrovia que conecta o Pecém aqui ao Piauí e ao Maranhão. Nós temos, além disso, também os prestadores de serviço. Como eu falei, nós operamos através de prestadores de serviço. Então, temos empresas que fazem a operação portuária, credenciadas pelo Porto do Pecém.

Bom, agora, além do porto, com a infraestrutura que foi colocada, nós temos um potencial muito grande de geração de energias renováveis aqui no Estado do Ceará. E aí, a gente fala não só de energia solar e eólica – são números que a gente já tem visto, já foram apresentados diversas vezes –, mas para reforçar o potencial que tem o Brasil na solar e na eólica, *onshore* e *offshore*. E, mais especificamente, aqui no caso do Ceará, em termos de energia solar, nós temos potencial para abastecer o Brasil três vezes. O Brasil tem uma capacidade instalada na ordem de 200 gigas, e a gente aqui, só de solar, tem mais de 600 gigas de potencial. Da mesma forma, poderíamos também abastecer o Brasil considerando só a energia eólica, somando *onshore* e *offshore*. Tem também a complementariedade das fontes e, no futuro, quando tivermos aqui a possibilidade de desenvolvermos projetos *offshore*, são 22 projetos *offshore* com mais de 50 gigas de potencial; daqueles 117, mais de 50 já estão mapeados nesses projetos.

Bom, além da infraestrutura e da disponibilidade de recursos naturais, a região aqui do Ceará, com essa abundância de energia, faz com que a gente tenha um potencial de produção de hidrogênio verde entre os melhores do mundo. Isso aí quem está dizendo são consultorias e estudos que foram feitos por consultorias internacionais, como McKinsey, Bloomberg, que mostram que, nos próximos anos, com o advento da implantação dessas energias renováveis no Ceará de forma abundante, no Nordeste como um todo também, a gente tem condições de ter o hidrogênio verde mais barato do mundo, abaixo de US\$1 por quilo no futuro.

Agora, não é só você ter infraestrutura, não é só você ter potencial abundante de energia que lhe permite ter um *hub* desenvolvido, consolidado. É preciso também ter investimento em capital humano, saber usar todo o potencial das pessoas aqui no Ceará, desenvolver essas pessoas para que elas possam trabalhar nessas empresas, garantir que elas possam evoluir de renda. E isso o Ceará tem feito já há algum tempo.

Aqui está o Senador Cid com a sua experiência de Sobral, que acabou sendo replicada para o restante do estado, hoje nas mãos aqui do nosso Senador e agora Ministro Camilo Santana, mostrando todas as ações que o Governo do estado faz, desde a primeira infância até o ensino de pós-graduação. E aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you see a series of programs that present results: 87 of the 100 best schools of elementary I public come from Ceará; in secondary education, we already have 23 of the 100 – without counting the vocational ones, which do not enter into this count.

In the end, there is a series of other *rankings* ... Here I am talking about public schools, but there are also private schools, which today, here in Ceará, are a reference for approval in entrance exams to universities more contested, of better classification in Brazil. And the universities here in Ceará, or rather, UFC, Uece, Unifor, the very IFCE also, which is present here, has a *campus* here inside the industrial complex, which is very important, and is advancing in the formation of human capital to receive these investments. Then, human capital will also do what this *hub* should be consolidated.

Now, besides that, I will reinforce, Governor, that we have here infrastructure, we have abundance of energy, we have human capital, but we have something different too, other conditions, other regions and this governance that we have managed to build here in Ceará, through a lot of dialogue, involving not only the Government of the State of Ceará, the public sector as a whole here in the State of Ceará, but the federation of industries, the very Federal University and all the universities, also having results.

And here, when I talk about governance, I am talking about strategic groups of work, of specific regulation to strengthen this area of green hydrogen, of the Semace – the Superintendent is also present here – with a specific regulation to give attention, with all the natural rigor, but with agility, for the licensing of these projects. And this is what we see with clear results.

We have here a strategy for the implementation of a *hub* of green hydrogen, we have joint actions and something that ends up resulting in a business environment favorable for entrepreneurship to happen. This is something that you do not see in other circumstances. I think, inclusive, Senator Cid, that is something that can be, with the knowledge here, replicated for other poles to be able to build a local governance to be able to streamline these businesses.

Then, as a result, we have seen here... If we could pass here, because I am not achieving...

We already have 30 memoranda of understanding signed with companies of various sizes, not only national, but international, from various continents, that are thriving in this business environment here in the State of Ceará, besides all the natural characteristics of infrastructure, partnership with the Port of Rotterdam, human capital, thriving in this as a suitable place to implant their businesses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a quantidade de investidores continua a nos procurar aqui. A gente tem recebido aqui investidores de diversas... Toda semana tem investidor diferente aqui nos procurando, e o importante não é, naturalmente, trazer mais investidores, mas converter esses memorandos em contratos, em projetos que possam, de fato, ser executados. E o que a gente tem hoje são quatro projetos em andamento, são empresas que estão já investindo recursos para implantar os seus projetos. Aqui nós temos, ali das quatro, três que já têm pré-contratos de aluguel de área na região da ZPE 2, pagando um aluguel mensal, elaborando seus projetos de engenharia, ou seja, já contrataram seus projetos de engenharia e estão no processo de licenciamento ambiental também, para tomarem as suas decisões finais de investimento o mais breve possível.

A nossa expectativa e o esforço que nós estamos fazendo aqui, não só a Oscip, mas as próprias empresas, é também em busca de ter uma regulação que dê uma segurança jurídica para esses empreendimentos e os investidores possam tomar suas decisões finais de investimento até o ano de 2024. E, aí, nós estamos falando de investimentos... Esses investimentos aí são da ordem de US\$8 bilhões, até 2030. Então, são investimentos vultosos e, portanto, precisam de estudos bem detalhados, para que se possa chegar a essa decisão final de investimento.

Bom, agora, enquanto os investidores estão fazendo os seus estudos, nós, aqui do nosso lado, como Complexo do Pecém, estamos também nos preparando para receber esses investidores. E, aí, nós falamos já que foi possível ver, durante a visita, as instalações portuárias do terminal e o que a gente já está pensando aqui para receber esses investidores. E aí começa, por exemplo, com a adequação da própria infraestrutura do porto em si: ampliação do terminal do pier 2, para termos dois berços a mais para a possibilidade de exportação de amônia; a expansão de mais um berço naquele terminal de múltiplas utilidades, daí teremos mais um berço lá ao final – isso para podermos receber a Transnordestina e, ao mesmo tempo, termos a possibilidade de produzir amônia verde aqui e levar para o interior do país –, assim como também um corredor de utilidades que conecte toda a área portuária à área de produção da Zona de Processamento de Exportação 2, que está no gráfico aí marcado com a letra "d".

E, além disso, tem toda a parte de utilidades. Na parte de utilidades, a gente fala aqui de energia – e ali é a necessidade de termos uma subestação aqui, uma Pecém 3, derivada da Pecém 2 atual, da linha de transmissão da Pecém 2. Nós temos aqui energia suficiente até 1,5 giga ou 3, dependendo do nível de confiabilidade, para atender a esses empreendimentos na sua primeira fase.

Nós temos água de reúso, proveniente do tratamento do esgoto da Região Metropolitana de Fortaleza, suficiente para abastecer o Pecém aqui por muito tempo e todos esses empreendimentos de hidrogênio verde – e ainda sobra –, e toda uma tancagem aqui de amônia, que é o carregador que será utilizado nesse início aqui para movimentar o hidrogênio através dos continentes. E temos a parte de dutos que conectam, dutos de amônia, para transportar amônia da área de produção na zona D até a parte do porto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, enquanto nós estamos fazendo isso aqui como Porto do Pecém, nós temos, do outro lado do Atlântico, o nosso sócio aqui, Porto de Roterdã, também fazendo as suas adequações. Então, nós estamos trabalhando aqui ao mesmo tempo, em paralelo, sincronizados. Eles lá estão trabalhando para receber esse hidrogênio, fazer o que a gente chama aqui de craqueamento, ou seja, quebrar a amônia de volta para hidrogênio, e colocar em dutos que levam esse hidrogênio verde até os principais mercados consumidores – aqui, notadamente, nesse início, o mercado alemão. Então, um trabalho... Inclusive, foi por esse motivo que esteve aqui, em maio, o Primeiro-Ministro da Holanda, para assinar o nosso memorando aqui para a formação do corredor verde entre os dois portos.

Bom, agora, além dessa preparação aqui, nós estamos atentos para o mercado inicial de exportação. Como falei aqui, o mercado europeu é o mercado demandante, e a nossa expectativa é que, em 2030, com a produção aqui de hidrogênio verde no Pecém, a gente consiga ter uma participação de 25% em todo o hidrogênio verde que entre na Europa através do Porto de Roterdã. Então, essa participação aqui em 2030 representa um pouco mais do que 1 milhão de toneladas por ano de hidrogênio verde e, naturalmente, com a expectativa de evolução com o tempo.

Agora, o mercado que está demandando é este – daí a nossa estratégia –, o mercado alemão. Inclusive – isto é importante –, semana passada, o Parlamento Europeu aqui definiu a regulação, finalmente saiu a regulação aqui para hidrogênio verde. Aqueles 90% de energia vinda do *grid* foram aceitos. Então, nós, aqui no Nordeste, no Ceará e no Nordeste, já temos mais de 90% do *grid* de energia renovável. Então, isso aí foi muito bom.

Estamos em processo aqui agora de compra do hidrogênio verde. Uma vez que foi estabelecido o que é hidrogênio verde, agora a negociação entre os diversos ofertantes, para, até o final do ano, ter um primeiro – um pequeno, mas o primeiro – negócio de hidrogênio verde entre fornecedores do mundo todo e Governo alemão. A expectativa é que aconteça até o final do ano essa definição. Estamos aí de olho no que está acontecendo.

Agora, além do mercado alemão, que é o que está demandando, e de outros países europeus – a própria Holanda também está atenta a isso –, nós temos que olhar também para o mercado interno, e aqui, no mercado interno, nós temos como potencial o fertilizante, principalmente com a entrada da Transnordestina, que vai trazer grão da região aqui do interior do Nordeste para exportação, pelo Pecém, e pode voltar com o fertilizante verde, a amônia, a ureia verde, na verdade, produzida aqui na região do Pecém.

Estamos olhando atentamente para os combustíveis sintéticos verdes – aí estou falando aqui de metanol, combustível sustentável de aviação, que é o SAF, que a gente pode produzir a partir de CO₂, de origem orgânica –; a própria siderúrgica aqui, a ArcelorMittal, que, dentro do seu planejamento, entende a importância aqui de migrar do carvão para, eventualmente, ao final, o hidrogênio verde, no seu processo aí de produção de aço.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outros, tem uma série de outros potenciais demandantes que nós estamos com muita atenção, olhando, buscando desenvolver aqui para a gente ter não só um mercado de exportação, através do Porto de Roterdã como principal parceiro, em avanço, mas também uma possibilidade de desenvolver aqui o consumo e a industrialização também da região aqui do Pecém.

Bom, eu paro por aqui. Eu só queria pedir dois minutos de licença para mostrar aqui para as senhoras e senhores um vídeo que foi preparado pelo parceiro nosso da GIZ, que é uma agência de desenvolvimento aqui do Governo alemão. Ele expressa muito bem, assim, o tamanho da oportunidade que nós temos para mudar a vida das pessoas aqui do Ceará. Por isso, queria compartilhar com toda a audiência esse vídeo.

Obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. HUGO FIGUEIREDO – Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, registrando aqui a presença dos Deputados Estaduais Júlio César, Lia Gomes e Bruno Pedrosa, nós damos sequência aqui, ouvindo a palavra do nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, Salmito Filho.

O SR. SALMITO FILHO (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Cid Gomes, Presidente da Comissão Especial sobre Hidrogênio Verde do Senado Federal. Eu já, neste cumprimento, aproveito para parabenizá-lo por esta decisão. E vou usar as palavras do nosso Governador Elmano. O nosso Governador fala o seguinte: energias renováveis e hidrogênio verde, para o Ceará, são algo mais do que importante, mais do que prioritário; são estratégicos. Portanto, frisando aqui o compromisso do nosso líder maior, o Governador Elmano, cumprimento e parabenizo o Senador Cid Gomes pela belíssima, felicíssima iniciativa de ser o autor desta Comissão, e está tendo o cuidado de trabalhar com seus colegas Senadores, visitando diversos estados e entendendo que esse é um projeto para o Brasil. Esse é um projeto do Brasil para o Brasil e também para o mundo, na construção da transição energética.

Quero cumprimentar o Governador Elmano de Freitas e quero aqui dar um testemunho – mas o Presidente Hugo Figueiredo foi muito feliz. Ele é um Governador que compreendeu rapidamente... Além do seu compromisso de manter as conquistas históricas importantes do Estado do Ceará, o que é a marca, uma das nossas grandes marcas de políticas de estado e de continuidade, além disso abraçou, não mede hora – fim de semana, feriado, de noite, de manhã, de madrugada –, trocando mensagens, estimulando e apoiando todas as iniciativas para a produção de energias renováveis e hidrogênio verde e para o desenvolvimento do nosso Estado do Ceará.

Portanto, Governador, parabéns! Sinto-me muito honrado em poder aqui estar nesta missão, com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a Cipp (Companhia de Desenvolvimento do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complexo Industrial e Portuário do Pecém), que eu quero aqui cumprimentar na pessoa do Presidente Hugo Figueiredo, que é um quadro muito qualificado, que está cumprindo bem o seu papel. E também, na sua pessoa, quero cumprimentar todos que fazem parte da Cipp.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Ricardo Cavalcante, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os investidores, empresários, que já investem em energias renováveis aqui no Ceará e que estão, no seu planejamento, buscando conhecer e investir na produção, para fornecer para a produção de hidrogênio verde.

Portanto, a Fiec... Como disse o Governador Elmano de Freitas, essa sinergia – essa governança compartilhada que envolve o setor público, o setor produtivo da iniciativa privada e as nossas universidades – faz toda a diferença aqui no nosso Estado do Ceará.

Quero cumprimentar o Prefeito Marcelão, Prefeito de São Gonçalo do Amarante; quero cumprimentar o Chefe de Gabinete do Prefeito de Caucaia, Prefeito Vitor Valim, que não está aqui só por motivo mesmo de saúde, mas muito bem representado pelo seu Chefe de Gabinete, o ex-Deputado Estadual Francisco Caminha.

Bom, minhas senhoras e meus senhores, a nossa palavra aqui é muito breve – são duas palavras. A primeira é do compromisso do Governador Elmano de Freitas, que abraçou, que está investindo e que está determinando para todos nós que estamos lá na Adece, com o Presidente Danilo Serpa; para a Secretária de Meio Ambiente, a Secretária Vilma; para o Superintendente da Semace; para a Secretária de Relações Internacionais, aqui, Roseane Medeiros... Estão todas as secretarias que possam ter relação mais direta ou indireta, como a Secretaria de Infraestrutura, lá com a questão da infraestrutura de energia, com o Secretário Executivo Adão Linhares; como também o Secretário Executivo Joaquim Rolim, que é engenheiro eletricista e tem uma história nessa contribuição. Portanto, essa governança nos faz assim diferentes.

Esta é uma primeira palavra, a do compromisso do Governador Elmano de Freitas, da sua objetividade. O Governador é claro, objetivo, rápido e inteligente. Eu estou aqui, Governador... Permita-me, não é um elogio: é o que eu tenho recebido de *feedback* do setor produtivo nas mais diversas interlocuções com empresários e com investidores que já estiveram com o Governador Elmano e trazem esse bom *feedback*, e eu quero aqui compartilhar. Essa governança fez do Ceará e faz o Ceará estar na vanguarda nesse processo aqui no Brasil, sem nenhum demérito... Eu tenho que ter muito cuidado, porque é outra orientação e determinação do Governador: de que esse projeto de energias renováveis de hidrogênio verde não pode desunir o Nordeste e muito menos o Brasil. Esse é um projeto para o Brasil e tem que unir o Nordeste. Essa é a fala do Governador Elmano de Freitas no Consórcio Nordeste para com os Governadores do Nordeste e para com o Brasil; com o Ministro da Indústria e Comércio, quando estivemos em audiência acompanhando o Governador Elmano; com o Ministro da Fazenda, quando estivemos em audiência acompanhando o Governador Elmano; e com o Presidente Lula – porque o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador tem trabalhado discretamente, que é seu estilo, silenciosamente para que esteja na pauta do Governo Federal o projeto do Brasil de energias renováveis de hidrogênio verde.

A segunda palavra – e, aí, já para me encaminhar aqui para fechar – é exatamente a importância desta Comissão, Senador Cid Gomes, e o papel que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal e especificamente esta Comissão, pode e tem para com esse papel.

Nós podemos, pela graça da nossa natureza, do nosso potencial que o Presidente Hugo apresentou aí, somando aqui, fazendo uma conta do potencial de 854GW de potência de produção de energias renováveis só no Estado do Ceará... Isso é extraordinário, meu caro Presidente do Sindienergia, Luiz Carlos – é extraordinário! No nosso Estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, esse é um caminho sem volta. Nós já ingressamos nessa transição energética para produzir, vender, criar economia e construir oportunidades.

Mas nós podemos produzir e vender sem criar cadeia produtiva e podemos produzir e vender construindo aqui a cadeia produtiva, agregando valor...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO CAVALCANTE – Saúdo todos os demais Deputados. Parabenizo também por todo o apoio que têm dado a esse processo o Secretário de Desenvolvimento Econômico, amigo Salmito Filho e todos os demais secretários de estado aqui presentes. Presidente do CIPP, Hugo Figueiredo e todos os colaboradores aqui, deste espetacular empreendimento, parabéns, Hugo, pela palavra, parabéns pela dedicação. Prefeito de São Gonçalo, Prof. Marcelo, parabéns, professor, pela presença. Francisco Caminha, aqui representando o Prefeito Vitor Valim; ex-Presidente da Fiec, meu amigo Fernando Cirino Gurgel; meu 1º Vice-Presidente, Carlos Prado; Edgar Gadelha e ao Chico Esteves, Diretores Financeiro e Administrativo; Presidente do Sindienergia, Luís Carlos; Jurandir Picanço, um estudioso da área de energia, muito obrigado. Eu queria aqui cumprimentar também toda a academia aqui presente, nossa parceira. Sem a academia, a gente não vai para a frente, e a toda a imprensa aqui presente.

Este momento é muito especial. O Hugo fez uma apresentação; essa apresentação, com que a gente sempre está brigando, sempre está mostrando para os investidores.

Aqui, em nome de todos os investidores, citar o Luis Viga, Presidente da Fortescue Brasil. Muito obrigado sempre pela presença e pelo carinho para com o nosso estado.

A apresentação do Hugo dá uma importância para mostrar, primeiro, que nós temos muita coisa em comum no Nordeste. No Nordeste, toda essa capacidade de geração de energia eólica, solar, e pelo hidrogênio verde vai se dar pelo clima, pelo que a gente tinha, há tanto tempo, aqui, e, às vezes, a gente reclamava que eram sol o vento. E, hoje, esses são os dois grandes vetores que vão mudar a vida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeconômica do Nordeste e, principalmente, do Ceará. Hoje, quando se fala em hidrogênio verde, também se fala...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO CAVALCANTE – ... e permeando todo o planeta. No Ceará, nós estamos com esses 30 memorandos, com 7 memorandos, nós temos quase US\$30 bilhões, ou seja, 10%, mas por quê? Porque aqui é o melhor local do planeta, o Nordeste do Brasil. Isso não é dito pela gente, pela Fiec, não é dito pelas pessoas que estão aqui no Ceará, pelas autoridades; são os órgãos internacionais que dizem que a gente precisa correr, que a gente precisa permear e fazer essas audiências, como o Senado está fazendo.

Peço a todos os Senadores que comecem a compreender a importância que existe em a gente regulamentar o hidrogênio verde no Brasil, porque a gente está concorrendo com o planeta. As condições aqui são imbatíveis; o Nordeste e o Ceará, em especial, são imbatíveis, mas a gente precisa correr com a regulamentação. A regulamentação é importante para o empresário que está vindo para cá, é importante para o próprio Governo que está fazendo as suas entregas, é importante para a academia, ou seja, há uma necessidade de velocidade muito grande nisso. O Presidente dos Estados Unidos já vem falando várias vezes. De 2023 a 2050, nós teremos o maior investimento que a história da humanidade já fez e vai ser a transformação energética.

O planeta não aguenta mais. Por tudo que a gente acompanha diariamente, a gente não pode perder esses investimentos, a gente não pode perder a capacidade de atrair, eu vivo dizendo, esse transatlântico que está encostando aqui no Ceará e permeando todo o Nordeste com bilhões de dólares; a gente está de costa e não está entendendo ou, às vezes, não está nem acreditando. Isso me deixa muito indignado, porque as pessoas podem não gostar, as pessoas podem não entender, mas não podem tirar o direito de um investimento como esse mudar a vida das pessoas. Quando eu digo isso aqui, não é mudar a vida só de nós empresários, não, porque a gente vai botar uma planta aqui, vai ser bom, vai ganhar dinheiro, vamos gerar milhares de empregos, mas nós vamos gerar também milhares de empregos no interior do Ceará, no interior de todo o Nordeste, onde as pessoas em vez de estarem lá recebendo alguma coisa do Governo, elas vão estar cuidando de placa solar ou de energia eólica. E a gente precisa entender isso. Só no Sistema Fiec, há uma projeção da CNI de que a gente precisa entregar, nos próximos quatro ou cinco anos, 80 mil pessoas para o setor de energia. Meu amigo Luis Carlos, Presidente do Sindienergia, está vendo o tamanho da demanda, o tamanho do desafio. E a gente vai entregar porque o que a gente tem aqui, como foi dito aqui pelo Hugo: nós temos as melhores escolas do Brasil, nós temos as melhores participações no ITA, ou seja, o que tem de melhor no Ceará é o cearense, e a gente não vai perder essa chance por falta de capacidade de pessoas.

O Sistema Fiec, Sesi, Senai e IEL está pronto para fazer isso, tanto que o nosso diretor de lá, sexta-feira retornou da Alemanha, da GIZ, da Maersk, já fechamos vários convênios com eles para que a gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

possa começar a fazer essa qualificação junto com o Governo do estado, junto com as prefeituras e junto com todas as empresas.

Uma coisa importante que eu vejo também nessa transformação que está acontecendo é que, nesse mundo que a gente está vivendo de ESG, meio ambiente social e governança, que a Secretária de Meio Ambiente tanto defende, das ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO CAVALCANTE – ... que a gente pode mudar e vai mudar a vida das pessoas.

Então, vamos cuidar disso da forma como o Governo está cuidando, como o Senador Cid Gomes está cuidando. Vamos cuidar disso como um projeto de Estado. A política pertence a todos, tem os momentos de eleições, mas, nesse projeto, a gente não pode deixar de dar essa resposta, não só ao empresariado, mas às pessoas, a vocês que estão aqui no Porto do Pecém cuidando desse... Alguém me perguntou numa entrevista o que eu achava do Porto do Pecém. "Você acha que é uma joia?" Aí, eu respondi: "Eu acho que é a própria coroa, porque o que vai passar por aqui vai mudar a vida de muita gente".

Então, mais uma vez, Senador Cid, agradeço demais a chance de estar aqui perante o Senado Federal. E que a gente possa mostrar o que está sendo feito, está sendo trabalhado, trabalhado a quatro, cinco, dez mãos. O Sistema Fiec, a gente está...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO CAVALCANTE – ... você precisa ser verde. E, aqui no Ceará talvez, o maior incentivo que a gente venha a ter, nos próximos quatro, cinco, seis anos, será o incentivo de ter energia verde. Vai bater lá mesa do Secretário Salmite gente dizendo o seguinte: "Mas eu vou ficar aqui. O senhor vai me dar mais alguma coisa? Mas aqui é que vai ser o lugar". Então, eu acredito muito nisso. O Sistema Fiec está empenhado 24 horas em a gente fazer esse trabalho e fazer essas entregas.

Agradeço demais, Senador, a chance que nos dá aqui de poder falar.

Quero parabenizar o Governador Elmano por todo o trabalho que tem feito. Ele sabe que... Governo, às vezes, eu ligo num sábado e não ligo para pedir nada para o Fiec; eu ligo para pedir para os empresários, e a gente tem conseguido. E, nessa área do hidrogênio verde, a gente tem outro baluarte, que é o senhor. Parabéns, continue assim!

Que Deus abençoe todos nós!

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Presidente Ricardo, nós é que agradecemos o seu entusiasmo e, mais do que entusiasmo, o seu empenho para que esse sonho se transforme numa realidade.

O folclore político, Governador Elmano, atribui ao Virgílio Távora uma frase que diz que o Senado é melhor do que o céu, porque, para ir para o céu, você tem que morrer e, para o Senado, não tem. (*Risos.*)

Eu sinceramente não acho que tenha chegado ao paraíso, não. Estou lá me esforçando e enxergo como ambiente de trabalho, mas uma coisa eu posso afirmar: esse é um lugar a que você um dia vai chegar, porque para os cearenses o Senado é uma homenagem, é um reconhecimento ao trabalho – eu não tenho dúvida –, como levou o Camilo, como levou tantos outros como reconhecimento ao trabalho. Eu não tenho dúvida de que, ao final de oito anos, certamente o povo cearense lhe fará essa homenagem de colocá-lo no Senado da República!

O Senado para mim – eu ia dizendo – é um lugar de trabalho, mas é um lugar que tem muitos técnicos extraordinários. A boa produção legislativa depende muito do extraordinário quadro de servidores que o Senado tem. O Presidente Rodrigo Pacheco destacou algumas pessoas para participarem, alguns extraordinários servidores do quadro de servidores do Senado para ajudarem nessa composição. Estão aqui, eu queria apresentar: o Gláucio Pinho, sempre muito discreto; o Paulo Roberto Viegas; o Marcelo Lopes; e a Lenita Cunha. Eles compõem, repito, o quadro de servidores permanentes do Senado.

Eu já havia saudado aqui os Deputados, vou saudar mais uma vez e agradecer. A Assembleia tem sido uma parceira permanente do Estado do Ceará. Eu aqui não consigo falar como Presidente nacional da Comissão, eu não consigo me desvincular da condição de cearense. Então, quero saudar de novo a Deputada Lia, o Deputado Júlio César, o Deputado Bruno Pedrosa.

E, em nome deles, gostaria de passar a palavra ao nosso Presidente da Assembleia, que tem sido um grande parceiro de todas as horas do Estado do Ceará, nosso companheiro Evandro Leitão.

O SR. EVANDRO LEITÃO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Tentarei ser o mais breve possível, não passando de 30 minutos. (*Risos.*)

Brincadeira, mas eu quero saudar, de forma muito especial, ele, que está à frente do Governo do Estado do Ceará, nos liderando, o Governador Elmano de Freitas, de quem eu tenho muito orgulho por estar podendo contribuir também com o nosso estado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Quero cumprimentar de forma muito especial ele, que preside o Complexo Industrial do Porto do Pecém, nosso querido Hugo Figueiredo, na pessoa de quem também quero cumprimentar... Eu tinha visto a Vice-Presidente, Rebeca, aqui; ela deve estar por aí. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está ela. Quero saudá-la também, a Rebeca, e, na pessoa de ambos, eu quero saudar todo o corpo do Complexo Industrial do Porto do Pecém.

Quero cumprimentar, de forma muito especial, também ele, que é o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, meu querido Secretário e Deputado Salmito Filho; cumprimentar o Prefeito aqui de São Gonçalo, o Marcelão; cumprimentar o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, meu querido Ricardo Cavalcante; assim como também cumprimento aqui o ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, meu querido Fernando Cirino; e também o Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Carlos Prado. Nas suas pessoas, quero cumprimentar toda a cadeia produtiva do nosso estado.

Quero cumprimentar o Caminha, que está representando neste momento o Prefeito de Caucaia, nosso querido Vitor Valim; cumprimentar os meus queridos Deputados, Deputado Júlio César, Deputado Bruno Pedrosa, Deputada Lia Gomes; a Secretária Roseane Medeiros, Secretária de Estado de Relações Internacionais; a minha querida Secretária Vilma, Secretária do Meio Ambiente; o Superintendente Carlos Alberto, da Semace; o Neuri, Presidente da Cagece; o Danilo Serpa, Presidente da Adece; o Presidente do Sindienergia, Luis Carlos; a Reitora da UVA, Izabelle; assim como também os professores que, logo mais, estarão palestrando – o André Bueno, a Carla Freitas, o Fernando Antunes e o Edílson Júnior.

Eu propositadamente deixei para saudar por último ele, que é Senador da República do nosso estado, ex-Governador do nosso Estado e atualmente, além de Senador, Presidente da Comissão de Hidrogênio Verde do Senado. O Hugo, agora há pouco, falou da boa governança; falar de boa governança e não se recordar de ex-Governadores, como o ex-Governador Virgílio, o ex-Governador Lúcio Alcântara e, sobretudo, o Senador Cid Gomes, que é um dos entusiastas desse Complexo Industrial do Porto do Pecém, é não ter memória. Nós temos o estado e nós temos que ter memória e reconhecer quem muito fez e faz aqui pelo nosso estado.

O Senador Cid, agora há pouco, nós estávamos conversando antes de vir para cá, e ele se recordou que – lá atrás, deve ter sido por volta de 2007, ainda quando o porto estava engatinhando –, ele dizia: "Eu pagava a folha de pessoal daqui, o estado pagava a folha de pessoal". Portanto, são pessoas visionárias e inteligentes, e nós estamos precisando. E, por isso, a boa governança é fundamental no estado, a boa governança impacta nas mais diversas áreas. Portanto, Governador, ex-Governador Cid, Senador Cid Gomes, parabéns pela sua forma de governar, pela sua sempre diligência e capacidade de nos liderar!

Sendo breve, como disse agora há pouco, muito se tem falado sobre a questão do marco regulatório, da regulamentação aqui da questão do hidrogênio verde, que é, sem sombra de dúvida, fundamental. É fundamental a questão do marco regulatório para que nós possamos atrair investidores, para que nós possamos dar segurança jurídica para esses investidores, mas, também, é fundamental nós termos em mente a questão dos impactos socioambientais, que, no entorno aqui do Porto do Pecém, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos e teremos nos próximos anos. E, por isso, nessa questão dos impactos ambientais, para nós construirmos um ambiente de sustentabilidade social, nós, enquanto Assembleia Legislativa... E eu quero saudar, de forma muito especial, o Deputado Bruno Pedrosa, que está à frente de uma frente parlamentar de energias renováveis, juntamente com mais um corpo de Deputados. Também foi criado um PL, um projeto de lei do Deputado Bruno com o Deputado Marcos Sobreira, que fala um pouco da questão de nós fomentarmos a participação do hidrogênio verde numa nova matriz energética em nosso estado.

Mas, para além dessa questão do marco regulatório, como estava falando agora há pouco, nós temos que criar um ambiente de sustentabilidade social e para isso, Senador, Governador, nós, enquanto Assembleia, estamos criando, resgatando, na realidade, o Pacto pelo Pecém, no qual nós estamos trabalhando, juntamente com o Presidente aqui do complexo industrial do Porto do Pecém e também com o Dr. Eudoro Santana, entre outras pessoas, a questão da ocupação do solo, a questão da comunidade do entorno daqui, os impactos que esta possui, a questão do meio ambiente, enfim, tudo isso para que nós possamos ter uma sociedade cada vez melhor de se morar, um estado cada vez melhor de se morar. E nós não só temos, aqui o Porto do Pecém, uma oportunidade ímpar por sinal de desenvolvimento econômico – gerando emprego, gerando renda, não só aqui no complexo, mas no entorno do complexo –, como também estarmos olhando para o ser humano, para o capital humano, para as pessoas. Portanto, nós, enquanto assembleia, também estamos preocupados com isso. Estamos trabalhando, já tivemos e vamos ter uma nova reunião agora, no próximo dia 29, nessa perspectiva, para que nós possamos também dar uma resposta para a sociedade. E a nossa preocupação é ir além do aspecto econômico e também chegar ao ser humano, chegar às pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Presidente, meus cumprimentos pelo seu trabalho.

Nós teremos aqui, já, já, uma participação de depoimentos técnicos já referidos pelo nosso Presidente da Assembleia: o Dr. André Bueno, a Sra. Carla Andrade, o Sr. Edílson Mineiro Sá Júnior e o Sr. Fernando Antunes. São todos de universidades, que, num tema como esse, são parceiros fundamentais para que se cumpra aquilo que alguém já falou: o Brasil pode ser... São poucos os setores em que o Brasil conseguirá superar a defasagem que já tem.

Se formos pensar em computação, é difícil que o Brasil consiga superar, mas neste setor, nesta questão "transição energética", o Brasil é uma das melhores referências do mundo. E, no hidrogênio verde, eu não tenho dúvida de que a gente pode ser vanguarda do mundo em relação a tecnologias!

Antes de ouvirmos os nossos técnicos, vamos ouvir a palavra do nosso anfitrião.

O Porto do Pecém está situado em São Gonçalo, mas boa parte, a ZPE, por exemplo, ficará em Caucaia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedir a vênica, a permissão do Caminha para que fale em nome dos dois municípios, que são base dessa estrutura e berço do futuro polo de hidrogênio verde mundial, o Prefeito de São Gonçalo, Prof. Marcelo.

O SR. MARCELO FERREIRA TELES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu vou ser breve; questão de cinco minutos.

Para mim, é uma honra, Cid, Senador. Seja muito bem-vindo ao Município de São Gonçalo do Amarante.

Como se falou aqui, os Governadores que passaram deixaram o seu legado, e, nos seus oito anos como Governador, V. Exa. tratou com muito carinho o Complexo Portuário do Pecém.

Para mim, é uma honra estar aqui com a sua pessoa, nesta audiência sobre hidrogênio verde.

Peço uma salva de palmas ao Senador Cid Gomes. (*Palmas.*)

Cumprimento também o Elmano, Governador, que, em pouco tempo, já vem aí seguindo a possibilidade desses empreendimentos dentro do Estado do Ceará, junto com toda a sua equipe, junto com todo o seu secretariado.

Na pessoa de todos os secretários, eu saúdo o Salmito, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Ceará.

O Presidente, Dr. Hugo, em pouco tempo já, aqui no Complexo Portuário do Pecém, junto com toda a sua equipe, vem fazendo um ótimo trabalho não só no desenvolvimento econômico, mas também pensando nessa parte social, que é de suma importância para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Saúdo o nosso Deputado e Presidente da Assembleia Legislativa Evandro Leitão, na pessoa de quem estendo a saudação a todos os Deputados que estão aqui, como o meu amigo Júlio César, que está aqui presente, e os demais.

Presidente Ricardo Cavalcante, seja bem-vindo também.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCELO FERREIRA TELES – Cumprimento o chefe de gabinete, na pessoa do...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCELO FERREIRA TELES – ... do Estado.

Eu vi todo esse desenvolvimento, mas é necessária a formação. É o que a gente precisa também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que, com as universidades, com os pesquisadores das universidades e também os outros setores que vêm capacitando a população do Estado do Ceará, nós possamos, em um raio próximo, levar esse desenvolvimento à população de São Gonçalo para que a população cearense possa estar capacitada para receber esses empreendimentos não só aqui em São Gonçalo do Amarante, mas em todo o Estado do Ceará.

Eu acho de fundamental importância. Já estamos fazendo um pouco do nosso dever de casa, capacitando a população de São Gonçalo, Elmano.

Quero aqui compartilhar com os senhores duas turmas de 16, tanto nessa área do hidrogênio verde, de energias renováveis. – duas turmas de 16 dão 32 pessoas. Foram mais de 1,2 mil pessoas inscritas, para essa prova agora, domingo. Isso mostra que a população cearense, a população de São Gonçalo do Amarante tem seu interesse, sim, e já está fazendo, sim, participando desse desenvolvimento.

Até falei com a Secretária de Desenvolvimento Econômico, em vez de só duas turmas, eu já estendo aqui quatro turmas, porque é necessário também qualificar a população de São Gonçalo e a população cearense. E podem ter certeza, com o olhar do nosso Governador Elmano, junto com as universidades, junto com os setores, de que vocês poderão capacitar a população de São Gonçalo.

Uma frase interessante que dizem é – eu sou professor de Matemática e Física –: um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Em São Gonçalo do Amarante, em 1999, foi construído o Complexo Portuário do Pecém e aí, novamente, o impossível – estamos junto com o Senador Cid Gomes, o nosso Governador e toda a sua equipe –: um raio caiu novamente aqui no Complexo Portuário do Pecém, na possibilidade da construção, se Deus quiser, do hidrogênio verde em todo o Estado do Ceará.

Parabéns!

Finalizando, uma frase que eu levo para a minha vida: sonho que se sonha só é apenas um sonho, sonho que se sonha junto se torna realidade.

Podem contar com este Prefeito aqui, com a maior simplicidade, para apoiar esse desenvolvimento econômico aqui de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem, Prefeito.

Muito obrigado.

Vamos passar então agora ao que estamos chamando de participação técnica nesta reunião da Comissão de Hidrogênio Verde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de passar a palavra ao Dr. André Bueno, que é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde fez mestrado e doutorado.

Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do Ceará e Coordenador do Laboratório de Hidrogênio e Máquinas Térmicas, onde desenvolve cinco projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de hidrogênio e energias renováveis.

O SR. ANDRÉ BUENO (Para expor.) – De modo análogo, eu agradeço o convite e a atenção especial ao hidrogênio verde e, na pessoa do Senador Cid Gomes, estendo os cumprimentos à mesa, às autoridades e aos demais participantes.

Estou esperando aqui para começar a apresentação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Enquanto à equipe técnica coloca a exposição do Prof. André Bueno, chegaram aqui algumas perguntas que vocês, depois, ao longo das falas de vocês, podem responder. Elas são de diversos lugares.

Jardel Juvêncio: "Quais políticas públicas a Comissão pretende adotar para impulsionar a adoção de veículos movidos a célula de combustível?"

Eric Fragoso, de Pernambuco: "Quais as perspectivas em relação a geração, armazenamento e distribuição do H2V [hidrogênio verde] para mobilidade, dentre outros setores?"

Já vi que a palestra está ali. Então, devolvo-lhe a palavra, Dr. Bueno.

O SR. ANDRÉ BUENO – Obrigado, Senador.

Bom, acho que nós podemos responder, indiretamente, à maioria dessas perguntas, já na primeira apresentação.

Eu falo em nome de uma equipe do Laboratório de Hidrogênio e Máquinas Térmicas da UFC. A Profa. Carla Freitas de Andrade também vai falar na sequência e também é do laboratório; a Profa. Fernanda Lobo; a Profa. Mona Lisa Moura, da Universidade Estadual do Ceará, mas que compõe o nosso programa de pós-graduação e é a nossa especialista nas áreas de catálise e reforma; e o Prof. Paulo Alexandre Costa Rocha.

(Interrupção do som.)

O SR. ANDRÉ BUENO – ... é preciso ainda realizar alguns passos. O primeiro é a necessidade de regulamentação. Então, é preciso regulamentar a questão da adição do hidrogênio ao gás natural. E o segundo, que eu vejo como muito mais rápido, é um estudo de requalificação de rede, recolhendo aí pequenas amostras do aço da tubulação. Então, essa é a primeira oportunidade que eu queria apresentar.

Vamos agora para a segunda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Só uma perguntinha, se me permite: se você injetar 2% de hidrogênio no gás, que percentual de emissão de carbono é economizado? Só 2% ou é maior?

O SR. ANDRÉ BUENO – Ele não tem... Tem uma pequena sinergia de combustão, diminuindo a ineficiência da combustão, mas isso é na ordem da terceira casa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, na prática, se se bota 2% de hidrogênio, se abate 2% de emissão de carbono?

O SR. ANDRÉ BUENO – Eu até não fui feliz, prevenido aqui, porque, nesse horário o ... vai baixando, exatamente porque é hidrogênio, não tem carbono.

Essa mesma pergunta, por exemplo, Senador, por biodiesel, por etanol, eu não iria conseguir responder não, mas o hidrogênio abate integral, se for hidrogênio renovável.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Sim, claro.

O SR. ANDRÉ BUENO – Uma excelente pergunta.

Então, aqui está a segunda oportunidade que eu queria colocar.

Não significa que seja maior ou menor, eu até acredito muito na amônia também.

Então, é um polo de combustível sintético. Já nas apresentações anteriores ficou muito clara a disponibilidade da energia renovável em abundância e a preços competitivos. A eletrólise com eletricidade renovável pode ser realizada, e será, produzindo hidrogênio verde.

Esse hidrogênio verde, se for combinado com CO₂ capturado ou biogênico – o CO₂ biogênico é aquele que vem lá da fermentação do etanol, por exemplo –, ele vai ser direcionado aqui para...

Eu desenhei dois reatores. O primeiro distribuindo troca água/gás e o segundo é o retorno de síntese. E aí a gente vai produzir muitas coisas, a depender da escolha da pressão, temperatura, densidade da energia fornecida e catalisador. Desde metanol... O metanol, como combustível, todos aqui concordam que é um combustível inferior ao etanol, mas ele é um importante insumo químico para a indústria – até o querosene sustentável e o diesel também, assim como alguns combustíveis do tipo *drop in*, como o HVO. Então, essa é uma oportunidade que nós consideramos muito interessante, o.k.? Aqui já passando para o assunto que a Profa. Carla Freitas vai retomar. Ela vai falar um pouco da questão estratégica de pesquisa.

Mais uma vez, eu agradeço muito pela oportunidade. Foi um prazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, seguiremos com a fala técnica da Profa. Carla Andrade, que é graduada, mestre e doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará.

Atualmente, é professora associada da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Engenharia Mecânica; é bolsista de produtividade do CNPq, com projetos na área de energia eólica, solar e geração de hidrogênio verde; faz parte do Laboratório de Hidrogênio e Máquinas Térmicas e do laboratório de energia eólica e simulação computacional, ambos da UFC.

Com a palavra, Dra. Carla Andrade.

A SRA. CARLA FREITAS DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigada pelo convite.

Eu saúdo a mesa na presença do Senador Cid Gomes.

Continuando aqui a apresentação, como o André falou, eu faço parte também do Laboratório de Hidrogênio da Universidade Federal do Ceará. Também já coloco, Senador, que em poucos dias será inaugurado esse laboratório. Então, já estendo o convite a todos que estão aqui presentes para conhecer as instalações da universidade.

Eu coloquei aqui um pouco para a gente falar sobre a oportunidade de investimentos em PDI em nível nacional e internacional. Como a gente escutou muito aqui falando, a gente tem uma questão tríplice ali que é da universidade – a academia –, com o empresariado, com o Governo e com a sociedade.

Então, a academia está aqui para dar uma resposta ao Governo, dar uma resposta à indústria do que é a demanda. Se hoje tem uma demanda de hidrogênio, a gente vai dar essa resposta através das pesquisas.

A gente tem pesquisas relacionadas a recursos energéticos, rotas de produção, armazenamento, transporte, infraestrutura e distribuição.

É bom deixar claro que tudo aqui é muito novo, a questão do hidrogênio é muito nova. Então, existem muitas coisas a serem pesquisadas, a serem descobertas. Às vezes – o André estava falando ali de um caminhão –, um simples equipamento, um simples... precisa ser pesquisado.

Eu coloquei aqui algumas questões de oportunidades que a gente tem: o impacto do transporte; a questão do ciclo de vida; os materiais para o transporte; a segurança ambiental, se você for transportá-lo como amônia verde; o estudo de segurança e risco do vazamento do hidrogênio líquido; a eficiência energética na conversão da amônia. Eu também levo para a questão de pesquisas nas células combustíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são inúmeras oportunidades que existem, e a academia está aí para dar essa resposta – e digo mais, eu acho que a gente hoje tem potencial, professores, pesquisadores, cientistas capazes de dar essa resposta à sociedade.

O hidrogênio verde, no movimento de transformação energética mundial, deve ser cada vez mais elucidado. Portanto, a gente precisa desse constante mapeamento e incentivo de fomento às redes de PDI que englobam a cadeia produtiva do hidrogênio, desde a sua produção ao transporte, armazenamento e uso do hidrogênio. Então, a gente coloca aqui a questão do investimento em pesquisa que precisa ser colocada e a questão da capacitação de novos profissionais.

Oportunidades de pesquisas a gente tem inúmeras, tanto na produção e na geração renovável quanto no transporte, no armazenamento e no uso; a questão da logística de como isso é feito.

Hoje, a gente também faz trabalho sobre análise de viabilidade econômica, análise de viabilidade financeira... (*Pausa.*)

Exemplos de aplicações do hidrogênio. A gente tem ali a indústria.

Eu não estou conseguindo ver muito bem, mas vamos...

Espera aí. (*Pausa.*)

A questão da indústria, a questão do refino, a questão dos combustíveis e da geração de energia.

E aí a gente vê a grande aplicação que a gente tem do hidrogênio, desde a síntese de produtos químicos, refino do óleo, produção de combustíveis e biocombustíveis, a geração de energia elétrica.

Dessa forma, tendo em vista o poder do hidrogênio ecologicamente correto e seus derivados para descarbonização, ele é o grande responsável, grande contribuição para essa descarbonização e transição energética da economia, que pode ser utilizada para fortalecer o mercado desse hidrogênio e que a gente pode ter aplicações diretas e indiretas.

E a tecnologia *Power-to-X*, que é produzir aí o hidrogênio para o modal rodoviário, movido a célula a combustível, ou querosene para o modal aeroviário, com baixo impacto ambiental. São diversos meios de desenvolver trabalhos e pesquisas. E pode permitir a integração da energia renovável com setores consumidores de energia que contribuem significativamente para a economia mundial, como transporte, manufatura, produtos químicos, agricultura.

Converter o excedente de energia gerado a partir de fontes renováveis em outra forma armazenável. O hidrogênio aí seguindo como um vetor energético.

No centro das tecnologias *Power-to-X* renováveis está a eletrólise. Também tem pesquisas a serem desenvolvidas em cima disso. Processo no qual a eletricidade advinda de fontes como eólica ou solar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser convertida no hidrogênio verde e ser utilizado em processos secundários de conversão nos mais diversos produtos, como o aço verde, a amônia, o metanol e combustíveis.

E aí, só para conhecimento, o *Power-to-X*, esse X aí é que é responsável pela identificação da forma de energia, pode ser o gás, o calor, o líquido, combustível, química ou a amônia. Só para entender o *Power-to-X*.

Eu coloquei essa imagem, que eu acho ela bem interessante. Ela mostra aí tanto a produção de hidrogênio verde, onde ele pode vir, e os inúmeros setores em que ele pode ser utilizado e pode ser aplicado. E aí você imagina que para cada um desse setor vai aparecer uma novidade. E aí vem a pesquisa e vem a academia para contribuir, para desenvolver as novas tecnologias necessárias.

Coloquei também aqui exemplos de algumas aplicações do hidrogênio. O gás, a aplicação dele na indústria; células a combustível, indústria, transporte e construção civil; o armazenamento na rede elétrica; combustíveis sintéticos, nos transportes; na produção de amônia, indústria química, hidrogenação de óleo vegetal na indústria de alimentos, a produção do metanol na indústria química, a redução direta do minério de ferro na siderurgia.

E os pilares. Eu acho que são três pilares muito importantes. O primeiro que eu falei, que é a academia, indústria, governo e sociedade. E a academia está para dar essa resposta. Aqui, ela vem com as novas tecnologias. E o outro pilar de toda a cadeia do hidrogênio, desde a produção, a infraestrutura e seu uso. E cada um desses pilares, cada uma dessas fases ainda é muito nova e precisa ainda muito ser desvendada. Existem inúmeras pesquisas a serem desenvolvidas, inúmeras coisas ainda a serem descobertas.

E aí, como política para incentivo ao consumo de hidrogênio verde, uma estratégia governamental específica para o hidrogênio verde. E a gente falou aqui hoje, já se falou aqui da questão de que aqui, no Ceará, a gente tem no Nordeste essa riqueza de eólica, essa riqueza de solar, para a gente ter essa produção do hidrogênio.

E tudo isso... Acho que a gente precisa correr com isso para que outro não passe na nossa frente. Precisamos de estratégia governamental que norteie e contemple iniciativas para que o avanço do mercado de hidrogênio verde não corra em ritmo lento e sua abrangência não fique limitada a projetos de menor escala, locais ou regionais, compreendendo o eficiente aproveitamento das oportunidades que se apresentam.

Falo em menor escala. Por exemplo, hoje, na universidade, a gente trabalha com TRLs, que é como a gente designa a maturidade tecnológica, de 5, 4, mas a gente já tem, dentro do nosso laboratório, projetos com TRLs maiores, de 7, 9. Aqui é quando você vai para a empresa e acompanha na empresa já o projeto para ser implementado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise de custo, implementação e criação de infraestrutura ganham escala. Políticas de incentivo bem desenhadas e com planos de metas bem fundamentados para gerar a expansão necessária para o hidrogênio se beneficiar dos ganhos de escala que o tornarão mais atrativo economicamente. Os investimentos relacionados à cadeia de produção de hidrogênio e seus usos podem se reverter na geração de emprego e renda no país e estados.

O Nordeste tem uma concentração de pobreza, mas se destaca por sua geração eólica e solar, grande promissora dessa natureza.

Também vou colocar aqui o projeto que hoje nós temos no laboratório, que é desenvolvido junto com a GIZ, até o Hugo falou da GIZ. Você tem esgoto, usa força solar e faz a geração do hidrogênio. O uso do hidrogênio permite a descarbonização desses setores, transporte, indústria química, residencial, bem como a geração de matéria limpa para a indústria, como é exemplo o setor de cirurgia, entre outros.

Então a academia está mostrando aqui os diversos projetos, os diversos setores em que pode ser aplicada, a questão de que precisa de projetos de P&D para que se desenvolvam as tecnologias que estão vindo por aí e que serão necessárias para a implementação e o consumo desse hidrogênio verde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Dra. Carla Andrade.

Passamos, na sequência, ao penúltimo deste painel técnico, o Prof. Dr. Edílson Mineiro Sá Júnior, que é graduado e mestrado no curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Ceará e tem doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *campus* de Sobral e participante da comissão elaboradora do Curso de Especialização em Hidrogênio Verde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Professor Regular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Federal do Ceará, *campus* de Sobral.

Dr. Edílson Mineiro Sá Júnior.

O SR. EDÍLSON MINEIRO SÁ JÚNIOR – Enquanto aguardo a exposição da apresentação, cumprimento a mesa na pessoa do nosso Senador lá de Sobral...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Conterrâneo!

O SR. EDÍLSON MINEIRO SÁ JÚNIOR (Para expor.) – Bom, para começar a discussão, a gente tem que falar um pouquinho sobre a emissão de gases de efeito estufa. A gente vê todo esse problema do aquecimento global e, desde o Protocolo de Quioto até a COP 26, se tem a preocupação de reduzir essas emissões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se vê o mundo como um todo, a gente vê que o grande problema é o consumo de energia. Entretanto, o Brasil é diferente, a nossa matriz é muito limpa.

Mais de 85% da nossa matriz é baseada em energia renovável, o que já difere do resto do mundo.

Entretanto, onde é que estão os nossos pontos críticos de emissões? Principalmente a agricultura, tá? Então, aí a gente começa a pensar. Então a gente já tem, se for pensar no Brasil, que pensar de uma forma diferente.

E aí, como já se falou, temos amônia, a possibilidade de tornar essa área agora mais verde, gerando amônia verde. Por quê? Porque ela é a base para fertilizantes, não é? E se a gente pensar um pouquinho aqui no Nordeste, no próprio Ceará, a gente tem Santa Quitéria, é lá que já tem o fosfato, e na Bahia, tem o potássio. Então o nitrogênio oriundo do hidrogênio verde, juntando com esses elementos que nós temos aqui no Nordeste como um todo, a gente já pode potencializar e produzir diretamente esse adubo verde. Então já tem um diferencial.

A gente tem problemas também na área de florestas. A gente viu, queimadas também têm uma emissão. A gente tem que realmente... Aí vem toda a questão de regulamentação, para a gente ter cuidado nesse sentido.

Logo em seguida, também vem a questão de transporte, não é? Infelizmente a gente adotou, no Brasil, não o uso de trens, mas caminhões, e isso criou uma dificuldade. Por quê? Há necessidade de eletrificação do nosso transporte, tá?

E aí vem, mas por que se falar em hidrogênio, por que não falar em, por exemplo, usar, em tudo, baterias? Aí tem mais um detalhe, que o professor não comentou, que é o problema da bateria em caminhões. Se você fixar uma alta autonomia, como é que você vai colocar uma bateria no caminhão, em que vai ter que agora parar esse caminhão para dar uma recarga também? Diferentemente, com o hidrogênio, eu vou lá e, em poucos minutos, já faço essa recarga.

Então o hidrogênio tem essa possibilidade. Carros pequenos? Não, elétricos, concordo. Mas aí, quando a gente vai para utilitários e já vai para caminhões, o hidrogênio é a solução. Por isso, toda essa preocupação com a sua utilização.

Eu não posso deixar de falar desse gráfico, porque grande parte do nosso hidrogênio vem do gás natural. Também isso gera um problema, porque não se faz a captura desse carbono tendo uma liberação de carbono. E isso é preocupante.

Quanto a isso, não é que até, todo mundo fica dizendo, não, é que em 2050, a gente vai deixar de usar o petróleo. Não vai. Mas a ideia agora é, por exemplo, com o gás natural, você fazer essa captura desse carbono, e aí, consequentemente, ter um hidrogênio, não verde, mas o hidrogênio azul. Então a gente vai ter essa dependência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E quando se tem essa preocupação, como é que fica? (*Pausa.*)

O SR. EDÍLSON MINEIRO SÁ JÚNIOR – Pronto.

E aí, como é que fica a produção desse hidrogênio tão necessário? Bom, primeiro, como eu já falei, o hidrogênio pode vir de fontes fósseis. Quando nós pensamos em energias renováveis, podemos também usar biomassa, tá? O nosso hidrogênio que a gente caracteriza como verde é a partir da quebra da água, no caso, utilizando a eletrólise

E tem três tecnologias básicas para isso: a alcalina, a PEM, que é outro tipo de eletrolisador, e de óxido sólido.

O Brasil tem grandes diferenças. Por exemplo, nós temos a Região lá do Sul, onde a biomassa pode ser utilizada, mas aqui no Nordeste, como já foi dito aqui, a gente tem uma grande capacidade de energias renováveis, o que se traduz em grande possibilidade para uso e obtenção desse hidrogênio verde.

E aqui apenas alguns dados que eu peguei da Agência Internacional de Energia. Se a gente for olhar, agora, como é que está esse mercado, se a gente pensar em 2023, agora que a gente tem 5 gigas, um pouco mais de 5 gigawatts de eletrolisadores instalados.

Daqui a...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Isso são dados Brasil ou mundial?

O SR. EDÍLSON MINEIRO SÁ JÚNIOR – Mundial.

Então, olha a diferença. Em 2030, eu teria que ter de 54 a 90 mil gigas... Desculpe, megas, já, de 45 a 90GW para termos uma descarbonização, pensando em, em 2050, você ter *net zero*. Só que, em 2050, já teria que se ter uma potência de 720GW.

Então, é um crescimento e vai haver uma necessidade, também, de se ter eletrolisadores. E aí, até, a importância, talvez, de a gente pensar, no Nordeste, em trazer fábricas de eletrolisadores em virtude da necessidade desse crescimento. E, em contrapartida, sempre se preocupando com a capacitação e em deixar tecnologia aqui no nosso país.

Já se falou um pouco, eu vou falar, rapidamente, mas, no mundo, aí está, mais ou menos, quanto seria o custo da energia. E aí você vê que, realmente, o Brasil e aquela região do Nordeste têm uma possibilidade, realmente, de produção. E aí entra até o que já foi discutido aqui também, que foi a invasão da Ucrânia pela Rússia. Até então, o custo era o mais importante e, agora, preocupa-se não só com o custo, mas também em se ter um país amigo para poder não ter problemas no futuro. E o Ceará, como já foi dito, se destaca.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa integração? Bom, é interessante, porque aí você tem que ter o quê? A partir da energia renovável, tem a produção do hidrogênio verde e aí tem formas de se exportar. Tem-se, por exemplo, os líquidos orgânicos, transportadores de hidrogênio. Isso é interessante, porque você pode usar navios que são, já, utilizados pelo petróleo – então, isso reduz muito o custo –, o hidrogênio líquido e na sua forma de amônia.

E aí, para armazenar e para o uso, podemos usar desde a parte de alimentos, produção de vidro, metais e amônia. E também tem grandes potenciais aí tanto na mobilidade, como também na energia como um todo, tornando a nossa matriz mais segura.

Aí só, rapidamente, passar.

Essa é a sinergia em que a gente pensa, de se ter uma integração. Então, você vai, desde essa produção, e aí, a partir do hidrogênio, começa a ter os combustíveis sintéticos. E aí, indo para aviação, navios e para todos, trens, principalmente, e utilitários e caminhões. Então, ele tem uma grande capacidade para essa utilização.

Aqui, mais detalhes dos produtos, porque, agora, quando a gente fala em energia renovável, a gente não pode se esquecer das hidrelétricas. Também a hidrelétrica entra como uma fonte renovável, e, aí, a gente começa, agora, a se preocupar com o quê? Com a captura do dióxido de carbono, que pode entrar em reações e eu ter, agora, o metanol; do ar, tirar o nitrogênio para ter amônia; e aí ter uma série de produtos derivados a partir desse hidrogênio.

Eu trouxe aqui o eslaide "H₂ – o seu uso", porque a gente pode utilizar para armazenar energia. Como? Produzo, via eletrólise, o hidrogênio e, quando, por exemplo, se tiver aqui um impacto nas renováveis, se eu não tiver sol nem vento, o hidrogênio pode ser utilizado para gerar, injetando novamente na rede. Eu posso também provocar a combustão desse hidrogênio em motores específicos que tenham também elevado rendimento, o que possibilita também você estar utilizando, inclusive, hidrogênio com baixa pureza. Como assim? O hidrogênio que hoje, no eletrolisador, roda numa célula combustível tem 99,9999% de pureza. E isso gera um problema. Aquele pequeno produtor de hidrogênio vai ter um problema, porque ele não vai conseguir controlar e ter aquele hidrogênio de tão alta pureza. Então, essas novas tecnologias aí vão permitir... A Toyota, por exemplo, está investindo no motor a combustão para isso. Então, essas tecnologias também podem modificar todo esse cenário e a necessidade dessa impureza tão alta. E, ainda, tanto se usa para aquecimento, como refino de metal, a amônia, como eu já falei, e aí, também, o refino de petróleo, que é muito importante.

Aqui, uma lista, a partir do hidrogênio, de compostos que eu posso formar. Então, na indústria química, também tem uma grande aplicação e, aí, possibilita a sua substituição... Aliás, não a sua substituição, mas a substituição do petróleo pelo hidrogênio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, alguns dados importantes. Eu vou me deter, dado o tempo, no eletrolisador e a gente pensar principalmente no consumo de água, tá?

Para um quilo de hidrogênio, eu preciso de 10 litros de água desmineralizada. Com eficiência, se você pensar no sistema de osmose reversa, vai ser em torno de 75%, tá? Isso quer dizer que, nos eletrolisadores, se a gente pensar em 20GW, seriam necessários 1,33m³/s de água, em números. Para esses 20GW já é uma quantidade enorme de eletrolisadores. Pensando nesse número, o Ceará, por exemplo, tem a possibilidade, logo de início, de fornecer 1m³/s de água de reuso, podendo chegar até 3m³/s de água.

E qual o impacto disso? É porque, realmente, os eletrolisadores não vão trazer impacto na nossa água. Eu até estava comentando com algumas pessoas que, na realidade, isso pode até se inverter. Como assim? À medida em que aumentar o uso dos eletrolisadores e essas potências forem subindo, o que que vai acontecer? Vai ser necessário dessalinizar água do mar? Sim, mas, à medida em que você tenha dessalinizadores de maior porte, isso vai possibilitar o quê? Economia de escala e, principalmente, a recuperação de energia, que, na maioria dos projetos hoje, quando você tem todo aquele expurgo de sal, aquela pressão, aquela é uma energia perdida. Em grandes sistemas, você usa formas de recuperar essa energia, reduzindo o custo.

Em resumo, os eletrolisadores não vão impactar em falta de água; na realidade, eles vão possibilitar a redução do custo, e, no futuro, quando a gente precisar desmineralizar a água do mar, a gente vai ter um custo reduzido. Então, tem esse fator positivo que pouco é discutido.

Na eletrólise, a ideia é bem simples: você tem uma energia renovável, tem um transformador e um retificador, alimentado por corrente contínua. Temos três tecnologias básicas quando dizemos eletrolisadores de baixa temperatura e uma que está ainda em ascensão que é a eletrólise de alta temperatura. Quando a gente vai pensar na eficiência dos eletrolisadores, eles ficam na faixa de 60% a 80%.

Aqui, há algumas tecnologias – dado o tempo, eu não vou me aprofundar sobre elas –, mas temos uma disputa, digamos assim, entre as duas formas mais utilizadas, o eletrolisador tipo alcalino e o do tipo PEM. Têm características distintas: a alcalina funciona com potência mais constante, e a PEM pode ter variações de potência. O que isso impacta? Aí, sim. Quando você usa energias renováveis, elas são intermitentes. Então, naturalmente, se pensa em usar mais a PEM, só que é uma tecnologia mais utilizada na Europa, e a alcalina é algo que já está com custo reduzido, mas é uma tecnologia que quem mais fabrica são os chineses. Então, existe uma disputa, e você vê até essas disputas nas próprias especificações que a gente tem lá na classificação do hidrogênio verde, como é no mercado europeu. Então, a gente tem que ter cuidado quando for pensar nas tecnologias utilizadas aqui no Brasil e talvez até separar o que é que vai ser exportado e o que é que vai ficar no nosso mercado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, é apenas uma imagem de um eletrolisador. Notem que a gente tem que ter todo um controle de todo esse processo. A gente vai desde a parte de necessitar entender a engenharia química a entender a parte da engenharia elétrica e mecânica também; então, isso envolve várias áreas de atuação. Tem que ter uma certa preocupação com isso. *(Pausa.)*

Desculpem, mas é porque aqui de vez em quando para.

E aí tem que ter um cuidado. Por quê? Na Europa, a gente tem uma definição que é a garantia de origem. Lá, para produzir o hidrogênio considerado como verde, isso é a partir de energias renováveis; você tem que ter uma certificação de garantia de origem dessa energia renovável para entrar no eletrolisador e, consequentemente, saber a produção desse eletrolisador; e aí leva aquele carimbo de hidrogênio verde. Por que esse cuidado? Por exemplo, eu posso usar biogás, é considerado como verde, mas, se eu usar o biogás, queimar, gerar energia e usar o eletrolisador, eu gero hidrogênio verde; agora, se eu pegar o biogás, fazer uma reforma nele e gerar o hidrogênio, ele não é considerado como hidrogênio verde. Então, a gente tem que ter essa maleabilidade do que vai exportar e do que vai ficar no nosso país.

Essa imagem de origem da energia foi a partir da discussão com o Joaquim Rolim, o Prof. Picanço, o Prof. Fernando; a gente está fazendo um projeto há algum tempo. Temos que ter uma certa preocupação, porque a gente vai usar o nosso sistema interligado nacional, onde a gente vai ter aerogeradores *onshore*, *offshore*, sistemas fotovoltaicos e também as hidrelétricas, que entram como energia renovável. Qual é o impacto disso? O impacto é porque agora, como eu tenho as renováveis, aí falando da eólica e da fotovoltaica, que são intermitentes, eu posso usar, inclusive, uma hidrelétrica como lastro, isto é, quando estou à noite, não tenho sol, o vento reduziu, eu posso até utilizar essa hidrelétrica como lastro. Isso é importante. É bom ficar atento a isso. Isso é ligado no nosso sistema. Então, não é só o Ceará que vai crescer, a gente vai ter no país como um todo. Afinal, o nosso sistema é enorme, você pode estar produzindo no local e estar aproveitando essa energia em outro.

Isso impacta em quê? Quando você ligar lá o eletrolisador, você vai ter que ter a sua dessalinização por energia renovável, não é só o eletrolisador, a energia do eletrolisador para gerar esse hidrogênio como verde; você vai ter que ter o próprio eletrolisador e ainda todo o sistema de bombeamento e conversão para transporte. Então, tudo isso, toda essa energia vai ter que ser verde e isso gera um grande problema. E aí é que geram as diferenças, porque nós temos a necessidade de usar acumuladores, baterias. E aí é que é o tal problema: o custo é alto, isso pode trazer elevação do custo. Só que, na nossa matriz, se a gente tiver o recurso das hidrelétricas, a gente pode amenizar esse problema reduzindo bastante o custo desse hidrogênio.

E aí é para mostrar o que nós estamos fazendo. Eu, como professor do instituto, estou preocupado, porque para tudo isso a gente tem que ter formação. Afinal, ninguém quer simplesmente trazer mão de obra lá de fora, jogar todos os nossos recursos e, no final, acabar ficando com subempregos, digamos assim. Nesse conceito de capacitação, o instituto está promovendo cursos de especialização em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrogênio verde, em parceria com a GIZ e com a própria EDP. O interessante é que há vários professores que, inclusive, foram professores para cursos que a GIZ ministrou junto com o Ministério de Minas e Energia, alguns desses professores foram professores desse curso. Então, a ideia é ter uma formação agora já para ter especialistas para que possam ser jogados agora no mercado. É muito importante essa questão da mão de obra.

Mostro aqui que também temos uma unidade, como já foi falado aqui, no Pecém, onde temos um laboratório multiusuário. Lá também estamos vendo a necessidade de uma planta de hidrogênio, mas em nível de laboratório. Para quê? Para capacitar e aí ter pessoas preparadas para esse mercado. E a gente está aqui pertinho, em Pecém.

Aqui já mostro Sobral. Por que estou mostrando Sobral? Porque há o laboratório que nós temos lá de eletrônica de potência e energias renováveis. Como eu falei anteriormente, aqui não vai só crescer o Pecém, não é só o Ceará; você vai ter que ter energias renováveis em vários estados, interligando do nosso sistema e fornecendo energia para a rede. Então, vai dar um crescimento enorme na geração. Consequentemente, estamos preparando pessoas. Temos o laboratório que agora está voltando o nosso curso de Mecatrônica, que era tecnólogo, e está colocando o curso de Engenharia de Controle e Automação com foco em energias renováveis também, justamente pensando na inserção desses eletrolisadores e na necessidade de pessoas com essa característica.

Outro detalhe também é que o instituto como um todo contém vários *campi*, o que possibilita a gente levar esses conceitos, esses cursos para várias regiões onde a gente vai ter sistemas, expansão de sistemas fotovoltaicos e eólicos.

Aqui são imagens de alguns detalhes que nós fazemos, desde análise de termografia até eletroluminescência. Então, temos cursos bem completos nessa área fotovoltaica.

Eu agradeço novamente o convite.

Aproveito aqui para fazer um convite ao nosso Senador lá de Sobral para conhecer o nosso curso de Engenharia de Controle e Automação focado nessa ideia do hidrogênio verde. Passo o convite para que haja possibilidade na sua agenda de ir nos prestigiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ouviremos agora, agradecendo a participação do Edílson e o convite, Fernando Antunes, Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Engenharia Elétrica pela USP, Ph.D. pela Loughborough University of Technology, na Inglaterra – gostaram do inglês de Sobral? –, Professor Titular do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Ceará e Cientista Chefe de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia do Programa Ciência e Inovação em Políticas Públicas da Funcap e bolsista de produtividade do CNPq.

Dr. Fernando Antunes.

O SR. FERNANDO ANTUNES (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela apresentação.

Eu queria cumprimentar a mesa, mesmo com a dificuldade de cumprimentar uma mesa com tantos políticos... Eu queria cumprimentar o Governador, dizendo que tenho o prazer de estar presente aqui neste momento, o Governador Elmano de Freitas. E também não posso deixar de cumprimentar o anfitrião que é o meu amigo Hugo Figueiredo, a gente já se conhece de longas datas. Então, eu cumprimento a mesa na pessoa do Senador, do Governador e do Hugo Figueiredo.

Pessoal, eu queria falar um pouco sobre políticas para o hidrogênio verde e sobre o ganho de escala da tecnologia.

Esta foi a apresentação que eu preparei. E vou tentar fazer uma apresentação rápida até em função do que já foi falado pelo André, pela Carla e pelo próprio Edílson Mineiro. Eu queria aqui apresentar... O controle está comigo.

Sobre as propriedades do hidrogênio, já foram mencionadas aqui várias propriedades do hidrogênio, e eu só gostaria aqui de levantar...

Por favor, o apontador. Eu não fiz o dever de casa direito, não vi o meu apontador. *(Pausa.)*

Então, vou deixar para lá.

Vamos falar da questão do hidrogênio, das propriedades do hidrogênio.

Já foi mencionado aqui – eu não vou discorrer sobre esta tabela, a gente coloca aí até para despertar uma discussão – que o hidrogênio, por ser um gás, é um gás mais leve, como já foi mencionado aqui pelo Prof. André Bueno. Então, a gente observa que 1kg de hidrogênio, nas condições normais, como nós estamos aqui, no nosso ambiente, vai ocupar 11 mil m³. É uma área enorme. E você poderia, talvez, acumular isso aí em um litro, se fosse com a compressão, mas nós temos os problemas relacionados ao hidrogênio. E eu passaria aqui para...

Eu não aprendi o dever de casa ainda... *(Pausa.)*

Está bem. Eu ainda não descobri qual eu vou ter que apertar, tem quatro terminais aqui.

Em relação aos fatos do hidrogênio, eu ressaltaria aqui um ponto muito importante. Só nessa tabela aí, eu ressaltaria um ponto, que é... *(Pausa.)*

Não consigo. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou indo para a frente. Deixe-me retornar aqui.

Eu queria só ressaltar um ponto aqui. A gente observa a quantidade de energia que existe em 1kg de hidrogênio. É muito maior do que a quantidade de energia que existe em 1kg, vamos chamar assim, de gasolina. Vamos fazer uma comparação com a gasolina. Se eu fosse utilizar os dois de forma líquida, enquanto o hidrogênio tem 33kWh... Eu gosto muito do termo quilowatt-hora, porque energia eu posso representar em quilowatt-hora ou em joule, é indiferente, mas em joule eu não pago e em quilowatt-hora eu pago. Então, eu preciso segurar o meu quilowatt-hora. Então, a gente observa que a quantidade de energia que contém em 1kg de hidrogênio é bem maior do que em 1kg de gasolina ou em 1 litro de gasolina. A gente vê aqui todos esses valores aí.

Eu vou passar para frente.

A gente observa hoje... Eu aproveitei aqui a última reunião lá da Câmara Setorial de Energias, dirigida brilhantemente pelo Joaquim Rolim; eu aproveitei algumas informações que foram dadas lá para transmitir... Por exemplo, no dia 2 de junho, nós tivemos um recorde de produção da micro e minigeração distribuída; no dia 2 de junho também, no mesmo dia, a gente teve um recorde de produção de energia solar, que representou 27% da carga do sistema interligado nacional. É uma carga enorme isso aí. É uma quantidade de energia enorme.

Quando a gente vai para outras fontes, a gente observa que nós temos 869 parques eólicos, se não tivermos um pouco mais, e mais de 9,7 mil geradores em operação, com uma potência instalada de 24GW – isso só na energia eólica.

A gente observa também que o Governo – foi anunciado isso aqui pelo Vice-Presidente Alckmin, na qualidade de Ministro do Desenvolvimento e Comércio – está estudando a possibilidade de concluir o projeto sobre a lei do mercado de carbono. Isso aí vai dar um potencial aumento de cerca de 5% do PIB. Então, a gente olha esses números...

A gente olha outra coisa aí, para terminar aqui: a GD tem 21GW instalados em todo o Brasil, e nós temos parques solares centralizados de 9,5GW.

Quando a gente soma a eólica – isso só a eólica *offshore* – e a solar, a gente vê o potencial disso aí que está acontecendo no Brasil, principalmente no Nordeste; ele é, principalmente, no Nordeste.

Aí a gente vai agora para *offshore*, que aí são projetos em aprovação no Ibama ainda, e a gente vê outro potencial do Nordeste. O Presidente falou que a quantidade – inclusive, o número dele está um pouco diferente do meu, mas isso são projetos – de produção de energia soma 137GW; eu acredito que no meu está em 183GW. Então, há essa quantidade de projetos. A gente vê que o sistema elétrico nacional consome hoje cerca de 190GW da produção de energia elétrica, e só as eólicas *offshore* produzem 183GW, quer dizer, é muita energia. E nós temos que administrar o excesso de energia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fazer com esse excesso? A resposta já está sendo dada, que é o motivo desta audiência: é utilizá-lo no hidrogênio verde. Há uma grande possibilidade de os parques *offshore* serem usados na produção de hidrogênio verde. É claro que eles têm que ser interligados ao Sistema Interligado Nacional, mas há essa grande chance de usar o excesso no hidrogênio verde.

Aqui, eu destaquei o Nordeste, porque não deixa de ser uma oportunidade para o Nordeste. Logicamente, como nós estamos no Ceará, eu destaquei o Ceará, que é mais visto, mas é uma oportunidade, pela quantidade de parques eólicos *offshore* que a gente pode ver aí nessa figura, para o Nordeste, porque a grande maioria vem do Nordeste. Tem alguns no Rio de Janeiro, tem alguns no sul do Brasil, mas é no Nordeste onde os parques eólicos *offshore* estão se estabelecendo.

A gente olha agora os custos, a gente vai vendo-os. A gente observa, em 2019, no primeiro gráfico, à esquerda, esse custo; atualmente, a obtenção do hidrogênio pela reforma do metano ainda é a mais barata. Como nós vemos ali, o hidrogênio verde ainda está bem mais caro, isso, em 2019 – essa foi a referência mais atual que eu encontrei; tentei pegar algo de agora, mas eu não consegui. Quando a gente vai para 2050... Até 2030, o preço do hidrogênio verde já está bem mais baixo, e, em 2050, o preço fica abaixo de US\$1 por quilo. Então, isso é uma vantagem muito grande; ou seja, no futuro, estará vindo o hidrogênio verde para a produção de... Eu ia dizer para a produção de energia elétrica, mas pode ser para muita coisa.

Se a gente olha e analisa aqui a questão da eletrólise, que foi mencionada muito bem pelo Prof. Edilson, a gente vê hoje que os custos para obter o hidrogênio, através da eletrólise, atualmente estão em torno de US\$6 por quilo, mas, se a gente analisar, em 2030, a gente vai encontrá-lo, provavelmente – é uma visão de expectativa –, por cerca de US\$2,6 por quilo, para a produção do quilo, a produção de hidrogênio. A gente observa que há ali uma grande influência na queda dos custos da energia *offshore*. Então, a gente observa muito esse ponto.

E a gente olha... Uma das perguntas feitas nas discussões que nós tínhamos sobre o que apresentar, nas discussões, o que a gente observa na energia, é que nós administramos o excesso. Nós temos a oportunidade... Pode parecer algo... Inclusive a Presidente da ABEEólica, Elbia Gannoum, sempre fala na questão da administração do excesso, e, quando a gente analisa... Nós temos cerca de 183 projetos em parques *offshore*, até analisados pelo Ibama, temos um potencial de 700GW só de *offshore*, dado pela EPM. A gente analisa todos esses dados e, isso aí, é uma chance que o Brasil tem e nós não podemos perder.

Eu estava ali conversando com o Secretário Adão e uma das coisas que o Brasil não pode perder é a questão da regulamentação, muito bem colocada pelo Presidente Ricardo Cavalcante.

A regulamentação é essencial, porque sem regra ninguém vai aplicar. Então, nós temos que ter uma regulamentação, eu diria assim, pelo menos com um ano e meio, como o Senador aqui colocou,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós temos muito o que aproveitar. E o hidrogênio, o hidrogênio verde, é uma tecnologia que vai tirar...

Nós vamos ter muitas vantagens no uso do hidrogênio verde. Primeiro, eu acho que o que foi colocado por uma das audiências públicas lá na Assembleia Legislativa, o que o ex-Deputado Eudoro Santana colocou, é algo muito importante – ele foi até mencionado aqui pelo Presidente da Assembleia Evandro Leitão –, a importância de se ter e se fazer com que esse... E também o Presidente Ricardo Cavalcante mencionou, esse dinheiro, o resultado do hidrogênio, ir para o grande público, não ser só para nós, vamos chamar assim, pois, no fundo, nós pertencemos a uma classe mais privilegiada no Brasil. Então, que não seja só para nós, mas seja para toda a população, principalmente do Ceará, onde a gente tem uma população, acho que 62% da população, que vive no nível de pobreza. Então, é algo que a gente não pode deixar de estar atento a esses pontos.

E, logicamente, eu não vou estar aqui falando para demorar muito mais, no meu tempo.

Então, nós temos vários desafios a vencer. Por exemplo, foi colocado muito bem aqui pelo André, pela Fernanda, desculpem-me, pela Carla e pelo Edilson: quais são os desafios que nós temos a vencer? Nós temos vários. Primeiro, nós temos que a produção de hidrogênio, para exportação, tem que ter vários pontos que precisam ser avaliados dessa exportação de hidrogênio, como, por exemplo, economia de escala, questão de transporte, como é que nós vamos transportar esse hidrogênio líquido ou se ele vai ser em gás. Isso tudo... Claro que aí já tem todas as instruções em torno disso, eu não vou tomar muito tempo aqui, não vou tomar o nosso tempo como um todo.

No mercado, aqui no Brasil, é muito importante, no próprio mercado interno, a gente produzir esse hidrogênio e utilizar onde, hoje, principalmente na Região Amazônica, é o que vem à minha cabeça, onde a produção de energia elétrica é dada por combustíveis fósseis.

Outro ponto importante – e foi mencionado aqui até pelo André Bueno – é que, na queima do hidrogênio, eu estou falando queima mesmo, é tocar fogo no hidrogênio, porque há uma... Nós vamos falar rapidamente sobre a célula combustível. Normalmente, você usar o processo químico de obtenção da energia elétrica do hidrogênio através da célula combustível é muito mais eficiente do que queimá-lo; porém, a queima do hidrogênio associada... É possível usar o hidrogênio queimando e aproveitar a baixa produção e o ganho de escala que se tem associando o hidrogênio a um processo térmico; o rendimento fica equivalente ao de uma célula combustível. Então, é possível se queimar, mas é um assunto que a gente pode conversar mais à frente. E, na mobilidade elétrica, pelo uso da célula combustível. Então, a célula combustível é algo muito forte, e foi colocado aqui.

E um outro ponto que eu queria ressaltar é que o Ceará, pela primeira vez – o Secretário Adão pode até me corrigir, mas eu acho que é isso mesmo –, foi mencionado claramente no Plano Decenal de Expansão de Energia quanto as linhas aí, que eu não vou colocar, porque já é algo bem conhecido de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós, e quanto às necessidades que se tem de expansão do sistema elétrico justamente por causa das renováveis.

Nessas renováveis, a gente passa a ter um ponto muito importante: aquela linha, a que vai de Quixadá para Teresina, passando por Crateús, tem importância fundamental, principalmente para um projeto na Seinfra. Eu estou como cientista chefe lá no programa da Funcap do Governo do estado. Dentro do Programa Cientista Chefe, a gente tem discutido muito o programa Renda do Sol. Eu não vou explicar aqui muito o que ele é, em função até do nosso tempo, mas o Renda do Sol é um projeto em que é como se as pessoas plantassem o sol, e do sol elas obtivessem o seu rendimento. Então, é possível fazer uma colocação sobre o Renda do Sol depois; e o Secretário Adão é excelente para falar sobre o ele.

Então, esse Renda do Sol é um programa que vai levar o que muito se mencionou aqui que é não só uma ajuda às pessoas do campo, mas levar-lhes uma condição de sobrevivência; o Renda do Sol vai permitir esse ponto.

Eu queria só destacar aqui, até porque como professor eu estou orientando um aluno, que é o Gabriel – ele trabalha na Seinfra –, no desenvolvimento de um sistema agrofotovoltaico para ser utilizado no Renda do Sol. Então, eu aproveitei e coloquei a dissertação do Gabriel – e ele vai defendê-la daqui a uns dois meses – como referência. Dentro desse programa, há o projeto de se desenvolver um sistema, e, nesse sistema, a gente possa produzir energia elétrica, logicamente, através da conversão fotovoltaica – no caso específico dele, muda: possa produzir para a agricultura – e possa também armazenar água, que é um caso bem específico aqui do Nordeste do Brasil.

Então, eu deixaria só para a gente... Os meus contatos vão ficar aqui, e quem quiser discutir depois, a gente pode conversar sobre esse ponto.

No acordo que nós quatro fizemos, eu falaria sobre a célula combustível, mas, depois, eu disse: "No auditório lá, será que o pessoal vai ter interesse em ouvir sobre a célula combustível?" Eu disse: não, eu vou mudar, fiz essa introdução, mas eu não podia deixar de falar, já que tinha um acordo. Então, na verdade, uma célula combustível é um dispositivo que converte energia química de um combustível – pode ser qualquer combustível, não precisa ser só o hidrogênio – via uma reação eletroquímica. Aí tem a reação da célula combustível, e o que é muito importante: a célula combustível, dentro da descarbonização, produz energia elétrica, eletricidade, água e calor. Não tem CO₂ aí no pedaço, não tem o vilão – vamos classificar dessa maneira.

Aí tem as vantagens e as desvantagens da célula combustível, mas eu queria observar apenas uma desvantagem. Se a gente analisa essas cinco desvantagens que eu coloquei aí, só a primeira, que no fundo é mesmo a desvantagem, que é porque a célula combustível usa catalisadores – depois a gente pode ver o que é isso, mas não agora. Ela usa catalisadores, como a platina, que é um material muito caro, então, por conta disso, foi mencionada pelo Edilson necessidade de a célula combustível ter um hidrogênio de alta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pureza, por conta desses catalisadores. Há um projeto também lá da UFC, que envolve o pessoal da Química, da Engenharia Química e do Departamento de Engenharia Elétrica, que é justamente o desenvolvimento de novos catalisadores para substituir das células combustíveis nos eletrolisadores.

Eu já estou encerrando a minha apresentação.

Eu gosto dessa apresentação, dessa foto, na verdade, porque aí a gente observa o seguinte: caso haja um acidente, um acidente de um carro, eu já vi a pergunta: "Eu estou com três tubos de hidrogênio atrás de mim, será que isso aí não perigoso?" Claro, acidente é acidente, mas aí a gente pode observar que, caso haja um vazamento de hidrogênio, a chama é para cima, enquanto que na gasolina a chama vai ficar em torno da gente mesmo. Então o hidrogênio, sob esse ponto, ele tem essa vantagem.

Para concluir mesmo aqui, eu queria falar só um pouco lá do laboratório. Eu até vinha de paletó, mas eu disse: vou tirar porque eu quero fazer propaganda para o laboratório. Então eu vim com a propaganda do laboratório. É o laboratório onde nós trabalhamos, é o Grupo de Processamento de Energia e Controle. É um laboratório de eletrônica e de potência, essa é minha área de ação. Ele é um laboratório do Departamento de Engenharia Elétrica. Ele tanto atende o programa de pós-graduação, quanto atende ao Departamento de Engenharia Elétrica. Aí são detalhes do laboratório. Eu queria só colocar aqui mais um ponto. Em que a gente trabalha? Nós trabalhamos nos conversores, nas interligações entre a rede, ou mesmo *offgrid*, na interligação da rede e os sistemas de produção de energia elétrica a partir das fontes renováveis.

Eu destacaria aqui, só para concluir... Eita, tiraram. Eu posso concluir aqui sem.

Eu destacaria que há um projeto... Inclusive, aqui tem o Prof. Menaouar Berrehil, ele está aqui na audiência. Inclusive, ele é professor visitante no Departamento de Engenharia Elétrica, e foi, dentro do programa, cientista-chefe. A gente conseguiu trazê-lo para, financiado pela UFC, pela Universidade Federal do Ceará, para trabalhar no desenvolvimento com eletrolisadores – ele é especialista em eletrônica de potência –, trabalhar dentro da eletrônica de potência nos projetos do laboratório voltados ao hidrogênio verde.

Aqui eu encerraria a minha apresentação, agradecendo. Quero agradecer aqui também os parceiros da Secretaria de Infraestrutura, do Secretário Adão Linhares, e agradeceria aqui também a todos os participantes do projeto que a gente tem. E quero dizer – eu gosto muito dessa expressão, que foi mencionada por alguém, acho que foi o Hugo – que o Ceará é a casa do hidrogênio verde. Nós temos que incentivar esse ponto, que é para justamente todos ficarem com isso na nossa cabeça.

Eu terminaria aqui. Para realmente concluir, eu agradeceria aqui a todos os presentes, e peço desculpa pela minha demora, mas eu não podia deixar de ressaltar um ponto aqui, que é a interação que há... Eu na condição de cientista-chefe em energia da Funcap... Há vários cientistas-chefes, inclusive o Hugo, na apresentação dele, colocou o programa de cientista-chefe lá no fim da sua apresentação. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é um programa muito bom. Ele é uma parceria entre a Funcap com o Governo do estado e as secretarias do Governo, pra que se desenvolvam projetos relacionados com as necessidades de cada secretaria. Então, eu tive a honra de ser convidado pra ser cientista-chefe de energia. Eu estou como cientista-chefe desde 2018, novembro de 2018, atravessei o Governo estadual, que passou, e continuo como cientista-chefe neste novo Governo.

Eu queria só ressaltar esse ponto aqui, e agradecer a todos pela presença, e por aguentar esse tempo todinho para me ouvir. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Prof. Fernando, você vai disputar com o Dr. Ricardo Cavalcante o troféu do maior entusiasta do hidrogênio verde.

Nós estamos encerrando aqui. Eu queria fazer um agradecimento muito especial ao Governador Elmano pela presença dele, agradecer o nosso Presidente da Assembleia, que tem se envolvido pessoalmente nessa questão, agradecer a toda a equipe do Governo do estado – me perdoe – em nome do nosso Secretário Salmito, que também tem pessoalmente se dedicado, agradecer os Prefeitos aqui por suas representações, cumprimentar mais uma vez o Ricardo, agradecer a cada um dos que vieram aqui – muito obrigado –, pessoas de diversos setores, autoridades importantes do governo do estado já nominadas.

Queria agradecer a todos que nos acompanharam pela internet, e em nome de todos que nos acompanharam, eu gostaria de fazer uma homenagem que para mim é sentimental. Eu fui aluno da Engenharia Civil da UFC. Eu sou lá do *campus* do Pici, passei cinco anos pegando ônibus ali na Treze de Maio pra ir para o Pici, e lá tive a oportunidade de ter um grande professor, um extraordinário professor, um nome que orgulha a nós cearenses, que é o Prof. Carneiro. A gente o chamava de Carneirinho. Ele participou, foi convidado e foi um dos definidores do Apolo 11, que foi à lua, o Prof. Carneiro, lá da Engenharia. Em nome dele, eu quero cumprimentar todos que acompanharam aqui essa nossa 8ª Reunião da Comissão de Hidrogênio Verde. Ele é pai da Carla. Por coincidência, é pai da Carla. (*Pausa.*)

Ele ou ela? Ah, eu, lá no laboratório! Está certo, o.k. A Engenharia Civil tem muito a ver com muitas outras engenharias, mecânica, elétrica e tal e a gente tem sempre essa interação. Eu quero ir lá participar da inauguração do laboratório e, inda a Sobral, eu vou conhecer lá o seu laboratório.

Bom, muito obrigado a todos, eu passo aqui a palavra ao Governador Elmano para as suas considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. ELMANO DE FREITAS (Para expor.) – Acho que só devo, primeiro, agradecer mais uma vez o nosso Senador Cid. Muito obrigado por sua disposição de estar aqui nos ouvindo. Saudade demais aqui dos nossos pesquisadores. Apenas quero dizer que nós temos um projeto sendo discutido com a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Fiec, de pesquisa. Queremos poder dialogar com os nossos pesquisadores, nossas universidades e pra garantir a energia do corpo, vamos nos alimentar, que é muito importante.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Perdoe quebrar aqui o protocolo, mas eu vi muita demanda, e a demanda foi do Governador Elmano também. Ele usou uma frase que é muito boa de a gente procurar aplicar no dia a dia: o ótimo é inimigo do bom. Então, às vezes, a gente fica se esforçando pra ter uma legislação que é o anseio geral e acaba demorando mais do que a vida real das pessoas quer. Então, os dois projetos, o projeto de eólicas, das *offshore*, e o projeto do hidrogênio verde estão já na nossa Comissão. Eu vou destacar o projeto da *offshore*, energia eólica *offshore*, para que a gente tenha, se Deus quiser, ainda este ano aprovado.

Obrigado! Em sua atenção, Governador.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Em nome do Senado Federal e do Governo do Estado agradecemos a presença de todos e de todas.

Tenham uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Angelo Coronel, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Fernando Dueire, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública sobre o tema: O setor energético e o segmento do Hidrogênio Verde. **Participantes:** Sra. Paula Bucchianeri de Nadai, Especialista de Desenvolvimento Industrial do SENAI (representante de: CNI); Sr. Paulo Luciano de Carvalho, Gerente Executivo da Secretaria de Inovação e Transição Energética da ANEEL; Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da ANP; Sr. Felipe de Sá Tavares, Superintendente de Recursos Hídricos e Econômicos (representante de: ANA); e Sra. Erica Marcos, Gerente Executiva Ambiental (representante de: CNT). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que é a 9ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre hidrogênio verde. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "O setor energético e o segmento do hidrogênio verde".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, número 0800 0612211.

Eu convido, para compor a mesa, o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); o Sr. Felipe de Sá Tavares, Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos, representando a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Paulo Luciano de Carvalho, Gerente Executivo da Secretaria de Inovação e Transição Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Convido a Sra. Erica Marcos, Gerente Executiva Ambiental da Confederação Nacional do Transporte.

E convido a Sra. Paula Bucchianeri de Nadai, Especialista de Desenvolvimento Industrial do Senai, representando a Confederação Nacional da Indústria. *(Pausa.)*

Bom, esta Comissão tem alguns propósitos entre os quais: conhecer experiências de hidrogênio verde já em andamento no nosso país, difundir a importância e a oportunidade que se coloca ao mundo a partir dessa nova matriz energética, tem a finalidade de conhecer e, tanto quanto possível, sintonizar a nossa legislação, a legislação que está em construção ainda no mundo, e principalmente formular um marco legal para o hidrogênio verde no nosso país.

Nós já realizamos diversas audiências públicas ouvindo interessados em nível de Executivo federal. Já ouvimos em audiências públicas também representações de governos de estado no país, que já se propõem a estimular essa nova matriz energética. Temos ouvido diversos órgãos e hoje colocamos aqui que a audiência é destinada a ouvir as nossas principais agências de regulação, bem como duas entidades que certamente estão entre as mais envolvidas com a questão. Então, nós ouviremos cada um dos representantes das agências e das confederações nacionais.

Em primeiro lugar, ouviremos o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, da Agência Nacional de Petróleo, que é Almirante e bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, mestre no Curso de Comando e Estado-Maior; doutor em Política e Estratégia Marítimas, ambas pela Escola de Guerra Naval, e especialista em Gestão Internacional pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal do Rio de Janeiro. O militar exerceu diversos cargos na Marinha do Brasil, sendo o último o de Superintendente de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas, que ocupou até agosto. Com mais de 40 anos de serviços prestados à Marinha, o Almirante Saboia passou para a reserva em 2012, no posto de Contra-Almirante. Ele não colocou aqui no currículo, nós não colocamos no currículo, mas tem uma ascendência cearense e, de modo especial, uma ascendência sobralense. Ele é filho do Almirante Saboia, que foi Comandante da Marinha, que é nascido lá na minha cidade.

Então, com muita honra, muito prazer, passo a palavra ao Sr. Rodolfo Henrique de Saboia.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Cid Gomes.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a honrosa menção ao meu pai aqui feita pelo Senador, que era um cearense nativo e de coração de Sobral. Portanto, eu sou 50% sangue sobralense, com muita honra.

Quero agradecer também o convite para participar deste audiência para um tema extremamente importante e que diz respeito ao futuro, como um todo, e o Brasil tem que se organizar para estar pronto para enfrentar os desafios que esse futuro trará em breve, e o hidrogênio é um fator que terá um papel importantíssimo nas fontes de energia com as quais nós vamos ter que lidar a partir do processo de transição energética pelo qual o mundo passa, um desafio extraordinário, talvez o desafio de uma geração o fato de termos que lidar com uma transição energética que, diferentemente das demais pelas quais o mundo já passou, não tem um impulso pela eficiência econômica, ao contrário. Pela eficiência econômica, ficaríamos todos como estamos, com as fontes que conhecemos e utilizamos, em especial a fóssil.

Portanto, será uma transição que precisará ser percorrida com incentivos, para que essas novas fontes se tornem competitivas, e a importância dos órgãos reguladores, nesse sentido, é primordial. E, com a atual previsão, nos projetos de lei em curso, do papel da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nessa regulação, é com essa abordagem do reconhecimento da importância das agências reguladoras envolvidas, em especial o protagonismo que aqui a Agência Nacional do Petróleo traz, é que eu vou fazer esta brevíssima apresentação da agência como um todo, fazer uma brevíssima apresentação sobre a agência como um todo e mencionar aquilo que já vem sendo abordado com relação a essa futura atribuição da agência que diz respeito ao hidrogênio verde.

Obrigado.

Aqui, um voo rasante sobre o papel da ANP.

A ANP subsidia o Conselho Nacional de Política Energética e implementa a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis emanada desse conselho. O nosso papel é basicamente regular,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratar e fiscalizar tudo que há nesse mercado, estabelecendo a livre regulação, promovendo a livre concorrência, a garantia do abastecimento nacional e a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta do produto; contratar, outorgando autorizações para as atividades das indústrias reguladas, promovendo licitações e assinando contratos, em nome da União, com os concessionários, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis; e fiscalizar, fazendo cumprir essas normas, as atividades da indústria regulada, fiscalizando diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos, em virtude da magnitude do mercado regulado, como nós vamos ver no próximo eslaide.

Aqui são alguns números para dar uma dimensão do tamanho do mercado regulado pela ANP. Alcançando aqui as três instâncias do mercado regulado, o *upstream*, *midstream*, gás natural e o *downstream*, nós temos um total de 135 mil agentes econômicos participando desse mercado. Portanto, é um desafio absolutamente extraordinário com o qual a agência lida no seu dia a dia. No *upstream*, que é exploração e produção de petróleo, são 83 grupos econômicos, 43 deles nacionais e 40 estrangeiros. No *midstream* e gás natural, que é o transporte e o armazenamento, nós temos esses números aí de transportadores dutoviários de gás natural, transportadores dutoviários de petróleo e derivados líquidos, operadores de terminais de líquidos, operadores de terminais de gás natural liquefeito e importadores de gás natural e gás natural liquefeito. Na produção/importação, nós temos nove operadores de refinarias, três operadores de UPGNs, esse número de empresas produtoras de etanol, empresas produtoras de biodiesel e empresas produtoras do biometano. E, no *downstream*, na distribuição e na revenda – aí é que está o grande número dos agentes regulados, que são os postos de revenda –, são 132.806 revendedores e consumidores regulados, esse número de distribuidores, importadores e exportadores e produtores de lubrificantes e refinadores. Como se pode ver, é um mercado extremamente desafiador em termos não apenas de quantidade, mas de dispersão em todo o território nacional.

Nessa transparência, nós podemos ver uma brevíssima linha do tempo da ANP nas suas novas atribuições: a partir da Lei do Petróleo, de 1997, quando foi criada também a ANP. Em 2005, nós tivemos alterado o nome da ANP para incorporar o gás natural e os biocombustíveis, com a entrada do biodiesel na matriz energética nacional. Em 2009, nós tivemos a primeira Lei do Gás, que foi o primeiro impulso que o mercado de gás natural no Brasil recebeu. Em 2011, toda a produção de etanol do Brasil passa a ser autorizada pela ANP – quer dizer, dá para observar aí que, no mercado, um diretor-geral da ANP, por exemplo, não lida apenas com CEOs internacionais de algumas das maiores empresas do mundo, mas também, por exemplo, com produtores de etanol do interior do Nordeste; essa é a gama enorme com que a agência tem que lidar entre os seus agentes regulados, esse é o nosso papel, nossa obrigação. Em 2017, nós também tivemos a instituição do programa RenovaBio, que é mais um programa que representou um desafio de adaptação da agência no sentido de fazer a execução desse programa. Em 2021, nós tivemos, há dois anos, a segunda Lei do Gás, a lei do novo mercado de gás, que promoveu um novo impulso a essa indústria. E hoje o gás natural é reconhecido como um combustível





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com baixa pegada de carbono, que tem um papel extremamente importante durante a transição energética, justamente por essa sua característica, e esse é um mercado em franco desenvolvimento no Brasil hoje, dependendo muito, é um mercado extremamente complexo o mercado de gás natural. Ele depende muito do papel do regulador para se desenvolver e já vem alcançando um desenvolvimento bastante alvissareiro e dentro daquilo que nós esperávamos. É um mercado que, por exemplo, na Europa, levou dez anos para estar maduro e, hoje, nós temos apenas dois anos de aprovação da lei do novo mercado de gás e já temos um mercado em crescimento exponencial. E, por último aqui, nós temos agora, em 2023, a incorporação do hidrogênio, das tecnologias ligadas à captura e estocagem de carbono e das eólicas *offshore*, e nós esperamos que a ANP também participe como um protagonista nessas regulações.

Aqui é uma breve apresentação daquilo que já está previsto no Programa Nacional de Hidrogênio, que são os seis eixos nele previstos, como é do conhecimento de todos que trabalham aqui no Congresso com esse tema. O eixo número um é o fortalecimento dessas bases tecnológicas; o eixo dois, a capacitação de recursos humanos; o eixo número três, o planejamento energético; o quarto, o arcabouço legal regulatório; o quinto, o crescimento do mercado e a competitividade; e o sexto, a cooperação internacional. Nas câmeras técnicas que foram estabelecidas a partir desses eixos, a ANP é parte em cinco delas – dessas cinco que estão descritas –, que são fortalecimento das bases científico-tecnológicas, capacitação de recursos humanos, planejamento energético, arcabouço legal e neoindustrialização, mercado e competitividade.

Aqui é uma breve representação gráfica do envolvimento da ANP com o hidrogênio. A partir dos planos de ação... E eu tive informação hoje de que a minuta do plano para o período trienal de 2023 a 2025 está em aprovação para muito breve pelo Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio. A participação da ANP em grupos de trabalho acontece com reuniões regulares, das quais a ANP participa e realiza sob a coordenação do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP, aqui em Brasília, o CPT, que é composto por representantes de todas as diretorias da agência. Menciono também aquilo que é objeto do olhar da ANP na incorporação da nossa participação no nosso trabalho a partir do acompanhamento desses dois projetos de lei que aqui endereçam essa questão. E, por último, apenas um extrato aqui da portaria da ANP que instituiu um grupo de trabalho interno para debater e definir a estratégia da ANP no âmbito do Programa Nacional de Hidrogênio e dando as atribuições desse grupo de trabalho.

Este eslaide é aquele que talvez seja o mais importante da minha apresentação. Ele diz respeito justamente à perspectiva que ANP tem, as perspectivas sobre as quais a ANP enxerga a questão da regulação do hidrogênio. Primeiramente, nós temos ali a certificação de produção de hidrogênio de baixo carbono, ou seja, à semelhança de outros combustíveis, a agência precisará realizar a certificação da produção desses combustíveis à semelhança do que ela já faz com outros combustíveis que ela regula atualmente. Também, de forma análoga àquilo que já acontece com outros combustíveis, será necessário à agência reguladora a especificação do uso desse combustível, de como ele poderá ser usado – a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificação para o uso –, ou seja, dizer quais são as características que esse combustível terá que ter para atender aos requisitos de uso dele como combustível.

Da mesma forma, a captura e o armazenamento de carbono serão muito importantes no sentido de prover a outras fontes, além do hidrogênio verde, que possam ser incorporadas também à tecnologia de baixo carbono, de forma a poder ser feita a captura e a estocagem desse carbono, de forma a essa fonte ser considerada uma fonte de baixo carbono também. Então, é muito importante a regulação dessa tecnologia de captura e estocagem de carbono para o mercado de hidrogênio, o futuro de hidrogênio como um todo.

Da mesma forma, a regulação do hidrogênio branco. Já há registro de fontes de hidrogênio branco encontrado na natureza, próximo a Maricá – Maricá parece, no momento, um município predestinado pela indústria de energia. No momento, é o município mais beneficiado com participações governamentais na indústria de petróleo, e foi lá identificada essa riqueza, esse potencial de uma reserva de hidrogênio branco encontrado lá em estado na natureza.

Da mesma forma, em virtude até especialmente das características próprias do hidrogênio com relação à sua capacidade altamente combustível, a questão da segurança na armazenagem e movimentação, especialmente no compartilhamento da infraestrutura de gás natural, é algo que deve ser olhado com muito cuidado, muito zelo, pelas áreas responsáveis da ANP no momento de fazer essa regulação.

E, finalmente, a possibilidade de recursos de PDI dos contratos de concessão para hidrogênio – algo que nós veremos num esboço futuro – já acontece por diversos projetos de empresas que, por força dos contratos de concessão, são obrigadas a investir 1% da receita bruta da sua produção em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Por favor.

Portanto, nós temos um grande potencial para sermos competitivos na transição energética. E esta é uma afirmativa que eu tenho ouvido em diversos fóruns internacionais de que participo como Diretor-Geral da ANP: que o Brasil é, em termos de energia, de todas as fontes, inclusive as renováveis, o Brasil é uma, na expressão que se usa em inglês, *powerhouse*, é uma casa de força sob todas as fontes de energia imagináveis.

E nós temos aqui o potencial do pré-sal, que ainda são ativos extremamente competitivos em nível global, especialmente no cenário de transição energética, pelo baixo *break-even* e as baixas emissões de gás do efeito estufa pela sua produção, com alta produtividade e baixo teor de enxofre. Pode-se verificar aqui que, de acordo com esse órgão OGCI, que é o Oil and Gas Initiative – esqueci o que é o C agora –, a produção do pré-sal tem um nível de emissão que é metade da média global de exploração e produção de petróleo do mundo, ou seja, a nossa intensidade de carbono no pré-sal é de 9kg a 10kg de CO₂ equivalentes por barril de óleo equivalente, enquanto a média global é 19,5kg. Portanto, é importante nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos em mente que o petróleo, não obstante estar caminhando para a sua substituição, ainda será importante. O Brasil já tem uma matriz energética extremamente positiva do ponto de vista ambiental, mas, mesmo assim, será necessário irmos além dos 47% de energia de fontes renováveis que nós possuímos hoje.

E o petróleo e os combustíveis fósseis ainda desempenharão um papel importante nessa transição e essa é uma riqueza que o Brasil também possui. Nós já respondemos por quase 7% da produção de energia renovável do planeta, ultrapassando a sua participação de 3% na população global e 2% no PIB global. Portanto, a nossa participação em energia renovável no país é muito maior do que a nossa participação como população e como PIB.

Já somos considerados um país líder em biocombustíveis e tecnologias hidrelétricas. Só para dar uma comparação da qualidade da nossa matriz energética, há três países que têm uma matriz energética mais amigável ao meio ambiente do que o Brasil. São eles: Islândia, Noruega e Suécia, que são países com uma visível diferença em termos de complexidade e grandeza em relação ao Brasil. E nós já estamos na quarta posição, mas é necessário trabalharmos para irmos ainda mais longe.

Como eu já mencionei, 47% da energia primária de origem renovável; a sexta maior capacidade de geração de energia eólica e o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo, já atualmente com elevado potencial para a estocagem de carbono também.

E a transição energética, de certa forma, aumenta a necessidade de nós atrairmos mais investimentos para a ANP, e a ANP acredita que a identificação e atuação sobre as sinergias do hidrogênio com o setor de óleo e gás serão muito importantes para segurar nossa competitividade globalmente.

Próxima, por favor.

Voltando agora ao tema dos investimentos, das cláusulas de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos de concessão que a agência regula. Aí nós temos um número de projetos de 2018 a 2022 que são dedicados a tecnologias voltadas para a economia verde. Aí estão todas elas e nós podemos observar aqui que quanto ao hidrogênio, já há 11 projetos voltados para o hidrogênio entre esses projetos que as empresas desenvolvem a partir dessa cláusula obrigatória de investimento em pesquisa e desenvolvimento. Quer dizer, as empresas de óleo e gás hoje já pretendem investir, em média, 10% do orçamento total de PD&I do Brasil voltado para o desenvolvimento e apoio a tecnologias verdes de descarbonização e impactos ambientais.

E, por último, eu gostaria apenas de dar uma visão de como a ANP olha para o futuro em relação ao hidrogênio e às novas fontes e novas tecnologias voltadas à transição energética. Nós estamos, no momento, aguardando a definição do papel da ANP na regulamentação do hidrogênio de baixo carbono. Pretendemos manter a nossa atenção sobre o tema, participando e subsidiando as discussões no âmbito do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo e também participando de fóruns dedicados a esse tema, até no sentido de adquirirmos essa *expertise* que nos será necessária muito em breve. Também manteremos a nossa participação ativa nos trabalhos das câmaras temáticas do Plano Nacional de Hidrogênio e temos a plena consciência da importância desse trabalho conjunto para a definição do marco legal do hidrogênio de baixo carbono no Brasil.

Então, basicamente, era isso que eu tinha a apresentar da ANP de antemão para a Comissão e agradeço mais uma vez a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós é que agradecemos, Almirante Rodolfo Saboia, por sua apresentação.

Como eu falei, essa audiência é aberta e nós ficamos abertos a ouvir perguntas dos que acompanham. E eu queria começar, se o senhor me permite, com uma pergunta. É mais do que uma pergunta: duas demandas, duas solicitações – uma mais simples.

Eu vi na sua apresentação que, com os recursos destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação, onze empresas já estão fazendo; sobre hidrogênio. Então, que a Comissão pudesse ser informada dessas 11 empresas...

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (*Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... para que a gente possa acompanhar.

A outra demanda e, ao mesmo tempo, uma informação: todos os projetos, minutas, sugestões de projetos de regulação do hidrogênio verde que estão aqui no âmbito da Comissão Especial sugerem a ANP como a agência que venha a regular o hidrogênio. Portanto, seria de muito bom alvitre aqui para a Comissão que a própria agência fizesse a sugestão de alguma regulação, quer dizer, de alguns tópicos legais para que possam ser inseridos nessa legislação que deveremos, em breve...

O nosso cronograma aqui prevê ainda uma visita... Aliás, algumas visitas técnicas continuarão. Nós faremos, ainda este mês, uma visita à Bahia, a Salvador; faremos também uma visita ao Rio Grande do Norte; faremos uma visita a São Paulo.

Nesta semana, amanhã, nós teremos uma audiência com autoridades do Executivo, lideradas pelo Ministro da Indústria e Comércio, o Vice-Presidente Alckmin, em que estarão presentes representantes do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, além, obviamente, da Indústria e Comércio.

Nós queremos, já neste mês de setembro, dar um avançada numa minuta de uma legislação de regulação, para que isso já possa ser colocado em audiências públicas para receber sugestões da população.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, eu lhe peço aí a sua fala sobre as duas demandas aqui feitas.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (Para expor.) – Perfeitamente, Senador.

Já me comuniquei aqui com o representante da ANP no comitê que acompanha os trabalhos do comitê, o Alex, com relação a apresentarmos, identificarmos quais são os projetos – são 11 projetos. Não são necessariamente 11 empresas, mas são 11 projetos financiados por essas cláusulas de pesquisa, desenvolvimento e inovação desses contratos de concessão – e entregarmos ao Presidente Cid Gomes a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acho que uma delas eu visitei lá no Ceará. É a EDP. Acho que tem um deles lá.

A SRA. ERICA MARCOS (*Fora do microfone.*) – Mas a EDP deve ser cláusula Aneel

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ah, é Aneel. O.k., está certo.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA – Pois é, exatamente.

Acho que até... Nós tivemos até uma reunião no Fórum de Dirigentes das Agências ontem, e foi trazida até oportunidade de projetos de PDI, mais de uma agência com um projeto só, para poderem se beneficiar, voltado para causas que atendem aos requisitos de mais de uma agência serem feitos de forma combinada. Uma proposta que até o representante do BNDES trouxe lá, que eu achei que também pode ser futuramente muito bem aproveitada.

E com relação à segunda demanda do senhor, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Sobre questões de...

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA – Isso também será providenciado, que nós...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... marco legal, notadamente, naquilo que se refere à regulação.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA – Excelente.

Acho que nós podemos dar uma contribuição muito positiva no sentido de estabelecer esse canal de comunicação com a agência que já trabalha em regulação, em contribuir no sentido de orientar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação de forma que ela possa ser mais efetivamente acolhida na regulação pelas agências reguladoras.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Almirante.

A nossa próxima fala será do Sr. Felipe Tavares, que representa aqui a Agência Nacional de Águas. Hoje ele é Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos da Agência Nacional de Águas, sendo responsável pelas áreas de estudos da agência, contemplando os tópicos de hidrologia, usos da água, mudanças climáticas, estudos econômicos, gestão da informação e qualidade da água. É Mestre em Economia Aplicada pela USP, com vasta experiência em métodos quantitativos, incluindo métodos matemáticos e estatísticos. Foi Diretor de Privatizações do Ministério da Economia; anteriormente, foi Coordenador-Geral de Inteligência Econômica da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura da mesma instituição. Antes do Governo, atuava como economista sênior em grandes consultorias econômicas do país, com experiência em regulação econômica dos setores de infraestrutura e análises quantitativas aplicadas a problemas regulatórios.

Dr. Felipe.

O SR. FELIPE DE SÁ TAVARES (Para expor.) – Boa tarde. É um prazer estar aqui, Presidente. Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade.

Cumprimento os colegas aqui na mesa e a todos que estão nos assistindo presencialmente ou não.

É para passar os eslaides ou... (*Pausa.*)

Ah, tá.

Então, primeiro, é só para a gente falar um pouco de forma geral do hidrogênio, para a gente entender o papel da Agência Nacional de Águas, que é uma agência reguladora um pouco diferente das outras, porque a gente não regula um mercado propriamente dito. Então, sobre o hidrogênio, primeiro ponto, o hidrogênio é um combustível que basicamente pode ser de qualquer fonte, com zero combustível, só precisa extrair a molécula de hidrogênio para conseguir aplicá-la em alguma coisa. A partir do tipo da fonte dessa molécula para você extrair o hidrogênio ou da fonte de energia utilizada, você colore esse hidrogênio e aí chega ao tema aqui que a gente está do hidrogênio verde. Então, assim, na forma mais básica, o hidrogênio cinza, que não é uma fonte renovável, é obtido da separação de uma molécula de um combustível fóssil, de um hidrocarboneto qualquer. No hidrogênio azul, você faz a separação dessa molécula de um combustível fóssil, mas capturando o carbono já nesse processo, então ele já se torna mais renovável, por muitos já se tornaria apto a ser chamado de uma energia limpa, renovável, coisas do tipo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O hidrogênio verde entra num nível mais puro e mais positivo do ponto de vista ambiental, em que a fonte dessa matéria para a extração do hidrogênio, obrigatoriamente, é a água, e em que a fonte de energia, obrigatoriamente, tem que ser uma fonte renovável e limpa, como, por exemplo, a fonte eólica. Então, se você tiver a combinação desses dois fatores é que se concretiza o hidrogênio verde. E, dado que a fonte de matéria-prima é a água, aí que entra a perspectiva da Agência Nacional de Águas.

Pode passar. Pode ir.

Então, aqui são as cores do hidrogênio – pode passar – como eu já falei. O processo produtivo do hidrogênio verde é esse. Usualmente, é um parque eólico, que é a fonte de energia. Você traz a água como matéria-prima e, através de uma eletrólise, você consegue separar a molécula de hidrogênio, aí essa molécula é que vai se tornar o combustível e esse é o grande foco.

A gente vem avançando no país, nos últimos tempos, para tentar criar um ambiente regulatório, um ambiente legal, de forma que a gente consiga desenvolver esse potencial brasileiro que a cada dia se torna mais visível e mais presente nos debates públicos. Então, o Brasil é um grande possível produtor e, possivelmente, um líder mundial. Só para citar, hoje o líder mundial de produção de hidrogênio verde é a China; e o Brasil pode superar muito esse papel da China no mundo como produtor de hidrogênio verde. A China hoje detém 30%, mais ou menos, da produção total mundial; o Brasil, menos de 1%, ali em torno de 1%, mas com possibilidade de chegar a números significativos.

Aqui, esse é o cenário que a gente tem, porque, de acordo com o Banco Mundial, o Brasil reúne algumas características que são únicas. Primeiro, a nossa abundância em água, seja doce ou salgada. O Brasil tem uma costa gigantesca e tem uma oferta hídrica na água doce também muito privilegiada, comparado a outros países. Além dessa disponibilidade, a matéria-prima está aqui, a gente tem um potencial energético também invejável por muitos outros países. São poucos os países que têm a dinâmica e a pluralidade da matriz energética como o Brasil. E o nosso potencial eólico é também gigantesco, comparado a outros países. Então, a gente une a matéria-prima e a fonte de energia em abundância e em grande liderança, comparado ao mundo. Então, a gente tem tudo para realmente ser esse líder na produção desse combustível tão relevante.

E aí só para comentar essa perspectiva brasileira, na costa brasileira, a gente já tem vários projetos sendo desenvolvidos, inclusive a região aqui do nosso Senador é um grande foco. O Ceará tem um potencial eólico gigantesco, tem uma costa ali muito privilegiada, e você já tem projetos sendo firmados no estado buscando essa produção de hidrogênio verde na costa. A matriz energética favorece, especificamente a do Nordeste, porque a gente tem um potencial energético, no Nordeste, na energia eólica muito privilegiado, comparado ao resto do Brasil. Então, a gente tem tudo para conseguir fazer o desenvolvimento do hidrogênio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, conforme o Dr. Rodolfo comentou, a gente vem investindo, as agências e os setores vêm investindo cada vez mais em incentivos para que os setores e produtores de outras fontes de energia passem a incentivar, criar tecnologias e produzir hidrogênio verde no seu processo produtivo.

Para falar um pouco da Agência Nacional de Águas, para a gente se incluir neste debate, um passo anterior é que a agência foi criada... A criação dela foi motivada, primeiro, pela lei que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos, lá em 1997, e em 2000, a agência foi criada para ser implementadora da Política Nacional de Recursos Hídricos. Então, por isso que eu falo que é um pouco diferente da atribuição de outras agências, porque o foco principal ali da criação da agência foi a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e não a regulação de um setor produtivo como a Aneel ou como outros setores.

Então, a gente foi criada em 2001, somos uma agência vinculada ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, com autonomia financeira e administrativa, composta por cinco diretores na sua diretoria colegiada, que é o corpo que toma as decisões dentro da agência. E aí o nosso foco, o nosso objeto de discussão são os corpos hídricos de domínio federal.

A gente tem o papel de instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aplicar as políticas dos recursos hídricos. E aí uma delas muito específica, que é o que vai importar para o hidrogênio, é a outorga de uso da água. Então, toda vez que a produção de hidrogênio for utilizar água doce como insumo, você precisa de uma outorga da Agência Nacional de Águas. Se essa captação de água for feita em rio federal, vai precisar de uma outorga de uso da ANA. Então, é nesse ponto, nesse caso específico da produção de hidrogênio, que entra a atuação da agência.

Pode ir.

O nosso papel nessa discussão. Especificamente a Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos – não é a minha superintendência – é a superintendência que tem a responsabilidade de emitir essas outorgas, é ela que faz a gestão do Sistema Federal de Regulação de Uso (Regla), que é o nosso sistema de aprovação e análise desses pedidos de outorga.

Quando que se torna necessário o pedido de outorga e atuação da ANA? Quando o uso da água, essa captação ou um lançamento tiver um impacto quantitativo ou qualitativo num corpo hídrico federal. Então, qualquer outra produção de hidrogênio verde que não inclua, que seja feita com água salina, que seja feita na costa ou que seja feita com água de reúso de uma atividade produtiva, se você não tiver um lançamento num corpo hídrico brasileiro, a ANA não é envolvida nesse processo, mas se a gente caminhar para produzir em água doce, e especificamente com rios federais, se torna necessária essa outorga da Agência Nacional de Águas.

Pode ir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente fazer esse pedido de outorga, o primeiro ponto é se há um lançamento, se há a captação da retirada de água. Se não há a retirada, se há um lançamento de efluente com diferença de qualidade ou de temperatura ou qualquer outra variação nesse lançamento no corpo hídrico.

Tem que saber se essa atividade específica tem uma classificação econômica já preestabelecida, se existe um Cnae dela. Então, uma atividade criada do zero, totalmente nova, não tem o direito de ter outorga, porque não tem como classificar essa atividade econômica, o que não é o caso do hidrogênio, o hidrogênio já tem isso tudo certinho. Precisa-se da informação sobre o consumo específico da água e o quanto que será produzido de hidrogênio, porque, quando a gente fala de gestão dos recursos hídricos e o papel da ANA, a gente precisa ponderar os usos múltiplos da água nas bacias. E, em algumas regiões, a gente não tem água infinita, a água é um recurso escasso, então você precisa ponderar pelos usos prioritários legais, como o abastecimento humano, e para os principais outros usos que estão ali disputando esse recurso escasso naquele rio, naquela bacia, etc.

Você precisa ter um processo muito claro, um fluxo de produção do hidrogênio, para que a gente possa analisar. Então, você não pode solicitar uma outorga de um projeto que realmente não existe, porque isso seria algo que tiraria disponibilidade hídrica de outros usuários, seria uma reserva de mercado, seria algo indesejável e tem que ter todas as características e localização do empreendimento. Passando por todo esse processo, a gente consegue outorgar uma captação ou um lançamento no corpo hídrico de coisas que realmente existem e vão ter resultado para a sociedade.

Pode ir.

Atualmente, hoje, então, a maior parte do hidrogênio é produzida com água salina. São projetos de costa ou projetos com água de reúso, então reaproveitamento da água da mineração ou de uma atividade de produção de fertilizantes, coisas do tipo. Então, hoje a gente ainda não tem uma planta, uma produção criada captando água exclusivamente para a produção de hidrogênio. Ainda não emitimos a primeira outorga para hidrogênio verde, mas estamos prontos.

Para falar um pouco desse potencial brasileiro, para se ter em mente números, hoje o Brasil consome em torno de 1,9 mil metros cúbicos por segundo diários de água. Se o nosso potencial de hidrogênio fosse ser todo produzido com água doce, com captação em rios federais, a gente estaria falando de uma demanda adicional de mil metros cúbicos por segundo. É um volume gigantesco de água. Então, o processo de hidrogênio verde é intensivo em água. A nossa grande vantagem é que a gente tem uma costa, a gente tem água salina e a gente tem muitas atividades que usam água: fertilizante, agronegócio, o próprio saneamento básico, mineração. E isso tudo gera uma oferta de insumos para a produção de hidrogênio que tem um custo menor do que em outras localidades. Então, essa é uma outra vantagem que o Brasil tem, porque o processo... Realmente qualquer país que queira entrar nessa disputa, nessa discussão, se não tiver a abundância hídrica que nós temos, não tem a mínima chance de conseguir produzir no nível que o Brasil pode produzir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, a outorga de água da ANA é necessária só para este caso específico: quando for a captação em rio federal ou tiver um impacto nele. E todo esse processo hoje está apto para que ANA possa outorgar. O pedido é feito como uso industrial, para a produção de gases industriais, e a única coisa que é preciso é definir a característica e a implantação do projeto. Então, hoje o Regla e toda a instituição já está pronta para entrar nessa nova seara, nessa nova vertente que a gente pode desenvolver no país.

É isso. Queria só dar esse panorama geral do que é o hidrogênio para algumas pessoas que não sabem e saber onde a gente entra nessa discussão porque, como é algo muito complexo, diverso, podem entrar várias agências, vários setores, várias perspectivas, esse é o ponto em que a ANA entra em atuação para esse segmento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agradecemos ao Felipe a sua exposição.

Nós recebemos aqui alguns questionamentos, algumas perguntas. Fiquem à vontade para se candidatarem os dois que já falaram para responder, e eu também vou tentar ajudar, até porque são perguntas que não dizem respeito diretamente às nossas agências como regra.

O Marcos Sanches, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Como o Brasil planeja se destacar no cenário internacional do hidrogênio verde, superando desafios e assumindo um papel de liderança?". Eu vou tomar a iniciativa aqui.

O hidrogênio verde é uma matriz energética que, em um primeiro momento, só será usado se for de forma subsidiada. A relação de energia necessária para a produção do hidrogênio é de quase duas vezes a capacidade que o hidrogênio tem de gerar. Então, que matemática é essa? Como é que se põe em pé essa matemática?

Cento e vinte países do mundo assinaram um compromisso de redução de emissão de carbono, e o hidrogênio verde, que, no seu processo de produção não emite carbono e, na sua combustão ou no seu... ele tem uma outra forma de gerar, físico-química, que também não gera carbono, será um dos combustíveis ou um dos energéticos que será usado pelo mundo para substituição.

A vanguarda disso está na Europa e, na Europa, na Alemanha. A Alemanha já está, neste momento, realizando leilões de compra de hidrogênio verde.

Esta Comissão teve a oportunidade de se encontrar com o equivalente ao Ministério de Energia da comunidade europeia, e a estimativa deles é de que, em 2030 – 2030, a gente fala assim, parece que está muito longe, mas são sete anos apenas que nos separam –, eles deverão consumir algo em torno de 20 milhões de toneladas de hidrogênio verde. Os estudos e o planejamento deles é para que produzam, consigam produzir apenas metade disso. Então, metade do hidrogênio – isso quer dizer, 10 milhões de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toneladas de hidrogênio – serão importados. E aí é que entram os potenciais candidatos, no início, a esse mercado, que, creio, será o primeiro mercado a ser criado.

O Brasil se destaca porque, pelos mais abalizados estudos que são feitos, o custo de energia renovável no Brasil é o menor do mundo. Não há país nenhum do mundo que consiga produzir energia renovável, insumo para produção do hidrogênio, insumo necessário, *sine qua non*, para a produção do hidrogênio. Então, nenhum país produz mais barato do que o Brasil.

Nós temos 1 milhão de desafios. A gente tem visto experiências, mas todas elas em pequena escala. Não há uma experiência no mundo em grande escala de geração de hidrogênio, mas há diversas empresas interessadas, estudando e já assumindo compromissos com diversos estados brasileiros, entre os quais o Ceará, mas com a Bahia, com Pernambuco... Há vários estados que têm sido procurados.

Portanto, o primeiro mercado é um mercado externo. Eu sempre digo o seguinte: a energia eólica – e eu sou contemporâneo disso –, quando se instalou – e foi necessário um programa federal chamado Proinfa, para que se começasse a ter escala comercial –, o custo dela seria hoje algo em torno de R\$600 o megawatt/hora. Hoje, se você fizer um leilão de eólica, esse custo é inferior a R\$100. Então, isso mostra que, na medida em que se faz investimentos em desenvolvimento, os custos acabam sendo reduzidos.

E, no médio prazo, eu tenho absoluta convicção de que o Brasil poderá substituir, pela facilidade de transporte. Ninguém transporta vento, ninguém transporta o sol, mas o hidrogênio é transportável, a partir também, hoje, de forma sofisticada... Você tem que colocá-lo na forma de amônia ou uma temperatura muito baixa, o que dificulta os custos operacionais, mas, repito, acreditando na ciência e na capacidade de se desenvolver, a gente acaba barateando esses custos.

Então, é importante acreditar.

Eu quero dar aqui uma informação e até me pedindo que me corrijam se eu estiver errado: eu, na questão da água... Qual é a relação para... Se eu preciso gerar 1 tonelada de hidrogênio, de quantas toneladas de água eu preciso? A informação que me deram é de que é cerca de 11.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Onze para um. É isso.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA *(Fora do microfone.)* – Entre nove e dez.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Entre nove e dez. Vamos arredondar para dez, que fica a conta certa.

Então, vamos fazer aqui uma conta que eu fiz um dia desse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Brasil conseguir ser o vendedor exclusivo de toda a demanda da Europa para 2030, ele vai precisar produzir aqui 10 milhões de toneladas de hidrogênio verde/ano – ano.

Eu tenho um dado de Fortaleza. Fortaleza consome cerca de 9,5 metros cúbicos, por segundo, de água – metros cúbicos por segundo de água. Fortaleza, apenas nas estações de tratamento de esgoto que estão ao sul e ao oeste de Fortaleza, sem contar as do leste, tem capacidade de gerar 6 metros cúbicos por segundo.

Eu fiz as contas aqui. Toda a água de reúso, que é o que o Ceará está se preparando para fazer... O Ceará, a água que vai disponibilizar, por razões óbvias... A gente não pode se dar ao luxo de usar uma água que seja uma água que possa ser usada para consumo humano. Então, lá já está decidido, em comum acordo com os investidores que estão estudando lá, preparando-se para se instalar lá, que metade da água ou dois terços da água de reúso de Fortaleza, de parte da... é suficiente para atender a toda a demanda europeia.

Então, isso nos dá tranquilidade de que não será a água um empecilho, e isso é uma preocupação muito nossa lá do Nordeste.

Bom, perdoe se eu abusei aqui e me estendi.

A Érika, do Espírito Santo, pergunta: "Quais os benefícios reais da adoção de políticas públicas para a implementação do hidrogênio verde no Brasil?"

Responde, Almirante?

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (*Fora do microfone.*) – Quais os benefícios...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – "Quais os benefícios reais da adoção de políticas públicas para a implementação do hidrogênio verde no Brasil?"

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (Para expor.) – Eu diria que o principal benefício é contribuir para o Brasil transitar, fazer a transição energética, dispondo de uma das fontes de energia que são mais consideradas potencialmente... dispondo de um futuro como fonte de energia mais promissor, que é o hidrogênio, pelos motivos que já foram apresentados aqui, pelos motivos pelos quais todos os países estão se dedicando a desenvolver essa tecnologia, a superar os desafios que o hidrogênio traz para ser transportado, por exemplo, como já foi mencionado aqui, armazenado, por exemplo, como já foi mencionado aqui.

Então, é uma fonte de energia que é extremamente importante para o portfólio de energias que nós teremos que ter no futuro, porque, para nós chegarmos ao fim da linha, ao outro ponto, ao outro extremo da transição energética, não há uma única solução que seja capaz de substituir as fontes fósseis de que nós dispomos hoje. Haverá diversas tecnologias que vão ter que se combinar para que nós cheguemos lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem incorrerem na pobreza energética, que é algo que pode resultar de uma transição energética feita sem racionalidade, tentando eliminar a produção de combustíveis fósseis antes de eliminar a demanda. O que é necessário é a eliminação da demanda de combustíveis fósseis, que vai acabar com a oferta e a produção deles. Por isso que é necessário um combo, uma combinação de diversas tecnologias energéticas, entre elas, a eólica, a solar e também o hidrogênio. Então, é importantíssimo o Brasil ser capaz de dispor do desenvolvimento de tecnologias e projetos voltados para o aproveitamento dessa fonte de energia.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado, Almirante.

O Carlos Rocha, de São Paulo, pergunta: "Como pretendem estimular a demanda por um combustível verde mais caro, sem ter um mercado de créditos de carbono eficiente antes?"

O SR. FELIPE DE SÁ TAVARES (Para expor.) – O primeiro ponto é: a gente não precisa nem estimular a demanda. A demanda já existe. A gente tem um... Então, a gente não precisa estimular a demanda. A demanda já existe, ela está aí. Hoje, a gente tem um grande desafio mundial de fazer a transição energética. Então, a gente precisa conseguir suprir essa demanda por energia, que é constante, não tem como diminuir, todo mundo depende de energia para viver. Então, a demanda está aí. A forma é: como gerar oferta para essa demanda. O que a gente descobriu é que o modelo que foi sendo feito gerou uma situação climática e ambiental que é insustentável. A gente está precisando mudar essa matriz.

O Brasil, por uma sorte nossa e também trabalho feito ao longo dos anos, escolhas do país, a gente não está incluído nesse dilema. Nossa matriz é limpa e a gente tem ainda a possibilidade de ser exportador da oportunidade dessa transição energética. Então, isso não é um instrumento concorrente ao mercado de carbono, isso é um instrumento complementar. A gente vai ter um mercado de carbono posto. Essa diferença de custo da energia do hidrogênio verde para outras fontes vai diminuir quando você começar a precificar o carbono nessas transações de energia, e você vai precisar de uma outra fonte que seja economicamente viável e que possa ser exportada, porque existem países no mundo que não têm outra forma de ter uma fonte limpa de energia se não puderem comprar de outro país. Você não tem como instalar uma matriz amplamente limpa na maioria dos países da Europa. Então, essa é a única saída para eles e isso vai ser ajustado ao longo do tempo no preço.

A boa notícia é: a demanda está aqui e a oferta pode ser somente ofertada por nós. Nenhum outro país do mundo praticamente tem a mesma capacidade que o Brasil. Então, a gente vai juntando forças para superar o desafio da transição.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Felipe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A conterrânea aqui Rachel de Oliveira faz uma afirmativa: "É inacreditável que em pleno 2023 o setor de energia limpa [ainda] seja tão ínfimo! Energia solar e eólica? Temos! Usamos? Não".

Bom, Rachel, para a nossa alegria e creio para a sua esperança também, essa coisa tem melhorado bem. Em 2013, apenas 1% da matriz elétrica brasileira era eólica e solar. Nós estamos falando de dez anos atrás, 1% – ou menos de 1% – era eólica e solar. Hoje, o eólico e o solar já respondem por quase 30%.

A política e a exploração acabam dando margem para as opiniões mais diversas e mais distintas. Ontem nós tivemos um problema que resultou num apagão no país inteiro, ou quase no país inteiro. Do que a gente tem que ter conhecimento é o seguinte: não é porque está faltando energia. A geração de energia no Brasil, neste momento, está a plenos pulmões. A hidroelétrica que responde por quase metade ou pouco mais da metade está bem, está bem com a reserva; a solar e a eólica já representam 30% da demanda nacional. Então, o que provavelmente aconteceu ontem, Rachel – provavelmente, pois isso não está ainda definido, eles pediram um prazo de 48 horas –, é que o excesso de energia renovável gerada no Ceará, eólica e solar, acabou gerando uma sobrecarga numa estação, numa subestação. E, para as linhas de transmissão nacional – esse é um problema que a gente tem que enfrentar urgentemente –, tem que haver investimentos nelas, porque, da capacidade de geração do Nordeste as linhas que existem hoje não estão dando conta, não é? Então, precisa-se de serem feitas algumas linhas para desafogar o tráfego da energia que está vindo das renováveis, eólica e solar, do Nordeste. De modo especial, tem esse congestionamento lá no Ceará.

Eu estou só arriscando um palpite aqui. A versão oficial vai sair provavelmente amanhã, do que foi... Normalmente essas coisas nunca são só uma coisa, têm um conjunto de fatores que acabam gerando esse problema. O fato é que a nossa energia está toda interligada. Então, um problema em algum lugar acaba em efeito-cadeia indo para o Brasil inteiro. Mas fique bem claro isto: não é por falta de energia.

Ouviremos agora o Paulo Luciano de Carvalho, que seria a autoridade maior para estar falando do que eu estou dizendo aqui. Ele é da Aneel, Gerente Executivo, graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Guaratinguetá; Mestre em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá; e com pós-graduação em Estratégias Empresariais, MBA pela Fundação Getúlio Vargas; e é servidor público de carreira, especialista em regulação de serviços públicos de energia. Em março de 2018, foi nomeado para o cargo de Superintendente Adjunto da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (SPE/Aneel). Em 22 de abril de 2020, ocupou interinamente o cargo de Superintendente da SPE/Aneel. Em julho de 2021, passou a ser o Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (SPE). Em maio de 2023, assumiu como Superintendente da STE, em virtude da reestruturação da Aneel.

Com a palavra, Dr. Paulo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO LUCIANO DE CARVALHO (Para expor.) – O.k., muito obrigado.

Quero cumprimentar a todos; cumprimentar o Senador Cid Gomes e cumprimentar todos os presentes e todos que estão no meio virtual.

Eu vou fazer uma apresentação aqui sobre o setor elétrico e o hidrogênio renovável no âmbito da Secretaria de Inovação e Transição Energética, que foi criada agora recentemente na Aneel, que sucede a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Eu acho que esse eslaide é bem emblemático: a matriz elétrica brasileira é 85% renovável, uma das mais renováveis do mundo. Então, o Brasil é protagonista nas energias renováveis. E a Aneel tem contribuído muito para esse processo ao longo desses 25 anos, e eu também faço parte desse processo.

Aqui é a evolução da matriz elétrica. Como o Senador acabou de falar, a gente teve uma evolução muito grande nesses últimos anos. Nesses últimos 22 anos, a matriz elétrica mais que dobrou em tamanho de geração de energia; teve uma diversificação muito grande, incluindo a parte de geração distribuída, a parte de energia solar, eólica, biomassa... Então, ela foi muito diversificada ao longo dos anos. É uma evolução muito grande ao longo dos anos. E também, para isso, teve uma evolução muito grande desde 2001, que foi um dos apagões que a gente teve nessa época, até hoje, em 2022. Então, o sistema elétrico cresceu em geração e cresceu muito em transmissão, principalmente para trazer essa energia que é gerada pelas fontes no Norte e Nordeste para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Então, teve uma evolução muito grande, também quase triplicou de tamanho, quer dizer, 109 mil quilômetros de rede de transmissão foram construídos nesse período aí de quase 21 anos de vigência.

Pode passar o próximo.

Bom, aqui são os desafios e oportunidades com relação à geração centralizada e distribuída. Então, a gente está vendo que a geração distribuída é crescente. A gente está com 500MW por mês integrando nosso sistema. A geração centralizada envolve todas as fontes. Se a gente for recordando o estágio passado, em quase vinte e poucos anos, a gente teve o crescimento da matriz elétrica nossa da ordem de 137 e, agora, nos próximos cinco anos, cinco anos e meio, a gente vai ter o mesmo crescimento que a gente está estimando aí.

Então, o hidrogênio renovável pode dar flexibilidade operativa ao sistema, beneficiando o balanço entre carga e geração de energia elétrica, dentre outras atividades que ele pode proporcionar.

Próximo.

E, aqui, o trilema da transição energética. Eu acho que é bom destacar que a gente está no processo de transição energética – da transição energética a gente vem sempre falando –, mas a gente tem que ter as três dimensões principais da transição energética, que são: sustentabilidade ambiental, que é a capacidade de mitigar e evitar a degradação do meio ambiente e os impactos das mudanças climáticas;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança energética, que é a capacidade de atender a demanda atual e futura de energia; e equidade energética, que é a capacidade de prover o acesso universal à energia a um valor justo. Então, com esse trilema, a gente está trabalhando na Aneel. A gente tem uma parte muito boa aí no mundo com relação a esse trilema, mas a gente precisa fazer melhoras.

Próximo.

Então, no setor elétrico, a gente tem uma geração renovável em abundância; a gente tem um sistema de transmissão interligado de dimensão continental; e o setor elétrico é o coração da transição energética, e o hidrogênio renovável é mais um vetor para a descarbonização dos demais setores produtivos. Eu acho que a gente enxerga esse cenário na Aneel. A gente está trabalhando com esse cenário. Então, o hidrogênio renovável vai ser um vetor para descarbonizar os demais setores da economia, como o setor de fertilizantes, de produção de aço e alimentos e até de eletrificação de um modo geral.

Então aqui é um trabalho desenvolvido pela British Petroleum. Hoje, a matriz primária no mundo, 77% é combustível fóssil. Então, a descarbonização, os custos de combustíveis fósseis e a dependência energética, principalmente após a questão da Ucrânia, vai intensificar essa transição energética. Ela vai ser muito mais rápida, muito mais veloz, motivada por esses fatores aí que a gente está apresentando.

Próximo.

A Aneel. Onde que ela se enquadra nesse ponto? Então, a Resolução CNPE, de 2021, definiu o hidrogênio tanto para Aneel quanto para ANP para poder colocar o hidrogênio dentro dos projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Aneel já vem, as empresas de energia elétrica já vêm investindo no hidrogênio: tem 26 projetos em execução ou concluídos na área de hidrogênio, no âmbito do P&D regulado pela Aneel. Dois que a gente pode citar como emblemáticos: o da EDP no porto de Pecém, que está gerando hidrogênio já; e o projeto de Furnas, aqui em Itumbiara, que também está gerando hidrogênio. Então, são dois projetos emblemáticos e já estão gerando hidrogênio.

E, além disso, a Aneel participa do PNH2, juntamente com a ANP, de cinco eixos temáticos. Um eixo temático da parte de pesquisa e desenvolvimento ligado ao MCTI, uma das metas é a chamada estratégica de hidrogênio renovável, de que eu vou falar mais à frente, que é uma das metas do PNH2, o.k.?

E o Brasil reúne todas as condições com energia abundante – pode voltar um eslaide aí? –, todas as condições para ser um *hub* de hidrogênio renovável no país, entendeu? Então, ele tem política, ele tem fonte de recurso, ele tem disponibilidade de água e ele pode ser um *hub*, de acordo até com a EPE.

Pode passar agora, desculpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui um gráfico que explica bem como a descarbonização e o hidrogênio podem promover a expansão do mercado de energia elétrica, tá? Então, aumento da eficiência, eletrificação, o *phase down* de combustíveis fósseis, ou seja, uma redução do consumo de combustíveis fósseis, o hidrogênio e o potencial de exportação.

Aqui um gráfico da EPE, que a produção de hidrogênio vai aumentar significativamente o consumo, o mercado de energia elétrica, a energia elétrica vai ser fundamental nesse processo. E do lado tem um estudo da McKinsey para um país desenvolvido. Aqui para um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento, mas aqui uma questão com relação a um país desenvolvido. Então, vai reduzir o consumo de combustíveis fósseis, mas vai aumentar significativamente o consumo de energia elétrica nesses países desenvolvidos. Então, esses são os cenários do hidrogênio num país em desenvolvimento, como o Brasil, e num país desenvolvido.

Pode passar.

Aqui vamos falar do recorte do programa regulado pela Aneel, tá? Então, a gente tem uma obrigação legal, que geradores e transmissores têm que investir 1% da receita operacional líquida, quer dizer, uma parte desse 1%, porque uma parte vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma parte vai para o Ministério de Minas e Energia, e 50% desse recurso fica na... e uma parte fica na Aneel.

No caso das distribuidoras, 50% desse recurso fica para pesquisa e desenvolvimento – quer dizer, 50 não, uma parte desses 50% – e uma parte vai para a eficiência energética. Então, esse é o rol da obrigação e a Aneel regula uma parte desses percentuais aí.

Pode passar.

Então, com relação a isso, associando ao PNH2, a Aneel vem realizando, ao longo desses 23 anos, chamadas estratégicas de projetos, tá?

O que seria essa chamada estratégica de projetos? A empresa de energia elétrica tem a obrigação de investir uma parte do recurso em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Aneel, com a chamada estratégica, seleciona alguns temas de grande relevância para o setor elétrico, que exigem um esforço conjunto considerado para poder desenvolver cada tecnologia, tá? Então, é de livre participação, não é obrigatória. A gente faz a chamada, mas as empresas de energia voluntariamente podem participar. E a gente chama, convoca, convida entidades intervenientes para ajudar nessa seleção de projetos, tá? E o acompanhamento dessa execução é por meio de relatórios, seminários e *workshops*. Duração média de 48 meses, podendo ser prorrogável.

Então, cabe à Aneel: a definição de diretrizes; a publicação de edital; a recepção de propostas; a avaliação inicial; a aprovação para execução; e o monitoramento e acompanhamento da avaliação final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o rol da chamada estratégica. A empresa pode fazer projeto a qualquer momento, mas para a chamada estratégica há alguns temas relevantes, e o hidrogênio é um deles.

Pode passar o próximo.

Aqui, alguns exemplos de chamadas estratégicas que Aneel desenvolveu ao longo desses anos, quando essas tecnologias ainda não eram viáveis economicamente, mas ajudaram a desenvolver o mercado.

Então, a gente tem a primeira chamada, a Chamada nº 13, de 2011, de solar fotovoltaica. A primeira usina solar é do Estado de São Paulo, em Campinas. Foi feita em 2012 a chamada de biogás. Apesar de a Aneel não ser protagonista, pioneira nos resíduos de biogás, ela fez uma chamada estratégica em 2012, 2013. Depois, a chamada eólica. Quando não era viável economicamente, foi desenvolvido o primeiro aerogerador nacional, nessa chamada estratégica em 2015, e ele hoje já foi exportado para vários países – em torno de 240 aerogeradores, totalmente com tecnologia nacional, desenvolvida no país, pela empresa WEG. A primeira planta heliotérmica no Brasil entrou em operação em 2022, na chamada heliotérmica. A chamada de armazenamento de termelétrica a biogás – foram diversos projetos em armazenamento. O projeto de hidrogênio aqui em Itumbiara faz parte da chamada de armazenamento. O projeto de armazenamento de hidrogênio aqui em Itumbiara foi feito dentro da chamada estratégica. A última chamada, a mais recente que a gente promoveu, que já está em fase final de execução, é a chamada de mobilidade elétrica, ou seja, a infraestrutura de recarga, transporte; a rota verde, que foi desenvolvida pela Neoenergia e integrou desde o Rio Grande do Norte até Salvador por eletropostos. Então, tem vários projetos nessa chamada de mobilidade elétrica.

Pode passar.

E aqui a Lei 9.991. Ela faz um recorte, por quê? Porque as empresas concessionárias de distribuição, geração e transmissão são obrigadas a investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do setor elétrico. Então, quero deixar bem claro que a gente está fazendo um recorte das empresas de energia elétrica, que têm obrigação de investir para o bem do setor elétrico, para promover o setor elétrico.

Pode passar o próximo.

E aqui as diretrizes da nossa chamada. Então, produção de hidrogênio a partir de eletricidade renovável; estudo dos impactos e das externalidades no setor elétrico; identificação de oportunidades para o setor elétrico no âmbito da produção de hidrogênio renovável; proposição de melhorias regulatórias, como um resultado dessa chamada; desenvolvimento de tecnologias e soluções nacionais; criação de redes de inovação em hidrogênio renovável – é uma experiência muito bem-sucedida que a gente teve na chamada de mobilidade elétrica. Os projetos que serão desenvolvidos vão estar desenvolvidos em uma rede de inovação, ou seja, tem a empresa de energia elétrica, tem a universidade e tem a indústria, e agora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai ter os *offtakers*, ou seja, os compradores dessa energia, a gente vai construir esse processo. E criação de novas oportunidades de negócio para o país e desenvolvimento do país.

Pode passar.

Então, a gente tem duas modalidades aqui de trabalho: uma é peças e componentes, que vai auxiliar os projetos que podem ser desenvolvidos; e outra é planta piloto.

Para peças e componentes, a gente está estimando ou estudando aqui talvez possibilidade de projetos relacionados a desenvolvimento de eletrolisadores, células a combustível, recuperadores de calor e outros desenvolvimentos de peças; patente obrigatória; *startup* ou indústria na Rede de Inovação do Projeto, como eu já falei, tem que ter uma rede de inovação e contrapartida mínima de 10%; e testes em campo obrigatórios. Então, contrapartida são empresas privadas que aportam recursos, porque o recurso do programa regulado é pequeno. Então, a empresa privada aportar pelo menos 10% do recurso ajuda a catalisar e ter projetos melhores.

Com relação à planta piloto: produção de hidrogênio renovável obrigatória de 1MW a 10MW; certificação do hidrogênio produzido; modelo de negócio e uso final contratado para o hidrogênio; e contrapartida mínima. Então, a gente tem: usina renovável, o custo de energia não faz parte do programa, o programa não vai patrocinar a instalação de usina renovável, isso daí é uma contrapartida do projeto; capacidade adicional, ou seja, pode fazer a gente está limitando em 10MW, se ele fizer de 50MW, é uma contrapartida de quem quiser fazer maior; e 10% do restante do investimento.

Pode passar.

Então, aqui são as diretrizes e base: formação de redes de inovação em hidrogênio, ou seja, capacitar todo mundo e ter essa rede; soluções com maturidade tecnológica alta, ou seja, demonstração e comissionamento; modelo de negócio do produto ou da planta piloto; estudo de viabilidade técnico-econômica e financeira, incluindo análise de impacto dos subsídios. Então, todo esse rol, mais os demais que eu vou falar, está nessa parte.

Pode passar.

Modalidade de planta piloto: produção e comercialização do hidrogênio renovável; contratação e integração de fontes renováveis. Peças e componentes: desenvolvimento, fabricação e instalação de protótipos de componentes para avaliação em campo; registro de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos. Também a demonstração da tecnologia e avaliação dos impactos para o setor elétrico brasileiro. E proposta de aprimoramentos regulatórios. O.k.?

Desenvolvimento e utilização de mecanismos de certificação do hidrogênio produzido. Capacitação profissional e intercâmbio internacional, ou seja, a gente quer que tenha mão de obra qualificada, capacitada para poder operar essas usinas, ter o melhor rendimento e melhor condição nesse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

processo. Integração intersetorial; acho que o hidrogênio transcende muito o setor elétrico, então, a gente quer que tenha essa integração setorial com os demais agentes. Desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais e regionais, existentes ou em potencial. E análise do uso da tecnologia nas diversas regiões brasileiras; a gente pretende ter pelo menos um projeto em cada região brasileira para desenvolver todas as regiões.

Com relação à chamada estratégica, a gente publicou o edital para a consulta pública. A consulta pública encerrou dia 24 de julho. A gente teve aproximadamente 1,7 mil contribuições; então, a gente está no processo de avaliação dessas contribuições. E o horizonte que a gente está trabalhando é: em setembro, publicar o edital para chamada pública; em novembro, as empresas apresentarem as propostas; e aprovação das propostas para execução em janeiro de 2014. Esse é o cronograma que a gente está planejando.

O edital já foi um processo de ampla divulgação e agora a gente está no processo de finalização para a chamada pública. É lógico que é um projeto pequeno, com recursos limitados, mas ele tem possibilidade de catalizar a produção de hidrogênio renovável no país.

Pode passar o próximo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Fico aqui à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Depois de ouvidas aqui as agências, passamos às representações de setores da nossa economia.

Vamos começar ouvindo a Erica Marcos, da Confederação Nacional do Transporte.

A Erica é Gerente Executiva Ambiental da Confederação Nacional do Transporte (CNT), desde 2017, onde é responsável pela gestão técnica de um dos maiores programas de transporte no Brasil, que é o Despoluir. Atualmente, representa o setor de transporte no Conselho Nacional do Meio Ambiente e em fóruns de discussão no Ministério de Minas e Energia. Em 2022, representou a confederação no México para a Câmara Internacional da Indústria de Transportes e, no Egito, palestrou na COP 27. Neste ano, apresentou as medidas de transição energética do setor no Fórum Internacional de Transportes na Alemanha. Anteriormente, Erica trabalhou na TNT Mercúrio, no Smart Freight Centre, no Conselho Internacional de Transporte Limpo e na Organização das Nações Unidas. É bacharel em Administração de Empresas pela Fordham University e mestre em Ciências de Gestão e de Sustentabilidade pela Universidade de Columbia, ambas com sede em Nova York. Atualmente, realiza a sua pós-graduação em Gestão de Negócios na Fundação Dom Cabral. Durante o seu último ano acadêmico de mestrado, foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

coautora do relatório "Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Orientado no Trânsito em Bridgeport, Connecticut", publicado pelo Instituto Terra, de Nova York.

Com a palavra, a Dra. Erica.

A SRA. ERICA MARCOS (Para expor.) – Boa tarde.

A Confederação Nacional do Transporte agradece ao Senador Cid Gomes pelo convite. Eu gostaria também de agradecer a todos que estão aqui presentes e acompanhando virtualmente e aos meus colegas da confederação aqui presentes.

É bastante importante a gente abastecer o futuro com informações técnicas sobre a perspectiva do setor transportador. E, nesse sentido, a gente traz informações que vão ao encontro do fomento do hidrogênio verde ou renovável para o país. Então, ele é uma fonte energética positiva, porque entrega emissão nula de escapamento; tempo de abastecimento para veículos pesados em 14 minutos, muito inferior em relação às baterias automotivas dos veículos elétricos; entrega uma autonomia necessária, alcançando – a gente vai entrar nesse detalhamento mais adiante – mil quilômetros; e, quando a gente fala da célula combustível, um peso muito menor que as baterias. Então, consome menos carga útil dos veículos tanto no rodoviário de cargas quanto no de passageiros.

Vamos adiante.

Vou fazer um certo nivelamento. A gente vai abordar brevemente – muito já foi falado, eu vou passar mais rápido – o que é o hidrogênio, suas aplicações, classificação aqui no Brasil, legislação vigente, aplicação do modo rodoviário, que é o maior emissor do setor transportador, e as vantagens e os desafios.

Pois bem, então ele é um elemento que pode ser encontrado na forma combinada, como é o caso da água, molécula da água, ou na sua forma pura, como nas jazidas, bacias da superfície terrestre, como foi mencionado aqui inicialmente, em Maricá, correto?

Seu processo de extração é complexo, há raros casos em que pode ser concentrado na sua forma natural. Então, aí a gente prevê realmente a utilização da água para a sua produção.

É um átomo leve, ele só tem um próton e um elétron. Então, ele tem aí um peso, é considerado o elemento mais leve do universo, e alta densidade energética. Então, ele entrega bastante energia por unidade de quilograma.

Próxima lâmina.

Quais são as aplicações? Além do transporte, que nós vamos mencionar, para todos os modos – rodoviário, aéreo, marítimo, ferroviário e rodoviário –, nós temos a aplicação na indústria de alimentos, geração de eletricidade residencial industrial, refinaria. Ele pode ser utilizado como processo produtivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para outros combustíveis automotivos, como o diesel verde, também bastante relevante para o processo de descarbonização do setor de transporte, mas a curto prazo. E a produção de amônia no segmento de fertilizantes e até mesmo o metanol, onde a gente conhece o combustível marítimo.

Mais adiante.

Fizemos um mapeamento nessa publicação – eu trouxe dez unidades, eu vou depois distribuir, a nossa assessora Cristine está aqui para fazer essa distribuição –, e, nessa produção global, 82% do hidrogênio produzido utiliza fonte fóssil, sem o processo de captura, utilização e armazenamento. Cerca de 18% é utilizado como subproduto de outros procedimentos, como é o caso da produção da nafta, também sem a captura. Apenas 0,64% são de fontes fósseis com captura e, pasmem, 0,03% advém de uma fonte energética limpa. Esses dados são da Agência Internacional de Energia.

Próxima lâmina, por favor.

Classificação de acordo com o EPE: já conhecem, mas aqui nós temos o hidrogênio preto, o antracito, que passa por um processo de gaseificação, ele tem um teor de 98% de carbono, por isso que ele é o preto. O marrom tem um teor menor de carbono, chegando aos 80%. Também a gaseificação. O gás natural passa por uma reforma a vapor. Todos fontes fósseis.

Próxima lâmina.

Aqui já entra um pouco de energia renovável na história. Então, quando há combinação de fóssil e renovável, entra a pirólise para a quebra do metano na produção. Temos também o musgo, entra já a biomassa, o processo... No perfil nacional brasileiro a gente sabe que temos muitas biomassas que podem também entrar nesse processo, inclusive a cana-de-açúcar, o milho, o etanol, que vão passar por um processo de biodigestão anaeróbica. Energia nuclear é o hidrogênio rosa, emissão nula, porém não renovável, entra já a eletrólise da água.

Próxima lâmina.

O azul; o verde, de que nós estamos tratando aqui hoje, 100% renovável, no seu processo produtivo, com a água, que tem as suas limitações realmente; e o branco, das reservas naturais geológicas. Dados da EPE.

Mais adiante.

Então, esse hidrogênio renovável tem essa condição *sine qua non* de vir de fontes elétricas renováveis: vento, sol e água. Para o setor de transporte, ele é promissor. Eu comentei, ele entrega a emissão nula de escapamento, faz todo o sentido, vai ao encontro do nosso processo de descarbonização. A matriz elétrica brasileira é favorável: 78% renovável, 22% não renovável, então, nós temos todo o potencial para entregar e produzir hidrogênio verde para o Brasil e o mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Etapas da sua produção e cadeia de valor. Os eletrolisadores viabilizam essa produção em escala. A gente tem a foto aí de um eletrolisador que separa os átomos de oxigênio e hidrogênio. Foi comentada a sua possibilidade de armazenamento e as distribuições, que podem ser tanto para a indústria, para as residências e potencial de exportação. E é importante dizer aqui que, de acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para distâncias menores que 1,5 mil quilômetros, a melhor forma é o gasoduto, do ponto de vista econômico; maiores que 1,5 mil quilômetros, é a amônia liquefeita, sua transformação e, depois de transportada, é possível fazer a sua regaseificação e conversão novamente do hidrogênio.

Mais adiante.

Fizemos um mapeamento nessa publicação de todos os registros de veículos movidos a hidrogênio e pontos de abastecimento. Então, notem que a Coreia do Sul está à frente, com quase 40% dos veículos no mundo, seguida de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e demais países. E existe um certo equilíbrio entre número de veículos – mais adentro dessa circunferência são os pontos de abastecimento –, e é interessante notar que o Japão é o país que apresenta maior número de pontos de abastecimento. Apesar de ter 6,7 mil veículos, é o país que mais investiu em ponto de carregamento. No que tange a veículos pesados, caminhões e ônibus: China disparada na frente, com 4,2 mil ônibus e 4,3 mil caminhões, seguida por Coreia do Sul, Estados Unidos e Japão, com centenas de unidades de veículos pesados nesse mapeamento. Então, o que a gente tira de principal lição dessa lâmina? A predominância, nos países asiáticos, do investimento em tecnologia usuária de hidrogênio verde.

Vamos lá.

Fizemos um levantamento da legislação brasileira. Desde 1998, existe movimentação, com a criação do Ceneh, centro nacional, mas, mais recentemente, em 2022, o programa, que já foi bastante mencionado aqui por meio da Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Política Energética, fortalecendo essa indústria no país.

Vamos lá.

Esse programa tem eixos bastante importantes. Para nós, transportadores, como visão, a gente entende que o arcabouço legal regulatório normativo e a abertura e crescimento de mercado, competitividade, vai abastecer a possibilidade de a gente antecipar a utilização de hidrogênio muito mais rapidamente do que o desejável.

Mais adiante.

Sobre o programa e a sua relação com o transporte. O hidrogênio pode ser utilizado na eletrificação da frota, emissão nula de escapamento. A gente precisa desse mapeamento de leis e regulações para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar os subsídios nos lugares certos, para colocar o hidrogênio na matriz energética nacional. Aí temos o Projeto de Lei 725, do Jean Paul, já prevendo percentuais mínimos de 5% a 10%, em 2032 e 2050, na matriz energética nacional.

Ele pode ser utilizado e é muito relevante para a gente que a gente tenha novas fontes energéticas renováveis, como o diesel verde. A tecnologia embarcada do ciclo diesel tem uma paridade físico-química bastante interessante com a utilização do diesel verde. E devemos utilizar o programa para realmente fomentar a infraestrutura de distribuição, armazenamento e carregamento.

Os pontos de abastecimento. São dois movimentos que podem acontecer de forma cooperada. Vamos lá.

São exemplos de veículos movidos a hidrogênio. A mais legal é a terceira foto, na minha opinião. Nós estamos, inclusive, contribuindo com a qualidade do ar, porque nós estamos emitindo água. Então, imagina aqui, em Brasília, o clima bastante seco, e a gente contribuir com a umidade do ar – transporta e limpa o ar.

Bom, híbridos, protótipos na UFRJ, 2010, 2022. Vejam o problema do preço: 2 milhões a estimativa, muito acima do que podemos abarcar em escala. Então, a gente realmente precisa dos incentivos corretos para viabilizar a parte econômica dessa perna.

Transporte de autonomia de 600km, abastecimento de hidrogênio, na sua forma gasosa, 700 bares. Temos tecnologia já desenvolvida, a Toyota tem já demonstrativos para veículos leves.

Cargas: autonomia atingindo mil quilômetros. Então, é um valor que realmente é muito interessante para a gente. A gente só vai precisar parar para abastecer a cada mil quilômetros. É um projeto de lei recente na Europa, para o caso de veículos elétricos, pontos de carregamento a cada 60km devido às limitações da autonomia.

Então, o hidrogênio, tecnicamente, mecanicamente, é favorável para o transporte.

Vamos lá!

Caminhão Volvo, tempo de abastecimento de 15 minutos, em comparação com 3 horas, 2 horas do elétrico; 40 minutos para o biogás. Então, a gente está favorecendo a nossa operação, e com alta potência: 290 cavalos/vapor; ou seja, a gente acelera e, altamente, rapidamente, a gente já atinge a velocidade necessária.

Vamos lá.

Quantitativo de registro de projetos de produção de hidrogênio em diferentes países. Levantamos 86 países nessa publicação que nós vamos entregar. A Europa é pioneira, já foi mencionada, só que, na Europa, apenas 5% da produção é dedicada ao verde. No Brasil, 100%. Só que, no entanto, nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na 21ª posição. Nós não estamos entre os *top 10*, mas 100% dos nossos projetos são de fonte renovável. Então, aí a gente viu grande potencial de nós sermos produtores mundiais dessa fonte energética limpa.

Vamos lá.

Saldo de emissões. Isso interessa muito.

Nós temos também aí o Acordo de Paris, estamos com as NDCs postas... Até 2050, neutralizar; até 2030, reduzir 50% das nossas emissões, em relação ao ano-base 2015... Então, a comparação do que... Na Europa, eles têm um teor de 7%, aqui no Brasil é 12, mas, fazendo esse comparativo, a gente tem uma redução aí de 87% das emissões, considerando todo o ciclo de vida, inclusive automotivo. Se fosse considerar só do poço à roda, emissão nula de escapamento. É 100% de redução. Certo?

Esse foi um caminhão de 12 toneladas. Na próxima lâmina, nós vamos falar sobre um ônibus urbano, bastante relevante, porque a gente acaba com o material particulado, acaba com o monóxido de carbono, acaba com o óxido nitroso, que são contribuintes para a chuva ácida... Então, nós estamos falando de ganhos ambientais e de saúde humana. São 89% de redução de emissões em relação ao movido a fonte fóssil.

Mas, se a gente considerar as outras opções, inclusive elétrica ou de gás natural e de biogás, nós temos aí um entrega bastante vantajosa do ponto de vista ambiental.

Vamos lá.

Resumindo, vantagens e desafios.

Vantagens: a gente expande a tecnologia veicular... Eu, como transportadora, eu tenho mais opção. Então, na medida em que eu tenho mais opção, as tecnologias competem entre si, e os preços caem.

Oferta de novas fontes renováveis.

Eu tenho mais opção de veículo para comprar e tenho mais opção de oferta de fonte energética. Então, eu ponho 20% – da minha frota – hidrogênio; 10% biometano; 5%, para última milha, elétrico... Então, eu consigo ter uma estratégia mais inteligente de mobilidade tanto de passageiros quanto de cargas; eu aproveito a infraestrutura dutoviária, permito viagens mais silenciosas, limpas e estáveis; e eu impulsiono o Brasil na produção e exportação de energia limpa. Então, a gente é uma referência e podemos potencializar essa questão.

Desafios. Regulamentações.

Já falamos aqui, vamos avançar, considerando – por favor – a viabilização mercadológica, senão a gente vai ter produção não utilizada, pátios de veículos parados. Então, a gente precisa realmente garantir a acessibilidade econômica dessa tecnologia e dessa fonte energética.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem um alto custo associado à sua produção, até a gente... Como foi dito pelo Almirante, quanto que era o valor do parque eólico antigamente e agora.

Conta com pouca oferta nacional e exige infraestrutura de abastecimento ainda não consolidada, apresenta veículos pesados ainda na fase de testes e enfrenta um mercado energético dominado ainda pelas fontes fósseis. É o que nós estamos trabalhando – na transição.

Vamos lá.

E, com isso, eu agradeço, encerro a nossa apresentação e nos colocamos à disposição para perguntas.

E, aí, a Cristine pode já distribuir – principalmente aqui, por favor – a nossa publicação técnica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado, Dra. Erica.

Passaremos agora a palavra à Dra. Paula Bucchianeri de Nadai, que representa aqui a Confederação Nacional da Indústria, graduada em Ciência da Computação pelo UniCEUB, mestre em Engenharia de Produção pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e também Especialista em Inovação Industrial pelo Senai Nacional.

Dra. Paula.

A SRA. PAULA BUCCHIANERI DE NADAI (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

É um prazer enorme estar aqui representando a Confederação Nacional da Indústria. O nosso Presidente Robson agradece imensamente também o convite nesta Comissão especial, e também o meu Diretor de Tecnologia e Inovação do Senai nacional, Jefferson Gomes, que representa toda a – pode passar, por favor – rede de institutos de inovação do Senai, que foi criada há aproximadamente 12 anos, por intermédio da CNI e da mobilização empresarial pela inovação. Somos uma rede de institutos extremamente complementares, com *benchmarking* de dez anos também da Sociedade Fraunhofer, na Alemanha, do MIT e dos demais parceiros que temos trazido ao longo desses anos.

Hoje já somos 18 unidades credenciadas como unidades Embrapii, 22 na ANP – eu acredito que o Cimatec, lá na Bahia, seja o maior executor da cláusula da ANP –, 12 unidades credenciadas no Cati e 15 desses institutos também têm muita familiaridade com o regramento da Aneel.

Eu aproveito aqui para ressaltar o quanto esses dois instrumentos de inovação são importantes no Brasil, porque é a partir desses instrumentos que as empresas conseguem criar novos modelos de negócio e desenvolver suas novas competências, novos produtos. Enfim, é um instrumento muito relevante para todo o ecossistema de inovação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi falado aqui que, no Brasil, nós temos trabalhado na CNI e no Senai muito fortemente com esse conceito do Brasil como uma potência ambiental: nossa matriz elétrica limpa; com uma baixa intensidade de carbono – as empresas cada vez mais buscando a diminuição de emissão de carbono, de captura de carbono –; somos o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis; temos a maior diversidade de espécies do planeta; uma ampla cobertura florestal; e a maior disponibilidade hídrica do mundo. Esses, sem dúvida, são os nossos diferenciais comparativos no Brasil.

A CNI, como eu disse, já tem trabalhado, há dois anos, uma estratégia da indústria para o hidrogênio sustentável, em parceria com o Senai. Fizemos recentemente um estudo sobre hidrogênio sustentável, que está disponível ali no QR code, caso alguém tenha interesse. Foi estabelecido o Comitê da Indústria para o Hidrogênio Sustentável, com reuniões a cada dois meses – esse comitê já conta hoje com quase 200 participantes, entre empresas, associações, outros ICTs, todos os atores envolvidos no tema. Temos também o Observatório da Indústria. Estamos juntos participando nas câmaras temáticas do PNH2, em cinco câmaras temáticas, sempre acompanhando as iniciativas aqui do Poder Legislativo, com muitas parcerias nacionais e internacionais e alguns projetos de pesquisa já em desenvolvimento pela nossa rede de institutos de inovação.

Dentro do Comitê da Indústria, nós percebemos que a grande maioria das empresas, 71% – ali ficou errado: é 71% "sim", e 22% "não" –, já está em busca de recursos para implementar projetos de hidrogênio verde, mas ainda não sabe como fazer isso. Outras, 74%, já estão com iniciativas em desenvolvimento. E 55% dessas empresas procuram também substituição desses combustíveis fósseis, tá?

Pode passar, por favor.

Recentemente, também, a CNI desenvolveu um plano de retomada da indústria. Esse plano foi baseado num estudo do CGEE com a Mariana Mazzucato que fala sobre inovações orientadas por missões. Então, o que é esse conceito? É o Governo, o Estado, orientando alguns temas para que toda a sociedade, toda a capacidade produtiva, a parte pública se empenhem para resolver aquele determinado problema. E os temas sugeridos foram descarbonização, transformação digital, saúde e segurança sanitária, e o quarto tema foi defesa e segurança nacional.

Dentro da parte de descarbonização – do tema de descarbonização, que eu vou falar no próximo eslaide com mais detalhes –, o Senai desenvolveu, a partir de toda essa operação que nós temos nos institutos de inovação, um conceito baseado nesse conceito maior de missão da Mariana Mazzucato, e nós criamos algumas chamadas para trabalhar temas específicos. Então, no de energias renováveis e eficiência energética especificamente, nós já fizemos com a Eletronorte, com a CTG Brasil, com a Energisa e com a Cornet, que é uma associação alemã para micro e pequenas empresas. A Unigel já está trabalhando, Senador, lá com o Senai Cimatec – que eu acredito que o senhor deva visitar na próxima oportunidade – também uma fábrica muito grande de produção de hidrogênio verde e geração de amônia. E eles estão trabalhando conosco em parceria também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os outros temas – não é objeto aqui da nossa conversa –, fizemos também uma importante chamada deste modelo de missão que a gente chama de missão industrial, já que a CNI trabalha para a indústria. Então, como eu disse, fizemos uma adaptação do conceito original da Mariana Mazzucato e fizemos com a Suzano para conservação florestal e bioeconomia, e economia circular, que foi circularidade do vidro com o Grupo Petrópolis.

Pode passar, por favor.

Dentro desses pilotos que nós realizamos com empresas do setor de energia que têm cláusula de obrigatoriedade da Aneel, nós trabalhamos, nós fizemos essa chamada e já tivemos oito projetos aprovados num valor total de R\$56 milhões, sendo que ficaram – vamos dizer assim, entre aspas – 55 "projetos não aprovados", mas que ainda estão em carteira, porque nós os recebemos e não havia recurso para aprovar todos. E esses 55 projetos chegam a um total aproximado aí de R\$300 milhões. São propostas de projetos que o Senai recebeu nessas grandes chamadas e nos quais a gente certamente vai fazer um trabalho específico para a chamada da Aneel.

Por favor.

Esses foram os temas que nós recebemos dentro dessas chamadas. Todas elas envolvem modelos de negócio, regulação, envolvem produção do hidrogênio a partir de resíduos, utilizando eletrólise, gaseificação, enfim... A gente tem aí muitos projetos na questão de digitalização também, produção de amônia, de ureia... Esses foram os principais temas que nós recebemos nas chamadas.

Pode passar, por favor.

Como resultado dessas chamadas que nós temos realizado nos últimos dois anos, hoje esse é o nosso cenário. É claro que, a partir do momento em que você coloca uma planta de hidrogênio em um porto, você já imagina que ele seja para exportação. E, como já foi falado aqui, a possibilidade hoje é para a gente exportar isso como *commodity* para fora do país.

Já começando aqui pelo estado do nosso Senador, o Ceará hoje é o carro-chefe; foi quem iniciou todo esse processo de trazer empresas para a produção de hidrogênio, lá no Porto do Pecém, no Ceará.

Em Suape... Eu soube também que o Governador já esteve lá com os nossos colegas da Federação das Indústrias de Pernambuco, visitando o Porto de Suape. A gente deu o nome lá de TechHub, que é um local para desenvolvimento de tecnologias, de novas energias e tudo relacionado à transição energética. O Porto de Suape destinou um espaço para que o Senai, junto com outros parceiros, criasse ali um ecossistema de inovação para falar sobre transição energética. E aí estão sendo desenvolvidos vários cursos. A gente tem metas de desenvolvimento de *startups*, de novas empresas... Enfim, ali é um ambiente propício para que as coisas aconteçam. E a ideia é que a gente forme um *supercluster* lá com o pessoal da Federação das Indústrias do Estado do Ceará para justamente fazer a parte da exportação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei de Camaçari, da Unigel...

No Porto do Açu, a gente tem, com a cláusula de P&D da ANP, uma parceria com a Shell para desenvolvimento de eletrolisadores.

Aqui, no Centro-Oeste, possivelmente esteja entrando uma nova empresa também para desenvolvimento de hidrogênio verde a partir de biomassa.

E, no Amazonas, a gente tem um circuito isolado para descarbonização, utilizando um motor movido a hidrogênio verde. Então, a ideia é "containerizar" a solução para que ela possa ser facilmente distribuída em vários locais da Amazônia e gere energia e tenha energia armazenada para que as comunidades possam utilizar essa energia.

Outros projetos. Já temos também projetos de aumento da eficiência dos eletrolisadores; temos projetos para desenvolvimento de novos materiais para vasos de armazenamento do hidrogênio; enfim, já temos uma carteira interessante e complementar também desses projetos que estão se tornando um grande programa de hidrogênio junto com essas empresas.

E aí, para finalizar, tudo o que a gente tem conversado e toda a nossa experiência nesses últimos anos.

Em relação a políticas públicas, a gente entende que é importante promover a utilização do hidrogênio como um elo da cadeia, um elo entre a energia limpa e o carbono. Então, o hidrogênio combinado com outros hidrocarbonetos pode gerar diversos produtos e aí entra um pouco na questão também da exportação, que a gente não precisa usar o hidrogênio apenas como *commodity*, mas ter um produto final com valor agregado.

Aumentar a produção de energias renováveis. Se a gente vai exportar 10 milhões de litros, de quilos de hidrogênio, de toneladas, desculpa, de hidrogênio, a gente naturalmente terá que aumentar também a produção de energia renovável.

A indução da mudança da matriz energética com baixa emissão de carbono.

E é necessário a coordenação público-privada para que todos entrem no mesmo propósito.

Para a tecnologia, e aí eu acrescentei ali a inovação. A gente sugere também a ampliação dos *players* nacionais para desenvolvimento de tecnologias e equipamentos. Esse foi o grande gargalo dessas chamadas de hidrogênio que nós fizemos, porque hoje nós praticamente temos um *player* nacional, que agora também nem é tão nacional, é um pouquinho alemão. E realmente isso é um gargalo, a gente percebeu, isso ficou muito claro.

Há a falta também de mão de obra capacitada. No Senai, a área de educação já está desenvolvendo diversos cursos para suprir essa demanda, está bem latente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de desenvolvimento de novos *blends*, como eu comentei agora, em hidrogênio. E aí, como sugestão, Paulo, aproveitando aqui a deixa, isso pode entrar também como requisito da chamada da Aneel, só uma sugestão.

A questão de conectar as plantas de hidrogênio com o *offtaker*, também foi uma dificuldade muito grande que a gente percebeu, porque a empresa de energia não quer simplesmente montar a planta, ela quer montar, mas ela precisa ter o *offtaker*, porque senão ela vai ficar com a planta meio sem utilidade. E isso realmente foi um grande dificultador, porque você precisa prever a quantidade de hidrogênio que vai sair, o tipo de hidrogênio, qual produto vai ser gerado e já tem que ter um comprador associado. Então isso foi uma dificuldade para a gente também.

O subsídio das primeiras plantas de geração. Tem uma chamada que foi da H2Global; a gente achou um modelo muito interessante porque ele subsidia a diferença do hidrogênio cinza para o hidrogênio verde. Então, a ideia do *supercluster* que as duas federações, Pernambuco e Ceará, estão conversando é para ter uma zona ali em que isso possa acontecer. Então quem colocasse projetos ali naquela zona teria algum tipo de subsídio, como uma Zona Franca de Manaus, é a ideia deles.

E, por último, que eu já falei, a questão das *commodities*, a gente tentar agregar mais valor.

Nós fizemos várias entrevistas com várias empresas e os setores que têm maior demanda hoje, sem dúvida, são: o setor de transporte, todos os modais, falamos com empresas de navios, empresas do setor automotivo, e sem dúvida nenhuma esse é um grande setor que vai ser bastante impactado; a agroindústria; o setor químico e a siderurgia.

Então, era isso, Presidente. Muito obrigada mais uma vez.

A CNI e o Senai estão super à disposição de vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Dra. Paula.

Eu quero agradecer aqui a presença de todos, todos que nos acompanham aí pelas redes; agradecer, de modo especial, à apresentação do Almirante Rodolfo Henrique de Saboia; agradecer à disponibilidade aqui do Felipe, da ANA; agradecer ao Paulo, de modo especial, e cumprimentar Aneel por se dedicar a esses editais e se dispor a realizá-los.

É dessa forma que a gente, com certeza, vai viabilizar tecnologia. Isso nos dá conforto, porque, em muitas áreas, o Brasil dificilmente conseguirá ficar em pé de igualdade ou *up to date*, para usar a expressão americana, com os países mais desenvolvidos – em informática, em uma série de áreas cujo bonde da história nós já perdemos. Vamos ficar eternamente dependentes deles. Mas nessa área de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias para o hidrogênio verde não há ninguém que esteja muito à frente do Brasil, e nós temos aqui, como já foi dito, o maior potencial de geração de energia renovável. Com isso, certamente – com iniciativas como esta da Aneel, de investimento em editais para novas tecnologias e inovação –, a gente vai poder ter um papel destacado no mundo.

Quero cumprimentar a Dra. Erica e agradecer a ela, pedindo aqui que cada um deixe as suas apresentações como contribuição. Agradeço-a – além da apresentação – por essa publicação que foi feita. Agradeço, mais uma vez, à Dra. Paula.

Peço desculpas aqui aos que apresentaram perguntas, mas nós estamos procurando seguir o roteiro de duas horas para não abusar da boa vontade dos nossos convidados nem da nossa audiência.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, que acho que encerra o ciclo de audiências públicas.

Nós ainda teremos algumas visitas, mas vamos intensificar os nossos esforços agora no trabalho de legislação, para que a gente possa ter, o mais rápido possível, uma minuta a ser apresentada à consideração dos nossos pares aqui no Senado e, naturalmente, de todos aqueles que possam contribuir para que o Brasil tenha uma legislação moderna e eficiente.

Obrigado.

Encerrada a sessão.

(Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Foi instalada a Comissão e foram eleitos, por aclamação, o Senador Plínio Valério, Presidente, e o Senador Jaime Bagattoli, Vice-Presidente. O Senador Marcio Bittar foi designado Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/14>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal 292, de 2023, para, abro aspas, "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023".

Esta reunião destina-se à instalação e à eleição da Mesa desta Comissão.

Instalada a Comissão, eu consulto as Lideranças – ou seja, os Parlamentares presentes – sobre indicações para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

A palavra está liberada aos presentes.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Presidente Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Ao longo dessa história da questão da CPI e depois da autorização, eu manifestei aos membros que aqui estão, como o Lucas, o Zequinha, o Marcio e o Hiran, o meu desejo de ser Presidente. Tive deles todos o apoio. Portanto, eu me candidato a ser Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra está franqueada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Eu quero concordar com a lembrança do nome do Senador Plínio Valério, pois, além de ser um amazônida, como V. Exa., que é de Rondônia e que conhece a Amazônia, ninguém mais, de todos nós que queremos estudar sempre um pouco mais a Amazônia brasileira, do que o Senador Plínio Valério trabalhou ao longo de anos para haver esta Comissão, que vai investigar, que vai tentar separar um pouco o que são algumas ONGs bem-intencionadas, que prestam relevantes serviços na nossa região, de algumas que talvez não estejam bem-intencionadas. Então, eu entendo que ninguém mais está legitimado que o Senador Plínio Valério para ser o Presidente desta Comissão. Então, ele tem o meu total apoio. Independentemente do lugar que eu venha a ocupar na Comissão, ele tem o meu total apoio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra está franqueada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Só tem aqui o Senador Beto Faro, e, logo depois, eu passo a palavra para V. Exa., Senador Dr. Hiran.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, inclusive, me reportei hoje ao Senador Plínio Valério... Já há toda uma articulação em torno do nome dele para presidir a nossa Comissão. Externei, inclusive, o nosso apoio a isso, mas não é nem em relação à Presidência e à Vice-Presidência. A relatoria é por indicação do Presidente, depois de eleito, mas quero colocar aqui o meu nome à disposição para a questão da relatoria. Acho importante que a Presidência e a relatoria, pelo que está sendo dialogado, aqui sem esconder, não serem do mesmo bloco, da mesma visão, da mesma matriz política... Sou amazônida também, sou do Estado do Pará, conheço profundamente essa temática. Já participei, inclusive, na Câmara dos Deputados, de CPI que tratava de assuntos bem parecidos, idênticos ao que nós vamos debater aqui, no Senado. Portanto, venho colocar aqui à disposição de todos o nome para a questão da relatoria. Concordando com o nome do Senador Plínio, eu queria que esta Comissão pudesse fazer a avaliação junto com o Plínio da questão da relatoria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Presidente Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores, eu quero também manifestar aqui o meu apoio incontestado à eleição da Presidência desta Comissão tão importante para nós que vivemos na Amazônia. Nós vamos aqui fazer um trabalho muito importante para o Brasil, porque vamos, como disse o Senador Marcio Bittar, identificar aquelas organizações não governamentais que são importantes para a nossa região e aquelas que precisam ser extirpadas – utilizo um termo médico para se entender melhor.

E quero dizer, meu querido eminente Presidente Plínio, que é meu quase conterrâneo – ele nasceu um pouco mais acima do que eu, eu nasci em Tefé e ele nasceu lá em Eirunepé; sua irmã era grande amiga da minha finada mãe –, que é uma honra para nós ter você presidindo esta Comissão que vai ser tão importante para o Brasil e para que o povo brasileiro conheça a realidade da vida daquelas pessoas que vivem naquela imensidão verde que é um patrimônio do nosso país.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns desde já pelo trabalho que você vai desenvolver nesta Comissão, Plínio! (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – É bem rápido, é só para eu entender a dinâmica. Eu já anuncio meu voto aqui no Senador Plínio como Presidente. Para a relatoria, se não me falha a memória, o senhor se ofereceu aqui, e o Marcio Bittar...

Se pudesse nos adiantar, Senador, como vai ser essa votação, essa escolha por parte da gente...

Então escolho Marcio Bittar como Relator, e o Plínio, como Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero neste momento também aqui dizer do meu desejo de apoiar o Senador Plínio Valério para a Presidência desta CPI. Eu entendo que esta CPI vai nos ajudar muito.

Na Amazônia, como V. Exa. sabe, temos alguns poderes; não é só um, são pelo menos dois que, do meu ponto de vista, que são paralelos ali. Além do poder do Estado, o poder oficial, tem o poder das ONGs que militam e que direcionam... Elas entram, talvez, no vazio de uma política governamental. E nem todas são ONGs sérias, que querem trabalhar, que querem ajudar, muitas delas para lá vão para ganhar dinheiro lá fora e atrapalhar aqui. Isso é um desserviço ao Brasil, e eu tenho certeza de que a gente vai identificar e poder dar um encaminhamento jurídico normal a esse tipo de procedimento.

O Senador Plínio, pela sua história e pela sua dedicação a esse tema, merece, com certeza, o apoio de todos nós para presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra continua franqueada.

Senador Mourão, por favor, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Confúcio, Srs. Senadores, eu tenho a máxima satisfação e orgulho de estar fazendo parte desta Comissão e quero destacar o trabalho do Senador Plínio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou um amazônida, eu sou um filho de amazônida e eu olho aqui para os pares que estão presentes, praticamente todos oriundos da Amazônia. Ao longo da minha vida eu tive oportunidade de viver nos mais diversos rincões da nossa Amazônia e, principalmente, observar o desserviço que é prestado por determinadas organizações não governamentais, que utilizam recursos públicos muito mais para se servir do que para servir à população da nossa Amazônia.

Então eu apoio aqui o nome do Senador Plínio para Presidente e considero que o nosso trabalho a ser desenvolvido é fundamental para que a gente desnude um aspecto de que todo mundo fala, mas que, no final das contas, nada é revelado. É nossa responsabilidade como Senadores!

E eu, apesar de representar o Estado do Rio Grande do Sul, repito, como filho de amazonense, vou trabalhar muito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Mourão. A palavra está ainda franqueada a qualquer dos Senadores presentes que queiram usá-la. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se pronunciar...

Com a concordância de todos, pelas manifestações proferidas pela maioria dos Parlamentares presentes, está sugerido o nome do Senador Plínio Valério.

Os Srs. Senadores e Senadoras presentes que concordam com o nome do Senador Plínio Valério para a Presidência desta CPI, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está eleito e aprovado. *(Palmas.)*

Eu passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Senador Plínio Valério para dar andamento aos procedimentos de submeter, se for o caso e desejar, os nomes para Vice-Presidência e a sua relatoria respectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a todos, a todas, ao Confúcio, porque eu sei o esforço que ele fez para convocar esta reunião. Ele não quis me dizer, mas eu sei que ele teve que se esforçar e se impor para convocar esta reunião.

Eu sei da missão que nós agora vamos cumprir e do fardo que escolhemos carregar. Costumo dizer que na vida a gente tem muitos fardos para escolher qual carregar, e quando a gente escolhe, esse fardo não pode ser pesado, porque a gente o escolheu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que fique claro para os que estão aqui e ouvindo: esta CPI não é contra o Governo. Esta CPI não é para demonizar ONGs. Esta CPI é para satisfazer o sentimento dos amazônidas que já não suportam mais serem usados, utilizados por algumas ONGs que prestam desserviço ao país, ameaçando mesmo – e não é chavão – a nossa soberania.

Nós vamos atrás dessas ONGs que pegam dinheiro em nome da Amazônia e nada fazem pela Amazônia, porque a Amazônia não é floresta só. A Amazônia é o ser humano, é o homem que habita nela!

E a gente pega todos os financiamentos das ONGs para a floresta, para demarcar, para otimizar, ensinar o caboclo a plantar... na realidade, a gente está cansado disso. Aqui só tem amazônidas. Os que não são, como o Mourão – é de pai, mas o Mourão é mais amazônida que muitos de nós –; o Jayme, que também nasceu em outro estado, é mais amazônida do que nós; o Styvenson é acriano de nascimento. E todos nós, Hiran, Zequinha, eu, o Beto, o Marcio, todos nós somos amazônidas.

Portanto, a gente vai dar voz aos invisíveis. O que nós chamamos de invisíveis? Aqueles índios que não fazem parte da narrativa, porque a narrativa é dada de fora para dentro e ela repercutindo aqui... Porque já estão capturados aqueles que vão dar veracidade a esse boato, a essa coisa que existe.

Então, ao longo dos anos, Senador Jaques Wagner, nós, que somos da Amazônia... Eu nasci me vendo sendo espoliado pelas missões religiosas. Menino, no Juruá, já via isso. Todos nós aqui vimos e temos a oportunidade de separar o joio do trigo. A CPI... A ONG que tem seu trabalho reconhecido será atestado por nós todos. E aquelas que nos roubam, Zequinha, que nos usam, que usurpam a prerrogativa do Governo... O Governo – não estou falando do Governo atual, estou falando de todos – passa para algumas ONGs a prerrogativa de Estado.

Então, o momento é de agradecimento. Quero dizer que nada vai nos desviar desse rumo. Só têm amazônidas aqui. A missão é árdua, a tarefa é difícil. Do que eu pude ver, ler, ouvir, conversar, o buraco não é mais embaixo, a coisa é muito mais em cima. E nós vamos desvendar, tentar desvendar isso. Na pior das hipóteses, duas coisas vão acontecer: uma, o Brasil vai tomar conhecimento de que as ONGs não satisfazem a todos, que na Amazônia não tem manipulação com algumas pessoas, que nós, representantes da Amazônia, não somos colonizados, vamos acabar com essa história de eles botarem cavalo de troia na floresta e pensarem que somos colonizados.

Os novos colonizadores são essas ONGs, que são o último elo da corrente. Começam nos grandes fundos internacionais, transnacionais, que financiam grandes ONGs, e por aí vai. E quem financia os grandes fundos, são quem? Indústria do gás, do petróleo, da energia, e por aí fora. Eu só estou dizendo isso, o que não é discurso, para firmar compromisso aqui em nome da Amazônia e do povo brasileiro. Vamos tentar abrir essa caixa de Pandora, tentar abrir essa caixa-preta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu falei hoje com o Beto, Jaques, que quando foi autorizada a indicação dos membros, o Governo, os blocos que apoiam o Governo não se interessaram. E nós conseguimos seis indicações. Com a maioria, pudemos instalar. A partir daí, a gente foi se escalando: eu pretendo ser Presidente; o Marcio Bittar mostrou sua vontade de ser Relator. Juntos, viajamos para São Paulo, fomos à *Folha de S.Paulo*, à Band, à Jovem Pan, à *Revista Oeste*, para falar e tranquilizar a todos de que isso aqui não é para demonizar ONG, nem é contra o Governo. É importante, Jaques, dizer isso diante do Líder do Governo. CPI não é contra o Governo, não tem nada a ver com o Governo. Nós vamos atrás das demais ONGs.

Portanto, pelo esforço que demonstrou, por tudo que já fez, eu escolho o Marcio Bittar como Relator. Eu até já externei essa opinião, Marcio. Nada contra o Beto. O Beto é tão amazônica quando nós. Aí é uma questão de *timing*, é uma questão... A gente não pode já estar há duas, três semanas trabalhando e agora o Beto chega e diz – ele tem todo o direito de dizer –: "Eu quero ser o Relator". Só que a gente acabou se adiantando, pensando que o Governo não mais indicaria os seus membros. Nós estávamos preparados para trabalhar com seis. Então, em nome de todos, pedindo ajuda a Deus, a gente vai fazer o trabalho.

Agora...

Marcio, por favor, componha a mesa aqui conosco. (*Palmas.*)

Já dou a palavra ao Jaques Wagner.

Eu tenho em mente um plano de a gente começar, mas eu não vou ousar colocar isso em prática sem ouvir cada um dos seus membros. Não tem mais eu, não tem o Hiran, não tem a gente: agora nós somos todos só um.

Muita gente diz assim: "Senador, não vai acabar em nada. Já teve a ONG da Funai... Aliás, já teve a CPI da Funai, já teve...". Não é que não vai acabar em nada: é porque há pessoas na vida que pensam que a glória está na vitória, e a glória não está só na vitória; a glória está na luta, que é o que nós vamos encarar daqui para a frente.

Jaques, deixe só o Marcio falar, e eu te concedo a palavra – tá, irmão?

Com a palavra, o Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, boa tarde a todos!

Quero começar agradecendo a confiança do Senador Plínio Valério e dos colegas com os quais eu conversei, fiz uma consulta prévia a respeito de um convite que eu havia recebido do Senador Plínio Valério. Quero aqui repetir as palavras do Senador Plínio para o Líder do Governo, Jaques Wagner, que está aqui na minha frente. Eu já lhe disse pessoalmente, quero repetir na presença de vários colegas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a Região Amazônica que a CPI não é contra o Governo nem contra as ONGs. O que existe são fatos, documentos, livros, textos de vários escritores que falam de duas vertentes, e acho que nós precisamos investigar aquilo – falo em nome da Amazônia –, passando ao largo de governos. Eu acho que o Governo atual, os governos que passaram e os governos que virão precisam estar muito atentos a toda a movimentação que se faz em nome da Amazônia.

Nós estamos falando de um território que é mais da metade do Brasil. Segundo o ex-Ministro Aldo Rebelo, da tabela periódica a Amazônia tem todos os elementos, tem muita riqueza naquela região, e sobre isto não pode pairar dúvida – como as que eu tenho –: de que parte da nossa soberania sobre a Amazônia já não nos pertence. Entendo que o Governo Federal, seja qual for, ele não pode assistir calado a movimentos que falam em nome da Amazônia, que habitam a imprensa, as universidades, que cooptam jornalistas, sem que o Governo tenha o mínimo controle sobre isso. É uma questão de Estado e não de governo.

Quero aqui cumprimentar o Dr. Hiran, agradecer; o Zequinha também, quero lhe agradecer. Quero cumprimentar de novo o Líder do Governo, Jaques Wagner. Beto, também quero lhe dizer que nós vamos trabalhar aqui com a maior responsabilidade, juntos. Quero agradecer meu colega de Câmara Federal, hoje Senador da República, passando pelo Governo do Estado de Rondônia: muito obrigado pela sua presença nesta Comissão, Confúcio Moura. Hamilton Mourão, quem serviu o Exército Brasileiro conhece a Amazônia mais do que a gente; a gente conhece mais o estado da gente, mas quem serviu o Exército Brasileiro anda, frequenta, morou, esteve trabalhando praticamente em toda a Amazônia; então vai contribuir muito. Jaime, muito obrigado pela sua presença, pelo seu apoio.

E quero aqui fazer uma homenagem à bancada de Parlamentares do meu estado, que me honra muito com a sua presença: Deputado Federal Gerlen Diniz, Deputado Federal Roberto Duarte, Deputado Federal Eduardo Velloso, Deputado Federal Coronel Ulysses, e o meu colega no Senado, Senador Alan Rick. Muito obrigado pela presença de vocês. Muito me honra.

E, por final, Presidente Plínio, conte com a minha dedicação, com o meu foco. Eu e a equipe minha do gabinete estaremos, de hoje para frente, focados, dando prioridade absoluta a esse tema. Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Uma palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Jaime, eu vou falar daquele assunto e já, já... Deixe-me conceder a palavra aqui, porque nós vamos continuar naquele assunto, tá, irmão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, eu queria cumprimentar e parabenizar tanto V. Exa., como Presidente eleito, como o Marcio, como Relator indicado.

Quero dizer que eu tenho absoluta consciência de que esta não é uma CPI contra o Governo. Acredito na palavra dos dois de que não será uma CPI contra as ONGs. E, no meu estilo de ser, eu acho que na democracia a gente tem que conviver com pensamentos diferentes. E eu digo sempre que a inteligência de habitar na democracia é buscar um caminho onde ninguém sai com 100%, sai com 50%, sai com 60%, sai com 70%, porque a democracia é isto: não quer dizer que o outro esteja errado; o outro pensa diferente da gente.

Eu só me preocupo porque uma das formas de detonar a democracia é exatamente se criar um dogma, uma mistificação, e a partir dali não se conversa nada. Isso vale para todo mundo, tá? Não estou falando nem de V. Exa. nem da CPI das ONGs. Eu lembro só... Por isso falei com o Marcio ontem, falei com o Plínio Valério, com o Beto, que também é da região, é do Pará. Colocou-se, e eu disse só que poderia mesclar porque poderia combinar pensamentos eventualmente diferentes.

De qualquer forma, Presidente Plínio Valério, houve já uma CPI – isso eu quero sempre trazer à baila; conversei com o Marcio também –, que, se não me engano, foi de 2009 a 2011, que resultou, inclusive, num projeto de lei do ex-Senador Tasso Jereissati, que, aproveitando o debate da Comissão, da CPI na época, fez um projeto de lei sobre relacionamento do Estado brasileiro com as ONGs.

E, agora, recentemente, saiu aquilo que eu lhe falei ontem lá – eu até trouxe aqui impresso –: o último relatório do TCU, que sucede aquele relatório feito pelo Ministro do TCU Vital do Rêgo. Esse foi feito... Eu não sei por que houve essa transferência, mas esse seria o relatório final, que não faz nenhuma anotação em relação, pelo menos, às ONGs cujas contas o TCU olhou. Eu não sei exatamente tudo, porque eu recebi agora recentemente.

Então, o que eu espero é que a gente não hostilize nem acoberte nada. Na minha opinião, eu acho que a gente tem que ter transparência até para que, à luz do dia, como se diz, a gente possa tirar dúvidas. Eu, seguramente, não sou um ingênuo, senão não estaria aqui e não teria sido Governador. Alguns falam que acham que é ingenuidade imaginar... Porque, infelizmente, se criou este debate: desenvolvimento *versus* preservação, o que eu acho que é uma coisa totalmente equivocada. Eu acho que preservação e desenvolvimento são demandas atuais. Todo mundo precisa gerar emprego e precisa gerar renda e todo mundo sabe que precisa preservar o planeta, sob pena de muitas coisas.

Então, eu só queria – a minha presença aqui, até porque eu não estou como membro da CPI –, como Líder do Governo, dizer o seguinte: eu não tenho nenhuma desconfiança de que essa CPI seja CPI contra o Governo, espero que ela não seja CPI contra ninguém especificamente, que ela seja uma CPI que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclareça, até porque nós temos relações internacionais. Eu também não acho que nós temos que ser colonizados. Por outro lado, a convivência com o mundo todo é algo que é necessário. Então, eu vou desejar só a clarividência ao Presidente, ao Relator e aos membros desta Comissão para que a gente consiga tocar o trabalho e não vire um mero – me perdoem o termo – pugilato. Eu acho que a gente tem que tentar fazer as coisas com tranquilidade, com serenidade para ter o objetivo de esclarecer o que se pretende esclarecer.

Então eu estou me colocando à disposição. Não há nenhum antagonismo, e, repito, eu prefiro ficar com a palavra dos dois, do Relator e do Presidente – ou do Presidente e do Relator –, de que não vamos transformar aqui numa estigmatização das ONGs, que eu acho que elas cumprem o seu papel na sociedade moderna.

Era só isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaques. E pode ter certeza disto, de que a CPI não é contra, ela é a favor do Brasil, e que não é caça às bruxas, de forma alguma. Quando o senhor fala em hostilizar e acobertar, nós não vamos hostilizar ninguém e acobertar.

Há quem diga – e na prática acaba sendo – que a maior importância numa CPI é da relatoria. Há quem diga e até é. Mas, como autor do pedido, Senador Jaques, eu quero estar na Presidência exatamente para evitar aquilo que houve em CPIs passadas. Aqui não é Big Brother, o Brasil não merece passar por outra vergonha alheia. Aqui ninguém vai prender, arrebentar ninguém. Eu tenho dito – e os membros depois, na prática, vão fazer – que se depender de mim, o depoente vai mentir como quiser. Eu vou estar com o que penso ser verdade, vamos confrontar. Tenha absoluta convicção disso – tenha! Daí a gente estar aqui garantindo.

O Senador Jaime se inscreveu primeiro. Eu o ouço, o Beto depois e o Senador Hiran.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Boa tarde a todos.

Quero dizer ao Senador Plínio Valério, assumindo a Presidência aqui desta Comissão das ONGs, e ao Senador Marcio Bittar, como Relator... E quero dizer para vocês a importância, Senador Jaques, de termos essa CPI das ONGs, até porque eu conheço aquela situação da Amazônia lá há quase 50 anos, que eu estou lá. Então, eu nasci... O que nós precisamos é ter um esclarecimento, a sociedade merece um esclarecimento e principalmente o povo da Amazônia Legal. A Amazônia Legal representa em torno de 53%, 54% do território nacional. Então, não só as pessoas que moram lá, mas o Brasil todo, merecem um esclarecimento para onde que está indo esse dinheiro que as ONGs estão... no que eles estão aplicando e de que forma estão utilizando esse dinheiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não é contra nada do Governo atual, as ONGs, nós sabemos que começaram lá no ano 2000. Então, nós só queremos, nós precisamos de um esclarecimento para a sociedade. Por quê? Porque o que nós não podemos hoje é interromper qualquer coisa que aconteça na Amazônia; hoje, interrompe-se ferrovia, rodovia, qualquer obra que é feita na Amazônia. Eu me lembro que, quando a Cargill foi se instalar em Santarém, foi o maior caos quando a Cargill foi instalar um porto. Senador Plínio, quando a Cargill foi instalar aquele porto em Santarém, demorou mais de dois anos, houve influência das ONGs, houve influência da questão ambiental.

Gente, como é que nós podemos fazer enquanto... Hoje eu vi uma matéria, Senador Jaques. Enquanto nós não conseguimos fazer mais nenhum metro praticamente de ferrovia, a China está andando, está avançando. Nós não somos contra a preservação; queremos a preservação, queremos que o Brasil progrida, queremos estar conscientes de que temos que andar junto com a produção e com a questão ambiental, mas o que nós mais queremos é que o nosso produtor rural seja remunerado por aquilo que ele preserva lá na Amazônia, porque, Senador Jaques, não é fácil produzir na Amazônia e você hoje ter que preservar 80% da Amazônia. Então, eu queria deixar... Se ninguém for contrário, eu pretenderia ser o Vice-Presidente desta Comissão das ONGs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Anotado, Senador Jaime.

Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar aqui a eleição do Senador Plínio, do Senador Marcio Bittar. E, naturalmente, por ser Senador e estar compondo, teria o direito de me apresentar e me apresentei aqui.

Nasci naquela região, tenho 53 anos de idade, nascido na beira de um rio chamado Rio Guamá, que passa ali na frente de Belém. Tenho um trabalho, uma experiência. Nós estamos tratando de uma CPI que está trata das ONGs não só da Amazônia. Embora eu entenda que o foco hoje está estabelecido na Amazônia, mas não é só Amazônia.

Nossa preocupação – e eu vou estar aqui atuando nesse sentido – é garantir efetivamente que a gente faça os esclarecimentos necessários, que a gente ouça, mas que a gente já não parta da ideia de que tem alguns já criminalizados e outros de bem e saia daqui procurando os argumentos para poder fortalecer isso. Acho que nós temos que ouvir todos, e nós temos um tempo razoável de trabalho.

Tenho experiências de ONGs muito positivas que eu pretendo inclusive trazer para esta Comissão, porque tem muita coisa, muito trabalho positivo sendo feito, assim como tem problemas. Em todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos da nossa sociedade, infelizmente você vai encontrar muita gente boa, mas vai também encontrar gente ruim, gente que desvia o caminho. E aí não é só nas ONGs. Então, em todos os segmentos nós temos isso.

E há algumas preocupações minhas. Nós estamos reatando agora, por exemplo, o Fundo Amazônia, reatando, buscando os recursos. Você sabe que ficou interrompido aí por um período, por uma decisão inclusive de governo. Nós tínhamos aqui, inclusive, feito, em 2020, por solicitação da CTFC, uma das Comissões nossa aqui do Senado, uma auditoria no Fundo Amazônia e a relação com que ela trabalhava com as ONGs, financiamento com as ONGs. Na semana passada, saiu um relatório do TCU, saiu um relatório dessa auditoria que diz que tem alguns procedimentos que precisam ser corrigidos, mas não há desvio, não há uma ação deliberada de desviar recursos ou de desviar o sentido do trabalho que teria que ser feito. E nós agora, reatando o Fundo Amazônia, qual é a relação que a gente constrói para que a gente não destrua um projeto que é fundamental para as boas práticas que pretendemos fazer naquela região? Então são ações em que eu acho que vamos ter que trabalhar.

O Senador Jaques Wagner aqui já relatou, já tivemos outras experiências de CPIs, inclusive projetos de leis após os relatórios das CPIs já colocando em projetos aquilo que a gente avaliava naquela CPI que era fundamental. O que não se pode é utilizar... Eu confio e estou confiando na relação que vocês estão estabelecendo nas suas falas que a gente vai aqui, de fato, buscar os esclarecimentos, aperfeiçoar, sair com proposições, inclusive, de aperfeiçoamento de como se investe nesses segmentos, mas nunca sair com a ação já de que tem os errados. Tem que investigar. O papel da CPI é investigar. Não tem relatório anterior ao término do trabalho. Está certo? Não pode ter relatório agora e serem construídos os argumentos depois. Nós já vivemos momentos disso na sociedade brasileira em que primeiro se achava o criminoso e depois ia buscar os crimes. E não foi boa a experiência para o Brasil. Está certo? Não foi boa e nós tivemos que reverter esse impasse.

Então eu estou aqui à disposição para colaborar com o trabalho da mesa e com o trabalho da CPI e espero que a gente faça, de fato, um espaço... Eu tenho visto, por exemplo, outras CPI no Parlamento brasileiro, agora inclusive nós temos CPI atuando, acho muito ruim a metodologia que está sendo utilizada, a forma de convocação; quem é convocado vem, fala e, daqui a pouco, sai e não ouve as perguntas, não ouve as respostas. Eu acho que nesse método nós vamos ter que trabalhar corretamente aqui para que a gente possa chegar ao final dos 130 dias ou mais por acaso, se tiver alguma prorrogação, com o resultado que, de fato, esta CPI contribua para o desenvolvimento, para a nossa região, para a política hoje de diminuição do desmatamento na nossa região amazônica, porque não há outro caminho. Nós temos que garantir isso, sob pena, inclusive, de que aqueles que produzem corretamente – e tem muita gente que produz corretamente – não terem sequer como colocar seus produtos no mercado internacional, pelas queixas que tem, pelas denúncias que tem e pela relação que estão sendo construídas naquela região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu me coloco à disposição e parablenzo pelo trabalho. Espero que a gente possa fazer um trabalho efetivo que contribua com o país.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto, pode ter certeza absoluta disso. O senhor vai estar presente, é membro, e vai me chamar atenção sempre que eu exceder ou alguém exceder. Quando a gente estiver certo, tenho plena convicção de que o senhor estará conosco; e, quando estiver errado, vai chamar a nossa atenção.

Eu disse aqui, Senadora Eliziane, no começo que – vale repetir para a senhora – que esta CPI nunca foi e não será contra o Governo. Esta CPI não é para demonizar ONGs. Nós temos algumas ONGs, principalmente na Amazônia, que precisam ser investigadas e nos dar resposta.

Jaques, olha só – passo-lhe a palavra já, Hiran –, a Fundação Amazônia Sustentável recebeu 54 milhões do Fundo Amazônia. É lá no meu estado. Ela é responsável pelo Bolsa Floresta, que é de R\$50. Tem algumas coisas que devem ter feito, e nós vamos investigar, mas uma coisa me chama a atenção aqui. Quando a pessoa mandou para mim, dizendo que eu estava errado no que declarei, ela disse o seguinte – olha só –: que houve um aporte de R\$20 milhões do Governo da Amazônia em 2008. Esse aporte terminou em abril de 2015. Depois disso, a FAS seguiu pagando com recursos próprios até março de 2022. Por recursos próprios, entenda-se recursos do FAS aplicado em rendimentos. Então, são coisas para as quais a gente precisa de respostas.

Aí dizem: "Não, o dinheiro é nosso, é da fundação". Beleza! A fundação está correta. Nós não vamos escrever o atestado, mas vai ficar no relatório. Então, são perguntas que a gente precisa... Por que tanto dinheiro para uns e para outros não? Por que o Fundo Amazônia só olha em cima da floresta e não para o que está embaixo?

O senhor mesmo falou: a gente vai colaborar para tornar mais transparente o Fundo da Amazônia. Só maluco recusaria dinheiro internacional, e ninguém é maluco. A gente só quer transparência nele e que atinja também o ser humano, que atinja também aqueles invisíveis.

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Plínio Valério, nosso Presidente, Senador Marcio Bittar, a quem não tinha tido a oportunidade de parabenizar, mas já havia o compromisso, e, quando o senhor me solicitou apoio, acatei de pronto a proposição de ser o seu Relator.

Aliás, quero dizer aqui que nada contra o nosso querido Senador Beto Faro, mas apenas, pelo princípio da precedência, o senhor me falou já com muita antecedência sobre essa sua proposta de ser o nosso Relator, aliás, muito qualificado por ser um amazônida e conhecer muito a nossa região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer aqui para o nosso Presidente, para as Sras. e para os Srs. Senadores que nós acabamos de encerrar uma Comissão Externa sobre a crise yanomami.

Em relação a essa polarização, querido Senador, Líder do Governo, Jaques Wagner, a nossa Comissão tinha uma preocupação de que ali se pudesse polarizar entre A, B, ideologias de esquerda, de direita, aliás, um negócio que já está ficando meio enfadonho no nosso país. Eu acho que o país precisa de trabalho, precisa de proposições efetivas que gerem o bem-estar do povo brasileiro.

Então, a nossa Comissão... A Eliziane está aqui, foi Vice-Presidente, e acabamos, inclusive, de fazer uma discussão final sobre o relatório que eu, como Relator, apresentei, e acho, Eliziane, que fizemos um serviço ao nosso país.

Então, eu espero que, assim como aconteceu na Comissão Externa Yanomami, aqui, nesta CPI, nós possamos fazer um bom debate, mas um debate galgado no respeito às divergências, mas sempre, sempre com o objetivo de apurarmos a verdade, porque nós temos uma responsabilidade muito grande com aquela imensa área do nosso país.

Para vocês terem uma ideia aqui, no nosso Estado de Roraima, nós já temos disponíveis para a nossa agricultura familiar e para o agronegócio cerca de 8%, 9%, se considerarmos áreas indígenas, áreas de preservação, enfim, as áreas dos municípios, áreas do Exército.

Então, precisamos discutir muito essa questão para que aquela ajuda que vem dos fundos internacionais não seja, como é o meu pensamento, uma migalha em relação à magnitude do que nós preservamos. Então, que a gente possa, durante esses trabalhos também, valorar aquilo que nós estamos preservando para a humanidade, mas sempre deixando aqui consignado que a Amazônia é e sempre será nossa e tem que ser cuidada por nós. Nós é que precisamos direcionar as políticas que sejam públicas ou em parcerias públicas com essas ONGs, mas que elas sejam sempre, sempre feitas sob a nossa orientação e o nosso controle. É o que nós vamos fazer aqui.

Eu queria, antes de terminar esta minha fala, Presidente, dizer que nós estamos aqui na Casa hoje abrindo o VII Fórum de Saúde Ocular, que acontece todos os anos aqui, no Congresso Nacional. E eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina e oftalmologista, assim como o Eduardo Velloso, que acabou de sair daqui, que foi seu suplente e agora é Deputado Federal, aliás, muito envolvido com as causas da saúde, da oftalmologia, enfim... E nós estamos aqui na Casa com três oftalmologistas – um deles é o Israel Rozenberg, que está ali atrás, sentado, que foi meu professor, está aqui presente e vai participar do fórum; e mais Evandro Lucena e Diogo Lucena, que não são parentes, mas que estão aqui presentes também, ali atrás – que vieram aqui fazer o convite para que os Senadores e Senadoras participem da abertura do fórum, que vai ser lá na Câmara dos Deputados, às 17h30.

E, a partir de amanhã, o fórum acontecerá na sala, no anexo... no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, onde haverá debate sobre a saúde ocular do povo brasileiro, sobre acesso, aperfeiçoamento e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação da oftalmologia nos núcleos de atenção básica do SUS, enfim, assuntos importantes que versam sobre o nosso trabalho no dia a dia do cuidar do povo brasileiro.

Então, está feito aqui o convite, em nome dos meus colegas que estão ali atrás, para que todos participem da abertura e também possam dar uma passadinha lá no decorrer de amanhã, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, meu Presidente, e parabéns pela escolha do Relator, que nos orgulha muito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Hiran, a sua participação só vai engrandecer a CPI. Com os dados que o senhor me disse agora sobre os oftalmologistas, só me resta dizer uma afirmativa: aqui no Senado só não enxerga quem não quer, não é?

Com a palavra, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, queria cumprimentar V. Exas., desejar sucesso nos trabalhos desta Comissão.

V. Exa. sabe e é clara e notória para todos a minha colocação em relação à instalação desta Comissão, a minha resistência, exatamente pelo volume de organizações sociais que nós temos hoje no Brasil. São milhares de entidades no Brasil.

Então, eu acho que, até pelo tempo que se estabelece no requerimento e pela quantidade de organizações sociais que nós temos hoje no Brasil, se requer desta Comissão muita tranquilidade, muita serenidade, muita sabedoria, para não cometer injustiça, porque eu acho que esse é um dos maiores erros que um ser humano pode trazer, não é?

A gente sabe que hoje a política ambiental brasileira está se reposicionando, sendo recolocada. Nós tivemos aí por anos a fio a negação, eu diria até a exclusão de recursos internacionais que vieram para o país, como os do Fundo Amazônia, que passam a ser retomados.

É bom lembrar também, Presidente, que nós temos bons e maus em todos os lugares, inclusive aqui dentro do Congresso Nacional, nas nossas famílias, nas profissões. Então, isto faz parte da composição humana: ter bons e maus em todos os ambientes. Da mesma forma é também nas organizações sociais: nós temos entidades sérias e entidades não sérias. Então, eu vejo que aquelas na verdade que têm algum desvio de finalidade, que recebem recurso público e não conseguem na verdade fazer a apresentação da prestação de contas não apenas para os órgãos de fiscalização e controle, mas para a sociedade brasileira precisam – não há dúvida nenhuma – responder sobre esses recursos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem entidades... Agora mesmo, na Comissão dos Yanomami, nós recebemos uma entidade que recebeu, nos últimos quatro anos, R\$2 bilhões do Governo Federal, ou seja, R\$500 milhões por ano, ou seja, uma média de R\$50 milhões por mês. É um volume acima de todo o recurso das emendas parlamentares individuais de um Senador. Então, veja que é um volume vultoso para atuar na área da Amazônia. Então, você precisa entender para onde foi esse recurso. E, no meio de tudo isso, você tem uma crise humanitária nos povos ianomâmis sem precedentes na história do Brasil. Então, é preciso entender o que aconteceu.

Então, eu acho que é a esses casos que a gente precisa estar muito atento, e olhar, e verificar, e fazer de fato esse levantamento e esse acompanhamento.

Eu quero dizer ao senhor: não sou membro desta Comissão – até queria ser, mas eu realmente não estou como membro desta Comissão –, estou com uma outra missão numa outra Comissão, que é a CPMI, mas eu quero desejar realmente muito sucesso. E, mesmo estando numa outra Comissão, vou participar, quando for necessário, aqui desta Comissão. Hoje nós estamos na Coordenação da Frente Ambientalista do Senado Federal – ao lado, ali na Câmara dos Deputados, do Nilto Tatto, que coordena pela Câmara dos Deputados –, e quero me colocar à disposição naquilo que de fato estiver diante de nós.

E quero finalizar, Presidente, dizendo que o Senador Dr. Hiran acabou de trazer uma colocação aqui muito pertinente: na vida você faz o embate, mas você também faz o acordo e faz o entendimento. E eu sou uma pessoa que comunga dessa ideia. Na Comissão dos Yanomami, nós tivemos vários embates ao longo da sua formação, desde a instalação, durante o transcurso das atividades, e hoje nós tivemos um relatório apresentado por unanimidade, porque eu apresentei, Senador Jaques, um relatório em separado, totalmente, aliás, com vários pontos totalmente divergentes do relatório principal do Dr. Hiran. E nós apresentamos 11 propostas, se não me foge a memória, e dois projetos de lei, e apresentei para ele, e falei: "Dr. Hiran, meu objetivo aqui não é derrubar o seu relatório, não é apresentar um outro relatório, para ser aprovado o meu relatório, em detrimento do senhor, que foi eleito para ser Relator desta Comissão". E fiz a ele um apelo para que ele admitisse as nossas alterações, sobretudo aquelas de que a gente não abria a mão. Então, o relatório dele, ao final das contas, não era o relatório ideal que a gente desejava ter, mas foi o que foi possível, porque ele admitiu as nossas orientações, as nossas contribuições – a Senadora Teresa, que acaba de chegar, participou intensamente hoje dessa negociação. Ele admitiu as alterações e todos nós votamos a favor do relatório dele. Isso é democracia, isso é gestão do diálogo, isso é conversação, que faz parte do processo democrático de direito.

Então, é o que eu espero que realmente esta Comissão, ao final, tenha. Eu acho que, quanto mais unidade, mais construção tiver, melhor para o resultado dos trabalhos e, sobretudo, para evitar que qualquer injustiça ocorra com entidades que fazem um trabalho hercúleo não apenas na região da Amazônia, mas em todos os biomas do Brasil. No combate ao desmatamento, no combate, por exemplo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às queimadas e em todas as outras ações que degradam o meio ambiente, as entidades da sociedade civil, como os povos indígenas, têm um papel, de fato, preponderante.

Então, o meu desejo e a minha torcida é que os seus trabalhos, Senador Plínio, como o do Senador Marcio Bittar, sejam exitosos para o bem Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senadora Eliziane, pode ter certeza de que a sua presença vai ser bem recebida aqui, e a sua participação, melhor ainda. A senhora não é membro, mas terá voz na hora em que vier aqui, porque é isso que a gente quer.

Quando a gente fala, e a senhora cita o período e que são muitas ONGs, claro, nem um terço delas serão investigadas, nem um terço. Aquelas sobre as quais pairam denúncias e dúvidas trazidas pela comunidade, pelos povos da floresta, principalmente pelos indígenas, essas serão confrontadas, nada mais do que isso, e na certeza de que, ao final, nós vamos, sim, com o esforço de cada um de nós, melhorar a distribuição do Fundo Amazônia. E é o que nós precisamos: só melhorar, porque, enquanto o Fundo Amazônia só financiar ONGs que cuidam apenas da floresta, não irá adiante; tem que cuidar também do homem. E a gente vai colaborar, tenha plena convicção.

Aqui não vai ser Big Brother. O Brasil não merece passar vergonha alheia. A gente não pode causar vergonha a este país – a gente não pode, de forma alguma. E eu tenho que aproveitar a bênção e a graça que Deus me concedeu de ser Senador e poder estar aqui na CPI, porque, como menino de barranco que nasceu espoliado, usado pelas missões, naquela época, evangélicas e católicas também, que depois conheceu as ONGs, é hora de a gente desvendar isso, nada mais do que desvendar isso.

Eu quero saudar a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi, que está conosco; a Luciene Kayabi, que esteve comigo; e a outra que a acompanha ali, que eu não... Quero saudá-las e ter a participação de vocês, porque vocês, mais do que ninguém, podem falar. E parabéns por não aceitarem mais tutela. Eu acho que vocês não precisam de tutela, vocês precisam de atenção e dignidade.

Então, deixem-me externar aqui a indicação única do Senador Jaime para o cargo de Vice-Presidente da Comissão.

Consulto os Senadores membros sobre a possibilidade de a escolha do Vice-Presidente dar-se por aclamação. (*Pausa.*)

Com a concordância do Plenário, declaro eleito para o cargo de Vice-Presidente o nosso Senador de Rondônia, Jaime, que vai ocupar aqui – embora venhamos encerrar agora, Jaime, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa, que chegou agora, se quiser falar, depois eu lhe digo, faço um resumo do que nós fizemos aqui. Em síntese, Senadora...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Podia só falar como pretende concluir hoje? Teremos plano de trabalho, obviamente, na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, para a gente, então...

A gente já pode apresentar requerimentos na Comissão? (*Pausa.*)

Os requerimentos só podem ser apresentados por membros.

A gente tem alguns requerimentos aqui, feitos pelo Relator Marcio, que serão apresentados.

Então, Beto, você não só pode como deve apresentar relatórios, ou melhor, requerimentos. Acho que dificilmente teremos aqui problemas quanto à aprovação de requerimentos.

Senadora Teresa, o que eu disse lá no princípio e que eu acho que interessa muito à senhora, é que esta CPI não é para demonizar ONGs nem é contra o Governo. Ponto. Ela só vai investigar aquelas ONGs sobre as quais pairam denúncias, notadamente aquelas que receberam muito dinheiro e pouco fizeram.

Tanto é que o Fundo Amazônia declara já ter arrecadado cinco milhões e pouco, mas, até onde eu investiguei, foram três milhões e alguma coisa. E o universo que o Fundo Amazônia atingiu, pasmem, 266 mil pessoas num universo, se considerarmos só a Amazônia, de 25 milhões de pessoas. É muito pouco para muito dinheiro, e a gente só quer saber por que tanto dinheiro e pouco trabalho. Nada contra ninguém, tudo a favor do Brasil.

Com a palavra a Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa Diretora dos trabalhos e desta Comissão, desta CPI: Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, Senador Jaime Bagattoli. Cumprimento os demais membros desta Comissão. Cheguei atrasada porque estava presidindo uma Comissão aqui juntinho, a Subcomissão do Ensino Médio, no âmbito da Comissão de Educação. E fico feliz em ouvir do pronunciamento do Presidente que esta CPI não é contra ninguém, nem pode ser. Espero que ela seja a favor da transparência, a favor da democracia e que possa apresentar resultados auspiciosos. Porque se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cria em determinados momentos conjunturais, sobretudo hoje – não é? –, com o advento da internet, onde uma posição política às vezes ganha dimensão e *status* de um fato consumado... E, nesse aspecto, eu acho que as ONGs muitas vezes são penalizadas, concordando que existem algumas que nem esse nome mereciam ter: o nome, a personalidade jurídica, as finalidades de uma ONG, tudo é consignado em lei, mas existe quem distorça. Distorcem a lei para se constituir como um aparato, para se constituir como um espaço que de fato não representa a sociedade civil, não é? Na hora em que você é uma organização não governamental, essa personalidade lhe diz muito respeito.

Espero também que na próxima reunião a gente tenha um plano de trabalho, eu concordo com o Senador Beto Faro, a gente precisa... E já tem muito material colhido sobre o que a gente vai debater aqui – não é? –, inclusive tramitando no Tribunal de Contas da União, os senhores sabem disso. E eu espero que esse conteúdo possa ser também, institucionalmente, e pelo que nos compete, como Senado da República, apreciado e que possamos apresentar à sociedade um relatório, a exemplo do que fizemos hoje. Quando eu entrei na sala, eu estava ouvindo a Senadora Eliziane falar de uma Comissão técnica que, a princípio, poderia ter sido até traumática, não é? Mas não foi. Eu fui, somente de ontem para hoje, porque fui substituir o Senador Humberto Costa, mas eu sei o quanto de tensão tem naquele tema. E nós conseguimos não esconder a tensão, mas mediar. Mediar a tensão e aprovar um relatório de consenso. Pensávamos até que íamos dar o voto em separado, Senador Marcio, mas não foi preciso, porque houve o momento do diálogo e se construiu um relatório de consenso.

Eu espero que nessa CPI, em que temos, inclusive, uma dimensão maior – não é? –, com mais poderes do que uma Comissão técnica, a gente possa também chegar a esse resultado final de oferecer à sociedade uma leitura do Senado que seja uma leitura proativa, positiva e que possa contribuir com a afirmação da cidadania, com a defesa da democracia e com patamares de civilização e humanização ideais de que o nosso Brasil está precisando muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora. E, para que tudo isso aconteça, precisamos e contamos com a sua participação.

Vocês ouviram e quem está ao vivo aqui – o Senador Jaques citou, depois a Senadora Eliziane também tratou e a Senadora Teresa falou – TCU. É um problema, vamos tratar lá na frente. Nós temos um acórdão, publicado, do TCU, onde afirma que colheu de 20, 18 ONGs que cometeram erros. Dois principais: não prestaram conta com o BNDES e gastaram entre si até 85% do que arrecadam. Agora me parece, pelo que o Senador Jaques falou, que existe um outro relatório sobre essas mesmas ONGs dizendo que não tem nada. Então, nós vamos apresentar e começar... Como os senhores veem, como quem nos ouve agora, nós começamos agora, Senador Mourão, a trilhar um caminho extenso, árduo, sujeito a chuvas, tempestades e temporais, mas com a garantia de que não haverá injustiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse também, Senadora Teresa, aqui que isso aqui não vai ser Big Brother, isso aqui não vai ser palco para ninguém causar vergonha alheia. O Senado não é palco, o Senado não é circo. E a gente vai fazer isso, sim, a não ser que me tirem da Presidência, porque aqui ninguém vai botar dedo na cara de ninguém: "Você está mentindo, você é bandido, você é corrupto, você roubou". Não, a pessoa vai vir, vai mentir à vontade, e a gente vai pegar o que a gente tem de verdade e confrontar. Só isso. E, no final, a relatoria, com a participação dos membros, vai fazer o seu relatório.

Mas uma coisa é certa lá no relatório: vários projetos de lei para tornar o Fundo Amazônia transparente e necessário para a comunidade indígena. Porque, se eu perguntar para qualquer indígena, aquele que a gente chama de vezeiro, lá dentro, ele vai dizer que o Fundo da Amazônia não serve. E poderá ser muito bom, desde que a gente, com a sua colaboração, possa apresentar projetos.

Eu pergunto ao Senador Marcio Bittar se tem alguns requerimentos para apresentar já hoje.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Tem vários. Eu não sabia que era possível. A informação é que só poderia ser na próxima reunião. Não é isso?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Plínio, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu tinha pedido a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Poxa, vida! É o primeiro erro imperdoável. O Presidente já cometeu esse erro, mas não cheguei a ser injusto. É só um erro. Portanto, fale o dobro agora, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Plínio, quero cumprimentá-lo por assumir a Presidência e ao Senador Marcio Bittar pela relatoria.

Eu ouvi aqui as manifestações. Lamentavelmente, o nosso Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, já saiu, e eu queria expressar que esta CPI não é uma CPI contra Governo; ela é uma CPI em favor do Estado brasileiro.

Atrás de V. Exa. está um planisfério. É importante que nós, Senadoras e Senadores, entendamos a disputa que existe no mundo de hoje. Os espaços vagos no mundo, onde as grandes potências buscam ter a supremacia são a Ásia Central, a África e a Amazônia. E como se busca ter a supremacia na Amazônia?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por uma estratégia indireta. E a estratégia indireta tem, como um dos seus braços, o uso supostamente benéfico de organizações não governamentais.

Esta é a nossa grande tarefa nesta Comissão: defender o Estado brasileiro, defender o território, o patrimônio que nós recebemos dos nossos antepassados. Nós não estamos aqui para fazer caça às bruxas nem para perseguir ninguém.

Eu vi algumas referências aqui ao Fundo Amazônia. Lamento que o Beto tenha saído. O Fundo Amazônia, por uma decisão errada no primeiro ano do Governo ao qual eu servi, teve a sua comissão de fiscalização mudada. A partir do segundo ano, eu assumi a Presidência do Conselho Nacional da Amazônia Legal, retornei ao que era a comissão anterior, mas aí a disputa política impediu que os países doadores voltassem a abrir os recursos que já estavam represados no BNDES. Essa é a realidade. E, desde os anos 60, com base no pensamento do marxista Michel Foucault, se criou essa teoria da narrativa, e hoje nós vivemos imersos nessa teoria da narrativa.

Então, eu considero, Senador Plínio, que a nossa grande responsabilidade aqui é derrubar narrativas, é sermos os mais corretos, irmos em cima daquilo que realmente ocorre. Qual é o papel dessas organizações não governamentais? Por que elas trabalham em grande quantidade na Amazônia, na África, na Ásia Central e não trabalham em outros lugares? Sob a capa de que estão lá para proteger os indígenas, proteger o meio ambiente, mas qual é o fundo que existe nisso aí? Essa é a grande verdade que nós temos que descobrir nesta Comissão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Mourão, eu podia até, quando sair, lhe dizer o que eu vou dizer, mas eu prefiro falar de público. Eu ficava olhando para o senhor e me questionando se já tinha lhe dado a palavra. Na realidade, o senhor falou antes e foi tão marcante que eu pensei que o senhor já tinha falado agora.

Estou desculpado?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor não precisa pedir desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, porque aqui a voz é para todos e todas.

Só fazendo aqui... O Senador Marcio vai já comentar. A gente costuma pensar – isso aqui não é lição para ninguém, gente; é conclusão minha – que as guerras são ideológicas. Se você for aos primórdios, guerras foram sempre por espaço territorial, comida e água. Quando eu falo espaço territorial, comida e água, é igual na Amazônia – igual na Amazônia. Na Amazônia não pode nada para nós amazônidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas ONGs falam: "Precisamos preservar para as futuras gerações". Futuras gerações de quem, cara-pálida? A nossa, que está desnutrida? Os índios, que estão morrendo desnutridos? Quer dizer, futuras gerações deles – deles.

Então, o nosso entendimento, eu vou tentar convencer os membros, é de que há um movimento realmente transnacional para que torne a Amazônia intacta com vários... Antigamente roubavam o minério, diamante, ouro, era isso. Depois roubavam a biodiversidade, era isso. Mas agora não, o objetivo da agenda verde é isolar a Amazônia como um todo. Essa história de dar sempre terra para indígena, terra para indígena... Por que Manaus tem 40 mil indígenas vivendo em condições sub-humanas e vieram dessas áreas, dessas reservas? Se dar terra para o índio resolvesse, Manaus não teria 40 mil índios vivendo em condições sub-humanas, que a gente tem que, vez por outra, socorrer. Então tem algo errado – tem algo errado. O Amazonas preserva 97% de sua floresta e tem 56% da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Vale a pena preservar sem olhar para o homem?

Então, são essas indagações que eu trarei pra cá, com participação de todos os membros. A gente acha que, sim, existe um movimento – e se, no final, eu estiver convencido, direi, Senador, o contrário – para tornar a Amazônia no que eu chamo de jardim botânico, uma reserva, uma despesa dos recursos naturais, mas alguns índios, amigos meus, falam que querem tornar a Amazônia um zoológico. E é em nome desses índios... A esses índios invisíveis – nós vamos começar por eles, viu? – nós vamos dar voz, para que eles venham aqui e digam o que pensam, o que querem e o que não querem, mas principalmente o que não querem.

E me permitam... Mais uma vez, vou aproveitar a condição de ser Presidente.

Algumas emendas parlamentares minhas vão para etnias indígenas. Em uma delas, na etnia tenharim – eu fui lá, fizeram um ritual, e foi legal entregar uma emenda parlamentar –, tinha uma carta em quatro cartolinas. Quem é novo não sabe o que é cartolina, mas a gente que estudou lá atrás... Eram quatro cartolinas grandonas, escritas à mão. E dizia lá, quase que no começo: "Obrigado, Senador de palavra, por nos ajudar a realizar o nosso sonho". Eu estava realizando o sonho deles. Sabem qual era o sonho? Dezenove canoas de alumínio com motor rabeta e duas picapes. O motor rabeta eles vão levar um dia para o castanhal, para colher castanha, melancia e jerimum. Levavam quatro dias, Senador, para chegar e colher castanha lá. Olha o sonho! Olha o sonho do índio tenharim! É o mesmo sonho dos índios dos astros de televisão? Claro que não!

Essa imagem romântica das índias com os seios pontudos, com os índios todos – como é que chama? – divididos não é verdade. A gente depara com índios com os seios no umbigo, sem um pinga de leite para amamentar o filho. A gente depara com índios com frieira, com feridas no dedão do pé, porque foram mordidos por morcego. A gente depara com índios que não têm condição de comer, porque dizem que eles têm que viver isolados. Então, é em nome deles que a gente vai fazer isso. É em nome de vocês que a gente vai fazer isso ir adiante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio faz o comentário, e a gente encerra a sessão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É um breve comentário.

Eu acho que nós, através do esforço, do foco, da resiliência do Senador Plínio, acabamos tendo uma oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode participar...

Então, eu quero, aqui, ao término, Senador Mourão, dizer que eu quero louvar publicamente a resiliência, a persistência, o foco do Senador Plínio, porque esse trabalho persistente dele nos permite tratar dessa questão da forma como V. Exa. abordou.

Eu entendo que esta é a questão central: será que o interesse do Brasil, do Estado brasileiro e não de um governo, não está sendo aviltado? Qualquer recurso externo é bem-vindo ao país? Vírgula! Ele é bem-vindo ao país desde que o país exerça sobre ele, com muita clareza, uma transparência; caso ele esteja em sentido oposto ao interesse nacional, ele não é bem-vindo.

Um país como a Noruega, que é basicamente a grande financiadora do Fundo Amazônico... Nós temos interesse que ela aporte aqui um bilhão, dois bilhões? Temos. Mas, quando ela recebe uma isenção de uma multinacional dela, de capital misto, público e privado, de 7,5 bilhões, tendo aportado apenas 1 bilhão, já na contabilidade ela está no lucro, então, ela já não nos deu nada: ela deu um pedaço e tirou seis pedaços.

Bom, mas esse recurso, se ele vier em sintonia com o interesse nacional, é muito bem-vindo. Mas, se por acaso ele vier corrompendo secretarias estaduais de meio ambiente, se por acaso ele vier corrompendo através de algumas ONGs que acabam fazendo uma campanha no Brasil contra recursos naturais dos quais a Noruega vive, então aí ele passa a ser um recurso perigoso para o Brasil.

Portanto, a última fala minha é para dizer que, Senador Plínio, e eu estou falando isso do meu coração, não há tema que me comova mais do que o tema da Amazônia brasileira. E ele nos dá, com o nosso apoio, a oportunidade de esclarecer coisas, como ele diz... Eu sou acriano, embora nascido no Estado de São Paulo, mas eu não posso me conformar que, depois de 40 anos... A ECO 92 completou 40 anos no ano passado. Eu não posso me conformar com que o meu estado, por enquanto, tenha recebido de todo esse debate internacional e nacional mais pobreza e mais violência.

O retrato do Estado do Amazonas, que disse aqui o Senador Plínio, é o mesmo do Acre. Depois de tudo o que aconteceu, depois de nós termos ministros de Estado uma vez, duas vezes, de termos governos em sintonia com essa visão, nós temos hoje a metade do estado pobre. E não é a metade pobre só de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

branco, não. É a metade pobre de todos, de índios, de seringueiros, de colonos, pobres. Mais da metade da população acriana, se não tiver uma bolsa, qualquer que seja o nome, não come ao longo do mês. Então, a equação precisa ter nela o elemento humano.

Eu pedi a palavra para dizer essas duas coisas: parabenizar o Senador Plínio e louvar a sua fala como alguém que serviu o Brasil e agora serve de outra forma, conhece a Amazônia, e eu sei que o Exército Brasileiro tem essa visão de Estado brasileiro. E na Amazônia, nós temos essa tarefa, esse desafio.

Eu quero aqui assumir o compromisso com o Presidente Plínio, com todos os membros: tudo o que eu puder fazer nesses meses para que a gente contribua para que o país olhe e possa separar um pouco o joio do trigo e apresentar soluções, apresentar propostas legislativas para que a gente aprimore e exclua o interesse externo contrário ao interesse nacional – que a gente possa apresentar isso ao país.

Parabéns pela sua fala, é o centro também da minha preocupação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Senador Jayme, nosso conselheiro... Não, o senhor vai falar agora, o senhor disse que ia falar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Obrigado.

Sr. Presidente, prezado e estimado amigo, Senador Plínio Valério, nosso querido Relator Marcio, nosso querido Vice-Presidente, meu xará Jaime, demais Senadores e Senadoras, serei rápido.

Eu me senti até na obrigação de fazer uma pequena fala aqui, na medida em que também fui dos signatários desta CPI, quando V. Exa. me solicitou o debate, de pronto eu assinei, até porque nós temos que passar a limpo, de fato, o que está acontecendo no Brasil em relação a essas ONGs.

Eu, desde o meu primeiro mandato, tinha aqui um colega Senador chamado Mozarildo Cavalcanti, lá do Estado de Roraima, um estudioso da matéria, conhecedor profundo, sobretudo, em relação às ONGs. Ele já tinha, assim, desde aquela época, a sensação de que nós tínhamos que fazer alguma coisa para interromper esse cenário que lamentavelmente nós estamos vivendo até o dia de hoje.

E quem me fez falar aqui foi o Veneziano, nosso Senador aqui, ao dizer que uma ONG recebeu R\$2 bilhões – R\$2 bilhões. É muito dinheiro, não é? Comentava com meu querido Senador Jaime aqui: "Meu Deus, aonde foi esse dinheiro?". É quase algo parecido com R\$50 milhões por mês que receberam e ninguém sabe. E está lá o índio ianomâmi morrendo, desnutrido, sem nenhuma condição de saúde, de transporte, de educação etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, quando o Marcio pontua aqui dizendo da... E o General Mourão, nosso lorde Senador, fala da relação dos interesses internacionais. Nós não podemos abrir mão da nossa soberania nacional. Se ele quiser doar, investir aqui, até porque, a cada dez que ele recebe, ele manda um para cá e fica com nove na tesouraria deles lá... São os grandes defensores do planeta, dos povos indígenas etc.

Portanto, nós, povo brasileiro, temos a obrigação, sobretudo, aqui, se esse trabalho for independente, como eu trabalho... Lamentavelmente tem envolvimento também até de políticos com essas ONGs, que estão ganhando algum. Como lá em Mato Grosso diz, um quequezinho aí. E chegou a hora de nós acabarmos com essa patifaria. Isso é uma verdadeira patifaria. Quando você fala em ONG, virou verdadeira indústria aqui no Brasil. O Senador Mozarildo Cavalcanti tem uma tese de que tem alguns milhares de ONGs nessa vasta região do Brasil, que é a Região Amazônica. Somos mais de 20 milhões de brasileiros que habitamos essa área vasta do Brasil, e lamentavelmente nós talvez não sejamos tratados como devidamente teríamos que ser tratados. Somos lá lamentavelmente vistos como só desmatadores, devastadores da Amazônia brasileira, das nossas florestas, dos nossos ecossistemas, e não é verdade. Nós estamos ali segurando a nossa soberania nacional. Caso contrário, os interesses são muito maiores do que nós pensamos aqui. Todos os dias, eles colocam algo para, se possível, tomarem de nós, tornar ali talvez um outro país independente. Sei lá.

Nós precisamos do quê? Esta CPI, Senador Plínio Valério, eu assinei porque eu confio em V. Exa. V. Exa. é um homem sério, honrado e vai fazer com que possamos de fato e de direito, na conclusão dos trabalhos realizados por membros capitaneados por V. Exa. e pelo Marcio aqui, levar algo de concreto, para que seja realmente uma Comissão pró-ativa, de resultado em favor daquilo que se propõe esta CPI aqui, que é das ONGs.

Por isso, aqui eu quero participar. Mesmo não sendo membro titular, de vez em quando, venho dar uma peruada aqui. Eu venho de um estado também de dimensão continental, que é o Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados. Temos 63% da nossa área toda preservada, somos hoje campeões da produção nacional e lá eu vejo: temos muitas etnias do nosso estado que não têm o devido tratamento. Particularmente eu tenho investido muito. Só este ano já mandei três, quatro, cinco tratores de pneu, com grade, com arado, para dar para os índios trabalharem. Sou muitos os meus amigos que me procuram. Agora mesmo, estou comprando – não eu comprando, mas com emendas nossas – cinco caminhonetes para atender, para transportar: até um dia desses, adoece e não tem um automóvel para levar lá de sua etnia, muitas vezes a 300km, 400km – não tem um carro para transportar o seu filho que está doente lá. Então, estamos destinando recursos nossos da emenda, como o senhor destinou, para comprar os barcos etc. do Amazonas. Só este ano, aqui, nós estamos destinando R\$4 milhões a R\$5 milhões só para os povos indígenas do Mato Grosso, porque eu sei que eles querem produzir, eles querem ser tratados como tal, querem ser gente. Eles não querem ficar no anonimato, eles não querem ser subservientes a qualquer um que seja; eles querem ter o direito, como todos nós brasileiros temos, de ter seu celular, de ter sua caminhonete, enfim, de ter mais saúde, de ter educação etc.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, cumprimento V. Exa., torço por esta CPI e aposto que vai dar certo, até porque V. Exa. é conhecedor do assunto e o Marcio, meu xará, conhecedor também do seu Estado, Rondônia. E quero dar minha contribuição também, como ex-Governador do Mato Grosso, duas vezes Senador da República, três vezes Prefeito, enfim, de um homem de 72 anos que conhece perfeitamente a realidade do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Jayme, agradeço muito. O senhor foi um dos primeiros a assinar o pedido de CPI e resistiu heroicamente. Quando o senhor... O senhor me disse uma coisa – essa frase vocês não vão entender, mas eu gostei da frase. Falei: e aí, alguma pressão? Ele disse: "O que este braço aqui assina nada mais vai apagar". E a gente conseguiu as assinaturas necessárias para isso.

Então, eu queria encerrar, mas nós vamos... Terça-feira eu acho que a gente pode ver o horário, porque depende muito do Plenário. A gente pode... A gente comunica depois cada um dos membros, mas terça-feira pela manhã... Terça-feira pela manhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso. E amanhã protocola os requerimentos.

Eu queria então encerrar e deixar aqui, me permitam...

Pergunto ao Senador Mourão se quer falar novamente. *(Pausa.)*

Tranquilo. Pode sim. Aqui pode sim.

Se o Senador Jaime quiser falar e também o Senador Izalci, que acabou de chegar, eu não poderia não dar a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Plínio, eu só deixo a seguinte mensagem: a selva nos une. E tudo pela Amazônia!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E o sentimento de quem é espoliado, de quem é sacaneado a vida inteira também nos une.

Senador Izalci ou Teresa, se quiserem falar de novo, sem problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Eu aprendi aqui no Congresso: "nada sobre nós, sem nós". Então, para discutir a Amazônia, discutir toda essa região, têm que ser vocês que estão lá no mundo real. Muita gente dá muito palpite, decide muitas coisas sem sequer saber do que está falando ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem conhecer o mundo real. Eu sei das dificuldades. Estive recentemente na floresta e vejo o pessoal com muita dificuldade, mas o potencial que a Amazônia tem, a biodiversidade é muito grande.

Então, aqui a gente precisa, inclusive... CPMI é para mostrar a verdade dos fatos. Não podemos ser, como já aconteceu ontem – nem sei se foi ontem ou se foi hoje –, um lugar onde você tem uma CPMI direcionada, em que a Mesa já tem definido onde quer chegar. E a gente sofreu muito isso.

Espero que aqui não aconteça isso, porque a questão da Amazônia é a questão do Brasil; não é só de vocês, mas vocês são fundamentais, vocês que estão lá no dia a dia.

Então, desejo muito sucesso. Independentemente de participar aqui ou não, porque V. Exa. é o nosso Líder aqui, estarei aqui acompanhando. Contem comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Senadora Teresa, a senhora gostaria... *(Pausa.)*

Obrigado pela sua presença.

Dou aqui dois exemplos: dos marubos e dos banúas. Por aquele crime do jornalista, do sertanista, do ambientalista, de que todo mundo falou, Atalaia do Norte virou capital mundial. Deram repercussão – e têm que dar –, porque crime é crime, tem que ter punição, o assassino tem que ser punido. Passou tudo, e eles voltaram a ter o IDH pior – é o segundo pior do Amazonas. E a gente também conseguiu ajudar, olhem só, a população brasileira com uma emenda parlamentar para uma UBS flutuante que vai exatamente atender os marubos e os ribeirinhos que criaram esse conflito lá na área. É essa hipocrisia, essa cretinice que a gente não aceita mais.

Quem quiser que aceite. Quem for do Sul, do Sudeste, quem quiser que aceite, mas nós, amazônidas, não podemos aceitar isso. É muita cretinice, é muita hipocrisia, uma UBS de uma emenda parlamentar de R\$2 milhões... O BNDES passa diante do Fundo Amazônia, 30, 17, 34, 54 milhões... O Fundo Amazônia gastou três bilhões e pouco para atender a 266 mil pessoas na Amazônia. Só se ele construiu... Sei lá! Então, a gente vai em busca disso.

E, se terra resolvesse problema de índio, não tinha 40 mil índios em Manaus atrás de terra, brigando por terra, invadindo área, sendo expulsos... Vez ou outra ligam para mim, aí vai um advogado amigo meu para não deixar expulsar.

É essa a realidade que a gente vai mostrar para vocês, Brasil. É essa a realidade que nós vamos trazer, escancarar isso, para que o brasileiro, a brasileira, depois não digam que não foram avisados porque conhecem a Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conhecemos a Amazônia! Esse pessoal fala de carinho, fala de amor, e não pode falar de amor quem nunca soube amar! Esse pessoal não ama a Amazônia! Nós amamos a Amazônia. Por isso que a gente defende a Amazônia.

Agradecendo a Deus pela graça de ser Senador e a presença de vocês, reiteramos aqui o compromisso de não fazer vergonha a ninguém neste país. Esta CPI é para clarear, é para ajudar que os recursos internacionais e públicos sejam canalizados para quem precisa, e não para ajudar essa vida nababesca dessa gente.

A FAS (Fundação Amazônia Sustentável) está aqui, uma atriz dizendo que está indo à Ilha da Madeira, em Portugal, participar de uma reunião promovida por essa fundação, que diz que tem recurso próprio e que vive de rendimento de recurso próprio. Recurso próprio... Desculpem se a gente ri, mas é que a coisa é tão ridícula...

Então, a gente vai em busca destas indagações: quem são vocês, de quem receberam o dinheiro, por que receberam o dinheiro, o que fizeram com esse dinheiro. Aí nós vamos atrás, para ver se realmente eles fizeram com esse dinheiro.

Agradecendo a Deus por essa graça alcançada, a paz de Cristo a todos, e sigamos em paz.

Declaro encerrada esta nossa sessão.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa - Requerimentos..**

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2023 que : "Convida Luciene Kujãesage Kayabi, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2023** que : "Convida Adriel Kokama, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2023** que : "Convida Alberto Brazão Goes, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2023** que : "Convida Valdeci Baniwa, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2023** que : "Convida Marcelo Xavier, ex-presidente Funai." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2023** que : "Convida Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2023** que : "Convida Eduardo Fortunato Bim, Procurador Federal e ex-Presidente do Ibama." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2023** que : "Convida Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Abin." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2023** que : "Convida Lorenzo Carrasco, jornalista." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2023** que : "Convida Evaristo de Miranda, pesquisador aposentado da Embrapa." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2023** que : "Convida Ricardo Sales, Deputado Federal e ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2023** que : "Convida o Senhor General Augusto Heleno, Ex-ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2023** que : "Convida o Senhor Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2023** que : "Convida o senhor Aldo Rebelo, ex-deputado federal e ex-Ministro de Estado." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2023** que : "Convida Marco Túlio Scarpelli Cabral, conselheiro da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2023** que : "Convida a Senhora Joenia Batista de Carvalho, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2023** que : "Convida o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisador Luís Ercílio Faria Junior, pesquisador e doutor em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2023** que : "Convida o Senhor Raimundo Ferreira de Sousa, morador da Comunidade Capixauã." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2023** que : "Convida o Senhor Luiz Carlos Molion, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2023** que : "Convida o senhor Benjamin Benzaquen Sicsú, presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2023** que : "Convida Ysani Kalapalo, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2023** que : "Convida a Deputada Federal Sílvia Waiapi, deputada federal." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2023** que : "Convida Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2023** que : "Convida Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no estado do Pará." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2023** que : "Convida Aldo Rebelo." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Receita Federal." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MRE (Ministério das Relações Exteriores)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo TCU (Tribunal de Contas da União)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela CGU (Controladoria- Geral da União)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2023** que : "Requisita Perito da PF." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2023** que : "Requisita servidor do TCU." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 39, de 2023**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Missão Evangélica Caiuá, Rev. Geraldo Silveira Filho, informações sobre a atuação da organização que dirige no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 40, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Kathyana Buonafina, informações sobre o Transferegov.br (antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv)." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 41, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim de expor sobre o estudo FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 42, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, Laís de Figueiredo Lopes, informações sobre a suficiência ou não da legislação que rege as atividades das ONGs no Brasil, sua presença pode esclarecer sobre a eventual necessidade de aprimoramentos legislativos sobre o tema." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 43, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro relator do processo 042.666/2021-0 do Tribunal de Contas da União (TCU), Antônio Anastasia, informações sobre os problemas identificados no programa Pátria Voluntária." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 44, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da Sitawi Finanças do Bem, Leonardo Letelier, importantes informações a respeito da atuação de ONGs no Brasil e o seu impacto econômico." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 45, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Missão Novas Tribos do Brasil, informações sobre o recebimento de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, para sua atuação na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 46, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Coordenadora da pesquisa "TIC Organizações Sem Fins Lucrativos" do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Catarina Ianni Segatto, verificar informações a respeito das ONGs no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 47, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o programa "Abrace o Marajó", relativas ao período de março de 2020 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 48, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, informações sobre autos de infração, embargos e outras sanções administrativas aplicadas contra organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 49, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria Geral da União (CGU), informações sobre o extinto programa Pátria Voluntária, relativas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao período de julho de 2019 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 50, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Polícia Federal, informações sobre inquéritos e investigações relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes de natureza socioambiental (Lei nº 9.605/1998 e outras aplicáveis) por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 51, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Banco Central, como funciona o ingresso de recursos internacionais para associações civis sem fins lucrativos no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 52, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informações sobre a existência de inquéritos civis públicos, ações civis e penais relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes ambientais por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 53, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Controladoria-Geral da União, informações sobre Organizações da Sociedade Civil, notadamente os bancos de dados inseridos no "Conecte-se"." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 54, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Carla Bezerra, informações sobre o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC)." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 55, de 2023** que: "Requer convite para CPI" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 56, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre a relação do órgão com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 57, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos de Novo Airão, informações sobre compras de terras por organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa - Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Plano de Trabalho. Autoria:** Sen. Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/20>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião destina-se à apresentação e à apreciação do plano de trabalho e à deliberação de requerimentos.

Antes de conceder a palavra ao Relator, o Senador Beto está apresentando extra...

Com a palavra, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, acho que a gente podia... Nós estamos apresentando aí cerca de 15 requerimentos, requerimentos de informações trazidas de pessoas à Comissão para esclarecer...

Eu queria, inclusive, sugerir, mesmo antes da leitura do plano de trabalho, ao nosso Relator Marcio que a gente, na ordem aqui dos nossos requerimentos, num primeiro momento da CPI, pudesse ter aqui as instituições públicas, que repassam recursos para essas entidades, para essas ONGs, mostrando para a gente como é que feito, para a gente dar uma nivelada nesse passo, quais são os procedimentos, quais são os parâmetros, o que é que tem sido feito, para, numa ordem seguinte, a gente chamar aquelas entidades que a gente avalia serem necessárias para prestarem os esclarecimentos e fazerem as investigações a que a CPI está se propondo. Então, sugeri isso.

Peço que a gente inclua – não sou só eu – como extrapauta... Eu devo ser o Senador que tem mais requerimentos extrapauta, mas tem outros Senadores. Trabalho aqui para que a gente faça, inclusive, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento para que a gente aprove todos os requerimentos e aprove o plano de trabalho. E, a partir daí, então, a gente organizaria com a Mesa esse plano de trabalho.

Acho que, assim, a gente começa bem, começa trabalhando no sentido de que a gente não achou o culpado antes do tempo. Vamos, no debate da CPI, buscar aqueles que têm responsabilidade com as questões que estão sendo levantadas.

Por isso, eu peço que a gente – não sei se o correto é extrapauta – possa incluir e aprovar todos os requerimentos. Chegou o Senador Zequinha Marinho, que, inclusive, é um dos que têm extrapauta também. Que gente possa aprovar todos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto. É importante a sua participação para que fique claro que esta CPI não é contra o Governo. Então, é importante a participação do PT. É importante a gente acatar seus requerimentos. Depois, a gente faz a pauta. Serão acatados, vão se votar em bloco, colocando aqui para o Plenário.

O Senador Zequinha também tem requerimento extrapauta.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – ... Presidente, em função da correria nas outras Comissões, Senadores Beto e Marcio.

Nós queremos apresentar um requerimento que se fundamenta em algumas ações que acontecem hoje na Região Amazônica lideradas pelo Instituto Socioambiental, que é uma das ONGs mais atuantes naquele pedaço de país, que influencia na criação de reservas indígenas, de reservas ambientais, em decisões judiciais, em defesas do Ministério Público Federal, enfim, em uma série de coisas. Eu acho que é uma das ONGs mais atuantes e mais poderosas em termos de condições financeiras para atuar, para trabalhar. É muito importante que a gente converse de perto, porque, lamentavelmente, essa atuação não é do interesse público. O interesse público está sendo jogado de banda. A população está sofrendo. A região está sendo prejudicada. E a gente precisa passar isso a limpo. E, aqui, eu acho que este espaço é fundamental.

Nosso requerimento. Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestarem informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na Região Amazônica, as pessoas abaixo:

- a Exma. Sra. Thais Santini, Procuradora da República em Altamira;
- e o representante oficial, o titular do Instituto Socioambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso requerimento.

Nós pedimos esse extrapauta, contando com a aquiescência dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

A exemplo do que vai ser feito com os do Senador Beto, nós vamos colocar em votação em bloco.

Eu pergunto, Beto, se você quer destacar para que quem esteja aqui tome conhecimento? É destacar não na votação, mas para que quem esteja aqui tome conhecimento de alguma prioridade sua.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não? Tranquilo.

Relator, alguma observação?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só uma observação pertinente à fala do Senador Beto. A gente concorda com esse encaminhamento. O Presidente vai ter a prerrogativa de ordenar a lista dos convidados, mas, em linhas gerais, Senador Zequinha, a ideia exposta pelo Senador Beto coincide com a do Relator. Para chamar ONGs, nós precisamos, primeiro, pedir as informações para, em tendo as informações em mãos, aí, sim, poder chamar com conteúdo, com base. Enquanto isso... Isso não impede que a gente... Então, a gente... No roteiro aqui das proposições, estão convites a pessoas, que são combinadas com o Presidente, que falam do tema, que conhecem o tema, que ocuparam ou que ocupam posições importantes com relação à Amazônia brasileira, e pedidos de informações. E, aí, dessa maneira, nós vamos ter base para, numa segunda etapa, saber em que momento a gente chama os representantes de algumas ONGs que a gente entender que sejam fundamentais para o esclarecimento.

Eu queria apenas cumprimentar o Presidente Plínio, parabenizar pela *performance* ontem nos veículos de comunicação nacional e dizer que eu fico impressionado, Senador Zequinha, quanto mais eu leio, Beto, sobre essa questão, Senador Confúcio. É impressionante. Já está chegando em minha mão muito material, e o que me impressiona é como tem gente falando da Amazônia há 40 anos, recebendo dinheiro e a Amazônia está cada dia mais pobre. É impressionante isso.

E, sim, são coisas absolutamente subjetivas. A nosso ver, agora, por exemplo, no Acre, a pedido de algumas ONGs, o Ministério Público Federal mandou suspender o projeto de licitação do projeto executivo de uma obra que liga uma região do Acre a Cruzeiro do Sul, Pucallpa, no Peru, condenando, simplesmente assim, condenando à eterna pobreza aquela região, porque é humanamente impossível que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ela produza o que seja para tirar lá de Cruzeiro do Sul, a 670km de Rio Branco, para vender em Rio Branco ou Porto Velho ou Sul do país.

Quer dizer, então, a impressão que fica – e é isso que a CPI, me parece, precisa tentar elucidar para o Brasil – é que, ao cabo de tudo isso, você tem uma militância na Amazônia brasileira, financiada por capital nacional e externo, cujo objetivo, no final das contas, é trabalhar contra hidrelétricas, contra estradas, contra pontes, contra estação mineral, contra inclusive a possibilidade de que os próprios índios possam de fato ser donos da sua terra. E é isso que a CPI vai tentar elucidar.

Sr. Presidente, estamos prontos para ler o relatório interno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Marcio, a gente vai submeter os requerimentos, mas o meu mestre, Senador Confúcio, chegou há pouco, e nós estamos a caminho de decidir e votar em conjunto os pedidos extrapauta do Senador Beto, Senador Zequinha, meu, se o senhor tiver algum também... Mas eu gostaria de ouvi-lo aqui, nem que seja para dizer que está tudo bem. Está tudo bem? (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pode continuar, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Se o senhor ordena, então eu continuo.

Passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e, com a anuência do Plenário, também dos seguintes requerimentos extrapauta: Requerimentos 39 a 54, do Senador Beto Faro; 55/2023, do Senador Zequinha Marinho; 56 e 57 do Senador Plínio Valério.

Nos termos do art. 235, III, "d", item V, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco dos requerimentos constantes da pauta.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos: Zequinha, Beto, Confúcio.

1ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 1/2023**

Convida Luciene Kujãesage Kayabi, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 2/2023

Convida Adriel Kokama, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 3/2023

Convida Alberto Brazão Goes, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 4/2023

Convida Valdeci Baniwa, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 5/2023

Convida Marcelo Xavier, ex-presidente Funai.

Autoria: Senador Marcio Bittar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 6/2023

Convida Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 8/2023

Convida Eduardo Fortunato Bim, Procurador Federal e ex-Presidente do Ibama.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 9/2023

Convida Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Abin.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 10/2023

Convida Lorenzo Carrasco, jornalista.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

Requerimento Nº 11/2023

Convida Evaristo de Miranda, pesquisador aposentado da Embrapa.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 12/2023

Convida Ricardo Sales, Deputado Federal e ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 13/2023

Convida o Senhor General Augusto Heleno, Ex-ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 13

Requerimento Nº 14/2023

Convida o Senhor Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

Requerimento Nº 15/2023

Convida o senhor Aldo Rebelo, ex-deputado federal e ex-Ministro de Estado.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 16/2023

Convida Marco Túlio Scarpelli Cabral, conselheiro da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 17/2023

Convida a Senhora Joenia Batista de Carvalho, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 17

Requerimento Nº 28/2023

Convida o Pesquisador Luís Ercílio Faria Junior, pesquisador e doutor em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará.

Autoria: Senador Marcio Bittar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 18****Requerimento Nº 29/2023**

Convida o Senhor Raimundo Ferreira de Sousa, morador da Comunidade Capixauã.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE**ITEM 19****Requerimento Nº 30/2023**

Convida o Senhor Luiz Carlos Molion, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE**ITEM 20****Requerimento Nº 31/2023**

Convida o senhor Benjamin Benzaquen Sicsú, presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazônia Sustentável.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE**ITEM 21****Requerimento Nº 32/2023**

Convida Ysani Kalapalo, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 22

Requerimento Nº 33/2023

Convida a Deputada Federal Sílvia Waiapi, deputada federal.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 23

Requerimento Nº 34/2023

Convida Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 24

Requerimento Nº 37/2023

Convida Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no estado do Pará.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 25

Requerimento Nº 38/2023

Convida Aldo Rebelo

Autoria: Senador Nelsinho Trad





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 26

Requerimento Nº 7/2023

Requer que sejam prestadas informações pela Receita Federal.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 27

Requerimento Nº 18/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MRE (Ministério das Relações Exteriores)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 28

Requerimento Nº 19/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 29

Requerimento Nº 20/2023

Requer que sejam prestadas informações pela FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 30

Requerimento Nº 21/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 31

Requerimento Nº 22/2023

Requer que sejam prestadas informações pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 32

Requerimento Nº 23/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo TCU (Tribunal de Contas da União)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 33

Requerimento Nº 24/2023

Requer que sejam prestadas informações pela CGU (Controladoria- Geral da União)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 34

Requerimento Nº 25/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 35

Requerimento Nº 26/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 36

Requerimento Nº 27/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 37

Requerimento Nº 35/2023





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita Perito da PF.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 38

Requerimento Nº 36/2023

Requisita servidor do TCU.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 39

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 39, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Missão Evangélica Caiuá, Rev. Geraldo Silveira Filho, informações sobre a atuação da organização que dirige no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 40

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 40, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Kathyana Buonafigina, informações sobre o Transferegov.br (antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 41

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 41, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim de expor sobre o estudo FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 42

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 42, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, Laís de Figueiredo Lopes, informações sobre a suficiência ou não da legislação que rege as atividades das ONGs no Brasil, sua presença pode esclarecer sobre a eventual necessidade de aprimoramentos legislativos sobre o tema.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 43

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 43, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro relator do processo 042.666/2021-0 do Tribunal de Contas da União (TCU), Antônio Anastasia, informações sobre os problemas identificados no programa Pátria Voluntária.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 44

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 44, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da Sitawi Finanças do Bem, Leonardo Letelier, importantes informações a respeito da atuação de ONGs no Brasil e o seu impacto econômico.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 45

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 45, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Missão Novas Tribos do Brasil, informações sobre o recebimento de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, para sua atuação na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 46

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 46, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Coordenadora da pesquisa "TIC Organizações Sem Fins Lucrativos" do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Catarina Ianni Segatto, verificar informações a respeito das ONGs no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 47

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 47, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o programa “Abrace o Marajó”, relativas ao período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 48

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 48, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, informações sobre autos de infração, embargos e outras sanções administrativas aplicadas contra organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 49

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 49, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria Geral da União (CGU), informações sobre o extinto programa Pátria Voluntária, relativas ao período de julho de 2019 a dezembro de 2022.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 50

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 50, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Polícia Federal, informações sobre inquéritos e investigações relacionados aos cometimentos de danos e/ou crimes de natureza socioambiental (Lei nº 9.605/1998 e outras aplicáveis) por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 51

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 51, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Banco Central, como funciona o ingresso de recursos internacionais para associações civis sem fins lucrativos no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 52

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 52, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informações sobre a existência de inquéritos civis públicos, ações civis e penais relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes ambientais por parte de organizações não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 53

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 53, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Controladoria-Geral da União, informações sobre Organizações da Sociedade Civil, notadamente os bancos de dados inseridos no “Conecte-se”.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 54

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 54, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Carla Bezerra, informações sobre o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 55

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 55, DE 2023

Requer convite para CPI





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 56

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 56, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre a relação do órgão com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 57

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 57, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos de Novo Airão, informações sobre compras de terras por organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.)

– Apenas para dizer da concordância com o que foi colocado pelo Relator, Senador Marcio.

É muito importante que, quando a gente receba aqui, já se tenham levantado todas as informações que tenham sido possíveis, porque nem tudo é possível. Eu também vou receber hoje da Senadora Tereza Cristina um bom pacote de informações, a gente tem outras fontes que pode buscar e é possível enriquecer aqui um bom debate no dia dessa oitiva.

Uma das coisas também que me chama muito a atenção e me incomoda é o comportamento do Ministério Público Federal com as ONGs. As ONGs têm uma articulação muito grande com a Justiça, Ministério Público e imprensa, capazes de fazer qualquer tempestade em copo d'água. E isso a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ver com muito carinho, com muita calma, porque são aliados importantes, são servidores públicos importantes, que, de repente, ao invés de trabalharem pra defender o interesse da sociedade, se colocam e trabalham, investem muito, a sociedade pagando os seus salários, que não são ruins – não é, Senador? –, são bons salários, mas essas pessoas, lamentavelmente, na grande maioria dos encaminhamentos que fazem, não o fazem em defesa da sociedade, mas de interesses políticos, ideológicos, bandeiras que são financiadas pelo capital externo pra segurar a produção e uma série de coisas.

Não é saudável, não é saudável essa relação que hoje as ONGs mantêm com o Ministério Público Federal. É horrível isso! O Ministério Público Federal tem que ser uma instituição isenta; como fiscais da lei, têm que estar ali prontos pra tomar conhecimento não só do texto, mas do contexto, de tudo, e se posicionar pra que a Justiça possa funcionar.

Por outro lado, há uma tendência de o juiz sempre estar atendendo ao Ministério Público, ao promotor, nos seus encaminhamentos. A gente está vendo...

Aqui, por exemplo, nós estamos enfrentando um problema lá no Pará e Mato Grosso. Ferrogrão: não foi uma ONG que entrou contra a Ferrogrão, foi um partido político, foi o PSOL que entrou, e o ministro acatou, não é? Mas parece que acata sem prestar atenção no que está fazendo. Naquela rodovia lá, a BR-163, onde a Ferrogrão vai acontecer, na sua margem, o tempo todo, é caminhão rodando dia e noite, queimando óleo diesel, combustível fóssil, emitindo toneladas de gases de efeito estufa, poluindo. Aí eu impeço o avanço de um projeto de transporte sustentável como uma ferrovia, ainda mais utilizando a mesma faixa da rodovia.

Eu fico, assim, preocupado! "Ah, mas passa num parque e o projeto pegou, pediu 800ha". Sim, pediu porque, de repente, tem que abrir um pouco mais, mas é uma bitola aqui do lado. Só que está tirando 800ha, mas está agregando, numa outra reserva, cinquenta e um mil e uns quebrados de hectares, quer dizer, a reposição por uma possível agressão, à margem da estrada, é 51 mil vezes maior do que o que está... Então, não há de se reclamar da questão ambiental. E eu fico, assim, preocupado. E o juiz que não leu, não viu, manda suspender uma obra, dá prejuízo pro país, dá prejuízo pros municípios, dá prejuízo pro estado.

Um prejuízo, vou citar um aqui, só unzinho, como se diz lá em Belém. Barcarena é uma cidade portuária nossa lá. Uma das empresas, que tem porto grande e traz grãos, soja, milho, tal, não sei o que, lá no Porto de Miritituba, que embarca no navio aqui em Barcarena, sai da barcaça e passa pro navio, ela ia fazer, há dois anos atrás, investimentos de R\$1,5 bi. Aí suspendeu o investimento, em função dessa ação aqui. Quer dizer, poxa, num dos nossos municípios, que precisa tanto, o estado precisa tanto, o município precisa: um investimento de 1,5 bilhão suspenso até agora porque o Judiciário acata uma ação que não tem fundamento. Não há fundamento, nem na parte jurídica nem na parte ambiental. Mas acata. Isso é muito difícil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos trabalhar aqui pra ver se a gente faz um bom debate e escuta esse povo, porque não é possível que atrapalhem a vida de tanta gente, de um país que precisa tanto crescer, por causa desse tipo de procedimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Nosso Senador Mecias, de Roraima – aqui os suplentes terão também voz o tempo inteiro –, deseja fazer uso da palavra, Senador Mecias? Senador, deseja fazer uso da palavra depois? Então, eu também, depois...

Oi, Beto, desculpa.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, por conceder a palavra.

A linha de raciocínio é aquela que eu externei no início, de que a gente pudesse, num primeiro momento, fazer requerimentos de pedido de informações, todos, inclusive de como são os procedimentos.

O Senador Zequinha traz aqui uma questão do Ministério Público. Um dos meus requerimentos é exatamente de pedido de informações ao Ministério Público. Se na frente, a gente avaliar que tem que trazer aqui, que tragamos, que se possa... Se as informações que forem prestadas não derem conta de responder às questões, então temos que trazê-lo. Não tem nenhum requerimento, de nenhum Senador hoje, de convocação ou de convite a eles, porque eu acho que é o que nós temos, compreendendo este momento inicial da CPI, de fazer.

O debate político das questões ambientais, e a CPI não é só para questão ambiental, é bom que se diga isso, mas o debate político da questão ambiental, nós vamos fazer aqui, Senador, durante todo o debate. Eu compreendo que tem exageros e já marquei posições com relação a isso, mas não podemos esconder que há um problema também, um problema ambiental na região, sob pena inclusive de setores do agronegócio – eu produzo também, sou produtor –, sob pena de, daqui a pouco, não conseguirmos sequer vender os produtos da nossa região.

Então é necessário que a gente encare esses problemas de frente. Tem exageros, tem ONGs... Como eu falei no início da primeira reunião, em todos os segmentos tem os bons, tem os maus, tem aqueles que usam os recursos de forma correta, tem uns que não usam o recurso de forma correta. Em todos os setores, nós temos isso. Então, aqui não vai ser diferente. Que a gente tenha abertura para poder dialogar com todos, conversar com todos, chamar aqui todos aqueles que os Senadores estão indicando. Todos os Senadores vão receber informação de várias fontes, para que a gente possa ter êxito, de fato, no trabalho da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é só para reafirmar essa questão de que a gente aprove todos os requerimentos aqui. Acho que contribui para o início do trabalho da Comissão. É prerrogativa do Presidente organizar esse procedimento, só sugiro que a gente – e já havia a concordância do Senador Marcio – possa, neste primeiro momento, buscar todas as informações que vão nos auxiliar e vão ajudar muito na continuidade do trabalho.

Então é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É isso que a gente tem dito, que a primeira reunião seria aprovar os requerimentos. Nós queremos informações. Naquelas dúvidas que nós temos, denúncias que recebemos, precisamos de informação pra confrontar.

E aqui eu não vejo mais o Beto, do PT, eu não vejo mais o Zequinha, do Podemos. Eu olho aqui amazônidas: o Senador Confúcio, de Rondônia, o Senador Beto, do Pará, o Zequinha, do Pará, o Mecias, de Roraima, o Marcio, do Acre, eu, do Amazonas. Notadamente, o viés será ambiental, não será só ambiental, mas nós temos aqui, como amazônidas que somos, espoliados que fomos a vida inteira, usados como continuamos sendo, a obrigação de apurar, sem radicalismos.

Eu quero reafirmar aqui, como Presidente da CPI, o que tenho um dito por onde falo: esta CPI não visa demonizar ONGs, esta CPI não é contra o Governo. Esta CPI é a favor de um povo que já não aguenta mais ser espoliado, enganado e usado, que é o povo da Amazônia.

A gente também vai abordar os assuntos indígenas. Essa questão do Ministério Público – agora estou dizendo como Presidente, mas vou repetir o que dizia só como Senador: está tudo aparelhado, o Ministério Público Federal, o Ibama. O Governo brasileiro não manda em Ibama, não manda em Funai. Quem faz o estudo que impede a estrada de vocês são ONGs, muitas vezes é o ISA. Preparam, estão mancomunados com a Funai e com Ibama, eles encomendam o estudo à raposa tomando conta do galinheiro – eu até comparo. É bem pejorativo mesmo e não me importo, eu sou assim simples. É como se você mandasse macaco tomar conta de bananal e dissesse: macaco, não coma nenhuma banana, eu vou ali e volto.

Pedir estudo ao ISA, a essas ONGs, para dizer se aquela área deve ser demarcada ou não... Eles fizeram isso há décadas, há 30, 40 anos, há décadas. É tarde, agora. A gente está tentando estancar essa sangria. São 40 anos, até mais, disso. Eles aparelharam, espalharam os índios por onde queriam, para requerer área, terra indígena depois. O primeiro passo – opinião do Presidente da Comissão – era roubar, era ouro, era diamante, lá atrás, lá atrás. Depois, passaram para a biodiversidade e evoluiu para o que realmente eles querem, que é isolar a Amazônia e tornar a Amazônia uma despensa de bens naturais para o futuro, para as novas gerações, para as futuras gerações deles – deles, não é a nossa futura geração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eles tivessem cuidado com a Amazônia, a Amazônia, hoje, não tinha 54% abaixo da linha de pobreza, a Amazônia não seria o pior lugar do mundo para uma criança sobreviver, como atesta o Unicef. Então, isso é balela, isso é hipocrisia.

E nós vamos em busca disso, sem radicalismos, sem brigas. Aqui nós somos todos civilizados. O brasileiro não vai passar vergonha alheia por nossa causa. Nós não vamos causar vergonha alheia ao povo brasileiro botando o dedo na cara, chamando de mentiroso, ameaçando prender. Nada. Eu tenho dito que aqueles que serão chamados aqui poderão, inclusive, mentir, se assim o quiserem, e nós vamos comprovar com o que temos e confrontar. Confrontando, a verdade aparece.

Duas missões serão cumpridas aqui. A principal é muito difícil, que é realmente estancar, impedir que essas ONGs façam isso e aquilo. Mas a primeira é chamar a atenção do brasileiro para que o brasileiro entenda, compreenda, o que é a Amazônia, o que esse pessoal faz de mal para a Amazônia e para o nosso povo. E vamos mostrar o que é a Amazônia, na esperança de que o brasileiro passe a conhecer a Amazônia, passe a amar a Amazônia e, conseqüentemente, também a defendê-la, sem entrar nesse modismo dos colonizados.

Quando alguém vai ser recebido pelo Leonardo DiCaprio e ele fala aquelas bobagens sobre a Amazônia, repercute. Lá fora tudo bem, mas repercute no Brasil como se fosse verdade, e aqui só há Senadores do Amazonas que conhecem a realidade. Temos muito trabalho, temos que gritar bem alto para sermos ouvidos.

E o segundo é no final: vamos apresentar soluções, vários projetos de lei para que se torne transparente essa coisa do dinheiro que vem, do dinheiro que é usado, do dinheiro que sai.

Dito isso, nós vamos, então, passar à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e, com a anuência do Plenário – eu já falei isso aqui também, mas vou repetir –, dos requerimentos extrapauta dos Senadores Beto, Zequinha e Plínio Valério.

Já lidos os termos, os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, todos os requerimentos, todos.

Aqui, nós não vamos discriminar nenhum requerimento. Isso aqui não é a CPMI. Isso aqui é a CPI das ONGs.

Agora, eu passo...

Deixa-me ver aqui.

Concedo a palavra ao Relator Marcio Bittar para apresentação do Plano de Trabalho, para a leitura do Plano de Trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não.

Depois eu vejo isso.

Plano de Trabalho, apresentado pelo nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas, membros, vou passar a ler aqui o Plano de Trabalho, que já, de certa forma, foi elucidado aqui na abertura.

1. Introdução.

Há algumas décadas, o Brasil convive com a presença das "organizações não governamentais", entre aspas – entre aspas, porque são organizações não governamentais, mas que recebem muito dinheiro e têm convênios com o Estado brasileiro –, expressão que, apesar de seu uso frequente, é desconhecida pela lei brasileira, desempenhando funções nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura, assistência social e outras.

Também há algumas décadas, convivemos com as críticas à eficácia do Estado e ao seu caráter "burocrático" e "ineficiente", bem como com a ideia dos méritos das organizações privadas para a persecução de uma finalidade – elas seriam mais "eficazes".

A convivência de tais ideias terminou por gerar sua associação, e surgiram, então, desde 1998, cinco leis que regulam essa parceria entre o Estado e organizações da sociedade civil: Lei nº 9.637, de 1998; Lei nº 9.790, de 1999; Lei nº 13.019, de 2014; Lei nº 13.204, de 2015; e Lei nº 13.800, de 2019.

As alterações que se podem observar nessa intensa atividade legislativa são ambivalentes: tanto aumentam as exigências para qualificar uma entidade de direito privado a receber verbas públicas quanto, em si, consolidam em instituições a realidade das parcerias, ou seja, quanto mais fiscalizada e restrita, tanto mais institucionalizada e, com o tempo, imprescindível.

O período investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito quase equivale ao da instituição, pela lei, da possibilidade das parcerias. Acreditamos que essa extensão é necessária para que se propicie à sociedade brasileira uma visão panorâmica das condições, dos defeitos, dos acertos e das possibilidades das parcerias com a sociedade civil.

Na instalação desta Comissão, houve um ponto em comum entre todos os Senadores e Senadoras: o de que não se trata de CPI para fustigar o Governo e nem mesmo fustigar a ideia de parceria entre o Estado e entidades de direito privado. Trata-se de uma CPI a favor da transparência e a favor da sociedade brasileira e de seu Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Finalidades

- a. Tornar transparentes a relação entre o Estado, de um lado, e, de outro, as entidades de direito privado, que, na Amazônia, recebem verbas do Estado para o desempenho de funções públicas;
- b. Tornar transparentes os critérios utilizados por tais instituições para hierarquizar a distribuição de recursos públicos entre os cuidados com as pessoas e os cuidados com a natureza;
- c. Eventualmente, enviar à autoridade judiciária indício ou prova de irregularidade no trato dos recursos públicos;
- d. De um modo geral, qualificar o debate sobre as relações entre o Estado e a sociedade brasileira, fornecendo subsídios para a sociedade e para a atividade legislativa deste Congresso Nacional.

3. Meios

- a. Análise de documentos solicitados ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, à Polícia Federal, à Agência Brasileira de Inteligência, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a outras instituições que, com o decorrer dos trabalhos, revelem-se detentoras de informações que possam ser úteis à consecução dos fins da atividade da Comissão:
 - i. solicitar auditoria do TCU nos contratos;
 - ii. solicitar à CGU lista de contratos com indícios de irregularidade;
 - iii. solicitar ao TSE lista de ONGs que tenham efetuado doações a partidos políticos;
 - iv. solicitar ao Itamaraty dados acerca da atuação de entidades internacionais no contexto das ONGs no Brasil;
 - v. solicitar ao BNDES dados acerca dos repasses do Fundo Amazônia;
 - vi. solicitar à Polícia Federal investigações que estejam em curso sobre a atuação das ONGs;
 - vii. solicitar à Abin relatórios de inteligência sobre a atuação de ONGs na Amazônia.
- b. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de entidades em cujas contas, apontadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União, haja indícios de irregularidades;
- c. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de entidades que, conforme a Controladoria-Geral da União e conforme a Secretaria da Receita Federal do Brasil, tenham recebido valores significativos e haja indícios de irregularidades;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d. Realizar audiências públicas com os convidados relacionados nos requerimentos protocolados, sem prejuízo de outras pessoas que, no decorrer das atividades, revelem-se merecedoras de atenção;

e. Realizar visitas aos locais em que as ONGs analisadas realizam suas atividades.

4. Conclusão.

a. A Comissão dará a público relatório contendo os dados a que teve acesso e as conclusões a que chegou;

b. A Comissão enviará às autoridades competentes informações de que disponha e que contenham indícios de irregularidade; e, por último,

c. A Comissão indicará, também, as ONGs cuja atuação vier a considerar exemplar.

Esse é o objetivo central, Sr. Presidente, que já, de certa forma, está expresso aqui na fala dos colegas e, principalmente, do Presidente da Comissão.

Passo a ler os requerimentos? (*Pausa.*) Ah, foram todos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Foi tudo junto. Todos os requerimentos extrapauta foram todos juntos para a gente...

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do plano de trabalho apresentado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É só para a gente... É claro que o foco – inclusive a gente percebe pela composição da nossa Comissão, com Senadores amazônidas – é a Amazônia, mas, por aquilo que se fez, ela é mais ampla do que isso. Então, nas finalidades, o item "a", eu acho que, onde se lê "privado que, na Amazônia, recebem verbas do Estado", a gente restringe a essa questão, se fosse coisa do Brasil, não sei. Então, é só uma questão de como a gente vai tratar disso.

Uma outra é que entra naquela questão dos meios que levantam aqui Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, e acho que o Zequinha levantou uma das instituições que entram aqui nesses critérios, que é o próprio Ministério Público. Então, acho que caberia trazer o Ministério Público para essa redação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, não cobrando hoje, pois acho que nós estamos iniciando o trabalho, mas num determinado momento a gente ter, se não nos detalhes, uma proposição de calendário de atividades e das ações que a gente pudesse depois até, quem sabe com os requerimentos, já estabelecer isso, até para a gente saber como é que vai ser o nosso período de trabalho efetivo na Comissão, se é uma vez na semana ou duas. E como é que a gente vai mais ou menos atuar aqui. O Relator – pode não ser hoje, mas em uma nova oportunidade – apresentar minimamente esse cronograma de trabalho efetivo, para a gente poder atuar aqui na Comissão e se preparar, até porque nós temos... Eu, por exemplo, participo de quatro Comissões permanentes como titular, mais quatro como suplente, tem a Comissão de Orçamento... Então, você tem uma série de atividades aqui no Senado e você tem que organizar para atuar aqui dentro da Comissão.

A gente precisa desse cronograma acho que mais detalhado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu acho que as sugestões, Senador Beto, podem muito bem configurar outros requerimentos para a próxima reunião da nossa Comissão. E o espírito, muito claramente dito pelo nosso Presidente, é de total abertura.

De fato eu foco, num primeiro momento, em informações da Amazônia brasileira, e é interessante que, quando a gente fala em amazônidas – e o Senador Beto menciona que aqui fundamentalmente estão Senadores da Amazônia –, o Brasil inteiro fala de Amazônia. Aliás, hoje eu não escuto mais um ditado de antigamente, que dizia que em época de Copa do Mundo todo brasileiro virava técnico, era profissional. Com a Amazônia é a mesma coisa: quase todo mundo do Brasil e de fora do país fala de Amazônia como se entendesse tudo de Amazônia, quando na verdade não entende quase nada. Quanto mais a gente estuda, quanto mais a gente lê relatórios, quanto mais a gente lê informações, mais a gente vê o nível de manipulação.

Então, concentrar – não exclusivamente – sobre um território que é mais da metade do território nacional já é uma tarefa árdua, mas não há nenhum empecilho em que a gente amplie, em outros requerimentos, outras áreas do país. E entendo que, ao final, se nós conseguirmos deixar claro, transparente o que está acontecendo, principalmente na Amazônia brasileira, a Comissão deverá, sim, propor medidas e projetos de lei. Eu, por exemplo acho... E os primeiros documentos que chegaram em minhas mãos são de 2016, 2012 e de outros governos. Eu, particularmente, acho que governo nenhum – hoje é o Presidente Lula, ontem foi o Presidente Bolsonaro, amanhã vai ser outro – pode deixar entrar dinheiro no Brasil, seja de onde vier, sem que haja controle e fiscalização, porque o Governo brasileiro é que determina o que é prioridade nacional ou não, e o que é que pode ser a ingerência externa sobre o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo – e nós vamos ter muito tempo para esse debate: eu vejo no agronegócio, eu respeito muito... A Ministra Tereza é uma querida amiga de um estado com que eu tenho ligações pessoais, familiares, a vida inteira. Depois do meu Estado do meu Estado do Acre, é o estado que eu mais frequento, que eu mais conheço, Mato Grosso do Sul. Mas claramente nós temos, inclusive de um pedaço do *business* brasileiro, do agronegócio, que também ajuda a financiar ONGs da Amazônia, que são aquelas que têm relações com a Europa, com o mercado europeu...

É, Senador Zequinha, existe um pedaço, uma parte do *business* brasileiro, do agronegócio, do Sul e do Sudeste, que comercializa com a Europa Ocidental e que entra nessa onda de negociar com a Amazônia para que os negócios com a Europa continuem funcionando. E a prova disso é essa frase, Senador Jaime, que diz que: "Olha, se nós não tivermos cuidado com a Amazônia, nós teremos prejuízos econômicos".

Com qual mundo nós estamos falando? Com a Europa Ocidental? Com a América do Norte, que é concorrente nossa? Do ponto de vista comercial, a Europa Ocidental é um parceiro relevante do Brasil ou está se transformando num parceiro irrelevante? Como é que um continente que não produz a comida que consome, que não produz a energia que consome pode ditar regra pra um território do tamanho da Amazônia brasileira?

Então, isso nós vamos tentar elucidar no processo, mas eu acho que nenhum governo pode deixar dinheiro estrangeiro entrar no Brasil, falar de um território tão imenso como a Amazônia brasileira, sem que haja uma fiscalização e um controle nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Registro a presença do nosso Senador que hoje está aniversariando, Dr. Hiran.

Parabéns, Hiran!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Parabéns! Saúde, felicidade!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que bom ter sua companhia aqui no Senado, irmão.

Ele já acertou. Infelizmente não dá.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Quarenta anos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Parabéns, Hiran!

Só quero resumir para o aniversariante: no começo, a gente entrou em entendimento aqui de votar os requerimentos extrapauta de todos – de todos. Aqui acabou essa história de partido. Aqui todos nós temos um partido, que é a CPI. Votamos os que estão na pauta e, quanto aos extrapauta, aprovamos todos. E, agora, o Marcio acaba de apresentar seu plano de relatoria, que nós vamos aprovar ou não.

Com a palavra, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Plínio, nosso Relator Marcio, e nosso Vice-Presidente Bagattoli.

Eu quero fazer uma pequena retificação: o meu aniversário, graças a Deus, foi ontem. Eu me salvei de pagar o almoço. Quem vai pagar hoje é o querido Beto Faro, que é o aniversariante do time. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Era para, quando você negasse, eu cobrar do Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Proponho uma divisão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Divido!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beto, a gente armou isso aqui e não combinou nada com ele, Beto. Parabéns!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu fico muito feliz... Eu estava acompanhando, porque eu estava atendendo ao Comandante da Marinha Brasileira, falando exatamente sobre a Amazônia, lá no meu gabinete, por isso que cheguei um pouco atrasado, mas eu fico muito feliz de ver as colocações do nosso Relator.

Nós estamos aqui, praticamente todos amazônidas, compondo esta Comissão, e eu acho que esta Comissão vai fazer um grande serviço ao nosso país, porque, mais do que o que você falou, quem cria essas narrativas são muitas ONGs estrangeiras que estão na Amazônia, que alimentam essas narrativas. E, quando eu vejo...

Outro dia eu vi aquele ator Leonardo DiCaprio falando contra o marco temporal. Eu acho que ele não sabe nem onde é a Amazônia. Quer dizer, eu vejo o Rei da Inglaterra, que ficou embaixo das saias da mãe até os setenta e poucos anos, falar de Amazônia, recomendar ao nosso Presidente que cuide da Amazônia. Quem cuida da Amazônia somos nós. O Presidente e nós, brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esta Comissão vai dar um belíssimo serviço ao nosso país e uma demonstração de transparência e cuidado, porque nós vamos conhecer, através do trabalho nosso, de todos, presidido por V. Exa. e com a relatoria do nosso querido senador Márcio, os reais interesses de algumas ONGs. E volto a dizer: algumas são muito bem-intencionadas, mas tem muitas ONGs que fazem um desserviço ao Brasil.

E, quanto àquilo que você falou, sobre mensurar as nossas riquezas, às vezes eu vejo assim: "Ah, vamos mandar 50 milhões, 1 bilhão para a Amazônia". As pessoas não têm noção do valor da Amazônia. Eu acho que a gente vai precisar aqui mensurar muito bem o impacto dessas pequenas ajudas, que são migalhas, que servem como pano de fundo para influenciar e influir no nosso protagonismo na Amazônia. Nós precisamos dar o exato valor do que significam essas ajudas para nós.

Então, parabéns pela condução dos trabalhos a todos nós. E nós estamos aqui realmente muito motivados a prestar esse serviço ao nosso país.

Presidente, parabéns pela condução, e nosso Vice-Presidente e nosso Relator também.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Mais uma vez, parabéns pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu estava em São Paulo ontem e não podia comemorar o aniversário, por isso que ele deixou para hoje.

Com a palavra...

Eu registro a presença do nosso Vice-Presidente, Jaime Bagattoli. A gente fala Bagattoli, mas o "L" e o "I"... Eu aprendi aqui agora para não errar nunca: é "Bagato". Daqui a pouco ele fala.

Meu amigo de Roraima, Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Plínio, cumprimento V. Exa., cumprimento o Relator, senador Marcio Bittar, Vice-Presidente da Comissão, Jaime Bagattoli. "Bagato" ou "Bagattoli", ele é um competente Senador de Rondônia.

Parabenizo os aniversariantes de ontem, Senador Hiran e também nosso querido Davi Alcolumbre.

Hoje o Hiran passou em branco, nós passamos batido no almoço do Hiran, que ele iria pagar, e do Davi, mas, em tempo, o nosso amigo Beto Faro pode pagar hoje, é aniversário dele hoje – dele e do nosso também amigo Fabiano Contarato.

Então, parabéns Beto, desejo saúde e vida longa a todos.

Agora, pode juntar os quatro e fazer um belíssimo jantar aí na quarta-feira, quinta-feira e convidar os 81. Fica vinte por um, tranquilo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente Plínio, primeiro quero cumprimentá-lo pela resiliência, paciência, a força, a fé, a coragem de insistir, a sua persistência para a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito tão importante para a elucidação de fatos que acontecem em todo o país, mas especificamente na Amazônia, com relação às ONGs.

É certo que nós devemos verificar ONGs que estejam instaladas em todo este país, sobretudo aquelas que estão, no nosso entendimento e no entendimento de uns, falseando verdades sobre o Brasil e sobre a Amazônia. E é importante a oitiva de muitas pessoas.

Na próxima reunião, eu estarei, já mandei protocolar o pedido para ouvirmos algumas pessoas que vivem literalmente, literalmente, sob as custas de ONGs brasileiras, que viajam o mundo inteiro às custas de ONGs, ficam em hotéis cinco estrelas, que moram em mansões aqui no Brasil. Elas têm que explicar qual o serviço que prestam para essas ONGs e qual o serviço que essas ONGs fazem para o nosso país, porque não vejo outro senão pretexto de preservar a Amazônia, e, na realidade, estão ganhando aí milhões de dólares – milhões de dólares – sob esse pretexto de preservar a Amazônia.

Quem preserva a Amazônia somos nós, caboclos da Amazônia. Ninguém mais do que nós queremos a preservação da Amazônia. E o que nós queremos, sobretudo, além de preservar a Amazônia, é poder ter uma vida digna. É poder ter uma vida digna, de podermos produzir, como todo o país, todos os estados brasileiros, e como muitos lá fora, porque essas ONGs são mantidas por eles, por esses países aí fora, mas lá nesses países eles não preservam, eles não cuidam da cultura, eles não cuidam dos costumes... Pelo contrário: eles enriquecem lá e tentam enriquecer às custas da flora, da fauna do nosso país e, claro, também sobre as riquezas minerais do nosso país. Não é de graça que eles estão aqui. E nós não podemos permitir que falsos brasileiros estejam concordando com o sentimento de vender a Amazônia, a soberania da Amazônia.

Alguns eu até perdoo, Presidente, e aqueles que eu perdoo é porque eles não conhecem a realidade da Amazônia. Eles apenas ouvem, de emissoras de TV, emissoras de rádio, que, claro, só procuram ouvir esses que estão a serviço dessas ONGs mal-intencionadas com o Brasil e com a Amazônia. Esses, que não têm conhecimento, cabe a nós perdoá-los e orientá-los da melhor forma possível, e essa é uma missão de todos os brasileiros: levar conhecimento, transmitir conhecimento, falar sobre a verdade amazônica para aqueles que não conhecem, porque muita gente, de fato, não conhece a Amazônia, não conhece a nossa flora e não sabe o que é uma cobra pico-de-jaca, não sabe o que é uma caninana, não sabe o que é uma surucucu, uma cobra-pintada, uma cascavel, não sabe o que significa uma cascavel de nove rugas, de doze rugas. Ele não sabe o que significa isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – O que é uma juquirá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não sabe o que é uma juquirá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não conhece o mosquito da malária...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não conhece o mosquito da malária, não conhece a famosa formiga tocandira, que dá febre. Não conhece a Amazônia, não conhece as nossas peculiaridades. Só nós que vivemos lá e vivemos dela sabemos como preservá-la e sabemos defendê-la. Então, é preciso que todos possam conhecer de fato, mas esses que são pagos... Aliás, Presidente, tem muita gente que tem que explicar como vive, e vive bem, sem salários. Nós temos que saber quem paga o salário dessas pessoas para que eles difamem tanto a Amazônia brasileira e o nosso país.

Parabéns a V. Exa. pela persistência.

Estarei aqui firme para defender os justos e acusar, logicamente, aqueles que têm culpa e que pretendem vender a Amazônia. Nós não vamos permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Já, já, Beto.

Quando o Sr. fala em persistência, eu fui dotado de muita esperança. Já gastei muita, mas tenho muita esperança para gastar ainda. A gente vai gastar um pouco aqui agora.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só por uma questão de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Nós aprovamos os requerimentos. Não sei se você já considera o plano aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente vai colocar em votação agora.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A gente põe o plano para depois abrir as falas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu quero colocar agora em votação o plano, mas tenho que saudar primeiro o Nelsinho Trad. Não sabe o prazer, Nelsinho, que é tê-lo aqui em nossa Comissão, você que já foi presidente da Comissão de Relações Exteriores, do Parlamento Pan-Americano. Então, a sua contribuição aqui é primordial para nós. Nos orgulha tê-lo aqui. E franqueio a palavra, se o senhor quiser falar.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Já foi falado pelos colegas. Há que se ressaltar a persistência de V. Exa. Eu penso que uma das primeiras iniciativas de V. Exa. em 2019 foi desenhar essa CPI. Parabenizo-o por não ter desistido, por ser esse Senador vigilante. E eu tenho a certeza de que o resultado, com a relatoria do Senador Marcio Bittar, vai ser o melhor possível, não só para a Amazônia, como para o nosso país. Contem conosco e estamos aqui para poder ajudar nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, vamos então colocar em votação o plano de trabalho desta CPI.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O plano de trabalho está aprovado.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Presidente desta CPI, Plínio Valério, o nosso Relator Marcio Bittar, cumprimentar aqui o nosso aniversariante, o Beto. Já saiu?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, estou aqui. Não vou fugir, não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, está aí. Só marca aí onde é que vai ser o jantar, que nós já estamos correndo para depois ir lá.

Cumprimento aqui o Senador Hiran, o Senador Zequinha.

Quero dizer para vocês o seguinte: nesta manhã de hoje, eu preciso dar um esclarecimento, porque, Senador Plínio, a partir do momento em que as ONGs souberam que eu ia ser o Vice-Presidente, vocês olhem o que aconteceu lá na Rondônia, no estado lá. Todas as terras de Rondônia foram licitadas pelo Inra. Lá não existiu nenhuma companhia vendendo terra. E o que aconteceu em um dos lotes, na Gleba Corumbiara?

Olha a matéria maldosa que o UOL soltou para cima da minha pessoa, do Grupo Bagattoli, do qual eu fui presidente, só não sou presidente hoje. Soltou a matéria dizendo que eu havia invadido áreas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. E digo mais para vocês, em 1999... Através das ONGs... A licitação das terras em Rondônia foi entre 1975 e 1985, ainda então dentro do regime militar. E o que aconteceu? Pegaram e, na Gleba Corumbiara, disseram que acharam sete índios e removeram esses índios. As ONGs fizeram isso. E aí o que aconteceu? Fizeram um interdito, Senador Hiran, de vinte e dois mil e poucos hectares. E os vinte e dois mil e poucos hectares foram homologados para a Funai no ano de 2020. Foram homologados para a Funai. Tem todos os marcos. Inclusive na propriedade, são dois lotes, que dão 3.716 hectares, e eu tive que desmembrar 1.118 hectares, só a parte aberta, e a parte toda da reserva foi homologada junto, mais 2 mil e poucos hectares, toda a mata foi homologada como reserva indígena. Se o marco regulatório, o marco temporal cair, voltaria essa mata para todos os antigos proprietários.

O que aconteceu? O UOL, com maldade... Não sei qual foi a intenção dele. Não tenho nada aqui contra as ONGs, mas diz que foi uma ONG que colocou isso. Fizeram uma suposição em cima da área, de que em 1.118 hectares eu havia invadido meio hectare, meio hectare dentro da suposta reserva indígena. Ora, qual produtor rural que vai querer invadir meio hectare? Eu não quero invadir nada.

A única coisa que eu queria, a hora que esta Comissão... Eu não quero discutir isso aqui, isso aqui é um assunto pessoal, mas eu quero deixar claro para as ONGs que eu estou disposto a responder para eles a qualquer coisa. Que se eu tivesse qualquer problema na Rondônia, qualquer problema neste país, por questão de irregularidade de terra, ou que fosse em terra da União, ou em área indígena, ou em qualquer outra situação, vocês podem ter certeza, eu não estaria presente aqui. Porque, igual o Senador Zequinha, igual você conhece o Pará, eu conheço a Rondônia, conheço boa parte do Pará também, conheço bastante regiões da Amazônia, mas principalmente o meu estado de Rondônia, eu conheço 52 municípios. Sei as dificuldades, vou fazer 50 anos lá naquele estado ano que vem.

Então, eu só quero dar um esclarecimento para quem quiser, da imprensa, se a imprensa quiser um esclarecimento sobre isso. Eu não tenho nenhuma dúvida e não tenho nenhum receio de dar resposta. E digo mais assim, quero falar inclusive para as ONGs, que peçam um perito, pode ser até um perito judicial, para que seja feito através da Funai e através do Inra. Por quê? Porque isso pega mal. Então, quer dizer, eles colocaram isso para dizer: "O Bagattoli hoje é Senador da República, é Vice-Presidente da Comissão das ONGs, e ele tem problema, está dentro da reserva indígena". Quero dizer para vocês, quem por acaso já leu essa matéria, que foi um negócio que o UOL publicou, o UOL foi quem publicou, e muitos *sites* pelo Brasil afora andaram republicando isso e colocando essa matéria aí. Mas quero deixar com muita tranquilidade para todos vocês. E nós temos que voltar ao que o nosso Presidente Plínio falou, ao que o Marcio Bittar falou aqui: nós não temos nada nem contra ONG nem contra Governo; nós só queremos um esclarecimento de tudo o que aconteceu nesse período todo e verificar para onde estão indo esses valores, para onde e de que forma está sendo gasto isso e quem é que está sendo beneficiado com essa atuação das ONGs no país. É por isso que a gente precisa urgentemente ter um esclarecimento disso aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Duas coisas a dizer sobre isso, Senador Jaime. Uma, é que o senhor merece toda a total confiança e apoio desta Comissão. E dois, é que ninguém vai desviar o foco desta CPI, ninguém. Pode plantar notícia que for para desqualificar, para ignorar, para subestimar. Nós não vamos desviar o foco. Se algum de nós tem alguma coisa a responder extra CPI, vamos responder depois. Estamos aqui há quatro anos e meio. Já chegou agora o Hiran. Então, nada a dizer sobre o comportamento dos membros desta CPI. Então, é um aviso a quem interessar possa: o foco não será desviado. Podem dizer o que disserem dos membros. Nós não vamos desviar o foco jamais, que é tudo o que eles querem.

E tem um dado legal, porque o Jaime está falando de espaço. Tem um dado aqui, que eu acho que o Marcio já tem. É o comparativo internacional da área média das terras indígenas, em hectares por índio. Sem o marco temporal, nós temos 213 hectares por índio no Brasil. Cada índio corresponde a 213 hectares. Sem o marco temporal, vai para 505. O segundo país que mais tem hectares por índio é a Austrália, com 164. O Canadá, que quer nos dar lições, 38 hectares por índio. E o nosso vizinho aqui, Bolívia, 4. Estados Unidos, 9 só. Estados Unidos tem 3,5 milhões de indígenas, que ocupam 3% do território nacional. No Brasil, nós temos quase 1 milhão, arredondando para 1 milhão, que ocupam 13% do território nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pronto, 14% do território. Vejam só a cretinice, a hipocrisia daqueles que nos querem dar lições.

Quando a gente fala do marco temporal – e eu digo em nome dos índios que me procuram –, o problema do índio no Brasil não é terra. Não é pela terra que eles lutam, eles lutam pela dignidade. O maior exemplo que eu dou é que em Manaus tem mais de 40 mil indígenas vivendo na periferia, em condições subumanas. Peguei de um cacique aqui, há três dias, o vídeo de um tiroteio. Eles estão invadindo terra, a polícia chegou, é bala de borracha. Então, é contra isso que a gente se opõe. E o que o Jaime iniciou a passar, nós talvez passemos por isso. Daí eu insistir no foco. E ninguém vai nos desviar desse foco.

Tem uma frase aqui. Enquanto o Marcio fala, deixa eu localizar uma frase aqui do nosso... Do nosso, não, do americano, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, o Al Gore. O Al Gore tem uma mansão, é uma mansão de 40 quartos. Ele mora numa mansão de 40 quartos. E olha só o que ele diz aqui. Al Gore é terrível. "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós". Al Gore era Senador e Vice-Presidente. Isso em 1989. "O Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia", François Mitterrand também, ex-Presidente da França. "O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais (...)", Mikhail Gorbatchov.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente fala, quando a gente dá depoimento de Amazônia, tem sempre alguém: "Ah, isso é a teoria da conspiração, isso não existe". Existe sim, existe sim e existe há décadas. Pega a COP 30, vai ser lá no Pará. Mas pega até a 26ª, o que ficou de bom para o país? Só obrigação. Eles vêm aqui de jatos, poluindo o ar, hotel cinco estrelas, com tudo de luxo: laptop, iPhone, tudo que eles tiverem. Vêm nos dar lições. Quando eles vão, só fica para nós a tarefa de cuidar disso e daquilo. Então, nós da Amazônia sempre somos encarregados, não somos pobres coitados, porque quem detém essa riqueza natural não pode se autointitular de coitado, mas nós temos o direito. O que os índios querem é dignidade, não é tutela, e a nossa luta vai ser escancarar isso. Por isso que eu vou ser repetitivo, sempre, para o brasileiro e para a brasileira tomarem conhecimento do que se passa lá no meio do mato. Nós sabemos o que se passa, mas o Brasil precisa tomar esse conhecimento.

Eu ouço, antes de encerrar, o Relator Marcio Bittar, e franqueio a palavra a quem quiser, para que a gente possa encerrar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Uma breve fala. Primeiro, quero me solidarizar com o Senador Jaime. Nenhum de nós é perfeito. Então, se forem pesquisar a vida de qualquer pessoa que compõe esta CPI, vai achar falha, mas isso, Senador Jaime, não será – e as palavras do Presidente já foram muito firmes nisso – nenhum tipo de ameaça, de perseguição, de retaliação que vai tirar o foco desta CPI. É muito comum que aqueles que têm prestações de contas a dar ao país inverterem a lógica e comecem a apontar e acusar, jogando ilações. Aquilo sai na imprensa, ninguém comprova, mas fica já a pessoa, vamos dizer assim, é uma tentativa de intimidação. Isso não vai o intimidar, e muito menos a Comissão.

Só quero colocar luz, Sr. Presidente, porque acho que o Senador Hiran chegou um pouco após. Só para dar uma ideia, Senador Hiran, nós aprovamos então aqui um pacote de requerimentos, e tem o pedido de informação. Então, com certeza, esta Comissão vai receber um volume muito grande de contratos, eu já peguei alguns que já foram chegando até a minha mão, passei para o Presidente, e aí nós temos a necessidade de, além dos três técnicos muito preparados do Senado da República, nessa aprovação dos requerimentos, está aprovado o pedido de um... A Comissão está requisitando um perito da Polícia Federal, perito contábil da Polícia Federal, e também um servidor do TCU, porque o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Já foi designado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já foi designado?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Designado um técnico, é que eu já fui informado pela assessoria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, já foi designado, porque vai ser um trabalho contábil muito grande para que a gente possa, de fato, apresentar com dados, com informações, ao Brasil, a todos os brasileiros, o que de fato está acontecendo na Amazônia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alguém quer falar? Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu vou só, antes de terminar... Estava se falando em narrativas, o Bagattoli. Em 1993, nós tivemos aquilo que hoje, no mundo todo, se conhece que foi um propalado massacre de Haximu, que teria acontecido na Terra Yanomami, numa maloca que ficava no limite da fronteira com a Venezuela.

Naquela época – as pessoas, a Márcia me conhece muito como oftalmologista, mas eu sou médico legista –, o delegado da Polícia Federal, Superintendente lá no nosso Estado, me convocou para fazer a averiguação dos fatos que haveriam acontecido nessa maloca. E fomos lá: eu; o ex-Ministro Maurício Corrêa, saudoso Ministro Corrêa, Ministro da Justiça; Aristides Junqueira, que era Procurador da República; Presidente da Funai; e várias autoridades. Nós chegamos a Surucucu e, pasmem, já estavam lá as grandes CNN, RAI, todas as grandes cadeias de rádio e televisão com suas pequenas parabólicas. Naquela época, eles já tinham parabólicas lá, eu nem conhecia aquilo, era uma novidade.

E ali se disse que morreram 18 índios. Eu caminhei muito nas redondezas de Haximu. Desci em Haximu. Haximu era uma maloca que estava desocupada há muito tempo, porque, nas malocas que estão ocupadas há algum tempo, a gente tem uma área de circulação de pessoas ao redor que a gente chama de terreiro. Não tinha terreiro, ela tinha sido incendiada e tinha mata alta ao redor. Ela estava desocupada há muito tempo. Nessas caminhadas ao redor, procurando os corpos, tinham ONGs lá que deram até o nome dos mortos, e nós fomos procurar, uns diziam que os índios assassinados tinham sido queimados em folha de bananeira e jogados nos rios, deixados na floresta, várias versões. E a gente foi andar, andei muito, floresta densa, e ali a gente encontrou um cadáver, um cadáver esqueletizado. O que é isso? É um cadáver que só tinha os ossos, não tinha relação cronológica com duas semanas do ocorrido. Isso foi colocado. Inclusive, era bom a gente chamar esse antropólogo, porque ele anda por lá ainda, chama-se Bruce Albert e é um antropólogo europeu, que criou essa versão. E lá, naquela época, eu peguei esses ossos e levei para um lugar que a gente chamava de hospital de Surucucu, que, na realidade, era uma estrutura muito precária, mas eu montei esse esqueleto no chão. Isso tem matérias nos jornais, na época, internacionais. E ali eu coloquei que se tratava de um cadáver feminino pela bacia ginecoide, uma bacia típica das mulheres. Pela estatura, se tratava de uma indígena, uma estatura baixa, porque os índios ianomâmis têm uma estatura baixa, e, pela rarefação de alguns ossos longos, essa mulher já devia ter algum grau de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

osteoporose. Então, a gente deduz que ela teria cerca de sessenta, sessenta e poucos anos, pela minha avaliação técnica como legista.

Teve uma Comissão aqui da Câmara que foi a Roraima e me ouviu. Nós nunca encontramos esses cadáveres, ninguém nunca mostrou para o mundo esses cadáveres, e esse evento está consignado, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, como o único caso de genocídio no país. Inclusive, na Comissão Yanomami, quando o Presidente do Cimi, D. Roque Paloschi, que foi um bispo lá de Roraima e que me conhece bem, sabe do meu trabalho, falou desse massacre, eu até fiz um desafio a ele que me mostrasse cadáveres desse genocídio.

E, outra coisa, nós descobrimos depois que, pasmem, senhoras e senhores, Haximu não estava no Brasil, Haximu estava na Venezuela. E nós entramos na Venezuela, ficamos andando lá por dentro, mas é porque as pessoas que falam de Amazônia não sabem como é difícil até a gente estabelecer as fronteiras, se a gente não tem marco de GPS no local, é difícil. A gente terminou adentrando a Venezuela, indo lá a Haximu, e depois nós descobrimos que Haximu não estava no país, não estava no Brasil.

Se vocês entrarem no Google – eu entrei aqui –, aqueles que nos assistem, senhoras e senhores que estão aqui presentes, vocês vão ver que foi o primeiro e único crime no Brasil a ser julgado como genocídio, resultado de morte de 16 índios. Eu desafio alguém a me mostrar uma foto desses cadáveres ou alguma coisa que seja relacionada com esse evento. Eu estava lá. Eu não sei se Sidney Lemos está vivo, eu nunca mais conversei com ele, mas era o Superintendente da Polícia Federal, ele estava comigo, ele que me chamou, porque eu estava no IML na época e fui para lá. Realmente andei muito naquela mata atrás de cadáveres, e lá nunca se apresentou nenhum cadáver. Aonde você vai na Europa, nos Estados Unidos, se você falar de Roraima, dizem "Ah, foi lá que aconteceu o massacre de Haximu?", todo mundo sabe desse massacre. E eu desafio alguém a me provar que isso existiu, porque eu estava lá. Eu estou dando aqui um exemplo de narrativa que foi muito nociva para o nosso país.

Esse massacre aqui também teve uma interferência muito grande na sensibilização das pessoas que demarcaram a Raposa Serra do Sol, que foi também uma coisa que nós contestamos muito, porque Raposa é uma coisa, são índios do Lavrado; Serra do Sol é outra coisa, são índios completamente diferentes, etnias diferentes. Os ingaricós, que estão na Serra do Sol, têm uma origem genética absolutamente diferente dos macuxis, dos uapixanas, que estão no Lavrado. Ali nós demarcamos tudo numa reserva só e inviabilizamos, inclusive, a nossa maior vocação, que era a produção de arroz na várzea da Raposa Serra do Sol. E ninguém aproveitou mais aquilo. As fazendas que eram fazendas mecanizadas, muito modernas, hoje são ruínas. Quer dizer, a gente não conseguiu aproveitar nada daquilo que brasileiros que foram para lá construíram com muito suor, com muito trabalho.

Então, é por isso que eu estou com muita esperança de que nós possamos realmente fazer um grande serviço ao nosso país. Nós vamos sofrer muitos ataques, mas não tem problema. Com 66 anos, também, eu já estou de meio-dia para tarde, eu aguento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Marcio.

Obrigado, Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Dr. Hiran, quando eu soube da indicação do seu bloco, eu fiquei muito feliz, porque eu sou um profundo conhecedor, e o que o senhor está relatando é um episódio que aparentemente é isolado, mas faz parte de um todo.

A pirotecnia de incendiar balsas atualmente, os helicópteros do Ibama descendo com metralhadora para intimidar, essa pirotecnia é necessária e faz parte de todo um plano para isso, para desgastar.

Olhe só, deixe-me falar uma frase para mostrar como é uma coisa combinada que está em execução há décadas. Essa declaração é de 1998, de Patrick Hughes, que era chefe do órgão central de informação das Forças Armadas norte-americanas. Então, em 1998, ele disse o seguinte: "Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia de forma que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente", ou seja, eles plantam, eles fazem, eles criam e nós perdemos a narrativa, Dr. Hiran. Nós já fomos derrotados pela narrativa, mas por causa de maus brasileiros, não é por causa do pessoal lá de fora. Eles propagam a narrativa que quiserem, mas aqui dentro eles encontram nas relações, revistas, televisões, jornais, Ministério Público, Judiciário, faculdades... Eles cooptaram estudantes de comunicação, de direito, de geologia para levar para catequizar. E há também uma elite, no Brasil, que dá para comparar com a elite do tempo da colônia, que, num esforço danado para ser convidada para a festa do imperador, finge ter o mesmo pensamento do colonizador. São esses que propagam essa narrativa, são eles que fazem valer essa narrativa.

Então, esse episódio de quem viveu – Dr. Hiran esteve lá – e a gente conta outras... Eu conto outra, no sentido de quando eu falo – e já falei isso na instalação da CPI –, Jaime, da carta que eu tenho dos índios tenharins. Eu dou o maior exemplo, um exemplo dos baniúas, eu faço questão de dar dois exemplos. A carta dos tenharins foi captada até numa foto, tiraram a minha, e a carta está atrás: "Obrigado, Senador de palavra, por nos ajudar a realizar o nosso sonho". O sonho que eu estava realizando era a entrega de canoas de alumínio com motor rabeta, para que eles pudessem colher castanha, porque, na canoa a remo, eles levam quatro dias. Nesse motorzinho, eles vão levar um dia. E olha qual era o sonho! Esse é o sonho de dignidade de ter direito a políticas públicas. E os baniúas, numa carta, falam: "Essas ONGs querem que a gente viva dos frutos que caem da árvore, só nos dão direito de nascer e morrer". Então, são coisas cruéis que precisam ser levadas ao brasileiro, Marcio, Hiran, Jaime, para que nós possamos combater essa narrativa um tanto quanto tarde, mas eu nunca vi isso de dizer que lutar é tarde e desistir no meio do caminho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero encerrar, então, esta sessão. A gente vai se reunir depois para decidir a próxima reunião, Marcio. A intenção era que, quando estivesse no auge do quórum... Nós não vamos marcar, então, a sessão, mas, com certeza, vamos ter logo uma em seguida, e aí, sim, já começamos os trabalhos de perguntas, de confrontações.

Vocês que estiveram aqui, os assessores, todos os outros interessados, é muito importante a participação de vocês. Vão continuar fingindo que esta CPI não existe. Os grandes órgãos vão fingir que ela não existe. Dois canais de televisão até hoje nem sequer registraram que aqui existe uma CPI que vai investigar as ONGs. Faz parte. O que o Jaime começou a sofrer faz parte disso aqui.

Aqui só tem homem público consciente do que é ser homem público. O homem público que se preza não pode ter medo de injúria, calúnia e difamação, senão ele vai ter outra atividade, vai exercer outra profissão, não vem nunca ser Senador da República do Brasil, e, ao mesmo tempo, precisa ter a consciência de que nós somos Senadores da República do Brasil e que a gente tem algo a fazer, uma missão a executar. E uma missão, quando é executada, como a gente vai fazer aqui, nunca é glória. Eu costumo dizer que a glória não está na vitória, a glória está na luta. E é o que nós vamos fazer: levar ao Brasil o conhecimento de quem conhece a Amazônia.

E tentar, pelo menos, no Brasil, que essa hipocrisia não tenha, assim, um campo tão fértil, que essa narrativa não espalhe as suas pétalas de tanta mentira no país inteiro. Se depender desses amazônidas que aqui estão, e eu falo em nome de todos, nós vamos não estancar, não impedir que esse organismo continue vivo, mas, quem sabe, cortar um dedo, cortar uma mão desse monstro.

Coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a Deus por esta oportunidade e esta missão.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2023** que : "Requer a realização de audiência pública com a presença de Davi Kopenawa, líder indígena de Roraima, com o objetivo de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2023** que : "Requer a realização de audiências públicas em Altamira e Santarém no estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando inclusive contra interesses nacionais, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2023** que : "Convidada Aurélio Tenharim, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Belém." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Manaus." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Palmas" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Macapá" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Boa Vista" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Porto Velho" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Rio Branco" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 68 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Acre" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 69 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Tocantins" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amazonas" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 71 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Rondônia" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Pará" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Roraima" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 74 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amapá" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, informações sobre as instituições responsáveis pelos estudos técnico-científicos que definiram a criação de unidades de conservação citadas, bem como cópia das audiências públicas que antecederam a criação das UCs ou das regiões para discutir essas políticas e, enfim, informações precisas sobre a taxa de desmatamento das áreas das referidas UCs antes de sua criação e igualmente no ano de 2023." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Mato Grosso" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Maranhão" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 78 de 2023** que : "Convida José Altino Machado, diretor da Associação dos Moradores do Alto Tapajós (Amot)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 79 de 2023** que : "Convida o ex-Ministro Joaquim Leite" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 80 de 2023** que : "Reque Informações do Ministério do Meio Ambiente" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2023** que : "Convida representante do Tribunal de Contas da União para prestar informações sobre a fiscalização dos recursos do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2023** que : "Convida representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar informações sobre as conclusões da auditoria do Ministério do Meio Ambiente que deu origem à auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como sobre o resultado das análises e providências adotadas pelo BNDES na gestão do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento de Alberto Brazão Góes, Adriel Kokama e Valdeci Baniwa. Oitiva do Alberto Brazão Góes, em atendimento ao requerimento 3/2023; do Valdeci Baniwa, em atendimento ao requerimento 4/2023; do Adriel Kokama, em atendimento ao requerimento 2/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/27>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e às oitivas do Sr. Alberto Brazão Goes, do Sr. Adriel Kokama e do Sr. Valdeci Baniwa.

Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta, mas abrindo pra quem quiser falar, pra a gente submeter os requerimentos, Beto, todos em bloco.

A palavra está franqueada ao Beto e ao Zequinha, que estão aqui presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E ao meu amigo Styvenson, que é muito pequeno e não deu para enxergar. Styvenson, desculpa!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Senadores, Senadoras, três questões eu trago neste primeiro momento aqui. A primeira... Eu insisto nisso e falei, inclusive no dia do seu pronunciamento no Plenário do Senado, onde também expressei que o entendimento com que eu saí da primeira reunião deliberativa era de que nós passaríamos até por um procedimento, por uma metodologia de quem quer investigar efetivamente aqueles problemas que existem.

Um primeiro seria a questão das informações, a gente obter o máximo de informações possíveis. O segundo, trazer a esta Comissão quem poderia dar explicações mais gerais, inclusive, pra gente sobre repasses de recursos, como é que é a metodologia do governo, como é que é a metodologia da entrada de recursos. Nós temos organismos, nós temos o Tribunal de Contas, nós temos o Ministério Público, nós temos a Abin, nós temos, enfim... A Abin, inclusive, está aqui. Tem vários organismos que poderiam trazer a esta Comissão uma série de esclarecimentos sobre a forma, o método, pra, a partir daí, então, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fazer esse procedimento de oitiva de pessoas, de ida da Comissão a regiões, como já está sendo proposto e tal.

Eu estava entendendo que a gente tivesse acordado isso na primeira votação. Mas o procedimento hoje está sendo inverso. Nós já estamos começando pelas oitivas sem ter esses esclarecimentos iniciais.

Então, é a questão que eu coloco aqui.

Uma outra: já é bom que a gente estabeleça, Senador Marcio, um certo calendário das nossas ações, das nossas reuniões.

Tem aquilo que é o extra, tem aquilo que vai ser o extraordinário. Pode ter dia que tenha duas sessões numa semana, mas que a gente pudesse já estabelecer esse negócio aqui – a Comissão vai funcionar que dia, as reuniões aqui? – e estabelecer um calendário de atividades nossas, pra que a gente possa se programar.

Embora a CPI seja muito importante e a gente possa ter que dedicar grande parte do nosso tempo para trabalhar aqui, as atividades do Congresso são tantas, e a gente participa de tantas outras Comissões e ações que é necessário a gente fazer um pouco de programação. Senão, a gente se complica.

Por exemplo, nos requerimentos de hoje, já tem Comissão Externa, a gente sair pra ir a municípios, como Santarém e Altamira, como está sendo proposto pelo Senador Zequinha. Como vai se dar isso? Com quantos dias, a gente vai estar sabendo? Qual é a logística disso? Como é que... Nós temos que ter um preparo, porque, senão, daqui a pouco, não tem nem como a gente se deslocar, fazer isso, ir pra uma região como o Pará, por exemplo. E não estou questionando aqui sobre fazer. Aqui, é uma questão para o entendimento de como vamos fazer. Nós vamos fazer Santarém e Altamira. Nós vamos fazer no mesmo dia? Na mesma rota? Vamos lá, voltamos? No outro tempo, vai em outro município? E esse roteiro como faz? Cada um se vira pra poder chegar lá na Comissão, lá nessa audiência pública?

Eu me preocupo com os requerimentos. Por exemplo, fazer Santarém e Altamira. Topo, estou topando aqui. Agora, eu não vi, Senador Zequinha, no convite, quem vai ser convidado, quem estará sendo convidado pra estar na sessão. Será aberta? Quem quiser vem? Como é essa metodologia? Se for para Santarém e Altamira, aberto, quem quiser vem, aí tem que ter outro mecanismo, inclusive, de segurança, por se tratar de uma CPI que vai tratar desse tema naqueles dois municípios.

Então, são questões que eu levanto aqui.

Não tem problema de a gente aprovar. Nós já fizemos isso na primeira reunião. Aprovamos isso de forma global, todos os requerimentos, em bloco. Pode ser feito. Mas eu queria, com muita responsabilidade, que a gente possa fazer isso, pra ter muita clareza do que nós vamos fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De resto, posterior aos depoentes, nós vamos entrar no debate com as pessoas que vão fazer a oitiva.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra, Zequinha, deixa eu fazer uma observação sobre as observações do Senador Beto.

As informações do requerimento ainda estão chegando, Senador Beto. A gente não pode, na segunda sessão, trabalhar nas informações sem as informações.

Não sei se o senhor notou, mas estão fazendo de tudo pra fingir que a CPI não existe. Então, se a gente não trouxe nada do conteúdo, dos invisíveis – que é ao que a gente quer dar voz –, claro, aquele que quiser vir aqui e dizer que está às mil maravilhas, que o mundo dele está às mil maravilhas, a gente vai até pedir conselho pra ver como chega lá. Mas a situação agora é dar voz aos invisíveis.

Esse calendário vai ter, com certeza. Jamais um membro daqui vai ficar sabendo: "Oh, a viagem é hoje, a viagem é amanhã". De forma alguma, até porque a população brasileira merece conhecer os dois lados. É isso que a gente está querendo aqui, porque a população conhece um lado só. Fique tranquilo, Senador Beto, quanto a isso, quanto à condução e à nossa responsabilidade.

Com a palavra, o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

No nosso item 2, nós estamos submetendo o requerimento, solicitando que se vá até as cidades de Santarém e Altamira. Essas duas cidades são emblemáticas lá no Pará, pela força e pelo movimento das organizações não governamentais do nosso estado. Essas duas são aquelas que mais esse setor movimentam ali.

A CPI, em busca da verdade, do esclarecimento, havendo condições pra se locomover pra estar lá, porque os Senadores certamente têm sua estrutura, mas os servidores, de repente, dependem da estrutura da própria CPI pra estar lá, pra passagem de avião, pra hotel, enfim, essa coisa toda...

Do meu ponto de vista, seria extremamente necessário e importante, aprovando o requerimento aqui, a gente, então, poder fazer a segunda parte do trabalho que é poder ouvir as pessoas, as outras organizações, enfim, todo mundo dessas duas cidades, desses dois municípios e região que tem sido prejudicado frontalmente pelas ações das ONGs.

Então, submeto a V. Exas. nosso requerimento, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, com os arts. 93, inciso II; e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"realização de audiências públicas em Altamira e Santarém, no Estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando, inclusive, contra interesses nacionais, como intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só por uma questão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Zequinha tem já as pessoas convidadas? Tem uma relação?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, pois é, nós vamos saber disso... A ideia é até a gente fazer uma reunião extra, só a gente, pra que cada um dê sua sugestão e coloque o que pensa. Para essa logística, a gente tem que recorrer à Aeronáutica, ao Exército. Não tem como, com 150 mil, fazer tudo isso. Se não puder ir todos, o Regimento permite que, com a presença de dois, se faça a sessão e a reunião. O senhor vai ser comunicado com antecedência, com certeza. Inclusive, vai dar opinião, vai dar sugestão, porque esse é o objetivo. Se a gente estivesse só com um lado aqui, não teria porque a gente ter se empenhado tanto nisso.

Pode ficar tranquilo, Senador Beto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para dar uma noção ao Senador Beto, nós temos a questão do Projeto Belo Monte, Beto, lá em Altamira. O Instituto Socioambiental (ISA) pressiona o Ministério Público e o Ministério Público... Neste momento, está em tramitação aqui na Aneel uma área de quase 9 mil hectares de aumento, depois de tudo, certo? Depois do projeto implantado, entregue, organizado, etc., etc. Mas a ONG é tão forte que ela se junta ao Ministério Público, pressiona o Ministério Público; o Ministério Público vai para cima e solicita mais terra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas terras são de pessoas que estão lá há décadas, correto? E a terra, em vez de o cara comprar a terra pelo preço de mercado, de a empresa comprar pelo preço de mercado... Por exemplo, hoje, um alqueire – como a gente chama –, são 4.84 hectares naquela região, é o alqueirão, vale R\$120 mil. É o preço normal daquela região. A empresa indo comprar pela DUP (Declaração de Utilidade Pública), fornecida aqui pela Aneel, esse preço cai para R\$14 mil, não é? São quase 10%, 12% do valor comercial.

É claro que, se fosse para comprar a terra em que dá para criar lá um território ribeirinho, aquele negócio meio confuso, porque é uma figura jurídica de que a gente não tem muito conhecimento, porque se tem conhecimento de, por exemplo, quilombola: ali é um território reconhecido; terra indígena, também; mas o território ribeirinho é uma figura que está começando a ser discutida agora. E a minha preocupação é que, se isso pega, pois o que nós temos na Amazônia são ribeirinhos, daqui um dia, não temos mais nada, em termos de espaço para produção, porque tudo vai virar território ribeirinho.

Então, esses produtores com essas terras vão ficar sem terra e sem dinheiro para se realocarem em qualquer outro lugar. Se, pelo menos, a empresa fosse lá e comprasse no preço comercial para a construção desse território, tudo bem. É ruim, porque desloca uma pessoa que tem décadas ali; que, às vezes, nasceu ali, herdou do pai, da família; e, de repente, se vê na obrigação de ceder aquele território. E é uma coisa que a gente vê que há uma indústria em cima daquilo. Onde tem um grande projeto, você tem a indústria da compensação; aonde for, pode ir que lá está ou usando os indígenas ou usando populações tradicionais, mas tem! E tem sempre uma ou duas ONGs trabalhando e construindo isso.

V. Exa. conhece a história do linhão que vai de Manaus a Boa Vista e passa dentro de uma terra indígena. Veja lá a orientação que é dada, inclusive da ONG que está lá tem alguém aqui, dentro da Funai, que é parente próximo – bem próximo – e que articula tudo e, até hoje, o Governo não consegue avançar em função daquilo que é pedido para poder passar o linhão.

Eu conheço um grupo de advogados que trabalham 24h por dia em cima disso, para atrapalhar crescimento, desenvolvimento, produção, enfim, é um inferno isso. Então, Altamira tem isso. Santarém tem mais outras questões que a gente pode, em aprovando o requerimento, levantar e trazer para que prestem depoimentos pessoas que têm, como disse, sido atingidas diretamente por isso, com prejuízos, usando da questão legal para poder, então, se beneficiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Nós vamos em busca disso.

Senador Beto, vamos começar o requerimento.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, tudo bem.

Eu estou concordando que a gente aprove, inclusive, em bloco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beleza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Fique tranquilo com relação a isso, até facilita o nosso tempo aqui para o trabalho na Comissão.

Eu queria, Senador Zequinha... entrei só nessa questão dos convites, porque eu acho que, inclusive, a gente pode fazer as conversas e têm que ser aprovados depois, posteriormente, os convidados para que a gente efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A ideia é aprovar o requerimento e ficar com...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... não se crie nenhuma expectativa lá na região de que... Eu conheço também a região, eu sou da região, conheço os dois municípios, são do meu estado e sei disso.

Não acho... Esse processo que o Senador Zequinha levanta, com razões em alguns aspectos e outros, na minha avaliação, não, até porque essas compensações, quando se estabelece um grande projeto, são feitas a partir de audiências públicas com todo mundo participando e tudo.

Senador Zequinha, você sabe o tanto que, por exemplo, a Prefeitura de Altamira festejou com as compensações que tinha quando foi construída Belo Monte. Não era uma reivindicação de uma ONG ou de uma entidade, era uma reivindicação ali das compensações da sociedade e das instituições. O Governo do estado, a Prefeitura, todos eles fizeram as reivindicações, e as compensações foram estabelecidas não por uma ONG ou por uma outra questão.

Dizer aqui que a gente – e esse vai ser o debate –, dizer aqui que o Ministério Público é influenciado por uma ONG e que a partir daí todo mundo foi influenciado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, nós vamos ter a oportunidade ver se isso é verdade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque o Ministério Público fez, mas o debate trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, hoje...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só quero que o senhor não me interrompa, porque ele falou aqui o tempo inteiro sobre esse ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não vou interromper. O senhor já falou três e agora vai falar dez também. Agora, eu também vou falar de vez em quando.

Pode?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode, mas eu posso concluir?

Então, não acredito que uma ONG vá influenciar o Ministério Público. Nós sabemos a posição do Ministério Público Federal e, a partir daí, influencia o Governo, porque a última decisão é do Governo para poder fazer. Tem segmentos que fazem as reivindicações, é natural. Agora, não pode isso ser implicado, e a responsabilidade ser imputada a uma ONG, porque aí as ONGs não podem ter posição sobre um determinado território, sobre uma área?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Claro, claro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faz...

Fazem. As instâncias de Governo e de Ministério Público...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Conceda-me um parêntesis?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que depois podem estabelecer "sim" ou "não". Não dá para a gente ficar aqui...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só um parêntesis.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... já criminalizar uma entidade, porque lá, numa determinada área, ela estabeleceu uma posição em que achava justo fazer aquilo.

Aí não dá para a gente fazer isso, porque senão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se vocês me permitirem, a questão do encaminhamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O Relator...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só esclarecer.

Esclarecer ao Senador Beto, eu sei que ele conhece, eu também conheço, mas é público e notório, lá em Altamira, que um dos assessores da Procuradora da República é servidor do Instituto Socioambiental, ele trabalha lá dentro com ela.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso. Nós vamos investigar isso, Senador. Está bom?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só isso.

Então, esse negócio não é de hoje e não é novo para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É muito maior do que o Brasil pensa.

O Relator é o Senador Marcio, mas antes, Marcio, do encaminhamento, eu tinha franquiado a palavra ao Senador Styvenson, depois você faz o encaminhamento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde... bom dia aos Senadores presentes, estou vendo que a discussão já iniciou aqui, de uma audiência antecipada que se realizará na região do Pará.

Eu queria só fazer um questionamento. A gente tem hoje oitivas, não é? Tem pessoas para ouvirmos aqui. Acho que daria para discutir o teor dessa reunião futura no local, no dia, na ocasião, e aqui a gente se concentrar, só porque eu vim para ouvir na sessão hoje quem vai ser ouvido de fato. Então a minha pergunta era só esta: vai ter oitiva ainda?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vai ser isso. Vai, sim. E a gente está tentando esse encaminhamento.

Com a palavra, o Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Uma questão, talvez, de encaminhamento.

Eu escutei atentamente as ponderações do Senador Beto, do Senador Zequinha. Eu acho que, de fato, na primeira reunião em que a gente aprovou vários requerimentos, eu também entendi que ficou claro, mas a gente sempre pode aperfeiçoar aquilo que a gente já decidiu. Mas pra mim também ficou claro que o momento de chamar ONGs seria um momento posterior ao recebimento das informações que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovamos na primeira reunião da CPI, a primeira reunião após a instalação. E isso, como disse o nosso Presidente, não chegou ainda. E hoje nós estamos aprovando, se assim entender o Plenário, outros requerimentos. Eu confesso que foi uma falha minha. Poderia ter colocado esses pedidos de informações já naquele documento anterior. E hoje eu estou corrigindo essa falha, pedindo aos estados, aos nove estados da Região Amazônica, às nove capitais, as informações mesmas que a gente pediu aos outros órgãos federais. E aí, com isso, vem, sim, a agenda do convite às ONGs.

Mas também entendia, Beto, que naquele momento também teria ficado claro que essa parte não seria uma obstrução a que outras pessoas fossem sendo convidadas – como o Presidente solicitou várias audiências, eu também, cada um de vocês tem essa prerrogativa –, pessoas, autoridades. Então, nós aprovamos requerimento aqui convidando ex-Ministros do Meio Ambiente, a atual Ministra do Meio Ambiente, pessoas que, enfim, dialogam, escrevem sobre a Amazônia, que vão enriquecer o debate. Então, eu entendi que uma agenda não prejudicaria a outra.

E com relação a aprovar já audiências públicas, deslocamentos da Comissão à Amazônia, eu entendo que a gente pode fazer. E claro que o Presidente, a quem cabe essa prerrogativa, ao ser aprovado, vai, logo na sequência, ver a conveniência do momento. Eu também acho que, pra gente se deslocar daqui pra Amazônia, nós precisamos ter informações primeiro, pra podermos ir à audiência pública consubstanciados em dados e informações que receberemos, bem como, vamos dizer assim, a dinâmica da reunião.

Eu concordo com o Senador Beto, claro. O Presidente, no seu tempo correto, vai estabelecer com a própria Comissão quem são os convidados, enfim, o ritual da reunião. Nós não podemos levar a Comissão com assessores e tudo mais à Amazônia brasileira, sem que antes ela tenha estabelecido quem são as pessoas a serem convidadas pra reunião e a dinâmica, a abertura e o fechamento dessas audiências lá dentro. Mas entendo que é uma prerrogativa do nosso Presidente, que, depois de ser aprovado, vai, com o tempo certo e com as informações que chegarão à Comissão, combinar com todos nós em que data, em que momento e a dinâmica da própria reunião.

Então, eu acho que esse é o encaminhamento. E aqui ninguém vai – e o Presidente tem esse espírito – controlar nenhum Parlamentar. Eu, particularmente, entendo que o debate a respeito de responsabilização ou não, de denúncia ou não, de entendimento, pra construir o relatório, é um momento posterior. Na medida do possível, se a gente puder guardar as nossas ferramentas, quem sabe com as informações que receberemos, podemos afiá-las mais ou menos, até consertar algum entendimento que a gente tenha. Vai ter o momento mais adequado, mas, de qualquer modo, não tem como impedir que, às vezes, a opinião do Parlamentar sobre algum tema já apareça nesse momento.

Mas eu acho que o encaminhamento, Presidente, está dado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao serem aprovados os requerimentos, o Presidente vai vendo a conveniência e o momento de serem chamadas as pessoas e das audiências que serão feitas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É isso aí

Eu vejo a mãozinha da Senadora Mara levantada.

Alô, Mara. Que prazer você conosco aqui.

Vai dar para colocar a Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Oi, Plínio. Oi, Marcio. Prazer em vê-los, Senadores. Bom dia a todos.

Bom, eu queria cumprimentar o nosso Presidente Plínio Valério e o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e desejar sucesso nos trabalhos desta Comissão tão importante. Que os senhores e todos os membros desta Comissão tenham sabedoria, todos nós, para defender, de fato, o nosso bem mais precioso, as pessoas, principalmente as pessoas mais vulneráveis, os povos indígenas, ribeirinhos e, sobretudo, um bioma sem igual no mundo, que é a nossa floresta, e os nossos rios da Amazônia.

Eu vim aqui hoje, Presidente, me manifestar do mesmo modo que o Presidente Plínio já disse, para que possamos dar transparência, aqui na CPI, ao maravilhoso trabalho humano que as organizações da sociedade civil realizam.

Pode estar certo – viu, Plínio? –, são essas organizações que atingem e trabalham muito duro para melhorar a vida das pessoas que ainda são invisíveis pro Governo e pra maior parte da sociedade.

Hoje, eu quero defender o trabalho das associações, das fundações, das entidades do terceiro setor que, historicamente, começaram a trabalhar em defesa dos seres humanos mais vulneráveis.

Lá atrás, ainda no Brasil Colônia, foi em 1543 que chegou aqui a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instalando-se em Santos, no meu estado, aqui em São Paulo. Depois, foram abertas unidades na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco. E não havia nenhuma instituição hospitalar no país. E foi uma ONG que começou. E, hoje, as santas casas estão em todo o Brasil.

No Congresso, diversos Parlamentares se mobilizam todos os anos pra fortalecer as parcerias às santas casas no SUS. Nas muitas delas, já tiveram problemas de gestão, de irregularidades apontadas por tribunais de contas, dívidas trabalhistas.

E eu gostaria de saber quem no Brasil não consideraria uma enorme injustiça, por exemplo, atacar o trabalho das santas casas, mesmo com os erros, às vezes, graves que já ocorreram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é claro que a gente tem que responsabilizar e fiscalizar o uso dos recursos públicos, das parcerias, dos convênios, verificar se não houve desvio de finalidade. E temos que trabalhar com muita sabedoria e ter muito cuidado.

Ano passado, eu perdi um amigo muito querido, que foi o jornalista Dom Phillips, que foi assassinado na Amazônia, junto com o indigenista Bruno Pereira. Na ocasião, viralizaram nas redes boatos e *fake news* afirmando que os dois realizavam atividades extremistas e ilegais na Amazônia, o que depois foi desmentido pela Polícia Federal, mas, até isso ocorrer, se causou muita dor e muita confusão, coisas que talvez nunca mais a gente consiga tirar a mácula.

Por isso, eu peço que a gente tenha tranquilidade na condução desses trabalhos e muita responsabilidade nesta Comissão. Eu falo para as senhoras e senhores como uma pessoa que começou a sua trajetória política fundando uma organização que existe até hoje, que é o Instituto Mara Gabrilli. Inclusive, uma mulher tetraplégica como eu não seria eleita Vereadora, Deputada, Senadora se não fosse o brilhante trabalho de muitas organizações do terceiro setor por décadas, quando não se falava do direito, por exemplo, da pessoa com deficiência. Foram as ONGs que lutaram por isso, pra tirar as pessoas com deficiência da invisibilidade. E, se não fossem associações como as APAEs, a AACD, as fundações como a Dorina Nowill para cegos e tantas outras, a Derdic para surdos, a gente não teria avançado tanto em garantia de direitos. E olha que, ainda assim, a gente sabe que tem muitos desafios na garantia das políticas públicas pra inclusão social, não só das pessoas com deficiência em nosso país, mas daqueles que são mais vulneráveis.

Eu fui Presidente de ONG e conheço profundamente o quanto é necessário ter profissionalismo pra cumprir tudo o que a legislação exige e também o quanto é árduo captar recurso e obter doação da iniciativa privada.

Eu tenho muita preocupação que essas doações, que ainda são poucas em nosso país, diminuam ainda mais, inviabilizando trabalhos muito importantes e necessários.

Se existem ONGs que trabalham de modo irregular ou fazem uso ilegal de recursos, que sejam responsabilizadas e punidas, mas esta CPI deve a cautela de não deixar inserir no imaginário popular que o trabalho das ONGs é criminoso. Ninguém melhor que nós pra sabermos que existem bons políticos e políticos ruins, como em toda profissão e toda área, e não seria diferente com as ONGs, e cabe a nós valorizarmos os bons trabalhos.

E, por isso, apoio a questão de ordem levantada pelo Senador Beto Faro, pra que a gente possa ouvir o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, a Abin e outras instituições fundamentais pra esse tema, porque vale lembrar que, segundo o estudo da Fonif, que é o Fórum Nacional de Entidades Filantrópicas, a cada R\$1 de imunidade tributária que o Governo investe nas ONGs, as ONGs devolvem R\$9,79 pra sociedade – esse é um dado importantíssimo, eu vou repetir: a cada R\$1 de imunidade tributária, a ONG devolve R\$9,79 pra sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até novembro de 2020, o Ipea, que sei que apresentará dados a convite da CPI mais à frente, mensurou que havia mais de 815 mil organizações da sociedade civil em atividade no Brasil. Desse montante, 30% são entidades religiosas, são igrejas e templos e, geograficamente, mais de 40% dessas organizações se encontram na Região Sudeste. Como o foco dessa CPI é investigar as entidades na Amazônia, segundo o Ipea, 7,2% das ONGs estão no Norte e 8,2% no Centro-Oeste, regiões onde predomina a Amazônia Legal.

Eu trago esses dados, Presidente Plínio, porque temos uma grande responsabilidade aqui. O trabalho da CPI, que é sério, não pode prejudicar o trabalho também sério de centenas de milhares de ONGs.

E eu deixo aqui, Senador Marcio Bittar, meu depoimento valorizando os relevantes serviços públicos prestados pelas entidades sem fins lucrativos na defesa de direitos, no combate ao racismo, no atendimento de pessoas com deficiências, com doenças raras, na assistência social, na educação, no esporte, no meio ambiente, na cultura, entre tantos outros. E as ONGs também são a voz da sociedade civil, daquela parcela da população que atendem, defendem, representam. E foi o engajamento e o trabalho delas que, ao longo do tempo, ajudaram a acelerar as políticas públicas, a inclusão social e os direitos humanos. Isso só fortalece a nossa democracia e torna o nosso país mais justo e igualitário.

Estou terminando e dizendo que a gente precisa fazer dos trabalhos dessa CPI um meio de mostrar que o nosso objetivo maior, ao final, é o fortalecimento da boa governança, da transparência, das atividades das ONGs, e, assim, poder aumentar a confiança da população nos trabalhos realizados por elas.

Desculpa eu ter me estendido, Presidente, mas muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Mara. É sempre um prazer ouvi-la.

E quero lhe garantir, como já foi garantido, que a CPI não tem objetivo de demonizar ONGs, de forma alguma, e muito menos é contra o Governo.

Essas ONGs maravilhosas que a senhora nos cita, com certeza, vamos agradecer no final, porque a intenção é extirpar, é separar o joio do trigo. São essas poucas más ONGs que comprometem o trabalho de todas. E jamais essa CPI iria investigar ONG que trata do câncer, de velhinhos, de idosos. A nossa preocupação, Senadora Mara, é exatamente a sua: o homem. A gente vai procurar saber por que o Fundo Amazônia já está, mais ou menos, com dinheiro de rendimento de 5,5 bilhões e até agora só atingiu – o homem – 266 mil pessoas na Amazônia, onde vivem 25 milhões. É isto que a gente quer saber: será que 5 bilhões é pouco pra atender 300 mil? Será que é preciso mais? E é em nome dessas boas ONGs que a gente vai continuar trabalhando, viu, Senadora Mara? Fique tranquila! O nosso compromisso de lealdade e de buscar a verdade e a transparência sempre será cumprido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo que levanta a mão o Senador Mecias.

Senador Mecias, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente Plínio, cumprimento V. Exa. e os demais colegas Senadores e Senadoras.

Acabo de ouvir também as palavras da nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

Eu creio que é exatamente, Presidente Plínio, o que V. Exa. acaba de dizer: o nosso propósito é separar aqui o joio do trigo. As ONGs que são boas, que têm respeito pela sociedade brasileira e que têm compromisso com as causas sociais, essas que nós queremos separar, porque é sabido que existem ONGs – e nós estamos tratando especificamente dessas ONGs – que trabalham sob o falso pretexto de estarem preservando a Amazônia, e aí não se inclui uma série de ONGs que trabalham no nosso país, como é o caso das santas casas. Mas nós queremos, claro, de forma clara, cristalina, objetiva, saber das ONGs que trabalham na Amazônia o que elas recebem e de que forma elas distribuem, de que forma elas fazem a preservação da Amazônia.

Aqui, em Roraima, por exemplo, existem várias ONGs que recebem recursos internacionais sob o falso pretexto de estarem preservando a nossa flora, a nossa fauna, de serem os cuidadores, aqueles que são os mantenedores da Amazônia, o que não é real, o que não é realidade.

Portanto, a nossa missão, nesta CPI, é saber o que é feito com o dinheiro que vem do Fundo Amazônia, como está sendo aplicado; os recursos que vêm de outros países, que estão encaminhando aqui pras ONGs, pro Governo Federal, que estão sendo mantidos aqui por esses países, o que é feito com esse dinheiro, quem são essas pessoas, saber quem são essas pessoas. Tem pessoas, Presidente Plínio, que têm uma vida maravilhosa, vivem (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos esperar, travou.

Assim que voltar, Mecias, a palavra está franqueada.

Marcio, o nosso Relator, e vamos para o encaminhamento dos requerimentos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só uma observação. Eu tenho o maior carinho pela ex-Deputada – fui Deputado junto com ela, a Deputada Mara Gabrilli – e agora Senadora da República, uma trajetória de vida espetacular. Eu li o livro que ela publicou na época em que foi Deputada Federal, me comoveu muitas vezes. É um grande exemplo de superação que nós temos aqui hoje, no Senado da República. Mas dizer à Senadora Mara e a todos que estão nos assistindo que este Relator, a partir da confiança que recebi do Presidente Plínio, que foi quem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhou durante mais de quatro anos pra que esta CPI fosse instalada, que nós vamos agir da maneira como ele disse na instalação.

Agora, nós não podemos, ao reconhecer ONGs que atuam no Brasil inteiro e que prestam relevantes serviços, mas isso não pode servir para colocar um pano naquelas que atuam, de forma clara, deliberada, pra conter a melhora da qualidade de vida das pessoas na Amazônia.

É inegável, Mara, que, ao mesmo tempo que você tem ONGs, como você citou – e eu poderia citar outras tantas; a Apae é uma delas –, que devem ser reverenciadas e têm por nós, no Congresso Nacional, o reconhecimento através de emendas de Relator, emendas individuais, emendas de bancada, pra muitas dessas entidades, como é o caso das santas casas, que prestam um serviço absolutamente relevante; ao passo que, se essa CPI, de forma clara... E eu peço àqueles que, de fato, não estão, vamos dizer, comprometidos ideologicamente com o raciocínio de que esta CPI vai trazer pessoas aqui, dados e elementos... E, se esses dados e esses elementos comprovarem a percepção de que, no meio de tudo isso, existem organismos internacionais, países estrangeiros que estão comandando destino na Amazônia contra o interesse de quase 30 milhões de pessoas, isso vai estar também no nosso relatório. Então, uma coisa não pode obscurecer a outra. Mas aqueles que querem de fato... Inclusive tem cientistas aprovados no requerimento inicial, que para quem não está com essa visão, que se tornou um pouco religião, vai ter oportunidade de rever alguns conceitos. Até que ponto, por exemplo, somos nós na Amazônia a maior preocupação ambiental do país? Será que não é a área urbana ou as áreas urbanas? Se nós constatarmos que o que fazem em nome de várias lideranças indígenas ou de comunidades indígenas não está, depois de 40 anos, melhorando a vida das pessoas que moram, que vivem nas aldeias, nós também temos que colocar esse dedo na ferida.

Será que é natural um país do tamanho do Brasil, com os recursos naturais que nós temos, continuar assistindo a embaixadas como a do Canadá fazerem reuniões com várias embaixadas dos Estados Unidos, do Canadá, da França, entregarem dinheiro, dirigirem dinheiro, discutindo um território imenso como o Brasil, influenciando na obtenção ou não de recursos naturais da Amazônia? Será que isso não afeta o interesse nacional?

Eu quero terminar essa observação dizendo aquilo que eu falei para o Líder do Governo, aqui no Senado da República. Eu disse: "Olha, governo nenhum – hoje é um governo, ontem foi outro, amanhã será outro – não pode permitir a entrada de recursos e não dá para nos sentirmos ameaçados". A Europa Ocidental, por exemplo, que não produz a comida que come, não produz a energia que consome, ela nos ameaçar, dizendo que se não for como ela quer, ela vai parar de comprar produtos do Brasil? Às vezes eu sonhando, fico pensando, Beto, ou Plínio, que se eu fosse Presidente do Brasil, eu chamaria uma aliança com a China, com a Rússia, com a Índia, e eu queria ver o que a Europa Ocidental ia fazer. Ela faz essa ameaça, e o Brasil aceita uma ameaça dessas? E em nome de uma possibilidade do rompimento de alguns acordos comerciais que a Europa Ocidental tem com parte do agronegócio brasileiro, nós vamos entregar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Amazônia para eles? Eles vão dirigir a Amazônia? E aí vamos lembrar aquilo que eu já citei: o comércio brasileiro com a Europa Ocidental era de R\$2 bilhões no começo do século, hoje está em R\$7 bilhões. O comércio brasileiro com a China era de R\$2 bilhões, hoje está em R\$120 bilhões. Eu vou lembrar a palavra do ex-Ministro, se referindo à Europa Ocidental. A verdade é que, comercialmente, para o país, a relação comercial com a Europa Ocidental está se transformando em irrelevante.

Então, tudo aquilo que nós vamos levantar, as ONGs que continuam prestando, sempre prestaram serviço da maior importância para o país, para os desvalidos, mas aquelas também que podem estar na Amazônia contrariando o interesse nacional, elas estarão no relatório. Mas, com a calma e com a paciência, Mara, você vai ter a tranquilidade de saber que tanto o Presidente quanto o Relator e os membros da Comissão querem trazer à luz do dia as dúvidas que pairam sobre muitas das ONGs que atuam na Amazônia com o prisma da questão ambiental.

Era só isso, Presidente.

E aí, solicitando ao Presidente e feitos os esclarecimentos, a gente passe à oitava para escutar as pessoas que foram convidadas e que já estão aqui presentes.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, me permita a palavra muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Desde que não fale de carajás, para a gente não ter o Beto também, que a gente vai para o requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Com certeza, esta Comissão vai convidar o ex-Deputado e ex-Ministro Aldo Rebelo, que é a maior sumidade desse assunto, correto?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Já está convidado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um cara que se dedicou, que estuda, que viaja, que está escrevendo um livro, que está fazendo todo um belo trabalho.

No dia em que ele vier aqui, uma pessoa, completamente, digamos, independente, para prestar as suas informações e trazer a sua colaboração, os senhores vão ver exatamente o que ele vai dizer diante desse quadro em que se transforma a Amazônia num verdadeiro e forte poder paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ele é um dos nossos convidados aqui.

Mecias, você está ouvindo agora? Para concluir, irmão? Sei que você está aí pelo interior.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está me ouvindo, Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Plínio, Presidente, nossa internet está oscilando bastante, mas eu vou resumir e tentar ouvir os convidados.

Quero só dizer que lamento profundamente a última declaração do Presidente Lula, na França, quando ele disse que a Amazônia era propriedade do mundo. Na realidade, a Amazônia serve ao mundo, mas ela é propriedade nossa, é patrimônio dos brasileiros. Nós lutamos por isso e não podemos abrir mão disso e nem tolerar algumas narrativas, para alguém se vangloriar do nosso país às custas da Amazônia.

Então, a todos os amazônidas, àqueles que a defendem, de fato, independentemente de situação, raça, cor ou religião, eu quero transmitir o meu abraço e o meu respeito – àqueles que defendem a Amazônia de fato.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

Saúdo a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi – de vez em quando os senhores esquecem! Eu acho que você é uma das convidadas nossas para vir aqui. A gente vai fazer esse calendário.

Vamos, antes, submeter ao Plenário a votação dos requerimentos.

Submeto a inclusão dos Requerimentos nºs 76, 77, 78, 79 e 80, de 2023, itens 19 a 23, como itens extrapauta.

Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Votação de requerimentos em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

1ª PARTE**ITEM 1**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 58/2023

Requer a realização de audiência pública com a presença de Davi Kopenawa, líder indígena de Roraima, com o objetivo de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

1ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 59/2023**

Requer a realização de audiências públicas em Altamira e Santarém no estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando inclusive contra interesses nacionais, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

1ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 60/2023**

Convidada Aurélio Tenharim, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 61/2023**

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Belém.

Autoria: Senador Marcio Bittar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 62/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Manaus.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 63/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Palmas

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 64/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Macapá

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 65/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Boa Vista

Autoria: Senador Marcio Bittar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 66/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Porto Velho

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 10

Requerimento Nº 67/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Rio Branco

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 68/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Acre

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 69/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Tocantins

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

Requerimento Nº 70/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amazonas

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 14

Requerimento Nº 71/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Rondônia

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 72/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Pará

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 73/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Roraima

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 17





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 74/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amapá

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 75/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, informações sobre as instituições responsáveis pelos estudos técnico-científicos que definiram a criação de unidades de conservação citadas, bem como cópia das audiências públicas que antecederam a criação das UCs ou das regiões para discutir essas políticas e, enfim, informações precisas sobre a taxa de desmatamento das áreas das referidas UCs antes de sua criação e igualmente no ano de 2023.

Autoria: Senador Plínio Valério

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só uma dúvida, Presidente.

Tomei conhecimento de todos os requerimentos que estavam. Esses extrapauta não tem como a gente aprovar sem ter nem conhecimento.

Era bom, então, relatar a questão dos extras, para a gente, pelo menos, saber o que está aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A reclamação procede, Senador.

Vamos ler, então.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 19

Requerimento Nº 76/2023





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Mato Grosso

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 20

Requerimento Nº 77/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Maranhão

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 21

Requerimento Nº 78/2023

Convida José Altino Machado, diretor da Associação dos Moradores do Alto Tapajós (Amot)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 22

Requerimento Nº 79/2023

Convida o ex-Ministro Joaquim Leite

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 23

Requerimento Nº 80/2023

Reque Informações do Ministério do Meio Ambiente

Autoria: Senador Plínio Valério

Pronto. São esses aí. São os extras.

Concorda?

Então, aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Antes da primeira oitiva, eu queria mostrar para vocês um vídeo, que não é encomenda nossa. A gente olhou na internet e tem a permissão. Eu não conheço o cacique que está dando esse depoimento.

Chamou-me a atenção porque eu tenho falado muito em colonizado e colonizadores, eu tenho falado muito nisso e a maior prova é que o dinheiro que nos dão, a gente, na condição de pedinte, não diz para que quer o dinheiro. Eles dão o dinheiro, quando a gente bota pires na mão, e eles dizem: "Vamos colocar...".

É rapidinho, é 1min56.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria ver uma situação para a oitiva já, é um esclarecimento só para a oitiva. Posso fazê-lo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode sim. Claro, Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como é que vai se dar, porque nós somos três, três pessoas? É um a um ou os três juntos? E o tempo aqui que cada um terá para poder fazer? É fazer esclarecimento de como é que nós vamos proceder aqui mesmo, de fato, na oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A ideia era um por um. O senhor tem a sugestão, um por um, a gente limitando o tempo, um por um, porque se os três começarem aí um vai responder para o outro, para o outro, e a gente acaba... A sugestão da Presidência é um por um. São três lideranças indígenas. Isso aí é só porque me chamou a atenção o que ele está dizendo.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, não, não. Isso é um vídeo que a gente olhou na internet e pediu a permissão dele para publicar.

Vejam só esse vídeo, é dito por um indígena, não é pelo Senador Plínio Valério. Eu falo muito de colonização, falo e vou continuar falando.

Você pode soltar o vídeo. Ele é pequeno.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A imagem não pôde... Ela estava travando. É só o depoimento de quem eu chamo, Beto, de invisível. Eu chamo de invisível. Esses índios não são vistos, e a gente quer aquele depoimento, não quer dizer que é uma sentença de morte, que é uma sentença de que é verdade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive... Inclusive, eu acho importante isso. Inclusive recebi também vários vídeos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Uhum.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que vou repassar ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Tranquilo, por favor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está certo? Pra poder fazer...

E queria, antes de a gente começar, o senhor falou, ver...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu só queria...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a questão dos nossos tempos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beto, deixe-me só vir, aqui, para concluir a aprovação do requerimento, senão eu me perco...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... está bom?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de submeter ao Plenário a votação dos requerimentos, submeto a inclusão dos Requerimento 76, 77, 78, 79 e 80, de 2023, itens 19 a 23, como itens extrapauta.

Já foi colocado aqui, o Beto tirou suas dúvidas.

Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nos termos do art. 235, III, "d", 5, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Coloco em votação...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Opa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Saudando aqui o nosso mestre Confúcio, que acaba de chegar e é um dos membros desta CPI.

Com a palavra. Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Eu peço desculpas pelo atraso, pois estava presidindo a Comissão de Infraestrutura.

Eu tenho um requerimento extrapauta – não sei se cabe ainda, mas se couber – solicitando a participação do Tribunal de Contas em audiência pública, para explicar, justamente, as contas das Organizações Não Governamentais, especialmente da Amazônia.

Então, eu submeto a V. Exa.

Já está colocado aí e assinado. Se puder e couber, eu agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Peço que a Secretaria veja se está incluso, senão nós vamos incluir, com certeza.

Não sei se já está numerado, se já está numerado, e a gente...

Vamos já conferir. Tá, Senador? A gente vai conferir e aprovar.

Vamos começar as oitivas, então.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Alberto Brazão Goes à mesa.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nesse aspecto, antes de começar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ah, vamos discutir então.

Aqui estão propostos, Beto, 20 minutos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pra ele?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pra ele.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente tem falado à vontade, Beto. Eu só peço que, cada vez que for, resumir pra voltar de novo, pra voltar de novo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E como é que é esse depoimento? Ele depõe na condição de testemunha? Como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É, ele... Não, ele é depoente.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Falar a verdade ou não, como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ele publicou um vídeo interessante. Ele publicou um vídeo interessante, a gente entrou em contato com ele e perguntou se ele repetiria o vídeo que ele publicou. Portanto, é público, não é?

Como eu não vi ninguém acusá-lo de nada nem querer prendê-lo ou algo parecido, nós o convidamos aqui como depoente. E, como depoente, ele não é acusado de nada. Se alguém tiver alguma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa contra o depoente, por favor, fique para si, porque aqui não vai ter esse negócio de botar dedo na cara ninguém.

Conduza, portanto... A Secretaria conduza o Sr. Alberto Brazão Goes.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, ele está sendo convidado na condição de testemunha.

É porque ou você é investigado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ou é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A lógica da Comissão é: pegar depoimentos dos invisíveis, porque dos visíveis eu tenho, está tudo a mil maravilhas. Eles estão, agora, na Ilha da Madeira, a Fundação Amazônia Sustentável com as atrizes que são embaixadoras da Amazônia, estão nababescamente vivendo.

Esses eu já conheço. Eu quero conhecer aqueles que estão aqui no Brasil, que são ignorados. Por isso é que veio o depoimento, Beto. Ele não é... Vai trazer o depoimento como foi aquele lá, porque, Beto, hoje não tinha como a gente trabalhar com informações que não vieram.

Com a palavra, então, o Sr. Alberto Brazão Goes, à Mesa.

Identifique-se, diga por que está aqui, fale o que quiser.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – Bom dia!

Senhores, sou Beto Goes. Sou ianomâmi. Eu vim do Amazonas. O nome da minha comunidade é Maturacá, no Município de São Gabriel da Cachoeira.

O meu pai é Júlio Goes, tuxaua ianomâmi, e o nosso cacique, Miguel Figueiredo, ianomâmi, o nosso herdeiro da nossa linhagem tradicional tribal, filho do nosso finado cacique Joaquim, grande pajé. Que nosso grande espírito o tenha hoje!

Portanto, hoje, obrigado, Senador Presidente da Comissão Plínio, o Relator, *awei*.

Eu quero compartilhar com vocês aqui que, para mim e para o meu povo ianomâmi, no Norte do nosso país, é indigno ao que hoje nós somos submetidos, principalmente pelas ONGs, principalmente pelo ISA. Nós, ianomâmis, não somos serviçais de outro ser humano. Nós não somos um mero ajudante de um outro ser humano, porque nós somos os verdadeiros seres humanos da floresta. Nós já sabemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como lidar com a nossa floresta. Nós não precisamos que ONGs de lá do estrangeiro digam como é que ianomâmi vai cuidar da nossa terra, da nossa floresta, porque nós somos os verdadeiros antropólogos do nosso povo. Nós somos os ambientalistas do nosso povo. Por que é que ONGs, principalmente americanas, dizem como ianomâmi deve viver na grande floresta? Aqui no Brasil, principalmente. É indigno um povo, uma nação, uma civilização que já exterminou os nossos parentes sioux, os apaches, os outros parentes lá da América do Norte quererem ensinar ao Brasil e dizer como deve cuidar dos povos originários. Aqui, vocês, senhores, são os verdadeiros tuxauas do nosso país. Tuxaua, na minha língua ianomâmi, é chefe. Vocês são os chefes indicados, eleitos pelo povo.

E, por isso, digo mais: pra mim, hoje, é uma honra estar sendo convidado aqui nesta Comissão, para realmente colocar na mesa, pra vocês, aqui, autoridades, e colocar na transparência como nós povos indígenas queremos que os órgãos públicos atuem na nossa terra ianomâmi, assim como nas outras grandes reservas dos outros parentes, os parentes caiapós, os parentes caingangues, os parentes pataxós, os parentes xavantes, waiãpis – satisfação, nossa querida Deputada kayabi, nossa parente também ali. Somos vários parentes aqui que vieram lá de São Gabriel da Cachoeira, somos um povo, povo brasileiro. Aqui não existe distinção. Pra que apontar dedo, pra que ser inconveniente para com outro parente, irmão?

Então, estou aqui para dizer que povo ianomâmi e demais nações indígenas querem autonomia; queremos, sim, autonomia e protagonismo para nós sabermos gerir. Por que dizer que o indígena é incapaz? Por quê? Temos parentes aí formados, hoje temos parentes ianomâmis enfermeiras, temos parentes licenciados para dar aula em escolas. Por que não?

Então, hoje eu digo aqui: nós povos indígenas queremos protagonismo. Somos protagonistas da nossa própria história. E digo mais: queremos dignidade humana, dignidade, respeito, queremos paz. Chega de querer colocar parentes uns contra os outros. Apenas façam com que as políticas públicas cheguem até nós, principalmente educação escolar indígena diferenciada para nós. Temos esse direito. Uma saúde de qualidade: temos esse direito. Temos a Pnspi, que está aqui, aprovada por vocês, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Por que ainda existem parentes morrendo?

Então, hoje, eu digo a vocês, parentes, que nós somos um povo livre. Ianomâmi é um povo livre; waiãpi é um povo livre; kayabi é um povo livre; parentes do Alto Rio Negro são um povo livre.

Diante disso, eu vos digo: o instituto que eu acabei de mencionar aqui, no passado próximo, ali no Alto Rio Negro, executou um projeto: criação de peixe, piscicultura. O que aconteceu? Apenas acessaram a verba federal, não houve prestação de contas e aquele projeto não avançou, abandonaram. E o que aconteceu? Criadouro de mosquito da malária. Está lá! É isso que a gente deve herdar? Isso pra mim é inadmissível, é um crime, é uma ofensa para nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a mesma ONG que eu já mencionei tem um projeto gigante, Cogumelo Yanomami. Vendido no exterior o grama do cogumelo a 7 euros. Por que a mídia está dizendo que parente ianomâmi está morrendo por inanição? Por que se existe um projeto que arrecada milhões? É contraditório, não é?

Então, eu quero dizer aqui a todos que nós queremos transparência. Nós queremos transparência! Acessou verba federal, acessou verba exterior, estrangeira, então mostra para nós quanto é e quanto que nós vamos usufruir daquilo, quanto que vai nos beneficiar. É isso que nós queremos.

Chega, chega de ianomâmi ser considerado ajudante apenas, principalmente para essa ONG ISA. Chega, queremos autonomia, queremos protagonismo, é isso que nós queremos. Os projetos que ela executa, eu vejo que não têm resolutividade. Por que só com ela, só com ela? Temos associações. O Governo aqui, a Casa Legislativa, o Senado, o Congresso podem nos dar apoio e fazer com que o ianomâmi possa acessar linhas de crédito. Por que não? O AgroIndígena está aí com força total. Ianomâmi quer, ianomâmi quer contribuir com o PIB do nosso país, claro que quer, ecoturismo, por que não? Projetos de alta sustentabilidade, sem derrubar a floresta, temos aí etnoturismo, é isso que nós queremos, eu quero, Senador, Presidente, quero muito. É o que o meu povo almeja, autonomia para a gente poder realmente avançar também. Queremos, sim, evoluir.

Ianomâmi é inteligente, ianomâmi tem sabedoria! Ah, se ianomâmi estudar ele vai deixar de ser ianomâmi, ele vai derrubar a floresta dele, ele vai poluir o rio dele! Não, ianomâmi estudado, ianomâmi formado vai contribuir com esta nação, que é nosso país.

Ianomâmi quer plantar. Temos agrofloresta, temos agroecologia. Por que não? O meu povo era 14, 16 mil, em anos passados, décadas passadas; hoje somos 30 mil ianomâmis, essa população cresceu. Por que não o ianomâmi mesmo não ter a sua criação de peixe ali, avicultura, por que não o ianomâmi produzir o seu próprio arroz? Por que não? Aí vem governo, entra governo, sai governo, só demarca terra e ianomâmi não pode cultivar? Pra mim isso é indigno.

Awei, meus parentes, Presidente, é isso que eu queria colocar a vocês.

Awei këy, haux, haux, haux, yanomami!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Beto. Você ficou ainda com dez minutos, se quiser falar depois.

Senador Confúcio, nós vamos já colocar em votação os requerimentos, são dois na verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse tipo de depoimento que a gente quer. Nada impede, Senador Beto, que venha aqui outro dizer o contrário. Eu não tenho nada a ver com o que ele diz, como Parlamentar, e aqui não falo como Presidente. Ele fala dos ianomâmis lá de Santa Isabel do Rio Negro. A gente tem uma emenda Parlamentar lá, e eu digo isso com vergonha, eu não digo isso com prazer, eu digo com vergonha, que fez uma casa de acolhimento dos ianomâmis em Santa Isabel, R\$350, porque eles vêm para pegar Bolsa Família, essas coisas, e não têm nem onde ficar.

Lá em São Gabriel, eles dormem nas pedras, porque os jovens danam-se a beber, e por aí tem consequências. Então, todas as vezes em que eu digo que a gente chegou lá com uma emenda parlamentar, eu falo de forma envergonhada, porque não seria necessário que a gente fizesse isso.

Eu te pergunto, Beto, alguma... Quer falar, Sr. Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A gente pode, sim, pode abrir, sim. Você pode, se quiser falar, não tem problema. A gente só pede aquela rapidez, Beto? Para a gente dar dinamismo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – É que eu achei que pudesse, que as pessoas fossem, os Senadores pudessem falar, que eu fosse falar agora, porque é um pouco do método que tem sido utilizado.

Primeiro, eu entendo que, na democracia, inclusive, tem opiniões diferentes, visões diferentes. Entendo isso, é um ato extremamente democrático aqui a gente ouvir uma pessoa indígena trazendo a sua avaliação de um processo.

O que me chegou, que chegou por carta pra mim, nesses dias, inclusive da associação dos ianomâmis, das organizações ianomâmis, questionando que a posição da associação e da organização não é essa colocada aqui. Inclusive, eu vou lhe entregar aqui as cartas que vieram das organizações ianomâmis. Está certo? Vou lhe entregar todas as cartas aqui que as pessoas colocam.

E eu queria ver, nesse procedimento, se a nossa pessoa que está fazendo depoimento participa de alguma organização dos ianomâmis, se ele participa de alguma. Para ser uma liderança, o que é que ele faz? Porque, às vezes, tem um dissidente ou não, de uma posição política da organização dos ianomâmis, o que eu não acho que seja o caso, até porque as informações que eu tenho – pode ter outras informações – são de que ele não participou e não participa de nenhuma dessas associações e dessas organizações ianomâmis.

Foi, inclusive, assessor para a questão indígena, durante muito tempo, do Governo Federal. Nos últimos anos, coordenou a questão indígena. Queria, inclusive, entender um pouco como é que alguém





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que coordenou essa questão da saúde indígena nas áreas dos ianomâmis viu essa crise toda por que nós passamos, uma crise humanitária, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto, me permita. Me permita. O depoente não é vítima aqui; o depoente não é malandro aqui. Essas associações a que o senhor se refere são as patrocinadas pelo ISA. Eu já conheço e recebo. Recebo. Recebo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu não posso fazer esse questionamento? Não posso fazer a fala?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode fazer. Eu só não quero que aperte muito, porque ele está aqui como colaborador. Senão, ele vai passar de depoente cristalino, falando das mazelas, para aquele índio que está revoltado, que só está falando porque está revoltado. Eu sei que não é sua intenção. Por isso é que eu faço essa observação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, ressaltei, Presidente, que esperava que eu pudesse terminar aqui a fala.

Mas eu acho que é importante ouvir a opinião disso, porque alguém que coordenou essa questão da saúde indígena, como é que viu toda essa crise humanitária lá na região por que nós passamos? E aí não é uma invenção, não é um discurso. Tem todo um relato, tem foto, tem toda essa situação colocada. Porque, senão, a gente já sai, neste início da CPI, como se "Ah, tem os bons, mocinhos, os maus e tal".

Trazar aqui essas pessoas eu acho que seria bom, inclusive, ouvir relatos. As cartas são muito explicativas. Vou trazer, inclusive, os vídeos também da posição das organizações dos ianomâmis na região.

E aqui eu não estou para defender. Nem sei direito qual é a atuação. Na minha região, o ISA não atua. Portanto, não tenho como avaliar, efetivamente, o trabalho do ISA ou de qualquer outra entidade. Na minha região, não tem... Tem ONGs menores, inclusive, mas não conheço a atuação específica do ISA.

Mas não quero que a gente saia aqui, Presidente, já estabelecendo ou não, porque veio uma liderança que eu respeito, tanto respeito que aprovei o requerimento para que ele viesse aqui. Se fosse contrário, não faria isso. Mas não é alguém que não tenha visibilidade, que não tenha... Nós estamos trazendo alguém aqui que foi, durante esses últimos anos, desde 2014 para cá, dirigente de órgão do Governo Federal. Não é um invisível, não é uma pessoa qualquer e que tem, ao longo da sua vida, já demarcada uma posição contra essa questão... A favor da questão...

Como é a posição com relação aos garimpos em terras indígenas? Essa questão da saúde? É bom a gente saber, porque, senão, não fica elucidado. A própria pessoa vem aqui, faz uma fala, faz um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento que você vai ver aqui, pelos documentos que eu estou recebendo e vou lhe entregar agora, que não é uma pessoa... Nós estamos trazendo aqui alguém que é invisível, ou que não se conhece. É um simples morador de uma região. Eu não acho que isso é salutar para o desenvolvimento...

E quero que, assim como o depoimento dele, com certeza, irá ao relatório do Senador Marcio, eu quero que as cartas também que recebi e entrego sejam validadas para irem ao relatório do Senador Marcio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza, tanto é que o senhor pôde falar e vai poder continuar falando.

Beto, você quer responder?

Então, por favor.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awey!*

Satisfação, Senador. Respondo à sua fala, à sua pergunta, ao seu questionamento.

Os parentes se equivocam, ficam equivocados, uma vez que o estatuto, o regimento, o documento que rege a nossa associação, a Ayrca, está aqui, porque eu li e reli, ajudei o meu pai a redigir e, o povo todo, a aprovar aquele documento. E ali diz que eu sendo ianomâmi, filho nato de meu pai, sangue ianomâmi, isso não me exclui de representar o meu povo, não.

Eu sou membro da associação, porque eu sou um associado. Então, o que os parentes fizeram lá... Tenho conhecimento. Isso é pura manobra – está bom, Presidente? –, é pura manobra dos *napëpë*, a gente fala. Eu chamo... Aos parentes ianomâmis chamam *napëpë* vocês, não indígenas, os brancos, no modo comum.

Pura manobra, principalmente dessa ONG que eu mencionei anteriormente, querendo se resguardar, querendo se blindar de que "eu não faço parte...". É claro que eu faço se eu sou associado. Eu sou filho da comunidade. Eu sou filho do povo. A identidade está no meu dialeto, na minha língua. Como é que eu não sou parte dessa associação? Eu não faço parte da diretoria, mas o estatuto, um documento igual a esse aqui, que está no papel, diz que eu sou membro da associação. Associado. Então, *awei!*

A carta veio, eu respeito. Eu respeito. Agora, com relação a ser membro do Governo, eu fui conselheiro de saúde indígena no nosso DSEI, cinco anos como conselheiro distrital de saúde indígena.

Toda essa mídia em cima dos meus parentes por conta de desnutrição, óbitos, saúde não efetiva no território, em um determinado local, em uma determinada região, não condiz com o resto da comunidade, com o resto das outras comunidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos 385 aldeias. Somos 37 polos base no nosso território – Amazonas-Roraima. Infelizmente, Senador, aquela região que está na mídia hoje, que é Surucucu, onde os invasores estão lá, realmente tem essa negatividade com relação à assistência da saúde. Por quê? O próprio parente ali impede a equipe de saúde de permanecer pelo seu tempo determinado, que é de 30 dias em área, porque aquele povo ali, meus parentes daquela região, vivem em guerra intertribal, interclã. E o invasor, pra poder estar lá trabalhando com eles, com o apoio de algumas lideranças ianomâmis, ele dá. "Parente, ianomâmi, o que você quer pra eu permanecer aqui?" "Eu quero arma de fogo, pra eu caçar." Mentira, não é pra caçar não, é pra guerrear com a tribo vizinha. É isso que aqui tem que ser também. Da vez passada eu falei. Eu falei que a Casa aqui tem que ver com carinho. Cadê os antropólogos? Por que os ambientalistas não veem esse lado? "Ah, é cultura, não pode se intrometer. Deixem eles se matarem." Que isso?

Eu sou o único Presidente de Condisi que... No meu mandato, eu reuni todas as aldeias inimigas, Surucucu principalmente, onde está lá e falei: vamos conversar, vamos dialogar. Pra não ter guerra entre tribos, eu os retirei. Pedi pro coordenador distrital: coordenador, os retire daqui, vamos reunir aqui na casa de saúde. Aqui eles vão... Eu vou dizer: se brigar aqui, tem polícia. Federal leva pra cadeia e vocês vão presos. Tive que dialogar com eles e falei: somos ianomâmis, somos parentes. Por que guerrear? Amenizou? Amenizou. Depois agravou de novo. Por quê? O invasor os armou. Os parentes ianomâmis estão armados até os dentes naquela região lá. Na minha região, o Amazonas, não existe mais guerra. Não existe guerra interclã. Não existe o chefe de um clã disputando um com o outro. Essa é a verdade.

Senhores, precisamos que parentes ianomâmis sejam ouvidos. Sabe como vamos melhorar esta situação, este clima entre líderes lá na região, Roraima?

Através de escolas o meu povo se sensibilizou, se conscientizou que guerras trazem a desunião, o povo, as crianças principalmente, fica com medo, tem medo.

Então, eu acredito que as políticas públicas de educação escolar indígena chegando, de fato, lá na aldeia, aí sim... E hoje, graças ao nosso Governo do Estado de Roraima, o Governador Denarium, hoje está olhando as escolas, está efetivando as escolas indígenas nas aldeias de ianomâmi. Só que hoje aquela região ainda vive em conflito. *Awey këy!*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero, em primeiro lugar, agradecer e cumprimentar o Alberto. Posso te chamar de Beto?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero cumprimentá-lo e quero dizer que, como brasileiro, me comove a sua declaração de que a sua comunidade é Brasil, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que somos o mesmo país. Isso me comove, porque eu também penso dessa mesma maneira. Acho que somos todos brasileiros.

E o papel, a meu juízo, desta Comissão, fundamentalmente, é esclarecer fatos, dar transparência, poder separar o joio do trigo. Temos tempo para isso e, ao final, podemos apresentar propostas legislativas para que a relação se aperfeiçoe.

Bem, a Reserva Yanomami vai completar mais de duas décadas que foi criada.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Trinta anos já.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Foi criada em ...

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – 1992.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – 1992. Isso. Então, é. Na verdade, está completando 30 anos, 31 anos, não é isso?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Sim, senhor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós estamos falando de uma área que alguns pesquisadores dão conta de que existe uma incontável e incalculável reserva, um patrimônio incalculável no subsolo de minérios. Segundo o que alguns dizem, da tabela periódica nós teríamos, na Amazônia como um todo, todos os elementos, mas é sabido que na Reserva Yanomami existem riquezas que, eu repito, hoje são incalculáveis, em potencial.

Estamos falando de uma área que é maior do que Portugal, é um país. E, ao longo dessas décadas, muito se diz, muito se fala de movimentos, de encontros nacionais e internacionais, falando e dando como um avanço muito grande a criação dessa reserva.

O que causa curiosidade ou, mais do que isso, o que causa espanto – e é isso que eu quero lhe perguntar – é como é uma área tão grande, com tantos recursos naturais, como a gente continua assistindo – e não é de agora, não é este ano –, como a gente continua assistindo a exemplos de ianomâmis, irmãos, brasileiros, seres humanos, passando pelas dificuldades a que a gente assiste periodicamente? O que é está faltando?

Será que o exemplo... O mundo tem vários exemplos que podem nos inspirar. Será que o exemplo norte-americano, onde as comunidades indígenas, de fato, governam o seu território, têm autonomia sobre o seu território, decidem o que fazer e aí vivem em uma condição humana, num patamar bem acima do que vivem hoje as comunidades indígenas brasileiras, será que o exemplo de lá não seria uma inspiração pra que a gente também dê, aquilo que você falou muitas vezes aqui, a autonomia? Então, esse é um primeiro questionamento. Algumas outras coisas que a gente precisa perguntar é sobre a circulação de estrangeiros nas terras ianomâmis. Nós, com certeza, faremos uma visita lá, mas o que a gente ouve é que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer pessoa teria uma dificuldade grande de circular nas terras indígenas, menos essas ONGs estrangeiras. Me diga se eu estou falando a verdade ou não, e, se sim, quais são as ONGs que V. Sa. tem visto por lá? E como é a relação desses estrangeiros com os indígenas? E o que realmente levam pra lá e o que buscam das terras?

Uma outra indagação é se, a partir da sua experiência pessoal e da sua comunidade, não lhe parece que a assim chamada questão indígena, na verdade, tem dado oportunidade a que algumas ONGs representem interesses estrangeiros no Brasil? Ou seja, se, camuflado de interesse indígena, nós não teríamos algumas ONGs, na verdade, levando interesses alheios ao interesse nacional e inclusive ao interesse indígena? Também a partir de sua experiência, se as ONGs que atuam na região realmente respeitam a liberdade dos povos indígenas? Se elas não estão interferindo na sua auto-organização?

E, por último... Por penúltimo, pra dar oportunidade aos outros colegas, na condição de liderança, se o senhor já viu situação de ter que disputar com uma ONG o direito de representar e de falar pelo seu povo? Ou seja, será que tem representantes de ONGs que se acham mais legítimos pra falar em nome da comunidade indígena do que mesmo lideranças como o senhor?

E, por último, o senhor já mencionou aqui na sua fala sobre os tais cogumelos sanõma – se é essa a pronúncia correta, não é? Nós fomos informados por algumas lideranças da região, em Roraima, que esses cogumelos são uma rica fonte de proteína usada pelos ianomâmis para impedir a desnutrição. Também foi informado que esses cogumelos estão sendo comercializados pela internet, com a participação de algumas organizações, e vendidos pra todo o Brasil e pro exterior. Enquanto essa rica fonte de proteína está sendo comercializada, segundo informação, à revelia e contra a vontade das famílias e lideranças indígenas da região, as crianças indígenas, muitas delas, estão morrendo de fome dentro das comunidades. Gostaria de saber um pouco mais, se o senhor possui conhecimento sobre esse comércio ilegal, segundo a informação que chegou, de cogumelos realizado por essas organizações citadas e se tem outras organizações envolvidas nesse comércio?

E, por fim mesmo, pergunto se, Beto, não acha uma contradição, por exemplo, numa propriedade rural na Amazônia o dono tem direito a substituir a mata nativa por plantação de cogumelo, por plantação de eucalipto, enfim, por aquilo que ele entender que é adequado pra sua região, que possa trazer prosperidade, que possa ser economicamente viável e tal. Você não acha que a área indígena também deveria gozar desse direito?

Então, eram essas observações.

Mas quero terminar mais uma vez o cumprimentando e parabenizando pela coragem, pela presença aqui nesta Comissão. Quero dizer que o nosso interesse é elucidar dúvidas e mostrar ao Brasil o que de fato está acontecendo na Amazônia. E aí eu termino mesmo, Presidente, essa parte, dizendo que o que me chama, como brasileiro – acriano por opção –, a atenção é que, depois de tantas décadas, parece que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos tornamos a região mais pobre do país, ou seja, o mundo inteiro fala da riqueza em potencial da Amazônia, mas a realidade é que os ribeirinhos, os indígenas, os colonos e a população de forma geral, do norte do Brasil, hoje é a população mais pobre do país.

Então me parece que alguma coisa não está dando certo. E esta Comissão tem a tarefa de tentar contribuir para elucidar quais as razões de morarmos numa região tão rica e tão pobre ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Sr. Alberto Goes.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awei*, Senador!

Com relação às ONGs, é difícil eu realmente acompanhá-los ali no território, porque muitas vezes eu estou fora, estou viajando, estou trabalhando. Porém, a que mais atua é o ISA; a que mais tem contato, a que mais visita as aldeias.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sabe quantos funcionários eles têm, o ISA?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Desconheço. São vários, muitos.

O Instituto Socioambiental, anteriormente, pelo meu pai e pelas outras lideranças, já era visto com receio. Já o olhávamos com receio; "com um pé atrás" vocês dizem. Eu querendo implementar uma ideia de ecoturismo no nosso Parque Nacional do Pico da Neblina, a montanha mais alta do nosso Brasil, comecei a buscar apoio da Funai, do ICMBio, do próprio Exército, e nada de resultado! Somente falavam: "Estamos sem recurso. Nós não podemos ajudar". Aí eu falei: então, vou trabalhar assim mesmo com meus parentes e executar o ecoturismo no parque. Comecei a vender pacote. Ianomâmi querendo empreender. Aí a Federal falou: "Não, não pode". A Federal falou: "Não, não pode. Ianomâmi não é capaz, não está capacitado". Então, eu comecei a buscar parceiros. Conversei com o meu pai – eu sabendo que ele não queria, que os outros líderes não queriam o instituto. Aí eu falei: "Pai, eu vejo que o instituto trabalha em parceria com os outros aí, fazendo assessoria, fazendo consultoria". Eu falei: "Eles podem nos assessorar nesse trabalho de capacitação. A Funai não quer, o ICMBio não quer nos capacitar. Então, vamos pedir apoio dele". Eu convidei – eu e meu primo Armindo Góes, que, na época, trabalhava em Roraima com o tio Davi Kopenawa, na associação dele. Eu falei: "Mano, me ajuda aí! 'Bora' implementar a capacitação dos ianomâmis na nossa aldeia?". "Como assim?" "Vamos convidar o ISA. 'Bora' convencer os nossos Tuxawa pra que eles aceitem o ISA a nos assessorar, nos ajudar na capacitação." "Está bom, 'bora'." Convencemos o chefe da nossa tribo. Ele falou: "Está bom, vamos fazer ele ser o nosso assessor, cuidar dessa parte aí, até vocês ficarem prontos pro trabalho". E depois, aconteceu o contrário. Os parentes começaram a ser capacitados, depois me demonizaram, dizendo que eu era ruim para o projeto, afastaram o Beto Goes de ianomâmis. E hoje está lá, eles tomam conta do nosso projeto de ecoturismo ianomâmi. Eles vendem pacote no exterior, via internet. Por que o ianomâmi não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode assumir o que já foi capacitado? Então, é o que eu sempre vejo na minha comunidade e em outras aldeias.

Awei, Senador.

Os interesses estrangeiros, eu acredito que, para mim, fica muito nebuloso eu enxergar, Senador. Mas sabemos. Eu escuto boatos de que o Governo da Noruega tem contato com outros parentes. Diretamente, no papel, nunca vi, porém, ouço muito. Americanos, ali no território ianomâmi, em Roraima, que têm missões dentro das aldeias. No Palimiú, no Budu, é onde eu já vi. Quando eu era conselheiro, eu visitei essas aldeias. Os missionários americanos estão lá. Eu não sei como é a sigla da associação deles, ou a organização deles, mas existe. No Marari, há décadas, os americanos estão lá. No centro do nosso território ianomâmi, está lá.

Outro... O Senador falou se a gente – ianomâmis – se sente usado? Sim. Eu, Beto Goes, hoje, eu não me sinto, eu sou a exceção, porque eu li, eu sentei numa escola, tive uma formação. Ainda luto para ter mais formação. Porém, os meus parentes estão lá. Por eles eu estou aqui. Eles são usados, como o senhor questionou. Eu chamo de manobrados, eu chamo de teleguiados. Está aí. Cartas que vieram são exemplo claro disso.

O cogumelo é uma realidade. Está existindo, sim, a comercialização. Tenho conhecimento de que a grama do cogumelo, uma grama do cogumelo na Europa é sete euros. Eu questionei: por que é que parentes de ianomâmi daquela região lá estão morrendo de fome, se o alimento deles, natural, está saindo da floresta deles? Por quê? Quem está errado? O parentezinho lá que vive o dia todo andando na floresta toda, catando cogumelo, juntando sacos e sacos, e entregando para essa ONG? É culpa do Governo? É culpa do Governo anterior? É genocida mesmo ou não? Sai governo, entra governo, sai governo, ianomâmi está lá na mesma situação. Nunca mudou. Sempre foi assim.

Por que é que, quando eu estava como conselheiro, não teve essa mídia toda? Porque tem parente que está hoje à frente lá e quer visibilidade, autobenefício. Isso que é. Por que ele vive bem, e o povo dele, lá na aldeia, está morrendo de fome?

Por que Beto Goes articulou com os amigos, conhecidos em São Paulo, no Rio Janeiro, conseguimos sete toneladas agora para os parentes? Por que só Surucucu recebeu, através das aeronaves, as cestas básicas? Ainda estão lá guardadas no quartel, no 4º Pelotão Especial de Fronteira. Por que as outras aldeias não estão comendo junto? Isso tem que ser visto. Cadê a Funai?

Se eu ajudei meus parentes a ganhar essa alimentação, por que eles não estão comendo? Por que tem parente mandando mensagem pra mim, mandando via rádio, querendo falar comigo, porque não recebeu até hoje a cesta básica? Isso dói em mim. Dói, porque eu como todos os dias. Meus filhos comem todos os dias, meu pai, meu povo come todos os dias, porque nós trabalhamos na roça. E esse povo lá de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surucucu? Por que não está comendo? Porque os próprios líderes deles causam o mal para eles. Por que esse outro líder deles, que está na visibilidade, não pega e dá de comer aos parentes? E ele vive bem.

Então, Senador, cogumelo está lá, saindo da floresta, ianomâmis, sanõmas cheios de bicho-de-pé no pé, pulgas e fome.

E por que é que parente está morrendo lá de fome? Por quê?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só mais uma pergunta, Beto: você tem algum nome das pessoas que, em nome do ISA, se dirigem aos indígenas, para a gente, quem sabe, chamá-los depois aqui?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GÓES – Senador, um dos que faz isso é o atual Presidente do Condisi, Júnior Hekurari. Está na mídia aí, todo o tempo. Fez vaquinha virtual, quase R\$500 mil, R\$485 mil apurados nessa vaquinha virtual, em nome das crianças ianomâmis, que estão morrendo de fome. E cadê esse dinheiro? Chegou para parente ianomâmi? Não chegou. Não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deputada Silvia, a senhora, como nossa convidada, quer uma fala?

Por favor.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir aqui até para poder colaborar com vocês. Eu tenho... Apenas para colaborar com o relato do meu parente Goes, nós tentamos intervir, tentamos salvar pessoas.

Eu direi que desde 1500, quando os desbravadores aqui chegaram, eles trouxeram consigo algo que nós não tínhamos: ciência e tecnologia. O que trouxe os desbravadores aqui, em 1500, foi a ciência, foi a navegação, foi uma bússola. E eles traziam consigo uma tecnologia chamada pólvora, arma de fogo. Quinhentos anos se passaram, nós estamos sem barco e não podemos sequer ter uma arma para nos defender, e nada mudou.

Mas por que essa política de segregação? Um povo que dominava a ciência e a tecnologia nos subjugou, nos tornou escravos, tantos foram aniquilados, tantos morreram, outros se tornaram escravos, se suicidaram, e outros foram isolados.

Quem lucra com a segregação? Quem lucra com o isolamento? Não somos nós. Vejam todos vocês aqui tomam banho de água quente, bebem água gelada, têm a oportunidade de pedir comida por iFood. Nós, não. Ah, sim, porque somos indígenas, então, nós fomos condenados a viver em 1500, como pessoas que não dominam a ciência e a tecnologia para que, hoje, com essa sociedade aqui vivente, que domina toda a ciência, inclusive, a nuclear, possa continuar nos dominando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho, no meu coração, nenhuma raiva de ninguém, porque vocês não têm culpa. Vocês não têm culpa. Você, por acaso, pode ser descendente de espanhol ou descendente de português, inclusive, de indígenas, mas você não tem culpa pelo que fizeram conosco em 1500, em 1900, em 1948. Não foi você quem mandou, você não estava lá. Mas nós precisamos reparar todo um processo de subjugo, de escravidão e isolamento, porque eu sou indígena, eu não posso ser tão boa quanto vocês? Por que o Beto Goes é indígena, por acaso ele vai ter que ser reduzido a uma pessoa que não pode abrir a boca por ele mesmo a não ser que ele seja ordenado por alguém para que ele fale? Ou será que eu tenho o direito de tirar dele a liberdade de não gostar de mim? Será que eu tenho que tirar dele o direito de olhar pra mim e não me reconhecer? O mais importante é que eu me reconheça.

Todos nós aqui temos sangue de índio, muitos aqui têm sangue dos colonizadores, dos desbravadores. Mas a culpa não é sua. Isso não te fez um bandido. O karai, como o homem branco, não é um bandido. Nós também não somos. Agora, sempre ficará a pergunta: quem lucra com isso? Quanto mais miseráveis e isolados, subjugados estiverem os povos indígenas brasileiros, mais investimento, organizações não governamentais continuarão ganhando. Para quê? Para que digam que defendem esses povos.

Mas nada mudou, porque desde 1500 continuamos sem barco e sem pólvora. Continuamos lutando por saúde, continuamos lutando por educação, assim como a sua sociedade. Mas vocês vivem num século temporal, num período temporal tecnológico diferente. Vocês têm internet, vocês têm acesso ao Samu, vocês têm acesso à medicina nuclear, vocês têm acesso à cintilografia. Não existe isso dentro da floresta.

Se, porventura, um filho seu, Senadores, viesse a se perder no mato, o que vocês fariam? Chamariam o Corpo de Bombeiros? Chamariam a sociedade, a Defesa Civil? Colocariam helicópteros? Chamariam as Forças Armadas? Porque você vai defender quem você ama.

E se, porventura, você encontrasse esse filho seu ferido, machucado, com fome, emagrecido, o que você faria? Você o levaria para os melhores hospitais, e, mesmo se você não tivesse dinheiro, você faria vaquinha. Você daria a ele o melhor. Você daria a ele a melhor escola.

Então, por que vocês nos esqueceram lá, no passado, no meio da floresta? Até quando essa política de segregação? E até quando vão continuar ganhando dinheiro à custa da pobreza, da segregação?

Só quem já viveu no mato, empurrou uma canoa, passou fome pode falar sobre isso. Vocês não estão acostumados a ter que matar carapanã no corpo todos os dias. Vocês vivem entre quatro paredes e protegidos, inclusive de bandidos e assaltantes, mas acreditam que apenas nós é que temos que enfrentar a onça, coisas que vocês não enfrentariam sozinhos. Com certeza, vocês estariam com uma arma de fogo para se proteger.

Mas por que apenas nós é que temos que ficar à própria pele e à própria sorte para enfrentar as intempéries de uma floresta? Por que apenas nós é que teremos um representante para falar por nós?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só podemos ter aquele que concorda com o sistema. E sabe por que é tão necessário? Por exemplo, eu acabei de fazer um teste. Eu comprei um cogumelo e estou com a nota fiscal. Enquanto nós falávamos, eu comprei um cogumelo para ter como prova de que, sim, estão vendendo cogumelo para um povo que já foi subjugado e mantido refém de uma história que nos condena a viver em 1500.

Não nos condenem mais a viver em 1500. Nós estamos preservando tudo para que alguém tenha a possibilidade de viver muito bem lá na Europa, para que alguém tenha condição de viver de uma forma regalada enquanto nós matamos carapanã no corpo.

E ainda dizem para nós que apenas esse modo de vida é o único modo de vida, é o único meio, que nós temos que preservar a nossa cultura, que nós temos que continuar isolados para fazer a cultura viva, mas quem fala isso não volta para as cavernas, porque é um descendente dos homens das cavernas, ou, se não for descendente dos homens das cavernas, pode ser descendente dos macacos.

Esses mesmos homens que dizem que nós devemos viver isolados no meio do mato, sem acesso a nada, a preservar uma cultura apenas para eles acharem bonito e ganharem dinheiro às nossas custas, não sobem para viver em cima das árvores, tampouco voltam para as cavernas, mas ganham dinheiro para nos subjugar e nos deixar esquecidos em 1500.

Domina quem domina. Um povo que não domina a ciência e que não domina a tecnologia continuará sendo subjugado.

Essa é a minha palavra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Quando a gente a convidou e fez questão da sua participação, sabia que era exatamente essa, muito contributiva...

Se a gente... Eu não posso analisar, mas, se pegar as duas palavras do Beto e da Deputada, é a mesma coisa dita de outra forma. É isso que a gente quer expor pra que você brasileiro e pra que você brasileira tome conhecimento disso. Eu não me coloco nessa condição do branco que a Deputada falou, mas eu também mereço... É aquela música que diz "eu não sou culpado, mas eu sou filho do dono". Então, a gente é filho do dono e acaba...

Zequinha, a gente tem o Senador Mecias, que levantou a mão.

Senador Mecias, você está por aí, irmão? (*Pausa.*)

Estamos falando dos ianomâmis também de Roraima.

Mecias. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai ao Senador Zequinha.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Opa, o Mecias apareceu.

Com a palavra, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Para interpelar. Por videoconferência.*) – Presidente, a nossa internet aqui está oscilando bastante, mas eu ouvi atentamente as palavras do Beto Goes. Ele é profundo conhecedor desse tema, ele esteve à frente, e ele afirma que sempre foi assim. Portanto, algumas pessoas que falam em calamidade, em um período crítico agora, inclusive que falavam de 400, 500 mortes durante o Governo do Presidente Bolsonaro... E a minha tese aqui não é defender o Governo do Presidente Bolsonaro, mas dizer que agora, nos cinco primeiros meses, mesmo com toda a ação que fizeram com essa crise humanitária que eles assim determinaram, já morreram mais de 130 ianomâmis, mais de 130 nos primeiros cinco meses do Governo do Presidente Lula.

Portanto, o fato é que o Beto Goes tem razão: que fazem uma grande mídia e atendem uma, duas comunidades, mas não atendem de fato as demais comunidades ianomâmis.

Pergunto ao Beto Goes quantas comunidades, quantas etnias, quantos povos existem dentro da região ianomâmi e se falam línguas diferentes. É uma pergunta que eu tenho para o Beto Goes.

A outra pergunta que eu tenho para o Beto, Presidente, é se ele tem os nomes de algumas ONGs de que ele tem conhecimento ou que ouviu falar que recebem recursos internacionais ou nacionais para ajudar os povos ianomâmis e a nossa floresta, se ele tem conhecimento disso.

Ele fez uma afirmação que só nós que vivemos aqui na Amazônia, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, mas especificamente aqui nessa região ianomâmi, só quem vive aqui entende isso. Olha o que ele disse: as pessoas que são ianomâmis e que estão dizendo que estão defendendo os ianomâmis estão bonitinhos, gordinhos, arrumadinhos, andando de helicóptero, mas o povo dele está vivendo de forma miserável lá.

E o fato é que me parece que algumas dessas pessoas não têm interesse, de fato, de melhorar a vida do povo dele lá, porque na hora em que a vida do povo ianomâmi estiver, de fato, boa, eles estiverem produzindo, estiverem com saúde, estiverem com medicamentos, equipamentos lá, parece-me que eles perdem a boquinha que eles tanto defendem e defendem às custas da miséria do povo deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está de parabéns o Alberto Goes, profundo conhecedor, não só por ser um ianomâmi, por ser um indígena, mas porque, de fato, ele estuda essa situação e deixa isso muito claro aqui pra todos nós.

São minhas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias, sempre com boa participação.

Senador Zequinha, eu o ouço; e, depois, Beto, você faz as suas considerações finais, pra gente passar pra outra oitiva.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Quero cumprimentar a nossa Deputada Silvia e o Beto.

Só para fazer uma lembrança que não é objeto da CPI, mas uma coisa que eu sempre achei que é revoltante é que o indígena não pode trabalhar, não pode usar a tecnologia, não pode ter qualidade de vida, não pode, não pode, não pode. Essa é uma ideia defendida inclusive por boa parte dos promotores, dos procuradores da República.

Aqui no Mato Grosso, nós temos um povo que começou a produzir e que teve muitas dificuldades, porque não podia até vender o produto, a sua soja, o seu milho. Em Santa Catarina, eu tive notícia de que o Ministério Público embargou uma grande colheita – não sei se você sabe, Beto, disso.

Então a gente precisa, fora do debate aqui da CPI, começar a discutir a questão da lei e, se for preciso, alterar, porque, poxa... Ah, a terra é da União. Sim, é da União; mas o usufruto é do indígena que mora, que é o responsável por aquilo tudo. Por que é que ele não pode produzir?

O recurso da Funai não dá pra suprir a necessidade, não é? O nosso indígena de hoje não tem nada a ver com o indígena de mil anos atrás, de sei lá. Não, é um pessoal inteligente, um pessoal capaz, um pessoal que está estudando, fazendo curso superior, enfim, aqueles que, às vezes, não têm a oportunidade da faculdade, mas cresceram. Ah, mas tem a cultura, a cultura... Passar fome não é cultura, gente. Passar fome é luta, é dificuldade.

Então, Senador, é importante que, depois desses casos aqui, a gente faça um debate, e com a presença deles mesmos – hoje nós temos aqui a nossa Deputada, que é uma pessoa de cabeça extremamente aberta, e lideranças como o Beto e tantos outros –, pra que possam dizer do sentimento que têm. Por que é que um procurador entra na Justiça e embarga a produção de um povo indígena? Poxa! Que que é isso? Que país é este? Que cabeça é essa? E que juiz é esse que atende? Mas há um preceito legal. E essa lei não se aplica à realidade que temos, não é?

Em 2003, quando cheguei aqui para Deputado Federal, fui ao Presidente da Funai na época pra colocar umas duas patrulhas agrícolas na região aqui do Município de Cumarú do Norte, perto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Redenção. Temos ali uma grande tribo do povo caiapó. Ele não quis o recurso, porque não era pra mexer... E o cacique queria, o Cacique Joel – coitado! –,precisando alimentar o seu povo.

O que eu percebi depois? Os meninos e alguns mais idosos morrendo de tuberculose. Por que se pega tuberculose? O organismo fraco passa necessidade de alimentos, não tem a nutrição adequada, uma gripe qualquer pega nessa pessoa e essa pessoa começa a adoecer. E aí não tem jeito. Quando vem pra cidade, já passou do tempo, termina morrendo, perecendo. Que cabeça é essa? A gente precisa ter, pelo menos, condição, usar o trator, produzir, beneficiar a produção, vender o excedente, enfim, gente!

Eu até defendo, meu Senador Marcio Bittar... Por exemplo, um gaúcho não deixa de ser gaúcho por mais que ele mude lá pro Acre, vai continuar comendo o churrasco dele, tomando chimarrão, tocando, dançando, forma lá um... Como é que é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – CTG.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – CTG.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Centro de Tradições Gaúchas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sim.

E qual é o problema?

Aí você pega o nordestino aqui, que come também do mesmo jeito, tem as suas preferências, a sua música, a sua dança, não é? Ele vai e leva. Por que que também o indígena não tem direito de ter qualidade de vida, trabalhar, comercializar, vender e manter sua cultura, sua dança, sua crença, suas coisas?

Eu não vejo dificuldade nisso. Sinceramente, eu não sei a serviço de quem essas mentalidades estão para manter a dificuldade, a pobreza, a fome, a falta de qualidade de vida, porque é uma coisa impressionante esse negócio.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Antes de o senhor, Sr. Beto, se despedir, eu queria, por curiosidade minha e de quem está nos vendo, Deputada Silvia... Como foi essa transação do cogumelo? Quanto custou? Quanto demorou? Está todo mundo curioso, porque pode ser também que já seja um subproduto, *made in*, importação, exportação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Bom, esse, eu entrei no *site* do próprio ISA, da loja, fiz o pedido e encontrei um... Tem vários produtos daqueles que são extraídos da Reserva Yanomami. Tinha um lá de cogumelo, no caso, o Ana Amopõ, o cogumelo yanomami, e eu comprei um por R\$65 – um apenas, por R\$65. E, com certeza, eles não vão ver esse dinheiro e, mesmo se... O tipo de comercialização, no caso, pra cá, pro Brasil é um. Nós não sabemos para quem eles comercializam, além daquilo que é colocado nas lojas virtuais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eles dizem pra que serve? Na propaganda, fala alguma coisa? É afrodisíaco...

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Sim, está tudo no *site*. Diz que é um potente cogumelo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alucinógeno ou alguma coisa?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas aí não é tão importante. Importante foi a transação que a senhora fez e mostrou, traduziu, mostrou a realidade.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Isso. Escrito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – É, Beto, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente sabe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por isso que os índios estão passando fome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não? Por quê?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Eu posso falar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu acho o seguinte: se eles vivem do cogumelo, de comer cogumelo e já não tem mais...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa o Beto se despedir pra gente continuar a nossa discussão, tá, Beto?

E é o outro Beto, são xarás.

Com a palavra, o nosso convidado, depoente, para as suas considerações finais mesmo.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awey!*

Respondendo a pergunta do Senador Mecias – satisfação, Senador! – sobre quantas línguas no nosso território, temos o ianomâmi; temos o parente ninam, que fala o seu dialeto xirixana, xiriana; temos o sanõma, que o parente sanõma fala o sanõma, o ianomâmi sanõma; e temos o parente ye'kwana. Então, temos cinco línguas faladas dentro do nosso território. Somos todos ianomâmis; porém, cada clã, cada região se denomina daquela forma: sanõma, ye'kwana, ninam, xirixana, xiriana. Eu, no caso, os antropólogos nos classificaram, nós ianomâmis, xamataris, os que vivem na Venezuela e, ao mesmo tempo, no Brasil.

E o Senador perguntou quais ONGs. Somente o ISA, eu conheço somente o ISA, *awey?*

E quero finalizar aqui a minha participação com gratidão, em nome do meu pai, em nome do meu povo, Senador Marcio Bittar – *awey!* –, todos aqui, a nossa Deputada. Eu me sinto honrado... Minha parente que está ali, kayabi, *awey!* Agradeço a todos e quero finalizar dizendo que nós, ianomâmis, quanto mais miseráveis, somos matéria-prima pra essas ONGs. É com isso que eu quero acabar; se não acabar, minimizar. Tenham respeito para com o meu povo! Somos paz, amor, respeito!

(Expressão em língua indígena.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Beto. Muito obrigado mesmo!

São 13h15 e a gente tem duas oitivas.

Alguma observação, Senador Beto, antes de chamar o próximo?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu quero fazer o debate. Se foi aberto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente... É aberto, mas a gente tem que liberar, porque, senão, a gente está maltratando os dois outros que vão depor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso que, às vezes, não é bom... É por isso que eu disse do calendário, porque, às vezes, é bom trazer só um, porque, aí, dá tempo de você fazer o debate, para a gente não impedir o debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso! Mas também vamos admitir a nossa culpa. A gente levou meia hora discutindo a agenda. Nós mesmos, antes... Não estava programado, porque isso aqui é democrático. Então, a gente tem que se ajustar, não é? Vamos ajustar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos nos ajustar.

Alguma observação, meu amigo Styvenson, para que possamos ir adiante?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Não, não; é porque, no início da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Você falou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... eu lembrei: "Vamos pra oitiva e deixa o debate pra um outro momento lá da Comissão".

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso! É isso que nós temos que acertar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos...

Peço à Secretaria que conduza o Sr Valdeci Baniwa à mesa.

O Valdeci é um índio baniwa, do Rio Içana.

Pode vir, Valdeci.

Alguém pode trazer o Valdeci aqui conosco? *(Pausa.)*

Está estudando Geologia em São Paulo, ele e a esposa dele, e permanece firme na luta lá pelos baniwas da comunidade Castelo Branco, no médio Rio Içana, que fica no Alto Rio Negro, já naquela região ali perto, já na Cabeça do Cachorro, onde tem a maior reserva de nióbio do planeta – 93, 95 de reserva de nióbio estão por ali –, sem contar diamante, tudo que você possa imaginar.

E o que me chamou a atenção no depoente é que ele, mesmo estudando Geologia, em Campinas, continua com o pensamento dos parentes lá da comunidade.

Com a palavra, portanto, Valdeci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – *(Expressão em língua indígena.)*

Obrigado, Presidente, Senador Plínio Valério. Marcio, Senador, meus parentes depoentes que estão por aqui, eu agradeço muito.

Eu me chamo Valdeci Fontes da Silva, sou etnia baniwa. Então, eu sou um jovem. Eu não vim aqui representar o povo baniwa. Eu vim aqui como baniwa, morador da comunidade Castelo Branco, terra indígena do Alto Rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira.

O meu objetivo aqui no Plenário é falar em nome dos povos indígenas que não fazem parte das ONGs, que não trabalham com as ONGs; dizer que os povos indígenas, o que eles estão observando pela atuação das ONGs é que já faz quatro décadas que as ONGs estão usando a ponta do dedo dos povos indígenas como a régua pra dizer o que pode ser feito, o que não deve ser feito, que aquilo não pode fazer, que pode prejudicar o meio ambiente, sendo que... porque aquilo não faz parte da cultura. É isso que eles fazem pro nosso povo, é dando medo pros povos indígenas, porque, se os povos indígenas começarem a fazer alguma atividade, vão fazer mudança climática, sendo que a transformação climática sempre aconteceu há milhões de anos, está acontecendo e vai continuar acontecendo.

Hoje, principalmente na nossa região, na Cabeça do Cachorro, pelo conhecimento, pelo levantamento que a gente faz, 90% dos povos indígenas têm uma visão diferente, que já têm pensamento diferente, projetos diferentes para seu desenvolvimento dentro da sua comunidade.

Por que eles têm ideias diferentes, pensamentos diferentes? Porque dentro da terra indígena – acho que a minoria sabe disso – a desigualdade econômica e social está aumentando, cada ano está aumentando. E os povos indígenas, deixando sua comunidade, migrando para a cidade, em busca da qualidade de vida para a sua família, em busca de educação de qualidade para os seus filhos. E, por falta da alternativa, está acontecendo êxodo na nossa região. E, por falta da alternativa, algumas das comunidades estão constituindo as cooperativas, as associações, sem participação das ONGs. Uma delas é a minha comunidade, Castelo Branco. O objetivo de constituir uma cooperativa é para trazer uma alternativa que traz renda dentro da comunidade pra poder permanecer lá, porque, se não tomarmos iniciativa, daqui a dez anos não vai ter ninguém dentro da comunidade, dentro das terras indígenas.

Então... *(Pausa.)*

Por isso, nós povos banúas do Médio Içana tomamos iniciativa de constituir essa cooperativa pra tentar trazer renda pra dentro da comunidade.

O que nós vínhamos observando também há quatro décadas, já ouvimos falar do Fundo da Amazônia, muito falado, só que em nenhum momento chegou na ponta lá, em nenhum momento chegou nas comunidades. Eu sei disso, eu sou morador da comunidade. Eu não sou indígena que se criou na cidade, eu sou indígena que se criou pescando em cima da água do Rio Içana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E cadê aquele dinheiro doado pelos estrangeiros para as ONG daqui, principalmente para a Região da Amazônia? Cadê? O que nós, povo baníua – alguns, não vou citar todos –, alguns povos baníuas que não fazem parte das ONGs, estamos observando é onde está sendo aplicado o recurso do Fundo Amazônia, quem está sendo beneficiado, porque nas comunidades não existe, não tem benefício. Nas condições que nós temos lá, eu não vou nem falar muito aqui, porque é muita desigualdade lá, tanto na infraestrutura, na educação, na geração de renda, no meio de transporte. Nós, povos indígenas, lá, vivemos de suor, porque a gente trabalha, entendeu? A gente trabalha, a gente tira sustento da roça, sendo que as ONGs usam muito nomes de 23 povos indígenas que atuam na Cabeça do Cachorro, mas em nenhum momento a gente vê a melhoria de qualidade de vida dos povos dessa região.

Até agora, 2023, pelo levantamento que nós fizemos entre o povo baníua, tucano, nheengatu, a condição financeira está baixíssima. A única renda que traz benefícios para os povos indígenas do Alto Rio Negro é o Bolsa Família, e se não tivesse Bolsa Família?

Só quem mora nessa região, só quem mora isolado, sem emprego, sem condições, sem contato... O carapanã durante a pesca, a caça, sabe qual é a realidade, sabe qual é a dificuldade para sustentar a sua família. Mas para quem cresceu na cidade, viveu na cidade, tendo café, café da manhã, almoço e jantar, está tranquilo, perfeito, está de boa. É ruim para quem mora isolado como nós. A gente vai pra roça com fome ou a gente vai procurar pescar com fome pra matar a fome, sai com fome pra pescar e pra matar a fome. Isso é justo pra vocês? Os brancos?

Nós somos a prova viva disso. Se alguém está duvidando por aqui, que está sentado aqui me olhando, se eu estou falando besteira, então pode me questionar que eu vou falar mais. Nós somos a prova viva disso, não tenha dúvida.

Deve existir quem está me questionando, o pessoal que está me assistindo e tem os meus parentes me questionando. Tem meus parentes que estão me apoiando, que estão me apoiando, porque eu estou falando a verdade, a realidade nossa. Eu não estou inventando, eu não estou inventando aquilo que eu estou lendo do artigo, eu estou relatando o que nós vimos vivenciando há décadas, até o presente momento.

E é isso que eu queria repassar pra todos. Se tiver mais, vamos conversando aí, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alguém quer fazer um questionamento ao Valdeci?

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Primeiro, nós estamos vivendo uma realidade – e aqui concordo com a sua fala, conheço muitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas... Não sou dado como indígena, mas eu sou de uma área ribeirinha, em que as condições de vida não eram diferentes: eu fui ver televisão com 16 anos de idade. Então, todas as práticas, inclusive o trabalho, o solo, a região, eram muito parecidas com o que são as comunidades indígenas. Os problemas enfrentados são...

Nós temos muito problema ainda no Brasil com as comunidades indígenas e com as brancas, não é só... O Bolsa Família é um dos programas que o Presidente Lula está garantindo junto com o Congresso até a hora em que aprovou, mas não é que a gente queira que o cara fique recebendo o Bolsa Família a vida inteira; muito pelo contrário, o Ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando, e outros ministérios, na política de geração de empregos. Felicidade é quando a gente consegue dar carteira assinada pro cidadão e ele sai do Bolsa Família. Portanto, aqui não há questionamento com relação às políticas que nós temos que desenvolver dentro da reserva, dentro das áreas.

O que não quer dizer também que eu possa concordar, por exemplo, com o garimpo em terra indígena. Aí tem uma diferença, é posição política.

Qual é o mecanismo que você vai adotar e o que a Comissão aqui, a CPI aqui, vai indicar pro país – porque pode ter projeto de lei, pode ter uma série... – como saída pra essa situação que nós estamos vivendo?

Não pode ser aqui, agora. Eu estou falando isso porque já vi posições defendidas pelo palestrante, porque eu acho que está nessa condição aqui, de defesa do garimpo em terra indígena. Ter uma organização, ter uma cooperativa, ter uma associação eu acho extremamente justo, dentro da reserva indígena, ter mecanismos que a sociedade construa de organização dentro da... Acho extremamente justo. Daí a defender essa questão é diferente.

Eu vi em falas aqui e eu quero fazer isso, Sr. Presidente, às vezes, para a gente não distorcer. Eu não estou falando isso, mas eu acho que o discurso, por exemplo, do Presidente Lula, agora, na ida à França, não é de que aqui está entregue a Amazônia pra fora; muito pelo contrário, o discurso do Presidente Lula foi o de que não fomos nós os responsáveis pelo desmatamento – fez uma defesa clara disso – e quem fez foram os países que fizeram a revolução industrial; que os países que fizeram isso têm que ajudar a gente a preservar, inclusive, trazendo recursos pra cá. Foi muito contrário do que foi já dito aqui. O Presidente Lula, na manutenção da soberania internacional, está trazendo, inclusive, a COP 30 pra cá, prum estado amazônico, pra que a gente possa discutir.

Agora, não há como esconder que nós temos um problema de desmatamento ainda; de garimpagem ilegal dentro das reservas indígenas e de outras áreas, não é só dentro das reservas indígenas; de estruturação. Não há como dizer aqui que a gente teve um problema de saúde indígena só dentro de uma comunidade dos ianomâmis, pessoal. Não há como negar que a gente não teve um processo de desestruturação, inclusive, dos órgãos do Governo Federal para atuarem junto às comunidades indígenas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhas, nesse último período, e que nós estamos nos reestruturando. "Nós" eu estou dizendo o Governo e o Congresso, porque o Congresso tem aprovado medidas e projetos que possam ajudar o Governo a ter recursos, a ter estruturação, a fazer concurso público. Órgãos como Funai, Incra... Eu vivi essa coisa. O Incra tinha, numa superintendência em Belém, 450 servidores; recebemos agora com cento e poucos servidores. Tem 90 funcionários que dão conta efetivamente de trabalhar lá e atuar para atender todas as áreas.

Então, há uma situação que nós precisamos fazer agora. Daí a ter uma entidade, uma ONG que é responsável por tudo isso? As mazelas e os problemas, criados desde 1500, como a Deputada levantou aqui, e eu concordo com ela. Agora, uma ONG – e eu quero depois até saber quantos anos ela tem de existência pra poder... Qualquer uma. Eu não conheço. Eu acho que o ISA tem que vir aqui pra poder explicar, inclusive, o procedimento, se é correto isso. O mecanismo de venda que foi estabelecido, como é que é o projeto? Porque, no *site*, eu li, é um programa que auxilia a venda de cogumelo, a venda de castanha, a venda de outros produtos das comunidades indígenas e que a renda seria para as comunidades indígenas. Então, é bom vir aqui, inclusive, pra esclarecer isso aqui. O que está estabelecido ali, no *site*, não é isso que criaria um problema e que levou as comunidades indígenas a esse período todo. É bom, inclusive, saber o tanto, as ações desses projetos. Pra que órgão? O ministério... Nós aprovamos aqui o requerimento do Senador Confúcio, inclusive, pra trazer o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas passou esse tempo inteiro fiscalizando a aplicação dos recursos do ISA e de tantas outras. E disse: "Olha, não há um problema de desvio, está certo? Não há problema de desvio". E olha que é o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Como diria um conterrâneo meu lá de Eirunepé: "É 'menas' verdade". A gente tem um acórdão no outro sentido.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, eu não sei. Eu preciso ver.

Agora, se eu estou dizendo que o Tribunal de Contas da União não é capaz de fazer essa fiscalização, não pode fazer essa fiscalização e não fez, eu aqui sei mais do que eles? Tecnicamente, inclusive, têm uma equipe toda pra poder fazer a avaliação. Vamos verificar, nós não podemos sair.

A minha única questão, Presidente Plínio, eu vim falar aqui, Presidente, a única questão aqui é a gente já não sair com a coisa acertada. Isso que é a coisa. Já sai com quem é o criminoso, e agora eu vou tentar buscar o crime pra ele. Aí não dá pra poder fazer.

Inclusive nessas falas e na forma do depoimento aqui, Presidente Plínio, é importante porque as cartas que eu lhe entreguei, inclusive, as duas cartas que eu lhe entreguei...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Estão recebidas como documento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois é, as duas cartas que eu lhe entreguei, e ele foi muito... Quero te parabenizar, inclusive, porque o senhor foi muito justo no início. Não estou aqui falando em nome dos ianomâmis. Você não está falando em nome do povo, até porque, na organização, você não está na direção, você está falando como uma pessoa. Aí é diferenciado, diferente, inclusive, de quem falou anteriormente como se estivesse falando o nome e não participa da organização, não participa da associação, da organização que os indígenas lá nessa comunidade estabeleceram. E eu acho que a gente tem em ir botando isso tudo como um fato pra que depois a gente produza um relatório que seja verdadeiro e auxilie, inclusive, o Senador Marcio a ter isso como uma questão verdadeira.

Portanto, acho que... E não tem nenhum problema. Vou ficar aqui ouvindo e – está certo? –, participando o tempo inteiro, não tenho pressa, para que a gente possa sair disso com um resultado que ajude, auxilie, inclusive, o nosso Governo brasileiro a ter política mais clara e que ajude as comunidades indígenas e outras comunidades, porque não são só as indígenas. Nós ainda temos muita gente sem energia, sem uma série de questões que precisam ter e que têm muitas dificuldades. E nós estamos a cada passo fazendo essas medidas aqui no Brasil, embora demore demais para que a gente chegar a todas as comunidades.

Agora, como o objetivo aqui é ver quais são as ONGs que, com a sua atuação, estão desviando recursos ou coisa parecida e que deixam fazer com que essas comunidades... Eu acho que a gente tem que focar nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto.

E sabendo da sua isenção e boa intenção, eu só tenho duas observações.

Em relação ao TCU, nós temos um acordão publicado no *Diário Oficial da União*. Portanto, é um documento oficial, em que o Ministro atesta, atesta – é o ministro que diz lá –, que fala dos problemas encontrados. Um deles é que a direção dessas ONGs, ONGs todas, gastam até 85% entre si. Esse é um. Agora, tem outro acordão dizendo que não é. Então, a gente vai comparar, vai trazer para que possa ter os dois lados.

Outra observação também, a gente aqui não vai demonizar ONGs, que elas são culpadas das nossas mazelas, que vêm de 1500, não é, Deputada? A gente só vai combater aquelas que se aproveitam da miséria, da pobreza, da distância e ganham dinheiro com isso, estão fazendo seus encontros na Ilha da Madeira, em Nova York, Paris, em nome dos baníuas.

Só para reforçar, desculpa, mas como Presidente eu tenho essa prerrogativa, já se fala, olha só... Pode soltar um vídeo, e mais uma vez eu digo, pode olhar pra mim, eu digo isso envergonhado, olha só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a comunidade baníua recebeu esse gerador de energia lá, os índios. Vou estar travado. E aí é toda a comidade recebendo o gerador de energia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – São esses índios que eles querem isolados, como se eles não precisassem de um gerador de energia. A comunidade em peso para receber o gerador de energia. Isso aqui não é para culpar Governo.

Obrigado, porque essa cena realmente, essa cena não me agrada, não me agrada. Isso aí é emenda parlamentar, dinheiro do povo brasileiro chegando para eles. Isso é só para confirmar que o índio quer tudo que nós temos. Tudo a que nós temos direito ele quer também.

Isso aí me foi enviado por um... eu acho que foi um indígena, Valdeci, eu não sei quem me enviou, porque o Prefeito não cuidou disso.

Tá aí, olha a vergonha que é, gente! Um gerador de energia, que custa R\$300 mil – sei lá, R\$100 mil – e, depois, a gente conseguiu internet para eles e, hoje, a gente faz *live* com eles, e eles fazem com as suas famílias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É, com a comunidade, olha aí.

Ninguém tem culpa disso. Ninguém está culpando ninguém, Beto, ninguém está apontando dedo para ninguém, só está dizendo: o índio diz para nós: "não queremos tutela, a gente quer viver a nossa vida".

Desculpa, mas eu aproveitei a minha prerrogativa de Presidente.

Eu ouço o Senador Styvenson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Relator.

Eu queria ser bem específico dentro da função desta CPIONGs, povos indígenas. O senhor falou de 23 etnias, 23 aldeias, e que não dá assistência...

O SR. VALDECI BANIWA – Somos 23 povos indígenas e mais de *(Fora do microfone.)* 750 comunidades.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Eu acabei de ver o vídeo, agora, do Senador Plínio, mostrando os utensílios, os bens, as coisas que o homem branco tem e que vocês querem ter também. É uma dúvida minha se vocês querem ter isso também – querem ter a tecnologia, querem ter o desenvolvimento, querem ter o veículo, querem ter o celular?

Aí, qual é o papel das ONGs nisso aí? Elas servem como tutores de vocês? Elas proíbem vocês de terem acesso a isso? Porque, o que eu vi até agora... o que eu vi ali, no vídeo, foi... no filme, tinha algum branco? Alguém da ONG? Alguém da ONG... Você sabe dizer qual é a ONG que utiliza do seu povo ou desses 23 para angariar recursos que talvez o senhor não veja? Porque o que eu vi no discurso anterior foi que nada chega, por mais que tenha a argumentação de que o Tribunal de Contas dá o.k. para a transparência nas contas.

Mas a minha pergunta é: chega alguma coisa pra vocês? Qual é a atuação das ONGs? Elas permitem que vocês tenham essas possibilidades de tecnologia – chega remédio, chega roupa, chega o que vocês querem, o que vocês precisam? Ou eles são os tutores de vocês e dizem: "não, índio tem que viver como os primatas, índio tem que viver como antigamente, caçando, comendo a própria caça"? Diga-me só essa relação, pra eu entender, porque é importante, porque eu não tenho essa convivência que os outros Senadores têm e nem tenho essa experiência que vocês, indígenas, têm, e nem tenho ONG. Entendeu?

Então, eu queria saber qual é a verdadeira função da ONG? E o que vocês realmente pensam dela, se elas limitam ou não, possibilitam ou não a vocês o acesso a esse tipo de produto como eu vi aí no vídeo?

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Sim... É, assim, como eu citei anteriormente, não é?

Como estamos observando a atuação das ONGs? A atuação das ONGs... Eu vou falar da nossa experiência, na nossa comunidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Valdeci, qual é a que gerencia vocês lá? Qual é a que comanda? Qual é a que utiliza de vocês para poder ter recursos? O que você esperaria da ONG? A verdade é essa.

O SR. VALDECI BANIWA – Não, na verdade, quando teve aquele movimento indígena, em 1988, os nossos antepassados lutaram e conseguiram a implantação do DSEI, por exemplo. Esse aí é o único que conseguiram nos ajudar, mas, de 2000 pra cá, começamos... as ONGs começaram a se envolver na política. A partir do momento em que se inicia a envolver na política, o movimento indígena perdeu totalmente a credibilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ONGs continuam existindo, continuam existindo fazendo o papel deles,

As ONGs continuam existindo, continuam existindo fazendo o papel delas. Realizam bastantes reuniões, reunião em cima de reunião, proposta, proposta, proposta, mas nunca concretizam a ação, entendeu? Como falei agora, a gente vive lá, porque a gente trabalha, só que o papel das ONGs... Não sei como é que está aparecendo pela mídia, que está ajudando os povos indígenas, mas, na realidade, não. Das ONGs os povos indígenas não estão recebendo nada, entendeu? Os povos indígenas vivem lá, porque eles trabalham na roça, eles produzem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Só para ficar claro: isso que chegou é um gerador de energia, que foi uma emenda parlamentar.

O SR. VALDECI BANIWA – Emenda parlamentar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – As ONGs, o senhor acredita que deveriam ajudar vocês nesse aspecto? Essa ajuda de que o senhor fala, seria o que especificamente?

O SR. VALDECI BANIWA – Durante a década a gente vem fazendo reunião, assembleia, as comunidades se juntam, fazem grupo de trabalho, colocam as propostas, o que querem para bem viver dentro da comunidade, só que as ONGs pegam as propostas, depois que termina a assembleia, engavetam e não levam ao conhecimento do Governo. O que nós vamos esperar das ONGs? Nós vamos esperar até a morte, entendeu? Por falta disso, por falta da ajuda das ONGs que as comunidades estão tomando outro caminho para bem viver, entendeu?

Se as ONGs estivessem ajudando, com certeza a gente não ia ficar criticando. Como não temos ajuda, os povos indígenas têm que buscar outra solução, entendeu? Década a década nós viemos fazendo assembleia, colocando as propostas. Os povos querem trabalhar, querem trabalhar, produzir para ajudar o crescimento do nosso país, só que as ONGs... Ela não proíbe, mas ela trava, entendeu? Ela não proíbe, ela trava o nosso desenvolvimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ela não permite...

O SR. VALDECI BANIWA – Ela trava o que os povos decidem dentro das terras indígenas. Por isso que nós, povos indígenas, hoje, estamos dizendo: "Não, quem tem que decidir somos nós, moradores da comunidade, não as ONGs".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu fiz uma pergunta aqui – esqueci o nome – para o Beto. Perguntei se existia algum indígena no comando ou, se não, pertencente a essas ONGs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA – Olha, tem setor de ISA em São Gabriel da Cachoeira. Acredito que nem todos esses 23 povos indígenas conhecem quem é chefe do ISA. Ninguém sabe, nem eu sei. Fica difícil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Então, deixa eu entender: eles atuam na Amazônia, eles falam por vocês...

O SR. VALDECI BANIWA – Entre aspas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ...eles dizem o que vocês... Entre aspas; não, tudo entre aspas. Eles dizem o que vocês precisam, o que vocês querem, mas vocês não sabem nem quem são eles, quem gerencia.

O SR. VALDECI BANIWA – Essa é a realidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu acho que vale a pena... Eu ia pedir para a Deputada Silvia falar e o nosso Relator, mas tem uma matéria antiga de um canal de televisão local que fala da região dele, do Alto Rio Negro, quando mostrando... Houve uma época em que houve uma invasão de canadenses lá no Alto Rio Negro. Você viajava para lá e mais da metade, 80%, do avião era ocupado por canadenses. E tem uma matéria muito boa: todos eles se dirigindo exatamente para lá, para o Alto Rio Negro. Quer ver? Repare nessa matéria, e ela não é nova não.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deve ter, é coisa antiga, tem quatro décadas, mas eu acho que é uma década só.

O SR. VALDECI BANIWA – Menos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, eu digo esse movimento de ONGs, os cavalos de troia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, porque o objetivo era ter os cavalos de troia, as ONGs já foram introduzidas há quatro décadas. Deve ter o quê?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para interpelar.) – 2006, pois é, e continua, porque... Valdeci, fica a pergunta: você conhece algum canadense? Já chegou alguém desse pessoal lá na Comunidade Castelo Branco?

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Não, não conheço não. Na outra comunidade sim, chega até americano lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas os canadenses nunca chegaram lá na sua comunidade?

O SR. VALDECI BANIWA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por quê? É longe?

O SR. VALDECI BANIWA – É, acho que sim, chegam mais para cá, para o lado de São Gabriel, mais próximo das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nós não vamos falar apenas de uma, mas de várias organizações não governamentais que recebem dinheiro, inclusive do exterior, para atuar dentro da Amazônia brasileira especificamente e continuar mantendo um povo sob cárcere inclusive intelectual.

Eu trouxe aqui uma relação de 22 organizações, institutos, não é: Embaixada da Noruega, a Moore Betty, Nia Tero, a Nature Conservancy, Poemas da Alemanha, a Ford Foundation, a Comissão Europeia, a Embaixada da França, a Agência Francesa de Desenvolvimento, o Fundo Francês para o Ambiente Mundial, Tamalpais Trust, Internews, Unesco, Instituto Clima e Sociedade.

Todas essas, são 22 relações, 22 organizações, muitas delas não brasileiras, são internacionais, que financiam apenas uma única organização não governamental e que têm atuação dentro da Amazônia brasileira, no Estado do Amapá e no Pará, há mais de 40 anos, e nada mudou. Eu entrego para os senhores essa relação, que eu fiz questão de pegar para dar para vocês.

E o principal é que nenhuma, nenhuma cultura deve ser mais importante que o direito à vida. Proporcionar a povos indígenas a capacidade de se desenvolver intelectualmente e economicamente significa que essas organizações não mais poderão explorar indígenas, porque eles serão autores do seu destino, detentores e organizadores da sua própria história.

Vou dar um exemplo, e isso aconteceu comigo. Eu fui Secretária Nacional de Saúde e, por acreditar que nenhuma cultura deve ser superior ao direito à vida, eu procurei salvar povos, eu aprendi a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua ciência. Eu sou uma fisioterapeuta especialista em terapia intensiva, em anatomia, biomecânica. Eu sou formada em defesa química, biológica, radiológica e nuclear. Trabalhei com pesquisas em tecnéio-99m, na área de cintilografia. E por acreditar nisso, eu procurei salvar vidas.

E uma vez, no ano de 2019, um grupo de zuruahãs, cinco se suicidaram. E segundo aquela cultura, quando um se mata, todos os outros devem se matar. Mas por que eles se mataram? Qual foi o evento que desencadeou aquilo?

Senhores, uma jovem indígena, um dia, foi levada à cidade. E ela chegou lá nua. Sabe por quê? Porque nós não dominamos a tecnologia da tecelagem. E ela chegou nua e ganhou uma roupa, a única roupa que ela viu na vida. Anos se passaram, e ela continuava com aquela roupa. Era tudo que ela tinha. Era a mais alta tecnologia que ela podia ter. Mas existiam pessoas ali, que ganhavam altos salários e que trabalhavam ali dentro, protegidas por organizações não governamentais que ali trabalhavam. E uma criança curiosa, um outro indígena curioso viu aquilo que ele nunca havia visto antes, uma tecnologia, um avanço, e tocou naquele tecido, e aquele tecido rasgou. Já estava tão velho. Mas eu entendo que já estava velho, mas ela não entendia. E ela sofreu como se tivesse perdido tudo na vida, tudo. Tudo que ela tinha era uma roupa velha. E aquilo se rasgou, e ela não poderia ter outra. Então, ela se matou! E todos os outros passaram a se matar, porque não deram a eles a possibilidade de ter esperança de conhecer que no mundo, lá fora, existia uma possibilidade se eles assim o quisessem!

Então, nós organizamos uma grande entrada. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos me cobrou uma ação. Então, eu levantei psicólogos e chamei duas indígenas suruwahas que haviam saído de lá, para que elas pudessem ser tradutoras, pudessem levar esperança para o seu povo e dizer para eles: "Nós não precisamos nos matar por uma roupa velha. Nós podemos ter muito mais do que isso. Existe um mundo lá fora cheio de possibilidades para vocês".

E, para nosso espanto, no outro dia, saíram matérias nos jornais, manifestos, nos proibindo de levar duas indígenas suruwahas para falarem com o seu próprio povo e dizer para eles: "Existe uma esperança". Sabem por que elas foram proibidas? Porque elas são evangélicas. Porque elas podiam dar uma palavra de esperança. "Ah, é porque elas acreditavam numa outra cultura que não era de 1500!" Então, por conta disso, elas foram proibidas de entrar na própria aldeia para salvar o seu próprio povo e contar para eles que existe um mundo lá fora cheio de possibilidades, que eles não precisavam se matar. Nós não controlamos mais isso, porque essas duas jovens indígenas suruwahas foram proibidas por ações de antropólogos e organizações não governamentais, que proibiram de salvarmos outros indígenas.

Nenhuma cultura deve ser superior ao direito à vida, a você ter esperança! E eu trago essas matérias para que vocês vejam a forma como elas foram tratadas, como criminosas, porque elas tinham esperança, porque elas aprenderam algo diferente, que não era viver esquecidas e isoladas no meio do mato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, assim como existem organizações que lucram com a miséria dos povos indígenas, elas faziam parte de uma organização também não governamental que as salvou, que deu a elas esperança, estudo, e que elas poderiam salvar outras pessoas. E essa organização foi a Jocum. E eu trago aqui as matérias para que vocês possam anexar às investigações e às averiguações da... Uma para o Relator e uma para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigada, Deputada Silvia.

Uma das missões, um dos objetivos aqui é mostrar ao Brasil que a grande maioria, a grande parte dos indígenas luta para não ser mais tutelado. Esse é um dos objetivos aqui. E vocês vão notar que, por nenhum momento, a gente quer influenciar, seja nos costumes, na cultura, no que eles pedem. Os índios que nos procuram é que dizem o que querem.

Eu, jamais, vou ousar dizer para um índio que ele precisa disso e daquilo. Quando eles pedem essas coisas materiais e a gente pode, porque tem o dinheiro do brasileiro, o dinheiro da brasileira, que é através das emendas parlamentares, a gente faz o que eles pedem.

É muito delicada essa questão da cooperativa, Senador Beto. A própria Constituição dá a eles esse direito de tentarem a cooperativa. Então, a gente só garante o direito deles e luta pelo direito deles, sem entrar no mérito, se deve ou não.

Eu ouço o Senador Beto, depois do Senador Marcio.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só uma questão rapidamente.

Até vi o vídeo, esse último vídeo, que são das ONGs canadenses – a relação dos canadenses.

Depois, eu queria, inclusive, se a Mesa tiver como ter acesso ao vídeo... Quais são as entidades? Porque eu acho que são ONGs que a gente tem que chamar aqui para poder conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto.

O nosso Relator, Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, primeiro eu queria dizer que me impressionei muito com a sua fala, Silvia – as duas, mas principalmente a primeira. Você usou palavras que, a meu ver, demonstram com muita firmeza, com muita convicção, e com as quais eu concordo, a questão indígena. Você usou a palavra "segregação", que é muito forte, mas verdadeira, "isolamento", "subjugados". Isso me parece que é de quem não só conhece, mas como viveu ou vive essa realidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que me deixou impressionado também é a forma de você se referir que "alguém quer que nós, indígenas, continuemos como estávamos em 1500." Quer dizer... E o Beto usou uma outra palavra, uma outra frase, disse assim: "Somos matéria-prima." E, de fato, essa é a impressão que eu também tenho. Como eu tenho a impressão de que algumas ONGs, e ainda notadamente nessa questão do clima, do meio ambiente da Amazônia, nada a ver com aquelas ONGs que a Senadora Mara Gabrilli mencionou... Me parece que algumas que falam sobre o clima – e aí vamos fazer uma indagação ao Valdeci – são as primeiras que, na verdade, não querem que acabem nem as derrubadas nem o fogo. Porque, se acabar o fogo e a derrubada, elas deixam de ter razão de existir.

Eu penso que alguma coisa deve nos unir a todos, que é a soberania sobre o território brasileiro integral e a melhora da qualidade de vida de todos os brasileiros. Isso é obrigação até na Constituição.

Mas eu quero lhe fazer duas indagações, Valdeci, se você se sentir à vontade de falar sobre isso. Quando a gente fala, Styvenson, que o foco principal é a questão das ONGs que atuam nessa discussão ambiental na Amazônia, não excludente, mas fundamentalmente, tem algumas coisas que se unem a isso. E por isso vai essa pergunta. Muitas das ações das ONGs, de países estrangeiros, embaixadas, na Amazônia, ocorrem com o pretexto ou com o argumento das mudanças climáticas. Como você mesmo disse, mudança climática existe desde que o mundo é mundo. Aparentemente, dominou os meios de comunicação, as universidades, que as mudanças climáticas que sempre existiram são responsabilidade do homem. Eu quero dizer que isso não é unanimidade. E esta CPI vai ter a oportunidade de escutar cientistas, inclusive brasileiros, que vão dizer que o homem não tem o poder de fazer as mudanças do planeta. Ele faz a mudança no microclima e, fundamentalmente, nas áreas urbanas. Fundamentalmente, o problema maior ambiental que o norte do país tem é a falta de saneamento básico.

E me causa uma profunda indignação, e eu queria dizer, Sílvia, que uma parte do que você mencionou eu conheço, uma parte pequena. Eu sei o que é carapanã, eu sei o que é você estar numa região e passar dias sem ouvir o barulho de nada, sem ter luz elétrica.

Ouvi que o Beto falou uma coisa que aconteceu comigo: a área que era do meu pai e depois foi minha e eu acabei vendendo porque eu tive uma opção, eu queria um pouco de sossego, eu não aguentava mais a interferência de fora para dentro daquilo que, em tese, era meu ou era do meu pai, mas que, na verdade, nós não somos donos, não é?

Mas eu me lembro de que, já aos vinte e tantos anos de idade, eu chegava nessa mesma área que um dia foi do meu pai e depois foi minha e, quando o trabalhador ligava a televisão e eu escutava o barulho de um jornal ou da televisão, eu ainda me assustava, porque eu lembro, na adolescência, que eu morei nessa área e não existia nada, não tinha luz elétrica, não tinha. A gente levava pilha. O único contato com o mundo era um rádio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E havia uma lenda de que, quando a pilha estragava, porque todo peso, andando muito, 24km na lama, pesa pra caramba. Então, um carreiro de pilha para você ir daqui até ali não pesava nada, mas, em 24 quilômetros, pesava bastante. E, quando ela terminava, a gente colocava no sol, porque dizia a lenda de que, se você a colocasse no sol, ela dava uma recarga.

Então, eu conheço um pouco essa realidade e sei que ser humano nenhum quer isso para si e para os seus filhos, para sua prole, para os seus. E o que me causa uma profunda indignação é como o Brasil se sujeita... E aqui tem uma frase da atual Ministra, que, aliás, é acriana, mas que foi embora, hoje é Deputada por São Paulo. Vou pegar a frase dela de hoje, abro aspas: "É isso que estamos fazendo aqui hoje [aqui no Brasil, há pouco tempo, há poucas horas lá no Palácio da Alvorada]: estabelecendo etapas para que o produtor brasileiro voluntariamente possa decidir-se por um modelo de produção que, sem deixar ser economicamente atrativo, esteja também em sintonia com as necessidades e as demandas globais" – fecho aspas. A qual demanda global a Ministra se refere? Primeiro, assim, que mundo é esse a que o Brasil tem que se adaptar para não sofrer sanção?

Primeiro, o agronegócio brasileiro é o mais autossustentável do planeta. Nós consumimos menos inseticida por hectare do que qualquer lugar da Europa e dos Estados Unidos, que são nossos concorrentes. Nós sabemos o que é APP em lei – em lei! A Europa sabe o que é APP, mas não tem lei. Nós temos a reserva legal, só tem essa lei no Brasil, não tem em lugar nenhum do planeta. De toda a área brasileira, nós ocupamos, no agronegócio, menos de 8% com agricultura.

Então, quando se diz aqui da França, eu confesso que tenho – confesso – uma profunda antipatia pelo Presidente francês, tenho uma profunda antipatia por ele. Eu acho que ele mete o nariz onde não foi chamado, e o país aceita. Você veja agora, por exemplo, lá na... Ele já deu opinião sobre o Brasil várias vezes. E, a título de exemplo, ele não conseguiu conter o fogo na Notre-Dame, que está no centro de Paris. Ele acha que nós brasileiros, por conta própria, somos culpados e responsáveis por conter o fogo numa região que é muito maior do que a Europa inteira? É um problema, não estou negando, mas é um problema para o qual eles não querem solução, porque isso retroalimenta esse comportamento.

Agora há pouco, o Canadá, que também financia uma série de atividades no Brasil, na Amazônia brasileira particularmente, está pegando fogo, e a fumaça de lá, inclusive, tampou, prejudicou cidades importantíssimas dos Estados Unidos, como Nova York e Washington, entre outras. E, mesmo assim, você não vê o Macron e nenhuma autoridade mundial levantar uma hipótese de se relativizar a soberania canadense em função dos fogos cíclicos que acontecem naquele país. Mas, com o Brasil, isso, a qualquer ano, vira uma tentativa de desqualificação.

E, quando se fala que nós temos que nos adaptar ao globo, qual globo, cara pálida? Eles estão se referindo à Europa Ocidental? Porque a América do Norte é a nossa concorrente no agronegócio, não serve de base. Que mundo é esse? Porque a China e a Índia sozinhas têm 3 bilhões de pessoas. Então, a pressão é de uma parte muito pequena do globo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como se utiliza, Valdeci, da argumentação de que "não se pode mexer na Amazônia, porque isso faz mudar o clima do planeta", eu queria ouvi-lo sobre isso, se o senhor tem uma opinião a esse respeito e o que acha.

E a última, e segunda pergunta, é que me parece que uma das razões – disso aqui ninguém discorda – da pobreza na Região Amazônica, da pobreza nas aldeias indígenas, me parece que uma das responsáveis é que o índio de fato não manda no seu subsolo. Você tem uma Constituição que diz que, com a aprovação do Congresso Nacional, você poderia fazer a estação, mas que, na prática, isso não acontece, e muitas vezes se utilizam ONGs, sim, do Ministério do Público Federal. No caso do Acre, especificamente, tem lugar que tem petróleo e nós não podemos mexer, porque uma ONG entrou no Ministério Público Federal, e o Ministério do Público Federal não proíbe, mas ele exige uma pancada de coisas que na prática se torna proibitivo. Então, a segunda pergunta é: se o Brasil melhorar a sua legislação, deixando, de forma mais clara, cristalina, límpida, que os indígenas, em querendo, poderão fazer pesquisa e se utilizar dos recursos do subsolo, seja do que for que tenha lá dentro, isso seria uma resposta à altura pra combater a pobreza nas aldeias?

São essas duas observações e essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Sr. Valdeci.

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Então, continuando, sobre as mudanças climáticas de que muitas ONGs falam. Então, como nós viemos discutindo bastante lá na região, fizemos o levantamento, porque as ONGs não estão preocupadas com os indígenas, eles estão preocupados mais com a floresta, não com a situação por que os povos indígenas estão passando.

Aí, o que nós viemos discutindo – eu sempre vou falar da base, porque não posso falar daquilo que eu penso. Eu estou falando o que eles falam lá, do pessoal de base, entendeu? Aí, somos os povos indígenas baníuas e não queremos ser dominados "por um grupo", entre aspas. Nós queremos ser um povo livre, que decide o que pode ser feito dentro da sua comunidade, porque, muita das vezes, a gente tenta fazer algo lá na nossa região, um projeto, seja manejo florestal, seja o cultivo de algumas culturas, aí já vêm os ambientalistas dizendo que isso não faz parte da cultura dos povos indígenas. Aí o cara... Como assim? Entendeu?

Então, por isso que nós estamos aqui pra defender na CPI das ONGs, porque é nosso direito. É nosso direito decidir o que deve ser feito pra melhorar a qualidade de vida dentro da nossa terra. É isso.

E vamos continuar lutando pra que nós tenhamos direito e liberdade de fazer algo dentro da nossa terra; e saber preservar, trabalhar e produzir dentro da nossa terra, entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Valedeci, que veio de tão longe...

O SR. VALDECI BANIWA – Aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ah, tá. Pensei que já tivesse...

Continue.

O SR. VALDECI BANIWA – Segunda pergunta, respondendo: eu acho que, melhorando as leis da Constituição Federal, os povos indígenas terão mais liberdade de fazer algo dentro da sua terra, porque, no presente momento, os povos indígenas não têm direito de usufruir nada. Quando a gente pensa em fazer algo, as ONGs já começam a dizer aos povos indígenas que é da União, que não pode, porque é aquilo, é isso. Entendeu? Aí trava muito a demanda dos povos indígenas. E, por causa disso, os povos indígenas vão acabar indo pra cidade, porque não têm outra alternativa. Entendeu?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Plínio, eu pedi e acho que ele viu que eu levantei o dedo.

Estou com uma curiosidade, que eu poderia perguntar ao senhor: se você se sente seguro em falar abertamente tudo sobre as ONGs. Se você não teme ou se os índios se sentem seguros também em falar o que acontece nos bastidores, de forma clara e real, se tem ou não um risco velado aí pra silenciar os senhores.

O SR. VALDECI BANIWA – Não entendi a pergunta.

Repete...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se o senhor tem medo de retaliação, de alguma retaliação.

O SR. VALDECI BANIWA – Não. Na verdade, eu não tenho, não.

Mas eu estou falando a verdade de tudo o que nós viemos passando, entendeu?

Não tenho medo de falar nada. Estou falando o que é real, o que está acontecendo com a gente lá. Tudo o que está acontecendo é o que eu estou relatando aqui. Se tiver mais algo pra falar, eu vou continuar falando. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Continue.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA – Nós não utilizamos 1% da nossa terra lá. E aí, quando a gente pensa de fazer algo, já vem ONG para nos impedir de fazer algo. Tem aquela política doida lá da nossa região que não avança, entendeu? É uma briga entre os povos indígenas: têm os povos que são a favor, que não fazem parte das ONGs, e têm indígenas que fazem o grupinho das ONGs e que vão batalhando, discutindo, colocando umas travas lá pra não conseguir avançar a nossa atividade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Só para ilustrar, o Valdeci está falando, quando ele diz "nós, lá na comunidade", da região da Cabeça do Cachorro, que é a região mais rica do planeta, não é do Brasil, é do planeta. Por isso é que têm tantas ONGs lá.

Valdeci, considerações finais.

Está satisfeito?

Pode encerrar, irmão.

O SR. VALDECI BANIWA – Então, em nome do Presidente, Senador Plínio Valério, das minhas colegas depoentes que estão aqui, do Relator, em nome da minha comunidade Castelo Branco, quero agradecer. Sinto-me muito honrado de estar aqui e pela primeira vez chegar aqui e falar a verdade do que está acontecendo na nossa região. Então, estou muito feliz. Se tiver mais algo, estou à disposição pra...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Valdeci...

O SR. VALDECI BANIWA – ... falar toda a nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... pela sua disposição, disponibilidade em vir aqui.

Enquanto eu peço que tragam aqui...

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Adriel Kokama à mesa.

Enquanto isso, tem mais um vídeo.

Olhem só esse vídeo de um outro cacique, que é o nº 4.

Por favor, o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por isso é que a gente fala tanto em colônia e colonizadores. Eles acham que com manteiga e com querosene ainda podem ficar na mata e roubando.

O nosso Vice-Presidente, Senador Jaime Bagattoli, honra-nos com sua presença.

No momento em que quiser falar algo, por favor, aqui é livre.

Alguma observação antes que a gente chame o terceiro depoente? (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Boa tarde! Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Senador Plínio, o Relator, Senador Marcio Bittar.

Ouvindo aqui as palavras do Valdeci, eu queria dizer à nossa Deputada Sílvia, que eu sou uma pessoa que conheço muito a Amazônia. O meu Município de Vilhena, Rondônia, é um município de aproximadamente 1,150 milhão de hectares, e pouco mais de 50% do município é uma reserva indígena, em torno de seiscentos e poucos mil hectares, encosta no Espigão, no Município de Espigão d' Oeste. Aquela reserva vai até o encontro, chegando lá no Mato Grosso.

Eu quero dizer para vocês que os indígenas têm todo o direito, eles não estão mais vivendo... Será que só nós que não somos indígenas é que temos o direito de progredir? Os indígenas não têm o direito de progredir? Os indígenas não têm o direito da sua própria... Se eles têm 14,5%, 15% quase, do território nacional, eles só são donos das suas terras só para dizer que são? Quem são as ONGs pra vir, pra dizer o que os povos indígenas querem fazer com suas terras aqui no nosso país, no Brasil?

Então, o que os indígenas precisam é que eles se relacionem com o nosso povo, com o povo brasileiro. Eles têm que ter o direito, sim, de explorar as suas terras, dentro da mesma lei em que nós podemos explorar, os produtores rurais podem explorar, em que quem é da iniciativa privada pode explorar minério, e isso é no que nós concordamos com os povos indígenas.

Nós não podemos ser... Eles não podem ficar lá, como eu vi aqui, na lamparina, a vida inteira. Os indígenas sabem que eles têm... E não é só a minoria que pode ter acesso à internet. Não é só meia dúzia de caciques que pode ter acesso à internet. O povo indígena tem que ter o seu direito, igual ao povo brasileiro. Todas as pessoas têm que ter o direito de ter saúde, educação, ter um trabalho digno e poder ter acesso à informática.

Porque o mundo evoluiu, e os europeus têm que entender isto, que a soberania da Amazônia é do Brasil. A soberania da Amazônia é do Brasil, e as terras indígenas que o Brasil têm são do povo indígena nosso. Não é do americano, não é do europeu. E não podemos deixar que as ONGs continuem vindo com sua opressão e dominando o nosso povo, porque eles não estão dominando só o povo indígena, eles estão dominando as propriedades rurais, eles estão tomando, estão entrando e dando interferência em tudo aquilo que é de direito do nosso povo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós sabemos, tanto nós produtores rurais quanto os indígenas, da nossa responsabilidade de preservação neste país. Nós somos o único país do planeta que tem 65% da sua vegetação preservada, e o povo indígena é o maior contribuinte por essa preservação – é um dos grandes contribuintes por essa preservação.

Por isso, eles também têm que ter o direito da sua terra e da sua propriedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime, Vice-Presidente.

Vamos ouvir, então, o Cacique Adriel Kokama.

O Adriel é sociólogo, não é? Formado em alguma coisa, não sei. É outro que saiu da aldeia, mas a aldeia não saiu dele, por isso ele tem essa luta aí, bem histórica.

À vontade.

O SR. ADRIEL KOKAMA (Para expor.) – (*Expressão em língua indígena.*) a todos.

Boa tarde, Senador Beto, satisfação te conhecer aí, estou sabendo, estou vendo que você é um cara, um Senador dinâmico, não é?

Senador Plínio, quero, primeiramente, agradecer a Deus, o nosso Tupã, e dizer que é um privilégio grande um filho do Norte, um amazônida, chegar aqui no Senado Federal. Para nós é uma honra, Plínio.

Quando andamos lá no Amazonas, há quatro anos, dentro de canoa – você sabe disso –, pedindo voto para este filho da terra, que era Vereador na cidade de Manaus e hoje é Senador da República... Isso significa, para nós, Senador Beto, que o homem tem que continuar sonhando e que o amazônida e o índio têm que continuar acreditando, assim como Ajuricaba acreditou e, quando foi acorrentado, preferiu se jogar às margens do Rio Negro com o Rio Madeira para dizer para o sistema que ele preferia a morte a servir ao sistema.

Nós hoje não estamos aqui, Senador Marcio Bittar, para julgar ou condenar. Nós estamos aqui para ser ouvidos graças ao nosso Tupã. E nós amazônidas e filhos da terra do Amazonas nos unimos e colocamos um homem, filho de Eirunepé, que nos orgulha muito, como Senador da República hoje para abrir a CPI das ONGs, essa caixa-preta, para que nós possamos saber quem são esses senhores e senhoras que estão lutando... Porque eles dizem que lutam por nós, pela Amazônia, pela floresta, pela fauna.

Assim como eu mando um abraço para os Estados Unidos, meus parentes, que estão lá no Canadá. Precisamos de vocês aqui no Brasil, para nos ajudar, porque os índios, nós somos nômades, nós andamos pelo planeta. E eu convido hoje, que nós estamos aqui, ao vivo, para os Estados Unidos e para o Canadá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste exato momento, através das minhas redes sociais, adriellkokamaoficial, a todos os parentes que estão lá, em uma emissora ao vivo, nos Estados Unidos, eu convido vocês... Estamos abrindo a caixa-preta das ONGs, e eu quero pedir a vocês, parentes, que nos mandem todas as informações para mim, para nós. Como lideranças indígenas, nós queremos saber quem são essas pessoas e essas instituições que nos representam mundo afora buscando recursos da Europa, euros, dólares, dizendo que estão conservando a Amazônia.

Eu acho engraçado, Senador Beto, que as áreas demarcadas dentro das áreas indígenas, em que eu nasci... Eu sou cacique. Eu sou cacique, sou líder indígena. A minha aldeia é Iwirati Yawara, eu sou do Médio Solimões, sou um líder indígena que, quando eu bebi água gelada pela primeira vez, eu achei gostoso; quando eu comprei um relógio, vendendo peixe, que eu olhava só pelo sol e a lua, eu também me admirei. E segui o conselho de meus pais, líderes indígenas, que disseram: "Estuda! Estuda para que possamos desbravar o nosso futuro de amanhã!". O poder do lápis e da caneta.

Srs. Senadores, senhores ouvintes, Brasil, que estão me ouvindo neste exato momento, eu quero saber onde estão os pais dos índios, dos povos originários, porque cada década muda o nome, não é? É pai disso, é isso, é aquilo, etc, etc...

Engraçado que nós indígenas, Senador Plínio e Senador Beto, não temos direito, nós só temos deveres. Qual é o nosso dever? Eu ouvi o Senador Beto falar ainda agora que é filho da terra, é um caboclo lutador, mas chegou a Senador. É um homem estudado, um homem que hoje está vestindo um paletó. Será que eu também não posso usar um paletó? Ou eu tenho que andar originário?

Eu pergunto, Senador Beto, Senador Plínio: se as nossas terras estão demarcadas, homologadas, a gente não pode utilizar? Por que a gente não pode utilizar se essas terras são nossas? Eu pergunto aos senhores das ONGs, ao Senador Beto... Me responda, Senador Beto, daqui a pouco, ou vá com o Presidente da República e peça para ele mandar por escrito por que eu não posso mexer numa terra homologada. Por que, se a terra é minha, eu não posso trabalhar, eu não posso criar gado, eu não posso plantar banana, eu não posso plantar abacate, eu não posso plantar cacau? Se a terra é minha, por que eu não posso tirar o minério? Por que o Canadá pode e os Estados Unidos podem? Por que outros países podem e eu não posso tirar? Eu pergunto a vocês: será que eu não posso trabalhar o peixe, Senador Beto, nos meus lagos, para trabalhar o manejo e exportar para os Estados Unidos, para a Europa, para todos os lugares? Por que é que eu não posso? Será que é porque eu sou índio? Senador Beto, eu quero saber por que eu não posso. A minha palavra é: por que eu não posso, como liderança indígena, fazer nada no Amazonas? Essa é minha pergunta, Senador, para a sua assessoria estudar mais rápido e me responder. Eu quero saber por que é que eu não posso plantar.

Agora deixe-me dizer uma coisa. Houve um período... Senadores que foram lá no Amazonas, eleitos, que foram Governadores: por que a nossa 319 nunca saiu? Por que é que construíram aquela BR, Senador? Ela foi construída, a 319; ela foi asfaltada, a 319. A 319 não nasceu ontem. O sapo que lá está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estava há mais de 500 anos lá. Por que é que lá nos Estados Unidos e no Canadá existe rua fluvial, estradas por todo canto, e aqui no Brasil não tem? Eu não sou contra o mercado marítimo, porque o Amazonas é cheio de lagos, mas, se nós tivermos a 319 ou outro projeto com uma ponte de safena que venha pelo Pará, nós vamos encurtar isso.

Eu não quero falar mal dos nossos estados, mas o Amazonas foi produtor de banana, produtor de melancia, e hoje... Sabem de onde vêm as bananas? Do nosso Estado de Roraima. A melancia vem de Roraima. Mudou tudo! Antigamente vinha dos municípios para a capital, Senador Plínio, e hoje eu vejo, dentro das embarcações, subindo para dentro dos municípios, ou seja, a inversão de valores.

Eu aprendi, eu fui, esses dias, com uma liderança indígena, na Raposa Serra do Sol, e, tomando café, porque eu faço parte, eu sou Presidente do Instituto de Caciques de Base do Brasil, é base, cacique, nós nos unimos para unir e ouvir cada base, cada base. E ele disse assim: "Parente, está tudo ao contrário". O poste está mijando no cachorro hoje, é isso que a gente está vendo, essa inversão de valores. Quer dizer, nós originários, que estávamos há 500 anos aqui, fomos sucumbindo, sucumbindo, oprimidos como até hoje estamos, até hoje somos.

Sabe o que nós temos que fazer, parente, Beto Yanomami, nosso parente, de São Gabriel da Cachoeira, Baniwa? Eu falei que em certo lugar, eu fui lá no Rio Içá, cheguei a determinados lugares que os caciques me chamaram, em 30cm tem nióbio, Senador Plínio, para baixo. Senadores, nióbio, e eles plantam abacaxi. E de manhã, parente Silvia Waiãpi, eles tomar o mingau de abacaxi. Eles caçam, chega alimentação, mas é precária. Eles gostariam de trabalhar o seu minério a título de alimento, pode ser.

Porque eu fiz uma pergunta, eu lhe faço uma pergunta, Senador Beto: a Constituição diz que o usufruto da terra um parente pode usar, não é, parente Silvia. Então, quer dizer que ele pode tirar um pedaço de ouro, um diamante, um quilo de tantalita ou uma tonelada de tantalita ou nióbio, para comer. Porque ele pode comer uma caça, ele pode comer uma paca, ele pode matar um tatu para se alimentar, para sua subsistência. Por que ele não pode tirar um quilo de ouro para vender? Se a terra é da União, então que a União dê o título para o índio, porque nós precisamos é do título. Nós não precisamos de terra demarcada; nós precisamos de papel, do título da terra que é nossa. Nós não precisamos guardar para ninguém, nós somos donos da terra.

Nós precisamos é criar vergonha e trabalhar, porque nós somos trabalhadores. Nós precisamos criar vergonha e lutar, nós povos originários, e colocar índios aqui no Senado Federal, índios no Congresso, índio na Presidência da República, porque nunca vi um índio. Eu ainda vou me candidatar, vou colocar meu nome à Presidência da República. Daqui a quatro anos, vão ouvir falar de Cacique Adriel Kokama. Chega desse negócio. É capaz, nós somos capazes. Quando o Amazonas se uniu e colocou um Vereador, de Vereador a Senador da República, ele quebrou paradigmas. E hoje é um orgulho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa caixa-preta vai se abrir hoje porque nós queremos saber o que são essas instituições que recebem milhões para fazer social dentro da sociedade indígena, dentro das comunidades indígenas. Onde elas estão? É isso que nós queremos saber. Nós não chegamos aqui pra bater papo com um, com outro. Como é que está isso, como é que está aquilo?

Não, o foco da CPI das ONGs é querer saber quem são essas ONGs que nos representam, que estão lá fora, buscando recurso em prol da Amazônia e que não contribuem nada pela Amazônia. E que falam no nome do índio. Quem são elas, é isso que nós queremos saber. Porque tem instituições não governamentais que trabalham. Eu vou dar o nome de uma no Amazonas, a instituição Ingrid Guilherme, que nunca recebeu uma emenda parlamentar de ninguém, mas está nos municípios, sabe fazendo o que, Senador Beto? Dando cursos profissionalizantes – cursos profissionalizantes.

O índio... Eu costumo dizer no meu discurso, hoje é o índio e a tecnologia, Senador Beto – o índio e a tecnologia. Sabe por que a tecnologia? Porque antigamente nós remávamos com o casco e o remo. Hoje nós usamos um motor, uma rabeta, um 3,5, um 5. Isso é feito por quem? Isso é tecnologia. Andou mais rápido. Nós temos um 40, temos um 90, trocamos o casco pela canoa de alumínio. Isso é tecnologia. Nós queremos isso. Isso é bom.

Como a Deputada Silvia Waiãpi falou, todos aqui estão na cidade, morando nos seus apartamentos, nas suas casas. Nós não queremos sair dos nossos lugares. Eu sou cacique, eu sou índio, mas eu não deixei de ser índio porque eu estou aqui, não, em Brasília. Eu coloco o meu cocar, eu coloco o meu adereço, eu tenho orgulho de ser originário, orgulho de levantar essa bandeira.

Eu estudei pra defender a qualidade de vida do meu povo. Eu estudei pra ter um progresso dentro das minhas áreas indígenas, porque eu não quero viver pedindo esmola, bolsa, bolsa aquilo, bolsa aquilo. Não, eu quero ter dignidade como todos vocês, Senador Beto, têm, de chegar no final do mês, passar o cartão no banco e receber o seu dinheiro por salário. Nós queremos ser empreendedores, empresários, capitalistas. Nós não somos, nós não queremos bolsa, nós queremos é saber dizer que nós chegamos, pelo nosso peito, pela nossa raça, pela nossa dignidade, trabalhando.

É através do progresso que nós queremos, Senador Plínio. Senador Marcio, nós queremos é o progresso, o progresso do Brasil. Nós somos o progresso do Brasil.

Já que os povos originários não podem ficar, não podem trabalhar suas terras, que são da União, então, eu convoco a todos os parentes do mundo, do planeta para nos unirmos aqui no Brasil, e nós criarmos um estado dentro do Estado, Silvia Waiãpi, porque nós podemos. Se a Constituição nos dá esse parâmetro, nós podemos criar um país dentro de outro país, porque nós somos... Dentro da Carta Magna, ela nos dá essa prerrogativa. E acabar com essa história de disse me disse.

Itália e Roma estão aí. Quando eles chegaram aqui, Senador Plínio, para nos dar espelho... Eles estão até hoje dentro de todas as áreas indígenas, com nomes diferenciados. Todos, desde quando



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram há 500 anos. Eles estão, até hoje, dentro das nossas áreas indígenas. Tirando o quê? Minério. Tirando a nossa riqueza, a nossa fauna, a nossa flora. Somos explorados. Chegando aqui: o que é que essa planta faz? O que é que cura? Aí nós vamos, falamos. Eles vão lá, patenteiam e colocam o remédio. E nós, aqui, nem bebendo água!

Aos parentes indígenas, eu falo para vocês agora, que estão me ouvindo no Brasil: tomem muito cuidado com carta de repúdio que vocês podem colocar aí! Tomem muito cuidado! Quem está falando é Cacique Adriel Kokama. Tomem muito cuidado com as cartas de repúdio que vocês estão colocando ou vão colocar, porque a mesma faca que vai, a espada, ela vai e volta. Quem tem telhado de vidro não joga pedra na casa do outro.

Senadores, Beto, eu viajei para chegar aqui para participar destes momentos únicos. Eu espero poder contribuir. Eu espero poder estar aqui novamente, porque o que eu quero é contribuir com um Brasil digno, de amanhã, de se viver. É isso que nós queremos, um Brasil digno de se viver. E nós não somos coitadinhos. Nós somos trabalhadores.

Eu costumo dizer o seguinte: o índio é diferente, Senador, de vocês que estão na cidade, que têm que acordar às 4h da manhã para chegarem ao local, dependendo das suas áreas, para às 8h estarem no local de trabalho. O índio trabalha acorda às 11h da noite ou à 1h da manhã e vai caçar, vai pescar. Quando chega, às 4h da manhã, ele já está trazendo a caça ou o peixe. Aí ele vai deitar e vai descansar e a esposa vai preparar aquilo. Depois, ele acorda, o almoço está pronto. Ele come e vai para a roça. Ele vai plantar. O supermercado dele ele planta, Senador Plínio, de janeiro a janeiro. Quando ele vira janeiro, já tem toda a planta. Então, ele não tem um cartão de crédito para pagar.

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIEL KOKAMA – Ele não tem uma conta para pagar. Essa que é a questão.

Então, aí o que ele vai fazer? Vai fazer menino, porque de dia na agricultura, de noite em cima da criatura. Não tem coisa melhor – não tem coisa melhor! *(Risos.)*

Senhores, eu encerro a minha fala aqui.

Eu aguardo as perguntas e espero que ainda tenha alguns minutos para poder respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu vou usar, de novo, a prerrogativa de Presidente, porque o Adriel falou de motor rabeta, de canoa de alumínio.

Olha essa foto aqui, que não foi tirada pelo meu pessoal, não. Foi um tenharim que me mandou. Olha essa foto lá, nos tenharins. Não sei se dá pra ler, lá atrás, eles me agradecendo por tê-los ajudado a realizar o sonho deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Silvia, sabe qual é esse sonho? Dezenove canoas de alumínio, com 19 motores rabeta e uma picape, porque, simplesmente, a gente estava reduzindo o tempo deles de colheita da castanha de quatro dias no remo para um dia no motor. E eu não faço isso com prazer, não. Eu faço isso com tristeza, porque olha lá a palavra que eles usam: nosso sonho! Nosso sonho, Adriel! Está lá. E era canoa de alumínio com motor rabeta. E eu faço isso com tristeza.

Por isso que a gente está aqui. A gente quer pegar não as ONGs boas, não acabar com ONGs. A gente quer pegar aquelas que se aproveitam disso, porque eles pegam o dinheiro e não fazem o que dizem fazer.

Então, o intuito da gente vai ser nesse... Me desculpe, a gente está sempre mostrando alguma emenda parlamentar, porque é para mostrar o que a gente faz com o dinheiro do povo brasileiro e a vergonha que é realizar um sonho, quando é material, o sonho de poder ser igual a nós – está aí! É isso aí e por isso que eu mostro: são os tenharins lá da Transamazônica, lá em Humaitá.

Palavra franqueada.

Silvia, Beto, Styvenson, Jaime... *(Pausa.)*

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, essa realidade aqui não é estranha, já falei aqui. Tenho emendas também, Senador Plínio, para as comunidades indígenas.

Há 15 dias, eu estava lá na reserva indígena WaiWái, no Município de Oriximiná. Cheguei em Porto Trombetas e fui, por cinco horas e meia de lancha, subindo o rio para poder chegar lá na aldeia. Tenho relação com os índios, conversa com os índios e acho importante ter posições, que a gente tenha posições. É democrático disputar, inclusive, eleição. Torço! Sou de um partido que tem, inclusive, secretaria para cuidar disso, para tratar disso, com indígena participando, coordenando. Nem sempre dá certo. Pra mim, também foi difícil chegar a Senador. Não é fácil um trabalhador rural pequeno, ribeirinho virar Senador da República; não é coisa simples. Mas... Eu sei que você já tentou, por exemplo, ser candidato... Já tentou ser eleito várias vezes vereador, foi candidato, na última eleição, a Deputado pelo PL, lá no estado. Então, é normal que a gente faça esse bom debate. A disputa é da democracia.

Agora, tem posições diferentes, está certo? Tem posições diferentes sobre como tratar isso, sobre como ver o mundo. Eu não acho, hoje, por exemplo, que nós estamos... Eu não quero me rebaixar ou nivelar pelo pior que tem no mundo. "Ah, porque ali eu não controlei um fogo dentro de um país..." "Senador Marcio, eu tive um problema climático num país e, agora, eu me rebaixo." Não! "Aqui é permitido fazer porque, em outro país, se faz isso." Não! Acho que nós temos que sempre trabalhar pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor para poder estar garantindo. E não podemos esconder que tem problemas de mudanças climáticas, que nós temos problemas hoje no mundo.

Tem questões, e aí esse foco, e aqui, sem tirar nem pôr... Já disse, inclusive aqui, que tem que trazer as ONGs todas para poder fazer a avaliação. Agora, a legislação que estabelece o que o índio pode fazer dentro da reserva indígena e o que um agricultor pode fazer foi aprovada aqui, foi aprovada pelo Congresso Nacional. É a aprovação da Câmara, do Senado. E é aqui que se muda pela regra brasileira. É aqui que se pode fazer a alteração. Fomos nós que estabelecemos. Lá, na minha região, tem áreas dos não índios, dos brancos, como é dito, que têm 80% de preservação, como se encontram áreas em que é 50%. E quais são as atividades? Fomos nós que fizemos isso aqui.

A Funai trabalha a partir da legislação brasileira. Então, se tiver que ter mudança, tem que fazer aqui, está certo? A ONG não está fazendo... Eu conheço e tenho experiência de ONGs boas, inclusive disse isso para o Senador, que trabalham essa questão e não estão lá proibindo ninguém de fazer. Agora, tem uma regra, que não é a ONG, não é a Funai... A Funai, inclusive, deve ser convidada para vir aqui e para poder explicitar isso, para que a gente não fique: "Ah, tem aqui alguém que veio me tutelar e que me proibiu de fazer isso".

Tem uma legislação, e que, se você quer, tem que vir e disputar a mudança da legislação aqui.

Eu nem em tudo no Código Florestal era a favor de tudo, mas tem coisas que eu ganhei no debate, tem coisas que eu perdi no debate, e tenho que obedecer essa regra que foi estabelecida no Código. Então, acho que essa é uma questão.

Não vamos sair imputando aqui: "Ah, a ONG tal é responsável por todos os males".

Quando nós temos uma legislação que, inclusive, precisa avançar, em muitos aspectos da legislação. Essa questão da regularização não é uma questão, como nós não estamos tratando aqui só da questão indígena na CPI, a questão da regularização fundiária, nós temos que trabalhar isso com muita força. Lá no estado eu tenho defendido isto: que a gente trabalhe com muita força. Títulos... Tem organizações que não são indígenas e querem trabalhar a regularização coletiva e outras, a individual. Que nós façamos isso. Não pode deixar órgãos, como o Incra e como a Funai, desestruturados e que não dão conta depois de fazer.

Acho que nós temos um problema hoje no mundo. Daqui a pouco, pessoal: "Ah, eu vou agora porque eu discordo de uma posição de um país tal". Tem relações comerciais, as pessoas compram. Assim como no comércio, as pessoas compram se quiserem comprar; se não quiserem, não compram.

Nós temos um problema, na minha avaliação, na Amazônia de ter produtos que tenham que ter relação com aquilo que nós estabelecemos de regra do meio ambiente, de preservação e tudo. Porque senão daqui a pouco não vende. Daqui a pouco não vende.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você acha? Eu sou de uma região que produz muito dendê. A região maior produtora de dendê do país, e açaí, essa coisa toda lá da nossa região. Eu tenho dialogado, e fui um dos que ajudou, inclusive as empresas a irem para lá para poder dialogar. Mas tenho dialogado com as empresas. Comete crime ambiental: tem denúncia internacional e daqui a pouco o dendê de lá quem vai querer comprar? Como o dendê hoje é um produto para exportação, basicamente é pouca coisa que se consome aqui. É mais para exportação. Não é uma questão de mercado, é uma questão do bolso, mexe no bolso das pessoas. Então, nós temos que ter esse cuidado todo com a fala.

Eu acho que nós vamos ter que dialogar. Inclusive, eu estou conversando com o BNDES, por exemplo. Nós temos que conversar muito sobre como se aplica o recurso do Fundo Amazônia. Agora, achar que não tem que ter Fundo Amazônia? Nós estamos em um momento de reestruturação. Nós passamos quatro anos no governo brasileiro dizendo que não queria, que não tinha que ficar fazendo. Eu sou defensor de que tem que ter e nós temos que buscar recursos.

Como nós vamos aplicar e como nós vamos montar o formato para poder fazer isso, cabe, inclusive, a nós discutir. Está certo? Cabe, inclusive, a nós discutir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu não sou contrário a ter o Fundo Amazônia. Se tem alguém desviando, puna quem está desviando. Está certo? Puna quem está desviando. Mas tem que construir o Fundo Amazônia até para ajudar as populações, porque eu sei que tem projetos bons que ajudam as populações. Portanto, acho que tem essas posições. Nós temos posições diferenciadas.

Eu não vejo que é proibido você plantar e trabalhar nas reservas indígenas. Não tem essa legislação. É proibido fazer garimpagem ilegal como é feita hoje, que não deixa nadinha para o índio – está certo? –, que não deixa nadinha para o índio, não deixa nada para ninguém, porque, quando faz garimpagem ilegal, não tem carteira assinada, não tem relação nenhuma, não tem nada, não se paga imposto, não se faz nada. É ilegal, como é que tu vai fazer o procedimento?

Então, essas coisas todas nós temos que dialogar. E tem áreas fora das reservas que estão no mesmo procedimento.

Então, não avalio que... Tem atividades que são proibitivas, que a legislação proibiu, assim como não é só nas áreas indígenas, em outras áreas tem atividades que são proibitivas e que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E temos que cumprir a legislação e, se tiver alguém que queira, tem que mudar aqui, aqui é o fórum de debate, a maioria da Câmara, construir a maioria na Câmara, construir maioria no Senado para poder fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Certo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é responsabilizando: "A ONG tal agora é o Satanás, é a que fez tudo ao contrário" – não tem isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Correto. Obrigado, Senador Beto.

Aqui nós temos muita disposição, muita esperança para gastar, determinação e uma única certeza: que nós vamos no final apresentar vários projetos que vão visar a dar transparência a isso.

Agora, eu posso isentar uma ONG que recebe 54 milhões e tudo que faz é ajudar o ribeirão a melhorar a qualidade da farinha do Uarini. Eu não posso isentar uma ONG que recebe 13 milhões, 14 milhões, 17 milhões e não presta conta e, quando presta, é com autodeclaração. Tudo isso com a melhor das intenções, exatamente para dar transparência. Agora, o problema, Beto, do Fundo Amazônia é que nós somos pedintes do Fundo Amazônia, e o pedinte não tem direito de escolher. E o que eles querem aqui é que a gente diga onde vai colocar esse dinheiro. Eles são bons? Querem dar o dinheiro? Que nos deem, mas deixem as comunidades decidir como esse dinheiro vai ser usado.

É isso aí. Nós estamos juntos, Senador Beto. É transparência, é melhora nisso tudo.

André, eu vou ouvir a Deputada Silvia e depois você responde.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Domina quem domina. Nós continuamos sendo subjugados.

Vou falar a única coisa que não é proibida recentemente, apenas fazer um contraponto, meu Exmo. Senador: a Funai revogou este ano, em meados de abril, uma normativa que facilitava ao indígena obter licenciamento do Ibama para poder produzir em suas próprias terras.

Nós temos uma experiência de sucesso que são os povos parecis, no Mato Grosso, que produzem em suas terras, que hoje podem pagar a universidade dos seus filhos sem precisar concorrer a uma cota, eles pagam as universidades, pagam os seus funcionários. No ano passado, em 2022, eles pagaram um percentual para aqueles 6 mil indígenas participantes desse projeto de agricultura, além do salário um bônus de R\$6 mil e ainda mantiveram – isso para cada um dos 6 mil indígenas. Cada um recebeu R\$6 mil de bônus e ainda guardaram R\$5 milhões para investir em pesquisa na soja negra, para que eles pudessem atuar, fazer barras de cereais, para que eles conseguissem, inclusive, combater a desnutrição em povos ianomâmis. Então, é interessante ouvi-los.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que essa licença que dá a eles essa autonomia foi revogada. Então, quer dizer que eles não mais poderão produzir em suas próprias terras? Não poderão mais ser independentes economicamente? Quer dizer, então, que agora eles terão que viver da cesta básica? Então, a quem nós estamos ajudando?

Quando nós temos tantos e tantos Senadores, Deputados Federais, representantes no Governo, no Executivo, que vieram de povos ribeirinhos, eu venho de um estado onde mais se mata crianças estupradas e jogadas num matagal, porque alguém explora a pobreza da região.

Nós temos tantos e tantos Senadores, Deputados Federais, representantes no Governo, no Executivo, que são... vieram de povos ribeirinhos, mas eu venho de um estado onde mais se mata crianças estupradas e jogadas num matagal, porque alguém explora a pobreza da região.

Nós não podemos derrubar uma árvore porque você vai ser multado. Multado por uma multa que vale dez vezes mais o valor da sua propriedade, então, aquele ribeirinho, aquele homem da floresta, ele não pode se desenvolver economicamente, aí ele vai ter que depender da cesta básica. Enquanto isso, a sua esposa vai para a estrada se prostituir por um punhado de arroz, porque alguém lá na Europa decidiu que lá no Amapá nós não podemos plantar arroz, crianças que são violadas, meninos que são violados, estuprados e jogados mortos no matagal porque o crime organizado se instalou porque alguém diz que nós não podemos produzir em nossas terras.

Criam um quesito de uma proteção ambiental para impedir que um povo alcance a sua autonomia, a sua independência, e isso tem reverberado inclusive em todos os povos da Amazônia: quilombolas, indígenas, ribeirinhos, homens e mulheres da floresta.

Organizações não-governamentais pleiteiam o tempo inteiro o controle dessa região e o único intuito é impedir que o Brasil seja uma potência e se desenvolva economicamente e explore a sua própria região e se desenvolva.

Domina quem domina! As narrativas virão sob pressão sobre este país, mas nós devemos, então, reagir como um povo que também domina a ciência, tecnologia e também o seu território.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Silvia.

Agradeço a sua participação e nós vamos programar o seu depoimento aqui. Já foi aprovado o requerimento pra que a senhora venha aqui também conosco colaborar com a gente.

Obrigado pela sua participação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive eu levantei pro Senador Plínio pra poder falar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Em função disso é que eu...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque tem outros Deputados que podem vir, daqui a pouco todo mundo vem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É claro, não é CPMI.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é uma CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, exato.

Não, é uma cortesia a um representante, a uma mulher, a uma Deputada. A gente fez essa cortesia nesta sessão, mas ela vai voltar aqui como... com o seu forte depoimento.

Obrigado, viu?

Colaborou muito e vai colaborar sempre.

Tem duas falas ainda, o Senador Jaime e o Senador Marcio Bittar, que encerra.

Então, Adriel, você, nos "finalmentes", diz o que quer, está bom? E por quanto tempo quiser.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Senador Beto, quero dizer pro senhor o seguinte, realmente, igual você falou, as dificuldades que você teve pra chegar aqui...

E dizer ao líder indígena, o Adriel, que ele está hipercerto, tem que se candidatar mesmo, tem que... os indígenas têm que ter mais lideranças aqui pra eles opinarem também sobre o que eles podem fazer em suas propriedades, em suas terras, que são legítimas deles, não são do povo brasileiro, são dos primitivos, são realmente dos indígenas.

E dizer pra você, Senador Beto, que, igual a você que teve dificuldade pra ser Senador da República, eu, na condição de empresário, produtor rural, também nunca fui político e cheguei à Senador da República eleito pelo setor produtivo do Estado de Rondônia, pelas pessoas de bem, pelo povo trabalhador e pelo povo que queria, que espera e que almeja alguma mudança neste país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E você sabe que aqui muitos políticos ainda estão na lei da vantagem, na Lei de Gerson, querem só ter a vantagem pra si mesmos, e nós temos que acabar com isso neste país, porque vocês viram que nós tivemos o maior sistema de corrupção do país, da história deste país, e tudo foi por água abaixo. Tudo foi por água abaixo, nós não vemos... tudo o que foi feito nos últimos quatro, cinco anos sobre a corrupção, de seis anos pra cá, tudo foi por água abaixo, por isso essa investigação das ONGs.

E, digo mais, Senador Beto, realmente é o Congresso, é o Senado que tem condição de fazer essas mudanças e nós precisamos nos debruçar, sim, pra dar direito aos indígenas sobre as propriedade deles, porque nós não podemos... eles... ninguém, nem as próprias áreas de preservação e muito menos os indígenas podem ficar recebendo essas migalhas que esses países lá de fora querem trazer pra nós aqui e ser totalmente organizados e administrados por essas ONGs, que nós não sabemos e precisamos saber realmente, sim, pra onde está indo esse dinheiro, de que forma estão sendo gastos esses valores, e quem realmente está sendo beneficiado com esses valores, porque é muito triste você chegar e ver o seu povo e o nosso povo indígena sem direito a nada, e ele não tem direito realmente a nada.

E eu vou entrar, sim, com um projeto. Eu vou entrar com um projeto no Senado para que os indígenas possam ter direito, sim, de fazer a exploração de minério, de fazer plano de manejo florestal pelo menos em 25% das propriedades. Ninguém quer que eles façam de imediato em 50%, 60% das terras indígenas, mas pelo menos em 25%, por quê? Automaticamente, fazendo o projeto de manejo, as terras já vão ficar protegidas, e eles vão ter o direito de desfrutar de um ganho daquilo que está lá, que a natureza está lá, e sem, digo mais, destruir a natureza, e as matas vão ficar de pé.

Nós precisamos trabalhar, Senador Beto, Deputada Silvia, para que os indígenas sejam os legítimos proprietários de suas terras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e, em seguida, o nosso convidado Adriel faz as suas considerações finais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, eu quero cumprimentar os convidados, dizer aqui do orgulho que tenho e que sinto de ouvi-los e, também, da felicidade de ver a convergência de ideais.

Eu também sou um brasileiro que me incomodo profundamente, e é por isso que esta CPI tem uma tarefa importantíssima, não só para a Amazônia, mas para o Brasil inteiro, então, eu me incomodo muito com a suspeita de que se montou um circo em torno da questão da Amazônia, e os atores que estão decidindo por ela falam na preservação das comunidades indígenas, falam da preservação dos ribeirinhos, falam da preservação dos extrativistas, dos colonos, mas isso parece que é apenas um discurso, porque a prática é outra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se tem uma coisa que é irrefutável é que, há mais de 40 anos, se gasta dinheiro em seminários, em encontros nacionais, internacionais, e aí tem ONGs envolvidas, e a pobreza na Amazônia só aumentou.

Eu sou um paulista de nascimento, mas represento, com muito orgulho, o Acre. E, se tem um estado – não o único – que teve a possibilidade de experimentar uma tese, essa tese de que a floresta em pé dá mais lucro do que o pasto, do que a lavoura, do que a agricultura, do que a estação de minério; se tem um estado que teve essa oportunidade de provar isso, é o Acre, terra nativa da ex-Senadora, hoje Deputada Federal, Marina Silva, terra natal do Styvenson, que nós emprestamos pra ser Senador do Rio Grande do Norte.

O Acre é tão enjoado que mandou um acriano lá pro Rio Grande do Norte: "Vá ser Senador lá e se some a nós", aí nós temos quatro Senadores da República.

E essas teses não foram comprovadas; ao contrário, todas as manchetes do Acre dão conta que o estado empobreceu mais ainda, se tornou mais violento ainda.

Então, eu quero cumprimentar vocês, que tiveram a coragem de estar aqui na CPI, enfrentando alguns preconceitos e quero dizer o seguinte: de fato, há uma legislação com a qual eu não concordei, essa legislação do Código Florestal eu não concordei nunca com ela, desde que ela foi feita. Chegaram a números chutados. Por exemplo, eu sempre disse isto: que estudo, que base, quais foram os estudos que embasaram você determinar que, na área rural da Amazônia, 80% não se pode trabalhar. Que dados são esses? Não tem. Podia ser 80, 70, 30, 40, é um chute.

Como agora a Ministra Marina chegou a dizer um dia desse que, quando nós chegarmos a 20% de desflorestamento da Amazônia, estará ultrapassado o sinal e que não há mais retrocesso, não há mais volta; se chegarmos a 20%, a Amazônia vai se desertificar. Baseada em que dado, em que informação? De onde se tirou isso? Será que é da mesma cabeça que disse lá fora que nós temos mais de 120 milhões de pessoas passando fome no Brasil?

Mas eu concordo que há uma legislação que precisa ser alterada, que precisa ser flexibilizada. Agora, além disso há o que nós podemos chamar de uma manipulação da própria lei. Por exemplo, mesmo dos 20% que sobraram para a propriedade particular da Amazônia, você não consegue licença. Na questão dos índios, se você pegar a Constituição – eu fiz questão de solicitar –, já está dito aqui:

§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios [isso é a Constituição brasileira] as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

E aqui no §3º, já está dito na Constituição:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Ou seja, a lei brasileira já permite, se eu for pegar a letra fria da lei, ela permite. O problema é, que assim como eu citei o caso do Acre, agora há pouco aconteceu no Amapá.

A verdade é que, via de regra, alguma ONG, geralmente financiada por recursos externos, pressão externa, entra na justiça e o Ministério Público não tem o poder de proibir, mas tem o poder de criar uma série de obrigações que, na prática, torna impossível que ele use aquilo que a lei está dando.

Então, você tem uma legislação criada, da qual eu discordo, eu estava aqui na época, eu votei contra, mas é a lei que existe e, de fato, a Polícia Federal, o Ibama, vai lá multar e, muitas vezes, eles estão com a lei, é a regra que foi aprovada pelo Congresso Nacional, e aí, nesse caso, a luta de fato é aqui para alterar, para flexibilizar, mas também há a não possibilidade de cumprir parte do que a lei já diz. E a lei já diz, a Constituição já diz, que os índios teriam o direito, sim, de explorar as riquezas minerais que tem na sua terra. Mas a Funai não se posiciona, o processo não chega a Brasília, não chega ao Congresso Nacional para que a gente possa votar.

Então, provavelmente, nós teremos que aperfeiçoar, para que isso que está na lei, para que isso que o Constituinte brasileiro disse de forma clara – mas que parece que não ficou tão claro assim para algumas autoridades –, possa ficar.

Quero terminar agradecendo ao Beto, desculpa, agradecendo ao Plínio o privilégio de me convidar para poder participar, como Relator, desta CPI; quero agradecer aos colegas Senadores, todos eles, os que estão presentes, os que estão participando virtualmente; e a todos vocês.

E tornar a dizer, Plínio, a confiança que você depositou em mim, conte comigo daqui até o final, para que a gente elucide as dúvidas que pairam sobre a Amazônia. Para mim, eu tenho uma convicção. A convicção é de que não é possível... não é possível nós continuarmos sendo palco de tanta discussão, de guardiões de um tesouro universal vivendo miseravelmente, como hoje nós vivemos na Amazônia. Essa, para mim, é a constatação.

Parabéns, Adriel, muito obrigado pela sua presença, na sua pessoa, eu agradeço e digo que me sinto muito honrado com a presença de todos vocês que estão aqui hoje, e com coragem.

O Styvenson fez uma pergunta, eu não sei se foi bem entendida. Eu acho que estar aqui demonstra coragem, porque as forças que movem dezenas e milhares de pessoas, financiadas por capital externo, com pressão externa, são muito grandes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos nos estados, por exemplo, muitas ONGs fazendo convênios com as secretarias estaduais de meio ambiente, e sempre, quando você vai ler o convênio, elas estão lá exigindo um pedaço a mais da soberania nacional brasileira sobre a Amazônia nacional. Então, por isso, tem que ter muita coragem para vir aqui. Porque eu acho, viu, Styvenson, que retaliação tem sim. Para começar, essas pessoas que aqui estão têm pouquíssimos lugares no Brasil em que elas são convidadas para dar o lado da versão delas.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Cacique Adriel, as considerações finais, fique à vontade, já lhe agradecendo.

O SR. ADRIEL KOKAMA (Para expor.) – Obrigado, Senador Plínio.

Senador Marcio Bittar, eu estou honrado a nosso deus Tupã por nos trazer até aqui. A todos que estão presentes à mesa, a todos que estão aqui – Senador Beto, é satisfação te conhecer –, a todos vocês, levem um abraço aos seus parentes, aos nossos parentes daquela região e, especialmente, ao seu partido, ao seu grupo partidário-político, como você colocou aí.

A respeito de eu ter me candidatado, eu já me candidatei e vou continuar me candidatando, porque o homem nunca para de sonhar, não é? Um dia a gente chega lá, isso é fato. Então, independente de qualquer partido, nós temos que nos candidatar e estar dentro do páreo, isso é importante.

Quem vai julgar é as urnas, é o povo brasileiro, é a nação brasileira, é o nosso estado, é o nosso município, onde tem outro relato: que um líder comunitário do Morro da Liberdade se tornou Prefeito da cidade de Manaus, da capital, onde é o Amazonas. Por isso, a gente tem que sonhar e ousar sonhar e lutar.

Senador Beto, o senhor falou a respeito da mineração. Todos estão falando, criticam, falam, etc. Eu quero trazer um ponto a respeito da mineração: de que Roraima e Amazonas, Senador Plínio, têm os waimiri atroarís. A reserva ali corta... A 174 corta. E lá dentro, próximo da reserva, chama-se Mineração Taboca. Eu tenho 44 anos de idade. Eu creio que ela já estava lá, porque eu ouço essa Mineração Taboca desde quando era pequeno. E é bom chamar eles também aqui, porque eles estão dentro de uma área indígena e eles estão tirando minério legalizado, Senador Bittar. Como é que eles estão legalizados e a gente não consegue ser legalizado, nós originários, que estamos em cima da terra?

Você fala do ouro, todo mundo critica o ouro, porque o níobio vai contaminar o solo, etc. O mercúrio vem da Terra, ele não vem de Marte. Como uma certa pessoa, uma pessoa disse que ia catar o vento para vender o vento. Eu acho que é daí que estão gerando essas situações, não é? Um certo político comentou que ia estocar o vento, que é para ver, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ou seja, são coisas mirabolantes que fazem e todo mundo aplaude, ninguém crítica, e nós originários precisamos estar sofrendo até o dia de hoje, numa coisa que é nossa.

E aí o senhor fala também, Senador Beto, Excelência, que tudo é tratado dentro do Parlamento. Se é tratado no Parlamento – está aí, Amazonas; está aí, Manaus; está aí, Brasil –, vamos eleger índios agora, porque aí a gente vai mudar esse contexto e vamos ter um dia de amanhã melhor.

Então, vamos para o fundo amazônico. Já teve o fundo amazônico um tempo atrás, Senador Plínio. Eu não sei se o senhor está lembrado que teve que... Eu gostaria que estivessem esses dois Senadores do meu estado aqui, porque eu tinha umas perguntas a fazer a eles. Porque, quando eles foram Governadores, um deles foi aos Estados Unidos, fez o maior *lobby*, maior controvérsia dentro das mídias, nas redes das emissoras, etc., de que vinham recursos milionários pra Amazônia, em especial pro Amazonas – ele era Governador do estado –, e que todo mundo que preservasse a floresta ia ganhar o Bolsa Floresta. O senhor está lembrado, Senador Plínio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIEL KOKAMA – Aí sabe quanto foi que chegou – aí todo mundo se animou, igual, como agora – ao Fundo Amazônia? Trilhões, bilhões de dólares estão chegando! Aí todo mundo lá na ponta animado. Cuidado, parente, pra não comerem a mente de vocês, ribeirinhos, amazônidas, porque essa conversa, essa novela já passou; ela está só se repetindo. Aí, quando chegou na hora, Senador Beto, o *lobby* se tornou R\$50 pra cuidar da Amazônia.

Eu concordo com cuidar da Amazônia. Mas, se me derem um salário, pra cada pai de família, ribeirinhos e amazônidas e amazônias, os amazônidas, R\$20 mil. Está aqui a proposta que eu coloco pra vocês. Cataloguem cada um deles, os amazônidas, ribeirinhos, índios, negros, pardos, quilombolas, e coloquem, pra cada um deles que estão lá, R\$20 mil na sua conta pra eles preservarem a natureza. Porque, com certeza, eles vão comprar um barco; eles vão melhorar suas casas lá; eles vão cuidar da floresta; eles vão cuidar da onça pra vocês; eles vão cuidar das cobras, das antas, dos macacos, para os europeus, ou quem quiser ir lá, passarem 24 horas ou uma semana tirando foto, sorrindo... Lindo, maravilhoso isso! Cadê que ele fica lá?

Eu estive em Brasília uma época, aqui, alguém falou para mim: "Você tem que, cacique, preservar a natureza! Você tem que lutar pelos seus direitos, pela Amazônia! Tem que preservar a Amazônia!". Eu falei: "Legal. Onde a senhora mora?". Aí ela disse: "Na Asa Sul", Senador Plínio, na Asa Sul, aposentada. Eu falei: "Eu vou fazer o seguinte com a senhora: a senhora vai passar um mês lá na minha aldeia, e eu vou passar um mês aqui na sua casa na Asa Sul. Me dê a chave do seu carro – que era um carro muito bem luxuoso –, e eu vou cuidar da sua casa, e a senhora cuida da minha por 30 dias. Vamos fazer esse socialismo?". Aí ela falou: "Não, cacique. O senhor é antidemocrático!". Olha a palavra que ela usou! *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, só porque eu comentei isso. Quer dizer, que a minha mente está aberta, e eu consigo ver, eu consigo enxergar que um relógio pra eu ver as horas é melhor do que eu ficar me baseando pelo sol. Eu sou uma pessoa diferente, eu tenho que ficar isolado.

Então, senhores, eu fico muito feliz por estar aqui na CPI das ONGs. Agradeço ao Senador Plínio Valério por abrir e puxar isso. É uma honra! E ele hoje está cumprindo com o dever no Amazonas, quando ele colocou a proposta de campanha, quando ele colocou pro Brasil que iria colocar, abrir a caixa-preta. E, hoje, a todos os Senadores que estão acompanhando: Senadores, muito obrigado por ter ouvido de vocês que vão intensificar o que está na Carta Magna, porque está aí, pra que nós possamos ter voz e vez, pra que nós possamos ter dignidade. O que nós queremos é dignidade – dignidade. É isto: nós queremos ter dignidade de viver, de criar nossos filhos, de dar uma educação pros nossos filhos, de cuidar dos nossos filhos.

Senhores, eu estou aqui; daqui a pouco, eu vou estar na minha aldeia. Eu posso ir pra um *shopping*, eu posso entrar num carro, eu posso dirigir um carro, eu posso andar vestido, eu posso usar um perfume, da mesma forma que eu posso ir lá pro meu Amazonas, lá pra minha aldeia, ficar de calção. Isso não me faz menos índio, mais índio. Isso só me faz um homem feliz e ter dignidade de poder trabalhar e dizer: eu comprei esse arroz e essa farinha com dignidade, eu estou plantando e vendendo com dignidade. É isso que nós queremos.

Se as instituições estão aí pra fazer o social, que elas façam o relatório de quais são as aldeias em que elas estão, porque, lá no Amazonas, são mais de 300 mil índios. Em São Gabriel da Cachoeira, a população é de mais de 41 mil pessoas, e lá tem mais de 500 ONGs registradas, Senador Beto. Num município pequeno, onde vão estar toda essas ONGs? Imagine se ali está... E o Amazonas é grande demais.

Então, senhores, que a CPI das ONGs possa apurar, possa trazer soluções pra nós amazônidas, que estamos lá atrás, lá em cima no norte, como vocês chamam. Nós queremos é ter uma dignidade e privilégio como vocês. Nós não queremos... Nós não vamos deixar de ser índios, nós não vamos deixar de ser povos originários, nós não vamos deixar de cultuar nosso deus Tupã, nós não vamos deixar de tomar o nosso caxiri, nós não vamos deixar de fazer nenhum ritual. Vamos continuar fazendo nossos rituais, mas com dinheiro no bolso, com a dignidade que todo pai de família quer, que todo trabalhador quer, que todo homem quer, toda mulher quer – dignidade.

Vocês hoje estão aqui porque estudaram, lutaram, seus pais batalharam pra que vocês tivessem estudos. E hoje vocês estão aqui, estão Senadores da República, assessores. Esta Casa está aqui, porque alguém lá atrás trabalhou por vocês. E hoje vocês estão aqui.

Nós, Cacique Adriel Kokama, os outros líderes que estão e outros que virão pra serem ouvidos estamos lutando pela nossa dignidade para que os nossos filhos amanhã tenham voz e vez e que amanhã eles possam ter uma educação diferenciada ou uma educação complementar, mas que não perca a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essência, porque nós indígenas, povos originários, trabalhamos a nossa passagem de pai pra filho: foi assim, foi assim, foi assim.

Hoje eu continuo fazendo a caminhada de Ajuricaba, que preferiu se jogar às margens do Rio Negro pra que ele pudesse levantar esta bandeira. E nós povos originários de movimento queremos uma qualidade de vida melhor, porque o nosso parente nos trouxe dignidade e nós queremos dignidade pros nossos filhos. Nós não queremos guardar riqueza pros nossos filhos, não. Nós queremos comer essa riqueza hoje e dar uma qualidade de vida pros nossos filhos amanhã.

Muito obrigado. (*Expressão em língua indígena.*) a todos. Senador Plínio, que Tupã, Deus, te abençoe, a toda a sua Comissão que aí se entrega, que trabalha, à Casa. Eu quero agradecer a todos os funcionários, ao faxineiro, ao pessoal que fez o café e serviu a água! Muito obrigado. (*Expressão em língua indígena.*) a todos! Que Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Cacique Adriel.

Agradeço ao Beto, ianomâmi, ao Valdeci Baniwa, ao Adriel Kokama.

Eu quero, antes de encerrar, atendendo a um pedido do Senador Confúcio, submeter ao Plenário – ele esteve aqui daquela vez e pediu – a inclusão dos Requerimentos nºs 81 e 82, de 2023, do Senador Confúcio Moura, como itens extrapauta.

O primeiro, que recebe o nº 81:

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 24****Requerimento Nº 81/2023**

Convida representante do Tribunal de Contas da União para prestar informações sobre a fiscalização dos recursos do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

O segundo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 25

Requerimento Nº 82/2023

Convida representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar informações sobre as conclusões da auditoria do Ministério do Meio Ambiente que deu origem à auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como sobre o resultado das análises e providências adotadas pelo BNDES na gestão do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de finalizar, eu quero passar um recado, e a gente – eu acho que da metade pro fim – começou a passar direto. Teve depoimentos sempre nesse sentido aqui: a pessoa vem e fala; ela fala por si, por sua etnia, fala pra quem quiser. A gente só quer dar voz aos invisíveis.

Quero dizer ao povo brasileiro, a você brasileiro, a você brasileira, mais uma vez: esta CPI não é pra demonizar ONGs; esta CPI não é contra o Governo Federal; ela é contra aqueles que de forma hipócrita se aproveitam do abandono – eu prefiro chamar "do abandono" – dos indígenas, dos ribeirinhos, para com isso angariar dinheiro em nome da Amazônia e viver de forma nababesca.

Um sistema desses é muito grande, Jaime. A coisa é muito pesada. As grandes empresas transnacionais de carvão, de energia, de gás, de petróleo financiam alguns fundos, jogam bilhões de dólares nesses fundos. Esses fundos traçaram uma agenda global – essa agenda global de que o Marcio falou que não sabe de onde vem – e passam pras ONGs grandes, que passam pras médias, que vão pras pequenas. As ONGs que aparecem são simplesmente tentáculos desse projeto grande. Não é devaneio, não é viajar em maionese, não é teoria da conspiração. Essa gente já emparelhou, já aparelhou toda a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Está aparelhada: eles têm militantes, Ministério Público Federal, estadual, Supremo, Superior, televisões, jornais; eles capturaram estudantes de Geologia, de Direito, de Comunicação, levavam pra fora; eles criaram heróis condecorados em nome da Amazônia; eles fizeram de tudo, e nós estamos realmente aparelhados.

Presidente do país que pensa que manda na Funai e no Ibama – não só o que aí está, não só o que saiu, mas os outros –, há um movimento tão grande que eles controlam há muito tempo a Funai e o Ibama. Por isso, essas dificuldades todas que a gente tem.

Eu aproveito, Marcio, a benção de ser Senador da República, de poder estar Senador da República e fazer esse desabafo e abrir essa caixa-preta. Vamos conseguir? Imagina só o Senado da República brasileiro acabar com essas coisas das ONGs, que são muito... Não! Não! Eles são muito poderosos, mas não são tão poderosos ao ponto de nos amedrontar. Nós não temos medo de colocar a caixa-preta aberta. E é isso que a gente vai fazer e, no final, apresentar leis que possam aperfeiçoar e dar transparência aos recursos que eles, de forma bondosa, nos colocam, mas dizendo, nos impondo o que fazer.

Nós amazônidas precisamos de ajuda, companheirismo, parceria; só não precisamos que nos digam o que fazer, porque nós sabemos o que fazer. A Amazônia está preservada. O meu estado, o Amazonas, Senador Styvenson, está preservado em 97%. Nós sabemos o que fazer. Então essa é a luta.

Mas o Adriel, numa mensagem, falou aí de possível carta de repúdio. Eu devo dizer, não só opor... O Amazonas já me conhece; o acriano conhece o Marcio; o de Rondônia conhece o Jaime; o do Rio Grande do Norte conhece o Styvenson; o do Pará conhece o Beto. O homem público que se diz homem público não pode temer injúria, calúnia e difamação; senão, ele não é homem público, não tem como.

E a luta que a gente trava... Ah, mas eu vou perder. Não tem problema. A glória está pro guerreiro na luta, no caminhar e tentar. É o que nós vamos fazer aqui. O Brasil vai tomar conhecimento, sim. Nós vamos trazer ONGs aqui que vão ter que explicar, sim, por que pegam dinheiro, em nome da Amazônia, dos índios, dos ribeirinhos, e não dão pra eles; por que pegam dinheiro, em nome da Amazônia, e vão viver nababescamente em outros países. Eles terão que responder. É simples o que a gente vai fazer aqui. Qual é o nome da sua ONG, fulano de tal? Já pegaram algum dinheiro? Já. Quanto? De quem? Por que e o que fizeram com esse dinheiro? Somente isso.

Não vamos demonizar, mas também não vamos absolver e passar a mão na cabeça desses hipócritas, desses ladrões que se aproveitam de nossa desgraça.

Agradecendo a Deus e a presença de todos, desejo paz de Cristo a todos e até a próxima.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quinze minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2023** que : "Convida os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 018.242/2017-0, assim como da elaboração do acordão a ele relativo, de nº 2147/2018-TCU-Plenário, e os técnicos que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 020.974/2019-1, assim como da elaboração do acordão a ele relativo, de nº 71/2020-TCU-Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 84 de 2023** que : "Requer sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, informações sobre compras de terras em larga escala." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2023** que : "Requisita Servidor da Receita Federal" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitivas. Oitiva do Marcelo Norkey Duarte Pereira, em atendimento ao requerimento 37/2023; do Miguel dos Santos Correa, em atendimento ao requerimento 6/2023; do Luciene Kujãesage Kayabi, em atendimento ao requerimento 1/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/07/04>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte será a deliberação de requerimentos e a segunda parte teremos oitivas.

Antes de passar para a primeira parte, eu queria agradecer aos assessores, a todos que comparecem aqui e aos que estão nos acompanhando pelo YouTube, e explicar o porquê de a gente continuar esta terceira sessão no ritmo da anterior.

Nós enviamos quase 60 requerimentos, as informações ainda não chegaram, estamos esperando que cheguem para que possamos passar às oitivas. Enquanto isso, a gente pretende continuar mostrando ao brasileiro e à brasileira a outra face da moeda, a realidade daqueles que nós chamamos de povos da floresta invisíveis: aqueles que as ONGs não defendem nem representam, para que o Brasil tome conhecimento para que, quando a gente começar as oitivas com representantes dessas instituições e de ONGs, o Brasil possa saber do que eles estão falando ou não falando. Essa realidade cruel que nós mostramos aqui no primeiro minuto, vamos continuar com isso, dando palavras aos invisíveis.

Quero agradecer por terem nos ajudado a furar esse bloqueio, e há um bloqueio muito grande, na realidade, uma tentativa de fingir que a CPI não existe. Eu queria fazer agradecimento aqui, sim, porque, graças às redes sociais, a gente conseguiu já o primeiro objetivo, que era chamar a atenção do Brasil para esses invisíveis. Só de entrevistas para influenciadores, para programas, a gente já conseguiu falar, naquela hora, ao vivo, acompanhando, para cerca de 5 a 6 milhões de pessoas, ou seja, não adianta *Veja*, *Globo*, *Folha*, *Estadão*, *Correio Braziliense* fingirem que não existe. A CPI existe, sim, graças a vocês que vêm prestigiar e a essa turma que está ajudando.

Sistema Jovem Pan, estivemos lá no programa Direto ao Ponto e eles têm dado cobertura; sistema Band, estivemos no jornal, ao vivo; e no programa AgroMais, aqui de Brasília. A *Revista Oeste*; a TV Encontro das Águas, do Amazonas; a Rede Amazônica; os influenciadores do YouTube – a Bárbara, que tem o canal *Te Atualizei* –; o canal Amazônia Azul; o canal Um Pingo de Liberdade, do Fernão Lara Mesquita e do Coronel Gerson Gomes; o Kim Paim, no canal do YouTube; o canal das Divas da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Opressão, que são a Steh Papaiano e a Paula Marisa; a Flavia Ferronato; e o comandante naquele programa A Arte da Guerra. Nós estamos, com certeza, pelo menos com esse pessoal, atingindo mais de 10 milhões de pessoas, que estão sabendo como é que os índios são tratados no Brasil e na Amazônia.

No dia 11, na próxima sessão, antes do recesso, virá o ex-Ministro da Defesa Aldo Rebelo que virá aqui expor a sua tese, a sua explanação. Ele está peregrinando pelo país todo, mostrando que essas ONGs se tornaram um terceiro poder já.

E me parece que a gente vai ter recesso – está oficializado, Márcio, o recesso? –, mas isso a gente informa depois, se realmente acontecerá o recesso.

Passamos à primeira parte, deliberação dos requerimentos constante da pauta.

Tem um, dois, três requerimentos.

Eu vou passar para a votação dos requerimentos em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

1ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 83/2023**

Convida os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 018.242/2017-0, assim como da elaboração do acordo a ele relativo, de nº 2147/2018-TCU-Plenário, e os técnicos que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 020.974/2019-1, assim como da elaboração do acordo a ele relativo, de nº 71/2020-TCU-Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 84/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, informações sobre compras de terras em larga escala.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 85/2023**

Requisita Servidor da Receita Federal

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Temos o quórum de oito.

Se alguém estiver acompanhando e quiser... o nosso Relator.

Coloco em votação o requerimento constante da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, então aprovados os três requerimentos.

Só para esclarecimento, deixa eu ver aqui o terceiro... Convido os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram... Ah, sim, a decisão dos dados relativos aos processos. Esse aqui nós estamos chamando os técnicos que orientaram o Ministro do Tribunal de Contas da União a fazer o relatório "x", e estamos convidando os técnicos que orientaram o outro ministro a fazer o relatório "b", pois eles são antagônicos. Então, a gente quer saber o que levou um técnico a perceber que não tinha nada e o outro a perceber que tinha tudo.

Requer que sejam prestados pelos cartórios de registro de imóveis das comarcas São Gabriel da Cachoeira, Autazes e Coari. Nesse aqui, nós enviamos o requerimento pedindo informações aos cartórios, mas a palavra ONG seguiu, e eles informam que não tem nenhuma ONG registrada, não tem ninguém. Então, a gente está refazendo, requerendo que eles nos informem, em cada município desses, os latifúndios – pessoas físicas ou jurídicas que detêm grandes tamanhos de posse de terra.

E o terceiro, cadê? Está aqui... está me faltando... requisitando um servidor da Receita Federal para nos acompanhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran, seja bem-vindo, estamos iniciando aqui, hoje, com mais oitivas.

Então, Senador Dr. Hiran, vamos dar continuidade com as oitivas daquele pessoal que a gente chama de invisível. As informações ainda não nos chegaram, daqueles 60, 60 e poucos requerimentos. Quando chegar, então iniciaremos as oitivas dos depoentes. Por enquanto, nós estamos convidando esse pessoal a vir aqui.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Marcelo Norkey à mesa. O Marcelo nos procurou, pois ele tem muita coisa a relatar sobre o que está acontecendo no interior do Pará sobre a questão relacionada ao Ibama.

Nelsinho, que prazer estar com...

E ele tem muito a nos relatar. *(Pausa.)*

Então, Senador Dr. Hiran, vamos dar continuidade com as oitivas daquele pessoal que a gente chama de invisível. As informações ainda não nos chegaram, daqueles 60, 60 e poucos requerimentos. Quando chegarem, então iniciaremos as oitivas dos depoentes. Por enquanto, nós estamos convidando esse pessoal a vir aqui.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Marcelo Norkey à mesa. O Marcelo nos procurou, pois ele tem muita coisa a relatar sobre o que está acontecendo no interior do Pará sobre a questão relacionada ao Ibama.

Nelsinho, que prazer estar com...

E ele tem muito a nos relatar.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA *(Fora do microfone.)* – Bom dia. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Marcelo, já vou te passar. Está bem, irmão?

Eu passo a palavra ao Relator, Marcio Bittar, para que faça um resumo das atividades. E em seguida eu passo para você, Marcelo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu quero apenas cumprimentar o Presidente, a todos que estão aqui presentes, nossos colegas Senadores, e deixar a fala já com o convidado, que aí, sim, é o que nos interessa ouvir.

Sr. Presidente, estou satisfeito com a aprovação dos requerimentos, passo a palavra para o convidado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que fique bem claro, o Sr. Marcelo está aqui como convidado. Hoje nós temos três convidados aqui, portanto, se alguém quer se apressar com outra coisa, que fique bem claro: eles são nossos convidados.

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Plínio, agradecer esse nosso convite para dar esse depoimento ao Relator, Senador Marcio Bittar; o Senador Hiran, que também está aqui, de Roraima. É difícil que a gente tenha esse espaço.

Cumprimentar as mulheres, como a Deputada Silvia Waiãpi, e todas as que estão presentes;

Cumprimentar os moradores, produtores da Terra do Meio, que estão nos assistindo; os moradores lá, também, da BR-163, que estão sofrendo também com essas situações que nós vivemos na Amazônia, que é o nosso paradoxo amazônico.

Cumprimentar todos do Estado do Pará, da Amazônia e do Brasil;

Essa é uma oportunidade que eu acho ímpar para nós, da Amazônia, termos voz e vez. Sempre que se fala em Amazônia, sempre falta um ator nessas falas, nos webinários, nos discursos, nas comissões, nas viagens, que é a pluralidade amazônica. A Amazônia tem 27 tipos de biomas e sub-biomas, mas ela tem muito mais culturas, pessoas, realidades – não é isso, Deputada Silvia? Não somos só uma Amazônia, não somos só a Amazônia, o bioma amazônico. Nós somos 29 milhões de pessoas e 29 milhões de realidades e universos diferentes.

Então, essa oportunidade que o Senador Plínio e o Senado Federal estão nos proporcionando é muito importante. A gente só tem a agradecer.

Eu me chamo Marcelo Norkey Duarte Pereira, moro na Vila Canopus, no Município de Altamira, na Terra do Meio. Lá, existe uma comunidade muito antiga. Nós somos a última vila da estrada Trans-Iriri, que começa na PA-279 e acaba nas margens do Rio Iriri. Então, eu venho de lá, venho dessa região.

Eu sou Conselheiro – faço parte, sou membro – do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu; fui conselheiro muito tempo, também, da Estação Ecológica da Terra do Meio, desde a criação do Conselho Gestor, em 2012; sou Conselheiro Ambiental da associação agropecuária aqui da Terra do Meio, a Xinguri; sou Vice-Presidente da Finama; também sou formado em Gestão Ambiental, com especialização em Gestão Estratégica de Carbono.

Então, eu estou lá na Amazônia, produzindo e tentando transformar realidades, não só as minhas, como as locais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pra começar, eu gostaria de mostrar um pouquinho da realidade da Terra do Meio e as vítimas das criações de unidades de conservação de forma irresponsável, de forma equivocada e de forma totalmente incoerente com a lei, que é o Snuc, o Sistema de Unidades de Conservação.

Eu vou me basear aqui, Senador Hiran, nestas questões: a cultura produtiva da minha região e o modelo de criação de unidades de conservação dos anos 2000, praticamente, para cá, que tem o desequilíbrio nesse processo causado pelas ONGs não só nas unidades de conservação, mas também nas legislações ambientais, na implementação, no trabalho e na vida de todos os produtores e moradores da nossa Região Amazônica.

Eu tenho um vídeo para mostrar para vocês da pequena Patrícia. Eu vou mostrar para vocês o que aconteceu com a Patrícia e por que ela está nessa situação.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Bem pessoal, essa aí é a realidade dos ribeirinhos da Estação Ecológica Terra do Meio, uma das principais estratégias de contenção do desmatamento que as ONGs costumam chamar de arco do desmatamento. Esses aí são vítimas, são vítimas dessa política ambiental.

Hoje, a gente não sabe nem que palavra pode usar ou não, a gente não sabe, mas ali é como se fosse uma câmara de gás verde. Como a Deputada Sônia já falou, essas pessoas aí foram arrebatadas por essa política ambiental que a gente chama de política ambiental da caixa vazia. O que é a caixa? Quando a gente compra um produto de outro país, a gente espera chegar, a gente fica ansioso e, quando a gente abre aquela caixa, não tem nada dentro. Essa é a política ambiental apoiada pelo Governo brasileiro.

Se mandam recurso para cá – internacional –, esse recurso não chega para a mãe da Patrícia, que é a D. Zefa. Não se consegue levar alimento para eles, porque, infelizmente, no Brasil e no mundo, o que nós da Amazônia vivemos o satélite não vê, porque o satélite vê as nossas queimadas, vê o desmatamento, vê as estradas, mas não vê a nossa realidade.

O algoritmo, Senador Plínio, não consegue calcular a realidade das pessoas da Amazônia, mas essa é a realidade. Então, aquela caixa que foi paga pelos fundos internacionais para criar o mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio, que é um dos maiores do mundo, está vazia.

Depois disso, a degradação social, a pobreza, a miséria só vêm aumentando, porque, infelizmente, do jeito que está, quanto mais floresta é mais pobreza. A floresta é um fomentador da pobreza e da miséria. Essa é a realidade da Terra do Meio. É a realidade do povo nordestino na Caatinga. É a realidade daquele caboclo que vive no Cerrado ou que vive em qualquer lugar da Amazônia e do mundo. O IDH é muito baixo. O Amapá tem um dos piores IDHs do Brasil e é o Estado que mais tem floresta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dizer que floresta, bioeconomia vai trazer resultados socioambientais e econômicos sustentáveis para as populações isso é utopia. Pode trazer rendimentos, riquezas para alguns, mas, para nós, que nela vivemos, se a gente olha... Não trabalhar, não produzir, nós não conseguimos dar a mesma oportunidade que os filhos dos funcionários das ONGs têm, de estudar, de comprar roupas boas, de viajar. Hoje, a D. Zefa, mãe da Patrícia, vive com menos de R\$100 por mês. A D. Zefa não teve condições, porque o filho dela, que é o Ica, trabalhava na pousada de guia turístico e, depois, que foi criada a Estação Ecológica da Terra do Meio, ele ficou desempregado.

Então, por falta de comida, ela teve raquitismo. Então, ela é pequenininha, tem 25 anos. O Ica está, o outro filho dela, com hepatite muito grave, e assim é a realidade da maioria dos moradores, dos ribeirinhos, que estão, há 18 anos, esperando uma indenização em realocação. É isso que é grave!

Essa política pública está fazendo a maior degradação social do Brasil, e a gente tem que denunciar isso aqui. Eu sou conselheiro dessa unidade de conservação. Eu participo desse conselho desde a sua criação e se tem uma coisa para que o Governo e as ONGs não olham é para essa lei aqui, o Snuc.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Senador Nelsinho, essa lei foi votada aqui no Congresso Nacional. Ela é de 2000 e parece que ela não existe. Na Terra do Meio, na APA Triunfo do Xingu, no Parque Nacional da Serra do Pardo, na Resex do Iriri, na Resex do Xingu, na Floresta Estadual do Iriri, na APA Tapajós, na Floresta Nacional do Jamanxim, no Parque do Jamanxim, no Parque do Rio Pardo, em todas essas unidades de conservação que foram criadas, baseadas e, obrigatoriamente, teriam que obedecer à Lei do Snuc, não obedecem à lei.

Aqui diz que, em até dois anos, o Governo tem que fazer o termo de compromisso com as populações residentes nas unidades de conservação. E isso nunca aconteceu em algumas delas. E, em outras, passaram-se 15 anos... O plano de gestão, que é o manual de instrução das unidades de conservação, tem cinco anos... Tem cinco anos para ser aprovado. E, na verdade, já são 18 anos de Terra do Meio e o que foi aprovado é insuficiente.

Então, eu tenho uma apresentaçõzinha para mostrar para vocês, para ficar mais claro, com imagens do resultado. Isso eu estou falando apenas nas questões de unidades de conservação, mas é muito mais grave. Eu poderia passar três dias aqui, falando de todas as ilegalidades do Governo Federal, desde a criação, tudo promovido pelo PPCDAm.

Eu acho que muita gente aqui sabe o que é o PPCDAm, não é? O PPCDAm é a política do voo de galinha, aquela política ambiental que foi criada com a intenção de reduzir o desmatamento, melhorar a qualidade de vida das pessoas da Amazônia, mas, infelizmente, é um voo de galinha. Ele começa bonito, reduz o desmatamento, mas depois, de 2012 para cá, a galinha caiu no chão e não andou mais. Por quê? Porque é uma política ambiental insustentável, que não olha para as pessoas, que não olha para o ser humano, que não cuida das pessoas. E agora ele foi aprovado e abriu-se consulta pública, 16 dias de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consulta pública, 16 dias para ouvir a Amazônia inteira, nove estados – nove estados! E uma região em que a comunicação é muito difícil, Senador Marcio.

E esse PPCDAm está aí, 16 dias... Eu mesmo participei e li. São 84 páginas. Fiz as minhas contribuições, aí, depois, foi apresentado, agora, pelo Governo Federal... Nada mudou. Mais de 500 contribuições, e ele é o mesmo. Do que é que adiantou eu ler aquele documento todo, fazer nossas contribuições e verificar que esse PPCDAm não tem uma linha, uma vírgula sobre os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU? Lá fora, em outros países do mundo, se fala em sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, economia, sociedade e floresta e meio ambiente preservados, e, aqui no Brasil, parece que nossa política pública nem menciona. E olha que o primeiro item dos ODS é o combate à pobreza, o combate à fome e às desigualdades.

Então, nós estamos, meus amigos, num caminho muito, mas muito errado. E nós contamos aqui com esta CPI, em que majoritariamente são de estados amazônicos os Senadores representantes dos estados, para que daqui saia a nossa salvação.

A apresentação minha... Começo com a apresentação, coloquei já o vídeo... Gostaria que fosse passado para frente.

Vou falar sobre a ocupação cultural e suas implicações ambientais.

Acho que todos nós já ouvimos falar, os Senadores principalmente: "Traga seu gado para o maior pasto do mundo". Isso aí era a propaganda do antigo Projeto Rondon, do projeto Integrar para não Entregar, do Governo brasileiro, de 1967 até 1985. Esse projeto queria criar um modelo de desenvolvimento e ocupação para a Amazônia. Disso aí, acho que todo mundo aqui já ouviu falar.

Do que muitas pessoas não ligam um ponto a outro é com relação à cultura produtiva. Se o Governo brasileiro quisesse bioeconomia, quisesse desenvolver extrativismo, ele não iria ao Rio Grande do Sul buscar produtores rurais, madeireiros; não iria ao Nordeste buscar garimpeiros; não. Eles não criaram apenas um projeto econômico; eles trouxeram uma cultura produtiva: a cultura produtiva da pecuária, da extração de madeira, da extração mineral, da Zona Franca de Manaus. Esse era o projeto Integrar para não Entregar.

Então, o Governo Federal trouxe essa cultura produtiva. Não trouxe só pessoas; trouxe uma cultura. E essa cultura resiliente está lá até hoje. E por que isso? Porque, muitos sabem, nós já tivemos aí o ciclo da borracha, não é? Infelizmente, hoje a maior produtora de borracha do Brasil não é a Amazônia. Deputada Sílvia, a maior produção de borracha do Brasil é em São Paulo. O maior produtor do guaraná do Amazonas é a Bahia. Se não me engano, o maior produtor de jambu do Brasil é São Paulo – jambu, que é um dos temperos da culinária paraense. Quer dizer, a bioeconomia da Amazônia sempre teve relevância, não na Amazônia. É muito rápido. O ciclo acaba, aí levam as sementes para outros países ou para outros estados, e viram nossos concorrentes. Então, a bioeconomia não fazia sentido para o Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro naquela época, porque a gente sempre quebra a cara. Começa bom, Senador Nelsinho, mas depois... É por isso que veio a pecuária. É por isso que a propaganda era: "Traga seu gado para o maior pasto do mundo". Essa era a propaganda do Governo brasileiro para trazer uma economia de pecuária, de soja, porque é muito importante, não é?

Pode passar, por favor.

Esse aqui é o mapa do arco do desmatamento. A mesma região a que o Governo Federal pensou em levar essa cultura produtiva da pecuária, da madeira, da industrialização, ocupar a região e trazer dignidade para essas pessoas, levando escolas, agrovilas... Depois da ECO 92, se transformou em crime, e se quis bloquear o desenvolvimento em que o Brasil gastou milhões de reais. O Governo brasileiro gastou bilhões de dólares de financiamento externo, empréstimos, para desenvolver essa região. E, quando foi no ano de 2000, tudo isso foi bloqueado por unidades de conservação, e, como eu disse antes, com critérios técnicos totalmente duvidosos. Eu tenho aqui o estudo técnico-científico da criação da estação ecológica. Não faz sentido, não é real, é manipulado, e o resultado é muito ruim.

Pode passar, por favor.

Aí é o resultado. A criação das unidades de conservação e o efeito bumerangue. Se cria uma unidade de conservação... Essa região aí, pessoal, é a Terra do Meio, é a região onde eu moro. Ali próximo àquela segunda linha azul, que é o Rio Iriri, é a minha comunidade, a comunidade da Vila Canopus. E o desmatamento, antes de 2005, olhem como é que era a região: muito verde, não é? Depois que se criaram as unidades de conservação com esse modelo equivocado, esse modelo, vamos dizer assim, desproporcional, esquizofrênico, olhem o desmatamento como aumentou. Isso é depois de 2005. Essa imagem eu peguei no Google, no Google Terra, qualquer um pode ver. Olhem o desmatamento como aumentou. Se o objetivo era reduzir o desmatamento, o objetivo não foi alcançado; se era zerar, muito menos ainda os resultados são positivos. Agora, a degradação ambiental, a degradação social dos povos dessa região, aí, sim... A jovem Patrícia, que eu coloquei para vocês aí, é vítima dessa... Assim como o meio ambiente, são vítimas dessa política equivocada.

Pode ir para o próximo, por favor.

Essa daí é a imagem da BR-163. Aí também foi implantado o projeto BR-163 Sustentável, onde foram criadas várias unidades de conservação: a APA do Tapajós, a Reserva Biológica da Serra do Cachimbo... A APA Tapajós, pessoal, se sobrepôs à Reserva Garimpeira do Tapajós. É uma unidade mineral para receber, recepcionar os garimpeiros, que é uma cultura, um povo tradicional do Pará e do Brasil. Há 300 anos, os garimpeiros estão procurando os ouros nas terras brasileiras.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – E aí foi definido um local pra que eles possam trabalhar, mas infelizmente as ONGs entraram com unidade de conservação e restringiram esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos; hoje nós temos sobrepostas sobre a Reserva Garimpeira do Tapajós diversas unidades de conservação que proíbem a atividade garimpeira.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Próximo, por favor. Estou finalizando.

Isso aí é só uma citação ao TCU. Fizeram uma auditoria e verificaram o que eu estou dizendo, que há uma má gestão dessas unidades de conservação e não há transparência no processo.

Pode passar pro próximo.

E aqui está o que eu vim buscar aqui: a Constituição. Eu, no gabinete do Senador Plínio, peguei essa Constituição aqui, Senador. Isso aqui pra nós é uma utopia; pra nós que vivemos na Amazônia, esse livrinho aqui, infelizmente, é desconhecido. Nós queremos que ele seja também levado, não só esse papel que, na verdade, é a nossa Carta Magna. Não é só um papel; isso aqui é o que nós queremos para a Amazônia. Nós queremos que a Constituição também sirva para os povos da floresta, sem distinção.

Hoje, o produtor da Amazônia só pode usar 20% das suas terras, e aqui no art. 5º diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Então, por que um produtor na Amazônia só pode usar 20% do que é seu e o outro pode usar 80%, outro 75%? Eu não sou jurista, mas eu acho que é um equívoco. E esse é o paradoxo amazônico. E é isso que eu vim mostrar aqui pra vocês, falar um pouco da nossa realidade.

Agradeço a atenção de todos e o convite. E estou disponível pra qualquer pergunta ou esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Marcelo, pela exposição como deve ser feita.

Palavra franqueada: pelo ritual, é do nosso Relator; depois, Nelsinho; depois, Dr. Hiran, se quiser.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, eu quero cumprimentar, agradecer a presença do Marcelo na CPI.

Meu papel aqui, na verdade, neste momento, é mais fazer pergunta pra tirar o conhecimento que o senhor tem na região, mas eu quero apenas fazer um comentário. Você traz à baila uma coisa que eu conheço bem no meu estado, Estado do Acre: um grupo governou quase 30 anos e chegou ao poder dizendo que era melhor não mexer com lavoura, não mexer com pecuária, que determinados produtos iriam render muito mais e citavam pupunha, pimenta-longa, açaí, como se isso só desse na Amazônia. E eu dizia, à época... Quando essas pessoas argumentavam sobre isso, eu tentava contra-argumentar, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles venceram. Até hoje, quando eu ando pelo Brasil e vejo em qualquer lugar do país alguma coisa vendendo açai, eu lembro que no meu estado as pessoas chegaram ao poder dizendo que nós viveríamos disso, como se esses produtos... Tudo que dá na terra, na Amazônia dá em qualquer lugar do país. E na história, e o senhor traz essa referência, quer dizer, não importa se o produto tinha no Acre: tinha no Acre, mas tinha no país inteiro, como é o caso da borracha, como é o caso de tantas coisas. O Brasil precisa se lembrar disto: o que tem na Amazônia e que muitas vezes só tem lá está no subsolo, e no subsolo proíbem a gente de mexer.

Agradecendo sua presença, quero fazer aqui algumas perguntas, embora eu compreenda que, embora o senhor possa ter já mencionado, é bom para o ritual da CPI que a gente se posicione dessa forma.

Como as ONGs se relacionam com os órgãos governamentais? Primeira pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deixe-me fazer todas. Se você quiser, vai anotando.

As ONGs adquirem terras ou outros imóveis?

Quem são as pessoas – é importante, se o senhor puder mencionar nomes –, quem são as pessoas que habitam essas unidades de conservação? Se são apenas ribeirinhos, se são de fato povos originários, indígenas.

Quais as limitações das ONGs... Quais limitações as ONGs impõem aos habitantes?

O senhor citou o Snuc, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e mencionou muito como essas leis não são respeitadas, inclusive a consulta pública – segundo o senhor, elas são manipuladas. Portanto, queria saber: como as ONGs agem para criar as unidades de conservação?

Quais ONGs atuam ou atuaram nessas unidades de conservação? Se puder, citando nomes.

Quem são os agentes dessas ONGs? Se puder, citando nomes.

Essas ONGs recebem dinheiro público? Essas ONGs recebem dinheiro do exterior? Há estrangeiros atuando junto a essas organizações?

Qual o papel das ONGs no desmatamento? As ONGs se beneficiam da produção mineral, de minérios?

E, por último, as ONGs acobertam exploração ilegal?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o Marcelo. *(Pausa.)*

Foram tantas perguntas, Marcelo! Não conseguiu anotar todas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Marcelo, está aí o papel.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador. As perguntas são muito importantes, todas têm relação com a realidade local.

A primeira é como as ONGs se relacionam com os órgãos governamentais. Eu trouxe para esta CPI um estudo técnico-científico com a criação do mosaico das unidades de conservação da Terra do Meio, que são desde unidades de conservação de proteção integral, como a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, Senador Plínio, que nunca recebeu um visitante, tem 18 anos e nunca recebeu um visitante. Por quê? Porque as ONGs fizeram apenas um levantamento inicial para a criação dessas unidades de conservação.

E, como o Senador Zequinha Marinho, que chegou aqui agora, sabe, eles foram contratados pelo Governo Federal, Senador Marcio.

Então, a primeira pergunta: se relacionam? Sim, se relacionam, principalmente na hora que é pra criar unidade de conservação e chega um grande empreendimento. Se chegar lá uma mineradora, se chegar um projeto de hidroelétrica, as ONGs chegam lá antes do projeto. Então, antes, em 2000, eles já estavam lá fazendo esse trabalho de estudos pra implementação de unidade de conservação.

Nesse caso, o Governo brasileiro, Senador... Isso aí eu trouxe pra que a CPI investigue e chegue à conclusão do que ocorreu, dos valores que foram pagos pro ISA. Esse estudo técnico-científico foi feito pelo ISA. Eu trouxe aqui também o nome de outras instituições que participaram desse estudo técnico-científico também, como o Ipam. São várias as ONGs. Apenas eles participaram desse estudo técnico-científico.

De acordo com a reportagem da revista *Hoje*, lá do Amazonas, houve uma cooptação de algumas lideranças. Eles têm lá um estudo. Aqui, ó: o ISA, a FVPP, que é a Fundação Viver, Produzir e Preservar, o Ipam, o Greenpeace, o Imazon, todas participaram desse estudo aqui para a criação das unidades de conservação. Todos eles receberam dinheiro público para apresentar um projeto pra criação das unidades de conservação.

O problema é que esse projeto está incompleto. O estudo técnico-científico é técnico e científico. Deputada Silvia, ele tem que estudar a antropologia, as sociedades, a biota, o setor mineral... Nesse estudo, não se cita, em momento nenhum, o potencial mineral da região. E, de acordo com o art. 176 da Constituição, o bem mineral tem que ser utilizado ao interesse público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no Pará, por exemplo, na Renca, que é a Reserva Nacional de Cobre, que o meu amigo Feijão conhece muito bem, o Estado do Pará criou unidade de conservação em cima da Renca. Só que a Renca é uma reserva mineral. Se ela é uma reserva mineral, a questão mineral brasileira é de gestão exclusiva da União. Como é que um estado cria unidade de conservação proibindo a mineração se a mineração, Deputado Hiran, é de gestão exclusiva da União, art. 23 da Constituição? Isso aí já é um erro. Isso por quê? Pressão de organismos internacionais.

Eu o recebi uma vez e o Presidente do Ideflor-Bio me perguntou: "Mas por que vocês aprovaram essas unidades de conservação lá nas audiências públicas?". Eu falei: primeiro, porque não teve audiência pública. E as que tiveram não foram com a gente. Segundo, eles disseram pra nós: ou cria uma APA ou cria uma estação ecológica, ou vocês ficam aqui trabalhando desse jeito mesmo – isso aqui não vai dar em nada mesmo –, ou vocês vão ter que sair daqui e aqui vai ser proibida a mineração. Então, é bem simples assim, Senador.

Então, existe, sim. Inclusive, eu trouxe o documento pra essa CPI pra que seja feito esse trabalho pra verificar o quanto foi gasto, o que foi gasto. E o resultado eu mostrei pra vocês aqui nos dados: mais desmatamento e degradação social. A Patricinha é uma vítima desse processo.

As ONGs adquirem terras ou outros imóveis? Eles não precisam adquirir, Senador, eles já os têm. Eles pagam... É o problema da caixa vazia. O dinheiro vem de organismos internacionais, onde o mundo já usa os ODS, o desenvolvimento sustentável, na sua cadeia produtiva, impõe ao Brasil o desequilíbrio, que fere o art. 225 da Constituição... Porque o art. 225 é a tábua de Moisés, dos Dez Mandamentos do ambientalismo no Brasil, porque ela é superior a tudo, através dela você pode destruir o patrimônio, destruir residências, você pode prender inocentes, você pode fazer tudo, Senador Zequinha, porque o 225 parece que está acima da Constituição, acima do art. 5º, acima de tudo.

Então, eles já as têm, Senador, não precisam comprar terras. Eles compram assim de forma indireta. Eu quero criar um dado de conservação... ISA, vai lá; Greenpeace, vai lá, faz um estudo lá. Eu quero essa unidade de conservação. Aí a revista *Hoje*, inclusive, na sua reportagem, que eu até vi na internet um dia desses, ela tem lá – eu vou entregar também para o senhor – um documento em que alguém do Governo Federal pedia para alguém lá da CPT de Altamira e dizia assim: "Olha, Deputada Silvia, vocês façam as audiências públicas e aprovelem isso aqui de qualquer maneira. Tragam pessoas que aprovelem em audiência pública, porque nós precisamos dessa aprovação".

Então, é assim que se adquirem terras na Amazônia. As unidades de conservação são propriedades de ONGs, não são do Brasil, elas não servem ao Brasil. Não estão preservando o meio ambiente como tinham que preservar? Bloqueiam nossos bens? Como o senhor falou, o bem mineral tem rigidez locacional, como o meu amigo Feijão ali me ensinou. Só existe ali.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso fazer o Senado Federal em vários lugares do Brasil, mas só existe ferro lá em determinado local. Eu não posso mudar a mina de ferro para outro local. Quem fez isso foi nosso Senhor Jesus Cristo e Deus, ele que determinou, nós não podemos mudar isso.

Então, quando as ONGs vão lá... Aí você faz um estudo técnico-científico. Olha só o tamanho desse estudo técnico-científico. Não cita a minha comunidade em momento nenhum, não cita a vicinal do Leão, não cita a vicinal do Bala, não cita a pista do Limão, não cita a Vila Primavera. Mas mesmo assim, olha a grossura desse material. E aqui foram aprovadas sete unidades de conservação, do estudo técnico-científico meia boca, que não é científico coisa nenhuma, e só pra iludir o país. Quem fez o estudo foi o ISA, mas foi contratado pelo Governo Federal, na época o MMA que contratou – em 2003. Está aqui pra entregar pra vocês.

Outra coisa, quem são as pessoas que habitam essas unidades de conservação? Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, por favor, Marcelo?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Eu queria que você informasse o tamanho da Terra do Meio e a população da Terra do Meio, por favor, porque ela é composta por unidades de conservação estaduais, federais, reservas indígenas. Eu queria que você desse uma noção, aqui para as pessoas que estão nos assistindo, da dimensão disso para o nosso país.

Obrigado.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Está o.k.. Obrigado, Senador.

A região da Terra do Meio tem aproximadamente 8 milhões de hectares. Três milhões e meio é a Estação Ecológica da Terra do Meio, que nesse estudo era para ter 2,9 milhões.

Olha só: esse estudo técnico-científico diz que ela deveria ter 2,9 milhões de hectares. Ela tem 3,5 milhões. A APA Triunfo do Xingu tem 1,5 milhão. O Parque Nacional Serra do Pardo deve ter 800 mil hectares. Aí vem a Resex do Iriri, que deveria ter 1 milhão de hectares e tem menos de 200. A Resex do Xingu... Aí tem a Terra Indígena Xipaya, a Terra Indígena Kuruaya, a Flona, que é a Floresta Estadual do Iriri, e nós temos aí também a APA Triunfo do Xingu, que é unidade de conservação estadual.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – E o pior é que ela foi feita para bloquear o desenvolvimento, para impedir que os produtores se conectem com a BR-163. Você constrói a BR-163, você gasta milhões, você investe – estão pensando agora na Ferrogrão –, mas você impede que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção encontre o eixo principal de exportação brasileiro. Então, ele foi feito para isto: estratégia para bloqueio. Só que bloqueou os nossos direitos.

Hoje, na APA Triunfo do Xingu, nós temos mais ou menos 5 mil pessoas, todos produtores, pequenos, grandes, médios – a maioria é pequeno produtor. É o pessoal da Vila Xadá, da Vila Clariane, da Vila Primavera... Lá tem o Assentamento Pombal.

O Assentamento Pombal era a reserva ambiental do Assentamento São José. Só que o Governo, em 2008 – eleição, reeleição –, transformou a reserva ambiental... a reserva legal do PA São José em outro assentamento.

Então, em 2013, o Incra foi o maior responsável pelo desmatamento ilegal da Amazônia. Por quê? Política do voo de galinha: você impede, no primeiro momento, os grandes produtores; mas – pasme quem está assistindo – não se produz sem desmatar, não se faz escola sem desmatar, não se faz um *shopping* em cima de uma árvore, não se faz um hospital dentro de uma APP. Para que você consiga colocar o ser humano – os egípcios já aprenderam isto milhões de anos atrás – nós precisamos nos sedentarizar, ou seja, deixar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Marcelo, só... senão vou esquecer.

Você está dizendo que, em 2013, o próprio Ibama e o Incra foram responsáveis pelo aumento do desmatamento. E você falou disso relacionando ao ano pré-eleitoral. Você quer dizer que, em ano pré-eleitoral ou em ano eleitoral, esses organismos de fiscalização federal afrouxavam as licenças por alguma razão eleitoral?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Eu acho que não só afrouxavam as licenças, mas eles criavam projetos de assentamento em ano eleitoral. O PA Pombal foi criado em 2010, em plena campanha. Ele era para ser uma área de reserva legal de outro PA – de outro PA de assentamento –, mas ele foi transformado em um PA. As pessoas precisavam da terra. Isso é legítimo, nós concordamos com isso, mas existe... "Ah, mas nós protegemos", mas, quando você olha, o Incra, em 2013, foi o maior responsável pelo desmatamento na Amazônia. Hoje, lá em Roraima, no estado do Senador Hiran, o maior desmatamento lá é na região dos assentamentos. Por quê? Porque precisam produzir. Precisam se assentar e, para isso, eles precisam desmatar e plantar a soja, o milho, o seu sustento. É isso que manda a realidade local, não é?

Aqui, o senhor pergunta também, quantas pessoas habitam essas unidades? São, hoje, eu acho que em torno de 5 mil famílias em toda a região. Eram muito mais, mas, infelizmente, com a criação da unidade de conservação e o abandono, porque, quando se cria uma unidade de conservação, o Snuc diz que até dois anos você tem que fazer o termo de compromisso. O que é o termo de compromisso, Deputada Silvia? É um documento em que você diz assim: "Olha, você pode ficar aqui enquanto eu vou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

te indenizar". O Estado chega, cria uma unidade de conservação em cima de uma terra que tem título ou que tem ocupação legítima. Então, eles dizem assim: "Olha, até você ser realocado, até você ser indenizado, você vai ficar aqui". Só que tem até dois anos por lei para fazer isso. Tem 18... Tem 18 anos que as pessoas esperam isso. Então, as pessoas estão, até hoje, esperando a indenização, a realocação e vão indo embora, por isso que a população diminuiu muito.

O senhor perguntou também se existe exploração de minérios pelas ONGs? Isso aí eu desconheço. Quando foi criada a unidade de conservação, todas as atividades minerais, garimpeira, inclusive, os direitos minerários foram suprimidos, não se consegue mais... Quer dizer, o empresário ganhou, comprou do Estado o direito, a concessão, ele gastou dinheiro para isso. E, quando foi feito o estudo técnico-científico, infelizmente, todo esse direito foi suprimido e não está aqui no estudo técnico-científico.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Você teve atividade garimpeira antes, Marcelo?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Sim, todos nós lá na região. A região da Vila Canopus é uma antiga mineração de rejeito lá na nossa região. Então, a gente lá, a gente trabalha com o que for necessário para poder sobreviver. Então, eu sou filho e neto de garimpeiro. Meu pai veio para a Serra Pelada ainda.

O senhor pergunta se as ONGs se beneficiam com essas questões. Eu acredito que sim, porque eles têm emprego. Hoje, nós não temos emprego garantido; eles têm muito dinheiro, muito recurso. É o ISA, que a gente conhece lá, que a gente escuta muito falar é isso, lá em Altamira, é o ISA, a WWF, o Greenpeace...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Passaram a ser empregadores na região, tão pobre quanto a nossa, não?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Passaram e eles proliferam, viu, Senador? Ixi, agora tem... Deles saem outras ONGs, assim. Vai sair uma ONG lá, não sei o quê, dos ribeirinhos lá da Belo Monte, não é?

Porque, o que acontece? O dinheiro da compensação de uma obra como a Belo Monte tem que ser para quê? Prioritariamente para pagar a indenização e realocação das Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tá na lei, art. 39 do Snuc, que é o Decreto 3.040... 4.044, se não me engano, 4.043... E diz o quê? Quando você tem um empreendimento com mineração ou uma hidroelétrica, por exemplo, existe uma compensação para usar aquele recurso ambiental. Essa compensação prioritariamente teria que ir para quê? Para pagar a indenização e realocação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, no caso, a Terra do Meio, Parque do Pardo... Só que não foi feito. Nunca foi pago um centavo de indenização. E o dinheiro, não se sabe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas audiências, nos conselhos gestores lá, que também só foi criado em 2012, e tem, pela lei, dois anos para ser criado. Só foi criado em 2012, praticamente sete anos depois da criação da unidade. E esse recurso, nós não sabemos onde está hoje, atualmente. Não sabemos se foi gasto, se não foi gasto. Ouvimos falar que foi transferido para outro parque no Mato Grosso, também não sei se foi, mas nós não temos informações. Esse dinheiro, infelizmente, eu acho que ficou lá para aumentar as terras indígenas. É usado para outra coisa.

Eu acho que é basicamente... É isso sobre as suas perguntas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Só para terminar essa pergunta, qual o órgão responsável por esse pagamento?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – O órgão responsável pelo pagamento é o ICMBio, hoje o ICMBio. Ele foi criado em 2007, posteriormente à criação das unidades de conservação, mas na lei, hoje, quem deve cumprir o Snuc, quem administra as unidades de conservação federais é o ICMBio, e ele que deve pagar, mas o dinheiro vem do empreendedor.

O empreendedor pega o recurso da compensação, manda para o ICMBio, e o ICMBio deve definir os pagamentos, e são, pelas contas que nós fizemos, Senador Zequinha, nós fizemos um levantamento e dá R\$2 bilhões de indenização, porque não foi feito o estudo técnico científico e foram criadas unidades de conservação em áreas tituladas, e as terras lá são caras.

Então, para pagar a indenização só desse estudo aqui que o Senador Zequinha Marinho uma vez solicitou para o ICMBio, são 2 bilhões de áreas tituladas, e mais 2 bilhões de áreas que podem ser tituladas ou não.

Então, o dinheiro não dá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Zequinha, Senador Dr. Hiran, sintam-se à vontade com a palavra.

Hiran, vai continuar? Ou o Zequinha?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro quero cumprimentá-lo pela ocasião. Quero cumprimentar o Senador Marcio Bittar, o Senador Hiran e meu amigo Marcelo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo é uma liderança que, graças a Deus, não se contaminou com o lado de lá. Batalha, peleja, pesquisa, se dedica e faz um trabalho muito sério nesse debate. Então, é muito importante ouvi-lo, porque, a partir das informações do Marcelo, assim como do Antonio Feijão, Dr. Antonio Feijão, que é um advogado, ex-Deputado Federal, estudioso dessas questões da Amazônia, tanto ambientais quanto minerais, eu tenho certeza de que por aí a gente avança, vai pegando o fio dessa meada imensa para se conhecer, de fato, aquilo que as ONGs fazem na Amazônia, e tomam conta, e têm liderança, e têm autoridade e, efetivamente, têm feito da Amazônia o que ela é hoje, porque os governos, como não têm, às vezes, gente com qualificação, terminam lançando mão das próprias ONGs.

O Imazon trabalhava para o Governo do Estado do Pará até certo tempo atrás. Não sei se voltou a ser contratado novamente. Então, funcionava como uma consultoria do Governo do Estado do Pará no tempo do Governador Jatene. E essa turma colocou, como meta de trabalho, os seus intentos, lamentavelmente se esquecendo da questão social e priorizando da forma como achava melhor a questão ambiental, a expansão enorme de terras indígenas.

Para os senhores terem uma noção, o Pará deve ter, no máximo, 55 mil índios – no máximo – e nem todos moram na zona rural, mas já tem 24,99%, para ser mais exato, de suas terras destinadas às questões indígenas.

Nós temos, só no Estado do Pará, em estudo, 37 requerimentos para novas terras indígenas, correto? Dez praticamente prontas para o Governo decidir, mas 37... Se brincar, daqui uns dias, não haverá espaço para se fazer outra coisa senão reserva indígena. Agora eu não sei onde é que nós vamos arrumar tanto índio. O Pará é cinco vezes o Estado de São Paulo. São 1,248 milhão de quilômetros quadrados. Pegue um quarto disso que já tem hoje, mais outro tanto a mais, quer dizer, vai para 50% do território.

Então, é preciso que a gente estude isso de verdade, que se tome conhecimento e que torne isso transparente para que se tomem encaminhamentos, porque, da forma que vai, é uma situação complicadíssima. E a ONG tem ao seu lado, via de regra, a imprensa, a imprensa nacional, são muito bem articulados, são jornalistas também, tem ao seu lado, via de regra, a grande maioria do Ministério Público, que se encanta com toda essa filosofia, esse discurso romântico e bonito, e que termina representando um forte poder paralelo na região.

E eu gostaria que o Nordeste, que tem muita dificuldade e que poderia ser ajudado, mas você praticamente não tem ONG nenhuma atuando naquela região, no litoral, absolutamente; muito poucas. Já na Amazônia nós temos quase 16 mil ONGs, 15.900 ONGs, é o último levantamento que nós tivemos, quer dizer, virou um grande mercado. E aquilo que o Marcelo colocou sobre quando o Governo, quando alguém quer fazer um empreendimento, pronto, a indústria da compensação está lá. Se você for atrás de tudo isso, como retaguarda de tudo aí, nós temos uma organização não governamental orientando, trabalhando, articulando, mobilizando e fazendo acontecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Marcelo! Muito obrigado pela sua presença aqui. E vamos trabalhar para que a gente não deixe aquela região à míngua.

Se o remédio fosse por aí, se a solução da população da Amazônia passasse por esse tipo de atuação das ONGs, com certeza nós já teríamos um dos melhores IDHs da população. No entanto, todo dia a gente está perdendo terreno, piorando, ficando numa situação complicadíssima. É só começar a fazer uma comparação entre uma coisa e outra.

Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta que ficou sem resposta. Marcelo, se você puder... Quem são os agentes – se você puder citar nomes –, quem são os agentes das ONGs, se puder citar nomes.

E uma última: você sabe informar sobre a atuação da ONG Instituto Tamanduá, que possui um programa denominado Protocolo Team – T-e-a-m –, de armadilhamento fotográfico, atuando dentro da Estação Ecológica da Terra do Meio.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Senador, para nós que moramos lá, vivemos e trabalhamos, citar nomes é muito complicado, porque há uma perseguição, como o Senador acaba de falar, da mídia, de tudo. Então, a perseguição é muito grande.

Eu cito as ONGs que participam do Conselho Gestor, que eu conheço, que participaram de todo esse processo, o documento também está aqui, como aqui o Imazon, o Greenpeace, o ISA, a FVPP, a WWF. E, dentro das reuniões de Conselho, lá tem o nome das pessoas. Então, se o senhor pedir ao ICMBio uma ata de reunião de conselho da Estação Ecológica, do Parque do Pardo, o senhor vai ter o nome de todas essas pessoas – o nome direitinho, CPF e tudo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas é preocupante, Presidente... Essa preocupação, eu diria receio, até talvez medo de citar nomes e sofrer represálias ou até retaliação, isso beira crime?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Eu acho que beira usar a máquina estatal para perseguir quem fala diferente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Tem um relato que aqui nos mandaram – eu estou pedindo à assessoria, Dr. Hiran –, de uma CPI, acho que é Inbra e Funai, em que um depoente... Eu recebi isso hoje, de um noticiário de telejornal, estou pedindo para resgatar, de um depoente que, no segundo depoimento dele aqui, dois dias depois, foi assassinado, quando voltou para a sua terra. Isso que o Marcelo está dizendo é extremamente cauteloso e vale a pena, ele está coberto de razão. Foi um noticiário que nos chegou até com um recorte de jornal. Está aqui, bem aqui:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, levantaram a hipótese de que um deputado federal [...]

Em outra ocasião, dias depois, compareceu novamente o Sr. Gilmar à CPI Funai e Inera, entregando uma gravação de áudio feita pelo aparelho celular, na qual um membro do MST que estava na invasão citava o nome [...] [de uma Deputada]. No dia seguinte a seu segundo comparecimento, o "denunciante", Sr. Gilmar, foi assassinado enquanto trabalhava no curral de sua posse rural.

Então, assim, é por isso que o Marcelo está se precavendo contra isso, e é totalmente pertinente a sua cautela, viu, Marcelo?

Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Senador Plínio, Senador Marcio, nosso Relator, Sras. e Srs. Senadores, Senador Bagattoli, Senador Zequinha – Senador Zequinha, eu lamento lhe dizer que o senhor perdeu para Roraima; vocês estão com 27% de reservas indígenas, nós temos lá 46% de reservas indígenas, fora áreas de conservação, florestas nacionais, áreas institucionais... O nosso estado está ficando com mais ou menos 18%, 17% do seu território para a atividade da agricultura familiar e do agronegócio – nosso estado que, aliás, tem um perfil muito adequado, porque nós temos uma grande parte dele que não é floresta, e, sim, savanas, campos, que são muito adequados para o desenvolvimento do agro, como está acontecendo no Acre, que o nosso querido Bagattoli conhece muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ainda temos, ainda temos.

Nós aprovamos lá, agora, um projeto, um Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico, que nós estamos... Isso está de acordo com o nosso Código Florestal, concedemos 50% das nossas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso.

Nós vemos aqui uma coisa que acontece já no nosso país desde 1800, quando nós vivemos o apogeu – os nossos avós viveram o apogeu – da borracha na Amazônia. De 1880 a 1910, mais ou menos, nós passamos por um círculo virtuoso de produção de borracha na Amazônia e que, com a presença de ambientalistas, naquela época, esses ambientalistas, à guisa – e sob o pretexto – de conhecer nossas riquezas, nossa biodiversidade, eles começaram a fazer bioterrorismo, retirar as nossas riquezas e cultivá-las em outros lugares. Daí, a partir de 1910, a Ásia passou a produzir mais borracha do que a Amazônia e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso acabou com o nosso círculo virtuoso. Isso está acontecendo muito no país. Quer dizer, os países mais desenvolvidos desenvolvem tecnologia, vendem-nos tecnologia e preservam as nossas riquezas. Ganham de nós duas vezes.

Eu quero parabenizar você pelo trabalho que você faz, pela resistência. Eu queria dizer que me senti contemplado com a maioria das perguntas que o nosso Relator fez a você. Essa questão de nominar os responsáveis pelas ONGs é fácil a gente descobrir, nós temos mecanismos para isso dentro da CPI.

Presidente, o senhor vê que as coisas acontecem de uma maneira muito semelhante, nos vários estados da nossa região, e aí eu parabenizo V. Exa. pela luta para instalar esta Comissão aqui, que vai ser tão importante para o nosso país.

No nosso Estado de Roraima, nós temos uma reserva... Toda a área norte do nosso território é reserva indígena. São 9,6 milhões de hectares da Reserva Yanomami. No meio, há uma reserva de 800 mil hectares, que é a Reserva São Marcos. Para leste, há a Reserva Raposa Serra do Sol, com 1, 7 milhão de hectares. Ali existe uma nação indígena que, praticamente, isola-nos da nossa fronteira norte, com a Guiana e com a Venezuela.

Bom, dentro da Reserva Raposa Serra do Sol, nós temos várias organizações que defendem e que representam essas várias etnias que foram abarcadas por uma por uma reserva só. É uma outra discussão Senador Zequinha. Criou-se uma reserva com várias etnias, ali tem ingaricó, uapichana, patamona, macuxi. Juntou-se todo mundo e fez-se uma grande reserva, coincidentemente, em uma área muito rica em biodiversidade, minério, enfim...

Nessa região, nós temos organizações que são a favor de desenvolvimento. Nós temos lá na área do Flexal, lá no Município de Uiramutã, um acidente geográfico muito adequado – o mais adequado do mundo, segundo especialistas –, para se construir uma hidrelétrica, porque é um vertedouro natural e, se você fizer uma barreira ali, uma barragem, você terá muito pouco alagamento da adjacência dessa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito pouco impacto ambiental.

Essa Cachoeira do Tamanduá está lá no Rio Cotingo e a comunidade que está lá, a Comunidade do Flexal, é a favor de a gente fazer uma hidrelétrica ali, mas tem outra instituição, que se chama CIR – à qual pertence inclusive a nossa Presidente da Funai, Joenia Wapichana –, que é absolutamente contrária a isso.

Então, nós temos lá organizações que querem o desenvolvimento, um desenvolvimento sustentável, exploração de turismo sustentável, porque a região é muito rica e muito bonita, e temos outras instituições não governamentais que querem manter aquele território absolutamente isolado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso trabalho aqui vai ser no sentido de a gente separar esse joio do trigo. Acabei de falar sobre isso ali fora.

Eu já havia anotado aqui essas perguntas, que, aliás, coincidentemente, o Relator lhe fez, e eu queria, só, aqui, ressaltar que eu fiz aquela pergunta, se você já tinha atividade garimpeira, porque nós estamos aqui muito submetidos a versões. Certamente, vai se colocar aqui que esta Comissão chamou aqui um garimpeiro para falar sobre preservação da Amazônia. O senhor vai ver. Ninguém vai se preocupar com o que você já fez lá no seu trabalho, no cuidar da comunidade em que você vive, em desenvolver a sua família, enfim. Você que foi para lá através de um chamamento institucional do próprio Governo, ninguém vai falar disso. Vão dizer que você é garimpeiro. Pode marcar. Já fiz aquela pergunta só para chamar a atenção.

Então, eu quero dizer a você que a gente agradece a sua presença aqui e, sobre aquilo que eu iria perguntar para você, já fui contemplado.

E queria, também, dizer a você que parece até que a pavimentação da 163, toda essa demarcação foi feita em contrapartida dessa... Quando se começou a falar da 163, começou-se a falar dessa coisa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E Belo Monte também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E Belo Monte também.

No nosso Estado, Bagattoli, nós fizemos uma licitação para passar a linha de transmissão. Nós somos o único estado que não está interligado ao Sistema Nacional de Energia e nós fizemos uma licitação para fazer essa obra há 13 anos. Nós ficamos discutindo a compensação com os representantes da Comunidade Atroari Waimiri durante 13 anos e, só agora, um ano e pouco atrás, é que nós conseguimos a licença de instalação e estamos começando a fazer, inicialmente, as obras de compensação para, depois, começarmos a plantar nossas torres lá para fazer a nossa linha de transmissão. Quer dizer, isso é algo que a gente precisa, realmente, aqui, aprofundar muito nesta Comissão.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Presidente, o Sr. Relator e os nobres membros, porque aqui eu acho que vamos fazer um excelente trabalho e um grande serviço ao nosso país e ao nosso povo da Amazônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Dr. Hiran. Participação sempre esclarecedora.

Já te dou a palavra, Marcelo.

Só para...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pouco, o Dr. Hiran falava do ciclo da borracha, de como acabou. Naquele tempo, foi um inglês, um aventureiro inglês que roubou a semente da seringa. Ele foi até condecorado pela Rainha Vitória. Foi dado a ele o título de *Sir*, por ter nos roubado 70 mil sementes.

Para quem estiver interessado, tem um livro muito bom chamado *O Ladrão do Fim do Mundo* [esse livro é muito bom]: *como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*. É um livro muito bom, custa barato. A propaganda é porque é interessantíssimo. Conta toda a história de como o inglês... (*Pausa.*)

Não – não.

De como roubou.

Achei o livro... Eu já esse livro, cinco anos atrás. Ele é muito interessante. Conta toda a saga. O que ele foi, para nós, o algoz, aqui, foi herói lá na Grã-Bretanha. É irônico.

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Senador Hiran, só, com relação ao que o senhor falou sobre a questão garimpeira, na verdade, eu tenho muito orgulho de meus pais – meu avô, ali, no Rio Grande do Norte, garimpava scheelita – e, também, de participar de uma atividade que é a mais citada na Constituição Federal.

Muita gente pensa que o garimpo é ilegal. Não. O garimpo é a profissão brasileira mais citada na Constituição. O art. 21, inciso XXV, diz que o governo deve criar as reservas garimpeiras, no intuito de ajudar socialmente.

O art. 174 fala só sobre garimpo. É o Estatuto do Garimpeiro. Nele já existem algumas leis que fizeram a regulamentação do art. 174, que diz que o governo deve promover o desenvolvimento social e econômico do povo garimpeiro. E também o art. 201, inciso VII, que diz que o garimpeiro se aposenta como produtor rural, o mesmo direito, com 60 anos.

Então, eu acho que não é vergonha nenhum garimpeiro do Brasil ter esse nome, até porque está na Constituição Federal... Na verdade, ela está incluída na base social, em que são citadas sempre as questões sociais, e, infelizmente, o Estado não cumpre o seu dever, não cumpriu seu papel, suas obrigações, e nós, produtores rurais, garimpeiros, madeireiros, não nos autoregularizamos. Não podemos tirar a licença para eu mesmo garimpar ou tirar o minério ou produzir galinha. É o governo que faz isso. Quando o governo não faz isso, o governo em tudo prevarica a Constituição. Por isso que eu pedi para esta CPI trazer a Constituição Federal.

É só entrar... Qualquer dúvida, quem acha que o nome "garimpo" é errado ou que não conhece a lei... Primeiro, que desmatamento no Brasil não é crime. Está protegido pelo Código Florestal. É chamado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de "supressão vegetal". Segundo, a atividade de garimpeiro é a atividade mais citada na Constituição Federal. Então, não é vergonha. É orgulho.

Eu me orgulho muito disso, e, infelizmente, tem pessoas que usam isso, às vezes, para atacar uma profissão que era a mesma de Tiradentes, o primeiro herói de nossa independência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O Zequinha...

Jaime, alguma pergunta, para a gente encerrar esse depoimento? (*Pausa.*)

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CPI das ONGs, Senador Plínio Valério, o Relator, Marcio Bittar... Cumprimentar também o Marcelo, nosso Senador Zequinha, aqui presente também...

Quero dizer para vocês o quanto que as ONGs prejudicaram o desenvolvimento da Amazônia. Se elas estivessem realmente interessados em ajudar o povo da Amazônia, como disse o Zequinha, o nosso Senador Zequinha Marinho, nosso povo estaria bem melhor do que está hoje.

Olha o que aconteceu na gleba Corumbiara... Depois de a União ter vendido os lotes todos listados pelo Incra, sacramentado, o produtor ter cumprido as regras, aí, passados 15, 20 anos, vieram e disseram que tinha quatro, cinco índios, e interditaram quase 23 mil hectares, e pegaram os 23 mil hectares agora, em 2020, e os homologaram como reserva indígena.

Sabe quantos índios tem hoje? Nenhum. Não existe mais nenhum índio lá. Só existia o tal do "índio do buraco", do qual dizem que fizeram autópsia aqui em Brasília, que ficou aqui quase dez dias aí, quinze dias, não sei... Então, não tem mais nem um indígena lá. Não existe um índio lá.

E agora estão dizendo que, mesmo não tendo nenhum índio, a terra tem que ficar... Os produtores têm que perder as áreas e elas têm que ficar como reserva indígena, sem haver nenhum índio.

Então, eu quero que os senhores entendam a que ponto que isso foi parar, aonde que isso vai chegar.

Aí, eu moro num município onde tem 1,250 milhão... aproximadamente 1,180 milhão de hectares, Zequinha Marinho, e mais de 50%, 57% são de uma reserva indígena – do total do município, 57%. Um município que tem 100 mil habitantes, e 57% é de duas reservas indígenas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... E aí essas... Nós não demos... Esta CPI aqui das ONGs é muito importante porque nós precisamos – viu, Marcelo? – mostrar realmente para a sociedade, realmente para o povo brasileiro que essas ONGs internacionais não estão aqui para ajudar o nosso povo.

E, além de tudo isso, agora, o que está acontecendo na Amazônia... A cada ano que passa o nosso povo lá fica mais pobre. O nosso povo... É nos sete estados: é no Amazonas, é em Roraima, é em Rondônia, é no Acre, é no Amapá, é no Pará... E nós precisamos que as autoridades, nós precisamos que o próprio Supremo Tribunal Federal entenda, inclusive, sobre essa situação do marco temporal. E nós, Senador Zequinha Marinho, Senador Plínio Valério, Marcio Bittar, nós precisamos fazer com que o nosso Presidente do nosso Senado, Rodrigo Pacheco, entenda que nós precisamos atuar urgentemente sobre aquela situação do marco temporal, até para nós evitarmos mais problemas futuros e mais... Pode haver até um derramamento de sangue por uma questão que os produtores... e vai afetar milhares de pequenos produtores no campo.

Obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu gostaria de fazer uma reflexão muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime.

Com a palavra, sim, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma reflexão sobre aquilo que o Senador Zequinha Marinho falou sobre como nós... A responsabilidade nossa é muito grande porque, como o senhor falou, a capacidade dos municípios e dos nossos estados de se contraporem a essa política ambientalista indigenista é muito pequena. Vou dar um exemplo muito prático aqui: se vocês tiverem curiosidade, procurem pesquisar sobre uma senhora que é fotógrafa, que se chama Claudia Andujar. Essa senhora deve ter cerca de 90 anos hoje, mas ela criou a Comissão Pró-Yanomami (CCPY). E essa senhora conseguiu, junto daquele antropólogo Bruce Albert, que nós vamos chamar aqui para esta Comissão, que é um francês marroquino, que ainda está lá pela Amazônia; ela conseguiu mobilizar Ministério Público, enfim, a opinião pública nacional para demarcar a Reserva Yanomami daquele tamanho. Ela foi a mentora daquilo tudo, quer dizer, uma pessoa que mal fala português. Eu a conheço pessoalmente, e ela mal fala português.

E aquilo que você falou sobre o Supremo... O Supremo está legislando porque esta Casa realmente está demorando a deliberar sobre o marco temporal, algo que já está consignado inclusive nas condicionantes da demarcação da Raposa Serra do Sol, que foram aprovadas na demarcação e que foram, inclusive, apresentadas pelo ex-Ministro Menezes Direito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está muito claro ali; a gente tem que transformar aquilo em lei, num marco legal. A gente não pode se eximir nesta Casa de uma responsabilidade. Como você falou aqui, Bagattoli, realmente a responsabilidade nossa é muito grande pra que a gente possa estabelecer um marco legal nessas demarcações, porque...

Lá no meu estado, nós temos algumas reservas que ficam próximas. Nós temos 32 indígenas reservas indígenas demarcadas, homologadas, respeitadas. Nós temos lá, meu querido Senador Marcio, alguns Vereadores lá do Município de Bonfim que são daquela região e que falam inglês, porque eles vieram para Roraima para trabalhar nas fazendas. Eles eram da Guiana, e ali eles foram formando as comunidades, entraram com um processo de demarcação e fizeram lá uma reserva indígena em que tem muita gente que é originário da Guiana. E, se a gente não tem esse marco temporal bem delimitado, nós vamos ver que vão surgir várias pequenas comunidades ao longo da nossa Amazônia e ali vão surgir novas reservas indígenas. Então, eu acho que a responsabilidade nossa é muito grande e vamos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Tem um bocado de pedidos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem muitos, muitos. São mais de 500. Segundo o ex-Presidente da Funai, mais de 500.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Dr. Hiran.

Marcelo, saiba da nossa gratidão. Você somou muito com o seu depoimento aqui, e certamente será de grande utilidade para todos nós a partir daqui. E, como se vê, o objetivo que nós temos é exatamente este: colher depoimentos pra que possamos, com esses argumentos, com esse conhecimento, com depoimentos que virão das oitivas, no final, apresentar sugestões, pra tornar isso transparente.

Agora mesmo, Leonardo DiCaprio está anunciando um fundo lá de US\$200 milhões. A gente tem que saber como vai entrar, pra quem entrou, como vai ser gasto. Tudo é balela, mas tudo é narrativa, narrativa que virou verdade.

Muito obrigado, Marcelo.

Nós vamos chamar a Sra. Luciene Kayabi, que é liderança indígena.

Eu a conheço, sim. Conheci agora com a CPI. Ela vai colaborar muito conosco.

Enquanto isso, eu vou pedir pra passar aqui um vídeo três minutos, com o Cacique Márcio Aruá. Ele é de Rondônia. Ele fala a respeito da atuação de ONGs no território. É o vídeo número 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Esse é o Cacique Márcio Aruá, de Rondônia. Vocês veem que tanto faz, índio ou não: habitou a Amazônia, é o mesmo drama e é o mesmo problema. E é por isso que a gente está trazendo para o brasileiro e para a brasileira esse tipo de depoimento. E vamos insistir com isso para que, quando chegarem as oitivas dos representantes das ONGs, do BNDES, seja lá o que for, vocês tenham os argumentos dados pelo povo que habita a Amazônia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Então, vamos, sim, tirar foto com o Marcelo e entregar o documento.

Luciene, um minutinho só, tá? *(Pausa.)*

Também como convidada, convidada... Vou registrar sempre aqui: ela é nossa convidada. E isto até é um alerta para aqueles apressados que pensam em poder ter ingerência aqui na CPI: CPMI é uma coisa, covid é outra; aqui é CPI das ONGs, totalmente diferente.

Com a palavra a Sra. Luciene Kayabi, que é uma liderança indígena.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI (Para expor.) – *(Expressão em língua indígena.)* Meu bom dia a todos na língua caiabi. Se eu falar *(Expressão em língua indígena.)* é um bom dia individual. Portanto, recebam esses dois "bom dia" na língua caiabi neste momento todos.

Eu gostaria de agradecer pela iniciativa ao Presidente desta CPI, que é uma Comissão parlamentar de investigação, onde eu acredito que vamos dar um avanço muito grande para os povos indígenas. Quero agradecer ao Senador Plínio Valério por toda esta Comissão formada e por todo o seu empenho, Senador. Os povos indígenas agradecem ao Grande Espírito porque Ele está movendo toda a nação brasileira para que nós possamos viver dias melhores.

Cumprimento também todos os Senadores que aqui se fazem presentes.

Quero dizer também a todos os Parlamentares que nós estamos felizes com a presença de vocês e também com o que está por vir através da missão que foi dada a vocês para cuidar também da nossa floresta, dos nossos biomas, dos nossos povos e das nossas vidas.

Na pessoa da Deputada Silvia Waiãpi, minha amiga, grande guerreira, eu cumprimento todas as mulheres que se fazem presentes nesta plenária.

Meu nome é Luciene Kujãesage Kayabi, nome da minha etnia caiabi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar um pouco da minha história. Eu fui tirada da minha família, da minha aldeia, no ano em que eu nasci, 1972, por um branco servidor da Funai, Sabino. Fomos tirados de lá, toda a nossa família, e até hoje nós estamos buscando as nossas identidades genéticas. Eu disse isso porque faço 50 anos neste mês de julho. Eu quero dizer que os órgãos tutelares dos povos indígenas, os órgãos governamentais e as ONGs têm falhado muito para com os povos que hoje vivem nas florestas.

Estamos diante de um novo tempo, um novo ciclo da humanidade, em que o desenvolvimento, a tecnologia e a economia mundial estão prestes a viver um único governo, uma moeda digital, a ciência e a tecnologia muitíssimo avançadas, e nós, nos preparando pra vivermos uma nova era dentro da nova ordem.

E onde estão os povos indígenas dentro desse subdesenvolvimento humano? Os povos indígenas, assim como esta CPI, que hoje está na quarta reunião e já tem dito muito sobre nossos povos, muita coisa temos a dizer e muitas coisas ainda vão sair dessa cortina de fumaça que faz com que nossos povos sejam massacrados, sejam humilhados e mortos diante de órgãos não governamentais que dizem cuidar do índio, que dizem proteger os direitos de nós indígenas, mas, na verdade, isso é uma falácia, falácia essa que está prestes a sair do mundo da escuridão e vir para o mundo da verdade, da luz.

Eu hoje estou como assistente jurídica dentro do agronegócio indígena. Esse agro indígena nasceu há cinco anos e hoje ele está com uma parceria também com a comissão dos povos indígenas, comissão essa que foi criada na data do dia 17 de abril deste ano, pela iniciativa louvável da então Deputada Silvia Waiãpi, à qual hoje eu também represento. Existe um movimento agro indígena, após essa data do dia 17 de abril, que hoje ainda não tem nem três meses. Após essa comissão ter sido formada dentro do Congresso Nacional, que foi iniciada com apenas sete indígenas, sete etnias, hoje nós estamos com quase 390 etnias que fazem parte desse movimento agro indígena Brasil.

O nosso povo necessita se desenvolver, o nosso povo necessita sobreviver. Os povos indígenas hoje pedem socorro aos órgãos governamentais, à sociedade, aos não indígenas, a toda cúpula brasileira, para que nós possamos nos desenvolver com dignidade. Existem tantas leis que nos proíbem plantar. Existem tantas leis que nos proíbem viver da maneira que nós queremos, desejamos e somos nascidos para viver.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a todos aqui presentes. As ONGs foram criadas para proteger os povos indígenas. E quem é que está protegendo os povos indígenas? Quais são as ONGs que estão protegendo nosso povo? Se alguém aqui citar uma que protege de verdade, eu vou parabenizar. Mas se tiver ONGs que não protegem o nosso povo, eu vou ajudar esta CPI a colocá-las todas no seu devido lugar. Que cuidem da sua família, porque da família indígena, dos povos originários, dos povos nativos cuidamos nós. Vocês gostariam que alguém invadissem os lares de vocês e dissessem: "Eu cheguei aqui para organizar o teu quarto, a tua sala, a tua esposa, os teus filhos, o teu trabalho, o teu celeiro, o teu cartão de crédito?". Com certeza, não. Aqui somos todos provedores dos nossos lares. E por que nós, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

floresta, devemos aceitar ONGs dizendo que vão cuidar, dizendo que vão ajudar a preservar? Não preservam nem uma samambaia que tem no quintal deles.

E nós temos hoje no Brasil um bioma maravilhoso, a ecofloresta, o ecossistema, o bioma. Toda essa riqueza verde que nós temos no nosso país é preservada pelas vidas indígenas que ali estão. Somos nós que sabemos cuidar da floresta. Somos nós que temos o dom milenar de cuidar da natureza, porque os povos indígenas fazem parte da natureza. Jamais iremos derrubar as árvores da forma que as queimadas hoje fazem. Jamais iremos tirar nossa fauna e nossa flora se são o nosso alimento e a nossa maneira de viver.

A agricultura indígena hoje está vivendo um momento de extrema relevância política. O meu trabalho aqui, neste Senado, no Congresso e na vida do meu povo, é fazer articulações, alianças que possam trazer políticas públicas para que nós possamos viver – mais uma vez eu vou dizer – com dignidade. E, quando eu digo vida, é vida saudável, de barriga cheia, de intelecto conquistado nas faculdades, nas escolas, porque nós somos capazes também de usufruir da política pública deste país. Ou melhor: nós não queremos mais ONGs falando por nós. Como vocês percebem, a gente sabe falar. A gente sabe agir. E nós temos uma sabedoria que vocês ainda não conhecem: a sabedoria espiritual da mata, a sabedoria que vem dos pajés. Essas vocês nunca vão conhecer.

Então, eu peço mais uma vez: se as ONGs vieram agora para vir falar, para se defender e dizer que cuidam, que provem; porque a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, esta CPI, vai investigar. E eu quero muito ver o resultado final de tudo isso.

Mas, para ser bem esclarecedora sobre o agroindígena: o agroindígena hoje está dentro de mais de oito etnias no nosso país. Temos aí exemplos dos nossos irmãos paresi, os nossos parentes, que têm agricultura mecanizada desde o ano de 1997. Eles são os precursores da agricultura mecanizada e são praticamente o legado da mudança dos nossos povos para o subdesenvolvimento. Nós temos aí os xavantes – eu também sou filiada xavante e represento este povo –, que estão plantando, mas com muita dificuldade por causa dos seus licenciamentos jurídicos e dos embargos que o próprio Ministério do Meio Ambiente nos dá, porque nos proíbem de plantar, nos multam por derrubar uma árvore; mas cadê a multa das ONGs quando o meu povo está morrendo de fome e doente? Porque o IDH da saúde indígena – só mesmo pesquisando vocês vão ver – é muito baixo. A educação ainda não chegou nas aldeias – proíbem até criarmos escolas para nossas crianças.

As ONGs têm feito... Uma forma que elas têm, um poder que elas possuem, pela liberdade que elas têm no nosso país, deliberada pelo próprio poder político, pelo próprio poder público, é o poder de manipular o nosso povo, um poder de persuasão tão grande que a maioria do nosso povo está de mente e olhos fechados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer que a minha batalha é abrir o olho do meu povo e dizer que nós podemos, sim, trabalhar, lavrar a terra, ter dignidade para plantar, vender, fazer parte do PIB brasileiro, fazer parte do desenvolvimento econômico do nosso país.

E por que nós agora estamos avançando? Como eu disse, o Márcio Aruá faz parte da nossa comissão também do agroindígena, é um rapaz que tem plantado os seus cafés, as suas castanhas, óleo de copaíba, e no ano passado ele não teve condições de vender os seus produtos, perdeu, porque, quando liberam as nossas plantações, sem os embargos, sem as – vamos dizer – mazelas da burocracia que se criam, lá na frente, você não tem para quem vender.

Então as ONGs, elas manipulam do início, no meio e ao fim o sonho dos povos indígenas de serem independentes financeiramente e, assim, elas constroem a falácia de que nós, desenvolvidos, vamos perder a cultura, vamos perder algo que nem deles é, é nosso.

Portanto, se nós não mudarmos as nossas mentes e consciências e a forma de lutarmos, de verdade, pelo povo indígena, ainda assim, no século XXI, nós não vamos estar fazendo nada pela vida humana dos povos indígenas, mas vamos estar, sim, apoiando essas ONGs a fazer o que elas sempre fizeram: arrecadar dinheiro do exterior, arrecadar dinheiro do Governo brasileiro para se enriquecerem, porque só elas que têm o domínio financeiro de toda essa doação que elas recebem por anos e anos e anos.

Nós não podemos mais aceitar isso. Nós temos que hoje valorizar a agricultura indígena, porque vai ser a agricultura indígena que vai mudar esse cenário, que vai trazer para o meu povo a subsistência do trabalho.

Hoje, as aldeias vivem sonhando. Os povos estão sonhando com qualidade de vida, estão lutando para ter qualidade de vida. Mas eu gostaria de saber por que o Governo nosso, os nossos Senadores, os nossos Deputados, por que todos nós, agora que abrimos o olho para isso? Porque isso já tem 40 anos! As ONGs foram formadas pela nova ordem, pelos países exteriores, não é algo aqui para a gente esconder.

As ONGs, essas Organizações Não Governamentais, elas têm uma política pronta para nos dominar. E por que o Brasil se deixou dominar? E por que nós não podemos agora nos desenvolver? Nós não podemos aceitar mais isso. Os povos indígenas hoje estão nas faculdades, estão estudando.

Existe uma cultura xavante chamada pescaria. Eles pegam a menina Luciene e jogam lá no mundo dos brancos: "Vai lá, Luciene, estuda"; "não, ainda não está pronta, volta"; "não, falta aprender mais um pouco, volta"; "está sob o domínio dos brancos, fica lá e responde por nós".

Assim como eu, tem muitos dos nossos jovens se preparando. Os povos indígenas já estão prontos para vir para a cidade, não como o planeta dos macacos – para reivindicar seus direitos de maneira brutal –, mas de maneira intelectual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ainda sonho em ver esta plenária com vários cocares, porque, se vocês não resolverem, nós vamos resolver. Se as ONGs não se manifestarem, não se pronunciarem, para dar uma prestação de contas para os povos indígenas, nós vamos atrás das prestações de conta.

A catraca está girando, para algum lugar ela vai, e eu garanto para vocês que os povos indígenas vão plantar, porque eles estão dentro do agronegócio indígena. Eles estão dentro do agroindígena. Eu não falo por mim, eu falo por eles: os mais de 350 líderes, caciques, presidentes de cooperativas e de associações.

Nós estouramos a porteira. Não há como retroceder. Não há como sonhar, porque o sonho já se tornou realidade. Nós vamos continuar levantando a bandeira do agroindígena, porque só isso que vai trazer a solução, por todos esses anos de problemáticas que as ONGs trouxeram para o nosso país.

As ONGs só trouxeram miséria. As ONGs trouxeram fome. Existem aldeias que não passam de 30 indivíduos, não conseguem aumentar a sua família porque a doença – chega uma determinada idade – vai eliminando eles.

E onde é que estão as ONGs agora, que são os órgãos protetores da vida indígena? Que querem nos tutelar, que recebem muito dinheiro do sistema? Elas nunca estão onde realmente deveriam estar, tanto é que nós não conhecemos os principais presidentes dessas ONGs.

E a política governamental do nosso país, do Brasil, não nos trouxe ainda nenhum órgão fiscalizador dessas ONGs. Então, ganham dinheiro, e muito, e ainda não fazem prestação de contas.

Assim que nós começarmos a ouvir as ONGs aqui nesta CPI, eu acredito que nós povos indígenas vamos mobilizar uma comissão fiscalizadora desse dinheiro, e juridicamente nós podemos reivindicar todo esse dinheiro, essa fortuna, que foi dada para os povos indígenas do Brasil, mas que não chegou na ponta.

Eu não preciso aqui ficar discriminando, porque todo mundo aqui já ouviu o suficiente sobre o que realmente elas estão fazendo. O Marcelo trouxe para nós documentos. Nós temos agora provas concretas.

Onde está o MPI? Onde está a Funai? Onde estão as associações e as próprias ONGs que se deixaram levar esses anos todos só proibindo a plantação? Só proibindo a gente dizendo que vamos perder a cultura. Jamais! O exemplo está lá nos irmãos parecis, está lá nos xavantes. Eles estão plantando já, e a cultura é forte. Os suruí, os macuxis, a Amazônia, todos têm resultado. Mas, ainda assim, querem que nós continuemos cuidando de uma floresta, cuidando de toda essa política que eles criaram para nós. Mas, na verdade, eles não querem a floresta, eles querem o que está na terra. São os nossos minérios, o ouro, o diamante.

A nação brasileira está sendo usurpada a olhos nus e ninguém fala nada. Nós estamos sendo praticamente roubados, todo o povo brasileiro. Não somos só nós, povos indígenas. Até quando a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai só olhar e não falar nada? É tempo de refletir. É tempo de mudança de mente. É tempo de abrir o terceiro olho e olhar para nós, povos brasileiros, com mais amor, carinho, dedicação e política. Porque nós indígenas somos irmãos de vocês, não indígenas. Somos um povo só. Se unificarmos toda a nossa cultura com a cultura de vocês, todos nós vamos contribuir para dias melhores desta nação. Nós só queremos plantar, queremos viver da nossa terra, do nosso suor.

Eu gostaria muito de entender essa complexidade mental atrasada que fala que agroindígena é veneno, que fala que agroindígena não vai trazer vida. O agroindígena que planta, que coloca na mesa de vocês o pão de cada dia, que sustenta cada um de nós e nossas famílias, é o que tem feito o quê neste planeta? É o que trouxe vida para a humanidade. Nos primórdios, lá do tempo do Egito, em que veio e começou a agricultura já desenvolvida, nós nunca mais paramos de nos alimentar de produtos que vêm do agro.

Agora, hoje, se cria uma situação e leis proibitivas, sem princípios legais, porque qual é o princípio maior da CF de 88, da Constituição Federal de 88? O maior valor dela está na vida. É um direito nosso de viver.

E os povos indígenas, nem isso eles estão tendo mais, a exemplo dos povos ianomâmis, a exemplo de outros povos que estão, sim, com as suas crianças doentes, os seus anciões. Nós que estamos nessa faixa etária do meio temos que agir. Por isso estamos aqui. Por isso estamos aqui. Nós temos que agir, senão vamos ser dizimados, porque o propósito maior dessas ONGs é nos dizimar. E aí, depois dos povos dizimados aqui no Brasil, aí, ao bel prazer das nossas riquezas, eles vão fazer o que eles quiserem.

E o que eles querem é isso. Já existe uma narrativa de que o Brasil, especificamente a Amazônia, ela é do mundo, ela é de nós e dos países externos! Aí nós também vamos ser tutelados pelos países externos através dessas ONGs, que só vêm com mentira, só vêm com falsidade, não têm bondade, não têm nada a nos oferecer a não ser mentiras? Até quando? Até quando nós vamos fechar os olhos pra isso?

Então, eu acredito, confio no trabalho do Presidente Plínio Valério, esse Senador que levantou essa bandeira e que colocou todos na responsabilidade das nossas vidas. E nós estamos prestes a, em pouco tempo... nós estamos caminhando pra muita coisa podre que vai sair dessa caixa preta das ONGs.

Existem vidas lá, e eu vou falar a verdade para vocês: existe tráfico de vidas dentro das aldeias, principalmente as mais isoladas. Existe tráfico de órgãos dentro das aldeias. A gente sabe disso, nós não temos como provar, mas agora, quem sabe, a gente chegue pelo menos perto.

Existe hoje uma situação, que as ONGs têm, de representar os povos indígenas, de maneira que nem votado para isso elas foram, tiraram até a nossa cultura de escolher os nossos líderes.

Eu vou falar um pouco do território indígena kayabi, do Baixo Xingu mato-grossense, o qual, lá, também pertence a minha família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Baixo Xingu, o ISA tem muita influência lá. São mais de 20 institutos de ISA lá. Só que eles promovem os nossos caciques, são eles que elegem os líderes, principalmente aqueles líderes que eles podem manipular, que eles têm mais facilidade com eles, de levá-los aonde eles querem.

Aí, quando se planta algo lá, se é preciso de, pelo menos, um carro deles para transportar alguns produtos, nem isso eles fazem. E eu falo porque a denúncia está aqui. Eles falam pra mim: "Luciane, a gente precisa, pelo menos, às vezes, de um carro emprestado". Eles não podem. "A gente precisa pelo menos de uma consultoria". Eles não podem, e estão lá dentro da aldeia. Estão lá dentro, junto com os povos indígenas.

Aí, traz-se aquela questão antropológica, traz-se aquela questão social, traz-se aquela questão de doações, de benefício do Governo, ilude-se o nosso povo e, no final, não fazem nada, nada, nada, nada. Eles estão à mercê de ONGs e a maioria, que não concorda com o trabalho das ONGs, fica pela liderança do povo indígena, porque nós somos obedientes. O povo indígena é obediente. Por isso é que nós necessitamos de caciques, porque é o cacique que determina a vida daquele povo, daquela comunidade. Aí as ONG entram e tiram da gente até esse fator humanitário, cultural, ao termos até os nossos líderes, que nos lideram, mas não são votados por nós, porque nós não temos essa democracia lá dentro. Mas eles acham que estão protegendo o nosso povo de alguma maneira. Mas eu acredito e, novamente, eu vou dizer que nós vamos mudar esse fato. Nós vamos mudar essa narrativa, porque o que nós viemos, aqui nesta CPI, falar é o que vocês não conhecem, por isso é que a floresta veio trazer a mensagem, a verdade.

Eu quero dizer também que, ali na região do Xingu, estão mais de 16 etnias. Só naquele território há, se não me engano, 2,652 milhões de hectares de terras. A população indígena ali é muito pouca. Nós, os caiabis, ali somos 3 mil só. E por que é que acham que essa quantidade de indígenas vai destruir toda aquela Amazônia? Nunca! Nós temos consciência da floresta, sabemos cuidar dela, sabemos viver com ela e, sem ela, nós não temos vida.

O povo xavante também tem trabalhado, arduamente, para que a sua cooperativa agrícola venha a vencer os obstáculos jurídicos do Ibama, venha a vencer também os seus licenciamentos, que são proibidos, porque nós não temos mais o direito de plantar. A Funai não nos dá mais nem uma enxada, se formos pedir. E eu não falo porque me falaram, não. Eu estava lá quando aconteceu isso, agora, três meses atrás. Não tinha enxada nem facão.

O Ministério dos Povos Indígenas, hoje, está para nos apoiar, para nos ajudar. Um representante dele nos disse, na primeira audiência pública dos povos indígenas, realizada no dia 5 de junho, que vai nos ajudar, sim, e não é contra o nosso desenvolvimento, mas que para isso a gente tem que analisar e avaliar as leis. Essa legalidade jurídica que, hoje, existe para nos impedir, é nela que temos que trabalhar.

Então, o meu apelo fica aqui, a esta Casa de leis, para que nós possamos ter, agora, um debate, para que transformem essas leis, para que, realmente, venham a nos beneficiar, porque é muito gritante, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha mente, uma árvore ter mais valor do que uma vida. Isso é inaceitável! E essas leis, hoje, perduram na nossa vida indígena só pelo fato de esta Casa de leis ainda não ter olhado para nós como seres viventes.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Eu quero agradecer a oportunidade.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Luciene. A gente sabia do seu depoimento forte, como deveria ser.

Com a palavra, o Relator.

Eu peço vênica aqui ao Relator para a gente fazer uma homenagem às mulheres. A Deputada Silvia está ali como nossa convidada, ouvinte, mas a gente tem que ouvi-las, pelo menos uma vez, em cada seção.

Você permite, Senador Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É claro. Posso fazer as perguntas, ela anota e a Deputada Silvia fala. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, Luciene, primeiro, eu quero lhe parabenizar e dizer que boa parte do que ouvi de você vai ficar na minha memória para o resto da vida, como também da fala da Deputada Silvia na sessão passada, principalmente quando você menciona, e isso serve para todos nós que estamos aqui, se nós aceitaríamos alguém que entrasse na nossa casa e fosse decidir como a gente organizaria quarto, sala, cozinha, qual seria a dinâmica da nossa casa, determinando que hora seria para levantar e para dormir. E é claro que nós não aceitaríamos. E aí você indaga: "E por que nós indígenas somos obrigados a aceitar?".

De fato, essa ingerência se dá aqui no Congresso Nacional também. As ONGs não têm um lado em que elas não atuem e aqui elas atuam muito fortemente. Mas, para a gente ser prático, Luciene, eu quero fazer algumas perguntas. Se você puder ir anotando.

Primeira. A partir da sua experiência e da sua comunidade, não lhe parece que a assim chamada questão indígena tem dado oportunidade a que ONGs representem interesses estrangeiros no Brasil?

Segunda. A partir de sua experiência e de sua comunidade, parece-lhe que o pessoal das ONGs respeita, verdadeiramente, as tradições culturais dos povos indígenas ou, na verdade, pretendem tutelar essas tradições, mantendo-as "intactas", entre aspas, na pobreza?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira. A partir de sua experiência e de sua comunidade, as ONGs respeitam, realmente, a liberdade dos povos indígenas, não interferindo em sua auto-organização?

Por fim, quais as ONGs atuantes na sua região?

E uma última. Eu já ouvi falar de tráfico de minérios, de ouro, de prata, de diamante, e confesso que eu não tinha ouvido falar ainda em tráfico de órgãos. Acho esse assunto gravíssimo. Gostaria que a senhora, se puder, avançasse um pouco nessa questão, até para que a gente pudesse saber como a CPI pode averiguar essa denúncia, que é gravíssima.

Então, eram essas as perguntas, mais uma vez, parabenizando e agradecendo pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, a Sra. Luciene Kayabi, nossa convidada, uma das convidadas de hoje.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI (Para expor.) – Muito bem, Senador Marcio Bittar, na primeira pergunta hoje, o senhor disse: "Quais os interesses das ONGs estrangeiras dentro das nossas terras?". O interesse delas é, exatamente, trazer para nós os povos indígenas a visão de que elas vão vir ajudar os povos a se desenvolverem. Mas isso não existe, porque as ONGs estrangeiras investem no Brasil financeiramente, mas esse investimento, o qual é arrecadado pelas ONGs, não chega à ponta. Eles precisam que nós os indígenas continuemos vivendo na pobreza e na miséria para que este mundo que nós indígenas queremos, de melhoria, seja fadado pela fala deles de que, se nós saímos da pobreza e da miséria, nós vamos sair da cultura.

Então, as ONGs estrangeiras acreditam que nós temos que viver como 1.500 anos atrás, 523 anos atrás, e de maneira que eles possam nos dominar. Essa é a visão que eu tenho das ONGs estrangeiras. Eles precisam do domínio dos povos indígenas para que eles possam dominar nossas florestas, dominar nossos minérios, as nossas riquezas, e é uma contrapartida muito grande, porque entra dinheiro e sai dinheiro – entra dinheiro e sai dinheiro aí –, porque as nossas riquezas estão saindo das nossas terras. Ali nas terras caiabi existem ali máfias grandes de extração de madeira ilegal, não é mistério para ninguém.

Então, eu vejo que as ONGs internacionais querem realmente isto: continuar o domínio sobre nós povos indígenas, para que eles continuem extraindo a nossa riqueza, e, em contrapartida, todo mundo enriquece, menos nós.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, que fique claro a minha pergunta assim: se o discurso delas é o cuidado, é a proteção, a cultura... Mas parece que fica claro que por trás disso existe uma guerra econômica. Por exemplo, o Canadá tem na extração de madeira lá uma atividade econômica importante e que gera milhares de empregos. Se a extração de madeira no Brasil fosse legalizada, fosse otimizada, se, por exemplo, as reservas indígenas pudessem, em sistema de rotação, tirar sua madeira, isso abalaria o interesse canadense. Então será que não tem ONG





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil financiada por dinheiro, por dólares canadenses, por interesse econômico, embora o discurso seja outro? Um outro exemplo, a Noruega. Ela é a maior mantenedora do fundo amazônico: ONGs que ela banca, na verdade, fazem campanha para que o Brasil não explore o petróleo e gás, quando é do que ela vive.

Então me parece que está claro que, além do discurso, o que tem na prática é uma guerra econômica. Os Estados Unidos também têm interesse em financiar todo tipo de atrapalho... A senhora estava falando do agro indígena, quando um dos maiores concorrentes do agronegócio no mundo, no Brasil, são os Estados Unidos. Então, parece que, por trás de tudo isso, tem uma guerra econômica, não é isso?

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Isso. Essa guerra econômica (*Fora do microfone.*) é o que está trazendo para o nosso país essa súbita desnutrição dos povos indígenas. É essa guerra econômica, porque eles arrecadam, trazem para o Brasil essa arrecadação, aqui se perde esse dinheiro. E, quando chegam dentro das aldeias, os antropólogos que lá estão fazendo os estudos dos nossos povos indígenas, eles dizem: "Não, nós não podemos trazer esse desenvolvimento para essa etnia, porque, senão, eles vão perder a sua cultura; porque, senão, eles vão deixar de ser os protetores da floresta, e nós precisamos que eles protejam a nossa floresta".

Os Estados Unidos têm investido muito dinheiro nas ONGs, mas as ONGs ficam lá também, pintando-nos: "Olha lá os coitadinhos; olha lá os miseráveis, olha como que eles estão. Nós precisamos ajudá-los". E nós não precisamos da ajuda deles. Nós precisamos é nos ajudar. Eles não precisam falar por nós.

Então, não adianta também o Canadá investir aqui. Que investimento é esse, se nós não temos nem asfalto lá dentro, nem uma padaria dentro das aldeias? Que investimento é esse que os países externos nos dão? Nós não temos estrada para chegar às aldeias, muitas delas. Chegamos a barco, quando tem barco.

Então, o mundo todo está de olho na Amazônia, por cima, mas, na verdade, o que eles querem é o que está embaixo. Nós, que estamos pisando dentro da Amazônia, como vida humana, nós não estamos sendo respeitados por nenhum país da América Latina, da Europa, porque o investimento deles é para que nós apenas estejamos lá como órgão protetor de algo que eles criaram para nos usar para arrecadar dinheiro. É bem isso.

E eu quero pedir também o vídeo que eu pedi para colocar aqui. Esse vídeo também é de uma das nossas associadas da Agroindígena.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a permissão do...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Satisfeito, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sobre o tráfico de órgãos e o nome das ONGs que mais atuam na região.

O SR. LUCIENE KUJÄESAGE KAYABI – Isso, isso.

Sobre o nome das... O primeiro, tá? Sobre o nome das ONGs que atuam ali na região do Mato Grosso, é o ISA e a Atix. O ISA existe ali já há alguns anos, instalado dentro das aldeias, dizendo que vai trazer benefício, e nunca chega na ponta. Existem alguns trabalhos feitos? Existem. Existe uma iniciativa deles, mas para ali, porque, se continuarem os projetos deles, a gente começa a se desenvolver. E a gente precisa de parceiros que realmente olhem para a gente e digam: "Não; vamos ajudar os indígenas, sim, a se desenvolverem".

E essa questão protetora que eles nos dão, cultural, a gente não quer isso mais. Nós não queremos, nós não precisamos. Quem dita regra dentro das nossas casas somos nós. Quem dita regra dentro das nossas aldeias somos nós. Nós não queremos mais ONGs dentro dos nossos territórios indígenas. Eles têm que entender isso, têm que respeitar a nossa vontade. Para com isso de chegar aqui e dizer que o índio precisa do apoio das ONGs! O índio precisa trabalhar na sua terra, vender o seu produto, ganhar o seu dinheiro por mês, matar a fome dos seus filhos, deixar um legado para os seus netos. A nossa responsabilidade é de sobrevivência. Chega de ONG batendo na porta das aldeias trazendo para nós o que nós não queremos! Nós não precisamos ser tutelados por ninguém. Já temos os órgãos do Governo aqui no Brasil. Nós já temos toda a política pronta aqui de proteção aos povos indígenas! Nós não queremos mais elas aqui.

Então, essas são as duas ONGs que atuam ali: o ISA e a Atix. O ISA, dentro das aldeias xavante, usa também aquela Associação Warã para que ela seja também dominada. Mas, quando os povos indígenas começam já a se desenvolver na agricultura, as ONGs nem chegam lá, nem para chamar para uma reunião, nem para tomar um café. Elas saem das aldeias rapidamente quando veem que a aldeia está querendo plantar, está querendo se desenvolver, porque ali não tem mais espaço para elas.

Por isso que o agronegócio indígena, o agro indígena, a agricultura indígena, é ela que vai fazer a diferença agora. Saindo as ONGs, a gente entra. Nós temos uma necessidade enorme da criação de uma secretaria de agricultura indígena, para que essa secretaria venha nos dar estrutura para trabalhar, venha nos dar os tratores que a gente precisa, venha nos dar as nossas máquinas que a gente precisa, de produção agricultura, venha nos dar capacitação, venha capacitar os nossos jovens para operar essas máquinas. Alguns anos atrás, eles davam um trator, e o trator ficava lá enferrujado. Acabava, porque ninguém nem sabia pilotar aquela máquina!

Então, é uma política que eu vejo que só nos trouxe tristeza, só nos trouxe praticamente morte, porque, se nós tivéssemos nos desenvolvido antes deles, não estaríamos nessa situação hoje, mas eles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vieram já há mais de 40 anos. Essa política é uma política mundial. Por quê? Porque se criaram as ONGs pra entrarem dentro das aldeias, colocar-nos um contra o outro pra que a gente, separado, seja fraco, e eles dominem, eles venham como tutelares da nossa, vamos dizer, vida, mas na verdade é uma massa de manobra estranha até; estranha, porque não se faz nada. Eu não vejo resultado; eu não vejo resultado nem das ONGs nem dos órgãos governamentais. Então, está na hora de essas mudanças acontecerem. Assim eu vejo e acredito.

Quanto a essas denúncias sobre tráfico de órgãos, o que que acontece? Eu recebi uma denúncia há dois meses atrás. O Agroindígena não é pra isso, mas eu disse pra vocês que, desde a data do dia 17, onde a Deputada Silvia Waiãpi criou pra gente essa Comissão do Agroindígena, nós crescemos, ficamos visíveis. E as ONGs nem nos procuraram até o momento, mas muitos indígenas que estão lá dentro da floresta nos procuraram e eles nos pedem socorro.

Então, eu recebi, Senador Marcio Bittar, uma denúncia da região do Mato Grosso, da cidade de Querência. E lá está acontecendo tráfico de crianças tanto indígenas quanto não indígenas. Eu já trouxe essa denúncia para o Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Sim, senhor.

Eu já trouxe essa denúncia para o Senado. E nós temos vídeos de um indígena corajoso que fez isso, só que, por ele ter feito esses vídeos, ele foi preso, ele foi internado em um hospital de loucos, cortaram o cabelo dele, mexeram com a estrutura da família dele. E ele nos disse: "Luciene, eu acredito muito que tem aí o dedo das ONGs". E nós temos o local, nós temos tudo já, que ele nos mandou.

Então, meus nobres senhores e senhoras, as coisas estão ficando mais complicadas nessa CPI, porque, como eu disse, a verdade vai vir. E eu estou aqui trazendo uma denúncia que me foi passada. Portanto, é responsabilidade de todos nós investigar e ver se é verdade ou não, porque eu acredito que isso aí é algo totalmente desumano: tirar as nossas crianças das aldeias e levar sabe lá pra onde. Chegam nas famílias e dizem: "A gente vai levar sua criança, seu bebê, pra ter estudo", e os pais sonham que aquela criança vai estudar e um dia vai voltar pra melhorar a vida da sua família e nunca mais voltam. E a gente sabe o que acontece muitas vezes nos países exteriores: eles levam criança pra prostíbulos. E hoje a gente tem que estar unido pra isso, porque isso já é ato criminal, é ato criminal.

E eu vejo que tem muitas coisas que nós precisamos ouvir da parte das ONGs. Eu não estou aqui generalizando, sabe, Senador? Eu não estou generalizando todas as ONGs, até porque eu não conheço, são muitas. São muitas ONGs para cuidar de pouco índio.

Eu não acredito nessas coisas, sabe? E a gente está à mercê – a gente está à mercê –, porque quem que vai cuidar de nós na floresta? Nós não temos Polícia Federal lá, não. O Exército não está lá com a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente o todo tempo, não. Não temos delegacia. A gente não tem nenhum órgão de segurança pública conosco 24 horas, como vocês têm aqui na cidade. Então, a gente acaba ficando vulnerável, e o tráfico humano existe. Eu demorei a acreditar que isso estava acontecendo dentro das aldeias.

E, como eu disse aqui, então, uma coisa vai puxando a outra, porque, como viram que a gente tem o respeito – o Agroindígena tem um certo respeito nesta Casa de Leis –, eles nos procuram, e a gente tem que averiguar, a gente tem que investigar, a gente tem que descobrir isso, porque não são só nossas crianças que estão correndo risco; neste mundo cruel, são todas as crianças. Então, olhem para as nossas crianças como se fossem as de vocês, olhem para as nossas vidas como se fossem a vida de vocês, porque nós vamos reivindicar todos os nossos direitos. E esse dinheiro também que as ONGs vêm pegando aí há anos – bilhões, trilhões – nós queremos, Senador, de volta, como reparação do dano da vida do meu povo, que derramou sangue, com os nossos antepassados, que já morreram, sonhando com o que eles prometeram, e não cumpriram. Nós vamos reivindicar judicialmente todo o dinheiro que foi levantado em nome dos povos indígenas. Será que tem alguém para dar essa prestação de conta? Será que o TCU vai nos ajudar? Será que a Receita vai se pronunciar? Eu chamo todos os órgãos de Poderes do nosso país para olhar para nós, porque este é meu papel: é abrir o olho do meu povo e abrir o olho de vocês, articular políticas públicas para mudanças de vida dentro do nosso povo.

E agora nós estamos trazendo provas – provas – concretas, só que também já começou a perseguição contra nós. Eu dou um recado: eu não tenho medo de perseguição – eu não tenho medo –, porque, se eu tivesse medo, eu nem aqui eu estaria. Mas eu sou guerreira, eu já nasci guerreira e vocês também são. São escolhidos para uma missão especial. E quem planta o bem colhe o bem. Quem planta vida vai colher vida. Quem planta morte vai colher morte. Quem plantou a corrupção vai colher a corrupção. E, ONGs, chegou a hora de elas começarem a colher o seu próprio fruto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito obrigado, Luciene.

Com a permissão do Senador Zequinha, eu vou permitir que a Deputada Silva faça uma intervenção.

Com a palavra Deputada Silvia Waiãpi.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Agradeço ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator – Senador Plínio Valério e Senador Bittar – pela oportunidade de comentar tudo aquilo que foi colocado aqui.

Nós devemos analisar quando essas organizações não governamentais se instalaram no Brasil. Nós tivemos um proliferar disso a partir de meados do ano 2000. Em 2002, o Brasil, a fim de querer competir com a opinião internacional, criou o maior parque tropical do mundo ali no Amapá, reserva do Tumucumaque, em troca de US\$81 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Estado do Amapá, a capital hoje perfaz um total de mais de 460 mil pessoas, porém, como já foi dito aqui na semana passada, é um estado extremamente pobre. E, com essa quantidade de pessoas, o Município de Macapá, que é a capital do estado, possui apenas 3% de saneamento básico. Nós temos mais de 77% do estado preservados, e nas áreas que não são de preservação nós temos uma influência de uma lei ambiental severa – ela é severa demais apenas para o Norte brasileiro, apenas para os moradores da Amazônia brasileira. Ninguém perguntou ao povo do Amapá ou aos povos da Amazônia se nós queríamos pagar a conta mais cara e a conta mais severa com a perda da nossa dignidade.

Veja, os grandes eixos econômicos do país, nós temos, como tivemos antigamente, na época da política do café com leite, São Paulo e Minas Gerais, um exemplo apenas. Mas por que este estado tem este nome: Minas Gerais? Historicamente, foi um estado que explorou praticamente todos os seus recursos e as suas capacidades, e continua explorando até hoje, sendo um dos principais estados em arrecadação no eixo econômico do país. Por que que estados, o Norte brasileiro tem que pagar essa conta?

Bom, vejamos, nós falamos aqui sobre soberania, soberania nacional, soberania de um país, de uma nação, que, sim, constantemente, está ameaçada. A soberania não é delegável e nem renunciável. Então, como nós podemos renunciar a soberania do Brasil sobre o seu próprio território, delegando a organizações não – não! – governamentais a administração de terras brasileiras? Domina quem domina. Um exemplo: nós temos uma grande reserva...

O país inteiro, o Norte brasileiro, está mapeado. Com o avançar da tecnologia, nós sabemos onde existem áreas minerárias para que haja exploração, inclusive, de água mineral, tântalo, cassiterita, ouro, nióbio. E o Amapá possui, por exemplo, uma das maiores reservas de tântalo do mundo. Mas para que serve o tântalo? O tântalo serve justamente para ligas de componentes eletrônicos. Nós avançamos na tecnologia, mas este país não pode explorar aquilo que o seu território tem. Domina quem domina. Por que explorar o tântalo? Tântalo serve para fazer liga em materiais, em capacitadores, em materiais médicos e odontológicos.

Por que o Brasil não pode explorar o seu próprio território? Nós falamos sobre cidadania. O Brasil tem perdido não só sua soberania, não tem conseguido dar ao seu povo e aos povos do norte – por influência de organizações não governamentais, nós não estamos conseguindo dar – cidadania, dignidade à pessoa humana, e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não estão sendo estimulados porque organizações não governamentais tendem a influenciar a opinião pública, com pressão internacional, para que nós povos muitas vezes incautos, sem nos esmiuçar, principalmente, sobre a tabela periódica... E nós deixamos de entender que o nosso país é uma potência e pode, sim, começar a coordenar, comandar eixos econômicos no mundo, mas nenhum país, nenhum interesse internacional quer permitir que isso ocorra. Então, para isso, ele precisa segmentar, separar, dividir, separando, dividindo e criando estímulos para conflitos. Nós estamos aqui tentando gerenciar um conflito, um conflito que impacta na soberania do nosso país e que impacta na dignidade da população do norte brasileiro, que são os maiores impactados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas ações dessas organizações não governamentais, que controlam, dominam, segregam, escravizam intelectualmente e apelam para o ideal imaginário da população brasileira e da população mundial, um ideal imaginário que segregou e condenou indígenas a viverem em 1500 – condenou e segregou indígenas a viverem em 1500 –, um ideal imaginário que diz que, só porque tu és do norte, tu não podes ser tão bom em tecnologia. Mas quem determinou isso?

Então, essa soberania que nós estamos dando a organizações não governamentais para decidir o que pode e o que não pode ser feito em território brasileiro, essa soberania é para quem? É para o nosso país, é para o nosso povo ou para interesses que não querem que o Brasil se desenvolva economicamente? Nós estamos condenando os nossos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, homens da floresta e mulheres da floresta no momento em que nós delegamos a organizações não governamentais a soberania do nosso país, tirando o direito, a propriedade e o desenvolvimento econômico do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Sílvia.

Senador Zequinha, quer participar? Para a gente liberar nossa convidada?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Rapidamente, cumprimento a Sra. Luciene. E também, sobre tudo o que falou a Deputada Sílvia, digo que a gente assina embaixo.

Mas há um ponto, dentre tanta coisa importante que V. Sa. falou, que é essa questão de o indígena não poder produzir e vender. Quando produz, de repente, não pode comercializar. Isso é o fim do mundo, o atraso, mas... Lamentavelmente, aí, sim, esta Casa deve, e deve muito, e nós estamos gestando a questão legislativa em cima disso, tirar essa situação deprimente de por que eu sou indígena, eu tenho que me aculturar a passar fome, necessidade...

Eu já falei, na última reunião ou na reunião anterior, que eu sou do Estado do Pará, moro no Sul do Pará, os kayapós estão ali muito próximos, têm uma área muito boa, muito grande, e têm vontade de produzir. Os caciques estão numa luta, porque o povo vai aumentando, as dificuldades também, as necessidades também, querem, precisam de um trator, precisam disso, precisam daquilo, para poder plantar o básico para suprimento; não é para comercializar, é para comer.

Eu estava Deputado Federal uma época, lá atrás, quando recebi aqui algumas lideranças que precisavam de trator. Eu disse: vou na Funai combinar com o Presidente e colocar a emenda para comprar o trator. Eu cheguei lá e disseram: "Não, isso quebra a cultura". Aí não dá certo, não é? A forma de produzir, claro, quebra a cultura. Antigamente a gente não tinha nem a enxada, nem um machado; depois, apareceu. É uma evolução natural, não é verdade? Natural! Há um tempo desses, não se usava motosserra, hoje se tem motosserra. Não se tinha um trator para melhorar a terra, hoje se tem um trator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma necessidade de se atualizar isso. Então, logo, logo, eu estarei trazendo alguma coisa aqui, apresentando, para se acabar com essa coisa do atraso. Isso é chato.

E o pior é que o Ministério Público, gente formada, gente que teve oportunidade de estar na faculdade, de passar num concurso, de ter vários títulos acadêmicos, embarca numa situação deprimente dessa.

Em Santa Catarina, tivemos um produtor indígena que produziu soja, mas não pôde vender a soja. Em Mato Grosso também. E assim vai e vai. Para com isso! Só realmente uma medida legislativa pode libertá-los disso. E pode ter certeza de que a gente está trabalhando em cima disso para, se Deus quiser, com a aquiescência da Casa, poder sair dessa situação deprimente.

Parabéns pelo conhecimento, pela inteligência, pela capacidade de raciocinar e por não se contaminar com essa narrativa que infelizmente mantém os povos indígenas escravos.

Aquela máxima bíblica que diz: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", aquilo é verdade. Eles não querem que os senhores nem ninguém conheça, avancem, capacitem-se, estudem, porque se acontecer isso, saem imediatamente daquela situação de engodo, dessa questão cultural de que têm que estar ali, de que não podem fazer nada, de que, quando produzem, não podem vender, de que... Para com isso! Para com isso! Vamos avançar!

A esperança não pode morrer. A gente tem que acreditar e continuar na luta.

Parabéns pela representação e por todo o discurso que aqui fez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Antes de eu liberá-la, Sra. Luciene, eu queria mostrar o vídeo 5, que ilustra tudo isso.

Lembram que eu falei dos tenharins na Transamazônica, que a gente levou uma emenda parlamentar levando para eles 19 canoas de alumínio e motores, que a gente chama de rabeta, que é aquele motor com um cano longo? Eles mandaram as imagens para mim, acho que ontem ou hoje pela manhã, para que eu exibisse aqui o que eles estão fazendo com essas canoas de alumínio. Eu queria...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Olhem lá, colhendo a castanha! Antes, eles levavam quatro dias de canoa remando para chegar ao castanhal, hoje levam um. Olhem só os produtos que eles estão fazendo escoar: jerimum, melancia, castanha... Eles estão numa alegria só! Eles mandam essas fotos constantemente para mim. Olhem só o movimento, a felicidade por estarem gerando riqueza, renda para eles! Aí eles estão colhendo palha para fazer as casas. Eles mandaram isso aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso traduz, Luciene, tudo o que a senhora está dizendo e que o Zequinha acabou de falar. Eles querem condições para tirar do seu próprio esforço, força, suor e sangue o seu sustento. É tudo que eles querem!

Motor rabeta é isso aí, é o motor rabetinha. É uma coisa barata, mas que encurta em três dias o trajeto que eles levavam quatro. Se você somar 19 canoas de alumínio com 19 motores rabetas, não é absolutamente nada! Não paga um jantar que essas ONGs promovem, por exemplo, como agora fizeram na Ilha da Madeira.

Está aí. Esta é a realidade mostrada aqui. É por isso que a gente está ilustrando com algum vídeo. E o brasileiro e a brasileira que nos acompanham pelo YouTube vão tomar conhecimento disso.

Suas considerações finais, Luciene. Muito obrigado. Sua participação foi extremamente válida.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI (Para expor.) – Eu é que agradeço pela oportunidade.

Eu acredito que, hoje, nós vamos sair daqui – todos nós – mais conscientes de toda essa situação que os povos indígenas estão vivendo. Mais uma vez, eu agradeço imensamente, de todo o coração, pela iniciativa do Senador Plínio para a criação desta CPI, que também foi um trabalho árduo. Foram quatro, quase cinco anos de luta para que esta CPI fosse apresentada.

Eu quero também dizer que nós povos indígenas merecemos a tecnologia, queremos e vamos conquistá-la. Não há outro meio para nós vivermos neste tempo da forma que os primórdios dos nossos ancestrais viviam.

Eu quero agradecer muito também à Deputada Silvia Waiãpi, que tem uma visão muito boa sobre os nossos povos. É uma representante nossa aqui, nesta Casa, que tem visto a nossa luta. Eu quero dizer a ela, diante de todos: Deputada, a força da senhora é a nossa força, a senhora é luz também para todos os povos indígenas deste Brasil. E continue firme, porque nós estamos juntas nessa batalha. Nascemos guerreiras, preparadas para uma missão. E essa missão começou agora para todos nós.

Eu quero agradecer também à Elisângela Lima, a CEO da Agro Indígena, minha parceira aí de luta, e dizer também que não está sendo fácil a luta do agroindígena, porque muitos vêm debater com a gente, dizer que estamos errados, que não é por aí o caminho; mas eu quero dizer que a salvação do meu povo é a Agro Indígena. Vai ser com dignidade, trabalhando e sustentando as suas famílias, as suas comunidades, que nós vamos permanecer em vida, em vida abundante nesta terra.

Agradeço a todos. Que Deus venha a abençoar a todos nós.

E quero dizer que nós, povos indígenas, estamos unificados à tecnologia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Luciene.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o depoimento do Marcelo, foi também muito proveitoso. Tudo devidamente anotado. Vamos em busca. Estamos juntos nessa aí. Estamos juntos para buscar e abrir essa caixa-preta.

Peço que a assessoria conduza o Sr. Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança, no Pará.

Enquanto isso, eu peço que mostre o vídeo nº 4, do Cacique Ronaldo Paresi, que mostra exatamente tudo isso que nós estamos falando aqui. É o vídeo nº 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Como vocês podem ver, a mensagem é sempre a mesma: sem tutela, com autonomia, com dignidade... Nosso convidado, o Sr. Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança, no Pará.

Muito obrigado, viu, Cacique? Muito obrigado. Fique à vontade, você está aqui entre amigos e aliados.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Boa tarde a todos. É um imenso prazer estar aqui presente. Sou Miguel dos Santos Correa, Cacique Munduruku, da Aldeia de Bragança, no Estado do Pará. Para mim, é uma grande alegria poder estar participando desta CPI, que há anos, há anos, a gente vem sofrendo com as tais ONGs, com as organizações, que não são, até mesmo, do nosso país.

Criaram nas nossas cabeças, até mesmo no Estado do Pará, que nós estamos no meio da Amazônia, dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Foi criada a Floresta Nacional do Tapajós (Flona), pelo Governo Médici. Quando se criou essa floresta nacional, essa reserva, o povo já existia lá, o povo já estava lá, eles trabalhavam, plantavam, colhiam. E, com a chegada dessa Flona, as coisas mudaram.

Chegou não o desenvolvimento para o povo, chegou a desgraça, chegou a miséria, chegaram as brigas que hoje tem dentro da nossa região. As comunidades sofrem com a tal chegada das ONGs, ao dizer para nós que somos índios, mas, com a criação da floresta nacional, na época, 1974, eu acredito que vocês também não ouviram dizer que foi plantada uma floresta nacional em cima de uma terra indígena?

Quando se instalou a Henry Ford em Belterra, também eu acredito que não tinha indígena lá, porque eles sentaram lá dentro. E quem somos nós, amazônidas? Quem somos nós da floresta? E eu me pergunto, quem sou eu? Porque meu próprio parente não me conhece mais? Porque ele se vendeu a troco de uma cesta básica.

As ONGs chegaram na nossa região com aquele papo doce de uma vida maravilhosa para o nosso povo. Aonde chegavam, eles logo plantavam na cabeça do povo, criando um livreto, um livreto para ensinar como que seria a nossa vida dentro da floresta. Aqui eles diziam as maravilhas para o povo, enquanto o plano de manejo sustentável que eles falavam era plano de manejo madeireiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Floresta Nacional do Tapajós tem várias ONGs, milhares de ONGs, que dá até medo de entrar dentro da floresta, porque eu encontro o gringo armado dentro da floresta, com *drones*. Fazendo o quê? E nós que somos donos daquela terra... Nós não conhecemos a Amazônia, mas o Leonardo DiCaprio conhece muito mais do que nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Você está entendendo? Quem somos nós do Brasil que nós não conhecemos mais a nossa própria terra?

Com a criação das ONGs, a vida das populações do Tapajós-Arapiuns... Isso aqui, eu já estou logo dizendo pra vocês: eu estou sendo perseguido 24 horas, eu tenho multas, eu estou sendo processado pelas ONGs que estão lá porque eu estou defendendo o meu povo, eu estou defendendo a vida daquelas futuras crianças que ainda vão vir. Essas ONGs são a maior pandemia que existe dentro da nossa floresta, porque nós não conseguimos dar uma vacina nela pra ela sumir de lá. E nós estamos sendo omissos com essas ONGs, porque eles dominam, eles compram as nossas lideranças. Como prova aqui, o meu próprio irmão não me conhece mais, diz que ele é meu primo. Como meu primo? E ainda mais as ONGs, meu pessoal, usam essas comunidades, usam o nosso povo em troca de dinheiro, mas não é pro povo, não; é pra eles mesmos.

Nossa terra tem documento. Está aqui o documento, aprovado pela Funai, não sei por quem. Mas a Funai também é um órgão que não ajuda os índios, não protege os indígenas. A Funai é uma ONG do ISA, porque está fabricando... Gente, em Santarém – eu tenho certeza de que eu vou sofrer umas consequências, mas eu vou falar aqui pra vocês –, nós estamos sendo usados, toda a comunidade do Tapajós-Arapiuns está sendo usada e o povo não pode falar, não pode gritar, porque eles são dominados pelas ONGs. São vários caciques plantados dentro das comunidades, feito pelas ONGs, pra falar contra o seu próprio parente.

O senhor sabia que lá nós estamos dentro de uma floresta nacional, que é uma área de proteção, em que não podia se mexer nada e se tocar nada, é a falada proteção da Amazônia, que tanto falam? E por que os órgãos ambientais, que eram pra defender, estão tirando madeira? Estão tirando madeira, inúmeras, quantidades de tora de madeira saindo da floresta e ninguém fala nada. Quando um trabalhadorzinho vai fazer seu roçado de 25 por 25, vocês não sabem que tamanho é, é multado, gente, é multado em 10 mil. Por que ele estava sendo multado? Ele está fazendo uma rocinha pra eles sobreviverem, plantando numa farinha, uma macaxeira, um milho. E aí ele é impedido, ele é multado aqui. E os caras estão lá.

E ainda mais triste é que os nossos órgãos federais que são pra nos proteger, como está escrito na Constituição – está escrito lá, dizendo que o Ministério Público é um defensor, mas não é, pessoal...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este homem aqui falou na minha cara para o meu povo: "Índio tem que ficar miserável, índio tem que fazer um burquinho e ficar lá". Para com isso. Um promotor de justiça, um procurador, que sabe da lei, por que ele está fazendo isso com o nosso povo? Por que ele nos impede, para que nós não possamos trabalhar mais? Como esse povo vai viver?

Estão vivendo com "bolsa miséria" lá dentro da terra. Porque, se vocês soubessem o que está acontecendo na nossa região... É gravíssimo. Estão levando farinha da cidade para dentro da mata. Será que estão morando na pedra? Estão levando milho, comprando farinha de R\$10 o quilo, enquanto eles estão numa terra para trabalhar e não podem.

Eles não têm o direito de trabalhar porque o ICMBio vai lá e multa, mas eu acho engraçado que o ICMBio recebe uma pontinha de dinheiro do Imaflora. Para quê? Para liberar a licitação da Coomflona, que é uma instituição madeireira. E ainda mais, o Fundo Amazônia doando dinheiro para ter uma grande serraria, dentro da cidade de Belterra, que é da Coomflona, que é uma cooperativa mista.

Cinco milhões essa serraria, enquanto o povo lá não tem estrada para chegar na cidade, porque as estradas foram feitas a troca de madeira. O povo foi vendido, a porteira foi fechada.

Achei muito interessante quando me convidaram para esta CPI porque estava engasgado aqui – eu estou engasgado – porque lá eu não posso falar, porque lá eu estou sendo preso, o Ministério Público está com uma ação contra a minha pessoa.

Agora eu pergunto: por que, nas 77 comunidades da região, todos agora são índios? Que não falam a sua língua, que não tem nada a ver com os indígenas? Estão usando os apetrechos dos outros parentes para aparecer. Eles fazem caciques para falar a favor das ONGs.

Projeto Saúde e Alegria: esse projeto não é alegria para nós, não. Gente, eles recebem dinheiro, muito dinheiro, dos governos aí de fora, em nome das comunidades, e levam só a desgraça para dentro.

Fizeram... Destruíram um poço artesiano que dava água para todas as nossas famílias, eles foram patrocinados pelo dono da Louis Vuitton – e não sei se ele sabe que ele está dando dinheiro para esse povo, se ele sabe o que estão fazendo com esse dinheiro de doação – e fizeram o que? Implantaram um poço artesiano na minha aldeia, cortaram todas as... Aquelas pessoas que não apoiam aquelas ONGs, eles cortam, e nós não tivemos mais água potável para nós tomarmos – só deram água para aquelas famílias que os apoiam.

Se nós quisermos água potável, nós temos que trabalhar muito para conseguir cavar um poço.

Doar o banheiro. Quantos milhões não vieram em nome da comunidade? Quantos milhões não vieram em nome daquelas pessoas, que lá sofrem e que ainda vivem em briga, brigando comigo mesmo, e eu sou irmão: "Ei, tu não pode entrar aqui".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, pra eu entrar na minha terra, eu tenho que pedir licença. Eu tenho que pedir licença!

Eu não posso trazer um pedacinho de árvore de lá pra fazer uma casinha onde for. Eu vou ser multado, eu vou ser preso. Onde é que está a nossa dignidade? Onde é que está... que eu digo que eu sou índio lá dentro da minha terra, que eu não posso mais trabalhar, que eu não posso mais voltar pra lá?

Será se eles... os filhos desses "ongueiros" estão bem? Têm carro, têm as suas motos, têm a sua educação diferenciada. E a mentira que passaram pras nossas comunidades é que diziam que nós iríamos viver livre, que nós iríamos viver com uma vida, com um sonho maravilhoso de terra demarcada, com saúde diferenciada, transporte, nós iríamos viver aposentadoria, nós iríamos ter tudo... Enquanto isso, meus irmãos, não tem nada, nada, nada!

Os "ongueiros" tomaram conta de 534.319 hectares de terra com a tal Floresta Nacional do Tapajós. E lá existem muitas famílias que querem ser ouvidas, mas têm medo de falar, porque, se eles falarem, daqui a pouco eles estão na cadeia ou estão mortos. Mas Deus disse pra mim um dia que "você vai ser uma liderança pra lutar pelas suas famílias e pelas crianças que estão vindo", porque nós merecemos o respeito.

Se nós somos donos da floresta, por que nós somos mandados por outros? Por que nós somos governados por ONGs que não estão nem aí com a gente? Os caras lá fora estão ricos, porque levaram tudo de nós daqui, e agora, se nós quisermos, nós temos que trabalhar muito pra comprar deles lá.

A nossa seringá não está mais no Brasil, tem pouco em São Paulo parece, mas não tem mais. Lá onde nós morávamos, ninguém mais trabalha com seringá. As nossas sementes, o índio não pode pegar lá pra tirar. E por que eles podem vender pra Natura milhões de toneladas de sementes? E o litro? Pagando diária, como uma pessoa me chegou e disse: "Quanto você ganha pra juntar semente?". Três reais a diária, enquanto o litro da copaíba eles estão vendendo pra fora a R\$1 mil.

A Coomflona é uma farsa, ela é uma ONG. Porque uma pessoa de uma comunidade, eles compram como? Levando pra dentro. Passam três meses, eles demitem e o cara já sai com um carro de R\$150 mil. O cara já tem uma mansão na cidade. Que coisa boa, não é? Mas por que eles nunca me convidaram? Por que eles sabem... porque eu ia denunciar e estou denunciando pra que seja feita uma investigação em cima dessa Coomflona. Porque o ICMBio recebe dinheiro pra passar a mão na cabeça deles, pra dizer que está tudo bem, está tudo na tranquilidade. São R\$500 mil que eles recebem pra darem a certificação no ano. Enquanto milhões... A desgraça tá lá dentro.

Falar de Funai, chega me arrepia. Por que eu digo isso? Porque lá na nossa aldeia só fizeram nós de índio e nunca mais foram lá. Porque as ONGs estão por trás.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Precisei de um documento pra aposentar meu irmão, que era índio. Nós temos um documento já que prova que nós somos indígenas, já temos declaração de posse, já temos memória descritiva, já temos mapa, está tudo autorizado pela Funai. Meu irmão foi lá pegar um documento do tal servidor da Funai. Ele não deu. Ele disse: "Vai lá ao ICMBio pegar". Égua, por que ao ICMBio? E o ICMBio disse: "Não, eu ainda vou fazer um estudo, se teu irmão mora lá". E, até hoje, ele não foi aposentado.

E por que é que eles aposentam outras pessoas que não são índios, que não têm um documento que prova que eles são indígenas? Hoje eu estou dizendo, eu estou falando aqui como o cacique Miguel. O que me fizeram? Por que eu não me entendo? Cadê meu documento? Se eu for ver meu documento, eu não tenho nada escrito aqui dizendo que eu sou índio. E por que eles estão me usando? Por que é que estão me usando?

As ONGs, quando descobriram a Universidade Federal do Oeste do Pará... Hoje, eu sou denunciado dentro da universidade. Eles me perseguiram. Não consegui terminar meu estudo por causa da perseguição. Mas, quando as ONGs descobriram que tinha uma cota pra indígena, eles correram às comunidades ribeirinhas e as transformaram todas. Porque eu entendo que – está aí a parente, que sabe disso – uma aldeia indígena não tem *pariwat* no meio, só é índio. E por que, naquela comunidade, um pedacinho é índio, outro não é?

E está escrito no papel dele lá: todas, 74 comunidades e aldeias indígenas, cacique indígena. E por que o cacique não ajuda o parente dele? Por que é que eles me denunciaram dizendo que eu estou falsificando índio?

Os meus sobrinhos queriam uma vaga pra universidade. Eu sou liderança, eu tenho o direito de assinar, como aqui, no edital deles, está dizendo: qualquer liderança indígena pra assinar. E não fui eu que fiz essa declaração! Qualquer um entra no *site* da universidade e faz a sua inscrição e vai correr atrás de uma liderança.

E agora eu estou sendo perseguido. O próprio Ministério Público... Já fui a duas audiências, agora tem a outra. E por que é que o Ministério Público não vê essa situação aqui de mais de 2 mil pessoas dentro da universidade que são feitas por ONGs? Por que é que o Ministério Público não corre, vai saber quem são essas cabeças, quem são os caciques dentro da universidade que estão lá, que fazem isso aqui?

E eu fui prejudicado na universidade. Porque eu não pude mais seguir meus estudos, bem pertinho de terminar, de Geologia, porque eu não tenho condição de me manter na cidade. Porque eu não tenho emprego. E, segundo as diretrizes do MEC, diz o seguinte: pros indígenas pegarem vaga na universidade, eles têm que assinar uns termos de dizer que o índio tem que ter uma casa, não têm que ter casa própria, eles têm que alugar. E por que é que esses alunos das ONGs todos têm casa, têm mansão, vivem na beira da praia curtindo de boa? E por que é que eu, que nasci na floresta, não sou mais índio? E por que o cara





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá do Paraná chega ao Pará: "Hoje eu sou... Eu estou me formando, eu me formei em Direito, sou advogado". Como é seu nome? "Eu não sei nem falar." É índio, índio branco.

E, pra terminar a minha fala, quero contar um pouquinho da minha história, Senador. Eu nasci em 1977. A minha mãe, de Itacoatiara, meu pai, do Tapajós, da Comunidade de Jaguarari. Ele e a minha mãe seguiram de Manaus pra Santarém. De Santarém, foram pra o meio da floresta e lá, pra conseguirem uma vida melhor, tiveram uma desavença, uma briga e meu pai e minha mãe se separaram. A minha mãe vinha embora pra Santarém chorando, com um molequinho feio, que sou, eu no braço. Uma pessoa disse: "Ivonete, deixa essa criança comigo". Ela não pensou uma nem duas vezes e me deixou deitadinho no pé de uma bacabeira. Foi-se embora e, até hoje, eu não conheço a minha mãe. Eu conheci o meu pai em 1996, por meia hora. Meu pai foi embora também, nunca me deu atenção e mora em Roraima. Não sei se ele está por lá.

Quando eu fui crescendo, a minha família que me criou, já morreram os dois, meu pai e minha mãe, eles diziam: "Meu filho, tu vais ser um guerreiro. Tu vais lutar por isso aqui". E, hoje, eu digo pra vocês que eu sou indígena de sangue, sou, eu sou da Amazônia. Mas eu sou filho da floresta, porque eu não conheci nem meu pai nem minha mãe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito bom. Muito obrigado, mas vai continuar aqui com a gente, Miguel. Certamente, haverá perguntas.

Com a palavra o Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Miguel, muito obrigado pela sua presença e pela sua coragem. Não é a primeira pessoa, hoje mesmo, que está falando de retaliação e de perseguição. Então, eu gostaria de lembrar, nos *Anais* desta Casa, que há o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), e esta Comissão tem o dever de auxiliar e apoiar aqueles que queiram fazer uso desse programa.

Na sua fala, Miguel, se eu entendi direito – é a primeira indagação –, eu queria saber quem é que tira madeira, se o próprio índio não está podendo tirar. Você mencionou que, para fazer uma casa, você não tem o direito de tirar madeira para fazer, sequer, uma casa. Mas quem é que está, então, tirando madeira? Com licença de quem? É o Ibama? É o ICMBio? Essa é a primeira pergunta.

Quem foi o procurador que afirmou, abro aspas: "Índio é para viver miseravelmente"?

A terceira pergunta. ONGs que doam dinheiro... Você mencionou isso e eu achei muito grave. Há ONGs que doariam dinheiro para o ICMBio e, em troca... É claro que não tem um documento, nunca vai ter um documento escrito: "Olha, vou lhe dar "x", da ONG tal, que veio do país tal, ou da organização Ford, do país tal, da Noruega, da Inglaterra..." "Em troca, você vai me dar licença". Mas há sempre a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida, a denúncia de que o ICMBio recebe dinheiro de ONG e, por coincidência, vamos assim dizer, o ICMBio acaba, em troca, dando licença para extrair madeira. Eu queria que você falasse mais sobre isso e também sobre reservas criadas.

Se eu entendi direito, repito, parece que foram criadas reservas, em nome dos índios, mas que, na verdade, não são de indígenas. Não são indígenas que moram lá dentro. Quais são essas ONGs que atuam? Você já falou alguns nomes e eu gostaria que repetisse quais são essas ONGs que atuam e que, inclusive, juntam sementes para vender quando... Parece-me que a aldeia indígena não tem controle sobre isso e você acabou citando, mais uma vez, um caso histórico, que é o da seringueira. E o Senador Plínio, nosso Presidente, lembrou aqui que foi um inglês, a mesma Inglaterra, que falou, um dia desses, para o Presidente da República: "Cuide da Amazônia". Ele que devia cuidar da Inglaterra ou do Reino Unido, que, sozinho, um pouquinho maior do que Roraima, joga mais CO₂ no planeta que o Brasil inteiro. Mas quem são essas ONGs que atuam, juntando sementes ou plantas da Amazônia? E para quem vendem?

E uma outra pergunta, e última, Miguel: qual universidade estaria abrigando algo em torno de 2 mil pessoas, gozando do direito de serem colocadas como se índios fossem? Quando me parece que a sua denúncia é de que não são índios e estão ocupando vagas de índios.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Quem tira a madeira? Quero dizer, para lhe responder, que quem tira a madeira não somos os índios, não. Índio não tem ainda a máquina para tirar lá a madeira, porque, se ele tacar uma motosserrinha lá, ele é preso na mesma hora.

A própria Floresta Nacional tem... As ONGs criaram a tal Coomflona, criaram essa Coomflona. A Coomflona é uma cooperativa mista da Floresta Nacional. E aí eles a criaram com o apoio de quem? Está estampado no livro – se vocês quiserem ver, isso é público: KFW, GTZ, Ibama e até o Governo Federal. Eles criaram essa cooperativa conforme documentos provados, que é uma cooperativa madeireira. Ela não é uma cooperativa para beneficiar as famílias. Beneficia, sim, aqueles que os apoiam, somente aquelas lideranças que eles compram. Aí, sim, eles vão lá e fazem.

Mas eu tive conversas com pessoas que eram de dentro da cooperativa, que eram cooperados, que hoje choram, que hoje estão procurando direitos, estão procurando advogados, porque eles não pagam direitos. Eles não pagam o direito do trabalhador. E isso, com essa chegada dessa criação dessas organizações, fizeram tantas ONGs, para dizerem que eram os caras! Os nomes delas estão aqui. Isso aqui eu vou deixar com vocês. É o pouco que tem aqui de 20 anos, porque, como o meu colega falou, o Marcelo, nós íamos passar três meses aqui, falando sobre isso, das desgraças que eles colocaram para nós.

Então, não é gente, não é o índio que tira a madeira. É o próprio meio ambiente assinando, o próprio Ibama assinando, o próprio ICMBio, mas ele não assina, ele não vai lá multar os caras, mas ele multa o nosso parente lá que fez o pedacinho de roça. Sabe por que ele multa aqui? Porque ele quer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progresso. Qual é o progresso que ele quer? É matar o povo de fome; é deixar o povo na miséria. E isso, quando eu falava em reuniões, escapava de me baterem, escapava de me matarem. "Ah, porque tu tá atrapalhando o nosso projeto de desenvolvimento." Que desenvolvimento é esse, que não tem uma estrada de qualidade para o povo, não tem saúde? Não tem. Não existe. Se o pobrezinho adoecer lá, coitado, porque avião não tem para buscá-lo lá.

E por que é que eles estão donos da nossa floresta e tirando madeira? Está lá! Quem quiser ver, pode ir lá. Eu não estou mentindo. Pode ir lá à floresta, está toda devastada. E estão dizendo assim para mim: "Olha, vamos proteger a Amazônia".

Como é que eu vou proteger a Amazônia, se o próprio índio é que cuida da Amazônia? O próprio índio é que cuida da sua terra, e hoje ele não pode mais cuidar. Hoje ele está sendo impedido. Certo, doutor?

Deixe eu pegar aqui, Senador, que eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – É, agora aqui é da... É... "Quem doa dinheiro?" Eu acho que já até respondi quem doa dinheiro. Vem de fora. Vem das ONGs de fora, para doar dinheiro para eles, porque para nós não chega nada.

E ainda mais grave, Senadores e todos vocês presentes: eles usam a nossa família para pedir dinheiro mentindo, dizendo que nós estamos lá na aldeia passando necessidade. Nós estamos isolados.

Tem um documento que eu vou mostrar para vocês em que eles pedem doações no nosso nome. Eles pedem vaquinha na internet, usando o nosso povo, como o miserável lá, que está lá.

Eu vou achar aqui, que tem tanto papel...

Eles fazem vaquinha na pandemia, fizeram várias e várias vaquinhas, usando o nosso nome, enquanto só três receberam. E cadê os outros que estão lá, dizendo... Que ele está dizendo lá, nas vaquinhas... Ele diz o seguinte: "É para 25 famílias, para cem indígenas". E por que só três receberam? Para onde é que foi essa doação?

As cestas básicas que foram doadas pelo Governo não chegaram para nós, porque só deram para aqueles que eles apoiam. E o nosso povo lá, sofrendo... E ele ainda dizendo no documento aqui que nós estamos pedindo vaquinha porque nós estamos com fome aqui. E para onde é que vai?

Eles usam a nossa própria liderança, eles compram a nossa própria liderança para falar bem deles. Eles levam para o rádio, levam para a televisão... "Olha, o índio está passando mal dentro da floresta. Queremos tantos mil, tantos milhões", enquanto isso não chega, isso nunca chegou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso povo está lá, sem força, e essa força, eu quero dizer para vocês... Porque eu não estou aqui para dizer quem é quem. Eu não estou aqui para prejudicar alguém. Mas, se ele acha que está sendo prejudicado, que ele se resolva, porque eu vim aqui para salvar o meu povo.

Daquela criança, daquele povo que está lá, com fome, daquele povo que não tem comida para comer, aquele povo que está com aquela "bolsinha miséria", porque só uma passagem de transporte de barco que ele pega é R\$100. Se ele pega R\$400 e ele vai para a cidade, R\$200 são só para a passagem. Se ele vai comprar 10kg de farinha, já foram mais R\$100. E ele deixa de comer, de almoçar na cidade para levar um franguinho para comer na casa dele. "Caramba, por que é que ele não cria? Por que é que ele não planta?" Porque ele não pode, porque, se ele for fazer, ele vai receber isto aqui. Ele vai ser multado. Ele tem que pedir licença do "pai" dele, da ONG, para ele poder ver se pesca. Eles fazem isso. É o domínio deles. E, quando esses caciques dessas ONGs vão para cima da gente, a gente pensa que é verdade, porque lá eles prometeram para as comunidades a demarcação de terra, é saúde, é não sei o quê, é não sei o quê. E isso não é verdade. Isso não é verdade. O povo está lá sem saber o que fazer.

E a outra questão... Reservas criadas, também já estou falando sobre isso.

Sementes. De dentro da floresta nacional, é rico de andiroba, é muito rico. E as comunidades são omissas a eles. "Bora! Vocês têm que juntar e entregar tantas toneladas." E esses recursos dessas sementes nunca chegara para as comunidades. Eu digo que essas sementes são tiradas também pela Coomflona. E por que o índio não pode fazer também? Nós criamos uma cooperativa, nossa, indígena; eles nos embargaram. Eles nos prenderam para não fazer nada. Essa Coomflona, que é uma cooperativa mista, criou várias "ongzinhas" lá dentro de associações para falar contra nós. Eles fizeram, implantaram em cada comunidade um cacique para não deixar nós trabalharmos, para não deixar nós nos desenvolvermos.

A nossa cultura está em jogo. Por que eu digo isso? Porque, se nós não podemos mais plantar, não podemos mais colher... E é isso que eles querem, é isso que essas ONGs querem: tomar e dominar todo o território para que eles sejam donos. E eles já são donos, porque, se eles não fossem donos, eles não tiravam madeira, não tiravam semente e não tiravam o minério. E eu lembro "benzinho" que na Constituição está dizendo lá que de terras indígenas não se pode tirar minério sem ser com ordem do Congresso Nacional. E por que eles tiraram todo o nosso seixo? Para onde eles levaram, se era só com ordem do Congresso Nacional?

Gente, eu fui para o jornal, denunciei. Denunciei o Ibama, o ICMBio. Eu não sou invisível lá, não! É por isso que eles me perseguem. Eu denunciei para a Polícia Federal, eu denunciei para o Ministério Público. E aquele – eu já vou responder para o senhor – aquele procurador que está aqui, que eu denunciei para o Ministério Público, para a Polícia Federal, ele disse para mim que eu estava mentindo. Esse próprio procurador disse para mim, o Luís de Camões Boaventura. Nós reunimos a nossa coordenação: "Bora lá no Ministério Público!". Ele disse para nós; olhando para nós, ele disse: "Índio tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer um buraquinho e ficar lá". Isso porque ele é um Procurador. Isso é porque ele é de direito, que se dizia, mas ele é do direito das cobras pra engolir o povo, pra maltratar o povo.

E, por último, Senador, sobre a universidade, hoje ela tem os caciques lá dentro delas formados pelas ONGs. A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)... Porque, se eu falar mal deles lá dentro, eles me cacetam, eles me comem cru. E eu acho que agora eles já estão comendo cru o meu coraçãozinho lá, mas eu estou aqui pra defender o nosso direito. Se é que nós somos indígenas, por que o parente mundurucu, que fala na sua língua, na hora que ele vai fazer a inscrição dele, ele está com o papelzinho ali, encostado, e não pode fazer a inscrição porque não tem professor bilíngue? Se você vai lá na universidade, os filhos de "ongueiros" estão tudo tomando conta. Já se formaram, outros estão se formando no nome dos nossos parentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Branco no lugar do índio. E isso só por causa do dinheiro, porque uma bolsa hoje está 1,4 mil. Quem que não quer? Mas eu não pude receber mais, porque disseram que eu estou com não sei o que lá. E eu até cancelei agora, porque eu não posso mais ficar na cidade porque não tenho emprego, não tenho trabalho, mas, pra eles que são filho de ONGs, estão lá... Eles vão lá pra praia, eles vão nos melhores lazers deles, enquanto lá na comunidade o pobrezinho está lá sem o ar da graça deles.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a permissão do Presidente, só para terminar, Presidente.

Miguel, a ONG Saúde e Alegria promove que tipo de atendimento de saúde?

E, por último mesmo, se a Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) atende a Aldeia Bragança.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Legal.

Senador e todos vocês, Saúde e Alegria é uma pedra, uma ONG forte e grande, porque ainda não chegamos lá no pé deles pra descobrir o que eles fazem, porque saúde mesmo não tem. Eles levam pra lá, sim, algum atendimentozinho, uma vez por mês vão lá. Eles até venderam o Abaré, que é um barco hospital, pra Ufopa, que dá atendimento às comunidades. Eles levam, sim, a saúde pros comunitários, porque eles ficam lá o dia inteiro fazendo reuniões com palhaços, levando palhaço pra lá, contando historinhas. Isso eles fazem. E aí eles pegam milhões no nome daquelas comunidades e levam uma cestinha básica pra elas – e pra aqueles que eles bem querem. E isso é a saúde que eles atendem, isso é saúde que eles levam pra comunidade. E só pode ser atendido lá aqueles que estão na lista deles. Se não tiver, eles não atendem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sesai. Primeiro, que Sesai não atende índios que deveria atender. Dentro da minha aldeia, houve um caso muito sério. Vocês sabem que houve a pandemia, e tinha vacina pra todo mundo, mas pra nós não deram vacina. Só aplicaram vacina naqueles que eles estão na lista deles.

Eles fecharam o carro da Sesai lá para nós não chegar lá, para não tomar vacina. Isso eles fizeram, isso eles fazem.

O atendimento à saúde... O meu irmão, dois anos quase para morrer, eles nunca foram lá visitar. O meu irmão que se diz cacique hoje derrubou um pau, uma árvore grande, para o carro não passar para levar meu irmão para a cidade, enquanto uma criancinha deles que estava com negocinho no nariz foi rapidinho que o helicóptero chegou. E o outro parente que estava morrendo, que morreu, o filho dele foi lá com o Cacique Domingos, chamar um helicóptero: "Se tu tiver R\$10 mil, eu vou chamar o helicóptero". O senhor morreu, e não atenderam.

São grandes... O atendimento da Sesai com a gente não existe. Se eu for lá... Uma vez eu fui numa Sesai, eles não me conheceram, não: "Não, você não é de Bragança, não. É o Cacique Domingos que é, que é meu irmão". Eu disse: "Eu sou irmão dele". "Não, não, não tem ordem aqui para te atender."

Então, isso é a realidade do atendimento da Sesai.

E, completando, Senador, a Funai de Santarém é dominada por ONG. Por quê? Porque eles não atendem índio, eles só atendem quem eles querem. Eles só atendem aqueles que eles bem querem. Porque os meus irmãos lá estão lá, e nunca mais, nem sinal de darem um documento para ele, para a aposentadoria dele lá. Está lá, e agora piorou, porque ele não pode mais trabalhar. E, mesmo que ele pudesse, nós somos impedidos de trabalhar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E poço artesiano? Como é que está isso?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Poço artesiano, nós tínhamos um poço que servia para todas as famílias lá em Bragança. Todo mundo se servia daquele poço. E, quando o Saúde & Alegria foi lá na aldeia implantar um novo poço artesiano e implantou, deu somente para aqueles que são do seu lado. Aos nossos... Os meus irmãos lá ficaram sem água. Eles não ligaram pra gente.

E, ainda mais, esse poço não sei quantos milhões custou, doado pela Louis Vuitton. Está aqui, o poço. Isso aqui só fizeram para aquelas famílias que os apoiam, banheiro, água, enquanto as outras famílias que não apoiam eles estão lá sem água, sem banheiro – têm banheiro que eles fizeram, têm casinha deles porque foi com muita luta.

E aqui está a vaquinha, que são pedidos no nome do nosso povo, das nossas famílias. Para onde é que vai esse dinheiro? E não é só uma, são várias que tem aqui. São várias, é de 13 mil, é de 5 mil, é de 7 mil, é de não sei quantos mil. E para onde é que vai? Cadê esses índios que não receberam esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício? Será que esses doadores dessas que estão aqui doando esse recurso sabem para onde foi esse dinheiro? Será que esses doadores estão por dentro da prestação de contas que eles doaram? Claro que é uma doação, mas pelo menos eles poderiam saber onde foi empregado.

Isso é a realidade que acontece não só com a minha comunidade, mas, sim, com todas as comunidades, isso está acontecendo na nossa região. O nosso povo não planta, o nosso povo não cria porque ele está sendo impedido, mas a Coomflona tem direito de tirar toneladas e toneladas de madeira, e ainda assinadas pelo ICMBio, dando autorização para ser tudo legalizado, e isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para interpelar.) – Miguel, antes de passar a palavra para o Senador, me diz aí: a Natura paga diária para que o índio colha, o indígena colha semente. Não é por lata, não é por peso.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Não, a Coomflona contrata aquelas pessoas, leva para o mato para colher.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E paga diária?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Paga diária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Quanto a diária?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Segundo o meu informante que me falou lá, são R\$3 que paga de diária para colher a semente, R\$3.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por um dia inteiro pelo meio do mato.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Isso para ele ficar se arriscando lá dentro do mato com cobra, se arriscando com chuva, com tudo. Ele está lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu entendo.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – E ele não quis... Falou para mim que não queria que eu levasse à frente, não falasse. Eu disse: "Um dia, eu vou falar".

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Plínio, isso vai para a Natura?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Essas sementes vão para a Natura, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – É a Natura que compra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, a Natura está precisando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Para reforçar o que o nosso convidado está dizendo, eu concedo a palavra à nossa ouvinte, a nossa Deputada Sílvia Waiãpi, que sempre comparece como ouvinte aqui, mas a gente sempre abre um pouco. Em seguida, ouço o nosso Vice-Presidente, Senador Jaime.

A SRA. SÍLVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Sr. Presidente, reforçando e dando um relato gravíssimo, colaboro com o cacique. Primeiro, a ONG Saúde e Alegria pertence a um médico chamado Erik Jennings Simões, que presta serviços à Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Bom, eles atuam naquela região já há bastante tempo, com anuência inclusive do ex-Procurador daquela região do Ministério Público Federal, citado pelo cacique, Camões Boaventura.

Eu fui Secretária Nacional de Saúde no ano de 2019, no Governo anterior, e, por conta disso, eu recebi várias denúncias de que o médico, inclusive com o prefixo do avião que pertence a ele, estaria entrando em horários desordenados na reserva dos indígenas zoés e estaria num avião possivelmente do governo aterrissando, colocando bombonas de combustível. E depois o avião deste médico passaria por lá, e pegaria essas bombonas, e seguiria em destino ignorado. Então, como Secretária Nacional de Saúde, enviei um documento para a Coordenação de Saúde Indígena do Distrito Guamá-Tocantins, que chamam de Guatoc, perguntando ao Coordenador os horários, a escala de serviço do médico, porque eu queria cruzar esses dados para saber por que ele iria de avião particular para a aldeia indígena, se o Governo Federal dava o avião para o transporte da equipe médica, da equipe de saúde para aquele local. Eu enviei o documento. Para meu espanto, logo depois, eu fui notificada pelo Ministério Público Federal, me acusando de uma tentativa de usurpação da função da Funai.

E eles diziam assim:

No documento conta recomendação para que a Sesai não se intrometa na tarefa de controlar, monitorar ou impedir os ingressos e permanências de pessoas no interior de terras indígenas inseridas na área de circunscrição da Justiça Federal de Santarém. A intromissão da Sesai nessa área representa usurpação de competência legal da Fundação Nacional do Índio [...].

Veja, a Sesai pagava este médico, e ele prestava serviço à Secretaria Especial de Saúde Indígena. Ela não poderia fiscalizar o horário dele?

O documento também dizia assim:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim que receberem oficialmente o documento, os destinatários terão 10 dias para cumprirem a recomendação e informarem o MPF sobre o cumprimento. Se essas medidas não forem adotadas, ou se forem respondidas de modo insatisfatório, o MPF poderá levar o caso à Justiça Federal, por meio de ação civil pública com pedido judicial de cumprimento de providências obrigatórias, e de punição civil, penal e por improbidade administrativa dos agentes públicos responsáveis pela omissão.

Esta organização, a ONG Saúde e Alegria, é pertencente a este médico, que tem um avião próprio que adentra terras não fiscalizáveis. Por que não fiscalizáveis? Porque nós não podemos fiscalizar a ação de ninguém.

Houve uma recomendação do Ministério Público Federal, do Sr. Camões Boaventura, para que nós prestássemos atendimento de saúde, à época, para os novos indígenas, que seriam os indígenas autodeclarados daquela região de terras não homologadas, mas nós respondemos que não poderíamos prestar assistência de saúde visto que a regulamentação para prestação de assistência de saúde para povos indígenas deveria ser em terras para indígenas aldeados em terras indígenas homologadas, portanto, se eu prestasse atendimento a uma terra não homologada em litígio, eu estaria cometendo um desvio de finalidade e, portanto... E eu fui multada em R\$13 milhões por dia. Eu trago aqui... Obviamente nós recorremos.

Esta é a matéria – eu deixo uma para o Presidente e a outra para o Relator – que mostra a interferência do Ministério Público Federal da forma violenta, na pessoa do ex-Procurador lá na área de Santarém, o Sr. Camões Boaventura, e a sua atuação contra qualquer ação fiscalizatória do Governo naquela região. E também informo aos senhores que ele deixou de ser na época, por conta dos nossos levantamentos... Nós mandamos equipes pra dentro daquela área em Santarém, e essas equipes, de certa forma, foram proibidas novamente de entrar naquela região. Mas nós delimitamos a função para que agissem, na área de inteligência, na área de investigação, a alguns ex-funcionários da Sesai – na época, funcionários – para que fizessem levantamento. E essas pessoas nos trouxeram fotografias do procurador citado, onde ele fazia treinamento de ribeirinhos, treinando-os em como se transformarem em indígenas, ensinando como utilizar a Convenção 169 da OIT.

Não mais acrescento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O seu depoimento está traduzindo e fotografando aquilo que a gente vem dizendo há muito tempo: o Estado brasileiro foi aparelhado, nesses quarenta e poucos anos, por esses órgãos internacionais. E eu sempre disse que tem gente militante no Ministério Público Federal, na Justiça Federal, nas televisões, nos rádios, nos jornais, nos ministérios e que o Ibama e a Funai, se fossem um partido, seriam um partido socialista, porque, na realidade, eles constituem mesmo... Eu tenho que ser educado, não é? Então, tenho que arrumar a palavra correta. Eles constituem uma organização que trabalha exatamente contra os interesses



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil e a favor dos interesses desse pessoal que os financia. Presidente nenhum – nem o Lula, nem o Bolsonaro, nem o Temer – manda no Ibama; não mandam. Quem escolhe o pessoal do Ibama e da Funai são as ONGs, as mais poderosas, e os Presidentes só fazem homologar, pensando que eles estão nomeando.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli e, em seguida, a gente vai pro encerramento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria muito de cumprimentar aqui o Miguel, dizer que a gente fica perplexo de saber uma situação dessa que as ONGs estão fazendo numa reserva indígena e dizer que a gente não consegue entender por que o Ibama pune tanto em outras regiões onde poderia fazer projetos com plano de manejo. Até era uma das coisas, assim, que eu sempre... Uma atitude que eu sempre defendi é que deveria ter plano de manejo dentro das reservas indígenas, mas pra beneficiar o povo indígena, não pra beneficiar as ONGs.

Agora, quando você fala aqui e você diz que o seu povo não é beneficiado com isso e, com toda essa estratégia dessa cooperativa que é comandada pelo Ibama e pelos órgãos ambientais, o benefício acaba se tornando só pra ONGs e não volta nada de retorno pro povo indígena, eu acho que isso é uma denúncia muito grave que você está fazendo. Você está coberta de razão.

E eu acho, Senador Plínio, que isto cabe a nós, inclusive, no Senado, mesmo após terminar esta CPI das ONGs: nós precisamos tomar uma providência séria em nível Brasil. Por quê? Porque lá dentro, no Senado, na Câmara Federal.. E nós denunciarmos isso definitivamente para que a Justiça aja, e a Justiça age dentro da forma da lei, porque não adianta mais índio ter mais terra e não poder desfrutar daquilo que é dele.

Então, como agora, volto a frisar aí: querem o marco temporal, querem dar mais reserva para o povo indígena, e nós só queremos que cumpram a Constituição de 1988, e o que nós queremos é que o indígena seja o dono das suas terras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime.

Antes... Quer concluir ou já está satisfeito? Quer concluir? Pois não.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Agradeço a oportunidade e digo para o povo que está aqui presente e os demais que estão assistindo que eu serei essa pessoa que sou eu hoje, e vou lutar! Enquanto tiver vida, eu vou lutar por esse povo. Não vou deixar que essas ONGs tomem conta das nossas famílias, porque cada pai e cada mãe é responsável por sua família, e não serão mandados por gente de fora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero que esta CPI não fique no papel; que ela faça... e mostre para a sociedade brasileira para onde eles estão levando a nossa riqueza.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode bater palmas, Luciene. (*Palmas.*)

Miguel, esse é o objetivo desta CPI. Foram quatro anos e meio em que todos nós tentamos esta CPI. E vamos até onde for possível ir. Mas o principal estamos conseguindo, que é dar voz a vocês, que você venha e fale por si só. Os vídeos que a gente mostra, os depoimentos, todos eles convergem para o mesmo rio, são as mesmas mazelas, os mesmos problemas. Tem uma coisa que eu até notei, de livro que eu li, essa frase não é minha, não, é de uma jornalista estrangeira: "No Brasil, ignoram o que não pode ser conhecido oficialmente". Isso traduz tudo. É cruel. É a frase de uma jornalista canadense. Isso é muito cruel. E esta CPI vem para isto: para que a gente possa colocar para o Brasil, para o brasileiro, para a brasileira, o lado dos indígenas, até então invisíveis; dos ribeirinhos, até então invisíveis; para que o brasileiro tenha esse lado quando começar a ouvir os representantes das ONGs, que vão contar das suas fábulas, dos seus devaneios, das viagens que fazem, do que dizem fazer, do que pregam. Eles fazem uma ação dessa... Qual é mesmo a empresa de bolsas que faz o...

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (*Fora do microfone.*) – A Louis Vuitton.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A Louis Vuitton, que faz o banheiro... E eles pensam... Eles têm a Amazônia como se fosse um local só, não é? Eles acham que, fazendo dez banheiros aqui, resolvem o problema.

Deliberadamente, as ONGs transnacionais não estão preocupadas com a redução da pobreza nem com o ser humano – eles dizem isso claramente –; é com a biodiversidade. Algumas outras pegam para fazer esse tipo de ação, e não fazem. São elas que nós vamos trazer aqui.

Então, quando aqui eles vierem e contarem o lado deles, vocês terão o lado desses aqui, desses que vieram e expuseram toda situação, todas as mazelas.

Essas ONGs se autointitulam éticas, politicamente corretas, elas se autointitulam e acham que isso lhes dá o direito de pregar mentira e de inventar essas falácias todas e nos conduzir para onde nós estamos indo. É difícil. Eu digo à população brasileira que à medida que a gente envereda pelo caminho do conhecimento e da pesquisa, ouvindo os índios lá dentro, que tudo é a mesma coisa, a gente não esmorece, porque, se tivesse que esmorecer, bastava um depoimento do Marcelo, um depoimento do Miguel, um depoimento da Luciane, como a gente teve, que não esmoreceria nunca.

Eu quero dizer a vocês, indígenas que estão aqui, que estão ouvindo e participando, que vocês não têm a todos – o Jaime, de Rondônia; o Marcio, aqui do Acre; eu, do Amazonas; o Dr. Hiran esteve aqui, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Roraima; e a gente teve o Zequinha, do Pará; o Nelsinho, do Mato Grosso. A gente está unido nisso aí. Até onde vamos? A nossa coragem vai determinar até onde nós podemos ir. Nós vamos até onde for possível. Infelizmente, vamos esbarrar nos tribunais com certeza absoluta. Quando a gente pedir aqui quebra de sigilo fiscal e bancário de algumas dessas ONGs, com certeza elas vão recorrer a quem de direito. E a gente, que vive num país dito democrático, tem que respeitar; mas nós vamos até onde for possível, porque medo não há. Eu não vejo nenhum Senador aqui com receio de alguma coisa. Vocês são muito mais corajosos que nós, porque vocês depõem aqui, vocês mostram aqui a realidade e voltam para o seu *habitat*. Lá, sim, é perigoso. A gente vai só sofrer aquela campanha de desqualificação da imagem. O Jaime já foi vítima disso, também o Beto. Tem algumas notinhas minhas. Então, a gente vai sempre nessa coisa que não leva a absolutamente nada.

Eu digo ao povo brasileiro que nada vai nos desviar do nosso caminho. Não há nada, absolutamente nada que nos desvie do foco, que é abrir a caixa-preta e mostrar essa podridão para que o Brasil tome conhecimento do quanto essas ONGs nos fazem mal.

Coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo aos assessores, às assessoras, àqueles que nos acompanharam pelo YouTube... Parte da sessão foi transmitida ao vivo pela TV Senado, que infelizmente saiu porque tem uma audiência de uma Subcomissão que tem prerrogativas sobre a CPI.

E a gente vai nessa – a gente vai nessa. Deus comanda o nosso destino, e a gente ainda tem muita esperança para gastar.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a Deus e desejando paz de Cristo a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Mauro Carvalho Junior, Zenaide Maia, Magno Malta, Augusta Brito, Wilder Moraes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 86 de 2023** que : "Convida o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês e fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami, para prestar depoimento perante a CPI das ONGs." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2023** que : "Requisita à Polícia Federal a disponibilização de um delegado federal para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 89 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2023** que : "Convida o Senhor Jailson Reis de Mesquita, Fundador do Movimento: "Garimpo é legal"." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 91 de 2023** que : "Convida o Senhor Jonas de Souza Marcolino, Diretor da Organização Indígena Sodiurr, a comparecer a esta Comissão." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2023** que : "Convoca a Senhora Deborah de Magalhães Lins, presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 93 de 2023** que : "Convida o Senhor João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, presidente da Natura & Co. Holding." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2023** que : "Convoca o Senhor Benjamin Benzaquen Sicsu, presidente do Conselho Administrativo da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2023** que : "Requer que seja aditado o requerimento nº 86/2023 para convocar o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês, fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2023** que : "Convida o Senhor Edward Mantoanelli Cruz, antropólogo com mestrado em Antropologia Social, para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento do Sr. Aldo Rebelo. Oitiva do Aldo Rebelo, em atendimento aos requerimentos 15/2023 e 38/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/07/11>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por ela recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes.

A primeira parte destina-se à deliberação de requerimentos e, depois, a oitivas, hoje com o nosso companheiro ex-Ministro da Defesa, Deputado Federal e Presidente da Câmara, que dispensa apresentação: Aldo Rebelo é o nosso convidado de hoje, que vai nos falar e vai nos brindar com tudo aquilo que a gente quer saber, ou até já sabe, mas que está em busca...

Antes da primeira parte, que é a deliberação dos requerimentos constantes da pauta, eu peço para apresentar o vídeo nº 4 – a gente vai ficar apresentando depoimentos de caciques. Esse é um jornalista investigativo amazonense que faz esse tipo de trabalho, o Álvaro Corado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. A gente mostra esses vídeos, até um pouco longos, que são a mesma coisa. É o índio falando por ele só, que ele quer o que todos nós queremos também e que até muitas vezes não temos. Eles querem, acima de tudo, dignidade. Isso tem ficado patente aqui na nossa CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à primeira parte, deliberação de requerimentos constantes da pauta. Eu peço permissão dos Senadores para aprovar em bloco.

Requerimento nº 86, que convida o Sr. Bruce Albert, antropólogo francês fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami, para prestar depoimento.

O 88 requisita à Polícia Federal a disponibilização de um delegado federal para nos acompanhar aqui.

O item 389 requer que sejam prestadas informações pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O item 4 convida o Sr. Jailson Reis de Mesquita, fundador do movimento Garimpo é Legal.

O item 5 convida o Sr. Jonas de Souza Marcolino, Diretor da Organização Indígena Sodiurr, acho que essa é a... Sodiurr, Sodiurr.

Essa é a primeira parte então. Eu consulto o Plenário.

Os Senadores que concordam com a aprovação desses requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A segunda parte é a extrapauta. A segunda parte é nossa extrapauta. Cadê o extrapauta aqui?

Que é o requerimento convocando a Sra. Deborah de Magalhães Lins, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental.

O outro convoca o Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, Presidente da Natura, para que eles venham aqui depor na Comissão.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Então vamos à nossa segunda parte, que é o depoimento do nosso convidado, o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, cumprimento o nosso Ministro Aldo Rebelo. É um prazer tê-lo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer uma observação e até uma informação aos colegas da Comissão. Começam a chegar, Presidente Plínio, como V. Exa. sabe, começam a chegar as respostas aos nossos requerimentos. Mas a gente observa, com muita clareza, que pelo menos por enquanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Relações Exteriores estão mandando respostas completamente vagas para esta Comissão.

Nós vamos reiterar o pedido de informação. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, alega que nesses 20 anos, tem apenas 120 convênios que passaram pelo ministério, com ONGs. Então são muito vagos. Nós vamos reiterar esses ofícios, e se essa prática persistir, que a mim parece que é uma maneira de não dar a informação que nós queremos, se ela persistir, Sr. Presidente, nós vamos ter que talvez usar de mecanismos mais duros, mais fortes que esta Comissão tem poder para fazê-lo. Só para dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como a gente tem sempre se posicionado aqui que esta CPI vai, acima de tudo, não proporcionar vexame alheio à população brasileira, a gente vai seguir o trâmite normal, que é, quando eles pedem prazo, a gente abre os mesmos dias de prazo; depois então vem a convocação. Eu acho que não será necessária, mas se for, com certeza, nosso Relator, com absoluta certeza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Onde é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Beto Faro. Estou na...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Oi, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Eu quero primeiro cumprimentar a todos, a todas, cumprimentar o ex-Ministro Aldo, nosso ex-Presidente da Câmara.

Eu, nesse aspecto aí dos requerimentos de informação, é só para a gente estabelecer um procedimento aí, como é que nós temos acesso a todas essas informações que estão chegando. Como é que vai ser o procedimento aí com o nosso Relator e com o pessoal, a equipe de trabalho, para que os membros da CPI tenham acesso a essas informações?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Beto, os documentos que têm chegado já estão na página, exceto aqueles que são sigilosos, que a gente estabeleceu que o Parlamentar vai nomear um assessor para que tenha acesso àqueles que vêm com a tarja de sigiloso, e, se realmente preencherem os requisitos da lei, nós vamos mantê-los em sigilo; senão, a gente vai abri-los.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você nomeia um...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Então, já pode nomear?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já. Já pode nomear e encaminhar para a secretaria, com certeza absoluta.

O nosso convidado é o Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, ex-Ministro da Defesa; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Esporte; e da Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Como eu disse, estou fazendo isso aqui porque é praxe, mas dispensa.

Nosso convidado, Sr. Aldo, o senhor tem o tempo que achar necessário para a exposição; depois, quando o senhor achar que deve encerrar a exposição, aí nós faremos a sessão de perguntas.

Fique à vontade, não vai ter nem sequer cronômetro. Fique à vontade.

E obrigado por ter vindo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Prezado Senador Marcio Bittar, querido amigo Senador Ciro Nogueira, Senador Dr. Hiran, Senador Zequinha Marinho, Senador Jaime, Deputada Silvia, a senhora... Senadora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Muito bem.

Saúdo o Deputado Feijão aqui, meu querido amigo, lá do querido Amapá.

Agradeço ao Senador Plínio e ao Senador Marcio pela confiança e pela honra de apresentar aqui no Senado, nesta Comissão de inquérito, uma visão sobre a Amazônia de um brasileiro que a conhece desde menino.

Eu, ainda muito jovem, participando da reconstrução da União Nacional dos Estudantes, Senador Zequinha, fui incumbido de fazer a campanha de reconstrução na Amazônia e me lembro do impacto de, que foi o segundo que me causou na vida, testemunhar a grandeza da Amazônia. Levava comigo, de leitura de bordo, num avião da Vasp, até Rio Branco, o livro do escritor amazonense Márcio Souza, *Galvez, Imperador do Acre*, que tinha sido recém-lançado. E, de lá, a visão, de Rio Branco a Manaus, o avião, ladeando aqueles dois gigantes – o Purus, de um lado; e o Madeira, do outro – e a floresta, dá um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido único de grandeza não só da Amazônia, do nosso país; a Amazônia, que já me impactara ainda no antigo exame de admissão, Senador Plínio, para que nós nos preparávamos e que hoje é a primeira parte do ensino fundamental. E a minha professora de Geografia ainda bem que nos obrigava a aprender mesmo todos os afluentes do Rio Amazonas, de oeste para leste, na sequência, e quem errasse um, ela mandava copiar 600 vezes para não esquecer mais – 600 vezes, era um caderno que enchia –, e eu aprendi, com muito gosto e muito prazer, só de admiração.

Depois, já nos meus mandatos como Deputado por São Paulo, nunca me desliguei da Amazônia. Desde o primeiro mandato, muitas vezes, fui à Amazônia em companhias que hoje as pessoas julgariam improváveis, porque nas delegações sempre estávamos presentes eu, o Deputado Jair Bolsonaro e o Deputado José Genoíno. Nós três estávamos sempre presentes nas delegações para visitar a Amazônia. Percorremos a Amazônia naqueles navios-patrolha da Marinha – no Pedro Teixeira e no Raposo Tavares – e nos navios-hospitais. Fomos a Tabatinga, fomos a Roraima, fomos a Rondônia, fomos à Amazônia inteira. Era uma época em que as pessoas podiam conviver com as suas diferenças.

Depois, na época do Código Florestal, como Relator, nós fizemos pelo menos 200 audiências públicas, muitas delas na Amazônia, e não as fazíamos só nas capitais, nas sedes dos Poderes. Não! Pegávamos um carro de Rio Branco e íamos até à Boca do Acre; depois, pegávamos uma voadeira e íamos à beira do Purus para ouvir os ribeirinhos. Fomos, lá em Roraima, à Serra do Tepequém, lá na divisa com a Venezuela, para descobrir ali que aquela área de Roraima é garimpo; desde a época dos ingleses, no século XIX, que ali já era garimpo dos ingleses. E me impressionava – eu sempre curioso – porque esse nome de Tepequém. Eu achei que era uma terminologia indígena, e os moradores do Tepequém disseram: "Não, isso é uma terminologia inglesa". Eu digo: "Mas como?". "Não, é que os ingleses apelidaram a serra de Topo da Rainha, e os garimpeiros nordestinos não queriam pronunciar *top of the queen*, pronunciavam Tepequém, e como Tepequém ficou a serra até hoje, lá em Roraima.

E, recentemente... Aí como Ministro, eu fui várias vezes: como Ministro do Esporte, levamos equipamentos lá para São Gabriel da Cachoeira, para Cabeça do Cachorro; como Ministro da Ciência e Tecnologia, inauguramos o primeiro trecho de infovias fluviais...

Senadora Tereza, bom dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

O SR. ALDO REBELO – ... lá usando o leito dos rios para levar internet para os ribeirinhos; como Presidente da Câmara, fui a todos os estados da Amazônia; e, recentemente, por conta de um livro que me encomendaram sobre a Amazônia, passei quatro meses ali, no coração da Amazônia. Estabelecime em Altamira, mas andei pelo Pará, fui a Boa Vista, fui à Amazônia, fui à Amazônia inteira, ouvindo as pessoas para poder preparar esse livro; depois, percorri toda de carro a Transamazônica. Fui de carro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Paulo, atravesssei a Transamazônica inteira, parando cidade por cidade, e, depois desci a 163, antes, passando em Miritituba, para verificar o magnífico porto que construíram à beira do Rio Tapajós, sem a infraestrutura necessária, que seria a Ferrogrão, que foi paralisada por sugestão de uma ONG, acolhida pelo Ministério Público, e, numa decisão monocrática, por um Juiz do Supremo Tribunal Federal. Foi iniciativa de uma ONG qualquer com um outro partido desorientado.

Eu a percorri recentemente e o que eu posso dizer, assim, na minha visão de 40 anos visitando a Amazônia? É que me surpreende negativamente a situação que eu percebi. A Amazônia, hoje, principalmente aquela Amazônia profunda, é uma área do nosso país onde convivem três estados paralelos.

Um é o Estado oficial, das prefeituras, dos estados e da União, com suas agências e os seus órgãos. Esse é o Estado oficial, anêmico, débil, deficitário em tudo.

Outro é o estado do crime organizado, do narcotráfico, espalhando seus tentáculos pela Amazônia inteira, dominando os rios como via de acesso para o tráfico nacional e internacional e ampliando o seu poder social e econômico. Conversando com uma autoridade importante do Amazonas, ele me disse, há dois meses: "Olhe, na fronteira do Amazonas com a Colômbia e o Peru, o Prefeito me disse que já não é o maior empregador do município. Perdeu esse posto para o narcotráfico". Se você anda nas ruas de Altamira, uma cidade de 120 mil habitantes, tem lá uma orla banhada pelo Rio Xingu – e eu caminhava ali quase toda tarde –, e, a cada 100m, Senador Zequinha, o senhor encontra uma pichação cobrindo outra pichação cobrindo outra pichação: é uma pichação do Comando Vermelho coberta por outra do PCC e por outra da Família Norte. A cada 100m! Toda semana, há notícias de que jovens e mais jovens são trucidados nas chacinas e nos enfrentamentos entre o crime organizado.

E, quando você olha para a cidade, percorre a cidade, há o aparato repressivo do Estado brasileiro, com helicópteros, Polícia Federal, Ibama, Força Nacional, viaturas... Parece uma cidade em guerra! E, quando você pergunta qual a finalidade desse aparato, se é para combater esse crime organizado, não! Esse aparato todo está ali montado para ir atrás de um sujeito que está criando uma vaca, plantando uma roça de milho, criando uma cabra ou plantando uma roça de cacau! É para isso que o Estado brasileiro mobiliza esse aparato!

Eu vi isso pela primeira vez em 2010, numa audiência em Novo Progresso. Quando nós tentamos descer em Novo Progresso, a pista de terra, a pequena pista de terra para um monomotor tentando descer, estava ocupada por um rebanho de vaquinhas espantadas com a aproximação do avião. O avião deu dois rasantes para afastar as vaquinhas, e nós pousamos. Eu perguntei lá: "Prefeito, e essas vacas?". E ele: "Não, essas vacas são as vacas piratas do Ministro Minc, que mandou apreender aqui". E, quando você chegava à reunião, ao lugar que a igreja nos destinou, tinha centenas de famílias apavoradas, em pânico! Senhoras e senhores, eu me lembrei de uma cena da minha infância, da guerra do Vietnã. O Vietnã tinha uma base muito grande, que todo dia estava nas televisões, que era a base de Da Nang, de onde saíam as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações para combater os vietnamitas. Quando eu vi a base da Polícia Federal, do Ibama e da Força Nacional em Novo Progresso, eu disse: "É Da Nang, e esses agricultores são os vietnamitas que eles vão pegar daqui a pouco". (*Risos.*)

Agora, o que era aquilo?! Aquilo ali... Eles foram tratados como se fossem invasores de terra pública, quando, na verdade, o Ministério do Meio Ambiente tinha feito uma grande ofensiva de estender aquele Sistema Nacional de Unidades de Conservação em áreas já pré-tituladas, em áreas a que o próprio Governo tinha levado aquelas pessoas.

Eu perguntei lá para o cidadão, e o senhor disse: "Não, eu vim do Paraná; do Paraná, fui para o Mato Grosso do Sul; do Mato Grosso do Sul, fui para o Mato Grosso; do Mato Grosso, me trouxeram para aqui". "E daqui?" Ele disse: "Daqui, eu acho que eles vão me jogar no mar, não tenho mais para onde ir".

E agora esse aparato continua lá, intacto, está certo? O crime organizado, que é o segundo estado paralelo, e o outro, que é o mais importante, o mais forte, o mais dominador, que é o estado paralelo das ONGs, governando a Amazônia de fato, e governando com o auxílio do Estado formal brasileiro, com o auxílio do Ministério Público Federal, com o auxílio da Polícia Federal, com o auxílio do Ibama, da Funai, desse ministério que criaram agora das populações ou dos povos indígenas, com esse consórcio de agências do Estado brasileiro a serviço desses interesses.

E por que não é fácil de enfrentar? Porque eles nem precisam se instalar, porque eles governam de dentro – de dentro. Esse Sistema Nacional de Unidades de Conservação é criação de uma agência americana assumida pelo Estado brasileiro. Você achar que 14% do território nacional está imobilizado em áreas indígenas, as áreas mais produtivas, mais ricas em minérios do país, que isso é por acaso? Não! Isso é planejado, profundamente planejado.

Então, houve uma transição no Brasil quando as agências, na verdade, foram ocupadas. Um dos fundadores do ISA presidiu a Funai e, na presidência da Funai, esvaziou a Funai e transferiu da Funai para as ONGs as atribuições do Estado.

Certa vez, acho que no ano de 2000, 2001, eu presidi aqui uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso, e o Comando do Exército me mandou uma matéria do *The New York Times* com uma denúncia sobre abuso cometido contra mulheres indígenas por parte de soldados do Exército e perguntou se a Comissão poderia expedir uma nota sobre o tema. Eu li a matéria e disse: "Faço, sim, mas quero ir lá onde a denúncia foi formulada", que era um pelotão de fronteira lá na divisa de Roraima com a Venezuela. Saímos daqui eu, na época, e o Coronel Villas Bôas, que depois veio a comandar a Amazônia e o Exército, que era então Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Fomos até Boa Vista, dormimos lá no Hotel de Trânsito do Exército e, no outro dia, de manhã, saímos com o General Claudimar Magalhães, que era o Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva de Roraima,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uns dois oficiais e mais uns dois ou três funcionários civis do Governo de Roraima. Quando nós descemos no Pelotão de Fronteira de Surucucu, bem próximo, 300m, tem uma maloca indígena ianomâmi, porque o pelotão está dentro de uma área ianomâmi. Quando nós chegamos à maloca para fazer a visita, tinha uma moça, uma jovem cujos traços demonstravam que ela não era, assim, oriunda daquela região. Ela apresentou-se como sendo integrante de uma ONG chamada Urihi e disse: "Não, o senhor entra, porque o senhor é Deputado, mas o General e o Coronel não entram". Eu disse: "Mas você deve levar em conta que você não é nem servidora pública. Eles são oficiais do Exército Brasileiro, e isso aqui é área de domínio da União". Ela disse: "Não, o senhor não entra... O senhor entra, eles não".

O General Claudimar tinha levado uns presentes, uns facões, umas coisas lá para as lideranças indígenas. Cuidadoso, para não criar nenhum tipo de incidente, disse: "Não, Deputado, o senhor entra, que nós aguardamos".

Eu entrei e me deparei com aquela cena que eu já descrevi até em livro de profunda subnutrição dos indígenas que estavam ali; uma fuligem muito forte, cortina de fumaça e fuligem, porque tinham muitos fogos acesos para cozinhar aqueles alimentos. Eu conversei com a moça e disse: "E essa situação?". Ela disse: "Não, tem muitas doenças infecciosas por aqui, muita tuberculose, muita subnutrição". Eu perguntei: "Por que a senhora não traz água ali, já que toma conta disso aqui, não traz a água do Pelotão de Fronteira e a luz elétrica?" – porque não tinha luz elétrica nem tinha água tratada. Ela disse: "Não. Água tratada e luz elétrica vão alterar a cultura deles". Aí, tinha uns três meninos jogando futebol, assim, numa área, num campinho atrás da maloca. Eu corri, dei um chute na bola, voltei e disse: "Olha, pelo menos, nós todos torcemos para a mesma seleção". Ela disse: "Não, senhor. O senhor torce para sua seleção, eles torcem para seleção deles". Eu convidei o General Claudimar e o Coronel Villas Bôas e disse: "Vamos; antes que se torne mais desconfortável a visita, vamos embora".

Depois, conversando com o Villas Bôas, nós nos perguntamos: como essas pessoas souberam da nossa presença? Como se anteciparam à nossa presença? Como se deslocaram? Porque não havia outro meio, não tinha estrada, não tinha rios. Como se deslocaram? Claro que havia ali um serviço de inteligência e de logística que se antecipou à nossa passagem por ali. Depois, eu vi no noticiário que essa ONG, que era ligada acho que à saúde, foi envolvida em denúncias muito graves dos recursos repassados, na época, não sei se pela Funasa ou pelo Ministério da Saúde – essas denúncias são públicas, elas estão na internet.

O Governo exercido... Porque essas ONGs são apenas um instrumento. Os interesses que elas representam estão lá fora. Se alguém perguntar se isso não é teoria da conspiração... A história da Amazônia é uma história de conspiração. A Amazônia é cobiçada antes de ser conhecida. Quando fizeram o tratado de Madrid, em 1494, nem os espanhóis, nem os portugueses sabiam que existia a Amazônia. Eles desconfiavam que havia terras ali, 350 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, e dividiram, tá certo? "Faz esse meridiano a 350 léguas: o que tiver a leste é português, o que tiver a oeste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é espanhol." Tanto que o rei da França, que era primo do rei da Espanha e primo do rei de Portugal, chamou um diplomata e perguntou: "E cadê o testamento de Adão, que deixou as terras do mundo para os meus dois primos e me excluiu da participação?". É disputada. Desde essa época que a Amazônia é disputada. A crônica registra.

Tem livros clássicos escritos por amazônidas ilustres cultos, bem formados, como Leandro Tocantins, que escreveu a história do Acre, como Arthur Cezar Ferreira Reis, que escreveu inclusive a história dessa cobiça, que dá os detalhes de como os holandeses, os ingleses, os franceses, os espanhóis... Alguém acha que os holandeses, os franceses e os ingleses estavam ali somente para ficar com aquela fatia das Guianas, naquele maciço? Não! O que eles queriam era a Bacia do Grande Rio, esse era o objetivo. Portugal foi muito eficiente: contou com uma diplomacia muito eficaz, cabos de guerra muito capazes, aliança com as populações indígenas... Sem essa aliança, Portugal não teria prevalecido na Amazônia! Uma das expedições do Pedro Teixeira, que saiu de Cametá, em 1637, era formada por 1,2 mil índios armados de arco e flecha e remeiros e era para durar tanto que eles levavam as famílias, as mulheres, as crianças. A expedição tinha mais de 2 mil integrantes, saiu de Belém e foi até Quito. Não, até... É, até Quito e depois voltou. O Raposo Tavares saiu de São Paulo para percorrer a Amazônia inteira: saiu daqui de São Paulo, também com uns mil índios e alguns portugueses; voltaram alguns. Ele voltou tão desfigurado que a família não o reconheceu quando ele chegou em casa de volta a São Paulo. Foi até o Peru. O Vice-Rei do Peru ficou espantado com a ousadia desses bandeirantes e desses portugueses. Então, é muita cobiça.

A Guiana? Essa Guiana Inglesa, que hoje está nadando em petróleo, crescendo 50% ao ano... O Rei Carlos apoia as ONGs para proibirem petróleo na Amazônia e no Amapá; à Guiana Inglesa ele foi o primeiro a chegar com as suas empresas. Pois bem, essa Guiana tem um caso célebre. O quê? Duas ONGs inglesas: uma sociedade geográfica; depois outra religiosa, porque os ingleses queriam ter acesso à Bacia do Amazonas, porque os rios deles corriam todos para o Caribe, e eles mandaram dois agentes, mapearam, comunicaram, depois mandaram um religioso, que catequizou os índios, ensinou inglês, quando o Brasil mandou retirar... Nisso o Brasil já era independente. Os pastores levaram os índios para Georgetown, pediram proteção à Inglaterra, e a Inglaterra mandou uma tropa e nos tomou ali acho que 21 mil quilômetros, que deram o acesso deles ao Rio Branco e depois ao Negro e depois a...

A Guiana Francesa do mesmo jeito. Na questão do Amapá lá, do nosso herói Cabralzinho, eles queriam 500 mil quilômetros quadrados. O Barão do Rio Branco disse: "Olhe, eles querem uma outra França aqui!". Porque eles queriam tomar conta dali, do Oiapoque, no Oceano Atlântico, até o limite de Roraima. De todo aquele pedaço do Pará, do Amazonas e um pedaço de Roraima eles queriam tomar conta: 500 mil quilômetros quadrados. O Barão do Rio Branco preparou uma defesa muito grande, e o árbitro, que era o Presidente da Suíça, nos deu ganho de causa 100%, mas isso agora, em 1904, 1905, 1906, em que essa disputa está presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O roubo das seringueiras: maior escândalo de biopirataria da história, promovido pelo Governo inglês, patrocinado, pago. O homem que veio cumprir essa missão... O Brasil produzia 95% da borracha do mundo, e já havia uma indústria de borracha, os navios já usavam, as indústrias já usavam, e os ingleses queriam levar a borracha da Amazônia para a Ásia. Pagaram um agente, que depois foi condecorado Cavaleiro do Império Britânico pela... Acho que era a Rainha Vitória...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Vitória. Pronto!

Esse homem, quando faleceu, teve obituário publicado no jornal *The New York Times*, e ele contrabandeou 70 mil sementes de seringueira: subornou a alfândega de Belém ou de Santarém e levou tudo para lá; botou no Jardim Botânico de Londres e, do Jardim Botânico, adaptou e levou para... Trinta anos depois, era a Inglaterra que produzia na Ásia 95% da borracha do mundo.

Essa crônica está aí presente. Desapareceu isso hoje? Por que desapareceria se você tem na Amazônia a maior fronteira mineral do mundo? No depoimento lá de um geólogo de uma grande companhia que atua na Amazônia, sabe como é que ele pergunta sobre a riqueza da Amazônia? Ele diz: "O senhor conhece a tabela periódica? Está toda na Amazônia. Tudo o que o senhor imaginar que tem na tabela periódica tem na Amazônia".

Aí, eu vou fazer uma palestra em Paragominas, e as pessoas dizem: "Olha, acabou de sair daqui uma equipe de pesquisadores da Alemanha que veio atrás do... Não sei se é camamu... É uma planta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Camu-camu? Vitamina C.

O SR. ALDO REBELO – É uma planta que vai consertar ou curar o Alzheimer. Os alemães estavam lá atrás disso, atrás dessa planta. Isto também está na internet: a planta que vai curar o Alzheimer, e os alemães estão atrás disso.

Você tem a biodiversidade, a maior reserva de biodiversidade do mundo na Amazônia! É que nós temos lamentavelmente uma imprensa no Brasil que oculta os fatos sobre a Amazônia – oculta, silencia, omite.

O último congresso, depois daquele congresso do Egito, Senador Marcio, do meio ambiente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Isso! Em seguida teve a COP da biodiversidade, em Montreal. A COP da biodiversidade de Montreal se confrontou com dois temas importantes, em que o Brasil foi o protagonista. Quais eram os dois debates fundamentais? Primeiro: qual a porcentagem de biodiversidade que o mundo deveria proteger? Resolução da conferência: 30% da biodiversidade do mundo. Debate





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre onde proteger. Proposta do Brasil: que cada país proteja 30%. Proposta da ONU, dos países ricos: meta global. Na meta global, se eu protejo 60% e o Senador Ciro protege zero, nós dois protegemos 30%. Então, a meta global era para jogar o encargo e a responsabilidade em cima de três países: Brasil, Congo e Indonésia. Era essa a meta! E foi esta a meta que foi estabelecida: a meta global. O Brasil perdeu. Isso foi em dezembro de 2022.

A segunda discussão: a distribuição dos recursos gerados pela biodiversidade. O Brasil tinha com os africanos e os indonésios uma proposta que remunerava com *royalties*, com patentes, sei lá com quê, a biodiversidade. Sabe o que os países ricos fizeram, Senadora Tereza? Registraram todas as biodiversidades sem identificar a origem. Quando o Brasil protestou, dizendo "Ó, sem identificar a origem, como é que nós vamos pedir indenização?", eles disseram: "Não, nós vamos registrar, mas colocar em disponibilidade para o mundo inteiro". É uma trapaça, porque só vai ficar em disponibilidade para quem tem a tecnologia que possa transformar aquilo em algum produto farmacêutico, químico, industrial, cosmético. Não adianta você distribuir livros para quem não sabe ler. Não adianta você abrir a biodiversidade para quem não domina a tecnologia. Então é uma trapaça, é outra forma de biopirataria. E foi isso que decidi. Isso tudo está lá na Amazônia. Então, se você tem a maior fronteira mineral do mundo de tudo, se você tem a maior reserva de biodiversidade do mundo, se você tem a maior reserva de água doce do mundo...

Em dezembro de 2020 ou 2021, a Bolsa de Valores de Nova York acolheu uma nova *commodity*, uma nova mercadoria, que passou a ser negociada na bolsa de valores. Essa mercadoria é a água. A água virou uma *commodity*, negociada na bolsa de valores. Poucos meses depois, numa palestra falando exatamente sobre a água, a Vice-Presidente dos Estados Unidos disse o seguinte – também está na internet –: "A guerra pelo petróleo é uma guerra do passado. A guerra que os senhores vão conhecer no futuro é a guerra pela água".

Ora, se eu tenho a crônica da guerra pelo petróleo, que era a guerra de quem precisava contra quem tinha o petróleo, eu fico olhando que nós temos muita água; que o Rio Amazonas é responsável por 20% de toda a vazão de água doce do mundo – do mundo! –, chega às vezes a 300 mil metros cúbicos num segundo de vazão. E os outros rios também têm vazão extraordinária. Você tem ali o maior reservatório, o Alter do Chão, que é maior do que o Guarani, dá duas vezes esse Guarani aqui. O aquífero é o maior do mundo. Você tem, nas estações chuvosas, Senador Ciro, 350 mil quilômetros de água doce de superfície na Amazônia. Você tem mais do que um Estado de São Paulo, mais do que a Itália, mais do que a Alemanha de água doce de superfície. Alguém olha e acha que isso... Quando o mundo está vivendo uma escassez que vai atingir a agricultura... Os estudos da FAO já estão apontando que três grandes regiões produtoras de grãos, que são as planícies americanas – grandes produtores de grãos –, a planície norte da China e uma terceira área também muito produtora de grãos, estão sofrendo uma crescente escassez de água. E sem água não há agricultura – não há agricultura sem água. E a água está na Amazônia, e a floresta tropical está na Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo se explica por essa diplomacia, porque os países ricos têm uma diplomacia especial das terras-raras, dos minérios. O Presidente Biden disse, numa reunião na Indonésia, lá numa ilha de Bali, que, contra o monopólio das terras-raras, desses minérios raros por parte da China e parte da Rússia, e pela insegurança jurídica da África, o caminho era o Brasil. O Brasil tem minérios importantes para essa indústria de alta tecnologia. E o Brasil, infelizmente, não tem consciência da importância, da relevância e acha que isso tudo é pelo meio ambiente.

Claro que há um problema do meio ambiente no mundo e no Brasil também, mas não é pelo meio ambiente que a Amazônia está em evidência, que a Amazônia está no centro da polêmica, do debate. Não é pelo meio ambiente que eles estão trazendo essa conferência do clima lá para Belém. Não é, como diria o grande Padre Antônio Vieira, não é pelo nosso bem, é pelos nossos bens. É uma distinção singular, mas muito importante. Há que diferenciar aqueles que estão aqui em busca do nosso bem, que são sempre bem-vindos, acolhidos, daqueles que estão aqui em busca dos nossos bens. E a Amazônia é essa região governada, observada, olhada por centenas de ONGs poderosíssimas, com muitos recursos, conscientes da sua tarefa, da sua missão.

Agora eu vi que o BNDES anunciou que há cinco vírgula alguns bilhões, 5,13 bilhões de depósito no Fundo Amazônia. Agora veja só, o Fundo Amazônia foi criado pelo Governo brasileiro, pelo Estado brasileiro, mas é administrado pelas ONGs. Eu integrei o Conselho de Administração do BNDES. Certa vez pedi ao diretor responsável pelo fundo que me apresentasse os pareceres que autorizavam a transferência desses fundos, as decisões. Ele me disse: "Não, não é o banco que decide, é um comitê onde quem mais influencia é um diplomata da Noruega, exclusivamente no Brasil para cuidar desse fundo". E os senhores podem entrar na página da internet do Fundo Amazônia, está lá em inglês e em português: o Brasil cuida e o mundo financia, o mundo apoia, o mundo paga. E quando você vai ver, o que é que tem lá? A agenda para a destinação do fundo é só essa agenda global do meio ambiente, mas a Amazônia, senhoras e senhores, é a região onde há os piores indicadores sociais do Brasil! Os maiores índices de mortalidade infantil! As maiores taxas de analfabetismo, de doenças infecciosas! O menor índice de fornecimento de serviços essenciais, como água tratada, luz elétrica, saneamento básico. Você anda nas ruas das cidades da Amazônia e não há saneamento! Há um centavo sequer destinado para essa finalidade, para dar saneamento básico? Não há um centavo. Para a saúde? Não há um centavo. Para desenvolver, para elevar o padrão de vida dessas pessoas? Não! Não! É exclusivamente para essa agenda de interesses internacionais.

Situação de pobreza. Uma vez, descendo o Rio Purus, vi um grupo de crianças saindo de uma canoa e perguntei para o rapaz da voadeira, para o piloto: "O que é aquilo?". Ele disse: "É uma escola". Eu disse: "Eu quero ver". Paramos lá na beira do Purus, no Estado do Amazonas. Subimos lá a ribanceira, e a 50, 100 metros estava a escola. Cheguei à escola e apresentou-se um jovem. "Você é o professor?". Sou o professor. Um lugarzinho, um quarto dessa sala aqui da CPI. Um colchão no chão, muito toco de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vela. Aí eu disse: "Ah! A escola não tem luz elétrica. E essas velas, Professor?". Ele disse: "Eu corrijo as provas à noite, à luz das velas".

Olhei na parede: a ideia de um professor muito aplicado, cheia de cartaz, de cartolina, aula de história, geografia. Escola multicurso, multissérie, como se diz. Vi também que a escola não tinha água tratada nem encanada, embora estivesse a cem metros de um dos maiores rios do mundo. Eu voltei ao MEC e perguntei lá para uma assessora do MEC. Eu digo: "E essa situação?". Ela disse: "Não, são milhares dessas escolas todas na Amazônia".

Agora, dessa vez, foi no Rio Xingu. Eu estava passando pelo Rio Xingu, olhei e eu digo: "Quero ver a escola". Era um fim de semana e a professora não estava, mas eu perguntei: "E aqui?" "Não, aqui é uma professora. Ela vive e mora aqui". Dentro da selva, ela dorme sozinha. É uma menina! A professora dorme sozinha ali dentro da selva. Eu digo: "Só pode a mão de Deus proteger essa moça numa situação daquela!".

Há alguma ONG preocupada com essa situação de escolas sem água, sem luz, multicurso, multissérie, com a falta de tratamento? Nas aldeias não tem água tratada, não tem luz elétrica! Há uma ONG preocupada com isso? Com saneamento básico em todas as cidades da Amazônia, inclusive nas capitais? Eu não sei, Feijão, qual é o índice de saneamento da cidade de Macapá. Não sei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Três por cento! Isso é elevado, para a média da Amazônia é elevado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Belém, 3,67%.

O SR. ALDO REBELO – Pois é.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porto Velho, 4%.

O SR. ALDO REBELO – É isso.

Agora, nas cidades de São Paulo, eu, como Ministro, vi muitas vezes a segunda, a terceira estação de tratamento para as cidades que já tinham 100% de esgoto tratado, porque as da Amazônia não têm os requisitos que o Estado brasileiro exige, que são projeto, porque não tem corpo técnico, e capacidade de endividamento, o que só têm as cidades ricas. E o dinheiro que poderia ir para isso vai para as ONGs que vivem na Amazônia.

Eles mandaram... Eu estava em Altamira, e foi uma repórter do Rio de Janeiro de uma ONG para interrogar, como se fosse policial, e a Presidente do Sindicato Rural de Altamira achando que ela estava pagando a minha viagem. Não estava, está certo? Ela voltou de lá sem a notícia que queria dar. Eu estava escrevendo um livro, e os editores me adiantaram alguma coisa para eu pagar uma viagem comum,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples, ficando em hotéis simples e de carro. Mas ela foi do Rio de Janeiro, essa ONG, foi para lá. É uma ONG criada por uma pessoa que sai desse circuito da grande imprensa – *Folha, Estado, El País, Globo* –, porque as ONGs pagam os seus jornalistas a peso de ouro, dispõem de muitos recursos e recrutam jornalistas talentosos, preparados, para montar a versão das ONGs sobre a Amazônia, está certo? Porque elas se distribuem em vários grupos: tem um grupo de ONGs que é só ONG para fazer barulho, agitação, vender ameaça para recolher o dinheiro para "proteger", entre aspas, a floresta; há ONGs que cooptam lideranças, que cooptam pesquisadores nas academias, que funcionam como se fossem ONGs de pesquisa; e agora há um grande número de ONGs que são ONGs da área de comunicação, está certo? Como se fossem agências de comunicação, jornalistas, registram na Amazônia, dizem que vivem lá, mas não vivem; e, quando vivem, vivem em condomínios fechados, sem qualquer contato com a população local, como se fossem uma administração colonial.

Os ingleses administravam as colônias africanas e asiáticas assim: faziam seus bairros exclusivos. Eu era menino, e eu ouvi essa história de que nos bairros ingleses de Xangai, na época da dominação sobre a China, havia uma placa escrita em inglês e em chinês: "Proibida a entrada de cães e de chineses". Depois disso, no filme chamado *A Fúria do Dragão*, daquele Bruce Lee, tem uma cena em que ele, nessa Xangai ocupada, tenta entrar num parque e, quando ele tenta entrar no parque, o guarda aponta a placa, e na placa está lá escrito em inglês: "Proibida a entrada de cães de chineses" – e em mandarim. E ele, numa reação patriótica, num golpe mortal de arte marcial, destrói a placa. Eu fiquei pensando: falta um *kung fu* na Amazônia, um bruce lee na Amazônia para enfrentar essa situação.

Então, o que eu vejo é que essas ONGs governam a Amazônia não só de lá, mas a partir do próprio Estado brasileiro – está certo? –, com a lei, com as normas que eles criaram. Uma delas é esse Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a outra é essa política de demarcação dessas áreas indígenas que eu tentei, na época de Deputado, com o Deputado saudoso Ibsen Pinheiro, trazer de volta para o Congresso essa atribuição, porque o Congresso ouve, o Supremo não ouve ninguém. Em relação à decisão sobre a Raposa Serra do Sol, eu era Ministro, eu disse ao Presidente Lula: "Isso é um grande erro!". Copiei a frase do estadista francês e disse: "Presidente, é pior do que um crime: é um erro". Mas, por pressão internacional e por uma decisão do Supremo, foi feita essa demarcação em área contínua, que os índios não queriam – eu estive lá, várias vezes –, mas o ministro do Supremo que decidiu não foi lá nenhuma vez, decidiu sem ouvir ninguém. O Congresso, pelo menos, tem a tradição e os instrumentos para ouvir as pessoas que o Supremo não tem.

E você tem uma anomalia no direito brasileiro que é uma autarquia poder subtrair áreas de um ente federativo sem consultar ninguém. Isso é um absurdo! Eu lembro da demarcação do Parque do Tumucumaque, Deputado Feijão, que era o quê? Era para levar esse presente para a RIO+10, que era da África. E tiraram lá mais de 30 mil quilômetros do Amapá, sem ouvir o Governador, sem ouvir a Assembleia Legislativa, sem ouvir uma prefeitura, sem ouvir ninguém. Você confisca! Agora está nova ofensiva em Roraima para confiscar mais áreas, num estado que já não tem área nenhuma para se manter,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para sustentar alguma atividade econômica, como o Amapá. Eu digo que, então, transformem logo na "Terra Indígena Ray Charles", porque economicamente está se inviabilizando.

Então são essas normas que precisam ser... O Fundo Amazônia é um fundo do Governo brasileiro, criado por decreto do Presidente Lula. Tem que haver uma norma dizendo o seguinte: esse recurso só pode ser destinado a órgão público, a prefeitura, a secretaria de estado, a Governo estadual, a Governo Federal. ONG não pode ter acesso a esse dinheiro. Não pode. Já acha pouco o dinheiro que vem do exterior, das fundações internacionais? Por que é que esse dinheiro tem que ir para ONG? Não. Tem que ter uma norma. Não querem dar? Cuidem do seu dinheiro. Está certo? Cuidem do seu dinheiro. O Brasil não é colônia. A Amazônia não é colônia do Sul e do Sudeste e nem é colônia de europeu rico. Não, senhor. Não quer dar, não dê. Agora o dinheiro não vai poder ser usado e vai ser o seguinte, pode fazer a lista, vai ser saneamento básico, saúde, habitação, educação, usado pelo Estado, pelos Governos e não por ONG. Está certo? para viver a sua vida de administradores coloniais, alguns morando na Europa? Não.

Então acho que essas normas precisariam ser alteradas. Creio que seria a maior conquista desta Comissão de Inquérito conceber uma superemenda que reunisse aquilo que na Constituição precisa ser alterado para valorizar o papel do Estado e limitar o papel das ONGs, e as normas infraconstitucionais também, todas elas – todas elas –, que são muitas, são muitas que tornam a Amazônia uma espécie de protetorado informal dessas ONGs e dessas instituições. Acho que esse seria o grande legado da Comissão, além de expor naturalmente o funcionamento, as teias de funcionamento dessas instituições.

Sobre o papel do Ministério Público Federal, senhores, é inaceitável uma instituição do Estado brasileiro, regimento paga pelo povo brasileiro, funcionar muitas vezes como braço jurídico das ONGs, como foi o caso evidente – está certo? – dessa Ferrogrão. Como é que uma ONG tem legitimidade para recorrer ao Ministério Público? Eu vi isso muitas vezes no Código Florestal. Lá em Altamira tem uma representante do Ministério Público da cidade que se nega a receber os produtores rurais e a atender convite da Câmara de Vereadores, e vive em comunhão com essa agenda, sem ouvir.

Aí você vê uma notícia que lá no Acre... Eu conheço Santa Rosa do Purus, uma cidade pobre na extrema fronteira. Eu estive lá. Na época eu era Ministro da Defesa, o Prefeito me procurou, Senador Ciro, e disse: "Ministro, deixe essa moça aqui". Era uma médica que nós tínhamos no pelotão de fronteira, jovem, tenente. "É a única médica que nós temos no município." E fez um elogio: "Olha, ela atende aqui qualquer comunidade. Vai a pé, passa a noite andando para chegar e atender. Só tem ela". E a moça pediu: "Tenho aqui dois anos, mas posso passar mais dois anos". Aí querem fazer uma estrada ligando o Município de Manoel Urbano a Santa Rosa do Purus, para que a estrada? para transportar doente, emergência. Se alguém tem uma apendicite ou uma mordida de cobra, não vai chegar com vida numa canoa.

Se alguém tem uma apendicite ou uma mordida de cobra, não vai chegar com vida numa canoa! É para carregar as pessoas doentes, é para levar os estudantes, levar as mercadorias, e o Ministério Público





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra com uma ação para proibir agora outra estrada ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa. São 200km, é essencial.

O Euclides da Cunha, em 1905 ou 1906, quando foi lá na Amazônia traçar as fronteiras do Brasil com o Peru, já deixou isso tudo escrito, que tinha que ter ferrovia. Em 1906! E disse uma coisa magistral: "O Governo Federal não precisa colocar um centavo aqui. Toda a riqueza para construir já está na Amazônia". Isso foi o que Euclides da Cunha disse. Aliás, o nome do artigo, do ensaio dele é *A Transacreatana*. Isso tudo já estava previsto pelos brasileiros, patriotas, e agora o Ministério Público bloqueia tudo isso. Essa Rodovia 319 já existe.

Agora, aqui uma vez apresentaram uma medida provisória absurda, Senadora Tereza, que era a seguinte: era uma via rápida para a construção de infraestrutura e reforma de rodovias e ferrovias. Agora, da via rápida, era excluída a Amazônia. Eu disse: "Mas vocês beberam o que quando fizeram essa medida provisória?". "Por quê?" Eu disse: "Porque a Amazônia deve ter, sei lá, 3 mil, 4 mil quilômetros de rodovia, o Acre deve ter 1,5 mil quilômetros, São Paulo tem trinta e tantos mil quilômetros, e São Paulo vai ser beneficiado pela via rápida e a Amazônia está excluída? Por que razão?".

Então, eu creio que outra providência que o Congresso, o Senado deveria adotar era manter as prerrogativas do Ministério Público – todas elas. Agora, uma tinha que ser reordenada que é o poder e a iniciativa de parar obras de interesse nacional e de infraestrutura. Isso ele não pode. Ele não pode porque ele não conhece. Não é porque o menino fez um curso de Direito e passou cinco anos estudando no cursinho do Damásio lá em São Paulo que ele virou especialista em infraestrutura. Por favor, não. Ele virou integrante do Ministério Público; especialista em infraestrutura, não, e muito menos atendendo a interesses de ONGs.

Então, a sugestão que eu fiz ao Presidente Lula, no primeiro Governo dele, aliás, quando ele demitiu a Marina... Em um dia, ele perguntou, numa reunião de três ou quatro pessoas: "O que acontece que não sai licenciamento no Ministério do Meio Ambiente?". Alguém disse o óbvio: "Não sei porque quem manda no Ministério do Meio Ambiente é um comitê de 50 ONGs". Dois dias depois, o Deputado Paulo Bernardo, que era Ministro do Planejamento, deu uma entrevista – e não creio que tenha sido de *motu proprio* –, dizendo isto: a Ministra pediu demissão. Aí eu cheguei à reunião de Ministros e disse: quer resolver a situação? Mande uma proposta de emenda à Constituição, com dois artigos. No primeiro artigo, o senhor vai dizer o seguinte: obra de interesse público e de interesse nacional só pode ser paralisaada por iniciativa do chefe do Ministério Público Federal e não pelos milhares de promotores que entram com uma ação em Marabá, no juiz de Bauru. Não, só pelo chefe do Ministério Público Federal com recurso para o Supremo Tribunal Federal. Mas, como não basta ir para o Supremo, porque passou dois anos parada lá a imobilização da Ferrogrão, com prazo, três meses... Se o Supremo, em três meses, não decidir, está decidido: a obra está liberada. O primeiro artigo é esse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo artigo, a definição do que é obra de interesse público e de interesse nacional. O que é obra de interesse público e de interesse nacional? O §1º: qualquer obra que gere emprego, qualquer obra pública ou privada que gere emprego é de interesse público e de interesse nacional. Tem alguma coisa de maior interesse público e interesse nacional do que gerar emprego, senhoras e senhores? O §2º ou inciso diz qualquer obra que pague algum tipo de tributo, ou municipal ou estadual, como, por exemplo, a mineração, que deixa 65% da contribuição no município onde está o minério, que seriam os da Amazônia os mais beneficiados. E o outro inciso, qualquer obra que ajude a gerar divisas para o país, qualquer obra que preencha um desses requisitos ou que gere emprego ou que gere impostos ou que gere divisas é obra de interesse nacional e só pode ser parada – investimento público ou privado – por iniciativa do chefe. Não muda nas atribuições, muda só na forma e no arranjo como ela se aplica. O chefe, o Supremo – Senador Chico Rodrigues, alegria em vê-lo – e com prazo...

Eu disse a ele, ao Presidente da época, pode enviar que nós aprovamos com 80% dos votos do Congresso que esse povo, dessa agenda, tem prestígio no Parlamento Europeu, tem prestígio no Parlamento americano, tem prestígio no Parlamento sueco. No Congresso Nacional, eu nunca vi essa gente ter prestígio. Quem comanda o Ministério do Meio Ambiente e essa agenda...

Quantos Senadores tem nesta Casa o partido?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Sim. Quantos Senadores a Ministra do Meio Ambiente tem na Casa, o partido dela? Nenhum. Tinha um, que saiu, por causa do Amapá. Quantos Deputados? Acho que um ou dois. E o poder vem de onde? Claro que o poder vem de fora. O poder vem da Embaixada dos Estados Unidos, da Noruega, da França, da Alemanha, da União Europeia. Ninguém tem dúvida disso. E quem quiser saber, consulte e acompanhe nas redes sociais a comunhão entre a diplomacia da Europa Ocidental e dos Estados Unidos com essa agenda e com os representantes dela que estão dentro do Governo.

É uma relação de certa promiscuidade política, de certa perda do pudor que o servidor público deve ter. Não deve se expor em determinadas reuniões com agentes estrangeiros, com representantes estrangeiros. Deve ter cuidado. Lamentavelmente, muitos dos que estão neste Governo não têm esse cuidado. Acho que perderam completamente o limite, uma parte do pudor que deve conduzir na vida de homens e mulheres que têm função pública na relação com os estrangeiros. É isso que eu vejo nas redes sociais.

Então, o Congresso pode fazer isso. Na época, o Governo não quis mandar, por causa da proximidade de setores importantes do Governo com essa agenda. E agora eu vejo o Presidente Lula dizendo que não pode ser o santuário, mas o santuarismo está dentro do Governo dele. Os santuaristas estão dentro do Governo dele praticando o santuarismo, perseguindo qualquer forma de atividade econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, quando eu digo que esses dois governos paralelos se alimentam, é porque, Senador Chico Rodrigues, quando as ONGs e o Estado brasileiro imobilizam a atividade econômica criam mão de obra para o narcotráfico.

Eu vi lá no sul do Amazonas! Produtores me mandam: "Olhe, meus sobrinhos estão saindo, não querem mais ficar aqui". Por quê? É lamentável, não é? É porque tem mais aparato do Estado perseguindo agricultor do que perseguindo narcotráfico! É isso que acontece na Amazônia. Tem mais mobilização, mais dinheiro, mais recurso, mais Polícia Federal, mais Força Nacional perseguindo agricultor, criador de vaca, confiscando, levando ao suicídio do que perseguindo traficante! Eu moro em São Paulo, que é uma cidade violentíssima, com a multiplicação de casos de violência, de sequestro, de assalto há décadas – eu moro em São Paulo há 50 ou sei lá quantos anos –, e, Senador Ciro, nunca vi uma viatura da Força Nacional em São Paulo! Está tudo na Amazônia! para quê? para prender traficante? Não! É atrás do agricultorzinho! É isso que acontece! Infelizmente, é isso!

É de se perguntar ao Governo brasileiro: vai deixar que essas ONGs operem na Amazônia, perseguindo brasileiros que estão lá? E o objetivo é muito claro, não é por acaso. Numa dessas viagens pelo Rio Xingu, eu ia com um sargento que permaneceu 30 anos no Exército, que era piloto de voadeira e que batia a Amazônia inteira: saía de Altamira e ia até Manaus, saía de Manaus e ia até Santana, Macapá, Belém, só com o Exército. Ele me disse: "Olhe, há 20 anos, havia pelo menos o dobro de ribeirinhos vivendo na Amazônia". A política é de desantropização. Não pode ter regularização fundiária, porque a regularização fundiária consolida a presença demográfica. Não pode ter atividade econômica, não pode! Esta coisa dos garimpeiros: transformar o garimpeiro numa atividade criminosa!

Eu era o Presidente da Câmara, Senador Hiran, quando eu recebi aqui um projeto do Governo do Presidente Lula. Sabe como era chamado o projeto? Você era Deputado, Chico. Estatuto do Garimpeiro! Esse estatuto foi enviado pelo Governo do Presidente Lula, em obediência ao art. 174 da Constituição. No Estatuto do Garimpeiro, está escrito lá, no art. 3º ou no art. 5º, que o Governo deve priorizar a concessão de lavra para garimpo individual, familiar ou em cooperativa. Isso está lá na lei! E o que os governos fizeram? O último... É porque tem também na lei a previsão de reserva garimpeira, mas a última foi o Presidente Figueiredo que fez para alocar os garimpeiros que saíram de Serra Pelada. O que o Governo fez, a Ministra do Meio Ambiente? Transformou essa área em unidade de conservação. Não se criou uma unidade para o trabalho desses brasileiros, quando todo mundo sabe que ali na Amazônia a atividade de garimpo existe há muito tempo, assim como no Brasil inteiro. Os americanos devem a Califórnia aos garimpeiros, os garimpeiros fundaram Cuiabá, os garimpeiros fundaram Goiás Velho, os garimpeiros foram para o Mato Grosso. Os garimpeiros saíram pelo mundo afora!

Criminalizar por quê? Se tem garimpeiro criminoso, trate como criminoso. Se tem médico criminoso, trate como criminoso. Se tem advogado criminoso, trate como criminoso. Agora, eu não vi ninguém criminalizar toda uma categoria humana por conta do crime de um, dois ou três. Sabe por que é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque os 600 mil garimpeiros que tem na Amazônia não são objeto de compra de ONGs – esta é uma diferença: não estão à venda para as ONGs. E é o tipo humano que conhece a região inteira.

Eu falei para o pessoal do Ministério da Justiça: "Cuidado! Vocês querem resolver um problema, mas cuidado com o que vocês vão fazer depois, para esses garimpeiros não serem recrutados para a atividade criminosa". É preciso ter cuidado com isso. E acho que o cuidado não deve ser só da Amazônia ou dos amazônidas que vivem lá, lutando com muita dificuldade. Isso deve ser um cuidado do Brasil, das instituições nacionais e, em primeiro lugar, do Congresso Nacional, já que, neste atual Governo, a agenda da Amazônia, infelizmente, não nos dá nenhum tipo de expectativa nem de esperança. É preciso cuidar agora, cuidar da agenda da COP, que vem aí, porque é isso.

A primeira conferência do clima – eu vou dizer isso e encerrar – foi a Conferência de Estocolmo de 1972. Foi a primeira Conferência do Meio Ambiente da ONU. O Governo militar designou para chefe da delegação um brasileiro ilustre, um diplomata reconhecido, respeitado, que tinha sido Ministro das Relações Exteriores do Presidente João Goulart. Não foi cassado, permaneceu, era Embaixador do Brasil da ONU e foi designado. Na primeira reunião, quando o Embaixador americano, que era um homem também muito preparado, muito ilustre, apresentou a agenda, ele disse: "Não, essa agenda não. Essa agenda é a agenda do meio ambiente sem uma coisa que o Brasil julga essencial, que é o desenvolvimento. Ou é meio ambiente e desenvolvimento ou não tem a conferência". A discussão foi dura. Os diplomatas chegaram a se levantar das próprias cadeiras para um entreviro mais sério. Mas o Brasil venceu, e a agenda teve que ser a agenda do meio ambiente e do desenvolvimento. E ele cunhou uma expressão atualíssima. Ele disse: "O que vocês querem não é a questão do meio ambiente. O que vocês querem é o congelamento do poder mundial". Esta foi a frase do Embaixador Araújo Castro: "Congelamento do poder mundial". Tem livro sobre isso.

O congelamento do poder mundial ainda permanece, porque o nosso vizinho mais importante, mais rico, mais poderoso já está numa disputa dura com a Ásia, com a China. Tudo é disputado: o *microchip* é disputado, o processador é disputado, o 5G é disputado. E o Brasil no meio dessa disputa. Agora, senhoras e senhores, imaginem uma China aqui no hemisfério americano. Não basta uma na Ásia, vai ter uma aqui, porque o Brasil desenvolvido não vai ser uma Suíça, não vai ser uma coisa pequena, uma Dinamarca, uma Holanda; o Brasil desenvolvido é um gigante, que amedronta, que intimida. Então, é preciso congelar.

E onde é que está a fronteira promissora da redenção da nossa pátria, senhores? Está na Amazônia, nos recursos da Amazônia, nas terras da Amazônia, que, como disse alguém lá no século XIX, é coisa que não se fabrica mais. Perguntaram ao escritor Mark Twain: "Devo investir em quê?". Ele disse: "Invista em terra, que é coisa que não se fabrica mais". Então, é isso. O mundo, no ano passado, fabricou milhões de celulares, de aviões, de televisores, mas o mundo não fabricou nenhum hectare de terra, está certo? Quem tem, tem. E o Brasil tem muita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos passar agora... Agradecendo a todos os Senadores e Senadoras aqui, eu passo a palavra ao Relator, Senador Marcio Bittar, e depois começo ali da Senadora Tereza. Todos os Senadores concordam com isso?

Então...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Presidente Plínio, quero mais uma vez cumprimentar a Deputada Silvia; o Deputado Feijão pela presença, que engrandece esta Comissão; cumprimentar os amigos membros da Comissão, mas, agora, particularmente, o Senador Jorge Seif, que esteve aqui agora há pouco, o Senador Chico Rodrigues, que abrilhanta a reunião, o Ciro Nogueira – compreendo que é importantíssima a presença do Presidente do PP, é uma liderança nacional, ex-Ministro da Casa Civil.

Quando o Ministro Aldo Rebelo, na parte final da explanação, já emite algumas sugestões, eu considero muito importante que uma figura – ou todos que estão aqui – como o Ciro Nogueira esteja, porque, para o encaminhamento de soluções, para o que consideramos necessário, é muito importante o envolvimento de lideranças nacionais, assim como a Ministra Tereza Cristina. E eu vejo com muita alegria, com muita satisfação a presença da Ministra, hoje Senadora da República, porque exerce uma liderança que ultrapassou o seu estado natal, que é o querido Estado, que eu amo, de Mato Grosso do Sul.

Nenhum tema, Ministro Aldo, me comove, me causa indignação parecida como o tema da Amazônia brasileira. Eu já disse algumas vezes que eu chego a ter, nesse caso, vergonha de ser brasileiro, porque o que o Brasil aceitou fazer com mais da metade do seu território é uma coisa que envergonha um patriota.

Bom, parabenizando por sua presença e homenageando aqueles que nos visitam, trago algumas observações, Ministro, e algumas perguntas. Algumas delas eu já fui eliminando, algumas o senhor já mencionou, mas eu quero lhe dar a oportunidade de voltar ao tema.

Nós vemos duas posições – o Ministro mencionou isso um pouco, e eu gostaria de vê-lo aprofundar –, nós vemos duas posições do atual Governo: uma, do Presidente da República, que quer o desenvolvimento da Amazônia, quer infraestrutura, quer incluir o homem amazônico no meio ambiente, na equação da preservação – abro aspas: "A Amazônia não pode ser [e V. Sa. mencionou essa mesma frase], a Amazônia não pode se tornar um santuário", disse ele recentemente –; mas, dentro do Governo, um outro grupo existe, representado pela Ministra Marina Silva, que quer transformar a Amazônia em santuário. V. Sa. já mencionou isso, e eu queria lhe dar a oportunidade de aprofundar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta: o que V. Sa. achou do embargo, da decisão do Ibama no caso da exploração do petróleo e do gás na foz do Amazonas, um negócio que envolveria reserva de 30 bilhões de barris e quase 3 bilhões em investimento? O senhor diria que os laudos do Ibama são enviesados por interesses escusos das ONGs e organismos internacionais?

O senhor tem dito que o agricultor brasileiro é o mais perseguido do mundo. Quem são os responsáveis por essa perseguição na Amazônia? Na Amazônia a perseguição é mais implacável?

Hoje, o que vemos – e a sua fala corroborou muito com essa visão – é uma hegemonia das ONGs na discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia. O homem é visto como um empecilho. Há os radicais ambientalistas que já escreveram que consideram que a praga da humanidade é o ser humano. O homem é visto como um empecilho para o meio ambiente. Essa visão nefasta para o país é sustentada por meio de grandes interesses internacionais coloniais. Quais? V. Sa. já mencionou; eu lhe dou a oportunidade para ampliar.

V. Sa. tem dito que a agenda do meio ambiente é antinacional, contra os interesses nacionais. Como pode prevalecer isso no Brasil? Qual o papel das ONGs na manutenção dessa agenda?

O senhor já mencionou, mas eu vou lhe dar uma outra oportunidade... O que o senhor achou da escolha de Belém para sediar a COP 30? Temos motivos para comemorar ou para nos preocupar?

O que o senhor pensa sobre o marco temporal? Qual seria a solução para a questão indígena? Já mencionou o assunto, mas eu gostaria de ver um pouco mais sobre isso.

E também, quase que no final, já disse: por que o preconceito contra os garimpeiros? Como resolver essa questão?

Pode aprofundar um pouco, Ministro Aldo, sobre a preocupação dos riscos à defesa e à segurança nacional do Brasil relacionados à livre atuação de organizações não-governamentais na Amazônia? Gostaria de ouvir de V. Sa. sobre os interesses que envolvem as relações entre organizações não-governamentais, partidos políticos, autoridades públicas, como os membros do Ministério Público e da magistratura. V. Sa. já mencionou, eu lhe dou uma oportunidade para aprofundar.

A última pergunta – também já recebemos sua opinião, mas lhe dou uma oportunidade para aprofundar –: quais as recomendações que V. Sa. poderia trazer a esta Comissão e que certamente constarão da nossa proposta de relatório final para aperfeiçoar o acompanhamento e o controle, por parte do Estado brasileiro, de iniciativas que possam representar ameaças a nossos interesses nacionais na Amazônia?

E, por fim, V. Sa. já mencionou... Como eu venho acompanhando e lendo tudo que eu posso, e aí, claro, estão as suas palestras, livros, textos, vídeos... E aqui mesmo já disse, já deu demonstrações e exemplos de como o interesse não é ambiental. Eu poderia acrescentar que esse grupo que, mais uma vez,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comanda o Ministério do Meio Ambiente comandou o estado que eu represento. Eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, desde os 10 anos de idade, amo aquela terra, tenho um carinho imenso pelo Mato Grosso do Sul. Mas esse grupo governou o estado que eu represento, comandou o estado que eu represento por quase 30 anos. Não tem uma árvore plantada! Rio Branco, a capital do Acre, é a capital menos arborizada do país. Do saneamento básico já foram ditos aqui os dados sobre a Amazônia: o Norte brasileiro é quem tem menos água, quem tem menos esgoto tratado. Então, é uma guerra econômica.

Já se mencionaram alguns casos, poderia mencionar outros. O Canadá banca ONG no Brasil para defender a economia canadense, por exemplo, na extração de madeira. A indústria madeireira canadense é uma indústria importante para a economia do Canadá, e, de repente, eles bancam ONG no Brasil para proibir, para limitar essa atividade aqui no país. Os Estados Unidos são concorrentes nossos no agronegócio. Sabe disso, de cor e salteado, a Ministra Tereza. Eu soube um dia desses, na reunião da FPA, que, na verdade, quando se criam embaraços no Brasil para aprovação de um novo inseticida, estão protegendo a economia norte-americana. Quando aqui é aprovado, lá já está na terceira, na quarta, na quinta cepa. Então, exemplo dos Estados Unidos: Barack Obama mandou tirar petróleo no Alasca e não se preocupou com ninguém, com ONG nenhuma. No Governo anterior se tornaram autossuficientes em petróleo e gás, porque usaram xisto. Algumas ONGs diziam que aquilo ia causar dano ambiental, e os Estados Unidos não se preocuparam com isso e fizeram, e ponto. Então, é uma guerra econômica. Noruega banca ONGs no Brasil para criar embaraço, e muitas das representações que entram no Ministério Público Federal pedindo para parar são, no fundo, ONGs que vivem, muitas delas, do fundo amazônico, bancado pela Noruega, que vive de petróleo e gás; não vive de outra coisa.

Então, indago se V. Sa. poderia aprofundar mais ainda nesses exemplos de como, na verdade, essas preocupações não são ambientais e muito menos com os quase 30 milhões de brasileiros que vivem com imensa dificuldade na região, que – eu repito – é mais da metade do Brasil.

No mais, parabéns, e quero cumprimentá-lo pela coragem e pela sua história. Eu guardo alguma semelhança, bem pequena, mas guardo alguma semelhança com a sua trajetória. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso convidado, o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

O santuarismo é uma ideologia vinculada a interesses muito fortes fora do Brasil. Eu diria que a origem mais remota é na ideia de um frade protestante inglês chamado Thomas Malthus. Thomas Malthus era um homem assustado pela Revolução Francesa e via que na Inglaterra havia uma população muito grande de pobres, o que poderia resultar também numa revolução semelhante. Então, ele concebeu a ideia de que não havia meios suficientes para alimentar os pobres e criou essa teoria, que foi chamada de malthusianismo, que ele resumiu numa frase brilhante – sórdida, mas brilhante. A frase é a seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não há lugar para os pobres no banquete da natureza". Era essa a frase. É claro que a frase foi desautorizada pelo desenvolvimento da agricultura, pela modernização e pela tecnologia. Hoje não há dúvida de que o mundo pode alimentar os pobres. A dúvida é se os pobres vão ter recursos para se alimentar, se vão ter renda, salário. Essa é a dúvida que há. Não há dúvida sobre a possibilidade do mundo...

Aliás, a ONU atribui ao Brasil uma responsabilidade muito grande. A FAO, que foi a primeira organização que a ONU cuidou exatamente para se dedicar ao estudo da alimentação e da agricultura, diz isso: "O Brasil tem a maior responsabilidade". Por que o Brasil tem a maior responsabilidade? Porque, segundo a ONU, reúne as três condições. Terra, recursos naturais, porque sem terra não tem como fazer agricultura. Por isso que o Brasil tem essa capacidade, e não o Uruguai ou a Suíça ou a Holanda. Segundo, o conhecimento gerado pela Embrapa e pelas nossas universidades e ainda, nos recursos naturais, o clima, porque não adianta também ter terra e água, porque o Canadá tem debaixo de gelo. A Rússia também tem muita terra e água debaixo de gelo. Tem que ter terra, água e clima, uma variação de temperatura que permita o uso permanente da terra como tem o Brasil. E o terceiro fator é o fator humano, é ter o agricultor. Se não tiver o agricultor, não tem agricultura, senhores. Por isso que os chineses vão lá para a África, e a primeira coisa que eles querem é levar agricultor do Brasil, porque não têm agricultores. E o agricultor você não recruta por concurso – por concurso você recruta funcionário público para a prefeitura, para o estado, para a União. O agricultor é uma vocação, é uma cultura, é uma ideia de vínculo com a terra, senão, ele não aguenta ficar acampado um mês.

Eu sou de uma família de agricultores de 200 anos, que saiu para o Paraná para fazer agricultura; do Paraná, foi para o Mato Grosso para fazer agricultura. E eu digo lá... Minhas primas dizem: "Olha, primo, sem essa ideia de que queremos ficar na terra, você não aguentava aqui ficar exposto à malária, à falta de luz elétrica, de escola, de tudo isso".

Então, o Brasil tem as três coisas. Então, o Brasil tem essa responsabilidade, mas a força do Brasil é também a sua dificuldade, porque o Brasil se transforma num agente poderoso como grande produtor de alimentos, e isso incomoda. Então, o santuarismo é para banir o Brasil dessa agenda de produzir alimentos. E é claro que tem uma reserva muito grande, capaz de proteger o meio ambiente, mas também de produzir.

Eu estive agora em Santarém. Já há uma grande produção de grãos em Santarém. A Amazônia tem terras muito boas! Agora, quando você chega a uma cidade lá... Eu vi no Xingu. O Xingu divide o município em dois, 80% ao sul do Xingu e 20% ao norte do Xingu: os 80% ao sul do Xingu são terras muito hábeis, aptas para a agricultura, e transformaram em unidade de conservação; a terra ao norte é areia, não tem aptidão para a agricultura e está lá livre. Ou seja, a terra que foi demarcada, ou ela tem propriedades agrícolas ou ela tem propriedades minerais. É assim que as coisas funcionam por lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perseguição aos agricultores no Brasil? Eu quero saber um lugar do mundo onde o agricultor é mais perseguido! Faça um levantamento nos Estados Unidos! Veja quantos agricultores são processados em estados onde 90% do território é usado para a agricultura.

Uma vez eu estive na Suécia em negócios do Ministério da Defesa. Fizeram um almoço lá, e tinham os ministros e uma ministra do meio ambiente, uma jovem ministra.

A primeira coisa que eles perguntam é sobre os índios e a Amazônia – a Amazônia e os índios. Eu lhes expliquei, respondi. E, no fim da minha resposta à ministra, eu digo: "Ministra, nós temos lá, por exemplo, uma legislação ultrarrigorosa que obriga o agricultor da Amazônia a ceder 80% da sua área para o meio ambiente. Como é essa lei aqui na Suécia?". Ela olhou para mim assim, meio espantada, meio surpresa, chamou um assessor, conversou com o assessor ali, confidenciou um pouco; o assessor saiu, ligou longamente, voltou, falou com ela. Ela disse: "Olha, Ministro, a informação que eu tenho é que essa lei só existe no Brasil. Nós não temos essa lei no direito sueco". Saímos dali para almoçar, eu e o Ministro da Defesa. Eu fui observando, nas ruas de Estocolmo, e só tinha estrutura de construção civil de madeira, não tinha uma estrutura de metal – uma! –, só tinha madeira, madeira, madeira. Chegou no almoço, eu digo: "Ministro, vocês não usam metal aqui, não? Não vi nenhuma estrutura de metal nas construções aqui". Ele disse: "Não. Aqui nós banimos o metal, porque nós não temos metal, nós temos madeira. Nós damos incentivo fiscal para quem usar madeira". (*Risos.*)

Agora, a Suécia não tem a exuberância florestal que nós temos. Então, quando você destrói a indústria de madeira no Brasil, você está protegendo a indústria de madeira da Suécia, da Dinamarca, desses países. É assim que as coisas funcionam, está certo? Aí, o agricultor, claro que ele é autuado. Ele vai vir aqui...

O Presidente do Ibama deu uma declaração... Aliás, esse povo só fala para agência de ONGs. Eu leio todas. Não, essa foi para o jornal *Valor Econômico*. Ainda em março, o Presidente do Ibama disse: "Não, nós vamos atuar na Amazônia com comando e controle". Comando e controle, quem é do meio sabe que é embargo, autuação e multa – é isso. Não existe no Estado brasileiro a extensão rural, não existe você chegar a um agricultor e orientá-lo. Existe você chegar com polícia, talão de multa e tratá-lo como criminoso. É isso o que existe, principalmente na Amazônia.

Então, se a assessoria do Senado puder fazer uma pesquisa, eu queria saber quantos agricultores autuados existem nos Estados Unidos ou na Suécia ou na França. Vá ao Mato Grosso. Não é o grande agricultor, não – aliás, esse, às vezes, se protege com meios jurídicos importantes –; são os pequenos agricultores, são milhares de assentados da reforma agrária embargados na Amazônia inteira. Eu vi agora isso em Diamantina, eu vi isso lá no outro município do Mato Grosso, em todos os municípios da Amazônia tem embargo de pequeno agricultor, de pequeno lavrador, aliás, porque tem mais de 500 mil assentados na Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o capítulo do petróleo e gás do Amapá, sinceramente, esse é constrangedor, porque existe um bloqueio de informação na mídia do sul e do sudeste. Mas eu fui a Belém e fui ao Museu Emílio Goeldi, fui lá. O museu é uma dádiva, tem 150 anos, ajudou o Brasil, inclusive, a proteger o Território do Amapá, com o parecer do Emílio Goeldi. Eu estava lá dizendo, com a diretoria do instituto: "É, lamentavelmente, não vai poder explorar petróleo aqui, porque tem os recifes de corais". Tinha um geólogo presente. Ele disse: "Não, senhor. Tem recife de coral nenhum aí". Eu digo: "Mas como? Eu li na imprensa que tem". Ele disse: "Não, não tem recife de coral". Há uma pesquisa de 30 anos da Universidade Federal do Pará que cita que, no passado, há milhares de anos, existiram ali os recifes de corais, que são formações vivas, mas isso, com o passar do tempo, virou formação rochosa, morta, é uma rocha igual a outra qualquer, não tem recife de coral nenhum.

Aí eu fui pesquisar e vi uma entrevista – mas só na mídia lá do Amapá e do Pará que eu vi – de um pesquisador. Não saiu uma linha na mídia do Sul e do Sudeste, porque não sai. Aliás, para escândalo, as ONGs e acho que o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente, fizeram lá uma reunião, em Belém, e até a mediadora, a mediadora do encontro em Belém levaram de São Paulo, era uma jornalista de São Paulo a mediadora. Não vai falar, não vai expor, ela vai distribuir a palavra. Levaram de São Paulo! Em uma imprensa que tem tradição de grandes jornalistas, o Pará e a imprensa de Belém. Levaram de São Paulo, porque para a mídia de São Paulo, é uma visão supremacista dos colonizadores. Eles têm o saber, eles têm a civilização, eles têm o conhecimento e vão levar tudo para ensinar lá os aborígenes a se comportarem de acordo com o mundo civilizado. Levaram de São Paulo!

Então, aí ele me disse que pegaram essa pesquisa... Como a pesquisa cita que no passado de fato existiram ali os corais, essa parte foi colocada como se existisse até hoje, e o Greenpeace fez isso. E o Ministério Público embarca nisso. E a manipulação acontece em larga escala, quando, na verdade não existem esses recifes de corais. A pesquisa era a 500 quilômetros da foz do Amazonas, a 170 ou 180 lá do litoral do Amapá, mas o Ibama se baseou nisso. Por quê? Porque também, numa entrevista das ONGs, eu já tinha visto o Presidente do Ibama antecipar, está certo? , porque faz parte disso.

Agora, o escândalo. Senador, o Estado brasileiro cria um curso de Engenharia de petróleo e gás na Universidade Federal do Pará. O curso existe, está lá: Engenharia de petróleo e gás. E quando há possibilidade de esse menino ter um emprego, um estágio, ou dessa menina, o Estado que criou o curso é o Estado que bloqueia! E num estado como o Amapá, onde tem mais de 60% da população vivendo de transferência de renda, que é outra característica dos Governos brasileiros recentes, é uma disputa para ver quem torna o brasileiro cliente do Estado e não produtor, e não trabalhador!

Se quiser saber a diferença entre o Governo do Getúlio e esse Governo, é a diferença entre um emprego industrial e um Bolsa Família! É essa a diferença, está certo? Quem lutou para o país produzir e ter emprego, ter renda, e quem se acomoda, está certo, numa disputa para ver qual é o Governo que vai tornar o brasileiro mais cliente, e renuncia e abdica da capacidade de o país produzir riqueza, de gerar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riqueza, que é a grande vocação do Brasil. Então, eu acho que é uma coisa escandalosa! Eu acho que uma autarquia ter esse poder de bloquear o desenvolvimento do país... Está lá a Guiana Inglesa crescendo a 50% ao ano, o destino de grandes investimentos! O que ia até o Amapá está sendo desativado, porque isso atrai. A Petrobras é uma empresa organizada, forte, capaz de tirar o petróleo ou o gás das águas ultraprofundas. Tem mais de mil poços com 1,5 mil metros de profundidade.

Marco temporal. Eu passei 24 anos na Câmara dos Deputados. Eu nunca tinha ouvido a contestação a essa interpretação do marco temporal. A interpretação sempre foi essa, porque o verbo está no presente, na redação do artigo lá da Constituição: as terras ocupadas, ou seja, não eram as que foram no passado, porque no passado foram muitas terras ocupadas no Brasil inteiro. Se você for para cidade de São Paulo, é uma cidade indígena. Tem gente que acha que São Paulo é uma cidade italiana, não tem nada de italiana; italiano chegou lá um dia desse. São Paulo é indígena. E ali era a terra do Cacique Tibiriçá, que distribuiu com os netos – está certo? –, filhos da filha dele, da Bartira, com o português, com o João Ramalho. Distribuiu ali e virou Morumbi, Itaquera, Guaianases, Anhangabaú, Ibirapuera. Tudo indígena! Então, o Brasil de fato foi, mas foi. Se você não tiver essa referência, você cria uma situação muito difícil.

Olha, uma vez eu recebi um telefonema da Diretora do sindicato rural de Amarante, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ela era do PCdoB dessa cidade. Ligou para mim e disse: "Aldo, cuide aqui porque a metade do município já está demarcada, e outra metade a Funai quer demarcar contra a vontade dos índios". Isso ela me disse. "Mas, por quê?" Ela disse: "Porque é o seguinte: as terras aqui do município são todas de mestiços, de caboclos, que são meio índios e meio mestiços. Uma parte foi demarcada, e a outra parte ficou com os parentes que não estão na área demarcada. Os parentes que estão na área demarcada não querem mais saber dessa terra. Eles querem agora escola, estrada, infraestrutura, máquina, equipamento, trator, essas coisas, não mais terra. É uma coisa da Funai". Isso eu ouvi dessa diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que era do meu partido, que era do PCdoB.

Na época dessa demarcação lá da Raposa Serra do Sol, que eu era Ministro – escrevi sobre isso, publiquei, abri a minha posição, que era uma posição de princípios contra isso –, fui várias vezes lá, o Chico lembra, em Roraima, mas essa discussão não estava presente. Não era o marco temporal. Isso já foi incorporado como objetivo para ampliar ainda mais essa imobilização do nosso território, porque, se houver de fato um caso concreto de esbulho, pode haver recurso à Justiça, sem desconhecer a referência do marco temporal. O recurso à Justiça pode existir se houver, de fato, um caso de esbulho anterior a essa norma, a essa legislação. Então, agora há uma decisão de um ministro do Supremo. Quem foi ouvido nessa decisão? Na decisão não, no primeiro voto do ministro? Foi ouvido quem? Porque o Supremo não dispõe desses mecanismos de audiência. A gente, Deputado, sai daqui, vai para Roraima, vai para Rondônia, vai para o Tepequém, vai para Boca do Acre, vai para Corumbá, vai para todo canto, vai para Dom Pedrito. Nós vamos, entramos ali, vamos conversar e ouvimos todo mundo: ouve ONG, ouve universidade, ouve fazendeiro, ouve assentado, todo mundo a gente ouve. O Supremo não tem esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento, esse mecanismo. São decisões muitas vezes monocráticas, como é da natureza do Judiciário, está certo? O juiz decide sozinho. A Casa não, o Congresso decide ouvindo muita gente.

Então, eu acho que o Brasil... E, além do seguinte, eu não sei se o Supremo vai compreender que não é uma decisão, mas é a sinalização do Congresso. Se não compreender, tem o recurso da emenda constitucional. Infelizmente, há coisas no Brasil...

Porque o Supremo, uma vez, resolveu, não sei por que motivo, com reunião de ministros do Supremo, decidir que a vaquejada é ilegal, é inconstitucional. Mas não é possível! Acho que foi uma ONG ao Ministério Público do Ceará... Decidiu, e não sabe o que é vaquejada. Tem ministro ali que não sabe nem como se sobe num cavalo, nunca viu um vaqueiro. É uma tradição, é uma cultura do Brasil. Decidiram. E me consultaram: "E agora, o que é que se faz?". Eu digo: "Olhe, infelizmente, o remédio só não é pior do que a doença, mas é muito ruim também: é botar a vaquejada na Constituição". E fizemos uma emenda à Constituição, e está lá o capítulo da Constituição tratando de vaquejada. Veja se isso faz sentido?! Não faz sentido, mas só fez sentido por causa de um absurdo maior que foi a decisão do Supremo de proibir vaquejada, porque não tinha que se meter nisso.

Então, se houver uma situação dessa, eu acho que o recurso é uma emenda à Constituição – eu acho, não é? Vamos ver.

A defesa nacional, é claro que está comprometida. Aliás, o Exército, as Forças Armadas são as únicas instituições que têm alguma presença na Amazônia, com uma dupla missão: a missão de defesa e a missão social. Eu vi uma vez uma cena, eu era o Ministro da Defesa, fizemos lá uma operação. Eu vi uma moça, uma jovem dentista da Aeronáutica, escovando o dente do menino já rapazinho, menino de 12 anos. Eu disse: "Tenente, esse menino não sabe escovar os dentes?". E ela disse: "Ministro, esse menino nunca viu uma escova na vida". Aí ela fazia um "escovódromo", botava um monte de meninas assim na frente para aprenderem a escovar os dentes. São as Forças Armadas, é o Exército que faz, levam a vacina, levam remédio, e você ouve coisas, assim, espantosas. Um oficial, hoje na reserva da Marinha, disse que uma vez levava vacina lá para um ribeirão, e um dia lá chegou e a casa estava toda fechada, só tinha uma fumacinha, a casa fechada, um calor. Ele sempre notava os meninos brincando no terreiro. Bateu na porta, e o homem saiu de lá. Ele disse: "Rapaz, porque você está com a casa fechada?". E ele disse: "Rapaz, passou aqui o Exército, a Polícia Federal, na semana passada, levaram as minhas espingardas. Aí a onça começou a comer os bodes, comer o porco, e eu disse que agora ela iria comer os meninos. Eu tenho que manter os meninos trancados, trancados dentro de casa, com medo da onça". Então, essa situação as Forças Armadas é que testemunham, que sabem.

A defesa nacional fica vulnerável na Amazônia. Quando eu era Ministro, eu disse: "Vamos fazer a segunda base naval, a segunda esquadra ali, do lado do Itaqui, para ficar perto da Bacia Amazônica". Fomos lá, com os comandantes do Exército e da Marinha, para reservar a área, que ficou reservada lá – para construir a segunda esquadra, fazer uma superbase aérea em Roraima. Tem que fazer uma base





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroespacial, tem que fazer, porque é dissuasão, é a presença. Se você não toma conta, quem é que vai tomar?

Bem, é claro que há uma vinculação entre as ONGs e determinados partidos. Isso é evidente, está certo? Não tem como... Aliás, eu vi isso na época em que sugeri essa emenda à Constituição ao Presidente Lula, e a medida não foi adotada eu acho que exatamente por essas influências. Acho que tem que haver um controle – um controle. A Amazônia é uma área da nossa intimidade. Eu lembro uma vez um oficial do Exército constrangido dizendo que encontrava na fronteira, inclusive, agentes estrangeiros dessa agência americana de combate ao tráfico, a DEA, na fronteira, na nossa intimidade. Nenhum país permite isso. A Amazônia é uma área que deve ser reservada desse ponto de vista da presença de estrangeiros. Quer entrar na Amazônia? Tudo bem, mas você vai ter que descrever qual é a sua missão na Amazônia. "Não, eu vou dar aula." Tudo bem. "Eu vou pesquisar tal coisa." Não pode dizer que vai pesquisar preguiça-gigante e tirar sangue dos índios, como dizem que já aconteceu. Isso não pode acontecer. Então, eu acho que tem que haver algum tipo de controle.

E também o Ministério Público tem que manter uma certa distância das ONGs. Por que é que o Ministério Público tem que acolher demandas de uma instituição que recebe financiamento externo, visivelmente com interesses no país? Eu acho que tem que ter uma norma que discipline a presença de ONGs na Amazônia, de pesquisadores, porque, às vezes, eu chegava a um café da manhã, só estavam falando português eu e a moça que fazia tapioca; todo mundo falando inglês. Eu perguntava para o recepcionista: "Estão fazendo o que aqui?". "Ah, são pesquisadores." Mas pesquisando exatamente o quê? Está pesquisando a borracha? Está pesquisando... Como é o nome da planta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Camapu. Está pesquisando exatamente o quê? Então, esses cuidados todo mundo sabe que tem ali, saem com muita frequência recursos, biodiversidade da Amazônia, e que essas ONGs não têm nenhum papel inocente.

E a magistratura também. Eu vendo lá a Amazônia, chega um procurador, que faz um concurso, vai para ali um juiz, não sabe o que é a Amazônia, não sabe o que é o amazônida. Vai ali com a agenda construída a partir dessa narrativa. Eu não tenho nenhuma simpatia por essa política de cotas, mas eu digo que, se não tiver uma cota para amazônida nesses concursos de Ministério Público, de magistratura... Tem que ter alguém de lá que compreenda o que é aquela situação, porque, senão, acontece isto: vai um promotor que passou no concurso, se nega a receber os produtores rurais, se nega a dar uma audiência para a Câmara de Vereadores. Acho que isso não tem cabimento, não tem nenhum sentido.

Senador, eu deixei alguma...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não. Estou satisfeito, até porque quem recebe visitas ilustres deve dar vez a elas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Zequinha já tinha, desde o começo, assinalado e está aqui desde bem cedo, eu vou passar a palavra a ele depois eu começo aí pela bancada, está bom?

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, nosso amigo do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Presidente, depois lembre-se dos que estão aqui virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está inscrito, Beto. Está inscrito aqui pela ordem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está inscrito aqui, amigo.

Senador Hiran, pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Rapidinho aqui, cumprimento a presença do nosso ex-Deputado e ex-Ministro Aldo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Zequinha, só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só, pela ordem, Zequinha, o Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria dar uma sugestão: que V. Exa. abrisse para três Senadores fazerem suas perguntas, porque aí podia sintetizar e dar um pouco mais de dinâmica; senão, nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A presença é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aceito de pronto, então.

Senador Zequinha Marinho, Senadora Tereza Cristina e Senador Dr. Hiran.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Saudações a todos.

Quero agradecer, cumprimentando aqui o ex-Deputado e ex-Ministro Aldo, que é um professor. Que bom que as suas contribuições aqui nesta CPI serão lembradas sempre!

Eu gostaria de dizer que algumas perguntas que vou fazer a V. Exa. não são minhas propriamente, mas de alguém que está lá nos ouvindo, é liderança nesse setor e que precisa muito ouvi-lo com relação a isso.

Quando V. Exa. esteve aqui como Deputado, deixou um legado muito grande que foi o Código Florestal. Sua contribuição foi fundamental para muita coisa ali de que hoje o Brasil pode dispor. E a pergunta é exatamente em cima disso. Quando da elaboração do Código Florestal, o que V. Exa. percebeu em termos da articulação das ONGs para evitar a aprovação, implementação, enfim, todo um processo que hoje é um legado importante para o Brasil?

Outra aqui é com relação a se tem conhecimento, do PPCDAm, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente de combate ao avanço do desmatamento. O que o senhor sente das ONGs com relação ao PPCDAm? Porque o que acontece? Ele recomenda a criação de muitas outras reservas sem o devido estudo técnico-científico. As coisas são feitas meio a toque de caixa, sem a questão técnica. Aquilo que a lei exige, aquilo que a lei determina que seja feito, de repente, não é feito, e, do dia para a noite, criam-se essas unidades que terminam prejudicando significativamente a pessoa, o produtor, de um modo geral.

Eu gostaria de que V. Exa. voltasse àquilo que foi comentado com relação ao ISA, à Presidência da Funai, na época, quando terceiriza para as ONGs atividades que eram ou deveriam ser feitas pelo setor público e não por terceirizados com objetivos não a favor da questão nacional, do interesse nacional.

Eu gostaria de que comentasse, mais uma vez, sobre a escolha de Belém com relação a ser sede da COP. É importante, e parece que o Marcio Bittar fez essa pergunta. Qual é a sua análise sobre isso?

Aproveito para abrir um parêntese aqui: combate-se muito a questão, fala-se muito do desmatamento, mas não se fala de outras questões que o senhor acabou de mencionar com relação ao saneamento, que as cidades da Amazônia não têm. Despejam nos rios da Amazônia toneladas e toneladas ou milhões de toneladas por dia de esgoto sem tratar, e ninguém fala nisso, ninguém diz absolutamente nada sobre isso, não é? É claro que o controle ambiental, no que diz respeito ao desmatamento, deve ser mais fácil de fazer, mas não se investe, nem se discute esse setor que é tão importante.

Eu gostaria ainda que o senhor voltasse a comentar, porque eu achei muito chocante quando o senhor fez aquela visita e a moça da ONG disse: "O senhor entra, mas os generais não entram". Numa fronteira, não é? O general, que é o âmage da segurança com relação a tudo aquilo, e uma moça de uma ONG deixa um general fora porque ele não pode entrar. Nós estamos fazendo o quê com relação a isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Porque isso envergonha até o próprio general. Ele deveria usar das suas atribuições para dizer... Pelo amor de Deus, se o cara não puder estar ali, quem é que vai poder, então? Quem é que seria a pessoa habilitada, então, naquele sentido?

E, por último, uma informação que está disponível na internet, eu queria ouvir o seu comentário, por exemplo, em nome do interesse nacional, a Alemanha hoje faz perfurações em busca do carvão mineral onde for necessário, inclusive destruindo uma das grandes florestas, que eu esqueço aqui o nome para mencionar, desabrigando cidades e vilas para buscar carvão, porque esse carvão é que gera energia e energia necessária para que o país continue avançando. Eu faço aqui menção da cidade do Schumacher, do grande corredor, que é uma unanimidade na Alemanha, e até a cidadezinha da família vai ser transportada para outro lugar, porque ali no subsolo se tem muito carvão e esse carvão deve ser explorado.

Qual é a sua análise? A Alemanha é uma das que mais aqui pressionam, aqui, o Brasil e contribui com o Fundo Amazônia para que se faça uma coisa ou se deixem de fazer outras. Enfim, eram essas considerações em que nós gostaríamos de ouvi-lo com relação ao tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Atendendo a sugestão do Senador Dr. Hiran para a nossa rodada de três, agora é a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Presidente desta CPI, Senador Plínio Valério; Relator, meu querido amigo Marcio Bittar, que hoje é um amazônida, porque chegou lá com dez anos de idade; eu sei o que o seu estado tem sofrido, e tem ficado para trás por esse santuário, essa religião contra o desenvolvimento. E a gente sabe que o desenvolvimento pode conviver perfeitamente com a conservação do meio ambiente.

Quero aqui também cumprimentar de maneira muito especial meu querido amigo, acho que assim posso chamá-lo, Aldo Rebelo, que conheci quando era o Relator do Código Florestal. E eu sei o que ele trabalhou, eu sei o que ele andou, o que ele falou, o que ele dialogou para poder fazer esse Código Florestal, que não agradou a ninguém. Então, ele é ótimo, porque não agradou nem um lado nem o outro, mas, no fim, nós vimos que era o melhor Código Florestal do mundo, o melhor código para proteger o meio ambiente no mundo.

Então, parabéns, Senador! Eu sei da sua abnegação a essa causa e o trabalho enorme que o senhor teve. Então, ouvi-lo aqui hoje, eu acho que todos os brasileiros de bem e aqueles que querem manter os seus bens, como a nossa Floresta Amazônica, devem ouvi-lo mais. E eu acho que para isso nós vamos precisar de uma peregrinação para que o brasileiro urbano... Porque o Brasil também não conhece a sua Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O gigantismo do nosso país é tão grande... Eu tive a oportunidade, como Ministra da Agricultura, de andar pelo mundo, e a gente ouvia cada barbaridade, como se a Amazônia tivesse... Era como se o Brasil fosse só a Amazônia, ninguém conhece o gigantismo deste país, o que nós temos aqui, como é que a gente produz, o que o produtor brasileiro é perseguido... E é verdade isso; talvez seja muito forte, mas é verdade isso, porque ele é perseguido. Agora, nós tivemos um caso no sul do Estado do Amazonas, onde mais de 2 mil cabeças de pequenos produtores tiveram que ser embarcadas a toque de caixa. O produtor é expropriado, porque foi levado... O senhor mesmo contou a saga do desenvolvimento, o Brasil precisava ter a Amazônia... Levaram produtores do Sul do país para aquela região, para poder desbravar, para poder manter a nossa soberania. E, hoje, essas pessoas não têm o seu título. Então, regularização fundiária!

O senhor dá uma aula aqui sobre história do Brasil, o senhor dá uma aula para a gente de patriotismo que muitos deveriam ouvir, porque a gente chega à conclusão de que dá vergonha, quando a gente ouve a sua fala, do que nós estamos fazendo aqui! Será que nós vamos deixar continuar esse problema cada vez maior? As pessoas que moram nos estados amazônicos vivem na pobreza, com o menor IDH do Brasil, sendo que é uma região riquíssima. Será que nós não temos que rever e regular o Código da Mineração para que a gente possa explorar os minérios e deixar de haver esse contrabando? Isso interessa a quem? Quem tem esses interesses ao deixar de pagar impostos aqui no nosso país e de trabalhar de maneira correta? O Canadá, como o senhor bem mencionou, é o maior exportador para o Brasil de cloreto de potássio, que é um produto que, sem ele, nós não conseguimos produzir, sendo que nós temos uma grande mina na Amazônia, em Autazes, há dez anos emperrada! Não sei se é pelo Ministério Público Federal ou estadual, mas tem alguma ONG atrás, pode ter certeza disso – pode ter certeza disso! Os exemplos são...

Eu não vou aqui me alongar, mas eu quero dizer que, depois da sua fala, da sua explicação, das perguntas dos colegas Senadores, a gente chega à conclusão de que *farm here, forest there* é o que o mundo pratica com o Brasil: "Aqui, a fazenda; lá é floresta, lá nós não vamos deixar desenvolver".

E aí o meio ambiente, as mudanças climáticas... É claro que a gente sabe que isso é sério, mas nós não somos os grandes responsáveis por isso. Nós queremos ajudar, sim, porque o Brasil quer conservar e quer produzir ao mesmo tempo e sabe fazer isso, mas está na hora de o Brasil abrir o olho, está na hora de o Governo, este Governo que está hoje aí, abrir os olhos. Será que nós vamos continuar agachados, de cócoras para o resto do mundo, para outros interesses? Vemos Roraima, com seu território, querendo mais demarcações, sendo que, hoje, já tem problema de sobrevivência. Nós vemos o Acre com problemas, não podendo produzir. A gente vê o Amapá... Enfim, os exemplos são os mais diversos.

Então, eu acho que esta CPI, Senador Plínio Valério, pela qual o senhor tanto lutou – quando eu cheguei a esta Casa, no começo deste ano, eu lhe disse – é uma CPI que precisa ser aberta, que precisa dar respostas ao Brasil e aos brasileiros, que querem ter o seu país, querem ter a sua soberania.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem visto na Amazônia – e bem disse o nosso Aldo Rebelo – PCC e outras facções criminosas dominando. Por quê? Porque onde há pobreza não haverá conservação! E nós temos mais de 27 milhões de pessoas vivendo naquela região.

Então, eu gostaria de perguntar ao senhor...

No seu livro, *O Quinto Movimento – Propostas para uma construção inacabada*, o senhor aborda a Amazônia como uma questão central. Em seu pensamento e propostas, reconhece a importância estratégica e a riqueza da Região Amazônica em termos de biodiversidade, que é elevada – e aí pode –, recursos naturais e influência no clima global. Ademais, o senhor também defende a necessidade da preservação da Amazônia, mas também enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável na região. Argumenta que é possível conciliar a proteção ambiental com o aproveitamento responsável dos recursos naturais, levando em consideração a realidade socioeconômica das comunidades locais, e critica a presença de ONGs, em que faço coro com V. Exa., principalmente as ONGs estrangeiras, que pegam recursos lá fora para sustentá-las aqui dentro – porque, quando você espreme os projetos, é para pagar altos salários. Cadê saneamento? Cadê desenvolvimento? Cadê projetos para trazer benefícios para aquela região? Então, o senhor também alega que algumas delas têm interesses que não são totalmente transparentes e que podem comprometer a soberania nacional.

Indago ao senhor: o senhor acredita que o Governo brasileiro tem feito o suficiente para proteger a soberania nacional e a biodiversidade da Amazônia? Quais seriam as medidas mais eficazes para combater essa ameaça à nossa segurança e ao nosso patrimônio?

Eu passaria aqui a tarde ouvindo o senhor e os colegas nessa aula maravilhosa, mas eu vou deixar essa pergunta, porque muitas das perguntas que eu gostaria de fazer já foram feitas pelo Senador Marcio e pelo Senador Zequinha. E tenho certeza de que os outros Senadores que estão aqui também terão a oportunidade para engrandecer esse nosso debate, para desta CPI saírem decisões, ações e soluções para que a gente possa resolver esse grave problema do Brasil.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar ao Dr. Hiran, quero agradecer aqui – estive ou está ainda conosco, nos transmitindo direto – à BandNews. É extremamente importante para nós essa divulgação, essa ampliação de conhecimento para o Brasil inteiro.

Com a palavra, Dr. Hiran, nosso representante de Roraima.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Marcio Bittar, nosso Relator, Senadoras, Senadores, Deputados, Deputadas e todos que nos assistem, eu quero aqui, mais uma vez, enfatizar a importância da luta do Senador Plínio na instalação desta CPI. E quero aqui saudar o ilustre brasileiro Aldo Rebelo, profundo conhecedor da nossa região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, Senador, sou nascido em Tefé. Eu nasci na beira do Rio Solimões, no Médio Solimões. E, desde criança, quando meu pai era Prefeito de Tefé, eu comecei a sentir a cobiça dos países mais desenvolvidos pela Amazônia. Naquela época, já àquela época, Senadora, nós tínhamos lá um programa do governo americano que se chamava Aliança para o Progresso – a maioria de vocês não era nascido –, que trazia leite em pó e levava o conhecimento de toda a nossa biodiversidade, dos nossos recursos hídricos para os Estados Unidos. Dali começou. É o que eu tenho... É o que eu vivi.

E, lá no meu Estado de Roraima – eu fui para Roraima 41 anos atrás, eu sou médico –, participei... Inclusive, até tenho um requerimento para trazer aqui o Sr. Bruce Albert, que é um antropólogo, que foi, junto com Claudia Andujar, um dos mentores da demarcação da nossa Reserva Yanomami, que é um dos maiores celeiros de biodiversidade e de riquezas minerais do planeta. Foi ele que criou uma versão de um massacre de Haximu – Haximu o senhor sabe que não está no Brasil; eu estive lá, na época, com o Ministro, saudoso, Maurício Corrêa e com Aristides Junqueira, que era o Procurador da República. Aquele evento não existiu e está consignado no Supremo Tribunal Federal do país como o único ato de genocídio no nosso país. Estou chamando ele aqui para a gente discutir. Eu quero saber onde é que ele viu aqueles cadáveres que ele nominou lá e criou aquela versão para o mundo todo – o mundo todo conhece o massacre de Haximu, que não existiu. E Haximu não era no nosso país; era uma maloca que não tinha terreiro, ela tinha sido queimada há muito tempo. O senhor sabe que as malocas têm terreiro onde a gente circula ao redor. Não existia. Nós estivemos lá: eu, o Ministro e o Procurador da República. Mas a força, a força da mídia internacional associada com essa ONG que prestou um desserviço ao nosso país sedimentou na imprensa internacional esse evento.

Eu fico muito feliz aqui... Semana passada, Presidente Plínio, eu tive uma reunião com uma cadeia importante de televisão e falei da importância desta CPI, e hoje eu vejo aqui não só a Band, mas também a Rede Amazônica de Televisão dando cobertura à nossa CPI – de um homem que foi um grande amazônida, que foi o nosso saudoso Phelippe Daou. Então, eu fico muito feliz de ver que aqui hoje o Brasil começa a assistir a todas essas falas tão pertinentes em relação à realidade que nós vivemos na Amazônia, porque, Senadora querida, Tereza, a maioria das pessoas que falam de Amazônia nem esteve lá. Eu vejo Leonardo DiCaprio falando de Amazônia. É risível, é risível! Eu vejo o Rei da Inglaterra falando de Amazônia. Ficou embaixo das saias da mãe até quase 80 anos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Acho que a primeira coisa que perguntou para o Presidente foi sobre cuidar da Amazônia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Cuidar da Amazônia? É um absurdo! Isso é um absurdo!

Então, eu queria aqui dizer que nós nos sentimos muito honrados com a sua presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na sua fala lá em Roraima eu anotei algumas coisas – eu não pude estar presente, eu estava numa missão fora. Dentre outras coisas, o senhor já falou sobre aquela frase do Padre Antônio Vieira, mas o senhor também falou que não existe futuro para a economia global sem minério. E é por isso que nós temos lá uma demarcação imensa de toda a nossa área norte do estado, que o nosso querido Senador Chico conhece muito bem: a noroeste do estado, 9 milhões de hectares, um pouco mais, a Reserva Yanomami; no meio, a nossa Reserva São Marcos; e, a noroeste, todo o noroeste do nosso estado, coincidentemente, onde tem nossas grandes riquezas, a Raposa Serra do Sol, que é uma anomalia – é uma anomalia –, porque ali se juntaram várias etnias que não têm nada a ver uma com a outra.

Coincidentemente, depois do Projeto Radam, que prospectou todas as nossas riquezas, principalmente lá no nosso estado, coincidentemente, as áreas indígenas estão exatamente em cima dessas riquezas! E lá nós temos, Senadora, 32 reservas indígenas demarcadas. E aí, quando o Presidente Lula vai lá e diz assim: "Nós vamos ter que demarcar mais reservas, ampliar nossas florestas nacionais", logo, logo em seguida começa a haver invasão de indígenas nas nossas fazendas produtivas.

E eu quero dizer aqui, para finalizar, porque eu respeito muito aqui os que vão fazer suas considerações, é uma coisa emblemática. A gente tem aqui o Projeto de Lei 490, que... Senador Marcio, está aqui nesta Casa desde 2007, 2007, o marco temporal – 2007. Então, eu queria aqui solicitar ao nosso Presidente Pacheco que coloque o PL 490 para votar aqui no Senado, porque ele dará segurança jurídica, tranquilidade, paz no campo para aquelas pessoas que trabalham e produzem e também para os nossos indígenas que vão saber exatamente os seus direitos e as suas propriedades.

E que a gente possa também deixar aqui nesta Casa consignada uma regulamentação que trata da exploração das nossas terras que são ocupadas pelas populações naturais. Isso já está na nossa Constituição, e a gente não conseguiu regulamentar até hoje. E é por isso, Ministro Aldo Rebelo, que o Supremo Tribunal Federal termina legislando por nós; é por essa inércia do Poder Legislativo.

Então, eu quero aqui parabenizar V. Sa. e dizer que já fui contemplado pela maioria das questões que foram colocadas aqui e que o senhor se torne um consultor da nossa CPI, porque o seu conhecimento orgulha a todos nós, brasileiros que somos e amazônidas que somos, que vivemos e dedicamos a nossa vida a cuidar das pessoas naquela região, quando a maioria das pessoas, principalmente os médicos, a maioria não quer ir para lá: 70% dos médicos brasileiros, dos mais de 500 mil médicos brasileiros, não querem ir para lá; 70% estão no Rio, São Paulo, Minas. Eu fui para lá 41 anos atrás. Então, por isso, me sinto responsável por defender os interesses daquela população que tanto precisa de nós.

Parabéns pela sua postura, pelo seu conhecimento. E é emblemático a gente ver que um homem do Partido Comunista Brasileiro tem essa visão de Brasil.

Parabéns! O senhor orgulha o nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Dr. Aldo, só para fazer um registro. Isso aconteceu na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, em São Félix do Xingu, Terra Indígena Apyterewa. Tem um grande problema lá, que é a expansão dessa terra. Não estou me referindo à terra original, mas à expansão, que pegou aí quase 3 mil famílias. Tivemos o falecimento do Sr. Cleomar Arantes do Prado, produtor rural da região da Apyterewa, Terra Indígena Apyterewa, no Município de São Félix do Xingu. Cleomar tirou a própria vida após receber multa impagável do Ibama. Ele foi para cidade, procurou uma advogada, a advogada não deu muita esperança para ele, e o Ibama, além da multa, aplicou também... disse: "Olha, você tem 'x' dias – muitos poucos dias – para sair daqui, levar o gado, enfim, tudo". E ele se desesperou, deu um tiro no ouvido e faleceu, para tristeza e vergonha de todos nós lá naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra ao nosso convidado, já anuncio o último bloco dos três: Senador Jaime Bagattoli, Senador Beto Faro e Senador Chico Rodrigues.

E me permita o nosso convidado...

Zequinha, eu vi também, sábado passado também, lá em Autazes, nessa questão do potássio: um jovem – um jovem enorme, ele é forte – mostrou lá um ferimento de chifre de boi. Falando das injustiças, ele falou: "Senador, olha só" – aí mostrou – "eu matei esse boi com um murro, eu fiquei com tanta raiva que eu dei um murro nesse boi, e foi sangue para todo lado. Você me imagina dando um murro num cara desse do Ibama?". Eu falei: "Não faça isso!". Então, hoje a gente está tentando controlar esse pessoal que tem revolta. Eu ouvi um do Pará que me disse a mesma coisa, que não vai acabar bem. E tudo o que essa gente quer é que alguém, um brasileiro, mate um desses; é tudo o que eles precisam, é de um mártir, é de um novo mártir para pregar por aí.

Então, você imagina a revolta. O cara chegou a se ajoelhar, Senadora, agradecendo o que a gente está fazendo. E ele: "Imagina eu dar um murro na cara de um cara desses, se eu mato um boi com um murro só". E eles sentem, Senador Aldo, nosso consultor Aldo; eles sentem essa angústia, essa revolta de dar murro e de matar alguém, tamanha que está... Uma senhora chorando – eu tenho o depoimento dela, a gente vai mostrar aqui –, estão tirando a terra dela, que produz, porque ela não quer se tornar índia. Porque a solução está em se tornar índio; se você se tornar índio, você vai ter a tranquilidade da terra, assistência de saúde também.

Então, tudo isso vai ser demonstrado, se Deus quiser, e desvendado aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estou passando a palavra ao nosso convidado, que já foi... Viu, Dr. Hiran? A gente, desde o primeiro minuto em que a gente conheceu o Aldo pessoalmente, a gente o convidou para ser nosso consultor; mesmo se não for oficial, com certeza ele vai receber telefonema sempre.

Com a palavra, o nosso convidado. (*Pausa.*)

Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu me esqueci de fazer um comentário. Na reforma tributária que está chegando ao Senado agora, aprovada na Câmara em 6 de junho, o texto-base da reforma tributária excluiu a incidência de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre doações para instituições de relevância pública e social, as ONGs. E, agora, no ITCMD mesmo, art. 155 da Constituição, "não incidirá" – vai ser mudado – "não incidirá sobre as transmissões e doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições [...]".

Então, as ONGs agora também vão estar aqui incluídas, não querem...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Terão isenção tributária.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isenção tributária. É, mais uma!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, aquilo que a gente falou lá atrás: está tudo dominado, o Governo está totalmente dominado. Ainda bem que tem pessoas aqui no Senado, Senadores e Senadoras que percebem e a gente, com certeza, vai excluir isso.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador, tem ONGs boas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas nós precisamos pegar essas que têm outra finalidade, que estão transvestidas de organizações não governamentais para fazer coisas que não são o que deveriam estar fazendo. É esse pessoal que nós temos que estar em cima.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu sou contra a generalização, mas nós temos que estar de olho sim. É nosso papel no Congresso Nacional fazer isso.

A gente tem reiterado – e mais uma vez eu peço desculpas, já passo a palavra – que isso aqui não é para demonizar ONGs, nem é contra o Governo. A gente tem dito que isso aqui não é uma questão Lula-Bolsonaro, direita-esquerda, é uma questão nação-Brasil, e uma nação que quer ser colonizada. Fica claro nesses depoimentos. Esse é o objetivo de todos nós aqui do Senado.

Agora, de verdade, com a palavra o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Senador Zequinha, quando eu fui escolhido para relatar o Código Florestal, é claro que eu sofri muitas pressões. As ONGs diziam que eu ia ser muito criticado e que a minha trajetória ia ser prejudicada, porque eu já tinha sido Relator da Lei de Transgênicos e tive essa mesma disputa com as ONGs. Mas, no caso dos transgênicos, ficou o pessoal das academias, da ciência, os pesquisadores do nosso lado. No caso da Lei do Código Florestal foi diferente. E eu disse: "Não, eu vou aceitar a relatoria e vou fazer o que for de interesse do país. Eu não vou fazer um relatório com viés partidário, ideológico. Eu não vou perguntar o que um agricultor pensa, eu vou perguntar o que ele faz e se o que ele faz tem relevância e interesse para o Brasil." Mas houve muita pressão, campanhas.

Fui ameaçado de receber... Era um tal de SOS Mata Atlântica. Distribuí um negócio de serrote de ouro, não, serra de ouro, motosserra de ouro; disseram que iam me entrega uma. Eu fui atrás dessa SOS Mata Atlântica, e eles recebiam vinte e tantos milhões por ano do Bradesco – do Bradesco! Aí eu chamei um jornalista do *Valor Econômico* e disse: "Olha, fale aí que amanhã eu vou começar uma campanha para os agricultores tirarem a conta do Bradesco." Aí saiu a notícia e o Dr. Lázaro Brandão ligou para mim e disse: "Isso aí eu nem sabia. Resolveram dar um dinheiro para esses meninos. O senhor os recebe no seu gabinete?". Eu digo: "Recebo." Aí vieram.

O Presidente é de uma família bilionária de São Paulo ligada à área de celulose, acho que é a Klabin. E os outros também eram e vieram. Eu digo: "Olhem, se vocês quiserem discutir, a CPI está aberta, venham falar das suas ideias. Agora, me intimidar? Aos 18 anos, entrei no Partido Comunista, quando isso era quase uma sentença de morte. Agora eu vou ter medo de vocês? Vou ter medo de ONGs? Não vou ter medo de vocês. Venham discutir. Medo de vocês eu não tenho." Aí eles disseram: "Tudo bem." Aí vieram, discutiram, acalmaram-se, mas outros faziam tumulto. Eu ia fazer um debate, subiam na mesa e faziam confusão, mas nós enfrentamos, está certo? Porque essa gente precisa ser enfrentada, não podemos ficar intimidados com esse tipo de ação.

Eu creio que hoje não só a legislação tributária no Brasil... Eu vi resoluções do BNDES. É como se fosse um cerco. As exigências que se fazem para os produtores rurais não se fazem nem para o narcotráfico – está certo? –, as exigências para crédito, as condições que são impostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que o BNDES ia fazer um convênio com uma ONG para fazer autuação remota, ou seja, por satélite, o que é uma coisa absurda, porque eu vi na Amazônia... Se aqui tem um foco de fogo, a fumaça sai daqui para aqui – está certo? –, a autuação vem para aqui, onde não existia o foco, mas apenas a fumaça foi para lá. E o satélite não tem a inteligência humana para identificar qual é a origem daquele fogo, no lugar onde há... No Brasil ainda tem o uso legal do fogo como manejo. No Nordeste, ainda se queimam os canaviais. Em São Paulo, se queimava até um dia desses. Você saía de São Paulo para Ribeirão Preto e passava por uma nuvem de fumaça, porque a queima do canavial era legal. No Nordeste, continua legal até hoje. Em algumas áreas da Amazônia, continua. E o satélite não faz essa identificação. Se você libera para fazer autuação por sensoriamento remoto, você vai causar um monte de injustiça tanto no desmatamento quanto no caso das queimadas.

E na legislação tributária também. É uma legislação tributária para amarrar o Brasil a essa agenda global, a essa agenda ESG, a esse tipo de agenda – isso aí eu não tenho dúvida nenhuma. E o Congresso precisa estar atento, porque, como dizia o Senador maranhense, os jabutis estão lá na árvore. Precisa identificar quem botou.

Houve o caso da minha visita, quando o general foi proibido de entrar. No outro ano, ou três anos depois, ou quatro anos, tem o depoimento do Enéas, está na internet, o Deputado Enéas tentou entrar e, dessa vez, nem ele pôde entrar, nem o Governador de Roraima pôde entrar na área, na mesma área a que eu fui, ou seja, alguns anos depois, a situação estava pior. Esse depoimento, essa denúncia do Enéas está no YouTube, ele denunciando que ele, o Governador e ninguém puderam entrar na área porque foram proibidos.

E o pior de tudo é que as pessoas não percebem que essa política fracassou. A política de engessamento, de imobilização, de comando e controle para a Amazônia fracassou, e a demonstração do fracasso é a pobreza, é a miséria, é a criminalidade aumentando. Será que ninguém percebe que isso é o depoimento mais forte de que isso é um fracasso, de que o Brasil precisa orientar, reorientar a sua atuação na Amazônia?

Nesse caso, eu vi lá, conversei, inclusive, com empresários em Manaus sobre esse caso lá do cloreto de potássio de Autazes. Tem o caso da Renca, da reserva especial de cobre e associados, que é entre o Pará e o Amapá, que o Presidente Michel Temer tentou, mas depois houve uma pressão muito grande, até Twitter da Gisele Bündchen. Imaginem: a Gisele Bündchen, que nos orgulha tanto como brasileira, mas, como especialista em Amazônia, não tem condições de dar essa sentença, com aquele povo lá de Hollywood.

O que o Governo tem feito? Este Governo, a agenda deste Governo foi tomada por esses internacionais. Basta olhar o Ministério, a composição do Ministério nas áreas sensíveis para a Amazônia, que são Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Funai e Ministério dos Povos Indígenas. É o grupo mais vinculado aos interesses externos, mais comprometido com esses interesses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu era Ministro do Esporte, estava lá em Londres para ver a transição da Olimpíada de Londres para o Rio de Janeiro, e estava lá com o Ministro dos Esportes da Inglaterra, e quem aparece de mascote no desfile de abertura da Olimpíada de Londres? A Marina, que não era mais Ministra, não era... E me perguntaram: veio da onde esse prestígio? Eu digo: das casas reais da Europa, está certo? Não foi o Governo brasileiro que indicou. Não recebi nenhuma orientação. Não foi o Comitê Olímpico brasileiro, foi o prestígio que vem de fora, está certo? Esse prestígio continua presente até hoje; o Ibama se orienta por essa política.

Isso que está acontecendo lá com a morte desse cidadão, em São Félix do Xingu, vai acontecer mais. Por quê? Porque quando foi para liberar Belo Monte, houve uma espécie de jogo, de chantagem e extorsão. Para aprovar Belo Monte, as ONGs, associadas a outras organizações do Estado brasileiro, exigiram a ampliação de reservas e de unidades de conservação em áreas já totalmente ocupadas por agricultores, ribeirinhos, de décadas que estavam ali, alguns remanescentes dos soldados da borracha, que ficaram por ali.

A escolha de Belém. Eu acho que Belém merece muito mais do que sediar a COP-30, mas a questão não é essa. A questão é que essa COP é a COP contra o Brasil, ela não vem aqui para nos ajudar, ela não vem para promover o desenvolvimento, ela vem na agenda da conferência do clima de Estocolmo, do congelamento do poder mundial, de imobilizar a Amazônia, de conferir a Amazônia a um *status* semicolonial, porque aquilo não é só do Brasil... Não sei... Isso é antigo, é antigo! Dom Pedro II não queria sequer abrir o Rio Amazonas à navegação dos estrangeiros, porque ele era um homem muito bem informado e muito lido e sabia o que tinha acontecido na China, em que os portos chineses tinham se transformado em protetorados. Ele disse isso numa carta à Condessa de Barral, que era amiga dele em Paris. Disse: "Se eu abrir a navegação do Amazonas aos estrangeiros, eles vão criar em cada lugar um porto e um enclave, e o Brasil não vai ter como tirá-los depois". Isso aconteceu. E os americanos escreviam nos jornais: Tem aí citado pelo Tavares Bastos, no livro dele. O americano dizia: "A Amazônia é muito importante, tem que ser nossa, dos americanos, um povo superior para tomar conta". E outro jornal francês dizia: "A Ilha do Marajó tem que ser um enclave de várias potências e toda a margem norte do Rio Amazonas tem que ser da Inglaterra e da França". Isso não era segredo, isso era público; eles diziam que tinham esses interesses.

Médicos eu vi lá. O Senador Hiran saiu, mas eu vi, Senador Hiran, lá em Altamira. Os médicos vão lá, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte – os mais próximos vão de Belém –, dão a consulta, passam uma semana e depois vão embora. De fato, não querem ficar.

Senador Esperidião Amin, minha amizade, minha admiração.

Mas, na Amazônia, na verdade, desde tempos imemoriais, que há essa pressão e esse interesse. E eu acho que essa Conferência do Clima não vai para a Amazônia por acaso. Eu falei muito com Vereadores, com Prefeitos, com agricultores, fui ao sindicato dos trabalhadores do comércio, fui ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Goeldi, fui à Universidade Federal Rural da Amazônia de Belém. Eu digo: "Vocês têm que construir uma agenda, porque, se vocês não construírem a agenda, a agenda vai ser a agenda dos interesses internacionais". Os amazônidas não são sequer citados, não são sequer considerados. Nem os jornalistas, precisam levar uma jornalista de São Paulo para mediar uma mesa sobre a Amazônia.

E quando você vai ler as matérias... Eu li a matéria do jornal *Valor Econômico* e da *Folha de S.Paulo*. Eu li tudo até o fim. Aí a jornalista descreve: é lá de Montreal ou lá do Egito; quando chega ao fim, a jornalista fulana de tal viajou a convite de quem? De uma ONG! E ela ainda dá um jeito de citar o diretor da ONG na matéria dela! Coisa vexaminosa! Coisa lamentável! Jornalismo? Que tipo de independência tem uma jornalista de um órgão desse que viaja para cobrir um evento que tem lado, tem disputa com a passagem paga por uma ONG? E o jornal ainda publica isso, como se fosse uma matéria isenta, independente! Não! Pelo amor de Deus! Sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de anunciar a última rodada, anuncio a presença do nosso Senador Esperidião Amin.

A próxima rodada será a última. Será o Senador Jaime Bagattoli, Senador Chico Rodrigues, Senador Beto Faro e Senador Esperidião Amin.

Permita-me também só registrar: outro dia estive uma atriz global – a gente vai evitar o nome aqui. Ela estava indo para Ilha da Madeira como Embaixadora da Amazônia nomeada pela Fundação Amazônia Sustentável. Estava indo e disse que ama a Amazônia e que essa campanha era igual a campanha das Diretas Já, que era para salvar a Amazônia. Então, a gente vê... É aquilo que o Hiran falou, é risível tudo; se não fosse trágico, muito risível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim! Só assim, não é, Senador Esperidião Amin? Não é à toa que o senhor é o guru.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é verdade. O Seif esteve aqui antes. Não é verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. O Seif e o General Mourão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. Vai contribuir muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador. O senhor é muito gentil, o nosso Presidente.

Bom, eu queria muitíssimo o trabalho do nosso ex-Ministro, ex-Deputado e que é o nosso... A gente espera, Aldo Rebelo, nosso Ministro Aldo Rebelo, que o senhor continue a ajudar os brasileiros que gostam do Brasil, os brasileiros que têm lucidez do que nós temos neste país, esses biomas maravilhosos.

E hoje aqui nós estamos falando de ONGs que não estão só na Amazônia. Nós temos que prestar atenção, porque agora nós temos ONGs caminhando para o cerrado. Enfim, o Brasil é um grande empecilho para algumas nações aí que ainda nos consideram colônia e sabem do nosso potencial, com todas as dificuldades que nós temos, de logística, de legislação, enfim, mas sabem do potencial do nosso país.

Então, muito obrigada! Eu quero aqui lhe agradecer publicamente por ser esse brasileiro que o senhor é e pelo que o senhor tem feito pelo nosso país.

Eu vou ter que deixar aqui a nossa reunião, a nossa audiência, mas vou dizer que é muito bom a gente se revigorar quando ouve as suas palavras. A gente sabe que tem gente de bem defendendo a Amazônia brasileira, defendendo o que é certo no nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Tereza.

Sua participação foi muito boa, como não poderia ser diferente.

Senador Chico Rodrigues, questão de ordem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Questão de ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., se fosse possível, me conceder a oportunidade de fazer meus questionamentos ao Aldo Rebelo, meu amigo, meu companheiro de muitas jornadas, porque eu vou abrir as...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu consulto o Senador Jaime, que era o da vez.

Posso passar ao Senador Chico Rodrigues então, Jaime, para ele poder nos deixar?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, nós vamos... Só para anunciar...

Só um minutinho, Chico, por favor.

Então, vamos agora, já que estamos aqui com o General Mourão, está o Seif também. Esta rodada, então, são: Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli e Beto Faro.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente Plínio Valério, que, na sua ação muito obstinada, conseguiu realmente viabilizar a implantação desta CPI das ONGs, e parabenizá-lo.

Quero também cumprimentar o amigo Senador Marcio Bittar, como Relator, que tem se havido muito bem, tem estudado inclusive essa questão das ONGs. Eu tenho certeza de que esta Comissão vai trazer muitos frutos para o nosso país, pela seriedade, pela determinação e, acima de tudo, com o compromisso com essa região que, na verdade, representa praticamente 50% do território brasileiro e com suas riquezas inomináveis, que aqui não preciso detalhar.

E quero cumprimentar aqui o companheiro de grandes jornadas Aldo Rebelo, pela sua experiência, pelo seu conhecimento e, acima de tudo, pelo seu patriotismo exemplar que tem demonstrado em todos os foros nacionais e internacionais, com a discussão sobre esse tema que transcende determinados fóruns, porque deveria ser um permanente assunto de Estado. E, logicamente, a palavra abalizada do Aldo Rebelo é uma caixa de ressonância para toda a sociedade e, inclusive, é cuidadosamente observada pelas comunidades internacionais, porque sabem as verdades que V. Exa. deixa claras.

Eu faria apenas três perguntas rápidas, e eu tenho que me ausentar, porque eu fui indicado hoje para presidir a sessão que começa às 14h. Por isso, a pressa em pedir a precedência.

Em tuíte de 18 de junho, V. Sa. recomenda um texto do filósofo Gustavo Castañon. Este autor afirma que certas ONGs são pragas bíblicas que já internacionalizaram a Amazônia, afirma, ademais, que a maioria do território brasileiro da Amazônia hoje já está em posse ou de reservas indígenas ou reservas ecológicas ou largas extensões de terras compradas por fundos internacionais.

O caso de Roraima hoje é o exemplo clássico da perda de controle sobre o território nacional. E aqui eu mostraria, e vou deixar aqui para o comentário do nobre palestrante, o sempre Deputado Aldo Rebelo, esse mapa do que se transformou o Estado de Roraima, para que ele possa comentar, mesmo na minha ausência, mas para que todos conheçam essa história que ele conhece como poucos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. entende que Roraima é um caso de perda de controle sobre o território nacional? Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, V. Exa. relata a visita do Rei norueguês Haroldo V a uma aldeia ianomâmi, a qual teria sido tornada pública após seu término, apesar de conhecimento prévio do Itamaraty, da Funai e da Polícia Federal. V. Exa. entende que essa visita representa a fragilidade da soberania brasileira? De que maneira?

Outro questionamento e último: na mesma entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, V. Sa. relata que os garimpeiros são os novos bandeirantes, definindo que: "Os garimpeiros historicamente definiram as fronteiras do Brasil, romperam os limites de Tordesilhas. O garimpeiro traduz a ocupação de fato do Brasil, por isso é alvo de campanha sórdida e criminosa. Que os criminosos sejam punidos, mas outra coisa é a campanha para demonizar o garimpeiro", afirmação de V. Exa. Quais as organizações movem essa campanha sórdida e criminosa contra os garimpeiros? Quais os órgãos estão do lado dessa campanha e como combatê-los?

Eu gostaria de pedir desculpa pela necessidade de ter que me ausentar e agradecer a esse verdadeiro menestrel da Amazônia, o nosso querido Aldo Rebelo, que é uma referência nacional, e o seu exemplo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bonifácio.

... pelos cargos que ocupou na República, demonstrando exatamente sua capacidade intelectual e, acima de tudo, o seu senso de patriotismo que ele tem que impregnar em todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Sua participação sempre será importante para nós.

Com a palavra, o nosso convidado Aldo Rebelo.

Desculpa, Jaime, que eu já estou... Será que já deram 2h? Alguém me informa se já deram 2h?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, pronto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – É o Jaime e depois o Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Viu, Jaime? É porque já deram 2h, o almoço passou.

Com a palavra, o nosso representante de Rondônia Jaime Bagattoli.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não. Você vai na outra rodada, Esperidião. Está bom?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Eu estou nessa rodada, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele é nosso representante de Rondônia.

O Beto Faro é em seguida, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Beto é em seguida ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Amin, Senador, você pode falar lá depois das 17h, porque você já deve ter almoçado duas vezes hoje. *(Risos.)*

Quero cumprimentar aqui o Senador Plínio Valério. Quero dar os parabéns a ele por presidir esta CPI, como Presidente, e ao Senador Marcio Bittar, na condição de Relator.

E quero dizer ao Sr. Aldo Rebelo... Quero fazer um pequeno comentário antes. Quando o senhor esteve naquela condição do Código Florestal, eu pensei: o Sr. Aldo Rebelo vai prejudicar todo o setor produtivo. Naquele momento, eu pensei: como que um Deputado do PCdoB... É PCdoB, não é? Se nós não tivéssemos o senhor naquele momento, eu digo ao senhor, Senador Amin, eu não sei o que teria já acontecido naquele momento com o setor produtivo no Brasil.

Enfim, eu quero dizer que a Amazônia... No Brasil, com oito milhões e quinhentos e poucos mil quilômetros quadrados, mais de 5 milhões pertencem à Amazônia Legal – mais de 5 milhões. Então, quase 60%, em torno de 58%, 59% do território nacional pertencem à Amazônia Legal, com 14%, 15% só de população, em torno de 29 milhões de pessoas.

Mas uma coisa que o senhor falou aqui e que eu não tinha ouvido ainda é que o primeiro encontro dos países, o primeiro encontro sobre questão ambiental no planeta aconteceu em 1972. Nós chegamos a Rondônia... Em 1974, nós fomos para Rondônia. E, naquela época, para quem não conhece, na hora do Jornal Nacional, Sr. Aldo – o senhor lembra disso –, tinha um *slogan* com a propaganda na hora do Jornal Nacional: "Integrar para não entregar" – integrar para não entregar. Não que a gente tenha ido para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia... Meu falecido pai nem sabia o que era a Amazônia. Chegamos lá por um acaso. Neto de madeireiro, conheço todo o setor madeireiro. E aí, chegou, veio... Realmente, foi o que aconteceu.

Já em 1975, Sr. Aldo, os militares fizeram o primeiro programa de reforma agrária do Brasil. Ele foi contemplado na época pelo mundo inteiro. No Estado de Rondônia, as pessoas chegavam e ganhavam, na época, 100ha, 42 alqueires de terra. As grandes áreas eram de, no máximo, 1,95 mil, 2 mil hectares. A União licitava, cada CPF só podia licitar um lote, e pagava-se para a União. Passaram muitos anos e, depois de tantos anos... O Incra tinha que dar um documento dizendo que não existia índio naquela área. Demarcaram as reservas que já eram indígenas. Passaram anos, vieram as tais das ONGs, que começaram a achar, como dizem, pelo em ovo, e acabou, em muitas áreas, muita gente, muitos produtores sendo prejudicados. Hoje a gente está aí de novo nessa discussão sobre o marco temporal.

Outra coisa que o senhor fala aqui sobre o Fundo Amazônia, sobre a reserva Raposa do Sol. Eu estive lá. Na época em que tiraram os arrozeiros de lá, eu estive lá. Aquilo foi o maior absurdo do mundo. Nem os índios queriam, naquele momento, que tirassem os produtores de lá. Mas tudo foi feito a toque de caixa e igual ao que o senhor falou. O senhor foi muito feliz nas suas palavras, Sr. Aldo, quando o senhor falou aqui sobre a questão de o Judiciário decidir, de o Supremo decidir. Realmente, quem tem que decidir isso é a Câmara Federal, é o Senado, entendeu? É o Congresso Nacional que tem que decidir e discutir quais são, o que é o melhor para o Brasil, o que é o melhor para os brasileiros.

Outra coisa que o senhor citou é sobre o que as ONGs fazem para a Amazônia. Se eu chego em Porto Velho, dá dó da capital.

Eu moro no interior, no sul. Vilhena é uma cidade colonizada mais por sulistas. Em 1974, tinha 700 pessoas, hoje é uma cidade de 100 mil habitantes, é uma cidade que vive em volta do agronegócio.

E a gente chega a Porto Velho, realmente vê aquele povo abandonado, o povo não tem culpa daquilo, aquilo veio gente do Brasil inteiro, as pessoas migraram na época da borracha, na época, depois, quando vieram os garimpos, que até hoje nunca se legalizaram, nem no Rio Madeira e nem em outros garimpos.

E aquele povo é um povo muito sofrido. E isso as ONGs, o senhor relatou aqui, as ONGs não olham para isso, eles não estão preocupados em rede de saneamento básico, a única coisa que eles querem fazer, falar, é em reserva, é em mata, em preservação e ainda colocarem mais obstáculos, para se criar mais reservas indígenas.

Mas nós sabemos que temos que respeitar os nossos povos originários. Nós sabemos disso. O que o senhor foi feliz na colocação também é que os próprios indígenas nossos, o que eles querem? Eles querem ter o direito da sua terra, da sua propriedade e eles precisam, eles têm o direito de cumprir as mesmas... Como é que eu vou dizer? Tudo aquilo que nós, os novos produtores rurais, temos que cumprir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para se montar, para legalizar as suas terras, para legalizar a sua produção, desde minério, produção agrícola, de qualquer atividade, os índios também têm, eles têm que ter o direito.

Aí se fala tanto em Selo Verde. Por que não o Selo Verde ser colocado, implantado então definitivamente na Amazônia, se é que os países lá fora querem tanto a preservação, e não só em terras? Isso aí tem que ser em terras que são da União, nas áreas indígenas e também da iniciativa privada.

Eu queria fazer uma pergunta para o senhor aqui: por que a legalização... Por que os ambientalistas são contra a regularização fundiária deixando o produtor na ilegalidade? Qual é o motivo por que eles tanto batem em cima disso?

E outra coisa, eu vejo também que isso é uma falha muito grande no Congresso Nacional. Nós tínhamos que ter uma união maior para que a gente trabalhasse em cima disso, mas cada vez a gente vê essa questão não avançar. Só que nós vimos também que boa parte da grande mídia trabalha também sempre contra esse pequeno produtor, contra a legalidade.

Outra coisa, o senhor deve ter acompanhado sobre o carvão mineral. Eu ouvi aqui que o carvão mineral na Alemanha... A Alemanha voltou depois da guerra da Ucrânia, está voltando lá no carvão mineral.

Agora, vamos lá em Santa Catarina. Eu estou, Sr. Aldo... Eu faço parte da Comissão ambiental aqui do Senado e eu vejo que eu tenho que ouvir isso de ambientalista, de pessoas dizendo que tem que parar com o carvão mineral. Viu, Senador Seif? Lá em Santa Catarina, tem que acabar, porque eles falam que é melhor pagar o funcionário parado para eles não causarem mais problema ao meio ambiente.

Então, por que – eu queria que o senhor respondesse para nós –, no Brasil, tudo não pode, e lá pode? Eu acho que isso nós temos que dar um basta, temos que parar com isso. E sabemos, sim, do nosso compromisso com a preservação.

Para terminar, eu quero dizer, Ministro, que o senhor teve excelentes alternativas para a Amazônia, desde o Código Florestal brasileiro. Sei que o senhor enfrentou muitos obstáculos dentro do Governo. Portanto, qual o melhor caminho que o Senado e a Câmara Federal podem fazer para convencer esses ambientalistas, já que o senhor, lá atrás, já esteve lá na época, o senhor esteve dentro do Governo e o senhor enfrentou muitos obstáculos dentro do próprio Governo em que o senhor era Ministro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Encerrando essa rodada, Senador Beto Faro – obrigado, irmão, por ter ficado aí esperando e participando da reunião, mesmo remotamente. Com a palavra, o Senador Beto Faro, representante do Pará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Plínio; nosso Relator, Senador Marcio; e todos os Senadores e Senadoras que participaram desta sessão.

Quero cumprimentar aí o ex-Ministro, ex-Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho respeito pelas posições. Votei, inclusive, nele para Presidente da Câmara e para Ministro do TCU. Portanto... Mas temos diferenças de algumas posições, e vou tentar colocar algumas delas, até porque o nosso tempo está bastante avançado aqui. Muitas das questões colocadas pelo Ministro Aldo eu acompanho e tenho defendido aqui, assim como muitas das questões levantadas pelos Senadores. O próprio Senador Bagattoli agora levanta uma questão, que é um tema da questão da regularização fundiária, que é um dos temas que tenho defendido e trabalhado.

Sou amazônida, nascida na beira do Rio Guamá, não tão distante de Belém, a três horas de barco, no município chamado Bujaru, filho de agricultor familiar. Minha mãe e meu pai hoje são aposentados rurais, um salário mínimo cada um. Portanto, com nove irmãos na família... Então, com muita característica de amazônida efetivo aqui... Nasci nessa região com muito orgulho.

E acho que a nossa Comissão... Primeiro, de fato, nós temos que trabalhar por esse clima da democracia, de a gente ir avançando ouvindo as várias opiniões. E a democracia nos permite isso. O Ministro Aldo vem aqui e coloca uma visão de Amazônia que, em muitos aspectos, eu tenho concordância, em outros não.

Por exemplo, essa questão da aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Nós sabemos que, no último período, nós tivemos dificuldades. Eu nem sei e nem – quero colocar aqui – nem me atentei para como era a composição no início do Fundo Amazônia, mas sei como é a composição hoje do conselho que gerencia o Fundo Amazônia. Eu não sou defensor da tese de que isso tenha que fazer só para os órgãos públicos. Eu defendo que a gente tenha aplicação em órgãos públicos e que tenha recursos também para ONGs, para entidades representativas, inclusive, dos trabalhadores dessa região. Eu sou defensor de que a gente tenha espaço para todo mundo. O que cabe para mim aí é um bom gerenciamento, controle. E vamos lá para ver quem compõe hoje o conselho que gerencia o fundo.

Nós temos nove ministérios: temos o Ministério do Ambiente, com o qual majoritariamente esta Comissão tem muitos problemas, mas nós temos aí o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, nós temos a representação do Ministério das Relações Exteriores, nós temos o Ministério da Agricultura, nós temos o Ministério da Ciências e Tecnologia, e assim vai. Nós temos a representação dos nove Governadores dos estados – dos nove! –, incluindo aí Mato Grosso e incluindo o Maranhão. Os nove Governadores, cada um com um representante; assim como os ministérios, cada um com um representante. E temos a representação da sociedade civil: aí está a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), aí está a CNI e está a representação das ONGs. Portanto, é um conselho tripartite, que, na minha visão, pode até ser aprimorado – "ah, não é essa entidade; tem que ser essa".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as entidades, entre as novas entidades, nós poderíamos até aprimorá-lo. É majoritariamente de Governo – são dezoito entidades de Governo –, nove da sociedade e dos vários segmentos que determinam as regras de aplicação do Fundo Amazônia, que acompanham a aplicação do Fundo Amazônia e que devem aprovar os projetos do Fundo Amazônia. Isso num órgão meio que de assessoria, sei lá, ao BNDES para poder fazer a aplicação, assim como é a Sudam, no caso dos incentivos fiscais aqui, que tem uma composição também para poder aplicar os recursos dos fundos funcionais; assim como a Sudene faz no Nordeste. Portanto, pode-se melhorar, mas não é uma... Hoje aqui não tem como dizer: "Ah, aqui tem uma força das ONGs que passa por cima de todo mundo". É muito pelo contrário.

Eu sou desses que acho que tem ONGs... E eu quero vê-las ainda na Comissão, e ainda não as vi na Comissão. Acho que a gente está ainda com depoimentos muito positivos – e o do Ministro Aldo Rebelo é muito positivo –, mas ainda precisamos ir para aquelas que estão cometendo os crimes, que estão cometendo aquilo que foi objeto efetivo da nossa CPI, para gente não generalizar.

Inclusive – e eu agradeço por isto, porque compartilho desta visão –, muitos Senadores aqui disseram que tem ONGs boas e tem ONGs ruins, como em todos os segmentos, assim como o Ministro Aldo Rebelo disse aqui para nós todos que tem garimpeiros corretos, assim como tem garimpeiros incorretos. E eu acredito nessa tese. Não acho que, em profissões, em determinado setor ou categoria, seja todo mundo ruim, assim como nem todo mundo é bom. Até na política a gente encontra os bons e os maus. Portanto, acho que aqui nós não temos que demonizar as ONGs, mas temos que tirar, fazer a separação daquelas que estão pegando recursos e não estão aplicando da forma que estava estabelecido no projeto, porque também não dá para criminalizar, porque tem uma regra no país.

Eu fico imaginando essa questão do garimpo: é uma profissão que já existe há tempo aqui no Pará, por exemplo; mas não dá hoje para defender essa questão do garimpo ilegal dentro das áreas indígenas, porque a nossa legislação não permite se explorar o garimpo dentro da terra indígena. Nós temos que mudar a legislação, então, porque tem uma legislação. Então, os órgãos que são responsáveis pelo controle ou pela fiscalização têm uma legislação estabelecida. Não se faz isso aleatoriamente. Então, que a gente possa fazer isso dentro da regra estabelecida: mudança na Câmara dos Deputados, no Senado.

Tem muitas questões aqui que nós vamos ter que levar para Comissão de Meio Ambiente, nós vamos ter que levar para Comissão de Ciência e Tecnologia, nós vamos ter que estar debatendo na Câmara. Acho que nós somos... Às vezes, atrasamos muitos procedimentos e, aí, depois, vem o Supremo e acaba legislando porque o Congresso não legisla, mas todos nós aqui já tivemos oportunidade de fazer essas mudanças. O próprio Ministro Aldo foi Presidente da Câmara num momento em que tinha muita força dentro da Câmara. E a gente fez algumas mudanças, mas nem tudo a gente conseguiu fazer, porque a sociedade é assim. No próprio Senado, a Ministra Tereza, a quem eu respeito muito – tive ótimo diálogo com ela quando foi Ministra –, sabe, porque foi Governo, saiu ontem do Governo, de quatro anos de Governo no Brasil, que nós tivemos problemas em que não se avançou. Aqui, por exemplo, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, nessa questão da regularização fundiária, de qual Incra... Inclusive, acabou-se com o MDA, e o Incra era vinculado. Nós tivemos problemas enormes. Não foi entregue nenhum título, aqui, de terra nesse período dos últimos quatro anos. Tinha um documento que hoje não serve nem para que o agricultor possa pegar – o único documento que era entregue, hoje, não serve para o agricultor pegar – financiamento no banco, não serve como base para que o agricultor pegue o financiamento. Nós vamos ter que refazer tudo, reestruturar o Incra para poder fazer todo o passo de regularização fundiária.

Eu sou contra... A única questão que eu tenho levantado é que a gente não generalize tudo. Nós temos problemas para ser enfrentados? Temos. Eu, por exemplo, fiquei atento aqui a uma resposta, e agradeço a resposta, sobre essa questão da COP em Belém. Ora, a COP existe. Nós vamos para 28ª COP. O mundo está discutindo as questões climáticas. Ora, se nós estamos fazendo isso, se vão lá para o Egito discutir e vão lá para outro país, por que não se discute isso na região que é uma das regiões que mais podem contribuir ou não para isso, que é a Amazônia? Eu sou Senador aqui do Pará e estou feliz que a COP venha a ser debatida no Brasil. Daí, a gente ter que montar uma agenda, juntar os amazônidas, isso é papel nosso. Mas é importante vir.

E o Pará é um estado que tem de tudo. O Pará tem pequeno, médio, grande agricultor, tem ribeirinho, tem garimpeiro, tem quilombola, tem povo indígena, tem grandes cidades – Belém é uma cidade grande; juntando com Ananindeua, com Marituba, com municípios aqui, nós chegamos já a quase 3 milhões de habitantes nessa região. Que bom que a COP vai ser realizada aqui! Nós – eu, o Governador Helder e a bancada aqui do Pará – trabalhamos para que isso fosse realizado. Ficamos... Como um evento que vai dialogar. E nós vamos estar aqui apresentando qual é a nossa visão, como a gente trabalha essa questão ambiental e outras questões como infraestrutura, saneamento. Estamos dialogando sobre isso dentro do Governo, mas é uma oportunidade. As pessoas se deslocam daqui para o Egito e para outras regiões para poder fazer – estou citando o Egito porque foi a última... Se saem daqui para poder dialogar, por que não trazer para cá? Por que a gente não fazer esse debate aqui?

Então, acho que são questões que a gente tem que fazer. Não estou querendo generalizar. Tem ONGs... E nós vamos ter que apontar para essas ONGs em que nós temos problemas. Tem relatórios do TCU, e agora eu vou questionar o TCU. O TCU disse que grande parte das ONGs – inclusive foi feita uma comissão dentro do TCU para analisar as contas – está correta. E lá tem uma equipe técnica, do ponto de vista do projeto. Ah, o modelo de projeto que foi liberado para a ONG está errado na concepção, no formato? O BNDES não pode estar fazendo? Vamos atuar, e nós vamos atuar para que a gente possa aprimorar isso, para que o conselho possa estar dentro de uma visão estabelecida.

Portanto, essa é a questão, eu só não acho que a gente tem que já partir de quais são os certos e quais são os errados. E queria dizer isso e pedir ao Presidente... Hoje achei que a atitude mudou muito, e eu quero parabenizá-lo, Presidente. Nós tivemos, nas duas primeiras, ainda, dificuldade de compreender quem estava depondo, quem não estava, quem podia falar, essa questão toda. Acho que hoje nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhamos bem nesse sentido. A gente tende a crescer na Comissão para que a gente possa, no final, apresentar projetos, apresentar relatórios que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento do nosso país.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto, sua participação é sempre importante.

Eu vou pedir permissão aqui... O nosso amigo Senador Jorge Seif já esteve aqui cedo e pediu a inscrição, então, Sr. Aldo, eu vou pegar o embalo de três, e seriam quatro com ele, está bom? Posso? *(Pausa.)*

Então, com a palavra, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Querido amigo Plínio, muito obrigado pela compreensão; querido amigo Marcio...

Sr. Ministro Aldo Rebelo, quero dizer para o senhor, antes de qualquer coisa, que temos questões políticas partidárias diametralmente opostas. Sou um cara de direita, minha família... e sabemos que o senhor sempre teve uma posição contrária a isso. No entanto, não posso me furtar de elogiar as inúmeras entrevistas que tenho visto do senhor. E, inclusive, a presença do senhor nesta CPI mostra que a questão político-partidária no seu coração está abaixo das questões nacionais.

Acompanhei parte do seu depoimento aqui presencialmente, outras acompanhando pela internet, e queria contribuir com algumas questões, até reforçando suas palavras.

Infelizmente, as ONGs no nosso país, que poderiam, como o senhor já bem disse, fazer um trabalho de colaboração, infelizmente usam dinheiro do Brasil, fundos internacionais, para sabotar o Brasil, para fazer relatórios que alimentam a política internacional com narrativas contra o Brasil. Inclusive, temos certeza de que esse acordo com a União Europeia – não sei se isso foi abordado antes, eu não percebi, mas eu tenho certeza absoluta, inclusive a Ministra Tereza já saiu –, eu tenho certeza absoluta de que não se trata de outra coisa, senão protecionismo. A política trabalhando contra, justamente utilizando relatórios produzidos por ONGs.

O Ministro, o ex-Ministro Ricardo Salles, na época em que trabalhamos juntos no Governo do Presidente Bolsonaro, me comentou, na época da discussão, que foi uma questão midiática, do Fundo da Amazônia, e que o Brasil então abria mão, porque a Noruega e a Alemanha é que queriam definir onde seriam investidos esses valores... Ele falou: "Seif, para que é que a gente quer dinheiro? Praticamente 80% é para pagar os executivos das ONGs".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero – na verdade, não vou ser longo, porque está todo mundo com fome, eu também já almocei –, eu quero agradecer ao senhor as suas contribuições, a sua presença nesta CPI, que eu tenho acompanhado – quando não posso pessoalmente, de casa –, pela colaboração, que não é fazendo política ou indo contra nenhuma organização, mas um papel fundamental para nós realmente buscarmos separar o joio do trigo. Existem ONGs boas? Tenho certeza de que sim, mas, infelizmente, as que abocanham grande parte dos recursos públicos são usadas para nos sabotar, são usadas inclusive, em última instância, para delapidar o patrimônio brasileiro, para desconstruir a nossa imagem fora do país, para sabotar o Brasil e o brasileiro, Ministro Aldo Rebelo. Então, quero agradecer ao senhor imensamente.

E, para terminar, Senador Plínio Valério, a quem está nos acompanhando pela TV Senado, eu quero dar uma dica, uma sugestão: que assista à sua entrevista no Direto ao Ponto. Eu acompanho também aquele programa, praticamente todos, porque são entrevistas excelentes as daquela revista eletrônica, e com entrevistadores maravilhosos. O senhor orgulha o Senado Federal e o senhor orgulha o Brasil com uma entrevista tão técnica, uma entrevista tão verdadeira, uma entrevista que é elucidadora, verdade *versus* narrativas. Então, quem está nos assistindo, não perca o Direto ao Ponto – foi duas semanas atrás ao ar – com o Senador Plínio Valério, que explica muitas coisas que estão acontecendo e o papel fundamental desta CPI para o nosso Brasil.

Muito obrigado. Parabéns para o senhor, para o Marcio Bittar e para o Ministro Aldo Rebelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, meu amigo Senador Jorge Seif, pelas palavras. Aquela entrevista até hoje está rendendo, já são milhões e milhões de pessoas. E ali, quando a gente vai, a gente está como Senador e representando todos os nossos amigos, companheiros. Obrigado.

Você viu agora, Esperidião Amin, por que é que eu o coloquei na sua frente, não é? Está explicado por que é que eu coloquei o Seif na sua frente?

O.k., vamos lá. O nosso convidado, Aldo Rebelo, para responder aos quatro Senadores, e, em seguida, teremos aí o Esperidião Amin e o General Mourão.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Bem, Senador Jaime, eu era Ministro da Ciência e Tecnologia e a Primeira-Ministra Angela Merkel promoveu uma grande visita ao Brasil. Tinha uns 12 ministros, e veio uma grande delegação da Ciência e Tecnologia. E eu perguntei à delegação se eles gostariam de conhecer os centros de tecnologia do Brasil na área nuclear, em São Paulo; na área espacial, em São José dos Campos; ou um laboratório de aceleração de partículas lá em Campinas. Eles disseram que não, que queriam ir para Amazônia. Então, nós colocamos a delegação na Amazônia, levamos para Manaus para explicar o que era a Amazônia; depois pegamos um barco, fomos lá numa torre alta de 350m, doada pelo Instituto Max Planck. E, quando eu preparava a minha fala à delegação, eu vi que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoria do ministério tinha colocado a matriz energética da Alemanha: carvão, majoritariamente carvão. E eu perguntei ao Ministro: "Ministro, vocês têm tanta preocupação com o meio ambiente, mas a matriz energética é toda de carvão.

Ele me deu uma resposta muito singela e muito sincera. Ele disse: "Olhe, a nossa primeira Ministra, a base eleitoral dela é na reunião que produz carvão, então, nós não podemos mexer numa situação dessa, porque é a base política da Ministra Angela Merkel." Acho que era o Vale do Ruhr ou coisa parecida.

Agora, no encontro do Egito, nós achamos que o grande debate foi sobre meio ambiente, e não foi, o grande debate foi sobre matriz energética. A grande decisão foi ampliar o consumo desses combustíveis terríveis, porque lá o carvão da Alemanha é o tal de lignito, que é o pior carvão que existe, o mais poluente, e eles ampliaram a produção e o consumo desse carvão, todo mundo aumentou, os Estados Unidos, a China, todo mundo. E quando se volta para o Brasil, é com o olhar da punição, como se nós fôssemos os vilões do meio ambiente.

A questão dos indígenas, Senador Jaime, lá em Rondônia, eu conheço o caso célebre de uma grande reserva de diamante que tem na Reserva Roosevelt, em Espigão do Oeste. Conversei muitas vezes com a ex-Prefeita, saudosa Prefeita Tereza, e ela explicava que ali tinha o diamante, e que o cinto larga tirava o diamante e o entregava para o contrabandista, porque não tem quem impeça um ser humano, vivendo em cima de ouro e de diamante, de não extraí-lo. Não tem como impedir.

O Senador Beto Faro tem razão, nós não podemos estigmatizar nem passar um crivo nas organizações não governamentais, e tem muitas: filantrópicas, humanitárias. E, também, eu acho que o mais importante não é buscar onde a organização não governamental cometeu o crime, eu acho que se deve buscar o erro da relação do Estado brasileiro com essas instituições. Eu não estou discutindo se elas são honradas ou se não são honradas, o que eu estou discutindo é que elas não defendem na sua ação os interesses nacionais brasileiros. Elas não estão ali para representar os interesses do Brasil, porque não é uma prestação de contas, aprovada pelo Tribunal de Contas, que vai dizer que elas estão certas ou estão erradas.

No caso do Fundo Amazônia, eu era Ministro da Ciência e Tecnologia, tinha assento no Conselho Nacional, no Conselho de Administração do BNDES, e eu pedi o relatório exatamente porque não havia um único projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil que recebesse um centavo desse fundo. Depois eu fui Ministro da Defesa, não havia um centavo, em que pese os grandes serviços na área de ação social, de saúde.

Senador Mourão, o senhor conhece isso melhor do que eu: na área de saúde, de assistência aos ribeirinhos, aos indígenas, não havia um único centavo. O projeto Calha Norte não tem um único centavo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – E o saneamento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALDO REBELO – O saneamento muito menos. Por quê? Não é a questão do conselho, dos integrantes do conselho – pode até haver esse equilíbrio –, o problema é que o conselho só pode fazer uma coisa: destinar recurso para a agenda do clima. O conselho não tem liberdade para destinar recurso para a ciência e tecnologia, para a saúde, para a educação. E eu defendo que vá para os órgãos públicos por quê? Porque, se eu tenho um Ministério da Educação, que atua na Amazônia; se eu tenho uma secretaria de educação em cada um dos nove estados da Amazônia Legal, se eu tenho centenas de prefeituras, qual é a atribuição que tem uma ONG para prestar o serviço de educação melhor do que o MEC, melhor do que a secretaria de educação, melhor do que as universidades, melhor do que as escolas técnicas? Por que eu vou dar dinheiro do Fundo Amazônia para uma ONG se eu posso dar para universidades, se eu posso dar para o secretário de educação do município? Eu acho que não tem sentido, não tem cabimento.

A mesma coisa na saúde. Ah, eu vou dar dinheiro da Funasa para uma ONG - depois aparece um escândalo, como foi o caso dessa Urihi, milhões de reais que sumiram e depois a ONG se desfez e ninguém sabe onde foi parar – se eu tenho o Ministério da Saúde, se eu tenho a secretaria de saúde de cada estado, se eu tenho a secretaria de saúde de cada município, tem sentido eu dar dinheiro para ONG? Com que objetivo? Por que razão? Eu não vejo. Não é nada contra a ONG. O que eu não quero é ONG substituindo o Estado brasileiro onde não há necessidade. Elas cumprem o seu papel de maior ou menor relevância, mas não substituindo a ação ou as funções do Estado. Essa é a questão de fundo que eu levanto.

Eu percorri a Amazônia, pelo menos nessa área da Transamazônica, toda. O Senador Beto Faro, como Senador, foi votado em tudo quanto é lugar. Eu fiz uma palestra lá em Uruará. Estava lá um jovem prefeito que provavelmente o apoiou para o Senado. Ele me disse: "Olha, aqui, em três meses, em três operações dos órgãos ambientais, o desemprego na cidade de Uruará pulou de 2% para 10%, porque essas operações atingem diretamente a atividade econômica". O senhor vai a Jacareacanga, é uma situação deplorável. Eu estive em Jacareacanga. Parece uma cidade fantasma, as pessoas só falam em ir embora, porque é uma cidade predominantemente indígena. São lá os mundurucus. O que os mundurucus fazem na área deles? Garimpo, Senador Mourão. Eles fazem garimpo. E o que é que o Governo faz? Reprime. Foram lá às aldeias indígenas, queimaram equipamentos – isso no Governo passado, está certo? Porque o poder das ONGs não conhece fronteiras de governo, não; elas agem. Aliás, teve um momento desse em que estava lá na região – não sei se Jacareacanga – o próprio Ministro do Meio Ambiente, estava lá, mas eles têm essa autonomia.

Então, houve essa violência no Estado do Pará, promovida por esse poder paralelo, vinculando algumas agências do estado com essas organizações não governamentais. Está provado aí em teses acadêmicas que tudo isso, toda essa legislação, todo esse corpo de normas que autorizam a ação dessas organizações não governamentais foi uma operação montada dentro do Estado brasileiro. Foi para dentro do Estado que essa operação foi montada para criar essa situação que nós temos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passei por tudo isso, eu vi tudo isso lá. Já citei aqui o caso de Altamira, parece uma cidade ocupada, novo progresso, aqueles helicópteros, Força Nacional, Polícia Federal, como se fosse uma área de ocupação e como se o inimigo fosse um brasileiro que vive ali, que está se esforçando para...

Essa questão do confisco do gado! Sobrevivência! Disso qual é a consequência? A consequência é você empurrar... Quando você inviabiliza a atividade econômica, você empurra a juventude, principalmente. E é essa juventude mais ousada, mais ambiciosa que vai. Eu ouvi lá depoimentos: "Olha, o meu sobrinho disse isso". Se é para ir... Se o que o senhor está fazendo é crime – está certo –, se o senhor não consegue dormir sossegado porque o que o senhor está fazendo é considerado crime, então é melhor ir para um outro crime que não tem repressão, está certo? Do outro crime o Estado não está cuidando não, está livre lá. Então, é essa a cabeça das pessoas, dessa juventude. São 600 mil estudantes universitários na Amazônia, Senador Jorge Seif. São 600 mil meninos e meninas.

Eu peguei um avião para ir a Santarém, que já era muito longe de onde eu estava, e uma jovem do meu lado. Eu digo: "Vai para onde?". "Não, eu vou visitar meu pai e minha mãe em Santarém". "E você está onde?". "Não, eu estou trabalhando no Rio Grande do Sul". "Por quê?". "Porque eu me formei em Santarém e no outro dia pedi passagem para o pai e para a mãe para ir embora, porque não tem trabalho". Claro! Você abre um monte de curso de Veterinária, mas diz que precisa acabar com a pecuária. Abre um monte de curso de Agronomia... Petróleo? Não pode ter exploração de petróleo, não pode ter agricultura. E essa juventude vai fazer o quê? Eu vou lá conversando com um monte de menino de escola técnica: Está fazendo o quê?".

"Eu vou fazer Tecnologia em Mineração, no instituto estadual, na escola técnica estadual". "Eu faço Tecnologia em Agropecuária". Tecnologia... Está tudo sendo proibido! Está tudo sendo banido. E por quê?

O senhor perguntou por que é que eu acho que não tem regularização fundiária. Por uma razão, Senador: A regularização fundiária consolida a presença brasileira na Amazônia, está certo? É por essa razão que não pode ter regularização fundiária, porque ela é sabotada!

Eu converso com todo mundo, Senador Mourão. Fiquei lá em Altamira, fui várias vezes almoçar com o Bispo de Altamira, com Dom João. Conversando com ele, digo: "Olha, a regularização fundiária, Dom João, precisa ser feita!". Ele concordou: "É isso mesmo!", para resolver um monte de problema na região, porque o criminoso, o grileiro, o desmatador ilegal não quer saber de regularização nenhuma, ele entra na propriedade regularizada e ainda ameaça o proprietário se for lá impedir que ele desmate, que ele tire a madeira. É isso que acontece.

Então, eu vejo que o problema das ONGs na Amazônia não é um problema policial, não é um problema da legalidade ou da ilegalidade, é muito maior do que isso! É muito mais importante do que isso. É de como você contém, limita o poder desse estado paralelo e como você amplia a presença, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influência, a força e a tutela, sobre o território brasileiro, do Estado formal, está certo? Do Estado institucional. É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos então para a última rodada.

O Senador Esperidião Amin e depois o Senador General Mourão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Em homenagem a V. Exa., Presidente, eu quero só dizer uma frase: Bendita a sua persistência em promover a realização desta CPI. Mais do que isso também não precisa. Uma arenga sobre esse assunto seria uma demasia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Isso faz parte da Oração do Guerreiro de Selva. O Senador Plínio é um guerreiro de selva honorário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É "Selva!", então, a saudação?

E, Aldo, meu querido amigo Aldo Rebelo, fiz questão de aqui comparecer. Nós tivemos hoje uma manhã com cinco Comissões Permanentes e de Inquérito. Cinco! Eu não vou descrevê-las todas, mas estão na agenda. E eu creio que nesta o senhor conseguiu agora ouvir catarinense em ambos os ouvidos: à direita, falava-lhe o ex-cacique da nação xokleng, em José Boiteux, Jaime Bagattoli que não tem recebido nota dez como cacique. Foi enviado a Rondônia para fazer...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Assumir o controle dos cintas-largas e contribuir para o desenvolvimento daquela terra abençoada. É um grande e querido amigo. E, no outro ouvido, é esse que vos fala só para lhe dizer o seguinte: o senhor tem prestado serviços muito relevantes ao Brasil.

E, hoje, quando mencionou que D. Pedro II, proibiu a navegação – aliás, o Brasil demorou muito para permitir navegação de barco alheio na Bacia Amazônica, no Rio Amazonas e nos seus afluentes –, me fez lembrar duas versões: a primeira é o relatório da CPI da Amazônia, assinado em 1989 pelo meu saudoso patrono de formatura em Direito, Jarbas Passarinho; e a segunda é o livro dele também – *Amazônia, Patrimônio Universal?* – em que ele aborda essa questão que é bastante controversa. E isso ilumina tanto o relatório da CPI quando os personagens são Gorbachov, Mitterrand e outros que tais. Só mudou o nome, não é? E, às vezes, a tática, a estratégia não. Só muda a tática e o nome do personagem, se nós transportarmos para hoje, não é? Mitterrand atende como Macron; e Gorbachov foi sucedido pelas várias ONGs e outras potências diluídas, que têm agido bem ou não tanto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que a sua contribuição nesta CPI vai ser certamente única pela soma de conhecimentos que o senhor tem, pelo que o prezado amigo já fez com autonomia, com autoridade, que muitas vezes é contestada, mas sempre respeitada. Então, eu quero só lhe agradecer em público. Tenho certeza de que alguns amigos comuns nossos ficam felizes por esse encontro e por essa minha manifestação.

E, lembrando da colônia árabe de São Paulo, não posso deixar de dizer que já recebi uma mensagem do Eduardo Felício Elias, que é muito mais eleitor seu do que meu, porque, posto que nascido em Caçador, em Santa Catarina, tem o título em São Paulo.

Muito obrigado pela sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Esperidião Amin, pode ter certeza, a sua participação é sempre bem-vinda, só engrandece e soma. É muito bom a gente tê-lo aqui conosco nesta sessão.

Com a palavra, o Senador General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Marcio Bittar, Ministro Aldo Rebelo, Senadores aqui presentes...

Presidente Plínio, eu quero pedir as minhas escusas por não ser tão assíduo aqui, na Comissão, mas o senhor sabe que outras – não é? – pedem a nossa presença em determinados momentos.

Mas hoje eu não podia deixar de vir aqui cumprimentar esse brasileiro que eu admiro tanto, que é o nosso Ministro Aldo Rebelo, a quem conheço há 21 anos, quando travamos o primeiro contato lá em Caracas, quando o senhor foi com a comissão de Parlamentares brasileiros após aquela tentativa de golpe contra Hugo Chávez, e nós nos reunimos lá na nossa embaixada, eu era o adido militar. A partir dali, a nossa trajetória se cruzou muitas vezes, e eu sempre acompanhando essa defesa que o senhor tem feito dos interesses brasileiros como um nacionalista convicto que o senhor é. E, na questão da Amazônia, nenhum de nós tem dúvida que existe uma estratégia indireta para impedir que o Brasil faça uso das riquezas existentes na Amazônia. Fazer uso não significa deteriorar o meio ambiente da Amazônia; fazer uso significa explorar aquelas riquezas para o bem das pessoas que lá vivem e para o bem do restante do Brasil.

A tríade que nós colocamos como Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal era proteger, preservar e desenvolver, e nós sempre expressamos que sem desenvolver não haveria proteção – não é? – nem preservação. E o senhor tem sido um defensor intransigente disso aí.

Discutimos aqui essa questão do garimpo. Nós vivemos numa hipocrisia. O senhor colocou há pouco, muito claramente: o ser humano, em cima de ouro e diamante, ele não vai ficar olhando para aquilo, ele vai explorar. E a nossa Constituição permite que esta Casa legisle, e, conseqüentemente, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente passa a viver naquilo que eu digo que é o melhor dos mundos, porque nós vamos adjudicar o garimpo para quem de direito, essa pessoa terá que explorar dentro das melhores regras ambientais, vai pagar *royalties* para o indígena – ou se for a própria empresa constituída pelos indígenas –, e vai pagar imposto. Hoje o Governo, que precisa tanto arrecadar, terá uma fonte de arrecadação que hoje ele não tem.

Então está na hora de a gente vencer isso aí e ter um discurso unificado aqui, dentro do Brasil, a esse respeito: não aceitar esse argumento de que as terras indígenas não podem ser exploradas em hipótese alguma. Elas podem, dentro das regras estabelecidas até no Código Florestal que o senhor batalhou tanto, onde na Amazônia, em qualquer propriedade, 80% têm que estar preservado.

Então, eu queria só deixar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E tem projeto...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E tem projeto, tem projeto de lei.

Então, eu só queria ressaltar esse papel que o senhor tem tido e que tem sido fundamental para defesa da nossa Amazônia; e cumprimentar o meu amigo Plínio Valério por esse trabalho que esta CPI está fazendo. Esta CPI não é uma CPI de caça às bruxas, muito pelo contrário: é uma CPI onde tem foco, e eu tenho certeza que o relatório que vai sair daqui vai servir para uma correção de rumos da estratégia que o Estado brasileiro tem que ter em relação à presença de ONGs na Amazônia e, principalmente, para a própria Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senador General Mourão, que conhece como ninguém a nossa Amazônia e compartilha desse sentimento que todos nós amazônidas carregamos. E agora, com este conhecimento dos brasileiros, certamente, ao conhecerem esse lado da Amazônia, compartilharão conosco esse sentimento.

Foi um compromisso nosso de campanha. É um compromisso meu de vida. Desde pequenininho que eu me acostumei com essas organizações nos roubando no meio do mato. Foi compromisso de campanha, e Deus permitiu que chegasse ao Senado. E foi com a ajuda de vocês, todos vocês assinaram o pedido de CPI, não se recusaram, desde o primeiro minuto, desde o primeiro momento, vocês compartilharam isso.

A palavra, Senador... Eu o chamo só de Senador, Aldo, será que vai vir ou só consultor mesmo? Chamo-o de Senador o tempo todo. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

Com a palavra, o nosso convidado. E já peço, se assim quiser, para responder e fazer suas considerações finais.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer a presença e as generosas apreciações imerecidas que o Senador Esperidião Amin faz sobre a minha pessoa. Ele era Governador de Santa Catarina, e eu – ele era muito jovem, Governador –, também jovem, dirigia uma organização chamada União da Juventude Socialista, que foi pedir apoio para realizar um congresso em Santa Catarina. E, quando entramos no gabinete do Governador, ele recita os versos de Castro Alves:

Toda noite – tem aurora,
Raios – toda a escuridão.
Moços, creiamos, não tarda
A aurora da redenção.

Ele é digno de admiração e corrige as minhas falhas como escritor e mau pesquisador, citando o personagem de Santa Catarina, e sem ter o devido cuidado de grafar o nome corretamente, mas era na época da pandemia, dificuldade de pesquisar. Mas prometi a ele que, na próxima edição, o nome do Sargento Gondim e o local de nascimento vão sair com a atribuição correta, graças...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Do quinto movimento.

O SR. ALDO REBELO – Do quinto movimento, exatamente. Graças à revisão.

Eu e o Senador Mourão tivemos essa convivência já antiga, desde os idos da Venezuela e mais recentemente no Ministério da Defesa, está certo? E ainda mais recentemente, quando, ele na condição de Vice-Presidente da República, nós dialogamos, inclusive sobre a questão da Amazônia. Uma certa vez, era pandemia e fizemos por vídeo, mas fizemos esse diálogo. E, de fato, fez um grande esforço para que a Amazônia tivesse um espaço importante na agenda do último Governo.

O Senador Chico Rodrigues me pediu para fazer um breve comentário sobre a questão do controle de território no caso de Roraima. Eu estive em Roraima recentemente, conversei lá com o Governador, conversei com a Assembleia Legislativa, conversei com Deputados, conversei com produtores, conversei com garimpeiros, conversei com todo mundo, com sindicato; de fato, há um confisco de território por parte de agência do Governo Federal. Rigorosamente, hoje, o Estado de Roraima dispõe de 80% de sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área já atribuída a terras indígenas e unidades de conservação, federais e estaduais, 80%. Dos 20% restantes, que estariam, em tese, disponíveis para a agricultura, deve-se considerar que 80%, por força da lei, já é destinado ao meio ambiente. Então, você disporia, na verdade, de 20% dos 20% restantes. Eu sei que eu vi lá o cálculo de um assessor da Assembleia Legislativa, que situava em torno de quatro a seis o que tem. E agora anunciaram a expansão de novas unidades de conservação em estudo já no Ministério do Meio Ambiente.

Eu digo: mas isso é inaceitável, isso é impossível! E logo quando o Governador tenta organizar lá uma área produtiva, já montou lá uma processadora, que eu visitei, de óleo de soja, de farelo de soja, para agregar algum tipo de valor à produção. Mas é impossível, senhores. Isso é um crime, isso é inaceitável, isso é inconcebível! Não pode! Não pode acontecer uma coisa dessa! Uma unidade da Federação está constitucionalmente protegida por certo nível de autonomia do seu Poder Executivo, do seu Poder Legislativo. Não, eu acho que isso é absolutamente inaceitável.

E, quando se trata da terra indígena, está lá no artigo da Constituição. Aliás, a Constituição atribuiu toda a responsabilidade ao Poder Legislativo, porque o artigo que trata da regularização ou da autorização de mineração em terra indígena diz lá textualmente que é o Congresso que vai definir as condições, ou seja, não tem nada a ver com o Poder Executivo – é o Congresso.

Agora, misteriosamente, toda vez que o Congresso tentou, desde a época do Senador Severo Gomes, que chegou a aprovar aqui, no Senado, um projeto que morreu na Câmara. Depois, o Deputado Aloizio Mercadante, do PT, no Governo do Presidente Fernando Henrique, apresentou outra proposta, que também não prosperou. O Senador Romero Jucá, outra proposta. O Governo do Presidente Lula mandou duas propostas, uma da Casa Civil, outra do Ministério da Justiça, e isso não avança, isso é bloqueado contra a vontade, inclusive, dos próprios indígenas, que não só querem, como praticam, do jeito que podem, o garimpo nas suas respectivas áreas, como os cintas-largas lá, como os mundurukus no Pará, ou como os ianomâmis lá em Roraima. Como é que a gente não resolve uma situação dessa?

Primeiro, porque tem uma contribuição, e 65% dela ficam no município; varia, de acordo com o minério, a contribuição, mas já é um dinheiro para o município. Em uma lavrazinha de nada que eu vi em Altamira, conversando com o Secretário do Meio Ambiente, ele disse: já nos deixou aqui R\$6 milhões ou R\$8 milhões – uma lavrinha de 25 hectares! Se você organizar isso, se o Governo... Agora, não pode organizar, porque a agricultura, a pecuária, o garimpo consolida a presença humana na Amazônia, que contraria todo o interesse desse pessoal. É por isso. Porque o garimpo pode... Aliás, o garimpo... Quando da lei que o Presidente Lula mandou para criar o Estatuto do Garimpeiro, um dos argumentos era este: organizar e regularizar, porque aí o Estado fiscaliza, coíbe os crimes ambientais e o uso de substâncias impróprias. A regularização resolve tudo. Enquanto isso... Eu conversei lá em Manaus com uma grande autoridade do Estado, e ele disse: enquanto nós estamos aqui, o ouro está sendo retirado, a cassiterita e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não sei mais o que, e tudo saindo do Brasil e do estado sem pagar um centavo de tributo e sem deixar um centavo de divisa para o país. Não pode! Isso não pode, está certo?

Eu acho que, naturalmente e felizmente, os senhores têm esse poder, têm essa atribuição, está certo? E terão, na minha opinião, todo o apoio do povo brasileiro para proteger a Amazônia e usar de forma racional, ambientalmente responsável e socialmente responsável os recursos da Amazônia.

Diga uma coisa: se essa Amazônia fosse americana, estava desse jeito? Se ela fosse chinesa? Se ela fosse alemã? Pelo amor de Deus! Eles estão removendo cidades para tirar o carvão, removem cidades, comunidades... Imagine se isso pertencesse a essa gente, claro que estava sendo usada a serviço das suas sociedades, das suas comunidades. E o Brasil não pode se permitir – está certo? – se comportar desse jeito...

Muito obrigado, Senador. Está bom? Desejo todo êxito, toda vitória na realização dos trabalhos dessa CPI. Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, Sr. Aldo Rebelo. Muito obrigado mesmo pelas nossas conversas no dia a dia. E o seu conhecimento deixou claro hoje aqui, Aldo, aquilo... o Aldo acaba falando aquilo de outra forma, o que os índios dizem aqui, não é? Aqueles índios que prestaram aqui...

Eu quero, só para a gente encerrar, chamar aqui o vídeo nº 1, só em homenagem ao índio tucano, que mandou. É o vídeo nº 1. Aí eu encerro, general. Olha só esse índio, na sua simplicidade, o que ele diz.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dá para... Ele está repetindo, no dialeto dele, toda aquela revolta e indignação.

Esse vídeo foi enviado sem que nós tivéssemos pedido. Chegam muitos vídeos desse jeito, dessa natureza.

Eu vou aproveitar para a gente colocar em votação aqui três requerimentos extrapauta.

O primeiro é o 235...

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 8****Requerimento Nº 94/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o Senhor Benjamin Benzaquen Sicsu, presidente do Conselho Administrativo da Fundação Amazônia Sustentável.

Autoria: Senador Plínio Valério

Na verdade, é o 94.

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 9****Requerimento Nº 95/2023**

Requer que seja aditado o requerimento nº 86/2023 para convocar o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês, fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami.

Autoria: Senador Dr. Hiran

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 10****Requerimento Nº 96/2023**

Convida o Senhor Edward Mantoanelli Cruz, antropólogo com mestrado em Antropologia Social, para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovamos os requerimentos.

Então, coloco em votação também a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Sr. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reiterar e sempre reafirmar no começo e no fim: esta CPI não é para demonizar ONG, não é contra o Governo Federal. Isso aqui não é Bolsonaro e Lula. Isso aqui não é esquerda e direita. Isso aqui é uma nação Brasil, como o Aldo Rebelo deu exemplo, e a nação que quer permanecer colônia, embora essas pessoas colonizadas pensem que são colonizadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia hum de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Sílvia Waiapi, em atendimento ao requerimento 33/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2023** que : "Requer a realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/01>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1ª de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidada, da Sra. Deputada Federal Silvia Waiãpi, conforme Requerimento nº 33, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Silvia Waiãpi para compor a mesa. *(Pausa.)*

Seja bem-vinda e fique à vontade!

Quero pedir permissão à Deputada Silvia, ao Marcio, ao Beto e ao nosso Nelsinho para que vocês que estão aqui hoje e aqueles que estão nos assistindo pelo YouTube possam tomar conhecimento de algumas coisas. Eu vou apresentar dois vídeos agora, e nós vamos, ao final, apresentar muitos outros vídeos para que nós Senadores possamos começar a discutir esses problemas que a gente tem trazido aqui.

Eu peço ao pessoal da assessoria que mostre o Vídeo 3 e, em seguida, o Vídeo 4.

É só para que vocês tomem conhecimento das dificuldades impostas, causadas, criadas por algumas ONGs. No caso aí, no Alto Rio Negro, é o Instituto Socioambiental, que prejudica essas etnias.

Esses vídeos não são encomendados nem pedidos; são enviados por eles mesmos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Este vídeo aí eu acho que não tem áudio. Vocês podem ver que é o desafio das nove cachoeiras – é o que eles escrevem lá – que os koripako enfrentam quando viajam para resolver seus problemas, como o Bolsa Família, na sede de São Gabriel da Cachoeira. Eles levam até, às vezes, seis dias. Olhem só as cachoeiras. São nove! São nove cachoeiras desse nível que eles enfrentam. Estão vendo lá o cara puxando o barco para tentar subir a cachoeira? Na seca, elas são ainda maiores; aí está na cheia. Eles levam, no caso aí dos koripako, não sei, talvez seis dias para chegar à sede. No mínimo, são três dias. Eles se deslocam para receber o Bolsa Família. Isso aí, na realidade...

Ah, não! Está junto com o outro, não é?

Olhem só a dificuldade que eles enfrentam.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O outro vídeo vai mostrar uma cena bem mais cruel, quando eles têm que subir pedras. Olhem só: eles arrastam o barco para poder atravessar a cachoeira. São nove cachoeiras como esta!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão reivindicando, desde 2021, uma estrada que teria 16km. Essa estrada de 16km evitaria toda essa epopeia deles aí, mas o Instituto Socioambiental com a Foirn não deixam, alegando que não fazem parte da cultura indígena as rodovias, as estradas. O que faz parte da cultura indígena, segundo essa gente, é sofrer, é passar por essas cachoeiras com o maior problema.

Repito: essas cenas foram enviadas pelos índios. Eles atravessam, eles sobem ou descem, ou descem para depois subir, nove cachoeiras. Isso explica por que eles gastam seis dias para chegar à sede. E, quando chegam à sede, não têm onde ficar. Eles dormem, muitas vezes, nas pedras, lá na sede. Foi por isso que eu assumi, como Senado... Eu apresentei uma emenda parlamentar que está construindo para eles lá o centro de acolhimento, para que, quando eles chegarem, com esse sofrimento todo, tenham onde ficar.

A gente vai até mostrar também fotos de outras cachoeiras e dessa dificuldade. Olhem só como é que é isso!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E a estrada teria 16km?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A estrada teria 16km e acabaria com todas as mazelas dos koripako. No caso aí, são os koripako.

Olhem só: eles têm que tirar, subir na pedra, empurrar, voltar. Imaginem só o tempo perdido e imaginem só o perigo que é isso. Quem é que quer isso para outro ser humano, alegando que faz parte da cultura dele esse sofrimento ou que uma estrada não faz parte da cultura dele? Não teria nenhum impacto ambiental uma estrada de 16km no meio de tanta floresta. Ela não teria nenhum impacto ambiental, mas teria um impacto social muito grande, seria o resgate da dignidade dessa gente.

Olhe só o perigo que é, Nelsinho. Olhe só o perigo que é!

Não tem quem veja isso e não fique revoltado. Olhem: mais uma vez, eles saltam, vão empurrar a lancha e vão fazer tudo isso na volta. Aliás, eu acho que eles estão fazendo na volta já. Aí eles estão na subida. O outro vídeo que a gente vai mostrar é na descida.

Tem como botar logo o outro vídeo? É porque é isso aí. As cenas sempre são as mesmas. Imaginem: é para ir buscar o Bolsa Família. Muitas vezes, é para ir comprar rancho também, porque não conseguem produzir. As cooperativas não conseguem se estabelecer para produzir. Tem o outro vídeo? Esse é mais rápido. Esse tem um minuto e dezessete segundos, que seria o terceiro, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí foi enviado pelos... Ah, isso aí – eu pedi até, não tem o meu nome, por isso, estou exibindo – é a obra do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro de acolhimento para esses indígenas. Eu frequento São Gabriel desde 1980, 1979 e sempre me penalizou vendo os índios dormindo nas pedras, esperando o banco abrir, a Caixa Econômica, à época, para fazer alguma transação. Então, esse centro está sendo construído.

É o outro vídeo. É o vídeo mais cruel de todos. É o que eles estão subindo nas pedras.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é este aí. Este é o mesmo. Então, o outro não está aí. Eu apresento no final. O outro é muito mais cruel.

Olhem o desafio que eles fazem para poder, a equipe de saúde... Esta é uma equipe de saúde que vai às aldeias levar saúde para os indígenas. Olhem só o perigo que é isso. Nós estamos falando de nove cachoeiras. Ninguém está falando só desta aí. Encalharam na pedra. Tentaram subir e não conseguiram. E a gente conhece a força e o poder dessa correnteza. Está bom. Eu acho que é suficiente.

No final, Nelson, Beto, Marcio, a gente vai apresentar esse vídeo para que possamos discutir.

Vamos à nossa depoente, que já participou com a gente aqui.

Deputada Silvia, fique à vontade para falar sobre o assunto que a traz aqui.

Com a palavra, então, a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

Primeiro, eu falo na minha língua para que vocês saibam que eu existo, porque um povo que não preserva a sua identidade e nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai.

Senador Plínio, Senador Bittar, eu agradeço o convite para participar deste momento, mas, primeiro, eu faço questão de ler uma nota de repúdio contra minha pessoa. Esta é uma nota de repúdio contra minha pessoa pelo fato de eu depor hoje e também pelo fato de eu ter sido eleita Deputada Federal... Eu venho sofrendo várias ameaças, várias perseguições, mas eu faço questão de ler a carta dos meus oponentes, com todo o respeito que eles merecem.

A primeira carta de repúdio contra Silvia diz que é política, bolsonarista, que está usando o nome do povo oiampi. Essa carta é do Conselho Apina, um dos conselhos dos povos indígenas oiampis.

Este é um dos *modus operandi* das organizações não governamentais: tentar deslegitimar qualquer um que se oponha ou que traga qualquer outro discurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte da primeira carta diz o seguinte:

Somente alguns Wajãpi acreditaram que ela é uma menina wajãpi que desapareceu na década de 1970 e aceitaram a Sílvia como parente quando ela nos procurou.

[...]

[Também a carta diz o seguinte:]

[...] todos os Wajãpi são contra o governo Bolsonaro, contra sua política genocida e anti indígena e contra sua reeleição. Na nossa Terra Indígena Wajãpi o Bolsonaro teve [...] 2 votos no primeiro [...], Ciro Gomes teve 3 votos e o Lula teve 378 votos. E também a Sílvia teve somente 31 votos dos Wajãpi como candidata a deputada federal.

Em respeito aos 31 oiampis, ao meu povo e à minha família, eu represento os oiampis como Deputada Federal, assim como eu represento todo o povo amapaense.

Uma outra carta também do conselho, desta vez assinada – são três páginas –, diz o seguinte:

[...] não aceitamos a entrada do Partido Liberal, que são bolsonaristas, dentro da nossa terra e nas nossas aldeias. E nós proibimos a senhora Silvia Nobre [...] de fazer atividades políticas-partidárias na Terra Indígena Wajãpi.

[E a carta vem falando sobre o protocolo de consulta e também diz o seguinte:]

[...] Através desta nota do Apina viemos fazer repúdio da senhora Silvia Nobre [...], para não usar o nome do povo Wajãpi nas sessões da Câmara dos Deputados e em outras audiências. E nem pode usar o nome Waiãpi na identificação dela.

Bom, esse é um dos *modus operandi* de organizações não governamentais que tentam utilizar povos indígenas contra os próprios povos indígenas, a fim de evitar que eles tenham acesso à informação ou que eles contraponham qualquer tipo de discurso que venha a subjugar-los.

Aproveitando, leio para vocês um pouco da Lei 14.192, que estabelece as formas de prevenção, repressão e combate à violência política de gênero e que introduziu no Código Eleitoral o tipo penal do artigo assim redigido:

Art. 326-B. Assediar constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo, discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

[...] reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Bom, justamente porque há esse tipo de intervenção, eu não discuto a legitimidade de nenhuma organização. O que eu discuto é a forma como essas pessoas são induzidas a praticar o erro contra um dos seus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quem tem que definir se eu sou ou se eu não sou indígena é o meu pai.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Então, o que faz com que eu seja indígena? Usar o urucum? Pintar o meu rosto? O que faz com que eu seja indígena? O meu DNA? O que faz com que eu não sinta dor? E dirão: "Ela não é indígena". Eu só seria se eu estivesse pintada de urucum, nua e falando mal o português. Mas é assim que eles nos querem, é dessa forma que eles querem nos impedir de ter acesso ao desenvolvimento. Nos acusarão de etnocídio só porque uma pessoa como eu também quis conquistar o mundo. E até quando nós seremos subjugados? Se é só assim que eu posso ser eu, respondam, senhores: eu só posso ser eu se eu estiver pintada de urucum? Eu só posso ser eu se eu estiver nua e dependendo da ajuda de alguém.

E, por falar em depender da ajuda de alguém, eu trago a voz dos esquecidos, daqueles que foram proibidos de ter acesso ao desenvolvimento, daqueles que foram proibidos de ter acesso à saúde, à educação de qualidade. Eu trago a voz daqueles que foram esquecidos no passado, lá em 1500, pessoas que querem ser tão bons quanto vocês, mas que foram impedidos, porque o ideal imaginário nos condenou a viver no passado. Se vocês fecharem os olhos agora e pensarem em um indígena... Fechem os olhos, e eu desafio cada um de vocês: ninguém verá um indígena com uma beca, ninguém verá um indígena com um estetoscópio na mão. Vocês só conseguirão reproduzir em suas mentes uma pessoa desnuda, de cocar, carregando talvez uma caça, um arco e uma flecha, mas nunca, nunca com um estetoscópio na mão, nunca com um salto alto, porque o ideal imaginário implantado na mente de vocês nos negou e nos condenou a viver no passado.

A atuação de organizações não governamentais no Norte do Brasil, e eu falo especialmente do Estado do Amapá... O IEP é uma organização não governamental, fundado por uma antropóloga belga e que, durante anos, há mais de 40 anos, vem mantendo povos oiampi no passado, impedindo, inclusive, as crianças de falarem português. As crianças são proibidas de falar português. Esta organização, senhores, recebe e tem a atuação de 22 instituições, e essas 22 instituições, muitas delas internacionais, financiam essa organização, e a única coisa que eles sabem fazer é impedir o povo de ter acesso ao desenvolvimento, e, por mais que você o tente, você será impedido, você será silenciado.

Você pode mostrar o vídeo 2, por favor?

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Este vídeo que vai ser exibido é de uma indígena oiampi que me pede ajuda.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – É doloroso ver um povo que pede socorro, que diz que tudo o que quer é um pouco de energia para poder ter soro para veneno de cobra. É um povo que é impedido. A energia elétrica do Programa Luz para Todos não chegou naquela terra indígena. Não fui eu que o disse; foi uma indígena desnuda, pedindo ajuda para todos vocês, pedindo: "Por favor, energia elétrica, luz", e eles não têm! Não têm, porque, como ela mesma diz, o Iepé não deixou, o Iepé não permitiu, mas o Iepé recebe dinheiro de organizações internacionais como a Internews – eu trago aqui –, recebe dinheiro do Fundo Lira; recebe dinheiro do GLA (Green Alliance); recebe dinheiro da Fundação Rainforest; recebe dinheiro da Embaixada da Noruega; recebe dinheiro da Fundação Gordon and Betty Moore; recebe dinheiro da Nia Tero; recebe dinheiro da The Nature Conservancy; recebe dinheiro da Fundação Ford; recebe dinheiro da Comissão Europeia; recebe dinheiro da Agência Francesa de Desenvolvimento; recebe dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da França; recebe dinheiro da Tamalpais Trust. Não acabou. Se vocês pesquisarem agora, na internet, o Iepé, conforme a indígena disse, que proibiu a entrada de energia elétrica, se vocês chegarem ali a "parceiros", vocês verão quem são os financiadores desta organização que impede a entrada de energia elétrica. Essa organização é a mesma que escreve os documentos contra mim. Eles recebem dinheiro da Voices; recebem dinheiro do Instituto Clima e Sociedade; recebem do instituto internacional Race; recebem dinheiro da Iniciativa Norueguesa de Clima e Florestas Internacionais.

Por favor, pesquisem no *site*. São 22 instituições internacionais que financiam esta organização que impede a entrada de energia elétrica dentro de aldeias e estimula indígenas contra indígenas, porque alguns querem estudar, alguns querem dominar a língua portuguesa, mas são proibidos. E aqueles que se atrevem, assim como eu me atrevi, a ter o pensamento livre, esse alguém precisa ser desqualificado, precisa ser silenciado, descredibilizado, desconsiderado.

Se vocês verificarem a Convenção 169 da OIT, ela diz e deixa bem claro que indígena é todo aquele que descende de uma comunidade pré-colombiana e guarda consigo um, ou mais, ou total ações ou costumes desta civilização pré-colombiana. Pode ser a língua, pode ser o artesanato, pode ser a pintura, pode ser só o autorreconhecimento.

Essas organizações não-governamentais e essas instituições são, por exemplo, como a Ford, que financiam indígenas brasileiros para falar mal do nosso próprio país. São essas organizações, como a Ford, que financiam indígenas para que atentem contra a economia desta nação, falando mal, inclusive, do agro brasileiro. Essas organizações inclusive... Essas organizações, elas pagam viagens para fora do país, para que esses indígenas venham a falar mal da sua própria nação. Em 2017, nós temos aqui uma matéria que fala assim: "Fundação Ford patrocina a delegação indígena crítica do agronegócio brasileiro na COP23". Eu não estou aqui defendendo agro, mineração. Eu estou defendendo a nação brasileira, que corre graves riscos quanto à sua soberania, porque a nação brasileira tem sofrido interferências de organizações não governamentais e instituições internacionais que querem impedir o desenvolvimento do Brasil e manter sob jugo e cárcere verde boa parte da população brasileira que vive no norte do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos sobre um cárcere verde, nós falamos sobre um povo que vive em completa dificuldade, nós falamos sobre um povo que a pobreza obriga que suas mulheres se prostituam na estrada. O crime organizado se aproveita disso e hoje vende por WhatsApp crianças de até cinco anos para que sejam usadas e abusadas sexualmente no norte brasileiro.

A Polícia Federal prendeu no meu estado, no Amapá, nove integrantes de uma organização criminosa que vendia meninos de dois anos para serem abusados sexualmente. Até quando essas organizações irão interferir no norte brasileiro? Não perguntaram para nós se nós queríamos pagar a conta mais severa, perdendo a nossa dignidade, perdendo o nosso futuro, perdendo o nosso pertencimento. Não nos perguntaram se nós queríamos perder os nossos filhos para o tráfico de órgãos, não perguntaram se nós queríamos perder as nossas mulheres para a prostituição. Hoje o meu estado é a rota do tráfico humano, onde também crianças são vendidas para serem abusadas sexualmente.

Nós não podemos plantar uma roça. Se vocês verificarem agora na internet a seguinte frase: plante que o Amapá te prende. Sabe o que isso significa? Que, quando o Amapá tentou se desenvolver economicamente, vários e vários agricultores foram impedidos e presos por quererem desenvolvimento econômico no norte brasileiro e foram impedidos, não só por organizações não governamentais, mas também pelo poder público. Hoje nós vemos um poder público como o Ibama atuando plenamente no norte brasileiro contra o produtor, contra aquele que quer se desenvolver economicamente e gerar emprego naquela região, mas nós não temos um aparato tão violento quanto o Ibama no combate ao narcotráfico naquela região. São dois pesos e duas medidas. O narcotráfico atua plenamente e livremente na Região Norte, porque nós somos proibidos de fiscalizar.

O Exército Brasileiro não pode fiscalizar todas as fronteiras, porque eles também são proibidos de entrar, por exemplo, em terras indígenas. Mas, como eu disse, a Fundação Ford financia viagens para que indígenas possam atuar contra o seu próprio país. E eles pagaram uma viagem para uma personalidade indígena que, falando mal do agro brasileiro, foi falar, dizer que o agro tentou invadir terras indígenas, ou que o indígena não pode plantar soja, ou que o indígena não pode plantar feijão, ou que o indígena não pode plantar arroz, porque isso não faz parte da nossa cultura. É a mesma pessoa que pede a legalização da maconha e que defende a plantação de maconha em terras indígenas.

Você podia, por favor, mostrar a foto – essa aqui – da maconha.

Essa é uma imagem de 2018. Nós temos hoje Parlamentares que são completos defensores da legalização da maconha, do plantio da maconha em terras indígenas. Justificam que a maconha seria, por exemplo, da cultura brasileira. Em uma breve pesquisa, é possível notar que a maconha nunca fez parte da cultura indígena brasileira, mas defendem isso para que brasileiros incautos acreditem nisso e passem a defender, como se tal prática fosse de comunidades indígenas, o que não é. Várias e várias incursões da Polícia Federal foram deslegitimadas porque a Polícia Federal não poderia fazer uma intervenção em terra indígena porque não estava autorizada. Indígenas não podem plantar feijão, banana, arroz, não podem ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica, mas podem participar do plantio de maconha e atuarem no narcotráfico? A quem essas pessoas tentam enganar?

Bom, nós temos aqui ainda mais duas organizações.

Nós temos a GIZ, que também financia esta ONG no Amapá, e esta ONG, até hoje ela atua bravamente em Santarém, intervindo no solo paraense. Inclusive, atuam juntamente com organizações governamentais, como o Ministério Público Federal, naquela região, para atuar contra produtores rurais.

Inclusive, entreguei, na semana passada, ao nosso Relator, eu entreguei algumas fotos de um procurador que treinava pessoas lá no Pará para se tornarem indígenas. Então, ele treinava essas pessoas para se tornarem indígenas conforme a Convenção 169 da OIT. Veja: para manterem o mesmo pensamento pelo qual foram treinados por eles.

Então, aqui, mais um para ser inserido como um dos financiadores dessa ONG, que é a GIZ, e essa ONG também utiliza o Fundo da Amazônia para atuar contra o desenvolvimento econômico no Brasil.

Nós sabemos que essas organizações aqui têm atuado plenamente em solo brasileiro. Está tudo mapeado. Engana-se quem acha que eles ou nós não sabemos onde tem reservas de água mineral, que nós não sabemos onde tem nióbio, que nós não sabemos onde tem tântalo, que nós não sabemos onde tem ouro, que nós não sabemos onde tem cassiterita. Eles sabem. E como eles sabem, eles não querem que o Brasil se utilize desses recursos para se desenvolver.

Por exemplo, a pandemia revelou que o nosso país precisou, durante a pandemia, dos aditivos para a fertilização do nosso solo. O Brasil precisa e está nas mãos da Rússia quando se fala em aditivos agrícolas e fertilizantes. Nós dependemos de um outro país para poder alimentar o mundo e alimentar o nosso próprio povo. Nós temos uma reserva de potássio em Autazes, mas nós não podemos explorá-la, porque a opinião internacional jamais vai permitir que o Brasil explore essa reserva, por exemplo. Sabe por quê? Porque, se nós explorarmos, por exemplo, a reserva de potássio que pertence a esse país, nós seremos uma potência para o mundo, principalmente na questão do agro brasileiro.

Então, todas essas narrativas visam impedir o desenvolvimento econômico do Brasil e manter subjugado o nosso povo, e controlado, como foi o Brasil de 1500, quando servia apenas como uma colônia de exploração.

Eu trago aqui também que esta ONG, no caso, o Iepé, que coordena e manipula e escreve os documentos do Apina, também recebe dinheiro da Unesco. Todas essas informações servem de base para que nós venhamos a saber a forma como eles atuam. Mas essa atividade, a qual eles têm feito, tem feito também com que alguns indígenas que já tiveram ou que já têm acesso à internet venham a despertar e começar a criar um pensamento crítico, na tentativa de serem livres.

Você pode veicular o vídeo 3?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Por conta disso, ele está sendo ameaçado. Ameaçaram-no de expulsão da universidade, em Santarém, onde ele estuda Geografia, pelo simples fato de ser meu irmão. Ele se chama Sinu e está sendo ameaçado, porque é meu irmão e porque tem um pensamento livre, porque tem um pensamento crítico, porque faz reflexões, e porque não quer depender do jugo do Iepé.

Como vocês, espero que lembrem, no nosso primeiro dia, quando nós fizemos a primeira participação aqui, e me foi franqueada a palavra, nós fizemos um desafio. Entramos no *site*, por exemplo, do ISA (Instituto Socioambiental), para comprar o cogumelo ianomâmi, o cogumelo Sanõma. E é bom que todos entendam que, quando nós falamos de comunidades indígenas isoladas, quando chove – o que é natural na região amazônica, chover quase todos os dias –, quando chove, a caça não sai; quando chove, a água fica turva e o peixe também não sai. E a única forma que o indígena tem de obter comida é coletando ou pegando alimentos, raízes, no meio da mata. No nosso primeiro dia, um indígena ianomâmi denunciou aqui que uma dessas iguarias de que eles fazem a coleta no meio do mato quando não tem caça, quando não tem pesca, seria o cogumelo Sanõma. E nós fizemos, naquele dia, a compra, na internet, para quem se lembra e estava aqui presente, nós fizemos a compra do cogumelo e ele chegou, via Correios.

Isso significa que o indígena, por exemplo, o ianomâmi, que se alimenta desse cogumelo, dessas raízes, ficou sem comer. Mas sabe por que muitos deles estão desnutridos? Esse cogumelo é riquíssimo, é proteico. Então, eles procuram na mata e não encontram, porque o cogumelo já está sendo vendido. Nós compramos, na semana passada aqui, digamos que ao vivo, e o cogumelo chegou. Eu entrego para que faça parte dos relatórios da CPI, para que fique nos nossos arquivos.

E tive também a oportunidade de... E desafio todos vocês a entrarem agora na internet e verem que não é só o ISA, o Instituto Socioambiental, que financia a fome do ianomâmis, vendendo esses cogumelos. O Magazine Luiza, o Magalu, vende cogumelo ianomâmi, franqueia o cogumelo ianomâmi e ajuda a financiar a fome dos indígenas ianomâmis.

Você pode, por favor, colocar o vídeo? *(Pausa.)*

Isso aí é um *e-mail*, meu *e-mail* – vai ficar à disposição de vocês –, que eu recebi da Magalu para comprar o cogumelo desidratado ianomâmi. Vejam, o Magalu auxilia no financiamento da fome dos indígenas ianomâmis. Então, eu resolvi comprar, na internet, o fornecimento do cogumelo ianomâmi. E chegou a caixa, que eu faço questão de abrir na presença de todos... *(Pausa.)*

... do cogumelo vendido no *site* do Magazine Luiza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Povos ianomâmis que não conseguem caçar, que não conseguem pescar, hoje estão sem o cogumelo ianomâmi, sem o cogumelo sanõma, porque a Magalu, Magazine Luiza, ajuda a financiar a fome daquele povo.

Eu entrego aqui para que, depois que esta CPI acabar, nós possamos devolver isso ao povo ianomâmi. É isso que nós temos para vocês.

Eles fazem guerras de narrativas e nós entramos com provas. Assim como disseram que eu não sou eu; assim como querem mandar na opinião e – desculpem a expressão – na genitália do meu pai para dizer para o meu próprio pai que ele não deve ser o meu pai, e onde vocês viram o meu pai falando.

Essas organizações não governamentais, por exemplo, que atuam em Santarém, no Pará, têm atuado, incentivado e financiado invasões de terras para novos indígenas, para autodeclarados, para que eles assim possam tomar aquele território e aquele território possa ser homologado como terra indígena, numa tentativa de que, no futuro, o Brasil jamais, jamais se utilize de qualquer possibilidade ou de qualquer atividade minerária nessas regiões, para que o Brasil se levante como uma potência.

Estou disposta aqui para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Sílvia. O seu depoimento, com imagens, de quem conhece e vive, fortalece muito esta CPI. As barreiras que a senhora tem encontrado – nós também as encontramos sempre – só nos fortalecem.

Eu só vou pedir permissão para exibir aquele vídeo, Deputada, porque ele traduz tudo o que a senhora falou: eles deixam os indígenas com dificuldade, porque não faz parte da cultura deles uma estrada.

Esse é aquele vídeo que eu fiquei devendo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olha só, em cima daquela cachoeira. Eles vão demorar seis dias para chegar na sede... É, nove. Olhe só: vão descer. Aí atravessam de um lado para o outro. E os curipacos estão pedindo uma estrada, Senador Styvenson, de 16km. Mas as ONGs não deixam. Dizem que não pode porque não faz parte da cultura indígena. O que faz parte da cultura indígena é sofrer. É isso aí que eles impõem. Isso é de indignar qualquer pessoa de bem.

Olha só a dificuldade aí. Eles vão descer, não é? Para baixo todo santo ajuda, mas depois eles vão subir – depois que receberem o Bolsa Família, depois que comprarem alguma coisa lá e os jovens ficarem se embebedando em São Gabriel. Para quem não sabe, São Gabriel tem o maior índice de suicídio de jovens – isso não é divulgado –, por falta de perspectiva e de esperança.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está aí. Como não faz parte da cultura indígena, não podem ter uma estrada de 16km, que ligariam os curipacos ao Município de São Gabriel da Cachoeira. Olha só: um lá está com a corda, porque quando atravessa, a canoa desce. Essa mesma canoa que a gente levou na emenda parlamentar para os tenharim, lá em Humaitá, para colher castanha.

Eu mostrei isso exatamente para mostrar isso aí. Eles querem que os índios vivam desse jeito. Os índios já não suportam mais.

A gente vai abrir, então.

Começo com o Relator Marcio.

Em seguida, o General Mourão e o Senador Styvenson.

Agradeço ao Senador Nelsinho e ao Senador Jayme também, que estão conosco. O Dr. Hiran teve que sair, mas vai voltar por aqui.

Com a palavra o nosso Relator.

Obrigado, Sílvia, pelo depoimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero cumprimentar a todos. Bom dia a todos e a meus colegas Senadores, os que estão presentes e aqueles que já estiveram por aqui.

A nossa convidada, Deputada Sílvia, eu quero aqui, na sua presença e na presença do querido Plínio, confessar que, por mais que esse assunto, Senador Mourão, já fizesse parte da minha preocupação, da minha atenção, a partir do momento em que foi confiada a mim, através do Senador Plínio, a relatoria, estou me debruçando, cada vez mais, sobre esses temas.

E, Deputada Sílvia, eu confesso que, por mais que já tenha sido preocupação minha, do meu gabinete, desde quando eu fui Deputado Federal pela primeira vez, eu não imaginava que fosse tão grande, Styvenson, o poder paralelo criado, mundial. Eu não tenho a menor dúvida, mas nenhuma dúvida – já não tinha no começo, Sílvia –, e, hoje, mais do que nunca, não tenho nenhuma dúvida de que esse é um assunto, se não é o mais importante, é dos mais importantes do Brasil e do mundo.

Nós estamos falando... O Plínio me presenteou com o livro de uma jornalista canadense, que eu li e acabei me tornando admirador, porque se trata de uma mulher que foi convidada para um evento, em 1988, no Canadá, um evento beneficente, para onde levaram uma liderança indígena, o que, claro, é uma coisa exótica. Então, uma jornalista canadense, convidada para ir a um evento onde estaria presente uma liderança indígena da Amazônia brasileira, e essa liderança se apresentava dizendo do risco que a maior biodiversidade do planeta estava correndo de ser extinguida, que o homem branco, o madeireiro, o fazendeiro, estava explorando e que, se o homem europeu, o canadense, ajudasse financeiramente, seriam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis por barrar essa "devastação", entre aspas. O índio era o Paiakã, o Paulinho Paiakã, que, depois, foi denunciado por estupro, junto com a sua esposa, e por outras coisas mais, como desvio de dinheiro, vida rica, casa, em detrimento da sua própria comunidade, venda e parceria em venda de garimpo ilegal.

Mas essa jornalista teve a coragem de poucos de, percebendo, nesse evento, algumas dúvidas, começar a pesquisar e escreveu um livro robusto dando a origem, o nome. Foi quando eu me recordei, Plínio, de um nome que eu já tinha escutado – eu tenho 60 anos de idade: Maurice Strong, um dos mais poderosos de todos, que foi quem organizou a Eco-92, a Rio-92. E ela faz um levantamento da origem dessas pessoas, da relação delas com a coroa inglesa, britânica, com fundações poderosíssimas, como a Fundação Ford, como a fundação da família Rockefeller, com os governos do Canadá, do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Noruega. E ela dá a dimensão, Mourão, que eu não tinha, de que isso é um movimento muito mais forte do que o que eu imaginava.

O Brasil não é uma exclusividade da ambição desse movimento, que é a construção de um governo mundial, mas, com certeza, é a cereja do bolo, porque é onde se tem uma imensa quantidade de reservas ainda não exploradas.

E uma parte de tudo que ela escreve, que ficou impregnado em mim, colega Jaime, e não vai sair enquanto eu tiver consciência, para se ter uma ideia do poder desse movimento, que não tem nada de não-governamental, ninguém sabe onde é que começa e termina a relação promíscua com o Governo, com a entidade, com pessoas que são... Aqui no Brasil, a Ministra Marina Silva é de uma ONG, o Capobianco é de outra, o Presidente do Ibama é de outra. Eu disse na Jovem Pan e repito que tenho certeza absoluta de que eles três obedecem às ONGs das quais eles fazem parte; não é nem ao Presidente da República no qual eles votaram; são subordinados àquilo que eles criaram.

E a frase dela, que não vai sair da minha cabeça, para resumir tudo que eu li naquele livro, é que, quando tem os encontros internacionais, como o de Davos, o Fórum Econômico Mundial – ela diz, com todas as letras; e eu, infelizmente, vejo que é verdade –, é o momento em que chefes de Estado – presidentes, primeiros-ministros – se reúnem com os homens e mulheres que, de fato, estão mandando no mundo. Será que essa afirmação é descabida? Claro que não! Olha o Brasil!

Eu tenho dito de uma maneira, talvez não tão com o conhecimento que estou tendo agora, mas nós já temos mais da metade do Brasil que é mandada de fora para dentro.

Na Reserva Yanomami, foi criado – até o Relator, até o Relator Lindbergh Farias, um esquerdista clássico – um grupo de trabalho na Câmara Federal, anos atrás – hoje ele voltou a ser Deputado Federal –, e ele foi o Relator, e até ele concluía – eu li o relatório inteiro –, e até ele concluía que, naqueles moldes propostos, não se poderia fazer. O Governo de Roraima era contra, todo mundo era contra, mas ela foi feita do tamanho de Portugal. A maior parte dos índios ianomâmis não queria que ela fosse feita, criada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no tamanho e na forma que foi criada, e foi criada, sem ouvir as forças de segurança nacional, que claramente são contra você construir uma terra que vai fazer divisa com países, como o faz a Yanomami, praticamente saindo do domínio da segurança nacional brasileira. Então, quem mandou criar?

Pega o caso do meu estado. Nós temos 22 municípios, portanto 22 prefeituras, 22 câmaras municipais, 24 Deputados Estaduais, seu estado natal, Governador, oito Federais, três Senadores, mas não mandamos.

Nós precisamos de uma obra de infraestrutura ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá. Não há outra alternativa para aquela região. Estou falando de uma região que tem a metade da população pobre, boa parte dela sequestrada pelo narcotráfico, sem emprego, sem esperança...

Como é que você vai produzir no Juruá para trazer para Rio Branco, para trazer para Rondônia? Não tem escala, não tem mercado. Só o frete acaba com tudo. São 200km. E duas ONGs são mais poderosas do que as 22 prefeituras, as 22 câmaras municipais, a Assembleia Legislativa, o governo do estado, a bancada federal inteira; duas entram na Justiça, e o Ministério Público Federal bloqueia uma obra que nem iniciada estava.

Então, nós já estamos sendo mandados de fora para dentro, eu só não tinha noção de que isso era tão grande.

Isso aqui, por exemplo, Silvia, eu conheço com outros nomes. Além do que você traz e que me comove de novo, eu já disse e repito que não tem assunto que mexe mais com a minha indignação do que a questão da nossa Amazônia, do Brasil, da perda de soberania, do que nós aceitamos que fizessem com o Brasil. Isso é uma coisa que Cuba não aceitou, Venezuela não aceita. É uma ditadura passando por cima de tudo, e é o que eles querem, é o que o governo está lá querendo; aqui, não; todo mundo manda, menos o povo brasileiro, 28, quase 30 milhões.

Eu me lembro do nosso estado, do seu estado natal, Styvenson. Assumi o governo um grupo, o grupo da Marina Silva, que dizia o seguinte: "Não façam o que vocês estavam fazendo. Nós temos uma fórmula mágica. Não precisa plantar soja, não precisa mexer com eucalipto, não precisa fazer nada disso. A floresta em pé vai nos transformar em ricos".

E a história é igualzinha a esta aqui, ó: "Pra que mexer com gado? Vamos mexer com açaí". E eu perguntava, na Assembleia, Senador General Mourão: "Quer dizer que tem uma lei divina que o açaí só dá no Acre?". E até hoje, quando eu ando no Brasil, onde eu vejo um comércio vendendo açaí, eu me lembro dessa história do PT do Acre, com a Marina Silva e com o Jorge Viana, que surrupiaram a história do Chico Mendes, dizendo: "Não, nós vamos mexer com açaí", que não dá só no Acre.

Urucum. Mas o urucum está domesticado na Bahia, como foi a seringueira, que está domesticada, primeiro, na Malásia, e agora no Brasil inteiro. Isso aqui... Será que não tem nenhum lugar do Brasil que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai produzir? Claro que vai! Como diz o Evaristo de Miranda, que também está convidado pra vir a esta Comissão, você desenvolve a biodiversidade milionária, só que, quando você desenvolve a partir de um produto da Amazônia algo que é comercial, você não tem como proibir que ele saia da Amazônia e vá para um lugar que tenha estrada, que tenha energia, que tenha escala e, portanto, vai fazer com que esse produto lá da Floresta Amazônica não tenha preço no mercado.

O desafio, Plínio, para que você me convidou é um pouco maior do que eu imaginava. Nós temos uma tarefa gigantesca pela frente, que é tentar mostrar ao Brasil que, acima de esquerda e direita, nós estamos com a soberania perdida sobre mais da metade do Brasil.

E o seu depoimento, Silvia, a sua atuação e a sua liderança se somam a esse esforço de todos nós de tentar chegar ao final da CPI com uma parcela maior do povo brasileiro, quem sabe a maioria, compreendendo que não se trata de uma questão que não seja a de recuperar a soberania da Amazônia e dar a quase 30 milhões de brasileiros a liberdade de usufruir daquilo que eles estão sendo proibidos até hoje de usufruir.

Algumas poucas perguntas, Silvia.

Ao término, nós vamos sugerir – essa é a ideia – projetos legislativos que possam aperfeiçoar e recuperar um pedaço da soberania perdida sobre a Amazônia.

Queria saber da Deputada Silvia se tem ideia de que projetos e quais projetos de lei nós poderemos sugerir, não apenas na questão indígena, mas na questão da Amazônia como um todo.

Qual também é a sua opinião sobre o marco temporal, que hoje é um dos temas que está mexendo com toda a segurança ou insegurança jurídica? Um dos setores que mais geram emprego, economia e divisa para o Brasil está com os nervos à flor da pele, com preocupação em relação a esse assunto do marco temporal.

Também se a senhora conhece algum mecanismo de controle do trabalho das ONGs que tratam das populações indígenas. Eu tenho a minha resposta, mas muito mais abalizado será ouvir da senhora.

A senhora poderia falar um pouco sobre a máfia dos antropólogos e o conluio com as ONGs, porque não faltam estudos. E aí alguém, eu me lembro de que alguém disse: "Não, o meu cientista é o puro".

Amigo, tem cientista de todo jeito, como tem jogador de todo jeito. Teve cientistas que serviram ao Hitler, ou não teve? Tem cientistas que servem à eugenia, que estava na base, inclusive, do regime nazista, hitlerista. Tem cientistas que serviram ao Stalin. Tem cientistas que serviram ao Mao Tsé-Tung. Então, tem cientista de um jeito e de outro, a gosto do freguês. E tem antropólogo de um jeito e de outro, mas sempre tem um laudo... Então, isso é uma máfia. A senhora pode falar sobre isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI recebeu também denúncias estarrecedoras, e, na sua fala, você menciona isso, que há tráfico de órgãos e de crianças dentro das aldeias indígenas. V. Exa. já mencionou, mas eu gostaria que a Deputada pudesse falar um pouquinho mais sobre isso.

Quero perguntar se V. Exa. conhece o Procurador Luís de Camões Boaventura. Aliás, dizia a minha assessoria, agora há pouco, que ele apresentou um trabalho aqui na Universidade de Brasília, na UnB, em que, praticamente, ele elimina completamente o poder... O trabalho dele, a proposta dele elimina completamente o poder do Estado nacional, no caso o Estado brasileiro. Se V. Exa. conhece esse procurador, como se dá a atuação do procurador na Região Amazônica e se a senhora conhece e sabe se há uma relação entre esse procurador e ONGs na região.

No mais...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... colegas Senadores que participam da Comissão, quero parabenizar o Presidente Plínio e termino dizendo, Plínio, que, quando você me fez esse honroso convite, de muita responsabilidade, eu imaginava o tamanho da influência, mas eu não tinha ideia de que era tão grande assim, tão forte assim. É a constituição, na prática, de um governo mundial, que não tem limite de fronteiras. Eles não são subordinados a um município, a um estado, a um país, eles não têm tribunais de contas nas suas costas, eles não têm algo parecido ou igual ao Ministério Público nas suas costas, eles não enfrentam eleições, eles não têm período de mandato, é quanto tempo eles quiserem, não prestam contas a ninguém e movimentam bilhões.

Esse Maurice Strong, por exemplo, numa das transações que a jornalista canadense menciona, na década de 80, em uma delas, faturou US\$5 milhões, como agora há pouco o Plínio estava me dizendo aqui, e eu ainda consigo sempre me surpreender... Uma das ONGs, que atua no Acre, atua no Amazonas, antes do Fundo Amazônia ser interrompido, e eu concordei que ele fosse interrompido, porque dinheiro é bem-vindo no Brasil, desde que esteja alinhado com o interesse nacional... Mas, antes de ser interrompido, essa ONG pegou 54 milhões. Está perto, agora, de fazer um outro acordo, de 78 milhões.

Quer dizer... A conta não bate. Nós nos transformamos na região mais pobre do Brasil. E aí não é só índio: é índio, é ribeirinho, é seringueiro, é colono... Então, tem coisa muito errada aí.

Mais uma vez, parabéns por sua coragem. Conte conosco.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra à Deputada Silvia, faço só um adendo quando o Marcio fala do poder das ONGs.

Elas só têm esse poder porque estão aliadas a parte do Poder Judiciário. Tem sempre um desembargador, um ministro ou um juiz federal para conceder a liminar. Qualquer ONG, seja qual for, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar um caco de cerâmica numa região, que pode existir lá ou pode ter sido plantado, entra com o pedido e o juiz de plantão ou o desembargador de plantão já dá a liminar, acabando com aquilo, como estão fazendo com o potássio lá em Autazes.

Eu digo isso para não ficar responsabilizando apenas as ONGs. Se não estivessem aparelhadas e mancomunadas com as autoridades brasileiras, não mandariam tanto no país como mandam.

Com a palavra a Deputada Silvia e, em seguida, a gente ouve o Senador General Mourão.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Bom, em relação aos projetos que existem para comunidades indígenas... Existem vários projetos que encontram dificuldades na sua implementação.

Nós temos aqui presente, por exemplo, uma indígena kaiabi. Eles também enfrentam dificuldades, por exemplo, para desenvolver a agricultura na região.

Nós temos, por exemplo, os indígenas parecis, que vinham ao longo do tempo trabalhando na lavoura, na agricultura e em outras fazendas, e, em determinado momento, perceberam que dominavam essa ciência, que dominavam essa tecnologia, e resolveram então plantar em suas terras, resolveram plantar soja, resolveram plantar milho, feijão, arroz, e foram multados pelo Ministério Público Federal e pelo Ibama e proibidos de plantar. Mas eles passavam fome e viviam de cesta básica. Então, eles conseguiram, no governo anterior, uma licença, eles fizeram uma portaria que facilitava o licenciamento junto ao Ibama, para que essas comunidades pudessem plantar em suas terras. Este ano, em meados de abril/maio, essa licença foi cassada, e, então, esses indígenas, que algum tempo atrás estavam plantando, estavam podendo pagar a universidade de seus parentes ali, agora podem ser condenados a viver de cesta básica, porque não podem mais se desenvolver em suas próprias terras.

Então, qualquer projeto que venha a dar qualidade de vida a um indígena ou que possa possibilitar a ele desenvolver-se intelectualmente e ter um pensamento livre vai ser impedido. É o que nós vemos, é o que nós sempre vimos acontecer, porque o indígena brasileiro deve, segundo essas organizações, viver com a cultura de 1500. As pessoas que querem e que fazem de tudo para que isso aconteça vivem no século XXI, em seus apartamentos, tomando banho de água quente, bebendo água gelada, têm acesso a hospitais, têm acesso a cintilografia, tomografia, mas dificultam a vida de um brasileiro para mantê-lo sob uma redoma, para que sejam observados e usados no momento oportuno, a favor do pensamento delas, justamente esse pensamento que vai segregar um povo e mantê-lo sob esse cárcere verde.

Então, hoje, nós temos uma pressão na Amazônia brasileira para manter uma árvore em pé, para impedir a abertura de uma estrada para que dê acesso e possibilidade, inclusive, do socorro, mas essas pessoas não fiscalizam os crimes que acontecem debaixo das árvores, como o narcotráfico, como o estupro. Ninguém vê isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ao marco temporal, bom, isso gerou muitas discussões, mas nós vamos ser claros quanto a essa guerra de narrativas. O marco temporal nada mais é do que a própria Constituição. Como nós podemos dizer que a Constituição é inconstitucional? Como? Simplesmente mudaram o nome de Constituição para marco temporal. Como assim? A Constituição de 1988, a partir do art. 231, garantiu a nós todos os povos indígenas o direito a viver sua própria cultura, a cultivar suas tradições, suas rezas, seus cantos e seus contos, conforme cada um desejasse. O art. 231, na Constituição de 1988, é que garante pela primeira vez que o indígena brasileiro exista neste país. Então, quando, em meados dos anos 2000, enquanto se discutia em Roraima sobre a desintrusão de arroteiros e não se sabia, já que muitos não indígenas viviam dentro daquela região e plantavam arroz, quem era e quem não era indígena, como fazer para homologar aquele território e dar àqueles povos aquela terra, então, utilizou-se como ferramenta principal a Constituição de 1988 como um marco na história que dá legitimidade ao povo indígena, dizendo que o povo indígena brasileiro existe. E a Constituição de 1988, por meio do art. 231, dá-lhes o direito a viver em sua própria terra e a ter essa terra como seu território. Então, o próprio STF decidiu que a Constituição seria, então, o marco temporal para definir que aquela terra seria indígena. Então, como é que agora, por conta de uma narrativa e da utilização de uma expressão de uma forma negativa, irão dizer agora que o marco temporal é inconstitucional? Então, significa que o art. 231 é inconstitucional? Então, eu vou perder o direito. Então, povos indígenas brasileiros vão perder o direito da sua própria identidade, porque é a Constituição, o marco temporal no art. 231, que garante isso. Então, como dizer que o marco temporal é inconstitucional se o marco temporal é a própria Constituição?

E dizer que a Constituição não garante mais o que é ou o que não é território indígena ou o que é ou o que não é território brasileiro coloca o Brasil sob grave ameaça. E o principal também: uma instabilidade jurídica, porque a própria Constituição diz que a terra é para usufruto do indígena, mas não é do indígena, podendo a qualquer momento a União querer explorar aquele território. Então, colocam o indígena ali, e, se aquela terra antes estava, por exemplo, se desenvolvendo na agricultura, essa terra não poderá mais produzir. Então, homologa-se uma região, mantém-se um povo ali e o condena à miséria. Como, então, dizer que a Constituição é inconstitucional se o marco temporal é a própria Constituição que reconhece o indígena, no seu art. 231?

Mecanismos de controle. Nenhuma ação de uma organização não governamental pode ou deve atuar contra a soberania do Brasil. Nós precisamos colocar em nossas consciências que nós somos uma nação, e nossa soberania não pode jamais ser esquecida, pode ser diminuída ou oferecida a outro. Enquanto o Brasil continuar ofertando, dando liberdade para que organizações determinem o que deve ou o que não deve ser feito em seu próprio território, o Brasil sofrerá uma grave ameaça. A própria história já conta: domina quem domina. Povos indígenas só foram subjugados, porque não dominavam naquela época a ciência e a tecnologia; não dominavam a pólvora; não dominavam, não tinham armas de fogo. Então, armas de fogo eram mais potentes do que arco e flecha. Mas o que fazem a opinião internacional e essa guerra de narrativas? Nenhuma nação será soberana com um exército fraco. Nenhuma nação será





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberana se as suas forças de segurança estiverem fragilizadas. Assim foi feito durante a história. Quando esta terra foi desbravada, o povo não tinha um exército forte e foi dominado, subjugado. E hoje nós estamos aqui ainda discutindo se tem ou se não tem direito e interferências internacionais, 500 anos depois.

E uma coisa também precisa ser dita. Essas guerras de narrativas estão fragilizando as forças de segurança, manchando a imagem das Forças Armadas, com uma única tentativa: subjugar o Brasil, desacreditar... O povo brasileiro passa a desacreditar nas suas forças de segurança, nas suas Forças Armadas. E assim fica mais fácil o domínio.

Quanto à máfia dos antropólogos, nós sabemos que existem vários antropólogos que atuam contra esse tipo de guerras de narrativas que subjagam o povo e mantêm esse povo apenas como objeto de pesquisa. Será que até então não conseguimos refletir que um povo tem sido mantido num cárcere verde, como num laboratório, onde esse povo vem apenas sendo observado, para ver como agem?

Darei mais um exemplo: infanticídio. Quantas crianças eu tentei salvar e fui impedida? Eu fui Secretária Nacional de Saúde e fui impedida de salvar crianças que seriam mortas dentro de suas aldeias, porque tinham nascido com problemas. Então, quer dizer que, em nome de uma cultura que está sendo apenas observada, eu tenho que tirar o direito à vida de uma criança, quando uma criança pode ser tratada num grande centro de reabilitação, como nós temos nas grandes capitais?

Eu lembro que, em 2019, eu fui chamada para ir ao território ianomâmi para retirar da aldeia três crianças que seriam sacrificadas. E me pediram ajuda. Essas crianças só não seriam sacrificadas se eu fosse lá retirá-las. Eu fui. E eu peguei uma pequena criança no meu colo e eu vi nos olhos dela, enquanto ela via outras crianças correndo, que ela queria andar e correr igual às outras crianças, mas ela nunca pôde, porque ela não foi tratada, porque ela não foi estimulada. E eu a coloquei no colo e fiz alguns testes com elas – sou fisioterapeuta. E eu vi que ela podia andar. E ela seria morta, porque não podia andar, porque não foi tratada, porque foi impedida de ter acesso a tratamento?! (*Manifestação de emoção.*)

E aí eu perguntei ao enfermeiro, eu disse: "Por que vocês não entrevistaram?". E sabem o que foi que o enfermeiro me disse? "Se eu entrevier, eu serei preso, eu perderei meu registro, eu serei denunciado." Eu falei: "É para deixar morrer?!". É para deixar morrer e impedir uma criança de obter tratamento em nome de uma cultura que está sendo observada por um estudioso, que, a qualquer momento, quando quiser, terá acesso a um hospital, mas suas teorias impuseram uma tremenda dificuldade de acesso e impossibilitaram um tratamento justo e igualitário entre os povos?!

E essa máfia de antropólogos, por exemplo, tem condenado o país. Nós temos um exemplo agora: o que está acontecendo lá no Chapadão, no Pará, o povo desesperado, que vivia há mais de 50 anos numa região, sendo retirado. Homens choram, porque não podem sequer tirar a maniva ou tirar o aipim da sua roça, porque estão sendo obrigados a largar aquele território, porque agora antropólogos transformaram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela região em terra indígena e estão retirando as pessoas de lá. E eles não sabem mais o que fazem. Pessoas estão cometendo suicídio, porque estão perdendo tudo.

Um exemplo dessa guerra de narrativas. Por exemplo, eu, em 2017, apoiei publicamente o nome do General Franklimberg para a Presidência da Funai. E sabem o que foi que as ONGs fizeram? Falaram para os indígenas, inclusive oiampis, que eu estava apoiando o Exército Brasileiro para entrar dentro das aldeias e estuprar todas as mulheres e matar as crianças. O povo enlouqueceu, o povo ficou desesperado! A mesma coisa estão falando agora: que eu estou apoiando a mineração, que vai matar todos os indígenas, que eu vou vender a terra, porque eu estou participando de uma CPI que investiga a atuação de organismos internacionais, financiando organizações não governamentais em solo brasileiro. Mas eles mudam a narrativa e falam que eu sou apoiadora do genocídio. O que é genocídio a não ser evitar que alguém tenha acesso à saúde? O que é genocídio, quando você deixa pessoas se matarem em nome de uma cultura, tirando delas a oportunidade de terem acesso a tratamento justo e digno?

Quanto, por exemplo, ao tráfico de órgãos, a pobreza da região no norte brasileiro, principalmente na Amazônia brasileira, tem feito muitas máfias. Dentro dessas máfias, como citado anteriormente, nós temos aqueles que vendem crianças para a prática de abuso sexual; nos foi narrado que meninos de dois anos são vendidos pelo WhatsApp para serem estuprados por outros homens, que se deliciam das crianças do norte. Quem vendeu uma criança de dois anos? Como esse mercado encontra quem o alimente? É justamente em lugares onde não há fiscalização, onde não há intervenção do Estado brasileiro, porque, muitas das vezes, nós, enquanto Estado brasileiro, somos proibidos de atuar nessas regiões, ou de fiscalizar, ou de levar desenvolvimento econômico e coisas que são tão básicas, como saneamento. Nós vimos um vídeo de uma indígena oiampi que pedia água potável, um poço, porque a água estava contaminada. Naquele vídeo, ela estava grávida. Ela perdeu o bebê. Ela perdeu o bebê.

Então, o que nós vemos? Vemos, sim, organizações criminosas atuando e se aproveitando da pobreza naquela região, como, por exemplo, a máfia do empréstimo dos auxílios: muitos seguram o cartão do benefício do indígena, concedem o empréstimo, ficam com o cartão e com o pagamento desse indígena. A máfia dos transportes, dos fretes. O indígena vai todo mês no centro das cidades para receber o seu benefício. Os mais antigos vão, geralmente, de três em três meses, e eles precisam pagar um frete. Por que eles precisam pagar um frete? Porque não tem transporte público. Então, uma máfia se instala. Sabe quanto é um frete de uma aldeia até uma cidade próxima, 40km? R\$1,5 mil. É vantajoso manter aquele povo ali. Então, muitas das vezes, o indígena fica três meses sem receber o seu benefício de um salário mínimo, e a metade dele, praticamente, mais do que 50%, é gasta no frete, porque alguém impediu esse indígena de ter acesso a um transporte público.

Vejam quantas e quantas organizações criminosas crescem e se aproveitam com essa narrativa que é imposta sobre o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Procurador Luís de Camões Boaventura e a sua possível atuação com essas organizações não governamentais na região onde ele estava: bom, ele foi citado, acho que no segundo dia ou no primeiro dia, por um indígena mundurucu aqui, sentado, inclusive, nesta cadeira. Quando ele citou esse Procurador, eu me lembrei de que esse Procurador atuava no Amapá e, depois, foi atuar no Pará. No Amapá, ele tinha uma grande ligação com o Ieté, que é essa organização não governamental que tutela os oiapamis por meio do Apina, por meio da Awatac, e esse Procurador foi o Procurador de que, sem que ele soubesse, eu coletava informações. Eu recebi uma denúncia à época de que um avião do Governo, pago por nós enquanto Secretaria Especial de Saúde Indígena, parava na pista dos zoés, deixava as bombonas de combustível e, depois, descia um avião da posse de um médico, e esse avião recolhia essas bombonas de combustível e voava para um destino ignorado.

Então, eu notifiquei a Infraero, mandei o prefixo da aeronave, pedindo os registros de voo daquele avião que pertencia a esse médico que trabalhava para a Sesai. E também mandei um documento para a coordenação local do Guatoc, que seria o Guamá-Tocantins, uma coordenação dentro do Estado do Pará. O impressionante é que, no outro dia, eu fui surpreendida por uma recomendação do Ministério Público Federal, assinada pelo Sr. Luís de Camões Boaventura, para que eu não me intrometesse a fiscalizar quem entrava ou quem saía de terras indígenas zoés; que eu não me atrevesse sequer a tentar mudar inclusive uma escala de serviço; que eu não deveria usurpar a função da Funai, que seria a de fiscalizar quem entraria ou quem não entraria em terras indígenas.

Bem, como eu, uma agente pública responsável por pagar um médico, não poderia fiscalizar a atuação desse médico dentro de terras indígenas? Pois eu fui proibida pelo Ministério Público Federal num documento assinado por este Procurador. Este Procurador – que, segundo informações, inclusive como o senhor, ainda há pouco, citou, estava numa universidade aqui em Brasília, e o seu discurso abolia a soberania do Brasil sobre o seu próprio território – foi o mesmo Procurador que me multou em R\$13 milhões, por dia...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP) – ... por dia, dizendo que eu me recusava a prestar assistência de saúde aos novos índios, aos indígenas a quem – segundo as fotos que eu entreguei para o Relator, na semana antes do início do nosso recesso, em que ele estava vestido com a roupa do Che Guevara – ele ensinava, aos novos índios, a Convenção 169 da OIT e como eles deveriam se portar para ser indígenas.

Este mesmo Procurador atuou dentro da Frente Cuminapanema no Pará. E, a partir dessa Frente Cuminapanema e dessa atuação dessas organizações, segundo informações do próprio povo paraense, fabricou novos índios para impedir o desenvolvimento naquela região de Santarém e em outros municípios adjacentes, Alter do Chão... E ele tem, sim, uma importante participação, com sua atuação, contra a soberania nacional. Esse Procurador atuou contra a administração pública, contra a Sesai, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tentava levar saúde ou fiscalizar os seus agentes de saúde contratados para prestarem assistência a indígenas.

Ele atuou contra aquela secretaria, contra a administração do poder público – no caso eu era a Secretária Nacional de Saúde – para que eu não fiscalizasse a atuação daquele médico na região. Então, ele tem ligação com essas organizações não governamentais, e a sua atuação foi tão, desculpem a expressão, tão exacerbada ou descarada que ele foi transferido, logo depois que ele me multou em R\$13 milhões, foi transferido para Fortaleza, onde ele tem agora atuado. E são graves essas participações quando pessoas se utilizam da máquina pública, pessoas se utilizam de uma ferramenta tão importante como é o Ministério Público Federal, se utilizam do Ministério Público Federal para atuar contra a soberania do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpellar.) – Muito obrigado, Presidente. Ando com a voz meio prejudicada nos últimos dias.

O depoimento da Deputada Sílvia é muito claro sobre as ações das organizações não governamentais, em particular do Iepé, como ela colocou aqui muito bem pontuado.

As observações feitas pelo Senador Marcio Bittar e a resposta que a senhora colocou agora não deixam margem a dúvida de que, ou o país, ou o Brasil acorda para essa questão, ou, lamentavelmente, num futuro próximo, nós não seremos efetivamente soberanos na Amazônia. Hoje nós ainda somos, mas uma soberania relativa. A continuar essa visão, nós perderemos total e completamente a nossa soberania.

Ninguém tem dúvida da riqueza existente na Amazônia. Lá tem uma população pacífica, porque, se fosse uma população belicosa, as coisas não aconteceriam da forma como estão acontecendo. A legislação é deficiente, a nossa legislação é permissiva para a ação dessas ONGs, e elas usam um discurso bonito da preservação do meio ambiente, hoje a grande preocupação mundial com a questão da mudança climática, e, obviamente, a defesa dos povos originários, e é bonito isso aí.

Agora, o nosso país, o nosso Brasil, eu me atrevo a colocar, é praticamente o único país no mundo que colocou à disposição da sua população indígena mais de um milhão de quilômetros quadrados de terra, de norte a sul e de leste a oeste do país, porque lá no meu Estado natal, no Rio Grande do Sul, também temos terras indígenas lindeiras com áreas que produzem, em grande quantidade, alimento. Eles não produzem nada e vivem praticamente das esmolas que são os programas sociais que o Governo consegue colocar lá. Isso numa região onde a gente pega um carro e se desloca de um lugar para outro com facilidade. São as coisas que ninguém imagina na Amazônia. Como o Senador Plínio mostrou, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região do Rio Içana, dentro do Município de São Gabriel da Cachoeira, para chegar lá, onde fica o Pelotão de São Joaquim, que é o epicentro das comunidades indígenas da região, leva-se uma semana para subir todas aquelas nove cachoeiras que estão ali. É um trabalho insano: tira canoa, bota canoa, tira canoa e, assim, sucessivamente. E as pessoas desconhecem isso.

A gente vê nitidamente que é uma ação estrangeira. E ela tem um objetivo claro: manter o Brasil e sua riqueza inexplorado, com uma reserva para o futuro. Eu sempre digo, Senador Plínio, Senador Marcio, meu amigo aqui Styvenson e Deputada Silvia, que o Brasil é um cavalo olímpico, é para estar saltando 1,60m, e nós estamos aqui no 0,90 há anos, por várias questões, e uma delas é essa questão da Amazônia.

Então, esse trabalho que vem sendo feito aqui pela CPI está dando, vamos dizer assim, voz a pessoas que não são escutadas nessa questão, porque... Como a Silvia colocou ali: quando ela colocou a tradicional pintura indígena em seu rosto, só assim ela pôde ser vista. Ela só é indígena se aparecer dessa forma e se disser que ela é militante do PT, do PSOL; se ela for de outro partido, ela não é indígena.

A minha avó, Senador Plínio, era uma cabocla das barrancas do Rio Madeira. O meu pai, conterrâneo seu do Amazonas, nasceu no Seringal Primavera, ali naquelas barrancas, lá no ano de 1913, quando era época de exploração da borracha. O meu avô, pai dele, era do Piauí. Foi para lá – era formado em Direito –, onde se conseguia ganhar dinheiro na época, defendendo as pessoas. Então, é a origem da minha família por parte de pai.

Então, eu quero deixar esse testemunho aqui – não há muito mais a colocar em tudo que já foi dito – e dizer que nós aqui temos essa responsabilidade de melhorar a legislação. E não podemos deixar de batalhar, aqui dentro do Congresso Nacional, para que finalmente a legislação que permite que o indígena explore as riquezas existentes na sua terra, obviamente respeitando todos os parâmetros da legislação ambiental... Nós temos o dever de batalhar incansavelmente, independentemente de pressões que a gente possa sofrer, para assegurar que o nosso país seja soberano e que os nossos indígenas tenham dignidade para viver, e não vivam da forma como vivem, que a gente conhece: sem perspectiva de futuro.

A perspectiva de futuro é se... Bom, vou me pendurar numa ONG dessas aqui e fazer um discurso bonito, mas o resto do meu povo vai permanecer da forma que se encontra até hoje. Então essa é a nossa responsabilidade. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom, Senador General, compartilhar essa responsabilidade aqui na CPI, para que nós possamos no final realmente apresentar um relatório que engrandeça.

É que essa gente tem uma narrativa tão forte... E eles se autoproclamam altruístas, éticos e se acham com o direito de mentir. Aí mentem e encontram respaldo, infelizmente, nesse incômodo silêncio de parte da grande imprensa do Brasil em relação a isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o meu amigo Senador Styvenson, eu queria mostrar, para corroborar com o que a Deputada Silvia falou, uma senhora do Município de Autazes, General. Ela está sendo expulsa agora. É onde está o potássio. Tinha problema com os muras, aí resolveram, já criaram... Olha só o que ela diz aí. Ela foi expulsa da terra dela. Está num flutuante emprestado por uma amiga.

Essa senhora foi expulsa. Ela cria os filhos, nasceu na comunidade e foi expulsa pelo Ibama, na base de metralhadora. O gado dela não pôde ser transportado. E ela está sem ter onde morar. Ela nasceu nessa localidade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – *(Falha no áudio.)* ... Autazes, é onde estão tirando, estão criando a reserva indígena, ampliando cada vez mais para impedir a exploração do potássio. E ofereceram para ela esse documento Rani, ou seja, ela se tornar indígena, dizendo que ela teria bolsa na faculdade com todos os privilégios. E ela recusou, dizendo que é mulher e que sabe trabalhar e vai continuar trabalhando.

Meu amigo Styvenson, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Relator Marcio Bittar, Deputada, Senador Mourão, a cada audiência, a CPI vem, cada vez mais, esclarecendo coisas como essa a que a população brasileira não tem acesso. A população tem acesso é a uma propaganda bonita de uma empresa que financia essas ONGs, como já foi dito aí, mostrando como é explorado, o extrativismo, como está no rótulo desse produto vendido em São Paulo ou pela internet, que tem uma associação ianomâmi como beneficiária. A pergunta minha seria uma destas: há um benefício por parte dos índios por 15g, que custam R\$30, vendidos pelo mundo todo, pela internet? O que o índio leva com a extração desse produto, que é exclusivamente indígena, extraído por eles? Assim diz. Eu entrei no *site*. O *site* é pequeno, o *site* é curto – o *site* é curto –, mas esclarecedor. O produto deveria ser revertido para que, para quem?

Uma outra pergunta, Relator. Foi passado aqui um número imenso de empresas que têm interesses em manutenção nessas ONGs, e foi colocada uma relação de autoridades juntamente com essas ONGs que cria sinceramente uma rede que coloca a palavra "narrativa" na cabeça do brasileiro como se estivessem protegendo. E o bom desta CPI é trazer justamente esse esclarecimento. Eu acho que vai ter oportunidade de o Embaixador da Noruega sentar aqui, para se saber se ele tem conhecimento de tudo isso que está acontecendo; vai ter a oportunidade, Senador Plínio, de um desses representantes dessas empresas brasileiras ou multinacionais dizer qual é o interesse de financiar esse tipo de ONG. É para deixar realmente o povo indígena sem o mínimo? Porque foi dito, em conteúdo aqui colocado pela Deputada Silvia, em um relato forte, que uma indígena perdeu o filho devido a querer um poço artesiano; não ter água potável, ter que ali fazer esforço, mesmo grávida, em carregar água e fazer tudo aquilo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ela utilizou uma palavra: "Eu não sou humana?". O índio é o que para essas ONGs? Não têm os direitos humanos?

E a gente assiste – não é, Sr. Relator Marcio Bittar? Agora, semana passada, o STF fez um grande mutirão Brasil afora para desencarcerar a minoria carcerária, mas a gente não vê o mesmo movimento, Senador Plínio, pelo menos antes desta CPI, de ninguém para ver realmente o que acontece. Eu acho que é por esse motivo, Plínio, que não querem uma estrada, os 16km: para não se ter acesso; para que a gente não tenha essa facilidade ou, se não, a oportunidade de conhecer de perto o que a Deputada Silvia, que hoje está aqui como Deputada e representa uma ideologia ou, se não, um pensamento ou um partido político... Está sendo rejeitada, porque justamente é o que estão colocando na cabeça do seu povo, é o que eles colocam na cabeça de todo brasileiro.

Eu acho que esse é o grande problema que aqui a gente tem que discutir, porque, até então, eu não tenho o conhecimento do senhor, não tenho o conhecimento do Relator nem o do Senador Mourão. Eu sou do Acre, morei no Acre, mas não tinha o mínimo conhecimento, nem contato, sobre essas organizações que foram, a início, anos atrás, colocadas como uma forma, um braço do Estado para resolver problema que o Estado não resolve.

E a gente está vendo que parece que se estão agravando mais ainda esses problemas dentro dessas regiões. Eu não falo só na Amazônia, não. Se a gente for se estender para as outras ONGs, parece que querem o povo mesmo pobre, querem o povo dependente, querem o povo realmente naquela situação para poderem manter os seus *status*. É muito dinheiro. Eu não tenho ideia de com quanto essas empresas contribuem, com qual finalidade e se conhecem – e foi visto aqui, como a senhora disse, que conhecem, sim, deliberadamente – o que está acontecendo com o povo indígena e com a Amazônia e com os produtos. Então, isso fica claro já, sem ouvir a outra parte. E a gente precisa ouvir as outras partes para esclarecer justamente esses interesses que não colocam realmente o interesse do povo ou, se não, o nacional, o interesse do desenvolvimento, o interesse da proteção dos direitos humanos em si dessa população.

Então, é de causar espécie ver um produto amazônico sendo vendido com a ideia de que se está ajudando o povo indígena. Pelo menos, é o que eu entendi, com a pouca leitura do que se tem no *site* ou se tem no rótulo desse produto: quem compra, por R\$30, 15g desse produto... O Senador Marcio Bittar foi claro, é apenas um produto vendido da Amazônia, exclusivamente extraído pelos índios. Olha o lucro e o benefício que alguém tira só com isso aí, porque, na verdade, quem compra... No caso, se eu fosse o comprador, eu compraria pensando que estaria ajudando o povo indígena. Ajudando em quê? A não ter eletricidade, a não ter medicamento, a não ter acesso a uma estrada, a carregar um barco nas costas, ladeira acima, cachoeira acima, para poder ter um atendimento básico?

Então, na vez anterior, Senador Plínio, que eu já fiquei... Na verdade, a gente tem esse choque, essa perplexidade, porque é uma realidade que está sendo trazida. O outro lado vai dizer que é narrativa nossa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou que é narrativa é feita aqui, e eu espero que ele tenha a oportunidade de trazer a narrativa dele e ser confrontado, ser questionado aqui. Aqui não vai ter... Acho que, pela condução do Senador Plínio, não se vai ouvir só um lado, e eu estou curioso para ouvir essas ONGs. Estou curioso para saber quem é que comanda tudo isso; se já pisou o pé na Amazônia, se já viu pelo menos uma tribo dessa de perto, se já enfrentou um rio desse, Senador Plínio, se já levou uma picada de mosquito.

Está tendo um programa bem bacana de uma emissora de TV lá na terra do senhor mostrando a riqueza, a beleza, os desafios da Amazônia. Olha, o programa todo feito já vê a dificuldade; o programa, com todo o acesso a tecnologia e tudo, já mostra a dificuldade do que é morar ou viver dentro da Amazônia.

Então, no meu ponto de vista, no meu simples, ignorante ponto de vista, não se quer que o povo indígena tenha acesso à internet, a conhecimento, a tudo isso, para que a gente não possa ver o que está vendo aqui; para que a gente não possa ver, em tempo real, o que eles fazem justamente com esse povo indígena.

Então, essas duas perguntas que eu fiz, não sei se a senhora lembra... Se todo esse recurso eu vejo que não é convertido em nada, a minha dúvida é: quem é que entra na folha de pagamento dessas ONGs? Quem é que tem interesse justamente em estar ganhando esses milhões? Qual é a emissora que paga ou, se não, que se envolve com isso para mostrar as propagandas a que a gente assiste, como o rótulo desse produto que está sendo vendido?

Então, eu me sinto na dúvida de saber se eu estou comprando um produto que realmente está ajudando ou não o povo indígena da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra a nossa depoente, a Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Bom, se vocês pesquisarem um pouco, principalmente a questão jurídica da organização, do instituto produzido pela Hutukara, ela – nada mais, nada menos – é dirigida, Sr. Presidente, pelo Dário Yanomami, filho do Davi Kopenawa Yanomami, os mesmo que denunciam, Brasil afora, pelo grande flagelo ao povo ianomâmi. Então... Como esse dinheiro foi empregado, então, para matar a fome dos ianomâmis?

Então, se nós observarmos... Por exemplo, se entrarem agora no *site* do Iepé, vocês verão a relação de funcionários pagos com o dinheiro que veio para dar dignidade ao povo indígena wajãpi, mas, se você vir ali, no *site* Iepé indígena, você entra no *site* do Iepé e vê ali: colaboradores e parceiros. Nesses colaboradores e parceiros, você observa a quantidade de funcionários; todos moram, em sua totalidade, em São Paulo, têm plano de saúde, acesso a hospital, menos os wajãpi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o acesso é difícil. Só para chegar ao Itapé, no Tabocal, na minha aldeia, são três horas de voo praticamente, daqui de Brasília até o Amapá; seis horas de estrada do aeroporto até o Polo Base Aramirã; mais oito horas de barco a motor para chegar no Tabocal.

No dia 8 de maio, a minha sobrinha Anahí morreu no parto. Sabe por quê? Primeiro, porque não tinha motor; segundo, não tinha barco; terceiro, não tinha equipe de saúde para atendê-la; quarto, foi colocado na cabeça dela que, para ela ser indígena, ela não podia ir para o hospital, ela não podia ir para a maternidade. Ela deveria ter o seu filho isolada dentro da aldeia. Tanto que saiu, no Fantástico, uma matéria muito bonita, falando sobre as ações dentro dessa terra, e uma das pessoas que fazem parte do Instituto Iepé fala assim: "As mulheres estão indo para a maternidade; então, elas deveriam utilizar isso de uma menor forma", mas eles não falaram que a minha sobrinha morreu no parto porque ela tinha que ser indígena e tinha que ter o filho dentro da aldeia.

Mas não somos nós que pedimos que as mulheres façam pré-natal, que tenham acesso à saúde? E nós não vimos isso? Nós continuaremos dando a essas pessoas a autonomia para condenar vidas a viver nesse cárcere verde, com a desculpa de que nós não podemos intervir porque nós iremos praticar um etnocídio? Manter um povo ou tirar um povo que vive num tempo, numa percepção temporal do ano de 1500? Essas pessoas, no momento em que elas furarem esse bloqueio, no momento em que elas romperem esse ideal imaginário do isolamento, elas não serão mais indígenas. Aquele que furar o bloqueio temporal, aquele que romper o ideal imaginário dessas organizações, assim como narram as notas de repúdio do Apina contra mim... O teor dos documentos é claro: diz que não aceita a entrada de uma bolsonarista... Vê-se que é um documento político. O mesmo documento que diz que "ela defende proposta que nós, oiampi, não concordamos, como ruralistas, agronegócio e mineração nas terras indígenas, abertura dos territórios indígenas para exploração e os garimpos ilegais".

Senhores, eu fui eleita por um povo de uma forma legal. Como eu devo coadunar com a ilegalidade? Como eu devo atuar contra a soberania de um país?

Então, vê-se que todos os documentos... Inclusive, já chegaram até à Presidência da CPI. Todos esses documentos, que são notas de repúdio do povo apina, do meu próprio povo, do povo oiampi, contra mim, contra uma amapaense legitimamente eleita, legitimamente representante do povo brasileiro. E que, inclusive, segundo os próprios documentos dizem, eu fui votada dentro da aldeia, reconhecida por outros como a Silvia Waiãpi. Mas, no momento em que eu tenho um pensamento livre e não concordo com o cárcere verde, eu deixo de ser quem eu sou.

Como um brasileiro pode deixar de ser brasileiro quando ele quer defender a soberania do seu país, quando ele não concorda que o seu povo seja subjugado e condenado à miséria?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela participação também do Styvenson, com observações pertinentes e claras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossas vidas, até a gente chegar aqui ao Senado, a trilha é muito longa, a estrada é longa, e a gente enfrenta desafios, tipo essa carta de repúdio à Deputada Silvia. E para isso, Deputada – eu sou um pouco mais idoso que a senhora –, o conselho que eu dou é o que eu sempre fiz... Styvenson, Marcio, sabem aquele ventríloquo com o boneco? Eu não falo com o boneco: eu falo com o ventríloquo, no dia em que ele me desafiar. Então, como na vida, Mourão, eu sempre tive a sorte de o ventríloquo nunca querer falar comigo, só os bonecos. Portanto, os bonecos eu deixo pelo caminho, senão não teria chegado aqui.

Permitam-me mais um vídeo. Não é autopromoção, pelo amor de Deus, mas é onde a gente pesca com os apurinãs. São 168km da BR-319. A gente vai de voadeira e leva quase duas horas e meia para chegar lá. É o vídeo 5.

Porque as pessoas pensam que, na Amazônia, a água é fácil. "Olha a água passando aí". "É só colher, é só beber". E não é! Eles não têm água potável. Então, a gente levou – eu e meus amigos pescadores... Aí me perdoem: aí eu estou com a camisa de pesca do Vasco da Gama, tenho que ser perdoado por isso. E a gente foi lá. É um poço, Mourão, em que a gente se juntou... Foram três, quatro amigos para um poço que custou R\$7,5 mil, mais as duas placas para energia solar, que foi outro amigo que deu. E nós estávamos inaugurando o poço. Querem ver? Então, mostrem esse vídeo. É no Rio Tupana, na Aldeia Barrigudo, com os índios apurinãs. Não tem ONG lá dentro, porque lá realmente não tem nem uma coisa que interessa.

Isto aí é onde está a placa solar. Eles fizeram isso. A placa solar está em cima dessa construção que eles fizeram.

Aí é a casa grande dos índios. É bem modesta a casa deles.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí.

Todo mundo pensa que essa água... Quando o rio está cheio, ele traz muito sedimento, muita sujeira, muita folha; quando está seco, deixa doença. Então, o problema deles é de rim, de fígado; há problemas de saúde. Todo mundo pensa que é só pegar água do rio e tomar, e não é. Os índios querem água potável, como todos nós queremos. A gente fala muito aqui em dignidade, e é o que eles querem.

Tivemos que botar energia solar para poder ter o poço, assim como foi colocado nos banhuas; colocaram gerador para poder ter internet.

A gente não faz isso como promoção, pelo amor de Deus! É só para mostrar como é que as coisas funcionam.

Eu pergunto ao General Mourão, ao Senador Styvenson e ao Marcio se têm alguma observação.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Todos satisfeitos, então? (*Pausa.*)

Deputada?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Eu gostaria apenas de mostrar aquela foto ali. Aquela foto diz o seguinte. Ela pede coleta do *karakuri* – *karakuri* em oiampi significa dinheiro – para comprar uma impressora para a Escola Indígena Estadual Aramirã. Então, põe a relação ali e a colaboração de cada um dos indígenas para comprar uma impressora para a escola.

Vejam. Eu dei uma relação de 22 organizações internacionais que financiam a ONG Iepé que atua ali dentro, e não tem dinheiro para uma impressora?! No *site*, vocês verão que a atuação deles é linda, é poética, mas estão ali uma solicitação e a relação de cada um dos indígenas que deu R\$50 para compra de uma impressora.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradecendo-lhe e pedindo só um pouquinho... Já estamos aqui há... São quase 1h30, mas eu acho que tem um vídeo de dois minutos e meio de uma senhora que é a Dona Isabel, de Minas Gerais. O ICMBio multou a Dona Isabel em R\$170 mil. Ela é agricultora, criou os filhos ali e de repente ela não pode... Olhem só este vídeo!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O próximo passo aí é cobrar a dívida e expulsá-la da terra. Está acontecendo em todo o país. Quando a gente fala em soberania, não é teoria da conspiração. Aqui não tem nenhum menino, não é? Aqui não tem, como tem muitos meninos inocentes por aí.

Permitam-me ler isto aqui: NASA amplia satélites em missão sobre a Amazônia. Duas laudas, é rapidinho.

A Agência Espacial Norte-Americana, a NASA, comunicou ao Presidente da República interesse em ampliar o que seu administrador, o ex-Senador Bill Nelson, chamou de "colaboração com o Brasil no monitoramento do desmatamento da Amazônia". Avisou que, se já existe uma "contribuição" dos satélites americanos, isso crescerá, pois tem planos de lançar três novos satélites que aumentarão significativamente a capacidade de identificação e prevenção do desmatamento – sempre o desmatamento.

Pode até ser. No entanto, é evidente que esses satélites aumentarão também, e muito, a capacidade de identificar outros objetivos. Ninguém, salvo os extremamente ingênuos, acreditariam que a NASA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastaria mais bilhões de dólares apenas para espiar a ação de madeireiros e agricultores. Os novos satélites, como os que já estão em ação, certamente serão capazes de obter muito mais informações do que isso. Serão capazes de acompanhar movimentos que os interessam muito mais do que os pequenos agricultores da Amazônia.

Bill Nelson sabe do que fala. Foi astronauta e comentou que, nesse tempo – há mais de 30 anos e, portanto, com veículos espaciais muito menos sofisticados –, foi capaz, lá de cima, de perceber não só desmatamento da região como o assoreamento da foz do Amazonas. É risível, não é? Isso, talvez, a olho nu, hein? Imagine-se, com o avanço tecnológico, o volume de informações que esses novos satélites poderão obter! É claro que a Nasa poderá obter muito mais dados de natureza estratégica e, certamente, de natureza econômica, e isso está previsto na tal colaboração com que o seu administrador acena.

O Brasil já dispõe de equipamentos sofisticados para esse controle, revelou a Ministra da Ciência e Tecnologia, que colocará em operação em curto prazo um radar sintético que permitirá captar mais imagens através de nuvens, aprimorando ainda mais o combate – adivinhem a que – ao desmatamento. Disse ainda que autoridades científicas brasileiras poderão indicar a real necessidade de utilização dos equipamentos e sistemas propostos.

Em outras palavras, pode ser que o Brasil não precise deles – quem está dizendo sou eu. Em outras palavras, pode ser que o Brasil não precise deles para nada, mas seguramente a Nasa precisará, ou não investiria nisso os bilhões de dólares a que nos referimos.

Levando em conta que os países ricos encaram a Amazônia como sua despensa, onde preservam riquezas para as novas gerações – as gerações deles e não as nossas –, não constitui nenhum absurdo imaginar que estão aplicando todo esse dinheiro para controlar o estoque da despensa, para nos impedir de utilizar esse estoque, provavelmente para descobrir se há mais riquezas estocadas. Como sabem muito bem, há ainda muito mais riqueza a descobrir.

Certamente, quem nada ganhará com essa iniciativa será a população pobre, paupérrima, da Amazônia: os índios, os caboclos, os ribeirinhos, os pescadores e os caçadores que hoje já preservam a floresta, mas são impedidos, inclusive com ajuda externa, de conseguirem uma vida melhor.

Esse texto é meu. Só quem está mancomunado, só quem faz parte disso é que pode acreditar numa aberração desta: que a Nasa vai gastar bilhões para ajudar no monitoramento do desmatamento. E tem uns imbecis brasileiros, uma elite brasileira que acredita nisso.

Mais uma vez, muito obrigado àqueles que aqui estão...

Pois não, General Mourão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Os Estados Unidos têm uma agência, a MRA, a Agência Nacional de Reconhecimento e Vigilância, que faz toda a análise de imagens para efeitos de inteligência.

Aqui no Brasil, nós, no Governo passado, tentamos fazer evoluir o que é hoje o Censipam para esse tipo de agência, porque não consideramos que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais seja o órgão capaz de fazer esse trabalho. Mas, obviamente, fomos torpedeados de todas as formas possíveis e imagináveis.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E tem brasileiro que acredita nisso ainda! Daí essas organizações fazerem...

Primeiro é que organização não governamental não deveria ter dinheiro do Governo; e, segundo, a gente pensa que são voluntários, mas eles são regamente remunerados, muito bem remunerados, vivem nababescamente à custa da Amazônia, do povo da Amazônia, usando seu nome.

E esta CPI veio para isto... Proteções maiores? Não, mas pelo menos a coragem de mostrar a você, brasileiro, a você, brasileira, essa realidade que a gente está mostrando aqui. Feito isso, já fizemos alguma coisa e, no final, vamos apresentar o relatório – e todos os Senadores participarão, a comunidade brasileira pode participar – sugerindo projetos de lei, novas leis, seja o que for para clarear, para tornar isso transparente.

Será inclusa extrapauta a deliberação do Requerimento nº 97, de 2023, o qual requer a realização de diligência no Município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, para ouvir algumas lideranças indígenas. Seis etnias pediram para que a gente fizesse uma audiência lá, no Alto Rio Negro, na comunidade deles, para a gente ouvir o que eles têm a nos dizer. O Styvenson vai, dessa vez ele vai voltar à Amazônia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Isso aqui é um tremendo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, mas eu tenho um vídeo, não cabe aqui, que me mandaram hoje, um cara com a cabeça de boi jogando no rio lá na Amazônia, as piranhas comendo aquilo é um negócio realmente assustador. Mas eu sou pescador, sou de beira de rio e nunca fui mordido por piranha nenhuma. Tem os lugares, tem o tipo de vítimas, não é tão assim, não.

Inclusão de item extrapauta.

Coloco em votação a inclusão do requerimento extrapauta.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2023

Requer a realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Autoria: Senador Plínio Valério

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do requerimento. *(Pausa.)*

Os Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, não havendo mais nada, vamos encerrar, agradecendo sempre a vocês que participam, a você que está na rede social divulgando, ampliando, mostrando essa realidade.

Aqui, Styvenson, você falou que os invisíveis serão vistos, os que não conseguem falar serão escutados. Este é o nosso papel: mostrar. O desafio que nos coloca à frente são sempre desafios que a gente tem que enfrentar.

Obrigado aos que participaram. Fiquem em paz, paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezoito minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Plínio Valério e Jaime Bagattoli, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Lorenzo Carrasco, em atendimento ao requerimento 10/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2023** que : "Requer seja convidado o Sr Cimar Azeredo Pereira, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2023** que : "Convite ao Cacique Kleber Jorge Silva Soares" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2023** que : "Requer que seja aditado o requerimento nº 93/2023, transformando a convocação do Sr. JOÃO PAULO BROTTTO GONÇALVES PEREIRA, presidente da Natura & Co.Holding, em convite." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/08>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal dos recursos públicos para ONGs e OSCIPs bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 2022 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Lorenzo Carrasco, conforme Requerimento nº 10/23, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Lorenzo Carrasco para compor a mesa. *(Pausa.)*

Nós convidamos o Sr. Lorenzo Carrasco, que é autor deste livro que é *bestseller* e que é cartilha para todos nós que combatemos esse tipo de intervenção na soberania do nosso país. Ele já participou de outras CPIs, com seu depoimento contundente.

Mais uma vez, quero agradecer de público ao Sr. Lorenzo pela cordialidade, pela disposição, pela não desistência, ele que é precursor desse tipo de luta – até hoje, não desistiu e continua como se fosse ontem ainda. Que tenha em nós os aliados. A gente quer esclarecer isso, e ninguém melhor indicado do que o senhor para expor...

Tenha o tempo que quiser. Nós não vamos lhe cobrar tempo, porque é o nosso interesse a sua exposição. Fique à vontade.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – No deserto do Saara não quiseram não, não é?

O SR. LORENZO CARRASCO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado.

É entusiasmante a gente ver e ouvir o tempo da sua luta, é como se tivesse começado agora, quer dizer, não desiste nunca! Muito obrigado por ter nos brindado com tanto conhecimento.

Nós vamos já abrir para que possamos fazer perguntas, mas eu queria mostrar – a gente depois vai mostrar – alguns vídeos que a imprensa não divulga. Por exemplo, nós estamos aqui falando do ISA e do ICMBio, e, como estamos, General Mourão, dispostos a mostrar o outro lado da moeda, eu queria mostrar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o vídeo nº 3, está bom? Já não foi ontem nem anteontem. É coisa mais ou menos de alguns anos, mas que mostra os índios revoltados. Olhe só prendendo uma balsa do ISA e do ICMBio os índios.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você veja que ele ressalta sempre que são pacíficos, mas já não têm mais paciência de tanta enganação.

Aí é uma balsa do Instituto Socioambiental, que usa para fiscalizar, para coagir, para fazer tudo o que for: se fossem bonzinhos, os índios não estariam revoltados. É como a gente frisa sempre aqui: a gente não está pedindo nem encomendando nada de ninguém. O que nos chega é conforme quem está indignado, quer fazer denúncia e está aproveitando o canal CPI. E a CPI está criada não é para tratar dos que estão felizes, é para tratar dos que estão infelizes e indignados.

Vamos, então, às nossas perguntas, começando pelo Jaime, que mostrou interesse. A gente anotou aqui. Vai ficar aberto o tempo.

Ah, sim, desculpa...

Primeiro, é o nosso Relator; em seguida, é o Senador Jaime.

Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Professor, pela sua dedicação há décadas para esse assunto. Cada vez fica mais claro para os membros desta CPI e para aqueles que assistem como, na verdade, criaram uma estratégia em torno da questão ambiental para controlar os recursos naturais do mundo, criando, assim, um poder mundial.

Eu quero apenas, Professor, me dedicar aqui a alguns trechos do seu livro, que, de forma sucinta, resume muito essa ideia. Na p. 45 dessa nova publicação, o senhor escreve assim:

A "engenharia social" pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder [...] [público] e econômico. [...]

O [seu] princípio básico [...] é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva.

O que o Professor está dizendo é que o medo faz com que as pessoas percam a razão e, nesse estado em que a razoabilidade é perdida, ficou fácil, a partir do medo do fim do mundo, do aquecimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

global, que vai acabar com o planeta, introjetar a campanha ambientalista, que é uma guerra econômica, mas travestida de preocupação ambiental.

O conceito é descrito também no livro, que passou vários anos estudando o otimismo tecnológico da população norte-americana. Abrem-se aspas: "Vários tipos de crenças podem ser implantados em um grande número de pessoas, depois que as funções cerebrais tenham sido suficientemente perturbadas pelo medo, raiva ou excitação acidentais ou deliberadamente induzidas [...]".

É exatamente isso que a política catastrofista provocou e, aí, sim, criou um apoio mundial em torno de uma bandeira que, na verdade, foi uma estratégia utilizada.

Em uma outra página, na 40, o Professor analisando o que foi o passo seguinte da agenda ambiental, que foi a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983, o objetivo principal da Comissão, que ficou mais conhecida pelo nome da sua principal coordenadora, a ex-Primeira-Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, que denominou, pela primeira vez, o nosso futuro comum. O que diziam algumas dessas conclusões – abro aspas: "As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar". Ou – abro aspas – "um aumento populacional excessivo [...]", e aí a gente nota como tudo foi concatenado. A luta é pelo controle dos recursos naturais, daí você tinha que criar uma campanha mundial que desse apoio popular. Aí se criou a questão da defesa do meio ambiente, que foi introduzida a partir do medo de que o homem estaria causando o fim do planeta com o aquecimento global, etc. O aumento populacional excessivo... E aí vem o controle de natalidade: "Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável".

A inspiração malthusiana do conceito de desenvolvimento sustentável foi claramente explicitada durante a II Conferência Internacional de Indústria para o Controle do Meio Ambiente, realizada em Roterdã, Holanda, em 1991, a qual reuniu mais de 700 representantes das maiores empresas do mundo. Entre aspas, "As mais poderosas companhias do primeiro mundo admitem agora publicamente e em conjunto que, se os seus próprios padrões de crescimento forem imitados pelo resto do mundo, o planeta não irá resistir por muito tempo".

Duas semanas depois da conferência de Roterdã, em visita ao Brasil, o Príncipe Charles, da Inglaterra, ratificou esses princípios, falando em São Paulo – abro aspas: "Hoje está brutalmente claro – desde a publicação, há quatro anos, do relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulado Nosso Futuro Comum – que, se continuarmos a produzir energia, a manufaturar, a praticar a agricultura e a pesca e a utilizar florestas do modo como fazemos hoje e se a população do mundo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar a crescer à taxa atual, reduziremos drasticamente as chances de prosperidade ou até mesmo de uma vida segura para as gerações vindouras".

Por outro lado, o relatório da comissão não oculta a vinculação dos temas ambientais à limitação das soberanias nacionais. Em suas próprias palavras – abro aspas: "O conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; [portanto] o Estado-nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais".

Portanto, eu entendo, Professor, que, basicamente, o seu trabalho, que não foi pouco, que não é pouco, visa demonstrar, de forma cabal, como a questão ambiental é uma desculpa inventada pelas maiores oligarquias, pelos governos, como o dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Canadá, da Noruega, que utilizaram e utilizam esse pavor da destruição ambiental para poder colocar em prática o seu plano do governo mundial já mandando.

Para quem acha que isso é teoria da conspiração, olhem a criação da Reserva Yanomami. Até um esquerdista típico, que é o Lindbergh Farias, quando foi Deputado Federal, antes de ser Senador, agora Deputado Federal outra vez, foi Relator de um grupo de trabalho da Câmara Federal – e eu li o relatório dele inteiro, que nos foi sugerido pelo Aldo Rebelo –, até ele conclui o relatório dizendo que... Da maneira como se propunha criar a Reserva Yanomami, ele se posicionou contra no seu relatório basicamente pelo tamanho, pelo fato de ela fazer divisa com os países vizinhos – nenhum país do mundo aceita isso, porque é uma questão de soberania nacional – e pelo fato de ela abraçar municípios e áreas que já estavam produzindo, gerando emprego e renda.

Mesmo assim, ela foi criada, contra o Governo de Roraima, contra as prefeituras dos municípios atingidos, contra a maior parte da própria população ianomâmi, que também não queria. E ela foi criada.

É, de fato, de fora para dentro.

Vou pegar um último exemplo, Professor, do meu estado. O Acre tem 22 municípios, portanto, 22 Câmaras Municipais, 24 Deputados Estaduais, o Governador do Estado, oito Federais, três Senadores. Se você fizer um fórum destes dois Poderes, o Executivo e o Legislativo do Estado do Acre, todos vão dizer que o Estado do Acre, como toda a Amazônia, precisa de hidroelétrica, precisa de energia elétrica, precisa de estrada, precisa de ponte, de integração; que nós precisamos utilizar petróleo e gás, que tem no Acre, que tem na Região Amazônica. Mas esse poder todo junto é muito menor do que o de duas ONGs – duas –, que entraram e entram no Ministério Público Federal. E proibiu-se não uma obra, porque nem tem obra, mas proibiu-se o estudo, que terminaria com o projeto executivo, a licitação do projeto executivo, para fazer a ligação terrestre de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, interligando toda uma região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse poder mundial já existe.

De fato, o senhor tem razão: nós do Congresso Nacional, se não agirmos contra isso, criando limites que hoje não tem, seremos carimbadores mesmo, porque a decisão não passa por aqui.

O Presidente Lula, agora, nesta semana, foi soltar uma frase querendo unir os Estados da Amazônia para impor algumas coisas à Europa, que fica cobrando, mas o Governo dele cede: foi o Governo dele que negou a licença para exploração de petróleo na costa do Amapá, é o Governo dele, neste mandato e nos outros, com a própria Ministra Marina Silva, que patrocinou e que deve obediência a esse movimento internacional e não à soberania brasileira.

Portanto, a soberania brasileira já está ameaçada, já está acontecendo.

E eu saúdo aqui, para começar a lhe perguntar, a sua coragem e a sua dedicação, como mexicano, mas amante da causa que a todos nos une. Mas eu queria que o senhor, até para ficar claro nas notas taquigráficas... Em seu livro, em especial no capítulo 2, V. Sa. traz informações impactantes. Eu tinha lido, reli e me lembrei mais uma vez que "cientistas", entre aspas, que defendiam a eugenia, porque tem gente que acha que esse movimento nasceu da pureza dos interesses... Não, ao contrário, nada mais errôneo. Cientistas que defendiam a eugenia como política para o melhoramento racial... Após a tragédia feita pelos nazistas, que resultou na impopularidade da teoria, os mesmos apoiadores desse movimento eugênico passaram a se concentrar no controle demográfico e na conservação ambiental, e uma das suas facetas é o trabalho pela legalização do aborto como também uma política de contenção populacional.

Eu vou pular aqui uma série de perguntas por dois motivos: o senhor já falou muito sobre isso, e tem colegas que querem também fazer as perguntas.

Vou passar para uma outra, se o senhor puder ir anotando.

Fala-se muito que o mundo não suportará a utilização de recursos naturais da maneira como os utiliza atualmente, que é necessário um desenvolvimento sustentável, frear o desenvolvimento. De acordo com V. Sa., isso é mais uma das formas de se violar a soberania dos estados nacionais? V. Sa. poderia esclarecer melhor esse ponto?

Terceira, podemos afirmar que tudo pode e deve ser feito, inclusive a relativização de soberanias, a condenação de populações inteiras à miséria, a proibição de desenvolvimento para controlar recursos naturais, inclusive o controle de natalidade. Tudo pode, menos diminuir o padrão de consumo dos mais ricos. É isso mesmo?

Quarta pergunta, em relação ao Cimi, entidade que atuou no Brasil principalmente a partir de 1950 e que criou o conceito da "lenda negra", entre aspas, que é a tese descaracterizando Portugal e Espanha, dizendo que o que aconteceu no Brasil foi um genocídio indígena, esquecendo o que o senhor próprio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou, que nós somos um país – ou éramos um país – riquíssimo em miscigenação... Eles inventaram essa tal "lenda negra".

E, por último, no livro de sua autoria, já amplamente citado, V. Sa. cita uma declaração do Henry Kissinger, à época membro do Governo norte-americano muito influente e que foi chefe da diplomacia americana por muitos anos, de que o crescimento populacional de países como o Brasil colocava em risco a segurança dos Estados Unidos e de seus aliados. Poderia esclarecer e contextualizar melhor essa afirmação?

Eu termino, mais uma vez, por parabenizar sua paciência, resiliência e amor a essa causa.

Parabéns!

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado, Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli, representante de Rondônia e Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimentar aqui o nosso Senador Plínio Valério, o Relator, Marcio Bittar, meu colega Senador Mourão.

Só para começar, Senador Mourão, quero dizer para você que você é conhecedor da Amazônia, conhece aquilo lá tanto quanto eu conheço, que estou lá há quase 50 anos. Dizer para vocês que tudo que o militar implantou na década de 1970, de integrar para não entregar, aos poucos foi se desfazendo isso tudo. Aos poucos veio se desfazendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Prof. Lorenzo Carrasco, do qual eu tive oportunidade, na década de 1990... Eu sou neto de madeireiro, eu fui para a Amazônia, nós estivemos na Amazônia para mexer no ramo madeireiro, e o senhor deu diversas palestras, inclusive para o setor madeireiro, mostrando qual era a viabilidade, planos de manejo, porque tudo se barrava porque queriam impedir o desenvolvimento na Amazônia.

Foi aí que eu fui conhecer o seu livro lá, sobre a máfia verde, que o senhor começou a publicar naqueles anos 90.

Mas tudo começou com a Constituição de 1988 e veio se aperfeiçoar com a ECO-92, que, Presidente Senador Plínio Valério, tinha a participação de mais de 170 países. E aí foram só se criando dificuldades para a implantação de usinas hidrelétricas, hidráulicas. E nós tínhamos um potencial e temos um potencial hidráulico jamais visto, nenhum país no mundo tem o potencial que a gente tem. Por isso, com essa interrupção, chegamos à energia mais cara do mundo.

O senhor citou as tributações de energia que acabaram vindo ao longo dos anos, isso também foi para prejudicar não só o desenvolvimento da Amazônia, mas o desenvolvimento do Brasil. Aí vieram as ONGs querendo criar novas reservas indígenas, colocando até suposições de novas reservas indígenas, onde já haviam demarcado como terras com aptidão para agricultura e pecuária entre os anos de 1975 e 1985, na Amazônia.

E digo para vocês o tanto que o projeto dos militares estava hipercorreto: Rondônia, Senador Mourão, é o estado em que a renda *per capita* está em quase R\$33 mil – claro, está bem abaixo de São Paulo, que passa de R\$50 mil a renda *per capita* sobre o PIB por habitante. Mas quero dizer para vocês que é o estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Não, o Acre está com R\$19 mil e pouco.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: o quanto que isso refletiu? É o maior PIB de todos os sete estados da Amazônia e de todos os estados do Nordeste. Então, eu posso falar sobre isso, porque eu... Não só sobre o PIB, mas sobre... Como eu tenho uma história lá, eu convivi com eles e sei da importância que teve um sistema de reforma agrária da Amazônia que deu certo, que deu certo e que foi implantado no Estado de Rondônia na década de 70. Mas, infelizmente, hoje temos diversos problemas. Inclusive, no apagar das luzes do Governo do Confúcio, quando ele estava saindo do Governo, ele criou mais 11 reservas, e, dentro dessas 11 reservas que foram criadas, para muitos entenderem, já havia centenas, milhares de pessoas, de produtores ali dentro, que já estavam lá, eram assentamentos já iniciados pelo Incra. E, com isso, criou-se mais um problema que, até hoje, a gente não consegue resolver, essa situação lá no Estado de Rondônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer para você, Lorenzo Carrasco: você não é só um professor; você é PhD. É isso que se chama quando é acima. O senhor tem conhecimento daquilo que o senhor fala, o senhor previu tudo lá. Até não é que o senhor previu, o senhor viu, conseguiu enxergar, muito mais à frente do que muitas pessoas, o que iria acontecer no futuro não só para a Amazônia, mas para o Brasil, o quanto isso ia interromper o desenvolvimento não só da Amazônia, mas do Brasil, e por que essa interrupção.

E o mundo inteiro está em cima da gente. Agora vocês vejam, o senhor citou sobre a menina lá, a Greta. Quem é uma menina, uma criança para dizer o que é que um país igual ao Brasil vai fazer sobre a questão ambiental, ou um cantor, ou um ator lá fora impor certas coisas? E isso, a grande mídia – a grande mídia, não vou citar nomes – apoia esse tipo de situação, até porque achando – achando, não; eles têm certeza – que uma menina dessa falando influencia as crianças dentro das escolas.

E quero dizer para vocês, quando se implantou a reforma agrária no Estado de Rondônia, a gente tinha por obrigação preservar 50%. Após o Governo Fernando Henrique Cardoso, isso saiu de 50%, foi para 80% de preservação, que está até hoje.

E houve, inclusive, uma discussão... Eu estava falando outro dia de uma entrevista sobre isso também. Os órgãos ambientais, o Ibama, a Sedam, que está em Rondônia, qualquer cidadão... Mesmo que você tiver uma área intacta hoje, de 100%, nada desmatado – o Senador Marcio Bittar sabe disso, não é diferente em Rondônia e lá no Acre –, você vai pedir um documento para abrir 5%, 10% naquele ano, se você tem o direito então dos 20%, você tem o direito. Então, você faz um projeto, faz tudo certinho. Isso passa meses, passa, às vezes, anos, e você não consegue nenhum papel. Por quê? Porque o interesse é que a pessoa vá lá e desmate sem autorização. Para quê? Porque é a lei da vantagem. Como é que se diz? Querem vender dificuldade sempre para receber facilidade. Isso é como eu vou dizer para vocês: é a pior coisa que pode ter para o nosso país, para o nosso desenvolvimento.

Mas eu quero deixar uma pergunta, só uma pergunta para o senhor: o que é que a gente poderia fazer, Prof. Lorenzo Carrasco, para reverter o que está acontecendo com a soberania da Amazônia? Para isso, é necessário mostrar aos brasileiros que esse patrimônio da Amazônia é dos brasileiros, porque nós não podemos perder a soberania nacional. A Amazônia é do povo brasileiro.

E depois, muitas vezes, eu escuto, o senhor falou – acho que foi o senhor que falou ali antes – sobre muitas vezes dizer que o Sudeste, o Sul... Eu sou do Sul, do Estado de Santa Catarina. Isto é real: muitas pessoas lá acham que não dependem da Amazônia, absolutamente nada da Amazônia. Mas dependem sim; todas as regiões do Brasil dependem, sim, da Amazônia, porque eles acham que a riqueza está lá, que eles têm a condição de comprar o que tem lá, mas o que foi impedido... Foi impedida a exploração. Por isso se criaram tantas reservas indígenas, por isso está aí o marco temporal agora, para que a gente resolva esse marco temporal, porque, se isso também for mais uma decisão do Judiciário, nós sabemos aonde que isso vai acabar de chegar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos de diversas coisas. É função da Câmara Federal, do Senado. Nós precisamos resolver essa situação do Brasil, e a soberania da Amazônia é muito importante para nós, nós precisamos entender, o povo brasileiro tem que entender que a Amazônia é dos brasileiros.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a presença até esse horário, Sr. Lorenzo Carrasco. Ouvi atentamente e acho que a pessoa ideal para responder algumas perguntas é o senhor, que é um pesquisador, já está dentro dessa área e dentro do aprofundamento.

Primeiro, Senador Plínio, além das ONGs, eu queria saber o compartilhamento dos outros Parlamentares sobre a constitucionalidade do Fundo da Amazônia, já que foi criado por um decreto, em 2008, e não passou pela Casa Legislativa. Esse decreto está em vigor, recolhendo esse dinheiro, principalmente de um país...

Eu pergunto ao Sr. Lorenzo se ele investe 90% de todo esse fundo no Brasil e na Amazônia para preservação, conservação, monitoramento, fiscalização – estou falando da Noruega – por remorso, por altruísmo mesmo, ou tem a finalidade de preservar e agir com todos esses verbos que já foram ditos aqui, que eles falam. Por que eu pergunto isso? Porque é o maior investidor; mas aí eu pergunto ao senhor, como pesquisador, se a Noruega ainda tem participação em mineradoras na Amazônia, porque parece um bom negócio deixar intacta a nossa Floresta Amazônica, sem poder ser prospectada, sem poderem ser procurados minérios, riquezas a que só alguns podem ter acesso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é: é remorso ou é investimento mesmo, porque é interesse desses países fazer essa política do "eu poluo, mas eu estou lá fazendo a minha parte na Amazônia", ou seja, "eu tenho vantagens aí"?

Uma outra: o senhor deixou claro, pelo menos em uma parte do livro a que eu tive acesso, que as ONGs parecem – elas parecem, não –, querem manter algo intacto, o eugenismo, até mesmo com a parte humana; e eu vi o Presidente Lula falando agora, ontem, antes da abertura, da preocupação com o humano, com a pessoa. E eu acho que ele estava se referindo ao povo indígena, que, no estado do Senador Plínio, pelo menos aí eu acho que 90% – eu vi no novo Censo – são indígenas, em Manaus. E me corrija se eu estiver... Eu estava vendo ontem isso.

Então, as ONGs... O interesse, se for mesmo o dessa fiscalização, proteção, essas palavras que são tão peculiares ao poder público... E elas estão fazendo isso, essa usurpação de poderes, com essa finalidade de se preocupar com a população.

Quando o senhor disse sobre desenvolvimento, do qual o Presidente Lula falou ontem, que precisa desenvolver e não criar um santuário intacto – parece que ele já está até concordando com algumas ideias... Se essas ONGs agem com essa finalidade também, igual aos países que investem neste país, e que são financiadas por empresas particulares, com esses interesses, com a única e exclusiva finalidade da procura pela riqueza e não pela preocupação com o social, com a pessoa, com o índio, com a causa... Os ianomâmis estão lá, morrendo até agora.

Teve aquela confusão no início do Governo. Vai todo mundo, vão todas as missões possíveis, todos os Ministros foram lá analisar e não resolveram nada – estão nas mesmas condições –, o que leva a entender que existe, sim, o interesse de não desenvolver o capitalismo, porque parece que o capitalismo é ruim para a Amazônia. Vai devastar, vai acabar tudo.

Então, a pergunta dois é: existe, sim, dentro do conhecimento do senhor, a possibilidade da exploração, do crescimento, da geração de renda social dentro da Amazônia, sem essa devastação? Ou seja, a ideia real dessas ONGs poderia ser aplicada? Porque a ideia real delas parece que não é feita, não acontece ou, se acontece, acontece em benefício deles. É isso que eu estou querendo entender, porque eles conseguem deixar a gente olhando só por uma janela – a janela que eles querem que a gente veja, ou seja, só consigo enxergar pela moldura que eles colocam nas causas que eles defendem. E isso é manipulação da população. Isso é manipulação até mesmo nossa, dos Parlamentares que não têm acesso a esse tipo de informação que o senhor pesquisa.

Então, pergunta rápida e clara: o interesse de países como a Noruega, que são os maiores investidores em fundos, que, no meu ponto de vista, Senador Plínio, Presidente, é inconstitucional... Deveríamos agir aqui, fazer alguma coisa sobre isso, e não porque eu sou contra o fundo, não; é porque realmente está ferindo a nossa Constituição. Depois, seriam eles participantes de empresas – se o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem ou não esse conhecimento – que poluem a Amazônia? Já foi alvo aí do Ministério Público Federal, lá no Pará, a Hydro, mineradora que polui. Eles continuam com esse capital?

Eu estou na expectativa, Senador Plínio de que essas pessoas...

O SR. LORENZO CARRASCO – Hydro é canadense, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LORENZO CARRASCO – Ah, da Noruega? O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Noruega.

Por isso que eu perguntei: é remorso? Ou é porque eles estão explorando e querem investir mais só para eles explorarem essas riquezas? Porque, no meu ponto de vista, Plínio, Amazônia, Venezuela, Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana... Por que só no Brasil? Por que só esse interesse aqui? Será que a melhor parte do bolo está aqui?

Então, são essas duas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço, Prof. Lorenzo Carrasco, sua paciência, sua sabedoria de compartilhar conosco todo esse conhecimento.

O SR. LORENZO CARRASCO – Obrigado a você.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E elogio o seu entusiasmo em fomentar, em estar com a gente aqui, querendo realmente mostrar a nossa indignação. Muito obrigado pela sua participação, que enriquece, que ilustra, que nos traz conhecimento.

Antes de colocar em votação os requerimentos extrapauta, eu queria mostrar mais um vídeo que nos foi enviado aqui, que é mais um que mostra como os índios estão, como os nossos indígenas estão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São os indígenas brasileiros reclamando e aproveitando a CPI, Professor, para extravasar e mostrar toda a sua indignação e as necessidades de suas mazelas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI também tem conseguido – a gente fez aqui o resumo só, rapidinho –, não posso chamar efeito colateral, porque, na realidade, é um efeito muito bom: a gente nota o BNDES, a gente nota o Fundo Amazônia, a própria Presidência, a gente nota os órgãos preocupados em dar alguma resposta. Valores do bi... Olha só essa aqui: "Missão do Fundo Amazônia é mudar região". Então, a gente já tem aqui dizendo que, ao longo de 15 anos, eles vão tentar inverter a política, Senador Styvenson. É mudar a região. E eles, quando falam em mudar, vão canalizar, dizem, investimentos.

No Pará, o nosso Presidente Lula diz que a Amazônia tem de gerar riqueza, não ser santuário. Tomara que, quando ele chegar a Brasília, continue pensando isso, o que ele disse lá.

"Valores do BID e BNDES devem ser liberados em outubro", diz o Presidente do BNDES, o Mercadante, que também anunciou que o Fundo Amazônia vai agora financiar os municípios: "Municípios agora podem apresentar projetos e receber recursos do Fundo Amazônia". Até então, só era ONG. Se for verdade, melhor ainda. E a gente vai passar a cobrar.

São efeitos já causados por esta CPI, que fica mostrando a realidade, e eles querem dar resposta. Também tem os lados ruins, que a gente vai continuar investigando.

"Dados do TCU apontam que cursos de capacitação na Amazônia poderão chegar a 1,7 milhão". O valor seria para três dias de aulas, e a CPI está investigando, porque eles gastam aquilo que a gente já sabe: eles gastam até 85% – dito pelo TCU – do dinheiro arrecadado entre si.

Tem... Também recebemos a carta – e já divulgamos – dizendo que a Foirn, que é a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, está pressionando a comunidade, algumas comunidades, para assinar uma carta de repúdio à CPI, nada do que a gente não possa esperar. Prova de que a gente está no caminho certo.

Quero também comunicar aos brasileiros que estão nos ouvindo neste momento e aos Senadores que estão que, como Presidente da CPI – eu até deveria ter trazido a este Plenário, mas a gente acabou ficando com poucos Senadores –, vamos devolver a documentação que o Ministério das Relações Exteriores nos enviou. Nós fizemos um requerimento, de autoria do Senador Marcio Bittar, e eles simplesmente nos mandaram 648 páginas em inglês – em inglês. Tomara que eles não estejam respondendo aos americanos em português.

Eu acho isso um acinte, eu acho isso um desdém, e não posso aceitar de forma alguma, que me perdoem os outros integrantes... Eu não pude colocar isso, Marcio, mas nós estamos devolvendo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... para que eles façam e nos tragam em português.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou nos Estados Unidos, eu não sou colonizado. Eu me recuso a ser colonizado.

Se o Itamaraty procede assim em relação ao exterior, saiba que isto aqui é uma CPI dentro do Senado Federal da República. Como Senador, eu exijo por parte do Itamaraty respeito. Por isso, a gente está devolvendo. Que eles façam a coisa certa, que não brinquem conosco. O Senado, embora em alguns momentos vacile, não é lugar de brincar. Isso aqui é um lugar de respeito. Nós merecemos respeito. E eu exijo isso do Itamaraty, eu exijo isso do Ministério das Relações Exteriores.

Serão incluídas na pauta como extrapauta as deliberações dos Requerimentos nºs 103 e 104 e o aditamento ao Requerimento 93/23, os quais requerem...

Primeiro:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 103, DE 2023**

Requer seja convidado o Sr. Cimar Azeredo Pereira, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

E aqui cabe um comentário. Há dez anos, a comunidade indígena ou a quantidade de indígenas no país beirava a 1 milhão – na realidade, oitocentos e poucos... Dez anos depois, estamos aí com 1,6 milhão. Dobrou! Em dez anos, dobrou, o que confirma... Isso aqui é... Eu, como Senador, estou assumindo essa responsabilidade. É aquilo que a gente denuncia: eles estão fazendo, fabricando índios. Os mestiços estão sendo tornados indígenas. Isso prova, porque, em dez anos, você não dobra uma população. Então, confirma aquilo que os depoimentos... Aquela moça de Autazes disse... E eu tenho "n" depoimentos nesse sentido. Eles estão transformando mestiços em indígenas exatamente para espalhar onde eles querem depois pedir demarcação de terra.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****TEM 2**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2023

Convite ao Cacique Kleber Jorge Silva Soares.

Autoria: Senador Plínio Valério

Aditamento ao Requerimento 93/23, a pedido do nosso componente da CPI Senador Beto, do Pará, transformando, aditando...

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2023

Requer que seja aditado o requerimento nº 93/2023, transformando a convocação do Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, presidente da Natura & Co.Holding, em convite.

Autoria: Senador Plínio Valério

É porque a gente estava convocando o Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, da Natura; aditando, transformando em convite, com o compromisso de que ele virá, atendendo ao pedido do nosso companheiro Senador Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Só uma observação sobre esse requerimento.

Eu estava junto com o Presidente Plínio na conversa com o Senador Beto. Que fique claro que essa é uma questão de civilidade, educação, mas já está implícito na fala do Senador Plínio que é um convite, sabendo que, se não aceitar, será convocado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto, correto.

Inclusão dos itens... Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Coloco em votação.

Os Parlamentares que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, esses requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não há nada mais para deliberar, mas é sempre reafirmar: apesar do que acontece – e a gente não traz para cá tudo que acontece em relação à pressão na CPI –, a CPI vai continuar cumprindo com o seu papel. O primeiro deles, o mais importante, estamos conseguindo de verdade: o brasileiro hoje e a brasileira hoje têm conhecimento da realidade na qual vivem os nossos indígenas. Com palestras e com exposições de caciques, com exposições como a do Prof. Carrasco e a do Aldo Rebelo, a gente tem o outro lado da moeda. Aquela narrativa de que os "ongueiros" são bonzinhos, são éticos, são politicamente corretos, que eles pregam e passam a mentir em função disso, está caindo por terra. A gente quer, sim, de verdade, fomentar esse sentimento de indignação com aqueles brasileiros que se negam a voltar a ser Colônia.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Esperidião Amin, Augusta Brito, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2023** que : "Requer a realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2023** que : "Diligência Externa CPI ONGs - Resex Chico Mendes Requer a realização de diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na região amazônica, estejam lá sediadas ou não." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 109 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações complementares às anteriormente solicitadas, pelo Requerimento nº 17, de 2023 - CPIONGS, a respeito da relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimento como convidado. Finalidade:** Depoimento como convidado. Oitiva do Ricardo Salles, em atendimento ao requerimento 12/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/15>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos! Obrigado pela presença mais uma vez.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs ou OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Deputado Federal Ricardo Salles, conforme Requerimento nº 12/23, aprovado por este Colegiado.

O nosso convidado já está aqui, o Deputado Federal Ricardo Salles, recentemente Ministro do Meio Ambiente. Nós o convidamos por acharmos importante o seu depoimento sobre o que ele viu, o que ele sentiu, o que ele fez e o que ele deixou de fazer.

A gente ouve o nosso convidado e, em seguida, então, vai abrir aos nossos...

Pela ordem, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu só pediria, se desse, para a gente poder tratar logo dos requerimentos, antes da fala, porque a ordem sempre foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É; a gente...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A gente tratar logo dos requerimentos... Tem só quatro requerimentos. Eu não tenho... Eu não estou me opondo ao requerimento; eu só queria acertar um procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É só uma questão... A gente podia falar logo tudo e aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquele é... É porque a gente tem outros requerimentos. Daqueles quatro requerimentos, nós já aprovamos um, que eu apresentei, tornando...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deixe eu lhe falar o que é...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É nesse sentido, Beto, o seu?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não. Deixa eu explicar logo o que é, Presidente.

Hoje, na pauta, temos quatro requerimentos – está certo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Até do nosso Relator. Não estou me opondo, está certo? Tocamos isso.

Um critério que eu queria estabelecer é... Ninguém está se opondo a vir depor na CPI. Todo mundo, até pelas informações que eu tenho, todos que foram chamados estão vindo, estão sendo convidados e estão vindo.

Naquele dia da sessão que foi *online* e presencial, a gente aprovou – eu acabei passando batido – quatro requerimentos que foram de convocados. É a primeira vez na CPI, durante todos os requerimentos, que nós aprovamos a convocação. Eu conversei com V. Exa. e solicitei que a gente transformasse isso, por iniciativa dos próprios proponentes... Eu tinha feito, inclusive, por minha iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Nós conversamos sobre isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... mas a minha avaliação estava equivocada. Então, por iniciativa dos próprios proponentes, que a gente transformasse todos em convites. Se, por um acaso, alguém começa com "Ah, não vou!", você tem a minha aprovação aqui para, em seguida, a gente fazer a convocatória.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está certo? Nós temos isso. Mas eu acho que não há necessidade ainda de a gente ir para essa questão da convocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você, na última reunião, reverteu o...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Um que foi a seu pedido, porque tinha sido...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas tem mais o 92, o 94 e o 95. Foi convertido o 93.

Então, eu estava pedindo para que a gente pudesse... Pode ser hoje ou pode ser na próxima, como as pessoas não estão sendo convocadas, só para a gente estabelecer, para ver se a gente estabelece isto como critério, o convite. Caso não venha, aí tudo bem! Aí, a gente faz esse procedimento.

E, com relação aos outros quatro, sem problemas.

E acho, Presidente e Relator, como nós já estamos num tempo da CPI e tem muitas diligências e tem muitos requerimentos aprovados já de convite e tudo, eu acho que a gente precisava fazer uma conversa, que não é hoje no depoimento...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... mas uma conversa da CPI, dos membros só da CPI, para a gente acertar mais essa dinâmica aí do trabalho, porque, senão, daqui a pouco, a gente tem pouco tempo para poder fazer muita coisa que já está aprovada por nós, inclusive. Tem muito requerimento aprovado por nós e que a gente pode, depois, não ter tempo para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Beto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, só uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu peço a compreensão dos colegas, principalmente do Senador Beto, porque eu acho que não vai alterar nada, é só uma questão aqui da dinâmica: o Deputado Ricardo Salles, que de pronto veio à CPI, tem a CPI do MST, que começa às 14h. Então, excepcionalmente hoje, Presidente, seria interessante passar a palavra logo para o depoente, para a gente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Então, só uma garantia para mim. Nós não teremos requerimentos extrapauta. São só aqueles quatro, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não tem... Extrapauta não, mas tem... Deve ter em algum requerimento?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se não tiver, se forem só aqueles quatro, aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só tem os três dele? *(Pausa.)*

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim, são quatro. Só isso!

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E, Beto, tem requerimentos também do Senador Bittar, que nós vamos no final...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ele está falando desses.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Os quatros...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza! Então, concordando, a gente vai seguir levando tranquilamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, e quanto a isso, a gente vai sim, até porque temos que definir o nosso primeiro deslocamento, que vai ser para São Gabriel da Cachoeira. Vamos nos reunir em Pari-Cachoeira com oito etnias.

Com a palavra, então, o nosso convidado, o Deputado Federal Ricardo Salles.

O senhor, como convidado, Deputado, vai ter tempo de expor com tranquilidade, sem afobação, está bom? Fique à vontade! O senhor aqui é nosso convidado.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Plínio Valério; Relator, Senador Marcio Bittar, em nome dos quais cumprimento a todos os Senadores. Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI tem um papel fundamental de trazer luz a um assunto que, já há muitos anos... Isso não vem do Governo Bolsonaro, não é deste mandato do Lula. Ele vem de lá de trás, desde a época do Fernando Henrique Cardoso. Há um afluxo muito grande de entidades do terceiro setor para a Amazônia, parte dessas entidades com ligações estreitas com grupos ligados a igrejas – não só à Igreja Católica, mas outros grupos. Essas entidades, algumas de origem nacional, sobretudo do Sudeste, mas a maioria das iniciativas que fluíram para a Amazônia decorrem de esforços internacionais, ao aliar-se com representantes aqui no Brasil, quer seja de partidos políticos, de membros da academia, de representantes de órgãos ambientais estaduais e até federais e municipais. Enfim, há uma gama de autoridades que se uniram com o recurso internacional para desenvolver atividades na Amazônia.

Que atividades são essas? Quando a gente escuta falar de ONG, Senador Plínio Valério, a primeira imagem que vem à cabeça das pessoas, em média, evidentemente, é de um propósito com um tema ligado aos chamados direitos difusos, ou seja, a defesa de temas de direitos humanos, meio ambiente, minorias, mas não é só isso. Tem isso, evidentemente, mas não é só isso que foi migrando para a Região Amazônica. Uma série de atividades ligadas à "pesquisa" – pesquisa muito entre aspas – de recursos naturais e biodiversidade que nós temos no nosso território na Amazônia. Essas pesquisas, algumas delas com o fito realmente de pesquisar pela ótica acadêmica, mas outras conhecidas da Amazônia muito mais ligadas à obtenção de informações comerciais e estratégicas ligadas aos recursos naturais brasileiros.

Isso não é de hoje, basta ler os livros que existem há muitos anos relatando o bastidor do que acontece no âmbito das ONGs no Canadá, nos Estados Unidos, na Europa. Então, esse esforço em empenhar recursos financeiros, recursos humanos e dedicar uma estratégia à Amazônia para os diversos fins que nós estamos tratando aqui, isso vem de muito tempo e não é negado pelas autoridades, pelos grupos estrangeiros. Aliás, não tem como negar. As questões são evidentes, constam de relatórios, Governo da Noruega, Governo do Canadá, departamentos da União Europeia. Portanto, são temas praticamente incontestáveis e que não trazem consigo nenhuma controvérsia – evidentemente, para além de temas de segurança nacional, que não é o objeto aqui.

Para onde que isso começa a resvalar no objeto desta CPI? – se eu entendi bem aquilo que se pretende. É que, desde Fernando Henrique, há um envolvimento muito intenso, que ora está mais intenso, ora é menos intenso, mas há um grande envolvimento das autoridades governamentais federais, sobretudo na área de meio ambiente, mas não só, ligado a essas entidades estrangeiras que operam na Amazônia, e também ligado, um pouco depois, às brasileiras que se formaram, mas muitas delas com ramificações lá fora.

É importante deixar claro, Senador Marcio Bittar, que as pessoas envolvidas nesse tema são praticamente as mesmas desde a época do Fernando Henrique Cardoso. Perpassaram dois mandatos do Lula, um mandato e meio da Dilma, o meio mandato do Michel Temer e os quatro anos do Bolsonaro, e estão aqui, nesses seis, oito primeiros meses do mandato do Presidente Lula. Nós podemos fazer aqui uma lista de vinte, trinta, quarenta figuras públicas, umas mais conhecidas, outras nem tanto, que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revezam em posições que são ora em cargos públicos – seja ministro, secretário, secretário de Estado, secretários municipais –, ora em entidades do terceiro setor – ONGs, portanto –, e ora na academia e, mais recentemente, no setor privado. Antigamente, havia uma menor intersecção com o setor privado. Talvez, de dez anos para cá, essa intersecção tenha aumentado.

Por que esse dado é importante, Senador Zequinha? Porque aqueles que, num dado momento, estavam na academia produzindo textos, sob encomenda ou com fito predeterminado, para atingir um determinado objetivo, vão para o governo de determinado estado ou o Governo Federal. Aqueles que estavam no Governo Federal migram para as ONGs, e os que estavam nas ONGs vêm para a academia ou voltam para a academia. E essa ciranda dos mesmos nomes se retroalimenta a todo momento. E por que isso é de fundamental importância? Porque um legitima o outro, um dá dinheiro para o outro, um cava oportunidade para o outro atuar. E, assim, a coisa vai levando. Isso é de fácil identificação.

Eu vou dar um exemplo concreto e presente. Nos dois anos e meio em que eu fui Ministro, nos quatro anos do Governo Bolsonaro, uma das entidades do terceiro setor, uma das ONGs do terceiro setor, que mais financiou inclusive jornalistas a participarem de seminários internacionais, cobertura de COP, cobertura de determinado evento, ou seja, financiaram esse movimento todo, foi uma entidade chamada iCS (Instituto Clima e Sociedade). Quem era a grande articuladora e financiadora do iCS? Uma senhora que hoje está no Ministério da Marina, chamada Ana Toni.

Vários integrantes do Ministério do Meio Ambiente em gestões passadas – na nossa não, mas em gestões passadas – voltaram para a academia. Cito um exemplo: pesquisador da Universidade Federal de Viçosa que indevidamente pegou dados do Ministério da Agricultura relativos ao manifesto de transporte, a GTA, a guia de transporte animal, dados de desmatamento... Esses dados da GTA, é bom deixar claro, são dados sigilosos do Ministério da Agricultura: quem vende, quem transporta, de onde vai, para onde vem, e assim vai. Cruzou esses dados e divulgou ao público internacional para atacar a pecuária brasileira, um dos pilares da nossa economia, usando o argumento, em consonância com dados de desmatamento, para dizer: "Veja como a pecuária brasileira é um dos principais motores de propulsão do desmatamento". E, não por coincidência, não por coincidência, a ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira era – não sei se ainda é – a responsável na ONU pela campanha mundial de redução do consumo de carne, quer dizer, vejam como as coisas se entrelaçam. Funcionário do Ministério do Meio Ambiente vai para a Universidade de Viçosa, com dinheiro internacional de uma ONG, faz uma pesquisa para atender o que defende a Izabella Teixeira na ONU, com dados que não poderiam ter sido usados nem divulgados – que é a GTA.

Esses são alguns dos exemplos – tem muitos outros – de uma sistemática que vem, desde então, acontecendo, Senador, de quem está no Governo arranjar um jeito de mandar dinheiro para pesquisa do seu colega que, no momento, está na academia; o seu colega, que está na academia, por sua vez, produz, sob encomenda, uma série de estudos, de pareceres, de teorias – eu vou chegar talvez à mais famosa delas que é a farsa do *tipping point* –, textos acadêmicos, estudos, pareceres para sustentar a visão política





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqueles que estão no Governo e a visão econômica daqueles que, se dizendo defensores de causas muito relevantes, não agem com tamanho desprendimento na hora de perceber, receber recursos públicos, quer sejam recursos públicos diretamente ou numa outra modalidade, Senador Marcio Bittar, que é talvez a mais dissimulada, a mais astuciosa modalidade de fazer de conta de que não é financiado com dinheiro do Governo ou, pelo menos, com dinheiro sob a responsabilidade do Governo... Qual é essa modalidade, Senador Plínio? São os recursos internacionais de diversas fontes, Banco Mundial, USAID, GIZ, KfW, uma série de organismos internacionais ligados à ONU, FAO, etc., cujos líderes lá fora, inclusive o Secretário-Geral da ONU, fazem grandes estardalhaços quando dizem que vão mandar dinheiro para salvar a Amazônia, biodiversidade, isso, aquilo outro... O que eles não contam é que, depois que eles fazem a divulgação desse suposto recurso para essas finalidades, o recurso vem carimbado para projetos que eles querem que sejam feitos, através de ONGs que eles dizem que têm que executar, cujos amigos são os administradores dessas ONGs ou pesquisadores ou consultores que recebem salários bastante significativos. Nós encontramos casos, quando analisamos o Fundo Amazônia, de pesquisadores que ganhavam R\$30 mil, R\$40 mil por mês. Quando davam entrevista, diziam: "Não, nós estamos aqui cuidando do meio ambiente, não temos nenhum interesse". Bom, claro que não têm nenhum interesse. Ele ganha 40 paus por mês, salário de Ministro!

Senador, esses recursos que vêm de fonte estrangeira vêm já desenhados para sustentar essa máquina interna brasileira que é, por sua vez, o *longa manus* do que querem esses grupos estrangeiros em relação ao Brasil.

Por que as ONGs não atuam tão firmemente...? As ONGs internacionais e as entidades internacionais ligadas à ONU sobretudo, mas não só... Eu já disse aqui: GIZ, KfW, Banco Mundial, USAID, várias. Por que essa turma, praticamente, não financia, não procura, não age com relação ao Pampa? Está aqui o Deputado Zucco, Presidente da CPI do MST. Por que não tem projetos internacionais relevantes para preservar o Pampa gaúcho? Por que não tem projetos internacionais relevantes para preservar o Pantanal? Por que não tem projetos relevantes – têm alguma coisa – na Mata Atlântica? Mas não muito relevantes, tem algumas coisas do WWF, do TNC...

Antes que digam que eu estou demonizando todas as ONGs, há ONGs que fazem bons trabalhos. E há bons profissionais dentro dessas ONGs. O problema é que não são os que mais aparecem, não são os que mais relevância têm nesse meio. Com isso, acabam tendo a sua imagem manchada pelos que sabem manejar muito bem os recursos, as pressões políticas e todo esse emaranhado de relações indevidas no Brasil e no exterior.

Quando o dinheiro é eminentemente privado, não estando ele financiando algo ilegal, a medição de efetividade, Senador Marcio, é praticamente irrelevante para o poder público. Se alguém ou um grupo de pessoas, no Brasil e no exterior, quer financiar um determinado projeto, e esse projeto, por sua vez, não fere a Constituição brasileira, não fere a lei brasileira, mas, ainda assim, não tem efetividade, é direito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles financiar o que quiserem. Cada um faz o que quiser com o seu dinheiro. Entretanto, quando esse dinheiro passa pelos órgãos governamentais e passa com esta carinha, com esta aparência de bom-mocismo: "Olhe só, a GIZ vai financiar tal iniciativa do Governo brasileiro", "O KfW vai dar não sei quantos milhões para o Brasil fazer isso, isso e isso" ou "O Fundo Amazônia vai receber não sei quanto"... Aliás, disseram que ia receber não sei quantas dezenas de milhões de janeiro para cá, e, até agora, nada. Mas o problema é que, quando eles fazem isso – e o Fundo Amazônia é um caso típico disso –, as autoridades internacionais, sobretudo governamentais... O que elas estão fazendo? Estão se escondendo atrás do Governo brasileiro para conseguir uma espécie de chancela de idoneidade ou legalidade ou incontestabilidade desse recurso que é doado e até mesmo, em certos casos, como é o caso da Noruega, do contribuinte norueguês, para lavar as mãos e dizer: "Olhe, se houve desvio, não tenho nada a ver com isso; foram eles que usaram mal", "Se houve falta de eficiência, não tenho nada a ver com isso, eu dei o dinheiro para o Governo brasileiro".

Vejam o paradoxo: eles, supostamente, dão dinheiro para o Governo brasileiro, mas não abrem mão de dizer como esse dinheiro tem que ser usado e para quem esse dinheiro deve ser mandado.

Foi exatamente isso que aconteceu na discussão do Fundo Amazônia. Ao contrário da narrativa estabelecida na imprensa, em nenhum momento, o Governo do Presidente Bolsonaro disse: "Eu não quero mais dinheiro no Fundo Amazônia". Ao contrário, muito pelo contrário!

Nós fizemos um levantamento, Senador Plínio, Senador Jaime, de quanto o Brasil tem de créditos de carbono, digamos assim, *lato sensu* – depois, eu vou entrar nas especificidades –, de quanto o Brasil tem de créditos de carbono para receber. E a conta é muito simples. Quando começaram essas discussões sobre mudança climática e esses temas de crédito de carbono, de mudanças climáticas com auxílio financeiro para que os países em desenvolvimento ajudassem a resolver um problema criado e, atualmente, ampliado pelos ricos... Aliás, eu li hoje num jornal insuspeito, na *Folha de S.Paulo*... Está lá a matéria dizendo que a variação de temperatura, o calor está fazendo com que os países ricos – Estados Unidos, Europa e até China – aumentem substancialmente a queima de combustíveis fósseis, que é a principal causa, por outro lado, da emissão de gases de efeito estufa, quer dizer, eles reclamam do Brasil e de outros países de floresta tropical ações para mitigar a questão climática, mas eles próprios são os verdadeiros responsáveis pelo dano causado através da queima de combustíveis fósseis.

É importante lembrar, Sras. e Srs. Senadores, que quem fez a Revolução Industrial, lá no início do século XIX em diante, foram os países ricos – a Alemanha, a Inglaterra, logo em seguida os Estados Unidos, o Japão. Eles cortaram as suas florestas para fazer dormente de ferrovia, carvão de locomotiva, indústrias rodando, com as suas caldeiras. Eles acabaram com as suas florestas para poder fazer a Revolução Industrial, ficaram ricos com isso. E mais do que isso: a utilização intensiva de combustíveis fósseis derivados de petróleo é de responsabilidade desses países.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não custa lembrar a todos os presentes que dos 100%... É importante dizer o seguinte: do ponto de vista histórico, a responsabilidade é toda dos países ricos. O Brasil não tem nada de responsabilidade. Enquanto eles estavam fazendo Revolução Industrial, o Brasil era um país agrícola, com população vivendo só na faixa litorânea, praticamente sem nenhuma emissão – zero. Então, historicamente, o problema é deles. Eles criaram esse problema, historicamente. Para além do "historicamente", Senador Plínio, o momento presente, que, obviamente, não diz respeito a hoje, diz respeito aos últimos 50 anos, mas, hoje, hoje, com todos esses movimentos internacionais falando, o Secretário-Geral da ONU, com essas manifestações catastróficas e totalmente hipócritas, dizendo que o mundo tem que fazer tal coisa, mas a conta, nas costas do Brasil... "O mundo tem que fazer tal coisa", a conta nas costas do Brasil! De 100% das emissões globais hoje... Se você bater uma fotografia hoje, de 100%, são 30%, China; 18%, Estados Unidos – estou falando números gerais –; 17%, União Europeia; 7%, Índia; 5%, Rússia. O Brasil é quanto? O Brasil é 2,9%, quer dizer, nós somos dez vezes menos do que a China, nós somos seis vezes menos do que os Estados Unidos e cinco vezes menos do que a União Europeia.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Deputado, repita, só para eu atualizar os meus...

O SR. RICARDO SALLES – Senador Zequinha, eu estou arredondando os números: 30%, China; 18%, Estados Unidos; 17%, Europa; 7%, Índia; 5%, Rússia; e Brasil é 2,9%. Portanto, não é papel do Brasil vestir máscara de culpado por mudança climática.

E por que esse tema é importante para esta CPI? Porque é incutindo um sentimento de culpa nos brasileiros, culpa essa que nós não temos, mas é incentivando e incutindo esse falso sentimento de culpa que eles nos enfiam goela abaixo todos esses projetos, todas essas ONGs, todas essas restrições, como se nós fôssemos o culpado por algo que eles criaram e que eles estão ampliando.

É importante lembrar que, para além desses percentuais, que já são por si só bastante relevantes para mostrar que não somos nós os culpados, dos 2,9% a que o Brasil responde, dentro dos 100% de emissões atuais, só metade, portanto, 1,45%, se refere a desmatamento e a mudanças, a transformações de áreas de vegetação nativa em agricultura ou pecuária. Os outros 1,45% são questões urbanas, de infraestrutura, de transporte que não têm nada a ver com desmatamento. E, mesmo dentro do desmatamento – é importante dissecar esses números –, mesmo dentro do 1,45% ligado a desmatamentos ou a mudanças do uso da terra, uma boa parte disso... Nós não temos o número exato, mas podemos asseverar, sem risco de errar, que uma boa parte disso se refere às áreas em que o Código Florestal brasileiro autoriza que haja supressão de vegetação para fins de produção agrícola, Código Florestal esse que nenhum país do mundo tem, nenhum! Nem de longe! Se você aplicar o Código Florestal nos Estados Unidos, é guerra civil, e, na Europa, então, se tiver que destruir área de preservação permanente com construção, não sobra nada da Europa, é tudo APP, tudo, ou seja, eles nos impõem uma série de culpas, uma série de pesos na consciência, uma série de medidas, que alguns compram no Brasil por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecimento, outros comprem por narrativa política, e alguns, e não são poucos esses alguns, comprem nessa narrativa ou disseminam essa narrativa, Senador Marcio, para ganhar dinheiro.

Eu me lembro, enquanto nós estávamos no Governo, da primeira COP em que eu estive, em 2019, na Espanha – ela ia ser no Chile, e, em razão daquelas confusões do Chile, foi transferida para Madri. O Brasil estava sendo rotulado como culpado pelo fracasso da COP anterior, em Katowice, na Polônia. Por quê? Porque – eu mencionei rapidamente agora há pouco e vou me aprofundar mais –, entre os diversos acordos, rubricas e compromissos internacionais de 2005 em diante... Você tem lá a Convenção do Clima; o sistema REDD+, que é o sistema de redução de emissões de desmatamento, emissões evitadas; você tem o próprio Acordo de Paris; tem uma série de mecanismos, o Protocolo de Quioto... De 2005 em diante, os países ricos começaram – começaram muito incipientemente – a pagar e a financiar projetos de redução de emissão, inclusive na indústria. E o Brasil se utilizou de muitos desses projetos e certificou esses projetos, provou que eles foram feitos, e foram bem feitos, e o que cumpria aos países ricos, de acordo com aquela discussão em Quioto em diante, era justamente financiar, Senador, esses projetos.

Esses projetos tinham... Mais ou menos, a ordem de 250 milhões de toneladas de carbono foi paga. O total era de cerca de 450. Eu não lembro se esse número está correto porque faz muito tempo. O Brasil ficou sem receber, de todos os 450 ou 480 milhões de toneladas evitadas que o Brasil certificou, portanto coisas que foram feitas, o Brasil ficou sem receber quase metade.

Aí, veio a crise de 2009. A Europa, sobretudo, parou de financiar esses projetos e passou a comprar créditos ou financiar projetos análogos, mas somente de países africanos. E o Brasil morreu na praia com esses créditos.

O Itamaraty, por outro lado, bastante aparelhado por esses grupos de ONGs e entidades, um nível de aparelhamento altíssimo, brigava nas COPs e nas reuniões, de certa forma respaldando um certo *lobby* de alguns setores industriais, brigava nas COPs para que não avançasse a discussão de regulamentação do Acordo de Paris, sobretudo dos artigos 6.2 e 6.4, relativos ao Acordo de Paris, se não houvesse o resgate, Senador Marcio, daqueles créditos lá de trás de 2005 em diante e que pararam em 2009, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Nós chegamos em Madri, e todos os embaixadores e ministros de meio ambiente dos países mais relevantes foram conversar conosco e disseram "olha, o Brasil foi quem empatou a última negociação por causa do CDM", que é o MDL em português, "o que vocês podem fazer para ajudar?" Eu falei "não, nós vamos abrir mão disso. Nós não queremos. Pode tocar". Dava uns US\$2 bilhões de crédito, mas que já tinham se transformado em crédito podre. Coisas de 15 anos antes. Ninguém ia pagar isso.

Por outro lado, isso estava servindo de pretexto deles para não nos pagar o que a gente tem de crédito. Quanto nós temos de crédito? Vamos calcular aqui, números gerais. Para além do MDL, que dá US\$2 bilhões, nós temos um volume de crédito de carbono evitado no sistema REDD+, tudo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilizado pela UE UNFCCC, que é o braço da União Europeia que monitora os assuntos de mudança climática e tal, onde está o painel do IPCC e tal... O Brasil tem determinado volume de crédito de carbono evitado lá que, se multiplicado não pelos US\$5 que eles querem enfiar na nossa garganta, US\$5 a tonelada, mas, se nós praticarmos, Senador Marcio, os US\$40 que os países europeus praticam entre si... Veja o protecionismo dos ricos! Para nós, US\$5, quando vem; para eles, entre si, US\$40. Se nós praticarmos os US\$40 que eles praticam – ou praticavam, não sei como está agora –, nós teríamos um crédito aproximado de US\$360 bilhões, US\$340 bilhões. Já temos esse crédito. Esse dinheiro está lá. "Ah, mas é voluntário!" Está bom, é voluntário, mas está lá. Ou seja, nós já fizemos o dever de casa. Já está feito. E eles ficam nessa narrativa de "Ah, vocês fazem primeiro; a gente paga depois". Não!

Chegou uma hora em que nós dissemos: "Vocês pagam primeiro e a gente continua depois. Aqui é sentou, sorriu, a conta dividiu. Nós estamos vindo aqui para resolver um problema climático que vocês criaram, que vocês estão ampliando e vocês querem colocar essa conta com os países em desenvolvimento, sobretudo com o Brasil".

Então, veja, nós temos os créditos do MDL, temos os créditos do sistema REDD+, nós temos um percentual, que não é menos de 10%, certeza, dos US\$200 bilhões que foram prometidos anualmente para os países em desenvolvimento pelos ricos...

Qual foi o canto da sereia no Acordo de Paris, Senador Plínio? "Olha, nós somos ricos, mas nós temos dinheiro. Nós não temos condição de melhorar nossas emissões no limite que a gente precisa, então, a gente vai ajudar os países ricos a preservar, já que nós estragamos o clima, e vocês vão nos ajudar a arrumar a besteira que nós fizemos, mas nós vamos pagar por isso".

Esse era o espírito do Acordo de Paris. Só que esse espírito só foi cumprido na parte que diz respeito às nossas restrições, ao prejudicar o Brasil e os outros países em desenvolvimento. No que diz respeito a pagar, que era a obrigação deles: Hã-hã, negativo.

Os dois artigos do Acordo de Paris, Senador Marcio, cuja regulamentação é essencial para o pagamento desses créditos, vinham sendo... No ano passado, se eu não estou enganado, eles liberaram o 6.4, que diz respeito às negociações privadas. De tal sorte que disseram: "Olha, mercado voluntário, cada um faz o que quer. Vamos liberar esse troço aqui". Agora, o mercado governamental, que é o grosso das transações, que é o artigo 6.2, negativo, não teve acordo. Pô, mas não teve tempo ainda de fazer esse acordo? O Acordo de Paris é de 2015, nós estamos em 2023, oito anos depois!

O que é isso? É a estratégia dos países ricos que mantêm as ONGs que atuam no Brasil. Não regulamentam o artigo de Paris, o 6.2 do Acordo de Paris, mas querem, por outro lado, impor toda a sorte de restrições ao Brasil. E, o pior, segmentos do nosso país, seja por desconhecimento, por má-fé ou por interesse econômico, dão eco a esse tipo de pressão indevida no nosso país, sobre o nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é que nós não devemos ter boas práticas ambientais, não é isso! Mas nós não temos que deixar que outros venham aqui ditar regras para nós enquanto eles continuam sendo os principais culpados pelos problemas ambientais globais, quer seja poluição de oceanos, poluição do ar, poluição do solo e emissões de gases de efeito estufa.

Aliás, o principal problema é da China e nenhum país tem coragem de falar nada porque morre de medo da China. A Europa é um monstro para falar do Brasil e é um pigmeu para falar dos chineses, tem todo o tipo de acordo comercial pelas costas com a China, dependem da China para tudo. Então, a braveza, a bravura europeia é só sobre o Brasil, com relação à China, *bocca chiusa*, ninguém fala nada. Os Estados Unidos, neste Governo do Biden, estão bem parecidos com a Europa.

Então, vejam, senhoras e senhores, essas coisas não acontecem por acaso, Marcio, não acontecem por acaso.

Essa grande onda de pressão internacional sobre o Brasil, sobretudo nos quatro anos do Bolsonaro, que ousou enfrentar esse tipo de coisa, que ousou colocar a conta sobre a mesa e falou: "Agora vocês vão. Chega de lero-lero, chega de calote no Brasil, chega de calote nos países em desenvolvimento. Não quero mais saber o que vocês estão falando aí na Europa. Eu quero que vocês paguem o que vocês estão devendo. Enquanto não pagar, não me interessa o que você pensa, não me interessa.... Não interessa".

Só que, através das ONGs, da academia e de uma série de meios de comunicação – como eu disse, alguns por desinformação, outros por má-fé e outros por interesse econômico, porque estão ganhando dinheiro com isso –, ao invés de defender os interesses reais do Brasil e dos brasileiros, eles não fazem.

Eu me lembro que, quando o John Kerry assumiu como enviado especial para o clima, do Presidente Biden, na semana que ele assumiu, nós tivemos uma conversa por telefone; e, a partir dessa conversa, tivemos mais umas quatro reuniões, inclusive com o número dois dele, que é uma pessoa muito competente, muito objetiva, muito clara, que é o Jonathan Pershing. E nós dissemos: "Olha, são problemas diferentes: desmatamento no Cerrado é por um motivo, desmatamento na Amazônia é outro motivo". O do Cerrado é porque o Código Florestal autoriza que os proprietários de terras no Cerrado, que são terras com grande potencial de produção agrícola e pecuária, sobretudo agrícola, devem manter reserva legal de 35%, ou seja, os outros 65% é direito do proprietário produzir. E se ele não for produzir, alguém tem que pagar. Para você falar... Aliás, a Europa faz isso. A Inglaterra, por exemplo, tem nas *wetlands*, nas áreas inundadas, exatamente esse modelo de pagar para os proprietários nada fazerem nessas áreas. Só que, no caso deles, eles pagam. Os agricultores franceses recebem. Os americanos também. Com os brasileiros não; eles querem que os brasileiros façam na faixa, de graça, para ajudar a resolver um problema que eles criaram. Este é o problema do Cerrado: potencial de agricultura e direito de explorar 65%. Portanto, nada mais natural que os proprietários o façam. E se quiser que eles não façam, tem que pagar o que nós criamos no Governo, que é o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais). Que é a coisa mais normal do mundo, o mundo inteiro tem, e aqui não havia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Amazônia é um pouco diferente.

Estou aqui ao lado de dois Senadores da Amazônia. Portanto, não quero ensinar pai-nosso para o vigário aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Todos os principais estão aí.

O SR. RICARDO SALLES – Bom, é verdade, todos os cinco.

Mas o fato é que o desmatamento da Amazônia tem outra origem, tem outra conotação, outros motivos. Claro que não é para os Senadores esse dado. Vou trazer aos demais que estão na audiência. Mas a Amazônia é do tamanho da Europa Ocidental, tem 25 milhões de brasileiros, é a região mais rica do planeta, em termos de recursos naturais. De tudo que você olhar a Amazônia tem mais: mais água doce, 10% da água doce do planeta está na Amazônia; a maior biodiversidade do planeta é a Amazônia; a maior quantidade de madeiras nobres do planeta, Amazônia; reservas de minério de ferro, Amazônia; ouro, Amazônia; diamante, Amazônia; manganês... Tudo. Então, você tem biodiversidade, madeira, minérios, recursos minerais de toda sorte, inclusive petróleo – está aí a discussão da Foz do Amazonas –, você tem 25 milhões de brasileiros vivendo naquela região, porém, o pior Índice de Desenvolvimento Humano do país. Ao contrário do que as pessoas do Sudeste, do Sul e até de parte, mais para baixo aqui, do Centro-Oeste, às vezes imaginam, a região mais pobre do Brasil não é o Nordeste, é a Amazônia. Os piores índices de saúde, de falta de saneamento, de má educação e de moradia precária estão na Amazônia.

Então, você tem uma população sentada em cima de um tesouro de recursos naturais, mas essa população é a população mais pobre do país. E o Sul e o Sudeste se alinham à turma de Nova York e da Europa para dizer: "Olha, continuem vivendo na miséria! O importante é que vocês não encostem na floresta. Se você morrer de fome, se seu filho não tiver saúde, se você continuar morando nessas palafitas, em Manaus ou em Belém, é problema seu, mas não encosta na floresta".

Essa é a visão mais estúpida e irrealista que pode haver: você colocar 25 milhões de pessoas com o pior IDH do Brasil, em cima da região mais rica do país e dizer para essas pessoas: "Morrão de fome, mas não encostem na floresta", isso não vai acontecer.

Não aconteceu no passado e não vai acontecer nunca.

Ou o Brasil adota uma postura madura e cria procedimentos e protocolos para que se utilizem os recursos naturais, se utilizem os recursos de madeira, de minério, minerais, adequadamente, com planejamento, com um licenciamento ambiental realista, ou vai ser feito de qualquer jeito, como tem sido feito desde sempre.

Eu tenho inúmeras histórias, algumas delas, inclusive, patrocinadas pela visita que o Senador Marcio Bittar organizou, que mostram muito bem esta realidade. Nós fomos ao Acre, a Bancada do Acre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase toda – não é, Senador? –, entre Senadores e Deputados. Fomos a Xapuri, onde viveu o Chico Mendes, onde morreu o Chico Mendes. Inclusive, fomos à casa do Chico Mendes e fomos também à Reserva Extrativista Chico Mendes, que, se não me falha a memória, tem 900 mil hectares, onde moram cerca de quatro, cinco mil pessoas. O número é meio controverso, ninguém sabe ao certo – berço da Marina Silva, do Chico Mendes e de toda aquela turma lá. Eu pedi ao Senador Marcio, falei: "Vamos lá na Resex Chico Mendes?". Achei que ia apanhar lá, não é? Imagina! Ministro de Bolsonaro, antiambiental, destruidor da floresta e tal, etc. "Vou lá". Chegamos lá, tinha uns 200 líderes das respectivas famílias que moravam lá – me corrijam se eu disser alguma imprecisão aqui. Qual foi a posição dos líderes das famílias que moram dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes?

Vou resumir. Eles disseram: 1) eles odeiam a Marina; 2) eles odeiam o ICMBio. E por quê? Porque eles estão sendo usados como narrativa política da história da florestania, dizendo que as pessoas têm que viver na Amazônia, dos frutos que eles colhem na floresta, do látex, do açaí, da castanha do Pará. Só que ninguém quer viver disso. Só quer viver disso quem nunca foi lá.

As empresas do Sul e do Sudeste – sobretudo de cosméticos – que vivem falando de Amazônia, de preservação da Amazônia, de sistemas agroflorestais e tal, no fundo tiram vantagem desse pessoal. O sujeito passa o dia inteiro carregando sacos de castanha do Pará nas costas, para vender a R\$20 o saco, para o sujeito vender um creme deste tamaninho, em Nova York, por US\$200. E o coitado, miserável, mora lá numa situação totalmente precária, sem saúde, sem educação, sem alimentos, sem nada, sem nenhuma perspectiva de melhora.

Inclusive, a reclamação que eles tinham, uma das, sobre o ICMBio era a de que não obstante a legislação lhes permita usar uma parte da área da Resex para produção de determinados itens que não sejam conflitantes com a preservação ambiental, o ICMBio nunca autorizou essas pessoas a usarem. O que eles queriam, conversando conosco? Disseram: "Nós queremos usar menos de 10% da reserva para ter um pouco de café, um pouco de piscicultura e um pouco de gado de leite, porque com esses três produtos a gente consegue auferir uma renda que vai nos permitir viver muito melhor".

Pediram inúmeras vezes que o ICMBio os autorizasse a fazer isso. E o que o ICMBio fez? Negou. Ou, pior ainda, ignorou os pedidos dessas pessoas durante anos. Isso é uma covardia sobre as pessoas da Amazônia.

Quem é que respalda esse tipo de atitude radical, irracional, criminosa? As ONGs. As ONGs é que cooptam funcionários do ICMBio, do Ibama, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto Goeldi e põem essa turma toda para ficar produzindo narrativas contra qualquer tipo de investimento mais racional na Amazônia, contra qualquer tipo de utilização racional dos recursos naturais da Amazônia, financiando protestos, financiando entrevistas lá fora, mandando gente aos seminários internacionais para falar mal do Brasil, enquanto a população vive na miséria! Não estão nem aí para as pessoas. O ser humano, para essa turma, é o último item da pauta de prioridades. O ser humano, inclusive, é o inimigo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ser humano, Senador Marcio, é considerado por muitos destes como um ser indesejado no ambiente da floresta.

Eu me lembro de que, em Washington, quando nós estivemos em um dos *roadshows* para conversar com a imprensa, com autoridades governamentais, com ONGs, teve um grupo de editores de um jornal – que eu não vou dizer quem é para não cometer aqui uma indiscrição...Um dos editores – o sujeito é responsável por um dos jornais mais influentes do planeta!

Num determinado momento, eu contando essa história, ele disse assim: mas deixa eu fazer uma pergunta, se as pessoas têm esse problema todo lá, por que vocês não tiram eles de lá? Eu falei: o quê? Eu vou trazer aqui para Nova Iorque, para Washington. Vocês vão hospedar aqui na 5ª Avenida, 25 milhões de brasileiros.

Eu quero ver quem está disposto a sair do seu apartamento de US\$50 mil/m² para hospedar o pessoal aqui para viver fora da Amazônia então. O sujeito ficou... Zequinha, um absurdo o cara falar isso. Então, você vê que o ser humano para essa gente é considerado um estorvo, um estorvo.

E digo mais. Essa falsa narrativa de que as ONGs, sobretudo as ligadas aos indígenas, o ISA, a Apib, não sei mais quem, o que eles fazem? Usam o indígena, usam. O indígena é um pretexto para eles ganharem dinheiro e poder político. Não é muito diferente do MST com relação aos coitados dos sem-teto.

Usam as pessoas, usam a miséria alheia, usam a ignorância dessas pessoas para manipular. E um dos exemplos que eu dou, tenho inúmeros. Nós fomos a Cruzeiro do Sul. Senador Marcio, os demais Senadores do Acre, Deputados. Nessa mesma viagem de Xapuri, levaram-nos ao norte do Acre.

Esperidião.

Levaram-nos ao norte do Acre, Cruzeiro do Sul, justamente para ver o local onde estava havendo uma certa polêmica de continuidade de uma estrada federal, BR-364. A BR-364 termina numa unidade de conservação federal chamada Parque Nacional da Serra do Divisor. E lá, termina a estrada, do outro lado é o Peru. E a discussão que havia era se a estrada ia continuar ou não ia.

A ONGs dizendo aqui em Brasília, no Sudeste, na imprensa que essa estrada era um absurdo, que ia estragar a vida dos indígenas, ia passar em cima do solo sagrado dos poianauas. Nós fomos lá. Fomos lá, os poianauas nos receberam. Os 11, acho que eram 11, Marcio me corrija. Os 11 chefes das famílias dos clãs lá, enfim, das tribos dos poianauas fizeram, Senador Plínio, uma apresentação muito bonita para nós, com dança, música, tinha uma oca gigante lá e tal. Tudo quanto era imprensa cobrindo a viagem.

Aí, chegou na hora de eles falarem. Os dez primeiros leram o manifesto em que eles não só diziam que queriam a estrada, como a estrada ia trazer para eles muito melhores condições de vida porque era no Peru e não no sentido do Acre, no sentido do interior do Brasil, onde estavam as oportunidades, os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores hospitais, os locais para escoar a produção de produtos artesanais e agrícolas que eles tinham na aldeia. Ou seja, eles queriam a estrada. Quem não queria era o ISA, essa turma toda.

O último dos 11, Fernando Poianaua, eu não esqueço, bem mais jovem que os outros líderes, leu o manifesto mais ou menos assim: Sr. Ministro, nós, indígenas, acreditamos na autodeterminação dos povos. Queremos defender o planeta das mudanças climáticas.

Temos enorme preocupação com a perda da identidade indígena. E assim vai.

Eu falei: esse cara não escreveu esse discurso mas nem a pau.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – Aí, acabou a apresentação, chamei o Coronel Fortes, que está aqui, trabalha comigo e estava lá: eu quero bater um papo aí com o sujeito.

O cara tinha ido para um seminário das ONGs, e tinha uma moça, inclusive, dessas ONGs lá que tinha ajudado o cara a fazer o discurso. Quer dizer, os dez que puseram ali o seu coração, o seu sentimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – Não, fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – É, eu acho que eles fizeram, e ele leu, não é? Ou seja, os dez líderes, Senador Esperidião, que falaram com o coração, disseram: "Queremos a estrada, precisamos da estrada". O único que foi contra, com um discurso totalmente artificial, escrito por terceiros, foi o que tinha saído do seminário de doutrinação de uma dessas ONGs aí. Então, mais uma narrativa que caiu por terra. Entretanto, isso saiu na imprensa? Não. Estava todo mundo lá, mas, quando viram que a narrativa não era a que nós queríamos, o que eles queriam, morreu o assunto.

Mais um caso aqui, para ilustrar bem o que está por trás desse trabalho dessas ONGs, ou na frente, na verdade. Nós fomos... Quando os madeireiros, em Espigão D'Oeste, em Rondônia, puseram, indevidamente, é óbvio, criminosamente, fogo num caminhão de abastecimento de aeronave do Ibama – o caminhão passou na cidade, estava só com o motorista, sem escolta, os funcionários de madeireiras cercaram o caminhão, tiraram o motorista, puseram fogo no caminhão, o caminhão pegou fogo; saiu na capa de uns jornais aí na época –, começou um conflito lá em Espigão D'Oeste, porque o Ibama, também indevidamente, cancelou a senha de uso do Sisdof, que é o sistema de denominação de origem florestal, ou seja, é o sistema informatizado que permite que as licenças ambientais para corte, transporte, beneficiamento e venda de madeira possam acontecer. Quando você desabilita o Sisdof de um determinado CNPJ, ele não pode fazer mais nada, nem cortar, nem beneficiar, nem transportar, nem nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que que fez o Ibama naquela oportunidade? Desabilitou todos os CNPJs de serrarias de Espigão D'Oeste em retaliação ao fogo que tinha sido colocado no caminhão do Ibama. Quer dizer, os dois estão errados: nem a turma podia ter feito esse crime de pôr fogo no combustível do Ibama e tampouco um órgão público pode retaliar toda uma cidade, todo um segmento – isso é inadmissível. Resultado: criou na cidade um ambiente conflagrado. O Governador Marcos Rocha me telefonou e disse: "Olha, vai acontecer uma tragédia aqui, porque a cidade vive disso. O Ibama está boicotando a atividade econômica da cidade, o pessoal está se revoltando, vai dar problema". Falei: Tá bom, vamos lá intermediar uma conversa entre os dois lados, os produtores e a turma da fiscalização. Houve a conversa, resolveu – obviamente, a imprensa: "Salles vai se confraternizar com madeireiro". Mas, enfim, nada melhor que o tempo para mostrar a verdade.

Mas o que interessa dessa história é que, quando acabou essa confusão toda, nós pegamos os helicópteros do Ibama e fomos sobrevoar, Marcio, fomos sobrevoar as três reservas indígenas que cercam Espigão D'Oeste: Roosevelt, Zoró e Sete de Setembro.

Numa dessas, sobrevoando uma dessas reservas, havia uma fenda no mato, na floresta, onde os indígenas, para deixar bem claro, estavam explorando, estavam garimpando. Estavam as bombas lá, funcionando tudo e, quando viram o helicóptero, a turma correu. Nós pousamos lá. A turma correu pra dentro do mato, mas depois volta, não é? Os mais idosos, as crianças, as mulheres e, ao final, veio o cacique. E o cacique virou, Plínio, disse assim: "Ministro, Governador...". Ele estava vestido de *short e* camiseta, não tinha ninguém pelado, de cocar lá. Eu falei: "Vocês sabem que o que vocês estão fazendo é ilegal? Não podemos permitir isso". Ele falou: "É, eu sei, mas é o que nós temos pra fazer aqui. É assim que a gente sobrevive". Eu falei: "Está bom. Você sabe que nós vamos ter que inutilizar essas bombas". Ele falou: "Pode inutilizar. Semana que vem eu compro outra". Aí, conversa vai, conversa vem, esse senhor disse... Eu perguntei: "Quanto que você fatura? Quanto você tira aqui de dinheiro?". Ele ficou meio sem graça, tentou se esquivar da resposta, mas no final ele respondeu; ele ganhava R\$40 mil por semana. Ou seja, como é que você vai evitar uma atividade econômica que rende ao sujeito, no meio da floresta, lá em Rondônia, lá longe, R\$40 mil por semana, simplesmente dizendo: "Olha, a Greta está muito triste que vocês estão usando a floresta; o Caetano Veloso falou que não vai dar mais *show*"? Esquece! Esses caras não vão parar de fazer isso, porque não têm alternativa econômica. E as ONGs estão fazendo o quê? Pegando esses caras e dizendo: "Os índios estão sendo explorados!". Não estão sendo explorados; são eles que estão explorando. São eles que querem mandar o filho pra universidade, ter carro, ter celular, se vestir adequadamente, ter medicamento.

Uma turma acha que o pessoal vive na Amazônia cozinhando erva, cozinhando ervas medicinais, idolatrando o rei Sol, acorda cedo, caça, depois volta no final do dia, faz uma dança pro rei Sol e vai dormir de novo. Não existe esse índio mais! Nós estamos tratando os indígenas... e as ONGs estão fazendo uma parte desse trabalho de menosprezar os indígenas, de tratá-los como cidadãos de segunda classe, ignorando as suas aspirações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, pra terminar a história dos indígenas – que eu não era da Funai e não posso ficar falando muito de coisa que eu não conheço a fundo –, nós fomos, quando houve aquelas cartas internacionais, Plínio, inclusive banqueiro brasileiro assinando carta, que estava condoído... Quer dizer, a raça que mais explora o brasileiro com juro e tudo vai dizer que está condoído com a Amazônia. Mas, enfim, essa turma fez tanta carta, tanto alvoroço em cima do governo que o Vice-Presidente Mourão, Senador dessa Casa hoje, organizou uma viagem pra Amazônia para os embaixadores europeus. Nós rodamos com eles a Amazônia toda. E terminou com a visita em Maturacá, naquele pelotão de fronteira. Houve apresentação dos indígenas, da tropa, disso e daquilo e, ao final, vários dos diplomatas que ali estavam... inclusive a senhora que representava o Reino Unido – estava sem embaixador; o embaixador não tinha recebido as credenciais ainda – foi conversar com um indígena que estava do meu lado, um senhor já; e ela com um sotaque, assim, um português bem arranhado, falou assim: "Posso fazer uma pergunta?" Ele falou: "Pode, claro!". "Qual é o seu maior sonho? O que você quer? O que você espera?". Ele olhou para a cara dela e falou assim: "Turismo, dólar". Quer dizer, isso um ianomâmi, que é um dos povos da Amazônia que menos contato tem com os brancos e com as outras culturas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Certamente.

Então, vejam, meus amigos: a narrativa que se estabeleceu decorre desse conluio, Marcio Bittar – voltando ao tema principal desta CPI –, existente entre acadêmicos, administradores de ONGs, membros dos governos, que ficam se revezando nessas posições: ora está no governo, ora está na ONG; sai da ONG, vai para a academia; sai da academia, volta para o governo; o outro vai para a ONG, vai para o governo. E um pede dinheiro para o outro, que aprova o projeto, que contrata o outro; aí, quando o outro sai do governo, ele volta a ser consultor da ONG. Ele sai da ONG, vai para academia, é encomendada a ele uma série de textos, para dar respaldo à narrativa das ONGs, que, por sua vez, estão aliadas com os membros do governo. E ficam essas cirandas, Senador Esperidião Amin, um dando respaldo ao outro, um assinando o cheque para o outro, um dizendo que só o outro é que tem legitimidade para falar. Exemplo típico é essa teoria do *tipping point*, que é obra de dois acadêmicos – um faleceu recentemente. Não sei se é tão recente assim, mas faleceu acho que no ano passado –, que criaram esse ponto de não retorno, *tipping point*.

Eu tive um debate longo com esse senhor, um dos autores – tem um brasileiro, que é o Carlos Nobre, e tem um americano, que já faleceu, Thomas Lovejoy. Eu estive com Lovejoy no Woodrow Wilson Center, em Washington. Fizemos um grande debate. Estavam os presidentes das principais ONGs americanas e estava o Lovejoy. E nós fomos debater. Num dado momento, eu falei: "Eu queria que o senhor me explicasse com base em que o senhor decidiu que 25% de desmatamento na Amazônia é o ponto de não retorno?".

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Ele dizia 25%: "Eu quero que o senhor me explique de onde saiu esse número 25%". Bom, um "embromation" total. Não tinha nada de científico ali. Aquilo era uma teoria totalmente produzida em cima de *assumptions*, presunção, achismos, em português. Achismos: "Não, a gente pode ser de 'a' a 'z'. Então, nós vamos por 'b'". "Não, espere aí, você não falou que é de 'a' a 'z' que pode ter aqui?". Por que é de "a" a "z", e ele põe "b"? Porque o que interessa para ele é "a". Então, ele não faz uma média ponderada das possibilidades. É tudo tendencioso. Tudo. Todos os pressupostos do raciocínio do *tipping point* são coisas imateriais, intangíveis, que têm um alto grau de suposição, em que a suposição sempre milita para o lado, sempre pende para o lado mais catastrófico.

E por que eles querem isso? É só por uma questão ideológica? Não. É porque é graças a esse catastrofismo todo que eles vendem palestra, são chamados internacionalmente para ficar alertando sobre isso, sobre aquilo. Quanto mais barulho eles fazem, mais dinheiro essa turma ganha. Fazem umas baitas campanhas internacionais contra isso, contra aquilo, e no final da campanha vão lá: "Colabore, *one eight hundred* não sei das quantas. Para US\$5, digite cinco, para US\$10, digite dez". É grana!

Aqui, recursos internacionais, Marcio, fluem enormemente através dos governos, não só do Governo Federal como dos estaduais também. E fica para o Governo Federal obrigação de ficar prestando conta. Quer dizer, estão fazendo filho na barriga dos outros. Nós estamos recebendo dinheiro de fora em projetos que nós não escolhemos, com metas que nós não estabelecemos, pra contratar ONGs e grupos e associações e acadêmicos com os quais nem sempre nós concordamos. E se a gente nega, "não, se é nessas condições, eu não quero", eles fazem um tremendo escarcéu, dizendo: "Brasil abre mão de dinheiro para tal coisa". Não, não é que eu abri mão de dinheiro para tal coisa. Você não vem mandar no Brasil. Você não vem aqui fazer filho seu na minha barriga, esquece. E aí você tem uma gama enorme de ONGs na Amazônia que são resultado direto disso; direto, desse tipo de coisa.

O setor privado, dez anos atrás, mais ou menos, percebeu que precisava cooptar – a palavra é essa, cooptar – certas ONGs e certos acadêmicos pra calar a boca dessa turma. E como é que faz a cooptação? Dinheiro. Como é que essa turma cooptou? Começou a patrocinar a viagem dessa turma lá fora, começou a patrocinar seminário, começou a patrocinar estudos acadêmicos. Criaram, inclusive, uma frente chamada Coalizão Brasil Clima, Agricultura e Floresta. Que que é aquilo? É uma série de empresas que exportam e que, pra não terem os seus nomes atacados no mercado internacional, quase que corrompem ou subornam os acadêmicos e as ONGs, dando dinheiro a dar com pau pra "pelo amor de Deus, não fala do meu caso". É frigorífico, é empresa de óleo de palma, um monte de coisa. Só que com isso está se criando um monstro que está engolindo, Zequinha, o Brasil, porque, embora eles lá fora não façam o que falam, querem que a gente faça de graça.

Veja a Alemanha. A Alemanha, com essa guerra da Ucrânia e da Rússia, precisou religar as suas termoeletricas a carvão. Não perguntou nada pra ninguém, religou as termoeletricas, cortou sei lá eu quantos mil hectares de floresta que tinha há mais de 4 mil anos lá pra fazer carvão, e toca-lhe pau.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos acabaram de aprovar, quatro meses atrás, o aumento expressivo de exploração de petróleo no Alasca. Justo Joe Biden, que é o cara que ficava enchendo o saco do mundo inteiro com esse programa dele de temas ambientais, e o Governo dele aprovou um aumento substancial de exploração de petróleo no Alasca. Não perguntou nada pra ninguém.

A Noruega, que é a grande benemerita do Fundo Amazônia – eu já vou falar dele em especial –, não bastasse explorar petróleo – e é rica graças ao petróleo –, não bastasse caçar baleia, agora vai explorar terras nobres no fundo do Mar do Norte. Não perguntou nada pra ninguém, vai fazer e acabou.

Só nós que ficamos recebendo essa carga de peso na consciência, de peso nas costas, dessa turma que, por ignorância, má-fé ou dinheiro, corrobora esse tipo de coisa.

O Fundo Amazônia, em dez anos, recebeu US\$1 bilhão: 900 milhões da Noruega, 100 milhões ou quase 100 milhões da Alemanha e um pouquinho da Petrobras. Pra onde foi esse dinheiro? Primeiro, o BNDES escolhe os projetos, dá o dinheiro e não fiscaliza nada. Nós, à época, pegamos os 94 contratos no BNDES de recursos do Fundo Amazônia pra projetos, pedimos cópia integral das pastas; não nos deram, tivemos que pedir ajuda da CGU pra poder ter acesso às pastas. E, ao analisar pasta por pasta, o que nós vimos? Um monte de projeto, mais de quilo, desde a Associação das Quebradeiras de Coco do sul do Maranhão até – por coincidência, acho que tinha alguém do Maranhão lá no ministério, mas não tenho certeza – um monte de ONG recebendo valores vultosos, mas gastando boa parte desses valores com o salário dos próprios membros das ONGs, com estadia dos membros das ONGs, com passagem aérea dos membros das ONG e, pro destino final, Senador, daqueles que deveriam se beneficiar dos recursos, quase nada.

Além disso, recurso para as prefeituras fazerem ajuda aos agricultores pra preenchimento do Cadastro Ambiental Rural, do CAR. Teoricamente, uma ideia boa: ensinar o produtor rural, auxiliá-lo no preenchimento do sistema do CAR. Até aí, o.k. O problema é que o diabo mora nos detalhes não só dos contratos das ONGs, mas também dos contratos das prefeituras e dos governos de estado.

Com relação às prefeituras, o que nós verificamos? A prefeitura tinha lá 10 mil agricultores pra receber o auxílio; estabelecia-se um valor, vamos dizer, R\$1 mil por agricultor; a prefeitura contratava uma ONG pra ajudar a prefeitura a prestar esse serviço. Dos 10 mil, portanto, verba de 10 milhões, não é? Dez mil a R\$1 mil, 10 milhões. Estou chutando um número aqui, mas tem que olhar lá. Dos 10 mil, só mil fizeram o Cadastro Ambiental Rural, no final, naquele município. Quanto recebeu a ONG? Ou o município, na verdade, e repassou parte pra a ONG? Dez milhões. Então, é tudo pretexto pra mandar dinheiro pro destinatário final, com contratos os mais estapafúrdios e um grande envolvimento, como eu disse, de autoridades governamentais.

Portanto, pra encerrar aqui – eu poderia ir um pouquinho mais longe, mas eu quero abrir pro debate aqui e para as perguntas –, essa ciranda de membros da academia, membros das ONGs, membros de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades governamentais e algumas empresas privadas se retroalimenta, estabelecendo uma falsa narrativa, uma campanha difamatória do Brasil e um grande conluio pra muita gente ganhar dinheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, nosso convidado, Deputado Federal Ricardo Salles.

O que a gente pode observar é que o senhor disse exatamente as mesmas coisas, com outras palavras, dos caciques indígenas que aqui estiveram, a mesma indignação, a mesma revolta, a mesma queixa.

Nós vamos abrir aos Senadores, começando pelo nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e – em seguida, estava o Senador Jaime, que se ausentou –, em seguida, o Senador Confúcio, após o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bem, bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Zequinha, Hiran...

Desculpa.

Zequinha, Hiran, Amin, estão todos inscritos aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso convidado, ex-Ministro, atual Deputado Federal Ricardo Salles; registrar a presença também do Tenente-Coronel Zucco, do Republicanos, do Rio Grande do Sul, Presidente de uma outra CPI também muito importante, que é a CPI do MST; e registrar com especial atenção e carinho a presença do Senador Esperidião Amin, e digo por quê. Nós aqui somos todos amazônidas: Rondônia, Pará, Roraima, Acre, Amazonas, mas nós estamos falando de um tema... E aí mais uma vez eu quero louvar a iniciativa e a tenacidade, a persistência, a perseverança do Senador Plínio, que quase quatro anos e meio lutou pra que se estabelecesse esta CPI.

E por que é que eu quero cumprimentá-lo em especial, meu colega Esperidião Amin? Porque nós estamos falando de uma área que é mais da metade do Brasil. Eu considero que o petrolão foi um assalto à nação brasileira, eu considero que a Lava Jato demonstrou outro assalto às empresas estatais brasileiras, enfim, mas eu considero que não há nenhuma... nada acontecendo no Brasil que signifique um assalto tão grande quanto com a Amazônia brasileira.

Se você for quantificar o que é que nós já estamos perdendo ao longo de décadas, porque somos proibidos de utilizar os recursos minerais, por exemplo, que a Amazônia tem, isso é muito maior do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os escândalos financeiros que o Brasil teve, além do que é a quebra da soberania nacional. Então, o que acontece em 66% do território brasileiro, a meu juízo – eu sempre digo isso –, é um assalto gigantesco, inimaginável, e que esta CPI tem humildemente a missão, a tarefa de tentar fazer chegar a uma maior parte dos brasileiros: e aí de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, enfim, do Sul, do Sudeste brasileiro e também do Centro-Oeste, porque não é uma questão de esquerda ou direita, é uma questão de soberania nacional.

Eu venho dizendo há muito tempo que não se trata de preservar, se trata de recuperar a soberania brasileira, que nós já perdemos sobre a Amazônia. Eu dei o exemplo que o ex-Ministro citou, da estrada que liga... que é a BR-364, que passa por Rondônia inteira, Mato Grosso; ela não foi projetada para terminar em Cruzeiro do Sul, ela foi projetada pelos militares pra nos dar uma outra alternativa de saída para o Pacífico, através do Acre, através de Cruzeiro do Sul, onde a cordilheira é mais baixa, tem 2 mil metros de altura. E, veja, as Câmaras Municipais...

E por isso é que eu digo que não é esquerda ou direita, é soberania brasileira. Nós estamos vendo uma riqueza monumental ser tomada das nossas mãos. O Governo brasileiro, os governos brasileiros não têm o poder de estabelecer política nacional, de interesse nacional sobre a Amazônia. Vinte e duas Câmaras Municipais, 22 prefeituras, 24 Deputados Estaduais, 8 Deputados Federais, 3 Senadores, nós não mandamos. Duas ONGs entraram no Ministério Público Federal e o Ministério Público Federal, em síntese, proíbe a continuidade de uma estrada que estava planejada no decreto de criação dessa reserva.

Mas isso é só com o Acre? Não! É com a Amazônia inteira! Então, as Assembleias da Amazônia inteira, os Governadores da Amazônia inteira, as prefeituras da Amazônia inteira, as Câmaras Municipais da Amazônia inteira não comandam, não têm o poder de estabelecer políticas públicas de interesse nacional sobre a Amazônia brasileira.

A 319 é uma obra importantíssima, ligando Manaus a Porto Velho? É. A população é a favor da obra? Claro que é, mas ONGs, mancomunadas com alguns partidos políticos, entraram no Ministério Público, e ela está parada. A Ferrogrão não é importante pra região? Claro que é! Para o Brasil, inclusive, é muito menos poluente do que uma BR que queima diesel, mas entraram na Justiça, e ela está parada; o PSOL entrou na Justiça, e ela está parada. A BR-364, por quase dez anos, ligando Porto Velho a Rio Branco, foi parada em função de uma pressão internacional do Congresso norte americano – que era, naquela época, financiador de um terço do Banco Mundial –, e ele mandou suspender o financiamento. Quase dez anos, a obra parada.

Então, nós já assistimos o interesse externo comandar a Amazônia. Ora, e se as Assembleias, se as Câmaras Municipais, se as prefeituras, se os governos estaduais, se a bancada de Deputados Federais e Senadores da Amazônia não temos poder sobre aquilo que é mais importante e mais fundamental... Não temos, Plínio! Está aqui o caso contado pelo Hiran. Olha o que nós sabemos da criação da Reserva Yanomami. A maior parte dos índios ianomâmis não queriam como ela foi criada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator do grupo de trabalho da Câmara, que é um esquerdista histórico, foi Senador da República depois, hoje voltou a ser Deputado Federal, líder estudantil do *impeachment* do Collor... Como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Lindbergh Farias. Ele foi o Relator do grupo de trabalho – eu li o relatório inteiro – e ele discorda – está escrito – da forma como propuseram a Reserva Yanomami. As prefeituras do estado que foi afetado... O relatório dele era contra que se tirasse aquela área, que já estava no agronegócio, e se colocasse dentro da Reserva. Ele escreveu contra a continuidade da Reserva indo até as fronteiras com a Venezuela, com as Guianas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E continuando.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... e continuando.

O Sr. Dr. Hiran (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, meu querido Relator?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Claro!

O Sr. Dr. Hiran (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para apartear.) – Só à guisa do que você está falando.

A nossa BR-319, que ligaria Porto Velho a Manaus, infelizmente, ficou fora do PAC, e essa é uma estrada que já foi completamente asfaltada, na década de 70. Eu, inclusive, fui de carro de Manaus a Porto Velho, e ela se deteriorou, e, por conta de pressão ambientalista, ela nunca mais foi recuperada. Ela é fundamental pra nossa integração, do nosso Amazonas e de Roraima com o Brasil. Não é isso, meu querido Senador Plínio?

Então, eu queria fazer essa fala pra ressaltar nossa preocupação com o fato de a BR-319 ter ficado fora desse grande programa que o Governo lançou semana passada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Se nós fôssemos citar – e, infelizmente, eu tenho essa notícia também, Hiran... Mas, se a gente fosse aqui citar outras tantas intervenções na Amazônia, por cima do Poder Legislativo, por cima do Poder Executivo, não param.

O linhão ligando o Estado do Amazonas a Roraima... quer dizer, até hoje não pode passar o linhão.

Então, quem é que manda?

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Senador, se me permite, nesse caso do Linhão, nós identificamos à época... Isso foi submetido ao Conselho de Segurança Nacional. A obra estava aguardando a licença há praticamente dez anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. RICARDO SALLES** – Treze anos.

E ao que nós assistimos ali, olhando os documentos e tudo mais? A um sem número de ONGs ambientalistas, defensores da causa indígena vendendo parecer a torto e a direito. Aliás, lembra muito o caso de Mariana, em que criaram aquela Fundação Renova, e que, no final das contas... A Caritas, braço da Igreja Católica que supostamente auxilia lá na barragem de Mariana aos afetados, recebeu, nada mais nada menos, do que R\$100 milhões para prestar auxílio aos afetados. Era mais fácil distribuir o dinheiro direto para as pessoas.

Mas, enfim, neste caso do Linhão, para além, evidentemente, de um determinado grupo econômico que não quer o Linhão porque vende diesel para tocar as termoeletricas lá em Boa Vista, as entidades ligadas às ONGs indígenas também ficam criando caso para permanentemente exigir do empreendedor o pagamento de estudos antropológicos, tradução do material de licenciamento em não sei quantos subdialetos lá do grupo que passa lá – sei lá, tem dez línguas diferentes. Então, tudo isso é uma frase que nós no Brasil conhecemos muito: a turma cria dificuldade para procurar vender facilidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – E isso tudo, se é verdade, porque os Poderes Legislativos e Executivos da Amazônia são muito inferiores em termos de poder com relação a esse movimento internacional, então, Esperidião Amin, meu querido Senador, nós podemos dizer que o Congresso também não tem poder, porque, se o Legislativo e o Executivo da Amazônia brasileira, que é 66% do território nacional, não têm poder para determinar políticas públicas naquela região – e não têm: eles não podem fazer hidrelétrica, eles não podem fazer estrada, eles não podem fazer ponte, eles não podem explorar o subsolo, então eles não têm poder –, então o Congresso Nacional também não tem poder sobre mais de 66% do território nacional. Isso, para mim, é o maior assalto que acontece no Brasil na cara de todo mundo.

E isso é bancado por países, como disse aqui o ex-Ministro Ricardo Salles, como o Canadá, que tira madeira, tem na extração madeireira uma economia importante – só para concluir este raciocínio e já lhe passo – e bancam ONGs no Brasil para criar dificuldades para que nós não possamos tirar madeira. Vende para o Brasil potássio e banca ONG no Brasil para não tirar potássio e agora para criar uma outra reserva na Amazônia em cima de uma outra reserva de potássio.

E aí, só para terminar o raciocínio, Amin... "Mas vocês serão recompensados". Marina Silva, que não plantou uma árvore em Rio Branco... Rio Branco é uma das capitais, Plínio, mais desarborizada do país, é a capital menos arborizada do país.

O SR. RICARDO SALLES – Isso sem falar do Córrego da Maternidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sem contar o caso de esgoto e saneamento básico, que, na nossa região, a Região Norte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas ela praticamente diz o seguinte: "Olha, não façam hidrelétricas, não façam estradas, não façam pontes, não utilizem o subsolo, mas eu vou recompensá-los. Eu vou dar R\$200 por família, em nome dessa preservação".

Vou passar a palavra para o Esperidião Amin e...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um aparte, é um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só para deixar isso claro – permito um aparte do Senador Amin, que é um prazer de todos –, só quero lembrar que o nosso convidado tem horário para sair. A gente faria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Amin, eu vou lhe dar, sim.

A gente faria as perguntas e depois vamos ficar debatendo entre nós.

Com a palavra, Senador Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – O aparte é só para, em nosso nome, dizer que nós estamos desenvolvendo – além de ver a CPI da Amazônia, de 1989, subscrita por Jarbas Passarinho, ela é muito atual; o livro dele de 2014, *Amazônia, Patrimônio Universal?* –, eu só queria dizer que o Senador Plínio, com a minha ajuda, acolitado por mim, nós estamos desenvolvendo uma nova teologia desta interferência estrangeira. O remorso é a energia mais saudável da humanidade. O senhor já teve remorso, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Claro.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poucas vezes, certamente, porque poucas vezes pecou, mas o remorso é uma energia limpa. O sujeito sai por aí querendo fazer o bem, como se fosse um escoteiro, a boa ação do dia, porque está com remorso. Mas os países que foram aqui mencionados, os grandes patrocinadores das ONGs, estão desenvolvendo uma derivação teológica disso. O remorso eles sentem, mas eles estão terceirizando a penitência para nós, ou seja, quem paga a penitência pelo remorso deles...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Somos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o nosso cardeal Plínio Valério está desenvolvendo essa teologia de maneira muito competente através desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na verdade, se me permite, nosso convidado, essa frase realmente é do Amin, porque a gente fala em nódos ambientais, pecados ambientais que eles querem nos impingir; é vilão com mocinho, e mocinho com vilão. Então, há essa coisa do remorso terceirizado, que eu vou adotar; eu até pedi a permissão dele para adotar e não o citar mais, só vou adotar a frase.

Com a palavra para as perguntas, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O ex-Ministro e Deputado Federal já falou de alguns temas, e eu quero dar a oportunidade para reforçar e até para as notas taquigráficas. Várias perguntas já risquei, porque entendo que já foram bastante exploradas.

V. Exa., como ex-Ministro do Meio Ambiente, acha que as ONGs financiadas por organismos internacionais põem em xeque a soberania nacional?

Quais são os interesses internacionais verdadeiros representados pelas ONGs que atuam no Brasil?

V. Exa. poderia relatar um pouco mais sobre as ONGs – inclusive se puder citar nomes, o que é importante para nós guardarmos e depois podermos fazer requerimento de informação –, poderia relatar um pouco mais sobre as ONGs e algumas que atuam para travar o desenvolvimento da região?

Eu faço tudo de uma vez?

O SR. RICARDO SALLES (*Fora do microfone.*) – Não, senão eu não consigo responder. E vou responder um pouco, depois V. Exa. fala.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Senador Marcio, em primeiro lugar, não há dúvida, não há dúvida – a pessoa que disser que isso não é verdade ou é mentiroso ou não conhece a realidade –, não há dúvida de que a atuação das ONGs na Amazônia subtrai, em larga medida, a autonomia brasileira sobre a gestão do seu território. E por que subtrai? Porque ela se apoia em sanções internacionais ao Brasil. E não é um pequeno número de entidades dessas ONGs estrangeiras que aqui atuam que atuam com estreita relação com os seus governos dos seus respectivos países...

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – ... e empresas. Então, não há como dizer que é só a nossa imagem que está fazendo com que os países se mexam, não. O movimento é o contrário: eles inoculam o questionamento, eles inoculam uma falsa narrativa, eles inoculam um monte de dados e questões pra justamente justificar, no seu país de origem, uma arguição pública de coisas que brotam aparentemente de maneira espontânea no Brasil – mas de espontânea não tem nada.

E, já respondendo ao seu questionamento, se nós conseguirmos aqui, no Brasil, verificar todo o recurso que vem pro WWF, pro Greenpeace, para essas entidades ligadas à Igreja Católica, você vai pegar diretamente fundações e braços governamentais de países como Holanda, como Canadá, Estados Unidos, na USAID. Dizem que a USAID é o braço da CIA... Isso não interessa.

O fato é que, ao fomentar essas ações, esses estudos, essas palestras, esse debate desvirtuado, eles estão dando munição para que o público lá fora venha e diga assim: "Nossa, olha o que está saindo de informação do próprio Brasil". Não é do próprio Brasil coisa nenhuma; é das entidades e das pessoas que recebem dinheiro de lá de fora pra falar mal do nosso país, ora pra tirar nossa competitividade no agro... E aí fica claro que determinados grupos, como o Ipam, como o Imazon, como a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, assim como, na Mata Atlântica, o SOS Mata Atlântica, uma série de entidades recebem dinheiro de fora – o ISA, a Apib –, recebem encomendas de estudos, encomendas de pareceres. Então, é uma coisa muito bem amarrada. E é fundamental pegar as universidades... Sugiro olhar bem esse pesquisador de Minas Gerais Raoni Rajão, o pessoal que lida com a Coalizão Brasil, Clima e Agricultura, o Imazon, o Ipam, os acadêmicos que fazem parte dos conselhos diretivos dessas entidades, porque o dinheiro está aí – dos pareceres que essas entidades contratam.

E há uma questão importante, Senador Plínio, que é mudar a legislação pra que o Tribunal de Contas tenha legitimidade pra adentrar na contabilidade de todas as entidades que, por quaisquer pretextos, recebam dinheiro que tramite dentro do Governo brasileiro. Isso se aplica, como nós estamos falando, lá na CPI do MST, cujo dinheiro vai parar nas cooperativas e associações ligadas aos líderes do MST, e o dinheiro lá não é fiscalizado.

Nós vimos agora, na sexta-feira – é o mesmo *modus operandi* –, sexta-feira, nós vimos lá: o Governo tem um termo de execução descentralizada de orçamento com a Universidade Federal de Alagoas, que, por sua vez, contrata uma ONG, já há não sei quantos anos, chamada Zumbi, que, por sua vez, paga o troço todo lá no Estado de Alagoas.

Não é diferente no setor ambiental. Quando você pega os recursos que são subscritos pelo ICMBio, pelo Ibama, pelas universidades federais, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com essa turma toda, você vê que não tem nada espontâneo, é tudo combinado. O sujeito quer falar de mudança climática, que o Brasil precisa mudar a forma, aí vêm as consultorias que vendem, que querem vender crédito de carbono arranjando parecer pra entregar pro Governo pra justificar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a criação de um programa que vai contratar uma ONG e um acadêmico pra estudar o modelo brasileiro de negociação de crédito de carbono.

Nós não temos nada que ter mercado regulado de carbono aqui no Brasil. Enquanto eles não estiverem comprando o nosso crédito de carbono lá fora, Plínio, nós não temos que ter mercado obrigatório. É mais um custo Brasil. Como eu disse, o Brasil é 2,9% das emissões globais apenas. Metade diz respeito a desmatamento e mudança de uso do solo, outra metade, usos urbanos, transportes, saneamento, etc., ou falta de saneamento.

Por que o Brasil tem que criar mercado regulado de carbono? Isso é pra dar dinheiro pra consultoria. Gente que quer "tradar" crédito de carbono e impor na indústria brasileira, impor na infraestrutura brasileira, impor ao agro brasileiro mais um custo. Não bastassem os nossos absurdos custos tributários, previdenciários, trabalhistas, vão impor mais um custo no Brasil, sendo que nós não somos os responsáveis pelas emissões?

Então, Senador Marcio, eu acho que este é um bom caminho: quem são os apoiadores, pessoas físicas, cuja ciranda se estabelece, e o iCS (Instituto Clima e Sociedade) é um deles, que pagava viagem pra todo mundo, em todas as COPs, em todos os seminários. Essas coisas todas precisam ser esmiuçadas a fundo.

E tem que mudar a regra pra que o TCU tenha total e absoluta legitimidade em ir até a ponta final, até o CPF da pessoa que recebe salário dentro de uma ONG, porque é ali que o dinheiro vai. O sujeito cria uma ONG, recebe um dinheiro governamental. A ONG é sem fins lucrativos, mas, na hora em que você olha o salário das pessoas que estão lá dentro, tem um lucro bastante considerável.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador Plínio, colegas, já cortei aqui outra série de perguntas porque eu acho que já me sinto atendido pela fala do ex-Ministro e Deputado Federal. Então, são três últimas perguntas.

Eu tenho a minha opinião, e já tive a oportunidade, quando visitava e discutia com o Ricardo Salles, então Ministro, de externá-la, mas eu quero a sua opinião.

Eu fiquei, de certa forma, surpreso, porque ontem foi noticiado que os ex-Ministros Paulo Guedes, Joaquim Leite, seu sucessor no Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o ex-Presidente do BNDES Gustavo Montesano e o ex-Embaixador do Brasil na OMC Roberto Azevêdo, estão fundando uma gestora, uma ONG, focada, entre outras coisas, em vender crédito de carbono. Isso demonstra que o próprio mercado, ou pelo menos parte dele, mercado brasileiro, não vê problema nenhum em travar o desenvolvimento da Amazônia se esse for o preço. O senhor já mencionou aqui parte do agronegócio brasileiro, notadamente aquele exportador que também acabou usando da prática de construir, de bancar ONG, para dizer: "Lacrem a Amazônia. Não deixem que o meu negócio com a Europa Ocidental sofra arranhão". Essa iniciativa de membros do Governo passado, que me surpreende um pouco, vai um pouco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa mesma linha, quer dizer, parte do mercado brasileiro negocia com a Amazônia, em nome da Amazônia?

E duas outras porque eu vou terminar. Depois da sua fala, vou passar a palavra para os outros colegas.

Aldo Rebelo menciona que nós temos dois estados paralelos na Amazônia: das facções criminosas, que hoje, em alguns municípios da Amazônia, já empregam mais do que a prefeitura – órgão público lá é o grande empregador; e ele diz, e eu concordo, que as ONGs têm mais poder ainda. O narcotráfico já está, por enquanto, acanhadamente, pelo que eu percebo, mas ele começa a financiar eleições. É uma coisa corriqueira; em qualquer lugar do mundo as facções criminosas acabam financiando, entrando na política, que é o outro passo de poder. Seria uma teoria da conspiração ou algo bastante razoável imaginar que, daqui a pouco – se é que já não acontece –, você vai ter ONGs financiando, ou já financiam políticos da Amazônia brasileira como parte desse envolvimento. Quer dizer, você tem envolvimento com prefeituras, envolvimento com governos de estados, envolvimento com membros do Governo Federal, com o Ibama, com o ICMBio; não seria normal imaginar que também há uma relação ou deva haver uma relação dessas ONGs, bancando políticos na Amazônia para fazer parte desse mesmo plantel?

Por fim, a última pergunta é se V. Exa., ainda mais com a experiência de ser o Relator da CPI do MST, se V. Exa. poderia nos dar algumas sugestões de projetos de lei e matérias legislativas para que a gente aumente a soberania nacional ou recupere – eu prefiro usar a palavra "recupere" – a soberania nacional e regulamente a atuação das ONGs no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado, Deputado Ricardo Salles.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Prezado Senador Marcio, com relação... Eu não vi essa notícia dessa empresa de consultoria ou de intermediação de negócios entre meu ex-colega Paulo Guedes, o Montezano, o Joaquim e o Roberto Azevêdo. São pessoas do bem, pessoas que têm capacidade, todos eles, nas suas respectivas áreas, mas há um pressuposto desse assunto que não diz respeito a eles; diz respeito a várias entidades, vários grupos – Cedebs e tal –, cujo objetivo é criar um mercado obrigatório de carbono, porque, quando você cria a obrigatoriedade, alguém vai ter que suprir essa obrigatoriedade. É quase que um mercado cativo.

Eu não sou contra o mercado de carbono regulado porque alguém vai ganhar dinheiro com isso. Não é isso, eu sou uma pessoa capitalista; se alguém tiver competência para ganhar dinheiro que o ganhe, mas não é certo você criar uma regulamentação, enfiando, goela abaixo, nos brasileiros, uma obrigatoriedade de compensação de carbono se o Brasil não é o grande responsável pelas emissões de gases de efeito estufa. Então, não tem sentido. Você está criando uma demanda artificial, que vai onerar o custo Brasil, em cima de algo que não se justifica nem ambientalmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando houver – quando, e esse quando eu acho que não vai ser tão cedo... Quando houver a regulamentação do Artigo 6.2, do Acordo de Paris, de tal modo que países sejam obrigados a comprar os créditos de carbono dos países em desenvolvimento, aí, sim, como item da nossa pauta de exportações, você ter crédito de carbono para vender é um bom negócio, mas para vender para fora. Ou seja, uma forma de você trazer dinheiro para o Brasil, e não criar uma obrigação, dentro do Brasil, de um com o outro. É a mesma coisa de você desenvolver um negócio cujo vendedor é um filho e o comprador do teu mercado é o outro filho que você tem. Quer dizer, você está gerando uma economia dentro da sua própria casa, com o custo, ainda por cima, de manter esse troço rodando. Não tem cabimento.

Nós não somos o vilão ambiental. Nós somos 2.9% das emissões. Não tem cabimento vestir essa carapuça. É um absurdo!

Com relação ao crédito de carbono para a Amazônia, o que me parece de extrema importância nisso? Eu aprendi muito com os Senadores da Amazônia, com as pessoas ligadas à Amazônia, o Senador Zequinha foi muito lá comigo, fui com ele ao Pará, deu aquela confusão toda lá inclusive... Pena que o Esperidião não está aqui, porque o pessoal lá é de Santa Catarina, inclusive.

Não existe uma Amazônia, são inúmeras Amazônias. Talvez a análise que se faça para a região do Purus não é válida lá para Cruzeiro do Sul e seja completamente diferente de Rondônia, de Espigão do Oeste. Enfim, a Amazônia é uma infinidade de realidades dentro de uma mesma região. Por que é que isso é relevante, Senador Marcio? Porque há locais da Amazônia onde a atividade, a vocação daquela região é de exploração mineral, pela riqueza que tem. Exemplo: o potássio – mas não só. Não adianta você querer criar agrofloresta, para botar a turma para catar castanha-do-pará e ganhar US\$5, no final do dia, por um saco de 30kg, se o sujeito tem, embaixo dele, uma riqueza mineral gigantesca. Ele não vai – e ninguém aqui iria – optar pela atividade que é infinitamente menos lucrativa. É uma regra de mercado, é a regra da vida.

É muito mais lógico você estabelecer qual é o parâmetro para a exploração mineral em determinada área que tem vocação para ser mineral. Exemplo disso, o Carajás, do Pará. Mas não só. Da mesma forma, o manejo florestal, que a turma ataca tanto.

As pessoas sabem que árvore morre, que árvore tem valor até um certo ponto. O manejo florestal tem regras muito claras. Então, os lugares que têm como vocação manejo florestal, têm que desenvolver um projeto de manejo florestal. Da mesma forma, mineração; da mesma forma, petróleo e gás; da mesma forma, geração de energia.

Então, obedecer às vocações, Senador Marcio, é muito importante. E o que é que essa turma das ONGs faz? Cria uma tábua rasa, para dizer "não, a Amazônia vai ser salva pela bioeconomia". Balela. Balela! Não vai ser salva pela bioeconomia. Por um motivo simples: hoje a pessoa vai lá... E muitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas entidades internacionais, acadêmicos, religiosos, pegam um determinado produto e vão desenvolver, agregar valor, lá na Suíça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Ou no Sul. Está aí o exemplo, eu citei aqui. Tem umas empresas aí de cosméticos, e vivem pondo "Amazônia", "Amazônia", "Amazônia"... Onde é que está a indústria, Senador, desse pessoal, que emprega, acho, 6 mil pessoas, se eu não estou enganado? Em São Paulo, em Cajamar, a outra está no Paraná. Então, não adianta recolher amostra de determinado produto florestal e levar pra processar lá no Paraná ou em São Paulo. Isso acontece com vários laboratórios de cosmético e tudo isso lá fora. O que que fazem as ONGs? "Não, não, não podemos ter exploração minerária; garimpo na Amazônia está proibido; manejo florestal é um absurdo". Tudo é um absurdo.

A única coisa que salva é o quê? É a bioeconomia. Aí, vai àquele centro que foi criado, que eu acho que é subordinado à Suframa, o CBA, o centro da biodiversidade da Amazônia, é um prédio vazio, dinheiro jogado fora, obra faraônica, não serve pra nada, pega as pesquisas da maioria da turma lá que faz... não tem a mínima aplicabilidade, mas o sujeito continua recebendo 15, 20, 30 mil por mês pra pesquisar um negócio que é o sonho da vida dele. Você quer pesquisar com o teu dinheiro? Fique à vontade, mas pra pesquisar com dinheiro público tem que ter imediata aplicabilidade. E só terá aplicabilidade se o setor privado reconhecer de antemão que aquela pesquisa tem valor, porque, se o setor privado já te diz de antemão "Olha, isso aí não me interessa", nem pesquise, pelo menos não pesquise com dinheiro público. Com dinheiro privado, você faz o que você quiser.

Então, essas coisas, Senador, são importantes, porque cria-se uma narrativa da história da bioeconomia como se isso fosse a grande solução dos problemas – até pode ser em certos casos, mas não será em outros.

E, por fim, a pergunta sobre a participação política de narcotráfico e tudo isso. Há uma série de ONGs na Amazônia que são comitê eleitoral de político. Basta ver as votações de alguns, o que é exatamente igual ao que nós estamos vendo lá no MST, acampamento de MST, que é curral eleitoral de Deputado e Senador. Esquece! O que muda é o pretexto: lá você usa a luta pela terra, mantendo a turma miserável pra que eles nunca saiam dali, não dê títulos pra eles não se tornarem independentes e toca a explorar a turma; aqui é a mesma coisa, você cria um monte de entidades, recorre a uma série de recursos internacionais e públicos brasileiros e, no final das contas, contrata um monte de cabo eleitoral pra ser funcionário da ONG e fazer campanha pro político que é o queridinho.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Deputado, o Senador Dr. Hiran...

O SR. RICARDO SALLES – Só... No bojo dessas... Perdão. No bojo dessas alterações legislativas, há duas coisas que eu reputo fundamental: primeiro, não deixar criar mais unidades de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação em terra indígena na Amazônia. Não tem sentido mais, até porque os "beneficiados" – entre aspas –, que são os indígenas, não querem viver numa área em que eles não podem fazer nada. Eu vi isso em tudo quanto foi lugar: mundurucus, cinta-larga – é um monte, eu não vou ficar falando aqui. Esse é o primeiro ponto. Criar unidade de conservação em mais terra indígena é um desserviço aos brasileiros, é um desserviço ao país.

Segundo, aquelas que já foram criadas precisam ser adaptadas à realidade. Aí, a mudança legislativa é fundamental: aprovar, regulamentar, deixar claros quais são os parâmetros de utilização de recursos naturais, madeireiros, biodiversidade em terras indígenas, parar de tratar o indígena como uma subcategoria de brasileiros. Não é o cara da Funai, nem do ISA, nem de nenhum lugar que sabe melhor o que o indígena quer pra ele próprio. O cara sabe ele mesmo. Não trate o indígena como inimputável. Ele não é.

Com relação às unidades de conservação, a mesma coisa. Os governos anteriores ao do Presidente Bolsonaro criaram 334 unidades de conservação no Brasil, Senador. Sabe quantas delas têm a regularização fundiária feita e, portanto, a estabilização das relações, o distensionamento e tudo mais? Nenhuma! Nenhuma! Então, você está criando unidade de conservação, jogando o problema pro futuro e criando, pelos abusos que são cometidos sob o pretexto da unidade recém-estabelecida, um conflito gigantesco nesses lugares. E é por isso que tanta gente na Amazônia fala assim: "Eu não vou sair daqui"; "Ah, mas agora aqui a unidade de conservação"; "Mas eu já estava aqui antes". Vocês criaram a unidade depois, nem indenizaram a pessoa e querem que o cara saia! Não existe isso. Isso é um grau de insegurança jurídica inaceitável. É calote estabelecido pelo poder público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – E aí a quantidade de absurdos que a gente ouviu ao longo desses dois anos e meio em que eu fui Ministro, desde Santa Catarina... Mas isso é no Brasil inteiro; não é prerrogativa da Amazônia. É que, como na Amazônia tem áreas maiores, esse problema salta aos olhos, mas isso aconteceu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, em todos os lugares, todos.

Então, o sujeito vai lá, covardemente, com a pistola na cintura, pega uma senhora de 70 anos e diz pra ela: "O seu telhado quebrou, mas a senhora não está autorizada a trazer uma telha nova aqui pra dentro da unidade"; "Como assim? É minha casa"; "Não, não. Nós não autorizamos. A gente quer que você passe frio, passe fome, porque a hora que você se encher o saco você sai daqui". É essa a estratégia covarde, dissimulada, cafajeste em cima dos coitados, dos miseráveis que moram nesses lugares.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Hiran me lembra que é pra os três Senadores que estão fazerem as perguntas. Ele me lembra que foi decidido na reunião passada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o nosso ilustre, nosso mestre Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, Sr. Relator, convidado, Deputado Ricardo Salles, foi muito proveitoso ouvi-lo.

Eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: da bancada do Estado de Rondônia, de 11, só eu divergi dos demais, inclusive votando contra o Presidente Bolsonaro, lá do estado.

O terceiro setor... Eu reputo como o setor público o setor privado. O terceiro setor é um poder, ele é um poder. Assim como tem o poder público, o setor privado tem o terceiro setor, aí preenchido por uma gama enorme de entidades, desde uma Apae, desde as fundações, as próprias igrejas – só não têm fins lucrativos – e aí vai até a política ambiental, indígena. Há uma variação e muito grande.

Então, nessa opção ambiental de proteção de biomas, a Costa Rica deu um exemplo, em 1948, de colocar como uma das bases do futuro do seu país a paz; o outro componente seria a preservação ambiental do seu país; e o terceiro é a educação. Isso é o que está na Constituição da Costa Rica desde 1948, portanto há 75 anos.

Então, eu acredito que, sendo, na minha concepção, o terceiro setor um poder, é um poder que hoje vem preencher justamente as fragilidades do poder público. Aquilo que o poder público não faz as entidades do terceiro setor, entre elas as ONGs, procuram fazer. Tem as organizações brasileiras e tem também as internacionais, que fazem um trabalho no mundo inteiro.

Assim sendo, eu vejo que eu interpreto como bem ideológicos alguns temas abordados aqui na exposição do nosso convidado, o Deputado Ricardo Salles, que é um profundo conhecedor, tem os números direitinho e apresentou.

O senhor tem que... Por exemplo, eu fui Deputado na década de 90 com Fernando Henrique, todo o Governo; eu entrei no Governo Lula também como Deputado; depois fui Prefeito; depois fui Governador; e agora sou Senador. Eu nunca mudei meu modo de pensar, desde o primeiro dia, antes mesmo de ser político, há mais de trinta e tantos anos, e eu sempre procurei abraçar e proteger o terceiro setor – sempre. Lá no Governo do estado, nós criamos uma coordenação para cadastrar e credenciar as entidades de terceiro setor, habilitá-las, ensinar a elas inclusive toda a questão da legislação – e a legislação estadual também.

Então, eu vejo, assim, por exemplo, que você usou muita a expressão "eles": "Eles que desmataram tudo. Eles que fizeram isso. Eles que fizeram aquilo", como se todos fossem inimigos do Brasil. "Eles". Se eles lá desmataram tudo, nós não vamos copiar o mau exemplo deles. Se lá eles hoje estão, como diz o Esperidião, nos passando a penitência, nós não queremos também fazer o que a Europa fez. Mas agora eu vou ter que desmatar o Brasil todo para poder compensar o desmando da Europa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu ponto de vista, que é divergente, logicamente, mas com o maior respeito a V. Exa., inclusive de tema... Eu sei que o pobrismo amazônico, o pobrismo: a pregação de que quem está lá morando tem que ser pobre... Mas há um lado fantástico de tudo isso... E eu falo, porque conheço a Amazônia, estou lá – fui Prefeito, fui Governador, sou eleito por lá, pelo meu Estado de Rondônia – e tenho uma interação com todos os estados da Amazônia, mas eu tenho um pensamento diferente. Eu acho que as ONG prestam um bom serviço – um bom serviço – ao país. Inclusive as exceções o Tribunal de Contas está aí para fiscalizar. Inclusive tem feito: em duas CPIs anteriores a esta, o Tribunal de Contas já avaliou, já emitiu seus pareceres, seus relatórios, e nada foi constatado de ilegalidade. Se existir ilegalidade e esta CPI comprovar, vai ser muito bom para prontamente pra eliminar as entidades nocivas, prejudiciais ao país.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso convidado ilustre, o Deputado Ricardo Salles, esse é o meu ponto de vista – é meu ponto de vista. Eu posso, logicamente, ouvindo muito o senhor, com muita atenção e respeito, eu pude entender muitas das suas convicções, mas eu quero aqui me resguardar o direito de contraditar, de pensar diferente, de ser contra, não é? Eu acho que o terceiro setor é um poder importante.

Então, eu fiz mais um comentário, não foi propriamente uma pergunta, para que o senhor também possa discorrer no aspecto, não de resposta, mas de um comentário.

É só essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, pelo respeito que eu tenho pelo mestre Confúcio, deixe-me só fazer uma observação. O senhor pode observar que, até aqui, agora, não apareceu nenhuma ONG que ajuda velhinhos, que salva a criança do câncer, nenhuma dessas apareceu. Aqui apareceram ISA, ICMBio, Fundação Amazônia Sustentável. Pode ficar tranquilo, Senador Confúcio, quanto a isso. As boas ONGs passarão longe, sequer serão citadas e, no final, servirão de exemplo. "Olha, essas aqui são más e estavam comprometendo as boas ações de vocês". Fique tranquilo, Senador Confúcio, quanto a isso.

A gente tem reafirmado aqui sempre, Deputado Ricardo Salles: isso aqui não é direita, esquerda, Bolsonaro, Lula; é Brasil, que quer ser nação, que tem sua soberania resgatada, contra alguns que querem uma nação subjugada e colonizada, mesmo se considerando elite.

Eu queria fazer, Ricardo, até para você poder sair...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, completar a rodada, para você poder sair, mas ter mais 20 minutos, 30 minutos seus.

Com a palavra, o nosso amigo, Senador Zequinha, representante do Pará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Saudações a V. Exa., ao nosso Relator e ao nosso ilustre convidado, Deputado Ricardo Salles, ex-Ministro. Conhece a fundo o negócio. *(Risos.)*

Não é fácil, não é?

Saudações aqui ao Dr. Hiran, ao Confúcio.

Queria só fazer algumas considerações, sabe, Ministro? Isso tem me deixado muito incomodado, mas muito incomodado mesmo, porque a gente está acordando muito tarde nesse processo todo, muito tarde. Não é fácil, e aqui tem alguns médicos, quando a doença toma conta do corpo todo... Como é que no câncer se fala, é metástase, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quando se está em processo de metástase, para você tentar salvar o paciente é um sacrifício muito pesado, muito grande. Mas a gente não pode desistir desse país nunca. Temos que lutar por ele.

Eu ouvia atentamente suas colocações muito inteligentes, muito ricas. Eu só queria acrescentar um negócio aqui que, de repente, acrescenta e preocupa ainda mais. Além desse negócio do revezamento ONG, governo e academia, eles inteligentemente também trabalham em outros setores. A imprensa está dentro do sistema. O Ministério Público Federal está dentro do sistema. E a Justiça, os juízes também. E eu quero aqui aproveitar para citar um caso em que isso me parece muito real.

Quando vocês citaram aí sobre a BR-364, esse problema lá, todo mundo impedindo, me veio aqui à mente a questão da nossa Ferrogrão, que V. Exa. conhece muito bem. O PSOL, não é? Bom, deixe-me terminar aqui. Além daqueles três lá, Ministério Público, parte da Justiça, partidos políticos estão dentro e fortalecem essa teia muito bem articulada, não é?

Vamos lá.

Ferrogrão. Todo mundo sabe da importância e da necessidade, enfim, de se escoar a produção ou boa parte da produção do Mato Grosso. Enquanto você saindo lá pro Paraná ou saindo pra São Paulo, a distância é imensa, a perda da produção é grande, você tem ali novecentos e poucos quilômetros e já chega lá em Miritituba, vem até Barcarena, aqui pertinho de Belém, vai pro grande navio e vai embora. Isso dá competitividade à nossa produção lá fora, porque essa turma vai diminuir significativamente o custo do transporte, a questão da logística. Mas o PSOL entra na Justiça, argumentando coisas que a gente não quer nem comentar aqui, porque são insignificantes. E a Justiça – mesmo que numa decisão monocrática do ministro, mas foi a Justiça – entra nessa conversa fiada e suspende, há dois anos, todos os estudos, todo o trabalho do projeto Ferrogrão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo de perda com isso aí, um só, além do enorme atraso na construção da ferrovia pra poder viabilizar a economia do Arco Norte ali naquela região. Ali em Barcarena, tem uma empresa grande que tem uma senhora estrutura de portos. Essa empresa queria ampliar a sua estrutura e iria investir em Barcarena – V. Exa. conhece – R\$1,5 bilhão. Na hora em que a Justiça suspendeu, o CEO da empresa passou conosco no escritório, em Belém, e disse: "Olhe, Senador, nós vamos suspender agora o investimento, porque a gente não sabe o que vai acontecer daqui pra frente". Essa questão de escoar a produção, se não der por um lado, sai pelo outro; se não der por aqui, pelo Pará, vai sair por outras alternativas, vai sair pelo Paraná, vai sair por Santos, essa coisa toda. E nós perdemos. Eu estou dando exemplo de um investimento só. Quando V. Exa. fala da pobreza da Amazônia, sabe quanto 1,5 bilhão, numa região como ali, próxima de Belém, a região das palafitas, da pobreza, da dificuldade, significa. Isso se traduziria em empregos, oportunidades, enfim, em um monte de coisa. Então, é só um exemplo.

Todo mundo é contra, mas o ministro que suspendeu liminarmente isso faz um comentário dizendo que é totalmente a favor, que é inquestionável. Estão, aqui no meu celular, as palavras do ministro, que diz: "Olhe, é inquestionável o papel da Ferrogrão, por isso, por isso, por isso, por isso...". Detalha pá, pá, pá.

Mas o ministro, em vez de suspender e dar um parecer e tal, e levar para o Pleno e soltar isso, não, sabe para onde envia? Para uma câmara de solução de conflitos. Você já pensou um negócio desse? Se ele está convencido, se ele está convencido de que o projeto é indiscutível, tanto do ponto de vista econômico como social e acima de tudo ambiental – e acima de tudo ambiental, porque o transporte ferroviário é 77% melhor ambientalmente falando do que o rodoviário, não é? Essa é a conta que os caras fazem. Mas aí a pressão que é feita, com certeza... Porque senão a decisão do Ministro era levar para o Pleno, julgar e liberar, correto? E não encaminhar a uma câmara pra discutir, pra esticar isso, pra... Então, é muito difícil, nós estamos mexendo com um tecido muito amplo, muito trabalhado, que envolve muita gente e as instituições.

Do restante aqui que foi dito eu assino embaixo. E mais uma vez repito, aquilo que V. Exa. disse ainda há pouco eu também repito: não sou contra absolutamente a questão da sustentabilidade. Todos nós temos juízo suficiente pra trabalharmos pela vida, não é? Agora o que é aqui que esta CPI trata é que, lamentavelmente, os interesses externos contra o desenvolvimento, contra o mercado, contra... O Brasil não pode se tornar um país economicamente desenvolvido que concorra lá fora, tem que se manter debaixo do pé do boi. É isso que nós estamos trabalhando. E é a minha esperança aqui. Eu estou aqui neste momento, mas a Frente Parlamentar do Agro está ali reunida, debatendo todos os assuntos, a reforma tributária. Eu queria estar lá, mas estou aqui exatamente por causa da importância. Tem CPI de 8 de janeiro, tem CPI do MST, mas a CPI mais importante do Congresso, ou destas duas Casas, é esta aqui, Ministro, é esta aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só fico preocupado é que depois que a gente fechar tudo isso nós vamos ter que entregar ao Ministério Público pra dar andamento, e grande parte desse Ministério Público está contaminado exatamente por aquilo que nós estamos combatendo aqui.

Parabéns pela lucidez, parabéns pelo posicionamento. Como diz o nosso Presidente, aqui não tem ninguém contra ninguém. Aqui tem todo mundo a favor do Brasil e contra esse tipo de procedimento irracional que presta um verdadeiro desserviço a esta nação e ao seu povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha, como sempre brilhante na sua exposição e representando o Pará.

Nosso Senador Dr. Hiran, de Roraima.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, Presidente Plínio, nosso querido Relator Marcio Bittar, meu querido colega Confúcio, Senador Zequinha, eu quero, em nosso nome, em nome da nossa CPI, saudar aqui a presença do ex-Ministro Ricardo, que demonstrou aqui um profundo conhecimento do nosso país, apesar de ser do Sul... do Sudeste, mas conhece muito, e nos deu muito subsídio aqui pra desenvolvermos nossos trabalhos nesta CPI.

Mas eu quero fazer duas perguntas rápidas, e vou pedir licença a V. Exa., porque eu tenho uma reunião no Vanguarda e uma reunião na Polícia Rodoviária Federal já pré-marcadas.

E eu vou lhe fazer a primeira pergunta: é que em 2020, quando o senhor ainda era Ministro do Meio Ambiente, o senhor afirmou que o Governo Federal não recriou o Comitê Orientador do Fundo Amazônia porque a Noruega e a Alemanha, principais doadoras, rejeitaram mudanças no modelo de gestão dos recursos.

A Noruega, principal doadora do Fundo Amazônia, doou US\$1,2 bilhão, mais de R\$5 bilhões para projetos de sustentabilidade. A segunda principal doadora foi a Alemanha, com 90 milhões de euros, aproximadamente R\$500 milhões. E esse montante, especialmente doado pela Noruega, chama a atenção.

Por que razão, na sua visão, um país, com um pouco mais de 5 milhões de habitantes, doaria tanto dinheiro pra nós? E por que uma participação tão pequena dos outros países? Que interesses geopolíticos o senhor acredita que existam por trás dessa doação e por trás dessa discrepância de doação entre a Noruega e outros países?

E, na linha da questão anterior, o Ministério das Relações Exteriores, a ser instado por essa CPI, informou a existência de apenas 16 documentos referentes a acordos envolvendo o Governo brasileiro e entes internacionais na Amazônia. O número é surpreendentemente baixo, e os membros dessa Comissão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

já estão tomando providências para pedir mais esclarecimentos e, eventualmente, convidar ou até mesmo convocar o Ministro das Relações Exteriores para comparecer a essa Comissão.

Na sua experiência no Poder Executivo, o que V. Exa. pode dizer sobre o acompanhamento que é feito pelo Itamaraty e pelo Governo brasileiro em geral sobre as entidades estrangeiras que aqui atuam, muitas vezes financiadas, inclusive, por dinheiro público estrangeiro?

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença.

E quero saudar, mais uma vez, o nosso Presidente e o nosso Relator pela condução dos nossos trabalhos.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu quero agradecer ao Dr. Hiran, Zequinha e Confúcio pela participação.

Com a palavra o nosso convidado. Ricardo, aí você já fique à vontade, se quiser fazer as considerações finais. A gente combinou um certo tempo pra você poder sair.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Bom, Srs. Senadores, gostaria de fazer um comentário sobre cada uma das colocações, mas começar pelo fim, porque o Senador Hiran precisa sair. Então, eu queria prestigiá-lo com a resposta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Muito obrigado, Deputado.

O SR. RICARDO SALLES – Imagine, é um prazer.

Com relação ao Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia), é importante as pessoas entenderem como é que o Fundo Amazônia funcionava. O Fundo Amazônia é uma doação da Noruega ao Brasil, que, através de uma lei, um decreto, salvo engano, determinou que a gestão ficaria a cargo do BNDES e teria dois comitês: o Comitê Técnico, que se encarregaria de medir a redução do desmatamento, e o Comitê Orientador do Fundo, que se encarrega de gerir os recursos.

Por que o Comitê Técnico? Porque o Fundo Amazônia é uma decorrência justamente de um sistema, de que nós falamos aqui um pouco mais atrás na audiência, que é um sistema chamado REDD+, que é uma sigla basicamente de Sistema Voluntário de Doação de Recursos em Razão do Desmatamento Evitado. Então, o que é, basicamente, essa conta do Fundo Amazônia/REDD+? O auge do desmatamento no Brasil, 2004 para 2005, vou arredondar, 28 mil quilômetros quadrados.

Tudo em que, a partir de 2005, ou seja, aquele número, tiver redução, esta redução será medida anualmente através do Prodes, que é do Inpe. Todo número de desmatamento menor que 2005/2006, ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, menos que 28 mil, dá ao Brasil um crédito dentro dessa lógica que foi estabelecida. Um crédito obrigatório? Não, voluntário. O sistema do REDD+ é voluntário.

Então, teoricamente, o que a Noruega deveria fazer para cumprir aquilo a que ela própria se comprometeu? A cada ano que o Brasil tiver um desmatamento menor do que aquele que havia na nota de corte – 28 mil –, a diferença, o delta, o Brasil recebe. Acontece que essa medição, Senador Confúcio, só aconteceu uma vez. O pessoal fica falando que o Bolsonaro interrompeu o fundo. É mentira. Quando nós entramos no Governo, já fazia cinco anos, se eu não estou enganado, que o fundo não recebia um centavo. Então, ele não parou de receber porque nós afrontamos a Noruega. Isso é mentira. Já não recebia. Eles já não estavam aportando. Não tem nada a ver com o Bolsonaro. O sistema REDD+...

Se nós fôssemos receber, dos países ricos, o recurso voluntário que nós mensuramos, é justamente aqueles 300 bi de dólar, que eu falei aqui há pouco: com um determinado volume de carbono vezes US\$40 a tonelada, nós teríamos US\$300 bilhões para receber. Quanto nós recebemos? Um bi, um bi e pouco, em dez anos. Quer dizer, nós recebemos 0,3% do que o sistema nos proporcionaria, se cumpridas as palavras pelo lado de lá. Eles, Senador, se eles cumprissem o que disseram que iam cumprir, se o discurso estivesse aliado à prática deles, nós teríamos 300 bi para receber. Nós recebemos um em dez anos. Quando alguém doa um bi para o Brasil em dez anos – de 2009 até 2019, quando houve o problema – é a mesma coisa que eu dar R\$50 aqui para o senhor e dizer assim: "O senhor toma conta de Brasília. Faça o favor. R\$50". Aí, a cada vez que eu cobrá-lo, eu vou falar: "Não, mas eu te dei dinheiro para você cuidar de Brasília". "Bom, mas R\$50?"

Então, nesta ótica e só por esta ótica, Senador, nós dissemos: "Pera lá, pera lá. Vocês nos deram dinheiro dentro de um sistema que vocês propuseram, primeira coisa, não fomos nós que fomos pedir. Segundo, vocês deram o dinheiro, chama-se doação". Na medida em que é uma doação para o Brasil, é o Brasil que vai dizer como vai usar o dinheiro. "Se vocês querem continuar tendo um sistema que são vocês que decidem onde vai o dinheiro, obrigado, isso não é doação". Aí eles dizem assim: "Não, não somos nós que dizemos qual é o dinheiro, é o Cofa". Só que o Cofa, no formato que era quando nós recebemos o Governo, era composto de três grupos: representantes do Governo Federal, um grupo; representantes dos estados amazônicos, segundo grupo; e representantes do terceiro setor, terceiro grupo. Era o que a gente chama no direito de "nós com nós", porque o Governo era do PT; os Governadores da Amazônia praticamente quase todos de esquerda e ligados ao PT, portanto; e as ONGs que compunham o Cofa, tudo de esquerda. Não tinha nenhuma entidade favorável ao setor produtivo, nenhuma. Era o "nós com nós" que eu citei aqui há pouco, Marcio.

Era o sujeito do Governo Federal, junto com o do Governo estadual, junto com as ONGs, dizendo para onde ia o dinheiro do Fundo Amazônia, que, por acaso, tinha, dentro do BNDES, responsável pela gestão do dinheiro, um monte de gente, lá, ligadíssima às ONGs. Então, era um "nós com nós" total. E é por isso que o recurso era aprovado, desembolsado, e não tinha acompanhamento de meta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, Senador, teve vários casos, nós pedimos as pastas e fomos analisar; acho que era um bom caminho para a CPI fazer, os 94 contratos e tal. Você olha lá e se diz assim – vou dar um exemplo; não me lembro o nome da entidade, mas estava lá; tinham muitos assim –: "Pagamento de R\$215 mil do BNDES para a entidade X; motivo, reunião [são sempre umas palavras diferentes, meio no gerúndio] para estar sensibilizando os atores do processo social", piriri, pororó. Em português, claro, é fazer reunião com as pessoas da região para explicar o projeto, R\$215 mil. Aí você fala assim: "Perfeitamente. Qual era a pauta dessa reunião em que vocês pagaram R\$215 mil? Tem a pauta?". "Não." "Tem a ata?" "Não." "Tem a lista de quem compareceu?" "Não." "O que tem? A troco de que o BNDES liberou duzentos e tantos mil reais para essa entidade?" "Não, o gestor da entidade mandou um *e-mail* para o BNDES dizendo: 'Fiz uma reunião com sensibilização dos atores sociais. Custo: R\$215 mil. Favor reembolsar'". A turma mandava 215 contos e acabou. Controle zero, zero!

Por isso que nós propusemos, Senador, alterar o Cofa, porque era, através do Cofa, que, no regime anterior, só se reunia uma vez por ano, o Cofa entregava tudo para o BNDES fazer, e a turma do BNDES ligada ao destinatário final: nós com nós. O que nós queríamos que o Cofa tivesse? Um papel mais preponderante para ver que projetos estão sendo aprovados, que acompanhamento de execução está sendo feito e de que verbas estão sendo prestadas contas, e não a cada ano se reunir para dar uma mera chancela. O funcionário do BNDES vai lá, lê um relatório e todo mundo fala: "Quem estiver de acordo fique como está; quem estiver contrário se manifeste. Está aprovado". O que é isso? "Ah, mas o dinheiro é da Noruega, tanto faz." Bom, então, não põe na nossa barriga; não põe filho dos outros na nossa barriga, para eu ter que tomar conta; eu não vou ser conivente com isso. Eu prefiro, então, que a Noruega dê direto dinheiro lá para o Observatório do Clima, para que vocês precisam olhar, para o Mapbiomas – seja para lá quem for –, Ipam, Imazon. Dê o dinheiro diretamente!

Por que a Noruega não quer dar o dinheiro? Porque, no fundo, Senador, eles sabem que tem sacanagem e não querem ser corresponsáveis por isso. E houve um acórdão da autoridade fiscalizadora, o equivalente ao TCU, do Governo da Noruega, dizendo que o sistema de fiscalização era absolutamente frágil; é de 2018 – se eu não estou enganado – esse relatório. É que, aqui, a turma do deixa-disso: "Não, deixa para lá, tem um monte de gente nossa lá ligada nesse troço, vai criar confusão, constrangimento com a Noruega". Nós, no Governo: "Não". O Governo Bolsonaro: "Negativo, vai arrumar". Nós dissemos: "Vai arrumar o cofre". Eles disseram: "Não concordo com que mexa". E eu falei: "Bom, do jeito que está, a gente não quer". "Ah, se vocês querem mudar, a gente que não quer." Então, por isso que se criou esse impasse. A Noruega mandou uma carta dizendo: "Não quero mais avançar no Fundo Amazônia". Não fomos nós que dissemos: "Não quero o seu dinheiro", isso foi uma mentira que foi contada na internet.

O segundo ponto que o Senador Hiran levantou diz respeito à atuação dos órgãos brasileiros no monitoramento desse recurso. Esse recurso que vem de fora, pro pessoal deitar e rolar aqui dentro, algumas vezes vem diretamente – e, não sendo nada ilegal, acho que, nesses casos, não nos cabe fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita ingerência nisso –, mas muitas vezes, a maioria, passa por dentro de órgãos governamentais, com a chancela do Governo brasileiro ou dos governos estaduais, que o estrangeiro usa pra se precaver, dizendo: "Não, eu dei o dinheiro pro Brasil. O que eles estão fazendo lá não me interessa".

Se a gente fizer um levantamento em todos os ministérios – Ciência e Tecnologia, Agricultura, Meio Ambiente –, vai achar uma infinidade de recursos desses organismos internacionais, que vêm pra cá e são distribuídos pra turma que fica com a grana lá na ponta – GIZ, KfW, Banco Mundial, FAO, e assim vai – USAID... E, quando a gente exige prestação de contas, transparência e tudo mais, a turma vai pra imprensa e diz assim: "Estão querendo devolver o dinheiro; absurdo! Brasil corre risco de ter as suas linhas canceladas".

Pra fazer essa porcaria aí, é melhor cancelar. Pra usar o pretexto ambiental, indígena e social pra pagar salário de funcionário de ONG, que não consegue emprego no setor privado e quer ficar mamando dinheiro internacional... Com a nossa chancela, não! Fique à vontade. Se o Governo americano quiser depositar dinheiro nessas ONGs todas, *be my guest*. Problema seu; faça. Agora, não vem pedir pra nós, autoridades do Executivo – o senhor foi Prefeito, sabe bem –, a cancelar um troço...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Governador.

... a cancelar um troço com que a gente não concorda.

Então, esta opção, Senador Hiran, é de fundamental importância: mandar um ofício para os Ministérios do Meio Ambiente, de Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia – não sei se ele foi sucedido por algum outro, mas Ciência e Tecnologia – e da Agricultura, dizendo: "Eu quero todos os convênios internacionais de organismos como GIZ, KfW, Banco Mundial, biriri, bororó...". Não tem 16, tem milhares – GEF isso, GEF aquilo...

Então, veja, esta é uma questão de fundamental importância: a gente saber que dinheiro está sendo mandado, quem está escolhendo os projetos, para quem estão mandando dinheiro lá na ponta e o que está sendo entregue. Com o resto, com o que não passa pelo Governo faça o que quiser – se não for ilegal.

Nesse aspecto...

Espero que eu tenha respondido aqui as duas questões.

Nesse aspecto, Senador Confúcio, quando eu digo "eles", eu estou dizendo o seguinte: a hipocrisia do lado de lá. Longe de nós querer fazer com o meio ambiente o que eles fizeram – poluíram os rios da Europa, cortaram... Hoje, a Europa tem 4% de vegetação nativa primária, aquela que nunca foi cortada; o resto é regeneração, é secundária, é plantio. O Brasil tem 66% de vegetação nativa preservada, ou seja, eles têm 4%, nós temos 66%. Quer dizer que nós queremos desmatar 62% pra ficar 4%, igual a eles?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, claro que não; mas também não queremos engolir esse discurso de graça. De graça, não; porque, na hora de socializar essa conta ambiental em razão das bobagens que eles fizeram, eles chegam pra nós, com a maior cara de pau, e dizem assim: "O planeta é de todos, *there is no planet B* – não há planeta B". Beleza, não tem planeta B. Vocês destruíram o A, vocês pagam. "Ah, mas eu preciso de você". Perfeitamente. Sentou, sorriu, a conta dividiu; vocês vão pagar. É só isso. Está longe de nós dizer: "Vou tocar o pau aqui no meio ambiente, porque vocês tocaram lá". Não! Nós estamos dizendo o seguinte: se você quiser opinar sobre a forma como nós estamos cuidando do nosso meio ambiente, que, aliás, é muito melhor do que a sua, diga-se de passagem, pra opinar, você paga. Se não pagar, nem opinião eu quero.

Com relação ao que o senhor falou aqui, do terceiro setor, e citou o exemplo da Costa Rica, é verdade. Eles têm lá uma política muito bem estabelecida, ganham muito dinheiro com ecoturismo, só que a Costa Rica é um país do tamanho da Esplanada dos Ministérios, um país desse tamanho. A nossa Amazônia é metade da Europa. Então, não dá pra comparar o que acontece na Costa Rica com o Brasil. Eles não têm os recursos naturais que nós temos, portanto, não são cobiçados pelos países estrangeiros. Não há concorrência internacional com o agro da Costa Rica. São situações absolutamente distintas. O nosso agro é extremamente competitivo e uma das maneiras que eles têm pra nos atacar são as barreiras não tarifárias, criticando a política ambiental brasileira e outros assuntos: indígena, direitos humanos e tal. Então, é uma realidade completamente distinta.

Aqui no Brasil, as entidades do terceiro setor... E nesse aspecto vou me alinhar à sua fala, a minha posição não é distinta da sua. Há bons trabalhos de entidades do terceiro setor, inclusive na área ambiental – TNC, enfim, há bons trabalhos. Agora, aqueles que não são bons ou não são claros, não são transparentes, são questionáveis, nós temos que questionar. O sujeito dizer que ele é de uma ONG ou do terceiro setor não faz dele um ser humano bom. "Ah, eu sou do terceiro setor, portanto, eu sou limpinho, bonzinho, não faço nada errado, não faço nada politicamente incorreto". Não, não é assim, não! Não é assim, não. Não venha com esse papo pra cima de nós, não, porque não é verdade. Está cheio de gente do terceiro setor que é picareta. Aliás, nós vimos isso no caso dos recursos do Fundo Amazônia e em vários outros, cansei de ver – cansei de ver. Não foi nenhum...

Cito um caso concreto aqui, concreto, e não vou nem citar da Amazônia pra não polemizar, porque eu não quero nominar, inclusive, políticos que têm a ver com esse assunto. Tem uma ONG em Fernando de Noronha que pertence a um funcionário do ICMBio. O ICMBio ficava contratando essa ONG pra dar parecer sobre todos os assuntos de Fernando de Noronha. Ele usava a sua prerrogativa de ICMBio pra obrigar os hotéis, todos os empreendimentos a contratarem parecer da ONG dele e, no Governo do PT, inclusive, tinha patrocínio da Petrobrás.

Para o senhor ter uma ideia de a que nível chegou isso lá – e eu estou citando um exemplo só, poderia citar centenas de praticamente todos os estados do Brasil –, para o senhor ter uma ideia do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu com esse personagem especificamente, quando Fernando de Noronha colocou uma pá eólica na cidade pra ter energia limpa, um pouquinho de energia limpa, esse sujeito foi lá e entrou com uma ação dizendo que a pá eólica, que anda a cinco por hora – pá eólica é lenta, superlenta –, uma pá eólica de Fernando de Noronha estava atrapalhando o fluxo migratório de aves da Antártida pra Groenlândia. E fez que fez até tirar a pá eólica de lá, uma pá eólica em Fernando de Noronha. Sabe por quê? Porque a turma era responsável por vender diesel que vinha do continente para queimar no gerador a diesel em Fernando de Noronha. Tudo é *business*.

Quando – também essa mesma entidade – a administração local de Fernando de Noronha precisava ampliar o cano que capitava água do mar para o dessalinizador, ampliar 1,5m, porque, quando a maré baixa muito, em Fernando de Noronha, o cano do aparelho que suga... Tem uma estação de dessalinização lá. Disso vem um cano, o cano entra dentro do mar, fica puxando a água do mar, dessaliniza lá e vai abastecer a ilha. Quando a maré baixava muito, o cano ficava fora d'água. Então, qual era a demanda da empresa de dessalinização? Amplia o cano 1,5m; 1,5m é o suficiente para não ficar sem água nunca mais. Esse sujeito meteu um embargo pelo ICMBio na obra e exigiu que a empresa de dessalinização contratasse a ONG dele para dar um parecer dizendo que o barulho da máquina que suga água do mar não atrapalhava o fluxo de golfinhos em torno da ilha.

Então, Senador, há muito ongueiro picareta; tem gente séria, mas tem muito picareta – muito. Então, não é um carimbo de idoneidade, de seriedade, de bom-mocismo o sujeito falar: "Eu sou da ONG". E daí? Está cheio de ONG que defende vagabundo, crime organizado, traficante e tudo mais. Aliás, respondendo ao Senador Marcio, a gente sabe muito bem: basta assistir ao filme Tropa de Elite que você vai ver que o cara da ONG era o cara ligado lá ao tráfico.

Então, vamos com menos sede ao pote com essa história, esse maniqueísmo: tudo que é ONG é porcaria, tudo o que é ONG é bom; nem tudo é porcaria, nem tudo é bom. Como em todo lugar do mundo, inclusive na nossa vida parlamentar, tem bons Parlamentares, maus Parlamentares; tem bons administradores de terceiro setor, tem maus administradores de terceiro setor. O nosso papel é ter a liberdade de apontar as coisas ruins sem sermos rotulados de antiambiental, anti-indígena, anti não se o quê. Anti qualquer coisa são eles.

Só para dar um exemplo aqui, porque o Senador Zequinha citou o caso da Ferrogrão. Eu faria um comparativo com outro caso trazido pelo Senador Marcio, do linhão Boa Vista a Manaus. O linhão Boa Vista a Manaus é um repositório de *lobbies* de ONGs que ganham dinheiro obstando aquela obra, fora o outro lá que vende diesel lá para Boa Vista. O fato é que, graças a esse movimento, tanto desses caras que manipulam os indígenas lá quando o outro que vende diesel para as termelétricas, o fato é que, ambientalmente – eu vou ficar só no quesito ambiental –, o meio ambiente tem sido reiteradamente prejudicado, e muito, graças a esses óbices ao linhão, porque, como não tem um linhão...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Queima o diesel.

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Exatamente. Roraima tem que queimar diesel para ter energia, porque, como a energia de não termoeletrica vinha da Venezuela, e o regime comunista acabou com a Venezuela, então, todo o fornecimento venezuelano toda hora cai, precisa acionar as termoeletricas. Aciona a termoeletrica a diesel, portanto, combustível fóssil sem queimado, porque a turma não deixa fazer um linhão de 15m de altura, que vai passar por cima da floresta, porque aquilo vai prejudicar a cultura indígena. Mas o que um linhão vai prejudicar a cultura indígena? É um absurdo.

E o paralelo da Ferrogrão, Senador Zequinha, ali, a exemplo do sujeito que vende diesel lá em Roraima, tem o que tem ferrovia que concorreria com a Ferrogrão. Então, o que acontece, na prática – de novo a turma das ONGs do bem –: várias entidades foram contratadas para dar uma aparência de questionamento da sociedade, supostamente espontâneo, para obstar a obra da Ferrogrão, justamente para não desviar o fluxo de trânsito de vagões de uma empresa para a Ferrogrão, ou seja, pura questão concorrencial; grana. E o pessoal se prestando a esse papel de ganhar dinheiro e contestar a obra da Ferrogrão, usando o tema ambiental, indígena, cultural, biriri, bororó... No fundo, é grana.

Então, para resolver esses assuntos – e com isso eu encerro, meus caros Senadores Marcio, Confúcio, Zequinha, Plínio Valério –, o que falta nessas coisas é racionalidade. Se a gente tiver a oportunidade de discutir as coisas com objetividade e racionalidade, sem patrulhamento ideológico, sem lacração dos pseudomonopolistas da virtude e da ética em cima dos "capitalistas selvagens", se a gente tiver essa oportunidade, as coisas avançam.

A pobreza... Essa frase é do Paulo Guedes, em Davos, 2019: a pobreza é o maior inimigo do meio ambiente. Em todo lugar que não tem desenvolvimento, em todo lugar que tem pobreza, em todo lugar que não tem racionalidade, o meio ambiente é que paga a conta, entre outras questões. Portanto, fica aqui um apelo para que a gente traga mais racionalidade, mais debate e menos lacração em cima desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quero agradecer a presença...

Só um minutinho. Queria só apresentar um vídeo de dois minutos.

Uma das conclusões aqui, Zequinha, é que a gente já chegou bem antes.

É de uma líder, e ela tem um blogue muito bom. É a Ysani Kalapalo, do Xingu. Olha o que ela diz aí – dois minutos e oito segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês ouviram a Ysani: "Mais terra, mais prisão". A Ysani: "Mais terra, mais prisão".

Liberando o nosso convidado, a gente ainda tem aqui, Marcio, vamos ficar nos dois...

Obrigado, Ricardo, obrigado. Parabéns, viu?

O SR. RICARDO SALLES (*Fora do microfone.*) – Eu estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... deliberar alguns.

Eu acho que vale a pena – a gente está com transmissão direta –, vale a pena a gente apresentar um vídeo que está correndo na internet, que nos pediram. É o 1. Esse pedido já faz tempo, é uma reportagem já de alguns anos, mas que, hoje, é como se tivesse sido feita ontem. Vale a pena a gente mostrar – muito brasileiro, muito brasileiro assistindo neste momento – o nº 1, o vídeo 1, neste momento, com transmissão direta. Vale a pena, Marcio Bittar, a gente mostrar mais um vídeo, porque a gente tem dito: nós não estamos procurando os indígenas pra falar por eles; eles nos procuram pra que nós façamos isso – e é isso que a gente está fazendo. É uma reportagem já de... é muito boa, muito boa, já tem uns dois, três anos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, é isso aí. A gente pode exibir vários e vários vídeos que chegam. Esse daí foi de uma televisão nossa do Norte.

E quero dizer e reafirmar sempre: esse inquérito, por exemplo, que não deu em nada, a gente vai saber por que não deu em nada. Quero reiterar aqui ao brasileiro e à brasileira o nosso compromisso em continuar abrindo essa caixa preta.

Passamos à deliberação de requerimento constante da pauta.

O nosso Relator, Senador Marcio, quer destacar o requerimento. Em seguida, a gente vota os outros três.

1ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 108/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na região amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com a palavra, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Requer que sejam prestados, pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na Região Amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos o art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na Região Amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral e em língua portuguesa de todos os contratos, termos de parceria, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres firmados entre o Ministério das Relações Exteriores e ONGs ou OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica, no período assinalado, bem como os documentos referentes à fiscalização dos referidos contratos, termos de parceria, termos de cooperação e instrumentos congêneres;
2. Relação de todas as ONGs e OSCIPs que tenham celebrado quaisquer acordos, convênios ou termos de cooperação;
3. Listagem de todas as ONGs e OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023;
4. Listagem de todas as ONGs e OSCIPs que receberam apoio do MRE para participação em reuniões de organismos internacionais relacionadas aos temas de mudanças climáticas, meio ambiente e população indígena;
5. Relatórios financeiros de repasses de recursos públicos para ONGs e OSCIPs;
6. Informações detalhadas e concretas acerca da participação de ONGs e OSCIPs nos processos de tomada de decisão da política externa brasileira;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. Informações detalhadas e concretas acerca da cooperação entre o Brasil e os seguintes países: República do Suriname, República Cooperativa da Guiana, República Bolivariana da Venezuela, República da Colômbia, do Equador, do Peru e Estado Plurinacional da Bolívia, nas questões de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas;

8. Informações detalhadas e concretas sobre organizações públicas estrangeiras ou internacionais que financiaram projetos e programas desenvolvidos por ONGs e OSCIPs;

9. Informações detalhadas e concretas acerca da participação dos governos, direta ou indiretamente, com recursos humanos, materiais ou financeiros, em programas ou projetos desenvolvidos por ONGs e OSCIPs;

10. A integralidade dos telegramas, ou outras formas de comunicação, trocados entre, de um lado, a Chancelaria e os postos do serviço exterior brasileiro e, de outro, os países e entidades internacionais mencionados no item 9, no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023;

11. A integralidade dos telegramas, ou outras formas de comunicação, trocados entre, de um lado, a Chancelaria e os postos do serviço exterior brasileiro e, de outro, os seguintes países: República do Suriname, República Cooperativa da Guiana, República Bolivariana da Venezuela, República da Colômbia, República do Equador, do Peru e Estado Plurinacional da Bolívia, sobre os temas de meio ambiente, mudanças climáticas e populações indígenas;

12. Informações sobre as atividades desenvolvidas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que tenham envolvido programas e projetos de ONGs e OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica, no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023.

Justificativa.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem, entre seus objetivos, conforme elencado no requerimento de criação, o de "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais [...] e para organizações da sociedade civil de interesse público [...], bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior [...]".

Para o efetivo desenvolvimento de seus trabalhos, é fundamental que esta CPI tenha acesso, conforme lhe faculta a lei, aos documentos que formalizam a parceria entre o Estado brasileiro e as ONGs e OSCIPs, com destaque para os casos em que haja a participação de entidades privadas ou governamentais estrangeiras, sobretudo aquelas que financiam atividades de ONGs e OSCIPs na Região Amazônica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pretende-se, portanto, conhecer a fundo o montante de recursos, bem como as minúcias dos programas e projetos que contaram com aval ou fiscalização do Ministério das Relações Exteriores, de modo a averiguar a adequação dos repasses e o mérito das atividades desenvolvidas.

Assim, a análise dos documentos que se requisitam muito contribuirá para os demais objetivos da CPI, quais sejam, investigar a concentração de recursos em atividades meios, investigar o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, investigar casos de abuso de poder, como intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público, e investigar a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Por meio do Requerimento nº 18, de 2023, foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores todo um conjunto de informações para subsidiar os trabalhos desta CPI. A resposta da pasta, entretanto, ficou muito aquém do esperado. Foram encaminhados apenas 16 documentos, incompletos, nenhum deles acompanhado da prestação de contas das atividades desenvolvidas. Além disso, a maioria dos documentos foi encaminhada em única versão em inglês.

A forma como se respondeu ao requerimento desta CPI demonstra, no mínimo, descaso da pasta das Relações Exteriores para com esta Comissão e, por conseguinte, para com o Senado da República. Temos dificuldade em crer que houve apenas 16 acordos, convênios, termos de parceria, programas e projetos desenvolvidos por ONGs e OSCIPs em toda a Amazônia brasileira ao longo de 20 anos e que contaram com o aval ou mesmo a ciência do Itamaraty. Se foram apenas esses 16, pode-se mesmo inferir que os sucessivos governos não tomaram conhecimento de uma imensa gama de atividades conduzidas em nosso território com recursos estrangeiros e sob o risco de essas atividades serem realizadas para atender a interesses externos, com risco à soberania brasileira.

Registre-se, ainda, que surpreendeu esta CPI o fato de o Ministério das Relações Exteriores não enviar a relação de ONGs e OSCIPs que atuam na Amazônia e recebem recursos do exterior, muitos deles vindos como parte de projetos e programas que têm o aval do Governo brasileiro. Afinal, o Itamaraty realmente desconhece dados sobre essas organizações ou simplesmente omitiu informações à CPI?

No requerimento em tela, adicionamos a demanda por informações sobre governos estrangeiros e sua participação no financiamento, direto ou indireto, das ONGs e OSCIPs na Região Amazônica. Queremos crer que nossa pasta de negócios estrangeiros no mínimo acompanha como autoridades de Estados estrangeiros se mostram presentes no território brasileiro, seja com suas missões diplomáticas, seja por intermédio de agências e órgãos vinculados a seus governos que enviam pessoas, bens e recursos para o Brasil.

Por último, dada a existência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do MRE, causou-nos também estranheza que não recebêssemos praticamente nenhuma informação sobre este ente e suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades. Não há participação da ABC nos programas e projetos de ONGs e OSCIPs na Região Amazônica?

Por todo o exposto, apresentamos novo requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que seja apresentada resposta, desta vez adequada e com a devida atenção que se espera do Itamaraty ao Senado da República.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2023.

Senador Marcio Bittar, Relator da CPI.

Sob pena de ser convocado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como informação, enviamos – eu usei a prerrogativa de Presidente desta CPI –, devolvendo os documentos... Alguns deles não dá nem pra ler, Senador, não tem nem como ler. Eu considero uma falta de respeito, eu considero uma brincadeira, mas a gente ouviu o Colegiado e deixaram, deram o benefício da dúvida. Daí o novo requerimento pra que ele nos envie, mas, no que eu mandei pra eles, dei duas opções: ou nos mandam tudo como a gente pediu, ou vamos convocar o Ministro das Relações Exteriores, que vai ter que responder a essas perguntas.

Vamos colocar em votação, mas tem aqui outros requerimentos, Marcio, dois requerimentos aqui.

1ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 109/2023**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações complementares às anteriormente solicitadas, pelo Requerimento nº 17, de 2023 - CPIONGS, a respeito da relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Vejam que não estão mandando o que a gente está pedindo completamente.

Outro requerimento é diligência externa na cidade do Rio Branco e o outro é diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 106/2023

Requer a realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 107/2023

Diligência Externa CPI ONGs - Resex Chico Mendes

Requer a realização de diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar. *(Pausa.)*

Não há.

Coloco em votação os requerimentos constantes da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos, então, à apreciação aqui da ata, para cumprir nossa obrigação burocrática.

Coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Todos foram aprovados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a acrescentar, a não ser o de sempre, que nós vamos continuar nessa batida, fazendo a nossa obrigação, cumprindo com a nossa obrigação, agradeço a presença de todos e a Deus por nos conceder este momento.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Esperidião Amin, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes, Rogério Carvalho, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2023** que : "Requer que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus (CMDH/Mao) para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/16>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão criada pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de deliberar o Requerimento 110, de 2023:

ITEM 1

Requerimento Nº 110/2023

Requer que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus (CMDH/Mao) para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

Nós vamos passar à deliberação do requerimento constante de pauta, mas pergunto ao Relator, Senador Marcio Bittar, se tem alguma coisa a acrescentar e a dizer.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Plínio, Confúcio, Professora Dorinha, Oriovisto Guimarães, Eduardo Gomes, Nelsinho Trad e Lucas Barreto, que já se fizeram presentes aqui na nossa reunião.

Quero apenas dizer que, ontem, eu entendo que foi muito proveitosa a vinda do Ministro Ricardo Salles, e principalmente, Presidente e membros da Comissão, porque me parece que nós podemos, ao final de tudo, tanto a nossa CPI quanto a CPI do MST, convergir em algumas das propostas, não em todas, são temas diferentes, mas em algumas das propostas poderá haver uma convergência entre o que nós vamos propor do ponto de vista legislativo e eles também. Enfim, eu acho que ontem para mim ficou, além do esclarecimento, da robustez das informações de alguém que foi Ministro durante quase três anos da pasta do Meio Ambiente, além de todas as informações, que estão gravadas, mas eu também percebi que acho que será possível convergirmos. Então, lá no final, com uma conversa mais amiúde com eles também, para de repente...

Porque o interesse é da transparência, é do dinheiro público e da soberania nacional, e isso tem a ver com também garantir...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... a propriedade privada. Hoje, por exemplo, está sendo votada a questão do marco temporal (*Fora do microfone.*)... aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e uma coisa está relacionada à outra, não é? Então, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que nós podemos convergir; e pra mim esse foi um dos saldos da reunião de ontem, do depoimento dele de ontem.

No mais, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Até porque, Senador Marcio, o modo de operar é o mesmo, sendo que o MST vai normalmente pras terras produtivas, e esse pessoal, os ambientalistas, vão pras improdutivas, no sentido de que estão isoladas, estão intactas ainda. Mas se a gente acabar trabalhando um pouco mais com informação, vai acabar lincando uma coisa com a outra, o senhor tem plena razão nisso.

Como hoje é um dia em que as Comissões estão a pleno vapor, nós vamos aqui apresentar uns vídeos, eu vou ter alguma fala, está bom, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela participação de todos, mas a gente vai continuar aqui pra apresentar um dos vídeos e eu dar informações, dar o resumo do que aconteceu na CPI até agora.

Por que é que a gente está querendo convidar a Sra. Helderli? Ela me ligou, eu a conheço de Manaus, do Amazonas, ela me ligou, reafirmando, confirmando, reafirmando aquilo que a gente falou aqui, que estão transformando mestiços em indígenas. Por isso que o IBGE dobrou o número de indígenas. E ela aqui vai falar sobre isso, e é uma representante da nação mestiça, ninguém melhor do que ela pra falar sobre esse assunto.

A primeira etapa da CPI foi trazer os indígenas, lideranças indígenas ou caciques indígenas pra mostrar o lado ou a face da outra moeda, que é exatamente o contrário da narrativa das ONGs e da narrativa de grande parte da imprensa brasileira, que teima em insistir e nos tachar e nos colocar cadeados ambientais e nos tachar de irresponsáveis e vilões do filme que eles apresentam.

Nós vamos ter alguns vídeos daqui a daqui a pouco.

Terça-feira... Amanhã a gente tem uma reunião interna pra decidir a pauta de terça-feira.

Se o vídeo estiver pronto, a gente mostra. (*Pausa.*)

Já está confirmado, nós confirmamos, estamos na parte da logística, uma sessão da CPI no Município de São Gabriel da Cachoeira, no alto do Rio Negro. Exatamente aquele que todo mundo fala. É aquela área lá, é a área do nióbio, do ouro, do diamante. É a área, é a região, o município mais rico do planeta. Ontem, o Deputado Federal Ricardo Salles reafirmou isso que a gente vem dizendo: é o mais rico do planeta e tem a população mais pobre. Coincidentemente, a maioria, quase que toda a população, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena. Por isso é que a gente tem interesse naquela área e foi onde o Instituto Socioambiental trabalhou por muitos anos, não permitindo que aquele povo se desenvolvesse, tivesse o que nós queremos ter, o que ficou patente aqui.

Eu vou mostrar pra vocês a análise do colonista e Coordenador do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas. Ele fala da CPI e nos dá uma ideia...

É o vídeo nº 2. (*Pausa.*)

Estamos sem som, só com a imagem.

Ele está fazendo um comentário sobre o trabalho da CPI e nos dá uma ideia de como poderíamos avançar, analisar e investigar. Daqui a pouco, vai estar estabelecido. O outro também fala do trabalho da CPI, elogiando e dando ideia pra ir além.

Eu quero reafirmar ao povo brasileiro, diante da expectativa que pode se criar em torno da CPI, uma informação, uma confiança até: nós recebemos muitas denúncias, muitas denúncias, muitas denúncias estaremcedoras, mas nós temos um foco, um objetivo. E aqui nós temos que fazer a escolha de Sofia, nós temos que decidir o que queremos e aonde vamos chegar. Se a gente começar a investigar todas denúncias que nos chegam, que são pertinentes, e se a gente começar a investigar todas as ONGs que nos prejudicam e fazem mal, também não dá. Então, nós estamos, sim, pesquisando algumas delas que, no nosso entendimento, são altamente perniciosas, como o Instituto Socioambiental (ISA) – o ISA aparece em todos os depoimentos e sempre aparece como vilão, como enganador, e é a maior ONG brasileira, eu acho que sim, que tem no seu quadro pessoas importantes em cargos-chave, que se licenciam do ISA pra ir exercer cargo público –; a Fundação Amazonas Sustentável, que agora é Amazônia, lá do Amazonas, que só do Fundo Amazônia recebeu 54 milhões. A gente quer saber o que eles fizeram com 54 milhões – isso antes do último Presidente Bolsonaro assumir, quando parou o Fundo Amazônia. E temos também o ICMBio, que tanto fala, que domina... O ICMBio é que controla essa área ambiental no país. E as queixas, pra minha surpresa, são muitas, são grandes, são violentas e são muito importantes pra que nós possamos levar adiante.

Na terça-feira, a gente já quer trazer uma ONG. A gente tem que ver qual delas ou quais delas. A gente quer dar mais dinamismo botando dois depoimentos. A gente achou que era necessária a primeira etapa de só uma pessoa expor, como no caso do Aldo Rebelo, no caso do Carrasco e no caso do Ricardo Salles.

Lá atrás, trouxemos três índios por vez, e agora a ideia é trazer dois depoimentos de cada vez, para a gente, então, começar a enveredar no nosso finalmente, que o finalmente é escancarado, é essa caixa-preta. Será que agora tem? (*Pausa.*)

Continua sem som.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante. Essa...

É todo o som ou só esse? (*Pausa.*)

Então, tenta o outro vídeo, para ver se tem, Renata. Tenta o três, para ver se tem, se é esse vídeo ou se é o sistema mesmo aqui da...

Quem acompanha a CPI – e tem gente acompanhando desde o começo –, a minha voz está assim de tanto dar entrevista, e, graças a isso, eu agradeço sempre, as pessoas que se interessam. Nos seus *blogs*, nos seus *sites*, nos jornais, muita gente fica mostrando o que a gente tem dito.

Aquele... Casa o discurso do Aldo com o alerta do Carrasco, há 30 e poucos anos, com o Ricardo Salles, com os índios, com o que a gente vem dizendo, é tudo a mesma coisa, só que o Aldo diz de uma forma, o Ricardo de outra, o Carrasco mostra, historiou, ele foi do começo ao fim, previu tudo o que iria acontecer, e os índios dizem de outra forma, e eu acabo também dizendo de uma forma diferente, mas a questão é sempre a mesma, como disse a indígena Ysani, que tem um *blog* – eu acho que é um *blog* mesmo – muito concorrido. Ela tem muitos seguidores e ela deixou claro aí: estão querendo dar mais terras para a etnia dela no Xingu, e eles não querem mais saber de mais terra, porque não adianta ter muita terra, e não ter acesso a essa terra, como disse lá atrás, na primeira sessão, o Adriel, cacique Adriel Kokama: "Se a terra é nossa, por que a gente não pode cavar um buraco? Se a terra é nossa, por que a gente não pode plantar? Por que a gente não pode explorar riquezas naturais?".

E é isso aí: o objetivo é mais terra, mais terra, mais terra isolada, mais áreas indígenas. O que estão fazendo conosco, no Amazonas, em relação ao potássio de Autazes, é um crime – é um crime. Estão impedindo que o Brasil tenha autossuficiência na exploração do potássio. Lá, daria 25% com o que tem, e mais ainda, que Itacoatiara e Silves também têm esse potencial, mas já estão requerendo como terra indígena. Por quê? Porque, lá atrás, fizeram aquele famoso estudo, aquele laudo antropológico, aquelas pesquisas, e eu digo, sem medo nenhum: plantaram índios ao longo dessa área para requerer em nome deles, e agora estão atrapalhando lá que o potássio do Amazonas seja explorado.

Não tem som nenhum? Eu vou ficar sem som? Vamos seguir adiante.

Aquele documento de observação sobre o Itamaraty... Tu tens aquele documento? Ontem me deram.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está baixo.

Sobre aquela questão, enquanto vocês... Me avisa quanto estiver...

A questão do Itamaraty ficou bem clara ontem, mas pode ser que tenha mais gente acompanhando, o Senado grava, a TV Senado e mostra depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como vocês viram e ouviram – aí é o Coordenador do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas, Daniel Vargas –, ele diz, de outra forma e com outros dados, como elas nos prejudicam. A gente tem falado muito na área indígena; a gente tem falado muito no isolamento, nos laudos antropológicos que permitem demarcações de terras indígenas e áreas de proteção ambiental. E ele nos traz aquele lado, o lado que nos prejudica economicamente.

Essas ONGs são tão poderosas – está aí a prova – que elas nos dizem o que fazer, até o que produzir, de que forma produzir. Quando eu digo que as ONGs têm uma característica em comum, que elas são desrespeitosas, prepotentes, está aí a prova disso. Elas entram no mato e não dão satisfação ao Governo brasileiro, não seguem nossas regras. E, numa manipulação coordenada com o conluio, com a participação de brasileiros, acabam implantando aqui as nossas políticas públicas, eles agem diretamente nas nossas políticas públicas, principalmente na questão ambiental.

Esse outro vídeo, que diz a mesma coisa, só que é uma linguagem de um paraense que está lá, que é o vídeo 3 – Renata. Esse vídeo 3, que é do Hélio Nogueira, ele faz comentários sobre a CPI e a operação que ameaça produtores, pequenos produtores, quer dizer, é o outro lado.

Olhem só esses dois vídeos, que falam da mesma coisa, mas em dois polos diferentes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como vocês podem ver, é de partir o coração. Eu acho que não tem uma só pessoa neste país que, vendo isso, sabendo que existe isso... Esse é o outro lado da moeda, esse é o outro lado da narrativa das ONGs – pais de família, mães de família chorando.

A gente já mostrou aqui, de uma produtora de Autazes, um documento que ela herdou do pai e do avô, é de 1904. E não levam em consideração. Esse pessoal já morava lá antes das leis criadas para expulsá-los. Então, a lei veio para expulsá-los, e eles já estavam lá há décadas morando.

A CPI, eu estava explicando no começo para vocês, para não gerar uma expectativa também tão grande, tão fora do comum, nós vamos prestar esse serviço ao povo brasileiro, informando esse outro lado, com vídeos que nos chegam – às vezes, está na internet, a gente pede autorização, mas a maioria é que nos chegam, que nos enviam esses vídeos, para que a gente tome conhecimento e divulgue. Esse é um grande serviço que a gente presta.

Tem uma reportagem, já tem algum tempo, eu acho que é com o Cacique Adriel Kokama, que exatamente fala do ISA e da Foirn – a Foirn é a federação criada pelo ISA lá no alto Rio Negro, federação dos povos indígenas, mas eles, na verdade, não representam os povos indígenas daquela região. É o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica me cutucando, provocando o tempo todo, e eu não respondo, porque eles estão felizes. E eu estou ajudando aqueles que estão infelizes e abandonados.

Vamos mostrar, Renata, é o 5.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é o vídeo 5, o vídeo 5, reportagem da TV Norte investigando a atuação das ONGs na Amazônia. Então, é a TV Norte Amazonas que fez isso. É o outro lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tudo bem, sem...

Ontem, nós mostramos alguns vídeos. Então, o que eu quero com esses vídeos é que você, brasileiro, você, brasileira, tome conhecimento. Isso aí não é invenção, isso não é *fake*; são os próprios indígenas que desabafam.

Aí são os pequenos agricultores. Olha só: enquanto os índios eles deixam isolados pra criarem indígenas, o pequeno produtor eles expulsam, pra tornar área de proteção ambiental ou então, lá na frente, terra indígena.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está havendo alguma coisa aí, tem um outro vídeo, tem a voz de um outro vídeo. Se a gente conseguir resolver, nós vamos mostrar também isso aí.

Amanhã, como eu disse, a gente tem reunião interna pra decidir a pauta de terça-feira, mas uma delas que a gente quer trazer é exatamente a Presidente do movimento Nação Mestiça, que vai também nos falar o lado dos mestiços, que vai com certeza afirmar, confirmar aquilo que a gente diz aqui: estão transformando mestiços em indígenas, para que se espalhem no meio da floresta e, lá na frente, digam que tem muitos índios naquela área, e assim tornar uma área indígena.

Alguma informação a mais sobre a nossa reação com o descaso do Itamaraty.

Quando o som estiver bom, informe, que eu dou uma pausa aqui, tá?

E por que a gente devolveu a documentação ao Itamaraty? Vocês já sabem que é porque foi desrespeitosa, que nos mandaram 642 páginas, 90% delas em inglês. E, mesmo assim, traduzida, ela está incompleta: não mandaram o que a gente pediu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta que veio do Itamaraty foi muito, muito, muito aquém do que nós esperávamos. Eles não responderam ao que nós perguntamos. Ficaram enrolando – a palavra certa é "enrolar", porque, para nós, é difícil acreditar que, ao longo de 20 anos, o Governo brasileiro tenha registrado apenas 16 acordos e convênios com o exterior. Apenas 16 em 20 anos. Isso é uma baita mentira, é manipulado...

Já está bom? Está no ponto? Então vamos ver se a gente consegue esse aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, o negócio não está dando certo.

Essa é a voz do Cacique Adriel Kokama, que esteve conosco já, depondo.

Então, eu falava do Itamaraty, que a resposta foi aquém do esperado, não é? Eles querem... Por isto é que eu acho que eles estavam querendo brincar com a gente, porque dizer que, em 20 anos, só tem registro de 16 convênios é brincadeira – é brincadeira –, ou então é porque não conhecem o seu ofício. Mas eu acho que eles conhecem sim, porque é concurso, têm que passar. É desrespeito mesmo.

E a impressão que se tem é que a documentação enviada pelo Itamaraty, aparentemente a título de amostragem, não corresponde à verdade: participação do Governo brasileiro nos projetos, informou para a gente, aqui na CPI, que, de todos os projetos e programas desenvolvidos por ONG na Região Amazônica, o Governo brasileiro só teria participado em 16.

A relação de ONGs que recebem recursos do exterior.

O ministério afirmou que o Estado brasileiro não tem qualquer conhecimento – olha só! – ou controle sobre as relações estabelecidas entre ONGs no Brasil e entes privados e estatais estrangeiras. É uma trágica constatação de que o Itamaraty omitiu informações. Eles têm sim, eles têm essa informação, até porque nós temos muitas informações da Abin. E eu quero agradecer aqui à Abin por nos ter mandado. Embora parte do documento seja sigilosa – nós vamos respeitar –, mas a parte que não é, que não está carimbada de sigilo, nós vamos informar a você, brasileiro, e a você, brasileira.

Participação de governo estrangeiro em projeto desenvolvido por ONG do Brasil.

Eles informam que, direta e indiretamente, as ONGs e OSCIPs na Região Amazônica também não têm... Eles não cancelam, não têm conhecimento disso, seja por meio de suas missões diplomáticas, seja por intermédio de agências ou órgãos vinculados aos seus governos que enviam recursos ao Brasil. Não têm o menor controle.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que, no final, no relatório do Senador Marcio Bittar, nós vamos, sim, apresentar projetos de lei e projetos de resolução para tornar bem visível, bem transparente essa escuridão, colocar uma luz nessa escuridão.

Já pode mostrar?

Vou fazer a última tentativa de mostrar esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olha, com esses vídeos que a gente exibiu, é suficiente para que você, brasileiro, você, brasileira, saibam. Vocês viram aí três vídeos diferentes, de pessoas com *status* diferentes, com vidas distantes umas das outras, mas dizendo a mesma coisa.

Se você somar a quantia que o repórter fala aí... Isso, lá atrás, nós estamos falando aí de pelo menos oito, dez anos atrás. Nós vamos tentar saber esse número de quanto eles já arrecadaram, para a gente perguntar o que fizeram, e vamos comparar o trabalho do que dizem ter feito. Comparar também o pagamento, porque todos os diretores dessas ONGs são bem remunerados, entre R\$30 e R\$50 mil cada um.

Na terça-feira, nós vamos ter a nossa reunião normal, com o depoimento – eu acho que vai dar tudo certo, vamos já pautar –, que é da Helderli, que é a Presidente do Movimento Pardo-Mestiço. E vamos escolher um outro desses nomes que aparecem em todos os depoimentos.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do requerimento. *(Pausa.)*

Coloco em votação o requerimento constante da pauta.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então.

Aproveito para colocar em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar...

Antes de declarar encerrada a presente reunião, reafirmo aqui o nosso compromisso com a nação brasileira, com aqueles brasileiros que querem manter, resgatar, seja o que for, a nossa soberania, em contrapartida com aqueles que querem manipular e contra os brasileiros manipulados, que preferem uma nação colonizada, mesmo achando que são a elite do Brasil. Não passam de colonizadores, não passam de sócios, de porta-vozes dessa narrativa que é tão perniciosa para nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reafirmando também, e aproveito sempre: nós, brasileiros, você, brasileiro, você, brasileira, não podem nunca assumir essa pecha, colocar as nódoas ambientais que eles nos querem impingir, os cadeados ambientais que precisamos quebrar; enfim, dizer que você, brasileiro, você, brasileira, em relação à Amazônia, é desinformado sim, mas não é bandido e não é o vilão desse filme. Se esse filme tem um bandido, os bandidos são eles.

Que Deus nos proteja a todos, fiquem todos em paz. Paz de Cristo.

Declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Zequinha Marinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto, Beto Faro e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** ***Informe a finalidade***. Oitiva do Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, em atendimento ao requerimento 110/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor presidente do Tribunal de Contas da União informações a respeito de investigação relativa ao processo de nº TC 020.974/2019-1, contidas em voto de 22 de janeiro de 2022, que levou ao acórdão nº 71/2020 – TCU – Plenário." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2023** que : "Requer que seja convidada a Senhora Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a participação dela no conselho deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais estrangeiras no território brasileiro, bem como, de entidades governamentais estrangeiras nas áreas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Censo 2022." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2023** que : "Requer, em aditamento aos requerimentos 92 e 94 de 2023, que ambos sejam transformados em convite." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/22>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e Oscips, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002, até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem como objetivo colher o depoimento, como convidada, da Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, conforme requerimento aprovado por este Colegiado.

Peço que a Secretaria conduza a Sra. Helderli para compor a mesa. Ela é a Presidente do Movimento Nação Mestiça e vai dar o seu depoimento daquilo... das denúncias que a gente tem recebido de que estão transformando pardos, mestiços em indígenas.

Enquanto isso, eu vou pedir para a assessoria...

Seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Uma reportagem de 2014, da Band, mostra centenas de moradores coagidos a fazer cadastro na Fundação Nacional de Índios, como se fossem índios, para engrossar invasões de terra no sul da Bahia. O Jornal da Band revelou, com exclusividade, como funciona a fraude, que criou uma tribo de falsos indígenas. É o que estão fazendo em todo o Brasil, particularmente agora, nos Municípios de Autazes e Careiro da Várzea, no Amazonas, para atrapalhar a exploração do potássio.

Por favor, o vídeo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês veem que é parte de um todo. Isso é antigo, e estão fazendo no Brasil inteiro. Não é à toa que o IBGE acaba de revelar, no seu mais recente censo, que aumenta a população indígena no país em 90%. Era de oitocentos e pouco, novecentos, agora está um milhão, seiscentos e poucos indígenas.

Deixe-me falar uma coisa para vocês que aqui estão e para o brasileiro e para a brasileira que assistem agora, Senador Marcio Bittar, à nossa CPI pelo YouTube, pelo Senado, e depois não tem reproduções nisso: o IBGE informa que, hoje, os indígenas no Brasil são de 1,690 milhão de indígenas. E sabe qual foi a pegadinha, além disso que vocês viram, ouviram e vão ouvir aqui logo mais? Além dessa transformação de ribeirinhos, pardos e mestiços em indígenas, eles têm também uma grande pegadinha, que foi colocada no formulário do IBGE, e foi colocada pelo Sr. Tiago Moreira, que é pesquisador do ISA – sempre o ISA –, Instituto Sociambiental, que ajudou o IBGE na formação da metodologia para o censo. E a pegadinha era que, como você é pardo, então você tem descendência indígena. Você se acha indígena? Aí a pessoa: "É, eu sou indígena". Quer dizer, você vê como é um negócio articulado. É muito simples, mas é articulado.

Um membro do ISA, Senador Marcio Bittar, de quem o senhor tomou conhecimento, ajudou no formulário do IBGE para detectar e aumentar a população indígena.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Hã-hã.

E a gente também, ao longo da sessão hoje, nós vamos mostrar alguns documentos, revelar alguns documentos – que podem ser revelados – da Abin, documentos muito contundentes, e também informar ao Brasil inteiro que a Ministra Marina Silva, que é Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ainda ocupa, não se afastou, um cargo no Conselho Honorário da ONG. A ONG é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, que tanto mal também nos causa. E a Sra. Ana Toni, que é Secretária de Mudança do Clima, do mesmo ministério da Marina, ocupa um cargo no Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Olha esse relacionamento promíscuo, olha esse tipo de promiscuidade que sempre tem governos, instituições governamentais com ONGs.

E ao longo... Aqui, nós vamos falar também, por exemplo: por que nós estamos chamando a Fundação Amazônia Sustentável? A Amazônia Sustentável recebeu R\$12,302 milhões – eu vou me poupar dos números menores –, para cuidar da gestão das terras indígenas da Bacia do Rio Negro e Xingu. A gente vai querer saber o que eles fizeram na Bacia do Rio Negro e Xingu com esse dinheiro. Então, isso aqui é o ISA. E a Fundação Amazônia Sustentável vai ser chamada porque recebeu R\$54 milhões do Fundo Amazônia para ajudar o ribeirinho a produzir farinha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então... A senhora está vindo... Opa! Sim, desculpe.

Daqui a pouco, a nossa convidada vai mostrar com mais detalhes, com nomes, com locais, com depoimentos, inclusive com a liberdade de trazer...

O nosso Relator, nosso amigo, Senador Marcio Bittar, que está acompanhando todos os documentos através de sua assessoria, também tem detalhes a revelar ao longo disso – não é, Márcio? – hoje.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar a nossa convidada. Muito obrigado pela presença! Talvez alguma informação que eu vá passar também possa lhe ser útil.

Quero cumprimentar todas as pessoas que nos ajudam, pessoas do próprio Senado, do gabinete do Senador Plínio, do meu gabinete, pessoas que nós pedimos do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, da Receita Federal; o trabalho que estamos fazendo não seria possível sem a participação de todos vocês. Muito obrigado!

Bem, Sr. Presidente, eu entendo que nós podemos afirmar hoje que as suspeitas que tínhamos quando V. Exa., de forma tenaz, persistente, Senador Zequinha, trabalhou para a constituição desta CPI... Eu não tenho dúvida de que nós podemos afirmar que as nossas suspeitas já se confirmaram. É escrachado como há um conluio de fundações internacionais – Fundação Ford, Fundação Rockefeller – com governos estrangeiros, como Nicarágua, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Holanda, e por aí vai.

Esse movimento internacional, cujo interesse verdadeiro é uma guerra econômica, é esse movimento internacional que patrocina ONGs no Brasil, numa claríssima demonstração de quebra da soberania nacional. Quanto mais se estuda, quanto mais se aprofunda, mais fica evidente que são guerras econômicas travestidas de preocupação ambiental.

Hoje, Senador Plínio, nós trouxemos aqui alguns exemplos que já justificam claramente a chamada, o convite ou, se não aceitarem, a convocação das pessoas do Governo brasileiro, que têm obrigação de cuidar do interesse nacional. Para nós, está claro que há uma covarde submissão daqueles que deveriam cuidar do interesse brasileiro numa região que é mais da metade do Brasil.

Eu passo a ler aqui um documento, rápido, para poder passar a palavra para a nossa convidada.

Receitas de algumas ONGs.

A riqueza amealhada pelas ONGs ambientalistas que ocupam a Amazônia contrasta com a pobreza da região, onde metade da população ou mais...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos um levantamento ontem, Plínio, sobre o Bolsa Família, na Região Norte, e o único estado em que ele não atinge mais da metade das famílias é Rondônia. Nos outros estados, chegam a ser 60% das famílias que, para sobreviverem, têm que ter Bolsa Família. Essa é a realidade da Região Amazônica. Contrasta com uma região em que falta saneamento básico: não tem água encanada, não tem esgoto sanitário. Não haveria campanha mais importante de saúde pública do que levar água e esgoto para a região que é a que menos tem. Não chega a 8% de saneamento básico na Região Amazônica. Vale destacar que são ONGs bancadas com dinheiro internacional para lutar pelo não desenvolvimento da região. Estão ficando cada vez mais claros os interesses neocoloniais – como sempre diz aqui o nosso Presidente – da Europa, dos Estados Unidos, do Canadá, em fazer prevalecer a política de santuário para implementar uma grande reserva de mercado de nossas riquezas minerais e florestais.

Eis o resultado dessa política neocolonial, aceita de forma pusilânime por parte de alguns brasileiros entreguistas: 83,8%, quase nenhum brasileiro sabe disso. São dados oficiais da Embrapa Territorial não questionados por ninguém. Que, aliás, coincide com o mapa que a Nasa fez da Região Amazônica. Quase 84% do bioma amazônico já são áreas destinadas à vegetação protegida e preservada, entre aspas, "vegetação", entre parênteses, (vegetação nativa em terras devolutas, não cadastradas no CAR, terras indígenas, unidades de conservação integral, áreas militares, áreas destinadas à preservação da vegetação nativa no mundo rural).

O que tem de abertura na Amazônia são os rios, que ocupam cerca de 2%; infraestrutura, 1%; pastagem, 10,7%; lavoura, 2,4%. Fonte: Embrapa; ou seja, na Amazônia brasileira, no bioma amazônico, o que tem de abertura para a atividade econômica hoje não chega a 15%. São dados da Embrapa. Quase 84% do bioma amazônico são áreas destinadas à vegetação protegida e preservada. Isso junta tudo: área indígena, terra devoluta, onde você, mesmo para legalizar, vai ter que usar só 20% dela. Então, o que é que está ocupado na Amazônia com atividade? O que é que se abriu na Amazônia? Algo em torno de 14%. Se nós utilizarmos do que sobra fora das áreas indígenas, das reservas extrativistas, área militar, etc. e tal, se nós utilizarmos o máximo, que são 20% do que sobra, seriam quatro, quatro e pouco por cento, ou seja, 18% da Amazônia brasileira e somente.

E, mesmo assim, essas áreas ainda devolutas, geralmente, são áreas em que os interessados internacionais não descobriram, pelo menos por enquanto, alguma jazida, alguma mina de potássio, porque, senão, vai ter a ONG atrás de transformar em outra reserva de mercado para ela.

Os números não mentem. O bioma amazônico está preservado e nenhum país pode nos dar lições ambientais. Porém, mesmo assim, ONGs vivem para difamar o Brasil, receber recursos para defender interesses neocoloniais travestidos de discurso ideológico.

O ISA, que muito bem aqui disse o nosso Presidente. Quem é que faz parte do ISA? O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Será que essa relação é saudável? Ele foi um dos fundadores do ISA, o Capobianco. Ele é um dos fundadores do ISA. Como disse aqui o ex-Ministro Ricardo Salles,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele sai do ISA, vai para o governo com a Marina Silva lá atrás, depois volta para o ISA e agora sai de novo para ir para o Governo. Sabe quanto essa entidade recebeu, querido Presidente, de 2021 a 2022? Cento e trinta e sete milhões de reais em dois anos. Segundo os próprios relatórios da ONG, mais de 80% desses recursos foram internacionais. Capobianco está sendo chamado por nós para vir aqui. Será que é normal? E aí essa entidade participa, entre outras coisas, do que acabou de ler nosso Presidente? Há uma coisa mais importante, estratégica do que as informações do que é o Brasil no censo? Como é que você pega uma entidade que recebe R\$137 milhões, dos quais 80% vieram de fora, e entrega a essa entidade o direito de entrar na pesquisa do IBGE, pesquisa que serviu para ser manipulada, como disse o Plínio, e dobrar a população indígena? Isso tem um objetivo: se dobra a população indígena, quer aumentar mais ainda as áreas e reservas indígenas. Esse tipo de relação é normal? O Canadá aceitaria isso? Os Estados Unidos aceitariam isso – a Alemanha, a Noruega –, que uma entidade recebesse 137 milhões, 80% de fora? E mesmo assim o Estado entregaria a essa entidade? Como diz sempre o Plínio, quem paga manda. Se esses países estão pagando, é porque têm interesse, e não é ecológico; é interesse econômico.

SOS Amazônia. É interessante, porque não é SOS Índio, que está passando dificuldade, não é SOS Mães Estupradas, não; é SOS Amazônia, o bioma mais preservado do planeta.

Essa SOS Amazônia movimentou, somente de 2019 a 2020, mais de R\$15 milhões, dos quais mais de 4 milhões do Governo acriano. Então, vamos querer saber o que foi que ela prestou de serviço. E sabe qual é a função dela, do ISA e das outras? Vamos dizer aqui: trabalhar para travar o desenvolvimento da nossa região.

Então, como essa SOS Amazônia, ela é mais uma outra ONG, passando por cima de todas as prefeituras, de todos os Vereadores, de todas as Câmaras, de todas as Assembleias da Amazônia, de todos os Governadores, entram no Ministério Público Federal e conseguem, nesse conluio que existe entre um e outro, paralisar obras fundamentais para melhorar a qualidade de vida do povo da Amazônia. Como é que você trabalha se não tem uma estrada, se não tem uma hidrelétrica?

Instituto do Homem e Meio Ambiente, o Imazon: o Imazon manipulou entre 2020 e 2021, que é uma agência, quase R\$33 milhões. E olhe só, Plínio, seus principais doadores internacionais: Norad – Norad é uma agência do Governo da Noruega. Como é que o Brasil permite que uma agência governamental da Noruega, que vive de petróleo e gás, como é que ele permite que uma agência de um outro governo financie ONGs no Brasil? E o Brasil aceita passar para uma ONG como esse serviço que é do Estado brasileiro, de segurança nacional.

Ipam. Esse instituto, do qual a ex-Senadora, atual Deputada, Ministra Marina Silva faz parte, como faz parte uma outra colega que está no ministério, instituto... O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) movimentou, entre 2020 e 2021, R\$51 milhões. Vale citar como exemplo de promiscuidade entre o poder público e as ONGs o fato de que consta, como disse aqui o Senador Plínio, no *site* da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição, a Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança Climática, ocupando o cargo de Conselheira Honorária; e Ana Toni, que está sendo convidada, na pauta também hoje, Secretária de Mudança do Clima do MMA, ocupando o cargo no Conselho Deliberativo do Ipam. Veja, se uma entidade como essa recebe em dois anos R\$51 milhões, será que essas pessoas obedecem mesmo ao interesse do salário que recebem do ministério? Ou será que a fonte de renda maior que movimenta a vida dessas pessoas vem do instituto do qual elas fazem parte, que é bancado, financiado por dinheiro estrangeiro?

Como bem caracterizou o Deputado Ricardo Salles em depoimento a essa CPI: a existência de um conluio entre ONGs, universidades. Aqui, quando você vai no *site* dessa ONG de que a Ministra Marina faz parte e a Ana Toni faz parte, você tem aqui professores da universidade. Como é que o professor da universidade, que já foi reitor, inclusive, da universidade, da USP, como é que ele consegue ser Reitor da USP, se dedicar a uma ONG? Na legislação brasileira, há um campo cinzento que diz que, enquanto não houver conflito de interesse, seria permitido, por outro lado, existe uma lei muito clara de que um servidor público tem que estar em exclusividade na sua atividade. Mas fica uma pergunta: a quem ele vai servir? A quem esses professores, como o reitor que faz parte do Ipam, a quem vai servir? Quem ele vai priorizar? A ONG, que recebe milhões e milhões de fora, que paga? Eu creio que sim.

Olha os principais financiadores, Plínio, das ONGs ambientalistas: Embaixada da Noruega – como é que o Brasil aceita que a Embaixada da Noruega faça reuniões, na embaixada aqui no Brasil, com ONGs para financiar a ação delas em território nacional? A agência governamental da Noruega, já citei, que financia um projeto que dá R\$21 milhões, a União Europeia, Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos. São órgãos governamentais. É preciso muita ingenuidade pra acreditar que essas instituições não trabalham para os interesses de seus países.

Outras financiadoras são Aliança pelo Clima, da Noruega; Gordon and Betty Moore, fundação. Gordon Moore foi um dos fundadores da Intel – Intel é uma ONG –, fundou a Intel, que tem interesses em energias renováveis, eólica, solar, e que financia ONGs no Brasil, inclusive, claramente, ONGs pra trabalhar contra a extração de petróleo e gás. Eles podem, nós não. Uma outra fundação, ONG fundada por cientistas e advogados de Nova York, e uma outra dos Estados Unidos.

Algumas observações pra terminar, Sr. Presidente...

Algumas observações para terminar, Sr. Presidente... Não, isso aqui eu vou deixar para o Senador Plínio, que é a relação que existe entre essas ONGs, o movimento internacional e o Ministério Público Federal, que atuam em conjunto para paralisar qualquer iniciativa na Amazônia. As hidrelétricas últimas que foram feitas no Brasil demoraram mais de sete anos para pegar uma licença. Hoje foi parada a BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, passou quase dez anos para concluir; está parada a Ferrogrão; foi proibida agora, recentemente, pelo Ministério Público Federal, provocada por duas ONGs, a continuidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da BR-364 ligando Cruzeiro do Sul, do Brasil, a Pucallpa, no Peru, do lado de lá; recentemente, o Ibama proibiu...

A Intel, perdão, não é uma energia, é uma empresa de tecnologia da Califórnia. Um dos seus fundadores, que é o Gordon, é financiador... Olha como são os interesses: ele funda uma empresa de tecnologia, que inclusive é financiada, trabalha com energias alternativas, mas ele, que é o fundador, banca energia no Brasil para trabalhar com outra, combustíveis fósseis.

Bem, Sr. Presidente, e, para terminar, nós estamos aqui refazendo o requerimento – talvez valha a pena mencionar – ao BNDES. Não ficamos satisfeitos com o que eles mandaram e principalmente com o caráter sigiloso. Como é que pode ser sigiloso se é dinheiro público gestado por um banco público brasileiro! Como é que isso deve ser sigiloso?

Eu fico impressionado, Plínio e colegas que trabalham na Comissão. Uma prefeitura qualquer da Amazônia, um governo qualquer da Amazônia são virados de cabeça para baixo pelo Ministério Público Federal, pelo estadual, pelos tribunais de contas, pela Polícia Federal, por todos os órgãos de investigação. Como é que isso aqui tem que ser sigiloso?

Então, nós estamos reiterando o documento para o BNDES, entre outras coisas pedindo: 1) movimentação financeira, extrato bancário das contas onde foram depositados os recursos dos contratos com o BNDES; 2) os contratos dos serviços decorrentes do projeto, consultorias, capacitação, seminário, entre outros; 3) listagem nominal dos recursos humanos utilizados no projeto, próprios, terceirizados, e com valores dos pagamentos e períodos referentes; 4) listagem e notas fiscais de todos os produtos e serviços adquiridos; 5) listagem dos benefícios com diárias e passagens, comprovantes dos valores pagos dos bilhetes adquiridos, táxis e outros; 6) listagem dos cursos – capacitação, oficinas e similares – realizados, bem como das pessoas capacitadas, treinadas e beneficiadas com o projeto; 7) localização dos imóveis beneficiados; e 8) também os editais e chamadas para as contratações.

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública, consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a esse expediente, indicando se há fundamentação legal do alegado sigilo. Porque desconfiamos, nós e os nossos assessores, profissionais de carreira inclusive, aqui do Senado e da Polícia Federal, e de outros órgãos de instâncias de Governo, que muito do que o BNDES nos manda como sigilo não tem razão de ser; ao contrário, devem ser informações, são informações que interessam à nação brasileira. E não há razão de se ter sigilo sobre essas informações. Por isso refizemos o ofício.

Eram essas as informações, Senador Plínio. E termino reafirmando que esta Comissão já tem condições suficientes de dizer que a nossa suspeita já está comprovada. O Brasil sofre o maior assalto da sua história. Se alguém acha que o mensalão foi um assalto ao país, e eu acho, se alguém acha que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

petrolão foi um assalto ao país, e eu acho, esses assaltos estão infinitamente menores do que o maior assalto da história do Brasil, que é o assalto que se faz a toda uma região, envolvendo 66% do território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Daqui a pouco eu falo sobre o Ministério Público Federal. Peço paciência à nossa convidada para abrir a palavra ao Senador Zequinha Marinho e ao General Mourão.

Antes de nós começarmos, Senador Mourão, nós estamos trazendo hoje, como convidada, a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves. Ela é Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça), que vai nos falar exatamente daquilo que a gente vem falando aqui: da transformação de mestiços, pardos, seja lá o que for, em indígenas, o que vai explicar o aumento apontado pelo IBGE nos povos indígenas do Brasil.

Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia a V. Exa.; ao nosso Relator; à nossa convidada; aos nossos Senadores aqui; à imprensa; a todos os assessores.

Estava ouvindo ali os dados, os números, as informações que estavam sendo repassados pelo Senador Marcio Bittar, e meu coração está pingando sangue aqui. Na BR-163, ali no oeste do Pará, estão acontecendo as piores barbáries que alguém pode presenciar na face da Terra. Eu nunca vi tanta injustiça. Não é de hoje que isso acontece naquela região.

No Governo lá atrás, no Governo do Estado do Pará do Dr. Almir Gabriel ainda, no início da primeira década deste século, foi feito um estudo de zoneamento ecológico-econômico naquela região, exatamente porque se precisava detectar em que áreas se podia produzir e aquelas em que não se devia produzir. Depois veio o Governo do Presidente Lula. Mandou sobre aquela região uma série de reservas; decretos para FLONAs, APAs, parques, REBIOS, RESEXs e assim por diante. Transformou a vida daquela turma que foi levada pelo Governo Federal na década de 70 para 80, para ocupar aquela região às margens das duas BRs, a BR-230 e a BR-163... E a vida dessa turma virou um inferno.

Nesse celular aqui, se V. Exa. quiser, eu posso expor um curral cheio de gado, em uma fazenda antiga ali, coisa de médio porte. Um cara sofrendo com a família; a filha chorando e dizendo: "Papai, e aí, vamos ficar sem nada?". Tudo financiado por ONGs, cumprindo um capricho e uma política dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONGs, a que o Governo se junta para praticar o pior tipo de injustiça contra o seu próprio povo. Isso dói, e a gente se sente impotente.

Se você for no Ministério Público, é um aliado de primeira hora das ONGs; se for na Justiça, o juiz tem medo de dar uma canetada contra, porque essa questão ambiental é uma questão extremamente sensível; se você for no Governo, o Governo também está junto, concordando, porque a pessoa que está aqui no Governo, hoje, ontem, era a pessoa que estava comandando a ONG e que fez todo aquele planejamento. Quer dizer, nós estamos aí quase com 20 anos! Estou falando desse momento, estou falando dos efeitos desse momento, Senador Bittar, mas esse é um negócio que vem sendo trabalhado. E há gente de boa-fé aqui achando que não é nada: "Isso é um negócio normal, é assim mesmo, e tal...", relevando. E eles, com um pensamento completamente diferente, não levam em conta a presença do ser humano, não levam em conta se aquela pessoa que está sendo despejada da sua propriedade, porque chegou lá, o pai, o avô, sei lá, e está lá até hoje. Aquilo nunca foi reserva e, de repente, o Governo chega, joga uma reserva em cima, faz um decreto aqui de noite, joga no *Diário Oficial*. Você que até ontem era um cidadão, um pai de família, hoje amanheceu bandido, porque quem invade reserva é bandido, mas, na verdade, foi a reserva que o invadiu!

Os garimpeiros, garimpeiro é o capeta, não sei o quê, que destrói. Como é que nós fizemos com os... Quando na Serra Pelada, ali o Governo viu que não dava para prosseguir em função dos perigos, criou uma reserva garimpeira no município, pegando parte do Município de Itaituba, outra parte do Município de Trairão e Novo Progresso, uma área relativamente grande, em função do potencial. Esses garimpeiros, naquela época, grande parte foi para lá, foi explorar lá. As prefeituras ali daqueles três municípios são quem licenciam para que eles possam fazer isso. Joga-se uma Flona em cima da reserva garimpeira, certo? Quer dizer, um Governo que não olha nem os seus documentos, não respeita nem o que foi feito ontem. Será que o Governo está fazendo isso porque não viu ou porque está atendendo um pleito de alguém inescrupuloso, que não tem a menor preocupação com ninguém? Aí todo mundo que está ali vira bandido, porque era uma reserva garimpeira até ontem, mas de ontem para hoje virou uma Flona, uma floresta nacional, em que não se permite a exploração.

Esta semana passada, nas duas últimas semanas, na região de Novo Progresso, o relatório que me passaram aqui, mais de 30 PCs – PC é um apelido que se dá para aquela escavadeira hidráulica, que atua em garimpo, mas atua nas fazendas, nos projetos, indiscriminadamente –, não sei quantas casas foram queimadas, não sei quantas fazendas foram expropriadas naquela região. Então, enquanto V. Exa. lia tudo isso aí, a minha tristeza aqui, a minha angústia, a minha revolta, não dá para mensurar aquilo que a gente sente por dentro.

Quem está fazendo isso? Quem está financiando isso? Para quem estamos trabalhando? Para essa turma, que pega recursos lá fora para destruir nossa gente. Qual é o rumo que nós vamos dar para essas famílias? Não sei. "Te vira, te vira. Eu vou botar fogo na tua casa." Como é que faz? Onde é que nós estamos? Em que mundo nós estamos vivendo? Certo? Vai tirar o cara de lá, vai: "O senhor não dá pra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar mais aqui, carregue o seu gado, vai pra algum lugar". Não faça... O respeito que se tem pelos bandidos dos morros do Rio de Janeiro é alguma coisa fantástica. E a perseguição que se imprime a um coitado brasileiro que escapou da malária, da cobra, que está sobrevivendo, está conseguindo – não é? – ter alguma coisinha... Eu não sei por que tanta raiva de alguém.

Enquanto isso, o Pará se transforma na principal rota da droga, tá? Pergunte à Polícia Federal como é que funciona, como é que está hoje. Toda a estrutura, toda a estrutura de força de combate a essa turma não está, não está indo pra combater tráfico, combater o coitado de um produtor rural lascado da vida – me perdoa a palavra – que está ali, que foi levado por alguém há algumas décadas, no passado. Você calcula o que é assistir a isso e se sentir impotente diante desse quadro tão trágico. Que coisa! Eu não queria viver pra ver esse tipo de coisa acontecendo, porque eu não suporto injustiça.

Estamos vendo hoje aqui, por exemplo, procurar o ICMBio, porque a área onde estavam garimpando é área pra garimpar, não está dentro da Flona, ficou fora, porque... "Então, aqui vamos trabalhar." Não, chega agora lá, toca o terror e acaba com tudo. Um dia desses queimaram cinco aviões, táxis-aéreos. O cara freta o avião pra deixar alguém lá e volta. Chegaram, na hora, pegaram os aviões e queimaram cinco aviões. Então, eu não sei nem qualificar esse tipo de ocorrência que a gente vive ali naquela região do oeste do Pará.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigado aí pelo tempo para desabafar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – A sua indignação é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

É, essa indignação que toma conta aqui a gente quer que o país tome conta também e fique tão indignado quanto nós que nascemos na Amazônia.

Com a palavra – antes, sempre pedindo paciência, porque normalmente há rotatividade, os Senadores têm outros compromissos, e a gente sabe que o Senador Mourão vai ficar até o final, eu gostaria de ouvi-lo –, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, bom dia, meus dois amigos, demais Senadores.

Eu queria dar boas-vindas à Sra. Helderli Fideliz, já olhando aqui o que vai ser a sua apresentação, nós que somos mestiços e nos orgulhamos da raça brasileira, não é? Tanto que o passaporte brasileiro é o passaporte mais cobiçado do mundo, porque qualquer um serve como brasileiro. E, lamentavelmente, ao longo dos últimos 30 anos, eu vou colocar assim, nós importamos de fora do Brasil um conflito racial que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca houve aqui dentro, não é? Isso é péssimo pra uma nação que se orgulhava até então da forma como a nossa nacionalidade foi formada e como nós nos constituímos.

Eu também me junto ao meu amigo Senador Zequinha Marinho nessa situação do Pará. Eu conheço bem aquela região da BR-163, ali de Novo Progresso, de Itaituba.

O Governo atual, na sua primeira fase, lá atrás, no ano de 2003, adotou a linha de ação de mostrar ao mundo que estava protegendo a Amazônia pela demarcação de terras indígenas e pela delimitação de áreas de preservação, independentemente de quem estava no terreno naquele momento.

Então, o caso de Novo Progresso é emblemático, porque se criou ali a Floresta Nacional do Jamanxim em cima de áreas que estavam ocupadas há 40, 50 anos por famílias que foram os desbravadores daquela região. Então, hoje existem 3 mil famílias – esse é o número que eu tinha – que estão, praticamente, ilegais. E qual é a solução? A solução, para mim, é uma só: o Estado brasileiro tem que se fazer presente; cadastrar, efetivamente, essas famílias; verificar o prazo em que elas, efetivamente, estão lá; redefinir os limites da Floresta Nacional do Jamanxim; e acabar com essa disputa em que nós continuamos.

Agora, existe a pressão oriunda, sempre, das organizações não governamentais que são mantidas com recursos de fora do Brasil, como foi mostrado aí pelo nosso Senador Marcio Bittar, e isso, eu já comentei aqui uma vez, nada mais é do que uma estratégia indireta de dominação de uma área rica em todo tipo de mineral, em todo tipo de madeira, em água e que as nações que hoje controlam o mundo querem preservar e impedir que o Brasil a explore corretamente.

A gente tem que lembrar que a Amazônia, até hoje, não é uma região perfeitamente integrada ao resto do nosso país. Está aí o Senador Bittar, que é do Acre; para se pegar um avião e chegar a Rio Branco, o senhor sabe qual é... Isso em avião; se for de carro, é outro problema. O Senador Plínio não nasceu em Manaus, mas vive em Manaus. A Manaus só se chega de barco ou de avião; não tem outra forma de se chegar a Manaus, uma cidade com 3 milhões de habitantes. E a outras inúmeras cidades da nossa Amazônia.

Então, as pessoas não entendem isso, não compreendem isso, criam problemas desde a implantação de linhas de transmissão, que não vão danificar nada, com a implantação de uma ferrovia, que é muito mais, vamos dizer assim, saudável em termos de dano ao meio ambiente do que uma rodovia, e procurando sempre o quê? Manter aquilo como se fosse um santuário. Não respeitam a autodeterminação dos povos indígenas, porque quem conhece sabe que o indígena não quer viver imerso no meio da floresta como se estivesse no tempo da pedra lascada. Ele tem conhecimento. Ele sabe o que está acontecendo ao redor dele e ele quer ter o direito de explorar, com respeito às leis, a terra que ele tem.

Então, o trabalho desta Comissão, Senador Plínio, Senador Marcio, tem sido enaltecido por muita gente no Brasil inteiro. Eu lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul, tenho recebido os *inputs* da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação pela forma como os senhores estão conduzindo isso aqui. E a realidade é uma só: quando nós terminarmos esse trabalho, traremos à luz algo que o Brasil tem que se levantar e combater. Parabéns aí aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mourão. Nós, nós todos, o senhor faz parte desta Comissão.

Na verdade, existe uma cegueira deliberada que se adapta às determinações do dinheiro internacional. É isso que a gente está mostrando.

Nós temos a nossa convidada, que está conosco aqui, mas como nós temos hoje a presença do nosso Chico Rodrigues, de Roraima, e da Senadora Damares, eu abro a palavra, pedindo para a gente ouvir a nossa convidada de hoje, que vai falar exatamente sobre essa trama, essa coisa feia de transformar pardos e mestiços em indígenas.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o nosso colega Senador Plínio Valério, que tem conduzido de uma forma extremamente admirável os trabalhos desta Comissão, sem radicalismo, sem criar aqui modismos dentro da Comissão em função da dificuldade do tema, e o próprio Senador Marcio Bittar, como Relator, que conhece o problema, que esse é um problema de interesse nacional.

Todos nós, os nacionais, todos nós, os brasileiros, precisamos nos debruçar sobre essa questão, porque é uma questão que transcende as fronteiras do nosso país. E os movimentos são extremamente visíveis, explícitos, sem nenhum subterfúgio. Eles agem de uma forma que nós convivemos no cotidiano. E é importante, a iniciativa é importante para que a gente possa, obviamente, ter o nosso território brasileiro preservado, ter os interesses nacionais preservados.

Reconhecemos, claro que reconhecemos, a importância, no caso específico das nossas comunidades indígenas, porque elas são fundamentais para a cidadania. Isso aí é inquestionável, indiscutível, inegociável, mas os excessos e os interesses paralelos que estão sobre essa questão têm que ser realmente discutidos, têm que ser aclarados.

Nós verificamos, independente aqui... E tenho uma planilha, recebi uma planilha da mesa, das receitas de alguns ONGs. Não tem problema que os valores sejam valores gigantescos, etc., mas desde que fossem aplicados de uma forma direta para que nós pudéssemos organizar a nossa estrutura interna no Brasil, das comunidades, dos produtores e tal. Porque, no nosso caso especificamente, no caso de Roraima especificamente, nós temos algumas áreas demarcadas que já não vale a pena questionar, discutir, etc., porque elas estarem demarcadas. Eu vou citar apenas duas áreas, que é a área dos ianomâmis, que são 9,6 milhões de hectares – repetindo, 9,6 milhões de hectares – e a área Raposa Serra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sol, que foi tão decantada em década passada e que é uma área de 1,56 milhão de hectares. Pois bem, nessas duas áreas, coincidentemente, há um incrustamento visível pela tecnologia, pela ciência, pela geologia, pelos satélites, das ocorrências minerais gigantescas, gigantescas! Eu estou falando e repetindo: gigantescas.

Então, coincidentemente, são exatamente as áreas onde tem maiores investimentos dessas ONGs para que possam "proteger" – entre aspas – os nossos indígenas, esquecendo que nós somos nacionais e acompanhamos aqui. Tem o Senado – a caixa de ressonância da sociedade brasileira é o Senado –, que representa o Estado, para se preocupar e se debruçar sobre essas questões, que são substantivas.

Então, essas questões a gente vem discutindo, estamos ouvindo alguns, participei, ouvindo as explanações, como agora será apresentada pela Helderli Ferraz, e a Comissão e o Relator – principalmente o Presidente e o Relator –, fazendo um juízo de valor para agregar informações que possam, ao final e ao cabo desta CPI, esclarecer a população brasileira. E, lógico, o instrumento legislativo é o que, na verdade, nos é de direito, mas a implementação de práticas para que haja uma convivência sadia, uma convivência saudável, inclusive em relação a essas ONGs... Porque eu não sou contra, eu não sou contra – quero deixar bem claro aqui –, mas que elas, na verdade, trabalhem em benefício de cada segmento desse, mas olhando primeiramente os interesses nacionais. Então, isso aí é fundamental.

Nós temos casos aí em que eu já me debrucei, por exemplo, no caso de Autazes, lá do potássio, porque tem algumas comunidades indígenas ali a 5km, 10km. Isso não existe no planeta Terra! A questão do petróleo, a questão do petróleo ali na foz do Rio Amazonas. Meu Deus! A Guiana, hoje, é a nova Dubai; a vizinha do meu estado hoje, a Guiana, é a nova Dubai, com mais de 20 bilhões de barris de petróleo descobertos e em exploração, sem nenhum dano ambiental no mar, enfim. Então, está claro como uma janela sem vidros que são interesses que têm que ser contidos de uma forma... Eu gosto muito da diplomacia; a conversa e o esclarecimento são melhores do que o conflito, e mostrando o que representa e o que tem disponível este país, que é tão cobiçado, e tantas ações externas vêm tentar comprometer a nossa soberania.

Soberania é inviolável, inegociável, inquestionável. Agora, obviamente, compete ao Poder Executivo, numa ação vertical, tomar decisões que sejam decisões de Estado, e não de governo – decisões de Estado! –, porque o Brasil precisa ter essas decisões para ver seu futuro gigantesco. Como dizia um professor que eu tive na Itália, na FAO, há 30, 40 anos, Amintore Fanfani, que o Brasil era o país do século XXI; o Brasil será... Em 1980, dizia Amintore Fanfani que o Brasil era o país do século XXI. Aí, se a gente tivesse uma hora aqui para discutir os pontos, ponto a ponto, enfim... E é fato.

Então, na verdade, eu gostaria de fazer esse comentário preliminar, antes, obviamente, agradecendo inclusive ao Presidente, ao nosso Presidente, pela gentileza, e fazer apenas uma observação aqui: a Comissão, obviamente, tem o condão de esclarecimento, de busca, de pesquisar e de apresentar ao Brasil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ações que extrapolam os limites da convivência e da independência entre os diversos países. E, lógico, pelo estilo do Senador, eu tenho certeza de que, pelo estilo do Senador Plínio Valério e, claro, também do nosso querido Relator, eles não querem chegar a potencializar conflitos aqui, nesta Comissão. Pelo contrário, uma CPI não é um teatro de guerra. Às vezes, tratam assim, de uma forma absolutamente errada. Tem CPIs aí que são um verdadeiro circo, um verdadeiro teatro, e a CPI, a função dela não é essa, enfim.

Na verdade, eu, vendo que tinha alguns requerimentos do Senador Beto Faro, que não está nem presente, os Requerimentos 98, 99, 100 e 101... São quatro requerimentos para que fosse aprovado, para que transformassem as convocações em convite, porque, na verdade, quem está sendo convidado, num primeiro momento, deverá participar, deverá vir. Obviamente, é um convite, e parte-se da premissa que tem informações substanciais para deixar para a Comissão. E, nesse primeiro momento, até para deixar a Comissão mais leve e mais a cara da Mesa, a cara do Presidente e do Relator, que nós pudéssemos, na verdade, transformar, porque são os únicos requerimentos, os quatro, que estão sendo em regime de convocações.

Eu gostaria de consultar V. Exa. se não poderia transformá-los em convite, para haver uma pacificação e tranquilidade maior na nossa Comissão, que, tenho certeza, vai apresentar um relatório extremamente substancioso para o Senado e para a República, não apenas para nós da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradecemos ao Senador Chico Rodrigues, como um conhecedor da Amazônia, sempre colaborando muito.

Quanto aos requerimentos, já fizemos até um. É porque a gente está identificando o autor do requerimento para ele próprio fazer, como eu fiz com a Natura, transformando a convocação em convite – a gente vai convidar.

É que o Brasil estava acostumado, está acostumado com CPI como se fosse um teatro, uma coisa maluca, não é? Apontar dedo, prender, arrebentar... E está deparando com uma CPI que vai investigar, que vai apresentar soluções. E o resultado tem sido positivo, viu, Senador Chico? A gente tem recebido muitas manifestações.

Mas vamos providenciar, sim, os requerimentos. Nós vamos, ao final do depoimento, discutir, votar, aprovar os requerimentos.

Eu ouço a opinião da Senador Damares, agradecendo a sua presença, em seguida mesmo Helderli, aí vai ser você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente, Relator.

D. Helderli, obrigada por estar aqui; seja bem-vinda a esta Comissão.

Eu agradeço este momento de fala e, primeiro, eu registro a minha tristeza de não estar membro desta Comissão, desta CPI. Eu estou acompanhando de perto o trabalho. Quando eu chego em casa, à noite, eu vou para o YouTube assistir tudo o que está acontecendo aqui e sei, Presidente, Senador Plínio, sei, Relator, que as contribuições que esta CPI já está dando para o Brasil são incalculáveis. E sei também que vai terminar com propostas, inclusive medidas legislativas. Eu estou apostando muito no trabalho desta CPI e vou começar a correr para cá de vez em quando.

Presidente, eu trago dois assuntos que eu gostaria... Eu vou fazer isso por escrito, mas eu já queria anunciar.

Há mais de dez anos, eu estava sentadinha lá atrás, como assessora, e estava acontecendo uma audiência pública aqui em que um cineasta europeu veio ao Brasil para fazer um documentário. Ele veio com uma vertente e, quando ele chegou a uma área indígena, ele ficou assustado com o que ele viu; com o domínio das ONGs em território brasileiro e como determinavam o que os nossos indígenas fariam ou não fariam.

Naquela audiência, muita coisa foi trazida naquele dia, e eu aproveitei para fazer uma denúncia de um fato que eu acompanhava como defensora dos direitos dos povos indígenas: o que estava acontecendo na comunidade zoé, na etnia zoé, lá na região de Santarém.

É uma comunidade dominada por uma ONG. Ninguém entra. Só aquela ONG. E eu mostrei aqui, numa audiência pública, Senador, fotos e imagens de dentro da comunidade zoé. Tinha um hotel cinco estrelas! Para os senhores terem uma ideia, até serviço de jardinagem, com pedras e plantas ornamentais vindas de não sei de onde, tinha nesse hotel. Então, eram convidados, especialmente estrangeiros, para se hospedarem e ficarem assistindo aos índios zoés lá fora, vivendo de forma primitiva. E havia ali, de fato, um teatro. Os estrangeiros vinham – e a gente identificou voos clandestinos naquela época –, hospedavam-se naquele hotel de cinco estrelas dentro de uma área indígena, e o convite era: "Venham ver como vivem de forma primitiva os índios zoés no Brasil". Nós não podíamos entrar, mas estrangeiros entravam.

Era tão grave, Senador, que tem um episódio que me deixou muito triste. Os índios zoés, por exemplo, pediram panela. Eles descobriram que as nossas panelas não quebravam quando iam para o fogo. Os índios zoés usam panelas de barro, fazem a comida coletiva e ficam todos ao lado da fogueira, esperando a comida. Mas tem uma hora que a panela de barro quebra. Perde toda a comida. E eles descobriram que funcionários da Funai e dessa ONG tinham panela de alumínio e se encantaram com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

panela. E eles aprenderam a palavra "panela", e eles pediam: "Panela". As ONGs diziam: "Não. Panela não faz parte da cultura de vocês. Vocês não vão ter panela".

E a gente denunciou tudo isso. Traziam estrangeiros para assistir como eles cozinhavam na panela de barro, mas a ONG dizia: "Eles não podem ter direito à panela".

Senador, isso foi denunciado nesta Comissão, foi mandado para o Ministério Público, e a gente nunca teve resposta.

Eu vou encaminhar essas denúncias todas para esta CPI, e, se a gente tiver um tempinho de ir à comunidade zoé, ver se esse hotel ainda existe, ver de que forma essa ONG, que manda nos índios zoés, ainda conduz todo esse trabalho lá.

O segundo fato que eu trago aqui, Senador, eu vou ler muito rápido, é chamar a atenção da CPI também para Alcântara. Vou ler o que a minha assessoria escreveu.

O Centro de Lançamento de Alcântara é considerado mundialmente o melhor lugar do mundo para lançamento de veículos aeroespaciais, em razão da economia significativa dos combustíveis propelentes utilizados nos foguetes, diminuindo gastos em até 30%.

O Brasil assinou o Decreto 10.220, no ano de 2020, que promulga o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, relacionado à participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara. O nosso tão sonhado programa espacial estava saindo da inércia e possibilitando um enorme desenvolvimento para a região de Alcântara, do Estado do Maranhão, do Brasil, e das centenas de famílias quilombolas que vivem por tantos anos na miséria, sem assistência do Estado ou mesmo das dezenas de ONGs que alegam defender essas comunidades.

Sabemos que existe um forte interesse internacional contrário ao crescimento do nosso programa de lançamento aeroespacial, de países europeus e asiáticos que não querem o desenvolvimento do nosso programa e que, por meio de dezenas de ONGs, estão patrocinando um verdadeiro ataque à soberania nacional. Essas ONGs denunciaram o Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, posteriormente, esse processo subiu para a Corte Interamericana da OEA, que condenou o Brasil, impedindo o nosso crescimento.

E aqui eu trago isto: ONGs em Alcântara trabalhando de forma efetiva para que o nosso programa aeroespacial não aconteça. Trago esse fato, vou fazer essa denúncia oficialmente à CPI, e trago aqui um pedido de mais um olhar também para a área de Alcântara, o ativismo exagerado de ONGs que não estão interessadas no desenvolvimento do nosso país tampouco na proteção dos nossos quilombolas; usam os nossos quilombolas para impedir um programa brasileiro.

Vou trazer essas duas denúncias escritas para esta CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, nós vamos já começar o nosso depoimento.

Senador Relator Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só uma questão de esclarecimento.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Chico – a sua presença é muito importante nesta Comissão, sabemos do seu conhecimento sobre a Amazônia –, que representa um dos estados mais atingidos por tudo isso que nós estamos dizendo.

Senadora Damares, eu quero lhe agradecer – eu não podia perder esta oportunidade. A Senadora não faz parte, como membro, da CPI, mas está ajudando muito. Tem assessores diretos do seu gabinete que estão permanentemente nos ajudando. Eu agradeço.

E um esclarecimento, primeiro, aos dois Senadores que chegaram um pouco depois. Nós dizíamos o seguinte – eu, o Senador Plínio –: a Comissão não tem mais a dúvida, ela tem o convencimento, e aí não é esquerda e não é direita. Talvez seja um dos únicos temas nacionais que eu entendo que não é uma questão de esquerda ou direita, é uma questão de soberania nacional.

Então, a Comissão não tem dúvida nenhuma mais, a sua suspeita já está comprovada, e agora está na hora de começar a colocar aqui nessas cadeiras a Ministra do Meio Ambiente, o Presidente do BNDES, o pessoal do Ibama, mais visitas à Amazônia e, posteriormente, também membros das ONGs. É preciso perguntar às autoridades brasileiras, diante de tudo isso que está exposto, que é uma guerra econômica que subtrai o poder do Brasil sobre uma região que, eu repito, é mais da metade do Brasil, expor a essas pessoas as perguntas óbvias. Isso é normal? Algum outro país aceitaria... E nós temos informações da Abin sobre Alcântara. Algum outro país do mundo, rico, aceitaria a imposição que nós aceitamos sobre Alcântara? Algum outro país do mundo, Chico, como os Estados Unidos, por exemplo? Como disse aqui o Plínio, várias vezes, em entrevistas, eles têm três vezes mais índios e têm 2,5% do território nacional. E tem uma diferença: no território deles, eles podem explorar.

A Constituição brasileira é clara: o subsolo é nacional, mas, na prática, o conluio das ONGs financiadas por organismos internacionais nos proíbe! Nenhuma comunidade, seja indígena, quilombola, ribeirinha, proprietário rural, seja o que for... O interesse dessa comunidade ou dessa não pode ser maior do que o interesse nacional. Nós estamos ainda vivendo uma guerra. Como é que o Brasil não pode tirar potássio? Como é que o Brasil não pode... O subsolo não é nacional? Na prática, não. Então, não é esquerda ou direita, é soberania nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senadora Damares, Senador Chico, nós já estamos na fase agora, liderados pelo Senador Plínio, de chamar as pessoas do Governo. Inclusive, a sugestão é que a gente... E temos informações, a gente não sabe o que pode ser usado ou não, de imensa lista que a Abin manda, muitas delas são sigilosas, sobre Alcântara, mas eu acho que a gente pode chamar o Ministro da Defesa aqui também, para falar especificamente sobre o caso de Alcântara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Há indícios de que parte do Ministério Público Federal atua – e eu sei disso, na prática – alinhada às ONGs, adotando a visão monocular. Disso já há indício suficiente nos documentos e nos depoimentos que a gente recebe, sempre em detrimento da população local, ribeirinha, indígenas.

E sobre essa visão romântica das ONGs, o Ministério Público Federal – parte dele, e não a instituição como um todo – dá pouca relevância ao controle de irregularidades praticadas por essas entidades. Então, a gente tem que tomar providências, e essas providências sugeridas pelo Relator e por nós, aqui, os Senadores, é uma expedição de novo ofício à PGR, requisitando maior rigor e diligência na obtenção de informações acerca de inquéritos e ações relacionados à irregularidade possivelmente praticada por ONG da Região Amazônica, e aprofundamento da apuração, a fim de atestar a prevalência de uma doutrina santuarista irreal para a Amazônia, aquilo tanto que a gente discute aqui.

Saudando o meu irmão Senador Styvenson Valentim. A gente concedeu a palavra, Styvenson, a todos. Vamos entrar com o depoimento, mas seria injusto não concedê-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas seria injusto. O Senador tem o mesmo peso e a mesma responsabilidade e prerrogativas. Com toda a paciência da nossa convidada, se quiser usar a palavra, à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, vou deixar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para depois.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Só queria saber se está marcado dia 31 mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá! Está louco... Mourão, explique para ele, depois chame o Styvenson e fale: olha, a Amazônia que vai ver não é a do Leonardo DiCaprio, não é a do Caetano Veloso, do Chico Buarque; a Amazônia que você vai ver...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Claro que não é.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... Senador Styvenson, não tem nada a ver com essa Amazônia que eles pregam aí, vai deparar...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Embora acriano, saiu com essa coisa..

Então, nós vamos levar, a gente não sabe, mas nós já estamos em contato com o Comando Militar da Amazônia, o General já expôs tudo. A gente só precisava, General Mourão, explicar para o Ministério da Defesa, Senador, que nos recebeu a portas abertas, eles só querem mais detalhes: tipo de aeronave, até onde vai. E com o General Mourão eu vou, em particular, depois, conversar.

Vamos ouvir a Sra. Helderli...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – A gente pode ir lá. Temos que ir lá no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim, beleza. Ótimo, eu vou marcar então. Beleza, beleza.

A Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus, para prestar depoimento à presente CPI.

Na condição de Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, a Sra. Helderli Leão Alves constitui autoridade em questões de relações inter-raciais, especialmente na Região Norte, razão pela qual participou e participa de ações institucionais relativas ao uso da terra e à demarcação de áreas na Amazônia.

Com a palavra. A senhora falou que precisava de 50 minutos e vai ter 60 minutos à sua disposição.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Meu bom-dia a todos os presentes. Cumprimento a mesa na pessoa do Presidente, Senador Plínio Valério, o qual é meu conterrâneo do Amazonas, onde a gente fez essa solicitação para ele, porque estavam nos massacrando, nos expulsando das nossas terras, e ele prontamente fez o convite, com a aprovação de vocês, pelo qual eu cumprimento todo o Plenário.

E, aí, eu queria que fosse colocado agora o eslaide da nossa apresentação.

A gente vai começar, primeiramente, dizendo quem é esse povo mestiço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Aí o nosso tema: limpeza étnica contra o povo mestiço brasileiro.

Próximo.

O que é o mestiço? A origem do povo mestiço brasileiro. No Brasil, o povo mestiço se originou a partir da mestiçagem entre índios e brancos portugueses, processo que se repetiu difusamente pelo país e se ampliou com a mestiçagem dos pretos africanos.

O mestiço brasileiro é conhecido como povo e etnia oficialmente, por lei, nos Estados do Amazonas, de Mato Grosso, da Paraíba e de Roraima e por diversos municípios. No Estado do Amazonas, nos Municípios de Autazes, Careiro da Várzea e Iranduba, o Dia do Mestiço é 27 de junho e é feriado municipal.

Próximo.

E aqui a gente mostra um quadro da mistura, o que é a mistura. Lá no nosso caso, do Amazonas, é principalmente a mistura do índio com branco. E também tem o cafuzo, mulato; esses são os mestiços do Brasil.

Próximo.

Povos mestiços existem em outros países: *métis nation*, no Canadá, originado da mestiçagem entre índios do Canadá, brancos franceses e britânicos; *coloureds*, na África do Sul, de pretos sul-africanos e brancos holandeses.

O reconhecimento legal do povo mestiço.

Diversas leis reconhecem o povo mestiço brasileiro. Nós temos a lei do Estado do Amazonas, também a Constituição, no seu art. 205, e a Lei 3.044, de 21 de março de 2003. Temos também a Lei 459, de 16/11/2016, do Mato Grosso; da Paraíba, a Lei 8.374, de 09/11/2007 – da Paraíba; no Estado de Roraima também existe – viu, Senador? – lei aprovada que reconhece o povo mestiço como grupo étnico-racial, que é a 613, de 09/10/2007; no Município de Manaus, na Lei Orgânica do Município, também se reconhece, e na Lei 934, de 6 de janeiro de 2006; também no Município de Boa Vista, a Lei 908, de 2 de outubro de 2006; no Município de Autazes, a 098, de 29/12/2011; no Município de Buerarema, na Bahia, a Lei 711, de 11/12/2015; no Município do Careiro da Várzea, a Lei 451, de 28/08/2012; no Município de Iranduba, é a 303, de 09/05/2016. Outras legislações brasileiras e portuguesas reconhecem tacitamente o mestiço.

Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o povo mestiço, em outros países, como no Canadá, é reconhecido na Constituição como povo nativo, ao lado dos índios e esquimós, pois descende dos índios originários.

O povo mestiço também é reconhecido pela Declaração de Durban, assinada pelo Brasil. A Declaração de Durban, documento da Organização das Nações Unidas (ONU), de que o Estado brasileiro é signatário, aprovada na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na África em 2001, também reconhece povos mestiços e que estes sofrem discriminação:

Reconhecemos, em muitos países, a existência de uma população mestiça, de origens étnicas e raciais diversas, e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nestas sociedades, e condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil desta discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência [Questões Gerais, item 56].

O direito originário do povo mestiço. O que é direito originário? É o direito que se tem decorrente da origem. Os povos atuais que descendem de outros povos têm direitos originários sobre suas terras, a cultura e outros legados desses povos. Este direito é anterior ao próprio reconhecimento de lei, ou seja, apenas reconhecido o direito. A lei não cria o direito. A Constituição Federal, no seu art. 231, *caput*, reconhece aos índios os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Aos brasileiros descendentes de imigrantes que tenham "reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira", no seu art. 12, permite que acumulem uma ou mais nacionalidades estrangeiras sem perder a brasileira.

O povo mestiço nunca invadiu terra dos índios. O direito de terras por índios constante na legislação portuguesa inclui todos os seus direitos a seus herdeiros e não faz distinção entre herdeiros índios e mestiços.

A legislação brasileira registra mestiço e o seu convívio nas mesmas áreas que os índios. Decreto 8.580 de 8 de janeiro de 1946, no seu art. 1º: "Os chefes de serviço da administração pública, em zonas sertanejas, que admitirem índios ou mestiços como diaristas ou assalariados, deverão relacioná-los, mencionando a filiação, idade mesmo presumível e outros elementos característicos da individualidade de cada um".

Mestiços não são índios, mas são um povo nativo, pois descendem dos índios originários. Indígena significa endógeno, aquele que se origina de dentro do nativo. Nativo significa nascer, pertencer, ser habitante original de um determinado local. Os índios originários miscigenaram-se com os brancos europeus e depois com os pretos africanos e outros povos, gerando os nativos mestiços. Essas uniões eram frequentes, algumas destas tornando-se célebres, como o casamento do português Diogo Álvares





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correia, que recebeu o nome de índio Caramuru, com a índia tupinambá Paraguaçu, que recebeu o nome português de Catarina, e do português Guilherme Valente e da índia Marari.

Próximo.

Racismo contra mestiços.

O uso das ONGs tem sido um meio para subordinação local a interesses estrangeiros. A atuação serve para coletar informações do país, influenciar as instituições locais ideológica e materialmente, destacando universidades, criar colaboradores, enfraquecer ou eliminar a identidade nacional, a fim de debilitar sua soberania local.

Na década de 1930, por exemplo, o Governo da Alemanha patrocinou uma expedição na Amazônia, com o objetivo de coletar informações para o Governo nazista. Atualmente, o Governo alemão é um dos principais promotores do indigenismo no Brasil. Durante 13 anos, de 1996 a 2008, a Funai manteve cooperação técnica com o Governo alemão, por meio da KWF, que investiu cerca de 16 milhões num projeto de integração de proteção a populações e terras indígenas na Amazônia Legal.

Aí a gente mostra aqui as diversas ONGs que atuam dentro do Brasil. Aí a gente destaca Gaia Amazonas, Imazon, Instituto Socioambiental... Inclusive, esses que estão embaixo são os patrocinadores do Instituto Socioambiental, que a gente fez questão de colocar e está inclusive num *site* do ISA.

Os indigenistas promoveram a criação de territórios inclusive para os índios, com consequente limpeza étnica do povo mestiço brasileiro. Mesmo sendo também nativos, demarcações visam, dentre outras, a impedir a miscigenação racial e mestiçagem.

Dia do mestiço.

Em dezembro de 2005, o Estado do Amazonas instituiu o dia 27 de junho como o Dia do Mestiço, que reconhece como grupo étnico-racial. Ratificando a lei do estado, a Prefeitura de Manaus já se manifestou ratificando o dia, daí ficam algumas perguntas: Quem é mestiço? Qual o intuito de criar o Dia do Mestiço? Seria para clarear o povo amazônico? E aí a gente coloca essa edição, que foi tirada do *Porantim*, publicação do Conselho Indigenista, que é o Cimi, órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ou seja, a gente vê que o Cimi tenta depreciar o Dia do Mestiço.

O indigenismo brasileiro assemelha-se ao indigenismo do *apartheid* sul-africano, defendendo territórios raciais e étnicos exclusivos sob o poder do Estado.

Aí a gente tem o idealizador do *apartheid* da África do Sul, e ele coloca o seguinte:

A exigência principal dessa política é bem conhecida, a saber, que não só deve haver separação entre áreas residenciais europeias e não europeias, mas também de diferentes grupos europeus, como o banto, o mestiço e o indiano viverão em suas próprias áreas residenciais. Na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, o centro da política do *apartheid* está em quê? Como o banto não precisa mais do europeu, este tem de ser totalmente removido dos territórios nativos. Assim, não há política de opressão aqui, mas de criar uma situação que nunca existiu para os bantos, isto é, que levando em consideração as suas línguas, tradições, histórias e diferentes comunidades nacionais, eles possam passar com desenvolvimentos próprios. Essa oportunidade surge para que eles, logo que a divisão é posta entre eles e os europeus, dos quais não necessitam ser imitadores nem capangas destes.

E aí a gente coloca a liderança de territórios indígenas lá no *apartheid* sul-africano, onde também eles pregaram a questão da divisão racial, em que o branco sempre é visto como opressor.

O próximo.

E aí nós temos um outro texto também, que é: "ideologias racistas são contra a mestiçagem e mestiço". A identidade nacional brasileira é mestiça. Eliminar a identidade mestiça brasileira visa enfraquecer a nacionalidade, unidade e soberania brasileiras.

No século XIX até metade do século XX, em universidades o racismo era pregado assumidamente. Afirmavam que todas as raças – branca, índia, preta etc. – eram superiores a mestiços.

O discurso racista mudou da defesa da superioridade racial para o da defesa da diversidade. A partir da segunda metade do século XX, a propaganda racista passou a ser que a diversidade seria por essência superior à homogeneidade, ou seja, que uma sociedade formada, por exemplo, por índios e brancos seria superior a uma formada só por mestiços, que levariam a decadência.

Um dos principais defensores desta ideia foi o Lévi-Strauss. E hoje é uma ideologia defendida abertamente em universidades e outras instituições dentro do Brasil.

E a gente entra no tópico: a Funai prega a crença racista de que miscigenação gera decadência cultural.

Uma das crenças do racismo "científico" é a de que a miscigenação racial gera geralmente indivíduos geneticamente inferiores e, por isso, incapazes de manter a cultura de seus ancestrais de raça.

"Considerando a decadência cultural dos mura de Autazes, decorrentes de dois séculos de intenso e violento contato com a sociedade regional; do forte processo de miscigenação; da carência alimentar; da difusão do uso de bebidas alcoólicas, aqueles aldeamentos encontram-se em processo dissociativo, com tendência à ruptura com a vida comunitária." Silvia Regina, antropóloga, chefe do Setor de Identificação e Análise da Fundação Nacional do Índio (Funai), 1987.

Próximo.

E aí a gente entra também na questão do Estatuto da Igualdade Racial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

O Estatuto da Igualdade Racial faz a transformação oficial de um povo nativo americano em africano. Uma manifestação desta ideologia de eliminação política e oficial do povo mestiço ocorre na classificação dos pardos como negros no Estatuto da Igualdade Racial, em seu art. 1º, IV:

Art. 1º.....

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

Nunca o IBGE afirmou que nós, os pardos, éramos negros. Lá ele coloca claramente "pretos, pardos e indígenas". Então, assim, o Estatuto nos classifica hoje, no Brasil, como negros.

E aí a gente continua.

O crime de genocídio não visa e nem necessita matar o corpo, seu objetivo é matar a identidade.

O Estatuto Racial, ao eliminar oficialmente o povo nativo viola o art. 1º da Lei nº 2.888, de 1956, e o Artigo II da Convenção contra o Genocídio, ratificada pelo Brasil no Decreto nº 30.822, de 1952. No presente artigo, a convenção entende por genocídio qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir o todo ou parte de um grupo nacional, étnico, racial ou religião, como tal: matar membros do grupo; causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submeter intencionalmente o grupo à condição de inexistência capaz de ocasionar-lhe a destruição física ou parcial; adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; efetuar a transferência forçada de crianças para outro grupo.

Próximo.

Também o Supremo Tribunal Federal define o genocídio como um crime que tem por objetivo eliminar a existência do grupo étnico, racial ou religioso:

O tipo penal do delito de genocídio protege, em todas as suas modalidades, bem jurídico coletivo ou transindividual, figurado na existência do grupo racial, étnico ou religioso, a qual é posta em risco por ações que podem também ser ofensivas a bens jurídicos individuais, como o direito à vida, a integridade física ou mental, a liberdade de locomoção [...]

Tratados de direitos humanos têm caráter supralegal, ou seja, estão acima das leis ordinárias, como o Estatuto da Igualdade Racial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo mestiço brasileiro é reconhecido como grupo étnico pela Lei nº 3.044, de 2006, do Estado do Amazonas: "O Estado do Amazonas reconhece os mestiços como grupo étnico-racial e sujeito típico de direito amazônico". Também é reconhecido por leis em outros estados e municípios.

Mestiços são pardos. Ao classificá-los como negros, o Estatuto da Igualdade Racial, além de genocídio, ataca o caráter nativo do povo mestiço brasileiro.

O IBGE estimulou pardos a se declararem indígenas. E aí a gente mostra a desigualdade social, no quadro do IBGE, e aí a gente coloca a classificação, aquilo que a gente falou para vocês, e fala o seguinte: o IBGE informa dados sobre pardos e pretos separadamente. Atualmente, porém, limita o acesso a informações específicas sobre pardos, o que prejudica a política pública para o povo mestiço brasileiro e informações sobre quantos pardos estão "virando" índios.

A Declaração de Durban afirma que um dos grupos de vítimas de racistas deve ser desagregado:

Coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos.

92. Insta os estados a coletarem, compilarem, analisarem, disseminarem e a publicarem dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tomarem todas as outras medidas necessárias para avaliarem periodicamente a situação de indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia [...]

Próximo.

O questionário do Censo do IBGE preparado estimulou pardos a se declararem indígena. Caso um pardo ou não índio, vivendo em uma área considerada indígena, respondesse não ser indígena, os recenseadores foram orientados a perguntar novamente se você era indígena, ou seja, estimulando a população mestiça a virar indígena.

Próximo.

Limpeza étnica.

O povo mestiço não defende território exclusivo; defende não ser expulso do seu território.

Próximo.

O Estado brasileiro é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a qual, em seu artigo, estabelece: "Os Estados Partes especialmente condenam a segregação racial e o *apartheid* e comprometem-se a proibir e a eliminar nos territórios sob sua jurisdição todas as práticas dessa natureza".

Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado."

Próximo.

Ações da Funai contra o povo mestiço: incentivar mestiços a “virarem” indígenas; expulsão à força; inviabilizar a sua economia – por exemplo, criar territórios exclusivos em áreas produtivas, como a produção de leite em Autazes, de peixes ornamentais em Barcelos, a produção de arroz em Roraima; eliminando a produção, o povo mestiço migra, facilitando novo avanço dos povos indígenas –; inviabilizar ter acesso – por exemplo, a criação de territórios exclusivos para os índios onde há estradas ou incluindo rios dentro do limite de área demarcada, como ocorre no Rio Mutuca, em Autazes –; constrangimento moral – por exemplo, o uso de termos como “invasor”, “intruso”, “homem branco” – para significar que você chegou depois, e não é o caso dos pardos, que foram já há mais de 500 anos, a partir do momento da mistura dos portugueses nós temos o povo mestiço.

Próximo.

Mestiços virando índios. Vamos lá!

O crescimento da população autodeclarada indígena em Autazes, Careiro da Várzea e Manaus. Aí, o Censo 2010 coloca que no Brasil existiam 896.917. Aí, agora vamos lá para 2022: 1.693.535.

Vamos agora para Autazes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Exatamente.

Lá existiam, em 2010, 6.877 indígenas, índios, não é? Olha o Censo de 2022: 20.442.

E ali nós temos Careiro da Várzea: existiam 494; hoje nós temos 2.453.

E aí a gente coloca até em percentual o crescimento também, não é? Seriam 22% da população; hoje são 49,16% da população em Autazes.

Em Manaus – até saiu na Rede Globo –, a gente tinha cerca de 4.040 índios. Hoje nós temos em Manaus 71.713, não é?

E aí a gente coloca que a Funai sai demarcando as terras no Amazonas, mas o crescimento dos índios indo pra cidade aumentou bastante, conforme – não é? – o próprio IBGE – a fonte é o próprio IBGE – quem tirou.

Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autazes e Careiro da Várzea.

A Funai quer criar terras indígena onde já existe um território do povo mestiço reconhecido por lei.

Os territórios dos Municípios de Autazes, Careiro, Iranduba e Manaus são reconhecidos por leis como territórios do povo mestiço brasileiro, mas a Funai pretende criar territórios exclusivos para índios e ampliar terras indígenas já existentes sobre o território do povo.

O Ministério Público Federal também atua nas questões que envolvam índios no Amazonas como se a legislação do povo mestiço não vigorasse e este não tivesse direito originário sobre seus territórios reconhecidos e não fosse parte para tratar de assuntos como, por exemplo, a exploração do potássio. Então, assim, nesse quesito aí, a questão do potássio, a empresa foi lá em Autazes. E aí que proposta foi feita lá? Os indígenas queriam 50% do lucro da empresa que ia implantar o potássio em Autazes, e o potássio está distante cerca de 10km da pretensão de área indígena. O que acontece também é que a Funai coloca em órgãos públicos a questão em que já há homologação, e não, pretensão de terra indígena.

Próximo.

E aí a gente colocou um gráfico. *(Pausa.)*

Acho que é...

Próximo.

Ações da Funai contra o povo mestiço. O Estado do Amazonas possui 50% de seu território demarcado como terra indígena. A gente pegou do Incra fundiário e do IBGE. O Município de Autazes possui nove terras indígenas já demarcadas com uma área total de 10.164 hectares e uma população de 1.362 residentes nas aldeias. E aí a gente coloca as áreas. Na área de São Pedro, são 93 indígenas que tem lá; em Padre, 22; em Miguel-Josefa, tem 448; em Paracuuba, tem 134; em Natal, tem 118; em São Félix, tem 172; em Cuia, tem 77; em Patauí, tem 47 indígenas.

Aí, após os estudos realizados por antropólogos em terras produtivas de Autazes e Careiro da Várzea, a Funai, junto com o Ibama e o Ministério Público, vem trabalhando, juntos, a fim de demarcar mais de 16 terras produtivas nos municípios que são: Ponciano... Em Ponciano, eles querem demarcar assim, tem 225 indígenas... Aí temos Sissaíma. Em Sissaíma, é importante ressaltar que a gente conseguiu, através do Governo, o asfalto para escoar a produção e para as crianças conseguirem chegar às escolas e onde está inviabilizado pelo Ibama, porque 3km estão demarcados lá, pela Funai, como terra indígena.

Próximo.

TI em processo administrativo da demarcação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos Capivara, Muratuba, Apipica, Guapenu, Itaitinga, cerca de 113.050 habitantes. Aí temos, em Autazes... Apipica é o Lago do Jacaré, que é no Município de Autazes. Temos também o Guapenu, que é em Autazes, e o Itaitinga, que é em Autazes.

TI sem o perímetro de ocupação.

Então, tem o Lago do Pauru, Ferro Quente, Pantaleão, Sampaio, Nova Vida, Taquara, Terra Preta, Tucuxi, Remanso. Aí o que acontece? O Cimi já fornece essas informações. Aí entra o Ministério Público e, depois, entra a Funai, pedindo a demarcação. Aí o que acontece, Presidente? Hoje, como não há processo de demarcação, eu viro indígena, crio uma associação indígena, e aí eu vou lá na Funai pedir que haja demarcação nessa área. É o caso, inclusive, onde está o potássio. Lá uma família virou indígena, aí botou uma placa lá: "Associação indígena tal", e aí agora requer que seja transformada em área indígena.

Próximo.

No mapa, a gente mostra a área de pretensão do Pociano. Olha a área do Ponciano, à direita abaixo do Sissáima, e à esquerda perfazendo uma área de 13.109ha, entre os Municípios de Autazes e Careiro da Várzea, próximo da Terra Indígena Gavião. Essas duas regiões foram impulsionadas pela Terra Indígena Gavião para suas eventuais demarcações, pouco abaixo do Rio Mutuca, tem a Apipica com uma área de pretensão de 9,5 mil hectares. Observamos que não há limite para essas demarcações, visto que surgem laudos comprobatórios para as regiões extremantes onde não identificam e, ao longo dos anos, surgem nas extremidades novas pretensões. E aí a ideia, o que acontece? É fazer igual à Raposa Serra do Sol, terra contínua. Quem está no meio tem que ser expulso das suas terras.

Próximo.

O mapa do Soares-Urucurituba, Jauary e Murutinga-Tracajá. Essas regiões localizadas no Autaz-Açu e Autaz-Mirim abrangem cerca de 83.479ha, abrangendo toda região do potássio de Autazes.

Próximo.

No gráfico abaixo, observa-se que 37% das terras do Município de Autazes encontram-se em estudo ou processo judicial, aguardando processo legal para homologação das terras produtivas como terras indígenas. E aí a gente vê que 37%, após todo o processo, acaba com o Município de Autazes e toda a sua produção e a expulsão do povo mestiço.

Próximo.

Os relatos.

E aí a gente tem vários gráficos. A imensidão que estão sendo essas demarcações.

Esse aqui é o mapa do Ramal do Sissáima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar para o próximo, por favor.

Pode passar o vídeo. *(Pausa.)*

Faltou só o som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Pois é, nesse vídeo, é o engenheiro responsável da empresa que a gente, após lutar desde 2020, para trazer o asfalto para o Ramal do Sissaima, está nesse entrave. Mesmo existindo o fato das leis que protegem esse povo, não é? A gente... E a Funai o que acontece? A Funai manda para esses órgãos que dão as licenças ambientais, como o Ibama, o Ipaam, e já eram demarcadas e ainda são áreas em pretensões, conforme a gente fez a exposição aqui. E aí com isso impede a construção da nossa BR-319, impede também esse ramal, em que já está tudo providenciado pelo governo do estado para ser feito, mas aí está impedido pelo Ibama, porque tem 2,7km que estão, segundo eles informaram, a Funai diz que já é terra indígena.

Então, é imprescindível que a Funai – já está inclusive convocada, segundo o nosso Relator – venha para esta CPI. Por que ela manda para os órgãos públicos municipais, estaduais e federal, que já são terra indígenas, que não foram ainda homologadas, nem assinadas pelo Presidente?

Próximo vídeo.

Não é finalidade da Funai, nem do INSS estimular pessoas a virarem índios.

Pode passar esse vídeo aí, por favor.

Isso aí foi uma audiência, lá no Município de Autazes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Esse senhor já começa com as denúncias, não é? Os mestiços virando indígena, não é? E aí a gente trouxe essa audiência.

Próximo, por favor. Ainda tem mais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Isso aí é lá do Careiro da Várzea.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de Autazes esta aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Aquele último que eu te mandei, é esse que a gente quer ver. O último. *(Pausa.)*

Pode. Não, é na apresentação mesmo o dele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Enquanto localiza, aqui a gente só quer adiantar, passar o último vídeo, que é exatamente a Polícia Federal expulsando...

(Procede-se e à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Resolver a situação em cinco horas: 15 cabeças de gado, casa, filho. E assim foi aquele depoimento da Sra. Alcilene, lá atrás, de amarelo, foi a mesma coisa, cinco horas.

É muito fácil ele mandar buscar a justiça. Imagina, a Justiça Federal, a juíza já deu a liminar, aí o pobre coitado não tem nem como se deslocar, vai atrás de advogado pra contestar uma decisão de um aparelhamento que existe há décadas.

Por favor, a gente vai já pras perguntas. Pode encerrar.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Aí o que acontece? Gente, esse é um exemplo claro. O Seu Antônio fez um vídeo também, mas, devido já ao tempo, a gente só passou a finalização.

Faz um ano que ele foi expulso. Ele está pelo beiradão. E ainda tem uma ordem de que ele não pode chegar nem perto da casa dele.

E tem outros casos também. A Juíza, a mesma Juíza, Jaiza Fraxe, da Vara Federal no Amazonas, também expulsou o Alan, deu sete dias para ele tirar todo o seu gado – a maioria de criação no Estado do Amazonas, no Careiro, é de gado. Então, ele deu para os índios e sem serem demarcadas as áreas.

Então, essa é a pura realidade que o povo mestiço sofre no Estado do Amazonas.

Obrigada. Também quero agradecer a oportunidade dada para que o povo tenha o direito de ser ouvido e pregar que o direito do povo mestiço está sendo violado no Estado do Amazonas, como também na Bahia e no Mato Grosso. Lá no Mato Grosso, inclusive, querem dar uma área que vai abranger Mato Grosso e chegar até o Pará para dois indígenas.

Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente que agradece e vai abrir para a Senadora Damares, para o Senador Chico, para ver.

Nós vamos, nesta sessão, praticamente encerrar essa fase de depoimento, porque a gente já tem... Como disse o nosso Relator, já temos indícios, já temos até provas para a gente partir para outra fase, que é chamar esse pessoal aqui e começar a perguntar, fazer as perguntas a eles.

Vocês veem aquilo que a gente vem dizendo. Aí vocês viram: Federal executando o que o Judiciário mandou, que a ONG forjou e que a Funai oficializou. Há um conluio. É uma coisa completa. É bom que o brasileiro e a brasileira saibam da dificuldade que a gente encontra e esbarra.

Nós vamos cumprir com a nossa missão, que é esta, a de mostrar a realidade, e, no final, jogar luz nessa escuridão. E, nesse ínterim aí, nós vamos começar, sim, a incomodar essa gente, porque é a nossa função.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador, eu não vou fazer pergunta, não; eu só vou manifestar a minha profunda tristeza.

D. Helderli, a senhora trouxe aqui eslaides. Cada eslaide seu dá uma tese de doutorado no Brasil. A senhora compartilhou hoje conhecimento.

Eu gostaria muito de que esta audiência pública fosse por diversas vezes reprisada na TV Senado, porque a senhora nos desperta para um tema extremamente grave: os mestiços estão sendo discriminados e perseguidos nesta nação. Esta é uma nação mestiça, eu sou mestiça.

E eu confesso para a senhora que eu estou, há anos, na militância de direitos humanos e eu os deixei para trás. Eu conhecia esse problema todo, mas eu não tinha me aprofundado. Tamanha é a tristeza de vocês. O que eu vi aqui foi a total falta de respeito ao princípio da dignidade humana. Eu não vi bandidos naquela tela; eu vi homens com mãos calejadas, eu vi mulheres com mãos calejadas, homens que estão no campo, homens que estão trabalhando há dezenas e dezenas de anos, que já herdaram dos seus pais e estão ali, mulheres que sofrem, mulheres que ficam de sol a sol sofrendo lá e agora são discriminadas e perseguidas.

Eu quero mandar um abraço a todos vocês lá e eu acho que nós, Senado, vamos precisar fazer essa discussão tão logo... A CPI tem um prazo, mas a gente não vai deixar esse tema morrer.

Eu sou defensora dos povos indígenas – todo mundo conhece a minha militância –, eu sou mãe de indígenas, eu estou com os povos indígenas, mas eu não posso admitir – e a senhora abre os nossos olhos hoje – que, em detrimento de um povo, outro está sofrendo. Não! Esta é uma nação de todos nós, é uma nação de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma nação de todos.

E lamento, D. Helderli, que a gente tenha sido surpreendida hoje... Chocada. Eu estava incomodada aqui na cadeira. Teve um momento que a senhora me tirou o fôlego. Eu vi o General Mourão, que é um mestiço, incomodado aqui na cadeira. Todos que estão aqui estão incomodados.

Não desista da sua luta. Nós vamos dar eco à sua voz. Leva um abraço a todos eles. Diga a eles que eles são brasileiros, sim. Eles fazem parte dessa nação. E nós vamos trabalhar esse tema aqui dentro do Senado, nessa CPI, pós-CPI, e que os mestiços não sejam tão discriminados como estão sendo e tão perseguidos. Fica firme na sua luta. Eu só peço perdão de não ter visto vocês antes. Só peço perdão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Sra. Helderli.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Isso aí, Senadora Damares, isso nos emociona, porque esta Casa está ouvindo o povo mestiço. Eu digo que lá no Suiá-Missú eles foram expulsos. E, na época, a Dilma deu um *kit* lona e mandou eles, 3 mil famílias, para a beira da estrada. E deu para 400 índios o local do Suiá-Missú.

Nós do Amazonas, se formos expulsos, nós não temos estrada. Lá a gente mora na beira do rio. Nós vamos morar o quê? Onde vamos morar? Dentro do rio? Então, nós queremos nossos direitos assegurados. A não ser que a gente more em boia, nossa população mestiça, tendo em vista que a estrada lá são rios.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpellar.) – Meu caro Senador Plínio Valério, a gente percebe, inclusive, em cada sessão dessa, a gravidade que tem com relação a esse tema. A Senadora acabou aqui de pedir perdão por não ter ainda se debruçado sobre essa questão dos mestiços. Mas, Senadora, nem se preocupa, que todo mundo sabe da sua luta. E, mais que tudo, o que às vezes nos chama a atenção é exatamente por que esse *apartheid* que está se querendo criar no Brasil, tão grande.

Tem a questão dos quilombolas também, a questão dos mestiços, a questão dos índios, a questão dos negros, a questão dos brancos, a questão dos olhos azuis, a questão, sabe... Todos esses segmentos da sociedade brasileira hoje estão, na verdade, assustados por uma política que não é uma política de governo, porque isso já vem se arrastando há anos. Esse tema já vem se arrastando há anos. Ninguém pode apontar o dedo para o governo A ou B, não pode. Mas tem que haver – o Congresso Nacional, o Senado da República, a Câmara Alta desse país tem que encontrar – um meio extremamente vigoroso e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigoroso para que nós não continuemos vivendo nessa situação. Por exemplo, falou aqui o Senador Plínio Valério, em relação ao nosso Estado de Roraima, que 48% do Estado de Roraima é área já demarcada, num território, um estado de 222 mil quilômetros quadrados – repetindo: 222 mil quilômetros quadrados. E se você fizer uma CPI também para ver como vivem, mesmo depois dos atos do Governo este ano – aí, vamos ter que nos referir a este ano; eu, que sou da base, venho aqui dizer –, em relação aos índios ianomâmis, a situação deles não melhorou um milímetro. Saíram os garimpeiros, mas os investimentos e a assistência a eles lá dentro estão da mesma forma ou piores do que eram antes; ou piores do que eram antes.

Eu, inclusive, na Comissão externa que presidi entre os meses de abril e junho, fiz um questionamento à Ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara: por que eles não acompanhavam a assistência do Governo Federal em relação às sextas básicas que eles estavam levando para as comunidades? Ela falou: "Não, as cestas estão alimentando os índios, elas são importantes e tal". Claro que elas são importantes, eu não tenho dúvida disso. A pessoa, quando busca o alimento, busca porque tem necessidade, e as cestas básicas, o programa nacional, estadual e municipal de cestas básicas é exatamente para atender às pessoas que estão nessa linha da fome. Mas, sobre os indígenas, nem pesquisar como vivem, o que comem e o que fazem os indígenas eles fizeram, nem estão fazendo agora também. Aí eu perguntei para ela: Olha, eu estive na base aérea antes do deslocamento para a área indígena dos ianomâmis, de Surucucus, acompanhei, lá na Conab também, a preparação das cestas básicas para ir até eles, e tinha macarrão, arroz, farinha e, aí vem, jabá e também colocaram, tinha nas cestas básicas a sardinha. E, aí, é lógico, eu falei: Olha, índio não come jabá, que eu saiba, principalmente os ianomâmis. Eu conheço, há quase 40 anos, em convivência com eles. Quanto à sardinha, eles não sabem nem o que é uma lata, aqueles que estão lá, que são primitivos, que eu chamei de primitivos, aí a imprensa bateu forte em mim falando que eu estava subestimando os indígenas. Não tem nada a ver! São os mais antigos, são os originários que estão ali. O intuito foi absolutamente esse, apenas esse.

Pois bem, conversei com o pessoal que estava fazendo a entrega das cestas básicas lá na área dos ianomâmis, em várias comunidades, e eles diziam, o pessoal da Aeronáutica: "Olha, Senador, quando eles pegam a lata, eles abrem o saco, rasgam o saco e tal, pegam a lata de sardinha e ficam batendo, não sabem nem o que tem ali dentro; eles ficam batendo e jogam fora, saem jogando fora; e o jabá eles pegam e ficam chupando a carne, eles não têm o hábito de cozinhar". É porque eles não conhecem o jabá. Ou seja, pequenos detalhes é bom que sejam ditos para ver que hoje – e eu queria chegar era no hoje – a assistência que devem receber os índios ianomâmis não está sendo feita pela própria Funai e pelo Ministério dos Povos Originários. Eu estou dizendo porque vi *in loco*, eu vi com meus próprios olhos, eu acompanho no estado.

Então, todas essas questões dessas ONGs, o que elas estão fazendo, a presença delas... Eu digo até – às vezes comento – que se essas ONGs fossem tão eficientes, todos os problemas que estão acontecendo hoje não teriam acontecido. Elas teriam relatado, enfim... Lá no nosso estado, para vocês





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem ideia, tem mais de 80 ONGs. Deixem-me repetir: mais de 80 ONGs, de todo tamanho, pra todo gosto, para vocês imaginarem. Agora, o tema específico, que é a proteção dos povos originários, você não acompanha, não vê, não é?

Então, sobre esse caso específico aí dos mestiços, sinceramente, nós temos que trabalhar. O Relator vai se debruçar, vai *in loco*, nós devemos ir à área também para acompanhar todos os temas referentes à CPI, mas eu, particularmente, meu caro Senador Marcio, acho que todo mundo é ser humano, todo mundo é, todos nós temos os mesmos direitos, os mesmos deveres, não é? E esse *apartheid* que está transformando o nosso país, isso é muito ruim; um país pacífico, que a vida toda não teve conflitos, um país unido. Somos hoje o Brasil exatamente pela união dos portugueses, que não fizeram a divisão com os europeus, os espanhóis, enfim, os outros. Então, hoje nós somos uma República Federativa em que os interesses são em torno exatamente do nosso país, dos nossos habitantes, dos 214 milhões, sei lá, de brasileiros que existem, não é?

Então, essas pequenas... Quando eu vejo: "Ah, demarca mais um pedaço. Ah, eu tenho uma confusão com um quilombola". Vem cá: isso vai terminar quando? Quando vai acabar isso, entendeu? Nós estamos agora votando o marco temporal. O marco temporal – meu Deus do céu! – resolve definitivamente essa questão. E, aí sim, vamos investir nas áreas indígenas demarcadas, e, aí sim, vamos implementar programas de desenvolvimento para eles, e, aí sim, o governo vai estar presente com os seus programas, todos os programas sociais. Mas, não, é uma briga sem fim que interessa a alguém; não a nós, brasileiros.

Então, eu queria deixar também o meu apoio e a minha solidariedade aos mestiços, porque todos nós somos mestiços. Meu avô era negro. O meu avô, avô de pai, era negro. Meu pai era bem, bem, bem puxado, moreno mesmo. Esse país é uma salada geral, entendeu? A genética nossa é uma mistura. Então, vamos acabar com esse negócio e, na verdade, nos debruçar... Ficamos brigando por coisas, sabe, a vida inteira, por questões que acho que não são nossas, do Brasil. Há essa indução, essa inoculação de uma desagregação, quando não há. O Brasil é maior do que isso, é maior do que essas crises, não é? Então, quando eu vejo – a gente viaja o mundo todo, não é?, Senadora – os conflitos étnicos, as brigas, a fome, os terremotos, não sei o quê, e você vem aqui, é uma alegria geral. É o baiano, malandro, dançando. É o pernambucano lá da minha terra, no frevo. É o Carnaval, é o futebol, é... Sabe? E para quê? Para quê conflitos? O que é que isso soma para o país? Nada! Absolutamente nada. O que soma é o desenvolvimento, é nós alimentarmos 800 milhões de pessoas.

O Brasil sozinho, dos 194 países da ONU – dos 194 países da ONU, da Organização das Nações Unidas, o Brasil sozinho –, alimenta 8 bilhões de seres humanos, porque agora atingimos 8 bilhões, nós alimentamos 10% de toda a população mundial e com capacidade de gerenciamento para a expansão da soja, do milho. Nós somos o maior produtor de proteína do mundo – nós somos o maior produtor de proteína do mundo –, e isso incomoda. Nós temos mais boi do que gente, o Brasil. Presidente, o Brasil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem mais boi do que gente: são 220 milhões o rebanho brasileiro; a população é de 214 milhões. O maior produtor de proteína do mundo somos nós. Está aí soja, que já passou a dos americanos. Está aí o milho já encostando. Estão aí os suínos, as aves, etc., etc., etc.

Então, o que a gente precisa, minha gente, é produzir. O Brasil precisa cada vez mais se agigantar, porque nós temos, como dizia um professor meu – esse professor, na Itália, dizia –: "O Brasil tem o que o mundo não tem". Nós temos a maior biodiversidade do planeta. Para começar a conversa, a conversa na mesa do botequim, nós temos a maior biodiversidade do planeta, e nós da Amazônia sabemos disso, e não só na Amazônia, mas também no litoral, também no Cerrado, enfim. Nós temos as maiores reservas de minerais estratégicos do mundo – nós temos as maiores reservas minerais do mundo – e 20% da água doce do planeta. Então, é o tripé, o tamborete – o tamborete de três pés, que não cai, não vira, ele é seguro, não é? –, para mostrar o gigantismo desse nosso país. E isso aí, na verdade, nós não podemos deixar de falar, de repetir, de cobrar, porque é claro que causa essa cobiça gigantesca, mundial.

Falou-se aqui até de Alcântara. Eu, que conheço aquele problema lá, estive lá em Alcântara, por conta dos quilombolas que estão ali, sei lá, a 10 quilômetros lá da base de lançamento. Aquilo ali é o maior centro de lançamento de órbita baixa, como eles chamam, do mundo. Então, na verdade, querem só criar conflito interno.

Eu sou dos mais velhos aqui, obviamente, e via já essas coisas no passado, mas hoje parece que está se potencializando muito mais ainda, meu caro Senador Plínio, quando, na verdade, a gente tem que desidratar essas questões que são polêmicas para dar ao brasileiro o que nós precisamos, 214 milhões de brasileiros que querem bem-estar, que querem alimento, que querem emprego, que querem alegria, etc., etc., etc.

Então, perdoe-me ter derivado pelo lado mais sentimental também dessa questão, porque, de qualquer forma, como patriota, eu tenho esse sentimento, mas parabéns aí pela condução da CPI. Eu tenho certeza de que ela vai ser não impositiva, ela vai ser propositiva, para que possamos melhorar, na verdade, as condições do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, quando o senhor fala, será que de forma romântica, mas fala aí do possível gigantismo do Brasil com a exploração de suas riquezas naturais, isso explica o porquê de tantas ONGs a nos sufocar, a nos amarrar com cadeados ambientais.

Com a palavra o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu vou me despedir, agradecendo mais uma vez...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

Mas a senhora vai falar. Eu é que vou encerrar a minha fala, a minha participação.

Eu quero mais uma vez agradecer e parabenizar. Eu fico de fato comovido de ver como você tem pessoas que não têm um mandato de Senador, não têm um mandato de Deputado Federal, Estadual, enfim, não têm nenhuma imunidade... Eu também sou amazônida. A gente sabe da imensidão que é a Amazônia. E você tem pessoas que não têm certas proteções que nós temos e, mesmo assim, tem a dignidade e a coragem, se arriscando, inclusive, mas defendendo e dizendo aquilo que vê, aquilo que está presenciando e aquilo em que acredita. Pode ter certeza de que a sua participação hoje como convidada foi muito importante para todos nós. Ela vem com muitos dados, com muitos elementos, com vários depoimentos, ela vem confirmar a convicção que nós temos.

E aí, meu querido amigo Chico Rodrigues, eu não quero colocar nenhum reparo na sua fala. Apenas eu quero afirmar que não se trata aqui de equívocos desse pessoal, não se trata aqui de um grupo de ONGs muito bem-intencionadas, financiadas por organismos internacionais, por fundações internacionais, as mais poderosas do planeta, que dominam a ONU.

E, quando Olavo de Carvalho dizia do globalismo, muitas pessoas achavam que era a teoria da conspiração, e não é – e não é. Você tem grupos, hoje, que descobriram na globalização que essa forma de organização supera municípios, supera estados, não tem limites regionais nenhum, estão acima mesmo do Estado. E, se você vai ler os documentos, aprofundar, eles dizem isto: que pra cuidar... E a desculpa é o meio ambiente – a desculpa é o meio ambiente –, porque, se fosse verdadeira a afirmação de que a preocupação é o meio ambiente, a maior preocupação deles todos era com a China, de todos eles, porque a China sozinha... E eu vou até aperfeiçoar um dado do Ricardo Salles: não são 30%; é um terço, é um pouco mais, um terço de todo o CO₂ que o planeta queima vem da China – e, com a China, não tem Noruega, não tem Alemanha, não tem Estados Unidos, ninguém. Por quê? Porque precisam do mercado chinês, de um 1,5 bilhão de pessoas. Então, a preocupação não é ambiental.

Portanto, o seu depoimento confirma mais ainda: não se trata de ONGs bem-intencionadas, financiadas por países bem-intencionados. Não! Nós estamos vendo, no presente momento, o que a história do homem já assistiu em todos os tempos: Império Romano, Império Persa, Império Egípcio, todos, sem exceção, eles avançaram limites, avançaram territórios, dominaram outros povos, sempre buscando o quê? Aquilo que lhes faltava: ou era água, ou era a mercadoria armazenada, a comida, e isso a que nós estamos assistindo. Então, não é... Se nós tratarmos este movimento como um povo bem-intencionado, mas que está errado... Não é isso. Eles sabem o que estão fazendo. A situação na Amazônia é descarada. É assim: a Noruega vive de petróleo e gás, aí ela banca a energia no Brasil para proibir que nós tiremos petróleo e gás. Quem é que banca o Fundo Amazônia? É a Noruega.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o descaramento é tão grande que a Noruega tem uma das maiores multinacionais de exploração de minério do planeta e capital público também, porque é uma empresa pública, que é a Hydro, recebeu, no Brasil, uma isenção fiscal de 6,5 bilhões e aportou no Fundo Amazônia, até um dia desses, 1 bilhão.

Então, nem... Não sobra.

É o Canadá, que tem na extração de madeira, uma atividade econômica importante para o PIB canadense e banca ONG no Brasil para criar embaraço para que nós não tiremos madeira. Na prática – quando nós trouxermos aqui esses elementos, eles serão questionados –, uma reserva ianomâmi poderia explorar madeira em regime rotativo, mas, na real, não vai, porque não tem licença, porque o Ibama é dominado por eles. E, como disse o Ricardo Salles, vai gente da ONG para o Ibama, do Ibama, vai para o Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, sai, volta para a ONG, num conluio imundo que nenhum país aceita. Só o nosso – só o nosso.

O Canadá é um dos fornecedores de potássio para o Brasil. Aí você vai ver o que ela acabou de apresentar. Estão lá, agora, o ISA, do Capobianco, que é o Secretário Executivo da Marina, que é do ISA, é o fundador do ISA, estão, e não é escondido... Estão lá, quer dizer, eles ajudaram, contratados pelo IBGE, a fazer o novo censo, aumentando a proporção de índio, na marra, para justificar a criação de outra reserva em cima de potássio. Meu Deus do céu! Agora, nós nos perguntamos: até aonde eles vão chegar? Até a hora em que não sobrar mais nada, porque, da Amazônia, mais de 80%, é mais do que a Europa ocidental, está lacrada. E repito: a preocupação não é com os índios, que estão, como dizia meu finado e saudoso pai, estão matando cachorro a grito.

Como é que... Gente, como é que nós podemos nos acostumar a dizer que a merenda para os índios ianomâmis não está chegando? Isso é um absurdo! Isso é uma vergonha! Não era para eles dependerem de merenda do Estado. Como é que um povo que mora em cima de minérios únicos do mundo está passando fome? Porque foram enganados por essa turma que domina ONG, que domina a Rede Globo. A WWF tem parceria com a Rede Globo a vida inteira. A família Marinho comanda essa empresa no Brasil, mancomunada com universidades, numa lavagem cerebral.

Eu tive, ontem, a honra de escutar um técnico, um funcionário de carreira, que não precisa de mim para nada, não precisa de voto, funcionário de carreira, Senadora, que disse, ontem, numa reunião de trabalho: "Senadores..."... Estava eu, o Plínio não estava, mas estava gente dele, funcionário de carreira teve a dignidade de dizer: "Eu não sabia disso. Onde eu estava, era uma lavagem cerebral". E é isso.

Então, não há bem-intencionados que estão errados. Não. Eles sabem o que estão fazendo. Nenhum país aceitaria ter um Ministério do Meio Ambiente transformado num gabinete de ONG. Eu já disse, vou repetir: a Marina, o Capobianco não obedecem nem ao Lula. Se estiverem em jogo as ONGs de que eles fazem partes e o Lula, eles vão largar, porque é muito maior do que isso. Está aqui o ISA, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Capobianco, 137 milhões em dois anos. Para fazer o quê na Amazônia? Para criar reserva, mais reserva – mais reserva –, amplia reserva. Por coincidência, sempre em cima de recursos minerais.

Então, esta CPI, eu repito, não vou cansar de dizer, nunca, tem participação de todos nós, mas, fundamentalmente, foi a labuta, a persistência, a perseverança do Senador Plínio por quase quatro anos e meio. Nós temos essa tarefa, primeiro, de mostrar ao Brasil que não é direita ou esquerda; é o país único no mundo que aceitou perder de graça 86% do seu território nacional, sem ganhar nada. Aí, nós vamos... mas a cesta básica... Gente, pelo amor de Deus! Uma região milionária como essa, não era para isso. Isso é uma vergonha.

É como eu disse um dia desse, a ex-Senadora do Acre, Marina Silva, que fez o nome, ela começou a carreira no Acre, o grupo dela dominou quase 30 anos, e ela começou dizendo que o desenvolvimento não podia mexer com vaca, com boi, com soja, com nada; tinha que ser economicamente viável, ecologicamente sustentável. E, depois de 30 anos, vai ao estado natal dela. O que ela fez? Eles tiveram oportunidade, tiveram tudo, os três Senadores, as prefeituras todas, o governo do estado, a ONU, o Fernando Henrique Cardoso, o Lula, a Dilma, é como se tivesse dado a eles: "Toma, façam do jeito que vocês querem". E o resultado, depois de 30 anos: o estado é mais pobre, bate recorde de feminicídio, bate recorde de estupro, é o Acre, bate recorde disso. Maior índice de feminicídio, maior índice de estupro, uma das capitais mais violentas do país é Rio Branco. Parou de ser agora, sabe por quê? Nos últimos quatro anos? Porque as facções entraram em acordo. Elas entraram em acordo, pois estavam se matando tanto, depois de anos, aí chegaram num acordo: "Vamos embora parar, porque está demais." Para... Foi isso. Não foi outra coisa, não foi ação do estado brasileiro.

E ao final, se nós conseguimos mostrar ao país, pelo menos a uma grande parte do país, que não é esquerda, não é direita, não é Bolsonaro, não é Lula, é patrimônio nacional; nenhum país aceitou o que o Brasil aceita fazer na Amazônia. E aí sim, propor legislação, que é obrigação do Congresso Nacional, é se posicionar, legislar, que possa devolver soberania nacional, sobre o subsolo brasileiro, por exemplo, devolver dignidade aos índios para que se tornem, de fato, donos da área e possam viver bem dessa imensa área de terra que foi para a mão deles.

E isso só é possível, querida, porque pessoas como você, que eu repito, não tem a proteção que eu tenho, não tem a proteção que nós temos no Senado, na Câmara Federal, e moram em uma região cheia de pressões, e mantêm a dignidade, a coragem de saírem de lá e virem para cá para dizer: "É verdade, estão fazendo pressão para transformar pessoas não indígenas em indígenas, e esse é o objetivo, é para aumentar, mais terra." E ainda traz uma outra faceta, como disse a nossa Senadora, quer dizer, tanta gente fala em cuidado e estão aqui trabalhando, discriminando o pardo no Brasil. Uma das maiores riquezas que o Brasil tem, além do seu potencial mineral, terra, etc., é a capacidade que o Brasil teve da miscigenação, que é única no mundo, do tamanho que é a nossa, não é? E trouxeram da Europa para cá, das escolas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marxistas, de Frankfurt, etc., trouxeram para cá a política identitária, que só faz nos dividir, só faz criar ódio, só faz criar divisão entre irmãos que somos.

Então, parabéns mais uma vez, muito obrigado, e nos acompanhem. Ao final, nós vamos, esta Comissão vai propor, liderada pelo Plínio, medidas legislativas que possam minorar as questões que hoje a gente sofre tanto na Amazônia. Muito obrigado, e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para quem começou a acompanhar da metade pro fim ou agora, a nossa convidada de hoje, que vai para as suas considerações finais, é a

Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus. Foi nossa convidada.

Eu lhe agradeço muitíssimo, lhe agradeço muitíssimo a sua participação, que foi fundamental para a gente continuar nessa luta.

As suas considerações finais.

Obrigado, Helderli.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – A gente que agradece. É uma honra para a gente estar aqui no Senado, nesta CPI das ONGs. As ONGs visam tomar a Amazônia, e pra isso é preciso demarcar, é preciso criar Áreas de Preservação Permanente (APP), é preciso viabilizar a economia... E aí eu digo ao Senador que antecedeu ao nosso Relator: a identidade mestiça era a identidade nacional brasileira, que há 20 anos atrás entrou um Governo que racializou o país, dividindo o país em raças: pretos, quilombos, indígenas, e não pode existir o mestiço, porque o mestiço une, por isso que se diz que a mestiçagem une a nação, e com isso elimina a discriminação, porque nós somos esse povo dessa mistura.

E aí também eu queria dizer, antes de encerrar, que a questão do marco temporal é imprescindível, porque vai resolver essa situação que está acontecendo não só no Amazonas, mas no país todo. O marco temporal impede que criem associações indígenas, bancadas pelas ONG. E vai dar com isso o verdadeiro valor e a valorização que os indígenas merecem, os verdadeiros indígenas, que realmente estão lá. Muitas vezes, não recebem nada como foi relatado, a cesta básica não chegando ao seu reduto, mas o dinheiro das ONGs tem – bastante –, para estar querendo racializar, mas o verdadeiro indígena sofre na sua base, não recebendo saúde nem alimentação de qualidade, ele sofre. Não tem... não tem estrada, não tem esgoto, não tem água, assim como os mestiços. E aí eu solicito que o marco temporal seja aprovado neste Senado, porque a gente vai realmente avançar e dar luz ao povo mestiço e aos povos indígenas, os que realmente são indígenas, tá?

E aí também, respondendo ao Senador...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – ... Chico Rodrigues, a ideia é inviabilizar o Brasil, a ideia é tornar um Brasil sem produção, e assim as ONGs estrangeiras, como lá no Amazonas, que, quando dá 18h, Senador, a gente não consegue mais acessar a estrada que vai para Roraima, mas as ONGs, não! As ONGs... A gente vê *drone*, a hora que eles querem chegam lá, passam, e nós, brasileiros não temos direito de ir e vir na nossa própria terra.

Então, eu só tenho a agradecer a oportunidade, agradecer ao nosso Senador – eu tenho mais orgulho dele ainda –, o Senador Plínio Valério, agradecer a cada Senador aqui que se dispôs a nos ouvir, as nossas denúncias. E o que nós queremos, enquanto povo mestiço, é o nosso direito assegurado de permanecer em nossas terras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes do encerramento...

Pois não, Chico. Obrigado por ter vindo. Deve ter outros compromissos; a gente entende isso, a Senadora Damares também.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES *(Fora do microfone.)* – Presidente, os nomes das pessoas que viraram indígenas, eu estou entregando para o senhor, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ela está me entregando aqui nomes de pessoas mestiças que se tornaram indígenas, que foram persuadidas a se tornarem indígenas. Não posso me furtar, e isso não é...

Obrigado, Chico.

E isso não é uma observação de alguém que sabe, mas que não pode deixar de se furtar. Pode observar: as grandes guerras mundiais não foram ideológicas. As guerras antigas todas, é por espaço, é por riqueza, e é isso que a gente vem sofrendo.

Deixa eu mostrar para vocês aqui. Eu citei, outro dia, o livro *O Ladrão do Fim do Mundo*, que relatava o roubo da nossa seringa, e mandaram um vídeo para mim, de 1min28, que só exatamente mostrar, porque detalha. Olha como a coisa é antiga.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você vê aí como a coisa é antiga, muito antiga. Um ladrão é condecorado pela Rainha Vitória como herói por ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubado 70 mil sementes de seringa e ter assinado a nossa derrocada na Amazônia, Manaus, com isso. Então, é coisa antiga.

Eu quero que você, brasileiro, que você, brasileira, entenda que nós estamos fazendo o possível e vamos fazer muito mais do que isso, mas nós estamos lidando com uma organização internacional. É muito dinheiro, é muito aparelhamento. Eles trabalham de uma forma com que eles aterrorizam o nosso próprio Governo. Quem discorda tem vergonha de se opor para não ser taxado disso e daquilo, porque eles se autodenominam altruístas, politicamente corretos e honestos e passam a mentir. E nós vamos trazer autoridades aqui com que nós vamos ter dificuldade, porque elas vão mentir e elas acreditam na mentira. Então, quando você enfrenta um mentiroso que acredita no que está dizendo, fica difícil, mas nós vamos começar a trazer, sim.

Olha só o exemplo aqui do Fundo Amazônia. O responsável pelo projeto é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Valor desembolsado: 23 milhões, até paralisar. O projeto apoiou a regularização ambiental de 1,3 mil imóveis, mediante a inscrição destes no Cadastro Ambiental Rural, que é o CAR. O custo médio para cada operação de um CAR desse foi de R\$18 mil, e a Ministra Marina da Silva faz parte do Conselho Honorário do Ipam, assim como a sua Secretária.

Então, nós vamos começar a entrar numa outra fase também e, nessa fase, procurar saber o que é que o ISA fez, o Instituto Socioambiental fez no Alto Rio Negro e no Xingu, com R\$12 milhões. Nós precisamos perguntar, e esse pessoal precisa responder. Nós temos que usar a prerrogativa, essa diferença que o Senador Marcio Bittar coloca entre a nossa convidada... Essa falta de receio, de medo, que ela tem. Nós não podemos, de forma alguma, por nenhum segundo só, admitir receio em encontrar e confrontar essa gente.

Eu vou passar também, porque a gente continua naquela, nesse silêncio constrangedor de grande parte da imprensa, e a gente sempre tem que elogiar e agradecer àqueles que, na rede social, nos brindam com o seu apoio.

É o vídeo nº 1. Reportagem da TV Norte e a investigação...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que a gente quer e o que esta CPI quer é exatamente fazer perguntas e ter essas respostas, porque a população quer, precisa e merece saber.

Vamos perguntar a eles o que qualquer um perguntaria: por que esse dinheiro entra? Como entra? Para quê? O que eles fazem com esse dinheiro? Eles gastam entre eles. E o que nos irrita ainda mais, somado à indignação, é a forma com que essa gente desdenha do brasileiro quando fazem suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conferências em Nova York, Londres, Dubai... Eles nunca se reúnem na Amazônia, nunca se reúnem num município para ouvir a sua gente.

Então, é uma oportunidade rara, Marcio, que nós temos. E isto a gente está proporcionando ao brasileiro: começar uma discussão sobre um modelo próprio nosso, um modelo próprio ambiental e não esse modelo alemão, e não esse modelo canadense. É a oportunidade que nós temos.

Se a gente não vai mandar prender ninguém, se a gente não vai botar dedo na cara de ninguém, dar tapa em ninguém, nós estamos dando a oportunidade de o Brasil chamar para si, de as nossas instituições... É o momento oportuno de discutir um modelo, um modelo que nos serve, ouvindo quem? Ouvindo a FAS? Ouvindo o ISA? Não! Ouvindo o caboclo, o agricultor, o mestiço, o índio, o ribeirinho, pessoas que sabem do que precisam.

Nós estamos cansados, nós da Amazônia, e quem diz isso é uma pessoa de sucesso, porque cheguei ao Senado. Continuo indignado e triste de saber que somos comandados.

O que nós queremos? Ajuda.

As ONGs nasceram de um sentimento bonito – nasceram. As ONGs têm o objetivo de ocupar, preencher lacunas, se o Governo não chega, mas não de usurpar essa prerrogativa. E o Governo brasileiro tem dado quando assina convênios, dando prerrogativa para que o Instituto Socioambiental faça o que queira no Alto Rio Negro.

O que nós queremos – e quem diz aqui é um caboclo da Amazônia – é ser donos do nosso próprio destino, é comandar o nosso destino, é querer ajuda, sim, companheirismo, sim, mas comandar o nosso destino, as rédeas têm que ser nossas e não deles. Então, a nossa luta é essa: escancarar, mostrar ao Brasil, abrir essa caixa-preta e mostrar que essas ONGs, aquelas que estamos investigando, não têm nada de boazinhas, são todas más do momento em que manipulam... E o depoimento de hoje afirma, reafirma tudo aquilo que os índios já disseram aqui: são manipulados de toda forma e nós somos impedidos de progredir, impedidos de usar nossa própria riqueza.

Deixa eu dar um exemplo aqui do Amazonas. O Amazonas tem 97% de sua reserva, de sua floresta preservada e nós temos uma população abaixo da linha da pobreza de 56%. Hoje, até hoje, terça-feira, 51% da população amazonense está endividada e nós temos a floresta preservada.

A pergunta que fica é: vale a pena dessa forma, desse modelo? Claro que não vale a pena. Por que a gente preserva tanto e é tão pobre? Por que que querem que a gente preserve tanto e não nos oferecem nada em troca? Chegou a hora de contestar isso e a CPI está dando essa oportunidade.

Tem também, eu quero agradecer também ao Cristyan, que tem nos apoiado na *Revista Oeste*. E a matéria que ele fez, Marcio: "[...] espionagem, interferência em obras de manipulação de indígenas", baseada no documento da Abin. Grifei aqui algumas passagens que a Abin constata e que o Cristyan diz



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

hoje. "Interferência de outros países em obras públicas brasileiras, espionagem, biopirataria na Amazônia e manipulação de indígenas. Essas são algumas constatações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), feitas entre 2002 e 2023, em relatórios obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito".

Outra observação que é muito pertinente: "De acordo com Abin, ONGs brasileiras patrocinadas pela Usaid 'praticam ações que configuram tentativas de interferência externa ao adotar posicionamentos que, muitas vezes, conflitam com interesses do governo brasileiro na região'. [...] O relatório da Abin menciona ainda o monitoramento da Amazônia, feito via satélite, pelo Imazon".

É uma coisa antiga, eles sabem tudo – sabem tudo. Eu lembro que eu tinha um amigo meu, ele fez geologia, eu fiz jornalismo, e eu brincava com ele – um cara muito bom, até morreu em acidente de avião –, e eu dizia para ele: "Tu perdes teu tempo estudando geologia, cara, porque eu sei onde tem riqueza". "Como tu sabe?" "Onde tem índio." Lá na Amazônia é assim: onde os indígenas estão, tem riqueza. E onde tem riqueza e não tem indígena, eles colocam indígenas. Então, a CPI veio para isso.

Vamos colocar, então, Marcio, para aprovação os nossos requerimentos, inclusive aquele que o Senador Chico Rodrigues e o Senador Beto tanto quer?

Será incluída extrapauta a deliberação dos Requerimento nºs 111 a 115, que requerem:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****Requerimento Nº 111/2023**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor presidente do Tribunal de Contas da União informações a respeito de investigação relativa ao processo de nº TC 020.974/2019-1, contidas em voto de 22 de janeiro de 2022, que levou ao acórdão nº 71/2020 – TCU – Plenário.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****Requerimento Nº 112/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidada a Senhora Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a participação dela no conselho deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

Requerimento Nº 113/2023

Requer que seja convidado o Senhor Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais estrangeiras no território brasileiro, bem como, de entidades governamentais estrangeiras nas áreas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

Requerimento Nº 114/2023

Requer que seja convidado o Senhor Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 115/2023

Requer que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Censo 2022.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

Requerimento Nº 117/2023

Requer, em aditamento aos requerimentos 92 e 94 de 2023, que ambos sejam transformados em convite.

Autoria: Senador Plínio Valério

É de minha autoria. É exatamente aquele pedido do Senador Beto, subscrito pelo Senador Chico Rodrigues.

Coloco em votação a inclusão de requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Passamos agora à deliberação dos requerimentos.

Coloco em votação.

Os Parlamentares que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Coloco em votação a ata da reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar, faço aqui um registro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a ata com os requerimentos, com o devido requerimento.

Na ânsia de mentir e por nos julgar tolos – é isso que os prepotentes fazem, e essas organizações são prepotentes –, por nos julgar todos tolos, eles inventam... O IBGE publica esse dobro de indígenas e duplica também quase os indígenas na capital, em Manaus, por exemplo, o que nos dá argumento forte, que a gente pode dizer: se a política indigenista no Brasil, comandada pelas ONGs, é tão boa, por que Manaus dobrou o número de indígenas vivendo em condições sub-humanas na sua periferia, vindo dessas terras demarcadas? Eles vêm das terras demarcadas, por quê? Eles usam os indígenas para demarcar e abandonam. O IBGE nos diz, com a aquiescência do ISA, que Manaus dobrou. Hoje tem 71 mil indígenas vivendo em Manaus, em condições sub-humanas, vindo das suas áreas, das suas terras demarcadas. Eles pensam que somos tolos, por isso que eles dão esses dados à luz, e a CPI está em busca desses números, desses dados. Podemos até ser considerados colonizados por eles, mas nós não podemos mais em 2023 aceitar essa pecha de colonizados que querem nos impor.

Quando a gente diz, todos nós aqui dizemos, é a mesma linguagem, todos nós adotamos esta linguagem aqui: não é uma CPI contra o Governo Lula, não é uma questão entre Lula e Bolsonaro – e vale a pena repetir isso –, não é uma questão entre direita e esquerda; é uma nação representada, o Brasil representado por nós, que quer ser nação, contra o Brasil representado por essa gente que se considera elite, mas que é colonizada, que quer viver de forma colonizada. É essa a celeuma, é essa a nossa disputa aqui, por isso a gente vai até o fim.

Agradecendo a todos, agradecendo a Deus e a todos vocês, declaro encerrada a reunião.

Fiquem em paz, paz de Cristo a todos!

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Augusta Brito, Damares Alves, Paulo Paim, Esperidião Amin, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento de convidados. Oitiva do Edward Mantoanelli Luz, em atendimento ao requerimento 96/2023. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2023** que : "Convida a Sra. Ritaumaria Pereira , diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre visitantes estrangeiros em território sob jurisdição da entidade, como terras indígenas, reservas indígena, parques indígenas, colônias agrícolas indígenas e territórios federais indígenas, assim como reservas extrativistas, quando sob jurisdição da Funai" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2023** que : "Convida o Senhor André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2023** que : "Convida o Senhor Ruy Carlos Tone, presidente do Conselho da Fundação Almerinda Malaquias, para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2023** que : "Convida o Senhor Fabiano Silva, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2023** que : "Convida a Senhora Suzana Machado Pádua, diretora-presidente e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2023** que : "Convoca o Senhor Virgílio Maurício Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Prejudicado em razão da aprovação do Requerimento nº 125/2023 - CPIONGS.. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2023** que : "Convida o Senhor Virgílio Maurício Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável, a comparecer à esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica, bem como a Prestação de Contas de 2017 e 2018." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/29>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem como objetivo principal colher o depoimento, como convidado, do Sr. Edward Mantoanelli Luz, conforme o Requerimento nº 96, aprovado por este Colegiado; e deliberar requerimentos.

Antes de chamar o nosso convidado aqui, saudando o Senador Beto, agradecendo a presença do Senador Beto, nosso companheiro do Pará... Antes de chamar o nosso convidado, eu queria mostrar uns vídeos, falar um pouco, mas o Senador Beto quer se pronunciar antes.

Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Plínio, nosso Relator, Marcio, eu vou fazer uma fala aqui, e entendam que eu, inclusive, já fiz vários requerimentos que entraram extrapauta aqui na Comissão; mas tem me preocupado, eu quero externar essa preocupação à Mesa para que a gente vá ajustando aqui o trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos... Geralmente, os requerimentos extrapauta são uma coisa de exceção, porque você trabalha a pauta direito, entrega, tem sido entregue a pauta com os dois dias de antecedência com que o Regimento trabalha. Geralmente, a gente trabalha, então, essa questão de requerimentos extrapauta na exceção.

Nós temos tido aqui uma prática na Comissão de sempre ter os extras. Os extras estão quase como se fosse a normalidade.

Eu estou levantando isso porque tem atuação diferenciada, inclusive, na própria CPI. É notório e sabido que o Presidente e o Relator trabalharam para que essa CPI existisse há um tempo. Estavam trabalhando aqui com muito afinho.

Nós temos, na Casa, uma série de preocupações. Eu faço parte de cinco Comissões como membro titular e quatro como suplente. Então, tem uma série de ações em que você tem que estar. Então, se a gente não tiver tudo claro como é que funciona, acaba que, às vezes, você passa batido. Eu mesmo já passei batido – e reconheço isso – na CPI, porque não achava que ia ter o extrapauta. Daqui a pouco, tem o extrapauta e tu saiu daqui e foi para uma outra agenda. Se você estabelece que o extrapauta é, de fato, a exceção, e não a regra, isso dá uma previsibilidade para quem vai estar aqui, para quem está acompanhando ver os momentos efetivos em que você tem que estar aqui na CPI para dar um acompanhamento melhor.

Na própria viagem agora que tem a São Gabriel, saber efetivamente com quem é que nós iremos lá, quem é que nós ouviremos, onde é que é. Essas questões todas precisam ser repassadas a nós para que a gente possa nos preparar para... vai, não vai, como é que é essa ação.

Então, aqui é uma questão de ordem, mas colocando para você dentro do... Eu já aprovei requerimento aqui do extrapauta; tenho procurado não trabalhar mais essa questão do extrapauta para poder dar essa previsibilidade para todo mundo, não só para mim, mas para todos os membros da CPI; e eu queria, então, levantar isso como uma preocupação, para que a gente tenha o máximo de cuidados, nossos, para que a gente saiba efetivamente a pauta.

Por exemplo, hoje os requerimentos que estão na pauta têm acordo meu, não tem nenhum problema – os que estão na pauta. Eu não sei se tem extra. Se tiver... eu não sei se tem. Com os que estão na pauta, eu estou de acordo.

Então, que a gente possa fazer isso, Sr. Presidente, para evitar questionamento e para evitar qualquer desconforto aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

Você tem razão em tudo que falou, mas a gente tem deixado a liberdade, Beto... Por exemplo, hoje, se você perguntar se tem extrapauta e tiver, eu digo: "Olha, tem". Aí você pede a inversão e a gente vota





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo no começo enquanto você estiver, porque, realmente, é assim. O Senador vem, mas tem outras Comissões para ir. Então, se você achar que não vai ficar até o final e perguntar se tem extrapauta, a gente vai já te informar isso, tá?

Fique à vontade.

A intenção, Beto, aqui é deixar todos os Senadores no mesmo nível. O fato de estar por trás dessa bancada aqui não altera em nada o nosso relacionamento com os outros Senadores. Então, a gente também não tem nada a esconder. Muito pelo contrário.

Eu queria começar – vou pedir a paciência do nosso convidado –, Beto.

O que eu posso compartilhar com os brasileiros, com as brasileiras, parte do que a gente pode compartilhar... A gente diz alguma coisa, mas não pode estar falando de tudo, mas, para que os senhores sintam um pouco da pressão existente, eu vou mostrar agora... Nós estamos indo a São Gabriel a convite de várias, vários indígenas. Vou até mostrar vídeos aqui de depoimentos que surgiram aqui, muitos de São Gabriel, muitos do ISA de São Gabriel, muitos da Funai de São Gabriel.

Então, a gente vai lá ouvir. Se tiver alguém feliz e disser que está às mil maravilhas, vai sair, vai dar o depoimento. Nós vamos ver aquelas pessoas que estão insatisfeitas.

Olha só aqui esse áudio. Assumi como Coordenadora Regional, recentemente, uma Coordenadora da Funai, conhecida como Dadá Baniwa, e tem um áudio dela, cobrando das pessoas que se posicionem para dar anuência se... Cita até meu nome. No caso, é CPI. Se a CPI pode ir lá ou não, como se fosse isso. Isso não é o procedimento normal. O normal é comunicar à Funai que nós estamos lá. Isso aqui é uma CPI do Senado Federal da República.

Vamos ouvir o áudio dessa senhora aí.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Paralelamente a isso, tem um professor indo nos locais, colhendo a assinatura, quer dizer, não se conformam só em cobrar essa anuência, como colhem assinatura para algum eventual documento, falando da nossa ida, repudiando...

Eu devo lembrar: isso aqui é o Senado Federal, é uma CPI constitucional. Então, não tem por que... Nós devemos satisfações, sim, à Funai. Ela quer vacina disso, daquilo, quer projeção, a gente está fazendo.

Isso aí é só para mostrar a vocês.

Aí, alguns moradores lá de Pari-Cachoeira, que é onde nós vamos, se apressaram em mandar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi ontem e aqui está. É só impresso. É um documento com 94 assinaturas, só de Pari-Cachoeira, nos convidando...

(Intervenção fora do microfone.)

A Foirn é uma federação, é sub, é o boneco do ventríloquo chamado ISA. A Foirn é o boneco do ventríloquo, o ventríloquo é o ISA. Tanto é que a Foirn insiste em falar comigo. Eu não costumo falar com boneco.

Então, por favor, o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu mostro isso só porque se vier alguma carta de repúdio, com aquela assinatura que o professor foi buscar, foi colher, vocês já sabem que não é verdade. Mandaram ontem aqui, de Pari-Cachoeira, 92 assinaturas também reiterando o convite.

Posso dizer alguma coisa para vocês? Mesmo que eu não tivesse sido convidado, eu iria. É dever, é nosso dever apurar, é nosso dever socorrer essa gente. Portanto, fica claro aqui que, se algum incidente acontecer por lá, seja o menor que for, eu responsabilizo a Funai, por qualquer problema que haja fora do *script* a Funai está responsabilizada, a mesma Funai que está exigindo de nós plano de trabalho, vacinação de covid, de febre amarela. E foi bom porque lá no final, no documento, eles dizem assim: "Se for estrangeiro: passaporte, visto, plano de ação, vacina; tudo que estão nos pedindo, pedem ao estrangeiro".

Então, quero aproveitar, tem um requerimento aqui, e não sei se está na pauta ou extrapauta, Beto, pedindo que a Funai nos envie os nomes dos estrangeiros que nos últimos anos foram a São Gabriel da Cachoeira e se eles apresentaram visto e se eles apresentaram plano de ação e vacinação. E não adianta dizer que não é verdade. Eu vi esse vídeo 1. A gente pode mostrar esse vídeo 1 aqui. Não adianta a Funai dizer que não é verdade. Vamos cobrar esses aqui que foram lá em São Gabriel, ver se eles fizeram o que nós estamos fazendo, o que os Senadores estão fazendo, comprovando...

Beto, deixa só esse, senão eu perco o fio da meada, tá, irmão? Ai, depois desse vídeo, nós vamos começar. É um vídeo já antigo, mostrando os canadenses entrando em São Gabriel.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De novo, o cuidado que a Funai está tendo conosco dizemos que é preencher formulários de pesquisador: Senador do país... São aqueles formulários que a Funai... porque, partindo do pressuposto de que isso é exigido



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

também dos estrangeiros, a gente está pedindo essa informação. Eu vou dar o braço a torcer se a Funai apresentar um só estrangeiro que entrou no país lá na região Alto Rio Negro com controle.

Eu ouço o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Dois pedidos e um debate aqui sobre o requerimento extrapauta.

Primeiro é se a gente pudesse inverter, porque se aprovariam os requerimentos e depois a gente trabalharia a oitiva. Nos requerimentos que estão na pauta, não tem problema algum, pois nós estaremos votando a favor.

Sobre o extrapauta eu queria dialogar com o Presidente, até porque o requerimento é de autoria dele. Nós dialogamos, um dia desses aqui, para ver se a gente trabalhava a questão dos convites, para depois, em caso de recusa, em caso de uma coisa que não se trabalhasse, aí se convocava. O extra está convocando. Então, eu queria ver se a gente o transformava em convite, está certo? Então, se pudesse, quero informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Veja Beto, eu acho que é só... em convocar, sem dúvida alguma.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o segundo ... Está certo. Eu queria levantar uma questão aqui para a gente ver qual é o entendimento.

Como está pedindo aqui... Acho que esse talvez seja o primeiro que estou vendo nessa modalidade, porque começa aqui a pedir a movimentação financeira, o extrato bancário todo da entidade. Uma coisa é você trazer, fazer o depoimento... Para a gente já partir para essa coisa de quebra de sigilo de uma instituição, aí teria que ter uma coisa bem mais clara na minha avaliação – está certo? –, uma denúncia bem mais correta, para você poder já ir trabalhar essa questão da informação financeira, porque, na verdade, é a quebra de sigilo. Então, estou preocupado com isso aqui – e quero externar isso.

Voto a favor dos requerimentos da pauta. E aqui que a gente pudesse transformar em convite. E se mantida, estou colocando aqui, essa coisa do financeiro... Nem conheço a entidade, não sei qual é a ONG, mas, para a gente já não abrir um precedente – ou a gente depois acerta como é que vai ser essa questão –, eu vou ter que me posicionar contrário a essa questão do financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É que o requerimento que a assessoria fez... Na realidade, Senador Beto, o Superintendente da FAS, que na Amazônia é conhecido como "faz de conta", passou alguns anos no exterior, recebendo R\$100 mil de salário, fora as diárias. E a gente vai poder comprovar essa denúncia com os balanços de 2017 e 2018. Lá vão estar aquelas coisinhas – letra miúda –, numa coisa lá. Eu não tenho como... Convidado, ele, como convidado, não tem problema nenhum. E assim como a gente convida os amigos... "Eu vou dar um jantar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leva lá... Leva uma garrafa de vinho também". O convidado que tem educação, não tem por que se furtar a fazer isso. A gente retira extratos bancários e pede a prestação de contas de 2007 a 2018. Concorde assim? *(Pausa.)*

Bom, então podemos... A anotação, Reinilson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, a gente retira extratos bancários a seu pedido. O senhor vê que a nossa intenção aqui, realmente, é... *(Pausa.)*

Com a palavra, então, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui mais uma vez.

Beto, Styvenson, para mim, cada vez mais, está absolutamente claro, como água cristalina, que o problema não é deste Governo do Presidente Lula; não é do antecessor, o Bolsonaro; não veio da Dilma. Na verdade, o que está claro é o fato de que há um poder paralelo, Beto, que manda mais do que o Helder Barbalho no Pará, manda mais do que o Gladson Cameli no Acre, manda mais do que todos os Governadores juntos. Isso está claro.

Styvenson, hoje você pode afirmar, afirmar categoricamente, que, do ponto de vista territorial, os Governadores da Amazônia brasileira, do bioma amazônico, comandam menos de 20% do território da Amazônia. E mesmo assim, para fazer política pública nesse pequeno pedaço, que – eu repito –, do ponto de vista administrativo, é isto: não dá 20 % da Amazônia e mesmo assim, as ONGs acabam mandando mais nas políticas públicas, nesse pedaço que sobra, do que mesmo os governos dos estados.

Por isso, Beto, V. Exa., que é do partido do Presidente da República, eu sonho que nós poderemos chegar ao final desta CPI com algumas convergências. Uma delas é de que não há cabimento que uma, duas ou três ONGs – e tem vários exemplos – entrem no Ministério Público Federal e paralise obras. Quer dizer, eles não foram eleitos, eles não têm mandato. Eleitos são os Prefeitos, os Governadores, os Vereadores, os Deputados, o Presidente da República, o Congresso Nacional, que não estão todos juntos, não têm poder de executar política pública na Amazônia. Portanto, eles já nos venceram.

E aí eu vou ler, Presidente, entre aspas, o que eu acho que expressa muito bem o que eu vou dizendo. Eu vou ler a frase primeiro para depois dizer quem é o autor. Abro aspas... E é o que eu penso também sobre o nosso Congresso Nacional, porque é uma realidade – triste, mas é a realidade. Abro aspas: "O Deputado [essa frase é de 1996] vai perdendo seu papel de elo entre as demandas da sociedade e o Estado. Outras instituições, como as ONGs, vão absorvendo este papel, e o próprio Estado, descentralizando as decisões, torna dispensável a figura do despachante com mandato" – fecho aspas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa frase foi do Fernando Henrique Cardoso, proferida em 1996. E, se nós estudarmos a matéria, como estamos fazendo, a gente vai ver que isso já acontece.

Portanto, eu repito que não se trata de esquerda ou direita, trata-se de se o Brasil vai continuar aceitando o que o Senador Plínio chama de novo neocolonialismo, porque essa é a realidade. Por exemplo, você vai ler, vai estudar e verifica que é apenas a nova forma, Styvenson, porque isso é assim no mundo em todos os tempos, mas com a globalização... A Grã-Bretanha, por exemplo, quando ela perde o poder físico de comandar várias colônias, cria uma outra forma; ela cria ONGs; faz a ligação de mais de cem anos com os Estados Unidos, comandam o FMI, comandam o Banco Mundial, comandam a ONU, comandam o BID; começa toda uma política de pressão em cima dos países em desenvolvimento; e criam as ONGs, que é uma forma de continuar comandando as antigas colônias de uma forma mais sutil, bem disfarçada, mais eficiente, sem fiscalização e sem desgaste. Então, isso já acontece no Brasil. Agora, o que o Congresso tem que decidir, junto com o Poder Executivo, é se ele vai aceitar isso.

E aí olhe o exemplo da infiltração. O Chanceler brasileiro está convidado para vir à Comissão e tem que vir mesmo. Não importa se a gente faça uma reunião com ele reservada, mas ele tem que vir, porque não tem cabimento nós estarmos aqui dizendo, mostrando agências de governos, por exemplo, do Canadá, agências de governo financiando movimentação na Amazônia brasileira e o Brasil não tomar conhecimento, permitindo que isso aconteça! Há reuniões na Embaixada do Canadá aqui em Brasília para decidir para quem vai soltar dinheiro, sem nenhum controle nosso. Ele tem que vir. E é também porque, nos pedidos de informação que nós enviamos ao Ministério das Relações Exteriores, eu tenho que concluir que houve sonegação de informação, porque, nos documentos que o Ministério das Relações Exteriores enviou para cá, ele nega a existência de contrato como este aqui. Este contrato aqui mostra, prova... E aí eu vou ler, Presidente: projeto de cooperação técnica. É sempre assim... É muito, como dizia Fernando Henrique Cardoso, já que eu o mencionei, tró-ló-ló: fala, fala, fala e não resolve nada. Este documento é um processo, um convênio feito entre a Funai; a Agência Brasileira de Cooperação, que é o órgão do Ministério das Relações Exteriores; e a Alemanha, através de um banco chamado GIZ. Aqui está o número do processo – e tudo.

Como sempre, a argumentação... E vou repetir: todos os governos civis – todos! – aceitaram isso aqui. Todos eles: Sarney, Collor, Fernando Henrique Cardoso, Presidente Lula... Todos eles, todos aceitaram. Olhe aqui a subjetividade, e é sempre assim. Se você for pegar os projetos do Fundo da Amazônia, é a mesma coisa. Olhem lá! Abro aspas... Para que serve o projeto? É: "Proteção e gestão sustentável" Sempre com frases e palavrinhas sempre bonitinhas, mas que depois que você lê não dá nada, não sobra nada, não tem nada de concreto: "Proteção e gestão sustentável em terras indígenas, em terras indígenas da Amazônia Legal, fortalecimento das instâncias e instrumentos de governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas". Bom, aí você vai lá e não tem nada. Os índios – vou repetir a frase que era do meu pai – matando cachorro a grito. E é sempre assim: esse grau de subjetividade. E qual é o valor? O valor quase chega a R\$12 milhões. Agora, os nossos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessores, que eu já mencionei na audiência passada – e a minha gratidão pelo empenho –, funcionários da Casa, funcionários de outros órgãos do Estado brasileiro que estão aqui vão ver o que fizeram com esses R\$12 milhões.

Então isso, Presidente, é uma demonstração inequívoca de que houve, por parte do Ministério das Relações Exteriores, a sonegação de documentos, porque não é... Está aqui. Isso aqui é um convênio feito com a Funai e o Ministério das Relações Exteriores, que participou, e esse documento não havia chegado à nossa CPI.

Portanto, a presença dele como também a da Ministra Marina Silva e como também a do Presidente do BNDES é fundamental.

E está faltando apenas na relação – porque até agora não se sabe ainda quem está com essa função – quem é que está exercendo a função da execução no CAR, porque vários depoimentos, vários documentos dão conta de que, em unidades da Federação, é transferida para ONGs, tudo com financiamento internacional, a elaboração do CAR, como foi a própria ONG da qual faz parte a Ministra Marina Silva.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Informar ao Relator e aos Senadores e Senadoras que o Itamaraty nos comunicou que hoje estará enviando praticamente todos aqueles documentos já traduzidos, o que foi possível, dado o prazo. E vamos esperar pra ver exatamente se está corrigida essa falha.

Chamo então o Sr. Edward Luz...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, vamos votar antes o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Oi, Beto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Então, vamos à votação dos requerimentos. Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Aquele documento, inclusive, se não chegar a tempo... Aquele que a gente está corrigindo aqui... Aquele que é de autoria... Não sei se tem valor a gente ler dizendo que foi substituído. Não, não é? Só tem valor o novo requerimento? *(Pausa.)*

Dele, não é? Então, você me traz, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Em bloco, Beto, ou de um por um?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Aquele a gente lê em separado.

Requerimentos nºs 118, 119, 120, 121, 122 e 123.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 118/2023**

Convida a Sra. Ritaumaria Pereira, diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 119/2023**

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre visitantes estrangeiros em território sob jurisdição da entidade, como terras indígenas, reservas indígena, parques indígenas, colônias agrícolas indígenas e territórios federais indígenas, assim como reservas extrativistas, quando sob jurisdição da Funai

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 120/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Senhor André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 121/2023**

Convida o Senhor Ruy Carlos Tone, presidente do Conselho da Fundação Almerinda Malaquias, para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**ITEM 5****Requerimento Nº 122/2023**

Convida o Senhor Fabiano Silva, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE**ITEM 6****Requerimento Nº 123/2023**

Convida a Senhora Suzana Machado Pádua, diretora-presidente e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE.

Autoria: Senador Plínio Valério Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco dos requerimentos que eu li agora.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação os requerimentos constantes da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os que foram lidos aqui.

E o requerimento, a sugestão do Senador Beto... Nós vamos trocar os termos... Trocar não, tirar "extratos bancários" e vai ficar só "prestação de contas" dos anos 17 e 18.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – E muda convocatória para convite.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para convite. É aquele convidado que vai trazer uma torta de maçã, uma garrafa de vinho; é aquele convidado que vai para a casa de quem convidou sabendo que tem que levar alguma coisa para o banquete.

Eu chamo, então, enquanto o...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – É porque para o amazônida torta de maçã não é...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu falei maçã, porque a gente está... Bacuri, cupuaçu... (*Risos.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Só mais um esclarecimento, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixe-me chamar aqui, enquanto ele se dirige...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, alguma observação antes? Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Plínio; Relator; Senador Beto.

Eu não peguei o início aqui dos trabalhos, estava no Plenário, reforma tributária, também importante, mas eu peguei só o final do Senador Beto falando e a parte inteira do Relator.

Não é esquerda, nem direita... Até mesmo, Senador Beto, o partido que o senhor defende, e está no seu papel... O próprio Lula já mencionou nas suas viagens que existe, sim, um embargo da Europa em relação aos produtos brasileiros devido à informação de os produtos estarem com esse rótulo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento, de queimada, de tudo isso. Então, isso dificulta até a nossa economia. Então, eu creio que esta CPI não está contaminada com nenhum viés político, não tem essa contaminação, e a gente só busca a verdade. Então, quem sentar nessa cadeira diga a verdade. Convidado ou convocado, fale a verdade. Acho que a gente busca aqui, além do melhor para a Amazônia, um esclarecimento do papel das ONGs no nosso país. Então, para essa dúvida tem que ter uma solução. Esta CPI acho que foi criada para isso.

Era só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço, Senador Styvenson. Perfeito o seu comentário.

Peço que os assessores tragam aqui à mesa o Sr. Edward Montoanelli Luz. Ele é bacharel em Ciência Social pela Universidade de Brasília; mestre em Antropologia Social, Universidade de Brasília; Ciências Sociais, UnB; mestre em Antropologia Social, UnB também; e doutorando em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação para as Américas e Caribe pela mesma instituição. Entre 2003 e 2008, atuou na Funai como coordenador de grupo de trabalho de identificação e delimitação de oito terras indígenas no Alto Solimões (Tonantins e Santo Antônio do Içá) e no Baixo Rio Negro (Barcelos), todas no meu Estado do Amazonas.

A Secretaria o conduziu. Enquanto o Sr. Edward se prepara, eu cedo a palavra ao nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – É só um esclarecimento...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Nós aprovamos, então, o requerimento extrapauta com...?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Está bom, então.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só um esclarecimento ao Senador Beto.

O nosso trabalho, por enquanto, não tem nada – e nem é esse interesse também – de quebrar sigilo bancário e tal. É claro que, se na documentação vierem informações que permitam, que sugiram isso, aí sim, mas o que eu vejo nessa questão toda, Senador Styvenson, não é muito a questão legal, é a questão moral. O país vai aceitar que ele não manda? É isso, porque ele não manda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo também essas declarações... E até comentei com o Líder do Governo, Jaques Wagner, que é um sopro de esperança para mim quando ouço o Presidente da República, em algumas ocasiões, aqui em Brasília, fora de Brasília, falar coisa que soa bem aos meus ouvidos, que vai na direção do que nós estamos estudando aqui, quer dizer, quem é a Europa Ocidental para cobrar do Brasil o que eles nunca fizeram? Então, quando o Presidente questiona de onde vem essa legitimidade, ele está correto. Nós fizemos coisas no Brasil e na Amazônia... Nós estamos anos-luz à frente deles sem receber nada em troca, a não ser esses recursos que entram muito mais para pagar militância para trabalhar contra o processo de desenvolvimento do Brasil e, particularmente, da Amazônia brasileira.

Era esse o esclarecimento. Não tenho nenhum interesse em quebrar sigilo de ninguém, a não ser que isso apareça nos documentos. A questão não é nem legal, é moral.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Passo a palavra, pelo tempo dos nossos convidados, 50 minutos, podendo extrapolar um pouco, ao Sr. Edward, agradecendo já a sua presença e a sua boa vontade, sempre cortês em contato com esta CPI.

Com a palavra.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Olá. Muito bom dia a todos os presentes.

Muito bom dia, Exmo. Senador Plínio Valério, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor, mais do que ninguém, sabe o quanto eu celebrei a criação desta CPI, a instauração desta CPI. Estive com o senhor acho que ainda em setembro de 2019 e falei: esta CPI precisa acontecer. Para quem não entendeu ainda, esta é provavelmente é a CPI mais importante não vou dizer da década, mas, certamente, destes últimos anos; muito mais, mas muito mais importante, muito mais bombástica e reveladora, a meu ver, mais importante do que a CPI que aconteceu, a CPI da Pandemia, apesar, é claro, das perdas, que lamentamos, de vidas com a pandemia. A CPI era muito mais urgente, muito mais necessária.

Senador Marcio Bittar, satisfação também enorme em estar aqui nesta Comissão, podendo trazer a minha colaboração a esta CPI das ONGs.

Eu não poderia chegar em dia melhor, pelo que estou entendendo aqui. O material que eu preparei vai ajudar a CPI a responder a esta questão importantíssima: quebrar ou não o sigilo bancário, investigar ou não a conta das ONGs. Eu tenho a impressão de que trago dados importantíssimos no sentido de colaborar para que os Senadores tomem ou não essa decisão. E eu espero que essa decisão seja tomada com responsabilidade. Eu também trago esses dados com muita responsabilidade.

Para quem não me conhece, eu sou o antropólogo Edward Luz. Sou cidadão brasileiro. Este meu nome "Edward" é tão brasileiro quanto aquele "Washington", "Wellington". Sabem qual é? Dessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natureza este "Edward" aí. Enfim, não preciso contar a origem do meu nome, mas vem dessa natureza. Sou goiano, nascido em Vianópolis, Goiás. Nascido em Goiás, mas cidadão brasileiro. Com pouco mais de um ano de idade, fui até Santarém, no Pará. Lá, passei minha infância, cidade maravilhosa, de que eu guardo saudades até hoje. Na verdade, visito frequentemente Santarém e fico muito feliz em saber que a CPI também está pensando... Acho que estava combinada uma ida a Santarém e a Altamira – aprovado o requerimento. Eu gostaria muito de estar presente, colaborando também nesse dia, porque fiz de Santarém e Altamira, nos últimos quatro anos, o meu eixo de trabalho, o meu eixo de investigação.

Só uma correção acerca do... Preciso fazer algumas correções e algumas ressalvas. Uma delas é com relação ao "doutorando" pelo Ceppac, que é um órgão da Universidade de Brasília. Eu era doutorando do Ceppac. Estudei, cursei o doutorado do Ceppac, mas não cheguei a finalizar, não cheguei a terminar, justamente por causa das perseguições que me foram feitas durante o período do doutorado.

Infelizmente, tive que abandonar o curso. Pedi alterações, pedi explicações, enviei explicações para o que estava acontecendo... Eu fui o único aluno de doutorado, o único aluno de doutorado da Universidade de Brasília a ter, não só uma, mas duas notas de repúdio durante o doutorado. Eu não conheço outro que tenha tido notas de repúdio por causa do seu posicionamento, de suas denúncias acerca da demarcação de terras indígenas em outro estado. Não tinha nada a ver com...

Eu estava cursando Ciências Sociais em Brasília, mas participei de uma reportagem acerca da demarcação da suposta terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, e o meu departamento, o meu professor orientador, assinou a denúncia de que eu estava infringindo direitos de povos.

Eu tinha participado, eu tinha feito um estudo, na contestação da terra indígena Morro dos Cavalos. Nós vamos falar sobre ela aqui.

Enfim, só essa correção, eu sou ex-doutorando da Universidade de Brasília. Considero-me ainda... Tem algo muito mais importante do que ter um título de Doutor no seu currículo, é você saber, é ter o título de perseguido por causa das suas opiniões que falam a verdade, que denunciam a corrupção, que denunciam o erro, onde quer que ele se encontre. É isso que aconteceu comigo. Sou ex-doutorando, mas pretendo um dia terminar e cursar o meu Doutorado em Ciências Sociais, ou continuá-lo.

Não falo em nome da ABA. Sou antropólogo, mas não falo em nome da Associação Brasileira de Antropologia. Não represento os interesses nem a posição política da Associação Brasileira de Antropologia justamente porque tive que deixar essa associação que, por sinal, não é uma ordem dos antropólogos. Não existe, como a OAB, que é a Ordem dos Advogados do Brasil. e por aí vai. Tem o Conselho Regional de Medicina... A ABA não é uma ordem, profissão de antropólogo, a antropologia, a profissão de antropólogo não está regulamentada no Brasil. Portanto, a ABA não tem o direito, como tem a OAB, de desclassificar, de caçar o registro, entende?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi pra sair. Eu não fui expulso da ABA. Eu pedi pra sair ao constatar que a ABA estava profundamente comprometida com o projeto geopolítico de expansão do poderio ongueiro no Brasil. Comprometida até o final, até não mais poder. É claro, isso não quer dizer que todos os antropólogos são ongueiros. Não é isso que eu quero dizer.

Eu reconheço a existência de inúmeros, de muitos antropólogos que possuem uma postura ética com a verdade, com a ciência e com o fazer científico, mas conheço também aqueles que eu inclusive batizei de "antropólogos" – são os "antropólogos", não é? – a serviço dos interesses internacionais atuando aqui no Brasil. E são eles que ocupam os principais cargos que dão o rumo da Associação Brasileira de Antropologia, as posturas, as publicações... É absolutamente submetida.

Há 13 anos atrás nós estávamos aqui, neste mesmo Congresso, debatendo uma matéria da revista *Veja* que eu vou citar daqui a pouco, e o Presidente – eu escrevi uma nota acerca da matéria da revista *Veja*, vou citá-la –, e o Presidente do Comitê de Ética da ABA, e depois o próprio Presidente da ABA, na época o Prof. Gustavo Lins, que eu encontrei com aqui numa Comissão, falou: "Olha..." E eu falei: "Eu já vou prestar os...". E ele pediu que eu me posicionasse acerca da carta que eu mesmo escrevi.

A ABA pediu que eu reescrevesse uma outra carta, publicasse num jornal dizendo que todos os antropólogos são sérios, fazem um trabalho sério e profissional. Eu falei: "Olha, professor, eu farei minhas investigações e, assim que eu puder, eu publicarei... Se um dia eu puder publicar isso, publicarei". Até hoje não publiquei essa nota, porque não consigo concordar com ela. E o que eu publiquei pouco tempo depois, na verdade, inclusive para ele, foi mostrando que os antropólogos do Brasil, boa parte deles, não todos, mas boa parte deles está submissa a um compromisso político e ideológico do nosso país.

Eu sei, eu quero adiantar, eu preciso dizer que, infelizmente, esse tema é tão amplo, o que nós estamos estudando é tão amplo que é inevitável que as nossas falas se encontrem e se desencontrem; é inevitável uma certa desconexão. Por quê? Porque cada ONG dessas daria uma tese de doutorado; a ação de cada uma delas daria uma tese de doutorado. Eu vou trazer informações sobre três ou quatro, e elas podem ficar desencontradas, mas eu vou tentar acelerar aqui.

Dois comentários antes de a gente começar.

Primeiro, não poderia ter sido mais fortuita e apropriada a citação de Fernando Henrique Cardoso aqui nesta mesa, porque eu vou falar exatamente dele sobre uma pequena correção, duas, que eu preciso fazer a esta CPI. A primeira delas é a forma como nós chamamos ONG. O nome está errado! Organizações não governamentais. E quem fala isso é Fernando Henrique Cardoso. Nas suas crônicas políticas, ele escreve "não são organizações não governamentais", porque esse nome é mentiroso. Dá a impressão de que eles não querem governar, que eles não exercem essa influência governamental. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome certo, diz Fernando Henrique, é "organizações neogovernamentais". É exatamente assim que eles se veem, que eles se apresentam e que eles exercem o poder.

Agora, vejamos só: nenhum ongueiro se elegeu a nada, nenhum ongueiro se elegeu a ser e a impor, aqui no Brasil, as políticas públicas estabelecidas lá fora, estabelecidas em Bruxelas, estabelecidas na Europa, mas é exatamente por isso que eles não são eleitos, porque, se fossem, provavelmente não teriam o apoio democrático do que querem. Mas, é claro, eles influenciam. A maior capacidade das ONGs é exercer influência em centros de controle, centros de poder. E esse é o segundo ponto. Então, o nome certo é organizações neogovernamentais.

E o segundo ponto em que a gente precisa focar e que precisa ficar focado aqui também nesta CPI... É claro, acertaram muito bem em chamar de CPI das ONGs, mas, ao escolherem essa célula, ao escolherem o nome ONG, vocês escolheram a medula espinhal, vocês escolheram literalmente a medula por onde passam não só os neurônios que conectam essa rede de poder, dinheiro e verbas que vêm da Europa, dos países do Hemisfério Norte, não só as ordens, mas também os nervos, que movimentam, que fazem acontecer. Então, o que, na verdade vocês estão estudando não teve... O vocês estão estudando? Não estão estudando só as ONGs; vocês estão tocando o aparato neogovernamental inter/nacional. O que está sendo examinado, dissecado aqui é o aparato neogovernamental internacional. Esse é o nome correto do monstro que criaram e que atua aqui no Brasil. ONG é só um apelido, um apelidinho gostosinho – ONG –, que alguns chamam de não governamental, e o nome certo é aparato.

E veja. Vamos só fazer duas reflexões sobre aparato. A palavra *apparatus* é impressionante, porque ela tem dois sentidos no latim. Um é de onde vem a palavra aparência, é de aparência: ela aparenta ser alguma coisa, uma aparência, quando você quer fazer uma... Na época na monarquia, havia a aparência de majestade, tinha os bailes, tinha um aparato, uma opulência de majestade. E o outro vem – o mesmo termo – de aparelho. Aparato também é um conjunto, é um sistema. É por isso que o nome correto é "aparato neogovernamental".

E eu vou contar nos próximos minutos... Pode colocar já a nossa apresentação... Aliás, antes de começar a apresentação, vamos assistir a um vídeo. Convido vocês a assistirem a um vídeo que bem resume essa situação, é um vídeo de apenas 4 minutos e 35 segundos – no máximo 5. O vídeo 1, por favor, que é um excerto do vídeo Cortina de Fumaça, uma produção do grupo Brasil Paralelo. Coloque para a gente assistir, vídeo 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pronto.

Eu escolhi esse vídeo, porque ele...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu espero que sim. Na verdade, eu sugiro, Senador, que o senhor... Não só esse trecho, mas pegue todo, o vídeo inteiro, chamado Cortina de Fumaça. O vídeo está disponível na internet, é um documentário de mais de uma hora. Lamentavelmente, esse documentário tinha material para ser mais de três horas de documentário, e, infelizmente, cortaram com uma hora e quarenta minutos, quase duas horas, mas eu sugiro que o vídeo inteiro fique disponível para a CPI.

Pode colocar a apresentação, então, por favor?

Eu escolhi o vídeo não só porque ele resume bem, mas porque eu participo também dessa parte central do tema.

Como eu já falei, o tema é muito amplo e a gente poderia passar dias, meses, estudando isso aqui. Eu preciso falar daquilo que eu entendo bem, com muita clareza e especificidade. Eu gostaria de ser mais preciso e cirúrgico. Eu queria falar das causas e consequências, da fragilidade ou das fragilidades e peculiaridades do sistema de identificação e reconhecimento de grupos étnicos no Brasil e demarcação de territórios étnicos no nosso país e, é claro, por fim, do estabelecimento de marcos regulatórios como única solução, marcos regulatórios para a demarcação de terras indígenas e territórios étnicos no Brasil como única solução.

Se eu só tivesse 30 segundos para passar a mensagem que eu preciso passar aqui agora, a minha mensagem seria: o Brasil precisa rever urgentemente os marcos regulatórios que colocam os critérios, que estabelecem critérios para a identificação de grupos étnicos e a demarcação de territórios étnicos no Brasil.

Vamos avançar.

Pode passar.

Infelizmente, não vai dar para falar muito sobre essa parte, mas, se a gente for estudar a história das ONGs, a gente tem que remontar lá para a década de 70. O Prof. Lorenzo Carrasco fala que foi na década de 70, para ser mais exato, em 1971, quando surge a principal delas, que é o Cimi, todas elas são... O primeiro ambiente de formação das ONGs no Brasil é a esquerda católica. Então, a CNBB, a CPT e o Cimi surgem nesse mesmo contexto, no início ainda da década de 70 – passa um pouquinho –, porque também todos eles são caudatários e também são originais aí da turma da Teologia da Libertação. Esses agentes do indigenismo surgem com a Teologia da Libertação. Não sei se vocês conhecem isso aí. D. Pedro Casaldáliga, Aloísio Lorscheider, Leonardo Boff, D. Balduino, todos eles são... É aí que está a raiz da esquerda indigenista no país e das ONGs que virão. Eles são o primórdio, porque depois – passa para a próxima – acontece um evento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses aí são os primórdios, da época em que não existia internet, e toda a publicação deles era feita em cartilhas, encadernações pequenas. Era o início singelo. E, veja, na década de 70, quem é que não lutava pela defesa dos índios? Quem é que não se sensibilizava com a questão indígena? Eles, então, representavam uma parte importante. E, resguardadas as devidas proporções, era um grupo praticamente brasileiro, os recursos ainda eram próprios e deles.

Agora, um evento histórico – avança – muda todo esse cenário. Para começar, a Constituinte de 1988. A gente sabe, existem documentos históricos que comprovam que o *lobby* indigenista na Constituinte foi o maior *lobby* que já se viu em todas as épocas, porque não só a Fundação Ford, mas as outras organizações, o próprio Cimi financiou a vinda dos indígenas, a participação intensa dos indígenas na elaboração do §231, 232. Isso é uma manipulação exata do maior momento da nossa história, a nossa Constituinte, e a prova disso, que esse momento foi elaborado e que foi elaborado pelas ONGs para atender interesses internacionais, é que amanhã nós ainda estaremos discutindo, aqui, do outro lado da avenida, no STF, um artigo da Constituição, que é o marco temporal, e a gente vai falar sobre isso mais tarde.

Vamos avançar.

Outro fenômeno importante que aconteceu foi a Eco-92, que foi, basicamente, um laboratório da governança global. É a partir de 1992 que as ONGs no Brasil, as organizações não governamentais, lançam raízes, se potencializam e tomam força e substituem a esquerda católica.

Avança.

É exatamente isso. A Rio-92 anuncia uma nova era. Nova era de quê? De governança global. E as ONGs são o último elo, ou um elo importante entre os interesses dessa governança global, da ONU e da OIT, como vocês verão, com os povos indígenas, as minorias étnicas. É nesse momento – pode passar – que se cria uma rede de conexão, uma nova aldeia, uma nova tribo que conecta Raoni ao Presidente da França, aos Presidentes da França. É a partir de 1992 que as coisas avançam.

Daí, a coisa começa a ficar profissional, profissionalizada. A partir de 1992, no final do século XX e início do século XXI, o Brasil começa a aprovar legislação e começa a implementar legislação demarcatória, e é exatamente nesse momento que o Fernando Henrique Cardoso fala acerca das organizações não governamentais.

Eu estou aqui em minhas mãos com um livro chamado *Demarcando Terras Indígenas*. O livro, todo ele, foi financiado pelo pessoal que, à época, chamava-se GTZ, que é a agência de cooperação alemã, hoje chama-se GIZ. E, naquela época, veja Senador, a nossa autoridade, a autoridade brasileira era ainda menor. O cidadão brasileiro que tinha sua propriedade reivindicada por uma terra indígena sequer tinha uma oportunidade de contestar. Então, em 1996, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estabelece o Decreto 1.775, de 1996, que vai regularizar o processo de demarcação. Antes, você não tinha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem pra quem recorrer. Se a sua propriedade fosse reivindicada por uma terra indígena, você não tinha a quem recorrer. Foi o Decreto 1.775, de 1996, que regulamentou a aplicação e a demarcação de terras indígenas.

O PPtal é o programa de proteção das terras indígenas da Amazônia Legal, financiado pela GTZ, que financiou essa publicação aqui também. O pessoal simplesmente apavorou-se com o Decreto 1.775. Houve uma movimentação incrível. Olha só, diz o livro: "As dúvidas sobre como melhor agir motivou o movimento indígena, por meio da Coiab, a debater o decreto de forma mais independente de outros atores, mesmo contando com as presenças de aliados". Houve um seminário. No seminário "Decreto 1.775: desafios e perspectivas", eles debatem.

O Ministério Público Federal faz uma publicação dizendo que o decreto é etnocida, que o decreto que estabelece o direito de resposta era etnocida. A reação foi estupefata, mas eles concluem esse parágrafo dizendo: "Com o transcorrer dos anos, é possível afirmar que o Decreto 1.775 foi benéfico, foi positivo, pois, no mínimo, serviu para esvaziar o argumento de que as demarcações estavam sendo arbitrárias, porque o Decreto 1.775 permite a aparência [lembra do aparato?] de democracia".

Em dez anos, de 1996 até 2006, de mais de cem reivindicações, de mais de cem contestações, apenas seis foram consideradas válidas, apenas seis. Quem faz o cálculo é o próprio Lorenzo Carrasco e publica-o no livro *Máfia Verde: o Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial*.

Pode passar, então.

Ou seja, é uma aparência de situação democrática, é uma aparência de democracia.

Quem são as fundações que financiam o estudo *establishment* "ongueiro" no Brasil? São, pelo menos, essas – tem muitas outras –, mas a Ford Foundation, que é a maior delas; a Gordon and Betty Moore Foundation. Nós vamos ver daqui a pouco que, além das agências de cooperação do Canadá, da Alemanha e tudo mais, tem todas essas: a CAFOD, que é uma organização católica, Catholic Agency for Overseas Development; a Survival International. Essas são fundações. Para quem elas enviam o dinheiro delas?

Próximo quadro.

Na verdade, junto com as fundações, também tem essas grandes – essas são as grandes –, que eles chamam de BINGOs (Big International NGOs), está certo? Esses são os BINGOs: a Rainforest Foundation, Greenpeace. Essa turma, junto com as agências de cooperação, enviam o capital para quem?

Para a próxima foto. Agora, sim.

Para essa turma aqui no Brasil: são as ONGs socioambientais. Antigamente eram chamadas de indigenistas, hoje nem mais dá para chamá-las de indigenistas, porque são socioambientais, indigenistas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombolistas e tradicionalistas. Hoje nós já temos três ramos, exercendo três ramos da reivindicação territorial no Brasil: terras indígenas, territórios quilombolas e áreas de povos e comunidades tradicionais.

Essas ONGs, então, do começo da... Foi dito várias vezes aqui que a CPI não quer investigar todas as ONGs. Nós sabemos que existem ONGs e ONGs, existem ONGs boas e ONGs que estão fazendo esse processo de ingerência. Essas que fazem a ingerência no Brasil são as que atendem pelo nome socioambiental, ou seja, trabalham com o meio ambiente, dizem defender o meio ambiente, dizem defender os seres humanos que vivem junto ao meio ambiente, índios, quilombolas ou comunidades tradicionais.

Essas são as mais perigosas: Conselho Indigenista Missionário é histórico, tem mais de 50 anos; CTI (Centro de Trabalho Indigenista), nós vamos falar sobre ele daqui a pouco; o Instituto Socioambiental... Eu começo falando sobre o Instituto Socioambiental, mas existe outra dezena delas; não são milhares, mas dá pra dizer que são pelo menos 150 a 200 ONGs socioambientais que inspiram desconfiança.

Próxima.

O problema no Brasil...

Ah, e elas, por sua vez, utilizam a sua influência junto, como o Senador colocou, aos bonecos, aos ventríloquos, ou seja, a Foirn, a Coiab, o CIR, que acabam recebendo...

Veja, aqui não é uma fala desrespeitosa; é simples, essa frase já foi falada várias vezes: essas associações indígenas recebem dinheiro das ONGs, que, por sua vez, recebem dinheiro das fundações internacionais, que, por sua vez... Ou fundações ou agências de cooperação. E já foi dito várias vezes aqui na CPI, em várias versões, um grande ditado nordestino: "Quem paga o sanfoneiro escolhe a música". Essa é a fala, muito acertada por sinal. Quem paga o sanfoneiro escolhe a música, e a música que está sendo tocada no Brasil é um grande réquiem da soberania nacional, um réquiem da miscigenação daquilo que nós tínhamos e do que mais nos orgulhava, para dar espaço a uma política pública segregacionista, territorialista, que toma conta do Brasil.

Avança.

Um dos problemas ou talvez outro grande problema que nós temos aqui, e é por isso que eu digo que não são só as ONGs, mas, sim, o aparato "ongueiro". O aparato é muito maior, porque os agentes do indigenismo, os agentes do socioambientalismo já estão infiltrados em todos esses órgãos. Todos esses órgãos aí que foram recém-criados.

Eu coloquei ali uma foto que está em cor de laranja, com a face dos demais indígenas, porque eu não achei ainda a logo do Ministério dos Povos Indígenas. Não existe ainda, procurei, mas não encontrei, mas todas essas logos aqui, todas essas fotos representam órgãos públicos nacionais, órgãos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais infiltrados e tomados por agentes do indigenismo. Basta, o maior exemplo deles, não é preciso, isso é informação pública, é a Sra. Sonia Guajajara, até o ano passado, Presidente da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e financiada, articulação esta, largamente, fartamente financiada por vários órgãos internacionais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – A Ministra Marina Silva continua constando como membro de uma das mais importantes...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Como membro...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – O Capobianco é fundador do ISA.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pronto!

E a gente vai ver agora o que faz o ISA.

Eu preciso aqui chamar a atenção, Sras. e Srs. Senadores, da importância das denúncias, porque as denúncias de desvio são raras. E eu quero chamar a atenção para esta denúncia porque foi a primeira denúncia que eu vi na minha vida, foi a primeira com que eu tomei um choque.

Trata-se do próprio Mércio Pereira. Se você olhar ali em cima naquela linha, é o Blog do Mércio. Aquela foto ali é de um antropólogo chamado Mércio Pereira Gomes. Não é qualquer antropólogo, é ex-Presidente da Funai, Professor da Universidade Federal Fluminense, um homem reconhecido, publicamente reconhecido. O que ele escreve no blogue dele? Numa publicação de julho, se eu não estou enganado, de julho de 2007 ou setembro de 2007, que o ISA recebe US\$2,8 milhões para demarcar terras indígenas no Alto Rio Negro. Se você ler essa página...

Passa para a próxima página, que eu acho que está... Essa! É lá. Aí está a notícia aumentada, a notícia que está colocada ao lado.

A notícia é surpreendente, mas é velha. Desde 2004, o [...] [ISA] recebeu mais de 2.800.000 dólares da Fundação Gordon e Betty Moore [Foundation], dos Estados Unidos, para supostamente aumentar em mais de 1 milhão de hectares as terras indígenas no [baixo] rio Negro.

Como pode isso? [Ele pergunta.] Será que essa Fundação [na verdade, será que essa organização] não sabe que demarcar terras é um ato soberano e público do Estado brasileiro [...]?

Ledo engano, se até... Eu entendo que ele tenha se enganado, porque, se até ele se enganou achando que esse era um ato soberano, imagine o cidadão comum. Nós achávamos que a demarcação era um ato soberano do Estado brasileiro, mas virou um grande comércio multimilionário. "Será que o ISA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não teve escrúpulos de dizer isso?" A vontade de ganhar dinheiro e prevaricar é tanta assim? Então, vejam lá, no próximo parágrafo:

Eis porque eles me criticaram tanto [quando ele era Presidente da Funai] e tentaram tanto me derrubar da presidência [Presidência da Funai – Senadora Damares, bom dia!]. Agora que o irmão de Márcio Santilli [o Sr. Paulo Santilli] é coordenador de Identificação de Terras Indígenas, eles acham que podem pressionar o antropólogo que está fazendo o levantamento das aldeias indígenas do médio rio Negro para chegar ao tamanho que prometeram ao seu patrocinador.

Eles se enganaram, esse antropólogo era eu. Esse antropólogo aí sou eu, eu estava lá.

Vamos para o próximo eslaide.

Essa é a prestação de contas de 2004. E depois eu vou contar como é que eles tentaram me subornar. Essa daí é a prestação de contas: US\$2,852 milhões para quê? Se você olhar, se você entrar nessa página – eu vou passar essa página para a CPI –, você vê que é para demarcar terras indígenas no médio Rio Negro. Eu fui contratado pela Funai, fui aprovado em concurso público nacional, federal, para identificar, delimitar terras da Terra Indígena Médio Rio Negro II, para o qual o ISA havia recebido quase US\$5 milhões. Não sei quanto está o dólar, está R\$5? À época, não sei quanto daria, mas dá mais de R\$5 milhões à época. Está certo?

Passa a próxima.

Então, é isso aí. Eu vou falar depois do critério das ONGs nacionais, mas eu preciso falar, em algum momento – e agora é uma boa hora só para citar –, da Convenção 169 da OIT, porque ela tem tudo a ver com o que vai acontecer aí.

Eu fui enviado a campo para a região do Médio Rio Negro, na cidade de Barcelos – Senador Plínio, se o senhor quiser conhecer... O senhor conhece Barcelos, evidentemente, mas, se quiser passar por lá, o senhor vai ouvir melhor essa história. Eu cheguei lá, em Barcelos, no dia 24 de janeiro de 2007 – eu me lembro, porque é o dia do meu aniversário – e fui bem recebido pelos índios, fui recebido com um *dabacuri*, eles fizeram uma festa bonita para receber o antropólogo e o GT – afinal de contas, era a chegada do GT da Funai. E aí... A cena é um pouco ridícula, porque fizeram toda aquela recepção... Foi muito bonito, era um domingo, mas foi na segunda-feira que fizeram essa cena.

E aí nós fomos apresentados, eu mostrei a portaria da Funai que criou o GT, que me autorizava, apresentei a minha equipe técnica, a bióloga que estava junto comigo, o pessoal da Funai que estava comigo, e aí – eu acho engraçado mas também ridículo – eu falei: "Gente, vamos começar a trabalhar então? Deixa eu pegar aqui a cartolina para a gente colocar no mapa...", eu já tinha desenhado o que era Barcelos, os rios. "Vamos colocar aqui no mapa as áreas tradicionais.". Diz lá a Portaria 14, de 1996, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o antropólogo deve estudar as áreas de ocupação tradicional, as áreas onde são realizadas as atividades tradicionais, os rios... "Onde é que vocês fazem as pescas, onde são feitas as caças? Vamos começar?". O cacique ou líder da associação indígena falou: "Antropólogo, você está um pouco atrasado. Fulana, pega lá em cima do computador aquele mapa. É porque nós temos parceiros que estão nos ajudando há muito tempo, e que já estão aqui... Já pegou o mapa? Pega lá, traz aqui".

Quando ele abriu o mapa, em cima da mesa em que a gente estava, estava lá em cima... Primeiro que o mapa era enorme, um mapa de 2m, mais ou menos 2m². Era literalmente uma foto – essa foto que está aí, essa foto da direita –, uma foto aérea, tá? Com o título: USAID, que é United States Agency for International Development/ Gordon and Betty Moore Foundation, em cima, e embaixo o nome: Instituto Socioambiental. E o mapa era esse, que reivindicava como terra indígena todo o Município de Barcelos, inclusive a sede.

Para quem não sabe o que é Barcelos, Barcelos é o segundo maior município do Brasil, ou era.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Terceiro do mundo. Só perde para Altamira. Esse dado está meio defasado, porque a gente acredita que Altamira é o segundo maior município, que é o maior município do Brasil, não é mais. Faz tempo, faz décadas. Por que não é? Porque mais da metade do Município de Altamira não é Altamira, não é município mais, é área federal, foi tomada por Terra Indígena. Então, se a gente for fazer o cálculo, Altamira não tem nem metade do seu território municipal.

Quando eu vi aquele mapa, eu falei: tem algo aqui, o que é isso que eu estou vivendo aqui? O que eu estou fazendo aqui? Eu percebi que eu era o boneco mamulengo, e que estavam puxando as cordas, e eu nem sabia o que eu estava fazendo lá.

Avança, por favor – na verdade, nós vamos combinar que toda vez que eu fizer assim, se ficar falando, você já passa, tá?

Eu fui enviado para Barcelos para fazer um estudo de identificação. O que eu encontro lá em Barcelos? Eu encontro uma população mestiça, cabocla, ribeirinha, amazônida, que havia passado pelo quê? Por um processo de catequese etnogênica. Por que eu chamo de catequese? Por que eu batizei como... Essa palavra nem existe, ou nem existia, eu tive que encontrar esse termo. Porque eu descobri que, não só em Barcelos, mas em outras, sobretudo em Santarém, em todo o oeste do Pará, em todo o vale do Rio Amazonas, em todo o Norte e Nordeste do país, em áreas do Nordeste do Brasil, passaram por um processo de catequese.

Catequese é um processo de pregação étnica, ou seja, chegava um agente... O que é que estava acontecendo? Chegava um agente de uma ONG, antes de vir o antropólogo, e falava: "Escuta, você não quer ser índio com a gente? Vem ser índio", e chegava com outra pessoa que já tinha alguns benefícios: "Vamos ser índios juntos", "Mas como assim ser índio?", "Não, porque você vai ganhar benefícios, você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ganhar Bolsa Família, seu filho vai entrar na universidade por meio das cotas indígenas, sua mulher vai se aposentar com 55 anos, você vai se aposentar com 60 – eu acho que é alguma coisa assim –, você vai se aposentar mais cedo, tem saúde especial, educação".

Desse jeito, dessa forma, isso é catequese etnogenica, ou seja, catequese é uma outra palavra para falar: a fraude da manipulação, da indução artificial para que aquele caboclo mestiço – a Helderli falou sobre isso aqui na última semana – passasse a se autodeclarar como indígena.

Eu me lembro como se fosse hoje. Eu cheguei a uma comunidade chamada Boca do Rio Cuiuni, e a Presidente da comunidade chamava-se Jardelina. Falei: "Olha, eu conheço o nome do nordestino, mas Jardelina, parece cearense", "Mas eu sou, eu sou cearense, mas disseram para eu dizer que eu sou índia; disseram para eu dizer que eu sou índia e disseram que não tinha problema falar isso para o senhor". Eu falei: "Não, não avisaram que essa parte não tinha que falar, essa parte que ia ter problema para mim não era para ter falado, era para ter dito só a outra parte".

Ela tinha sido induzida a se dizer indígena e que para o antropólogo da Funai não teria problema, que ele não ia nem perguntar sobre isso, ou seja, eu encontrei uma população – próxima –, mestiça, absolutamente mestiça, que vivia, como todos os demais, casados há décadas. É claro, índio descendente, em algum momento, em alguma história... Todos ali tinham um avô, um bisavô do qual eles descendiam. Mas o número de casamentos, como o da D. Jardelina... Vários outros descendiam dessa miscigenação. Viviam iguais – próxima –, trabalhavam no mesmo sistema agrícola de produção, plantavam mandioca, colhiam – próxima –, trabalhavam na pesca, tudo isso.

E eu falei: "Essa não é uma população indígena, essa é uma população mestiça, eu não posso demarcar uma terra indígena...". Eu achava, pelo menos, que não seria certo, correto, justo, honesto, demarcar uma terra indígena, sobretudo nos moldes pedidos, no tamanho pedido, como essa daí, desse tamanho.

Avance.

E o que eu fiz? Eu denunciei, ainda dentro da Funai, essa campanha de etnização artificial do caboclo mestiço amazônica, no Baixo Rio Negro, para legitimar uma expansão do poderio do ISA no Rio Negro. Eu achei que, com o meu laudo, estaria acabado, eu achei que, com o meu laudo, eu já denunciei aquilo, eu reduzi o número da área. Algumas delas tinham uma população... Porque é uma boa pergunta, uma comunidade mestiça, que tem apenas dois índios... Eles também fizeram isso, eles enviavam... Tinha uma comunidade toda mestiça, aí enviavam dois índios para morar naquela comunidade. Tem cem pessoas e dois índios... Aquela é uma comunidade indígena, com dois índios, uma minoria demográfica absurda? Em várias comunidades, o número de indígenas reais que eu reconhecia como indígenas, pertencente a uma população indígena, era minúsculo, e eu denunciei isso na Funai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – A gente escuta, parece que não é verdade.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu sei. Parece uma teoria da conspiração, não parece ser verdade, não parece ser real, e é por isso que é tão chocante quando eu falo, porque eles estão agindo por trás dos panos, agindo na escuridão da noite.

Vá.

Olhe o que aconteceu.

Volte lá só um pouquinho, antes de chegar a essa cena.

O que vem depois disso daí foi que eu denunciei isso daí na Funai, entreguei o meu laudo, reduzi o número das áreas, tentei encontrar... À época, eu morria de medo de enfrentar o aparato indigenista. Então, eu reduzi, tentei encontrar as mesmas justificativas que são aceitas, que eram aceitas à época. Me arrependo disso, por quê? Porque era como se eu estivesse cedendo o espaço. Apesar de denunciar o processo de uma fragilidade, eu achei que seria o suficiente reduzir as áreas, já que a população se dizia... Porque tinha alguns que se diziam indígenas. Veja, alguns que estavam treinados pelo ISA falavam pra você que eram indígenas, que queriam resgatar a identidade indígena, que queriam reaprender o nheengatu e tudo mais naquela região. E alguns falavam pra mim que... Mas era o rapaz que tinha recebido o curso do ISA. Era o cara. A população inteira não sabia, eu falei: "O senhor tem interesse no nheengatu?". "O que é nheengatu?" Muitos deles simplesmente não queriam esse retorno ao caminho de volta, como é chamado pela antropologia.

O que a Funai fez? O que fez o ISA? Desprezou o meu laudo, contratou outro antropólogo. O outro antropólogo fez um laudo que não serviu. Sabe quem que teve que contratar?

Próximo eslaide.

O ISA teve que colocar Márcio Meira na Presidência da Funai, pra que o próprio Márcio Meira... O ISA, depois de manipular todo o processo, pudesse colocar a mulher dele, Lucia Hussak van Velthem, para que essa fosse a antropóloga responsável pela demarcação. Lembra que o nome da terra indígena chamava-se Médio Rio Negro II? Como, do meio do caminho pra lá, de 2008 – isso era 2007 – em 2009, acaba havendo... Tem um nome correto para a PET 3.388, um nome que quando faz uma juntada, tem um acórdão. O Acórdão da PET 3.388 vai junto à impossibilidade da ampliação de terras indígenas. O que o ISA fez? Mudou o nome, mudou o nome e o local. Mandou a Lucia van Velthem a campo pra demarcar, não mais em Barcelos, mas agora ao lado ali de Santa Isabel do Rio Negro, uma outra terra indígena chamada Jurubaxi-Téa, com mais de 1,2 milhão hectares.

Tarefa, dever cumprido. Dinheiro entrou, dever foi cumprido. Era o Presidente da Funai e a sua mulher... Eles não são casados. Até onde eu sei e investiguei, não são casados oficialmente, mas têm um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho em conjunto, são parceiros de décadas. É isso, o Presidente da Funai era ex-sócio do ISA, ainda é sócio do ISA, colabora com o ISA.

O ISA recebeu, só nesse caso, R\$2,8 milhões de dinheiro pra demarcar terras indígenas no Brasil. Isso serve ou não serve como fundamento pra quebrar o sigilo bancário do ISA? Eu penso que sim. Eu acho que sim.

Avance, por favor.

Mas não foi só isso. Até 2014, o ISA recebeu mais de US\$20,477 milhões pra quê? Pra proteger terras indígenas na Bacia Amazônica. E todo esse dinheiro também é utilizado para a compra de consciências, para a compra do caboclo ribeirinho amazônida, e por aí vai.

Avance.

Bom, eu vou avançar isso aí. Eu vou deixar pra depois. Eu quero falar de outro caso importante.

Avance também.

Ah, tem esse caso aí. Eu não sei se já foi apresentado esse eslaide aqui. Já foi? Vocês já viram essa...

Uma vantagem nossa é que eles falam tudo que eles vão fazer, ou boa parte deles, e publicaram, em 2010... Esse é um encarte. Essa é a capa de um encarte. *Farms here, forests there*. Qual é o acordo internacional? *Farms here. Here* onde? Nos Estados Unidos. *Here in the United States. Forests there. There* onde? Aqui, no Brasil. Só faltou combinar com a gente. Só faltou combinar. Mas eles... Quer dizer, na verdade, eles combinam, mas é mal pago, porque o dinheiro que eles pagam, como já foi repetido, foi dito pelo ex-Ministro Ricardo Salles, esse dinheiro vai parar nas mãos das ONGs.

Pode avançar.

A gente tem muita coisa para denunciar.

Outra denúncia importantíssima veio em 2010, com a reportagem especial da revista *Veja* nº 2.163, de maio de 2010: "A farra da antropologia oportunista". Se esta Comissão ainda não tem uma cópia dela, é muito importante que tenha.

Avance.

Porque várias denúncias demonstram... A revista demonstrou como inaugurou um novo capítulo na história da formação da opinião pública no país.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Repita só o número da revista. Eu tenho a coleção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Nº 2.163, de 10 de maio de 2010.

Avance.

A reportagem traz uma série de denúncias, e o subtítulo dela é importantíssimo: "A farra da antropologia oportunista". Diz: "Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas [...] e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir". A reportagem é fenomenal, muito bem produzida, muito bem colocada.

Avance.

Mostra mais de dez denúncias em todo o Brasil, e eu vou falar de algumas delas aqui, sobretudo do caso de Santarém. Se bem que de Santarém eu vou deixar pra gente falar quando formos a Santarém, quando a CPI for a Santarém. E também casos em Santa Catarina. Uma das reportagens é feita no Morro dos Cavalos, essa de 2014, de que eu participei.

Avance.

Vamos falar dela agora.

Eu ia citar, vale a pena ler...

Pode passar.

Vale a pena ler a reportagem: "A ganância e a falta de controle propiciaram o surgimento de um estranho conceito pseudocientífico...", que os antropólogos chamam de etnogênese, que eu batizei de... É por isso que existe a catequese etnogênica. "Para justificar a crescente corrida de grupos pelos seus direitos coletivos, antropólogos e indigenistas brasileiros construíram o conceito de 'índios ressurgidos' como estratégia para legitimar as demandas de grupos" que ressurgiram ou que se dizem indígenas depois de séculos de miscigenação e de formação de uma população mestiça".

Avance.

Depois de lerem essa reportagem... Senador, que bom que o senhor tem... Eu sugiro que coloque essa reportagem nos autos da CPI. Mas é importante ler esse trecho, que diz o seguinte:

Os super-poderes da identidade indígena garantidos pelo texto constitucional e por Direitos internacionais como a Convenção 169 da OIT trazem benefícios materiais concretos da declaração identitária o que vem provocando uma crescente e ininterrupta corrida pela auto-identificação indígena, uma vez que o comprometimento histórico e uma atual congruência de interesses entre indígenas, quilombos, [populações étnicas], partidos políticos, ambientalistas e antropólogos gera um [grande] esquema [que se retroalimenta] de retroalimentação mútuo, [que é plenamente] operante e vitorioso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reportagem continua e é importantíssima, vale a pena ser colocada, porque foi ela que trouxe um despertar, foi uma das primeiras reportagens... Não preciso dizer que a revista *Veja* foi processada por essa reportagem, teve que retirar do ar, você quase não a encontra mais disponível na internet.

Próximo.

Uma das terras indígenas que foi denunciada é a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Eu coloquei esta frase aí, porque está em vigor no Brasil uma campanha... Está vigorando uma campanha do movimento indigenista dizendo: "Nossa história não começou em 1988". O movimento indigenista coloca fotos e tal: "Nossa história não começou em 1988". É fato. No Brasil inteiro... Como em todo o Brasil, os índios precedem a formação do Estado brasileiro, precedem a colonização, mas e em cada área reivindicada? E aqui em Palhoça? Ali, Palhoça, a história começou em 1988? Não, não começou em 1988, começou em 1994, mais precisamente no dia 5 de janeiro de 1994, quando chega o primeiro assentamento guarani a Santa Catarina. Isso é uma publicação da ABA, com a foto do Presidente da ABA, Sílvio Coelho dos Santos, à época, e da minha Profª. Alcida Rita Ramos, participando, sendo felizes com a chegada do primeiro assentamento.

Tem outra imagem na página seguinte, e vou falar dela, mas, antes de falar da reportagem, eu preciso falar sobre este senhor, sobre este simpático senhor chamado Sílvio Coelho dos Santos. Ele tinha o sonho de construir o Pist (Parque Indígena da Serra do Tabuleiro). Catarinense, um dos fundadores da antropologia catarinense, do Estado de Santa Catarina, ele queria... Ele chegou a escrever uma carta para o então Governador do Estado de Santa Catarina Ivo Silveira dizendo: "Vamos separar, eu tenho certeza de que existem índios no Pist, no parque da Serra do Tabuleiro". Ele passou mais de dez anos procurando esses índios, nunca encontrou; colocou seus alunos pra fazerem essa pesquisa e nunca encontrou esses índios. O fato de não ter encontrado não o sossegou. E o fato de não ter índios ali também não atrapalhou o projeto deles. Uma pessoa apareceu. Quem que apareceu? A família de Milton Moreira.

Passe a próxima imagem.

Passe mais um pouquinho. Depois, a gente volta para esta daí.

É a família de Milton Moreira, que veio depor aqui na CPI das ONGs, que chega lá. O pai dele – olhem só a história – veio migrando pela SC-282 de oeste para leste, veio do Paraguai, vai até o litoral, vendendo artesanatos. Eles batem em Santa Catarina na cidade de Biguaçu e encontram com a BR-101, que estava sendo asfaltada. A BR estava sendo asfaltada, e eles iam vendendo... Tem aquelas máquinas, as máquinas param, eles vendiam produtos e tal. Onde as máquinas terminam seu serviço? Em cima do Morro dos Cavalos. Milton Moreira chega lá, criança ainda, por volta da década de 70. Até... O pai morre, se não me engano, em 1978, 1976 ou 1978. Até 1987, não tinha mais nenhum índio lá morando. Por quê? Todas as filhas casaram-se. Todas as filhas casaram-se com brancos, com outros não indígenas. Ele estava pronto a sair, ele já ia sair e ir embora, aparece uma antropóloga. Qual antropóloga?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desce mais uma.

Passa mais um.

Mais outro.

Mais outro.

Qual antropóloga? Esta daí que está à esquerda: Maria Inês Ladeira. Ela fala para ele: "Milton, você não pode sair daqui, você não pode ir embora, você não pode deixar... Você tem que fazer essa aldeia, esse território tradicional acontecer. A gente tem que montar uma aldeia artificial. Vai para o Paraguai, casa com uma índia, traz essa índia para morar aqui". Ele vai para o Paraguai, pega uma família... Ele é m'bya, ele traz uma índia nhandeva para montar uma aldeia lá, porque não pode perder um território... E, sobretudo, não pode perder a oportunidade de criar o Parque Indígena Serra do Tabuleiro. Ele vai para o Paraguai, volta para o Morro dos Cavalos. Morro dos Cavalos é simplesmente inabitável, porque é um "v". O grau de... É tão íngreme, tão íngreme que se você tropicar lá em cima você cai na rodovia.

A família dele passa menos de um mês ali no Morro dos Cavalos. Não aguenta, sai dali e vai embora pra Tubarão.

Acabaram os índios. Ele avisa para o antropólogo: "Olha, acabaram os índios. A gente tem que chamar outros índios". Não tem problema. E o que ela faz, ou o que é feito? Articulam-se, e os agentes do indigenismo mandam chamar índios.

Eu consegui encontrar e descobrir que os índios – olhe só como é que funcionava –, os índios saíam do Paraguai e iam até General Osório, no Rio Grande do Sul. De lá, pegavam um ônibus, e o Cimi deixava os índios esquentarem – tem que esquentar índio. Como é que esquentava índio? Deixa nascer a criança no Brasil e aprender uma ou duas palavras em português para não ficar parecendo que veio do Paraguai assim tão rápido.

Esquentou o índio ali, de General Osório, mandavam de ônibus, ou na boleia do caminhão, até Morro dos Cavalos. Iam chegando, só que ninguém ia ficando. Até que a coisa foi tão mal colocada, que, finalmente...

Volte lá.

Volte lá na cena.

Volte.

Volte aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em 5 de janeiro... O pessoal chegava e não ficava lá no Morro dos Cavalos. Até que em 5 de janeiro de 1994, com a ajuda e intervenção do Ministério Público Federal, chegou a primeira família. No dia 5 de janeiro, foram assentadas oito famílias de guarani m'byas em Maciambu, Município de Palhoça, Santa Catarina, área situada no limite, vamos ler, do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, próximo a Florianópolis.

Volte lá, porque essa é a parte importante.

Volte lá, eu vou ler daqui. Eu vou ler daqui porque essa é uma parte importantíssima.

Próximo à Serra do Tabuleiro, próximo à Florianópolis, a partir do Projeto Guarani, coordenado pelo antropólogo Aldo Litaiff, do Museu da Universidade de Santa Catarina, começou a se esboçar a possibilidade de usufruto, de ter, de, então, conhecida e avaliada pelos próprios guaranis, 12 famílias. Esse projeto prevê ainda o assentamento de mais 12 famílias na mesma região.

Além de lideranças indígenas, compareceram a esse evento também Sílvia Coelho dos Santos, Presidente da ABA, Otávio Velho, do Museu Nacional, e Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília.

E por aí vai, e daí continua.

Gente, o que é isso que a gente está vendo, Senadora Damares? O que é isso, se não é uma transfusão, uma mobilização ilegal e ilegítima de população indígena de uma área para colonizar uma outra? É a recolonização do litoral catarinense por uma população indígena artificialmente colocada. Estavam montando uma aldeia em Morro dos Cavalos.

E não parou por aí.

Por causa de Morro dos Cavalos, todas as obras... Morro dos Cavalos era uma pequena aldeia, grandes negócios. Uma pequena aldeia num local estratégico é fabuloso porque, bem do lado da BR-101, uma série de indenizações foram acontecendo: a duplicação da BR-101, a criação do Gasbol, e por aí vai. Por causa de Morro dos Cavalos, Senador, no mínimo, até onde eu saiba, no mínimo outras nove reivindicações territoriais foram feitas por causa desse primeiro assentamento guarani em Santa Catarina, chegado em 1994.

Era isso que os nossos Parlamentares Constituintes imaginavam quando assinaram a Constituição? Era esse o projeto que eles estavam imaginando? Não era! Não era isso que estava sendo proposto. Era o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam – o verbo é muito claro, no presente –, e não ocuparam, ou não que venham a ocupar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo desde o começo, Senador Plínio, é que as ONGs se articularam para fazer uma retomada de áreas produtivas, uma retomada do Brasil, uma espécie de vingança indígena contra o capitalismo. São utilizadas, pagas pra fazer uma vingança contra o capitalismo.

Avance.

Contra o capitalismo, contra o Brasil, contra nossa capacidade de desenvolvimento.

O mapa utilizado pela Funai é todo fraudulento.

Vá lá.

O mapa é todo fraudulento, não tem ali a curva de nível. Mostra, do lado esquerdo ali, por exemplo... As áreas sem curva de nível sugerem que seja uma planície; contudo, é uma área absolutamente inagricultável. Seria uma área agricultável, mas é um morro à frente ali. O Morro dos Cavalos fica bem ali, não tem como viver ali, mas o Morro dos Cavalos é utilizado como base importante da expansão do poderio indigenista na região.

Os responsáveis nós já mostramos, porque todos eles... Volta ali um pouquinho... Vai para frente, desculpa. Todos eles assumiram cargos públicos na Funai. A Sra. Maria Inês Ladeira foi a antropóloga responsável pela identificação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. A Maria Auxiliadora, do CTI, também é Presidente da ONG, em 2001, depois veio a trabalhar dentro da Funai como chefe da Diretoria de Proteção Territorial, em 2007. O Aluísio Azanha também entrou na Funai, é o filho do casal e está atuando lá dentro. Enfim, o CTI é uma dessas organizações que promove esse tipo de articulação dentro da Funai.

Pode avançar, tem muita...

Olhem, esse é o território guarani – esse é o território guarani! –, enorme, amplo, e é nele que as ONGs querem atuar, pegando todos os estados do Sul do Brasil.

Avança, porque eu quero mostrar...

A nossa história não começou em 1988, como diz o movimento indigenista, não começou mesmo. Em alguns lugares, não começou. Em Guaíra, em Terra Roxa, a história da ocupação indígena começa a partir do século XXI.

Coloque para gente o vídeo 2. Quero mostrar para vocês o vídeo 2, que mostra um avanço territorial – só rapidamente, só para entender aqui – das aldeias recém-montadas, recém-formadas. Coloque lá para gente, por favor.

Está saindo? Vai sair?

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Está lá a invasão. Em 2003, não tinha invasão; não tinha casas, em 2007; em 2003, as casas indígenas... Aí, olhem a linha dos índios que chegaram. Em 2019, montada com índios vindos do Paraguai ou de outros lugares e de Tatuí. Em 2003, não tinha nada. Fiquem vendo o mapa. Em 2004, começa a aparecer a primeira casinha, branquinha, lá em cima. Em 2007, eles vão abrindo, vão aumentando a clareira, aumenta o número de aldeias. Isso é em Guaíra, Município de Guaíra. Em 2019, já chegaram todos eles. Chegando em 2019, reivindicando a demarcação da Tekohá Guasu Guavira. A grande Tekohá, guarani, na região. Em 2007, tinha pouquinhos casas. Em 2003, olhem lá, já se colocaram, já fecharam, cada uma dessas é uma reivindicação, uma habitação deles, já pediram a construção de casas. Às vezes, a Prefeitura constrói casa, constrói escola. A área rural, em 2003, não tinha invasão, não tinha terra indígena. Em 2007, acho que havia uma casa em algum lugar, olhem lá, abrindo a mata, derrubando para abrir. Olhem lá, a invasão guarani na área reivindicada como terra tradicional indígena. É isso que está acontecendo e é por isso que eles querem tanto derrubar o marco temporal. Por quê? Porque a proposta, a ideia deles nunca foi demarcar terras indígenas tradicionalmente ocupadas, mas retomar todas as áreas. Esta é a utopia: retomar todas as áreas que um dia foram, ou um dia foi território tradicional indígena. Este é o pecado original do Brasil: ter sido, todo ele, em algum momento da sua história, demarcado e ocupado por terras indígenas. A história se repete, são várias... Todas elas começam em 2003, quando não tinha nada. Em 2007 – avança –, a história... Olhem lá, em 2007, surge outro aldeamento e por aí vai. Acho que está bom, já ilustrou bastante o que aconteceu em Guaíra, deu para entender.

O que o aparato indigenista socioambiental não conta é que o projeto deles é demarcar – ou não contam, não falam claramente – pelo menos 25% do território nacional como terra indígena, no mínimo, 25%. Essa é a proposta, e isso já foi dito por alguns deles, pelo pessoal do Capobianco. Uma das mulheres da família Capobianco já declarou aqui também, na Câmara Federal, que o Brasil tem um passivo de demarcação de terras indígenas de 60%. O passivo... Tudo que a gente demarcou até agora é 40%. Faça um cálculo: se o Brasil já tem 14% demarcado como terras indígenas, e ainda faltam outros 60%, onde é que vai parar? Quanto eles querem ainda? E, agora, com o Ministério dos Povos Indígenas, isso não vai parar tão cedo.

Vamos avançar, porque eu quero passar direto para a parte... Tem várias outras denúncias. Eu queria só sugerir que esta CPI também se apropriasse dos resultados da CPI da Funai e do Incra, eu não sei se isso já foi feito.

Se foi, eu vou passar então, porque eu também faço uso aqui do material produzido pelo Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, atual Vereador de Passo Fundo, o Vereador Rodinei Candeia, em que ele faz uma série de denúncias sobre Mato Preto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar mais rápido, porque acho que as denúncias, esse material vai ficar com a CPI: Sananduva, Mato Preto, vários outros... As denúncias já foram feitas, e a gente vai poder se apropriar delas em algum momento.

Avança aí, eu quero chegar a uma parte... Vou deixar essa parte, também do Pará, Apyterewa, e as outras demarcações do Estado do Pará, para quando a CPI estiver lá em Santarém e em Altamira, nós falarmos lá.

Pode avançar.

Trincheira Bacajá. Aí o próprio Vereador conversando.

Nessa daí, tem uma aldeia. Se vocês não estão vendo, é porque ela é inexistente. Aí está uma aldeia bem atrás, a aldeia é inexistente, a Aldeia Tauari.

Avança.

Já demarcada e homologada a Terra Indígena Patauá. No Município de Autazes, tem uma Terra Indígena, esse aí é o nome dela, Patauá, que não tem uma aldeia indígena, nunca um indígena habitou, mas já está demarcada e homologada. Teve uma disputa de família, uma disputa entre familiares, e o lado perdedor, de raiva, doou a área para a Funai, mas foi demarcada e homologada – deve ter tido laudo –, como se fosse Terra Indígena. Para quê? Para abrigar os novos indígenas, os indígenas recém-declarados.

Eu estive lá no marco, já está demarcada.

Avança.

Isso é no Município de Autazes, Terra Indígena Murutinga.

Está vendo aquela área hachurada ali com cinza mais escuro, aquilo é Várzea, é Várzea do Rio lá em cima. Índio mora na Várzea? Os índios habitam a Várzea? Nunca habitaram, nem utilizavam. Eles estão aqui atrás, no Rio Autaz. Por que eles querem a Várzea? Justamente – próxima foto, mais uma – para isso, justamente para poder arrendar a terra da Várzea, onde é feita a criação do gado.

Essa população mura da região está se apropriando de uma área que nunca foi habitada por índios, e – é sério – o Município de Autazes consegue ser pródigo em reivindicações territoriais indígenas. São 17 reivindicações territoriais indígenas, 17. O município corre o risco de ficar com uma área menor do que 20%, ou 15%, e uma série de reivindicações como essa.

Avance, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar um pouquinho sobre o processo de catequese, e também porque eu chamei, batizei, de catequese etnogênica, por causa desse cidadão à direita, o primeiro com a batina de padre, de frei franciscano à direita.

O nome dele é Frei Florêncio Almeida Vaz. Era um ótimo frei até entrar em contato com a Teologia da Libertação e trocar a batina – passe para a próxima foto – por uma cor, uma coloração de camisa um pouco mais revolucionária, digamos assim. Trocou a batina por uma bandeira mais vermelha. E ele é um dos que faz a catequese do caboclo tapajoara.

Avança.

Ele se utiliza da Convenção 169, da OIT, e ele criou duas ONGs em Santarém, no Pará: o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns e a GCI. Tá certo? A GCI é o Grupo Consciência Indígena, onde ele sai fazendo esse trabalho.

Vamos avançar então. Eu vou deixar essas denúncias acerca de Santarém – pode indo, pode indo – para Santarém, a questão da demarcação, a queima das balsas, vou falar sobre isso em Santarém depois. Vamos deixar também Mato Grosso do Sul.

Eu quero falar só, rapidamente, em dois minutos, para terminar aqui, das fragilidades, fragilidades do processo demarcatório territorial indígena.

Avança até chegar a essa parte.

Eu poderia falar, os exemplos são inúmeros, são mais de 60. Eu calculo que sejam mais de 60 terras indígenas.... Só essa daqui, só para ter uma ideia.

Em 2014, 2014, vencia o primeiro decênio, o primeiro decênio de operação de atuação, de vigência da Convenção 169, da OIT. Eu escrevi carta para todos os Parlamentares, para que o Brasil, que o Parlamento brasileiro pudesse denunciar a Convenção 169 da OIT. Só um Parlamentar, Paulo Cesar Quartiero, me atendeu. Nós fizemos uma audiência pública aqui e nós conseguimos trazer esse cidadão Van Moreira, que conta, nessa entrevista, como foi que ele se tornou tupinambá. Toda a negociação, todos os benefícios. E tinha prometido... Essa entrevista dele está disponível, consigo-a em formato digital. Ele trouxe o depoimento dele aqui nessa audiência pública.

Avança mais um pouquinho. Avança também sobre a questão da atuação criminosa.

Esse...

Volta só a um detalhe aqui.

Eu sugiro fortemente que esta CPI vá também ao sul da Bahia para conhecer vários cidadãos, inclusive esse, o Edvaldo Joaquim da Silva, que teve o seu filho, teve a infelicidade de ter o seu filho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reginaldo Marinho da Silva invadindo a sua própria fazenda. O filho se autodeclarou indígena e também se achou no direito de tomar a propriedade do pai, tá? Que depois o denuncia como uma invasão indígena.

A ausência de critérios científicos, a certeza da impunidade dão margem a todo tipo de manipulações identitárias. Todo tipo de manipulações identitárias. São inúmeras, inúmeras, são centenas de casos como esse, milhares, talvez.

Avança, por favor. Avança mais.

Aí uma carta também.

Avança.

Agora, só para mostrar aí para vocês o que é a ABA. Olha aí a Associação Brasileira de Antropologia agindo, não é?, e merecendo o respeito do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Barroso, dizendo que "não, os antropólogos são sérios, são técnicos, imparciais na execução do seu laudo". Olha aí, a página da Associação Brasileira de Antropologia se solidarizando com o protesto dos indígenas, quanto à prisão do Cacique Babau, que tinha sido preso por causa de invasão à mão armada e uma série de coisas, e exige a demarcação imediata das terras indígenas dos tupinambás, está certo?

É a mesma. É a mesma associação que coloca na sua página lá, não é? Essa associação faz militância, proselitismo escancarado, dizendo "somos todos gays, lésbicas, bissexuais, travestis [essa é a página, isso é um *print* da página da ABA], transsexuais e estamos em todos os lugares. Acostumem-se". Essa é a nossa Associação Brasileira de Antropologia, que envia, que tem pactos com o MPF para atuação de seus antropólogos, ao meu ver, muitos deles compromissados política e ideologicamente com a demarcação de territórios étnicos no Brasil.

Mas avance, por favor.

Isso daí é uma página do Avaaz, pedindo, uma petição internacional, em inglês, em alemão, pedindo a demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença aqui em território nacional. Pode isso, Galvão? É assim que funciona? Então, lá fora, pressionando para que seja demarcada uma terra indígena aqui que, como já sabemos, tem todo esse problema sério da autodeclaração étnica.

Tudo isso só acontece...

Avança, por favor.

Tudo isso só acontece... Aí uma outra petição, não somos nós. Eu tenho um material absurdo, material para sobrar.

Avança, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não dizer... Olha só, a função do antropólogo, eu queria só também ler essa participação do Sílvio Coelho dos Santos. Ele diz aí nessa página qual é a função do antropólogo. Já na apresentação do livro. É um livro, *A Perícia antropológica em processos judiciais*. Na apresentação desse livro, Sílvio Coelho dos Santos aparece e afirma claramente que "os desafios postos aos antropólogos impunha maior compreensão da sistemática processual e da hermenêutica jurídica, pois era necessário produzir laudos que permitissem a tomada da decisão pelo julgador a favor dos indígenas".

Senhores, não existe avaliação técnica, neutra e imparcial de uma reivindicação indígena. Quando o antropólogo vai a campo, ele não vai para estudar e avaliar, ele vai para defender aquela reivindicação, seja ela quão absurda for. Não interessa, ele vai para defender.

Avança, por favor.

Tem várias citações. "Para os antropólogos, o seu compromisso étnico é com os direitos indígenas", diz ele. Está lá colocado.

Penso que, estando em jogo os direitos de sociedades coletivamente ou de pessoas individuais indígenas, o compromisso étnico do antropólogo é com a defesa desses direitos, estudando, pesquisando, identificando e oferecendo razões para que esses direitos prevaleçam.

Qual é a probabilidade de termos um laudo antropológico neutro, técnico e imparcial na identificação e delimitação de uma terra indígena? Nula, praticamente nula.

Avança, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E, se tiver um que faça errado, ele manda corrigir e, pronto, contrata outro.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Manda corrigir e contrata outro, manda para fora da academia ou diz que mandou para fora da academia.

Avança um pouquinho mais, porque não é só ele que está falando isso. Eduardo Viveiros de Castro, o maior antropólogo, o mais conhecido lá fora de todos os tempos, disse claramente: "Há uma profunda contradição entre os compromissos políticos e ideológicos da antropologia brasileira e a necessária imparcialidade [...] [na produção de laudos]". Diz ele, é uma citação do texto dele:

Temos, por conseguinte, uma contradição profunda entre a profissão antropológica, que acontece na convivência e participação, e o distanciamento imposto aos peritos judiciais, que sublinha negativamente o envolvimento entre o antropólogo e as comunidades estudadas.

Caberia perguntar: como indicar especialistas estudiosos para uma comunidade indígena específica se *a priori* os antropólogos são todos suspeitos? São todos suspeitos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avança.

Ele que está falando, Eduardo Viveiros de Castro. Por que ele está falando? E ele diz em outro texto, em suma, o porquê, porque para o antropólogo o índio é como freguês, sempre tem razão. O índio falou, tem sempre razão, acabou, no fim das contas é isso. Acho que ninguém tem o direito de dizer quem é, quem não é, quem tem que dizer é o índio, se o índio disser, pronto, acabou. Eduardo Viveiros de Castro reconhece a incapacidade do distanciamento técnico necessário para a execução de laudos antropológicos.

Pode avançar aí. Para finalizar.

Eu ia falar sobre o Código de Ética. Só vou lembrar o ponto sete do Código de Ética da ABA: "Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações [indígenas, étnicas] que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica", ou seja, não há efetivamente um lugar e espaço para o livre pensar, para a manifestação do seu trabalho científico. Por quê? Porque, se for atrapalhar, ele não pode fazer o trabalho dele.

Avança, só para a gente terminar e finalizar. Avança.

A lista de obscuridades e fragilidades do processo demarcatório: primeiro, toda a reivindicação vai direto para a Funai e fica na Funai, a Funai não fala para ninguém. Quantas terras indígenas estão sendo reivindicadas hoje? Ninguém sabe, a não ser os servidores. Quantas terras indígenas reivindicadas? Ninguém sabe, só a Funai sabe. Já existem 616 terras demarcadas. Outras quantas para demarcar? Ninguém sabe. Se cair o marco temporal, se não existir um marco, nem que finjam que era 1988 – como os antropólogos vinham fingindo que era 1988 –, onde vão parar as reivindicações? Haverá reivindicações acontecendo daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, ninguém sabe dizer quantas novas reivindicações acontecerão.

Não existe um estudo prévio imparcial, não existe, no atual processo demarcatório, uma avaliação séria, sincera, honesta, da reivindicação. Quando o antropólogo vai a campo ele vai para defender aquela reivindicação, ele vai para criar, para legitimar aquela demarcação. Nenhum antropólogo, servidor público, vai a campo para realizar um estudo. Ele vai a campo para coletar material útil e necessário para referendar e fundamentar aquela reivindicação territorial.

Avança.

Eu listo aí 11 fragilidades – 11 fragilidades – do processo demarcatório. O antropólogo vai sozinho a campo. Tudo que ele grava, tudo que ele filma, tudo que ele registra fica só com ele. Só com ele. Tudo que ele ouviu, só ele tem acesso a isso. Nem a Funai tem acesso a esse material, abrindo, assim, portas para uma manipulação que só ele pode saber. Quantas áreas foram manipuladas? Só ele sabe. Quantas áreas foram objeto de manipulação pelos antropólogos? Só quem fez, só quem participou pode responder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso daí, ou seja, é um processo obscuro. O RICD (Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação), que é um dos documentos mais importantes da nova República, é feito totalmente na obscuridade. Ninguém sabe o que o antropólogo... Ele coloca no laudo dele o que ele fez, o que ele achar que for necessário. Ele coloca o que ele quiser. Está certo? Enfim, esse laudo é enviado para a Funai. A Funai o avalia. A Funai fortalece esse laudo. A única que julga a contestação feita é a própria Funai. Se for o caso, eles jogam fora aquele laudo. Se não gostarem, jogam fora. E por aí vai. Para terminar, enfim, nós temos um processo obscuro. É assim que são feitas as demarcações de terras indígenas no Brasil.

Existe um ditado alemão que diz: "Linguagens e leis é bom não o saber como são feitas, é melhor não saber como são feitas". Eu diria: "Linguagens, leis e Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação é melhor não saber como são feitos", porque, quando você sabe, quando você descobre a obscuridade desse processo, você se assusta com cada coisa que você vê. Eu poderia passar horas mostrando. São várias, mas eu preciso passar para as sugestões, para a legitimação final.

Vamos avançar. A última página. Mais uma.

Esse é o resultado final de tudo que foi feito. Esse é o resultado final das décadas de atuação das ONGs no Brasil. Mais de 67% do território nacional parado, fechado. E isso daí, tudo que está em vermelho, tudo que vocês estão vendo em vermelho aí...

Passa para o próximo. O próximo mapa é maior.

São as áreas legalmente atribuídas, que são áreas do Estado – unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos quilombolas, áreas militares. Isso é o que já está reivindicado hoje – hoje. Sem contar as que ainda virão. São 1.881 unidades de conservação, 600 terras indígenas, 9.349 assentamentos, 296 territórios quilombolas – 296 não são nem sequer 1% das reivindicações quilombolas. Não são 1%. Hoje, no Brasil, existem, a última vez em que eu vi, 5.560 reivindicações quilombolas. Sessenta e oito áreas militares, ou seja, o Brasil todo está tomado e a nossa soberania está absolutamente fragilizada e relativizada pela operação dessas organizações em território nacional.

Sugiro, portanto, a esta Comissão – próximo quadro, para terminar –, primeiro: o Brasil precisa regulamentar a Convenção 169 da OIT, porque ela é um ataque direto à nossa soberania. É um ataque direto. Apesar dos seus aspectos positivos, e existem alguns, a Convenção 169 da OIT precisa ser aperfeiçoada porque, em seu art. 1º, estabelece a autoidentificação como único critério, que é um critério subjetivo e, portanto, altamente suscetível a manipulações. É o caso da Jaderlina, é o caso de outros que se autodeclararam para conseguir benefícios, manipulações. E a sua imposição é elitista, segregacionista e autoritária.

Ao invés de estabelecer um critério não falseável, constatável e comprovável, portanto, um critério científico, esta Convenção 169 da OIT reifica e oferece uma armadilha política, ideológica e unilateral, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da autoidentificação étnica. É indígena quem se identifica como tal e isso só pode ser validado por outro indígena, que também tem os mesmos interesses que ele. É o que disse Eduardo Viveiros de Castro.

Essa estratégia desvelou, na última década, a sua face autoritária, antidemocrática e condenável, porque ameaça frontalmente direitos fundamentais de outras populações tradicionais, notoriamente as populações mestiças e, notoriamente, também, o direito à propriedade privada, à identidade grupal e à liberdade de expressão. Você não pode sequer perguntar. Corre-se o risco de, ao questionar essa identidade, você sofrer um processo do Ministério Público Federal, entre outros.

A conjunção, pior de tudo, a conjunção do sexto artigo da Convenção 69 da OIT com os direitos originários da Constituição Federal, revela-se uma combinação desonesta e imbatível, imbatível, porque aprisiona e torna refém o Estado brasileiro, refém de ONGs internacionais que manipulam as minorias étnicas contra a sua liberdade, contra o seu direito de agir e crescer.

E, por último, a Convenção 69 da OIT interage negativamente com os direitos constitucionais, inserindo uma enorme janela de manipulação, escandalosa, que banaliza a ascensão, o acesso de qualquer cidadão ou de qualquer grupo à categoria de minorias étnicas, merecedoras, portanto, de defesa estatal. Isso prejudica, em primeiro lugar, os índios verdadeiros, reconhecidos como tais e, em segundo lugar, todo o restante do Brasil que é atingido por essas reivindicações.

Passa, por favor.

Volta.

Só um detalhe que eu quero lá em cima. Enfim, o Brasil precisa regulamentar a Convenção 69 da OIT, é o título, e precisa estabelecer novos marcos regulatórios na demarcação de territórios étnicos.

Avança, por favor.

Avança.

Por último, sugestões a essa CPI que eu faço. Em primeiro lugar, solicitar que a comitiva da CPI esteja nesses locais, os locais de conflito. Já me parece que o Pará já está colocado, o oeste do Pará já foi aprovado, mas, no oeste dos três Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, é necessária a presença da CPI para ver o que está acontecendo lá. No sul do Mato Grosso, chamado Cone Sul, o sul da Bahia e o Estado de Rondônia, precisam estar lá dentro.

É necessário, e aqui eu solicito, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que quebre o sigilo bancário das organizações não-governamentais, entre elas, a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), o Instituto Socioambiental, o Centro de Trabalho Indigenista, o Conselho Indigenista Missionário e demais ONGs envolvidas, e com denúncias que já foram feitas, denúncias que já foram feitas de recebimento de verba federal ou verba internacional. Viu, Senador? Em 2015, 2016, Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcio, a gente falava da CPI, não saía nenhuma nota de rodapé da CPI da Funai e do Incra, ninguém falava, só se falava do *impeachment* da Dilma. A CPI passou despercebida.

Eu fiz essas denúncias, todo mundo fez, o Milton veio aqui, todos os indígenas participaram, vários depoentes fizeram. A gente só ganhou alguma nota, só aparecemos na mídia quando a gente pediu a quebra do sigilo bancário dessas ONGs. O pedido da quebra do sigilo bancário foi feito de manhã – foi feito de manhã –, à tarde, já tinham ingressado no STF com o pedido de uma liminar, uma liminar que foi concedida pelo Lewandowski, proibindo a quebra do sigilo bancário dessas ONGs. Proibindo. Que estranho! É só mexer em quem paga e quanto recebem que eles se mobilizam na hora – imediatamente.

E a outra coisa mais importante, de todas as sugestões que eu faço aqui, a última que está ali colocada. O Brasil precisa propor e aprovar que sejam estabelecidos critérios científicos, normas técnicas, como marcos regulatórios para demarcação de territórios étnicos no Brasil, que prezem pelo respeito aos princípios básicos e fundamentais de uma democracia, entre eles transparência, legalidade e constitucionalidade do processo, o que só pode ser assegurado por controle cívico e intermediação de conflitos e, sobretudo, pela avaliação parlamentar. Eu sou favorável e defendo que todo e qualquer pedido, reivindicação de demarcação de terra Indígena seja avaliado pelos Parlamentares, quer seja pelos Parlamentares municipais, estaduais e federais, submetendo, assim, o trabalho da Funai, dos antropólogos, sejam eles ongueiros ou não, à submissão da avaliação parlamentar.

Não poderia também ser mais direto, nem poderia deixar de sugerir que a própria CPI peça a tramitação em regime de urgência do PL 2.903, que é o famoso PL do marco temporal, que, aqui no Senado, o antigo PL 490 demorou 16 anos tramitando na Câmara, e ele precisa ser aprovado, precisa ser avaliado e, se Deus quiser – e o povo brasileiro assim também quiser –, ser aprovado por este Parlamento, porque, sem um marco temporal, o Brasil pode ingressar num processo de conflitos fundiários eternos, tendo que demarcar terras indígenas pelas próximas décadas num conflito sem fim.

Essas são as minhas colaborações. Eu peço desculpas se avencei no tempo aqui, mas são muito consistentes as denúncias que faço, as solicitações também precisam ser tão importantes, à altura do que está acontecendo, dos problemas acontecidos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela sua exposição e certamente terá perguntas ainda.

Eu não deveria, mas a gente ainda fica um pouco estarecido, porque talvez, Senadores e Senadoras, talvez essa exposição seja aquele último elo da corrente para fechar o círculo, que são exatamente os laudos antropológicos, que a gente fala que são fajutos, que muitos deles são falsos.

Então, nós tivemos aqui os índios, que falaram dos seus problemas; depois, tivemos o escritor Carrasco, o Aldo Rebelo, confirmando tudo aquilo que eles disseram em outra linguagem; a gente mostra



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vídeo, depoimento que dizem exatamente a mesma coisa, e os atores são os mesmos, os atores que praticam o entreguismo da nossa soberania.

Eu concedo a palavra ao nosso Relator e depois saudando o nosso Senador Chico Rodrigues e o Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador, colega Chico Rodrigues, seja muito bem-vindo; já cumprimentei o nosso colega Styvenson.

Concordo com o Presidente. Quero parabenizar a sua participação e a coragem. De fato, são pingos fora da curva aquelas pessoas que, nesse pacote, envolvendo fundações internacionais, Banco Mundial, países internacionais, como o Reino Unido, os Estados Unidos, a Europa Central quase toda, é muito difícil quem não se deixa levar nessa fortuna que permeia o Brasil, comprando soberania nacional, uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental.

E o Senador Plínio reforça como esse depoimento enriquece, traz elementos que podem permitir o avanço de determinadas investigações e afirma como se manipulou, se catequizou através da associação nacional dos antropólogos, como existe um cerco para que, de fato, exista a máfia dos antropólogos. Uma indução de quem paga para que não haja relatório imparcial. Só vale o relatório do antropólogo, daquele que justificar a criação, por cima de pau e pedra, de uma nova reserva indígena. Isso ficou claro nos eslaides, nas demonstrações, nos escritos que chegaram aqui. Quando a associação nacional dos antropólogos chega a afirmar isso, como nós lemos aqui, agora há pouco, está clara a manipulação.

E aí quando acontece que um antropólogo seja um ponto fora da curva, como foi o seu caso, o que eles fazem? Contratam outro. Pegam o seu relatório, que não atendia aos pagadores – porque, como diz aqui o Plínio, quem paga manda – e trocam o antropólogo. Aí de novo o antropólogo seguinte faz também um relatório que vai na linha do anterior. Eles não aceitam e aí vai ao ponto da interferência, como disse aqui o Ministro Ricardo Salles, dessa troca. Então alguém que o ISA consegue, nos seus quadros, colocar na Presidência... Isso é... Parece que a gente está assistindo a um filme de horror. É difícil de acreditar, mas é a pura verdade. O ISA consegue colocar como Presidente da Funai um membro seu, um colaborador seu, que, por sua vez, nomeia a esposa, a mulher, para fazer o novo laudo, aí sim combinando com aquilo que quem estava pagando deseja.

Muitas perguntas eu já eliminei, porque o senhor já respondeu na própria explanação.

Eu queria apenas fazer um alerta, antes de entrar nas perguntas que sobraram. Não é um alerta, não; é um aviso. Assim como hoje o nosso convidado nos enriquece, pois em algumas coisas para que a gente já tinha olhado, ele enriquece, há outras que, neste momento, são mais novas para nós, que é a questão dos antropólogos, da manipulação de dados, como naqueles eslaides mostrando claramente onde, em 2003, por exemplo, não havia nada, e, de repente, começa a haver casas novas, do nada, indígenas. Quer dizer, depois de 1988.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu quero lembrar e comunicar aos colegas – e vou fazer isso depois por escrito, vou mandar *e-mail* – que, na terça-feira da semana que vem, estará aqui também alguém que imputo de muita importância no nosso trabalho, que é o Dr. Molion, um cientista brasileiro, climatologista. E por que eu entendo que a palestra dele, a vinda dele aqui é muito importante, Senador Chico Rodrigues? Porque toda essa estrutura monumental financeira de fundações poderosíssimas, mancomunadas com o Banco Mundial, com o BID, com o FMI, com países como Alemanha, Noruega, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, etc... Eles montaram tudo isso e tinham que criar um álibi. Não dava para um alemão falando enrolado chegar aqui no Brasil, na Amazônia, e dizer que, para o interesse alemão, nós não devemos utilizar o potássio que tem na Amazônia. Então, eles precisavam criar um álibi, e esse álibi é a questão ambiental.

Por isso que eu venho dizendo: é uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental, porque não é preocupação ambiental o que movimentava essas fortunas. Mas eles precisavam de apoio popular e eles não conseguiriam apoio popular dizendo seus verdadeiros interesses. O Canadá não ia conseguir ter apoio no Brasil se ele dissesse claramente que o interesse econômico das madeiras do Canadá faz com que eles banquem ONG no Brasil contra a exploração de madeira na Amazônia. Então, o disfarce foi a questão da preocupação ambiental: "o mundo vai acabar", "o homem está chegando no limite."

A Ministra Marina, mais uma vez, está tirando dados sabe-se lá de onde. Está dizendo que, na hora que chegar em 20%, o processo de desertificação da Amazônia será irreversível.

Eu fico imaginando o relógio na parede aumentando mais um 0,5%. Isso é loucura. Tirou esse dado de onde? De que análise? Mas esse pânico do fim do mundo foi o responsável por introduzir essa ideologia, esses dogmas baseados na preocupação ambiental de que o homem é que muda o clima do planeta. Muito bem. E, na terça-feira, nós teremos aqui um cientista, um climatologista que vai questionar essas verdades. Ora, se nós conseguirmos mostrar a alguém que não é o homem que muda o clima do planeta, tudo o que construíram em cima disso cai por terra. E é esse o depoimento e a palestra que nós vamos ter oportunidade de assistir na terça-feira da semana que vem.

Mas eu vou passar, vou lembrar e vou informar mais ainda, porque eu imputo como uma oportunidade rara de questionar algumas verdades que não são verdades.

Eu, por exemplo, concordo – e concordo porque escutei, porque li, porque fui atrás –, que o homem não tem poder de mudar o clima do planeta. Portanto, tudo o que se construiu em cima disso é uma mentira – e é, o pior é que é.

Mas, voltando aqui ao nosso convidado, como eu disse, eu já risquei algumas. Então, embora já tenha passado por isso, mas para que fique reforçado, qual a origem ou a ideologia que ampara a ideia de que os indígenas não podem produzir ou garimpar em suas terras? Porque eu entendo, e aqui ficou claro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, além de tudo, os índios, a maior parte deles, se sentem enganados pelo Estado brasileiro, porque se vendeu a ideia de que eles seriam donos, quando não são.

Em sua visão, há uma promiscuidade entre funções do Estado e das ONGs, notadamente nas questões ambientais?

E, como consequência, até que ponto essas ONGs representam os interesses internacionais de neocolonialismo em nosso país?

E, por fim, está implícito, mas há subordinação às ONGs nas políticas públicas comandadas pela Funai?

E eu termino, mais uma vez, cumprimentando-o.

O Senador Plínio me deu um livro de presente, de uma jornalista canadense, *Uma demão de verde*, e eu admiro pessoas que saem da curva. Ela foi chamada pra um encontro com o Paulinho Paiakan, sempre uma mensagem que atrai, uma mulher, canadense, e jovem ainda, foi chamada pra uma reunião com um índio brasileiro, o que por si só já chama a atenção, que estaria protegendo a Floresta Amazônica da devastação dos brancos ensandecidos. E, no dia em que ela foi àquele encontro, que era pra arrecadar dinheiro para o Paulinho Paiakan, ela assistiu a coisas... E o teu depoimento me lembrou isso, quando você disse que chegou à aldeia e disse "vamos conversar agora sobre isso e tal" e disseram "espera aí, já está tudo pronto. Está aqui o mapa".

E com a jornalista canadense, de quem eu não me lembro o nome agora, a mesma coisa, quando ela chega lá...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (*Fora do microfone.*) – Elaine Dewar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Hã?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Elaine Dewar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pronto.

... ela nota alguma coisa aqui de manipulação e, a partir daquelas preocupações, ela começa, durante, se eu não me engano, cinco anos, a pesquisar e a fazer um livro que é uma das nossas referências.

Por isso, eu quero, mais uma vez, parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu que agradeço, Senador Marcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Edward Mantoanelli.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Marcio Bittar, pelas perguntas.

Peço desculpas, mais uma vez, por ter me estendido tanto. É porque, como falei, com esse material aqui dava para escrever algumas teses de doutorado em cima dele. Infelizmente, colocá-lo todos aqui, de uma vez só, é profundo.

Mas a sua pergunta, a primeira pergunta foi sobre a origem da ideologia que ampara a determinação de que os indígenas não possam produzir em suas terras. Essa, a meu ver, é uma postura ideológica que remanesce, que vem do comunismo – ou, melhor dizendo, a ideia que foi colocada é o que eles chamam de socioambientalismo ou ecossocialismo.

Por que o indígena é o cidadão, é o militante ecossocialista por natureza? Porque a ideologia, o modo de vida dele é comunitarista, é comunitário. O indígena não é comunista. Por isso, quero dizer, ele não precisou ler Marx, não precisou para se declarar comunista. Ele já vive numa comunidade, ele já vive comunitariamente, e é esse traço que esconde a fachada da promoção do ecossocialismo no Brasil.

Senador Marcio Bittar, o senhor já visitou um país socialista?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Já teve a oportunidade?

Senador Plínio Valério, o senhor já visitou?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Em Havana.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Já estive em Havana? Eu não tive essa oportunidade ainda, mas visitem uma aldeia indígena. Vocês vão visitar uma aldeia indígena. Por natureza, as aldeias indígenas – por natureza, por tradição – são comunitaristas. Não existe uma propriedade privada, ou, quando existe, é complicada; essa relação entre propriedade privada e direitos coletivos é uma relação conflituosa, complexa.

Então, o antropólogo não diz que ele está defendendo o socialismo, mas ele diz que está defendendo o comunitarismo, os modos tradicionais daquela comunidade. Ele diz que está defendendo... E é essa a raiz ideológica que estava por trás do pensamento dos Constituintes ou daqueles que colocaram lá para defender os seus modos tradicionais de existência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Se ele puder explorar o subsolo, por exemplo, ele vai findar gerando sanções econômicas.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – O problema... Não só isso, mas ele vai acabar desagradando o cara que paga o sanfoneiro, desagradando o financiador de tudo isso.

Ué, como assim? O índio já vai poder minerar, sendo que um dos maiores financiadores de algumas dessas ONGs são agentes, são mineradoras do exterior? O índio vai poder plantar soja, sendo que o canadense, lá do Canadá – que está preocupado, porque ouviu dizer que no Brasil a colheita da soja deste ano vai dar... não só a safrinha, vai ser o dobro ou o triplo dele –, está pagando para as ONGs não deixarem que o agronegócio brasileiro produza. Agora vai ter o índio querendo produzir? Complica, quebra o esquema deles.

É por isso que eu recomendo fortemente que assistam também o documentário A esperança se chama liberdade. Também está disponível no YouTube, também foi adquirido pela Brasil Paralelo, e vale a pena, porque mostra a trajetória de luta, Senadora Damares, inúmeros povos que queriam produzir na sua vida.

Como colocou o ex-Ministro Ricardo Salles, não é todo mundo que aguenta viver da subsistência. Até o nome é feio: subsistência. Ou seja, o índio é livre, livre para ficar na subsistência. Essa é a condenação dele, ele é condenado a ser livre na sua tradição. Ele pode fazer tudo que ele quiser, se ele continuar na sua tradição. Se ele quiser mudar, se ele quiser produzir, se ele quiser vir a ser autônomo, aí ele cria problema.

O documentário mostra os parecis, a longa trajetória dos parecis para conseguirem produzir soja em seu território. Eles pediram para produzir em 3% do território deles, 3%; o Ministério Público não deixou. Processo nas costas deles. Acharam que a produção iria ficar na mão de um só deles, porque é o cacique que concentra o poder financeiro da comunidade. Pois, nessa comunidade pareci, foi feito todo um sistema para que a produção e, sobretudo, os resultados da produção fossem coletivizados pela lógica deles; ou seja, para que todos juntos pudessem prosperar, prosperar coletivamente. Mesmo assim, não agradou – "não está legal isso daqui". Mesmo que todos estejam prosperando, não agradou. Então, não só os parecis, são vários grupos indígenas que produzem no nosso país e queriam poder produzir mais, mas são, igualmente... Na verdade, são as primeiras vítimas do sistema ideológico imposto pelo aparato indigenista socioambiental.

O Ministro Ricardo Salles conheceu bem a situação dos mundurucus. Eles mesmos mineravam, eles mesmos eram os mineradores. Por quê? Porque viveram com o garimpo durante as décadas de 60, 70 e 80 e querem poder continuar... Agora, isso é um anátema, anátema! Se você falar em 35 anos de Nova República – nós vamos varar os 35 –, em quase quatro décadas da Nova República, este Parlamento ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se sentou para discutir a questão do acesso aos recursos minerais embaixo das terras indígenas, e isso está jogando na criminalidade nossos irmãos indígenas.

Quem não se lembra também dos... Lá de Rondônia. Agora me fugiu o nome, meu Deus! Dos cintas-largas, que têm a maior reserva de diamante azul do mundo e não podem minerar por causa disso. Enfim, a situação é grave.

Se as funções de Estado estão confusas... As funções de Estado estão completamente confusas, a gente não sabe mais... Esse é um dos problemas que a influência das ONGs exerceu no Brasil. A influência das ONGs no Brasil é tão forte que causa um problema para nós, cidadãos, que olhamos o que eles estão fazendo e, sobretudo, olhamos as reivindicações indígenas. Qual é o problema, Senadora Damares? A gente não sabe mais se essa ação estatal é pra atender os legítimos direitos indígenas ou para atender os espúrios interesses dos pagadores. A gente não sabe mais; aliás, a gente nunca soube. A gente achava...

Por causa da ignorância, nós achávamos que o que estava acontecendo, que as demarcações estavam acontecendo por causa dos direitos indígenas, que, de fato, existem. Não vim aqui dizer que todas as demarcações estão erradas, não vim aqui questionar, dizendo que todas elas deveriam ser condenadas. Não é isso que eu estou dizendo. Estou dizendo que várias delas foram financiadas por capital internacional, e o cidadão brasileiro não consegue saber se aquela demarcação, sobretudo aqueles que hoje tiveram suas casas queimadas, que foram expulsos, como é o caso de Ituna-Itatá.

Eu poderia ficar também... Eu vou deixar pra falar lá em Santarém ou em Altamira, mas, em Ituna-Itatá, mais de 240 propriedades foram queimadas durante a pandemia. Por causa do quê? Da suposição de que existiam índios isolados. Ninguém viu esses índios, não existe um registro desses índios, nem foto, nem nada. A Funai fez um trabalho enorme para fazer... Nada disso. Existe um laudo de um antropólogo que disse para a Funai que, em 1970, se não me engano, em 1980, foram vistas pegadas de indígenas ali. Por causa dessas pegadas, mais de 240 mil hectares estão sendo agora, 140 mil hectares estão sendo... Acho que é isso: 240 estão sendo tirados, e essas terras caíram em cima de dois assentamentos: do assentamento Ituna-Itatá, um do Incra e outro do Iterpa.

Eu queria que o nosso Senador Beto Faro estivesse aqui, porque eu ia pedir a ajuda dele para intermediar, com o Presidente da República, já que os dois assentamentos foram criados na época da Governadora do PT, Senadora Ana Júlia Carepa. E, quando eu fui detido pela Polícia Federal, eu estava atuando na representação desses produtores assentados pelo Estado e que foram expulsos, tiveram suas casas queimadas, por causa da suposta existência de alguns índios isolados.

A situação é complexa, é assustadora, é enorme. Há subordinação das políticas públicas que são praticadas pela Funai total, completa. A Funai agora está sendo comandada por agentes do indianismo. Eu poderia citar o nome deles. Aliás, eu faço um compromisso com esta CPI de entregar uma lista dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

antropólogos que, a meu ver, são responsáveis por esse estado de coisas, são responsáveis pela criação da "antropologia", e faço uma lista para entregar também os nomes dos servidores públicos federais – eu gostaria de citar alguns deles aqui, mas não vou –, para que sejam investigados, para que sejam investigados de onde vieram e para onde foram.

Eu nem cheguei a falar dos quilombolas, nem cheguei a falar da reivindicação quilombola, porque seria uma outra enorme luta aqui. Como eu falei, são mais de 5,5 mil territórios quilombolas sendo reivindicados. Quantos desses possuem legitimidade? Nós não sabemos. Por quê? Porque existe agora uma política pública do Governo Federal chamada Aquilomba Brasil – Aquilomba Brasil.

A Aquilomba Brasil não é só um nome bonitinho, marqueteiro, para uma política pública. É um convite para que comunidades que tenham alguma aparência afrodescendente se declarem quilombolas. É o nome de uma tese de doutorado, de uma antropóloga, chamada "Aquilombar-se". "Aquilombar-se", o ato da postura de resistência das comunidades, e é uma das principais propostas ideológicas de ninguém menos do que... Ah, esqueci o nome do ideólogo desse movimento quilombola no Brasil, depois eu vou lembrar, em que o Brasil vai ser... Nós vamos enfrentar o capitalismo no Brasil pela resistência étnica ou pela resistência dos quilombolas. A Aquilomba Brasil é um resgate dessa luta segregacionista étnico-racial imposta pelo atual Governo Federal.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Presidente, obrigada.

Eu vou fazer... Para a gente entender um pouco, eu vou fazer uma pergunta direta ao antropólogo.

Dr. Edward, o senhor nasceu onde?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Nasci em Goiás.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Qual é a sua história de infância?

Você ama os povos indígenas?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – A Senadora Damares vai me resgatar fatos ao mesmo tempo felizes da minha lembrança, mas complexos pra minha atuação profissional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a satisfação, o prazer ou a complicação de nascer no seio de uma família evangélica cristã e também evangélica missionária. Eu nasci em Vianópolis, Goiás, no seio de uma família missionária, e eu aprendi, na minha infância, a amar os povos indígenas, a lutar por eles, a entregar a vida por eles.

Eu tenho dois... Eu tenho um casal, eu tenho pais que passam, já têm mais de meio século de dedicação a esses povos indígenas.

Eu optei pela antropologia porque eu achei que na antropologia eu poderia melhor servir a esses povos indígenas, mas do meio da minha formação pra cá me disseram que não vale a pena ter só o amor, não serve o seu amor pelos indígenas. O que eles querem... Não estão interessados no seu amor, na sua caridade, nada disso. No que eles estão interessados é nos direitos e, sobretudo, no quanto o exercício desses direitos pode ser lucrativo pra eles. Foi isso o que eu aprendi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fiz essa pergunta, Doutor, porque, diante de tudo que o senhor mostrou aqui, alguém vai dizer "está aí um homem que é contra índio, que é contra indígena, que é contra a demarcação", e eu precisava fazer esse resgate da sua história, porque 20 anos atrás eu te conheci. Eu conheci um jovem antropólogo fora da curva – como disse o Senador Marcio Bittar –, inquieto e triste e decepcionado, porque entregou a vida para proteger povos indígenas, foi fazer antropologia, viveu em aldeias, com os pais, inclusive...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Na minha infância, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... passou a infância dentro de aldeias e foi fazer antropologia para proteger os povos. E, quando chega à antropologia, descobre que os povos eram usados, manipulados, e que não tinha, de verdade, muito compromisso de alguns antropólogos no Brasil.

Sei também de seu problema com a ABA e sei também dos seus problemas com a Justiça, mas a minha preocupação, Dr. Edward, é que o senhor trouxe coisas muito sérias aqui. E muita coisa que está pública. E o senhor fez a questão de reunir, de uma forma muito didática, e nos assustar. Eu olhava aqui para o Senador Chico Rodrigues, eu assisti a parte do seu depoimento, olhava aqui para o Styvenson, e é de assustar.

A minha preocupação é com a sua vida agora.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A minha preocupação... E, aí, a CPI aqui poderia ver se o senhor está precisando de proteção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o senhor está sob tutela do Estado. Eu não sei como é que está a sua situação agora. Eu sei que o senhor respondeu a processos, mas a gente vai precisar, sim, ver como é que está a situação da sua segurança daqui para frente...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque o senhor expôs nomes e está disposto a entregar mais nomes.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vou dizer uma coisa: quando o senhor disse aí que é uma questão de afrontar, de vingança, de resgatar, porque tem muito ódio pelo que fizeram com os indígenas atrás... Nisso, eu discordo de você. Eu acho, Doutor, que a questão é dinheiro. É dinheiro. Esse povo está pensando é em dinheiro. Eles estão enriquecendo...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu conheci...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles estão com os bolsos cheios de dinheiro. Mas a gente encontra alguns fora da curva...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como o senhor, eu sei que outros antropólogos compactuam com a sua posição, mas não têm a sua coragem.

Então, eu vejo que a sua vinda aqui, hoje, o Brasil inteiro está assistindo. O Brasil inteiro está assistindo.

Sei que você foi perseguido pela ABA há muito tempo, por outros antropólogos, mas o Brasil viu, você teve coragem de mostrar documentos, muitos públicos. Você só conseguiu fazer a conexão que a gente não conseguia fazer: essa pessoa é casada com essa, que fez isso... Você fez essa conexão, você trouxe clareza para esta CPI.

Parabéns por sua coragem. Não desista dos povos.

Quando a gente demonstra amor, acham que a gente é hipócrita. Não tenha vergonha de demonstrar amor aos povos.

E aí eu encerro, Senador Marcio Bittar, dizendo como é que foi meu encontro com esse jovem.

Quando eu descobri o infanticídio e as práticas culturais nocivas, todos os antropólogos diziam "cala a boca. Não mexa nisso, porque você está fazendo interferência cultural". E teve um momento que eu pensei: será que eu estou louca? Que salvar crianças de serem enterradas vivas é loucura, é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

interferência cultural? E eu fui atrás de um antropólogo fora da curva, que disse "não, a senhora está certa".

Mas eles também estão buscando pessoas fora da curva. Semana passada, eu falei do cineasta Paul Raphaele, que em 2012, foi trazido por uma ONG para fazer um documentário, e, quando ele chega à aldeia, ele fala: "Tem alguma coisa errada". Aí, o cineasta que eles trouxeram acabou denunciando-os depois.

Parabéns pela sua coragem.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou me debruçar sobre todos os documentos que o senhor trouxe.

Eu não sou membro desta Comissão, mas eu quero contribuir muito com esta CPI, porque eu também amo os povos, e é em amor aos povos que eu vou fazer isto.

Chega de estarem usando os povos para enriquecerem.

Deus te abençoe.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora, Senadora Damares, não é membro da CPI oficialmente, mas é nossa convidada e com todo o direito de falar à vontade. A senhora é sempre bem-vinda aqui.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Plínio Valério, V. Exa. tem-se havido de uma forma muito determinada na condução desta CPI.

Obviamente, a gente sabe, imagina também as dificuldades que vêm no caminho, ao se defender um tema que é um tema recorrente no passado e, principalmente, na atualidade brasileira.

Nós, que vivemos em dois estados que, essencialmente, convivem com essas questões indígenas de fundo, eu, no Estado de Roraima, e você, no Estado do Amazonas, a gente sabe da complexidade que essas questões encerram na conjuntura nacional, mas principalmente com um viés internacional gigantesco, visível, claro como uma janela sem vidros – claro como uma janela sem vidros.

Eu tive a oportunidade, já no decorrer da apresentação do Edward, de ver algumas apresentações, e isso, na verdade, nos assusta, e é importante que seja divulgado e distribuído entre os Parlamentares,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Comissão ou não, ao conjunto dos Senadores, como a Senadora Damares, que tem um poder de resiliência gigantesco na defesa das teses que ela tão bem defende, e dizer que, bem mais além do que esses fatos que foram apresentados aqui pelo Edward, eu diria que, olhando pelo retrovisor e invocando a Constituição Federal, essa é uma questão de soberania nacional.

Portanto, nós entendemos que a Constituição, no seu art. 91, que cria e define os membros do Conselho de Defesa Nacional – não sei se sabem, e devem saber... Quando você vê aquele mapa do Brasil mesclado, para não dizer ocupado, de demandas em termos de demarcação de áreas, de quilombolas, etc., etc., você vai ver que tem muita coisa por trás desses questionamentos com os quais a gente está se deparando hoje, estamos acompanhando, enfim, e, quando a gente vê os membros do Conselho de Defesa Nacional, que é composto pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República, pelo Ministro da Defesa, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal, pelo Ministro de Estado da Defesa, o Ministro das Relações Exteriores, do Planejamento, os comandantes militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, a gente... Eu acho que até... Pode ser até proposto por V. Exa. que esse conselho se reúna para tratar especificamente dessa questão, porque ela é muito profunda.

E a gente vê o que o país representa, no cenário das 194 nações que fazem parte da ONU, essa importância geopolítica e geoestratégica do que representa na verdade o Brasil, com tantas riquezas, riquezas imensuráveis...

Eu tive um professor na Itália, quando estudei, em 1980, políticas de desenvolvimento integrado, enfim, na FAO, Amintore Fanfani, que depois veio a ser Primeiro-Ministro da Itália, e ele dizia que o Brasil tinha um tripé admirável e cobiçado pelo mundo. Dizia ele, com todas as letras, sem nenhuma reserva: nós tínhamos praticamente 15% da água doce do planeta – só o Brasil –, nós temos os minerais estratégicos mais importantes do mundo em abundância e a maior biodiversidade do planeta.

Portanto, esse tripé já representa o que acontece por trás, Senadora Damares, desses interesses internacionais claros e explícitos, e, de uma forma ou de outra, nós não vamos aqui questionar esses interesses, porque na verdade são importantes para toda a humanidade, mas nós não podemos, na verdade, ser tomados de assalto por esses interesses que limitam a grandeza deste país e sempre tratado com subterfúgios.

O conhecimento técnico do antropólogo, do Edward, é de uma precisão gigantesca, até porque nós, que vivemos essas questões, a gente vê exatamente esse emaranhado de instituições, de dezenas e centenas e milhares de ONGs, que confundem a opinião pública brasileira e nos deixam exatamente submetidos a essa pressão internacional que – por que não dizer? – fragiliza o gigantismo das oportunidades que o Brasil tem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê hoje, por exemplo, a gente está acompanhando no dia a dia, Senadora Damares e vê o Vietnã, que – sei lá – 30 anos atrás era nada mais nada menos do que um monte de escombros de uma guerra fratricida, provocada por interesses globais – e aqui sem chegar a pormenorizar esse interesse –, e hoje o Vietnã já está junto com a China, com a Coreia, enfim, como um dos países de maior produção de veículos, de veículos elétricos do mundo – o Vietnã!

Ali, obviamente, eles ainda têm tudo que nós temos, como o lítio, por exemplo, que é fundamental para a produção de veículos elétricos, etc., mais tecnologia, educação primorosa, etc.

Então, é necessário que os nossos governantes amem o Brasil, que tenham essa dedicação e essa imposição de mostrar para o mundo o que o Brasil representa pelo que tem de riquezas imensuráveis e pelo que encerra, enfim têm que trazer todos os especialistas do mundo, os nacionais e os não nacionais, para mostrar em cada pequena coisa gigante que nós temos disponível.

E eu costumo dizer que o Brasil, por tudo que tem de grandioso... Você tem 7 mil quilômetros de costa marítima, trazendo o mundo para curtir, vamos dizer assim, as praias imensas e admiráveis, o Pantanal mato-grossense, que é outra riqueza ecológica gigantesca para o turismo. A Amazônia nem se fala – a Amazônia nem se fala! Qual gringo que não quer olhar para a floresta e ver que nós temos ainda em abundância o que, na verdade, eles destruíram?

E eu uso uma frase, Edward, que faz parte do nosso sentimento, pela convivência que temos com os vários países do mundo que não têm o que nós temos: nós vivemos a maldição da abundância. O Brasil vive a maldição da abundância. Tudo é gigantesco. Tu vais para o teu estado, são 2 horas e meia de voo em cima de uma floresta, de uma hileia gigantesca, verde, quando você não vê um foco de fumaça sequer, só a floresta. Eu vou para o meu estado, cheguei do meu estado hoje, agora de manhã, três horas e quinze minutos de voo, e você não vê um foco sequer de incêndio. E dizem que a Amazônia... E eu estou fazendo um livro agora, cujo título é *Amazônia em Chamas*, só que não tem fogo; tem vida, tem água, tem pássaro, tem floresta, tem peixe, enfim. Então, é muito interessante essa discussão. Ela vai viajando na nossa imaginação em função de tantas coisas bonitas que nós temos, tantas coisas que são cobiçadas nesse mundo globalizado.

E não precisa nem fazer pergunta, a gente está vendo aí a expansão do Brics, mais seis novos membros para criar um equilíbrio dessa economia, que hoje não está mais centralizada; é uma economia global hoje, que tem um poder mundial gigantesco, e os grandes querem se unir exatamente nessa questão do petróleo. Praticamente, esses países do Brics chegam a dispor de praticamente quase 45% da produção mundial de petróleo, por exemplo, e querem se unir para competir com aquelas fronteiras dos países que se diziam hegemônicos, enfim.

Então, a gente tem vivido, nos últimos 30 anos, especificamente nos últimos 30 anos que eu tenho mandato, desde 1988, quando fui Vereador, depois por 20 anos na Câmara dos Deputados, Deputado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e, enfim, Vice-Governador, Governador e, agora, no Senado, e a gente vai vendo no que está se transformando esse mosaico de áreas demarcadas e em expansão. Por exemplo, há trinta e poucos anos, não se falava naquela demarcação contínua dos índios ianomâmis, que nós temos que preservar – sim, senhor! –, temos que preservar os índios ianomâmis, que é a última etnia que foi encontrada pelos descobridores, etc., e que estão lá em mais de 9,5 milhões de hectares. Ato contínuo, veio a demarcação da área Raposa Serra do Sol, que são, aproximadamente, 1,5 milhão de hectares. E falava o sociólogo no socioambientalismo, tudo isso para tentar, de uma forma clara, desidratar a importância desses povos, que são fundamentais na formação sociocultural do Brasil, mas que não podem ficar ali submetidos, subjugados apenas a modelos de desenvolvimento que não interessam a eles nem tampouco à população brasileira.

Então, eu acho que esta Comissão, esta CPI foi muito bem sugerida, debatida, teimosamente insistida pelo Senador Plínio Valério, porque conhece... Ele está num estado que é um continente, o continente amazônico, que é maior do que a Europa inteira – e ainda cabem umas beiradazinhas ali de sobra, não é? E, então, para acordar o Brasil, nossas autoridades, nossos Presidente Lula, hoje, que é o Presidente da República, enfim, seria outro qualquer e, se o fosse, deveria ter esse compromisso e essa responsabilidade de defender, com unhas e dentes, esse território nacional.

Portanto, é uma espécie de alerta. Talvez, isso não vá.... Esperamos até que tenha soluções, em termos de resultado, para que o mundo inteiro reconheça a importância da Amazônia e a preocupação com essa forma indissociável das ONGs de tentar reprimir o nosso desenvolvimento.

Gostaria de parabenizar a apresentação aqui do Edward, que conhece bastante, estudioso, assim como muitos outros, com relação a essa questão dessas demarcações dessas áreas indígenas. É o réquiem de acordos anunciados para que possam, na verdade, impedir o nosso desenvolvimento, mas que, como dizia esse meu professor, Amintore Fanfani, o Brasil é maior do que tudo isso, é irrefreável! Este país é irrefreável e deve ser uma das duas ou três economias mais poderosas do planeta neste século, porque nós temos o que o mundo não tem.

Então, só, nessa rápida participação nossa, para dizer que era importante se a maioria dos Parlamentares, que têm outras dezenas de atribuições, mas que fazem parte desta Comissão, pudessem, pelo menos, acompanhar para instalar, suprir, manter, assistir, participar do que isso representa em termos de risco para a nossa nação, mas é um risco que eu considero como não um risco irrefreável, porque, volto a dizer, o Brasil é maior que todas essas pressões que se faz sobre ele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Devidamente acatada a sua sugestão e anotada aqui. A gente pode estender ao Conselho de Defesa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando for mandar o relatório também, a outros vários, para ver se cai na mão de mais um que some com a gente.

E o nosso principal objetivo, Senador Chico Rodrigues, é exatamente esse, é alertar o Brasil, mostrar o que o Edward está mostrando aqui e o que a gente tem mostrado.

Com a palavra, o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Edward, também muito obrigado pelas horas de dissecação aqui de um problema ou de uma situação em que o senhor teve a visão próxima, o senhor olhou com uma lupa. O senhor foi um infiltrado aí que trouxe para a gente informações que, talvez, esta CPI não pudesse extrair, se o senhor não tivesse, como o senhor disse, em um dado momento, usado, usado do seu conhecimento, do seu cargo e da sua atribuição.

Eu creio, Senadora Damares, que é assustador para a gente, mas deve ser mais assustador para quem está assistindo e cometeu todo esse tipo de desvio de conduta.

Eu tive que sair em um dado momento, e o que me chamou a atenção do senhor, e que ficou claro durante a fala, é que o interesse, como foi dito aqui, gira todo entorno de um financeiro. Então, essas ONGs se concentram principalmente, como foi dado o exemplo de Morro dos Cavalos, em áreas que possa ser extraído algum tipo de benefício.

O senhor, como antropólogo, esqueça as pessoas e olhe só as riquezas. Eu presumo que essas áreas demarcadas na Amazônia devem ter um valor imensurável, e que nós não detemos esse conhecimento, mas ele, sim, o tem: o senhor citou aí diamantes azuis, o senhor citou outros minérios.

Eu digo isso porque no meu estado, o Rio Grande do Norte, existem mais de 23 mil quilombolas ocupando ali 30% do território, que 80%... nessas delimitadas reservas quilombolas, 80% dessas pessoas não vivem nelas. E eu não vejo nenhuma ONG se interessar por lá. Claro, a terra é seca, é pobre, não tem nem água. Então, eu não vejo nenhum desse movimento grande lutar por essas pessoas. Mas o que me chamou a atenção do senhor foi que, em um dado momento da sua fala, o senhor disse que – aspas: "Medo de enfrentar o aparato das ONGs". Você disse: "Eu, em algum momento, eu fiquei com medo". Quando o senhor fez o relatório, o que é que... e a Damares aqui já levantou essa situação do cuidado com a sua integridade física, acho que é psicológico, o senhor é bem resolvido já, o senhor tem essa determinação. Qual seria esse medo? Primeira pergunta dessas ONGs.

Segundo, o que eu pude ver, essas ONGs se organizam com a promiscuidade dos poderes públicos, como o senhor já mostrou aqui, para tirar essa vantagem para eles. E o senhor disse que eles manipulam o processo demarcatório. Como é que o ISA, naquela situação – porque mostrou que vários relatórios



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

foram feitos por estudiosos isentos, ou senão, que não foram comprados. Aí eu vou chegar na minha terceira pergunta – apresentada e, de uma forma ou de outra, houve uma manipulação... Em forma mais objetiva, como é que funciona essa rede de corrupção entre os poderes públicos e essa ONG, se o senhor souber me responder?

E, por último, o senhor falou que foi tentado, algumas vezes, a suborno. Na verdade, como foi isso? Eu não sei se o senhor falou aqui, porque eu saí. Eu queria lembrar isso aqui para o senhor. Como foi que se deu essa tentativa? Quem foi que lhe tentou? Qual era o interesse? O que é que se tornou em giro, em torno disso? Porque parece que dois relatórios foram apresentados, e um só, o terceiro, com interesses, passou.

E a última pergunta... Há 20 anos, eu entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte para fazer Ciências Sociais e logo saí porque era uma doutrinação para um caminho que fugia daquilo que eu imaginava que seria o curso e passei a fazer outro. O senhor se identifica? Porque existe uma pecha em algumas profissões, e a do antropólogo parece que já vem carregada de esquerda. Aí eu lhe pergunto: o senhor tem alguma ideologia política? O senhor defende algum partido? O senhor é filiado a algum partido ou o senhor é apenas um estudioso que defende o povo indígena?

São essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Posso?

A primeira pergunta seria acerca dos temores com relação ao que as ONGs podem fazer. O meu temor é fundamentado. Eu não sei se foi o senhor que também perguntou a um indígena se ele tinha medo, se ele se sentia ameaçado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Foi, eu o achei muito corajoso.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é. Ele respondeu que não tinha temor. Eu tenho, eu tenho sim, porque sei que essas ONGs possuem fortes laços e conexões, como eu já mostrei aqui, inclusive, com órgãos federais, com instrumentos federais, sobretudo com o Ministério Público Federal.

Eu, que tenho 44 anos de idade, nunca fui processado por um cidadão, ex-mulher, sócio... Nunca fui processado. Tenho... Respondo, quer dizer, já respondi a dois e, pelos meus últimos cálculos, agora são cinco processos, todos eles abertos pelo MPF contra a minha pessoa. Eu não estou ainda na tutela da Justiça, mas eu posso ser, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É segredo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Hã?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É segredo de justiça o motivo?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não, não, todos eles são abertos.

Na verdade, tem várias acusações contra mim, e três ou quatro delas são referentes à minha atuação com relação ao Ituna-Itatá, ao caso Ituna-Itatá. Todas elas, quase todas... Se eu não me engano, todas que são agora contra mim são pelo Ministério Público do Estado do Pará. Na última delas, na última de que eu tomei ciência, eu sou acusado de uma ação de racismo contra o Sr. Raoni Metuktire, liderança kayapó mebêngôkre, por quem eu tenho a maior admiração, respeito, consideração, mas que, em determinado momento, por um ato comum, um ato que todos testemunharam... Só que, como nós não falamos a língua kayapó, todos que testemunharam acharam que ele estava convocando uma ação, parece que ele estava ordenando uma ação que estimulava a briga dos demais indígenas. E nós interpretamos errado – pelo menos, segundo o Ministério Público Federal, nós interpretamos errado –, porque a fala dele ali era para pedir a paz, era para pedir a calma de todos nós. Não foi isso que apareceu na hora. Pelo vídeo, pela forma como ele gesticulava, não foi isso que transpareceu. Algumas pessoas interpretaram que ali teria sido uma convocação à agressão, inclusive a indígena Ysani Kalapalo, que falou: "Que vergonha! Que vergonha, Raoni! E pensar que eu já admirei uma pessoa, uma liderança como o senhor".

Eu retuítei esse tuíte e coloquei a mesma coisa. Coloquei embaixo: "Nossa, que decepção! Porque eu também admirava". Coloquei isso e fui processado. Isso foi um ato de racismo. Essa minha fala foi considerada racista.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então... Só um minuto, Senador Plínio.

As perguntas que eu fiz, se forem comprometê-lo futuramente em um novo processo, ainda mais a segunda...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Certo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... na qual eu perguntei justamente sobre essa promiscuidade, esse entrelaçamento entre ONGs e poderes públicos, se o senhor não quiser responder, está tudo bem.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se não for comprometê-lo, entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Tá. Eu prefiro... Mas não veio nenhuma pergunta que acho que me comprometa. Mas é isso, eu estou sendo perseguido. Fui perseguido pela minha atuação, fui processado pela minha atuação no Morro dos Cavalos, por uma procuradora do Estado de Santa Catarina, que também, enfim, abriu um processo; fui perseguido por um procurador do Tocantins. Enfim, são temores como esse que eu tenho.

Um outro temor é o de nunca mais poder voltar à academia, porque infelizmente a coisa é tão... Eu não sou mais nem convidado para... A gente brincava, em algum lugar, na época do seminário, de que não se é convidado nem para fazer oração silenciosa. Você não é convidado para mais nada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Plínio, ele é o Mister M dos antropólogos. (*Risos.*)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é. Esse foi... É... Mas eu não queria... Eu não fiz isso por birra ou por revanchismo ou por um motivo pessoal. Eu fiz isso porque chega a tal ponto que também me assusta o que eles fazem, o que eles são capazes de fazer, e sobretudo... É claro, tem uma divisão de função entre os "ongueiros". Nem todo "ongueiro" é pago... É esse ponto que eu quero colocar, Dra. Damares, Senadora Damares. Evidentemente, muitos deles enchem os bolsos com dinheiro, mas tem gente que faz isso por convicção profunda de que o certo a fazer é retomar todo o território, é entregar de volta todo o território guarani aos guaranis. O certo a fazer é desocupar... Eu já vi procuradora falando que, se dependesse dela – ainda bem que não depende –, na Amazônia não existiria... só existiriam índios, árvores e animais, e macacos nas árvores. E ela age – ela age – nesse sentido. Para eles, para essa turma que faz parte do aparato indigenista socioambiental, a colonização do Brasil inteiro foi um grande erro. Se existisse Ministério Público em 1500, eles já processariam Cabral ao colocar o pé aqui no Brasil: "Opa! Para, para! Pó parar!". Na primeira conjunção carnal, na primeira relação: "Opa! Pó parar! Isso aqui já vai mudar a cultura". Provavelmente a história do Brasil inteira seria condenada pelo Ministério Público, porque eles fazem... eles olham para trás com a sensibilidade do presente, com a profunda... Eles são muito sensíveis, eu diria assim, muito sensíveis aos abusos de direitos humanos que aconteceram na nossa história. Eles leem a história do Brasil com os olhos atuais. Esse é o erro metodológico deles.

Mas o meu medo mesmo, Senador... Nós não temos ideia – ideia – do tamanho do aparato... É por isso que eu queria alertar o Senador. Nós não temos ideia do tamanho do aparato não só indigenista, o nome certo é aparato neogovernamental inter – barra – nacional, porque é nacional e internacional. Só para vocês terem uma ideia do que eu estou falando, o programa midiático deles, o canal midiático deles é a Rede Globo de Televisão.

Eu ia dizer... Eu não sei se é justo falar que a assessoria jurídica deles é o STF, mas eu tenho medo de isso ser... É melhor não falar. Não vou falar isso. Não vou dizer – então, está bom, Senador, o senhor tem imunidade parlamentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, é isso. Nós estamos falando... Nós não temos ideia do percentual da população brasileira envolvida nesse processo, atores globais, todos os professores universitários; todos, de vários que conheci, da área de antropologia, da área de sociologia. Por quê? Por causa dos estímulos.

Eu tenho colegas que estão trabalhando no BID, eu tenho colegas antropólogos que estão trabalhando e recebendo salários de alguma coisa como R\$15 mil, R\$20 mil. Tem antropólogos que – o próprio ex-ministro falava disso –, o ex-ministro falava, sei lá, eram quarenta e poucos mil reais vindos de ONGs. Então, é um pessoal muito poderoso, com capacidade enorme de influência. E, para quem se opõe a eles, os estímulos são mínimos, mínimos.

Quebraram o meu sigilo bancário. O MPF pediu pra quebrar meu sigilo bancário, e eu fiquei muito feliz, porque eles iriam descobrir o que eu estava passando... Justamente naquele mês, estava passando... Me autorizaram, só pra vocês terem uma ideia, me autorizou a Polícia Federal, quando foi fazer a tomada do meu..., foram levar meu computador – já perdi dois computadores, já levaram dois aparelhos celulares, que estão presos pela Polícia Federal –, me autorizaram a levar R\$10 mil que eu teria recebido por um trabalho..., que foi tudo que tinha recebido por um primeiro laudo: R\$10 mil de uma população que teve sua casa inteira queimada. Eu trabalho pra clientes brasileiros, pra cidadãos brasileiros que precisam de uma articulação, que precisam fazer o seu caso chegar até as autoridades aqui em Brasília. Então, eu tenho medo do que pode acontecer sim.

Como eles manipulam o processo demarcatório? De várias, de todas as formas possíveis. Eu já falei isso numa entrevista em 2010. Existem mil e uma maneiras de você estimular, de você manipular e favorecer uma demarcação territorial indígena. Os antropólogos usam todas elas, todas à sua disposição, desde a seleção... O senhor... Acho que o senhor saiu bem na hora que eu estava falando sobre a questão das fragilidades do processo demarcatório. Então, hoje, por exemplo, não cometem mais o erro que cometeram comigo de... Eles... Eu só tinha publicado um texto, e um texto acadêmico, à época, em 2003; eu tinha publicado. Hoje eles olham, avaliam a publicação e veem se a publicação tem suficiência. Eles defendem suficientemente bem as demarcações, se está alinhada com pensamento. Há uma avaliação de alinhamento, de quem é quem nesse cenário.

Quando você entra na Funai, quando você entra nas instâncias mais elevadas das ciências sociais, você sabe que são poucos os outros caciques, são poucos os xamãs que dominam o cenário. Virou uma igreja, virou uma religião. Eles sabem muito bem qual é a linha que seguem os antropólogos, que têm linhagens, quem se alinha com quem, quem fez o quê.

Então, há uma sensibilidade muito clara. Na verdade, na antropologia, cada antropólogo é mais ou menos, entre aspas – entendam, resguardados os cuidados –, "dono" daquele grupo. Então, todo mundo sabe, por exemplo, que a Alcida Rita Ramos é uma antropóloga "ianomamóloga", então, ninguém vai ser aprovado pra ser um antropólogo que vai estudar os ianomâmis ou demarcar sem a autorização da Alcida. Todo mundo sabe que Julio Cezar Melatti é um "jeólogo", com "j", que são os que estudam os grupos jê.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles se conhecem. "Ah, fulano de tal, tá bom." "Esperem aí, esse nome aqui é novo. O que ele já fez?" Aí vão olhar as publicações. Há uma seleção estrita. A manipulação é muito sutil, a manipulação é muito sutil. E é uma conexão exatamente como a de um neurônio. Os neurônios se conectam por carga elétrica, não têm uma conexão real, são impulsos elétricos, da mesma forma como existem impulsos ideológicos. Todo antropólogo que entra na Funai sabe que o que é esperado dele é uma aprovação daquele caso, é uma demarcação legal, uma reivindicação joia. E, se ele não atende, ele vai sofrer todos os estímulos positivos.

Como é que foi o meu caso lá com o Instituto Socioambiental? Eu até brinco com alguns dizendo que me ofereceram pouco demais: me ofereceram só uma passagem pra visitar, pra conhecer a sede do Instituto Socioambiental em Manaus, que, atualmente, é na frente do Teatro Amazonas, bem à frente – eles alugaram uma daquelas antigas casas dos barões. Aliás, pra mim, isto é significativo: a sede do ISA é bem numa das casas dos barões da borracha, tá? Me levaram, me deram uma pilha de livros desse tamanho assim que eu deveria ler, que eles publicam, os chamados "pibão", Povos Indígenas no Brasil, e me deram, em anexo, um artigo de 2005 publicado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dizendo... O título do artigo era: "No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é". E falaram assim: "Ó, leia esse artigo aqui". A agente do ISA falou: "Você precisa ler esse artigo, é muito bom, vai lhe ajudar muito na realização do trabalho". O artigo é de 2005, e eu estava lá em 2007.

"No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é", para mim já era uma espécie de indicativo, de indução dizendo que não vai ter problema se você identificar Dona Jardelina, cujo pai veio de Ceará, que casou com o... Isso não vai ter problema, a gente dá um jeito nisso. São induções dessa natureza, são sutis. Às vezes, as induções são mais concretas. Às vezes... É porque, no caso dos antropólogos, você contestar uma terra indígena, você fica marcado o resto da vida – o resto da vida. Todo mundo vai saber que "esse é anti-indígena – esse é anti-indígena!". É por isso que eu também preciso agradecer a Senadora Damares por ter feito a pergunta.

E acabei de ser lembrado aqui para não esquecer de falar que eu amo e defendo os indígenas, eu faço isso por amor, porque eu conheço muitos deles que também estão sendo, tal como eu... Vi a minha antropologia sendo roubada e ser presa. Eu estava preso ali, sem poder falar a verdade. Muitos deles também querem sair dessa prisão. Também eles são os primeiros... É claro, uma prisão, no caso deles ali, invisível, mas é uma prisão real e concreta. Então, eu amo os indígenas, trabalho, quero voltar, tenho muitos amigos indígenas. Tenho certeza que eles entendem a minha postura, eles entendem o que está acontecendo aqui. Eu poderia citar o nome de uma dezena ou duas, mas infelizmente o aparato é tão forte que, se eu cito o nome de um, eu sei que o pessoal vai... Eles sofrerão represálias.

Como funciona essa rede de corrupção? É isto: o dinheiro vem de fora, vem de uma... Na verdade, começa com as fundações ou ONGs que lá fora têm interesses em... O que eles fazem? Eles vendem os serviços para os "sojeiros", sojicultores, madeireiros. Eles falam: "Escuta, essa soja que você está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantando aqui, o seu concorrente no Brasil produz três vezes mais. Você não quer deduzir o seu imposto? Ao invés de pagar para os Estados Unidos, ao invés de pagar para o Estado, o Governo americano, você paga para a gente, e eu trabalho para você". E eles: "Ah, mas o que você pode fazer para mim?". "No Brasil, meu irmão, com esses seus US\$10 mil que você ia pagar, a gente faz estrago lá no Brasil". "Mas como assim?". "Eu consigo pagar a manifestação pública, eu consigo comprar de Vereador a Senador, eu consigo fazer uma série de iniciativas para que... Eu consigo criar uma audiência para impedir a criação da Ferrogrão". Tem uma série de coisas que o dinheiro compra, e eles fazem essa cadeia, essa conexão.

O Ministro, também, Ricardo Salles solicitou... Um é pago para escrever um artigo, outro é pago para escrever outro. Há um estímulo nesse sentido. A rede de conexões é imensa no Brasil – é imensa. A gente não tem ideia.

Então, dificilmente eu vou poder voltar a uma universidade pública no Brasil para terminar meu doutorado; vou ter que sair do Brasil, para estudar lá fora. Uma série de situações com relação à orientação político-ideológica.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Faltou o seu caso específico, da tentativa de corrupção.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Foi essa que eu lhe falei. Não me ofereceram dinheiro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ah!...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não me ofereceram dinheiro. Me ofereceram, e eu falei...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – O livro e o indicativo...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pouco demais, não é, Senador? Pouco demais, não é?

Eu estou brincando, mas, enfim, é isso, me ofereceram livros, me ofereceram: "Lê isso aqui". Não foi um... Não teve conexão financeira nesse caso. E é por isso que eu digo que não é todo mundo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Só para entender: o senhor estava buscando algo naquela ONG?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – É o Instituto Socioambiental, era o Instituto Socioambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – No ISA, o senhor foi lá procurar emprego, um tipo de...? Foi prestar um serviço?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não, senhor. Abriu-se o edital... Só para o senhor entender: abriu-se o edital no final de dois mil e... Era dezembro de 2006, se eu não me engano, era final de 2006. Eu apresentei o meu trabalho, fui aprovado como antropólogo para fazer aquele concurso.

A antropóloga do ISA, que ia fazer esse mesmo trabalho, perdeu o prazo – perdeu o prazo. Depois ela veio conversar comigo. Na verdade, no dia em que foi publicado o resultado da Funai de quem foi selecionado, dos selecionados, eu recebi uma ligação dela: "Ah, você é que é o Edward? Nossa, que legal, quero muito falar com você". A antropóloga do ISA: "Poxa, eu perdi o prazo da coisa e tal, mas vem aqui conversar com a gente". Eu falei: "Claro". À época, eu estava no *mainstream*. Eu não queria sair do *mainstream*. Por quê? Porque existem esses laços de confiança, esses laços de orientação. Você sabe, todo antropólogo sabe que, se ele questionar, apresentar isso aqui, ele está fora, ele está excluído da patotinha que vai ser indicada para ministério, que vai ser indicada para isso, aquilo outro, não vai receber pós-graduação, não vai receber bolsa para participar daquele curso lá fora ou para fazer uma apresentação. Ele está fora, e foi o que aconteceu comigo.

Então, ela me ligou. Ela perguntou: "Quando você vem aqui para Manaus?". Eu falei: "Acho que vai depender da verba da Funai, mas acho que a gente está chegando em janeiro aí, janeiro de 2007". "Quando chegar, passa aqui e tal". E aí eu achei que era só um convite do passa aqui e tudo mais. Ela me ligou de novo: "Não, passa aqui, mas vem aqui mesmo". Aí eu falei: "Está bom, eu vou". E, à época, a sede do ISA não era lá na frente do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é, era lá no fim do mundo, lá não sei onde. O ISA estava meio pobrinho ainda à época. Lá vou eu, eu peguei ônibus – não tinha, peguei ônibus para chegar lá. E, quando eu cheguei lá, ela me deu um livro: "Que bom, que bom te conhecer".

Então, não foi uma cooptação financeira. E, para ser sincero, Dra. Damares, nem sempre é financeira, porque tem antropólogo que faria isso de graça – de graça. Para demarcar uma reivindicação territorial indígena aqui, em Brasília, o chamado Setor Noroeste, teve um antropólogo que escreveu um laudo de graça, sem ser pago, sem nada: "Não, eu vou defender essa demarcação de graça", por pura convicção político-ideológica, porque é a missão dele defender uma demarcação aqui de indígenas, de descendentes de indígenas que vieram construir Brasília, eram candangos e chegaram aqui. Escreveu de graça. Tudo bem que era professor universitário – tudo bem. Então, está entendendo? É uma conexão nesse sentido, é uma conexão.

Com relação à orientação político-ideológica, é uma questão muito interessante, porque eu me descobri recentemente – no meio de todo esse conflito, eu me descobri – em uma situação absolutamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paradoxal: quem é de esquerda me vê como sendo de direita. "Como pode ser um cara... Afinal de contas, filho de missionários evangélicos, filho de pastor, de igreja, cristão, esse cara não pode ser de esquerda". Eu me lembro de uma aula de um Professor, Jose Jorge de Carvalho, em 2001, na Universidade Federal de Brasília. Eu lembro, ele se lembra de mim. Eu até... Ele dava aula de Antropologia da Religião. E um dia ele perguntou a opinião religiosa, a orientação religiosa de cada um. Eu falei: "Eu sou evangélico protestante, vim de uma família protestante, evangélica". E eu fui o único a quem ele falou: "Opa, espere aí, protestante, não; evangélico, não. Você pode ser o que você quiser: você pode ser muçulmano, pode ser judaico, pode ser pai de santo, pode ser o quê... mas crente, evangélico, não". Eu achei aquilo estranho. Na época não tinha nem Twitter nem nada para fazer essas denúncias. Engoli aquilo e achei que isso era uma credencial.

Eu fui ensinado – eu fui ensinado – na Antropologia que você deveria colocar os seus valores em suspensão, em um estado de suspensão, relativizar os seus valores, para fazer um bom trabalho antropológico. Eu fiz isso durante muito tempo – durante muito tempo –, só para descobrir, só para entender e descobrir que existe... que o grau de fé e de devoção religiosa pelos princípios da Antropologia são muito mais fundamentalistas do que o princípio cristão que eu adotava. Existe muito mais liberdade de questionamento, de falar numa escola dominical da Assembleia de Deus, do que numa sala de aula da Universidade de Brasília, aqui de Brasília.

Aqui em Brasília, é um verdadeiro madraçal, um verdadeiro doutrinamento. Você não consegue fazer uma questão, se você perguntar, a depender da pergunta, ele já começa a olhar pra você: "Opa, espera aí, esse cara não é do nosso, não é da nossa patotinha". De novo, não vai ser nem convidado pra fazer uma oração silenciosa.

E a direita me acha esquerdista. Eu fui expulso de grupo, a direita acha que eu sou antropólogo... Quando aconteceu aquele evento em que eu fui detido lá pela Funai, que fui detido pelo Ibama, isso ficou patente. A direita jurava que eu era um "antropolongueiro", que eu era um desses "antropolongueiros" que fazia tudo, que eu estava lá pra demarcar terra indígena, tal, tal e tal... enfim, que eu era esquerdista. E a esquerda jurava que eu era o antropólogo ruralista, o antropólogo bolsonarista, entende?

Então, eu estou no meio desse conflito e eu creio que é exatamente aqui que eu devo ficar mesmo, ou seja, praticando e exercendo a minha atividade acadêmica, exercendo a minha atividade profissional, sem vínculos partidários, sem vínculos... Sim, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Plínio, só para...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Styvenson.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Só pra corroborar. O senhor citou Brasília, aqui, na UnB, mas na UFRN eu me lembro que quando eu fui fardado – que eu sou militar da reserva há 16 anos –, primeira vez que eu fui no curso fardado, acabou o grupo, não tinha mais condição de ficar na faculdade no curso.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – É isso, é isso.

Aliás, Senador, me permita só essa última fala. Eu tinha me esquecido disso. Além de falar que eu quero trabalhar, quero continuar trabalhando para o bem dos nossos irmãos indígenas, eu preciso dizer, essa CPI, Senador, da mesma forma como ela não começou aqui, ela começa com a CPI da Funai e do Incra, ela também não terminará aqui. Eu creio que essa investigação acerca do aparato neogovernamental internacional só será completa, só estará completa quando nós tivermos uma CPI para investigar o "universalão". Já ouviu falar do "universalão", Senador? O "universalão" deve ser a próxima CPI que vai existir, ou pelo menos... Não precisa ter esse nome, é claro, CPI do "universalão", pode ser uma CPI do desvirtuamento das funções do Estado, ou de servidores do Estado, que serve para explicar como que professores universitários tornam-se doutrinadores, tornam-se literalmente doutrinadores marxistas em nossas universidades federais, como que servidores do MPF deixam de atuar em prol da sociedade para atuar em prol única e exclusivamente da agenda indigenista internacional, como que servidores do Ibama e da Funai acabam... Está vendo? É uma outra composição. Porque aqui a gente está investigando, a CPI está investigando as ONGs, mas é preciso investigar essa conexão com o Estado federal de uma forma mais direta, eu diria, viu, Senador? Eu tenho a impressão de que ela será completa ainda com uma outra investigação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu diria que ela será completa quando tiver o Ministério Público Federal que acate o relatório e que faça o seu papel.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As outras antes fracassaram porque o Ministério Público não fez o seu papel.

Me permita, eu vou ouvir o Senador Girão. Mas, de tudo que foi apurado aqui, desde a primeira sessão, ao que o senhor está dizendo, eu sei do poder. Desde o começo eu falo desse poder, desse paredão que é de enfrentar essa gente.

Quarenta e poucos anos, cooptaram, aqueles que eles não conseguiram chamar, eles cooptaram, como hoje, eles tinham estudantes para fazer curso de Direito, Geologia, Economia, tudo eles levaram para fazer a cabeça. O que eles não podem é promover um curso no Ministério Público, no Judiciário. Hoje eles têm dominado mesmo, têm, de cabeça: Incra, Ibama, Funai, Ministério Público Federal, eles têm as universidades, as redações de jornais, revistas, televisão, como se, traduzindo – como dizem aqui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no português, como dizia o Buiú, que dizia no programa A Praça Nossa –, traduzindo –: eles têm o domínio hoje do juiz, dos bandeirinhas e do lar. (*Risos.*)

Eles controlam tudo nesse sentido. Quando a gente diz isso como Presidente de uma CPI, a turma se assusta, mas é o que eu tenho dito por aí.

Senador Girão, nós ouvimos hoje o antropólogo Edward Mantoanelli, que é bacharel em Ciências Sociais e antropólogo. Ele fez estudos que foram recusados e, depois, fez revelações muito boas aqui.

E é um prazer tê-lo aqui, Senador Girão. Com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Meu querido irmão, Senador Plínio Valério, quem tem que agradecer e como cidadão lhe parabenizar sou eu, é o povo brasileiro. É o povo que quer a verdade, e o senhor está conseguindo um feito histórico aqui, ao trazer depoimentos tão impactantes, que vão revelando aos poucos a farsa, a máfia que existe no Brasil, que todo mundo sabe, mas em que se precisava jogar luz. Não é à toa que o sobrenome do Edward, que é... Eu sou Eduardo, ele é Edward, que é a versão inglesa do nome Eduardo.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Fortuito. Puro acaso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas nada é por acaso. O Mantoanelli é italiano, não é?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (*Fora do microfone.*) – Italiano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Brasil é isso, essa mistura. E eu fiquei aqui impressionado quando eu cheguei... Eu já tinha prometido ao Senador Plínio vir aqui, Senador Chico Rodrigues, a esta Comissão. Não sou membro dela. O nosso bloco foi ocupando as vagas disponíveis rapidamente.

Eu estou numa Comissão aqui ao lado, que é a Comissão da CPMI do dia 8 de janeiro e, quando entrei aqui, eu disse: "Rapaz, eu acho que eu entrei na sala errada". Confesso para vocês, porque eu achava, na minha ingenuidade, que uma CPI tão debatida nos bastidores, por que o Senador Plínio luta com tanto afinco para instalar, com um apelo tão grande de denúncias, de indícios... Não está a mídia aqui – pelo menos agora, talvez tenha ido embora e eu não esteja sendo informado –, não está cobrindo como está cobrindo aqui do lado. Aqui do lado, para você entrar na sala, você tem que se desdobrar para lá, porque é cheio de câmeras, não sei o que e tal. Isso diz muito. Essa ausência diz muito.

E eu reafirmo, Senador Plínio, a importância desse trabalho, porque a verdade, mais cedo ou mais tarde, aparece. Então, o que o antropólogo traz aqui, com muita coragem... Eu quero dar os parabéns a ele pela coragem de estar colocando essa situação. E eu imagino... Porque quem está vestindo o sapato aí,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem está usando o sapato é o senhor, que sabe onde ele aperta, mas eu imagino o nível de perseguição, porque eles são muito organizados.

A turma da patota, como se falou aqui, é um grupo que faz uma lavagem cerebral, que está institucionalizada em várias esferas e que de democrata não tem nada – nada, nada! Querem calar quem pensa diferente e se dizem, e se arvoram os democratas, aqueles da cultura da paz.

Eu estava ouvindo o depoimento do Sr. Edward e me lembrei de duas semanas atrás, daquele jovem, Lucas Pavanato, se eu não me engano – é um jovem lá de São Paulo, que foi pra USP. Ele fez um vídeo mostrando como é que foi a chegada dele, com uma pessoa do lado, à USP.

Ele fazendo lá... fazendo perguntas, como um jornalista, fazendo perguntas: "Você conhece esse fulano aqui?", aí é a foto do Karl Marx; aí pegava da Margaret Thatcher: "Você conhece essa aqui?". E aí, rapaz, ele dava... Quem acertava ganhava um dinheiro e tal, o prêmio total era 50. O pessoal estava levando na brincadeira, isso faz parte da juventude.

Rapaz, teve um pessoal que se revoltou, Senador Plínio, um negócio chocante. Eu digo: rapaz, isso está acontecendo no Brasil? Se você duvidar, foram à Universidade de Manaus, à Universidade do Ceará. Será que esse nível chegou... Botaram o cara para fora na base do tapa, meu amigo – do tapa. Se reuniu um grupinho, um grupinho, vamos dizer, dos donos da verdade, e disseram: "Você é um fascista. Você é não sei o quê...". E começaram: "Sai daqui", como se fosse deles a universidade. O negócio se... O cara levou tapa, botaram-no para fora e foram o empurrando, e veio diretora para dizer: "Sai mesmo". Olha a que nível nós chegamos. Por isso que esse "universalão" aí de que o senhor fala, não sei se com esse nome, mas vai ser fatalmente... Se a gente quer expurgar isso por que o Brasil está doente, está adoecido por causa desse tipo de coisa, a gente vai ter que buscar tudo isso, em todas as áreas.

E aí eu quero lhe dar os parabéns e dizer que eu tenho muita esperança de que o bem vai prevalecer, está certo? O Martin Luther King, o grande pacifista e humanista americano, dizia o seguinte: "Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo o lugar".

Então, a gente vê esse trabalho obstinado deste Senador aqui, no peito e na raça, junto com outros que estão, o Relator, o quão foi difícil mobilizar para conseguir emplacar, e ele está obstinado, fazendo as sessões de forma democrática. Aqui se vê democracia: ouvindo um lado, ouvindo o outro. E eu tenho certeza de que seu relatório vai ecoar porque é verdadeiro, é como a fala dele. Certamente vai trazer, ou já trouxe, antropólogos do outro lado, vamos dizer assim, que estejam a serviço de ideologia; ele está, pelo que eu vi aqui, a serviço da ciência, da sociologia, enfim, da antropologia. Mas, eu tenho certeza de que o senhor vai trazer e vai ouvir. E bate no coração – bate no coração – a verdade que ele está falando, sem a gente conhecer profundamente, mas a gente sente uma vibração de coragem, de verdade pelo que está acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que o Brasil precisa se libertar desse tipo de coisa. Senador Plínio, o senhor está de parabéns. Eu queria ser atuante aqui, estar como um membro ou suplente, titular ou suplente; infelizmente foram ocupadas as vagas, e eu não estou podendo vir, mas sempre que eu tiver uma oportunidade, eu quero, porque o senhor ainda vai e o senhor já deu muita alegria. Banco Central, o Brasil hoje ao senhor deve... Sim, é verdade. Estou falando alguma bobeira, Senador Chico Rodrigues? A iniciativa da independência, o que está segurando o país hoje, é desse homem aqui. Outras medidas de violência em escolas, questão dele também, que foi um idealizador, em defesa das mulheres aqui, de forma não ideológica, de forma com base em estatísticas e tudo. E agora o senhor está dando esse outro grande presente para o Brasil.

Vamos juntos. Conte comigo – está certo? –, porque as gerações vindouras vão lhe agradecer muito.

E eu sei o quanto o senhor ama a Amazônia, o quanto o senhor defende os interesses daquele estado valoroso do país, de um povo sério, e o senhor aqui está fazendo um trabalho não apenas pela Amazônia, passando a limpo isso, mas pelo Brasil. Deus te dê coragem, te guie pra que a verdade possa aparecer e o Brasil fique livre dessa turma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, meu companheiro, meu amigo, Senador Girão, sempre colocando a gente pra cima, incentivando. Não há nem um só momento em que a gente ouse pensar em desistir ao conversar com o Girão, porque ele não admite, né? Você é o maior obstinado, Chico, nós somos obstinados pela Amazônia, mas esse cidadão aí é obstinado pela justiça.

Algum comentário, Edward, para a gente encerrar?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Senador, só pra agradecer realmente – e reconhecer também – a sua dedicação; dizer ao senhor e aos demais Parlamentares que fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que ela já está fazendo história – ela já está fazendo história. Existiram outras CPIs que investigaram ONGs, mas eu preciso reconhecer que as outras, infelizmente, fracassaram por uma série de fatores, incluindo a falta de sensibilidade pra saber que quem estava no microfone deveria ser ouvido. Eu nunca vi tantos representantes da Amazônia brasileira que vieram, que tiveram vez e voz nessa CPI, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer que ela é herdeira da CPI da Funai e do Incra, ela dá continuidade a esses estudos, mas eu reforço: ela só será... a investigação do aparato internacional, "ongueiro" internacional que atua no Brasil só será completa quando fizermos uma CPI do "universalão" ou uma CPI do desvio, do desvio de função da Universidade Pública Federal, Ministério Público Federal e todos órgãos como esses que, influenciados pelas ONGs, agem contra o povo, contra a ideia de soberania, contra a ideia de nação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só pra vocês terem uma ideia, e por fim, Senador – eu temo que eu não reforcei o suficiente e eu só queria ter certeza disso –, quero dizer que o Brasil precisa rever a Convenção 169 da OIT. Eu acabei não citando, por exemplo, uma convenção... O planeta Terra só tem 191 países, e só 21 deles, só 21 países assinaram a Convenção 169 da OIT, a maioria deles ou sul-americanos ou africanos. O Brasil precisa rever a Convenção 169 da OIT, e ano que vem é a nossa segunda oportunidade de fazermos isso. E eu creio que o Parlamento brasileiro... E aí formalmente precisa ser averiguado junto à OIT se basta o Congresso fazer essa denúncia, porque a gente sabe que o atual Presidente dificilmente faria essa denúncia da OIT. Mas por que não o Congresso, que é a legítima Casa que representa o povo brasileiro? Tenho certeza de que o Senado e o Congresso poderiam fazer essa carta.

E, pra finalizar, é preciso rever os marcos regulatórios para identificação e delimitação de terras ou territórios étnicos no Brasil. O Brasil não terá, se cair o marco temporal amanhã no julgamento do STF, o Brasil não terá mais nenhum marco a regulamentar o processo de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas. Nós estaríamos à mercê da vontade, do gosto ou dos interesses de grupos internacionais pra demarcar seja lá o que quiser, porque daí não terá mesmo mais nenhum marco.

Já vimos tantos abusos, já vimos tantos casos. Como eu falei, eu até errei em trazer... Eu não sei quantos casos eu trouxe aqui, mais de 15, mais de 12 casos, é porque são muitos, são mais de 60 até onde eu sei. Se o Brasil não corrigir esse erro, estabelecendo critérios técnicos e científicos e marcos regulatórios para demarcação de territórios étnicos, nós continuaremos sendo vitimados por articulações espúrias internacionais que influenciam todo esse processo aqui, no Brasil.

E o Congresso Nacional tem muito a ver com isso. A aprovação do PL 2.903, do marco temporal, pelo Senado é parte integral desse processo e deve acontecer. Senão, se cair o marco temporal, outros marcos podem ser estabelecidos, como, por exemplo, a avaliação do Congresso federal, do Congresso Nacional de cada uma dessas reivindicações territoriais indígenas ou quilombolas.

É a minha fala final.

Eu agradeço, mais uma vez, Senador, pela oportunidade. Muito obrigado.

Vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós é que agradecemos. Pode ter certeza, Edward, de que tudo que você nos falou, nos contou, nos mostrou ensinou muito, está tudo anotado, de "a" a "z".

Antes, meu amigo Girão, de encerrar, eu quero mostrar ao brasileiro e à brasileira pelo menos três tipos de hipocrisia. A gente é tão cobrado, e praticam essa hipocrisia, e a gente pouco nota.

Essa última agora, meu amigo Girão, foi revelado, em um estudo próprio, que o grupo do G20 – aqueles países mais ricos, são os 20 países mais ricos do planeta – despejou níveis recordes de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento público em projetos de combustíveis fósseis no ano passado. É aquele pessoal que não quer que a gente mexa no petróleo do Amapá, na foz do Rio Amazonas. Pelas contas do instituto que deu essa notícia, Chico, US\$1,4 trilhão foram aplicados nisso, dos quais US\$1 trilhão em subsídios pra petróleo, US\$322 bilhões em investimentos em empresas estatais e US\$50 bilhões em empréstimos de instituições financeiras públicas. É o grupo G20, os 20 países mais ricos do planeta, que poluem o mundo, exploram o que querem, e a gente eles ficam amordaçando.

Outro. A gente falou tanto aqui em demarcação e em quantidade de terras. Os Estados Unidos, que querem nos dar o exemplo, têm aproximadamente 3,5 milhões de indígenas, esses indígenas ocupam 3% do território nacional. Nós tínhamos, antes do Censo do IBGE, que duplicou para 1,6 milhão, 900 mil índios para 14% do território nacional. Se o marco temporal cai, acabou. Eles vão para 24% imediatamente, chegando a 37%. Essa hipocrisia é que a gente fica mostrando aqui agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, sabe o que me preocupa, Senador Plínio? Se o senhor me permite rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Olhe só o que aconteceu, Senador Chico Rodrigues.

Semana passada, depois de muito esforço, o Senado Federal vota a questão do marco temporal na Comissão de Agricultura. Correto? Existe uma previsão de se votar na CCJ agora no começo de setembro para ir para o Plenário. O que o Supremo Tribunal Federal faz?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antecipa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antecipa! Marca imediatamente... O Senado agiu, e ele vai lá... É quem manda e desmanda neste país! Isso é um desrespeito aos Senadores que estão tentando fazer o seu trabalho aqui!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já não nos respeitam mais.

Por fim, meu amigo Girão, meu amigo Chico Rodrigues, deixe-me falar só do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Só numa das operações do Fundo Amazônia, recebeu R\$12,104 milhões, arredondando. Dentre as aberrações que tem, que eles praticam, tem aqui uma despesa por sete cursos, sete treinamentos que duraram três dias. Então, em três dias, eles fizeram sete treinamentos e receberam por dia R\$206 mil.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São R\$206 mil por três dias. Quer dizer, um dia cada dá R\$ 618 mil. Esse treinamento é aquele de fazer a cabeça do pessoal.

E o Ipam, aquele que está no portal, de que a Ministra Marina é Conselheira, recebeu R\$24,939 milhões numa operação, e, dentre as aberrações, porque se eu for falar de todas a gente vai virar direto. O projeto que eles fizeram, a gestão do projeto deles para gastar esse dinheiro custou R\$6,8 milhões. Quer dizer, eles pegaram R\$6,8 milhões só do projeto. É como se eu, com o meu amigo Girão e o meu amigo Chico Rodrigues, tivéssemos aqui o nosso instituto, a nossa ONG, e eu dissesse: "Olha, Chico, faz o projeto aí que a gente paga". Então, é como diria a gente na linguagem nossa cabocla, é contra essa sem-vergonhice que a gente está se opondo E trabalhando.

Eu tenho que fazer o encerramento de forma oficial aqui, lembrando da nossa diligência. Nós vamos a São Gabriel da Cachoeira, em Pari-Cachoeira. O Senador Chico Rodrigues ainda não confirmou, o Senador Girão não pode ir, está na CPMI, e nós vamos a Pari-Cachoeira ouvir os indígenas que querem nos ouvir, conforme eu mostrei naqueles vídeos aqui e na carta que a gente recebeu pedindo isso.

Será na quinta-feira o nosso voo, é um bate e volta. Nós vamos – são três horas de viagem saindo de Manaus –, a gente vai, faz a sessão, volta para Manaus, e todo mundo vai para os seus estados.

Para vocês terem uma ideia, eu estou recebendo um relato de alguns indígenas, quando param em comunidades que têm internet. O barco grande que estaria levando a maioria dos indígenas teve que parar no meio do caminho porque o rio já secou – já secou, então não tem como subir. E eles estão agora em canoa de alumínio.

E as outras etnias – nós vamos a Pari-Cachoeira –, porque lá são mais tukanos, os outros indígenas, como os baníuas, por exemplo, eles estão gastando para chegar a essa aldeia de Pari-Cachoeira três dias de viagem, mas eles estão indo, que é para mostrar que eles querem apoiar o que nós estamos fazendo. Então, não tem como negar a gente ir lá e dar esse apoio, aproveitar a nossa missão.

Coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mas antes agradecendo a Deus e desejando paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PARI-CACHOEIRA (AM).

Às doze horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, no Pari-Cachoeira (AM), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimentos**. **Finalidade:** Realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Depoimentos de Indígenas, conforme Requerimento 97-CPIONGS. **Resultado:** Reunião realizada. Colhidos os depoimentos de: - Armindo Tenório Pena – Liderança Tukano (Pari-Cachoeira); - Jocimara Bosco Brandão – Representante Tukano do Rio Tiquié (Pari-Cachoeira); - José Lucas Lemos Duarte (Taracua); - João Pedro da Silva – Liderança Dessano (Taracua); - Sílvio Benjamin Baniwa (Rio Içanã); - Tuli Melício da Silva - Representante Kuripaco (Alto Içana); - Deilton Camico - Representante Kuripaco (Alto Içana); - Jesus dos Santos - representante da etnia Baré (Alto Rio Negro); - Maurício Garcia Alvarado (Alto Rio Negro). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/31>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente (*Falha no áudio*)... externa de lideranças indígenas diretamente relacionadas ao objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou só repetir, porque nós estamos transmitindo ao vivo agora para todo o Brasil, via Senado. Eu vou repetir a pergunta que fiz a vocês.

Basicamente, nós viemos aqui para saber se o Instituto Socioambiental (ISA), que pegou, só de uma fonte, R\$12 milhões para fazer um plano de gestão no Alto Rio Negro, para ajudar as comunidades indígenas, pegou 12 milhões há três décadas, mais ou menos... É importante para nós, Senadores da República, para o Marcio Bittar, que aqui está, nosso amigo do Acre, para o Chico Rodrigues, que aqui está, nosso amigo de Roraima, é importante saber, porque o ISA diz que consultou aqui, cerca de 50 pessoas fizeram parte dessa gestão, desse plano de gestão. Eu pergunto aqui a mais de cem pessoas indígenas qual de vocês foi consultado pelo ISA ou se o ISA consultou algum de vocês alguma vez na vida? Sim ou não?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nenhuma vez?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nenhuma vez.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos já ouvir então todos nesse sentido.

Senador Chico Rodrigues, Senador Marcio Bittar, Plínio Valério, em nome da Comissão, da CPI, em nome de todo o Senado da República, é oficial o que estamos ouvindo aqui. Portanto, é importante que a gente ouça. Se vocês tiverem reclamações a fazer, pedidos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... por aldeias, por localizações, pessoal de Pari-Cachoeira, Taraquá, Rio Içana, Alto Içana e Alto Rio Negro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos um contratempo porque ia vir de lá do pelotão para cá, isso consumiu mais de meia-hora, ou seja, nós temos que, então, acelerar um pouco. Mas por nenhum minuto vamos deixar de permitir que vocês falem, porque quem levou 14 dias para chegar aqui, 10, 7 dias para nos ver e falar conosco, merece todo o nosso respeito.

Por essa exiguidade no tempo, a gente vai... A turma de Pari-Cachoeira é a maior turma que tem aqui. A gente vai ter, infelizmente, que limitar o tempo em três minutos para cada um. Eu pergunto se está bom assim, a gente poderia, para dar voz a todos. A gente tem aqui para falar, em nome de Pari-Cachoeira, Armindo Tenório Pena. *(Pausa.)*

Enquanto o Armindo se desloca, eu preciso saber se a Sra. Profa. Efigênia Maria Macedo, que é da Escola Indígena Pedro Massa, foi convidada e se está aqui por nós. Seria muito importante a sua presença aqui. A Profa. Efigênia está presente? *(Pausa.)*

É importante que todos saibam que nós convidamos e gostaríamos, seria um prazer imenso, de conversar com ela.

Armindo, a gente pede só a compreensão. Sabemos que três minutos, normalmente, é pouca coisa, mas é importante pra nós – tá, Armindo?

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA (Para expor.) – Bom dia!

Bom dia, mais uma vez!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA – Está bom.

Hoje é um dia muito grande, dia esperado, e vamos fazer um pequeno depoimento para as instituições que estão no meio da gente.

No meu entender, nós temos duas instituições? Uma é o ISA e a outra é a Foirn. A Foirn é o puro indígena, no meu ponto de vista.

Eu queria dizer o seguinte: a gente sabe... ISA e Foirn são dois parceiros – são dois parceiros –, na verdade.

Em 1500, quando o Brasil foi descoberto, nós fomos massacrados, enganados, mulheres estupradas pelos portugueses. Logo depois apareceu o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Fez a mesma coisa. Em seguida, apareceu o ISA e a Foirn. Aí, no meu ponto de vista, a gente percebe, não é? Chegou muito dinheiro, chegou muito dinheiro. E cadê esse dinheiro? Onde foi parar? Alguém sabe? Aqui, a gente não tem nada. Vocês estão vendo a nossa realidade: não tem nem transporte, comunicação... Cadê a internet?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prometeram que ia colocar. Foirn e ISA junto, parceiros, prometeram que iam colocar internet para todas as comunidades e, até agora, nada, zero! Estão vendo, gente? É isso, essa é a nossa realidade.

O que mais que tem para falar? Tem muita coisa para falar, gente. Não precisaria três minutinhos, não. Assim não vou terminar, não. Está bom?

Outra coisa que eu queria dizer em nome deles, das instituições. Eles têm casa boa, eles têm voadeira, gasolina suficiente, andam para lá e para cá, salário alto ainda, salário milionário que eles têm lá, não é? A turma das instituições. Está bom?

E tem mais. O que está faltando para nós? Embora tenha chegado tanto dinheiro, em nome da população indígena, em nome da preservação da floresta, veio muito dinheiro, e estamos na pobreza, gente. Por que a gente não muda agora para outras instituições. O ISA e a própria Foirn se interessaram somente pela instituição, e a diretoria se preocupou somente com eles. E para nós, eles não se preocuparam com nada.

Agora, lá no Plano de Gestão Territorial, a gente falou: "Bem viver, bem viver, bem viver". Onde tem bem viver para nós? Não existe bem viver para nós enquanto a gente não tem transporte, enquanto a gente não tem comunicação, internet na escola a gente não tem. Tudo a gente não tem para eles. É triste! Embora tenha chegado tanto dinheiro, não é? Vocês acham bom? Eu, particularmente, não estou achando bom, não.

Se a gente fosse branco... Lá no dia 5, por aí, 8 de janeiro deste ano, os brancos, não gostando do Lula, sabe o que eles fizeram? Foram quebrar a Esplanada do Ministério. Essa deveria ser a hora de nós também acabarmos com a sede do ISA e acabar com a sede da própria Foirn, quebrando tudo. Assim, pelo menos, deveria valer. Está bom?

Agora, se vem recurso em nome da população indígena, em nome da preservação da floresta, deveria vir como Bolsa Família, onde todo mundo ficaria alegre, onde todo mundo... Assim dá para fazer. Caso contrário, as coisas não vão funcionar no meu ponto de vista.

Está bom?

Vocês deixam rapidinho como tucano?

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA – O Pessoal da Foirn, o pessoal do ISA – chega –, a gente não aceita mais eles, não, recebendo dinheiro em nosso nome. Como eu falei antes – não é? –, eles lá são beneficiados, estão ficando ricos, e nós nada.

Obrigado. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Armindo Tenório Pena, eu queria... Me desculpem, mas eu tenho que voltar ao assunto.

Esse deslocamento nosso do batalhão para cá, daqui para lá, tomou da gente no mínimo uma hora, e nós somos limitados para voar pelo comandante da aeronave. Como do pessoal de Pari- Cachoeira aqui tem mais de 14, seria possível falarem 4 – o Sr. Armindo, que falou, e mais 3 –, em nome desses 10, 12, para a gente? Porque depois nós vamos falar dos problemas, das soluções, de tudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, então, como...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não ouvi bem a sugestão de... *(Pausa.)*

Ah, correto, correto! Ah, beleza, entendi, entendi, sim!

Então, vamos deixar só mais um de Pari-Cachoeira falar, depois teremos Taracuá, Rio Içana, Alto Içana e Alto Rio Negro.

Tem outro aí para a gente anotar aqui? *(Pausa.)*

Não, não é? São esses? *(Pausa.)*

São esses aqui, então.

Então, só para encerrar, Pari-Cachoeira, chamamos mais um, Lucas, de Pari-Cachoeira e vamos, então, depois passar para Taracuá; só mais um de Pari-Cachoeira. Quem seria? *(Pausa.)*

Rosamira? *(Pausa.)*

Jocimara? *(Pausa.)*

Jocimara Bosco Brandão.

A SRA. JOCIMARA BOSCO BRANDÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

(Manifestação da plateia.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOCIMARA BOSCO BRANDÃO – Seja bem-vinda, aqui, a equipe do Senador Plínio Valério!

Então, o meu nome é Jocimara Bosco Brandão. Realmente a gente desconhece o nome que consta aí na lista, porque, em nenhum momento, eles chegaram consultando aqui na nossa comunidade. Falam tanto da consulta, do protocolo da consulta, mas infelizmente eles não vieram nos consultar aqui. Eu escutei um monte de nome aí que está ali na Foirn trabalhando, há anos. Pra eles está tudo o.k., mas pra nós está péssimo, porque a gente nunca viu, nunca vai ver o dinheiro que o pessoal do ISA veio receber em nome aqui do distrito, em nome de todos os indígenas, não é? Porque eles vieram mudando o nosso nome.

Então, vendo essa situação, eu abracei a CPI das ONGs. Em nenhum momento, eu nunca vinha fazendo escondido, eu sempre ficava postando o que eu vinha fazendo. Isso eu quero colocar aqui. Quando eu cheguei aqui, os ongueiros que fazem parte do pessoal da Foirn vinham fazendo a cabeça dos meus parentes aqui. E, quando eu cheguei aqui, aqui era um inferno, porque eu me desloquei daqui pra fazer minha faculdade, então, quando eu cheguei aqui, aqui estava um inferno, porque o pessoal da Foirn fez a cabeça dos meus parentes aqui, dizendo que eu, Jocimara Bosco Brandão, juntamente com o Tio Lucas, de Taracua, vendendo terra. Em nenhum momento, eu ando vendendo terra por aí, não, gente. Olha os nossos próprios parentes usando o nosso nome pra enriquecerem. Entendeu? Então, tem alguns parentes meus aqui que não gostaram quando eu cheguei aqui. Infelizmente, eu levantei a voz e gritei aqui. Quando eu estava fazendo reunião aqui, caíram pra cima de mim. Voltei aqui, saí daqui desse salão pra minha casa, pra casa do meu pai. Um cidadão, um moleque de rua, quase me bateu ali no meio do caminho. Assim que eu estou passando: eu estou sendo... Eu estou sendo... O pessoal... Os próprios parentes estão me perseguindo, falando mal de mim. Sabe por que que eu entrei na CPI das ONGs? Porque eu estou cansada de ver o sofrimento dos meus parentes aqui, no distrito de Pari-Cachoeira, e tanto no distrito como nos outros distritos, não é?, porque eu vinha subindo nas comunidades, conversando com as lideranças. Então é isso, gente, porque a gente está cansado já, sendo usados.

Então eu digo, fora ISA! A gente tem que trocar os diretores da Foirn, gente. É melhor a gente trocar. Estamos cansados já, porque eles já vêm usando o nosso nome há anos. São 36 anos de existência da Foirn aqui no Alto Rio Negro. Quem fundou essa Foirn foram os meus pais, meus tios, meus irmãos maiores, que estão vivos ainda. Infelizmente, só Pedro Machado, que foi a óbito. Então é isso, gente. Isso que eu quero colocar aqui. Então, fora ISA daqui do Município de São Gabriel da Cachoeira! E a gente tem que trocar a diretoria da Foirn. Estamos cansados, gente. Estamos cansados, por isso que estamos pedindo socorro para os senhores. Então é isso.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ao pessoal de Taracará, obrigado, Jocimara Bosco Brandão, que é muito responsável pela nossa vinda, por essa organização.

Eu agradeço mais uma vez, Jocimara.

Do Taracará nós temos José Lucas, João Pedro, Romival e Marilene. Dois poderiam vir aqui? Desses quatro? Tá bom. Então temos aqui o Lucas e o outro? João Pedro, Romival e Marilene. *(Pausa.)*

Só o João Pedro. Então, depois do Lucas, teremos o João Pedro.

O SR. JOSÉ LUCAS LEMOS DUARTE (Para expor.) – Senhores, autoridades, boa tarde. Excelência, com muita satisfação, encontramos vocês aqui, enfim, dentro do tempo almejado. Nós estamos aqui, Sr. Senador.

Eu me represento, sou liderança nata, não preciso de votos, eu sou original de Taracará, onde estamos sofrendo por causa de várias situações, muitas das vezes, não oriundas dos nossos parceiros ou dos nossos parentes, mas sim, muitas das vezes, vindas de umas ONGs que estão aqui dentro da nossa região.

Não precisamos mais estar submissos, alienados às ONGs que pertencem a essa região, dizendo que estão fazendo o bem para a população indígena. Em nenhum momento vejo, de fato, acontecer o bem-estar, o bem-viver e a sustentabilidade pregada há anos, há 36 anos.

Antes, nós éramos tutelados pela Funai, passou a categoria para missionários, depois vieram as ONGs. Quando é que nós teremos, de verdade, a liberdade própria de gerir o nosso território, tirar as nossas riquezas e parar com essa figura de índio pedinte? Nós somos ricos aqui na Amazônia.

Temos medicinas tradicionais, temos nióbio, ouro, diamante, nós temos várias riquezas dentro da região e ainda argumentam, falam que você não pode... Mantenha a sua cultura! Manter cultura não é manter a miserabilidade, gente!

Então, perante as autoridades aqui presentes de Brasília, Senadores, o Presidente da CPI, de coração, eu quero que tomem uma atitude, que o Brasil seja, de fato, comandado pelos nossos brasileiros, e não estrangeiros... Células com... Querendo situações, se criar, para poder usufruir da ingenuidade dos indígenas.

Hoje somos estudados, antes a gente era tutelado. Hoje nós queremos comandar o nosso território. Para tanto, Sr. Senador, não queremos mais ONGs dentro da nossa região. Nós queremos andar com nossa própria perna, apoiados pelo Senado Federal, pelo Presidente da República, enfim, trazendo projetos, programas que possam de fato ver o nosso indígena com autossuficiência, porque somos cidadãos brasileiros. Somos também, de tudo, de tudo, naturais dessa região. E por que hoje nós temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ficar submissos à ONG, não podendo tirar, matar o seu peixinho para poder sobreviver? Hoje nós estamos aqui na pendenga, precisando de auxílio e Bolsa Família, enquanto nós poderíamos estar adicionando à economia do país, no petróleo, nos minérios, na natureza que nós temos aqui – assim, adicionando à economia do país.

Hoje estamos elencando, pedindo socorro ao Senado Federal por causa disso. Agradeço porque está aí o Exército Brasileiro, as Filhas de Maria Auxiliadora e as lideranças presentes, que, com certeza, estão com o mesmo objetivo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Temos, por Taracúá ainda, João Pedro da Silva. O João Pedro da Silva, de Taracúá, veio...

Eu queria que, quando começasse a falar, desse só o nome e de onde veio, para que o Brasil tome conhecimento... Eu queria, por curiosidade, para matar a curiosidade do brasileiro... Por exemplo, quem veio de Taracúá para nos ver e falar conosco, quantos dias, quantas horas, sei lá, se passaram pra chegar aqui? Eu gostaria dessa informação, que é para o brasileiro entender que, quando se fala de Amazônia, a gente não fala em horas, a gente fala em dias.

E vocês que vieram aqui... Tem aqui gente que veio, eu acho... Os kuripacos; até 14 dias para poder chegar aqui. Os banfuas levaram mais de uma semana. Então, seria importante a gente dizer isso pro Brasil tomar conhecimento do quanto vocês estão ávidos, de quanta indignação toma conta de vocês, o que dá motivo para fazer essa viagem para conversar conosco, com Chico Rodrigues, com Marcio Bittar e comigo, que representamos o Senado Federal aqui.

Então, com a palavra, João Pedro da Silva, de Taracúá.

João Pedro, eu queria só que você dissesse quantos dias levou para chegar aqui.

O SR. JOÃO PEDRO DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Então, eu me chamo João Pedro da Silva, desana, sou líder da minha comunidade. Vim aqui representar dez comunidades do Baixo Rio Uaupés. Fica lá embaixo, para quem conhece.

Até chegar aqui da minha casa, eu embarquei 2h da madrugada, subimos... E tive que voltar... Dependendo do rio, teria que voltar para Taracúá. A gente veio de barco. A gente acabou chegando de voadeira. A gente levou quase três dias e meio, e aqui chegamos ontem. Eu sou de mais perto. Tenho parentes que são de mais longe, não é?

Então, eu estou aqui, em primeiro lugar, querendo pedir a Deus por esta oportunidade que eu esperei há muito tempo. Eu nunca pensei que eu estaria aqui, diante dos Senadores. São governos que estão aqui para nos ouvir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito tempo, estamos passando a situação que nós... Quando fundamos a federação de indígenas foi exatamente para a melhoria de qualidade das populações indígenas. Isso, na minha conta, há 36 anos. Não se vê a mudança de qualidade de vida, principalmente, eu do Baixo Rio Uaupés – não mudou nada até hoje.

Então, por isso, eu, João Pedro, Sr. Senador, estou aqui para dizer ao senhor... E eu estou cansado de ver meus parentes, que estavam nos representando, da federação, sendo manipulados pela instituição ISA. Isso me dói, eu fico triste quando eu acho isso. Não é só neste ano, mas 36 anos que ele está aí. O senhor também confirmou.

Então, estou aqui também para confirmar o que falaram – estou aqui. Então, eu estou cansado. Eu solicito aos senhores, porque o Governo tem esse poder de destituir essa instituição ISA e talvez também os diretores da Foirn e os seus funcionários, porque ninguém pode sobrar. Se sobrar, o veneno vai ficar, e a gente não quer. Quer destituição por completo.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. João Pedro da Silva...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, digo só para comentar. Dez dias e meio para chegar aqui para nos ver, para poder desabafar. É importante. Este é um dos trabalhos que o Marcio, que o Chico Rodrigues, que nós temos feito: levar para o Brasil o recado.

Se nada disso pudesse surtir efeito – e vai surtir –, só desabafar, levar o desabafo de vocês ao Brasil, ao conhecimento do brasileiro, é necessário, porque, se depender dessas ONGs, se depender da Foirn e do ISA, vocês continuarão invisíveis. Este é um dos nossos trabalhos: dar visibilidade verdadeiramente a quem merece e a quem precisa.

Eu tenho aqui... Me permitam o Chico e o Marcio, porque nós tínhamos a emenda para Taracará, que era uma emenda de R\$350 mil, para construir um pavilhão de artesanato em Taracará. Foi um pedido acho que do Lucas. O dinheiro saiu, a licitação foi feita, a empresa ganhou. Aí veio a covid. Quando acabou a covid, a empresa simplesmente disse que não ia mais fazer, porque o dinheiro não dava, e o dinheiro foi perdido. Então, esse compromisso nosso continua com Taracará. Nós vamos, de alguma forma, poder ajudar individualmente.

Do pessoal do Rio Içana, nós temos aqui o Sílvia Benjamin, o Sergio Camico, o Pedro Luciano, o Amarildo e o Januario. O Sílvia me mostrou, ele quer ler uma carta, e essa carta vai tomar o tempo de todo o pessoal. Eu pergunto se a turma concorda com isso, o pessoal do Içana. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoal do Içana, que ele leia a carta, então, em nome de vocês.

O SR. SÍLVIO BENJAMIN (Para expor.) – Boa tarde, parentes e a comitiva do Senador Plínio Valério, Presidente da CPI. Boa tarde a todos.

Bem, eu me chamo Sílvio Benjamin, etnia banfua. Eu sou natural de Castelo Branco, do Médio Rio Içana.

Então, como o Senador já falou, eu vou pedir um tempo para uma leitura aqui de um parágrafo, só para ficar ciente, para ficar de acordo com a nossa fala aqui e conforme as falas dos pares que já foram feitas aqui.

Bem, a carta vai ser entregue, e peço aos senhores que assinem a lista que eu dei para a Jocimara rodar aí, para ter peso a nossa carta aqui.

Então, a carta é a seguinte... Eu consultei algumas lideranças que passaram no movimento indígena. A gente não é contra o nosso movimento, mas a gente quer transparência do nosso movimento indígena. Por isso, fizemos esta carta, para apresentar agora, na sessão da CPI que está acontecendo aqui, na nossa comunidade do Distrito de Pari-Cachoeira:

Vimos mais uma vez nós povos indígenas, residente na Terra Indígena do Alto Rio Negro de 23 grupos étnicos 700 aldeias, 50 mil indígena em nome da Constituição Federal de 1988 artigo 231 e 232, Lei 6001 de 73 e Convenção 169 da OIT. Para a seguranças, autonomia, autodeterminação e bem viver das nossas crianças, jovens, agricultores, pescadores e indígena de fato que ainda residem nas comunidades Indígena, queremos dar o nosso depoimento na CPI das ONGs. Queremos nesta CPI relatar algumas violações sofrida por parte das ONGs que defende seu Interesses individuais e unilateralista, como é o caso das ONGs instalada em São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, FOIRN e ISA. Consideramos que a FOIRN EXERCEU o seu papel como organização de defesa dos direitos dos povos indígenas desde 1987 até 2012. Não podemos deixar de nós reconhecer grandes lideranças e suas personalidades políticas como: (Álvaro tucano, Pedro Garcia. Domingos Barreto, Gersen Baniwa, Erivaldo Cruz, Orlando Melgueiro, Max Miliano, Abraão França, Bras França, Renato Matos, Luiz Brasão, Pedro Machado e Irineu Baniwa) essa liderança tinha personalidades, autoridade, humildade, [...] [criatividade] e qualidade como lideranças Indígena, eles estavam preocupado com a (educação indígena, saúde indígena, defesa da terra, cultura, língua, implementação de política pública do governo municipal, estadual e federal, discussão avançada de ensino superior indígena, projeto de sustentabilidade, segurança alimentar e outros meios de bem viver que as comunidades indígenas almejavam). Portanto, tudo isso está praticamente e politicamente estagnado pela atual diretoria da foirn, todos as lutas construída, pensada, discutida e planejada pelo povos indígena do Rio Negro, atualmente está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente dizimado pela atual diretoria da FOIRN, em conjunto com ISA, essas ideologia pararam de andar foirn construí outro modelo de ideologia monopolista, utilizado pelo senhores feudais "DONOS DE TERRAS" logo após o período da colonização dos Indígena na costa litoral brasileira, no período de grande hegemonização do indígenas para serem tratados de (canibal, sem religião, sem língua, sem cultura, analfabeto, preguiçoso precisa se de alguém para guia-lo ou poder representa-lo) então toda discussão produtiva, criativa e protagonista da foirn foram mudada pela nova diretoria, que até hoje é a mesma diretoria a 12 anos, foirn perdeu toda a sua essência política e representatividade, nas quais está posta nesse depoimento.

O texto continua, mas vou entregar para o Presidente da CPMI, Plínio Valério, agora.

Então, eu agradeço a oportunidade como representante do Médio Içana presente aqui. Não é fácil pra chegar, a gente gasta seis dias para estar aqui no Distrito de Pari-Cachoeira.

Muito obrigado à Comissão presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós já conhecemos o Sílvio há algum tempo. A Comunidade Castelo Branco tenta a sua cooperativa, que é um direito de vocês povos indígenas a cavarem a terra que é de vocês, que dizem que é de vocês. Ele vem encontrando dificuldades. Então, com a ajuda de Chico Rodrigues e do Marcio Bittar, nós conseguimos colocar internet lá e levar também um gerador de energia. E, agora, Sílvio, ontem, saiu o pagamento do barco de vocês, viu? Agora, já podem verdadeiramente comprar o barco. E o Chico, o Marcio e eu nos colocamos sempre à disposição de vocês para ajudar de alguma forma para amenizar esse sofrimento.

Eu aproveito que nós estamos aqui com o Sílvio, que é baníua... Se vocês conhecem esta Associação Indígena da Bacia do Içana, que, em 2021, recebeu R\$150 mil para fazer um projeto de artesanato e pimenta, galpão, capacitação e equipamentos... Alguns dos baníuas conhecem essa associação e sabiam que receberam R\$150 mil?

O SR. SÍLVIO BENJAMIN – Na verdade, eu conheço a associação, mas eu não tenho conhecimento da verba que chegou lá... Nessa associação dos povos... Pertence lá ao Médio Rio Içana...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sílvio, o teu povo içana... Alguma coisa desse dinheiro também vocês viram, sentiram? A construção de um galpão? Curso eu sei que eles fazem muito, seminário fazem demais. Eles vendem a Pimenta Baniwa, o ISA vende a Pimenta Baniwa. Eu não sei se é disso... Se você não tem conhecimento, eles estão usando a associação para enriquecer cada vez mais. Você tem alguma coisa nesse sentido?

O SR. SÍLVIO BENJAMIN – Eu conheço a associação, mas eu não tenho conhecimento sobre "enriquecimento"... De projeto de Pimenta Baniwa, artesanato... Eu não tenho conhecimento nesse caso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A carta está recebida, Sílvio. Nós vamos, sim, colocar nos documentos da CPI.

Pessoal, do Alto Içana, o Tuli Melício da Silva. É kuripako o Tuli, já conheci, já conversei um pouco com ele. E teríamos também uma outra pessoa do Alto Içana, que pode ser de Deilton, Jaime, Olindo ou Hemerson, um desses aí.

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA – Boa tarde, meu nome é Tuli Melício da Silva e sou representante do povo kuripako. Neste momento, a gente veio de muito longe, gastei 14 dias até para São Gabriel. De lá, gastei mais seis dias com o pessoal. Já foi muito bom, porque venho de barco de madeira.

Então, é o seguinte: o objetivo de vir para cá... Historicamente, a gente tem essa opção de trabalhar com o pessoal que vem do estado, mas, infelizmente, a gente leva 30 anos no nosso município, que está pregando só assembleias, e essas assembleias falsificadas que levam 30 anos. E mais, que ele falava parte da capacitação de líderes. Eu pergunto: quanto a gente tem de líderes capacitados, formados em várias categorias? Eu... Da minha parte, lá na minha área, a gente não tem nada. Não sei se vocês têm.

Para eles, vieram fazendo as inscrições inexatas, que praticamente eles fazem, divulgam o nosso nome fora, identificando que eles são indígenas, mas eles não são indígenas, não, parentes. Então, para eles, são bons.

E, nesse caso aí, a gente já sabe ler e escrever. Ontem eu falava tanto que, nesses 30 anos, a gente fala em autonomia, e nunca chegaram a ser autônomas as nossas comunidades. Então, espero, aqui na frente, que já foram... Como vulgarmente vou falar, já roubaram o nosso dinheiro que veio em cima de nós. E, aqui na frente, a gente vai ter que trabalhar sozinho.

A gente já tem que parar firme na frente desse pessoal que está ali, fazendo como se tivesse um boneco para a gente. Fica aí, não fala nada e não faça nada. Se a gente apresenta algum projeto para desenvolvimento alternativo que tanto falam – que tanto falam –, que pregam aí de sustentabilidade, ele não está sustentando nada para a gente. A gente que sustenta a nossa família, nossas comunidades e nossas lideranças.

Então, isso... É bom que você perguntou aos baniúas. Se tivesse o nome do kuripako ali, aí estaria falando mal deles. Não está o nome do kuripako nessa lista ali, mas, quando você perguntou aos baniúas o que é Pimenta Baniwa... Quando eu fui professor na Escola Baniwa Kuripako – eu fui professor lá –, a gente colocava dessa forma para a gente poder ter autonomia de cada escola indígena, mas infelizmente quem foi que aproveitou? Aproveitou foi o ISA, levando nossos conteúdos, nossos parceiros para ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder buscar seu dinheiro. Então, agora, neste momento, o ISA está divulgando o nome da Pimenta Baniwa para ser feita lá na Irlanda. Tipo uma...

Como é que a gente chama isso? Ah, uma cerveja. Não sei quantos milhões que está dando por isso. E para os baníuas? Nada.

Ademais, a cesta básica típica, que a gente mais combina no artesanato, eles estão divulgando que eles pagam pouco, mas lá fora está em R\$187 cada um balaio de 82cm. Mas lá quem faz isso é o ISA.

O.k.?

Muito obrigado.

Então, neste momento, já vou entregar o documento para o Senador. Ao mesmo tempo, o pessoal vai entregar alguns símbolos para ele poder levar como lembrança. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho uma pergunta a fazer para o Tuli.

Parabéns, Tuli! Parabéns pela sua luta!

Nesses anos todos, Tuli, a você, que já é professor, acompanha e é pioneiro no movimento indígena, eu pergunto aqui – e claramente para que o brasileiro que está nos vendo agora possa saber a verdade, se fez ou se não fez –, nessa tua longa vida aqui no Alto Rio Negro, o que foi de positivo que o ISA fez aqui? O que o ISA fazia por aqui ou deixou de fazer? O que eles fazem muito ou fazem pouco?

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA – Praticamente, ele tem uma estratégia muito grande, porque, primeiro, ele consulta e depois faz um documento; em cima disso faz um projeto sem consultar com os povos, mas ele prega um projeto. Quando já vem tudo constituído, então de um aumento não apresenta resultado para o povo. É isso o que eles fazem.

Agora, faz parte que ele faz muito bonito para ele, porque com esse dinheiro que ele faz, ele tem bacana vida, bacana carro, tudo, e entra que a gente não tem nada.

Isso me preocupa. E, ademais, as comunidades ficam sofrendo. É grão viver, que eles dizem: para eles somos bons, ganham bom dinheiro em cima do nosso conhecimento. Ademais, identificam como parte do nosso povo.

E o que me dói mais, é que, quando a gente apresenta um projeto, aí ele tem que passar por mão deles. Então, isso acho que não acontece: em nenhuma lei se fala que tem que passar por meio disso, não é? Quem são autônomos são os capitães, as comunidades de um grupo étnico que querem trabalhar sozinho.

E isso que eu posso dizer para ti. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Tuli.

Marcio, Chico Rodrigues, está aí: o Tuli acaba de nos revelar que a Pimenta Baniwa é fabricada na Holanda...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não, fabricada aqui e vendida na Holanda

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Fabricada aqui e vendida na Holanda, a preços caríssimos, não é? É isso, Tuli?

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Para fabricar uma cerveja lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para fabricar uma cerveja com o nome Baniwa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah sim, uma cerveja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

Você vê a exploração que há não só do conhecimento, mas se apropriam do nome da etnia.

E o Tuli falou já, nos bastidores, com o Chico Rodrigues, comigo e o Marcio sobre a necessidade dos kuripakos, que nós, certamente, particularmente, sem terem nada a ver com a CPI, vamos ajudar, assim como toda e qualquer comunidade que nos reivindicar.

Deilton, Jaime, Olindo ou Hemerson? Qual deles falaria?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim! Desculpe-me, Tuli.

O Tuli tem uma lembrança para nos entregar aqui. Eu agradeço.

Tuli, sob sugestão aqui, vamos deixar assim que acabar aqui, aí a gente pega no fim. Sob sugestão aqui, já já, daqui a pouco.

Tem o Deilton, o Jaime, o Olindo e o Hemerson. Qual desses aqui vai falar? Qual é? Deilton Camico. É isso mesmo, Deilton?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEILTON CAMICO (Para expor.) – Então, primeiramente, boa tarde a todos.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DEILTON CAMICO – Então, primeiramente, gostaria de cumprimentar a mesa das autoridades, os nossos Excelentíssimos Senadores de Brasília, que nos representam na CPI.

Então, senhores, eu gostaria de me apresentar, eu me chamo Deilton Camico, eu sou da etnia kuripako. Para a gente poder estar aqui não é fácil, não é fácil para a gente poder estar aqui. Durante a viagem que a gente fez, para a gente poder estar aqui, foi uma viagem muito longa e difícil, mas graças a Deus estamos aqui para revelar e falar o que está acontecendo, sobre a nossa realidade das nossas comunidades.

Então, Sr. Senador Plínio e os demais Senadores, hoje eu venho aqui para pedir socorro para o meu povo kuripako, que está sofrendo por esses problemas que vimos enfrentando. Então, sobre as ONGs, sobre quem estamos vindo falar aqui, a gente mora perto da cidade, a gente mora quase em frente à cidade, nós; está ali o Tuli Melício que sabe onde é; o Olindo e os demais que vieram comigo. Então, o ISA é localizado quase em frente à praia, e a Foirn é a mesma coisa. Não gasta menos de três litros de gasolina para chegar lá no posto do ISA. Então, mais o ISA, que é socioambiental, nunca chegou lá. Vou dizer logo a verdade. Nunca chegou lá, e a nossa comunidade, que está localizada lá, o que ajuda às vezes é a prefeitura e a brigada – agradeço ali também ao General Nilton Diniz, que está presente aqui nesse exato momento –, que dá o apoio, não de muita coisa, mas naquilo que a gente precisa. Mas as ONGs, onde a gente é organizado pela Foirn, lá é uma terra demarcada, conforme no mapa, e desde já a Foirn lá... A única fonte de ajuda que a Foirn deu, infelizmente eu não trouxe, porque a gente veio nas pressas; era uma plaquinha, pessoal, uma plaquinha aqui desse tamanho. É o que eu costumo dizer para os nossos parentes lá, kuripako: Uma plaquinha dessa aqui não liga, não deve ligar a comunidade inteira de 24 famílias.

Então, lá é de difícil acesso, lá não tem internet, não tem escola, não tem energia, gerador, não tem nada, pessoal! Então, de tanto dinheiro que a gente está ouvindo, infelizmente a gente não recebe assim ajuda dessas ONGs.

Então, senhoras e senhores, Srs. Senadores, pedimos socorro, para que vocês possam dar um suporte para nós, uma melhoria, para que vocês possam nos reconhecer também, porque não é muito longe da cidade – não é muito longe da cidade, pessoal! Imagina os povos tukano, hupda, os demais parentes que são domiciliados aqui na calha do Rio Tiquié, Uaupés, Rio Negro, Alto Içana, Baixo Içana; imagina só a cultura que eles vêm sofrendo lá, se no nosso nome está lá a ajuda do ISA, está lá a ajuda da Foirn.

Pessoal, então, para mim, isso já chega.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço socorro aqui para o nosso Senador Plínio, para que ele possa nos atender e entender sobre essa questão do que estamos sofrendo com o nosso povo kuripako, não somente o povo kuripako, mas todos os povos indígenas aqui dessa região da Amazônia.

Muito obrigado. Essa é a minha palavra.

Agradeço a todos os Exmos. Senadores.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deilton.

O seu pedido de socorro, que o Brasil está vendo agora, certamente vai ser ouvido, se não por todos que nos veem, pelo menos por esses três Senadores que aqui estão e pelos Senadores que compõem a CPI.

Pessoal do Alto Rio Negro, nós temos três; dois vão falar: Jesus dos Santos, Rafael Antônio Yarumari e Maurício Garcia Alvarado – dois desses três.

Quem? (*Pausa.*)

Jesus dos Santos, representando a etnia do Alto Rio Negro.

O SR. JESUS DOS SANTOS (Para expor.) – Então, boa tarde, parentes.

Eu sou do Alto Rio Negro, eu sou baré. Eu vim do Distrito de Cucuí para representar o nosso povo baré.

Eu quero também agradecer aos Senadores que vieram para ouvir a gente. Plínio Valério e demais Senadores, muito obrigado por terem vindo nos ouvir aqui em Pari-Cachoeira. Nós também viemos de longe.

Então, Senador, nós praticamente vamos ler uma carta de repúdio sobre as ONGs – só isso que nós vamos fazer e comentar bem pequenininho. Então, eu vou ler a carta de repúdio:

Carta de repúdio do Alto Rio Negro.

Ao Exmo. Senador Plínio Valério, Presidente da Comissão da CPI das ONGs.

Nós lideranças [...] da Calha do Rio Negro pertencentes ao Alto Rio Negro, fronteira Brasil, Venezuela e Colômbia. Viemos através desta carta repudiar e denunciar o que as ONGs fazem nessa região onde moramos, somos representantes dos povos: Baré, Werekena, Baniwa.

O nosso repúdio é sobre Consulta Prévia imposta pela Foirn e ISA, a razão é que sentimos presos sem liberdade de elaborar Projetos que de fato [...] [vão] desenvolver as nossas Comunidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Repudiamos também o acordo de convivência imposta pela Foirn e ISA;

[Então, lá, parentes, tudo nós temos que agora ser consultado, por isso que nós estamos repudiando aqui. Repudiamos também o acordo de convivência imposta pela Foirn e ISA – estou repetindo. Mas vai outro]

- Repudiamos também a intercooperação técnica entre Funai, Foirn e ISA. [Eu acho que a Funai não deve ficar contratando pessoas do ISA para ajudar lá, porque nós já temos muitos parentes formados que podem fazer esse trabalho que a Funai faz. Então, não precisamos mais do ISA. Isso que nós pensamos, nós do Rio Negro.]

[Outro:]

- Repudiamos também a Criação do Projeto de Turismo na nossa região, imposta pela Foirn/ISA, e jamais queremos, [...] [jamais vamos querer turismo] não queremos passar, como o povo do Rio Marié, com turismo de pesca esportiva. [Então, nós não aceitamos essa pesca esportiva nessa região, porque a gente vê que outros que vão mandar, a gente tem que depois obedecer. Então, a gente não concorda com esse turismo.]

[Outro repúdio:]

- Não queremos assessoria do ISA nas nossas eleições e outras decisões da Foirn.

[Tipo, na nossa região, quem manda na mesa é o pessoal do ISA, e eles que vão ver a diretoria ser eleita, eles que falam na mente das pessoas lá: "Não, esse daqui pode, esse daqui não pode". Então, isso nós não queremos na nossa região, Srs. Senadores. Então, o ISA está manipulando o nosso povo na verdade. Então, nós fizemos repúdio contra isso também. Não queremos assessoria do ISA nas nossas eleições e em outras decisões da Foirn, estou repetindo.]

- Outrossim informamos que queremos ser livres desimpedidos, para poder usar as nossas terras que pertencem a nós milenarmente [há milênios de anos] conforme a nossa Tradição e Cultura e conforme as nossas decisões. Queremos que retirem definitivamente o ISA, pois a sigla é Instituto Socioambiental [...] [aí que tem uma palavra meio pesada, mas é a sigla. Para nós significa hoje o ISA] Índio Sendo Assaltado.

Então, nós também estamos a favor que o ISA se retire da nossa região, do Alto Rio Negro ou de forma geral, de todo o Município de São Gabriel da Cachoeira.

Então, até aí, muito obrigado, Srs. Senadores. Aqui está a minha carta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estou recebendo aqui, das mãos do Jesus dos Santos, uma carta de repúdio. E aqui cabe uma explicação. Obrigado pela solidariedade mesmo, porque a CPI precisa disso.

O que é que eles fizeram? O que é que eles fizeram? A nova Coordenadora da Funai aqui, Dadá Baniwa, mandou mensagem para lideranças, para alguns indígenas, professores, cobrando a resposta se eles concordavam ou não com a nossa vinda aqui, ou seja, uma forma sutil de pressionar. Paralelo a isso,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um professor passou em algumas casas colhendo assinaturas, e assinando sem saber o que era, manipulados, nessa carta dizendo que vocês não nos queriam aqui. E a gente abortou, porque recebemos dez vídeos convidando, 94 assinaturas, reafirmando o convite aqui. Por isso que nós, da CPI, e particularmente aqui, por estarmos presentes aqui, o Chico Rodrigues, o Marcio Bittar e eu agradecemos muito, Jesus – viu? –, essa carta aí de repúdio do Alto Rio Negro a essa gente que tenta manipular, continuar manipulando vocês. E é muito salutar, é muito bonito, é muito empolgante saber que todos que aqui estão é para dizer uma coisa só: não concordam mais em ser tutelados, em ser usados pela Foirn e pelo ISA. Isso é muito bonito. Isso já valeu a nossa viagem até aqui.

Quem vai falar é o Rafael Antônio ou o Maurício Garcia? É um dos dois. Rafael Antônio ou Maurício Garcia, não... *(Pausa.)*

Maurício Garcia Alvarado, do Alto Rio Negro, é o último dos que vão falar agora nesse minuto, e, depois, nós vamos, então, à fala dos nossos Senadores.

O SR. MAURÍCIO GARCIA ALVARADO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Pra quem não me conhece, meu nome é Maurício Garcia Alvarado. Eu venho lá do Alto Rio Negro. Então, pra bem dizer, eu recebi convite com o nossos amados irmãos aí...

Particularmente, eu vim resolver sobre essas ONGs de que nós estamos ouvindo todas as situações. Dentro da nossa comunidade, a ISA... Eu não conheço essa instituição, só tem o nome. Parte do Foirn... Como aquele irmão lá acabou de falar, nós recebemos uma lamparina desse tamanhinho pra cinco famílias.

Em 2017, nós recebemos um radiofonia, sem controlador. Disse que ia conseguir pra gente controlar daqui um tempo, mas acabamos ficando sem nada agora. Todas as coisas que nós estamos ouvindo, dinheiro... Pra onde que vai? Pra não acontecer mais dessa forma dentro da nossa comunidade, só tem projetos, cabe nosso nome. Todas as coisas pra gente não depender...

Por isso, eu venho pedir com o Senador Plínio Valério pra ver nossa situação, levantar alguma atitude pra gente poder ficar por dentro, tá bom?

É só isso que eu tenho pra dizer.

Agradeço a oportunidade.

Tenha uma boa-tarde e até o próximo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nós estamos recebendo aqui, de forma oficial, uma carta de repúdio às ONGs presentes na região do Alto Rio Negro.

Nós estamos pedindo permissão – o Marcio Bittar aqui, como Relator desta CPI, pedindo permissão... Eu acho que foi o Jesus que falou que o ISA quer dizer "índio sendo assaltado". Eu, particularmente, e o Marcio vamos usar isso aí no nosso discurso, porque realmente combina muito bem. Hoje estamos pedindo permissão aí, viu, Jesus? ISA: "índio sendo assaltado". Está muito legal isso.

Só agradecendo aqui àqueles que compareceram, que iriam falar e não falaram. Vou citar o nome aqui só como homenagem: Rosamira Cordeiro Pedrosa, Domingos Sávio Neves Brandão, José Maria Barreto, Rafael Miguel Prado, Otávio Bruno Neves, Antenor Resende, Luiz Lana, Miguel de Souza Batista – estavam inscritos pra falar, de Pari Cachoeira –, e o Sérgio Augusto, o Bernardino, Abraão Marinho e Celestino Azevedo. Muito obrigado pela compreensão.

Pessoal de Taracuá, que não foi ouvido: Romival Pádua e Marilene Ferreira. Obrigado também por terem vindo de tão longe para contactar conosco.

Do Rio Içana: o Pedro Luciano, Amarildo da Silva, o Januário Hemílio.

Do Alto Içana, o Sérgio falou... Do Alto Içana: Tuli Melício da Silva. Não, o Tuli falou e o Deilton. Não falaram: Jaime Camico, Olindo da Silva e Hemerson Bernardo.

Do Alto Rio Negro: o Maurício Garcia Alvarado.

Quero agradecer a cada um de vocês que está aqui, cujo nome a gente não lê, a gente não sabe, mas o nome não importa para nós. O que importa para a gente é vir aqui e olhar, frente a frente, cara a cara e, feliz da vida, poder confirmar o que vocês nos dizem à distância e podem nos dizer de tão perto, o quanto mal essa gente causa a vocês.

Com a palavra, o Relator da nossa CPI, Senador Marcio Bittar, que representa o Estado do Acre.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, pessoal, mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês. Agora já é boa tarde: boa tarde a todos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu quero agradecer a vocês e parabenizá-los. Como disse aqui o Senador Plínio Valério, aqui tem três Senadores da Amazônia – está aqui também o Chico Rodrigues, do Estado de Roraima, um estado cujo Governador só pode administrar 7% do território, porque o resto está tudo tomado –, então, eu quero agradecer a vocês e parabenizá-los pela coragem, porque, mesmo nós, que somos Senadores, sabemos a pressão e o poder que têm essas ONGs, que não deveriam chamar-se ONGs, porque elas não são não governamentais, elas são misturadas com governos estrangeiros que não querem o nosso bem. A guerra que elas representam é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, travestida de preocupação ambiental. Então, para nós, que somos Senadores, sofremos pressão nos estados da gente, na mídia nacional, em que quase não se vê falar do trabalho da ONG proposta pelo Senador Plínio Valério, há um boicote geral.

Eles estão nas mídias, nas grandes mídias, eles estão nas universidades, eles fazem cooptação de jornalistas, porque há o Estado do Acre. Você precisa fazer uma estrada que liga uma região do Acre ao Peru, porque senão não há o que plantar para vender em lugar nenhum. E aí jornalistas do mesmo estado, professores universitários, passam toda a semana falando mal da estrada, que a estrada vai acabar com a floresta, que a estrada vai trazer a droga. A droga já entrou – e, quando não tem estrada, não pode ter polícia –, a droga já entrou na Amazônia, o narcotráfico entrou na Amazônia! E o que é difícil combater é porque não tem emprego, é porque não tem condições para o Exército nem para a Polícia Federal guardar nossas fronteiras. Então, eles fazem cooptação nas universidades, na mídia; fazem cooptação nas aldeias indígenas. É verdade ou não é?

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Em toda a Amazônia! Eles pegam alguns índios do Acre, de Roraima, do Pará, do Amazonas, e aí esses passam a ter uma outra vida: andam pelo mundo afora, vivem em outro planeta, mas isso é por uma razão, é para que esses parentes, como vocês mencionaram aqui, possam falar o que essas ONGs querem que eles falem, que é para dizer lá fora que a vida aqui está boa e que nós é que somos os intrusos.

Então, esta CPI nasceu da persistência do Senador Plínio Valério. Ele passou quatro anos lutando para que ela fosse criada, foi criada agora este ano, já no quinto ano do nosso mandato, com o meu apoio, com o apoio do Chico Rodrigues, mas, se não fosse a persistência dele, ela não existiria.

E qual é o nosso desafio? E hoje aqui é um dia muito importante, é mostrar para o Brasil que tem coisa muito errada, mas muito errada na criação e na forma como eles fizeram as terras indígenas.

Meus irmãos, lá nos Estados Unidos tem reserva, mas os índios de lá são, de fato, donos da terra. Até cassino, se eles quiserem colocar, eles podem colocar; se quiserem fazer hidrelétrica, podem fazer, é deles. Mas aqui vocês estão confirmando as nossas suspeitas: eles querem o índio vivendo no tempo do passado. Eles vão ajudar, eles vão contribuir, desde que os índios aceitem não querer progredir.

O que é progredir? Vocês disseram aqui: quem é que não quer uma estrada? Nós, que conhecemos a Amazônia, sabemos: como é que você tira um filho doente de uma comunidade que está a um dia, dois, três, cinco, dez de um posto de saúde? Como é que você leva a merenda escolar? Quando tem escola. Mas, quando tem escola, como é que você leva uma merenda para colocar numa escola que fica a uma hora, duas horas, um dia, dois dias, três da beira de um rio, quando o rio é navegável. Quem é que não quer uma luz? Quem é que não quer um refrigerador? Mas não, eles querem manter essa, que eu chamo, nova escravidão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pessoal que financia essas ONGs são os países e as famílias mais ricas do mundo. Não é do Brasil; são a família Rockefeller, bilionária; a família Ford, mancomunados com países milionários, como a Alemanha, como a Noruega, como o Reino Unido. Eles que financiam. Sabe quanto é que o ISA – o Plínio falou aqui, só de um pedaço –, mas sabe quanto foi que o ISA, ou esse ISA, recebeu em dois anos agora, 2021 e 2022, não é isso: 2021 e 2022? Foram R\$137 milhões! Isso aqui é uma informação, não é opinião. Desses 137 milhões, mais de 80% veio de fora. E por que é que eles querem dar dinheiro para o ISA? Para eles nos manterem assim. Agora, está certo isso? Olhem a Ministra do Meio Ambiente. Ela também tem uma ONG.

Eu estava lendo aqui na viagem esse Plano de Gestão Territorial e Ambiental, feito por eles, por essa entidade aí que se diz falar em nome dos índios, e pelo ISA. Aqui, no meio disso aqui tudo, aparece também o Ipam, que é a ONG da Ministra Marina Silva. Sabem quem é o Secretário-Geral, o segundo cargo mais importante do Ministério do Meio Ambiente? João Paulo Capobianco. Ele é o Secretário-Executivo da Ministra Marina Silva. Sabem quem é João Paulo Capobianco? É o criador do ISA. Ele é o criador do ISA. Então, vocês confirmam aqui hoje que isso está errado. Não é possível nós, brasileiros, amazônidas, sermos proibidos... Eu escutei aqui: nós não podemos tirar madeira. Aqui são 8 milhões de hectares – me corrija, Antônio, se eu estiver errado. Se se pudesse tirar a madeira em rotação, mil hectares por ano, acho que dariam 80 ou 800 anos. Se vocês pudessem tirar mil hectares de madeira por ano, dariam 800 anos. Mas não pode, porque na prática não tem licença; quando tem a licença, não tem a estrada, e sem a estrada você não tem como fazer.

Então, nós não podemos tirar madeira, nós não podemos fazer hidrelétrica, nós não podemos plantar soja, nós não podemos tirar nióbio, nós não podemos tirar ouro, mas a tia Marina vai recompensar a gente, vai dar R\$200 por mês para cada família. Isso é dinheiro? Quer dizer que a gente abre mão das fortunas que tem na Amazônia para que alguns recebam R\$200? Será que ela não sabe quanto custa a gasolina aqui na Amazônia? O sujeito, se tiver que ir e for muito longe, gasta os 200 na ida, já não serve mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Quinze reais. No Acre, meu estado, não chega a 15, mas tem lugar que chega a 11. É porque lá é menor um pouco do que o tamanho desse estado.

Então, meus irmãos, eu quero terminar dizendo que isso está errado. Isso não está certo. Não é possível o Brasil continuar assim. E eu sonho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, se a pessoa tiver que sair para onde ela for receber, se for meio longe, já foi embora. Quer dizer, eu ouvi aqui um de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês dizendo... Quer dizer, nós, vocês moram em cima desse tesouro da humanidade para viverem pobres?

E outra coisa que eu queria dizer a vocês para terminar. É uma opinião minha. Eles vivem dizendo que nós aqui temos uma biodiversidade fantástica, não é? Só que nós temos que lembrar o seguinte... Falou aqui da pimenta, como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Baniwa. Só que temos que nos lembrar de uma coisa. Eu vou repetir o que um amigo meu, que foi Deputado Federal comigo, na primeira vez, Grandão, já morreu... Ele era agrônomo. Ele me disse uma vez o seguinte: Marcio, se você me der a planta e me der todas as condições, eu vou reproduzir o que você quiser, em qualquer lugar do mundo.

Então, meus irmãos – claro que é uma opinião minha –, a minha opinião é que nós devemos parar com a ilusão de que vão descobrir produto na floresta, na biodiversidade e isso nos tornará ricos. Sabem por quê? Porque, assim como aconteceu com a borracha, um inglês – como lembrou o Plínio um dia desses –, um inglês veio aqui, há mais de 150 anos, pegou 700 carcos, levou embora; fizeram laboratório lá na Inglaterra – essa mesma que não quer que a gente cresça; está preocupada com a riqueza dela para não ter concorrência – e produziram na Malásia.

Eu lembro quando se falava no meu estado, que é o estado da Marina Silva, que foi, agora, embora para São Paulo, porque lá não se elege mais... O estado dela não dá mais voto para ela. Foi ser eleita agora em São Paulo. Eu lembro quando ela dizia o seguinte: "Mexa com...". Como é que fala, aquela coisa que pinta? Coral? Não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Urucum. Urucum está sendo produzido na Bahia.

Eu lembro lá, no meu estado, quando essa mesma turma dizia para não mexer com boi, com planta, com nada disso: "Vamos mexer com açaí". Açaí dá em qualquer lugar do Brasil. Descubrem uma planta medicinal. Vocês acham que a Alemanha, que os Estados Unidos, que a Inglaterra, que são milionários e que não querem a nossa riqueza, não levam para lá? E lá vão até o Sul do país! E na hora em que descobrem aqui a pimenta, seja lá o que for... Outro dia estavam falando do... Como se fala aquilo que dá lá nos ianomâmis e que estão vendendo também? Cogumelo ianomâmi. Aquilo ali a pessoa pega e vai plantar no Sul do país, vai colher no Sul do país. E aí nós não temos estrada, não temos energia, tudo para chegar aqui muito mais caro...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus irmãos, a minha esperança é que essa iniciativa do Plínio mostre para uma parte do Brasil que isso está errado. Estão tomando a Amazônia do brasileiro a troco de migalha, a troco de esmola. Isso é uma vergonha para quem é brasileiro. Eu tenho vergonha. (*Palmas.*)

Eu disse um dia desses: eu tenho vergonha, como brasileiro, de ouvir, às vezes, políticos que dizem que o Brasil tem que preservar a mata toda em pé, embora aqui tenha 28 milhões de pessoas, que nos tornamos a região mais pobre do Brasil, mas com isso eles não estão preocupados. Se nós não temos água, se nós não temos esgoto, se nós não temos saúde, se não tem emprego para os nossos jovens, que estão se perdendo no mundo das drogas, com isso eles não estão preocupados. Tem que deixar a mata em pé.

E aí me dá vergonha quando eles dizem que isso é porque nós temos que preservar a nossa imagem lá fora. Lá fora para quem? Para a Alemanha, que está queimando carvão e que não pede satisfação e nem dá satisfação para ninguém? Para os Estados Unidos, onde o Barack Obama mandou tirar petróleo no Alasca e não perguntou para ninguém se podia ou não podia? Para a Inglaterra, que é menor, é pouco maior do que o estado que o meu amigo Chico Rodrigues representa? O Reino Unido é um pouquinho maior do que Roraima e joga mais CO₂ na atmosfera do que o Brasil inteiro. Nós temos que ter a imagem perante eles? Isso é vassalagem. Como diz o Plínio – eu vou encerrar –, é gente que aceita ser colonizado de outra forma, e as ONGs são o braço desse povo, nos colonizando de uma maneira diferente, mas nos colonizando.

Como brasileiro, eu não sou índio nem moro na aldeia, mas eu me sinto, como brasileiro, assaltado. E aí, quando disse aqui uma liderança indígena que o ISA, para eles, representa o quê? "Índio Sendo Assaltado". Eu, como brasileiro, venho dizendo que o maior assalto da história do Brasil de todos os tempos é o assalto que essas ONGs, a serviço de países estrangeiros, fizeram na Amazônia. E a minha esperança é que, ao término dessa CPI, a gente já tenha criado a consciência numa parte do Brasil que não tem e poder reformular leis no Congresso Nacional que devolvam parte da soberania da Amazônia que nós perdemos.

Parabéns a vocês! Muito obrigado, fiquem com Deus, e até uma outra oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Após ouvirmos o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e vocês veem que não é à toa que ele é o Relator da CPI, porque, assim como vocês, como nós, como o Chico, como eu, vibra... A capacidade de se indignar, graças a Deus, não morreu em todos nós. Por isso ele é Relator desta CPI.

Com a palavra o nosso amigo, Senador de Roraima, que conhece como ninguém esse sofrimento, porque Roraima é um dos estados mais sofridos. Tanto quanto essa região de vocês aqui, lá também eles são amordaçados por essas ONGs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

(Manifestação da plateia.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Graças a Deus, nós estamos aqui nessa missão, nesta audiência pública, acompanhando esse verdadeiro missionário da Amazônia, que é o colega, Senador da República do Estado do Amazonas, Plínio Valério, e, tão importante quanto o nosso companheiro Plínio Valério, que acabou de se pronunciar de uma forma veemente, de uma forma determinada, de uma forma corajosa, mas, acima de tudo, de uma forma patriótica, o nosso colega do Acre, Marcio Bittar.

E, minha gente, eu, pelo estilo mais silencioso, mais observador, mas não menos informado e não menos ativo nessa luta no nosso país, nós entendemos que, como Senadores da República, a Câmara Alta da política brasileira, o Senado tem a obrigação de defender as grandes questões nacionais. E, obviamente, quando se trata de Amazônia, essa questão é uma questão extremamente recorrente, importante e atual, porque nós vivemos... Por todos os relatos que foram feitos aqui, por tudo que nós acompanhamos, é necessário que haja um poder que limite, sobre essas decisões, muitas vezes antipatrióticas, esses abusos praticados contra a cidadania nacional.

E os índios, os milhares de indígenas, que, segundo o Censo de 2023, já ultrapassam 1 milhão de brasileiros, têm uma importância não apenas histórica, porque as histórias vão passando pelas páginas dos livros e do tempo... Você olha no retrovisor e vê, exatamente, desde o descobrimento – se assim queremos apenas ter como ponto de referência –, mas, nos dias de hoje também, os índios sempre foram e continuam sendo utilizados como massa de manobra, para defender interesses que não são os de vocês.

Eu diria até, quando eu vejo como falava o Lucas... Um litro de gasolina, que custa 5, R\$6, em Manaus, e aqui custa 15 ou mais... Se não tiver de jeito nenhum, o cara vai cobrar até 20 ou 30, se não tiver. É ou não é, minha gente? *(Pausa.)* A dificuldade que vocês têm, porque as estradas da floresta serpenteiam através dos rios, dos igarapés, dos igapós, dos furos, pois é praticamente no caminho das águas que, na verdade, vocês se deslocam.

E tem a dificuldade de não verem as suas demandas atendidas.

No nosso estado, por exemplo, como foi dito aqui pelos meus colegas Senadores, o estado tem menos de 10% do seu território de 222 milhões de hectares disponíveis para atividade econômica. Inclusive, nas áreas indígenas, os profitem de produzir. Campos naturais imensos, riquíssimos...

E os incentivos são dificultados para que o índio não se emancipe, não se desenvolva. Eu tenho certeza de que não tem um de vocês aqui que não quer ver o seu filho... Vocês não tiveram – os mais velhos como nós – oportunidade de ter um computador pra estudar, mas vocês querem o filho de vocês





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com computador na mão pra aprenderem, navegarem no espaço e evoluírem como os brancos. Eu quero ver qual jovem, garoto... Minha neta de seis anos de idade não quer mais uma boneca, mas quer um celular. Vocês também, o filho de vocês também quer um celular. E só tem celular se tiver dinheiro, e só tem dinheiro se tiver produção, e só tem produção se o Estado não impedir que vocês se desenvolvam.

Portanto, a gente está acompanhando de uma forma muito cuidadosa, porque nós entendemos que o Congresso Nacional, o Senado da República tem uma obrigação gigantesca. Nós passamos pelos nossos mandatos, mas o Brasil, a sua história, o seu desenvolvimento e a sua importância geopolítica, geoestratégica no mundo existem. Ponto final! Nós somos detentores das reservas minerais mais ricas do planeta, da biodiversidade que dá o remédio para que nós possamos viver, da abundância da água de que o mundo já reclama a escassez.

Portanto, quando eu vejo alguns comentários aqui... E eu vou citar alguns que eu tive o cuidado de anotar pra ver exatamente o que vocês dizem, o que vocês falam aqui, no Amazonas, aqui em Pari-Cachoeira... São os mesmos comentários que eu ouço no Brasil inteiro, onde as comunidades indígenas estão.

E dizia o José Lucas: "Manter cultura não é manter a miserabilidade dos povos indígenas". Claro que você está falando absolutamente a verdade! Manter a cultura... A cultura existe – ela está na alma de vocês! –, mas não pode conviver com a miserabilidade.

"Não queremos ONGs nas nossas áreas, somos cidadãos brasileiros, não podemos ser submissos". Palavras de vocês. Ninguém está induzindo aqui. Nenhum dos três Senadores está induzindo absolutamente nada. Nós estamos apenas em uma Comissão externa da CPI. (*Palmas.*)

Disse aqui o João Pedro, do Taracúá, da comunidade Taracúá: "Estamos pedindo socorro ao Congresso brasileiro". Olha que responsabilidade enorme nossa.

São 513 Deputados da República. Vocês, de uma forma absolutamente espontânea, fazem esse grito de alerta para o Congresso Nacional, principalmente para o Senado da República. Nunca pensaram que estariam sendo ouvidos pelos Senadores para falar dos lamentos: "Estamos cansados de ver os parentes manipulados por organizações não governamentais". Tudo anotado e gravado aqui pela TV Senado.

E tenho certeza, Plínio, de que o eco, a repercussão, mesmo contra parte dos veículos de comunicação, chegará até os ouvidos das pessoas, porque agora, com as redes sociais, a internet é irrefreável, é necessária, é fundamental.

Portanto, eu quero dizer para vocês que a presença brasileira na Amazônia, também através das nossas Forças Armadas – do Exército, da Marinha, da Aeronáutica –, é uma forma de manter a nossa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberania, vivificando as nossas fronteiras, ajudando o povo, a comunidade, facilitando a vida de cada um de vocês.

Portanto, meus caros colegas, Senador Marcio Bittar, Senador Plínio Valério, quero agradecer a oportunidade de compor esta Comissão, porque vejo, como qualquer brasileiro, mas principalmente na função de Senador, que esse nosso papel é vital para que nós possamos, na verdade, ser responsáveis pelo futuro deste país, que já começou. O futuro do Brasil não começa amanhã, não. O futuro do Brasil começa hoje, como em uma reunião simples como esta, com um calor danado aqui – eu estou suando até pelo pescoço; vocês, da mesma forma –, mas estão latejando no coração de cada um de nós sugestões que vão ser apresentadas pelo Relator, que vão ser votadas na Comissão, para que, de forma sugestiva, o Governo Federal acorde e veja a importância que essas comunidades têm e representam para o nosso país.

Esperamos que a comunidade do Pari-Cachoeira e de toda essa região gigantesca da nossa Amazônia possa ter os frutos colhidos em breve pelas ações que poderão ser desencadeadas – e que certamente serão desencadeadas – por esta Comissão no Senado da República.

Muito obrigado a todos vocês e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito bom, Chico. Obrigado.

Nós estamos chegando ao final e vou deixar claro aqui para vocês que o que vocês falaram e nos disseram, embora não seja surpresa para nós, mas é comovente – ouvir de cada um de vocês as queixas, reclamações, lamentações e acusações a quem está sempre usando vocês. A gente percebe, ao longo do tempo de nossas vidas, o quanto nos roubam, e roubam mais vocês. Levam o conhecimento que vocês têm de seus antepassados, levam as plantas, levam os animais, roubam o minério, negam saúde, educação e transporte para vocês. Mas é muito bonito saber e comprovar que, de todos que aqui estão, nenhum está de cocar, nenhum está pintado para a guerra – não tem ninguém aqui –, mas nem por isso vocês são menos índios. Continuam sendo índios, indígenas a nos dizer que roubam quase tudo de vocês, porque uma coisa só não roubam, não roubaram e não vão roubar porque vocês disseram isto aqui, agora: a dignidade. (*Palmas.*)

A dignidade de um povo que não tolera mais, não quer mais ser tutelado. Vocês estão dizendo isso, e nós estamos ecoando para o Brasil, para que você, brasileiro e brasileira, saiba que eles não querem mais tutela. Está aqui, está provado, Chico! Está aqui, está provado, Marcio! Nós viemos a mais de 1.000km de distância para ouvir isso aqui.

Sobre os nossos ombros vai pesar, sim, a responsabilidade de alguma forma socorrer vocês. O que pode ser material vai ser socorrido. O que pode ser amenizado vai ser dado. Agora, a liberdade vai demorar um pouco. A liberdade depende do que vocês fazem, do que nós possamos fazer, e juntos nós possamos lutar contra essa gente que enriquece, vive de forma nababesca à custa de vocês. Eles não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem reuniões em lugares fechados e calorentos, como disse o Chico; fazem em Nova York, fazem em Dubai, fazem em Londres, fazem em Paris, ganhando diária. Isso a gente já mostrou para o Brasil.

E, como nós somos daqueles, assim como vocês... Repito que, embora não estejam pintados para a guerra, nem com cocar, sabem tanto quanto nós que a história não perdoa aqueles que fogem do campo de batalha. Vocês não fugiram e estão nos dizendo que jamais vão fugir, e nós também. Essa garantia nós podemos dar a vocês, se não em nome de todo o Senado, mas em nome de uma Comissão e de alguns companheiros que não se arregam nunca, que estão em luta.

E nós vamos entrar para a história, sim. Nós, que eu digo, todos nós: indígenas, mestiços, pardos, negros, índios. Vamos entrar para a história, se não como herói, como deveríamos entrar por lutar por resistir, mas certamente não vamos entrar para a história como vilões, como bandidos, porque eles nos querem vilões e bandidos. Colocam nos meus ombros, do Chico, do Marcio e de vocês a responsabilidade de salvar o planeta, dizendo que não se pode extrair o ouro, o nióbio, o diamante, que não se pode fazer estradas, que isso tudo tem que ser guardado para as futuras gerações – gerações deles, e não as nossas. As nossas sofrem no dia a dia por falta de assistência social, saúde e de tudo.

Esse grito vai ficar.

Essa sessão foi transmitida direto, e a gente agradece aqui ao pessoal da TV Senado, que se dispôs nessa viagem; ao General Nilton Diniz Rodrigues, que nos recebeu com tanta cortesia. (*Palmas.*)

Ao batalhão que nos acompanhou, e a cada um de vocês. Se pudesse, eu olharia de pertinho cada um; até mesmo aquele que está com a camisa do Flamengo também, eu iria dar um abraço nele. Brincadeira, irmão.

A cada um de vocês, se eu pudesse olhar, agradecer, dar o nome, abraçar, agradecer por essa garra... Até aqueles que pensam que não estão fazendo nada, estão fazendo muito, porque vieram aqui, para dizer para nós o que o Brasil precisa e tem que ouvir! O que esses canalhas e hipócritas não dizem! Pelo contrário, sempre dizem que vocês não querem.

E o Marcio chamava a minha atenção hoje: É engraçado, eles sempre querem convencer os indígenas de que não precisam, não querem, não querem... Mas eles é que têm que dizer isso! E não vocês que devem dizer.

Portanto, àqueles que colaboraram para essa vinda até aqui, a Aeronáutica, o Ministério da Defesa... Até a Funai, até a Funai, que quis dificultar, nos encorajou mais ainda de vir. Tornou para nós um desafio o vir. O que era uma visita se tornou um desafio, Brandão, de vir até aqui, porque a Funai colocou empecilhos.

Portanto, fica aqui a palavra. E eu falo em nome de toda a CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contem conosco, e nós contamos com vocês! Não pensem que por estarem pedindo a nós, pedindo socorro, pedindo algo, não pensem que vocês não estão nos dando, vocês estão nos dando muito mais. Vocês pedem a nós, e nós ao mesmo tempo aprendemos com o pedido de vocês. Esse pedido é um alerta, é um sacode, é pegar nos nossos ombros e dizer: "Sacuda, Senador! Nós estamos aqui pedindo socorro, tutelados, manipulados, usados por esses canalhas das ONGs! Por esses canalhas que, pela força do dinheiro, dominam o Brasil!". Porque amar os brasileiros...

Hoje o Brasil é dominado, e o mundo é dominado por quem tem dinheiro. E quem tem dinheiro joga na mão das ONGs para fazer o trabalho sujo, que é para isolar vocês, que é para não deixar vocês usarem as riquezas que possuem, para não cavar um buraco na terra que dizem que é de vocês.

Outra mentira! Se a terra é de vocês, por que vocês não podem cavar, plantar, colher, vender? Por que não há um documento para ir no cartório, para o financiamento? É uma enganação. Eles dizem que a terra é de vocês, para ludibriar e para enganar.

Fica aqui, portanto... E me desculpem. A CPI não é lugar para a gente falar tão alto, mas é muito difícil. O Marcio e o Chico experimentaram isso. Muito difícil manter a calma, manter a lucidez diante do que vocês nos disseram.

Muito obrigado, vocês nos deram muito mais do que nós possamos dar a vocês. Vamos sair daqui com o compromisso de luta, de companheirismo. E, repetindo, jamais fugindo do campo de batalha. A história não vai nos condenar! Nós não somos covardes! (*Palmas.*)

É difícil, porque o cerimonial diz que eu tenho que dizer: Nada mais a discutir... Quando tem tanto a discutir. Mas a sessão tem que ter começo e fim. Então, eu vou dizer que nada mais há a votar, a gente vai encerrar, mas tem sim, a gente vai continuar nossa luta sim. Ela é demorada.

E eu ousar dizer: talvez Lucas, talvez Sílvio, talvez Tuli, talvez Brandão, não seja... Para nós, com certeza não é; talvez não seja para os nossos filhos; mas os netos, que vão nos substituir, certamente poderão respirar esse ar de liberdade que hoje nos falta, mas que haverá porque nós vamos continuar lutando. Estamos juntos!

Cumpro agora o protocolo.

Nada mais havendo a tratar, a gente declara encerrada esta sessão de hoje.

Muito obrigado a vocês, ao povo de São Gabriel. (*Palmas.*)

(Iniciada às 12 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e doze minutos do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Esperidião Amin, Augusta Brito, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Mauro Carvalho Junior e Fernando Dueire, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luiz Carlos Molion, em atendimento ao requerimento 30/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/05>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Luiz Carlos Molion, conforme Requerimento nº 30, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Mas, antes de chamar o nosso convidado, saudando o nosso Relator Marcio Bittar, nosso amigo Marcio Bittar, e os Senadores que nos acompanham, antes, Marcio, de chamar o nosso convidado, permitam-me fazer um breve relatório da nossa ida a São Gabriel da Cachoeira, Pari-Cachoeira, que teve um objetivo específico que era de conversar pra ver se eles conheciam o Instituto Socioambiental, o que o Instituto Socioambiental fez por lá. É um relatório pequeno, que me permitam ler.

Sr. Relator, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em nossa diligência a Pari-Cachoeira, extremamente proveitosa, diga-se de passagem – o Marcio pode confirmar isso –, constatamos que o Instituto Socioambiental (ISA) arrecadou 12 milhões de uma única fonte para um plano de gestão do Alto Rio Negro.

O ISA é a ONG que mais opera na região, e os próprios indígenas com os quais falamos consideram uma espécie de capitania hereditária do ISA lá, o local que eles consideram capitania hereditária do ISA.

A ONG afirma ter consultado 50 indígenas da região, mas, durante a diligência da CPI Pari-Cachoeira, todos, pelo menos aqueles com quem nós estávamos conversando, que estavam presentes, negaram ter se manifestado perante o ISA, assim como dizem não ter conhecimento de assinaturas em qualquer documento e como desconhecem qualquer investimento realizado.

Podemos, porém, acessar as contas do ISA – está no portal –, nos dois últimos anos, trabalho de portes enviado pela equipe técnica da CPI das ONGs.

Na conta de receitas 2022, o ISA aponta o seguinte: recursos naturais, R\$5.326.959; estrangeiras – eu vou arredondar –, 58,5 milhões; vendas de produtos e serviços, 234 mil; financeiras, 3,414 milhões; há ainda rubricas outras, no valor de dois milhões e pouco, em que mais da metade desse valor é composto por doações de pessoas jurídicas. O total de receita, portanto, chega a R\$69,549 milhões. Em conclusão, o ISA arrecadou, no ano passado, quase 70 milhões.

Já entre as despesas – e aqui é interessante –: pessoal, 27 milhões – eu estou arredondando ou para baixo ou para cima, tá bom? –; diárias, 4 milhões; viagens e deslocamentos, 5 milhões; material de consumo, quase 9 milhões. Constata-se, portanto, que a atividade meio, ou seja, com ela própria, o ISA gastou R\$45,770 milhões.

Ou seja: no mínimo, dois terços da verba que a ONG manipula são gastos em atividade meio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há as rubricas: serviços de terceiros pessoa física, com gastos de 714 mil, e serviços de terceiros pessoa jurídica, 14 milhões – 14 milhões; lá é mil e aqui, milhões –, ao que se pode somar a rubrica: repasses para organizações parceiras, 2,471 milhões, a organizações parceiras, imaginem! Quem serão esses terceiros? É a pergunta que fica. E quem serão organizações parceiras? Tudo isso pode-se somar aos gastos consigo próprios, que assim passariam de R\$61 milhões.

Enfim, constam entre os gastos, tributos e tarifas, R\$2 milhões, o que também pode representar atividade meio. Tudo isso reforça a necessidade de se obter mais esclarecimento não só do Instituto Socioambiental, mas também de outras entidades que operam dentro de parâmetros semelhantes.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, isso nos dá já a ideia de algum projeto que possamos apresentar lá no final ao nosso amigo Senador Marcio como sugestão.

A gente até anotou, mas, como vamos apresentar no final, Marcio, alteração de leis, depois a gente vai sugerir já no lá no final.

E agora, com imagens, a gente quer mostrar para vocês também imagem da nossa visita. Eu pediria aí... Aqui no nosso roteiro são os vídeos 5, 6, 1 e 3, tá bom? Pode ser até na ordem. Eu acho que não preciso explicar nada em cima dos vídeos. Seria o 5, o vídeo 5, que está no nosso roteiro; depois, o 6 no nosso roteiro, o 1 e o 3. Todos dizem respeito à nossa visita lá em Cachoeira.

Podemos mostrar os vídeos agora?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Libere o outro.

Temos o vídeo 6, tá bom?

Veja aí o vídeo 6, por favor, porque é uma coisa completando a outra.

O vídeo 6, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Esse é um índio kuripako. O detalhe, brasileiro, brasileira: esse indígena que está falando, Tole, levou 14 dias – ele e alguns companheiros – para vir lá do rio deles. Ele é da etnia kuripako. Catorze dias para chegar até Pari-Cachoeira para falar com o Marcio, com o Chico Rodrigues e comigo! Para você ver... E a gente acha que tem dificuldade. Catorze dias, para reclamar! Algumas etnias, algumas outras etnias levaram 10 e 7 dias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o vídeo nº 1.

Esse indígena aqui é tucano, é de Pari-Cachoeira, o do vídeo 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – É isso que vocês estão vendo aí, os índios dizendo. Não foram forçados a nada, induzidos a nada, como fez o IBGE, mas contando. Repito, esse kuripako aí levou 14 dias para chegar até Pari-Cachoeira para falar conosco.

E, por último, antes de chamar o nosso convidado agora, nós vamos mostrar a diferença que tem entre a casa de uma família indígena e a sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira. É o vídeo nº 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Pois é, eis aí a realidade de certas etnias do Alto Rio Negro, porque são muitas etnias. E compareceram conosco, pelo menos, entre cinco e seis etnias para reclamar e mostrar a sua realidade. E cabe a nós, em nome de todos os Senadores e Senadoras, fazer algo por essa gente.

Esta CPI está mostrando ao Brasil a realidade. Noutra etapa, vamos começar a ouvir essas ONGs.

Uma só desculpa, mas eu estou dando satisfação aos Senadores que estão aí na CPI: ontem, o voo em que eu iria, da Latam, chegou a Manaus com uma hora de atraso; embarcamos assim mesmo. Após 1 hora e 30 minutos, dentro do avião, nos convidaram a sair, e o avião não seguiria viagem. Não teve como mais eu chegar a Brasília. Por isso que a gente está aqui, no sistema remoto.

Vamos, então, ao nosso convidado.

Luiz Carlos Molion possui graduação em Física pela Universidade de São Paulo em 1969. É PhD em Meteorologia na Universidade de Wisconsin, em 1975; pós-doutorado em Hidrologia de Florestas. Foi, por muitos anos, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Diretor da área de Ciências Espaciais e Atmosféricas, em 1985, e Diretor-Associado, em 1996, ano em que coordenou o projeto de pesquisa sobre a Amazônia em parceria com cientistas da NASA. Foi Diretor da Fundação para Estudos Avançados no Trópico Úmido, em Manaus, professor-palestrante convidado à Western Michigan University, de 15 a 30 de janeiro do 2001, e delegado do Brasil da 15ª Região da Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial, em 2010. É Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas.

Peço à Secretaria que conduza o Luiz Carlos Molion para compor a nossa mesa e agradeço pela disposição, pela disponibilidade, Professor, de ter aceitado o nosso convite e compartilhado conosco o seu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. Portanto, é de uma conduta, de conhecimento... de uma conduta ilibada, de puro conhecimento, que vai nos expor.

O senhor dispõe do tempo que quiser, até 50, 60 minutos, Professor. Fique muito à vontade. O senhor é nosso convidado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Sim, Marcio. Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só uma breve apresentação aqui.

Bem, primeiro eu quero agradecer à Senadora Damares; muito obrigado pela sua presença. Quero agradecer a presença do Líder, Ministro, ex-Ministro... Dos dois ex-Ministros. Senador Rogerio, muito obrigado pela presença. O Senador Mauro, que veio do Mato Grosso especificamente para este encontro, para esta sessão. Muito obrigado. Senador Izalci... Aliás, fomos colegas – eu, Izalci e Rogerio – como Deputados Federais e agora aqui, no Senado da República. Eu quero agradecer a presença de vocês, dos quatro. Muito nos honram.

O Senador Plínio Valério, nosso Presidente, já justificou: estava no aeroporto ontem, ficou horas, até que foi informado que o voo foi cancelado.

Queria apenas acrescentar sobre a visita que fizemos lá em São Gabriel. Não sei se alguém lembra, mas o relatório do ISA, o plano de gestão territorial e ambiental mencionou umas 30 pessoas que ele haveria consultado, que teriam participado da elaboração do plano de gestão. E é interessante, porque essa mesma turma... Eles dizem da autonomia dos povos indígenas, que os índios são os povos originários, que eles, de fato, é que têm o poder sobre a terra. No entanto, na hora de fazer a gestão da área indígena, é o ISA que faz, não são os índios. O Senador Plínio disse isso aqui, no vídeo, e ele me pediu, na ocasião, para ler, e eu li os nomes das 30, três ou quatro dezenas de pessoas que o ISA nomeou, dizendo que foram as pessoas ouvidas, consultadas, e nenhum deles estava presente. Quer dizer... Além de não estar presente, ninguém se identificou, o que é estranho, porque, se não tem nada errado, por que as pessoas que o ISA diz que foram consultadas, por que nenhuma delas se fez presente? O que nós ouvimos como justificativa é que basicamente todas elas são pessoas que fazem parte da estrutura ou do Estado, órgãos aparelhados como a Funai, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, ou do próprio ISA. Mas o fato é que nenhuma delas, que teria sido consultada, estava lá.

Outra coisa que chamou a atenção – e aí não sou como o Rogerio que é tão estudioso, mas fui lendo a viagem inteira, confesso que embrulhou o estômago –, o relatório do ISA. E é interessante, porque eles tiram do município, tiram de alguns estados, de alguns municípios, às vezes 90% da área –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por coincidência, onde tem minério, onde tem terras férteis – eles retiram. Além disso, quem fica lá dentro, no caso reserva indígena, na prática está proibido de explorar a sua área. Na prática, estão proibidos disso. Portanto, passam por seríssimas dificuldades. E o que é interessante? O interessante é que, na hora de fazer a proposta para enfrentar as dificuldades, aí o ISA, sem cerimônia, põe a conta para a prefeitura, põe a conta para o governo do Estado.

É assim, a produção indígena... No caso do relatório do ISA, que a gente leu, fala da produção. E, claro, que se não pode fazer um roçado, se não pode transformar um pedaço daquela área no agronegócio, então vai faltar. Então, basicamente, é mandioca, farinha de mandioca, farinha de tapioca, que é da mesma raiz. E o que falta ele vai comprar na cidade. E aquilo vem embalado em sacos plásticos. Aí gera problema do lixo. Bom, aí o problema do lixo ele identifica, o ISA identifica o problema, mas aí põe na conta da prefeitura. Aquela prefeitura que perdeu 90%, aquele município que perdeu 90% da sua área, que não tem onde produzir, o ISA põe na conta dela fazer o aterro sanitário, para resolver o problema que eles criaram.

Aí – Senadores Rogerio, Mauro, Damares –, Bolsa Família. Interessante que precisa, e eu quero dar a conta certa – não é que é a certa, a completa. O ISA recebeu, em dois anos, R\$137 milhões, dos quais, mais de 80% vieram de fora. Quem paga, manda. Nós vamos ouvir o Dr. Molion, e, entre outras coisas, nós vamos constatar que só tem dinheiro para defender essas teses, não tem dinheiro para defender outras teses. O financiamento é para isso, ele é casado.

Bom, aí ele constata o que nós da Amazônia, ou quem pensa sobre a Amazônia, já sabe de cor e salteado. A distância para o índio ir receber o Bolsa Família é quilométrica. Não se mede por minuto, se mede por dias. O Plínio falou, e eu estava lá, teve lideranças que, para chegar à reunião, gastaram 14 dias. Então, essas pessoas vão retirar o Bolsa Família de dois a três meses, porque senão não compensa. A gasolina, no lugar em que nós fomos, já estava custando R\$15 o litro.

Bom, aí o ISA constata que o Bolsa Família para a comunidade indígena sofre esse problema. Bom, como é que se resolve o problema? A Grã-Bretanha vai pagar? A Alemanha vai pagar? Os Estados Unidos pagarão? Não. Aí o ISA sugere, sem a maior cerimônia do mundo, que o Estado brasileiro, na cabeça deles, assim, despercebidamente, tem que corrigir essa falha. E aí tem que fazer um Bolsa Família diferenciado.

Chegam ao ponto de sugerir, no relatório deles, a instalação de agência bancária nas aldeias e dizem o seguinte: "Bom, mas aí tem que ter atendentes que falem a língua indígena". Bom, no local em que nós estávamos tinha índios de várias comunidades, de várias etnias. Tinha... se não tivesse, estava perto de dez línguas. Mas quem vai bancar isso? É o Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então esse é o relatório do ISA. Ele chega a constatações óbvias, chega a problemas que não precisa nem andar dentro pra você saber. E aí a saída: o Estado brasileiro, aquele que ele surrupiou, aquele de que ele tirou riqueza, é quem tem que pagar pela ausência de atividade econômica.

Bom, eu queria apenas, com a permissão de todos, assistir a um vídeo de um comunicador, o Ratinho, para ver como, coincidentemente, ele está dizendo – é um grande comunicador – exatamente aquilo que a Comissão vem afirmando.

O vídeo está no ponto? (*Pausa.*)

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, é um comunicador, palavras dele, né? Com o conteúdo, eu concordo 100%.

Vou passar a palavra ao Presidente Plínio, da Comissão, em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio... Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Só um minutinho, irmão, porque a gente agora acaba de entrar no ar. A TV Senado está transmitindo direto, está bom?

Deixa eu só fazer uma apresentação para quem entrou agora pela TV Senado possa nos acompanhar e dizer quem é o nosso convidado. Você pode até dizer, Marcio, ler um pouco aí sobre o nosso convidado, que agora a gente acaba de estar ao vivo na TV Senado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, eu quero agradecer a lembrança do Senador Plínio. Quero também lembrar que aqui na plateia está também o Cacique Raimundo Guajajara, Presidente do Conselho Supremo dos Caciques do Brasil. Muito obrigado pela presença. Luciene também se faz presente. Enfim, representantes de vários povos indígenas. E a breve apresentação: quando... (*Pausa.*)

Não precisa.

Quando o Império Britânico ruiu no século passado, de certa forma eles criaram uma nova forma de colonizar, e mais sutil, e foi através das ONGs. Já em parceria com os Estados Unidos, criaram essas ONGs, controlam através do Banco Mundial, do FMI, do BID, controlam o financiamento, e através do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento, eles pressionam países a criar reserva, a ampliar reservas. É uma forma mais sutil, mas é de domínio. É por isso que o Senador Plínio chama de neocolonialismo.

Essas ONGs que eles financiam não passam por eleição, não passam por fiscalização dos tribunais de contas como nós passamos, como qualquer prefeitura passa, não têm ministérios públicos na cola. Então, essa é uma nova forma de dominar. E aí, claro, entraram outros países também nessa parada.

Só que eles não tinham como dizer ao mundo os seus verdadeiros interesses, que é uma guerra econômica. E aí criaram, na questão ambiental, o grande álibi. E para que ganhasse apoio popular, começaram a dizer que o homem está modificando o clima do planeta, o homem seria responsável pelas mudanças climáticas, e nós estamos perto do fim do mundo. Esse medo do fim do mundo, esse medo de que a comida, a terra, o petróleo não vão dar para todo mundo, de que nós vamos entrar em profunda escassez, criou o clima favorável para a lavagem cerebral que veio em seguida.

Bom, e por que eu imputo a maior relevância – e foi por isso que eu convidei e insisti na presença de colegas, mesmo numa semana de um grande feriado que tem agora, Sete de Setembro, mas vários colegas nos prestigiam –, por que eu imputo a presença do Prof. Molion como algo fundamental para o objetivo desta Comissão. Por quê? Porque ele vem colocar aqueles que não estão dogmatizados – o Professor cientista de ponta do Brasil, reconhecido no mundo –, ele vem questionar essa base em cima da qual fizeram tudo o que estão fazendo.

Quantos mitos foram criados? A Amazônia ia se desertificar, esqueceram disso; depois a Amazônia era o pulmão do mundo, esqueceram disso; agora a Amazônia produz chuva, se nós mexermos na Amazônia, vai faltar chuva no Nordeste; até o mito de que a água pode acabar. Eu disse a um colega, Senador da República, em 2019, que das poucas aulas que eu me lembrava, uma delas era da água, o ciclo natural dela, ela não acaba. Você pode poluir, mas ela não acaba, ela está aí o tempo inteiro.

Então, como a base da argumentação dessas ONGs, desse movimento internacional, é de que é o homem o responsável pela mudança do clima do planeta, é importante que a gente ouça alguém que vai, no mínimo, colocar dúvida, repito, àqueles que ainda não estão dogmatizados.

Então eu quero agradecer muito a presença do Prof. Molion, que já esteve viajando e conhece muito bem a Amazônia.

Quero passar a palavra para o Professor, agradecendo a sua presença.

O senhor tem o tempo...

Só antes, Senador Mauro, eu fui informado de que nós não temos quórum hoje para aprovar os requerimentos. Então nós vamos registrá-lo. Está dada entrada ao requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Mauro propõe uma diligência externa lá no Mato Grosso, o que eu acho fundamental para nós vermos de perto a experiência que confirma a afirmação de que os índios não mandam verdadeiramente na reserva indígena, tanto que lá eles têm a experiência de uma iniciativa da comunidade que arrendou e depois eles próprios ensinaram os seus jovens. Então eles hoje produzem 10, 15 mil hectares de soja; e, como resposta, esse mesmo movimento entrou na Justiça e tem um monte de denúncias, um monte de multas. Então é, de fato, um local fundamental para a gente visitar e constatar que, de fato, a terra não é dos índios. O que a gente ouve lá aonde nós fomos é que eles estão cansados de ser segregados, eles estão cansados de ser tutelados. E a palavra que eu mais ouvi é que eles estão cansados de ser segregados.

Prof. Molion, é um prazer tê-lo aqui.

Passo a palavra ao senhor pelo tempo que desejar.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcio Bittar, por essa oportunidade de trazer algo que já chega a 50 anos.

A minha tese de doutorado, na Universidade de Wisconsin, foi exatamente tratando desse problema e de como o desmatamento afetaria o clima regional e o clima global. Isso porque, na época, o Governo tinha decidido abrir as estradas Perimetral Norte e a Transamazônica, e nós sabíamos historicamente que, quando você abre estrada, você facilita o desmatamento. Então este foi o motivo da minha tese: tentar entender como é que a floresta interagia na região e com o clima global.

Depois, exatamente há 40 anos, em agosto de 1983, trouxe os meus colegas ingleses e colocamos uma torre de 45m de altura, pela primeira vez, numa floresta tropical, para realmente medir o que estava acontecendo, porque só havia o disse que disse: "Acho que é isso. Acho que é aquilo". Nós colocamos então a torre de 45m na Reserva Florestal Ducke, que está lá até hoje. Obviamente não tem mais a instrumentação que nós usávamos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – ... que era uma instrumentação sofisticada. E geramos uma base de dados que foi fantástica e que depois passou a ser utilizada por todas as pessoas que fazem modelagem de clima como representativo da nossa região.

Com isso, eu quero dizer o seguinte: nesse aspeto de clima, de hidrologia da Amazônia, eu já tenho alguns anos rodados, e já fizemos muitos experimentos, inclusive com a NASA, em 1986, 1987. E o testemunho que eu vou dar aqui é simplesmente o que nós sabemos sobre a Amazônia e o que é fantasia.

Vamos lá, então.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, vamos começar com uma história geológica para vocês entenderem exatamente o que é a Amazônia.

Não, passa. Passa. Por favor. Não está passando.

No início...

Mais um.

No início, então, vocês...

Pulou um. Volta um. Mais um. Não, volta. Vai em frente. Vai em frente. Vai. Segundo. Mais um.

Então, vocês veem aí a situação alguns milhões de anos atrás, em que a África, o continente africano, estava se afastando da América do Sul e ali onde é o Acre hoje e parte da Bolívia na realidade era um mar mediterrâneo.

Segue.

Então, ao longo dos milhões de anos, começando aqui à esquerda, em cima, vocês percebem claramente que a costa nordeste do Brasil encaixa perfeitamente na África, indicando que, há 250 milhões de anos, esses continentes estavam todos juntos. E, a partir daí, 80 milhões de anos atrás, 66, 55 milhões de anos atrás, a placa da América do Sul começou a vir para o oeste, enquanto a placa da África se afastava para leste.

Naquele momento não existiam os Andes. O ar entrava úmido do Atlântico e passava direto para o Pacífico. A vegetação, provavelmente, que existia, pelos estudos paleoclimáticos, era uma vegetação do tipo Cerrado, porque era um período que tinha três meses de chuva e o restante debaixo da radiação solar equatorial, não conseguia manter uma floresta luxuriante.

Foi só há 20 milhões de anos que começou... Aliás, foi há 30 milhões de anos que os Andes começaram a surgir e, há 5 milhões de anos, os Andes estavam formados, conforme vocês podem ver nesse último mapinha.

Segue.

Então, ficou desta forma: um lago interno, os Andes. E agora, com essa formidável barreira que eram os Andes, os ventos que vêm de leste do Atlântico entravam carregados de umidade, e a umidade não passava para o outro lado, porque nós sabemos que, em torno de mil, 1,2 mil metros de altura, a umidade se condensa, formando nuvens de chuva. Então, quando muito, passaria vento seco para lá, mas, como essa barreira chega, em alguns pontos, a mais de 6 mil metros, então passou a chover, e a erosão desse material novo, os Andes recém-formados, começou a entupir esse lago que está aí. Quando esse lago foi entupido, surgiu a floresta. Então, vejam a história: os Andes modificaram completamente o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clima do que é hoje a Amazônia. Esse lago foi entupido, começou a surgir a floresta, mas a continuidade da erosão enterrava a floresta. E a prova maior disso é que a Petrobras, no Rio Urucu, tira um petróleo de altíssima qualidade, em torno de 2,5 mil metros de profundidade. Esse petróleo praticamente não tem enxofre. O grande problema do petróleo não é o gás carbônico, não é o CO₂. O CO₂ não comanda o clima, CO₂ tem um papel ínfimo no tal do efeito estufa, mas o enxofre é um problema sério, porque o enxofre, quando é queimado, ele sai na forma de dióxido de enxofre, SO₂, combina com a umidade atmosférica e forma gotículas de ácido sulfúrico, que é altamente corrosivo, e nós temos chuva ácida. Esse petróleo é vendido pra Nova York, pra Los Angeles, pra São Francisco, porque ele é praticamente isento de enxofre, uma vez que a formação dele é basicamente vegetal.

Muito bem, e hoje nós encontramos a floresta, então, nesse estado. Certamente não se percebe, porque a duração da nossa vida é muito pequena, mas existem locais ainda na Amazônia que são lentamente soterrados. Por exemplo, no Rio Juruá tem uma volta grande ali que, para você fazer de barco, leva umas duas horas, e para você andar de um lado para o outro, dez minutos. Então, essa volta grande eventualmente vai ser "sacada", como eles usam na região, vai ser entupida com vegetação e vai desaparecer. Então, o processo continua. A Amazônia não é estática, como disse.

E esse é um artigo recente, de 2021, de Amy McDermott.

Segue.

Com relação às afirmações, e agora vou me referir a S. S. o Papa Francisco, que, na ocasião... Volta, por favor. Na ocasião do Sínodo da Amazônia, em outubro de 2019, o Vaticano publicou um artigo chamado Instrumentum Laboris, em que o Papa afirma que a Amazônia é responsável pela distribuição da chuva na América do Sul e que, desmatando a Amazônia, teríamos impactos em outras áreas do mundo. Essa afirmação não procede, ela não tem base científica nenhuma. E um pouco antes, com a seca que ocorreu em 2014, 2015 e 2016, que foi resultante de um El Niño fortíssimo, o El Niño mais forte que nós tivemos nesses últimos 20 anos, a cidade de São Paulo, por exemplo, ficou sem água, ficou com racionamento. Nós, então, resolvemos calcular o balanço hídrico da Amazônia. Colocamos uma caixa virtual com paredes norte, sul, leste e oeste e até 8km de altura e uma tampa. E, como temos dados confiáveis a partir de 1999 até 2014, nós calculamos dados em altitude de vento e umidade, nós calculamos quanta umidade entrou pelo lado leste e lado norte, admitimos que não sairia nada pelos Andes devido ao fato de ser uma altura razoável de 6 mil metros, que impede de sair. Então, calculamos quanto saiu pela fronteira sul, porque a fronteira sul era o problema de controlar a umidade pra alimentar as frentes frias com chuvas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Em números redondos, o resultado...

Pra frente, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em números redondos, os resultados foram os seguintes: na superfície, quando você faz a contabilidade, o que chega à superfície como precipitação, P , é igual a evapotranspiração, a perda por evaporação e transpiração da floresta, e a descarga do Rio Amazonas no Atlântico. Na atmosfera ocorre o seguinte: a precipitação é formada pela evapotranspiração das plantas – quer dizer, um efeito local –, mas uma parcela, A , que é o que vem de fora, ou seja, a umidade transportada do Atlântico pra dentro da Amazônia.

Chegamos à seguinte conclusão: fluxo de entrada na Bacia Amazônica, em números redondos, 460 mil metros cúbicos por segundo entram de umidade; pela fronteira sul, pra alimentar as frentes frias e produzir as chuvas no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul, saem 260 mil metros cúbicos por segundo. A diferença de 460 pra 260 dá 200 mil metros cúbicos por segundo, que é o que o Rio Amazonas joga no Atlântico. O Rio Amazonas devolve pro Atlântico essa diferença. Então, você vê claramente que a bacia está perfeitamente em um equilíbrio hídrico: entram 460 mil, saem 260 mil – isso naquele período que nós estudamos de 1999 a 2014 –, e o restante da água sai pelo Rio Amazonas. Então, existe um processo que só existe na Amazônia e em nenhum outro lugar do mundo, que é a reciclagem da água por evaporação, porque, quando você mede a chuva, dá acima de 2,3 mil e, pelo que o rio está jogando, seriam só 1,1 mil. Então, esses 58% a mais de chuva são um processo de reciclagem, que é muito rápido, dada a extensão da bacia, que são 7 milhões de quilômetros quadrados. Só ocorre isso na Amazônia, em lugar nenhum do mundo.

Nós fizemos, durante esse experimento Amazonian Region Micrometeorological Experiment, com os ingleses, em 1983, um estudo também sobre a retenção da chuva na copa, não é? Primeiro que a chuva, quando ela cai, ela já, ao cair e encontrar a copa, ela já perde, a gota já perde muito de velocidade. É como se houvesse uma reprecipitação no chão da floresta a partir do impacto que as gotas têm na copa. Mas também percebemos que da ordem de 10% da chuva não chega ao solo. Então, nós estamos falando em coisa de 230mm a 240mm, e cada milímetro é 1 litro por metro quadrado. Estamos dizendo, então, que 230 a 240 litros por metro quadrado não chegam ao solo, por conta de que eles ficam retidos na folhagem, nas bromélias, nos ocos, e daí evaporam num processo extremamente rápido e constituem, então, a chuva. Isso seria um caso específico.

O desmatamento, na realidade, interferiria na chuva interna, regional. E a gente pode imaginar da seguinte maneira: imagine um carrinho elétrico que está andando na cerâmica; quando ele encontra um tapete, ele dá aquela freada. O vento, então, vem por cima do Oceano Atlântico, trazendo a umidade para dentro da Amazônia. Quando ele encontra a floresta, a floresta é o tapete. Isso provoca, então, uma redução na velocidade do vento, que nós chamamos de convergência, e daí facilita a chuva. Quer dizer, no momento que nós tirarmos a floresta, não vai ter mais o tapete, e o carrinho vai passar direto, ou seja, como a umidade nos baixos níveis é mais alta, acelerando os ventos nos baixos níveis com desmatamento, traríamos mais chuva para o Sul, Sudeste ou Centro-Oeste, ao contrário do que se disse, porque ficaria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos chuva na região. Então, sob o ponto de vista de equilíbrio hídrico, ela está perfeitamente equilibrada nesse período.

E existe uma técnica matemática que se diz prova *ad absurdum*, em que se diz o seguinte: imagina que a floresta... Se entrasse mais umidade na Bacia Amazônica do que saísse. Eventualmente, ao longo de milhares de anos, ela se transformaria em um grande lago, entrando mais do que está saindo. E ao contrário? E se ela fosse essa tal de fonte de umidade que sempre está na mídia? "E a umidade que vem da Amazônia...". Não vem umidade nenhuma da Amazônia, porque, se fosse ela a fonte de umidade, ela secaria e se transformaria num deserto ao longo dos milhares de anos. Quer dizer, isso é a prova por absurdo de que ela está perfeitamente em equilíbrio e, portanto, a umidade vem do Oceano Atlântico. Parte dela fica lá e é devolvida pelo rio para o Oceano Atlântico, e parte dela passa e vem alimentar as frentes frias que provocam as chuvas aqui.

Por favor.

Vejam que, como disseram na época que São Paulo estava sofrendo uma seca por conta do desmatamento da Amazônia, nós calculamos, para cada ano, desde 1999 até 2014, o fluxo de umidade, em quilos por segundo, que saiu da fronteira sul, e vejam que, paradoxalmente, o ano com maior fluxo nesses 16 anos foi 2014, quando ocorreu a seca severa no Nordeste, Centro-Oeste e no Sudeste. A Amazônia estava lá. O maior fluxo passou exatamente nessa seca severa, que na realidade foi gerada pelo El Niño. Então a pergunta que se tem é: se o fluxo de umidade era maior nos níveis baixos, por que que causou essa seca severa? E aí pergunto, quão severa é essa seca de 2014 comparada com o restante do tempo?

Clima é história.

Segue, por favor.

Então eu peguei, por exemplo, os dados da cidade de São Paulo, o pluviômetro da Estação da Luz, que foi colocado pelos ingleses quando estavam construindo a São Paulo Railway, em 1887. E até 2007 fizemos, então, os desvios padronizados; quer dizer, nesse caso, você pega o total anual, subtrai a média de 130 anos, que era 1.440 milímetros, e divide pelo desvio padrão da série, de tal forma que a gente pode classificar os anos que estão acima de um, naquela linha pontilhada, ou seja, a média, 1.440 mais 265, como anos chuvosos, e classificar os anos que estão abaixo do zero ali, abaixo do menos um, média, menos 265 milímetros, como anos secos.

E aí vem o grande questionamento que a gente tem que parar para pensar, para analisar, como a seca de 1897, considerada extrema, como a seca de 1913, 1924, e por aí vai, vocês se perguntam, qual é o desmatamento na Amazônia para causar essas secas em São Paulo? Então você vê claramente que a floresta não interfere nas chuvas, é a umidade do Atlântico que entra, e, se for transformada em chuva, tudo bem; se não for transformada em chuva, como foi em 2014, 2015, ela acaba indo chover lá no Rio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul. E isso mostra também para nós o seguinte: o clima é variável ao longo dos tempos. Nós temos aqui 130 anos de dados que mostram que há anos extremamente chuvosos e há anos extremamente secos, sem absolutamente ter tido a interferência das atividades humanas.

Segue, por favor.

Então, no caso dessa seca em São Paulo, foram as tais condições do El Niño, que, aliás, a mídia, neste ano, agora em 2023, andou pegando pesado num alarmismo incrível, dizendo que íamos ter um super El Niño neste ano e, na realidade, só temos águas quentes e não temos o super El Niño, de tal forma que o pessoal do Norte e Nordeste pode ficar tranquilo que não vai ter seca. Em contrapartida, o pessoal do Sul, Rio Grande do Sul, não vai ter o excesso de água, que é a característica de El Niño; ao contrário, vão ter verão seco de novo e, muito provavelmente, nova quebra na safra, na sequência.

Então, nas condições de El Niño, desce em cima daquele retângulozinho verde que está ali, ó, do lado direito. O ar desce seco...

Segue.

Cria um sistema de alta pressão, conforme nós podemos ver nessa imagem de satélite, em que o canal infravermelho do satélite, quando aparece escuro, é sinal de que está havendo um forte aquecimento, porque não existem nuvens.

Segue.

E forma o que nós chamamos de inversão de temperatura; ou seja, normalmente, na atmosfera, a temperatura decresce com a altura, na faixa de em torno de 6 graus por cada quilômetro que a gente sobe. Na altura em que voa um jato comercial a 10km, 11 km, a temperatura externa é 50 graus, 52 graus negativos; enquanto aqui embaixo está 25 graus, 30 graus. Essa inversão térmica é uma camada mais quente que fica em cima da região e ela impede a formação de nuvens e chuva, bem como, por exemplo, os poluentes que são liberados ficam aprisionados por essa inversão e aumentam a sua concentração, causando problemas de saúde. Acima da inversão, a umidade relativa é extremamente baixa, inferior a 20%, de tal forma que as nuvens não podem crescer.

Então, esse fluxo de umidade, que foi canalizado desde o Oceano Atlântico, passou pelo Brasil inteiro, que estava debaixo dessa inversão térmica, e foi chover no Rio Grande do Sul. Vocês viram pelo fluxo, pelo gráfico: não faltou umidade. Faltou foi um mecanismo que quebrasse essa inversão térmica e que produzisse chuva.

Quanto ao desmatamento, as pessoas têm a tendência – essa fonte é do próprio Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), desse programa de desmatamento –, as pessoas têm a tendência de esquecer que a situação já foi muito mais séria no passado. Veja ali o maior desmatamento registrado: quase 30 mil quilômetros quadrados em um ano, foi 1995. Depois, em 2003 e 2004, registramos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda e terceira maiores altas de desmatamento. Aí, com o tempo, baixou esse desmatamento. Coloquei esse gráfico até 2018, mas, atualmente, o desmatamento está em torno de 10 mil quilômetros quadrados.

Ora, vamos fazer as contas. O bioma amazônico tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, dividam 5,5 milhões por 9 mil e vocês vão ver que desmatar a Amazônia sem permitir crescimento de volta é impossível, levaria 600 anos, da ordem de 600 anos. Então, é impossível isso. E nós sabemos que a floresta se recupera rapidamente. Quantos trechos da Transamazônica que não estavam sendo usados foram tomados pela floresta de volta?

Quando se fazem essas linhas de alta tensão, há necessidade de constantemente estar desmatando embaixo dessas linhas pra evitar que as árvores venham a provocar danificação ou danos nas linhas de alta tensão. Então, se não permitisse que nada crescesse de volta, levaria ainda da ordem de 600 anos, o que eu diria que é uma tarefa hercúlea, desmatar a Amazônia pra chegar no tal do *tipping points*, como dizem por aí que, se desmatarem 20% da Amazônia, o clima se desestabiliza.

Segue.

Então, o desmatamento da Amazônia, em resumo, não interfere na distribuição da chuva, como quer o Papa Francisco no restante da América do Sul. A fonte de umidade não é a floresta, e, sim, a umidade proveniente do Oceano Atlântico. E vocês vão ver, mais uma vez, neste ano de 2024, especialmente em abril e maio, que a Região Norte e a Nordeste vão ter muita chuva em função de o Oceano Atlântico estar um pouco mais aquecido do que o normal.

Árvore não é máquina de fazer água. A árvore apenas transpira aquela água da chuva anterior que estava no solo e ela faz isso pra controlar a temperatura das folhas, porque, se passar de 32, 34 graus, danifica os tecidos e, nesse processo, ela circula os nutrientes também. Então, de toda a água que a árvore usa, assim como as plantas, possivelmente apenas 1% ou menos fique na árvore; o resto é devolvido pra atmosfera e entra no ciclo hidrológico, continuando a reciclar a água da chuva.

Então, fique muito claro: a floresta existe porque surgiu, milhões de anos atrás, uma formidável barreira, que foram os Andes, que começou a aprisionar a umidade e deu condições pra que essa floresta existisse. E, na hipótese de se desmatar toda a Amazônia, o clima global não seria afetado. De novo a afirmação do Papa no Instrumentum Laboris. Racionalmente você pode perceber isso. Você vive num planeta com 71% de oceanos. O planeta tem 510 milhões de quilômetros quadrados; 361 milhões são oceanos. São eles o grande comandante do clima global, não é o CO₂. Quanto é que representa a Amazônia nesse aspecto? Um por cento, 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Portanto, nós não somos favoráveis ao desmatamento, mas, se desmatassem a Amazônia todinha, o clima global não iria perceber. Um por cento contra 71% de oceanos que cobrem a superfície, 16% de desertos que cobrem a superfície, desertos e terras geladas.

Segue.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, saem coisas assim na imprensa – por exemplo, esta saiu na Revista Piauí, que é do grupo da Folha –: "Os cenários climáticos modelos para 2050", produzido pelo GFDL, que é o Laboratório de Dinâmica de Fluidos Geofísicos, da Universidade de Princeton, em New Jersey, nos Estados Unidos. É um pessoal que tem muita experiência: são mais de 60 anos que eles lidam com modelos. O problema são os modelos que não conseguem representar adequadamente o clima do planeta.

Então, vocês veem aí... Saiu isto na mídia. Circulou, com 100% de desmatamento, o que iria acontecer em cenários diferentes, com mais CO₂, com menos CO₂. E figuras ridículas como esta, por exemplo: o desmatamento na Amazônia afetaria a chuva lá na América do Norte, afetaria a chuva global lá na Indonésia, norte da Austrália. Isso é resultado de modelo.

Segue.

E eu vou explicar para vocês o que vem a ser um modelo de clima, para que vocês vejam que todas essas projeções que são feitas, em particular, a Agenda 2030 do clima da Europa, que está destruindo a Europa, tudo com base em resultado de modelo.

Modelo não sabe fazer transporte de calor pelos oceanos para fora dos trópicos. O grande problema dos modelos é o ciclo hidrológico. A parametrização é impossível.

Então, modelo não sabe produzir nuvens, modelo não sabe produzir chuva. Nem em regiões tropicais, nós temos limitação de temperatura. Tem nos países fora dos trópicos, em que o solo passa congelado. Nós não temos invernos rigorosos, nós não temos. A maior parte do Brasil depende da chuva. E, se modelo não consegue produzir chuva, ou seja, prever chuva de uma forma adequada, para nós, ele não serve.

Segue, por favor.

Como é que eu represento um modelo de clima no computador? Colocamos os mapinhas ali, mas o computador não sabe o que é isso. Linhas de latitude e linhas de longitude são traçadas, e tem o cruzamento delas, que são chamados pontos de grade.

Nos melhores modelos, como esse do GFDL, a resolução da grade, ou seja, a distância entre um ponto e outro é um grau de latitude por um grau de longitude. Quanto é que isso representa na região tropical? Um grau de latitude são 110km de distância.

Então, vou rodar o modelo hoje à meia-noite. Coloco os dados meteorológicos: pressão atmosférica, temperatura, vento, umidade, etc., naquele pontinho A. Do lado dele, porém, a 110km de distância, coloco as mesmas variáveis referidas à região. Entre o ponto A e o ponto B, não existe informação alguma – não existe informação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dizer que o modelo começou a rodar, para fazer a previsão. De repente, surge uma nuvem entre o A e o B, uma nuvem pequenininha, de 10km de diâmetro. E essas nuvens que produzem chuva, os chamados cúmulos-nimbos, elas são praticamente cilíndricas. Se 10km de diâmetro, área da base é 80km^2 , e se eu admitir que essa nuvem não é muito desenvolvida, que ela chega a ter uma espessura apenas de 10km, eu estou falando num volume de 8 vezes, 10 vezes 80: 800km^3 é o volume dessa nuvem. Pelos estudos que a gente tem de região tropical, de nuvens tropicais, uma nuvem tropical pode ter até 3g por metro cúbico. E 800km^3 ... Só que cada quilômetro cúbico é 1 bilhão de metros cúbicos. Então, essa nuvem tem um volume de 800 bilhões de metros cúbicos que, contendo 3g de água em cada um, vocês chegam ao cálculo de uma nuvem dessa ter, de água líquida, 2,4 milhões de toneladas – de água líquida –, que, se precipitada igualmente em sua base circular, daria uma chuva de 30mm. E vocês já viram chuvas muito maiores do que esses 30mm. A nuvem é de 10km; o ponto A não sabe que ela está lá, o ponto B não sabe que ela está lá. O resultado é: não vai chover. E o produtor ou o morador do local recebeu os seus 30mm.

Então, isso chama-se filtragem. A grade é muito grande, e os processos que produzem chuva são muito pequenos. Quantas vezes você está na estrada, passa uma faixa molhada, aí mais um pouquinho seco, de repente outra faixa molhada, em questão de quilômetro. Ou, então, como a gente ouviu muito falar: "Ah, choveu no vizinho, não choveu aqui; ou choveu na porteira, e não choveu na sede". Mostra claramente que os processos que produzem chuva são processos pequenos, comparados com o tamanho da grade.

Vou dar um exemplo análogo. Imaginem que os processos que produzem chuva sejam areia fina; e a grade do modelo, uma peneira grossa. Como é que eu vou segurar areia fina com peneira grossa? Para compensar isso, eles escrevem equações matemáticas cheia de parâmetros, cheia de coeficientes, e têm que sincronizar isso, sintonizar. Ou seja, ele vai pegar um período de dados, em geral, esses modelos pegam de 75 a 2000, a base de dados que foi formada. E aí tortura o modelo até ele reproduzir a chuva daquele período. Só que, no momento que ele foi sintonizado para aquele período, de 75 a 2000, ele não serve nem para o período anterior nem para a projeção futura, porque ele está sintonizado ali, os parâmetros já estão fixos.

Então, infelizmente, nós gostaríamos de dispor de ferramentas que permitissem que a gente visse muito adiante, mas na prática não temos condições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – As produções norte-americanas que são citadas, elas não conseguiram prever o verão menor, lembra-se?

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no caso, os modelos não conseguem fazer o transporte de água. O que aconteceu neste ano foi que a água que entra do Pacífico foi transportada por uma corrente oceânica chamada Kuroshio, que banha a costa da China e o Japão, e acumulou água quente lá no Pacífico Norte, ao sul do Alasca. Os ventos sopram da Ásia, em direção à América do Norte, passam, o oceano está mais quente, 4 ou 5 graus, evapora mais, esses ventos carregam umidade e, durante o inverno, produzem grandes extensões de neve, como foi este ano, nos Estados Unidos e Canadá, que foi uma das maiores coberturas de neve, em termos de extensão, dos últimos 50 anos.

O mal desse caso é que, para você plantar, primeiro precisa derreter a neve, só que é neve altamente refletora. A neve recém caída reflete 95% da radiação solar; absorve só 5%.

Depois é interessante, que, quando o solo congela, por exemplo, nos Estados Unidos, a água, ao congelar, expande volume da ordem de 10%. A história do *iceberg*: 10% está fora e 90% está dentro. Quando ela expande, esse gelo o Sol descongela, ela fica com vazios que permitem as sementes se desenvolverem, só que, como tinha muita neve derretendo, esses vasinhos ficaram cheios d'água, e, ao colocar a semente, colocaram a semente num solo saturado; ela não tem condições de usar o oxigênio, nem para a germinação, nem para o sistema radicular. O resultado é que – minha opinião pessoal – a safra americana de soja e milho deve sofrer um impacto razoável neste ano, em função do fato de os modelos não saberem o transporte dessa água.

Segue.

Olha só um exemplo do próprio GFDL, que fez aquela matéria, dizendo que a Amazônia ia desaparecer depois do ano 2050.

Do lado direito, vocês têm o resultado do modelo. Toda aquela região vermelha, o modelo estava prevendo que, usando dados de outubro de 2018, prevendo que março de 2019 ia ser seco em toda a região. Do lado direito, estão as observações, a chuva que realmente caiu.

Então, vamos pegar a costa norte do Brasil.

O modelo dizia que ia ser praticamente tudo seco, e, na realidade, tivemos muita chuva entre o Pará e o Rio Grande do Norte. O modelo colocava também secas em Rondônia e Acre, e choveu. Lá em cima, no Amapá, o modelo colocava em tom verde Amapá e Suriname, chuva, e, na realidade, a gente está vendo a contrapartida vermelha, o déficit de chuva. O Rio Grande do Sul, o modelo colocava chuva, e, na realidade, o que aconteceu foi um déficit de chuva, chuvas abaixo do normal.

Agora, quero alertar vocês que isso são apenas cinco meses: outubro de 2018, prevendo 2019, março de 2019. Agora, você imagina quando o IPCC, que é o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que é esse organismo da ONU que faz todo o terrorismo climático, que vai reaver degelo, o nível do mar vai subir, você não precisa comprar casa na praia, o mar vai chegar aqui, até Brasília.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)***O SR. LUIZ CARLOS MOLION** – Agora pode.

Faz todo esse terrorismo, faz previsão para o ano de 2030, para o ano de 2050, previsão para o ano 2100...

Ora... Convenhamos: é muito fácil você fazer previsão de que em 2100 a temperatura do planeta vai estar – olha a precisão – 5,7 graus acima do que está hoje. Por que que é fácil? Porque até lá está todo mundo morto e ninguém cobra nada de ninguém. E o dinheiro já foi, não é? Então, é fácil. O duro é você fazer previsão, digamos, para a próxima safra.

Então, vocês veem que modelos, em matéria de chuva, não são confiáveis. E, lamentavelmente, toda previsão que é feita, nesse país, é usando modelos. Toda previsão que vocês veem na mídia é utilizando modelos, em particular, o Global Forecast System, que é um modelo americano que é mais utilizado.

Segue, por favor.

Bom, aí entramos num outro ponto crucial: e a Amazônia e o carbono? Porque hoje fala-se muito no carbono, crédito de carbono e tal, e houve uma confusão, muitos anos atrás, em que um cientista alemão, um limnologista – vou lembrar o nome dele –, falando para um repórter, ele estava falando de como a floresta respira, e o repórter concluiu que a floresta era o pulmão do mundo. Mas não é não. Na realidade, se você tomar o ecossistema como um todo, os solos, com a atividade bacteriana, microbiana, consomem muito oxigênio para degradar a matéria orgânica, que é o que aduba a Floresta Amazônica. Nós estivemos lá, nós medimos: caem as folhas no chão, essas folhas são degradadas pelos micro-organismos, que liberam os nutrientes. E o sistema radicular, no caso da Amazônia, é praticamente superficial, 70%, 80% das raízes estão em cima da terra, porque ela não precisa de raiz pivotante para ir buscar água. Tem água. Para que elas estão ali? Para reabsorver aqueles nutrientes que foram liberados no processo de degradação daquela matéria orgânica que caiu.

E aqui, aproveitando o gancho, vou dizer o seguinte: muita gente diz que "não, porque a Floresta Amazônica está em equilíbrio dinâmico, ela não se renova". Olha, nós procuramos muitas árvores... Existe uma técnica de você estudar climas passados, chamada dendrocronologia, em que você procura uma árvore que tenha anéis de árvore, e, de acordo com a espessura desses anéis de árvore... Se o anel é espesso, densidade baixa, choveu muito naquele ano; se o anel é estreito, densidade alta, a árvore passou por uma seca. Não encontramos árvores velhas. A floresta se renova constantemente. Imagina você ter uma castanheira de 60, 70m de altura. Ela praticamente não tem um sistema radicular profundo. O sistema radicular é superficial. Dá uma tempestade, leva essa castanheira, e ela, com o efeito dominó, leva outras tantas e expõe o sub-bosque à radiação solar. Aí, esse sub-bosque começa a fotossíntese acelerada e a absorver gás carbônico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A árvore que caiu não vai se decompor imediatamente. Nós temos madeiras lá que estão lá há mais de 50 anos e continuam lá, sem se decompor.

Então, uma das coisas que nós queríamos saber é se a floresta era fonte ou sumidouro de carbono, se ela sequestrava carbono, porque, de acordo...

Eu lembro muito bem quando foi lançada essa história de crédito de carbono. Aliás, o crédito de carbono é uma solução pra um problema que não existe. Tá? O problema não existe: aquecimento global pelo gás carbônico? Se o problema não existe, pra que ter crédito de carbono?

Então, nós queríamos saber se a floresta sequestrava carbono e colocamos... Nesse experimento ABLE-2B, em 1987, fizemos medidas de quanto entrava de carbono na floresta durante o dia e quanto saía à noite, pela respiração. E chegamos à conclusão de que essa floresta, nesse período que nós medimos... Porque depende muito do período – se é chuvoso, se é seco... Se é seco, os estômatos das árvores estão mais fechados, eles não fazem fotossíntese numa taxa tão rápida quanto durante o período da estação chuvosa.

Chegamos à conclusão de que daria 4,4 gigatoneladas por ano.

Experimentos que foram feitos depois – o nosso é de 1987... Outras pessoas também fizeram experimentos em Rondônia, na Amazônia Central, e chegaram à conclusão de que o nosso número estava um pouco exagerado, mas, em média, se eu pegar vários autores, dá em torno de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano que a atmosfera, a floresta sequestra.

Então, nesse aspecto, quando eu perguntei: e cadê os créditos de carbono pra Amazônia? "Não pode, porque é floresta nativa, e a floresta está em equilíbrio dinâmico. O que ela absorve de gás carbônico ela emite". Isso é uma grande mentira. A floresta está sempre se renovando. E, nesse aspecto, realmente ela absorve, digamos aí, a ordem de um terço do CO₂ que é colocado no planeta pelos outros países. Então, nós deveríamos ter crédito também no que se refere a isso, caso a gente seja obrigado a manter a floresta em pé.

Os tais dos serviços ambientais, que me preocupam bastante, em função da ignorância que existe sobre esses ecossistemas, incluindo os oceanos, porque vocês sabem que os oceanos têm 60 vezes mais carbono do que a atmosfera. E vocês, no dia a dia, percebem um fenômeno – ele passa despercebido, mas vocês sabem que ele ocorre: é a bebida gaseificada. Vamos dizer... Na minha preferência, eu vou botar cerveja; não gosto de refrigerante. Você pega a cerveja gelada, você coloca num copo e você vê aquelas bolhinhas subindo.

O que é que é aquilo? É CO₂. Você não bebe a cerveja, ela vai se aquecendo para chegar até a temperatura ambiente, cadê as bolinhas? Não tem mais. Ou seja, o líquido, ao se aquecer, expulsou o gás





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava em solução. É a chamada Lei de Henry: quanto mais frio, mais gás ele retém; quanto mais quente, mais ele libera.

E nós temos evidências de que os oceanos, nos últimos cem anos, subiram 0,7% a sua temperatura, 0,7 grau. Ora, 361 milhões de quilômetros quadrados, aquecendo, deve expulsar muito CO₂ desses oceanos, e provavelmente esse CO₂ que está aí não necessariamente venha da queima de combustíveis fósseis como petróleo e carvão, dada a nossa ignorância, porque essa pesquisa é feita assim: eles vão para um pedacinho do oceano, medem aqueles quilômetros quadrados ali e depois generalizam para os 361 milhões de quilômetros quadrados. Então, na realidade, a nossa ignorância não permite afirmar que esse CO₂ que está aí foi produzido ou saiu dos oceanos, ou não.

Portanto, recapitulando, a Floresta Amazônica está em plena atividade, se renovando e ela é responsável, pegando os dados mais recentes, por cerca de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano que são sequestrados.

Segue.

Queimadas: queimadas é outro problema em que você pode ter um número que você quiser. Você sonha com um número e diz quanto foi liberado de carbono pelas queimadas brasileiras ou da Amazônia, porque, para calcular quanto é liberado de carbono, primeiro você tem o percentual de carbono na árvore, que todo mundo concorda que é 45%.

Taxa de desmatamento: já variou aí de 0,8 milhão de hectares por ano a 3 milhões de hectares por ano em 1995.

Densidade da biomassa: quanta madeira tem por hectare? Quantas toneladas de madeira tem por hectare? Medido na Amazônia, teve local, por exemplo, desmatamento de Tucuruí, que chegou a dar 700 toneladas de madeira por hectare, enquanto teve outros locais que deu 180. Então, veja que o número pode ser qualquer um que você escolha.

E mais a eficiência na queima: todo mundo coloca a queima como 100% de eficiência, que você sabe que é impossível você queimar madeira verde e úmida, não tem como. Então, se você calcular os extremos, você fica com algo do tipo, uma queimada na Amazônia, ela pode liberar entre 13 e 950 milhões de toneladas de carbono por ano – 13 a 950 –, você vê que absolutamente não faz sentido nenhum.

A propósito, esses incêndios canadenses, agora dos meses passados, em dois meses o Canadá perdeu de floresta boreal o equivalente a dez anos de desmatamento da Amazônia, e ninguém fala disso. Os russos estão dizimando a floresta boreal deles, uma floresta que tem 17 milhões de quilômetros quadrados entre o Canadá e os Estados Unidos e a Europa e a Ásia, ninguém fala disso. Em dois meses de incêndios canadenses foram perdidos o equivalente a dez anos de desmatamento da Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a hipótese absurda de se desmatar e queimar todo o bioma amazônico, não existe como fazer isso. É impossível. É humanamente impossível. Seriam emitidos 75 bilhões de toneladas de carbono, o que aumentaria na atmosfera 35 partes por milhão por volume. Hoje nós temos 400. Então, se a gente queimasse toda a Amazônia – numa hipótese, não é? –, aumentaria em menos de 10% a concentração de gás carbônico no planeta. E isso é o que a humanidade coloca em dez anos com a geração de, por exemplo, energia elétrica. Oitenta e seis por cento da energia elétrica gerada hoje é proveniente da queima dos tais combustíveis fósseis – petróleo, carvão mineral e gás natural. Vai ser muito difícil o mundo tentar mudar a sua matriz elétrica até o ano 2030, quando 86% da dependência da energia elétrica vem do petróleo. É muito difícil.

Biomassa, o Brasil também é campeão nisso. E os últimos restantes, 7%, são as outras: hidroelétrica, eólica, solar, nuclear – apenas 7% contra 86% de energia elétrica gerada com combustíveis fósseis.

Então, muito embora a Europa esteja fazendo um esforço terrível na chamada Agenda Climática de 2030 para reduzir as emissões para o que eles chamam de *net zero*, ou seja, voltar para os anos 1990, mas a China não faz – a China inaugura duas termoeletricas a carvão por semana – e a Índia também não faz, porque tem pelo menos 13% da população indiana que não tem acesso à energia elétrica. Como eles estão com 1,4 bilhão de pessoas, 13% é um Brasil inteiro sem acesso à energia elétrica. E o Primeiro-Ministro disse que não vai deixar de queimar carvão pra gerar energia elétrica. Portanto, vão continuar colocando CO₂.

Localmente, sim, os efeitos são desastrosos. Por exemplo, a floresta absorve 87% da radiação solar que incide nela; um campo de soja, por exemplo, só absorve 75%; a areia do deserto só absorve aí a ordem de 50%. Então muda a absorção da radiação. A temperatura do ar, medindo em Rondônia a parte desmatada, também a temperatura do ar aumenta, a umidade relativa decresce, a evapotranspiração da floresta também é reduzida e a circulação local, como disse, os ventos se aceleram nos níveis baixos.

Segue, por favor.

A infiltração de água no solo decresce. Nós fizemos experimentos medindo infiltração de água em pastagem e no solo da floresta. Quer dizer, isso que é fantástica a absorção da chuva pelo solo da floresta.

Descarga do rio muda de regime. O rio tende a responder mais rapidamente ao mês que chove mais e depois, no restante do ano, não tem água.

Interceptação da chuva. Como eu disse, nós fizemos a medição e chegamos à conclusão de que 10% da chuva fica na copa, não chega até o chão. Uma vez retirada a floresta, essa chuva, com o seu impacto cinético no chão, no solo, desagregaria as partículas do solo e pode provocar enxurradas e assoreamento de 250 a 300m³ por hectare por ano a mais, água – 250 a 350m³ a mais –, o que levaria a uma erosão até da ordem de 330 toneladas por hectare por ano. Quer dizer, uma camada de solo de 2cm,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2,5cm seria varrida e, obviamente, mudaria a qualidade da água, assoreando os rios, e toda a vida que depende dela. Portanto, localmente, a floresta fornece uma grande proteção ao solo.

Segue.

Em resumo, a Bacia Amazônica está em equilíbrio climático, ou seja, da umidade que entra na bacia pela atmosfera vinda do Atlântico, parte dela se transforma em chuva local, aproximadamente 50%, e é devolvida para o oceano, pelo Rio Amazonas, e a outra metade vai para a atmosfera por meio da evapotranspiração. Como eu disse, 260 mil metros cúbicos saem pela fronteira sul, vindo alimentar as chuvas aqui.

Lembro que a floresta não produz água, que a floresta não existia até os Andes surgirem e que foram os Andes que mudaram o clima local e permitiram que a floresta se instalasse. A árvore não é uma máquina de produzir água; ela simplesmente evapotranspira para manter a sua temperatura e ciclar os nutrientes.

De novo, indo contra o que o Papa Francisco falou, o desmatamento da Amazônia não interfere na distribuição da chuva, porque a fonte de umidade é o Oceano Atlântico tropical.

Em relação ao balanço de carbono que nós medimos, a floresta poderia estar absorvendo na ordem de 4,4 bilhões de toneladas de carbono por ano, via fotossíntese, o que representaria 45% das emissões humanas atualmente. Já mudei esse número, olhando os outros experimentos que foram replicados, e a média desses experimentos é de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano. Mesmo assim, continua sendo uma parcela significativa, praticamente 30% do que é emitido de gás carbônico no resto do mundo.

Como eu disse, as emissões naturais, por exemplo, dos oceanos, da biota dos solos constituem 200 milhões de toneladas de carbono por ano, e o erro nisso aí é uma barra de 80 bilhões de toneladas: 40 bilhões para cima, 40 bilhões para baixo. Ou seja, a incerteza é maior do que 20%. Portanto, a gente não pode afirmar, como não conhecemos as fontes adequadamente, não podemos nem afirmar que as emissões que estão aí, na realidade, são as emissões produzidas pelo ser humano.

Enfim, a Amazônia não interfere no clima global e não há uma crise global.

Lamentavelmente, a Europa está adotando políticas públicas em cima de resultado de modelos que eu mostrei para vocês que não têm condições de prever o clima nem a curtíssimo prazo, cinco dias de antecedência, muito menos para o ano de 2030, 2050, 2100. Lamentavelmente, as políticas públicas estão sendo feitas em cima de resultado de modelos, e resultado de modelo não é dado concreto, não é ciência. São 35 anos que eu venho batalhando nisso, desde que o IPCC foi criado, em 1988. Finalmente, John Clauser, Prêmio Nobel de Física em 2022, afirmou textualmente que a ciência do aquecimento global é uma pseudociência. Então, hoje temos alguém de peso, físico, Prêmio Nobel, também concordando conosco em que o homem, com as emissões de CO₂, não pode mudar o clima global.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero... Tenho aqui algumas... Mas é muito importante prestigiar aqueles que vieram.

Senador Mauro, o senhor tem alguma pergunta, alguma indagação para fazer para o Prof. Molion? Fique à vontade.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pois não, Presidente, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio, só por uma questão de andamento aqui, irmão...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Só por uma questão de andamento, para a questão da nossa ata, para a qual... O som... Para a nossa ata, para a gente poder registrar quando a gente passa e nomeia... Está bom, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Senador Mauro, só um minutinho, por favor, passo-lhe já a palavra.

Prof. Molion, se isso aqui fosse um palco, eu diria que o senhor deu um *show*, mas isso aqui é uma CPI do Senado Federal, então, o senhor acaba de nos dar uma aula, uma aula a todos nós e aos brasileiros que assistem, principalmente se contrapondo a essa hipocrisia global que existe em relação ao clima atmosférico. Muito obrigado, Prof. Molion.

Com a palavra, o Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Boa tarde, Senador Plínio, Presidente dessa Comissão; nosso Relator, Senador Marcio Bittar; nosso Prof. Luiz Carlos. É um prazer muito grande estar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho acompanhado, Senador Plínio... Nas suas costas aí tem um quadro de um peixe, e gostaria de convidá-lo, Excelência, para pescar no Mato Grosso, é um "pesque e solte". Eu acho que V. Exa. vai ter muito sucesso, já que aprecia tanto a pesca, e Mato Grosso é um grande...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Convite aceito.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Convite aceito...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esse peixe atrás de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Tucunaré.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... é um tucunaré, não é? O senhor vai pescar o maior e o melhor tucunaré da sua vida na região de Alta Floresta, pode ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Obrigado pelo convite, Senador.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas, Professor, realmente o que o Senador Plínio falou aqui, nós fizemos uma universidade aqui do clima, formamos várias pessoas aqui com o seu conhecimento. Eu imagino quantas horas de muito estudo e de muita pesquisa foram feitas para o senhor chegar em todas as conclusões que o senhor nos colocou aqui hoje.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (*Fora do microfone.*) – Trinta e cinco anos.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Trinta e cinco anos de muito estudo.

Meu sogro é professor e fundador da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Gabriel Novis Neves, foi reitor por dez anos, montou a faculdade também de Mato Grosso do Sul. E eu sei da sua dedicação, conheço pelo meu sogro o quanto, até hoje, com 86 anos, estuda muito. Imagino quantas horas V. Exa. passou aí debruçado nos livros e em pesquisa.

Mas eu tive a oportunidade de participar das últimas três COPs mundiais, e o que a gente percebe é um grande *lobby*, um grande interesse comercial, porque não existe nada de concreto. Existe realmente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma narrativa exclusivamente voltada pra interesses comerciais, colocando, como manto, a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente, mas, por trás disso tudo, o que existe é interesse comercial, é muito dinheiro envolvido. E aqui não poderia ser diferente. Essas ONGs... Existem ONGs que nós respeitamos muito no Brasil afora, no mundo afora, mas tem ONGs que foram criadas e inventadas com outros interesses também muito parecidos com os interesses das COPs que são realizadas. Então, é muito triste a gente ver esses interesses se sobrepondo realmente com narrativas que não são verdadeiras, interferindo na vida de todo cidadão brasileiro, de todo cidadão que habita neste planeta.

Eu fiz, inclusive, um requerimento, por intermédio do nosso Senador Nelson Trad, pra fazer uma diligência no Chapadão do Parecis. A gente também... Dentro dessas ONGs, a gente vê muita coisa sobre os índios, sobre as nossas reservas ambientais. Eu tive ontem o cuidado de ligar pro meu amigo Cacique Rony, que acompanhou o Governo de Mato Grosso, ano passado, na COP, no Egito, e que fez enorme diferença realmente desconstruindo algumas narrativas que são colocadas no mundo afora, como eu disse anteriormente, com os interesses comerciais. E o Cacique Rony me passou uma mensagem, por volta de meia-noite e dez de ontem, irretocável. Eu gostaria até que o senhor tivesse o prazer de conhecer e lhe faço o convite pro senhor estar junto com a gente nessa diligência pro senhor ver uma região diferenciada e sustentável no nosso estado.

Eu gostaria aqui, Senador Marcio, de só ler uma lauda só do que o Cacique Rony passou por WhatsApp. Eu pedi pra que fosse impresso pra colocar aqui. Gostaria até de falar tudo de cor, com conhecimento, mas, como foi uma mensagem na noite, eu vou pedir desculpas e vou ler. Então, essa mensagem foi passada pelo Cacique Rony, que é do Chapadão do Parecis:

A etnia indígena haliti-paresi está situada no imenso Chapadão dos Parecis, no Estado de Mato Grosso, localizada no Município de Campo Novo do Parecis, próximo a Sapezal, Tangará da Serra e Conquista D'Oeste. O nome da etnia é correlacionado com o nome deste povo originário desta maior planície do Brasil, que vem se tornando a maior área agricultável e sustentável do mundo.

Lembro que Mato Grosso hoje preserva 62% do seu território, igual Pedro Álvares Cabral descobriu aqui em 1500. Nós fazemos parte da segurança alimentar mundial e temos a capacidade de dobrar a nossa produção, que foi de 100 milhões de toneladas – temos a capacidade de dobrar! –, sem desmatar uma árvore, só em cima da nossa produtividade, eficiência e das pastagens degradadas.

Então, não tem país no mundo que possa dar exemplo para o Mato Grosso, para o Brasil, porque temos aqui o Código Florestal mais rígido do mundo. Então, nós não temos que admitir essa narrativa de outros países quererem dar exemplo para o Brasil. Muito pelo contrário, vamos sentar na mesa: "Mostre o que você fez, mostre o seu passado, para começar a discutir com a gente". Antes disso, não tem conversa. E nós temos que acabar com essa narrativa, porque o maior ativo que nós temos, que é o nosso meio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, que é a nossa preservação, que é a nossa sustentabilidade, no mundo é colocada de forma prejudicial para, única e exclusivamente, os seus interesses comerciais, que não agregam. Com toda essa preservação que nós temos hoje, com toda a nossa sustentabilidade que nós temos hoje, nós não agregamos um centavo de dólar nas nossas produções aqui no Brasil. Então, nós temos que mudar um pouco essa narrativa.

Até o Ratinho colocou sobre a França, que está tendo uma série de posturas aí. Também nós temos que ter as nossas aqui: saber onde são produzidas as uvas da França, saber realmente se tem CAR na França, como que é a sustentabilidade na plantação deles também, para a gente saber aquilo que nós estamos comprando, saber se houve realmente uma devastação da sua floresta ou não.

Mas, continuando aqui:

A etnia haliti-paresi tem uma área de aproximadamente 1,2 milhão de hectares, na qual tem 74 aldeias em vários cantos do seu território [nós temos 43 etnias no Mato Grosso], com uma população aproximadamente de 2.950 índios, que residem dentro do seu próprio território.

Sendo esse povo indígena, na atualidade, os maiores agricultores [olha só: sendo esse povo indígena, na atualidade, os maiores agricultores] de lavouras mecanizadas do mundo [do mundo nós estamos falando!], cultivando nove variedades de grãos. Isso, utilizando somente 1,7% do seu território [de 1,2 milhão de hectares, ele produz apenas em 19,7 mil, 1,7% do seu território], que corresponde a uma área cultivada de 19,7 mil hectares, ou seja, este povo trabalha no raciocínio, equilíbrio e projeção autossustentável, mantendo, preservando intactos 98,3% do seu território.

Essa pequena porcentagem de área cultivada, as quatro cooperativas indígenas haliti-paresi é que fazem gestão de todo o processo administrativo [tem laboratórios, escolas, postos de saúde, tudo dentro desse complexo que o senhor vai ter o prazer de conhecer], operacionalização e execução do trabalho de campo. [Temos lá índios médicos, engenheiros, agrônomos, psicólogos, todos da própria etnia haliti-paresi].

Todas as deliberações são feitas de maneira transparente e democrática, sempre visando o bem comum e coletivo do povo [indígena].

Nos últimos 20 anos de trabalho árduo, de altos e baixos [altas e baixas], e pouco, ou melhor, quase nada de incentivos financeiros, e ações políticas de Governo, porém, devido à vontade e ao desejo do povo haliti-paresi, tem conseguido sobressair para assegurar qualidade, dignidade e qualidade de vida, com geração de renda e emprego para o povo indígena, além de estar contribuindo com a economia financeira dos municípios do Estado [de Mato Grosso] e do Brasil...

Por fim, num território indígena, demarcado e homologado, é possível viver, manter e prosperar, mantendo o equilíbrio, racionalidade e preservação do meio ambiente, da cultura, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo e sua autossustentabilidade de dignidade dentro do seu próprio território. [Isso tudo foram palavras dele, eu só estou lendo aqui o que o Cacique Rony nos passou.]

Afinal, um povo que tem ou passa por uma vulnerabilidade socioeconômica, diante do contexto atual, corre grande risco de ser engolido ou viver submisso no sistema que o mundo vem trilhando.

Um povo indígena, para ter sua liberdade, autonomia e protagonismo, tem que ter oportunidade, incentivo político, leis flexíveis e financeiras, tanto por parte da iniciativa privada e do Governo.

Essas foram as palavras do Cacique Rony. Então, é uma pessoa que o senhor tem que conhecer, Senador Marcio Bittar, Senador Plínio, faço questão de – lógico, na hora em que tiver quórum aqui –, Senador Marcio, aprovar esse requerimento, para que todos tenham condição... Porque hoje é muito fácil ver 17 mil hectares sendo produzidos, mas conhecer a história desse povo, a bravura, a coragem de chegar onde chegaram, as dificuldades por que passaram para chegar até hoje, sem financiamento, sem Cadastro Ambiental Rural, sem o CAR, com todas as dificuldades da comercialização dos seus produtos, que são produzidos na sua área... Entendeu? São enormes, e o quanto essas cooperativas indígenas têm a responsabilidade com o seu povo, preservando a sua cultura, dando qualidade de vida, não só na área de educação, como na área de saúde, na área de transporte. Em suma, um ambiente diferenciado que é possível, sim, produzir com sustentabilidade, tirando o índio da segregação, como V. Exa. colocou aqui na Amazônia, e incluindo, realmente.

Hoje, o Rony vai comentar com vocês, 15 anos atrás, quando ele saía para andar na cidade de Campo Novo do Parecis, em Sapezal, à medida que os índios iam andando, o comércio ia fechando a porta, com medo de assalto, com medo de alguma coisa. Hoje, eles não conseguem andar nas cidades, do tanto que o comércio chama esses índios para realmente consumir, para mostrar, realmente, seus produtos que estão à venda, o quanto de diferença essas pessoas estão fazendo em toda aquela região.

Então, é extremamente importante, Senador Marcio, Senador Plínio, que nos ouve aqui por vídeo, realmente, a presença do Senado Federal nessa diligência, para a gente conhecer um pouco o outro lado. E eu gostaria muito que o senhor conhecesse o Estado do Mato Grosso, para lhe mostrar tudo isso que nós estamos falando, que o senhor conhecesse também o Governador Mauro Mendes, que tem participado ativamente da COP, e que o senhor pudesse, neste momento da visita que o senhor fizer a Mato Grosso, transferir um pouco do seu conhecimento sobre o clima mundial, que tanto aprendemos aqui, hoje, com a sua palestra, com todas as informações que o senhor nos transmitiu aqui hoje.

Muito obrigado a todos e que Deus os abençoe!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Com a permissão do Senador Plínio, eu queria complementar a fala do Senador Mauro e, da minha parte, me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despedir, passando a palavra para as considerações finais do Prof. Molion e, claro, com o Presidente, depois, encerrando a sessão.

Primeiro, mais uma vez, agradecer a presença do Professor e dizer como eu considerei e considero importante a vinda do Professor aqui, porque tudo o que fazem com a Amazônia, que é mais da metade do território nacional, é em cima de pressupostos falsos. E note que as pessoas fogem de um debate quando estão na presença de alguém como o Prof. Molion, como o Ricardo Felício e outros tantos que ousam ter a coragem, a partir da leitura, do estudo, da descoberta de que isso são pressupostos falsos, de argumentar publicamente. E aqueles que fizeram e fazem dessa questão ambiental o seu ganha-pão, porque estão ganhando dinheiro com isso, fogem desse debate, porque, se você demonstra cabalmente que a Amazônia não interfere no clima do planeta, caiu por terra tudo o que esses movimentos ambientalistas fazem conosco.

E, para dar mais um exemplo de como é uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental, agora, o Ministério Público, um procurador – não estamos sabendo direito o nome dele, para convidá-lo para a CPI, para convidá-lo, que é a nossa prática –, ele, a partir de uma ideia de que o Brasil não pode....Por isso a importância de convidá-lo, porque a ideia é que nós não podemos explorar potássio no Brasil e, a partir dessa preocupação, ele faz uma correspondência à Funai pedindo à Funai que faça um levantamento para criar uma outra reserva lá em Autazes, que é em cima de uma reserva de potássio. Só para ter uma ideia, estima-se que essa reserva, e querem criar uma reserva em cima dela agora, pode produzir de 2 bilhões a 4 bilhões de toneladas por ano. Olha o lado escuro dessa conta: em 2022, o Brasil importou 4,54 toneladas de cloreto de potássio adivinha de quem? Do Canadá. Então, é uma guerra econômica, quer dizer, fica claro... O Canadá é um dos países que banca essa guerra econômica travestida de preocupação ambiental, quando, na verdade, se nota aqui que eles são fornecedores de potássio para o Brasil. Para eles, não interessa que o Brasil ganhe autonomia.

Eu quero passar, da minha parte, Senador Plínio, a palavra para o Prof. Molion. Eu tenho apenas uma pergunta que eu gostaria que o Professor, já na sua despedida, externasse. O Professor menciona aqui que o mercado... Eu tenho... Eu sou absolutamente cético com toda proposta que, na sua base, é assim: a Europa, a América do Norte alcançaram um nível de progresso e, percebendo que aquilo não dá para todo mundo e sem aceitarem diminuir seus padrões de consumo... O professor mencionava aqui a queima de combustíveis fósseis pela Ásia, pela Índia, e vamos lembrar que a Alemanha este ano está aumentando a sua queima de combustíveis fósseis porque está queimando carvão. A preocupação é da boca para fora. Então, não aceitam diminuir o seu padrão de consumo, não aceitam isso. Eu sempre fui cético com essa ideia de que: "olha, não dá para todo mundo, eu vou pagar para vocês não fazerem o que nós fizemos". Eu não acredito nisso. Eu nunca acreditei. Por mais que, para nós, um país da Europa ocidental seja milionário... Quando você vai a uma aldeia indígena, quando você vai a uma reserva extrativista, quando você anda na Amazônia, você vê um nível de pobreza que... Qualquer país da Europa tem um padrão de vida milionário perto do padrão de vida de 28 milhões de brasileiros que habitam na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, até na cidade. Só que você vai à Europa e eles têm as demandas deles, que não acabam nunca. Os Estados Unidos não abriram mão de tirar petróleo no Alasca agora, com o Presidente Joe Biden. Ele autorizou o aumento da extração de combustíveis fósseis. Então, quando é para manter o padrão deles, não tem discussão, e ninguém fala nada, porque aqueles que eles subsidiam, que são essas ONGs, são pagos por eles. Então, eu nunca acreditei, sou 100%... Sempre fui cético com relação a estas propostas: "Vocês mantêm as florestas e nós vamos pagar por isso".

Mas o senhor acrescentou um outro argumento: que a razão de ser dessa ideia é falsa. Então, eu gostaria de que, na sua despedida, o senhor esclarecesse um pouco mais por que é que se criou um problema inexistente, que é essa questão do CO₂. Então, mais uma vez, agradecendo a sua presença, agradecendo aos Senadores que, mesmo não fazendo – alguns não fazem – parte da Comissão até aqui estiveram e, mais uma vez, ao Mauro, Senador Mauro, que veio do Mato Grosso apenas – não tem votação, esta semana, importante, e veio aqui – para escutar a palestra, fico muito feliz com a realização desse evento com o Prof. Molion, agradeço a participação de todos, de minha parte, agradeço a participação, deixando para o Prof. Molion, na sua despedida, só essa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Com a palavra, o Prof. Molion.

Professor, fique bem à vontade, não se preocupe com o tempo.

Marcio, você vai ficar aí, não é? A gente precisa discutir a pauta de terça-feira, tá, irmão? Não vai nos deixar agora, não, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Prof. Molion, fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (Para expor.) – Muito bem.

Realmente, acho que é impossível hoje você entender o que está acontecendo nesse aspecto de que estão transformando o CO₂ num vilão, que ele é responsável pelo aumento, intensificação do efeito estufa e aumento de temperatura, quando, historicamente, nós sabemos que o planeta já passou por períodos mais frios, com concentrações maiores de CO₂ do que tem hoje, e passou por períodos mais quentes, com concentrações menores. O planeta já passou por isso, já chegou a 180ppm quando surgiram as plantas C₄. As plantas C₃, como soja e café, têm um limite de funcionamento na fotossíntese de 200 partes por milhão, ou equivalente. Quando baixou a concentração, alguns milhares de anos atrás, surgiram as plantas C₃, que têm um limite um pouco mais baixo. A gente nota que a natureza sempre procura achar uma saída.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito difícil saber exatamente o que está acontecendo, porque agora todo mundo virou verde. Até banco, que só explora a gente, virou verde também. Desenvolvimento sustentável, que é uma expressão pleonástica, porque, se não é desenvolvimento, é destruição; então, desenvolvimento, em si, já engloba o sustentável.

Existe, sem dúvida nenhuma... O senhor acompanhou essas três últimas COPs e sabe, por exemplo, das palavras do Primeiro-Ministro da Índia, que não ia deixar de usar carvão, porque boa parte da população, um Brasil inteiro dentro da Índia, não tem acesso à energia elétrica.

Existem hipocrisias terríveis, como, por exemplo, a Noruega. Qual é a maior renda da Noruega hoje? É petróleo e gás. Quer dizer, a Noruega era um país pobre até descobrirem petróleo no Mar do Norte, no Ártico, e passou a viver desse petróleo. Então, se é um país que acredita que, queimando petróleo, emitindo CO₂, vai destruir o mundo, como é que eu classifico um país desse que usa a matéria que vai destruir o mundo para fazer sua economia? E tem mais: aumentou a extração agora, depois que a Rússia, então, deixou de fornecer gás. Então, há uma grande hipocrisia nisso tudo, não é? A gente não sabe exatamente o que está por detrás disso.

Quando ocorreu a eliminação dos CFCs, dos compostos de clorofluorcarbono, sob a alegação de que eles destruíam a camada de ozônio, e, para cada 1% destruído, ia aumentar em 2% o câncer de pele, ficou muito claro que, no resultado, quando os compostos de clorofluorcarbono – o freon 11, o freon 12, que são usados em gases de refrigeração, geladeira, ar-condicionado – foram eliminados pelo Protocolo de Montreal, em 1987, eles custavam US\$1,80 o quilo. O substituto já entrou com US\$35. E a OMC deu uma patente de 20 anos para os substitutos, coisa que, às vezes, remédios que leva-se tempo para pesquisar, para testar e tudo mais, quando muito, recebem dez, seis, sete, dez anos de patente. Eles receberam, com os substitutos, 20 anos de patente! Em 2006, o preço do substituto, nos Estados Unidos, chegou a custar US\$52 o quilo.

Em 2007... Em 2017, acabou a patente: 87 para 2007. Os chineses invadiram o mercado com o substituto e derrubaram de US\$52 para US\$2.

Bom, claro, ficaram muito aborrecidos comigo quando eu disse que a destruição da camada de ozônio pelos compostos de clorofluorcarbono nada mais era do que uma ação neocolonialista de transferir dinheiro de países pobres tropicais, que precisam de refrigeração a baixo custo, para os países ricos, porque os detentores desses substitutos eram cinco indústrias: a Allied Chemical Corporation, que mudou hoje de nome, nos Estados Unidos; a Atochem, do grupo Elf, francês; a Hoechst, alemã; a ICI (Imperial Chemical Industries), da Inglaterra; e a DuPont, que fabricava aqui. Com esse processo, a DuPont passou de US\$2,5 bilhões por faturamento para mais de US\$25 bilhões.

Então, ali ficou claro que eliminar os CFCs era realmente uma maneira de tirar dinheiro de países pobres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso aqui do CO₂ não dá para entender. Não existem hipocrisias como essa da Noruega, por exemplo, que, aliás, diga-se de passagem, é o maior doador do Fundo Amazônia, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Com 90%....

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – E, claro, porque eles esperam que ele vende... A Noruega vende o petróleo dela, alguém vai queimar – a Bélgica, a Holanda, a França –, esse CO₂ vai para o ar, vai destruir o planeta. "Não, mas tem a Amazônia que pode absorver parte desse CO₂". Então, por isso é que eles gostam muito da Amazônia e querem que a gente não mexa em nada, não é?

A gente realmente pode pensar: existem inúmeras maneiras de se desenvolver a Amazônia em harmonia com o ambiente, de se recuperarem áreas degradadas. Sabe que eu gosto muito de número, não é? Quando me disseram... As ONGs dizem: "Não, porque temos 340 mil quilômetros quadrados de terras degradadas" – está escrito. Aí eu fiquei pensando: 340 mil é uma área do tamanho da Alemanha. Não, vamos recuperar essa área plantando dendê, a palma, como é chamado. Por quê? Por que é a planta mais estudada das palmáceas. Nós temos o buriti. O buriti tem imensas riquezas, não é? O buriti, por exemplo, ele tem 20 vezes mais carotenoide do que a cenoura, onde foi encontrado o carotenoide. O buriti tem tocoferol em grandes proporções, que é provitamina E. No entanto, não se faz nada com o buriti. O óleo de buriti, quando você tira o "lixo", entre aspas, que é, por exemplo, os carotenoides... E 1kg de carotenoide, pela Merck, a companhia química Merck, 1kg de carotenoide artificial, sintético, ele vale US\$8 mil. E 1ha de buritizal nativo pode dar 1kg, 1,5kg de carotenoides puros. Eu fiquei pensando: se a gente recuperasse essas áreas degradadas com palma, nós iríamos produzir o equivalente a 3,4 milhões de barris de óleo por dia, enquanto a Petrobras hoje só produz 2,6.

Só recuperando... Em que país que pode se fazer isso? Só recuperando essas áreas degradadas, nós poderíamos mais do que dobrar, com uma grande vantagem, porque óleo vegetal roda em qualquer moto diesel. Rudolf Diesel, quando apresentou o motor na feira de Paris, em 1889, o motor rodava com óleo de amendoim. Então, você pode usar. Claro que não vai usar o óleo de dendê, o óleo de palma, porque, na realidade, ele vale muito mais do que o petróleo propriamente dito. O petróleo está em torno de US\$1 mil a tonelada, enquanto o óleo de palma US\$4 mil.

Mas tem uma vantagem muito grande: o óleo de palma, como combustível, principalmente para geradores nesses pequenos núcleos populacionais que estão desprovidos de energia elétrica na Amazônia. O óleo de palma é, você pode dizer, usando o argumento deles, que ele é ciclo de carbono fechado, ou seja, queimou, liberou CO₂; no próximo cacho que planta vai colocar, ela absorve por fotossíntese. Não tem enxofre; portanto, não é poluente, e não precisa ser destilado – sai da prensa e vai direto para o motor. Nós podemos fazer isso, existem inúmeras maneiras de se desenvolver a Amazônia, com alta tecnologia e com produtos de valor agregado muito grande. Nós podemos passar aqui uma outra sessão enumerando algumas dessas – químicas fina, de extrema importância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, por exemplo, o primeiro contrabando que foi feito, o pó dos jesuítas, o quinino, que era enviado para a Europa e que salvou a vida de muitos papas. Até o Rei Charles II da Inglaterra foi salvo da malária com o quinino brasileiro.

Então, existem, possivelmente, plantas que produzem substâncias ainda desconhecidas para nós que podem ajudar a humanidade a ter uma vida mais saudável.

Então, agradeço a oportunidade de estar aqui, e podem contar comigo no que for necessário. Estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador Plínio. Com a palavra nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Professor, antes de... Já agradecendo, eu só pediria, se for possível o senhor ficar cinco minutos, eu vou exibir, daqui a pouco, um vídeo, que é uma coisa estarrecedora que está acontecendo aqui, no Município de Humaitá e em Manicoré.

E quem começou agora, Senador Marcio, a nos ouvir pela metade, na TV Senado, nós começamos a ouvir o Prof. Luiz Carlos Molion, que possui graduação em Física, em Meteorologia ele é PhD, e foi, por muitos anos, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Diretor da Área de Ciências Espaciais e Atmosféricas em 85, e Diretor Associado em 96, ano em que coordenou um projeto de pesquisa sobre a Amazônia em parceria com cientistas da NASA. Portanto, é uma autoridade que pode falar.

E agradeço ao Prof. Molion, por duas brilhantes conclusões e frases, e me permita usá-la daqui a diante, que a gente sempre fala e combate isso em relação ao crédito de carbono: uma solução para um problema que não existe, e a gente tem combatido muito essa história de crédito de carbono.

Muito obrigado pela sua presença e, antes de encerrar, eu vou pedir, Marcio – meu amigo Marcio, que faz parte, integrante assíduo, da CPI... É um problema nosso, aqui no Amazonas, que está acontecendo. Existe aqui no Amazonas, em alguns municípios, a prática do garimpo extrativista, que nós chamamos de garimpo familiar. Isso já existe há décadas. A família toda reside num flutuante, que é a sua casa, que é a sua morada, e extrai do igarapé – normalmente é igarapé –, extrai ouro, pequenas quantidades, e eles vivem disso. Nunca enriquecem, mas vivem disso há décadas. E, agora, o Ibama e a Polícia Federal estão simplesmente explodindo esses flutuantes e essas casas, jogando essa turma à pobreza ainda mais clara e patente.

Agradeço ao Senador Mauro Carvalho pela presença também assídua e pela participação, que foi muito boa, e mostro aqui, Professor, é rapidinho, tem 2m55s, o vídeo nº 2, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só o que estão fazendo com a nossa população.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Isso aí que a gente mostrou é uma operação, Marcio, da Polícia Federal com o Ibama. Estão explodindo esses flutuantes que servem de moradia para garimpeiros do que a gente chama de garimpo extrativista, de garimpo familiar, que é tradição de pai... de avô pra pai e pra filho. Não está em área indígena e não é regularizado. Isso aí se abafa... Divulga essa coisa absurda, esse modo como estão praticando. Bombas em cima dos flutuantes.

Então, aqui a gente está mostrando pro Brasil inteiro. Não é nem denunciando, porque Ibama legaliza com a Polícia Federal. Eu só lamento porque eles não fazem o mesmo tipo de operação com o narcotráfico.

Obrigado, Professor, por ter ficado aí e visto... Nós só queremos compartilhar: o senhor foi... Um conhecimento público, compartilhou conosco, e a gente está compartilhando uma coisa feia com o senhor, mas é pra saber que existe tudo em nome dessa narrativa, essa mesma narrativa que o senhor botou por terra, essa coisa de que a Amazônia, nós temos que salvar o planeta... É a mesma narrativa que leva a Federal, o Ibama, o Judiciário brasileiro a autorizar esse tipo de operação.

Marcio, se quiser falar, Professor, se quiser falar, porque daqui a pouquinho eu encerro.

Alguns dos dois quer falar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Não, estou satisfeito, Presidente. Pode dar o encaminhamento aí burocrático ao final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Marcio.

Aquele requerimento oral... Como a gente não tem pressa e certamente vamos fazer essa diligência, Marcio, eu pediria a compreensão pra que nós pudéssemos organizar e colocar na pauta e já fazemos isso na terça-feira. Está bom assim? *(Pausa.)*

Coloco em votação as Atas das 11ª e 12ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneça como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Não havendo mais nada a declarar, está encerrada a nossa presente reunião, com a benção de Deus, desejando paz de Cristo a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Professor. Obrigado, Marcio.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quinze minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Nelsinho Trad e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento de convidado. Oitiva do Virgílio Maurício Viana, em atendimento ao requerimento 125/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2023** que : "Requer a realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2023** que : "Convoca o Senhor Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2023** que : "Requer realização de audiência pública na Reserva Extrativista Chico Mendes." **Autoria:** Senador Beto Faro. **Resultado:** Aprovado nos termos do aditamento. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2023** que : "Convoca Fernando Merloto Soave, Procurador da República no Amazonas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a exploração de potássio na região do Município de Autazes, Estado do Amazonas, e a demarcação de nova terra indígena na região." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/12>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos – depois do depoimento.

Antes, eu quero reiterar, até para clarear aquele pequeno entrave que tivemos com a Funai... À Funai, no começo, nós comunicamos que iríamos a São Gabriel. E a Funai mandou para nós umas perguntas para a gente preencher, um questionário para preencher – sei lá como dar o nome daquilo –, querendo, e com razão, vacinação contra a febre amarela – mandamos –, contra a covid – mandamos –, plano de trabalho... A gente achou estranho, mas mandamos. Aí, por último, queria que eu, como Presidente da CPI, assinasse um documento comprometendo a não divulgar as cenas que a gente, que a TV Senado pegaria em São Gabriel. Não pude fazê-lo e disse à Funai que eles estavam enganados e confundindo, porque eu não tinha pedido, não estava pedindo permissão para ir; eu estava comunicando que iria. Isto aqui é uma CPI do Senado Federal; isto aqui não é uma CPI de câmara de quintal. Então, para provar... A Funai queria a relação dos índios nos convidando em uma carta. Não entreguei e não vou entregar, porque sei que vai ter perseguição aos índios.

E queria começar com outro líder indígena de outra região nos convidando para ir, para mostrar que isso é suficiente para que nós possamos ir ao local.

Por favor, é o vídeo número 3. Tem 2 minutos e 24 segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente faz isso como uma satisfação ao povo brasileiro, para, quando a Funai quiser de novo que nós apresentemos algum convite... O nosso convite é feito por quem precisa da nossa presença.

Particularmente nós, Senadores desta Comissão, não estamos preocupados com aqueles que estão felizes e satisfeitos. Esses já estão sendo bem cuidados. Nós estamos preocupados com os infelizes e os insatisfeitos, que precisam da nossa ajuda, da nossa presença e da nossa companhia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reafirmar também o depoimento dos dois Ministros da Defesa, Aldo Rebelo, que confirma aquilo que a gente está dizendo aqui na CPI, que a gente está apurando. Por favor, vale a pena de novo mostrar o pequeno vídeo. É o vídeo número 6. Tem alguns minutos. Não está aqui, mas é o vídeo número 6.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso é só para reafirmar e relembrar, porque tem sempre agora... Como, graças ao sentimento do povo brasileiro, na mídia, na rede social, tomou conta, a nossa responsabilidade cresce porque o Brasil tomou conta dessa caixa-preta que a gente finalmente abriu. O que vai ser e o que será, o nosso Relator está atento, o Senador Marcio Bittar, para colocar no relatório.

Por que não querem que a gente desenvolva? A gente vem dizendo sempre: querem formar isso aqui, uns chamam de jardim zoológico, outros chamam de jardim botânico e eu digo que é uma dispensa de recursos naturais. O certo é que enquanto a Noruega, que dá dinheiro para o Fundo Amazônia, vive do seu petróleo; enquanto a Alemanha, que dá dinheiro para o Fundo Amazônia, está vivendo agora do carvão, poluindo tudo; Estados Unidos, com seu petróleo, com sua madeira; Canadá, com sua madeira, nós não podemos extrair nenhum tipo de minério.

Eu encontrei há pouco, nos meus documentos... Isso é legal, porque mostra por que a gente também não pode produzir nada. Aqui tem a composição do iPhone. É antigo isso, foi assim que eu assumi em 2019. A composição de um iPhone: 0,034g de ouro; 0,34g de prata; 0,015g de paládio; 25g de alumínio; 15g de cobre, sem contar o plástico, o vidro e os terras-raras e a bateria. Nós temos todos esses minérios aqui, mas não podemos explorar. Quem vende esse minério para a Apple fazer seus iPhones? Pode não parecer nada, mas neste ano de levantamento de 2019, foram vendidos no mundo 341,4 milhões de *smartphones*, apenas no segundo semestre de 2019. Imaginem só o Brasil, imaginem os índios podendo garimpar, que eles têm direito pela Constituição, como estaria o Brasil no quadro.

A pedido do Senador Beto, nós vamos então aprovar logo os requerimentos. Não é isso, Senador Beto? A gente vai inverter então. Eu tinha falado a segunda parte, vamos logo para os requerimentos.

Quer falar, Senador Beto? Com a palavra.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só uma questão do requerimento. Eu fiz o requerimento. Quero só ressaltar uma questão, até porque foi levantada por mim, de que a gente evitasse os extrapauta, que a gente evitasse isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o requerimento meu, que não está na pauta, foi escrito aqui. Foi dada a entrada no período correto para que estivesse na pauta. Foi dada a entrada aqui no dia 5. Portanto, estaria dentro de todos os prazos para que ele pudesse estar.

Então, eu quero só ressaltar isso, que não estou tratando de requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode ser, mas a explicação que lhe deram é a explicação de que é prerrogativa do Presidente, e o Presidente não foi encontrado, porque estava no Rio Tupana, entregando a Starlink para os índios apurinã. Eles não conseguiram falar, a gente não inaugurou a Starlink. Se tivesse inaugurado... Então, foi isso, Beto, mas estamos colocando extrapauta. Já está feito o esclarecimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vou aprovar em bloco logo os três.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 126, DE 2023**

Requer a realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 128, DE 2023**

Convida o Senhor Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental, para prestar depoimento.

Autoria: Senador Plínio Valério

E tem o do Senador Marcio Bittar... É este daqui? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, o do Beto, que é o nº 127. Eu vou só aprovar, Beto, porque depois a gente vê aqui essa relação.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2023

Requer a realização de audiência pública na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Autoria: Senador Beto Faro

Então são os três requerimentos e o do Marcio Bittar, nº 129.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 129, DE 2023

Convida Fernando Merloto Soave, Procurador da República no Amazonas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a exploração de potássio na região do Município de Autazes, Estado do Amazonas, e a demarcação de nova terra indígena na região.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Convida o Sr. Fernando Merloto Soave, Procurador da República, do Amazonas, a comparecer a esta Comissão. *(Pausa.)*

Antes, Senador Jayme, a saúde está boa? Pronto para enfrentar os depoimentos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Dou prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jayme, Senador Styvenson e Senador Beto, o nosso Relator quer fazer uma observação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Senador Beto, com todo o respeito, eu sou contra se fazer a audiência pública no Acre com essas pessoas ao mesmo tempo. Eu conheço todas elas que V. Exa. sugere. Evidentemente, há uma sugestão que foi acatada pelo Senador Beto. Mas, veja, as pessoas que o Senador Beto convida para a mesma audiência – o Senador Sérgio Petecão também conhece – são aquelas que praticamente toda semana, todos os meses, estão vendendo as suas versões na grande mídia. Se você pegar a mídia brasileira, praticamente você não tem espaço nenhum para que as pessoas que moram na Reserva Chico Mendes possam se posicionar contrárias à forma como ela foi criada ou até à ideia da manutenção da sua vida em regime extrativista.

Portanto, a sugestão da audiência que eu propus há tempos e foi aprovada era para que nós pudessemos ouvir aqueles que não têm espaço para serem ouvidos.

Então, eu sugiro... Se nós fizermos uma mesma audiência pública com esses dois grupos, isso vai virar uma guerra dentro da Reserva Chico Mendes. Você não vai alcançar resultado nenhum. Então, eu sugiro, para que a gente possa fazer um acordo, que a gente aprove, mas que faça essa audiência separadamente. E, aí, o Presidente vai... Tanto que a nossa data não foi marcada ainda. Então, ele vai marcar uma data. Aí, tudo bem; aí, a gente vai, ouve a ideia inicial e ouve também a sugestão do Senador Beto.

Dessa maneira, se for aprovado dessa maneira, eu não tenho nada contra; senão, eu preciso me posicionar contra, porque vai virar uma guerra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está *o.k!*

Com a palavra o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu acho que o que a gente precisa fazer, Sr. Presidente, Sr. Relator, é dar oportunidade para que as várias visões estejam colocadas. Por exemplo, eu ouvi uma afirmação, agora há pouco, do Presidente, inclusive reprisando a fala do ex-Ministro Aldo Rebelo, que é uma das pessoas a quem, inclusive, no dia em que esteve aqui, eu me reportei... Votei nele para Presidente da Casa, votei nele, inclusive, para o Tribunal de Contas quando ele perdeu na votação para a Arraes, lá de Pernambuco... Tenho o maior respeito, mas discordo de uma série de posições dele, está certo? Então, ele tem uma visão de sociedade, uma visão lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da região, mas tem uma série de pontos que... Inclusive, naquele dia, externei uma das que era contrário a fazer a COP no Brasil, porque isso traria problema, uma história de... Se a gente faz a COP em qualquer parte do mundo, o melhor é que se faça dentro da Amazônia, para discutir a Amazônia. Então, tem questões em que a gente discorda.

Aqui, eu citei essa preocupação. Tem toda a minha concordância, agora, tem que dar ouvido também para o outro segmento. E a gente faz em dois momentos, vê o melhor formato, o melhor jeito para que tenha as duas visões e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, não, a gente vai aprovar, mas, de antemão, Senador Beto, pela nossa experiência agora, em São Gabriel da Cachoeira, tivemos índios que viajaram 14 dias, 10, 7 dias e 5, e não foi possível todos falarem, porque a gente sairia de lá à noite e o avião não poderia. A mesma coisa eu vejo aqui, Senador Beto: tem umas 20 pessoas aqui. Não tem como realizar uma audiência ouvindo 20 pessoas. Aí, nós vamos depois nos sentar e falar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós temos aqui, hoje, como participante...

Já chamo, Petecão.

Só quero registrar a presença...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – É uma curiosidade. Tinham falado do Acre aí. Podem nominar? Só para eu saber.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só quero registrar a presença. Posso?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É muita gente. É muita gente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É muita gente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença do Senador Mecias, do Senador Styvenson, do Senador Jaime....

Senador Jaime, o seu lugar é aqui na mesa com a gente, não é? Bota uma cadeira, puxa aí...

Pega uma cadeira para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. Pode ficar aí, Petecão! Fica aqui, Petecão!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Vamos conversar e discutir.

Então, deixem-me ver aqui.

O nosso convidado, o Prof. Virgílio Viana, já está aqui, ele que é Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Ficaram, então, aprovados os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, aprovados.

A gente só vai, depois, conversar civilizadamente, como a gente tem conversado aqui, e chegar a um consenso. Mas, de antemão... *(Pausa.)*

Cadê a abertura?

Eu já posso... Vamos registrar a coisa...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só para deixar absolutamente claro: se está aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos votar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Tá! Mas, assim, nós vamos aprovar e faremos em dois momentos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode ser. Beleza! *O.k!*

Então, coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, portanto, mais quatro requerimentos.

Cadê o meu resumo do nosso convidado?

O convidado é o Sr. Virgílio Viana, Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável, a quem a gente chamou para tirar algumas dúvidas. Ele vai expor, nós vamos perguntar depois e, se não estivermos satisfeitos, a gente vai refazer.

Mas, antes já... É de um minuto... Ah, não; tem quatro, mas é preciso mostrar sim. Esse vídeo aqui é preciso mostrar sim! Ele não é de ontem nem de anteontem, mas ele é muito atual. É o vídeo nº 1. Aí, em seguida, chamamos o nosso convidado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Peço à Secretaria que conduza o Sr. Virgílio Viana para compor a mesa. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

... depoimentos e em documentação apresentada à Comissão Parlamentar de Inquérito, houve diversas menções à Fundação Amazônia Sustentável sobre a atuação na Região Amazônica, referentes à utilização de recursos públicos recebidos pela FAS, de recursos de origem externa recebidos pela FAS, sua origem, legalidade e destinação, bem como das contas referentes ao emprego desses recursos. A gente está trazendo o superintendente para que possa nos esclarecer sobre isso.

O senhor está na presença... Aqui, Sr. Virgílio Viana, não é um tribunal de júri, não é julgamento, isso aqui não é inquisição, o senhor não é réu, não está sendo julgado, portanto, não vai ser julgado por nós. Claro que vai falar para o nosso Relator, os Senadores estarão atentos para fazer perguntas. Se não estiverem satisfeitos ao final, aí sim, a gente o convocará de volta para vir até aqui. Mas, por dever de ofício e uma questão minha, pessoal, eu quero deixar bem claro que aqui não é uma plateia europeia, aqui é uma plateia de amazônidas – Acre, Roraima, Pará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... para o Estado do Rio Grande do Norte, mas nasceu no Acre... Acre e Amazonas. Portanto, somos conhecedores também da Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Srs. Senadores, Sr. Relator, o Sr. Virgílio Viana, baseado no seu depoimento, trouxe uma apresentação de 40 minutos. A gente negociou para que fossem 30, porque, ao contrário dos outros, hoje ele receberá muitas perguntas e terá a oportunidade de esclarecer tudo que quiser.

Com a palavra, então, o Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Viana.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todas e a todos.

Queria saudar o Senador Márcio, o Senador Plínio, o Senador Petecão, que é um grande amigo, o Senador Beto e dizer da satisfação de participar desta sessão. Aceitei o convite que foi feito...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O Senador Mecias aqui.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ah, o Senador Mecias, que eu não tive a honra de conhecer pessoalmente, mas acompanho o trabalho do senhor.

É uma oportunidade, a meu ver, muito importante e eu compareço a esta Casa com muito respeito, Senador Plínio, pelo Senado Federal. Creio que esse tema, do papel das ONGs, é algo em que é muito importante aprofundar.

Eu acompanhei, Senador, as sessões anteriores e acho que a gente vai poder contribuir nesta sessão com um olhar diferente. A gente vive num país democrático e eu tenho visões que não necessariamente são as mesmas daqueles que me antecederam aqui.

Fico feliz de o Senador Plínio ter assegurado um lugar de fala assemelhado ao que foi dado aos que participaram das sessões anteriores.

Eu vou começar fazendo uma pequena apresentação pessoal. Eu conheço algumas pessoas, mas não conheço alguns Senadores e imagino que a recíproca seja verdadeira.

Eu comecei a minha história na Amazônia quando tinha 16 anos. Na minha primeira viagem, eu era estudante do ensino médio, primeiro ano do ensino médio – na época a gente chamava de segundo grau –, quando, com mochila nas costas, eu e dois colegas fomos a Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Vilhena, depois Ji-Paraná, depois Porto Velho, descemos o Rio Madeira de barco até Manaus, de lá fui à Santarém e de Santarém fui pela Transamazônica até Marabá. Foi a minha primeira viagem, Senador Marcio.

Na minha segunda, eu tinha 16 anos e meio. Também de mochila, também com outros colegas, fui à São Luís, fui a Belém por terra, e Macapá. Conheci quase toda a Amazônia, não conheci o Acre naquela oportunidade nem Rondônia, mas acho que ali surgiu uma paixão pela Amazônia, e é isso que me motiva a minha vida inteira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu fiz engenharia florestal, eu fui o único da minha família que não estudou medicina ou direito. Meu pai era um grande jurista, foi diretor da Faculdade de Direito durante três mandatos, a Casa de Afonso Pena, muito tradicional faculdade de Direito de Minas Gerais. Minha mãe era médica, meu avô médico, mas eu saí do convencional e fui fazer engenharia florestal. E o meu primeiro estágio foi na Amazônia. Eu fui a Belterra, ou melhor dizendo, a Curuá-Una, Senador Beto, onde naquela ocasião a Sudam tinha uma ótima estação de pesquisa florestal. Da Sudam, a Clara Pandolfo, à época, era uma grande e notável técnica e liderança da Sudam.

E, depois, voltei, fiz o meu doutorado, fiz nos Estados Unidos, em Harvard. Tive o privilégio de estudar numa grande universidade e no trabalho de campo eu voltei à Amazônia, morei em Santarém, próximo a Santarém, Belterra, e, depois dali, voltei e comecei a fazer vários trabalhos no Acre à época. Temos, com o Senador Marcio, um amigo em comum. E tive a oportunidade de conhecer bastante o Acre. Eu fui a pé do Seringal Cachoeira até a divisa com a Bolívia, até o Espera-Ai. Depois tive a oportunidade de trabalhar um pouco no Amapá, trabalhar um pouco no Pará, depois no Amazonas.

Então, foi essa história de dedicação à causa. As pessoas, às vezes, me perguntam: "Por que você está aí, não está numa organização internacional ganhando muito mais ou numa empresa privada ganhando muito mais do que você ganha hoje na FAS?". Acho que é o amor à causa, e esse amor à causa não é só meu, são dos 143 colaboradores da FAS, que são muito engajados nessa história.

Então isso aqui é um preâmbulo para dizer um pouco do que antecede o que eu vou apresentar aqui. Eu queria solicitar uma pequena apresentação de PowerPoint.

Antes disso, eu vou só compartilhar aqui o São Francisco, sou devoto de São Francisco, e queria lembrar aqui uma oração de São Francisco que é: oh, Mestre, me permita que eu cuide mais, que onde houver erro, que eu leve a verdade; onde houver desesperança, que eu leve a esperança. Então é com esse espírito – viu, Senador?, sei que o senhor teve uma formação cristã também – que eu venho aqui trazer a verdade, porque, muitas vezes, agindo de boa-fé, as pessoas não têm acesso à informação e acabam fazendo uma interpretação que não corresponde à verdade. Então aqui eu venho com esse espírito franciscano.

A FAS tem 15 anos, a FAS é sediada em Manaus, e nós temos dois propósitos, Senador Petecão: contribuir para a melhoria da qualidade de vida; e promover a conservação ambiental. E aqui eu deixo um conceito que eu acho importante, não existe, Senador Plínio, na minha visão, o antagonismo entre conservar a floresta e gerar prosperidade. É possível ter prosperidade com a floresta em pé. Eu trago aqui o exemplo da Suécia, um dos países mais prósperos do mundo: 70% da cobertura da Suécia é florestal. É o país que tem os melhores indicadores de IDH, de expectativa de vida, etc., baseada numa economia florestal. Então eu acho que esse binômio floresta em pé e prosperidade é algo que nós devemos conjugar mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A FAS, Senador Plínio, muitas vezes é interpretada de uma forma que não corresponde aos fatos: 76% dos nossos colaboradores são amazonenses; 60% dos superintendentes, dentro dos quais eu me incluo, são amazônidas – e eu me incluo como amazônida, Senador Beto Faro, porque eu recebi o título de cidadão amazonense da Assembleia Legislativa, recebi o título de cidadão de vários municípios no interior, de Humaitá, de Manicoré, de Manacapuru, então nós somos de alma amazônica –; 70% possuem nível superior; e 57 % são jovens.

Então, Senador Plínio, nós temos um orgulho de ter no nosso corpo egressos da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), da UEA, do Ifam e de tantas outras universidades que fazem parte do Amazonas. Então aqui a gente representa, de uma certa forma, esse conjunto de jovens, de profissionais da região que trabalham arduamente com essa agenda de levar o desenvolvimento sustentável às comunidades.

Esse eslaide mostra a estratégia de atuação nossa. Nós não trabalhamos só com a pesca, ou só com a agricultura, ou só com a educação. Nós trabalhamos com o que chamamos de uma abordagem sistêmica, ou seja, com tudo. São 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, do qual o Brasil é signatário, isso é da ONU, e isso está representado no círculo externo.

No círculo interno, são oito eixos temáticos, Senador Plínio, que são resultado de mais de mil oficinas de planejamento participativo. O Senador Petecão já participou comigo de oficinas no meio da floresta. E, no centro dessa estratégia, está a educação e a bioeconomia. Então, essa é a maneira conceitual com que nós organizamos o nosso trabalho.

Hoje nós chegamos a 802 comunidades, com cerca de 60 mil pessoas que são beneficiadas diretamente. Esse gráfico mostra a evolução da renda e a superação da pobreza. Cada coluna são diferentes territórios dentro do Amazonas. A linha azul é quando nós começamos o trabalho, em 2009. Em 2016, a linha amarela; em 2019, que foi o último levantamento e nós estamos o repetindo este ano, nós triplicamos a renda, superamos essa linha vermelha pontilhada, que é a linha da pobreza extrema, ou seja, na média, nós conseguimos avançar com a geração de renda.

Então, o pessoal brinca, no Amazonas, que a FAS faz, a FAS não promete, a FAS realiza as ações. E esse gráfico mostra a evolução do número de oficinas que nós fizemos com uma média de 153 participantes; nós fizemos mais de mil oficinas dessas. E a lógica é a seguinte: não somos nós, em Manaus, que decidimos o que fazer, nós fazemos a partir das prioridades que são identificadas pelas próprias comunidades. Numa comunidade, é energia solar; na outra, é água potável. Essas são fotos de exemplos de oficinas dessa natureza. Nós temos uma equipe formada para isso, com uma tecnologia social, que já foi premiada nacional e internacionalmente, para a gente fazer essa pesquisa ou essa consulta de forma qualificada.

Este é um vídeo que... Talvez precise cutucar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este é o Nelson Brito, Presidente da comunidade Santa Helena do Inglês – o Senador Plínio conhece bem o Rio Negro –, ali na região que está no limite entre Iranduba e Novo Airão. Ele é uma liderança comunitária, hoje próspera. Lá, naquela região, eles viviam da pesca que era feita com os barcos que vinham de fora. Hoje, a pesca é feita 100% por barcos dos comunitários.

Nós medimos, ao longo do nosso trabalho, de uma maneira muito profissional. E, aliás, eu aproveito para fazer um registro aqui, Senador: as ONGs, hoje, não são instituições que trabalham com voluntários, são instituições profissionais.

Então, nós usamos métricas para aferir o nosso trabalho de uma maneira profissional. E, ao longo desse período – 2011, 2015, 2019 –, nós fizemos a seguinte pergunta: que nota que um senhor comunitário dá para o trabalho da FAS? Nós começamos com 6,6 para os nossos funcionários e terminamos com 8,7; começamos com 7,4 e terminamos com 8,4, ou seja, nós temos uma avaliação muito boa. Não é nota 10, mas nós estamos perseguindo a nota 10, estamos caminhando nessa direção.

Um dos temas que surgiu nesta CPI foi a questão de origem dos recursos, se é nacional ou internacional. No caso da FAS, 85% dos nossos recursos são de origem nacional – esse é um tema que foi bastante debatido aqui.

Do ponto de vista público e privado, 80% dos recursos são de natureza privada. Nós recebemos recursos que são difíceis, e aproveito para fazer um registro aqui: não é que a gente recebe recursos que caem do céu porque a gente é simpático, é difícil conseguir isso.

Aliás, eu faço um outro registro importante: em países como os Estados Unidos, o sucesso é motivo de aplauso. Parece que o fato de nós termos tido sucesso em conquistar recursos é um demérito, na verdade isso é difícil, Senador. É difícil conseguir essa captação.

Hoje o mundo é competitivo. Conseguir aprovar um projeto no BNDES, no Fundo Amazônia, não é fácil. Não é fácil. Os técnicos do BNDES são extremamente profissionais, extremamente rigorosos. Eu digo isso porque nós já submetemos vários projetos ao BNDES, em alguns tivemos sucesso, em outros não tivemos sucesso, porque outros foram mais competentes do que nós.

Então, a gente vive em um mundo profissional que requer competência. E a FAS conseguiu, sim, recursos relevantes, mas eu gostaria, Senador, de oferecer uma perspectiva diferente: ao invés de achar que isso é um problema, olhar para isso como um mérito.

Felizmente, nossos amazônidas foram competentes o suficiente para conquistar esses recursos. Foram os jovens que nós empregamos na FAS, na Fundação Amazônia Sustentável, que tiveram a competência profissional de escrever projetos que venceram a concorrência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa a narrativa. Eu sugeriria que esta CPI olhasse o tema do sucesso como um mérito e não como um demérito, não como um problema.

Gastos na atividade-fim e atividade-meio. Atividade-fim é a ponta, o que chega lá na ponta. E aí eu queria fazer um registro também de que nós temos um apreço muito grande... *(Pausa.)*

... nós temos um apreço muito grande por métricas. Então, nós temos uma superintendente, que é uma amazônida, engenheira florestal formada na Ufam, a Michele, que cuida da curadoria de indicadores. Então, nós medimos tudo. Tudo. Nós medimos o que nós gastamos com a área-fim e com a área-meio – meio é administração, é comunicação, etc. Então, na média 23%, ou seja, pouco mais de três quartos dos recursos chegam às comunidades, porque uma das perguntas é: Onde foi parar, para onde vai o dinheiro? Vai para as comunidades; três quartos.

Nós gastamos um quarto na área meio porque nós precisamos ter prestação de contas, nós precisamos ter auditoria, nós precisamos ter as contas organizadas. Então, é um terço. É muito eficiente, muito mais eficiente, por exemplo, do que o gasto de instituições públicas, que têm um valor de gasto com pessoal muito maior.

Parcerias. Nós trabalhamos com o conceito de ecossistema de parceiros. São 344 parceiros com que nós trabalhamos. Alguns nos financiam, outros nos dão recursos, outros nos dão trabalho. Muitas vezes nós temos uma parceria com a prefeitura municipal, que fornece uma determinada coisa, e nós entramos com outra coisa. Por exemplo, construção de escolas. Nós fazemos várias construções de escolas em parceria com várias instituições. Então, o principal são empresas, instituições governamentais, outras organizações da sociedade civil, universidades, instituições internacionais, associações comunitárias, etc. Então, é uma aliança do bem.

E aí, eu gostaria também, Senador, de oferecer uma visão de que as ONGs são catalisadoras de alianças do bem. Muitas vezes se constrói uma teoria conspiratória, como se a gente fosse parte de uma coisa do mal. Na verdade, Senador, eu acho que o que nós temos é uma oportunidade de olhar as organizações não governamentais como gestoras, animadoras de alianças do bem, em prol de ações de interesse nacional.

E com relação a um outro tema, que é a prestação de contas, nós somos muito monitorados, muito acompanhados. Muitas vezes, Senador Petecão, é colocada a ideia de que as ONGs não têm controle. Eu acho que as ONGs têm muito controle. No caso específico nosso, nós temos uma administração e uma contabilidade profissional. Ela submete as nossas contas a uma auditoria independente, uma empresa contratada para esse fim. O parecer desta auditoria independente vai pro o conselho fiscal, que é composto por voluntários – inclusive, diretores do Conselho Regional de Contabilidade, Senador Plínio, do Amazonas, fazem parte voluntariamente do Conselho Fiscal da FAS. Nós temos esse privilégio de ter vários conselheiros que são voluntários. Então, no caso do conselho fiscal, temos quatro conselheiros e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselheiras, que são pessoas notáveis no ramo da contabilidade. Já tivemos vários conselheiros, que já cumpriram seus mandatos.

Com base no parecer do conselho fiscal, ouvida a auditoria independente, as prestações de contas vão pro conselho de administração, que tem 21 conselheiros, entre titulares e suplentes, que analisam essas prestações de contas e, após essa análise, aprovam ou não. Até hoje, foram mais de 30 auditorias e prestações de contas documentadas. São semestrais. São semestrais essas auditorias, e registro que elas são rigorosas, eles sorteiam despesas, analisam se o recibo, a nota fiscal está certa, etc.

Aprovado pelo conselho de administração, isso vai para o Ministério Público estadual. Uma fundação, como é o caso da FAS, é monitorada, acompanhada pelo Ministério Público estadual. Todas as prestações analisadas pelo Ministério Público da FAS foram aprovadas. Então, nós temos aprovação das auditorias independentes, do conselho fiscal, do conselho de administração e do Ministério Público.

Isso é registrado em cartório e, obviamente, torna-se, portanto, um documento de livre acesso e, além disso, nós publicamos no *site*. Várias das coisas que surgiram nesta CPI foram fruto do acesso que todos têm, os técnicos da CPI, às contas da fundação que estão disponíveis no *site*. Então, a transparência, Senador, é uma coisa que é parte do nosso etos, do nosso código de conduta e princípios de ética.

No caso de recursos que vêm de origem pública, então, a nossa administração presta conta às instituições. No caso do BNDES, por exemplo, que é uma instituição governamental, nós prestamos contas ao BNDES. E aí nós somos alcançados por quem? Pelo Tribunal de Contas da União; o TCU audita o BNDES e nos alcança. Então, nós tivemos auditorias do TCU e auditorias do TCE, que é o Tribunal de Contas do Amazonas.

Então, esse é o conjunto de instrumentos em que a FAS é monitorada e, felizmente, com muito orgulho, eu digo aqui, nem digo isso em nome da equipe da administração da FAS, que nós tivemos 100% de aprovação nas nossas contas.

Aqui são as fotos dos conselheiros fiscais: o Prof. Kassai, que é professor da FEA, da USP; a Joseny, que é Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Região Norte; o Robson, que também é do Conselho Regional de Contabilidade no Amazonas; e a Prof. Yara, que é professora da Federal do Rio de Janeiro, com doutorado e tudo mais.

Bom, a nossa atividade está dividida em cinco programas: programa de prosperidade; programa de empreendedorismo – e sei que o Senador Marcio aí tem um apreço especial por este tema de negócios sustentáveis, não é Senador? –; o tema da sustentabilidade, educação para sustentabilidade; soluções inovadoras; e saúde na floresta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São cinco programas, e eu começo pelo programa de prosperidade – inclusive esse foi um tema em que, na visita que fiz ao Senador Marcio, ele ficou muito interessado: soluções para a geração de energia distribuída no meio das comunidades, sistemas isolados. E os Senadores que conhecem profundamente a realidade da Amazônia sabem da dificuldade de linhas de transmissão no meio da floresta. Nós, em parceria com várias empresas privadas, desenvolvemos um sistema de microgeração, de microgrid, que se chama, com baterias de lítio de última geração, fabricadas em Manaus, na Zona Franca de Manaus, com inversores, Senador, fabricados em Manaus também.

Nós só não temos ainda a placa solar, mas eu defendo – e aí eu deixo uma sugestão pra CPI – que encaminhe no âmbito do Senado instrumentos que possam atrair a indústria de placas solares, porque aí a gente tem a solução pra Amazônia. O caminho da prosperidade começa com a energia solar. E nós temos experiências concretas funcionando hoje, nós já estamos na terceira geração, Senador Chico, na terceira geração.

Nós começamos com baterias, que antigamente eram de caminhão, com aquele banco de baterias de caminhão. Agora, nós estamos com bateria de lítio, Senador Petecão, que são espetaculares. É a última geração. E energia 24 horas. E, agora, nós estamos entrando, nesse caso específico, na comunidade de Santa Helena, que eu conheço bem, na segunda etapa, que é ampliar essa geração de energia para colocar a indústria. Nós vamos botar a indústria do pescado. Com isso, o pescador, ao invés de vender a matrinxã e o jaraqui a R\$30, vai vender a R\$200. Por quê? Na entressafra, que são poucas semanas depois, o preço sai de R\$30 pra R\$200. O jaraqui é o peixe mais popular do nosso querido Amazonas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É o comedor de jaraqui aqui, não é, Senador? *(Risos.)*

E aí a gente... Acho que tem um outro videozinho aqui para ilustrar um pouco dessa história.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Falha no áudio.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Acho que cortou aqui.

Esse é o Emerson, é uma outra liderança importante. A gente tem lideranças muito boas no meio da floresta, capazes de articular uma visão de mundo muito relevante.

Quando a gente fala de prosperidade...

Parece que comeu um eslaide aqui. Perdeu-se um eslaide aqui no meio do caminho, mas tinha um eslaide de um cidadão carregando um cesto, um jamanxim de macaxeira e mandioca para fazer farinha nas costas.

Uma das coisas em que nós investimos bastante, Senador, e aí tem uma experiência muito rica, é a mecanização da produção e do transporte, porque carregar nas costas... O fardo é duro, e o jamanxim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cheio de macaxeira e mandioca é duro. E aí nós não apenas usamos recursos do Fundo Amazônia para financiar esse tipo de atividade produtiva, mas nós agregamos uma tecnologia social que é extremamente relevante. Qual que é a tecnologia? É a gestão do bem. Ao invés de dar e virar as costas, antes de chegar a um implemento desses, Senador Plínio, nós fazemos uma oficina na comunidade para ver quem é que vai ser o responsável para gerir aquele microtrator; como que vai ser cobrado o uso do microtrator – porque cada um paga pelo uso do microtrator, porque esse trator vai furar o pneu, vai precisar trocar óleo, vai dar um problema.

Então, o que acontece, muitas vezes, é que as comunidades não têm esse trabalho, recebem o bem e esse bem logo, logo, está quebrado, está sucateado, etc.

Eu tive a oportunidade de visitar a calha do Madeira recentemente, Senador, e visitei um trator que tem 13 anos que a FAS comprou. Estava o trator impecável. E aí, o que tinha acontecido com esse trator? O gerente, o gestor do trator – voluntário, um rapaz da comunidade – tinha acabado de comprar um pneu novo. O trator estava até meio troncho, assim, meio "de banda", porque tinha conseguido comprar só um; mas já estava com dinheiro para comprar quase o segundo. E o trator estava em perfeitas condições.

Aqui é usado para transportar bananas, isso na calha do Madeira, que é outra coisa relevante.

A prosperidade, na nossa visão, tem que envolver não só a energia solar, não só o implemento. Ela tem que envolver também a questão da comunicação.

Nós fizemos, no início do nosso trabalho, a maior rede de rádios de comunicação, que servia para área de saúde, servia para área de educação, etc., 160 rádios. Agora nós estamos com mais de cem postos de conectividade com internet, Senador Chico.

Nós temos a Starlink – que foi uma tecnologia nova que chegou e que está funcionando de uma forma muito relevante – e nós estamos usando isso para telessaúde e para bancarização. Nós temos hoje várias agências bancárias, correspondentes bancários no meio da floresta.

Isso tem gerado uma prosperidade maravilhosa e eu podia discorrer aqui muito mais sobre isso, mas o tempo é pouco.

Está aqui a foto do jamanxim! Acabou entrando... Imagine uma dessa, meu parceiro! Imagine carregar isso quilômetros nas costas, atolando... Compara isso com aquela foto anterior do tratorzinho. Isso é uma coisa simples, parece óbvio, mas muda a vida das pessoas radicalmente.

Bajaras são canoas para a pesca do pirarucu. Nós investimos muito em bajaras e aí nós conseguimos enfrentar um tema sério: a maior parte da receita – 15% apenas fica com os pescadores... A maior parte da receita vai para os intermediários, o marreteiro, que paga R\$3, Senador, pelo quilo do Pirarucu, R\$3,50. A maior parte fica com os intermediários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós fizemos? Nós investimos na cadeia produtiva. De novo, vai o tratorzinho ali ou a motinha, neste caso, é uma motinha que é ótima para levar o pirarucu dentro. Em vez de carregar o pirarucu nas costas, 100kg de pirarucu, 80kg de pirarucu, às vezes mais, isso vai na motinha.

Investimos em dezenas de barcos de transporte do pirarucu para que o pescador, em vez de vender para o marreteiro no Beiradão, possa vender, diretamente, na sede do município. Isso foi uma mudança enorme, essa desintermediação da cadeia produtiva, esse é o termo técnico.

Além disso, nós investimos muito em microindústrias. Isto aqui é uma pequena fabricante, em Novo Aripuanã, na calha do Rio Madeira, e esta é uma pequena fabricante em que a gente investiu com duas ou três bateadeiras de açaí e uma meia dúzia de *freezers*. Este microempresário deu um salto na sua renda e isso permitiu também agregar valor ao produtor de açaí, à produtora de açaí. A gente tem muitos exemplos disso. Se eu tivesse mais tempo, eu poderia falar muito disso e falar do guaraná, que a gente investiu bastante também no aumento da produtividade do guaraná.

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este aqui é um mapa das cadeias produtivas em que nós atuamos: o açaí, o artesanato, etc. Para cada cadeia produtiva dessa, nós temos uma publicação técnica sobre as lições aprendidas com guaraná, com cacau, com pirarucu, etc., e um vídeo. Isso está livre, está disponível para a internet, para órgãos públicos que trabalham com assistência técnica e extensão rural, para outras organizações da sociedade civil, para universidades, etc.

Na área de saneamento, nós temos, nisso também, um dos focos prioritários, a melhoria do acesso à água potável, que tem grande impacto sobre a saúde pública. Aqui está um exemplo de um poço artesiano com energia solar, caixa d'água e redistribuição. Isso mudou profundamente e tem um impacto enorme na vida das pessoas, do ponto de vista de saúde pública e do ponto de vista de conforto. Imagine uma senhora como essa que mora no Beiradão do Rio Aripuanã...

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... tinha que descer uma escadaria enorme para fazer uso da água potável.

Eu sei que o meu tempo acabou. Eu queria só terminar com este último vídeo aqui, Senador, e aí vamos em frente. É o último vídeo e depois eu concluo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, eu falei... Aqui tem um programa de empreendedorismo que, no ano passado, R\$5 milhões, 24 empreendimentos. Eu queria só concluir aqui com um tema que é o tema da educação. Depois eu acho que eu vou ter oportunidade de falar outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas, que o Senador falou. Mas eu queria deixar esta imagem: nós construímos nove *campi* no meio da floresta. Cada *campus* desse, universitário, que não é bem um *campus* no sentido tradicional, mas é uma invenção de um programa de educação apropriado para o meio da floresta.

Eu queria deixar essa CPI também com uma sugestão. Acho que os senhores que têm aí a prerrogativa de fazer emendas...

(Soa a campainha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... parlamentares, um investimento numa estrutura dessa, que tem posto de saúde, escola, laboratório digital, alojamento para estudantes, casa do professor, laboratório multiuso no meio da floresta cria oportunidade de cursos técnicos. E nós temos vários cursos técnicos feitos em parceria com as escolas técnicas do Amazonas (Cetam) com a universidade estadual dentro da floresta. E isso, a meu ver, é o começo de uma mudança para a prosperidade.

E eu paro por aqui, em consideração ao tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Virgilio Viana. Terá oportunidade...

Nós fizemos inscrições já. Estão todos, inclusive você também eu já coloquei, mesmo sem pedir, tá? Estão todos inscritos aqui.

O Relator vai falar e depois é o Marcio, o Beto, o Styvenson, o Mecias, Petecão, o Chico.

Mas eu quero usar da prerrogativa de ser Presidente para falar uma coisa aqui.

Ele é devoto de São Francisco. Eu também o sou, inclusive no nome.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Inclusive no nome. Mas ninguém é Francisco aqui. Só eu.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O meu pai tem um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas de Francisco aqui só eu. Então eu sou devoto tanto quanto.

Não posso perder a oportunidade da piada. Ele falou que a FAS faz. Já os que reclamam para mim dizem que a FAS faz de conta. Eu não posso perder a piada também nesse aspecto aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou convencido de que é um bom trabalho... Eu estaria convencido. Mas eu quero ficar convencido se o senhor me disser quanto, nesses 15 anos, a FAS arrecadou para fazer esse trabalho. Aí eu vou ficar satisfeito. Eu vou pegar o dinheiro captado e vou dividir com esse trabalho aí. Eu vou ficar satisfeito. Eu queria saber quantos milhões a FAS recebeu durante esses 15 anos, porque só num ano me parece que foram duzentos e poucos milhões. Então, para que eu me sinta convencido até o final da sessão, eu precisava saber quanto a FAS arrecadou nesses 15 anos. Repito: vou comparar com o trabalho, e aí vou ficar convencido ou não.

A gente tem dito muito aqui, Sr. Virgílio, que o trabalho que você está fazendo é bom, num universo grande. A gente tem dito que o índio não quer tutela. Se deixar o índio solto, olha só o que ele faz.

Por favor, eu queria o Vídeo nº 2.

Não precisa de tutela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Isso aí reforça o que a gente tem dito: índio não precisa de tutela. Tem que dar liberdade para que ele, como foi dito aqui, com o fruto do seu trabalho, possa sustentar sua família. Aí tem ONGs que não permitem o turismo e não permitem estrada porque não fazem parte da cultura. Eu só mostro isso para dizer que, se tem fundações, se tem ONGs trabalhando bem, o índio não quer mais tutela. Deixem-no só, que ele vai fazer.

Essa ideia, essa sugestão das emendas parlamentares, Sr. Virgílio, a gente tem feito, muito, principalmente no Alto Rio Negro, onde me parece que a FAS ainda não chegou, que eles necessitam muito disso para lá.

E, por último, aproveitando e não abusando dos Senadores, eu queria, depois, que o senhor me falasse sobre esse convênio que está em via de ser executado, ou já foi, pelo qual o senhor vai receber R\$78 milhões do Governo da Alemanha exatamente para tratar, parece-me, de placas solares.

Eu reclamo porque, no meu entendimento, deveria ser o Governo do Amazonas, deveria ser a Secretaria do Meio Ambiente, o Instituto de Proteção Ambiental, mas não, foi para a fundação. Eu queria saber em que pé está essa situação.

E vou... Se o senhor quiser responder agora...

Gente, eu queria começar com o Senador Marcio, a palavra é do Relator, eu não queria, Beto, aquela assim: três blocos, aí passam nove perguntas, aí ele vai responder nove perguntas... Quer dizer, não fica muito dinâmico. Eu queria uma, e depois volta, entendeu? O Beto faria uma...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Falo de dinâmica. Eu digo que, se você fizer uma e ele responder, depois você volta. Então, vocês que decidem aqui. Eu só estou aqui coordenando.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só temo pelo nosso pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, mas eu acho, Beto, que o tempo fica... Três agora: você, Mecias e Styvenson. Três perguntas. Ficam nove para ele responder. Perde dinamismo. Então, assim que responder às minhas perguntas, Sr. Virgílio, passarei a palavra para o nosso Relator, Senador Marcio Bittar. Aí, sim, a gente vai ter que dar uma disciplina, tempo de resposta. A gente, normalmente, leva dois ou três minutos para responder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para uma questão de ordem, o Senador Mecias.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim, passei para ele, sim. Já passei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é só a minha, porque o Presidente tem essa prerrogativa. Depois, calar-me-ei.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Perdão.

Senador, sendo bem objetivo nos três minutos aqui, eu concordo...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Pode ir. Isso foi sem querer.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... com a fala do indígena que apareceu aqui dizendo que o turismo é bom e que o índio não quer tutela. Não tenho nenhuma objeção com relação a isso.

Com relação às emendas parlamentares, fico feliz que o senhor tenha sinalizado nessa direção.

Com relação ao que a FAS gastou, na verdade, eu construiria de outra forma. O quanto que a FAS conseguiu implementar. E ela conseguiu implementar fruto da competência em capitais e recursos. Não caíram do céu. Nós não somos uma instituição de governo, que recebe anualmente recursos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só uma colocação: não perguntei quanto gastou, não, perguntei quanto arrecadou em 15 anos.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – E ela também não arrecadou, ela conquistou, com base na sua competência, projetos num ambiente competitivo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quanto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Quanto? O orçamento nosso está todo publicado no nosso *site*, todas as informações estão lá. Todas. Do ano 1 ao último ano. Todas. Nosso orçamento variou de R\$20 a R\$40 milhões, variou anualmente. E foram prestadas as contas, de todos os recursos foram as prestadas contas. Todos, todos, 100%.

E aí, Senador, eu queria registrar: essas coisas que nós vemos custam dinheiro. Fazer uma estrutura, um *campus* daquele, de educação, custa, mais ou menos, R\$3 milhões para construir, custa, mais ou menos, R\$300 mil, por ano, para manter. Nós temos nove, e todos funcionando, com manutenção etc., etc., etc.

Então, o recurso... eu diria até o seguinte: nós, quando somos auditados, os auditores se espantam com o tanto que a gente consegue fazer com o recurso de que dispomos. A nossa preocupação – e aí vem muito do nosso conselho –, é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... uma preocupação de fazer mais com menos, a gente é espartano. A gente economiza, Senador Chico, a gente economiza com carona. A gente procura pegar carona com a nossa equipe, dividindo a gasolina com outra instituição, às vezes dividindo com a prefeitura, quer dizer, a gente reduz ao máximo o custo para que a gente possa sempre fazer mais com menos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Eu vou, então... Peço à assessoria que veja os balanços e multiplique por 15. Aí eu vou saber quanto a FAS conquistou nesses anos. E faltaram só os 78 milhões do convênio, em seguida.

Questão de ordem do Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É porque ele precisa ser mais objetivo na resposta. Ele não respondeu a sua pergunta. Quanto, de fato? Quem é o gestor da FAS? É o senhor? Se o senhor é o gestor, o senhor tem que saber quanto arrecadou ou quanto conquistou, como o senhor prefere dizer? É uma pergunta simples.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu achei que eu tivesse dado essa resposta. O orçamento variou de R\$20 milhões, por ano, a 40 milhões, por ano. São 15 anos. Se fizemos uma média, 15 vezes 30, dão R\$ 400, em números grosseiros. Isso é um universo de tempo grande.

Eu com relação aos recursos da Alemanha, é com muita satisfação que eu venho aqui dizer que nós conquistamos isso numa competição internacional. Não caiu do céu. Nós estamos trazendo para o Amazonas e para o Pará, que são dois estados, recursos da Alemanha. Nós participamos de uma competição com treze instituições internacionais e, felizmente, fomos os ganhadores e vamos fazer a execução disso com a maior seriedade possível.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar; em seguida, o Senador Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Como Relator... Cabe, vamos dizer assim, mais à figura do Relator o estudo, a apuração, a dedicação e inclusive a priorização, dada a responsabilidade que o Presidente me conferiu.

Eu tenho aqui uma série de perguntas. Vou fazendo cada pergunta, e o convidado vai respondendo.

Eu quero ser bastante objetivo, para não perdermos tempo, mas apenas um comentário: acho que não tem no Congresso Nacional nenhum político que, chamado a prestar conta do seu trabalho, vamos dizer da Amazônia, não conseguiria fazer demonstrações, vídeos, testemunhos de pessoas aprovando o seu mandato, em que pese que isso talvez não tenha tirado a região que ele representa da miséria em que ela se encontra. Então, eu não tenho dúvida de boas intenções, mas existe um ditado que diz que de boas intenções o inferno está completamente cheio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: o que é que se resolveu até agora para a Amazônia brasileira? Financiamentos de fora vinculados a ONGs brasileiras estão a serviço de quem? Eu sou do Acre, represento o Acre mais ou menos como a sua história, Virgílio: alguém que nasceu em São Paulo e completou o seu décimo ano de vida no Acre, terra da Ministra Marina Silva. A desconfiança desta CPI – isso não é escondido, isso é dito – é que, em nome das ações patrocinadas na ponta pelas ONGs, está um preço a ser pago por quem mora na Amazônia, que é o preço da abstinência sobre os recursos naturais.

As soluções... Eu me lembro de que o Acre foi governado por mais de 20 anos por esta mentalidade de que a floresta em pé vai render mais. E, depois de terem essa oportunidade, entregaram o Acre mais pobre e mais violento.

É evidente que, se você for pegar um nicho... Você pega lá uma comunidade não sei de onde, você vai ter lá agradecimento, tem lá alguma coisa funcionando. Mas, se isso for em função da paralisia ou da quase proibição das obras de infraestrutura e das mudanças na legislação que possam permitir que o povo da Amazônia utilize seus recursos naturais em potencial, é um preço caríssimo que a Amazônia brasileira está pagando. Mas não duvido de boas intenções e não duvido de que, nesse meio, como tem no Congresso, como tem em qualquer lugar...

Também não posso aceitar nunca a ideia de que, por ser ou por pegar o nome... Já dizia Fernando Henrique Cardoso que deveriam ser chamadas de organizações neogovernamentais e não organizações não governamentais, porque têm relação intrínseca com os Governos do Brasil, dos estados e até de fora do país. Mas é apenas para introdução.

Reforçar, Sr. Virgílio, aquilo que o nosso Presidente disse: você está aqui como convidado. Muito obrigado pela presteza de vir aqui, como convidado.

E claro que todos que nós estamos chamando... Inclusive, até para orientação do Beto, é comum nas CPIs que a gente convide todo mundo. E as pessoas estão vindo de boa vontade. É evidente que aqueles que porventura não quiserem e que a gente considere muito importantes, aí, sim, serão convocados, assim como aqueles que prestarem aqui o seu depoimento como convidados, e, caso sejam confrontados com dados e informações, inclusive as sigilosas que temos e que desmintam as afirmações, serão chamados de novo não como convidados, mas, sim, como convocados.

Mas iniciando, tentando ser bastante objetivo: houve participação de agentes públicos brasileiros ou de entidades governamentais brasileiras na fundação da FAS? Houve a participação de alguma organização internacional, governamental ou não, na fundação da FAS?

Essa é a primeira pergunta, Sr. Virgílio. Eu vou perguntando, o senhor vai, à vontade, respondendo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Está ótimo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, primeiro, sobre o preâmbulo seu, eu só acrescento que nós não temos apenas boas intenções, nós temos métricas. Nós medimos isso, e não são histórias. A gente mede com muito rigor e a gente é auditado e avaliado independentemente sobre essas métricas.

E, sobre também o papel do Estado, eu sou da opinião de que nós devemos, sim, fortalecer o papel do Estado. E acho que a melhor vacina que a gente pode ter contra qualquer ameaça à nossa soberania é a presença do poder público. Eu acho que o aumento da violência na Amazônia... Eu acho que esta é a grande ameaça que eu vejo à soberania nacional: o avanço do crime organizado, do narcotráfico. Nós temos tido vários episódios de ameaça de morte de pessoas ligadas à FAS, funcionários da FAS, em função do narcotráfico. Então, eu acho... Eu defendo muito a posição de fortalecer o Estado.

Sobre a pergunta específica da participação de agentes e participação de pessoas de fora do Brasil, de agentes públicos... É isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A FAS foi criada, teve uma autorização da Assembleia Legislativa específica, o Governo do estado foi um dos instituidores da FAS, em conjunto com atores privados. O senhor, inclusive, que tem uma posição liberal, é uma PPP, como se fosse uma parceria público-privada. Isso foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e não houve nenhuma participação internacional – zero, zero. A FAS é 100% nacional. E a gente tem muito orgulho disso – viu, Senador? –, de ser uma instituição que valoriza a inteligência nacional. Os colaboradores são... como eu mostrei aqui, mais de três quartos dos nossos colaboradores são amazonenses, nascidos no Amazonas, e outros tantos são amazonenses de coração, como é o meu caso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É, estava ali no eslaide.

A segunda pergunta é: de onde vieram os recursos para a constituição da fundação e quais foram esses recursos?

E vou emendar com uma terceira que faz parte: a FAS é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)? Sim ou não? Caso negativo, não há interesse da instituição em adquirir essa qualificação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A última pergunta: nós não somos Oscip. Estudamos a possibilidade de ser Oscip, não nos pareceu, segundo a nossa assessoria jurídica, apropriada. E nós somos uma instituição de interesse público, outorgada nos termos da lei.

Com relação aos recursos, nós tivemos a instituição da FAS com duas doações: uma doação do Governo do estado e uma doação do Bradesco; posteriormente tivemos uma terceira doação da Coca-Cola e uma outra doação da Samsung. Foram as empresas... Isso tudo está disponível no nosso *site*. Toda a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa história, 100% da nossa história, 100% está disponível no nosso *site*. E, além disso, temos também um livro – como o senhor me conhece, venho um pouco da área acadêmica, então tenho um pouco de hábito de escrever –, escrevemos um livro de dez anos da história da FAS, quando completamos dez anos, hoje temos quinze, que conta essa história bem em pormenores. Então, é um livro aberto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Como a FAS se relaciona com outras ONGs? Existe uma rede formal ou informal de ONGs? Basicamente na Amazônia, porque isso é uma correlação de assuntos – e me parece que outras tantas ONGs também se debruçam sobre essa mesma temática.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, o Senador Styvenson quer fazer uma observação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu fiquei aguardando, Marcio Bittar, a resposta dele do capital inicial.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Valor total?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não. Do inicial. Do inicial da formação da FAS.

Eu poderia estender a pergunta do senhor sobre se ele fez parte da constituição da FAS...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Lá atrás.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Senador, acho que eu tinha sido claro. Foram 20 milhões de uma doação do Governo do estado, 20 milhões de uma doação do Bradesco e depois... Isso no início. Depois, logo em seguida, houve uma terceira da Coca-Cola e uma outra da Samsung. Então, esse foi o capital inicial da fundação. Isso foi o que constituiu a fundação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Não. O senhor fez parte? O senhor que teve a ideia? O senhor que a gerou?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. A criação da fundação, a criação da FAS foi feita à época pelo Governador Eduardo Braga, representando o Governo do estado, que era o titular, Governador à época. Nós estamos no sexto Governador. E aproveito para dizer que muitas vezes as pessoas atribuem ao fato de o Governador Eduardo Braga ter criado a FAS como se a FAS fosse algo, tivesse um copartidário. Nós estamos no sexto. Depois tivemos o Senador Omar Aziz, com quem nós temos um ótimo relacionamento. Depois, o Senador José Melo. Depois, teve um *impeachment*. Enfim, nós estamos no sexto Governador. A gente é totalmente, Senador, não partidário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – O senhor está desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu estou desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, acho que essa... não é confusão, esse mal-entendido é porque ele era Secretário do Meio Ambiente; aí ele saiu, deixou de ser secretário para ir fundar a fundação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Do Governo do Amazonas?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do Governo do estado. Ele era o Secretário do Meio Ambiente lá. Daí, ele abdicou para ir criar a fundação, por isso que tem essas informações assim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – As investigações da CPI descobriram que a Ministra Marina Silva, assim como alguns dos secretários dela, vários deles, como João Paulo Capobianco, que é o Secretário-Executivo do Ministério, têm estreita ligação com ONGs. A própria Ministra inclusive faz parte do Conselho Honorário do Ipam. Em vista disso, qual a opinião de V. Sa. a respeito da participação de agentes públicos e de agentes políticos em organizações não governamentais que possuem contratos com o Estado brasileiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom, eu não sei os detalhes de cada uma dessas pessoas que foram mencionadas, não sei se fazem ou não fazem, então fica difícil pra mim – viu, Senador ? – emitir uma opinião.

Do ponto de vista conceitual... Então, não vou falar de uma maneira particularizada, porque eu não sei da situação de cada uma dessas pessoas. Mas de uma maneira conceitual, eu acredito o seguinte: as pessoas que ingressam no governo são oriundas de um determinado segmento da sociedade. Então, o Presidente do Banco Central, por exemplo, vem do mercado financeiro. Muito possivelmente ele voltará para o mercado financeiro. O Ministro da Agricultura tende a vir do ramo do agronegócio e muitas vezes vai voltar para esse ramo.

Então, eu acredito que quem está na área de meio ambiente trabalhava antes com meio ambiente e deve voltar a trabalhar com meio ambiente. Eu não vejo, em tese, nenhum problema disso.

Essa circular entre a sociedade e o governo é natural, mas eu volto a dizer: não tenho elementos para fazer um juízo de valor sobre os casos específicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas o senhor não acha estranho? Porque, no caso, inclusive, de instituições financeiras e cargos importantes, você tem uma quarentena da pessoa sair de lá e...

Vamos pegar de novo o caso do ministério. Claro que não invoca aqui a sua fundação, a fundação da qual V. Sa. faz parte, mas é uma pergunta de alguém que está no meio.

Capobianco, por exemplo, foi um dos fundadores do ISA. Aí vai para o Ministério do Meio Ambiente. O ISA, inclusive, captou R\$134 ou R\$137 milhões em dois anos e que acaba de participar – influência, pessoas do ISA – dentro do novo censo brasileiro, uma política absolutamente nacional de levantamento de dados. E, claro, vai para o Governo, até porque não é nem uma questão própria, e tem que se desligar. E vai para o Governo. Quando termina o Governo, volta para a ONG.

Não é estranho? Não lhe parece estranho – é essa a pergunta – que pessoas de ONGs vão para o Governo, saiam do Governo, voltem para a ONG? Qual é a inquietação? Você participa da elaboração de política pública, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente, como é o caso do BNDES, que também tem participação de ONGs, e depois a ONG de que você faz parte, de que vai voltar a fazer parte, vai receber benefício da elaboração do plano que você ajudou a fazer no Governo. Não lhe parece um pouco estranha essa relação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, eu...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Só para confirmar, no caso específico...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu volto a dizer: eu não tenho elementos pra falar das pessoas. Seria leviano da minha parte fazer um juízo de valor de pessoas porque eu não tenho os detalhes de cada um.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas essa relação...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Mas, do ponto de vista conceitual, eu acredito que a gente tenha que olhar principalmente para o setor da economia. Eu acho que os gestores públicos que ocupam cargos no Ministério da Economia, no Banco Central, etc., e voltam para o sistema financeiro... Eu acho que isso é algo que a gente tem que olhar com muito cuidado. Mas olhar em todos. E eu acho que o senhor está certo: em tese, a gente deve ter uma preocupação muito grande para evitar que ocorram malfeitos. E eu acredito que a ética seja um tema muito importante.

Então, eu volto a dizer, eu posso dar a opinião apenas do ponto de vista conceitual. Acho que o tema é mais grave no mercado financeiro. Eu não vou citar nomes de pessoas para também não cometer nenhuma injustiça, mas tem muitos casos na história de pessoas que transitaram no mundo do Banco Central, do Ministério da Economia, etc. e que depois voltaram ao mercado financeiro. E isso eu acho...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é talvez muito mais grave – muito mais grave – do que o que ocorre na área ambiental, que normalmente mexe com pouco recurso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

Acho interessante, na sua explanação agora, nesse último momento, dizer que acha mais grave. Eu subentendo que, com toda a ressalva, V. Sa. está dizendo que acha grave, também no Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, ou no BNDES, por exemplo, que haja essa transação de ONG que vai com membros para lá, que voltam para as suas ONGs, que elaboram políticas públicas, decidem para onde vai gastar o dinheiro e depois as próprias ONGs recebem. Então, quando V. Sa. diz que é muito mais grave – e reforçou isso agora ao final – quando é relacionado aos agentes financeiros, Banco Central, etc., Ministro da Economia, fica subentendido que acha grave também, em menor escala, a outra questão.

Só queria deixar registrado que o Ministério do Meio Ambiente influencia a política brasileira financeira monumentalmente. Basta ver, agora, o último caso do Governo eleito e empossado, que quis tirar petróleo da costa do Amapá, 500km da foz do Amazonas, 175km da beira-mar. Até aquele momento, foi proibido. Vai resolver, mas ela interfere diretamente. É uma usina hidroelétrica. Para ser implantada, passa pelo Ministério do Meio Ambiente e deve tirar... Mas ela influencia na economia brasileira sobremaneira. As duas últimas hidroelétricas construídas na Amazônia foram quase sete anos para licenciamento ambiental.

Bem, dando sequência: qual é a relação da FAS com as universidades públicas? Existem professores das instituições que atuam nas fileiras da FAS? Caso positivo, os professores recebem por essa atuação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A resposta é sim.

Nós temos três representantes do nosso Conselho de Administração que são oriundos da área acadêmica. Nós temos quatro segmentos: representantes do mundo empresarial; representantes do mundo acadêmico; representantes de Governo; e representantes da sociedade civil.

Com isso, a gente procura ter, como fundação de interesse público, uma visão plural dos temas que tratamos.

Todos trabalham voluntariamente, não têm nenhuma remuneração.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nem direta nem indireta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nem direta... Se tem uma reunião, tem uma passagem aérea. Não tem nenhum jetom, nenhuma remuneração específica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos relações de parceria com as universidades. Por exemplo, nós temos uma relação muito rica com a Universidade Federal do Amazonas, onde nós colaboramos com um programa da área ambiental deles. Isso envolve bolsas etc. e tal.

Temos também, com a Universidade do Estado do Amazonas, um curso de Pedagogia que é feito numa dessas estruturas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nesse caso, pode haver bolsas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nesse caso, é bolsa. Mas nós nem damos bolsas aos professores. Damos uma ajuda de custo aos alunos, aos estudantes, porque a pessoa tem que viajar, enfim. É um apoio muito direto para a atividade. Mas remuneração, salário, se o espírito da pergunta é esse, é zero.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nem direto, nem indireto.

Nessa mesma linha, a FAS costuma bancar cursos ou formação no Brasil ou no exterior? Caso positivo, quem são as pessoas que podem ser custeadas pela FAS? Funcionários, associados, beneficiados, servidores públicos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nós não temos um programa de bolsas.

A Fapeam, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, concede bolsas. O CNPq concede bolsas.

Nós não temos essa política de concessão de bolsas nesse espírito, não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Existem servidores públicos que atuam na FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Apenas, como eu mencionei anteriormente, nos conselhos. A gente tem Conselho de Administração, Conselho Fiscal. E todos esses que atuam são voluntários.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Também não são remunerados.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Também não são remunerados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – De forma direta ou indireta, não são remunerados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe algum indivíduo que navegue entre a FAS e entes governamentais – um pouco daquilo que a gente falou lá atrás sobre a pergunta do Ministério do Meio ambiente –, isto é, que ora exerce cargo público, ora exerce cargo na FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olhe, nós temos uma rotatividade de pessoal, então... Nós temos 143 colaboradores hoje. Isso varia, um pouco mais, um pouco menos, ao longo do tempo. E as pessoas estão no mercado. Então, eu não poderia dizer se tem algum ex-funcionário, se foi, se não foi. A gente sempre tem uma mobilidade.

E é bem provável que sim, que a gente tenha colaboradores que saíram da FAS e que estejam ocupando cargos no Governo, e vice-versa, pessoas que tenham saído do Governo. Outro dia mesmo, teve uma oportunidade, nós fizemos um edital. A gente sempre contrata, Senador, por meio de edital. A gente publica isso no Instagram e nessas mídias sociais. E nós tivemos outro dia uma contratação de uma pessoa que estava num cargo de confiança. A pessoa se candidatou, tinha um bom currículo, etc., e foi. Não vejo nenhum problema nisso porque, enfim... Eu acho que a gente trata com muita seriedade e profissionalismo esse tema de contratação de pessoal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. É possível. Inclusive, o Senador Plínio está passando a matéria, o Eduardo Costa Taveira...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É só pra colaborar com aquilo que você estava falando, dessa relação promíscua que existe entre ONGs e instituições...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O escolhido para Secretário do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Secretário atual do meio ambiente era Superintendente da FAS. Só como informação.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é um ótimo exemplo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro, porque aí ele facilita naquele convênio de 78 milhões, abrindo mão. É legal isso, eu acho interessante isso.

Pode continuar falando.

É como eu disse, a plateia aqui não é de CEOs, europeia, aqui tem muito amazônida.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Se eu puder responder, a pessoa que foi mencionada aqui, Eduardo Taveira, era Secretário de Ciência e Tecnologia, saiu da posição, estava disponível no mercado, abrimos uma vaga e ele se candidatou. Foi selecionado. Atuou na FAS, como funcionário, durante alguns anos, e depois foi convidado pelo Governador Wilson Lima que, até pensando do ponto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista partidário, é adversário do Eduardo Braga, que foi quem participou da criação, e foi convidado pra ocupar um cargo pelos seus méritos. E eu não vejo nenhum problema – nenhum problema. E não houve nenhum tipo – nenhum tipo – de influência, de favorecimento que ele fez.

Então, eu volto a dar outros exemplos. Podia dar muitos outros exemplos de pessoas que estavam, volto a fazer analogia com o mundo financeiro, num determinado banco e foram pro Governo...

Agora, desde que a gente tenha uma relação pautada pela ética – e é isso Senador Bittar, e Senador Plínio, que nos move... Nós não... Se a gente quiser construir uma narrativa conspiratória, é possível. É possível construir, mas, do ponto de vista fático, nós não temos... O exemplo do recurso da Alemanha, isso foi uma competição internacional. Não é que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nós vamos chegar lá...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só pra registrar, o que me encanta é que, normalmente, para essas funções, só quem está em ONG é que tem competência. Quem está fora do mercado não tem.

Então, que existe essa relação, existe sim. Pode ser até que não exista na FAS? Foi uma coincidência o Taveira ser o escolhido... Porque eu não acredito em coincidência quando se trata de dinheiro envolvido, de financiamento internacional, mas o superintendente está dizendo e a gente tem que ouvir o que ele está dizendo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, eu prefiro ficar com aquela afirmação... Vou guardar sempre aquela fala, dizendo que, do mundo financeiro, é mais grave ainda, porque, repito, ela subentende que V. Sa. acha, sim, que é grave. Acaba, por consequência, essa relação, como o caso que eu citei do Ministério do Meio Ambiente, e, no caso da FAS, V. Sa. já foi Secretário Estadual do Meio Ambiente e um dos fundadores da FAS, não naquele momento da fundação, e agora um outro que serviu à FAS volta a ocupar a pasta do Ministério do Meio Ambiente. O.k. E aí é juízo de valor de cada um.

A FAS possui... Voltando às perguntas, a FAS possui algum mecanismo de *compliance*? Acho que já estava respondido na apresentação, mas é mais uma oportunidade. Se, sim, se o senhor poderia encaminhar as diretrizes para esta Comissão.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu queria só corrigir um lapso de linguagem, porque talvez eu tenha me feito entender de forma equivocada. Quando eu falei "mais grave", eu não estava reconhecendo que era grave o outro. Foi lapso de linguagem, viu, Senador? Peço que corrija a interpretação, porque eu estava fazendo analogia que o setor financeiro, a meu ver, me chama a atenção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não é que o outro, o setor ambiental, seja grave, e o outro mais grave. Foi lapso de linguagem. Eu peço que corrija isso nos apontamentos aqui da relatoria.

Com relação às regras de *compliance*, temos, sim. Elas estão todas publicadas no nosso *site*. Com o maior prazer, se o senhor solicitar coisas que não estejam disponíveis no nosso *site*, terei o maior prazer em compartilhar, por uma razão muito simples, viu, Senador? A FAS consegue acessar recursos competitivamente. E, se nós não tivermos os mais elevados padrões de ética e de rigor na prestação de contas, nós não vamos conseguir sucesso nisso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – As empresas privadas que nos apoiam olham para a FAS do ponto de vista da sua idoneidade, da sua seriedade. E não é por acaso que nós conseguimos sucesso, é exatamente pelo rigor com que tratamos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. Vamos...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... o dinheiro público e privado que recebemos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. Vou procurar ser mais objetivo para que V. Sa. também seja.

Acho apenas estranho a reiterada fala, agora o senhor corrigiu, de dizer que acha gravíssimo alguém do setor financeiro ir para o Banco Central, por exemplo, depois sair de lá, voltar, e agora não acha que seja a mesma regra aplicada para pessoas que estão em ONGs, vão para Ministério do Meio Ambiente, vão para o BNDES, saem de lá, voltam para as ONGs. Como eu já disse, o Ministério do Meio Ambiente impacta a economia violentamente. A ação que ela tem é absolutamente vinculada à economia.

Mas, enfim, vamos seguir.

A FAS recebe recursos externos. Portanto, qual a influência estrangeira de atores internacionais na escolha ou modelagem dos projetos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nenhuma. Nenhuma. Toda a concepção dos projetos que nós temos internacionais foi feita pelos nossos colaboradores. Nós apresentamos isso aos financiadores internacionais, às vezes temos sucesso, às vezes não temos sucesso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, de uma maneira bem objetiva, nós somos muito orgulhosos em sermos uma instituição 100% nacional, com inteligência nacional e com capacidade de formulação de projetos em casa. É assim que a gente faz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – A FAS divulga que os projetos já possibilitaram aumento de 200%, 202% para ser mais preciso, na renda das famílias atendidas. Qual o valor nominal disso? Aumentou de quanto para quanto a renda média?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, está num gráfico que eu apresentei e deixo essa apresentação para entrar nos autos aqui. *Grosso modo*, nós triplicamos a renda, o valor *per capita*, salvo engano meu da apresentação, era 990 por mês *per capita*.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Chegou a 990?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É, chegou a 990, nesse último levantamento que foi de 2019. Então, nós estamos repetindo essa pesquisa e nós repetimos isso com a mesma metodologia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, que fique registrado que a lembrança aponta para que, nos dias atuais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso *per capita*; por pessoa...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Por pessoa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... não por família.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São quantas pessoas atendidas? Sessenta mil?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sessenta mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sessenta mil?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A R\$990 por mês?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vou fazer o cálculo aqui.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Agora, Senador, tem que fazer uma observação de que o cálculo de renda *per capita*, para a nossa realidade, é apenas um indicador parcial, porque temos uma economia do jaraqui e da farinha que não é contabilizada. Então, essa é a renda monetária; é diferente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda econômica. Quando a gente fala da renda de um assalariado, por exemplo, aqui de um funcionário do Senado, ele é um assalariado; então, 100% da renda dele é aquele contracheque. No nosso caso, tem não só a farinha, não só o peixe, mas tem as frutas, etc. Então, é um indicador limitado do ponto de vista de prosperidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Continuando, há informação de que o seu rendimento mensal – pode estar certo ou errado – é de cerca de R\$100 mil mensais. Essa informação procede? Se não, qual o valor do seu rendimento mensal somados benefícios diretos e indiretos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Gostaria que fosse verdade, viu, Senador? (*Risos.*)

Não sei de onde veio essa informação; foi até divulgada numa outra sessão, mas, infelizmente, não é.

Antes disso, de responder essa pergunta, eu queria fazer um registro de que nós temos um corpo profissional na fundação, nós trabalhamos com valores de mercado, porque, se nós não tivermos uma remuneração apropriada, nós perdemos colaboradores para outras instituições.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu estou lhe dando a oportunidade de dizer quanto é.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, então, no meu caso, que tenho mestrado, doutorado, 40 anos de trabalho, etc., nós fizemos uma pesquisa, e o valor está abaixo do teto do mercado, está dentro da média do mercado. Isso é uma pesquisa pública que pode ser encontrada na internet. Eu não tenho nenhum problema em compartilhar o valor do meu salário, só me reservo o direito de não fazer isso publicamente, porque nós estamos em uma sessão aqui em que não só temos os presentes, mas isso está na internet, está no YouTube; tem, não sei, centenas ou milhares de pessoas. Então, eu terei maior prazer em protocolar amanhã o valor do meu salário, não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – E, se for possível, então, já que V. Sa. se comprometeu, que pudesse, no mesmo documento, disponibilizar todos os dados dos pagamentos dos diretores e dos conselheiros para esta CPI. O.k.?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – No exercício de 2022, a entidade teve receita de 28 milhões, arredondando, com parcerias, contribuições e fundos. Os doadores estão discriminados. Entre eles, há vários doadores estrangeiros, como a Embaixada da França no Brasil, a P&G, a Times Foundation, Google da Caridade, a Swarovski, entre outros. Quais as condições impostas por esses doadores a respeito da aplicação dos valores e como ingressaram no Brasil os valores recebidos desses entes internacionais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, eu faço primeiro uma observação conceitual.

Eu tenho uma visão diferente daqueles que me antecederam nos depoimentos desta CPI.

Eu acho que a cooperação internacional não é a conspiração internacional. Eu acho que a cooperação internacional é muito positiva.

Eu queria aqui lembrar um saudoso e notável pensador amazônida – o Senador Plínio seguramente o conhece –, o Senador Samuel Benchimol – Senador não: Prof. Samuel Benchimol –, que defendia, na década de 50, que o mundo pagasse à Amazônia pelos serviços ecossistêmicos que a Amazônia gera – não usava o termo "serviços ecossistêmicos", porque na época não tinha, mas o conceito era esse.

Então, eu defendo um olhar diferente sobre a cooperação internacional, sobre o que foi mencionado nas sessões anteriores. Eu acho que a cooperação internacional é positiva. O Brasil deve, sim, receber recursos para ajudar na conservação da Amazônia. Isso é positivo.

E, em resposta bem direta à sua pergunta, toda elaboração de projetos feita por nós tem origem na nossa formulação. Não é uma imposição dos doadores – porque eu acho que o teor da pergunta vai um pouco nessa direção. Nós não somos pautados por eles. Somos nós que apresentamos, em função daquelas oficinas de planejamento participativo que eu ilustrei na minha apresentação; as prioridades vêm de lá, e, a partir disso, nós formulamos projetos. Claro que às vezes temos sucesso, às vezes não temos sucesso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Os valores são repassados diretamente para a FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, e seguimos todas as regras vigentes do Brasil. Então, tudo isso é feito à luz do dia...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – São registrados no Banco Central.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo registrado, à luz do dia, sem nada, nada... Seguimos as regras de contabilidade que o Conselho Federal de Contabilidade, as auditorias semestrais analisam tudo isso, tudo está dentro do rigor...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Portanto, não há nenhum problema, e V. Sa. pode fornecer a esta CPI os contratos com esses entes internacionais e os registros do Banco Central. Correto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a não ser pautado, eu acho que existem duas formas de serem pautadas – e eu não quero dizer que a FAS... Não estou afirmando que a FAS se enquadra em nenhuma das duas. Uma forma de ser pautada é quando o ente que vai financiar condiciona; a outra forma de ser pautada é quando a ONG sabe que, para alcançar o financiamento de um banco alemão, ela vai ter que apresentar um cardápio de propostas. Eu entendo que, se eu apresentar para a Alemanha uma proposta de ela ajudar a financiar o asfaltamento da 319, ela não vai aceitar. Então, repito: não estou dizendo que a FAS se enquadra em uma ou outra, mas apenas comentando que há duas formas de ser pautado: uma, diretamente; a outra é quando você sabe que você tem que fazer um projeto de uma certa agenda, porque, senão, ela não terá financiamento desses organismos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, você me permite aí?

A Alemanha, para enfrentar a crise energética, acaba de liberar o carvão. É estranho que, para eles, o carvão resolva, e, para nós, tenha que ser energia solar. Causa estranheza no valor e no objetivo.

Neste momento, a Alemanha abriu suas minas de carvão natural, que é o maior poluidor do planeta, e, no Brasil, está dando dinheiro para que a gente resolva o nosso problema com energia solar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Cortei aqui algumas perguntas, pra dar oportunidade para os colegas também, mas vamos lá, ainda nessa linha: por que os doadores internacionais precisam de vocês como intermediários? Não sairia mais barato doar aos governos para atender à população sofrida?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é um tema muito interessante, viu, Senador? Eu tive, como o senhor mesmo relatou, oportunidade de servir ao Governo do estado. Eu tenho certeza de que uma das grandes pautas do Legislativo brasileiro é a reforma administrativa. O poder público tem que se modernizar; é lento, é burocrático, a gente compra mais caro, e a grande vantagem das organizações do terceiro setor é a eficiência, gastam menos. A comparação que faço entre o cargo que ocupo e quando eu estive no governo é que a gente é muito mais rápido e consegue fazer as coisas com menos custo. Esse é o ponto. Então, se fosse dar uma contribuição aos Senadores aqui, eu diria que a reforma administrativa é muito importante pra que a gente ganhe eficiência na gestão pública. E é por causa dessa maior eficiência que nós conseguimos conquistar esses recursos internacionais. E, volto a dizer, isso não veio de Papai Noel, isso foi fruto de competência.

Então, acho que a gente deveria olhar para essas conquistas internacionais com orgulho. Felizmente, nós temos uma instituição na Amazônia que conseguiu competir internacionalmente com outros e ganhamos no mérito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, são visões. Claro que cada um tem o direito de ter a sua. De fato, acho que todos concordamos que o setor público





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro é moroso, é lento, e me chama a atenção que, quando a gente quer fazer uma reforma administrativa, você tem organizações muito poderosas, que eu diria que são minorias, que impõem seu ponto de vista, porque são organizadas, são instrumentos poderosos, financiados e trabalham contra. Inclusive, eu me lembro da época em que nós estávamos tendo aqui a possibilidade da reforma administrativa, e não se viu o apoio das ONGs que atuam, por exemplo, no Brasil e particularmente na Amazônia, defendendo a reforma administrativa, que poderia, sim, agilizar um setor que é extremamente burocrático. Em compensação, eles passam por eleição. O poder público, de três esferas, tem eleição, tem período de mandato, passa por fiscalizações rigorosíssimas de tribunais de contas do estado, da União, dos Ministérios Públicos estadual e Federal, e isso é muito mais suave quando se trata de organizações não governamentais.

Vamos para o Fundo da Amazônia.

O que o senhor acha da Noruega? Por isso que disse que vimos chegar mais tarde... Eu tenho esta fala de muitas pessoas: que o capital externo é bem-vindo e isso deveria ser comemorado, desde que... – tem que ter uma vírgula, nessa frase: desde que ele atenda ao interesse nacional. Quando você levanta algumas questões e identifica a hipocrisia dos financiadores, talvez isso aponte uma pista do interesse verdadeiro de quem está financiando. Então, do Fundo Amazônia, mais de 90%, são financiados pela Noruega, que é o maior doador. Não é contraditório financiar – a Noruega, através do Fundo da Amazônia – projetos em países em desenvolvimento para deter a exploração de riquezas e, ao mesmo tempo, viver de exploração de petróleo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, de novo a gente tem diferentes visões de mundo. E saúdo este espaço como um espaço democrático para a gente contrapor diferentes visões. Eu sou da opinião de que a cooperação internacional com países como a Noruega é do interesse nacional. O que é contra o interesse nacional é destruir a Amazônia e afetar o regime de chuvas no Brasil.

Aproveito para deixar também uma sugestão, Senador Chico, aqui, para esta CPI: que seja convidado um cientista do clima que faça parte do IPCC. Houve um depoimento aqui, e eu tenho a obrigação moral de fazer isso, fazer esse registro. Eu sou membro da Pontifícia Academia de Ciências do Vaticano e acompanho esse tema das mudanças climáticas com bastante profundidade. Eu acho que seria importante trazer um professor de uma grande universidade brasileira que possa fazer um contraponto em relação ao que foi dito. Com todo o devido respeito ao Molion, ele não representa o pensamento...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – V. Sa., com todo o respeito... Olha, com todo o respeito digo eu. Me perdoe por interromper, mas é necessário. Não foi essa a pergunta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, mas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não foi essa a pergunta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... eu vou chegar lá.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, não foi essa a pergunta. A pergunta foi simples: a Noruega é a financiadora número 1 do Fundo Amazônia; 90% dele ela que financia. Para mim, é claro qual é o interesse da Noruega: é disputa de mercado traduzida em preocupação ambiental.

A pergunta foi: não acha estranho que um país que vive de petróleo e gás, que agora mandou perfurar mais ainda, se ligue, no Brasil, a causas ambientais? Se é ela que utiliza... Cinquenta e um por cento do PIB da Noruega são petróleo e gás. Não acha que é uma contradição?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Ou qualquer dinheiro que venha é legal?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, deixa eu traduzir: o que a FAS fez com os 50 milhões que recebeu do Fundo Amazônia?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A resposta, Senador Plínio, eu acho que eu dei naquela apresentação que fiz e deixei...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, eu não soube ler nem ver, porque eu queria saber: os 50 milhões... Eu, por exemplo, dou emendas parlamentares, sei que foi de 5 milhões, de 3 milhões, de 1,5 milhão, 300 mil. Eu sei dizer as emendas que eu destino.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria ver, por uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – ... como a gente vai proceder, porque eu sei que todo mundo tem vontade, você tem oportunidade de falar em vários momentos. Eu estou como segundo inscrito aqui para poder fazer... Tem agendas e agendas, e eu queria ver se a gente determinava inclusive essa questão, porque, se cada um for... Se o Relator falar, e o Presidente replicar em tudo, a gente não termina nunca.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu estou tentando ajudar, cortando várias perguntas, porque eu acho que já foram respondidas, mas ainda temos algumas importantes. É um roteiro.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Eu queria responder, então, à pergunta da Noruega.

A Noruega, Senador, tem um fundo soberano, que foi, sim, o senhor está correto em dizer que esse fundo foi alimentado com recursos derivados da indústria do petróleo. Eles são grandes exportadores.

Eles têm um programa, que é fruto de pressão da sociedade civil sobre o Parlamento, sobre florestas tropicais. Então, não é só a Amazônia; eles têm um programa que apoia a Indonésia e o Congo, que são as grandes regiões de florestas tropicais do mundo. Então, é algo que é fruto de uma pressão dentro da sociedade norueguesa, que está muito ligada à agenda do clima sobre esse tema de florestas. Então, é essa que é a lógica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Agora, eu concordo com o senhor, inclusive com a análise do Senador Plínio, de que nós temos que mobilizar o mundo inteiro pra reduzir as emissões de gases de efeito estufa, inclusive a indústria do carvão na Europa, que é usado para geração de energia, a indústria do petróleo também.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

Peço apenas a V. Sa., em função da... Eu vou tentar ser sempre mais objetivo nas perguntas e peço também a objetividade das respostas e, principalmente, das opiniões. Peço que se atenha aqui às perguntas, pra a gente poder dar oportunidade aos outros.

Bom, como já dissemos, o Fundo Amazônia tem como principal doador a Noruega. Eles tinham doado, fora da propaganda e tal, eles tinham doado pouco mais de R\$1 bilhão antes da paralisação que ocorreu no começo do Governo passado.

Ao mesmo tempo, uma empresa mineradora norueguesa – V. Sa. deve ter conhecimento –, a Hydro, conseguiu isenção fiscal, e é uma empresa de capital misto, público e privado, uma das maiores mineradoras do planeta, que, inclusive, tem denúncia de problema de dano ambiental na Amazônia, causado por essa empresa, que, repito, é de capital misto, público e privado.

Isso não é mais uma imoralidade? Quer dizer, uma empresa de capital misto, público e privado, da Noruega, que se jacta de ter ajudado com o Fundo Amazônia, com a questão da política ambiental, compensando talvez o que eles fazem, que é exploração de petróleo e gás, mais de 50% do seu PIB.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E uma empresa norueguesa consegue, no Brasil, no mesmo período, uma isenção fiscal de 6,5 bilhões? Na contabilidade, 1 bilhão de doação para o fundo e 6,5 bilhões de isenção. Quer dizer... Na sua visão, isso não é uma imoralidade?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, eu, infelizmente, vou me ater a não fazer um juízo de valor sobre um terceiro, que eu desconheço os detalhes. Então, acho que seria leviano emitir uma opinião sobre isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas, para as notas da CPI, são dados oficiais, eu já mencionei esses dados na tribuna do Senado do Brasil, aqui na tribuna do Senado, e isso são elementos para mostrar que não há essa coisa dos "bem-intencionados". Não há um grupo só de bem-intencionados. Em todos os meios, você tem pessoas com interesses diferentes. Então, quando a Noruega, que vive de petróleo e gás, banca uma multinacional no Brasil que é exploradora mineral e recebe isenção fiscal, serve para aqueles que estão nos assistindo, para perceberem: qual é o lucro que tivemos até agora? Porque a narrativa de quase a totalidade das ONGs que acessam esse fundo é que esse dinheiro é bem-vindo. Mas ele entra, de um lado, 1 bilhão e sai, do outro lado, 6,5 bilhões. E isso são dados. Eu já disse... E isso nunca foi contestado na tribuna do Senado da República.

Dados oficiais apontam: nos nove estados da Amazônia Legal, nós estamos com mais de 4 milhões de pessoas – de famílias. Perdão – recebendo Bolsa Família. Mais de 4 milhões de pessoas na Amazônia vivem de Bolsa Família. Se multiplicar – e a Amazônia é o Norte, onde tem mais gente por família – isso por quatro, dá quase 16 milhões de pessoas que dependem do Bolsa Família. Quer dizer: é mais do que a metade da população da Amazônia brasileira.

Não lhe parece que a Amazônia está abrindo mão de explorar racionalmente os minérios – como o potássio, nióbio, ouro, diamante – e de expandir a sua fronteira agrícola, a troco de miséria?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, a pergunta é muito genérica, não é?

Eu, de uma maneira geral, acho que nós...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, eu estou fazendo uma pergunta de forma direta...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, sim...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu posso repetir.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, eu entendi. Eu entendi.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Dezesseis milhões de pessoas, na Amazônia... São mais de 4 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Multiplicado por quatro, são 16 milhões de pessoas. A Amazônia está ficando mais pobre. Isso... Não lhe parece que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia está abrindo mão de explorar racionalmente a sua riqueza, pra combater essa miséria, em troca de bolsa que é de R\$50 por mês, R\$200 por mês, R\$900 por mês pra algumas? E dá pra viver dignamente? É claro que, se você não recebe nada e passa a receber R\$900, dá 9.000% de acréscimo, mas você saiu de R\$1 para R\$900. Hoje, a gasolina custa R\$15... Será que essa miséria na Amazônia, essa pobreza na Amazônia, que aumenta, em troca de você... E você com recursos fantásticos dentro da Amazônia. Não lhe parece uma troca ruim para a Amazônia?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Do ponto de vista geral, eu acho que nós temos um alinhamento com relação a não nos resignarmos diante dessa situação trágica que é a pobreza no Brasil, que está na Amazônia, mas que também está em outras regiões do Brasil.

Eu acredito que um dos caminhos, Senador, pra gerar prosperidade – e obviamente cada pedaço da Amazônia tem a sua vocação, não dá pra falar de maneira geral pra todas – é o turismo. Eu mostrei um exemplo aqui do turismo de base comunitária na região do Rio Negro e no Rio Uatumã, onde as pessoas estão prósperas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Quer dizer que a gente abre mão da exploração dos minérios que têm na Amazônia... Em nome disso, para o turismo? Deixe contar uma...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, não. Perdão. Eu não coloquei em contraposição...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu que peço perdão.

Essa questão do turismo é interessante. Eu me elegi Senador... Eu era casado, tenho três filhos do casamento. Peguei os três e disse assim: "Vamos fazer no ano que vem" – daqui a pouco, crescem, vão casar – "uma viagem. Vamos escolher três momentos pra viajarmos. Eu, a mãe de vocês e vocês três. Daqui a pouco, não dá pra reunir mais. O.k.?" Disseram: "O.k. Pai, para onde vamos?". Eu: "Cada um escreve três lugares para onde querem ir. Depois, vão chegar os cinco, vamos coincidir. Se os cinco tiverem dito uma praia, praia está escolhida. Vamos escolher em qual praia fica". Uma viagem dentro do Brasil ou até fora do Brasil e tal. E meus filhos escreveram. Depois, eu mudei o assunto. Eu perguntei, porque eu estava em um debate... Eu ainda ia tomar posse como Senador. Eu estava em um debate dizendo que, para a Amazônia combater a pobreza, precisava ampliar negócio, explorar o minério que tem lá dentro, dar oportunidade aos índios de serem, de fato, donos de sua terra, poder ampliar um pouco a área do agronegócio... E havia uma outra corrente – eu criei esse debate imaginário, mas ele existe, claro – que dizia: "Não, pai. Não precisa mexer com nada disso. Vamos apostar no ecoturismo". Bom, está bom. Aí eu pedi para os meus filhos, então, mostrarem... E aí, claro, a minha filha mais nova, na lata, respondeu: "Não, pai, não mexe com a floresta, deixa tudo intacto, vamos apostar no ecoturismo". O.k. Fui ver a folha de cada um. Não tinha a Amazônia em nenhum deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar de ecoturismo... Perdoe, Plínio. Eu não entendo o ecoturismo como sendo algo que vá dar base econômica para a Amazônia. Estou falando de um universo monumental. Eu tive oportunidade de, no meio do ano, conhecer Veneza. Se fosse na Amazônia, a Marina proibia. Fizeram três ilhas... Como falam? Superficial? Criaram três ilhas para mover a água. Isso aqui, na Amazônia, seria proibido.

As pessoas que moram em Cruzeiro do Sul, terra que V. Sa. conheceu... Se você fizer uma pesquisa na universidade e induzir a pergunta, como muitas vezes é feito pesquisa, pesquisa tem de todo jeito, vão dizer também do ecoturismo, mas não vão visitar a Serra do Moa. Eu perguntei aqui, em uma Comissão, em 2019, quando estourou o navio petroleiro, quantos daquela Comissão estavam preparados no final do ano para ir, com suas famílias e filhos, para a Amazônia brasileira. O Amazonas, terra natal do Senador Plínio, tem o Rio Negro que, de fato, é lindo, com o encontro das águas. Vai ver o que significa no PIB do Amazonas o ecoturismo! Não significa nada!

Então, acho que é uma outra forma de colocar uma bruma na frente das pessoas para que elas não olhem aquilo em que deveriam prestar atenção. Enquanto isso, repito, os minérios que a Amazônia tem – e tem muito... Agora mesmo querem criar uma nova reserva em cima de uma outra mina de potássio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Marcio...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Encerra, porque aí o pessoal conclui.

O Senador Styvenson pediu pela ordem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Marcio, você fez uma pergunta, e eu fiquei aqui com um pensamento que ainda não foi esclarecido. O senhor falou do Bolsa Floresta. O senhor, como criador, poderia esmiuçar pra mim, porque eu não conheço...

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Conheço o Bolsa Família. Conheço outros benefícios. *(Fora do microfone.)* Esse Bolsa Floresta hoje, R\$999, não é isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Novecentos e noventa?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, não. Novecentos e noventa é uma outra coisa que ele disse.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah! Então, quanto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Do Bolsa Família vai entrar agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Bolsa Floresta...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bolsa Floresta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Esse benefício de 990 de que eu perguntei quantos são beneficiados... Um número exato... O senhor deve saber porque o senhor faz parte disso, desse número exato... Serve para gerir o quê?

O Marcio estava falando, e eu estou tentando entender aqui. Ele falou que é mísero. Então, esse mísero serviria para quê? Quantos são beneficiados? Quantos hoje a FAS paga por pessoa em quantidade? Sei que tem 60 mil beneficiados, mas nem todos devem ganhar esse valor.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Senador, acho que está tendo aí um fluxo de informação que não está claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É por isso que estou pedindo...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Deixe eu dar um passo atrás e tentar explicar de uma maneira mais clara.

O Bolsa Floresta é uma política pública do Governo do Estado do Amazonas, não é uma política da FAS. Ele foi instituído em 2008 – em 2007, desculpa –, e, um ano atrás, o atual Governador Wilson Lima mudou o nome do programa e o valor do programa. Isso é uma política pública. Foi feito um processo de seleção de gestor do cadastro... Então, o papel da FAS, que ganhou esse edital, foi fazer o cadastro, basicamente. O recurso vem do Governo do estado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Do Governo do estado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... que faz o pagamento, e o valor é definido pelo Governo do estado, não é pela FAS. Então, é uma política pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Então, o senhor não paga nada...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, nós pagamos aquilo que o Governo do estado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, o senhor sabe o valor.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sei o valor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E sabe o número de beneficiários.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – O valor é de R\$100 por família por mês. Esse é o valor do Bolsa Floresta.

Tem uma outra coisa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Esse valor sempre foi desde o início R\$100?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, ele era R\$50...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E passou para R\$100.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... e, depois, passou para R\$100.

E aí tem uma outra coisa que gerou uma confusão, e eu vi também algumas sessões em que isso foi aventado, Senador Plínio: no recurso do Fundo Amazônia, o projeto tinha o nome também de Bolsa Floresta. Então, gerou uma confusão, mas é muito importante ter clareza de que foi zero de recurso do Fundo Amazônia para o Bolsa Floresta. O pagamento do Bolsa Floresta é oriundo do Tesouro do Estado do Amazonas.

O projeto que nós tivemos com o Fundo Amazônia tinha o nome de Bolsa Floresta+, por quê? Porque é como se fosse fazer uma analogia, Senador, entre dar o peixe ou a vara de pescar. É como se o Bolsa Floresta fosse o peixe, e nós trabalhamos com o Bolsa Floresta+, que é a vara de pescar. Aí está lá o trator, de que eu dei o exemplo aqui, a bateadeira de açaí, etc. Então, ele tinha dois componentes: um componente de transferência de renda e outro componente de geração de renda. Esse componente de geração de renda, ele não está dentro do Bolsa Floresta. Não sei se ficou claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, o de transferência de renda.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vamos focar nele. R\$100 por família...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que o Governo do Estado do Amazonas passa para a FAS.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Para que a FAS repasse...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para que a FAS faça... Ele faz a licitação, faz o cadastro...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k. São quantas famílias?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nove mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nove mil famílias que recebem R\$100 por mês.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Hoje, isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hoje. Mas lá atrás, em 2015, eu fiquei atento a uma discussão sobre morosidade, burocracia, ineficiência do Estado e colocando as ONGs como a solução para os problemas sociais, mas depende de dinheiro público ainda, porque recebeu 20 milhões de capital inicial, que o senhor disse que gastou durante o período, numa entrevista dada, 100%, até os rendimentos de 7 milhões, com a bolsa, que na época era de R\$50. Se a gente fizer um cálculo aí, dá quantas mil famílias recebendo durante o período, oito anos?

Então, o que não fica claro pra mim, Srs. Senadores, até pra quem está me assistindo, é: se o Estado é ineficiente, se o Estado precisa criar um braço de ONG – o próprio Estado do Amazonas criou um braço de ONG, como a FAS –, pra que colocar dinheiro, se é tão ineficiente assim? A pergunta que o senhor fez em relação a por que os países europeus não investem no estado, "ah, porque é ineficiente". Então, por que a ONG, tão eficiente, como o senhor já mostrou, que tem capacidade de buscar esses recursos com iniciativa privada – que Deus sabe quais são os interesses –, mas o senhor disse que tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos muito interessantes, e um deles, o custeio de R\$100 por família, que é uma miséria mesmo – que é uma miséria –, é para transferência de renda... Então, não consigo imaginar ainda que o Governo do Estado do Amazonas mantenha isso. Então, pra mim, é conflituoso no pensamento.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Entendi...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É conflituoso para mim e pra qualquer ser humano que está assistindo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – E só pra contribuir nessa mesma discussão, e aí eu peço que o nosso convidado possa esclarecer, eu acho que tem uma coisa que é talvez também importante esclarecer: dos recursos aportados no Bolsa Floresta, cerca de R\$19 milhões... Isso aqui é informação do Bolsa Floresta 1, já tem o 2, embora esteja ainda sigiloso, mas no primeiro, no Bolsa Floresta 1, 85% do valor seria utilizado no componente renda. E qual é o componente renda que o nosso convidado já expôs aqui? São cursos de capacitação, preparando aquelas pessoas para a sua capacitação profissional, incentivos, então, esse é o 85%. E o que vai direto, e aí o nosso convidado pode confirmar, o que vai direto, em forma de pagamento, é 15% do montante, não é isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – É ótima essa oitiva, porque eu acho que tem várias informações desencontradas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Ou se por outra, se não é essa proporção, qual é?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, tem algumas informações que não estão precisas.

Vou primeiro endereçar ao que o Senador Styvenson coloca. Nós não dependemos de recursos públicos. Na minha apresentação, eu coloquei um gráfico, não sei se ficou claro: três quartos dos recursos que a fundação tem a capacidade de mobilizar são privados. Nós, desses recursos que recebemos do poder público, zero foi pago com salário – zero. Então nós não dependemos, nós encaramos isso como se fosse uma prestação de serviço, nós estamos prestando um serviço.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – O senhor acreditava que o estado não tinha competência pra fazer?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Olha, competência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Por que o senhor disse que não precisa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nós não precisamos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está certo. Então, por que entra com um processo pra concorrer pra pegar esse dinheiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, aí é uma decisão do próprio poder público. Por exemplo, existe a privatização de rodovias. O Estado de São Paulo e vários outros estados privatizaram rodovias. Por que é que privatizaram isso? Por que não têm competência ou por que chegaram à conclusão de que um privado faria melhor? A interpretação é de que um privado faria melhor. E acho que, da mesma forma... Isso pode ser visto na área de saúde também. Muitas vezes os hospitais são geridos por uma instituição de direito privado, porque a instituição de direito privado tem mais agilidade.

Sobre o tema que o Senador Marcio levantou, Senador, o Fundo Amazônia 1... Deixa o Senador terminar ali a oitiva. Sobre o tema que o senhor levantou, o projeto do Fundo Amazônia 1, que é nosso e se chama Bolsa Floresta, daí um pouco dessa confusão, foi voltado não pra cursos de geração de renda, foi voltado pra implementos. Então, nós gastamos o recurso com – e eu mostrei fotografias até pra ilustrar bem isso – batedeira de açaí, moto pra transportar pirarucu, bajara pra transportar... etc., etc. Então, foram ações na ponta, chegaram lá à ponta. É isso que é.

E sobre o Bolsa Floresta 2, nós já prestamos contas, então não tem nada de obscuro. Tudo nosso é supertransparente; nem sigiloso ele é, é supertransparente. Tudo o que nós fazemos é extremamente transparente. Isso eu queria reiterar mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso que eu perguntei quando chega à ponta, e não tive resposta ainda. Quanto se gastou pra chegar à ponta? Eu recebi 2X pra chegar à ponta, eu cheguei com 3X e gastei do meu bolso, não é? Ou então gastei 0,5X. Porque fazer é fácil, se tiver dinheiro, resta saber o que foi feito com – desculpa – tanto dinheiro. Porque, pra pobreza do povo da Amazônia, 400 milhões em 15 anos é muito dinheiro. Não tenho dúvida de que chegou à ponta, eu tenho dúvida de quanto custou pra chegar à ponta. Mas aí o senhor tem até o final da sessão pra me responder, porque agora o Marcio está no final e, depois, é o Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu fico satisfeito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só uma resposta, perdão, muito rápida ao Senador Plínio. Eu mostrei um gráfico. A atividade meio da FAS representa 23% de todo o total que nós gastamos. Então, isso está explícito lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E a folha de pagamento representa quantos por cento? Me rememore o gráfico, eu não guardei na memória.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Vinte e três por cento. Vinte e três por cento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É igual ao que chega à ponta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Setenta e sete por cento. Setenta e sete por cento chega à ponta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí estão inclusas as diárias com viagem, os cursos fora?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O salário dos funcionários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vinte e três por cento?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Posso postar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, eu fico satisfeito de saber que já não é mais sigiloso, então peço a V. Sa. que mande os dados do Bolsa Floresta 2 para a CPI.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perfeito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – A questão, pra quem está nos assistindo, meu querido colega Styvenson... É claro que uma ONG, pra viver 15 anos, movimentar na média 30 milhões por ano, R\$400 milhões, vai apresentar, na imensa Amazônia brasileira, alguma vila, alguma comunidade que ela está atendendo. O problema é que isso não gera a independência da comunidade, porque, quando você quer fazer estrada, não pode; quando você quer fazer a ponte, não pode; quando você quer extrair o minério, não pode.

Então, o desenvolvimento sustentável seria você dar o apoio do estado, com ajuda de organizações da sociedade civil, e, num período menor possível, essa comunidade passar a ter independência econômica – isso é o que não acaba acontecendo.

Parece muitas vezes que esses pontos, esses nichos isolados na Amazônia são mais para você apresentar para o mundo como uma solução coletiva, que nunca é. No coletivo, a Amazônia está mais pobre nos últimos 30 anos – nos tornamos a região mais pobre do Brasil, passando o Nordeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas dando sequência e indo para o final, não é desconcertante, nessa linha do que nós estamos falando agora, as ONGs de qualquer forma receberem milhões e milhões de dólares, reais, com o discurso da preservação do bioma em que as pessoas vivem – o bioma em que as pessoas vivem –, mas vivem em condições miseráveis, com as piores rendas, sem água, sem esgoto? Quer dizer, não choca? Nessa perspectiva, quando a Amazônia vai oferecer a 28 milhões de pessoas uma atividade econômica redentora, que possa ser independente... o pai de família, a mãe de família criar seus filhos, ter a sua renda?

Vou casar com uma outra. Claro que a pobreza por si só não traz a violência, como temos na Amazônia. Nós temos países muito mais pobres do que o Brasil que têm um índice de violência muito menor do que o país. Mas há pobreza na Amazônia. E ao mesmo tempo, a divisa da Amazônia com países como Colômbia, como Peru, como Bolívia, países dos três maiores produtores de cocaína do mundo... Então, você une a oferta, a mercadoria à mão de obra ociosa, milhares de jovens desempregados e aí, sim, constituindo aquilo com que eu concordo: um estado paralelo das organizações criminosas, que já dominam boa parte da Amazônia brasileira.

Então, miséria de um lado, ajudando a empurrar para as facções criminosas milhares de jovens, não lhe chama atenção? Se essa preocupação mundial toda fosse de fato com a melhora da qualidade de vida da população, esse dinheiro gastos nessas décadas... Não lhe choca saber que, depois de tudo isso, a população da Amazônia continua vivendo miseravelmente, boa parte entregue a facções criminosas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu vejo muitos pontos de convergência entre a sua análise e o meu pensamento. Eu acredito que a proximidade da Amazônia com países que estão ligados à rota do tráfico é um fator relevante para a violência. Concordo com essa análise. Concordo com que a pobreza cria um caldo de cultura que estimula a entrada de jovens no narcotráfico. Agora, eu diria que o problema da pobreza na Amazônia não tem que ser responsabilidade das ONGs. A responsabilidade para superar a pobreza da Amazônia eu acho que é do poder público. Quem tem a obrigação de superar isso é o poder público.

E volto a dar aqui uma sugestão, com toda humildade, de que esta CPI talvez pudesse se debruçar sobre a má qualidade do gasto público. A gente gasta muito com resultados pequenos. Olha o orçamento de educação, orçamento de saúde... Então, a gente deveria melhorar a qualidade do gasto público. Acho que a melhor forma de a gente tornar as ONGs desnecessárias é melhorar a qualidade do gasto público. E, com relação à pobreza, a melhor forma de a gente não ter a necessidade de organizações... Por exemplo, as igrejas: as igrejas atuam junto aos pobres. Por quê? Porque, diante da ausência do Governo, as igrejas acabam atuando. Agora, a Igreja não está substituindo o Governo; ela está atuando de uma maneira suplementar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, acho que a melhor forma de enfrentar esse problema é aumentando... E nisso eu coincido com a sua análise de que nós vamos ter uma maior presença do Estado, do poder público e, principalmente, uma melhor qualidade do gasto público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, eu vou para a última pergunta, mas essa fala última do nosso convidado ilustra bem, Senador Sérgio Petecão, o que eu venho assistindo. Funciona assim, olha: Noruega, de boa vontade, quer ajudar – vamos lá à Amazônia –, quer ajudar a Amazônia. A Alemanha, também muito bem-intencionada, quer ajudar a Amazônia. A Grã-Bretanha, também muito bem-intencionada, quer ajudar a Amazônia. Os Estados Unidos, o Canadá... E começam a aportar recursos, diretos, indiretos, através até da embaixada canadense aqui no Brasil... E eu acho um crime de lesa-pátria uma embaixada se reunir com ONGs no Brasil, na embaixada aqui em Brasília, e decidir para onde vai o dinheiro sem que haja uma chancela do Governo brasileiro – se aquilo fere ou não fere a soberania nacional. Isso não é possível fazer nos países deles. Mas, como eles não podem fazer diretamente, então, acionam, através de vários tipos de convênio, acionam e financiam as ONGs. Bom, aí as ONGs, de forma geral, que atuam na questão ambiental e indígena na Amazônia, elas formam uma barreira para impedir toda obra de infraestrutura na Amazônia. Fazer uma estrada não pode.

A Ministra Marina Silva, que é o maior ícone do Brasil na questão ambiental, acaba de retirar a 319, que é a ligação de Manaus a Porto Velho, das prioridades do Estado brasileiro. No caso nosso do Acre, uma região imensa que jamais vai inventar nada que produzir para vender para Rio Branco ou para Rondônia, que é a região do Juruá, precisa de uma estrada, que estava, inclusive, no decreto de criação da reserva Serra do Divisor. Também esqueçamos, porque ela não vai acontecer.

Então, você vai usar minério na Amazônia, essa barreira de ONGs, de uma militância que é a minoria da Amazônia – mas ela é organizada, ela está financiada, ela tem estrutura –, trabalha contra. Bom, aí o Estado brasileiro não arrecada – as prefeituras, os governos do Estado. E aí, quando você vai para o diagnóstico da pobreza, quando você vai para o diagnóstico – com que concordamos – de que a miséria e o desemprego alimentam, empurram milhares de jovens para o narcotráfico, aí a obrigação é do Estado. Então, para que serve isso? Quer dizer, você tira de um município... de vários municípios da Amazônia, você tira 90% da livre iniciativa. Roraima, por exemplo, o Governador eleito, do ponto de vista territorial, vai administrar 7% do território – 7% do território. E isso vale, em maior ou menor grau, para a Amazônia inteira. Então, não pode fazer hidrelétrica, não pode fazer estrada. Na prática, não pode utilizar os recursos minerais que a Amazônia tem. Portanto, não tem como gerar renda.

Eu li, por exemplo, o relatório do ISA sobre a reserva indígena que nós visitamos lá no Amazonas, que constata que o Bolsa Família – aquele que nós dissemos aqui agora – para o indígena... Ele só busca o Bolsa Família de dois a três meses, porque, se ele for mês a mês, o que ele for gastar numa gasolina, que custa mais de R\$15 o litro, não compensa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a solução do ISA? É pegar recurso que ela tem e ajudar diretamente? Não. É o Estado brasileiro que tem que criar uma Bolsa Família diferenciada para a Amazônia brasileira, ou seja, o Estado brasileiro, aquele que está proibido de explorar petróleo, gás, minério na Amazônia, que se submeteu a isso, que tem que financiar.

Mais uma avaliação dele – naquela viagem que nós fizemos, eu fui lendo o tempo inteiro aquilo lá –: o indígena não pode abrir 2% da sua reserva, da sua área indígena para o agronegócio. Então, ele tem lá uma pequeninha roça. Resultado: ele vive como vivia há 500 anos, basicamente da pesca, da caça e vai complementar a sua renda com o Bolsa Família. E alguma mercadoria, ele compra na cidade.

Bom, aí gera lixo. O que se faz com o lixo? A Prefeitura de Autazes tem que resolver o problema do lixo.

Quer dizer, eu tiro a área produtiva, mas os problemas que sobram de você lacrar um município, municípios ou estados, é o Estado que tem que bancar.

A outra sugestão, pela distância da Amazônia brasileira, é você criar agência bancária nas comunidades indígenas.

Tem uma agência bancária em Assis Brasil, município do Acre, em que se chega de asfalto. Ela não segura em cima das pernas. Ela não paga as despesas que ela tem. Como é que você vai pagar uma empresa bancária lá dentro? Com mais um detalhe sugerido por essa ONG: você precisa ter, na agência lá na comunidade indígena, pessoas que falem a língua dos índios. Na reunião que nós tivemos, tinha oito línguas. Então, vai ter que ter...

Então, eu crio o problema; eu, em parceria... Eu disse agora há pouco que eu acho que tem duas formas de você submeter-se ao interesse externo: uma é direto, "Eu vou te financiar, se você fizer isso"; a outra é quando você sabe que você vai captar recursos naquela agenda; se não for naquela agenda, você não vai captar recurso. Vai captar recurso na Europa para pavimentar a 319! Você não vai conseguir. E você vai ter as ONGs financiadas por eles, sob influência deles, trabalhando contra isso. Então, você vai atrás do projeto, mas você sabe que você tem que apresentar naquela agenda. Esse é o resultado.

Aí, quando tem problema, quando se detecta pobreza, é o Estado que tem que resolver – o Estado débil, deficiente, que não caminha sobre as suas próprias pernas.

Vou terminar, mais uma vez, agradecendo a sua presença.

O objetivo da CPI, ao final, é apresentar ideias legislativas que possam aprimorar o controle do Brasil sobre as suas riquezas, que possam aprimorar a transparência que se exige de qualquer prefeitura do interior do Brasil. Essa é a nossa audácia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, última pergunta: na sua opinião, vale a pena preservar as pessoas da Amazônia na pobreza em nome de uma agenda internacional que é indiferente às necessidades dessas pessoas?

Como exemplo, Joe Biden, agora, mandou perfurar mais petróleo.

Obama ainda, antecessor, mandou furar petróleo no Alasca, mandou tirar petróleo de xisto. As ONGs ambientalistas andaram reclamando no começo, depois se aquietaram todas. E ele também não deu bola para isso. Isso fez com que, ao final do Governo do Barack Obama, os Estados Unidos ficassem autossuficientes em petróleo e gás. E, agora, Joe Biden mandou, autorizou perfurar mais petróleo.

O Canadá exporta potássio para o Brasil. Será que o Canadá, quando financia, ajuda a financiar entidades no Brasil, que, por coincidência ou não, estão agora querendo criar uma outra reserva em cima de potássio, será que não há um interesse conflitante de quem está pagando, defendendo o seu interesse econômico?

A Alemanha, que foi citada aqui pelo nosso Presidente Plínio, está queimando o carvão, e sozinha, que joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro, está aumentando agora, neste ano, a sua carga de CO₂ no planeta, e não pediu satisfação e nem dá satisfação a ninguém.

O Canadá, que ajuda a bancar essas movimentações no Brasil, se queimou de novo agora: mais cem milhões de pessoas envolvidas e ninguém no mundo ousou questionar por isso, ou propor, relativizar a soberania do Canadá sobre o seu território.

Da Noruega já falamos, que vive de petróleo e gás. Ela era pobre. Até a Segunda Guerra Mundial, era um país pobre. Na extração de petróleo e gás, que é do que ela vive, ela se tornou hoje um dos maiores PIBs *per capita* do planeta.

Com esses exemplos, que eu considero um neocolonialismo, quer dizer a Grã-Bretanha, quando perde o império, ela ajuda a criar, com os Estados Unidos, outro mecanismo de continuar comandando sem a presença física, e é através de várias ONGs, não é uma vergonha, é um embaraço para o Brasil e para vocês das ONGs constatar... Não há, no mínimo, uma hipocrisia desse movimento internacional que se diz, em vários documentos, e financiando tudo isso, falando da preocupação ambiental, quando eles não fazem isso em sua casa? Isso não é uma imensa hipocrisia?

E, com isso, eu termino, agradecendo mais uma vez a todos os componentes da CPI e ao convidado, que aceitou de bom grado vir à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado. Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Senador Styvenson.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Virgílio, obrigado por essas horas aqui na CPI, tendo a paciência de esclarecer dúvidas. Como o senhor disse, pode estar meio conflituoso, e a nossa função aqui é esclarecer, dar transparência.

O nome do senhor aí do lado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Theo Dias?

Seja bem-vindo ao Senado Federal.

Vou ser objetivo e espero que seja também um bate bola aqui rápido.

Quanto que a Fundação Amazônia – isso o senhor como superintendente pode me dar essa informação –, em 2022, tem pra uso? Vai gastar quanto?

Entre os 23% e 0s 77%, quanto é que o senhor tem hoje pra gastar no ano de 2022... Em 2023. A gente está em 2023, desculpa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Nosso orçamento está na ordem de 50 milhões este ano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em R\$50 milhões.

Entre recursos adquiridos com projetos e que o senhor disse que consegue conquistar... E com o público? Dos R\$50 milhões, quanto é público?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Deve ser algo da ordem de uns 15%.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De uns 15%. Então estamos falando aí de R\$7 milhões?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, R\$8 milhões.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De R\$8 milhões?

Mas só pra pagar os nove mil familiares, ao custo de R\$100, ao ano... Uma família, R\$100 reais. Em um ano, R\$1,2 mil, uma família. Multiplicando isso por 9 mil, dá R\$10,8 milhões.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É. Agora, o valor, na verdade, ele é...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só desse recurso...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele é pago em parcelas.

Então, aí tem uma questão de contabilidade, mas a ordem de grandeza é essa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em 2023...

Eu dei o valor total. Parcelas ou não, R\$10,8 milhões; 9 mil famílias recebendo R\$100 – essa é a transferência.

Do BNDES o senhor não em ideia, não?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, do BNDES nós temos, *grosso modo*, zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Certo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Porque o Fundo Amazônia foi congelado em 2019. Então, nós só tivemos um resíduo do recurso que tínhamos para executar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está ótimo!

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, temos um recurso muito pequeno.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado por estar respondendo.

Agora, o senhor disse que tem 143 colaboradores, todos esses na folha de pagamento...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... da fundação de que o senhor é superintendente? Gasta 23 % para a manutenção desse efetivo...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ...dentro desses 50 milhões. Vamos lá, o senhor disse que 77%...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Desculpa, isso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, 77% é campo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dos 50 milhões.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, eu imagino que os 10 milhões que o senhor recebe do Governo do Estado do Amazonas é campo para manter as 9 mil famílias com R\$100. Então, eu já tenho aí 40 milhões. Não, 77% de 50, vai dar aí aproximadamente... Se fosse 80... Me ajuda, Mecias, que tu és bom de matemática.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Deixa eu ligar para o Marcio. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Vamos dizer que com 23% – é mais fácil – de 50, o senhor fica com 10 milhões para gastar com pessoal, com 143 pessoas. Faz parte desses 143... Quem faz parte dentro da administração? Eu fiquei com uma dúvida sobre o Conselho Fiscal e o conselho Administrativo. Fazem parte os 143?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótima para eu poder aprofundar aqui. Acho que eu tinha dito isso, mas talvez não tenha ficado claro. Todos os conselhos da fundação têm remuneração zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não ganham nada?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Zero, zero. São voluntários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o senhor disse que não tem nenhum voluntário.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, desculpa, desculpa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor falou o seguinte:...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Estou falando dos conselhos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... não existe nenhum voluntário.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, dos conselhos. Eu fui bem claro, todos os conselhos... A FAS tem três conselhos: Conselho Fiscal, Conselho de Administração e o Conselho Consultivo. Todos os membros desses conselhos são voluntários. Aí nós temos a equipe profissional, essa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

equipe de 143 a que o senhor fez menção. Essa é uma equipe que tem plano de cargos e salários, são celetistas, carteira assinada. E nós seguimos toda a legislação brasileira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Então, não fazem parte dos conselhos, que são 21, os 143?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São 21?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Que têm remuneração zero. Os conselheiros têm remuneração zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, se eu pegar 50 milhões, 23%, 10 milhões, e dividir por 143, eu tenho aproximadamente o rendimento que vocês gastam só com folha...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e manutenção da estrutura.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Os 23%, Senador, são folha... São atividade meio, que envolve folha e custeio, energia elétrica...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Energia, água, prédio, manutenção, tudo isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ao ano, 10 milhões aproximadamente.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou só buscando aqui um ...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... esmiuçar, uma transparência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Estamos aqui para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pois é. O que não ficou meio encaixado é que o conselho é que faz a avaliação das contas. É isso? Quem faz a avaliação das contas da FAS? É o Conselho Fiscal, o Conselho Administrativo? É o conselho que é voluntário e passa para o órgão público, que o Ministério, ou o Ministério Público está dentro da FAS fazendo isso junto, *in loco*?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não sei se é possível voltar aqueles eslaide que estava na tela. É possível voltar? Acho que é o eslaide... Deve ser o nº 7 ou algo assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu lembro, eu lembro quando você fez o organograma, acho que ficou lá no final.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Na verdade, a contabilidade da FAS entrega ao auditor externo as contas; o auditor externo faz uma avaliação e um parecer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Esse auditor externo é pago por quem?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pago?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É público?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, privado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem paga?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele, nesse caso nosso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É voluntário?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É voluntário. A gente não, a gente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, espera aí, espera aí, espera aí! Ele trabalha de graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Trabalha de graça.

Nós temos muitas empresas, Senador – esse é um dado em que acho que é importante esta CPI se aprofundar –, tem muitas empresas que querem fazer trabalho voluntário. Então, nós temos, por exemplo, o planejamento estratégico da fundação é feito por uma grande empresa de consultoria que dá isso de graça. O custo desse planejamento estratégico é caríssimo, mas eles doam isso. Eles registram isso na sua



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

contabilidade como uma doação, como se eles estivessem fazendo uma doação, só que, em vez de ser uma doação em dinheiro, é uma doação em serviço. A auditoria também é dessa forma; ela contabiliza a doação. E, na nossa prestação de contas, nós colocamos isso: recebemos em serviço o equivalente a X reais pelo planejamento estratégico, pela auditoria. Isso é comum e isso é algo extremamente positivo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito! Então, deixa eu recapitular aqui minha linha de raciocínio.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor disse que o Conselho Administrativo e o Fiscal fazem esse levantamento contábil por uma empresa que presta esse serviço voluntariamente, que é caríssimo, diga-se de passagem, mas, no final, é passado para os órgãos externos de controle. Os órgãos externos de controle não participam desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, é um processo, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu estou querendo entender só o seguinte: eles não estão desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu tinha pedido para colocar o eslaide.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu entendi. Se o eslaide for para a minha visualização, eu entendi. A pergunta é bem simples, Sr. Virgílio: o Ministério Público acompanha em que momento? A que horas chega o controle externo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele chega depois do trâmite interno. Nós temos um trâmite interno. Concluído esse trâmite interno, nós entregamos ao Ministério Público. O Ministério Público faz a sua análise. O Ministério Público está fora da FAS; ele tem o seu escritório, tem o seu corpo técnico; está fora da FAS! Nós concluímos o trâmite interno e entregamos a eles toda a documentação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou perguntando isso, porque eu fiquei curioso, porque, nas últimas sessões, uma pessoa que sentou aí no lugar em que o senhor está, disse do envolvimento que o Ministério Público tinha muito íntimo com as ONGs. Bom, mas eu não estou fazendo nenhuma inferência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, me permita, só para matar a curiosidade de quem está ouvindo e a do senhor. Há três pessoas que acompanham o Conselho de Administração, para que o senhor sinta o perfil dos voluntários no Conselho de Administração, aqueles que ajudam: Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, ex-Secretário de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Planejamento e Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação; André Luiz Zogahib, Reitor da Universidade do Amazonas; Maria do Socorro Cordeiro – cadê a Maria do Socorro Cordeiro? –, Diretora Estatutária da FAS e também Chefe de Gabinete da Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Esse é o perfil dos voluntários do Conselho de Administração.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Bom, eu preciso dizer, Sr. Presidente, que foi dito aqui várias vezes sobre ética e eu acho que a ética deveria dar transparência de forma pública pelos controles externos se há dinheiro público. Se há dinheiro público, deve ter, sim, acompanhamento de controle externo. E, pelo que eu faço, pelo que eu entendi, toda essa prospecção, toda essa análise é feita por voluntários, por voluntários! Entenda o meu raciocínio. Se estiver errado o meu raciocínio... Após feito todo esse levantamento, esse levantamento é entregue ao órgão público de fiscalização. O.k., mas só que tudo foi avaliado por alguém interno. Então, onde é que tem ética aqui? Transparência? Eu não consigo enxergar. Transparência teria se tivesse a participação de todos os entes públicos, se há dinheiro público, se há dinheiro público!

Há outro ponto – eu acho que nem é uma pergunta, é só um esclarecimento: eu sei que a FAS também investe...

Outra pergunta, dentro do quadro de 50 milhões ou de dinheiros anteriores, Sr. Virgílio: o senhor recebe recursos de outras ONGs?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu acho que tem um ponto de esclarecimento, Senador. O controle externo que é feito pelo Ministério Público não pode estar dentro da FAS. O Ministério Público tem o seu escritório, ele tem os seus técnicos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não. Ele...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... ele tem que receber um relatório da FAS.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu não disse dentro, eu não disse... Ele não está dentro. Segundo me disseram aqui, está dentro. Preste bem atenção! Eu só estou perguntando isso porque quem sentou anteriormente ao senhor disse que há um envolvimento muito íntimo dos órgãos públicos com as ONGs, e é aonde eu estou querendo chegar. Eu não estou dizendo que ele tem que estar dentro; ele tem que acompanhar, ele tem que seguir o dinheiro, ele tem que ver esse rastro.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, deixa eu ver se consigo explicar com outras palavras.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, o senhor comece por aquele, aquele quadro ali primeiro: voluntários...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – O laranja, de cima, administração e contabilidade, é uma coisa interna da FAS.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É onde começa...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É onde começa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não. Isso... O que está... Aquele "administração" não é voluntário, é corpo profissional.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas é onde começa a prestação de contas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tem os contadores. É onde começa o controle. Se eu comprei um copo d'água, esse copo tem uma nota fiscal. Então, tem a equipe da FAS que vai registrar a nota fiscal: comprei um copo d'água. Isso está naquele...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Começa lá no primeiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... "administração e contabilidade". Ela depois...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De que fazem parte aqueles 143...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que são pagos pela FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles dão início à transparência?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí, dali pra frente, vai a auditoria independente. Então, nós entregamos o relatório para o auditor independente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é uma empresa, uma empresa das quatro maiores do mundo, de auditoria, que faz a análise dos números.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Faz trabalho, nesse caso, voluntário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De graça, de graça.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, no linguajar, no linguajar técnico, se chama *pro bono*, é um trabalho sem remuneração, que é contabilizado, contabilizado, e isso é muito comum no Brasil e fora do Brasil.

Essa auditoria independente faz um relatório. Está certo ou está errado? Está o.k.? Chama-se: com ressalvas ou sem ressalvas. Até hoje nós tivemos 32 auditorias sem ressalvas, ou seja, olharam todos os recibos dos copos d'água, etc. e tal, computadores, e está tudo o.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É igual... É semelhante à prestação de conta eleitoral nossa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Aí vai pro conselho fiscal... Não, não sei. Não posso fazer analogia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É! Administração e contabilidade quem paga é o político, então ele faz do jeito que ele quiser.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas continue. O conselho agora.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí vai pro conselho fiscal, que são as pessoas que eu mencionei posteriormente. São quatro conselheiros...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, mas volte ali, volte ali...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Eu vou chegar lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não. Retorne só para eu ver...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pronto. Esses são os conselheiros fiscais, certo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esses são voluntários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, espere aí, espere aí...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... que trabalham...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Deixe só eu entender aqui, para o meu raciocínio. O primeiro quadro, administração e contabilidade, faz parte dos 143 que são remunerados pela FAS.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que fazem o primeiro levantamento, a análise de tudo que é comprado, de tudo que é gasto....

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... pela fundação.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em seguida, passa pra auditoria independente, que não recebe nada, mas é uma das quatro melhores do mundo, que faz a avaliação e dá o o.k. ou não, que segue para o conselho fiscal, que são outros voluntários que o senhor mostrou no quadro ali...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que fazem parte da administração...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que fizeram parte da administração pública ou não.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nesse caso, os quatro, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se eu quiser ser voluntário, eu posso ser?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pode.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se eu tiver competência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pode, pode.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós temos uma política de voluntários.

Aliás, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque o que me chama...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... uma das coisas muito interessantes que têm ocorrido no mundo hoje é um aumento de pessoas interessadas em fazer trabalhos voluntários, tem aumentado isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, mas eu me lembro que, no início do discurso do senhor... Viu, Plínio? Eu lembro que, no início do discurso do Sr. Virgílio, ele disse que não existia trabalho voluntário – sempre profissionais. Toda essa estrutura é da FAS, que existem voluntários. Então, tem voluntário. Então, começou aí uma...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Talvez seja uma questão de comunicação, que, às vezes...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o senhor que falou.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, eu disse que a equipe técnica da FAS...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E o resto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... não é de voluntários; a equipe técnica é de profissionais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a equipe técnica...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós temos, dentro da nossa estrutura, voluntários que estão nesses conselhos que estão descritos ali.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dentre eles, os que analisam as contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, a equipe técnica está lá em cima, a administração e contabilidade.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A equipe técnica, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles que analisam as contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São os que dão início à transparência, eles passam, sucessivamente, aos voluntários...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... até chegar ao Ministério Público, TCU, TCE. Entendi.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso. Aí chega, para o Ministério Público, para o TCE, o relatório. Ali eles, que são externos, são órgãos de controle, vão pegar aquilo ali e falar: "Opa, eu quero mais informação sobre isso, sobre aquilo, analisa, explica melhor". Eles fazem as diligências deles, mas depois de... Por que nós fazemos tudo isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Essa transparência está no *site* do senhor?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Totalmente, tudo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nota fiscal, fotografia, tudo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, nota... Isso, não dá para pôr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque é muito pesado, não é? Mas, no meu *site*, eu coloco nota fiscal das coisas que eu pago de emenda, fotografia, vídeo, tudo. E olha que é recurso pra caramba, viu?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São 100 milhões por ano que a gente gasta de emenda, e eu coloco lá todas as fotos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu também faço isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótimo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É uma dica.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Parabéns, parabéns, parabéns.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já que o senhor está sugerindo aqui, ao Senado Federal, muita coisa, eu sugiro que dê mais transparência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque o início parece que não é ético para mim. Se não existe ninguém independente ou algo fora, o senhor seria submetido, teria alguma imposição, algum obstáculo em ser submetido a uma análise desde o início? A uma triagem mais específica por um órgão externo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, Senador. Eu volto a dizer: ali a gente tem uma auditoria independente, está clara. Só que isso é feito dentro de um determinado processo, é uma sequência. A nossa contabilidade faz um documento; esse documento é analisado por um ente externo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas aí é que está, Dr. Virgílio.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Depois vai para outro, até terminar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Me perdoo a insistência e talvez a ignorância ou a desconfiança, porque brasileiro é desconfiado com tudo. Eu digo isso porque hoje eu estou político, e todos os olhos são voltados pra mim. Então, eu tenho que dar a máxima transparência possível, eu tenho que dizer onde é que está cada centavo do dinheiro público. Se tem dinheiro público aí, então, a gente precisa insistir na transparência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me perdoe se eu estou sendo até mesmo deselegante com o senhor, mas é porque eu não acho ético, eu não acho ética nenhuma dentro de uma administração em contabilidade que é paga pela própria fundação para iniciar um trabalho de transparência. É a minha opinião – minha opinião.

É a mesma coisa, como eu disse, em relação à prestação de contas de político. Quem é o advogado do político? Quem é o contador do político? Pago por quem? Ainda existe corrupção. Não, existe ética. "Ah, mas deveria ter o controle externo para ser avaliado." É uma falha, já que tem dinheiro público, é fundo eleitoral.

Bom, mas não vou entrar nesse aspecto, não, porque eu não uso fundo eleitoral, não usei nada de dinheiro público, não usei nada de dinheiro público. Então, eu posso dizer isso com muito conforto, muita tranquilidade.

Já venceu isso aí, eu acho que já ficou claro. Já ficou claro, Senador Plínio? Já ficou claro, Relator?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí, sim. No final, eu vou querer saber quem concorreu com a FAS, por exemplo, porque os 68 milhões do Governo alemão... Algumas perguntas depois. Isso aí está claro para mim. Sua participação foi muito boa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque eu foquei na parte da transparência. Só isso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que é o que o senhor é na sua prestação de contas das emendas parlamentares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu dei uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas eu acompanho a sua prestação de contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E a sugestão foi muito bem acatada quando ele disse que chamasse profissionais da área. Tudo isso... Acho que o requerimento dos Senadores vai contemplar.

Eu vi uma matéria, Sr. Presidente, no Google, de cerca de 2,5 milhões para projetos de apoio a empreendedorismo de mulheres indígenas, que teriam apoio da fundação do senhor. O senhor sabe a que se refere essa matéria?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Essa matéria específica não sei, mas eu queria só dizer, Senador, para fechar esse assunto da transparência, que essa sequência que nós temos é a que todas as empresas têm. Todas as empresas... Se o senhor pegar uma empresa qualquer, um banco, um supermercado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Odebrecht, OAS... (*Risos.*)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Um supermercado, um supermercado qualquer, um supermercado do bairro aqui mais próximo. O que um supermercado vai fazer? Um supermercado onde o senhor frequenta, eu frequento: ele vai ter uma contabilidade interna e vai ter uma auditoria externa. É assim que funciona. Isso é a maneira que... Alguém tem que organizar as contas internamente. E, depois de organizadas essas contas, isso é apresentado pro ente externo. Do ponto de vista de transparência e de rigor, isso é o que a boa prática do Conselho Federal de Contabilidade recomenda, e nós seguimos as boas práticas, as melhores práticas de gestão e contabilidade. É isso que é...

Com relação a... Eu não sei o que o senhor está lendo especificamente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu vou...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... mas sobre empreendedorismo indígena, eu posso... Eu sei o que é.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A iniciativa envolve pequenas e médias empresas lideradas por mulheres indígenas... Eu acho que o senhor mostrou aquilo bem claro, mostrou ali a parte do açaí...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aliás, se pudessem colocar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não só das mulheres, mostrou um homenzinho em cima da moto...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu parei em um eslaide em função até do tempo que o Senador me concedeu, generosamente, e me disse que eu teria possibilidade de botar alguns outros eslaides. Se pudessem botar os eslaides de onde eu parei, é porque tem um exatamente sobre esse tema...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu ia perguntar...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... do senhor, sobre artesanato indígena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quais são os estados e quais são os municípios que a fundação do senhor financia? (*Pausa.*)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós atuamos...

Eu parei aqui... (*Pausa.*)

Está aqui, pode deixar. Pode deixar aqui, eu chego...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu acho que não passou isso, não. (*Pausa.*)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este aqui é um dado interessante sobre o Fundo Amazônia. O TCU fez análise das contas da FAS... Senador, este é um dado interessante, é o acórdão do TCU. O TCU realizou uma análise das contas da FAS relativas ao Fundo Amazônia e não encontrou nenhum apontamento específico, ou seja, nenhum erro. De maneira geral, a análise executada pela instituição disse que os recursos do fundo estão sendo utilizados de maneira adequada e contribuindo para os objetivos para o qual foi instituído. Não restaram... E aqui teve um depoente que antecedeu esta sessão dizendo que o Fundo Amazônia tinha alegações, foi o ex-Ministro. E nenhuma dessas irregularidades aventadas pelo ex-Ministro foi encontrada pelo TCU. Então, é importante fazer esse registro de que a gente, enquanto ONG, no caso específico da FAS, é, sim, monitorado pelos órgãos de controle.

A apresentação, o eslaide que eu queria mencionar para o senhor que faz menção a essa questão que o senhor fala do artesanato é esse daqui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, é o...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De mulheres indígenas, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É o empreendedorismo das mulheres indígenas.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Qual foi o valor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De 2,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – De 2,5 milhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

Então, aí eu tenho a enorme satisfação de mostrar que isso tem dado resultados excepcionais.

Aqui essa imagem ilustra o teçume da Amazônia, no Município de Maraã, no Rio Japurá, onde tem uma comunidade, Senador Plínio, que valeria muito a pena uma visita e chama-se São João do Ipecaçu. Tem um grupo de mulheres lidando com artesanato, com *design*, e essas mulheres estão alcançando o mercado com um nível de prosperidade, Senador, que é, assim, gratificante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quantos estados?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Foi feita...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quantos estados e municípios?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só no Amazonas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só no Amazonas.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só no Amazonas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Municípios?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Municípios: 28.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vinte e oito. Esses 2,5 milhões estão gerando esse trabalho aí.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse *designer* aí ganhou um prêmio da Casa Vogue, e esse pedaço de madeira de roxinho, que antes valia pouco mais de nada, vale cada peça dessa R\$700.

Então, quando nós falamos em superar a pobreza, é dar elementos para essas pessoas se tornarem prósperas. Então, nós somos a favor da prosperidade e aqui tem ótimos exemplos. O Senador Bittar, inclusive, quando mencionou, na última fala, o tema da pobreza, Senador, esse é um dos caminhos, a Amazônia tem muitos caminhos. Acho que a agricultura é um caminho, a piscicultura é outro, tem muitos caminhos, mas um dos caminhos é fazer o uso das palhas, etc. e tal, da arte e da capacidade de fazer teçume, que muitas dessas comunidades têm. Volto a dizer: isso não se aplica a tudo, mas é uma fração, e o problema tem que ser fracionado e enfrentado de uma forma inteligente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a resposta objetiva, Senador, é sim, isso é um programa extremamente exitoso que tem gerado renda de uma maneira muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu acho que eu já... Não sei se esclareceu ou se complicou mais para mim a transparência.

Agora, uma coisa é certa – viu, Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, Senador Petecão, Senador Mecias, aqui do meu lado? –, 50 milhões é o recurso da Fundação Amazônia para o ano de 2023; 23%, aproximadamente uns 10 a 11 milhões entre pagar salários e custeio. Eu dou outra sugestão: deveria estar na transparência, porque eu não tenho vergonha de dizer e nem tenho medo de dizer quanto é que um Senador ganha porque está na transparência. A gente não vai passar por nenhum desconforto e nem é constrangedor, não. Constrangedor é o brasileiro que ganha um salário mínimo e ter que viver com o que vive ou ganhar R\$100 por uma Bolsa Floresta. Então, deveria estar lá bem detalhado quem são os 143, quanto ganha o superintendente, o diretor, a administração, porque, se eu for dividir isso aí, vai dar quase 70 mil, se eu for pagar só salário, se for por igual, se for por igual. Então, são as sugestões que acho que o Senador Marcio Bittar, o Senador Plínio, se não fizeram, eu posso fazer também, de pedir essa transparência. A gente não vai divulgar, não, é só para a gente ter esse conhecimento para ver. A gente não quer fazer controle externo, não. A gente só quer dar garantia de que o senhor realmente é ético, dá transparência e faz um trabalho bom.

Então, para terminar, agradeço a presença do senhor. Acho que nenhum Senador aqui é contrário a um trabalho feito por organizações não governamentais. Pode ser a do senhor que seja uma das dignas de ter esse reconhecimento, mas, como em todo e qualquer lugar no mundo, e principalmente no nosso país, existem pessoas que não contribuem com tudo o que foi dito aqui: com transparência, com bom uso de dinheiro público.

Se fosse só o dinheiro privado, aí teria um outro questionamento, Senador Bittar: Qual o motivo de você estar investindo tanto dentro dessa área?

Eu sugiro, já que o senhor tem esse *know how*, mas é Engenheiro Florestal... Eu queria, Senador Bittar, que tivesse uma ONG para ver lá o meu sertão, porque o povo lá está morrendo, viu? O povo lá está necessitando e não tem ONG nenhuma; não tem nada rico!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como amigo seu, eu posso dizer por que não tem? Porque não tem riqueza mineral.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nem água tem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque se tivesse riqueza mineral, estaria como está a Amazônia. Agora nós estamos enfrentando o problema do potássio. Inventaram a quantidade de indígenas para poder demarcar uma área maior do que teria lá atrás para requerer, e a gente está deixando de explorar o potássio, que supriria 25% do mercado nacional. Mas o Rio Grande do Norte tem praias bonitas, mares bonitos, pessoas bonitas, mas não tem riqueza mineral. Está respondido?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Respondeu.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mecias, só te peço só... É só um complemento aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, já passou.

Então, com a palavra, o nosso amigo, Senador Mecias, de Roraima, que é, juntamente com Amazonas, Acre e Amapá, superprejudicado com essa questão das más ONGs.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Somos coirmãos e, exatamente por isso, passamos pelas mesmas consequências.

Mas, Presidente Plínio; nobre Relator, Senador Marcio Bittar.

Sr. Virgílio, obrigado, eu espero que o senhor entenda aqui a missão dessa CPI. E como o senhor entrou aqui recitando a oração de São Francisco, que eu acho belíssima, eu quero que o senhor entenda que o papel aqui da Comissão é apenas buscar a verdade. É com paz que nós queremos buscar a verdade, sem agressões, sem palavrões. O que nós queremos é o que diz a Bíblia, em João 8:32: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".

Então, o senhor esclarecendo para nós aqui as perguntas, os questionamentos que estão sendo feitos ou aqueles que vierem ainda a ser feitos, inclusive correspondendo com a transparência, certamente esta Comissão e o Brasil agradecerão muito V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar perguntando a V. Exa. o seguinte... Talvez eu faça algumas perguntas que já tenham sido feitas pelo Relator, eu tive que sair por um momento, mas, V. Exa. por gentileza me responda novamente. Eu vou fazer algumas perguntas e o senhor prefere anotar e responder depois? Ou bate e pronto? Então vamos lá.

Qual o critério utilizado para escolher as famílias que recebem o Bolsa Floresta? Quais são os critérios? Qual é o compromisso que essas pessoas têm que fazer com a sua fundação para receber o Bolsa Floresta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Respondo... Faremos pingue-pongue, então, assim?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vamos lá.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótimo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Só gostaria que o senhor fosse mais objetivo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perfeito.

O Bolsa Floresta é um programa do Governo do estado, e ele é dirigido para unidades de conservação estaduais. Então, são os moradores dessas áreas que são os elegíveis.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

É... Então, as 9 mil pessoas... O senhor tem 9 mil bolsistas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Todos esses estão dentro de unidades de conservação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – São moradores de unidades de conservação estaduais. Porque tem unidades de conservação que são federais ou municipais. Esses são apenas das estaduais.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor falou de um número que recebeu do bolsa... do Fundo Amazônia. Eu não sei exatamente o valor que o senhor disse, mas quanto o senhor gasta do Fundo Amazônia com recursos humanos, com pessoal?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Foram dois projetos do Fundo Amazônia, um foi de 19 e outro de 31 milhões, que perfazem 51 ao todo. O gasto deve ter sido da ordem de 20%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vinte por cento, então, do bolsa...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Do total.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... do Fundo Amazônia o senhor gastou com...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

E, na verdade – aí tem que especificar –, isso não foi gasto com a direção da FAS, os superintendentes, etc.; foi tudo gasto com assistência técnica. E aí aproveito para registrar, mais uma vez, que o Fundo Amazônia e o BNDES são muito rigorosos. Então, por exemplo, eu citei aqui a produção de banana, a produção de farinha, etc. Isso foi feito com a assistência técnica de agrônomos, engenheiros florestais, engenheiros de pesca, etc., custeados com recursos do Fundo Amazônia. Então, os salários e o custeio foram para as atividades de assistência técnica.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Correto.

O Bolsa Floresta é todo de recursos do Governo do estado?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, todo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor... Quanto o senhor gasta com pessoal, de recursos destinados para o Bolsa Floresta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não; o Bolsa Floresta é um pagamento por serviços ambientais, então ele é custeado pelo Governo do estado. Hoje ele se chama Guardiões da Floresta até – para a gente acertar a nomenclatura.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ele é repassado para a sua fundação ou vai direto...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele é repassado para a FAS, e a FAS repassa para as contas bancárias dos beneficiários.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O que é que ele se compromete a fazer? É manter a floresta de pé?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Principalmente evitar incêndios florestais. Hoje uma das grandes ameaças à região é o aumento da estação seca, que aumenta o risco de incêndios – este ano, inclusive, a gente está numa seca muito pronunciada –, então o compromisso é fazer aceiro na hora de fazer a agricultura e evitar que o incêndio saia do controle.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Principalmente, é isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso é o principal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... definitivamente, quem não estiver dentro das unidades de conservação não recebe o Bolsa Floresta, correto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas o senhor não atua só dentro de unidades de conservação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Essa é uma ótima observação, que eu não mencionei porque na minha apresentação acabei não chegando ao final, mas nós temos uma atuação – se puder até botar os últimos eslaides aqui, por favor... Nós temos uma atuação em Manaus, na cidade de Manaus, então nós não atuamos apenas em comunidades na floresta. Nós temos uma atuação...

Por exemplo, aqui, essa é uma Feira da FAS, de economia circular, que ocorre em Manaus. Duas mil pessoas vão a essa feira. Ocorre aos domingos, uma vez por mês.

Aqui tem a Feira do Pirarucu, que também é feita em Manaus, na sede da FAS. Esse é o exemplo de um mês: nós vendemos nesse mês 5 toneladas de pirarucu. E a venda... Essas pessoas que estão ali – nesse caso aqui, com aquela camisa branca – são pescadores. Então, não é a FAS que vende; a gente só cria estrutura para que os pescadores saiam da mão do intermediário e possam vender diretamente aos consumidores. Com isso eles triplicam a renda, *grosso modo*, e tem também um ganho para o consumidor, porque em Manaus a pessoa faz fila na frente da fundação pra comprar o pirarucu de boa qualidade, porque acabou de chegar da pesca, e a um preço melhor do que o do mercado.

E a gente teve uma coisa muito interessante, que foi o tambaqui. Com o manejo e a proteção dos lagos de pirarucu, voltou a produção do tambaqui, que estava basicamente desaparecido desses lagos em função da pesca predatória. Então, o ordenamento pesqueiro é algo que aumentou a produtividade dos lagos, e hoje o tambaqui de rio, pra quem é do Amazonas, faz uma diferença enorme, tambaqui de viveiro *versus* tambaqui de rio, tambaqui de rio é mais saboroso. O Senador Plínio conhece bem.

Então, a gente tem, Senador, uma procura enorme hoje por tambaqui de rio, que está vindo dos lagos manejados. E, aí, os pescadores chegam com esse peixe, a gente tem uma câmara frigorífica de cinco toneladas, e, aí, eles, enfim, vendem isso, mas vendem rapidamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Esse dinheiro vai para eles ou vai para a fundação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, é 100% deles. A gente só oferece a estrutura. Então, eles que vendem; eles que manejam; a contabilidade é deles. A gente só faz o registro para saber exatamente qual que é o valor por que foi vendido. Então, o papel nosso é de quem está ajudando. E, aí, volto ao tema que o Senador Marcio Bittar falou, da pobreza. Isso, Senador, está tirando as pessoas da pobreza. E volto a dizer: cada região tem uma solução – não é? –, principalmente a região do Médio Solimões, a região do Juruá, do Médio Juruá, do Baixo Purus, que tem um potencial muito grande de lagos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Virgílio, o senhor falou da auditoria que é feita nas contas da fundação. São... Essa auditoria faz esse trabalho gratuito? É isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Qual é o critério que o senhor usa para escolher a auditoria que vai auditar a sua fundação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós usamos uma das grandes empresas do mundo, que eles chamam de Big Four, as quatro grandes empresas, que são as maiores empresas do mundo de auditoria, e uma delas se dispôs, como parte da sua política de filantropia, a doar serviços. Esse serviço é quantificado, eles nos informam o valor desse serviço, e isso é publicado no balanço deles e no balanço da FAS.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas é 100% gratuito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É 100% gratuito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eles sugerem, fazem anotações, apontam falhas ou eles simplesmente apresentam parecer pela aprovação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador Mecias, eles dão uma dor de cabeça para a nossa contabilidade enorme. Eles pegam todas as contas. Todas, não! Eles fazem por amostragem, mas pegam aquelas contas que eles sorteiam e eles vão a fundo, ficam semanas dentro da nossa contabilidade, analisando em detalhes. E, ocasionalmente, eles, ao identificarem uma coisa que não esteja 100%, eles recomendam, etc. Então, eles contribuem muito para a nossa melhoria constante. Então, eu tenho certeza de que, a cada ano que nós passamos pelas auditorias, nós aprimoramos o sistema nosso de controle de contabilidade, de práticas contábeis.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor disse que... *(Pausa.)*

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Enquanto o senhor...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perdão!

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... passa pela água aí, uma coisa importante é que eles avaliam as nossas práticas contábeis à luz do cumprimento da legislação vigente no Brasil. Então, se eles identificam alguma coisa do ponto de vista do regime de trabalho dos funcionários, como é que está sendo feito, se a CLT está sendo bem observada ou não... Eles analisam todos os aspectos da nossa administração à luz da legislação. Qualquer sintoma de não conformidade eles levantam e apontam a necessidade de melhora, mas, até hoje, não teve uma ressalva, é o tema técnico, importante.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Os tribunais de contas, TCU e TCE, auditam as contas de vocês, ou vocês apenas encaminham um relatório, e fica por isso mesmo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eles auditam, e nós mandamos... No caso do BNDES, a FAS manda a prestação de contas daquilo que é relativo ao BNDES para o BNDES. O BNDES está sujeito à avaliação do Tribunal de Contas, e, então, ao ser avaliado pelo Tribunal de Contas o BNDES como um todo, eles pegam projetos, como é o caso da FAS, e avaliam. O que eu mostrei, há pouco, aqui – não sei se o senhor estava aqui ou já tinha saído –, é que o parecer do TCU sobre as contas da FAS não indicou nenhuma anormalidade.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, eu vi, eu vi, mas vocês não encaminharam para o TCU...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, porque...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vocês encaminharam para o BNDES, e o BNDES encaminha para o TCU.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente. É, é...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vocês não estão subordinados a terem essas contas apreciadas, analisadas pelos tribunais de contas, nem do estado nem da União?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós estamos dessa forma que eu acabei de descrever.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo. O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Como nós não somos um órgão do Governo Federal, nós não podemos ser auditados diretamente pelo Governo Federal. Como nós...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas vocês recebem recursos do Governo Federal e de governo de estado.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, exatamente. Aí nós somos alcançados pela auditoria no BNDES. Então, ao ser auditado o BNDES pelo Tribunal de Contas da União, eles nos alcançam, mas nós... O Tribunal de Contas não pode, por exemplo, auditar um supermercado aqui de Brasília, porque não está ligado a isso, mas, se o supermercado...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se ele tiver recebido recursos públicos...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele não pode fazer auditoria direta...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Direta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele tem que fazer auditoria...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perfeito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... por meio daquele órgão que repassou o recurso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perfeito, perfeito. Eu sei disso.

Deixe lhe fazer mais uma pergunta. Os recursos que o senhor recebe de outras ONGs, embaixadas... Como é que eles entram na sua conta? Como é que ingressa no Brasil esse dinheiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Cem por cento – 100% – de tudo que recebemos é de acordo com as regras de contabilidade vigentes no Brasil. Então, da mesma forma como uma empresa recebe dividendos pela venda de um celular para fora do Brasil, ela internaliza isso segundo regras do Banco Central... Tem toda uma burocracia...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Esse dinheiro todo entra de forma legal...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e o Banco Central tem conhecimento de tudo isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De 100%, 100%.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k., o.k.

Como disse o eminente Relator, o Dr. Virgílio certamente não vê problema nenhum de encaminhar tudo isto – folha de pagamento, pagamentos feitos – à Comissão, Presidente, porque ele é de uma retidão qualificada como boa pelo que ele apresenta aqui. Portanto, gostaria de requerer que ele encaminhasse todos os pagamentos feitos pela fundação, todos os contratos e pagamentos feitos pela fundação pela fundação e toda folha de pagamento feita por ele nos últimos cinco anos, para que a gente pudesse analisar. E eu sei absolutamente que ele não tem problemas de... Eu acho que ele se compromete com isso aqui conosco, certo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está anotado o pedido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Virgílio, para finalizar, o senhor disse que atende a 804 comunidades, é isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A 802.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A 802 comunidades.

Onde elas estão localizadas? Em quais estados?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Essas estão todas no Estado no Amazonas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Todas no Estado do Amazonas.

Os ianomâmis estão incluídos entre eles?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor não atende a nenhuma comunidade ianomâmi?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Entendido.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mecias, obrigado.

Eu já havia anunciado o Senador Petecção com a palavra. Beto, eu já tinha anunciado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Beto, você já almoçou, e eu não almocei. Então, você vai esperar aí... (*Risos.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Eu tenho mais reserva.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Você está mais forte do que eu.

Senador Plínio, obrigado. Não sou membro desta Comissão. Fiz questão de vir aqui em consideração e respeito a esse jovem amigo aí, o Virgílio, que é amigo já de muitas datas.

E tive o prazer de conhecer o Virgílio lá no meu estado pelas mãos de uma das pessoas mais sérias que eu conheço no meu estado e, consequentemente, no Brasil, que é o Deputado Ronald Polanco, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, meu colega, foi Deputado Estadual comigo. Algumas vezes fui a Xapuri; era quando o Virgílio estava lá tentando implantar esse trabalho que ele nos apresentou, e, infelizmente, o Governo do Amazonas levou o Virgílio. Depois tive a oportunidade de visitar o Virgílio lá no Amazonas pra conhecer essas experiências *in loco*.

Eu lamento, eu gostaria muito que o que está acontecendo lá, através da FAS, estivesse acontecendo no meu estado, que lá no estado nós não temos nada, nada. Não temos nem... E eu penso assim: primeiro, não devemos politizar esse debate; temos ONGs boas, temos ONGs ruins. Eu conheço o Virgílio. Eu acho que o Marcio brincou e disse: "Eu acho que você está recebendo dinheiro das ONGs". Eu espero que seja brincadeira, porque você me conhece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Eu espero que seja brincadeira, porque você me conhece. E eu lhe conheço.

O Virgílio é uma pessoa que, quando eu soube, liguei pra ele várias vezes, e ele não atendeu ao meu telefone. Quando eu cheguei na sala ali, o senhor é testemunha, eu digo: "O senhor não vai atender meu telefone?". Ele disse: "Estava no silencioso, estava no vibrar". Fiz questão de vir aqui e, quando vi a exposição dos trabalhos que o Virgílio, que a FAS está fazendo lá no Estado do Amazonas, o Chico, que estava aqui do meu lado, disse: "Rapaz, vou dar meu cartão pra esse cara agora que eu quero que esse cara leve...". Foi dito aqui por ele. Não sei se ele o conhece...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor. *Fora do microfone.*) – Não. Não conheço ele, não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E ele disse: "Eu vou dar o meu cartão pra esse cara que tenho interesse que ele leve esse trabalho lá pro meu estado de Roraima".

Alguns questionamentos que foram feitos aqui pelos colegas eu entendo perfeitamente, e nós temos órgãos que poderão auditar, fiscalizar, tudo o que foi dito aqui pelo amigo Virgílio.

No mais, Virgílio, quero só te parabenizar por ter vindo aqui. Eu saio daqui contemplado. Gostei muito. Depois, se fosse possível, gostaria de que você me mandasse aquele vídeo do trabalho que está sendo feito lá.

Nós temos uma experiência que foi feita na Vila Restauração pelo pessoal da Energisa, de energia solar. Eu fiz algumas críticas à Energisa. Aí, o dono da Energisa veio aqui ao meu gabinete e disse: "Olha, eu poderia abrir tudo, o que você quiser saber da Energisa, eu estou à disposição". E eu falei assim: ó, eu acho que... Porque, quando eu era Deputado Estadual, privatizaram a energia, e o que diziam pra nós é que, se privatizassem, melhoraria a qualidade de energia e o preço iria baixar. Nada disso aconteceu. Eu acho até que o serviço melhorou, mas o preço subiu. Então, eu disse pra ele: por que é que o dinheiro que vocês ganham lá no meu estado, na Amazônia, vocês não reverterem em benefício para os amazônidas? Ele disse: "Eu achei interessante". Aí, ele disse: "Como assim?". Eu disse: o senhor poderia fazer um piloto lá no meu estado pra virar referência pro mundo.

Uma vez, eu estava lá na ONU e falou-se muito sobre energia solar, que seria uma das saídas pra Amazônia, e eu cobrei isso dele. Falei num termo, assim – sabe? –, sem muito interesse. Achei que jamais ele faria aquilo. Foi quando ele perguntou: "Onde, por exemplo?". Eu falei: o senhor poderia fazer ali na Restauração, nas cabeceiras do Rio Juruá, acima de Marechal Thaumaturgo – eu botei num lugar bem distante, porque era pra ele não fazer, entendeu? Mas essa empresa fez um piloto – não sei se você conhece, mas depois procure ver lá; e, quando você mostrou aquela usina ali, eu achei interessante –, e os caras fizeram um negócio que virou referência pro mundo. Eles, inclusive, apresentaram lá na ONU e ficou uma coisa muito legal.

Eu acho que tudo que for bom pra Amazônia, nós, amazônidas – eu, que nasci e me criei no Acre –, temos que receber. O que for ruim, eu acho que este é o papel aqui da CPI: denunciar, sei lá, fazer o que for possível, o que a CPI puder fazer. Eu acho isso supernormal numa CPI.

No mais, Virgílio, quero só te desejar boa sorte. Espero que a gente possa se rever em breve.

Eu tenho muito interesse nessas experiências que hoje você executa lá no Amazonas, para que a gente pudesse voltar a sonhar – eu sempre converso isso com o Polanco –, para levar algumas coisas que deram certo no Amazonas pro Acre. O que não deu certo, deixar lá no Amazonas mesmo, mas, as que deram, levar pro Acre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Polanco me deu um relatório das atividades da FAS lá no Amazonas. Tem umas coisas muito legais.

Você falou de 40 milhões... Não, 50 milhões por ano. É isso, Virgílio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – De 50 milhões. Divididos por 12, nós estamos falando aí de 4 milhões no mês, não é isso? É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sinceramente, eu não acho que isso seja muito dinheiro, sinceramente, porque... E aí eu vejo: "Ah, o estado tem que administrar". Mas qual será...

Eu tenho alguns exemplos de gestão de estado, com os quais, sinceramente, eu estou meio desanimado.

No mais, quero agradecer ao Marcio, ao Plínio, a oportunidade de estar aqui presente. Gostei da sessão aqui da Comissão.

Obrigado ao Beto por ter me cedido o tempo.

E quero me colocar à disposição, viu, Plínio? Se você tiver alguma informação que eu não tenho... "Ó, Petecão, isso aqui não é verdadeiro, está aqui, a verdade é essa aqui". Eu estou pronto. Não tem nenhum problema nisso. Eu só acho perigoso essa questão ideológica, partidária, porque nós...

Eu posso falar que conheço a Amazônia. Eu conheço a Amazônia! Saindo de Manoel Urbano e indo até Santa Rosa dos Purus, de voadeira, gastando 18 horas. É um exemplo. Eu conheço tudo! Conheço tudo. Conheço por dentro. Realmente, tem um povo que precisa, e precisa muito do nosso apoio. Muito.

Quando eu chego a algumas comunidades daquelas... Tem um projeto maravilhoso. Esse Mais Luz para a Amazônia... Isso é maravilhoso! E foi um projeto que começou lá no Governo Bolsonaro.

Eu nunca vi o Bolsonaro falar disso, coitado. Nem disseram para ele da importância desse projeto.

Esse projeto é fantástico, Plínio. Eu não sei se está em execução lá no Estado do Amazonas essa energia solar nas comunidades isoladas. Isso é um negócio maravilhoso, que tem que dar certo, independente de qual... Seja lá qual for o governo.

Eu vou falar com a Marina – tive uma conversa com os Prefeitos agora –, para que libere a licença ambiental, para que a gente possa entrar na reserva e levar o Luz para Todos. Isso é um absurdo! Não dá autorização para que possa entrar o leão para atender às pessoas que precisam.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos falando em devastação da Amazônia, não estamos falando de nada; estamos falando em levar dignidade para as pessoas. É isso que eu penso. Eu acho que, se a gente encontrar...

Eu levei agora, Virgílio, um curso de agroecologia para Santa Rosa do Purus, através do Ifac. Eu passei uma hora me preparando para fazer um discurso, e um padre, em 30 segundos, disse tudo o que eu queria dizer: agroecologia. Porque nós não podemos nem radicalizar ecologicamente nem podemos esquecer que nós temos que conciliar o agro com a ecologia, porque é como o padre disse: a prioridade é o cidadão, são as pessoas que moram lá. Então, tudo o que for feito, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, aí pode contar 100% comigo, 100%.

Eu não conheço ninguém que seja a favor da devastação da Amazônia. Tem esse debate, mas ninguém é a favor da devastação da Amazônia. Eu não conheço. Olha, tem alguns... Às vezes, uns brincam: "Olha, tem que ir lá agiotar a Amazônia". Isso é besteira e, para mim, isso é babaquice. Nós temos que encontrar um meio termo de preservar a Amazônia, mas dar uma vida digna para as pessoas que moram na Amazônia. E, quando eu vi aquele vídeo que você mostrou ali para mim, aquilo ali que é dar dignidade para as pessoas!

Como você está fazendo... Essa questão do dinheiro aí não é comigo, aí nós temos os órgãos fiscalizadores...

Eu desejo a você sucesso e agradeço por essa oportunidade que o você me deu de conhecer o seu trabalho mais uma vez.

Obrigado, Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se quiser agradecer, Sr. Virgílio, fique à vontade.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Obrigado, Petecão, pela sua presença. Sei que a sua atividade aqui é intensa, e tirar aí horas do seu dia, para mim, é uma honra. E acho que o seu chamamento para não politizar o debate é muito oportuno, para que a gente não crie uma cultura de demonizar as organizações não governamentais sérias. E eu acho que esse chamado é muito importante para que a gente não caia na armadilha da politização e para que a gente vá olhar com mais rigor os temas propriamente ditos.

E queria convidá-lo – você, que já nos visitou no passado – para conhecer de perto, aí, na primeira oportunidade. Eu tenho certeza de que os seus olhos vão brilhar. E, com o maior prazer, a gente pode conversar. Eu já falei isso, inclusive, com o Senador Marcio.

Eu não tenho uma cor partidária, viu, Marcio? Apesar de ter relação de amizade com as pessoas, eu trabalho de uma maneira republicana. Então, se pudermos contribuir para o Acre, de alguma maneira,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos às ordens. A gente está trabalhando na calha do Juruá, no Rio Gregório, que é ali a divisa do Acre com o Amazonas.

E, sobre esse tema de energia, a gente aprendeu uma coisa importante. A gente fez uma análise da linha de transmissão *versus* a geração distribuída. E, obviamente, isso vai variar de um lugar para outro – não dá para fazer uma afirmação para todos os lugares –, mas, em muitos lugares, é melhor...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A licença é no Luz para Todos.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – No Luz para Todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é no "mais energia para...". É "mais energia para o Amazonas" o nome do programa?

O Luz para Todos é onde tem os ramais.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É onde tem os ramais.

Mas, então, a gente fez o linhão. E até teria o maior prazer em compartilhar isso. A gente fez uma análise comparativa da linha de transmissão *versus* a geração distribuída de energia solar.

É melhor a geração solar, por uma razão: a confiabilidade é maior. Na linha de transmissão, o ramal no meio da floresta, o que é que acontece? Cai uma árvore. Onde foi que caiu essa árvore? Aí, vai procurar essa árvore. Até que se ache essa árvore, isso dá dois, três dias. Você passou uma semana para consertar aquele problema. Já a geração solar não tem esse custo, ela é mais confiável e ela gera uma energia de melhor qualidade.

E, obviamente, volto a dizer, isso não é uma afirmação para todas as circunstâncias. Vai... Pode ser que não seja um lugar muito perto, 2, 3km, é uma coisa. Mas tem ramal que o Luz para Todos fez 60km de ramal dentro da floresta. Caiu uma árvore. Cadê essa árvore?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso acontece muito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – E o último comentário, Senador, que a gente aprendeu também nessa jornada longa de fazimentos, é que é muito importante ter o agente comunitário de eletricidade.

A gente tem um programa de formação de agentes comunitários de eletricidade – o Senador Plínio conhece bem o Cetam, o Senai, etc. –, em que a gente forma o comunitário para cuidar da placa solar, porque, se não cuidar, também não funciona. Tem que limpar, porque tem sujeira, etc., tem várias coisas de manutenção. Então, tem uma experiência nisso e com prazer compartilharei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Petecão, obrigado pela sua presença.

Aquilo que o senhor está falando, da importância da energia, que está falando aqui, e da distância das comunidades... A gente não pode também, ao querer não demonizar – isso foi desde o começo, essa palavra demonizar que a gente usou, "não vai demonizar"... Aqui não é Bolsonaro, Lula, direita e esquerda; aqui a gente está tirando dúvidas; e, no final, sim, apontar as más ONGs, aquela que recebe dinheiro estrangeiro para forjar laudos antropológicos; forjar índios, transformando mestiços e pardos em indígenas e querendo querer terra onde tem riqueza que a gente pode explorar.

E, para dizer que nós entendemos essa dificuldade, olha só, Prof. Virgílio Viana – a gente mostrou, mas a Globo mostra o Vale a Pena Ver de Novo, a gente também tem direito a isso –: isso é uma comunidade do Rio Içana, recebendo um gerador de emenda parlamentar. *(Pausa.)*

Índio não quer energia. Isso aí é toda a comunidade do Castelo Branco, no módulo Içana, recebendo um gerador de emenda parlamentar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu vou dar um exemplo aqui muito claro: eu alocuei, Plínio, recursos para comprar cinco motores desses. Quando eu voltei lá, depois de um ano, os motores estavam novinhos. E eu falei, mas por que que o motor não funciona? Porque não tem dinheiro para botar óleo diesel.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque depende da prefeitura.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esse aí não resolve, esse eu conheço.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, se não resolve, olhe a alegria. Olhe a alegria.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, você pelo menos proporciona alegria. Pior são aqueles que pegam dinheiro, embolsam e gastam entre si, com seus parceiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Beto, que é o nosso último orador, porque saiu para almoçar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Não, é...

Primeiro, quero agradecer. Eu tive uma reunião de bancada agora, e nós tivemos que decidir alguns pontos, e eu tive que sair. Mas acompanhei bastante da palestra feita pelo Virgílio e os questionamentos. Então, estou ciente daquilo que foi dialogado aqui.

Primeiro, Virgílio, eu queria até parabenizá-lo. Eu não conhecia a sua entidade e nem o conhecia, está certo? Acho que hoje é a primeira vez que a gente está se vendo. Eu não conhecia a entidade.

Eu sou oriundo do movimento sindical de trabalhadores rurais no Pará. Eu venho de sindicato de trabalhadores rurais, da Fetagri, que é a federação dos trabalhadores de agricultura, da Central Única dos Trabalhadores. Nunca fui membro ou participei de uma ONG, nunca. Eu sempre participei desses movimentos, que é a representação dos trabalhadores com estatuto, negociação coletiva, abertura de crédito, estrada, enfim, participei desses movimentos, mas de ONG nunca participei. E sempre disse aqui, desde o início, que, de fato, nós não temos que sair já... E foi essa... Sempre foi a minha preocupação de que a gente não tinha que sair já daqui dizendo que as ONGs não prestavam serviço, assim como "ah, é tudo correto".

Eu não acho que todas as ONGs são corretas e fazem tudo certinho, assim como também não acho que todas as ONGs prestam mau serviço à população. Eu tenho, apesar de nunca ter participado, tenho relação com algumas ONGs, que prestaram serviço, inclusive, em comunidades que eu atuo politicamente e que fizeram bons serviços, ajudaram o Estado.

Às vezes, o Estado não consegue chegar a essas comunidades, ou, quando chega, tem muito mais dificuldade. Então, o papel que ONGs, que a igreja, inclusive, na minha região, assumiu foi importante. A igreja, fosse ela católica ou evangélica – tem várias igrejas lá, eu sou católico –, mas tem várias igrejas que prestaram grandes serviços também na minha região, assim como ONGs prestaram importantes serviços e assim como tem aquelas que já até fecharam, porque foi tanto questionamento que tiveram, ao longo do período, que nem existem mais, saem do mercado, não estão mais no mercado, enfim... Como em toda a sociedade: você tem bons advogados, maus advogados... Daqui a pouco, a gente está vendo advogados fazendo coisas que não deveriam e estão sendo presos e tal. Enfim, em todas as categorias. Eu acho que essa é uma questão.

E eu queria parabenizá-lo porque eu acho que você deu aqui um bom exemplo de uma ONG que trabalha corretamente, certo? Você pegou... Estou falando você, personalizando, mas a ONG pegou dois financiamentos do Fundo Amazônia. Um, em 2009; e outro, em 2016. Passou por todos os tipos de governo... Passou pelo Governo Bolsonaro, passou pelo Governo Michel Temer, passou pelo Governo do PT, e até hoje não houve um questionamento do ponto de vista da aplicação, da lisura de como vocês





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicam os recursos. Aquilo que estava estabelecido no projeto, vocês aplicaram corretamente, e as prestações de conta vêm sendo aprovadas.

Aqui você se dispôs a dar os relatórios, inclusive de quanto recebe, de como recebe, acertou aqui para esclarecer para a Comissão uma série de pontos em que acho que quem não deve não teme. Quem não deve vem aqui, apresenta e faz o que você fez, tá certo? Faz o que você fez. Então, quero te parabenizar.

Eu soube que agora você está fazendo tratativa, inclusive, com o nosso Governo, lá no Pará, e eu não sabia. Está em tratativa com o nosso Governo, o Governo do MDB, não é do PT – eu faço parte lá da base, sou componente –, mas o Governo do PMDB, porque tem do PMDB, tem do PT dentro do governo até Democrata, que agora é União Brasil... Tem de todas as matizes políticas lá dentro. Dentro do governo, do Lula ao Bolsonaro, tem lá na base do Governo.

O nosso Governador foi o Governador mais votado do Brasil na última eleição. Foi o mais votado do Brasil na última eleição e o está chamando, enquanto entidade, para poder prestar um serviço. E, pela apresentação que você fez aqui, eu fico feliz. Inclusive, vou estar acompanhando, ajudando naquilo que a gente, enquanto Senador, puder fazer.

Acho que tem umas visões em que a CPI vai ser importante, para a gente... Nós temos aí visões diferenciadas. Eu, por exemplo, nessa questão de você estar hoje numa ONG, amanhã estar no Governo e, porventura, algum dia voltar para a ONG, eu não tenho isso como problema, até porque... Eu nunca fui Executivo. Já fui Executivo, mas não como chefe do Executivo, já fui como auxiliar. Mas você, quando vai montar um governo, você vai buscar tudo aquilo que você acha e entende que é melhor, que você encontra na sociedade, seja aqueles que já estão no serviço público, seja aqueles que estão na iniciativa privada, em ONGs. Quando você vai montar, você vai buscar ali naquele seu meio. Se, dentro de uma ONG, tem alguém que se destacou e que tem um serviço importante, é importante vir para o governo, às vezes até para transformar aquela política que nasceu na ONG numa política pública. Está certo? Eu sou defensor.

Quantas coisas nasceram no terceiro setor, quantas coisas nasceram no movimento social? Eu quero lhe dizer que eu tenho orgulho... Não é registrado isso aqui, mas essa história do Pronaf nacional iniciou num movimento que eu liderei lá na região, que chamava Grito do Campo, o grito da Amazônia, e nós o fizemos para democratizar o acesso ao FNO, que é o Fundo Constitucional. Criamos primeiro o FNO urgente, depois fomos construindo, para poder, depois, num grito nacional, com a Contag liderando, a gente estabelecer aquilo que é o Pronaf hoje. E é o Pronaf que financia a agricultura familiar.

Tenho muito orgulho de ter participado disso, que hoje se tornou uma política pública das mais reconhecidas por todos os governos. Passa por tudo que é governo aqui. Pode-se até diminuir a ação, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém tem coragem de pará-la, porque sabe que isso é importante para um setor da sociedade. E nascido de um movimento – tá certo? –, e nós tornamos isso política pública.

Então, não vejo essa coisa... A única coisa de categorias que vêm, por exemplo, para a política, para o mandato eletivo e sobre a qual eu tenho dúvida – e quero discutir isso, eu sei que o Congresso vai discutir isso – é essa questão dos militares. Aí, eu acho assim: se o militar vai estar vindo aqui, depois volta para assumir como militar... Esse é um debate que nós temos que fazer. E não sou desses que defendem que não tenha que participar; tem que participar.

Agora, para um cargo eletivo, se você vai estar disputando, pense bem antes de fazer, para poder tomar a decisão lá na frente.

No restante aqui, não tem... Se eu tenho um caboclo bom num banco privado, que fez uma atuação importante num banco privado, por que eu não posso, em determinado momento, estar aqui no Governo e trazê-lo para poder ajudar numa operação que é num banco público? Eu não vejo isso... Eu, sinceramente, não vejo isso como impedimento, está certo? Então, não trabalho essa lógica.

Queria te parabenizar pelos esclarecimentos. Acho que enriquece aqui o trabalho da CPI. Foi a primeira sessão desta CPI que veio com todas essas riquezas de detalhes, com toda a incisividade dos membros ao questioná-lo, até porque tinha uma expectativa, foi a primeira ONG que veio fazer depoimento...

Eu percebia, quando vieram os outros membros aqui, todo um cuidado para poder ver o que perguntam, o que é que não perguntam, um cuidado todo e até um certo meio de proteção das pessoas para poder fazer, e aqui, hoje, com você, não.

Quero parabenizar, inclusive, pelas perguntas do nosso Relator. Mas o Marcio, hoje, passou de todos os horários dele aqui, de todas as outras sessões, está certo? Ele fez, hoje, questionamentos para não deixar dúvida. Eu acho que foi importante o seu esclarecimento para esta sessão. Que venham outras que possam justificar e que possam estar fazendo, assim como acho que esta CPI tem que ter esse retrato da realidade, apontar caminhos... Quem sabe, a partir dos dados que você vai dar, vamos tirar projetos e ações aqui que possam melhorar, inclusive, essa forma do repasse, a forma de como chega à ponta, para servir não só a sua, mas como a tantas outras?

Tem coisa... E vocês são, pelo que eu percebi aqui, uma ONG grande, comparada com o que nós temos na região. Faz um processo de prestação de conta que, muitas vezes, as pequenas nem têm como fazer, porque muita gente não pega recursos até porque não dão conta, com o seu corpo técnico, de cumprir as exigências que tribunais, que os órgãos financiadores exigem, e aí inibe, inclusive, muitas ONGs que também prestam bom serviço na ponta a não pegarem recursos, por conta disso.

Então, eu queria falar sobre isso e dizer... Pergunta não é o caso, mas que tu pudesses comentar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que um dos graves problemas que vocês trataram aqui... Eu vi a experiência, eu já conheço a experiência no Pará desta questão de levar energia às comunidades. Nós estamos chegando a uma fase em que o Programa Luz para Todos fez, na minha avaliação, as comunidades mais fáceis: naquela que tinha o ramal, naquela que tinha a estrada, o custo era menor. Agora, nós estamos chegando às comunidades isoladas, às dificuldades que nós temos que fazer. Aí, é mais caro, é mais difícil... Então, nós temos que buscar alternativas para poder dialogar sobre isso.

E um outro tema que eu não vi muito você colocar aqui e que, para mim, é fundamental – eu já fui Superintendente do Incra, acompanho as ações –, é água tratada para as pessoas na nossa região.

Na minha região – sou de área ribeirinha, sou ribeirinho –, água é à vontade. O rio, na frente da casa onde eu nasci, do meu pai, da minha família, são 1,6 mil metros de largura o rio, o Rio Guamá, 1,6 mil metros de largura o rio. Água à vontade. Não tem esse negócio de secar, baixar, não tem essa coisa. Baixa e enche de acordo com a maré. E, se está enchendo, está vazando. Mas não é tratada para você tirar aquela água de lá e fazer...

E como é que você faz esse tratamento? Porque são milhares de pessoas que moram nas áreas ribeirinhas, nas ilhas, e nós temos que buscar, na minha avaliação, experiência, porque isso diminui inclusive os problemas de saúde que nós temos, uma série de questões. E isso é mais grave ainda de que a saúde... de que a energia. A energia, nestes últimos anos, avançou um pouco mais. Você chega ao estado e diz: "Ó, aqui está faltando 30%, aqui está 20% e tal, a população...", mas, da água tratada para as pessoas, os índices nessas comunidades são – quase que total aí – de ausência de um programa, de um projeto. Agora, a Funasa era uma que fazia nos pequenos municípios, e agora se está na tentativa de acabar, está se reestruturando. Vamos ver se se reestrutura. Mas ela fazia muito mais nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Então, é necessário que a gente possa tratar disso.

Então, se você pudesse comentar sobre esses dois pontos aí, era o que eu tinha.

No mais, quero parabenizar aí todo o trabalho que está sendo feito.

E nós o aguardamos lá no Pará para poder começar um trabalho lá no estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso convidado, o Sr. Virgílio Viana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui, quero agradecer ao Beto, que fez as suas considerações finais.

Mas eu, particularmente, preciso de duas ou três informações para que eu possa fazer minhas contas, sei lá, de multiplicar ou até de subtrair – quem sabe?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São R\$400 milhões em 15 anos. Até agora, segundo a gente pegou no *site*, vocês atingiram 21.526 famílias.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (*Fora do microfone.*) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já, já é pra responder.

Então, eu tenho que fazer essa minha conta depois: quem paga os professores dos campos e quanto recebe cada professor? Aí, se você quiser responder, responde e já faz as suas considerações finais.

E agradeço pela participação como nosso convidado, deixando sempre bem claro, desde o começo, o que eu falei pro senhor: isto aqui não é um tribunal de júri, não é inquisição. Aqui não tem réu: aqui tem pessoas que vêm esclarecer.

Com a palavra o nosso convidado, Virgílio Viana.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom, deixe-me começar do começo pro fim, já que o Plínio fez essa... O Senador Plínio fez essa última pergunta, e depois eu abordo as questões do Senador Beto. Então, eu vou pedir duas respostas, está bom, Senador?

Com relação aos valores, a gente vai mandar para o senhor aí um... Acho que é uma memória de cálculo bem detalhada, para que o senhor possa entender aí toda a complexidade.

A FAS atua não apenas nas comunidades, atua também em Manaus. Então, acho que é importante não fazer uma regra de três assim muito rápida, porque, senão, pode incorrer em algum tipo de imprecisão. Então, nós atuamos em outras coisas que não apenas nas comunidades. Não dá para fazer uma regra de três muito simples. Mas eu vou lhe mandar, com todo o prazer, para que o senhor possa ter aí uma análise mais rigorosa possível.

Senador Beto, muito obrigado aí pelas observações, e é um prazer estar sendo acolhido bem no Pará. Eu tive com o Governador Helder, que nos convidou. E é importante fazer este registro: a FAS não só tem sido convidada para entrar em novos territórios, como é o caso do Pará, e tem tido sucesso na competição internacional para gerenciar os recursos da Alemanha exatamente pela questão da transparência, exatamente pela seriedade na prestação de contas.

Eu costumo dizer, Senador Plínio, que os alemães, quando fizeram a auditoria final na FAS – porque eles fizeram uma auditoria –, eles olharam a cor da minha cueca, no sentido literal. Eles analisaram tudo da FAS. E, por causa disso, nós fomos selecionados.

Então, é um motivo de orgulho. E, volto a dizer, esse orgulho que o Senador Beto compartilha aqui me anima – sabe, Senador? – porque eu acho que a gente tem brasileiros sérios, tem brasileiras sérias nas organizações não governamentais, fazendo coisas que devem encher o Brasil de orgulho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Senador Plínio fala do espírito desta CPI – ele, que foi o autor da propositura –, de que ela não está aqui para demonizar, mas para olhar a verdade dos fatos, eu acredito que a gente possa oferecer à CPI uma narrativa na linha do que o Senador Beto coloca. As organizações não governamentais são muito importantes para a prosperidade da Amazônia. Nós não vamos resolver o problema. Para resolver os problemas, nós precisamos de política públicas mais eficientes, melhorar a qualidade do gasto público. Agora, as ONGs podem fazer parte da solução.

A solução de água potável, que nós desenvolvemos, foi em parceria com várias instituições de pesquisa. O Inpa, que é o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tem um sistema usando energia solar com uma determinada configuração. Nós testamos; salvo engano meu, são seis ou sete sistemas. Tem lugar que não dá para furar poço artesiano, porque a água é ferruginosa, porque é área de igapó, de várzea, etc. Então, tem um sistema "a", tem um sistema "b", e nós analisamos isso, como parte de um projeto de desenvolvimento de tecnologias apropriadas para os problemas das comunidades ribeirinhas. Conheço bem a região do Guamá, e temos interesse – viu, Senador? – em estreitar os laços e ver de que maneira... De uma maneira muito republicana, não partidária – volto a insistir nisso. A gente atua com esse perfil.

Com relação a... O senhor mencionou duas coisas: a questão das pequenas ONGs. Senador, eu sugeriria que a gente tivesse como se fosse um Simples para pequenas organizações não governamentais. Ao invés de dificultar a vida, a gente deveria facilitar a vida. Volto a insistir no tema da prosperidade dos Estados Unidos. Vários Senadores mencionaram esse tema, da importância das ONGs. Eu acho que nós deveríamos olhar para a experiência dos Estados Unidos, que estimula as organizações da sociedade civil.

Então, em vez de sair da CPI com uma coisa, "vamos controlar mais", eu acho que já temos muitos controles sobre as ONGs: os tribunais de contas, enfim, as várias instâncias de auditoria. Nós deveríamos, Senador, criar um Simples, estimular as pequenas ONGs. É nas organizações da sociedade civil que a gente tem o talento, a criatividade, a inovação, que podem depois... Como o Senador muito bem trouxe, há o exemplo do Pronaf, que surgiu – e eu não sabia dessa história, Senador – que surgiu no movimento social do Pará, ao qual o senhor é ligado.

Por fim, eu acho que vale um debate também, talvez junto ao Ministério de Minas e Energia, sobre o Luz para Todos. Meu entendimento, Senador, é que nesse momento nós chegamos à hora de dar a virada, e a virada é fortalecer a Zona Franca de Manaus. E a Zona Franca de Manaus, ao meu ver, tem um papel estratégico para o futuro da Amazônia. E nós deveríamos fazer, na Zona Franca de Manaus, um polo de geração de equipamentos para essa indústria de energia solar, para as pequenas comunidades. Já temos duas fábricas importantes: uma que faz a bateria, outra que faz o inversor. Nós deveríamos atrair... E competir com a China.

Aí, Senador Plínio, eu sei que o senhor está muito ligado a esse tema da defesa da Zona Franca, e tem um fenômeno internacional que se chama *nearshoring*; é como trazer para perto a indústria, competir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a China, Senador Marcio. Os Estados Unidos e a Europa estão muito nessa pegada de competir com a China. Eu acho que é a oportunidade de trazer a indústria de placas solares para o Brasil e, com isso, ligar com o tema da prosperidade das comunidades.

Como, pelo que eu entendi do Senador Plínio, é uma fala de fechamento, eu queria registrar, Senador, o agradecimento pela oportunidade, pela cordialidade com que tratamos os assuntos e colocar, mais uma vez, à disposição, a FAS, para não apenas oferecer as informações que foram solicitadas, mas também para convidá-lo. Acho que o senhor ainda não conhece, no campo, atividades feitas pela FAS. Seria um prazer recebê-lo em uma das atividades que desenvolvemos, porque nada como ver de perto. Às vezes, de longe, parece uma coisa, e, vendo de perto, será outra. Então, seria um prazer recebê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado sempre, Prof. Virgílio Viana.

O nosso Relator Marcio tem uma última palavra, e eu faço o encerramento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Apenas uma observação.

Os Estados Unidos jamais aceitariam o que o Brasil aceita. Os Estados Unidos têm uma lei que diz que qualquer ONG que receba dinheiro externo tem que ter isso divulgado, publicado, de forma que não há a menor hipótese de acontecer nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Noruega, no Canadá, o que acontece no Brasil, essa interferência estrangeira no Brasil, administrando quase 66% do território nacional – só o Brasil aceita.

A militância organizada para criar reserva indígena, reserva extrativista, um código ambiental que só existe no Brasil... Não existe em lugar nenhum do planeta esse rigor que tem no Brasil, sempre acenando com compensações que nunca vieram. E, quando vêm, são R\$50 por mês, R\$100 por mês, o que eu considero uma vergonha total. Eu fico envergonhado, já disse várias vezes: eu me envergonho de o Brasil ter, até agora, aceitado essa interferência em mais da metade do território nacional. Nós estamos falando de uma região que criou reserva em cima de tudo que é minério imaginado. A coisa é tão descarada que agora... Já falamos isso, mas a coisa é tão descarada que estão querendo criar uma outra reserva indígena em cima de uma reserva de potássio.

Eu citei aqui... Vai dizer na Alemanha para não queimar carvão! Mas eles se acham no direito de dizer que o Brasil não pode queimar combustíveis fósseis. Vai dizer, no Canadá, que o Brasil não pode ter na indústria madeireira uma atividade importante... Porque eles têm, mas aqui, no Brasil, na prática, as reservas indígenas são proibidas de explorar madeira. A Reserva Yanomami, se pudesse tirar mil hectares por ano, 900 anos ela demoraria para fazer a volta, mas, na prática, nós estamos proibidos. Vai dizer isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Canadá, vai dizer no Canadá que eles não podem usar! Vai dizer, nos Estados Unidos, que alargaram e agora, na pandemia, autorizaram, inclusive, a se fazer agronegócio em reservas. Criaram reservas indígenas? Criaram, mas lá eles, de fato, são donos da terra. Aqui, o que a gente ouve, por onde a gente anda, são índios, em sua maioria, dizerem que não aceitam mais serem segregados.

E o que você percebe em países como os Estados Unidos é que os índios – e no Canadá também –, eles, como donos da terra, exploram os recursos minerais.

Então, as regras que o Brasil aceitou me envergonham. O que me move – e, mais do que ninguém, Deus sabe disso – é que eu não me conformo. Esse é o tema que mais mexe comigo.

Quando o Senador Petecão mencionou aqui a experiência que hoje se mostra aqui, de que não tem nada comparado no Acre, não é verdade; o Acre também tem. Se você pegar as ONGs que atuam no Acre, eles vão apresentar aqui eslaides, algum lugar lá na reserva do Alto Juruá... Eles vão apresentar a mesma coisa: uma escolinha que eles fizeram, um lugar aonde levaram uma placa solar. Isso não tem escala. Quando você pega uma área dessa e tenta jogar para 28 milhões de pessoas, não dá escala. Quando você imagina que uma atividade pesqueira pode de fato se tornar independente, ela precisa de infraestrutura; e, na hora em que você vai querer fazer infraestrutura na Amazônia, não pode. E, quando não são essas ONGs por trás do movimento para proibir as obras de infraestrutura na Amazônia, no mínimo são coniventes, porque, se são preocupadas com a vida daqueles que moram lá dentro, então no mínimo deveriam, no momento de você realizar as obras de infraestrutura necessárias para a Amazônia, deviam concordar, apoiar. O Senador Petecão mencionou aqui uma experiência exitosa em Santa Rosa do Purus. Não terá experiência em Santa Rosa do Purus possível se não tiver estrada. O que você vai inventar em Santa Rosa do Purus – é caríssimo, está isolada – se não tiver uma estrada? E, na hora em que vai fazer estrada, não pode fazer porque a estrada vai passar numa reserva indígena.

Então, repito, nenhum país do mundo, o Canadá... Aqui no Brasil houve um movimento imenso contra a energia nuclear. A França do Macron está aumentando exponencialmente a energia nuclear do seu país. O que estou dizendo? Eles fazem tudo aquilo que precisam para manter o padrão de consumo deles e exigem de nós que não façamos o que eles fizeram e, em contrapartida, oferecem R\$50 por mês, R\$100 por mês. Isso é indigno! isso é indigno.

E eu, para terminar, Plínio, digo o seguinte, evidentemente fazendo sempre ressalva – é lógico que tem gente boa no meio de todo movimento, mas o dia que... As primeiras organizações, os primeiros movimentos que não querem que acabe a derrubada ilegal e a queima ilegal na Amazônia são as ONGs, que vivem disso. Muitas delas, se acabar a derrubada ilegal, se acabar a extração ilegal, se acabar a queima, não têm mais por que existir. Elas se alimentam disso, vivem disso, e é claro que precisam apresentar algum nicho em algum lugar, alguma experiência para vender uma ideia de que isso, elevado à quinta potência, seria a solução para a Amazônia. Não tem solução para uma região desse tamanho se não tiver infraestrutura, que teimam em nos negar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que fica claro, ao final desta sessão, Senador Plínio... Fica claro que aqui não há... Eu dizia isso na eleição que a CCJ fazia com o indicado do Presidente Lula para o STF, o Zanin. Eu disse a ele: "Olha, você está vendo aqui um debate civilizado". A minha fala foi em seguida à fala do Líder, no Senado, da Oposição, o Rogerio Marinho. Eu disse ao candidato Zanin: "Você está vendo aqui um debate civilizado, com posições externadas, mas sem agressão, sem arrogância. Se fosse o contrário, não seria assim. Se fosse o contrário, você estaria vendo aqui a esquerda demonizar a indicação". Isso porque ele foi advogado do Presidente da República.

Com isso, meu querido convidado, eu quero dizer que aqui você viu um debate civilizado. São posições políticas, são visões diferentes, mas que se respeitam, democraticamente, de forma civilizada. Eu entendo que, em nenhum momento aqui, V. Sa. foi maltratado.

E quero louvar – terminar e, por isso, louvar e agradecer – o espírito de vir, prontamente, à Comissão. É o primeiro representante de uma ONG que está aqui.

Então, acho que ficou, Plínio – você, que lutou quatro anos e meio... Mais uma vez, eu acho que... É louvar a sua atitude, que, hoje, mais uma vez... E isso tem muito a ver com o seu espírito, com a sua alma. Posições políticas, às vezes, têm que ser externadas de forma dura, contundente, porque é aquilo que convence, é aquilo de que estamos convencidos, mas, de forma democrática, respeitosa. Como V. Exa. sempre disse, aqui não vai ter ninguém levantando, chamando o outro disso. Nós vimos isso em algumas CPIs e ainda continuamos vendo.

O nosso objetivo, o objetivo de quem criou a Comissão é fazer o que se pode para contribuir para que, de fato, a vida de quase 30 milhões de brasileiros, que, nos últimos anos, eu repito, piorou... O que a gente pode contribuir para que esse quadro seja revertido.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Obrigado, Presidente Plínio.

Eram essas as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio, nosso Relator.

Antes de encerrar, coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu quero dizer ao nosso convidado, agradecendo a gentileza de ter vindo, que, quanto ao que o senhor disse, eu tenho muita divergência em relação a algumas coisas, que serão colocadas e serão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutidas dentro do seio da Comissão, principalmente nessa... o que difere do que entrou e do que saiu e do que foi feito, mas isso é questão nossa, pessoal, e essa discordância é totalmente civilizada.

Eu falei até para o advogado: não precisa de advogado. Quer ficar lá dentro, fica. Aqui não vai precisar de advogado. Aqui conosco não precisa disso. O senhor não foi réu e não será réu para nós. Agora, nós nos resguardamos o direito de, no relatório, apontar algumas diferenças. Nós temos informações sigilosas, que não podemos divulgar, que falam que o custo com pessoal difere um pouco do número que é apresentado, mas nós não podemos falar nisso.

Quero fazer uma homenagem aqui, Virgílio, à Luciene, que esteve conosco – foi uma das primeiras a depor aqui com a gente –, que conhece a realidade. Já é o estilo do indígena que quer empreender. Tivemos o do Beto Yanomami, que foi um depoimento muito forte aqui na nossa CPI. E estão nos ouvindo também. O Valdeci diz uma coisa interessante – não é com você, mas ele diz assim: "Sabemos que os lábios dos 'ongueiros' cantam coisas bonitas, mas, na realidade, nada acontece".

E o Marcelo, que também participou aqui da CPI, que é lá da Terra do Meio do Pará, diz que trator e moto não andam no inverno na Amazônia de jeito nenhum. Eu até concordo com ele, a não ser que fizesse alguma pista lá, asfalto.

Ficam, portanto, os brasileiros e brasileiras sabendo que aqui nós jamais vamos politizar, não vai ter isso. A esperança causada, a expectativa causada em milhões de brasileiros que se comunicam conosco pode ser que não a alcancemos, porque abalar as ONGs não é nossa meta, é abrir a caixa-preta e ver como funciona isso. Tem, sim, ONGs que não prestam conta. Foi citado aqui um relatório do TCU que nada atesta, nós temos um relatório que atesta muita coisa, temos informações do BNDES que falam de coisas absurdas. Isso tudo vai ser comparado com depoimentos e jogado aqui.

Portanto, só nos resta agradecer, mais uma vez, aos convidados; a vocês, assessores – assessores externos e internos –, que aqui sempre vêm, que prestigiam; e ao brasileiro e à brasileira que nos assistiram – ou via YouTube ou direto; é mais um agradecimento –, reafirmando aqui o nosso compromisso. Aqueles que nos colocam em suas orações podem continuar nos colocando, sim; coloquem-nos em suas orações, porque a missão é árdua, mas é um fardo que nós pegamos para carregar, e esse fardo nós vamos levar até o final da estrada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos e desejando paz de Cristo a todos nós.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimentos.** **Finalidade:** Depoimentos de convidados. Oitiva do Ritaumaria Pereira, Diretora Executiva do IMAZON, em atendimento ao requerimento 118/2023; do Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, em atendimento ao requerimento 123/2023. **Resultado:** Oitiva da sra. Ritaumaria Pereira realizada. A oitiva da sra. Suzana Machado Pádua fica adiada para o dia 3/10/23. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Governador do Estado do Acre, Gladson de Lima Cameli, informações sobre repasses de recursos públicos para a organização não governamental SOS Amazônia" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, José Ribamar Trindade de Oliveira, informações sobre processos existentes em que seja parte a Associação SOS Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2023** que : "Convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 133 de 2023** que : "Convida Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a relação do Instituto com ONG's e OSCIPS." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 134 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos vindos do exterior dirigido ao IMAZON (INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA), relativamente ao período de 2002 até a presente data, ou seja, compreendendo o período estabelecido com o escopo do requerimento de criação desta CPI" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/19>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas etapas: depoimento e deliberação de requerimento. Eu incluiria uma, que é a exibição de alguns vídeos.

Hoje agradecendo, em particular, ao nosso membro participativo da Comissão, Senador Styvenson Valentim, que vai ser o nosso Relator *ad hoc*, devido à viagem do nosso Relator Senador Marcio Bittar. Senador Beto, conosco, e vamos aqui começar com os vídeos.

Eu gosto sempre de mostrar o outro lado, e a realidade do outro lado dita por quem vive. A gente tem falado muito, Senador Beto e Senador Styvenson, dessa questão do potássio de Autazes, no Amazonas; de as ONGs fabricando indígenas para ampliar o número da área a ser requerida.

Hoje a gente traz depoimento de um indígena – ele é um cacique, ele é um cacique dos muras. Ele está mostrando a realidade dele, ou seja, quando demarcar essa área, ele vai ficar totalmente isolado. Hoje ele pode sair aí e ir à sede, fazer compra, conversar. Quando demarcar, ele vai continuar na mesma situação e ele está reclamando disso. É o vídeo número 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o número 2. É esse? Não, não é esse não. Esse aí é o 1. É o 2.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que não tem narração, sou eu que vou dizer o que é. Deixa eu ver se tem... É o número 2. Não, não tem... Tem, sim, ele falando.

Aqui na relação está.... É um morador de lá, em situação precária.

Está aí. É esse aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse aí é um cacique. Esse vídeo é de um cacique dizendo o problema que é aquilo que a gente vive dizendo, mas é importante que eles digam que não querem saber de terra, querem condições de desenvolvimento. E, quando falam que vão isolar, os convencem com promessas de cotas na universidade, de Bolsa Família, de assistência indígena, de aposentadoria, e também de que não serão perseguidos por Ibama, Funai e Polícia Federal.

Ao contrário – vídeo número 1 – de quando você deixa os indígenas tomarem conta da vida deles, quando você abre mão da tutela. Esses não são tutelados, são índios pareci, que já têm seu agronegócio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Essa reportagem é da Band, que nos foi cedida pelo repórter Valteno. A gente quis mostrar que os índios pareci já conseguem tomar conta do seu destino. Eles têm as rédeas do seu próprio destino, em contraste com aquela onde os índios são isolados. Aquela do cacique mostrou a casa também, o que está por trás disso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ainda bem que o Bolsonaro perdeu a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. É porque a reportagem, Beto, é antiga, né? A reportagem é... O teor aí foi exatamente mostrar o índio isolado e o índio... o índio tutelado e o índio sem tutela. Eu acho que essa aparição do Bolsonaro aí era desnecessária, mas estava no vídeo; a gente não pode cortar o vídeo que nos foi cedido.

Passamos para a primeira parte. Depoimentos. Como convidada, a Sra. Ritaumaria Pereira, Diretora-Executiva do Imazon.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Tem algum extrapauta aqui hoje?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Conforme...

Assim que eu acabar de ler aqui, eu vejo, Beto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme Requerimento nº 118, de 2023, aprovado por este Colegiado e aprovados requerimentos.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Ritaumaria – não sei se é esse o nome, desculpa, se não for a pronúncia... – para compor a Mesa.

Respondendo ao Beto... Seja bem-vinda, seja bem-vinda.

Beto... Eu tenho até uma consulta a fazer ao Beto e ao Senador Styvenson. O IPÊ não pôde vir hoje. Como o nosso acordo é convite – é convite, foi até levado pelo senhor –, o IPÊ não pôde vir. Está com a agenda tomada, não pôde vir, e a gente tinha combinado, Senador Styvenson e Senador Beto, que o convidado que não viesse, a gente convocaria. E a gente está aqui... A gente está com a advogada do IPÊ nos dizendo que é questão de data, que tem que viajar, se comprometendo a vir no dia 7 de outubro ou 10, uma data que tem. Eu acho longa, mas eu quero consultar os dois Senadores que aqui estão pra não tomar essa decisão sozinho.

Havia um acordo de que, se o convidado não viesse, a gente convocaria, e o Senador Beto foi o autor dessa proposta que a gente acatou.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E me mandaram inclusive uma informação: tem um evento em Nova York de que inclusive estão várias pessoas participando e de que eles estão participando, mas me disseram que estavam à disposição pra próxima data que fosse marcada pela CPI.

Então, como tem um membro já hoje aqui de uma outra entidade, eu não vejo por que a gente não combinar essa próxima data.

Vamos combinar, tentar falar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós queríamos a próxima terça-feira. A gente queria, só que eles não podem na próxima terça. A gente também não pode ficar à disposição. Se for na próxima terça-feira, o senhor então vai intermediar isso pra gente, Beto? Seria na próxima terça-feira. Então, até o final, a gente decide.

Eu quero...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem algum extrapauta? Porque tem quatro requerimentos na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Seria, Beto, a convocação. A gente decidir aqui... Se a gente decidir que vai ser convocado, a gente vai fazer um extrapauta pra convocar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas fazer uma convocação porque não deu providência e a pessoa está se propondo a vir noutra, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Foi o senhor que propôs. Foi o senhor que propôs.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas a pessoa não está se recusando a vir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não vem.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A pessoa está... Claro que vem. Como é que não vem? Não tem um que vocês convocaram aqui que não veio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem é que vai...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A pessoa não está se propondo a não vir. Ela só está com problema de agenda. Nós vamos fazer uma votação por conta disso? Aí tudo bem. Se tiver...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas nós não podemos ficar à disposição da agenda...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria que fizesse... Eu pediria que a gente fizesse a inversão da pauta, mesmo com a presença, e fizesse logo a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu lhedou alguns minutos pro senhor tentar intermediar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E vota essa questão

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tente intermediar...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou pedir votação nominal e a gente vota.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tente intermediar aí pra gente se viria na próxima data. Eu queria que o senhor me dissesse que a pessoa se compromete a vir terça-feira. No senhor eu acredito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer à nossa convidada que pode ficar à vontade. Eu vou repetir isto aqui: a senhora aqui não vem na condição de ré, a senhora não vai sair daqui como bandida, mentirosa, acusada. Isto aqui não é um tribunal de júri, que vai julgar um réu. Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai fazer perguntas, obter respostas, contra-argumentar e depois concluir se a pessoa falou o que a gente queria ouvir. Se nós estivermos errados, nós vamos dizer isso no relatório. Se estivermos certos, a gente vai insistir. Portanto, sinta-se à vontade. A senhora não será, por nenhum minuto, molestada e não vai se sentir aqui arrependida de ter vindo.

A advogada também, embora eu sempre diga que é desnecessário um advogado – quer dizer, no meu caso, porque não vai ter como apelar, se contrapor –, seja bem-vinda também, que é a advogada também do IPÊ.

Com a palavra, a nossa convidada.

Trinta minutos está bom pra expor? Depois terão perguntas e a senhora vai poder fazer outras coisas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, com a palavra, a nossa convidada, a Diretora-Executiva do Imazon.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada aos demais Senadores que aqui estão e aos demais convidados.

Eu agradeço a oportunidade de falar do Imazon, instituição de 33 anos que atua na Amazônia.

Eu trouxe uns eslaides que eu gostaria que fossem colocados aqui pra eu poder falar da instituição e da nossa atuação.

O Imazon trabalha com a ciência para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Eu sou Ritaumaria Pereira, Diretora-Executiva, representante hoje do Imazon aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou começar falando um pouquinho de mim. Eu sou engenheira agrônoma pela Universidade Federal da Bahia, tenho mestrado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, tenho doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Michigan e pós-doutorado, pela Universidade de Wisconsin-Madison, em Ciências Ambientais.

Em 2004 foi o meu primeiro contato com o Imazon, onde eu fiquei dois anos e meio. Nesse período, eu iniciei fazendo pesquisa de campo com a atividade econômica madeireira, visitando polos madeireiros. Foi um trabalho muito importante do Imazon, que foi feito até 2010 e serviu de referência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o setor público e privado naquele período. Entre 2008 e 2016, eu saí do Imazon, desvinculei-me totalmente do Imazon. Foi quando eu fiz o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado fora do Imazon. Em 2017, eu voltei a trabalhar no Imazon como pesquisadora e, desde 2019, eu estou como Diretora-Executiva.

Próximo. Ah, é você que está passando? Desculpa.

Eu gostaria de começar, antes de falar do Imazon, destacando que tipo de instituição nós somos. Existe uma diversidade das organizações da sociedade civil, então, existem as organizações da sociedade civil que são de assistência, existem aquelas religiosas, existem as de defesa de direitos, e nós somos uma entidade de pesquisa. Nossa atividade fim é a pesquisa, regida pela Lei 13.019, de 2014.

O Imazon é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada e sediada em Belém desde 1990. É qualificada pelo Ministério da Justiça como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) desde 2006, e, portanto, por ser uma Oscip, tem obrigações de ter um conselho fiscal, faz auditorias e tem observância das normas brasileiras de contabilidade, seguindo a lei de 1999.

Nossa missão é promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia, e nós atuamos de forma a gerar e usar informação estratégica para solucionar problemas de uso e conservação da Amazônia.

Próximo.

Esse é o nosso organograma. Então, nós temos uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, Conselho Diretor, e a Diretoria Executiva é composta pela Diretora-Executiva e pela Diretora Administrativa, e, juntas, nós somos responsáveis por gerir a parte de pesquisa e a parte administrativa.

Próximo.

As regras para a Assembleia Geral: é vedado a todos os membros da Assembleia Geral e dos Conselhos Diretor e Fiscal receber qualquer tipo de remuneração pelas atividades desenvolvidas a esse título. Isso é uma lei, é uma regra legal.

A nossa equipe hoje é composta por 47 pessoas, entre funcionários e estagiários, contratados por CLT. A equipe é 100% composta por brasileiros e brasileiras, sendo 94% de pessoas dos estados da Amazônia. A equipe é multidisciplinar, composta por engenheiros florestais, ambientais, agrônomos, biólogos, advogados, jornalistas e contadores.

O que fazemos? Estudamos causas e efeitos de problemas na Amazônia, como, por exemplo, causas do desmatamento e baixa produtividade da pecuária; identificamos e testamos soluções com projetos pilotos e publicações; e fazemos apoio técnico e científico através de treinamentos, parcerias técnicas e disseminação de resultados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí são as etapas de atuação do Imazon.

Nós temos vivência em campo; fazemos revisão dos estudos; fazemos diálogos com a sociedade civil, com o setor privado, com o setor público; fazemos a avaliação da nossa atuação através de planejamento estratégico; elaboramos propostas de projetos, apresentamos para editais públicos e também fazemos apresentação direta aos financiadores; executamos os projetos aprovados; publicamos os resultados e os disseminamos; e também submetemos todos os nossos produtos a auditorias financeiras e técnicas.

Nós atuamos dentro de cinco programas: Política Pública e Socioeconomia, que traz estudos para auxiliar o setor público e privado a tomar melhores decisões para o desenvolvimento sustentável e inclusão social; o Monitoramento da Amazônia, que traz dados e produção científica sobre a situação da cobertura florestal na Amazônia; o programa de Direito e Sustentabilidade, que faz avaliações para contribuir com políticas públicas compatíveis com a economia de baixo carbono e respeito à população; o programa Áreas Protegidas, que apoia iniciativas de conservação da biodiversidade e ações para a melhoria da qualidade da vida dos povos e comunidades tradicionais; e o programa Restauração de Paisagens, que atua para a restauração florestal de paisagens desmatadas e degradadas com inclusão socioeconômica.

Aqui eu vou trazer alguns resultados dos nossos projetos, que foram projetos que são exemplos nacional e internacional.

Desde 1990, que foi o nosso primeiro grande resultado, nós trabalhamos com manejo florestal na Amazônia. O problema era que, até a década de 90, não havia regras de exploração madeireira de forma sustentável e tinha também uma dúvida sobre a viabilidade econômica desse manejo florestal.

Através de estudos de campo, em parceria com madeireiros, para comparar a exploração de forma convencional *versus* a adoção técnica de manejo... Nós fizemos esses estudos comparando, também publicamos os estudos em revistas científicas, demonstrando a viabilidade econômica do manejo florestal, e embasamos a adoção normativa sobre o manejo florestal na Amazônia.

Fizemos o diagnóstico do setor madeireiro até 2010. Como eu falei, esses pontinhos aí são madeiras que a gente visitou até 2010. Era um trabalho de referência chamado Censo do Setor Madeireiro na Amazônia e era referência para os setores público e privado.

A pecuária na Amazônia.

O grande problema hoje, o grande dilema é que a gente tem que 90% da área desmatada está convertida em pastos, sendo a maioria degradados. E é uma atividade de baixa produtividade. Então, quando a gente produz estudos, a gente recomenda que se aumente a produtividade na região para que não se precise, não se necessite abrir novas áreas para produção pecuária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um bom exemplo é mostrar o trabalho que foi feito em Paragominas, onde foi mostrado que, quando o trabalho do Imazon começou, as fazendas tinham um prejuízo de R\$38 e produziam 5 arrobas por hectare. Com estudos mostrando a viabilidade de aumento de produtividade, foi possível mostrar que a produção poderia chegar a 20 arrobas por hectare, com um ganho de R\$37 nessa área. Esse foi um projeto piloto que foi bastante disseminado. Ainda existem vários produtores que adotaram essas práticas e que continuam disseminando seus resultados de forma positiva.

Outro bom exemplo é a gestão ambiental em municípios. O problema é que a legislação descentralizou as competências de gestão ambiental, sem garantir recursos para fortalecer a atuação de estados e municípios.

O Imazon promoveu treinamento e formação para mais de 700 técnicos e servidores, 201 agentes ambientais comunitários, e também mais de 3,3 mil alunos foram alcançados através de treinamento à distância. Isso em quatro estados da Amazônia Legal.

Restauração florestal.

Nós hoje temos, na Amazônia, 15 milhões de hectares que estão desmatados e abandonados sem qualquer uso. A floresta está se regenerando. Nossos estudos mostram que 5,2 milhões de hectares estão em regeneração e em áreas que não são adequadas para qualquer uso agropecuário.

Recomendamos o desenvolvimento de políticas públicas de pagamentos por serviço ambiental para que essa floresta continue crescendo em harmonia com a produção agropecuária.

Também mostramos que, na Amazônia, existem baixos indicadores socioeconômicos. O grande problema é: existem 8 milhões de habitantes fora do mercado de trabalho, com destaque para jovens de até 29 anos que não estudam e não trabalham.

Precisamos investir nas cidades amazônicas. Esses estudos mostram que setores que mais geram empregos de qualidade e oferecem oportunidades para elevar o padrão de vida estão nas cidades da Amazônia. Precisamos investir em acessibilidade – o acesso à internet na Amazônia é um grande problema –, e isso vai possibilitar também acesso à educação. Precisamos também investir em educação profissionalizante.

Vou entrar um pouquinho na atuação administrativa e financeira, para mostrar como segue o nosso fluxo de uso dos recursos.

O nosso orçamento, nos últimos 15 anos, teve uma média anual de R\$14 milhões por ano. As nossas fontes de recursos – a maior média de 2007 a 2022 – são: de governos estadual, federal e municipal, 2%; de empresas, 6%; Fundo Amazônia, 14%; agências de cooperação, 27%; fundações e associações, 51% – 57% vêm de fontes internacionais e 43%, de fontes nacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos regras estatutárias. O Imazon não recebe qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer a sua independência e autonomia. Todos os recursos do Imazon são aplicados exclusivamente dentro do território nacional na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

É proibido distribuir entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio.

Em 2022, 19% da nossa despesa ficou em administração e 81%, na pesquisa, que é a nossa atividade fim. Desmembrando isso, 34% ficaram com remuneração de pesquisadores e 66% com outros custos de pesquisa.

Para a administração, desmembrando, 55% ficaram com outros custos administrativos e 45%, com remuneração de equipe administrativa.

A política de remuneração de funcionários é estabelecida através de cargos, remuneração e critérios de contratação e promoção. A gente segue uma pesquisa de mercado nacional, que a gente realiza a cada dois anos.

Seguimos também a transparência institucional, prestando contas de resultados de projetos. Temos auditoria institucional anual e auditorias específicas por projetos que nós temos.

Seguimos um critério de etapas de prestação de contas. Temos um controle financeiro-contábil, que é feito a partir do orçamento aprovado de cada projeto. Toda movimentação financeira e contábil é registrada no sistema Radar, que é utilizado desde 2005.

Aqui é um exemplo de como é esse sistema Radar. A gente entra com as notas fiscais de tudo o que a gente gasta nos nossos trabalhos. Tem um exemplo aí com o nosso CNPJ. As despesas devem atender à legislação fiscal e contábil, com validade fiscal. Cada comprovante é inserido no sistema e classificado por projeto ao qual ele pertence.

Também temos os relatórios técnicos e financeiros, com detalhamento de todas as despesas, com detalhamento dos documentos fiscais e com seus produtos técnicos.

Desde 2005, nós somos auditados institucionalmente pelas maiores empresas de auditoria independentes e, a cada três anos, mudamos de empresa. Atualmente, nós estamos sendo auditados pela BDO, antes nós já tivemos KPMG, PwC e Grant Thornton. Os projetos demandam auditorias específicas – alguns deles – e, em média, nós temos seis outras auditorias por ano. Essas são as empresas que já nos auditaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos no nosso *site*... Prezamos a transparência institucional. Temos, no nosso *site*, todas essas informações. E aí a gente destacou que todos os pareceres e demonstrações financeiras emitidos pelas auditorias, que desde 2005 são emitidos sem ressalvas, estão disponíveis no nosso *site*.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Bom dia.

Sobre os contratos com BNDES e Fundo Amazônia, nós temos três projetos aprovados desde 2011 até atualmente; dois já foram concluídos e um encerrará agora em 2023. Cada projeto foi submetido ao Fundo Amazônia via modalidade de consulta prévia e passou por várias fases de avaliação interna no BNDES até a sua aprovação.

Aqui os valores de cada projeto, os contratos. O primeiro projeto foi o de gestão socioambiental nos municípios do Pará. O contrato: o valor total do contrato foi de 9,7 milhões. No Estado do Pará, está concluído. O projeto 2 foi o fortalecimento da gestão ambiental na Amazônia, de 12,7 milhões, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, também concluído. E atualmente nós temos o projeto 3, Floresta para Sempre, com 14,2 milhões, no Estado do Pará, que está em andamento.

Pelos três projetos aprovados pelo Fundo Amazônia, o Imazon recebeu um total de 29,8 milhões, entre 2011 e agosto de 2023. Os desembolsos ocorrem de forma parcelada, mediante a aprovação da prestação semestral, ou anual, técnica e financeira.

E aí a linha do tempo dos projetos do Fundo Amazônia. O primeiro atendeu 11 municípios no Pará; o segundo, 45 municípios em quatro Estados da Amazônia; o terceiro está acontecendo em quatro municípios do Pará. Eles geram estudos e diagnósticos de apoio a órgãos ambientais, eles geram treinamentos e formações, geram boletins mensais sobre cobertura florestal e geram também um trabalho de restauração florestal, que é o atual.

Aí alguns resultados, que são publicações, cursos, mapas das áreas onde a gente consegue atuar.

Aqui o projeto de capacitação, a ação de capacitação do projeto 2 do Fundo Amazônia, que eu acho que foi citado aqui algumas vezes. Ele gerou diagnósticos em secretarias municipais sobre a situação da gestão ambiental; tem cursos de capacitação de servidores direcionados às necessidades identificadas; ele gera assessoria técnica contínua por quatro anos; e produz materiais de apoio, tais como mapas, levantamentos de uso e cobertura do solo e outros. Esse projeto, essa ação de capacitação beneficiou 263 técnicos em 41 municípios da Amazônia.

O investimento total diluído em ação dos trabalhos gerou o investimento de R\$10.257 por município por ano ou, se colocar por técnico municipal por ano, equivale a R\$1,6 mil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses projetos que finalizaram já foram auditados, todas as prestações de contas foram aprovadas pelo BNDES, a auditoria institucional do Imazon é feita por empresa independente, que também avaliou e validou as despesas e o interessante é que, após dois anos do projeto finalizado, houve avaliação positiva do impacto das entregas técnicas por consultores externos enviados pelo BNDES. Eles fazem visitas de campo e fazem entrevistas com as pessoas que foram beneficiadas pelo projeto.

As auditorias que tiveram do TCU emitiram alguns pareceres. Os relatórios do TCU sobre a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia são taxativos ao afirmar que os recursos do fundo estão sendo utilizados de maneira adequada e contribuindo para os objetivos para os quais foi instituído.

E diz mais: no contato com as comunidades abrangidas nesses projetos, percebeu-se a importância das ações desenvolvidas, bem como a seriedade com que eles são executados, com produção de resultados efetivos para as comunidades beneficiadas.

Avaliação após dois anos da conclusão dos Projetos 1 e 2 do Fundo Amazônia.

O projeto contribuiu ativamente para a queda do desmatamento nos municípios apoiados e, consequentemente, contribuiu para o principal objetivo do Fundo Amazônia: a queda do desmatamento da região.

O modelo de gestão ambiental municipal desenvolvido pelo projeto tem uma base replicável e poderia ser uma referência para outros municípios da Amazônia.

A disponibilização de informações ambientais aos/as gestores e gestoras municipais foi um ponto relevante do projeto, uma vez que alguns municípios apresentavam carência de informações e recursos para compreenderem seu próprio território em questões fundiárias e de áreas protegidas.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós que agradecemos a sua exposição para que nós possamos, então, fazer as nossas perguntas e os nossos questionamentos.

A gente começa agradecendo a presença do Dr. Hiran, com o nosso hoje Relator *ad hoc*, Senador Styvenson; em seguida, o Senador Beto. E a gente tem o Zequinha e o Senador Hiran.

Com a palavra o nosso Relator *ad hoc* Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Obrigado pela presença, Sra. Ritaumaria Pereira – acho que não é hábito a gente estar pronunciando um nome assim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei atento à apresentação da senhora. A senhora foi desde o currículo até a execução dos recursos que disponibiliza para desenvolver e conservar, dentro da sua responsabilidade nas áreas dos estados – a senhora se referiu a quatro estados, se não me falha a memória, e não sei se pode ter mais.

Mas eu precisaria, para iniciar, antes de entrar nas perguntas, de uma informação que a senhora, como a responsável, pode ter: a sede do Imazon se encontra em qual estado? É bem rápido, só pergunta e resposta mesmo. A senhora pode ir respondendo.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Vou ligar aqui.

A sede do Imazon fica em Belém do Pará, há 33 anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Belém do Pará, há 33 anos. O.k.

A senhora... Quando iniciou a sua carreira, a senhora disse que ia *in loco*. A senhora trabalhou com pesquisas, com trabalho, não foi isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, eu fiz bastante trabalho de campo na área do setor econômico madeireiro e também na área do setor pecuário da Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora conhece, conhece bem a floresta.

Hoje, dentro do organograma... Eu vou entrar nas perguntas agora, claro, que interessam à CPI. O organograma que a senhora apresentou do Imazon, dentro da Assembleia Geral, Conselheiro, Diretor, Conselheiro Fiscal, Diretoria Executiva, toda essa estrutura... Só me confirme: nenhuma dessa estrutura aqui é remunerada pelo Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós temos 47 pessoas CLT remuneradas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Elas fazem parte, dentro da estrutura do organograma, de qual parte? Abaixo da Diretoria Executiva?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A partir da Diretoria Executiva.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, o Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Assembleia Geral não são remunerados, que estão abaixo com 47 pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E eles exercem atividades de pesquisa, eles contribuem ou é só na administração dessa estrutura de 33 anos no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pará? Eles trabalham internamente ou em campo? Explique direitinho como é que funcionam essas 47 pessoas, dentre estagiários, estudantes até profissionais qualificados.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – As 47 pessoas são pesquisadores, são analistas, todos qualificados, contratados através de editais públicos. São divididas em equipes de pesquisa e equipe administrativa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles fazem pesquisas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, fazem pesquisas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles vão a campo?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vão a campo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles realizam a finalidade do instituto que a senhora...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Promover a conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, além desse efetivo de 47 pessoas, a senhora sabe dizer especificamente o número, hoje os pesquisadores têm um número de dez, de quinze, de vinte, que são remunerados para fazer pesquisas, para ir a campo, para fazer e desenvolver o trabalho de conservação, preservação e desenvolvimento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não sei especificamente os números, mas posso enviar para os senhores, caso necessário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Então, continuando dentro desse organograma, a senhora possui professores universitários como conselheiros dentro da sua instituição, na cooperação, que fazem cooperação com as universidades? A senhora tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, temos professores universitários no nosso conselho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu vi dentro do eslaide que a senhora colocou um ponto objetivo e, no meu ponto de vista, bom, que é impessoal: trabalha com impessoalidade, trabalha ali sem ter uma contaminação. Esses professores, dentro do que realizam na estrutura do organograma, eles ocupam a cadeia executiva, do Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Assembleia ou dentro das pesquisas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os professores fazem parte, temos professores no Conselho Fiscal, temos professores no Conselho Diretor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Conselho Fiscal e Conselho Diretor. O.k., não são remunerados...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não são.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e não participam das pesquisas em campo?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não participam; eles validam os pareceres das auditorias. Quem dirige o Imazon somos eu e a Diretora Administrativa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem é a sua diretora administrativa, só para eu tomar conhecimento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O nome dela é Verônica Oki.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Verônica, que lhe acompanha nessa administração, não é isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k. Então, sabendo os nobres integrantes dentro do organograma, já sei distinguir quem participa com o quê. Agora, dentro do quadro da Imazon, a senhora disse que entrou, trabalhou em campo, depois passou para a gerência, passou para a administração, passou para os conselhos, a parte... Hoje a senhora está acima da Diretoria Executiva?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está na Diretoria Executiva, não é isso? Isso, entendi agora. Está na Diretoria Executiva.

Dentro da Diretoria Executiva, vou perguntar se a senhora lembra ou se a senhora conheceu algumas pessoas que fizeram parte, não sei se a senhora estava lá, dentro do Imazon.

A Sra. Brenda Brito do Carmo já trabalhou com a senhora, a senhora a conheceu pessoalmente?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, ela foi Diretora-Executiva do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ela foi Diretora-Executiva por quanto tempo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não me recordo, foi no período em que eu estava estudando fora do Imazon e não era funcionária do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não era funcionária do Imazon.

Mas a senhora sabe dizer se ela prestou, além desse serviço na diretoria, algum outro serviço remunerado com projetos para a Amazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, ela é pesquisadora associada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Concomitante ou separadamente? Ela deixou o cargo e abriu empresa, ou já tinha empresa e prestou serviço durante o cargo, a senhora sabe dizer?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Quando ela foi Diretora-Executiva, ela era funcionária do Imazon pela CLT.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E ela prestou serviços como funcionária ou depois de ser funcionária do Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ela prestou serviço depois que foi funcionária.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, eu vou tentar aqui só ser claro para a senhora: a Sra. Brenda Brito fez algum projeto ambiental de fortalecimento de gestão ambiental da Amazônia custeado pelo Fundo Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A Sra. Brenda Brito participou do Fundo Amazônia 1, enquanto ela era Diretora-Executiva e pesquisadora, CLT, do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a pergunta foi: a Sra. Brenda... A senhora sabe dizer se ela fez algum projeto de gestão ambiental na Amazônia custeado pelo Fundo Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nesse período, eu não estava no Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora não sabe dizer.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei dizer qual foi a participação dela nesse projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É, está bom. Então, ela não fez nenhum tipo de trabalho por serviço de consultoria, a senhora não sabe dizer?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu falei ao senhor que ela, e eu reitero, trabalhou como consultora após a saída dela do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Após a saída, está bom.

E o Sr. José Adalberto Oliveira Veríssimo faz parte do organograma da senhora atualmente, ou já saiu?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Sr. Adalberto Veríssimo é pesquisador associado, fundador do Imazon e ainda acompanha o Imazon também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, essa é a função dele ainda no Imazon, desde a fundação?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Desde a fundação, ele foi pesquisador por muito tempo como CLT, acompanhou toda a estrutura do Imazon e hoje ele é pesquisador associado do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele foi desligado do Amazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ele é desligado do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora sabe dizer o motivo do desligamento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ele é um pesquisador renomado e tem outras atividades, e o Imazon não consegue mantê-lo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro das atividades do Sr. José Adalberto, sócio proprietário... Não é isso? Ele é sócio proprietário de alguma empresa, a senhora sabe dizer?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei lhe dizer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele prestou serviços como consultoria remunerada para o Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora sabe dizer o valor e o período?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei lhe dizer o valor e o período, mas ele é pesquisador associado do Imazon.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só essas perguntas dentro do organograma que eu estou exercendo, Senador Plínio, só para esclarecimento de quem fazia parte da estrutura e de quem não o faz mais e foi remunerado de alguma forma para prestar serviço técnico. Então, só quero situar os Senadores e também esclarecer para o Sr. Presidente os serviços prestados pelo Imazon dentro de consultoria, se eles são feitos por consultores externos contratados de uma forma que a senhora vai me dizer como é que esses consultores são incluídos dentro do quadro do Imazon para prestar esse serviço, ou se, dentro da própria estrutura que já existe – 47 profissionais –, esse trabalho também é feito, ou seja, existe o mesmo trabalho feito por duas pessoas.

Os 47 são insuficientes ou se precisa contratar mais, como é contratado o Sr. Adalberto, que fez parte da estrutura do Imazon, a Sra. Brenda, o Sr. Paulo Barreto e outros? Ou seja, parece que eles faziam parte da estrutura, saem da estrutura, fazem uma... Abrem um contrato, prestam um serviço, são remunerados. É essa a regra? A ordem segue essa regra?

Eu vou repetir para a senhora.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu comecei iniciando na estrutura, no organograma da senhora. O organograma diz que a senhora tem 47 funcionários, entre estagiários, estudantes, até professores universitários e aqueles profissionais que fazem trabalhos científicos, que fazem a finalidade do instituto, que é a promoção do desenvolvimento, conservação, entre outros trabalhos científicos.

A senhora diz que existem pessoas remuneradas pelo Imazon que exercem essa função, remuneradamente.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E algumas pessoas que eram do Conselho, se não faziam parte da Diretoria Executiva, se não faziam parte desse organograma a que a senhora se refere aqui, que em algum momento, em algum período, saem do Imazon, vão para suas empresas com CNPJ ou MEI, recebem do Imazon para prestarem o serviço ao qual eles prestavam anteriormente.

A minha pergunta é: isso aconteceu?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, isso acontece.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso é rotina? Parece que existe aí uma confusão.

O Imazon presta o serviço de consultoria com pessoas pagas pela... Dezoito por cento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para pagar o administrativo? Acho que é.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã, 19%.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dezenove por cento.

Então, 19% de toda a receita do Imazon é para pagar profissionais.

Esses profissionais prestam esses tipos de serviço, que são de assessoria, de produção de trabalho científico, de tudo isso.

Só para eu entender, Senador Beto, existe um trabalho feito pela estrutura remunerada do Imazon e, ao mesmo tempo, essa pessoa que faz parte da estrutura do Imazon, em algum momento, que a senhora não sabe dizer o porquê que se desligaram...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sai e vai prestar serviço para o Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... sai e presta serviço ao mesmo Imazon, pago com o mesmo dinheiro. Isso acontece? *(Pausa.)*

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Srs. Senadores, essas pessoas se tornaram pesquisadores seniores, se tornaram pessoas que a gente não consegue segurar em nosso quadro, principalmente por custos que a gente não consegue manter, então, essas pessoas têm total liberdade para se tornarem consultores, não somente do Imazon, como de outras instituições. A gente não consegue tê-las em nosso quadro. São pessoas seniores, altamente capacitadas, que conhecem muito sobre a Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hã-hã.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Então, elas podem, sim, prestar editais, podem ser contratadas pelo Imazon, ou por outras instituições, de forma parcial, de forma integral, de acordo com o valor dos editais que elas apresentam, das propostas que elas apresentam para a gente. Isso não é ilegal no Brasil. Tem regras, a gente segue regras de contratação que são legais dentro das nossas leis brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Me permite intervir, Senador Styvenson?

No caso da Sra. Brenda, ela deixou de ser remunerada, não sei, por 10, 15, 40 mil, pra prestar um serviço e o que Imazon pagou mais de meio milhão pra ela. Não tinha dinheiro pra pagá-la, mas tinha dinheiro pra contratá-la e pagar como um todo? Explique melhor aí pra mim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Desconheço esse valor, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente tem alguns valores, sim. A gente está tentando confrontar. A gente tem valores, sim, da Sra. Brenda, como tem do José Adalberto.

Então, o que me canta – e, me permitam, Senadores – é isto: vejam que a mesma... Desculpe, não é nada pessoal. É a mesma prática da FAS, é a mesma prática de todas as ONGs: primeiro, eles vão pra dentro da ONG; depois, eles saem e prestam serviço à ONG. Isso é prática rotineira. Pode até ser legal, a gente vai ver, mas é meio suspeito. Então, a gente tem informações de que essas pessoas saíram do Imazon e foram prestar serviço ganhando bem mais do que ganhavam como remunerados.

Por favor, Senador Styvenson Valentim, foi só um...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não iria chegar aos números, mas, já que o senhor adiantou e a gente tem disponíveis, sim, os números, eu poderia perguntar à senhora se poderia disponibilizar esses números. Poderia disponibilizar esses números?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os senhores façam um requerimento desta CPI que nós disponibilizaremos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Desde a remuneração de todos que são pagos, desde a Diretoria Executiva? Tem acesso, não é?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim. O senhor pode enviar pedido por esta CPI.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu acho interessante, Senadores, e estou achando que eu estou diante de uma organização que tem transparência e idoneidade, ainda mais quando uma pessoa vem da base, vem do pé da floresta lá, caminhou entre as pessoas e fez um trabalho em campo...

Eu queria saber da senhora – eu queria saber da senhora –, dentro dos projetos de desenvolvimento e conservação que a senhora já colocou nos eslaides, de forma prática, se a senhora conheceu a miserabilidade das pessoas que vivem ali na Amazônia, do ser humano que vive dentro da área de atuação de vocês, se a senhora conhece e se, *in loco*, foi ver, junto com a sua estrutura, se conhece bem isso.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Conheço, Senador. Eu, inclusive, morei, durante três meses, dentro de um assentamento. Eu trabalhei pro meu doutorado, pesquisei pro meu doutorado a situação econômica de assentados que moram no sul do Pará, onde eles foram colocados, naquelas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões, e não tiveram acesso a nenhuma infraestrutura, a nenhuma educação, isso eu coloquei nos meus estudos. É importante o senhor trazer isso aqui, porque é muito, é muito válido a gente pensar nessas pessoas que estão no campo e pensar em políticas públicas pra elas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – E é muito válido que a gente, enquanto instituto de pesquisa, que a gente busque soluções pra resolver esses problemas de campo. É pra isto que eu trabalho no Imazon: pra trazer soluções através de pesquisa científica.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E dentro do trabalho que a senhora exerce junto com a Imazon, dentro dos povos que se apresentam nesse estado de miserabilidade, a qual já foi narrada aqui por outras instituições e está sendo narrada pela senhora agora, de fato, concreto, o que foi que mudou com o trabalho da senhora e todo esse recurso que a senhora expôs no telão, recebido de associações internacionais, de empresas privadas, de BNDES, de Fundo Amazônia? O que, de concreto, realmente mudou na vida dessas pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O trabalho do Imazon é...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Acabou a miserabilidade?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não acabou, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pelo menos na atuação da senhora?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, o nosso trabalho é um trabalho contínuo, de pesquisa. É válido que a gente traga aqui os índices, que a gente publique os índices da Amazônia. A Amazônia precisa de muita intervenção política, de políticas públicas ainda. É para isso que a gente faz pesquisa: para mostrar que precisam de ações, de políticas públicas do Estado em geral, para que a população melhore. Os trabalhos do Imazon são de pesquisa para trazer soluções para que o Estado leve essas soluções para a região.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, dentro das pesquisas, a senhora, que já ofertou para soluções, alguma já foi dada pelo poder público ou pelo interesse privado? Pergunto isso porque uns dos principais interessados são países estrangeiros, Senadores; Noruega, como todo mundo já conhece aqui, que faz um bom aporte financeiro dentro do nosso país, que eu acho uma invasão de soberania, mas há quem concorde.

O principal doador, sendo a Noruega, a qual explora petróleo para manter a economia deles, mas busca, no nosso país, a proteção, o desenvolvimento conservador, a proteção do povo indígena, que ele



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

viva ainda como primitivo... Qual é o interesse dele além de promover o quê? O interesse próprio dele dentro do Imazon e dentro de uma área de miserabilidade? O que ele quer de verdade? Ele quer proteger a floresta com ele dentro da sustentabilidade, dentro do que vocês fazem? Eles buscam esse objetivo ou querem também, ao mesmo tempo, desenvolver a região, levar o índio à capacitação, à exploração consciente, tirá-lo dessa miserabilidade?

Até agora, não dá para entender por que um outro país faz um investimento dentro de uma área como a Amazônia. Eu digo isso, doutora, que a senhora, melhor do que qualquer um aqui, nessa sala, conhecedora do ecossistema, só no estado que a senhora é de origem – que a senhora não está na ONG lá; está na ONG da Amazônia – tem cinco biomas, desde Cerrado até mangue, e todos passam por desmatamento, todos passam por devastação, todos passam por degradação. E eu não vejo o mesmo empenho, eu não vejo o mesmo tratamento, não consigo ver. Na Amazônia tem, na Bahia tem, no meu estado tem, no estado de qualquer outro Senador aqui vai ter as mesmas sequelas e problemas sociais e ambientais, e o que eu não consigo entender é porque só lá, somente lá e naqueles estados específicos, e algumas ONGs.

Bom, eu acho meio contraditório. Eu acho, não; eu tenho certeza de que existe uma confusão dentro disso aí, mas a senhora disse que a estrutura, que a senhora não recebe recursos para dar, para ser contaminada nas suas decisões técnicas.

O que me chama muito a atenção, Senadores: o valor doado pela ClimateWorks... Ela participa – não é? – de doações, a empresa? Essa empresa participa como doadora?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Qual, senhor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A ClimateWorks.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não atualmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, mas participou?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não lembro. Talvez não tenha sido no tempo em que eu estava no Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não lembro dessa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas acho que a senhora vai saber responder. Essa empresa financiou, ela teve um valor doado para o Imazon





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a finalidade de prestar um apoio técnico. Ela colocou lá um dinheiro e disse assim: "Imazon, produza um apoio técnico para o Ministério Público e secretarias do meio ambiente, na utilização de dados de risco de desmatamento nos esforços para a prevenção do mesmo".

Esse trabalho foi realizado e apresentado ao Ministério Público e às secretarias de meio ambiente e de governo de estados, pago por essa empresa? A senhora sabe dizer? Confirma isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei da ClimateWorks. Eu não me lembro desse aporte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas alguma empresa internacional faz pagamento com esse interesse de gerar dados, dados científicos, números, levantamento para embasar o Ministério Público, embasar órgãos públicos, com os números produzidos pelos senhores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador Styvenson, é...

Dá pra botar o organograma lá de novo? Não é o organograma... A forma como a gente trabalha.

Não são os financiadores que definem o que a gente vai fazer. Nós apresentamos projetos, respondendo a editais, ou então buscamos os financiadores com os nossos projetos, seguindo o nosso planejamento estratégico e a nossa missão, que é promover conservação e desenvolvimento sustentável. Não é o financiador que decide o que a gente vai fazer e o que a gente vai produzir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está o.k. Entendi.

Mas vocês forneceram algum apoio técnico ao Ministério Público e a secretarias de meio ambiente pago com dinheiro de empresas estrangeiras? A pergunta foi essa.

Vocês fomentaram, deram algum material para o Ministério Público ou empresas públicas, secretaria ou de município ou de estado, produzido pela Imazon, com o dinheiro, capital externo? A pergunta é bem simples.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu estou entendendo, Senador.

É... Nós temos ações de cooperação técnica com o Ministério Público em que nós geramos dados e informações, fazemos treinamento, assim como nós temos a gestão ambiental municipal com o Fundo Amazônia, mas eu não tenho nada, não tenho nenhuma informação relacionada com apoio externo para essa função.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá. Então, deixa eu ouvir bem aqui: a senhora tem acordo firmado, a Imazon tem acordo firmado com o Ministério Público Federal... Estadual?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Estadual.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estadual.

E a senhora fornece esse trabalho pra eles, esse trabalho de pesquisa?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente fornece os dados quando solicitados.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem solicita?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Ministério Público.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E quem paga?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os financiadores.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E quem são os financiadores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vários, de acordo com a nossa lista, que está disponível no nosso relatório de atividades, que está no nosso *site*.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora pode – desculpe, Styvenson – mandar pra nós, então, o valor dessa ajuda recebida pelo ClimateWorks, dada pelo ClimateWorks, que visava a exatamente prestar informações ao Ministério Público? A senhora pode verificar isso, que esse dinheiro enviado pelo ClimateWorks foi exatamente para a produção de informações enviadas ao Ministério Público?

A senhora devia estar afastada, não pode responder agora, mas se compromete a nos mandar essa informação, se for específica?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

Se houver esse projeto, se a gente submeteu esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá. Dinheiro enviado pelo ClimateWorks pra exatamente prestar apoio técnico para membro do Ministério Público e secretarias de meio ambiente na utilização de dados de risco de desmatamento nos esforços para a prevenção do desmatamento. Foi esse o teor. Está bom?

A gente, então, vai lhe pedir essa informação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson, desculpe a intervenção. *(Pausa.)*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro do conselho do diretório, conselho fiscal, assim, dentro do organograma de diretoria executiva acima, que não é remunerado, tem alguém que ocupa essa função? Promotor, promotor federal, procurador federal, procurador... Existe alguém com cargo de conselheiro com essa...?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O nosso conselho... Os nossos conselhos são bem diversificados. Nós temos acadêmicos, pessoas do audiovisual, temos professores, temos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas dentro da área jurídica tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Temos no nosso conselho fiscal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sabe dizer o nome?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós temos um promotor do Ministério Público Federal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Um promotor do Ministério Público Federal. A senhora sabe ou lembra o nome dele? Ou não?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Está no nosso *site*, está na nossa transparência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu achei que ele... A senhora sabe se faz parte do conselho ele?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Faz parte do conselho fiscal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele se reúne com a senhora? A senhora já falou com ele?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora não pode dizer o nome?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Posso: Ubiratan Cazetta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está o.k. Obrigado.

Continuando, Senador Plínio... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

No último balanço da Imazon, consta um grande volume de recursos recebidos de doadores estrangeiros – a senhora vai corrigindo ou não –: R\$5,281 milhões, Norad; agência de Governo da Noruega, R\$1,074 milhão; Skoll Foundation, ONG América, R\$1,010 milhão; ClimateWorks, R\$698 mil; Gordon and Betty Moore Foundation, R\$488 mil; agências do Governo dos Estados Unidos da América, entre outras que financiam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hã?

... entre outras que financiam, a US Forest Service.

As condições impostas por esses doadores. Eles impõem alguma condição? Ou simplesmente a senhora apresenta lá o seu projeto? A senhora vai lá, o projeto apresenta, eles vão lá e acolhem?

Eu já fiz essa pergunta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já fiz essa pergunta duas vezes?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque eu estou com dúvida, Senador Beto. Quando eu tenho dúvida, eu pergunto até cansar.

Como ingressam no Brasil os valores recebidos desses entes internacionais? Os valores são repassados diretamente para a Imazon? Como são registrados no Banco Central? A senhora poderia fornecer a esta CPI os contratos com os entes internacionais e o registro do Banco Central com esses ingressos de valores?

Existe alguma outra ONG intermediando a senhora e o poder público ou essas empresas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Um momento... Intermediando... Vamos lá.

Como eu falei, já, nós fazemos os projetos, apresentamos a editais públicos, e eles podem ser aprovados ou não. Às vezes, nós apresentamos diretamente aos financiadores, e eles também podem ser aprovados ou não. Não existem exigências, nós seguimos o nosso planejamento estratégico de acordo com a nossa missão, com a nossa crença do que a gente faz há 33 anos, que é promover a conservação e o desenvolvimento sustentável. A entrada de recursos é feita de forma legal, através de bancos, todas registradas legalmente pelo Banco Central.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima, senhor – me desculpe –, é a dos contratos?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Isso. Como é que entra esse dinheiro em nosso país?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Banco Central, a gente faz...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Banco Central registra...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Passa pelo contrato de câmbio, a gente recebe esses contratos de câmbio...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então a gente tem acesso a tudo isso que está pedido.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – ... e vão direto pras contas de cada projeto, e nenhuma outra ONG intermedeia a entrada de recursos, os contratos vêm direto pra nossa instituição.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas alguma ONG doa dinheiro pra vocês, pras senhoras, pros senhores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Alguma outra ONG já fez doação?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – ... aceita doação de qualquer ente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a senhora sabe dizer se alguma ONG já doou?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei dizer, mas posso verificar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom.

Senador Plínio, é a última, pros Senadores ficarem com... Não. Já está o suficiente, já deu pra esclarecer. Deu pra entender como é que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor terá oportunidade, como todos terão oportunidade, depois, de voltar a fazer perguntas, e a nossa convidada também terá oportunidade de fazer qualquer esclarecimento que achar necessário.

Com a palavra, o Senador Beto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator, caros membros aqui da nossa Comissão, quero agradecer a presença aqui do Imazon. Tem 33 anos, já, de funcionamento no Pará, e eu nunca... Quero confessar que é a primeira vez que estou dialogando com o Imazon e nem conhecia, inclusive, as pessoas que estão aqui, mas sei das referências do trabalho que é feito lá no estado, e presta um serviço... E aqui, Relator, Senador Styvenson, não é prestado um serviço para pequeno aqui, não. Aqui não tem índio, o que o Imazon faz não tem relação com os índios, com agricultura familiar. São pesquisas pro setor florestal, auxiliando os governos dos estados.

Eu até tinha ciúmes, quero dizer, porque no governo do PSDB – inclusive, o Zequinha foi Vice lá –, era uma das ONGs muito próximas do governo do PSDB lá no Pará. Eu, inclusive, tinha muito ciúme disso, porque eu queria que ela fizesse em relação ao PT...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas ciúme do valor ou da pesquisa?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Da pesquisa, das ações, das relações, porque era feito muito com outros governos, inclusive com atuação com o nosso, as regiões onde atua... E fez muito bem o trabalho. Paragominas é uma referência de um outro projeto político no meu estado, do meu projeto político. Então, eu estou colocando isso aqui só pra poder dizer que não é uma, não me parece... Me parece, não: com toda clareza, não é uma entidade que foi fundada por algum esquerdista ou por algum direitista. Não tem isso aqui. É uma entidade que foi fundada efetivamente no estado, pra trabalhar as questões técnicas, e tem prestado serviços, e, ao que me parece e por todas as informações que eu tenho tido até hoje, presta bem o serviço.

Inclusive, no Governo passado aqui, Governo Federal – depois eu queria até a confirmação disso pela representante aqui do Imazon –, teve um momento em que o Ministro Salles pediu investigação sobre prestação de conta do Imazon. E isso foi ao Tribunal de Contas da União, que fez o relatório e disse que não havia nenhuma irregularidade. Mas tinha, inclusive, essa ação do Ministério do Meio Ambiente, através do Ministro Salles, pedindo investigação. E tem os relatórios e acórdão do TCU, posterior, dizendo que não houve nenhuma irregularidade. Eu quero, inclusive, parabenizar por isso.

Como disse, eu não tenho uma relação mais próxima ou qualquer coisa parecida, mas vejo que presta um grande serviço, pelo menos é elogiado pelas secretarias de meio ambiente, pelas prefeituras municipais. O próprio Município de Paragominas virou uma referência. Embora eu tenha discordância de algumas das questões que são trabalhadas lá no município, é uma referência de município verde e tudo, tem todo um trabalho lá feito e dialogado com o Imazon, que sempre foi uma das entidades que trabalhou muito ali naquele município.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha preocupação – e eu quero colocar bem claro isso aqui – sempre tem sido a de que a gente já não saia, no início de um debate, como se as ONGs fossem uma coisa que não prestasse um serviço correto à população. Tem ONGs de várias espécies; e as ONGs, no final, são feitas por seres humanos. Tem gente que tem caráter, tem gente que não tem. Como em qualquer área da vida, tem gente que aplica quando se tem recurso corretamente, tem gente que não aplica corretamente.

Mas me parece que aqui nós estamos mais uma vez, a exemplo do que foi falado na última sessão, diante de uma ONG que tem um bom exemplo, tem um bom trabalho prestado. E é feito pelas várias... É reconhecido isso pelas várias matrizes políticas que nós temos no Estado do Pará, por exemplo. Não sei o quanto é feito fora de lá, mas, pelos vários segmentos que prestam os serviços nessa questão no Pará, avalio que o trabalho do Imazon é bom. São uma referência. Inclusive, como o Governo brasileiro, os estados brasileiros têm os seus organismos que avaliam essa questão do desmatamento, avaliam essa questão dos projetos de manejo, o Imazon se constituiu pra aquele estado como uma referência a ser consultada. Por isso, talvez a consulta de secretarias de meio ambiente e Ministério Público, porque eles são uma boa referência de dados e de informações. Acho que é isso.

Nós estamos trabalhando aqui com uma ONG que, comparada até com a ONG que veio na passada, tem um recurso bem menor. Naquele dia, nós estávamos falando em torno de R\$50 milhões anual. Aqui nós estamos falando de uma ONG de R\$14 milhões. Talvez preste... Trabalhe com menos gente. Inclusive o número de funcionários é bem menor do que o que foi apresentado pela ONG passada. Então, quero registrar isso.

Acho que... Precisa aprimorar? Também acho. Mas tem alguns dados que a gente está falando sem muita base concreta. Por exemplo, essa questão do Fundo Amazônia. Eu fiquei... Estou estudando. Eu até nem tinha estudado muito isso, mas estou estudando. Dos recursos que vieram pro Fundo Amazônia até hoje, 58% dos recursos foram pra entidades públicas, foram pro próprio Governo, foram pra entidades do próprio Governo; quarenta e um e alguma coisa é que foram pras ONGs. Então, daí você já sabe que não tem aqui uma armação no Fundo Amazônia, que repassa esses recursos pra poder estar aparelhando ONGs, pra poder... Não, a maioria dos recursos é Ibama, é Ministério do Meio Ambiente, são os próprios organismos, as universidades, organismos do próprio Governo que recebem esses recursos e que aplicam.

Então, eu não parto de que as ONGs.... Acho que elas cumprem um importante papel. Tanto ONGs ligadas às igrejas, à pesquisa partem... Elas precisam inclusive ser auxiliadas. Captar recurso fora não é fácil. Não é simples... Captar recurso fora não é simples.

As exigências de prestação de contas que você tem pra uma entidade que tem quarenta e poucos funcionários é a mesma pra um Governo que tem milhares de funcionários. As exigências da prestação de contas. Às vezes, cobrando coisas que nem precisariam ser cobradas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, no debate passado, acho que nós tínhamos que criar aí... E foi corroborado pela pessoa que expôs que, entre tantos os projetos que eu sei que esta CPI vai apontar, no final do seu relatório, um deles era fazer o "simpleirão" aí pras ONGs menores, porque elas não têm tanta estrutura como vocês têm. Vocês têm uma estrutura para prestação de conta, pra acompanhamento... A ONG passada tem. Mas tem tantas outras que prestam brilhantes serviços, mas que não têm essa estrutura toda pra poder fazer. Então, as organizações precisam... Assim como na empresa você tem hoje o Simples, pra micro e pequena empresa, a gente constituir... Esse é um projeto que eu faço questão inclusive de elaborar, de acompanhar e de apresentar, no final do relatório aí da CPI.

Portanto, queria falar isso. Mais uma vez registrar aqui a compreensão de vocês por estarem vindo aqui prestar as informações, se colocar à disposição. Espero que no mais rápido espaço de tempo possível, vocês consigam completar aqui as informações que a CPI pediu. Acho que isso é bom. Eu disse, no passado: "Quem não deve, não teme". Então, apresentem aí os dados pra que a gente possa analisar. Se tiver alguma correção que tenha que ser feita, a CPI vai saber apresentar no final desse trabalho. E parabenizar vocês porque, no tempo hábil, dentro daquilo que o Presidente e o nosso Relator têm solicitado, vocês vieram a essa CPI prestar essas informações.

Era isso.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Beto Faro. Obrigada pelo reconhecimento do trabalho do Imazon. E realmente foi um tempo curto. A gente recebeu o convite há cinco ou seis dias e eu tive que mexer na nossa agenda, porque eu acho muito importante a gente mostrar o nosso trabalho aqui e esclarecer as dúvidas relacionadas, para que esta CPI continue desenvolvendo o trabalho em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nesses quatro anos e meio que a gente tentou emplacar a CPI das ONGs, a gente tem dito que não é para demonizar ONGs; a gente está investigando algumas ONGs que chamam atenção pelo valor recebido, a forma como o dinheiro entra e como não é prestado; não envolve aqui – dessa vez o Beto tem razão – indígenas, mas envolve dinheiro de estrangeiros que entram na Amazônia.

Zequinha, eu te passo já. Mas primeiro eu vou fazer uma pergunta. Eu tenho aqui, senhora, o número de uma operação – eu acho que foi com o Fundo Amazônia –, no valor de R\$12.104.865. Eu acho que foi com o Fundo Amazônia. E o relatório das informações que a gente tem aqui chama muita atenção, muita atenção mesmo aqui. Eu vou citar dois itens só. Três: Liberação da segunda parcela de recursos sem a verificação das despesas incorridas e dos produtos apresentados na primeira parcela. Isso é comum no Fundo Amazônia. Eles dão segunda e terceira, sem que se prestem contas pra eles.

A grande maioria dos custos, nessa operação, senhora, referem-se ao pagamento de recursos humanos, próprios e terceiros, cerca de 84%, ou seja, dez milhões e pouco. Adicionando os custos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativos de instalação e outras despesas administrativas, mais 10 milhões. Ou seja, 90% dos recursos repassados foram dispendidos com pessoal e despesas administrativas.

Agora, o que eu quero mesmo é que a senhora me tire esta dúvida que eu acho tão absurda, tão absurda, que eu cheguei a duvidar dos técnicos, mas é meu dever dizer isto para os brasileiros e para as brasileiras: valores, apontados pelo relatório do TCU, superdimensionados para a realização de capacitação. Preste atenção nos números que eu vou citar. Foi previsto capacitar 152 técnicos por um custo de R\$1,682 milhão, o que nos leva a um custo *per capita* de R\$11.067 por técnico capacitado. Levando-se em consideração que o curso – olha só – foi de 24 horas de duração, ou seja, três dias, e que, até a emissão da última nota de acompanhamento, constava a informação de que a execução física era de 86% e de que a execução financeira correspondente seria de R\$1,442 milhão, eu gostaria de saber... Está aqui a afirmação. Eu estou perguntando, mas aqui está afirmando. Foram realizados sete treinamentos durante três dias. Em três dias, eles se desdobraram e fizeram sete treinamentos. Cada treinamento de três dias foi da ordem de R\$266 mil. Então, eles gastaram R\$266 mil por dia nesses três dias de treinamento. E é importante ressaltar que a maioria dos cursos aplicados já estavam prontos, pois haviam sido aplicados no projeto anterior que o Imazon recebeu com o Fundo Amazônia. O custo da hora-aula que o beneficiário recebeu pelos cursos foi de R\$8.585. A título de exemplificação, de comparação, a Enap paga R\$177 por hora, para aula, para instrutores que tenham doutorado. O Imazon pagou, em um dia, R\$206 mil para treinar 152 técnicos.

A senhora tem conhecimento dessa operação? Se não tiver, eu lhe passo de forma confidencial, e a senhora, então, responde agora ou depois. Eu quero entender como é que se gasta R\$206 mil num dia, numa noite, num treinamento, seja do que for esse treinamento.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Eu vou pedir para voltar aos eslaides para detalhar os gastos com o Fundo Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, aquele eu já vi. Esse aqui diz o número de operação... É esse aqui...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Imazon é esse aqui.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O custo é esse. As observações são essas. O gráfico não vai me convencer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É bem claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria só que a senhora dissesse como foi gasto aquilo, se é que foi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Se foi gasto ou não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se foi gasto ou não. Não precisa mostrar eslaides. Por favor, eu não quero ser indelicado; eu não quero ver mais eslaides.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O gasto... O senhor está se referindo ao gasto final, que está em uma tabela que fala do produto final. Isso se refere a um trabalho de quatro anos, em que vários municípios foram contactados. Várias pessoas estavam trabalhando de forma contínua. Então, isso não se fala... A gente não está falando de o produto "o curso em si". É a tabela que mostra que o resultado é o curso, mas, para chegar ao resultado, a gente fez contato com prefeituras, a gente fez identificação das pessoas aptas a fazerem parte do curso, a gente fez o transporte das pessoas para o local dos cursos. Então, tem vários gastos embutidos para chegar lá. Então, esse valor de 206 mil por dia, a conta final não é essa. A gente tem que colocar todos os gastos ao longo de quatro anos, ao longo de quantas pessoas foram capacitadas, de quantas vezes a gente precisou contactar as Prefeituras, quantas visitas técnicas e a continuidade do trabalho. Então não é o curso, o curso é o produto final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu estou entendendo o que a senhora está dizendo, embora eu não me conforme. Quer dizer, então eu vou fazer um curso na minha cidade, no Juruá, em dezembro, fazer um curso. Aí eu começo a trabalhar em janeiro. Quando eu efetivar esse curso, o custo foi isso tudo. Não é isso? Não foi só no dia. Custou, pago por quem deu as instruções, R\$206 mil por dia, mas esse R\$206 mil não é só para remunerar quem fez o curso, mas lá estão as viagens, as pesquisas, as idas, as vindas, é esse o somatório.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Inclusive das pessoas capacitadas, porque a gente sabe que deslocamento na Amazônia é um problema. A gente tem que transportar as pessoas que participaram dos diversos municípios para os locais do curso. Então não é somente o deslocamento das pessoas que vão capacitar, mas também das pessoas que estão sendo capacitadas nos nossos treinamentos.

A gente capacitou, tem lá nos eslaides, 163, depois tem outros números lá de que eu não me recordo agora. Vocês estão com os eslaides?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É curioso, quando o Senador Plínio faz esse levantamento...

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Duzentos e um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, então esse valor foi para 201 pessoas que foram formadas? Usaram quantos técnicos para formar? Que curso é esse? Explica aí para mim. Que curso é esse aí? Eu queria saber o que é que vocês ensinam lá.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Só um minuto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora, como gestora, deve saber, porque eu fiquei curioso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vai, Senador Beto. Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Enquanto ela prepara a resposta, eu queria ver se era possível, só do ponto inicial, para ver se fazia um acordo aqui, que era a questão dos quatro requerimentos que nós temos para votar, e tem um que é o extrapauta, que seria convocatório.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Isso aqui é, na verdade, o que a gente faz.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está muito difícil deles virem na próxima terça-feira. Põe na outra terça.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Me dê a sua palavra e dê uma data.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estão me afirmando na outra terça, sem ser essa terça que vem, na outra terça faria...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A advogada está aqui, então, na outra, alguém me socorre, pode ser até quem está nos assistindo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Dia 3. Aí a gente votaria esses dessa forma...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, fica marcado para o dia 3. Nós estamos... Não, a gente precisa só, para mostrar, Dr. Hiran, aquele começo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em todos os requerimentos, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... porque isso é uma CPI civilizada, que compreende os componentes, são todos assim.

Então, não vai ser convocada, mas tem o compromisso do dia 3 de outubro de o IPÊ estar conosco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora conclui a resposta do Senador Styvenson, e eu passo a palavra Senador Hiran.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – A Ação de capacitação, Sr. Senador Styvenson. Nós fizemos diagnósticos em secretarias municipais sobre a situação da gestão ambiental; também fizemos curso de capacitação dos servidores identificados, direcionados às necessidades também identificadas; fizemos assessoria técnica durante quatro anos para entender se eles estavam sabendo utilizar os recursos que eles aprenderam, voltados para as geotecnologias; também produzimos materiais de apoio, como mapas, levantamento de uso e cobertura dos solos; e enviamos, periodicamente, os mapas mostrando a situação de uso da terra dos municípios, para que os municípios validassem suas situações relacionadas ao desmatamento.

Com isso, nós beneficiamos 263 técnicos em 41 municípios, diluindo o valor que o Senador Plínio Valério falou aqui há pouco...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Isso em quatro anos?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Em quatro anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Duzentos e sessenta e três técnicos.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Duzentos e sessenta e três técnicos em 41 municípios.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quarenta e um municípios?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Diluindo o valor total, se a gente quiser falar em município por ano, dá um valor de R\$10.257,68; se a gente quiser falar por técnico beneficiado por ano, dá um valor de R\$1,6 mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Então, esse número seu aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah! Então, quer dizer que essa soma aqui de três dias... Foram três dias num município, três dias no outro, três dias no outro, três dias no outro, porque o relatório fala em três dias, 152 técnicos, ao custo de R\$206 mil/dia. Fala só em três dias.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Cento e cinquenta e dois técnicos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui no relatório, fala em 152.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – É porque nós beneficiamos mais do que o que estava no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é.

Aqui fala três dias. Aqui, então...

Eu gostaria de saber se já prestaram conta disso e que viesse para nós, porque aqui no relatório do TCU fala em três dias, não fala em três dias vezes quatro anos. Se ficarem três dias vezes quatro anos, eu acho que faltou dinheiro para isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Espere aí. É um técnico para cada duas pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Como assim?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se são 152 técnicos, conforme o Presidente, Senador Plínio, está se referindo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não formaram, não. Formar 152 técnicos, capacitar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah! Para formar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, porque as ONGs têm sempre...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Assim como disse a FAS, não é dinheiro que entra. Como é que é? São eles que têm o mérito de buscar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles que conquistam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles que conquistam. As ONGs são, desculpa, não são todas... Elas têm essa característica de enrolar, de fazer uma coisa enorme para tentar nos enrolar. Como a gente já não está mais nessa idade de enrolação, e aproveitando o fato de estar Senador numa CPI, a gente tem que questionar para tirar nossas dúvidas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As minhas dúvidas continuam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu posso fazer mais uma pergunta?

Dentro desse campo da administração e da pesquisa, 19% para a administração, que a gente já discutiu aqui, e agora vamos entrar na pesquisa, já que as ideias vêm conforme as conversas vão fluindo.

Fora o caso que o Presidente explicou aqui e mostrou, a senhora, como uma pessoa com um currículo bom, que já prestou serviços de assessoria, de consultoria, de fazer um tipo de trabalho, a senhora já fez, alguma vez na vida, durante toda a sua trajetória, dentro do Imazon ou em outra ONG, algum estudo para diagnóstico fundiário e divulgação de recursos humanos de terceiros e regularização fundiária? Já fez?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nunca fez?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora já viu esse trabalho? A senhora já viu alguém fazendo esse trabalho?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – De regularização fundiária?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vamos lá.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estudo para diagnóstico fundiário, divulgação de recursos humanos de terceiros, de regularização fundiária... A senhora já viu? Já?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – De regularização fundiária...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora, como profissional, cobraria quanto para um trabalho como esse, se eu fosse contratá-la?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tenho que ver os valores de mercado. Eu não sou consultora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Valor de mercado hoje?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei, eu tenho que olhar. Eu não sou consultora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro do campo de pesquisa de 81%, mesmo a senhora não sendo consultora, mas a senhora é quem paga. É a senhora quem faz o pagamento. A senhora não é consultora, mas é a senhora quem desembolsa o dinheiro lá para pagar as pesquisas. E a senhora não sabe dizer quanto paga para um pesquisador que faz um trabalho como esse?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende da formação da pessoa, da formação, da experiência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para a D. Brenda Brito do Carmo, para a formação dela curricular, a senhora pagou quanto por esse trabalho? Um trabalho desse só, só um. Lembra e recorda.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vou fornecer por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, ela vai nos fornecer por escrito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está dentro do campo de 81% de pesquisa o que é pago em pesquisas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A minha pergunta é simples, por quê? Porque só uma pessoa – eu acho que a senhora vai trazer esses dados para a gente e vai trazê-los por escrito – ocupa o quadro quase todo de pesquisador. E o valor é bem acima do que o senhor ganha, viu, Senador Hiran? O senhor, como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do que nós ganhamos, nós quatro juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, por dois meses. Dura quanto tempo um trabalho desse para ser realizado, a senhora como produtora de um trabalho científico como esse, dura quanto tempo para ser feito?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende do produto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em média, o mais simples possível.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende do campo, se tem campo, qual tipo de publicação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Normalmente, a média.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O trabalho científico... Não tem uma média definida, depende do tipo de trabalho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pode ser um mês?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não trabalho com regularização fundiária. Pode ser um mês, pode ser um ano, podem ser dez anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Engraçado é que o período tem um padrão, de dois em dois meses. De dois em dois meses sempre é um contrato, mas esse número a senhora vai fornecer para a gente, aí a gente explica ou esmiúça melhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Senador Dr. Hiran; em seguida, o nosso companheiro Zequinha.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, ficou uma pergunta sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, pode responder.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – É porque no contrato, mais uma vez, no relatório do TCU, ele fala do produto final, ele não especifica que é um contrato de quatro anos. Eu gostaria de dizer que há um equívoco nessa tabela final, que não especifica o valor, o período do contrato, tá?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nosso Senador Dr. Hiran, que é de Roraima, da Amazônia, de um dos estados mais prejudicados com essa política ambiental das ONGs.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Muito bem.

Presidente, minha saudação, nosso Relator *ad hoc*, Senador Styvenson, meu querido Senador Zequinha, todos que nos assistem, segundo o Portal do Imazon, a organização realiza um programa de monitoramento e análise das principais pressões humanas sobre a Amazônia Legal, a partir de imagens de satélite e bancos de informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha primeira pergunta, Sra. Ritaumaria, é em relação ao desmatamento e à mudança do uso e cobertura da terra. O monitoramento realizado pelo Imazon é complementar aos realizados pelos órgãos governamentais brasileiros, como o Inpe, por exemplo. São usadas as mesmas bases de informação? A partir de que monitoramento por satélite, que tipo de satélite, como é que vocês remuneraram essas informações que vocês têm para suas análises de dados?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – O trabalho de monitoramento, em relação ao Inpe, existem diferenças pelo tipo de satélite que é utilizado. Nós usamos o Landsat e o Sentinel. São satélites de uso público, de domínio público, qualquer instituição acadêmica ou ONG ou pessoa que queira ter acesso pode ter acesso. E ele é diferenciado do Inpe. Nós somos uma instituição que faz esse trabalho de forma independente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por que vocês não usam a base de dados do Inpe, que é uma referência inclusive para o nosso país em termos de desmatamento, áreas queimadas? Enfim, nós temos um satélite que rastreia a nossa Amazônia diariamente. Por que vocês não usam essa base de dados, que, aliás, às vezes tem certa discrepância em relação aos dados que vocês apresentam, baseados em outras bases?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós achamos importante ter um dado independente para validar o desmatamento dado de pesquisa que a gente faz na Amazônia há 33 anos. É muito importante ter independência de dados.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se há discrepância, a senhora está dizendo que o Inpe não tem credibilidade no nosso país, o trabalho que o Inpe faz no nosso país?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Muito pelo contrário. O Inpe é uma instituição muito séria. A discrepância se dá pelo tamanho dos *pixels* dos satélites, da forma como ele é feito, mas a gente, em momento algum, desconsidera o trabalho do Inpe.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora, então, poderia afirmar aqui que os dados de desmatamento do Inpe normalmente são infradimensionados em relação aos satélites que vocês usam?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente nunca fez comparação entre os dados da gente com os do Inpe. A gente usa os nossos, mas sempre a gente vê os do Inpe também, mas não fazemos comparação, não tem como serem comparados, porque são satélites diferenciados.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Imazon lançou, em 2020, o projeto Amazônia 2030, com participação de entidades brasileiras e internacionais. O projeto tem como objetivo, segundo o portal da ONG na internet, criar, entre aspas, "um plano de desenvolvimento para a região atingir o uso sustentável dos recursos naturais até o final desta década". A senhora pode detalhar como foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

feita a elaboração desse plano, como foi a participação das entidades internacionais e da população local dos estados da Amazônia Legal na elaboração do projeto? Quais as principais linhas de ação? Há integração da organização que a senhora preside com os governos estaduais e com os municípios? E, se não há, por quê?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A Amazônia 2030 é um projeto que nasceu da junção de várias instituições de pesquisa renomadas brasileiras, como o senhor falou, e internacionais. A ideia é mostrar quais são os problemas e soluções para a Amazônia até 2030. Então, têm-se gerado vários estudos mostrando o que a Amazônia tem de problema e quais são as soluções para esses problemas.

Por exemplo, o último que eles publicaram é o instituto de progresso social, em que se mostra que a Amazônia tem os piores índices de progresso social, tais como saneamento, educação, acesso à saúde. E o nosso objetivo é trazer soluções voltadas para políticas públicas, e aí cabe aos estados, cabe ao poder público usar as soluções propostas.

A gente tem ações com municípios e com governos sob demanda; ao longo desses 33 anos, a gente já atuou com vários municípios e vários governos na Amazônia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora... Eu não consigo entender. Eu tenho um razoável nível intelectual e tenho uma vivência na Amazônia. Eu nasci na beira do Rio Solimões, nós somos lá da mesma rota na Amazônia. Eu não consigo entender como é que uma organização que tem pessoas preparadas faz um projeto desse para identificar essas questões que a senhora colocou aí, depois de estar 30 anos trabalhando na Amazônia.

Eu acho que, com todo o respeito, é um dinheiro absolutamente jogado fora, porque, mesmo o Senador Styvenson, que não está lá na Amazônia, mas que conhece o país, ele, muito rapidamente, pode fazer um diagnóstico da realidade da nossa vida na Amazônia e não precisar gastar tanto recurso. Não sei se a senhora concorda comigo, mas se gasta muito recurso para se constatar o óbvio.

É por isso que nasceu essa ideia, uma ideia muito pertinente do Senador Plínio Valério para a gente fazer esta CPI, porque nós vamos chegar ao final com toda a certeza de que nós jogamos muito dinheiro fora com essas organizações.

As narrativas são muito interessantes, todo mundo é muito inteligente para organizar esses eventos, esses estudos, mas a gente não vê ninguém efetivamente mudando o perfil social de onde a gente vive.

Então, eu quero dizer à senhora aqui que me causa estranheza, sim, um trabalho de tanto tempo render tão pouco resultado prático para as populações onde vocês atuam.

Então, essa é a minha consideração e quero aqui, Presidente, antes de passar a minha palavra para o próximo que vai fazer seus questionamentos, dizer que nós aprovamos aqui a convocação de um antropólogo franco-marroquino chamado Bruce Albert, porque, aliás, eu estou doido para ele vir aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eu fazer algumas perguntas, porque ele criou uma celeuma neste país e hoje nós somos conhecidos no mundo todo como um país que praticou genocídio entre os ianomâmis.

Eu era médico legista na época, e olha que eu procurei naquela mata um cadáver, não achei cadáver nenhum. Nós temos aí... se você entrar na internet, você vai ver que teve genocídio no massacre de Haximu, que, aliás, Haximu não era nem no Brasil, depois nós descobrimos que Haximu é uma aldeia que está na Venezuela.

Eu estava lá com o ex-Ministro Maurício Corrêa, com o ex-Procurador da República Aristides Junqueira, convocado que fui pelo Superintendente da Polícia Federal, à época, lá no estado, Sidney Mendes, e eu queria que ele viesse aqui porque ele praticou, com essa narrativa que ele criou – com o intuito também de demarcar aquela imensidão que é a nossa Raposa Serra do Sol –, ele criou um grande constrangimento no nosso país.

Então, eu quero reforçar o pedido para que a gente agilize a convocação desse senhor aqui nesta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, Senador, já fica... peço que a Secretaria já agende, então, um pedido para terça-feira, bastante tempo, para a gente, a partir de amanhã, para avisar para a logística toda, está bom?

E, com certeza, também, nós vamos agora acelerar um pouco, fazer dois. Já foi um pedido de prorrogação e eu quero agradecer, já tenho 34 assinaturas, quando são necessárias 27, para a gente prorrogar – Hiran, Zequinha, Styvenson – até o dia 19 de dezembro.

A gente discordou um pouco, o Relator e a gente, que podia passar o recesso, mas eu acho muito prejuízo se a gente parar no recesso, então a gente vai encerrar antes. Vai ser o Ipam e o que você solicitou.

Nosso companheiro, o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Saudações a todos, a V. Exa., ao Senador Styvenson, ao Senador Hiran, à Diretora do Imazon, à sua assessora.

Eu me sinto contemplado nos questionamentos do Senador Styvenson e, essencialmente, aqui na questão socioeconômica feita pelo Senador Hiran.

Só queria fazer uma consideração, Diretora, que eu acho que é uma constatação que todos nós fazemos: governo nenhum, nem o federal, nem os governos estaduais da Região Amazônica... Nunca pararam um pouquinho pra dar atenção à questão ambiental – nunca pararam –, nem convidaram os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores das organizações não governamentais para fazer um debate, porque dali... O governo precisa ter uma política própria pra governar o seu povo sobre qualquer tema, não é só sobre a questão ambiental, não; todos os outros também. Então, governo nenhum faz, nem o federal – não estou falando do governo deste momento, estou falando dos governos ao longo dos vinte e poucos anos, pegando de lá pra cá –; não faz. Aí, se aproveita de prestação de serviço, uma aqui, outra ali, outra acolá, que tem a sua visão própria.

Quando V. Sa. diz que quem financia não exige o tema, o objeto da pesquisa... Eu sou bancário de origem, adorava minha atividade quando estava lá, e continuo empregado de um banco... Mas banco nenhum dá um centavo pra ninguém se não estiver rigidamente dentro da sua política e em cima daquilo que ele financia, certo? Tanto é que, quando um cara chega ao banco e pergunta pro gerente: "Tem dinheiro aí pra quê?", o gerente fica muito "p" da vida com ele, porque não é esse o procedimento. Então, dificilmente... Parece que V. Sa. disse que 57% dos recursos são externos e 43% – eu vi rapidamente ali, mas parece que é isto: 43% – são internos. Tanto um quanto o outro... Eu fico aqui fazendo minha reflexão: como é que se dá dinheiro, e não diz o que você quer, o resultado?

Você também disse que ninguém exige e você não entrega para o financiador o resultado da pesquisa; repassa aos governos pra subsidiar suas decisões etc. Muito legal! Agora vamos ao aluno governo: só aproveita o lado errado ou o lado ruim da coisa, porque ou o relatório da pesquisa de vocês está errado, porque vocês não levam em conta o elemento humano – e ouvi você falando aí, sempre falando... Por que quando você dá um relatório lá, o governo só usa a operação de comando e controle, esquece literalmente o lado social, humano? Não sei se tem algum exemplo em algum lugar em que governo de estado ou Governo Federal faça alguma coisa além de repressão – comando, controle –, nunca parou pra botar... O que mais, digamos assim, violenta o meio ambiente? A forma de produzir, não é? Você constata... Disse que morou 90 dias num assentamento. Você prestou atenção no equipamento, nos instrumentos usados pra produzir? São os mais rudimentares possíveis. Não adianta ficar fazendo operação de comando e controle pra lá e pra cá se não mudar o mínimo a tecnologia de produção, né?

A outra coisa, que o Senador Hiran falou: vocês fazem pesquisa há tanto tempo! Cadê o resultado dessas pesquisas? O que mudou durante esse tempo todo? Absolutamente nada! Quer dizer, nós... O Pará você deve conhecer razoavelmente bem. Eu ando de teco-teco no Pará e de carro, mas fico simplesmente sensibilizado com a quantidade de floresta que nós temos, uma coisa fantástica – fantástica! Em que pese a televisão falar uma coisa, quem pega o teco-teco tem outra noção. Vamos lá, o potencial que aquilo tem, se tiver uma pesquisa em cima da questão da farmacologia – não é? –, produtos farmacêuticos... Aquele que se usa também, cosméticos, principalmente as mulheres... Isso dá uma indústria fantástica.

Vocês não pesquisam isso? Vocês não mostram aos governos o potencial que essa floresta tem? O potencial que esse negócio tem para ser enorme e mudar até o foco de produzir. "Ah, eu estou aqui morrendo, lutando com as unhas e os dentes para produzir um pouquinho de alimento; de repente, eu vou trabalhar numa outra atividade que não agride o meio ambiente e vou ganhar muito melhor". O que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, trabalhar na roça, num calor infernal que nós temos lá, com mosquito, marimbondo, formiga, cobra, ou usar uma roupa mais adequada, num ambiente mais saudável? Todo mundo quer isso, não é?

Eu acho que essa pesquisa de vocês não está dizendo para o Governo por onde é o caminho para se produzir e mudar a vida das pessoas, não é? A sugestão que fica aqui – não quero mais fazer nenhum questionamento, nenhuma consideração –: sugira aos nossos governantes, tanto o federal quanto os estaduais. "Poxa, está aqui uma pesquisa que nós levantamos, investe tanto nisso aqui e busca..."

Um outra: o Amazonas, que é enorme daquele jeito, tem 4,5 milhões de habitantes e preserva 97,5%, não é isso, Senador? Por quê? Por causa de um parque industrial enorme que tem lá, não é verdade? Eles não vão para cima da terra para produzir alimentos e sobrevivência, como é o caso do Pará e dos outros; eles vão para a indústria. Buscou-se uma outra alternativa.

Será que essa pesquisa do Imazon, que é tão respeitado, eu conheço, você trabalhou, deve ainda continuar trabalhando – havia um contrato aí com o governo do estado em andamento. Bom, nos ajude, bote o elemento humano. Diz assim: "Olha, Governador, se o senhor continuar fazendo o que o senhor está fazendo, isso está errado", porque não é só fazer uma pesquisa na área da biodiversidade, a pesquisa ambiental. A pesquisa tem que envolver o sócio, não é verdade? A questão social, tem que ser socioambiental. Tem gente fazendo isso que não pode continuar. Tem que mudar o foco da produção, mudar os equipamentos, os instrumentos de produzir. Eu não vejo dificuldade para a gente fazer alguma coisa sustentável.

Sinceramente, é querer insistir numa coisa errada, há décadas tentando, tentando, tentando. Não vai acertar por aí. Se os senhores são prestadores de serviço de pesquisa – que eu acho que não é só da biodiversidade, mas sócio –, mostrem, pelo amor de Deus! Ou, então, esses governos são muito burros, estúpidos e de má intenção, porque o nosso caboclo amazônida está todo dia pior. Os indicadores de que V. Sa. falou todo dia pioram. É preciso rever. A gente tem que se reinventar, e eu acho que está na hora não só de os governos tomarem um rumo diferente, mas também os senhores, que prestam serviço e subsidiam as decisões governamentais, tanto na esfera subnacional quanto daqui.

Muito obrigado.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Zequinha, pelas considerações.

Sobre a primeira parte de que o senhor falou, em relação aos resultados, entregar os resultados que nós propomos, a gente tem um projeto. A gente propõe os resultados e a gente entrega os resultados que nós propomos. Não é que nós não entregamos nada aos financiadores; nós entregamos os resultados propostos. E, quando eles aprovam as nossas propostas, eles sabem exatamente quais são os resultados, e os resultados são todos voltados para a Amazônia. Não é para fora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a sugerir soluções para a Amazônia, o Dr. Hiran – Senador Dr. Hiran – saiu aqui... O Amazônia 2030 é justamente isso, ele mostra os problemas relacionados à biodiversidade, relacionados à baixa produtividade da Amazônia, relacionados à questão de falta de saneamento, problemas sociais mesmo, e mostra quais são as soluções. E, assim, eu me coloco à disposição, até pra apresentar pra vocês, Senadores, quais são as soluções que a gente propõe, para que a gente possa fazer junto as soluções acontecerem, porque nós somos uma instituição de pesquisa; nós não fazemos a coisa acontecer, porque nós não somos governo. Tá?

Obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Dentro do que falou o Senador Hiran e o Senador Zequinha, a gente estava falando dos satélites, porque o relatório que ele recebeu da Abin cita, de vez em quando, o Imazon, com seus satélites. Eu tenho uma preocupação... Uma pergunta, aliás, a fazer: essas informações ficam só no Brasil ou essas informações também são repassadas a algum instituto, esse instituto que audita as contas... Eu não sei... Essas informações ficam aqui ou tem perigo de elas irem para quem paga, para quem deu o dinheiro?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador Plínio, os dados de satélite que nós usamos são gratuitos, eles são disponibilizados pela NASA e pela Comissão Europeia. Qualquer instituição de pesquisa, acadêmica ou não, qualquer pessoa pode utilizar esses dados, e todos os dados que nós processamos ficam disponíveis no nosso *site*. Nós não mandamos pra ninguém de fora. Nós não temos um público específico. Se o senhor quiser baixar o SAD hoje, ele está lá disponível. Qualquer pessoa pode baixar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não há, então, nenhum relatório extra, nenhuma informação extra, é só o que está na transparência?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Na nossa transparência. Tudo o que nós publicamos, inclusive os mais de 800 relatórios, artigos científicos, técnicos, estão disponíveis para todos os senhores aqui verem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquelas respostas que não nos foram dadas, e a senhora ficou de mandar os documentos para nós eu vou esperar, eu vou esperar com uma certa ansiedade – eu não sou nada ansioso –, porque, nesses contratos, me chama muito a atenção o que é gasto com pessoal. Tem um que ainda está... Eu acho que não está no TCU ou deu entrada agora... Tem o número da operação aqui: R\$14.293.105.

Eu vou ler – desculpa... Eu vou ler para que é esse contrato. E, se alguém entender aí, por favor, traduza pra mim: "Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal".

Pois bem: catorze milhões e pouco, 12 milhões com recursos... Oitenta e sete por cento dos recursos alocados para o projeto, ou seja: R\$12.440.964 serão destinados a pagamentos de funcionários do beneficiário – sete milhões e pouco; consultorias – que também são eles mesmos; prestação de serviço especializado e de apoio, 3 milhões; e logística e despesas administrativas, tanto. Então, de 14 milhões que recebem, eles gastam 87%. Isso me chama muita a atenção.

Aqui não se trata de dizer que o serviço é bom ou ruim: se trata de ver o montante, porque a gente da Amazônia tem muita dificuldade em conseguir uma Starlink para os indígenas, em conseguir um barco para escoar a castanha, a melancia e o jerimum – a gente tem muita dificuldade. Vocês de pesquisa não têm dificuldade nenhuma: arrecadam um dinheiro para pesquisar, seja lá o que for, desde o cocô da borboleta na primavera de 1.500 até uma coisa séria. A senhora pode ser séria, mas nem todos são.

Então, isso chega a irritar nós amazônidas. A gente partilha da pobreza. O Senador Zequinha acabou de dizer que o Amazonas tem 97% da sua floresta preservada, mas 56% da população vive abaixo da linha da pobreza, não têm R\$11 por dia. Os meus conterrâneos, 51%, estão endividados, e a gente está lá protegendo a floresta, 97%. E a gente continua nesse negócio. E cada ONG, que tem milhões... A FAS reconheceu que arrecadou 400 milhões em 15 anos. O produto apresentado é pequeno. Pode ser um produto honesto apresentado e bom, mas, quando você compara com o dinheiro arrecadado, não é nada. E é isso, nossa convidada, que faz com que a gente pesquise. E até nos irrita mesmo: a gente não tem dinheiro para dar um barco. Eu realizei o sonho dos tenharins dando 19 canoas de alumínio e 19 motorrabetas, uma ninharia de R\$200 mil. Eles não têm um poço artesiano, para os apurinãs, de 7,5 mil, que nunca tomaram água potável. E para pesquisa não falta dinheiro – e para pesquisar não falta dinheiro.

Então, a gente está fazendo esse desabafo. Não tem nada a ver com a senhora. Nós vamos pegar a sua resposta, comparar com informações que temos, esperar as informações que a senhora não quer revelar agora – e é um direito seu. Vamos esperar, sim.

Senador Styvenson, para a gente poder encerrar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Primeiro, quero agradecer a presença de todos, todos que assistiram, todos que ouviram esta CPI.

Nós não... O objetivo aqui, o propósito desta CPI – e eu como Relator *ad hoc*, participante, integrante, titular desta CPI – não é criminalizar, não é manchar nenhuma instituição, seja ela governamental ou não. As nossas perguntas são a fim de esclarecimento, e eu creio que, por ser uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

organização, um instituto que tem aí uma transparência, que tem tudo isso – e a senhora está bem segura –, então, não há problema nenhum a gente insistir nas perguntas, como eu vou fazer a última agora.

A última se trata dos editais internacionais. Eu queria saber como é que funciona isso, porque eu não achei em canto nenhum aqui procurando. Como é que vocês...? Como é que funciona? Já foi questionado aqui por vários Senadores. Eu queria entender especificamente como é que funcionam esses editais – antes de encerrar; aí eu passo à pergunta; quando a senhora responder, eu faço uma outra pergunta à senhora.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Os editais internacionais são públicos, eles são lançados em um período específico. A gente enquanto pesquisador, a gente fica sabendo desse... A gente pesquisa sempre, busca sempre esses editais. A gente vê quais são, e, se está alinhado com nossa área de planejamento estratégico, se sim, a gente escreve o projeto e submete dentro daquelas datas em que estão abertas as inscrições. Nós submetemos, concorrendo com vários países – às vezes, não é somente o Brasil. Às vezes a gente consegue aprovar o edital, às vezes não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Mas o edital é pra Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem sempre.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nem sempre?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem sempre, às vezes é pra outras áreas do mundo. Nem sempre é pra Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a senhora faz trabalho nas outras áreas do mundo? Ou é só...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não, mas... São várias instituições, não é pro Imazon, não é pro Brasil somente, às vezes é pro mundo todo, e a gente submete. A gente tem um corpo técnico capacitado, como os senhores viram, eu tenho um doutorado, meus colegas, alguns têm também, a gente trabalha, escreve enquanto acadêmicos, acostumados com a pesquisa científica, com linguajar científico e acostumados com as nossas linhas de planejamento estratégico.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Então, esses editais são pro mundo todo, então...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem todos são pro mundo todo, mas, quando são, a gente publica do mesmo jeito, submete.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom. Eu estou só usando o que a senhora me disse. A senhora, como é doutorada acho que em Biologia, em ecossistema, em todo esse arcabouço de conhecimento, dentro de todas as florestas, as matas pertencentes de um país continental como o nosso, a senhora me diz, dentro do que a senhora conhece: por que só a Amazônia é tão importante pra ter tanta ONG e tanto recurso assim? Os outros biomas não são importantes? Não tem ONG como tem ali? Não tem recursos como a gente vê tendo na Amazônia? Não tem editais pra lá?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tem editais, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Imazon participa?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Imazon é voltado pra Amazônia Legal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora só concorre a editais da Amazônia Legal.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A área de atuação, a área geográfica de atuação do Imazon é a Amazônia Legal. Está na nossa missão: promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora confirma o que o Senador Beto Faro disse, que o Imazon não tem preocupação com o povo amazônida, ou o índio, ou aquele que tanto depende da miserabilidade? Ele diz que a preocupação do Imazon é outra, é criar relatórios, estudos, não que dê soluções pro ser humano.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A nossa atividade fim é a pesquisa, nós estamos preocupados em solucionar problemas da Amazônia, que considera também o socioambiental, ou seja, os povos da Amazônia. Quando a gente fala em conservação da Amazônia, a gente está falando em promoção de desenvolvimento sustentável. Para tanto, os nossos estudos também falam em geração de emprego, em geração de renda pras comunidades locais. A gente atua também com a questão social. O que acho que o Senador Beto Faro falou é que nós não atuamos com questões indígenas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pra encerrar, uma pergunta simples. A senhora, se quiser, pode falar, claro, mas também, se não, pode se manter em silêncio. A senhora pode dizer a sua remuneração?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu prefiro não responder a minha remuneração e mandar por escrito, por uma questão pessoal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu estou aqui falando do Imazon, e não da minha questão pessoal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a sua questão pessoal, dentro da sua remuneração, como outros que passaram na presidência e dentro da sua Imazon, se a senhora não se sentir contemplada com a remuneração suficiente pelo seu trabalho, a senhora sairia e prestaria consultoria para o Imazon também?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não vejo problema, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não vê problema?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu posso prestar pra qualquer um, eu acho que a minha capacitação, a minha formação acadêmica me coloca numa situação para concorrer a qualquer edital, de qualquer instituição voltada pra área de atuação na qual eu estou capacitada a atuar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só perguntei porque eu me lembro de que, no início das minhas perguntas, a senhora disse que não teria como segurar os seus qualificados profissionais porque eles buscariam remunerações maiores. E, já que faziam parte do corpo remuneratório do Imazon, eles saíram para prestar consultoria, paga pelo Imazon. A pergunta foi só essa: a senhora pretende ficar aí por altruísmo mesmo? Porque os outros ganham mais e mais, pelo que eu entendi. Se for a questão pecuniária, se for a questão de remuneração, a senhora escolhe ficar onde está?

É só isso que eu queria saber.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, se o Imazon... Se acabar o meu ciclo no Imazon, eu tenho certeza de que a minha capacidade intelectual me coloca em qualquer instituição que eu queira trabalhar e que tenha um edital aberto a que eu possa concorrer. Se eu precisar ser consultora, eu posso ser consultora de várias instituições, porque um consultor não tem obrigação de estar 100% em uma instituição. Então, eu posso formar a minha renda de acordo com a minha capacidade de trabalhar em várias instituições.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Agradeço, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Sra. Ritaumaria. Peço perdão se eu pronunciei errado o nome da senhora. Como eu disse, não é hábito pegar um nome com a vogal entre uma consoante e outra. Mas agradeço demais.

Espero que a senhora forneça os documentos pra que a gente possa dar o selo de idoneidade ou, senão, comprovatório que é uma das ONGs que a gente procura no nosso país, que presta um bom serviço à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Styvenson, pela brilhante participação.

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Senador Plínio...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho... Eu queria... Antes você pode... Você quer responder ou quer encerrar?

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Não eu quero só fazer uma perguntinha pra gente confirmar as coisas que nós precisamos validar com a entrega. Podemos? Eu acho que são cinco itens. É a remuneração aqui então da Rita; a remuneração da diretoria executiva; o contrato firmado da ClimateWorks com a secretaria que forneceu elementos ali pro Ministério Público e pra Secretaria do Meio Ambiente; os contratos de pagamentos em relação à regulação fundiária com a Consultora Brenda; e, na última, o senhor mencionou os contratos com financiadores internacionais e a regulação do Banco Central. Qual o período?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente vai estabelecer isso... Não, o período em que está vigorando a CPI. O período todo. Nós pegamos de janeiro de 2002 até 2023, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É 23. Mas tem também o contrato que eu passei agora, aquele que eu tenho aqui, aquele que eu falei das três noites do treinamento, de R\$206 mil. Aí eu vou pegar a sua explicação e vou dizer: "Ó, eles têm razão. Custou apenas 206 mil por noite".

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Marquei aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E a pergunta que eu vou fazer agora se ela também quiser responder depois...

Uma é: esse satélite que tanto preocupa a Abin gasta... Como ele é mantido? Tem um... Ele custa "x" por mês, por ano? É mantido com essas arrecadações também do governo estrangeiro?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Os satélites são gratuitos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não custou nada pra vocês?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os acessos aos satélites são gratuitos. Eles estão disponíveis...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O acesso por mim e por ele. Eu digo vocês controlando, como controladores...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós não controlamos esse satélite.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês só vão lá buscar as informações?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente usa os dados que estão disponíveis pra qualquer universidade, qualquer ente que queira acessar esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sem custo nenhum.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sem custo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Bom demais.

Então, a última pergunta: também houve doação daquele dinheiro que vocês receberam de outra ONG, o Instituto Clima e Sociedade, no valor de 3,494 milhões. Essa ONG foi presidida, durante muitos anos, pela Sra. Ana Toni, que hoje, coincidentemente, ocupa o cargo de Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, o que mostra aquela mudança que a gente tanto fala, uma hora está aqui, outra está lá; uma hora é seis, outra é meia dúzia; uma hora é Francisco, outra hora é Chico.

A pergunta que fica: a que se refere essa doação? Por qual razão uma ONG doa dinheiro pra outra? E como se dá a prestação de contas de uma ONG pra outra? Aí a gente encerra.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Mais uma vez, Sr. Senador, a gente escreveu o projeto, submeteu ao Instituto Clima e Sociedade, propondo resultados. A comissão avaliativa deles avaliou a nossa proposta. Esse... O principal objeto desse projeto tinha a ver com a reestruturação de comunicação, também com o monitoramento e com a restauração florestal. Então, a gente trabalha com vários projetos, na Amazônia, e o ICS financiou essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, para que os brasileiros saibam, a gente tem, nessa engrenagem, ONG que financia ONG. A gente tem ONG





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que por a pessoa que preside ser mais conhecida e fazer parte de Governo, captar mais dinheiro... Porque uma ONG que financia outra tem dinheiro mais do que a outra. Então, até esse sistema, que deve ser legal... Então, é dentro dessa legalidade que a gente quer apresentar projeto de lei de resolução, para jogar luz, porque isso é escuro para nós brasileiros comuns. Até para nós Senadores. Daí a CPI.

Então, o brasileiro comum, como eu, como quem está nos vendo agora, a brasileira, a gente precisa entender, clarear essa escuridão. Por isso que a gente propôs essa CPI. No final, a gente vai apresentar. Claro, o relatório vai dizer se o Relator ficou satisfeito ou não com essa resposta, comparar com o que temos, e no relatório fazer as observações para enviar às autoridades.

A gente lhe disse, no começo – isso aqui é uma CPI civilizada –, a senhora diz o que quer, responde o que quer, e a gente se convence ou não. Eu não estou convencido. Mas é um direito que a senhora tem. Eu não vou aqui contestar nem dizer que a senhora mentiu, ameaçar prendê-la... Isso não existe aqui. Não existe isso. Mas eu me reservo o direito de não estar satisfeito com todas as respostas. Mas a senhora fez o que deveria fazer. A gente agradece muito a sua presença, o seu tempo, da advogada, e a gente está aqui pra isso. Saiba, saiba, quando lhe perguntarem, diga que aqui nós não estamos demonizando ONGs, nós estamos captando aquelas ONGs que receberam muito dinheiro, que gastaram mais de 50%, 70% ou 80% com seu pessoal. E a gente quer explicações, entender, pra que isso não continue no futuro, para que não continue na próxima geração, dos nossos filhos e das nossas filhas. E a gente com certeza está fazendo isso, abrindo o que chamamos de caixa-preta.

Outra coisa, o Fundo Amazônia é uma luva que encaixa nas mãos designadas por quem doa dinheiro. É o Senador que está afirmando? Claro que sou eu que estou afirmando, porque eu já trouxe o BNDES aqui, em 2019, e já comparei pra quem vai o dinheiro e pra quem não vai. No começo, lá, com todo respeito, a Bahia, o Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina gastaram 30% a 20% com esses outros biomas. Mas o nome do fundo é Amazônia, porque se botar qualquer outro bioma no fundo – desculpe aí, que não tem nada a ver –, se botar qualquer outro bioma no nome fundo, não vai arrecadar um só tostão. Não vai arrecadar um só tostão. Por isso que as ONGs estão no Pará, na Amazônia; no Alto Rio Negro, onde nós fomos, em Pari-Cachoeira e São Gabriel, onde existe a reserva de nióbio, de 96% de reserva de nióbio do planeta, diamantes, ouros puros; e também droga já existe. Tem 374 associações consideradas como ONGs lá dentro, aqui. E está tudo preservado. Lá não tem perigo de a gente desmatar.

Então, há um interesse, sim, muito grande que precisa ser clareado. Há um interesse internacional, sim. Quem quiser que nos chame, que diga que estamos "viajando na maionese", mas existe, sim, uma conspiração que já foi executada. Já foi executada! A engrenagem funciona tão bem que a gente encontra barreira em quem faz pesquisa, em quem dá título, em quem faz auditoria. Tudo é planejado. Apareceu aqui a mesma companhia de auditoria que faz a da FAS. Eu acho que é, não é? Aquela que tem três letras, que as Americanas dispensaram porque ela estava mexendo no balanço. Então, é isso aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, brasileiro e brasileira, mais uma vez, nós – a Amazônia – estamos dominados pelo dinheiro estrangeiro, que entra, e nós não sabemos como; que vem, e não sabemos exatamente para quê. E que é executado também, o que é uma grande incógnita. E essa CPI vai continuar nessa reta, nessa pegada.

A gente tem...

Mais uma vez, muito obrigado pela participação. Eu espero que não tenham sido, como eu disse, molestados por nem um só minuto.

Eu vou finalizar e a gente...

Finalizando, então, o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação dos requerimentos em conjunto, em bloco.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 130/2023**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Governador do Estado do Acre, Gladson de Lima Cameli, informações sobre repasses de recursos públicos para a organização não governamental SOS Amazônia

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 131/2023**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, José Ribamar Trindade de Oliveira, informações sobre processos existentes em que seja parte a Associação SOS Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

O 132 convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro – se a pronúncia não for essa, fica pelo menos o Joseph –, para prestar depoimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 132/2023

Convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 133/2023

Convida Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a relação do Instituto com ONG's e OSCIPS.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Quem domina a política ambiental na Amazônia é o ICMBio. Só se faz o que o ICMBio quer e protege. Então, há denúncias, constatações de que o ICMBio, nas suas reservas, deixa a população na miséria. Só pode criar uma ou duas cabeças de gado, não pode sair da reserva, só pode isso e só pode aquilo. Isola e explora o nosso sistema.

Estou vendo que o requerimento é do nosso Senador Styvenson Valentim.

Pergunto a algum Parlamentar se deseja encaminhar a votação dos requerimentos...

Ah, tem também o requerimento do Banco Central que a gente fez agora: informações sobre recurso externo dirigido ao Imazon entre 2010 e 2023, no que se refere... A gente vai ampliar isso aqui, está bom? A gente vai citar aqui outros nomes. Pode ser ou tenho que mandar isso aqui direto, como está só o Imazon? Seria o Imazon, seria a FAS... todas aquelas que vão vir aqui, Ipam, IPÊ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – A gente manda por cada um. Manda pelo o Imazon primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza, então, pronto.

Em especial, sobre a forma de ingresso, os valores, se houver, os objetivos declarados para a entrada desses repasses financeiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

É a pauta de terça-feira, informando aos brasileiros e brasileiras, que nos prestigiam muito na rede social... Nós não falamos para milhões, mas essa reunião chega a milhões, porque eles vão sempre espalhando.

Coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo ao Styvenson, agradecendo à nossa convidada e à sua assessora e pedindo que Deus nos proteja a todos, desejando paz de Cristo.

Até terça-feira!

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Wilder Moraes, Augusta Brito, Izalci Lucas, Jussara Lima, Paulo Paim, Esperidião Amin e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Bruce Albert, em atendimento aos requerimentos 86/2023 e 95/2023; do Ana Toni, em atendimento ao requerimento 112/2023. **Resultado:** Realizada a oitiva de Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Fica adiada a oitiva de Bruce Albert. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 135 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos oriundos do exterior dirigidos às pessoas jurídicas FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS) CNPJ/MF 09.351.359/0001-88 , INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (TNC BRASIL) – CNPJ/MF nº 00.104.175/0001-49 , IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA) – CNPJ/MF nº 00.627.727/0003-65, FUNBIO (FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE) – CNPJ/MF nº 03.537.443/0001-04, CTI (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA) – CNPJ/MF nº 51.692.168/0001-09, IPÊ (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS) CNPJ/MF 00.831.223/0001-09, ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL) – CNPJ/MF 00.081.906/0001-88, FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA (FVA) – CNPJ/MF nº 34.544.346/0001-72, FUNDAÇÃO ALMERINDA MALAQUIAS – CNPJ/MF nº 02.985.603/0001-15, relativamente ao período de 2002 até a presente data – ou seja, compreendendo o período estabelecido como escopo do requerimento de criação desta CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos, mas, também, a apresentação de alguns vídeos neste começo. Permitam-me, e eu peço a atenção de quem está aqui no Plenário e de quem, em casa, acompanha, no YouTube, a TV Senado.

Como o marco temporal está em voga, o Supremo Tribunal derrubou o marco temporal, isso impacta a sociedade brasileira, principalmente a questão do agronegócio, que é quem sustenta o país, gostando ou não.

Eu vou apresentar aqui um editorial da Bandeirantes e, em seguida, só parte de um depoimento que já foi feito aqui que complementa o que o editorial está dizendo. É o número 1 e o número 2. Primeiro o 1, aí eu falo um pouquinho antes do 2, tá bom?

Peço paciência dos senhores e das senhoras.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E nós vamos colocar o depoimento da Sra. Eliane, lá de Autazes, aquela questão do potássio – e eu tenho uma boa notícia para dar sobre o potássio, no final da reunião –, onde ela se mostra sendo expulsa – deram cinco horas para ela sair. É uma pequena agricultora.

Por que é que a gente está lincando? Porque a questão na expulsão desses pequenos agricultores é exatamente proporcionada por estudos de algumas ONGs, atestando que ali é área indígena, expulsando aqueles que estão na terra, com títulos, às vezes, até de 1904.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só mostrar um pouco do trecho, que é longo, aí eu interfiro, tá bom?

É o 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Cadê o som? *(Pausa.)*

A Eliane... Ela conta aí. Está vendo que ela está num flutuante emprestado?

Ela foi expulsa da casa dela, em terra firme, e está num flutuante, que é uma casa em cima d'água – que a gente tem muito nessa região –, e ela fala que agora tem que ir pra Manaus, para a periferia, buscar alguma coisa em Manaus, e reclama, exatamente, de ter sido expulsa. Ela nasceu nessa área.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso já está suficiente. Pode até tirar, se quiser.

Então vocês viram aí: o título da terra dela é de 1904. De repente, descobre-se que ela está numa área indígena. E eu vou mostrar pra vocês, hoje, meu amigo Relator, Senador Marcio, que numa área indígena, lá no Pará, eles estão querendo que seja área indígena porque lá tem povo isolado. Não encontraram povo isolado, encontraram casco de jabuti. É um casco de jabuti que alguém comeu há três ou quatro meses atrás. É indício de que tem índio isolado. Quer dizer, é uma loucura a gente estar mostrando isso pra vocês.

E, também, até ele, até o Ministro Gilmar, também, fala um pouco de ONGs, no voto que foi lá no marco temporal.

Olha só o que diz o Ministro Gilmar Mendes sobre o que ele pensa do marco – ele votou favorável à derrubada – e o que ele pensa sobre ONGs.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministro, olha só, a resposta o Beto nos deu aqui.

Você mostra o vídeo 4?

O Beto esteve aqui e dá a resposta para o Ministro. Até ele fala mal das ONGs – o Ministro.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente faz questão de mostrar esses vídeos, até porque, à medida que a CPI foi desenrolando, mais pessoas nos assistem, convidam-nos – o Marcio e eu – para entrevistas.

A gente agradece aqui ao Emílio e à Jovem Pan. Estivemos ontem no programa Pânico, uma coisa de louco de audiência e de apoio à CPI.

Notícia boa, meu amigo Senador Márcio e todos que aqui estão: os índios muras, lá naquela questão do potássio, no Município de Autazes, que sempre estavam contra o acordo com a Potássio do Brasil, manipulados por ONGs, a maioria, aquela maioria invisível, aquela maioria que não reagia, reagiu. Derrubou a comissão, derrubou os representantes dos muras e reuniu, das 36 etnias, 34 etnias, que se reuniram e, por unanimidade, elegeram a nova comissão e fizeram o acordo com a Potássio do Brasil, para concordar, não mais se opondo, com a exploração de potássio no Município de Autazes.

Isso é muito bom, muito bom mesmo. Além de ser bom para o Amazonas e para o Brasil, é uma questão que se desenrolava há 12 anos.

E, para quem não sabe, o Brasil importa 80% do potássio que consome. Só Autazes vai suprir 25%.

Doze anos! Vai e volta, e as ONGs, por trás dos índios muras, nunca permitiram. E, agora, o acordo foi feito. Claro que eles vão seguir os trâmites normais.

Muita gente liga, Marcio, para dizer que a CPI tem participação nisso, na medida em que mostra como as demais ONGs agem e o que fazem, como elas manipulam.

E aquela minoria invisível, para quem demos voz aqui, está começando a reagir.

É uma excelente notícia.

Rapidinho, só quando o líder deles fazia a comunicação ao Governo do estado. É o vídeo nº 5.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso é uma notícia muito boa para nós, repito, o Amazonas e para o Brasil. Pra nós porque o município vai ter cerca de três mil empregos diretos, vai ter arrecadação de impostos e vai movimentar muita coisa boa. E pro Brasil porque o Brasil vai reduzir a sua importação.

O Canadá, que ajuda muito as ONGs, o Canadá, que prega que a gente não pode fazer nada, vive do potássio e do nióbio. Então, por aí vocês percebem o interesse que está por trás.

Dito isso e agradecendo a paciência dos senhores, passamos à segunda parte, que é o depoimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como convidada, a Sra. Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme Requerimento nº 102, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Ana Toni para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Passo a palavra à nossa convidada, Sra. Ana Toni, para, em 15 minutos, fazer a sua exposição.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Bom dia a todas e todos aqui presentes, em especial ao Presidente desta CPI, Senador Plínio Valério, em nome de quem saúdo todos os demais integrantes desta Comissão.

É uma honra, Senador, estar aqui na Casa da democracia brasileira, e agradeço muito o convite.

Gostaria de agradecer o convite desta Comissão e espero poder colaborar com os trabalhos da CPI, trazendo informações aos senhores e às senhoras sobre minha trajetória, sobre a mudança do clima e, em especial, sobre a atuação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima.

Gostaria de começar me apresentando.

Sou paulistana, mas vinda de uma família mineira.

Sou economista, com Mestrado em Política da Economia Mundial, na Escola de Economia de Londres.

Também sou Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

E tenho três filhos.

Ainda nos anos 80, participei do Projeto Rondon, quando tive a oportunidade de conhecer o sul da Região Amazônica.

Depois dos meus estudos, comecei uma trajetória profissional trabalhando para uma organização de cooperação e ajuda humanitária, a ActionAid, que tem sede na África do Sul e que atuava com apoio às comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tive a oportunidade de conhecer alguns países africanos e sul-americanos que, assim como o Brasil, passavam por dificuldades em suprir as dificuldades básicas de sua população.

Foi, desde o início de minha carreira, trabalhando junto às comunidades locais, que aprendi a conexão entre pobreza, desenvolvimento e meio ambiente, que era o que realmente poderia alavancar as mudanças positivas no mundo e em nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi mais ou menos nesse momento que o termo que hoje é tão conhecido, o termo "desenvolvimento sustentável", foi cunhado, ou seja, o importante tripé do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Já no início dos anos 90, antes mesmo da Conferência Mundial do Meio Ambiente, a ECO 92, que foi realizada no Rio de Janeiro, passei a me dedicar inteiramente à pesquisa e atuação com os temas de desenvolvimento sustentável.

Participei de todo o processo preparatório da ECO 92 e do evento da Cúpula da Rio 92, quando a Convenção de Mudança do Clima foi assinada. Desde aquele momento, ficou claro para mim que o combate em relação às mudanças do clima passava por uma escolha de modelo de desenvolvimento calcado no desenvolvimento sustentável.

Essa escolha profissional focada no meio ambiente, no combate à pobreza e no desenvolvimento marca a minha trajetória desde então, e, por onde passei, tanto no desenvolvimento de minhas pesquisas e estudos quanto na minha atuação profissional concreta em diversas instituições, tive a oportunidade de levar essa visão para as grandes organizações onde atuei.

Tenho convicção de que nenhum país, estado, município ou comunidade deve ter que escolher entre lutar contra a pobreza e lutar contra a mudança do clima. A mudança do clima é uma acelerador de pobreza e desigualdade.

O relatório do Balanço Global, que será apresentado na próxima COP, em Dubai, deixa isso muito claro. Ele diz que a mudança do clima está erodindo os ganhos passados de desenvolvimento humano e que, sem uma forte ação, a mudança do clima pode impedir a habilidade dos países de ter seus ganhos no futuro. Não podemos deixar que isso aconteça.

O Estado brasileiro é signatário da Convenção sobre a Mudança do Clima e do Acordo de Paris. Esta Casa ratificou esses tratados. O Brasil tem sido, desde os anos 90, desde o Governo do Presidente Collor, passando pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um grande impulsionador do debate e das políticas públicas sobre o clima. O Brasil acompanha e respeita as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), e busca contribuir de maneira soberana com ações nacionalmente determinadas para as políticas públicas que combatam a mudança do clima e com a adaptação às consequências dos impactos climáticos. A proteção ambiental e a descarbonização só se sustentarão se, ao mesmo tempo, conseguirmos cuidar das pessoas e da economia.

Nesse sentido, o Governo brasileiro, este Governo, reafirmou o seu compromisso, mudando o nome do Ministério de Meio Ambiente para Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, e criou a Secretaria Nacional de Mudança do Clima em janeiro deste ano. Em fevereiro, eu recebi o convite para ocupar a honrosa posição de Secretária Nacional de Mudança do Clima, por ser uma especialista nesse tema e por ter trabalhado com desenvolvimento sustentável e mudanças do clima há mais de 31 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mudança do clima é uma preocupação global e tem gerado cooperação entre muitos países. A presença do Brasil nesse cenário tem sido valorizada porque o nosso país tem vantagens comparativas no enfrentamento à mudança climática, devido ao nosso tamanho, às nossas riquezas naturais, à nossa agricultura cada vez mais de baixo carbono e com grandes volumes, às nossas abundantes fontes de energias renováveis, como por exemplo biocombustível, energia hidrelétrica, solar e eólica, que levaram o nosso país a ter uma das matrizes energéticas mais descarbonizadas do mundo, além de termos uma sociedade muito trabalhadora, alegre e diversa. A pergunta, Senador, é se vamos conseguir transformar nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas e aproveitar as oportunidades de uma economia global de baixo carbono.

O último relatório do IPCC, o AR6, mostra que as consequências da mudança do clima já estão acontecendo talvez 20 anos mais cedo do que a ciência previa em 2015. O Brasil infelizmente é um país muito vulnerável à mudança do clima. Só neste ano, temos exemplos concretos de que a mudança do clima já chegou. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, os dados – das regiões dos países mais severamente atingidos – aqui no Brasil são alarmantes.

No Estado de São Paulo, tivemos várias situações de calamidade, como as ocorridas com a chuva de 600mm na região do litoral norte do estado, a maior chuva da série histórica, no mês de fevereiro deste ano, que ocasionou 46 mortes. São Paulo também vem sofrendo de temperaturas de 37 graus nesses dias de setembro, o que exigiu que a prefeitura municipal criasse a Operação Altas Temperaturas, através do Centro de Gerenciamento de Emergências daquele município.

No Rio Grande do Sul, a seca severa, em janeiro e fevereiro, e as chuvas torrenciais, de agosto e setembro, com ocorrência de ciclones, eventos extremos e inundação, deixaram muitas pessoas mortas e desabrigadas.

Em Santa Catarina, chuvas acima da média, temperaturas extremas e baixa umidade marcaram o mês de agosto de 2023.

No Amazonas, a seca severa neste período está atingindo 59 dos 62 municípios do Estado do Amazonas. Essas cidades estão sofrendo secas prolongadas, e 13 delas já decretaram estado de emergência. No Alto Solimões, a pior seca em 13 anos.

Em julho, tivemos as temperaturas mais quentes do planeta em 100 mil anos, e a previsão é que 2024 será um ano ainda mais difícil, com o fenômeno El Niño, com chuvas e enchentes no Sul e secas no Centro-Oeste e no Norte.

Há um dano estimado de R\$113 bilhões nas últimas duas décadas, que pode se transformar em um prejuízo irreparável para a economia em nosso país para a adaptação de mudanças do clima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos desses dados os senhores e as senhoras podem encontrar no material que foi entregue aqui à CPI.

Ontem mesmo, Senador, foram divulgados, pela imprensa, novos dados do Sistema de Defesa Civil Nacional que mostram que o total de pessoas atingidas por desastres, por chuvas severas no Brasil e o número dessas ocorrências atingiu, em 2022, o seu ápice em dez anos: foram 890.180 pessoas, considerando mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos – 150% a mais na comparação com 2012.

Para enfrentar os desafios, a Secretaria Nacional de Mudança do Clima foi recriada com o papel de formular propostas de políticas públicas e engajar os demais órgãos do Governo Federal a implementarem ações que alterem substantivamente este contexto. Para isso, propusemos, a partir do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a revisão do Plano Clima para 2024 a 2035, com metas e propostas de resultados organizadas numa estratégia nacional de mitigação e estratégia nacional de adaptação, ambas com planos setoriais, como está bem descrito também no material entregue. Estamos trabalhando também para a aprovação do mercado de carbono, que deve ser apresentado nesta Casa muito em breve. E, recentemente, relançamos o Fundo Clima com o objetivo de ter mais de R\$10 bilhões para investir em nossas empresas na economia de baixo carbono.

O Governo Federal também relançou recentemente o plano de ação de combate ao desmatamento da Amazônia Legal, revitalizou o Fundo Amazônia para financiar ações de municípios na Amazônia, relançou o Programa Bolsa Verde e anunciou, recentemente, novas concessões florestais em terras públicas que agora poderão explorar, além das atividades florestais, outros serviços ecossistêmicos, como o carbono e atividades de ecoturismo, entre outros.

O fomento à bioeconomia também se tornou uma prioridade para o Governo Federal. Anunciamos o Plano de Transformação Ecológica, que consolida a visão do Brasil para um futuro de crescimento econômico com desenvolvimento tecnológico, com inclusão social e com a preservação do meio ambiente, indo muito além da transição energética ou da substituição de combustíveis fósseis pelas energias renováveis. São todas as áreas do Governo comprometidas com o combate à mudança do clima e com o aumento da renda e dos empregos de nossa economia, ou seja, sabemos que já não adianta mais mitigar a mudança do clima; teremos também que adaptar para proteger a nossa população e, acima de tudo, sabemos que teremos que transformar os nossos modelos de desenvolvimento, sendo eles competitivos, mas, também, de baixo carbono.

Mas o Brasil não pode estar sozinho nesta luta. Temos consciência de que a justiça climática significa que os países desenvolvidos têm que assumir sua responsabilidade histórica e ética e, ao mesmo tempo, apoiar países em desenvolvimento na promoção de uma economia de baixo carbono e na construção de resiliência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está todo mundo no mesmo barco, no mesmo planeta, mas quem tem mais recursos e quem contribuiu mais para o problema tem que contribuir mais para a solução e ajudar os países que têm menos recursos. Esta é a ideia do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA TONI – ... que a comunidade internacional abraçou na Rio 92. Esse princípio continua mais válido do que nunca porque reflete equidade, reflete justiça, reflete ação e ambição e reflete um compromisso ético.

Finalmente, gostaria de reforçar que o enfrentamento à mudança do clima depende de uma ação coordenada do Governo Federal com os Governos estaduais e municipais. Também depende do envolvimento e cooperação do setor privado, da academia e da sociedade civil. Esta plataforma tripartite – Governo, empresas e sociedade civil – é um motor indispensável para a construção de desenvolvimento sustentável com a proteção do meio ambiente, saúde e redução da pobreza. Acredito ser necessário um grande pacto social para o enfrentamento às mudanças do clima.

Na minha trajetória profissional, sempre mantive o diálogo com todos os setores, tendo participado de diversos conselhos e, especificamente, no último período, dos Conselhos do Ipam, da Vibra Energia, da Light S/A e do Instituto República. Tanto em empresas quanto em associações civis e institutos, a existência de conselhos, seja para consulta ou para deliberação, é indispensável. Os conselhos com a presença de pessoas experientes e com conhecimento de causa contribuem para o aprimoramento do trabalho e para a construção de instituições sólidas e íntegras. Os parâmetros da boa governança indicam sempre a importância de órgãos de acompanhamento, suporte e monitoramento das equipes executivas e, no campo da sociedade civil, a participação nos conselhos...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA TONI – ... se dá de forma – só mais um parágrafo, Senador – majoritariamente voluntária.

Quando foi confirmado meu convite para assumir a Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Governo Federal, em março de 2023, solicitei meu afastamento dos conselhos de que participava, como já mencionado. Fiz isso considerando exatamente a importância da colaboração dos conselhos – e teria que me dedicar integralmente à secretaria. As funções de Secretária de Mudança do Clima exigem dedicação mais do que integral, e, por razões disso, solicitei meu afastamento, que foi conduzido pelas próprias instituições e pelas assembleias.

Eu só concluo, Senador, e agradeço pelo convite novamente.

Informo que todas as formalidades jurídicas e ritos exigidos na minha nomeação foram feitas, e me coloco à disposição para enviar todos os documentos que sejam requeridos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a oportunidade de debater nesta Casa e estou à disposição aí para qualquer pergunta.

Obrigada, e desculpa por ter me alongado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Ana Toni.

Para quem começou a acompanhar agora, a nossa convidada é Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Quero dizer a ela, Senador Marcio, o que eu disse nos bastidores: aqui a senhora não é ré, isto aqui não é um tribunal de júri para condenar, isto aqui não é uma inquisição. Certamente faremos algumas perguntas tanto quanto indiscretas, talvez, mas não é nada pessoal. Nós estamos aqui para investigar os repasses que as ONGs recebem e o trabalho que elas fazem. Esse é o nosso principal objetivo.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, a quem eu agradeço a participação, a relatoria, os estudos, as ideias que ele tem nos dado, a contribuição que o Marcio tem dado a esta CPI.

Com a palavra, Senador Marcio Bittar, nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, em primeiro lugar, ao Presidente; bom dia a todos aqueles que estão aqui presentes e àqueles que estão nos assistindo.

Muito obrigado, Sra. Ana Toni, pela presença.

Eu gostaria, com a permissão do Presidente Plínio, de fazer uma certa prestação de conta da semana passada, porque, pela primeira vez na minha vida, eu pude participar – e devo isso muito à minha esposa Thais, que fala inglês, porque eu não tive essa oportunidade; assumi isso como desafio, mas a vida acabou me levando para outros caminhos, enfim, e até hoje eu não aprendi essa língua tão importante nesses eventos internacionais. Como sou hoje casado com uma mulher que é tradutora e que participa dos eventos, então eu pude me candidatar e fui pelo Senado da República à Semana do Meio Ambiente em Nova York, Semana do Clima e do Meio Ambiente em Nova York.

Primeiro, Sra. Ana Toni, eu quero repetir e reforçar as palavras do Senador Plínio. Eu tive um pai que não teve a oportunidade de ter formação superior, mas foi um exemplo de vida para mim. E uma das dificuldades que eu sempre tive ao longo dessa militância política, que já ultrapassa 40 anos, foi no embate com mulheres, porque eu sempre tive muito cuidado, educado pelo meu pai, que determinava o cuidado que você tem que ter para não agredir principalmente uma mulher. Fui criado dessa maneira. Portanto, eu sou do Acre, a terra natal da Ministra Marina Silva, e sempre tive um cuidado extremo de,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discordando dela, não ultrapassar, mesmo que não seja intencional, não ultrapassar nenhuma linha que possa ofendê-la. O mesmo comportamento a senhora terá na CPI.

Veja, eu queria começar dizendo que o debate sobre mudanças climáticas não é o eixo central desta CPI. É um tema fascinante, importantíssimo. Eu acho que, em sua consciência, ninguém duvida das mudanças climáticas.

O que separa basicamente dois pensamentos é qual o papel que o ser humano tem nas mudanças do clima da terra.

Há escritores que dizem, por exemplo, que, quando os europeus, notadamente espanhóis e portugueses, descobriram a América, teria sido, na verdade, um reencontro, porque houve um período, uma era glacial, em que os seres humanos originários da África migraram, num período de muito frio, de uma era glacial. Depois, esse período passou, e ficou esse continente separado do continente europeu por muitos séculos, milhares de anos. Mas houve, então, um reencontro.

Portanto, há mudanças climáticas. E elas aconteciam, acontecem e vão acontecer.

A diferença de foco é qual é o papel que o ser humano tem nisso.

Há um grupo que entende que o ser humano controla as mudanças climáticas, e ele está levando o país, perdão, o planeta para o abismo. E há outros que entendem que a mudança do clima no planeta tem quase nenhuma influência do ser humano.

De qualquer forma, eu repito, este é um debate fascinante, importante, mas, Secretária, não é esse o foco desta CPI.

O foco desta CPI é: em nome disso, em nome da preocupação, que é correta, com a questão do meio ambiente do planeta, o que se está fazendo com o Brasil e qual tem sido o resultado prático, particularmente, para a Amazônia brasileira, que tem 28 milhões de pessoas que, há 40, 50 anos, vêm se empobrecendo?

Aí vem a parte, Senador Plínio, de uma certa prestação de contas, até porque eu fui, por conta do Senado, pela primeira vez na minha vida, à semana do meio ambiente, em Nova York. Bom, eu pude confirmar algumas convicções que tenho.

Eu lembro que um dos debates acirrados que eu tive com o Ministro Ricardo Salles é porque ele acreditava que o mundo ia, sim, nos pagar o tamanho do problema, não é migalha, não é esmola, na questão do sequestro de carbono. Uma época, ele andou três semanas pela Europa, andando o mundo inteiro, praticamente. Quando voltou, disse que não tinha conseguido.

Então, eu sempre tive uma descrença, Secretária, muito grande de que os países ricos aceitarão dividir a sua fortuna com 28 milhões de brasileiros – eu me refiro particularmente aos amazônidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, eu confirmei essa expectativa, essa intuição, essa convicção que tinha nessa semana. Por exemplo, eu vi, na abertura, ao longo da semana, muitos brasileiros – a Ministra Marina Silva; o Governador do Pará, Helder Barbalho; o Ministro Fernando Haddad; a Ministra Guajajara – se explicando para o mundo, dando explicações para o mundo sobre o que o Brasil estava fazendo para contribuir com a questão do meio ambiente, das mudanças climáticas, das reservas indígenas, das comunidades indígenas.

E eu fiquei observando, Senador Plínio, que, em nenhum momento, a não ser *en passant*, eu presenciei a cobrança dos mesmos brasileiros com aqueles que são dos países que não estão de fato preocupados com quem mora na Amazônia.

Por exemplo, eu vi uma senhora – perdoe-me a falta de conhecimento da língua, então não vou tentar ficar falando nomes, porque eu vou falar nomes, traduzindo para o português, equivocadamente –, uma autoridade alemã, na área ambiental, fez uma exposição e – eu, com a minha tradutora, o privilégio que eu tive de ter uma tradutora ao meu lado – chamou-me a atenção que em nenhum momento a representante da Alemanha tocou no assunto de que a Alemanha estava queimando mais carvão, quando a Rússia cortou o fornecimento de gás para a Alemanha. Mas, como é que uma autoridade alemã, da área do meio ambiente, vai para a semana do meio ambiente, Semana do Clima, em Nova York, e repete essas teses, que a Secretária Ana também já mencionou aqui, agora, e, em momento algum, fala do que está fazendo? Que este ano, por exemplo, está jogando mais CO₂ ainda? Antes disso, ela já jogava mais CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera do que o Brasil inteiro. Agora, vão jogar mais ainda. E nem ela tocou no assunto, como uma autocrítica ou como algo que possa ser passageiro, e ninguém cobrou dela.

Eu vi um canadense, em outro painel, dessa área que mais queima, ciclicamente, floresta no Canadá, fazer a mesma coisa, Secretária. Falou que o homem precisa cuidar, essa mesma coisa, com a qual todos nós concordamos. Nós temos que cuidar do lugar em que a gente vive, em que a gente mora. Eu, particularmente, só tenho dúvida de que o homem se preocupa muito com coisas que ele, na minha opinião, não tem muito poder de mudança e esquece da mudança local, que é a favela, como aqui eu estava vendo a prestação de contas, ou as obrigações, da pasta que a senhora ocupa, e nós tivemos ocupações desordenadas pelo Brasil, que causam tragédias todos os anos. E eu não vejo preocupação concreta com isso, pra resolver isso.

Mas, então, eu vejo um representante do Canadá, Senador Plínio, e a mesma coisa: falou tudo e não citou, em momento algum, o que o Canadá estaria fazendo ou está pensando em fazer para conter a queimada que este ano atingiu mais de 100 milhões de pessoas. É mais da metade da população brasileira. A fumaça foi tanta que atravessou o oceano.

Eu tive a oportunidade, no recesso, de ver essa fumaça na Itália. Eu sei o que é fumaça, eu sei o que é fumaça na Região Amazônica, e pude vê-la lá dentro. E em nenhum momento ele foi cobrado, porque não citou o que o Canadá está fazendo, para explicar para a plateia mundial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi o Ministro Fernando Haddad fazer uma cobrança educada, como é do estilo dele, professor de universidade, como deve ser, imagino eu, num outro painel, a um representante do Joe Biden, o John Kerry, com muita educação, com muita *finesse*, mas dizendo, concordando com tudo, mas fazendo uma educada cobrança de que isso não dava para o Brasil resolver sozinho – a mesma coisa que a senhora mencionou na abertura. E assisti ao representante do Governo norte-americano respondendo, desviando, dizendo que nenhum país do mundo tinha o recurso para resolver essa questão, por exemplo, da Amazônia brasileira.

Agora, interessante é que em nenhum momento desse painel foi mencionado que o Presidente que ele representa acabou de indicar, de autorizar novas perfurações de petróleo, como em nenhum momento, na Semana do Clima, eu não ouvi ninguém mencionando que a Inglaterra acabava de anunciar, como a França já fez... A França, o Governo francês, num passado recente, assumiu não cumprir o acordo feito em Paris! A justiça daquele país teve que fazer uma cobrança, que, aliás, não foi realizada, mas teve que fazer uma cobrança ao Governo francês. A mesma coisa faz a Inglaterra: na Semana do Clima, do meio ambiente, em Nova York, o Governo inglês anuncia que não vai ter condições de cumprir também as metas que ele próprio ajudou a estabelecer e se comprometeu, ao mesmo tempo em que já estão anunciadas cem – cem! – novas autorizações para perfuração de petróleo – a Inglaterra, esse Governo já autorizou.

Então, qual é a convicção que eu reforcei, que eu já tinha? É de que eles não vão resolver os nossos problemas. Quando se fala bolsa, com todo respeito, mas isso é uma vergonha, Ana. Isso é uma vergonha! Você tem aqui a ONG que recebe R\$137 milhões, 80% do dinheiro de fora, e falar de Bolsa Floresta de R\$50 por mês? A própria Ministra anunciar uma bolsa... Agora a FAS diz que vai aumentar para R\$100 por mês. Falar de Bolsa Floresta de R\$200! Você proíbe a estação de petróleo, de minério, de nióbio, de potássio, em nome da humanidade – na prática é proibitivo; na prática, é proibitivo – aí, a recompensa são R\$200 por mês. Isso é uma humilhação! Isso é uma vergonha! As pessoas não ficam ruborizadas de dizerem isso.

Então, essa foi uma convicção confirmada: eles cobram muito e entregam quase nada. Pras ONGs são somas muito grandes, mas para a população, de 28 milhões, não é nada.

A segunda convicção que eu vi, Secretária e Presidente Plínio. Dessa vez eu fiquei no Harlem. Inicialmente, achei que tinha sido uma péssima escolha, fiquei dependendo de metrô, mas isso me mostrou uma outra realidade, porque as outras duas vezes em que eu pude ir a Nova York foram rápidas e eu fiquei numa região muito central que não precisava usar metrô, que é bem ali perto da Times Square, entre a Times Square e o parque, o Central Park. Eu adoro caminhar, correr, então eu podia ir pra lá sozinho, não precisava falar inglês nem nada, todo mundo ali fala espanhol. Então, eu ia a pé, depois eu voltava, entrava na programação oficial... Dessa vez eu fiquei no Harlem. E aí eu pude ver e confirmar uma outra convicção: os países ricos têm os seus próprios problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma ilusão nós brasileiros, e particularmente nós da Amazônia, Plínio, acharmos que, em algum momento, os países que alcançaram o padrão de vida maior da humanidade vão criar uma poupança para dividir isso conosco em nome de nós preservarmos aquilo que eles não estão fazendo. Eu vi, na semana em que eu fiquei em Nova York, Plínio, e constatei que toda civilização, toda sociedade gera seus excluídos. Não teve um dia que eu fosse pegar o metrô, que eu fosse andar na rua, que eu não visse pessoas excluídas. Droga, muita droga. Pessoas – eu imagino, eu não sou médico, mas a palavra que eu vou usar – malucas, mentalmente perturbadas. Você entrava no metrô, era coisa de todo dia, você via uma, duas pessoas gritando, falando coisas, desajustadas. Vi gente na rua, gente morando na rua, no país mais rico do mundo. Eu vi a estrutura que eles têm de metrô e que precisam manter – bom dia, Senador Jaime, nosso Vice-Presidente –, ou seja, eu constatei aquilo que eu já imaginava: eles têm a demanda deles e não vão dividir a sua riqueza conosco.

Portanto, dito isso e prestando, de certa forma, uma prestação de contas da minha ida a Nova York, eu constatei essas duas convicções que eu tinha: eles pregam o que não fazem, fazem o que dizem para nós não fazermos e, na hora de fazer a tal compensação, que há 50 anos se fala disso, para o amazônida é uma esmola que me envergonha como brasileiro.

Dito isso, queria, apenas a título de algumas informações... A nossa convidada, a Sra. Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, teve na trajetória alguns elementos que eu acho que considero importantes: desde 2023, ocupa o cargo no ministério; enquanto ocupava o cargo no ministério, a depoente ainda fazia parte, no começo, do Conselho Deliberativo do Ipam; depois retirou o seu nome, saiu já do *site*; antes de ocupar o cargo no MMA, foi Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade, uma ONG que movimenta recursos vultuosos captados do exterior e distribuídos para outras organizações dentro do país; presidiu o conselho do Greenpeace internacional de 2010 a 2017; foi Diretora da Fundação Ford no Brasil de 2003 a 2011; Diretora da ActionAid Brasil de 1998 a 2002; e foi Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

O iCS funciona, basicamente, como um captador de grandes fundações de governos estrangeiros, de recursos, e ONGs, e ajuda e repassa muito disso que capta no exterior, com fundações e governos, para ONGs no Brasil, inclusive algumas que já estiveram aqui. E esse Instituto Clima e Sociedade se apresenta como uma organização filantrópica que apoia projetos e instituições que visam ao fortalecimento da economia brasileira e do posicionamento geopolítico do país. Conforme o balanço patrimonial do Instituto Clima e Sociedade, do qual a Sra. Ana foi Diretora-Executiva por muito tempo, o balanço patrimonial: o iCS tinha R\$72 milhões em caixa, possuía – isso em 31 de dezembro de 2022 –, possuía R\$13 milhões em títulos – estou falando em somas redondas – e valores imobiliários, possuía R\$64 milhões em doações a receber, possuía R\$45 milhões de recursos de projetos e parcerias. O total do ativo circulante era de R\$196 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exercício de 22, a entidade teve receitas operacionais de R\$137 milhões, quase R\$138 milhões, dos quais – falo aqui da distribuição, mas não importa muito – a maioria absoluta... a grande maioria de doadores é estrangeira, entre eles: CIFF (Children's Investment Fund Foundation), com o total de R\$31 milhões, a Oak Foundation doou R\$24 milhões, a Rockefeller Philanthropy doou R\$23 milhões, a Walmart, R\$18 milhões. Aí vem uma outra lista, com valores um pouco menores, como a Smart Energy Europe, que é uma entidade que se define como uma associação comercial europeia voltada a entregar soluções orientadas ao consumidor para a transição para a energia limpa, que doou R\$8 milhões.

Também houve doação de entes públicos estrangeiros, como a Embaixada Britânica e a Embaixada da Alemanha.

No exercício de 2022, o ICS declarou o valor de R\$118 milhões com o curso de atividades programáticas. A indicação é que o custo das atividades sociais, que se supõe que são atividades programáticas, registra as despesas para a realização dos projetos sociais, que são os objetivos dos contratos de doações firmados entre o instituto e os donatários.

Secretária, vamos passar aqui para algumas perguntas. Pode ser sim ou não, não há... e eu vou juntando algumas.

V. Sa. atuou, em algum período, concomitantemente no estado e em alguma ONG? Até, pelo menos, agosto, aparecia como membro do Conselho Deliberativo do Ipam.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador Bittar, pela pergunta.

Antes de respondê-la, quero fazer, talvez, um comentário sobre o que o senhor falou sobre mudanças do clima.

Como uma pessoa atuante no tema de mudanças climáticas, eu acredito muito no que o senhor falou de que temos que liderar pelo exemplo, até para cobrarmos dos países desenvolvidos a descarbonização, como eu mencionei na minha fala inicial, de quem tem mais responsabilidades. Então, até para podermos cobrar mais fortemente esses países, temos sim que fazer nossas lições de casa.

Os países desenvolvidos prometeram, em 2015, US\$100 bilhões para os países em desenvolvimento. Essa cobrança tem sido feita em todas as reuniões de COPs. Os países em desenvolvimento vêm fazendo esta cobrança.

Sabemos que US\$100 bilhões não serão o suficiente para ajudar os países em desenvolvimento, vamos precisar de muito mais, mas nem esta promessa eles cumpriram até então.

E, em termos da descarbonização, eles têm muitas metas para 2030 e, sim, eles têm que poder descarbonizar muito mais à frente dos países em desenvolvimento, pela responsabilidade que eles têm, e essas cobranças são absolutamente necessárias de serem feitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA TONI – Senador, boa tarde.

Então, eu concordo realmente com o senhor que essa cobrança é fundamental e concordo, também, que não vamos poder esperar que venham recursos de cooperação.

O que o Brasil precisa fazer é tornar a sua economia de baixo carbono e, assim, atrair os investimentos muito mais amplos e investimentos privados, porque o que precisamos é de que os investimentos privados entrem para nossa economia.

Em relação à pergunta que o senhor fez, acho que o senhor tem a informação. Eu pedi o afastamento do Ipam já logo que eu soube deste convite, em fevereiro. A assembleia do Ipam era em maio, então foi quando foi processado. Então, nesse período de 25 de março a 25 de maio, eu ainda estava no Ipam e na secretaria, porque eles estavam processando esse pedido, e a gente tinha que esperar a assembleia. Foi nesse sentido que, sim, teve esse *overlap* de dois meses.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner, Líder do Governo nesta Casa. É um prazer tê-lo aqui conosco.

E eu continuo imaginando, eu sempre tenho uma característica que me assemelha ao Senador Jaques, não com essa "maneirice" baiana que é única, mas o que me aproxima do Senador Jaques Wagner é que eu também sou um construtor. Eu continuo achando que nós podemos, sim, ao final da CPI, convergir em alguns temas que não serão confronto com o Governo. Acho que tem temas que são de soberania nacional, não é de direita ou esquerda, e acho, sonho com isto, que a gente faça uma convergência e apresente alguns projetos legislativos ao final desta CPI, que possa o Governo ver nisso até o seu próprio fortalecimento.

Existe uma... Nós vimos, Secretária, e claro, muitas vezes as pessoas não percebem... Existem intelectuais que dizem muito do poder de abstração – Marx disse isso, e tantos outros intelectuais –, você sair do seu ambiente, você conseguir se deslocar dali, o Nirvana, Buda, e poder olhar de fora para dentro, aí sim você vai perceber. Quando você está dentro, talvez essa opinião ou essa visão seja ofuscada. Por isso, eu quero lhe fazer uma pergunta.

Aqui, a senhora é de ONG, agora se retirou. A Marina a mesma coisa. O João Paulo Capobianco foi um dos fundadores do ISA, que, em dois anos, em 2021, recebeu 137 milhões, dos quais 80% disso foi dinheiro de fora; aí foi para o Governo lá atrás; aí sai da ONG; depois sai do Governo; vem para o ONG. Nós sabemos que a política do BNDES de doação, de orientação do fundo amazônico passa por vocês, passa pelo Ministério do Meio Ambiente, passa pelo ICMBio, ou seja, então são essas pessoas que ora estão em ONG, ora estão no Governo, que ajudam e que decidem a captação e o destino, por exemplo, de quase R\$1 bilhão que a Noruega de fato aportou no fundo amazônico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, aqui nós tivemos a presença de outros representantes que não estão em Governo hoje, mas da FAS, o Sr. Virgílio. Ele era do Governo do Estado do Amazonas, quando se criou a FAS; o Governo do estado aportou vinte e tantos milhões na FAS, através do Banco Bradesco – claro, aí é uma influência do Governo –, aportaram mais 20 milhões. Ele próprio disse aqui que a FAS recebeu um aporte inicial de 60 milhões. Aí ele sai do Governo e vai conduzir a FAS, que agora acabou de indicar um outro membro seu para ser o novo Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Então a pergunta é: a senhora não acha, tentando olhar um pouco de fora para dentro, a senhora não acha que essa relação é um pouco promíscua?

E aí um comentário a respeito da nossa fala anterior: concordamos num ponto, isso é bom. Você está vendo como tem convergência? Mas a nossa diferença, talvez, Secretária, é que eu entendo que o Brasil já fez muito mais, tem o que fazer... E a senhora traz um relatório aqui que mostra claramente. O Brasil ainda tem muito o que fazer, mas o que nós fizemos, particularmente com a nossa legislação, na Amazônia, nenhum país do mundo fez.

Então nós não estamos mais na época de ter que apresentar mais resultados para cobrar. Não, nós já temos uma dívida a ser cobrada, e eles teimam em não nos pagar. Eu lembro que nessa semana, na semana em que estivemos em Nova York, a própria Ministra Marina menciona esses mesmos 100 bilhões que foram combinados muito tempo atrás e que os países não entregam e não vão entregar. Está aí o relato que eu mencionei.

Mas concordamos. Eu só acho que o Governo brasileiro tem que exigir. Só falar disso não está resolvendo e nem vai resolver.

Mas a nova pergunta é esta: a senhora não acha, tentando olhar um pouco de fora para dentro, que isso é um risco?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes que ela responda, por favor, perdoe, registro a presença do Senador Jaime, do Senador Styvenson, a nossa presença aqui do Senador Jaques Wagner. Seja bem-vindo.

Eu gostei dessa primeira parte, Marcio, da relação promíscua. Eu queria que a senhora respondesse sobre essa pergunta do nosso Relator.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Pronto. Senador, agradeço pela pergunta. Como eu mencionei, eu tenho 31 anos trabalhando sobre o tema de mudanças do clima e desenvolvimento sustentável. Eu acredito que fui convidada por causa dessa experiência em ter trabalhado, não só na sociedade civil, mas ter feito meu doutorado, meu mestrado, ter estudado esse tema. Então tenho uma visão ampla do tema e acredito que foi a partir desse mérito que eu estou agora Secretária Nacional de Mudança do Clima.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que tomamos todas as providências para assegurar que não havia nenhum conflito de interesse.

E eu também gostaria de mencionar que desde que virei Secretária Nacional de Mudança do Clima, na secretaria, trouxe pessoas para trabalhar comigo que são servidores públicos. Não trouxe nenhuma pessoa de qualquer outro setor.

O tema de mudanças do clima...

E, por último, quero mencionar que também estive no setor privado. Então acho que essa visão mais geral, de onde eu vejo o tema de mudança do clima, a partir do setor privado, a partir da sociedade civil, a partir do conhecimento e da academia, e agora estou Secretária de Mudança do Clima há somente seis, sete meses. Então, nesse sentido, imagino que foi pelos méritos da experiência que tive, há 31 anos trabalhando sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho uma curiosidade, Marcio, se ela foi, se a senhora não foi Diretora do Greenpeace no Brasil. Foi?

A SRA. ANA TONI – Não, eu fui Presidente do Conselho do Greenpeace...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, no Brasil.

Eu tenho uma curiosidade tremenda, Senador. A senhora pode me ajudar a elogiar o Greenpeace? O que foi que o Greenpeace fez nesses anos de bom para a Amazônia, enquanto a senhora foi conselheira? Porque realmente eu quero mudar o que eu penso do Greenpeace. Na minha opinião, não fez nada. Eu queria que a senhora me dissesse alguma coisa, para que eu mudasse de opinião.

A SRA. ANA TONI – Eu não posso aqui falar agora em nome do Greenpeace, não tenho mais a filiação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas só durante o tempo em que a senhora esteve lá. A senhora viu alguma coisa boa que eles fizeram para a Amazônia? Por favor, eu quero chegar lá em casa e dizer que eu estava errado sobre o Greenpeace.

A SRA. ANA TONI – Quando eu me filiei ao Greenpeace, o que me levou ao Greenpeace foi novamente o tema de mudanças do clima.

O Greenpeace foi uma das primeiras organizações que, já nos anos 80 e começo dos anos 90, trouxe, para o conhecimento público, para a agenda nacional e internacional, os perigos da mudança do clima; e, por isso, tive essa atuação no Greenpeace, porque eu acho que este alerta deste perigo que está aí conosco há tantas décadas, trazendo a ciência para poder nos alertar deste perigo, foi isso que me levou ao Greenpeace.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como caboclo da Amazônia, a gente alerta também. O caboclo lá sabe que a seca, ele chama de seca, a seca vai ser grande, que a cheia vai ser grande. Isso a gente faz constantemente. E sem dinheiro. Então, eu continuo pensando, sobre o Greenpeace, que não nos ajuda em nada, só atrapalha.

O nosso Relator, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Também cumprimento os nossos colegas – agora chegou o nosso Senador Zequinha, grande representante do Pará.

Há um movimento globalista, inequivocamente existe, que, entre outras coisas, relativiza um pouco as soberanias nacionais, e, aí, a questão do meio ambiente é o argumento mais utilizado. Eu acho que tem outros interesses por trás disso, acho que tem interesses de países ricos dominarem ou continuarem dominando países pobres em desenvolvimento. Mas o argumento visível, a roupa que se veste, para quem deseja relativizar a soberania – não a deles, mas a nossa –, por exemplo, é o argumento ambiental, porque a questão ambiental não tem fronteira – de fato, não tem mesmo. Um igarapé, um olho d'água que nasce em uma propriedade na Amazônia vai passar por aquela propriedade, vai chegar a outra, outra e outra, até chegar ao mar. Portanto, de fato, não há limites. Estou só dando um exemplo bem corriqueiro. Mas há um outro grupo de pessoas que diz: "Não, a soberania nacional é absolutamente fundamental e inegociável.". E eu me refiro, claro, a senhora já deve ter percebido, à Amazônia, que já foi palco de várias declarações de representantes de países que eu já mencionei, relativizando sempre a soberania brasileira sobre a Amazônia, que é um ativo ambiental mundial e, portanto, precisa ser quase que... Até o nosso Presidente, que declara coisas com as quais eu concordo, quando ele diz que a Europa, os países ricos precisam pagar o que devem, porque eu acho que é pagar o que já deve, não é outra promessa, não é viver de promessa... Mas, ao mesmo tempo, ele também mencionou, de certa forma, meio que concordando com essa ideia de que a Amazônia precisa... A decisão brasileira tem que ter meio que o crivo... Então, qual é a opinião da senhora sobre a questão da soberania nacional?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador Bittar, pela pergunta.

Como brasileira, para mim a soberania nacional é absolutamente inegociável, principalmente não só, mas em relação à Amazônia, sempre deixei isso muito claro, as ações têm que vir sendo, assim, de dentro para fora. Então, a soberania é inegociável.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu mencionei, e agora veio uma pergunta mais concreta sobre isso: o que a senhora acha de a Noruega, que é o maior doador do Fundo Amazônia...

A Noruega havia doado, para o Fundo Amazônia, pouco mais de R\$1 bilhão até o momento da interrupção no governo passado, e o interessante é que a Noruega doou – dinheiro em caixa. Não é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

promessa – algo em todo de 1 bilhão, e uma empresa, uma das maiores mineradoras do mundo, uma empresa norueguesa, inclusive de capital misto – privado e público, portanto também é do Estado –, a Hydro, conseguiu uma isenção de R\$6,5 bilhões no Brasil.

Então, ela doou, efetivamente, R\$1 bilhão. E, aí, uma empresa de capital também público, portanto, norueguesa, alcançou uma isenção de R\$6,5 bilhões e vive de petróleo e gás.

A senhora não acha que há aí, no mínimo, uma hipocrisia de um país que doa R\$1 bilhão, recebe R\$6,5 bilhões de isenção e que, basicamente, financia ONGs no Brasil que atuam contra a emissão de combustíveis fósseis, sendo que é disso que ela vive? Quer dizer, mais da metade do PIB *per capita*, do PIB norueguês é de petróleo e gás, que agora mandou perfurar mais ainda no Mar do Norte. A senhora não acha que aí, no mínimo, existe uma hipocrisia?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais uma interrupção, para registrar a presença do Deputado Pedro Fernandes, que está conosco aqui.

Muito bem-vindo! Muito obrigado pela sua presença e participação.

Com a palavra, a nossa convidada.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Senador, obrigada pela pergunta.

Eu confesso que não estou familiarizada com este caso específico que o senhor mencionou.

Logicamente, cada país tem que responder ali um pouco pelas suas atitudes.

Em relação às doações da Noruega ao Fundo Amazônia...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Se a senhora me permite, eu posso fazer, então, uma pergunta mais genérica.

O que é que a senhora acha de um país que doa um recurso para o fundo amazônico, um país, qualquer que seja ele – porque esses são dados oficiais... Ela alcança, uma empresa alcança uma isenção fiscal no Brasil que é quatro vezes superior à doação, e esse país sobrevive de petróleo e gás. Quer dizer, não é, no mínimo, uma hipocrisia que um país que explora combustíveis fósseis seja um dos maiores financiadores de ONGs no Brasil que são contra combustíveis fósseis? Não há uma hipocrisia nisso?

O SR. ANA TONI – Novamente, eu não conheço o caso específico, mas, assim, eu vejo, por exemplo, a nossa empresa nacional de petróleo, a Petrobras, que é uma das organizações e empresas que também financiam bastante as organizações da sociedade civil, e ela vem apoiando muitos projetos, principalmente na área de oceanos e também é uma empresa de petróleo e gás.

Eu não poderia comentar em relação, especificamente, à Noruega.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, passou-me agora na cabeça, eu queria que o senhor anotasse, a sua assessoria: a FAS já esteve aqui, eu acho que o Imazon e, agora, a Sra. Ana, e todos eles consideram normalíssimo sair da ONG para o Governo, do Governo para a ONG. Que, no relatório, nós possamos aconselhar ou fazer algum projeto em que também eles cumpram uma espécie de quarentena, não sei. Cabe como sugestão, porque, para eles, é normalíssimo. Para nós, não o é.

Então, nós temos a obrigação do relatório, e, no relatório, vamos apresentar projetos de lei, resolução, ideias, e eu queria constar aí, nesta reunião, que nós vamos sugerir isso, que se cumpram alguns dias, porque é impressionante – é impressionante.

Tem um caso aí da Sra. Brenda, que saiu da ONG dela e, com um mês, dois meses depois, prestou serviço para a ONG no valor de R\$508 mil. É normalíssimo para eles. Para nós, não o é.

Então, fica a sugestão, Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, eu poderia, inclusive, contribuir. Penso que posso contribuir com essa afirmação do Senador Plínio, nosso Presidente, porque, aqui no meio político, se um de nós for pego fazendo algo parecido, é o maior escândalo. Mas, enfim, à pergunta feita, a resposta, a gente tem que respeitar a resposta da nossa convidada.

No caso da Noruega, um país especificamente... Eu acho que, na minha pergunta, claro que está dita a minha opinião. Eu acho que é, no mínimo, uma hipocrisia monumental um país que vive de petróleo e gás financiar ONGs no Brasil que são publicamente contra a emissão dos combustíveis fósseis. Quer dizer, é contra o combustível fóssil, mas recebe doação do país que vive disso.

Bom, V. Sa. foi, durante vários anos, como a senhora mesma mencionou e eu também, Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade. O ICS (Instituto Clima e Sociedade) está qualificado como uma organização da sociedade civil de interesse público.

Queria saber quantos funcionários possui, mas, ao mesmo tempo, emendar aqui com duas outras coisas que a senhora já pode responder no mesmo item: quantas pessoas compõem? Os membros do conselho fiscal recebem remuneração? E, se a senhora tiver a lembrança, quanto foi pago aos diretores? E, por fim, com todo o respeito – mas o nosso salário é público, todo mundo fala, e tem que ser mesmo –, qual era o valor do seu rendimento mensal, somado aos benefícios diretos e indiretos? Levantamentos dão conta que seria em torno de R\$60 mil. A senhora tem a oportunidade de esclarecer.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Novamente, obrigada pela pergunta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao quadro de pessoais do Instituto Clima e Sociedade, quando eu estava no instituto, o pessoal era distribuído em diversas áreas. Tinha diretoria executiva, financeira, diretoria programática e a gestão de operações, e a organização seguia mais ou menos o padrão de todas as outras instituições similares dedicadas ao investimento social privado, que, nos últimos anos, vem se profissionalizando bastante.

Então, em 2015, o ICS já contava com seis colaboradores, todos contratados por CLT. Foi expandindo o seu quadro e chegou, em 2022, quando eu saí da organização, no último ano que eu estava presente, a 38 colaboradores. Eram 38 colaboradores, todos eles brasileiros, e que, na medida que tinham, é uma medida de diversidade das atividades que tinham.

Então, eu tenho os dados específicos aqui de quantos colaboradores por ano a gente foi tendo: 2015, 6; 2016, 9; 2017, mais 9; 2018, também 9 – posso, depois, mandar para o senhor, se o senhor necessita.

Em relação ao meu rendimento junto ao Instituto Clima e Sociedade, o meu salário atual, como Secretária Nacional de Mudanças do Clima, está no Portal da Transparência e é, logicamente, transparente para todos e todas.

Em relação ao meu salário anterior, se eu pudesse mandar para a Comissão, se for necessário, posso mandar por escrito, como foi com os outros convidados. Posso fazer isso, não tem problema nenhum.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, pela ordem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, D. Ana. Senador Styvenson Valentim, Rio Grande do Norte.

A pergunta do Senador Marcio Bittar tem uma coerência, porque pessoas anteriores à senhora que sentaram nessa cadeira para darem esses esclarecimentos que a gente tanto busca disseram que é difícil manter, dentro da ONG, com a remuneração que eles recebem – pessoas que podem estar com a qualificação que a senhora já deixou claro que têm –, é difícil manter na ONG esses qualificados que prestam serviços que são remunerados pela própria ONG. Como está aberto no Portal da Transparência, a senhora recebe bruto R\$18.469; líquido, R\$17.839. Eu presumo que o serviço público seja mais vantajoso – remuneratório –, porque hoje a senhora ocupa o cargo dentro da diretoria executiva. A senhora faz parte do Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma pergunta, Senador Marcio Bittar, se o senhor fez e eu iria fazer – só me desculpendo por não ter chegado em tempo desde o início, para ter acompanhado tudo isso –, é se, como ONG, como Diretora-Executiva do ICS ou como atual Governo, a senhora pode fazer mais na ONG ou mais no Governo? Porque a dúvida que se tem, que eu tenho, de pessoas que se sentaram aí, é que quem participa das ONGs o faz porque o Governo não tem competência para fazer, e agora a senhora está no Governo. A senhora pode realizar mais agora na cadeira em que a senhora está, com essa remuneração de R\$17 mil – esqueça a remuneração; com a capacidade que a senhora tem –, ou pelas ONGs, das quais a senhora fez parte?

Eu acho que, não sei, Marcio, se a sua pergunta tenderia para esse caminho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque várias pessoas que se sentaram aqui disseram que eram mal remuneradas, partiam para a iniciativa privada, para a iniciativa privada, faziam seus projetos e eram remuneradas pelas próprias ONGs.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, tranquilo...

V. Exa. faz uma pergunta, eu estou aqui no meu trabalho, mas, enfim, ele faz uma pergunta, vamos abrir à resposta, e eu retomo aqui, sem problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Desculpe...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não...Tranquilo, tranquilo.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela pergunta.

Eu acho que as atividades exercidas pela sociedade civil, pelo setor privado ou pelo governo são complementares. Então, eu acho que elas são complementares; acho que, obviamente, políticas públicas, políticas de Estado e de governo têm um alcance muito maior, por razões óbvias. Então, acho que, nesse sentido, eu acho que é uma construção e vejo que elas são complementares e fico muito feliz de, pela primeira vez, estar no governo e poder entender a contribuição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora, assim como os outros, vai mandar – e a gente vai manter em sigilo o salário –, mas a senhora poderia só dizer se ganhava mais na ONG ou no Governo? Se puder, senão, se puder dizer... O que eu acho que o Styvenson pensa é que a senhora ganharia mais... Não que... Nada aqui é pessoal, como eu lhe disse desde o começo. A senhora é uma convidada. A senhora não é ré aqui. É convidada. Mas algumas perguntas temos que fazer, e não é questão pessoal. É porque sempre eles dizem aqui: "Não, porque a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente mantém...". Pessoas do nível da senhora não podem manter. Então, elas saem para onde quiserem, onde vão ganhar mais. E já foi revelado o seu salário no Governo. E eu suponho que a senhora ganhava mais ou menos.

A senhora só pode dizer se era mais ou menos? Não precisa entrar em detalhes.

A SRA. ANA TONI – Como eu falei, vou mandar para os senhores e senhoras isso por escrito, mas o trabalho, a média de salários da sociedade civil é, infelizmente, muito baixa; realmente muito baixa, e é verdade que muitos quadros da sociedade civil acabam indo para o setor privado por falta dessa remuneração.

No meu caso, em particular, sempre foi uma escolha minha trabalhar desta maneira e, como eu disse, eu estava na sociedade civil e fazia parte de conselhos de empresas privadas. Então, juntando, eu tinha um salário maior do que eu tenho agora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desculpe, cara, eu estou te atropelando, mas está no portal o que ganha 18 mil. Se é tão baixo, eu não sei por que deixam para mandar para a gente "sigiloso". Se é de 15 mil, 10 mil, que é quanto se admite...

Mas tudo bem.

Vamos adiante, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Vou manter o mesmo comportamento. A senhora tem todo o direito, assim como outros que já estiveram aqui. Eu só não vou retirar aquilo que eu já falei e que está gravado, não é? Mas a senhora vai ter oportunidade, e eu vou aceitar, claro, o documento que a senhora vai mandar.

Existe uma indicação de 60 mil, entre benefícios diretos e indiretos, mas a senhora tem todo o direito de não revelar isso agora e, depois, mandar para a CPI.

O que eu acho grave, Senador Styvenson, é, como eu disse: você tem pessoas que fazem parte de ONGs, elas vão para o governo, elas influenciam a política, por exemplo, do BNDES, praticamente decidem quem é que pode – porque a política decide isso –, quem pode ser os captadores do recurso do Fundo Amazônia, e as ONGs das quais elas fizeram parte e, depois, muitas vezes, voltam a fazer parte são aquelas que recebem. Eu e o Senador Plínio vemos nisso uma relação promíscua. Claro que aqueles que já vieram aqui, que fazem parte de ONGs, acham que não é, mas é um direito de opinião.

Mas, em seus relatórios financeiros, o Instituto Clima e Sociedade presta informações bastante, em alguns casos, genéricas, mas, de qualquer forma, dá uma ideia de valor. O valor gasto em serviços prestados cresceu, de 1,3 milhão para 6 milhões, em 2022. As indicações de gastos em serviços de difícil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensuração, como consultorias ou assessorias, assistências jurídicas e informática, são itens que, geralmente, estão nas prestações de conta de ONGs, mas que são difíceis de você mensurar.

Mas o que, talvez, mais nos interessa agora, Secretária Ana, é que as informações que temos são de que o Instituto Clima e Sociedade acaba funcionando, como eu disse no começo, como um captador de recursos externos e repassa, muito do que ele arrecada, para ONGs que atuam no Brasil. Autoridades outras estiveram aqui sentadas e afirmaram que isso seria uma maneira de burlar o Fisco brasileiro, de burlar a contabilidade, uma vez que é dinheiro de fora. Se o dinheiro de fora for investido diretamente dá problema. Então, vem para uma ONG que repassa para outras. Nesse exemplo, tem a FAS, uma ONG cujo representante, Virgílio, esteve aqui e declarou ter recebido doação do Instituto Clima e Sociedade.

Vou acabar lendo aqui uma outra coisa do mesmo instituto, e a senhora já pode responder, de forma mais ampla, e eu não preciso voltar a esse tema.

A maioria absoluta dos doadores, eu afirmei isso, eu vou mencionar, é de estrangeiros. Dentre eles, o maior doador foi o CIFF, Children's Investment Fund Foundation, com um total de 31 milhões. Eu mencionei, mas vou repetir: a Oak Foundation doou 24 milhões; Rockefeller Philanthropy doou 23 milhões; Walmart, 18 milhões; Smart Energy doou 8 milhões. E também houve doações que eu, particularmente, acho estranhas. Acho que o Canadá não aceitaria isto, a Grã-Bretanha não aceitaria isto, a Embaixada Brasileira doar dinheiro lá no Estado, no país deles. Também houve doação para o Instituto Clima e Sociedade da Embaixada Britânica e da Embaixada da Alemanha. Ou seja...

Então, aqui tem somas imensas, são milhões de reais que entram no Instituto Clima e Sociedade, e muitos desses depois vão para outras ONGs. A dúvida, a inquietação é que isso seria feito como uma maneira de burlar a contabilidade e os interesses nacionais. O que a senhora pensa sobre isso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

Talvez eu pudesse me estender um pouco, contar um pouco qual é o caminho tradicional da entrada de recursos no Instituto Clima e Sociedade quando eu o estava presidindo, que é através do canal cambial, que segue um padrão bem estabelecido na legislação brasileira. Na essência, ele não difere de outras entradas de recursos estrangeiros no país e, como sempre, foi sempre devidamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil.

Basicamente, era assim que funcionava durante a minha gestão: o contrato era assinado entre o doador e o iCS, com uma proposta que a gente mandava, narrativa e financeira, a partir de nossas próprias estratégias, para a utilização do recurso, sempre no melhor interesse do Brasil e, em se tratando de investimento social privado, feito no Brasil e por uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, voltadas para o interesse público nacional. Nesses contratos, os dados bancários do iCS eram informados e, como disse, existiam muitos recursos disponíveis na filantropia mundial. Por isso, ao redor de 75% ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

80% dos recursos do iCS vinham de fontes internacionais e, ao redor de 20% ou 25% de fontes de filantropia nacional.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Qual é a influência deles na decisão (*Fora do microfone.*)... da destinação de recursos?

A SRA. ANA TONI – Não há nenhuma influência deles na destinação do recurso. Nós mandamos projetos, e eles aceitam ou não aceitam os projetos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k.

A SRA. ANA TONI – O iCS agrega conhecimento dos projetos e das instituições locais de quem financiamos e tem uma excelente estrutura administrativa, seguindo os melhores padrões de gestão. Então, o banco envia a comunicação de remessa recebida do exterior, identifica-se o contrato a que pertence, emitem-se recibos, faz-se a juntada de documentação, e tudo é mandado à corretora de câmbio. A taxa de câmbio também é negociada. Então, tem todo um procedimento que é feito absolutamente nas regras da lei.

Em razão disso, por vezes até os bancos podem pedir a comprovação da capacidade financeira das instituições do doador, e enviamos as demonstrações financeiras necessárias que são pedidas. Após a emissão do câmbio, aí o valor é disponibilizado. Todas as transações são devidamente contabilizadas, auditadas e informadas, como define o regulamento cambial vigente e como a legislação em geral, pelos agentes financeiros ao Banco Central do Brasil, assim que recebemos as verbas do exterior.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero registrar aqui a presença, sempre muito honrosa – fui Deputado Federal com ele há uns 30 anos –, do Confúcio. Fui Deputado com ele. Aí eu tentei ser Governador do Acre umas duas vezes, não consegui; ele na primeira conseguiu. Já foi Governador duas vezes do estado vizinho ao Acre, e, agora, está como Senador da República.

É um prazer tê-lo aqui, Senador Confúcio. Nos honra muito a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime pede pela ordem.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão das ONGs, Plínio Valério, o Diretor... o Relator, Senador Marcio, e a Ana.

Eu quero dizer pra você... Você, que foi Presidente e Conselheira do Greenpeace, conhece muito bem as ONGs, você sabe, deve ter o conhecimento de que a Amazônia tem um pouco mais de 28 milhões





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas. Talvez não... Talvez seja de seu conhecimento, o Estado de Rondônia, onde eu resido, no Município de Vilhena, conheço lá há 50 anos, acho que é o único estado que tem o dobro de carteiras assinadas contra o Bolsa Família. Os demais estados, a maioria dos estados do Norte têm mais Bolsa Família do que carteiras assinadas. Então, você é conhecedora e sabe que o nosso povo da Amazônia é um povo de baixa renda, é um povo sofrido, é um povo que sofre, principalmente os ribeirinhos, enfim, em todos os Estados da Amazônia.

Eu quero dizer para você o seguinte: qual é o projeto que vocês fizeram, que vocês levaram até hoje de rede de saneamento básico, de água potável, de rede fluvial, de melhoria para as condições dessa população? Você vai à capital, em Porto Velho, e dá dó; é tristeza olhar, porque é a minha capital, a capital do Estado de Rondônia. Você chega lá e é triste você ver aquela população.

Eu fui candidato, andei nos bairros, andei a pé e vejo a tristeza daquele povo e as condições em que aquele povo vive. Aí, qualquer coisa que se vai fazer para a Amazônia... quem se lembra lá no ano... por volta do ano 2000, 2001, 2002, o Greenpeace subia nos elevadores, secadoras, travaram por dois, três anos praticamente uma construção da Cargill, lá no Pará, que era um... para onde iriam carregar os navios para fazer o repasse da soja, onde recebe por caminhões, por balsa.

Então, eu só vejo as ONGs e o Greenpeace só prejudicando. E o que eles fazem com esse dinheiro? Só para folha de pagamento? Só resume no final, só em folha de pagamento? Até porque a senhora falou aí que vocês mandam os projetos, e eles não fiscalizam nada para onde isso é colocado, para onde vai esse dinheiro.

Eu quero dizer para você o seguinte: o povo da Amazônia merece um tratamento melhor. Lá tem mais de 28 milhões de pessoas.

O que é que vocês fizeram até hoje para o nosso pequeno produtor, incentivando o pequeno produtor onde ele tem que recuperar as nascentes de água, onde o nosso produtor teria que estar realmente recebendo esse crédito de carbono? Aonde está esse crédito de carbono? Só está no "h".

Isso é o que as ONGs, isso é que o Greenpeace tinha que estar fazendo para ajudar o nosso povo da Amazônia, mas o que nós vemos lá só atrapalharam.

E aí criaram-se mais. Depois de 1988, começaram a implantar aqui e acolá um monte de lugares dizendo que lá tinha índio, que lá ia ter reserva indígena, trabalhando para que se saia uma reserva indígena de 14 para quase 32% do território nacional. E onde vai ficar o nosso produtor?

Eu vou lhe falar só o que as ONGs fizeram lá em Santa Catarina, no meu estado. Senador Confúcio Moura, no meu estado, lá onde está sendo julgado, o STF julgou, na semana passada, o que as ONGs fizeram com aquele povo? Onde eu nasci. Com escritura centenária, 870 famílias – 870 famílias, Governador Confúcio –, que são entre 15 e 20 hectares, 100% de agricultura familiar; 40% eu imagino





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão reflorestados. Uma reserva de 14,5 mil hectares sendo levada para 37 mil hectares! É isso que as ONGs fizeram no Brasil? É esse que foi o projeto do Brasil? É isso que foi para tirar o nosso pequeno produtor do campo e levá-lo para a miséria? Porque é isso que vai acontecer com o nosso país.

Então, eu quero dizer pra vocês: façam com que as ONGs, com que o Greenpeace faça algo pelo povo da Amazônia e pelo Brasil, porque o que está acontecendo na Amazônia nós sabemos. Eu conheço aquilo lá há 50 anos. Um estado igual ao de Rondônia, que os militares chamaram, na época, de "ingressar para não entregar" – "ingressar para não entregar". Naquela época, na década de 70, já se tinha uma preocupação de o Brasil perder a Amazônia.

E, agora, se acontece tudo isso, as ONGs pegam esse dinheiro e não têm nenhuma responsabilidade com a população e com as pessoas menos favorecidas deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jaime, o senhor me permite só complementar, no final.

A senhora considera saneamento básico também como questão de meio ambiente? Porque nós achamos que sim, mas alguns "ongueiros" acham que não – só para complementar.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Agradeço muito, Senador, pela pergunta, pelo comentário.

Já respondendo ao Senador Plínio Valério: sim, certamente, considero que saneamento é um tema ambiental fundamental. Logo que iniciei no Instituto Clima e Sociedade, o tema de resíduos sólidos foi a primeira área de trabalho que nós abrimos. Isso mostra que isso tem participado deste debate há bastante tempo.

Gostaria também de deixar, concordando com o senhor, no sentido de... Desenvolvimento sustentável, como eu mencionei, é o que me move. É onde eu, como profissional, tenho sempre atuado, nesse nexo de meio ambiente, economia e social. É nesse parâmetro que sempre vim trabalhando.

Mas gostaria de dar alguns exemplos que seriam importantes da perspectiva do Instituto Clima e Sociedade, onde atuei.

Os dois exemplos práticos que posso citar aqui são em relação a uma organização que nós apoiávamos, a Amaz, que tem hoje um portfólio de 21 negócios. Desses empreendimentos, 72,5% são de lideranças de mulheres; e 73%, de pessoas que são ribeirinhas. Entre 2021 e 2022, o programa acelerou 41 *startups* locais na região.

Tem, em seu portfólio hoje, cerca de 18 negócios. Conta com um fundo de financiamento híbrido, que a gente chama de *blended finance*, de 25 milhões para investimento em negócios de impacto nos próximos cinco anos, o primeiro voltado exclusivamente para a região da Amazônia. No caso, a 100%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. A empresa transforma frutas, sementes e outros recursos naturais em bioingredientes – o açaí e os subprodutos –, entre 70% e 80%; as polpas congeladas e os óleos de manteigas para os cosméticos, com qualidade *premium*, para a indústria de diversos setores. O trabalho, que foi apoiado pelo iCS, é feito em parceria com as comunidades, as cooperativas locais, as pessoas dedicadas à agricultura familiar da região. Esse trabalho já está exportando para 65 países.

Este ano, a 100% Amazônia inaugurou a Fábrica da Floresta, construída a partir dos pilares da Amazônia 4.0, respeitando a sazonalidade dos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Não querendo interromper, a senhora poderia dizer os locais – município e estado – dessas coisas que foram implantadas, para que nós possamos ir lá? Por exemplo: é interior do Amazonas, Eirunepé – minha cidade –, foi feito lá esse projeto... Aí a gente vai checar.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Como eu disse, são diversos projetos, mas a Amaz está baseada em Manaus. A organização está baseada em Manaus. São 61 projetos.

Tem também o caso do De Mendes, que é a Chocolates De Mendes, que participou desse programa de aceleração do PPA, que é a Plataforma Parceiros pela Amazônia, na época. Então, são diversos trabalhos que a gente vem financiando... Foi financiado pelo iCS, através da Amaz; tem a colheita, o preparo... Então, tentamos, com alguns desses projetos...

E o outro, que eu gostaria talvez de mencionar, é a entrega de painéis solares e capacitação para a população local ribeirinha, que não tinha acesso à energia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora sabe dizer quantos painéis e os locais?

A SRA. ANA TONI – Eu não tenho essa informação.

Posso mandar também por escrito para os senhores, porque, como Diretora Executiva, nós tínhamos as pessoas que trabalhavam diretamente nos projetos. Então, posso pegar a informação e mandar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Marcio, continue.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, como eu disse no início, o Líder do Governo não estava ainda aqui presente, dando o privilégio da sua presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema mudanças climáticas é absolutamente fantástico, necessário, mas não é o foco da CPI. O foco da CPI, basicamente, em cima da Amazônia brasileira, é investigar o que está acontecendo, de fato, com uma região de que, há 50 anos, se fala muito, e ela está cada dia mais pobre, inclusive, agora, na mão de narcotráfico, e também, a meu ver, na mão de ONGs, que mandam mais do que o Governo central brasileiro. Em 81% do bioma amazônico não manda mais o Lula; quem manda são essas ONGs, através de organismos internacionais. A ideia é muito mais deles do que brasileira. Se o Presidente Lula – ontem, foi Bolsonaro; amanhã, vai ser outro – quiser fazer estudo para fazer prospecção de petróleo e gás na Amazônia, ele vai ter um mundo de área em que ele não vai poder fazer. Essa é a realidade. Hoje quem decide obras públicas na Amazônia é muito mais as ONGs do que o Ministério Público. Qualquer um deles entra – como o PSOL também é outro que vive entrando – e proíbe, como está paralisada a Ferrogrão, como já tiraram inclusive do programa, do tal do PAC, a obra ligando Porto Velho a Manaus. Mas, enfim, esse é o foco.

Todo mundo que vem aqui, com todo o respeito, como vieram outras pessoas que representam ONGs, sempre tem o que apresentar. Só que isso, para quem está nos assistindo, é bom lembrar que nós estamos falando de um território, de uma região, que é quase dois terços do Brasil. Você pega... E aí há uma coisa – perdoe a franqueza –, mas há uma coisa que une, praticamente, todos vocês, das ONGs: toda vez que vão fazer obras públicas, estradas... A senhora mesma mencionou hidrelétricas, mas, com a Marina, no primeiro Governo do Lula, demoraram quase sete anos para fazer a licença ambiental das duas hidrelétricas! E, ao fazê-las, fez lâmina d'água. Quer dizer, é um investimento monstruoso que, cinco, seis meses do ano, fica paralisado!

Aí, para quem nos assiste, é bom lembrar como, na prestação de conta das ONGs, de forma geral, sem nenhuma exceção, sempre tem capacitação, painel de informação, gestão... Só que você pode preparar do jeito que quiser. A Terra Yanomami, por exemplo, é maior do que Portugal. Você vai fazer painéis, instrução – como é que fala? –, feiras, preparando as pessoas, capacitando as pessoas, numa área que é do tamanho de Portugal e que não tem estrada!

O que é que você vai inventar, Líder Jaques Wagner, numa região que é maior do que Portugal e que não tem estrada? Qualquer coisa que essa pessoa for tentar produzir, ela vai tirar como? Nas costas? Quatro dias de viagem? Não tem economia viável ali!

Onde nós fomos, com o Senador Plínio, é outra reserva, no Alto Xingu, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Alto Rio Negro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perdão, Xingu é Mato Grosso. No Alto Rio Negro, é uma outra reserva que, juntando com duas que emendam, é maior ainda do que a Yanomami! O que é que você vai capacitar? Placa solar. Mas isso é a solução? Concorde,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you have regions, in Brazil, in which solar panel is the solution, but it is the solution for an area that is 66% of the national territory?

Then, the examples cited by NGOs are niches. That does not reproduce for 28 million people.

Good, but I will cut several questions to give other opportunities. I already talked about what I attended in New York, and, here, maybe, Secretary, a response "yes" or "no". It is implicit, but I want to leave it recorded.

V. Sa. believes that playing CO₂ in the atmosphere is a crime?

A SRA. ANA TONI – No.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – But those who understand that the human being has a very important role in the warming of the Earth do not understand that the main element is the increase of CO₂?

A SRA. ANA TONI – Senator, CO₂ is in nature in its natural form...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Yes, of course.

A SRA. ANA TONI – ... I have always been, well, because, if not, we would not be living on this planet, we would not have the temperature that we have. The excess of CO₂ on the planet, due to industrial processes for centuries, has caused global warming.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – As for the burning of fossil fuels?

A SRA. ANA TONI – Certainly.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Then, finally, we cannot affirm that those who understand that the burning of fossil fuels is, therefore, the increase of CO₂ in the atmosphere affects the climate, warms the climate... Then, the increase of CO₂ ends up being, yes, a criminal element, from the point of view of the planetary climate, the increase of it, correct?

A SRA. ANA TONI – No, it is not criminal, because it is not illegal. On the contrary, people are in a transition...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Yes, I used here a force of expression, but, finally, the increase of CO₂ provoked by the burning of fossil fuels affects global warming?

A SRA. ANA TONI – Yes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É um fator preponderante?

A SRA. ANA TONI – Isso, pros limites da natureza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu já lhe fiz essa pergunta, mas vou... de forma talvez diferente... A senhora não acha que receber dinheiro desses países... Eu mencionei, agora há pouco. E quando eu afirmo que a preocupação financeira, de quem financia as ONGs, não é com o meio ambiente, eu dou um exemplo. Se a preocupação, meu Líder Jaques Wagner, fosse... De quem financia. Não estou dizendo que nesse meio não tenha N profissionais bem-intencionados, militantes, membros de ONGs... Estou dizendo que aqueles que financiam, eu afirmo que a minha convicção é de que a preocupação deles não é com o meio ambiente. Se assim fosse, os olhos não estariam voltados para a Amazônia, que joga quase nada de CO₂ no planeta; estariam voltados para a China, que joga um terço do CO₂ de toda a Terra na atmosfera. Mas a China ninguém tem coragem de enfrentar. A China não foi citada na semana do meio ambiente, em Nova York, um mercado de 1,5 milhão de pessoas, uma economia que só perde para a norte-americana. Acho isso também uma hipocrisia.

Vai ter a COP no Catar, eu queria ver se as ONGs vão ter coragem... O Catar vive de petróleo. Perdão, em Dubai. Perdão. Vai ter a COP em Dubai. Eu quero ver se esses mesmos movimentos terão coragem de exigir de Dubai que assuma compromissos. Gostaria... Falo, querendo ver se isso vai acontecer.

Mas, enfim, a senhora não acha, repito, que receber doações de países como a Inglaterra, como a Noruega, como a Alemanha, que está queimando carvão, como a Inglaterra, que agora autorizou o aumento das licenças para exploração de petróleo, do Joe Biden, norte-americano, que também fez a mesma coisa, não é uma hipocrisia?

A SRA. ANA TONI – Não. Eu agradeço de novo pela pergunta. O senhor mencionou a China, e eu acho importante lembrarmos que a China, muito mais do que o Brasil, muito mais do que a América Latina, vem recebendo tanto recursos filantrópicos quanto recursos de investimento privado para a transição para uma economia de baixo carbono, provavelmente mais do que qualquer outro país do mundo, dos países desenvolvidos – tanto a China quanto a Índia. Esses dois países, hoje em dia, são os que mais recebem recursos para a transição porque o problema tem a ver com energia e combustíveis fósseis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Algum economista chinês deve gostar muito desse dinheiro.

A SRA. ANA TONI – E eu estive recentemente na China e até me surpreendi: hoje em dia a eletrificação de ônibus e carros, na China, tem tomado um vulto em produção de energias renováveis,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eles têm, sim, um problema ainda muito grande de emissão de gases de efeito estufa, por causa de combustíveis e principalmente por causa do carvão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, vale a pena você reforçar aí a questão da Alemanha, que está se lixando, num momento desse não colabora em nada. E você falou dos financiadores. Tem alguma empresa a ver com energia, daquelas que você citou?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tem. Tem. Tem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu fiquei curioso. Como é que... Se é só energia solar, politicamente correta, ou se é aquelas que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Smart Energy Europe (smartEn) é uma entidade que se define como uma associação comercial europeia voltada a entregar soluções orientadas ao consumidor, para a transição para a energia limpa.

Bom, eu não vejo a pressão... Eu falei sobre pressão política internacional. Eu não vejo... A pressão que sofre o Brasil, eu não vejo a China sofrer. Ela não se dá... Ela não aceitaria jamais! Como o Canadá: no Canadá, esse ano, já mencionei a queima, que atingiu mais de 100 milhões de pessoas, cidades dos Estados Unidos foram atingidas pela fumaça, e eu não vi nenhuma liderança mundial ter o topete de mencionar a possível relativização do poder nacional do Canadá por não dar conta de conter os fogos, que são cíclicos lá dentro.

Mas, enfim, pra terminar, a CPI tem recebido inúmeros relatos de indígenas, não só aqui, mas estamos indo ver, descrevendo vidas absolutamente miseráveis. Inclusive o ISA, que é outro instituto que recebe vultuosas quantias externas e que, aliás, participou com membros seus – eu acho isso também uma relação promíscua –, membros do ISA participaram do novo levantamento do censo brasileiro, quer dizer... De R\$137 milhões recebidos pelo ISA, 80% são dinheiro externo. Você aceitar que uma entidade que recebe 80% de recursos externos participe da elaboração do levantamento de dados mais precioso que o país pode ter, que é o censo, o novo censo... E, não por coincidência, mudaram o questionário, quase que dobrou a população indígena; inclusive lá em Autazes, com 48%, com a proposta de criação de uma outra reserva em cima da nova mina de potássio que se descobriu, quer dizer... Quando o Canadá tem potássio e vende pro Brasil, o Brasil podia ter a sua própria fonte, não é? Mas agora tem novidades acontecendo.

Então, nós temos, paralelamente a isso, relatos, e a gente sabe como é que vivem. Então, a CPI tem recebido uns relatos de indígenas descrevendo vidas miseráveis e cheias de necessidades básicas; e, ao mesmo tempo, constatamos contas milionárias em ONGs. Esse contraste não a incomoda?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E termino com a última pergunta sobre isso: a senhora acha que manter o indígena na situação em que ele vive hoje, praticamente no período neolítico, em uma condição desumana, é protegê-lo em sua cultura?

A SRA. ANA TONI – Obrigada, Senador.

Primeiro, se eu puder comentar só sobre o que o senhor falou, o senhor deve ter visto lá em Nova York, como o senhor foi: falaram, na Cúpula do Clima, somente os países líderes, que estão liderando pelo exemplo. O Brasil foi convidado a liderar pelo exemplo, e nem China, nem Estados Unidos falaram nesta cúpula, porque nem foram convidados. Então, acho que o mundo começa a entender melhor quem está liderando pelo exemplo – é o caso do Brasil. Outros países, como China e Estados Unidos, não foram nem convidados pra esse momento – foi até um tema diplomático lá a se conversar.

Em relação aos indígenas, eu tenho um profundo respeito pela nossa população ancestral e acho que essa pergunta deve ser feita a eles: o que é que eles querem, como eles querem viver. E acho que nosso papel é apoiá-los com as políticas públicas necessárias, para que eles vivam e usufruam de suas vidas da melhor maneira possível.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com toda a cautela, mas com toda a firmeza, eu posso lhe garantir que, se todas as ONGs se comprometessem com o que a senhora acaba de falar, os indígenas diriam de uma língua só que eles querem ser, de fato, o dono da sua terra. Eles se sentem traídos. Eles se sentem enganados, pelo Brasil, porque a ideia da criação de terras indígenas era dar a terra ao dono originário, mas ele não é dono. Se ele quiser transformar 2% da sua reserva, da sua área indígena, em plantação, a ele vai acontecer o que aconteceu no Mato Grosso. Está cheio de multa, de processos na Justiça contra eles. Não dá 2% a área em que eles resolveram fazer lavoura, fazer agricultura. Se eles querem usar o subsolo, não podem.

Mas, quem sabe... E aí eu acho que é um ponto convergente que nós podemos ter com o Governo do Presidente Lula, quer dizer, dar ao índio, em querendo, o poder de utilizar seus recursos naturais, notadamente o que o Gilmar Mendes disse aqui no vídeo que o Plínio colocou no começo, dar a eles esse direito de utilizar os recursos naturais, notadamente aquilo que está embaixo do solo. Por que não? Qual a razão?

Eu até brincava com um colega que agora está no Tribunal de Contas da União, foi Governador de Minas e Senador conosco...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Anastasia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... Anastasia, eu pedi a ele uma assinatura num projeto, ele ficou com medo porque eu propunha o fim da reserva legal. Eu sei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não iria acontecer, mas queria provocar um debate pra mostrar como eu acho irracionais esses números, por que é 80, 30, 40, por que não é 39, 22? É chute, e no caso da Amazônia deu 80%. Mas eu estava pedindo a assinatura dele para outro projeto, ele pensou que era para esse e ficou com medo de assinar, porque essa é uma questão... Aí eu perguntei a ele qual era o problema, e ele, estudioso, grande Governador, mas não estava tão bem informado, disse que a Amazônia era o pulmão do mundo – a gente sabe que não é – e tal e que, portanto, não podia. Eu digo: "Mas é interessante, porque lá em Minas Gerais eu vou entrar com um projeto proibindo vocês de cavarem a terra, porque eu ando por Minas Gerais, vira e mexe, eu vejo aqueles buracos imensos que vocês fazem tirando minério". Aí ele arrepiou, já foi Governador, e disse: "Mas aquilo faz parte da economia mineira". Eu falei "Então, vocês podem; nós não podemos".

Então vou terminar, nossa convidada, dizendo que eu sei, imagino que a senhora está absolutamente convencida do seu papel, do papel do Ministério do Meio Ambiente, eu só acho desconcertante as ONGs receberem milhões de dólares de países que queimam combustíveis fósseis, que não fizeram o que nós já fizemos, então eles não têm o que cobrar da gente. Na minha opinião, eles teriam que pagar a dívida pra começar a conversar com o Brasil.

Nós aumentamos hoje a presença do narcotráfico na Amazônia... E aí eu já imagino qual seja a sua fala na pergunta final. O que me toca... Eu não estou preocupado, honestamente... Eu já fui produtor rural, vendi minha propriedade porque eu digo que, de fato, na Amazônia brasileira, antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal acabar com o marco temporal, o proprietário não manda na sua terra, ele não manda, qualquer coisa que ele vá fazer, mesmo nos 20% que ele teria de direito, ele tem que perguntar ao Estado se ele pode fazer. O regime que eu sei em que a pessoa está na terra e tem que perguntar ao Estado qualquer que seja a atividade que vai fazer, pra mim, é o regime comunista. Então ele não é dono. Aí eu resolvi vender a propriedade, que foi do meu pai e que foi minha, pra minha saúde. Mas o que me move não é a vontade de ter na Amazônia... O que não me entra e não entra, acho, nesta CPI... Eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, eu vi a Ministra Marina chegar ao poder no Acre com o Jorge Viana, Tião Viana. E numa coisa, Secretária, tipo assim, é como se você tivesse dois filhos – eu também tenho filhos, tenho quatro, por falta de um, tenho quatro, dois homens e duas meninas –, é como se os dois estivessem numa teima, "eu acho que a gente se desenvolve por aqui", e o outro filho, "não, acho que é por aqui", aí você criasse um muro, como foi o Muro de Berlim, e desse a oportunidade: "O.k., então, cada um de vocês vai fazer o que vocês acham que está correto e vamos ver o resultado no final". No caso do Muro de Berlim, nós vimos: a Alemanha Ocidental, décadas depois, milionária; a Alemanha Oriental, pobre, precisando ser incorporada, e a Alemanha Ocidental gastou muito para poder recuperar a Alemanha Oriental.

Qual é o paralelo? No Acre, esse conjunto de ideias, a ele foi dada a oportunidade. Muito antes de o Lula, hoje de novo nosso Presidente, chegar ao poder, Fernando Henrique Cardoso era parceiro do Clube de Roma.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro até hoje uma viagem internacional. Se eu não me engano, ele foi receber alguma coisa na universidade em Portugal. Ele fez questão de levar a Marina porque naquela semana... E ele foi acusado, inclusive, de ter segurado os dados porque naquela semana iam sair dados dizendo do aumento da queima na Amazônia, a derrubada e tal. Na época, ele foi acusado de ter segurado os dados para ele não ser confrontado com essa notícia indo lá em Portugal e tal, e levou a Marina.

Então, o grupo que chegou ao poder no Estado do Acre, estado que eu represento com muito orgulho, ele teve tudo o que pediu. Ele teve os três Senadores, o governo do estado, as prefeituras, a ONU, o Banco Mundial, o Bid, o Governo Federal. E 30 anos depois o Acre está mais pobre. O Acre hoje, a metade do Acre, assim como a Amazônia... O único estado que não tem a metade da população ou mais dependendo do Bolsa Família é o Estado de Rondônia.

Então, a indignação que me move, e esse é o assunto que mais me causa indignação... O atentado à democracia me causa indignação, a interferência de Poderes, mas esse é o número um porque, onde eu ando, eu não consigo deixar a Amazônia longe de mim. Depois de amanhã eu vou para o Acre, eu sei o que eu vou ver: é pobreza, é miséria.

E aí, nós vamos ficar quantas décadas mais discutindo uma fórmula que nunca chega. É como eu disse, hoje a Ministra Marina Silva, que já foi Ministra sete anos, nos oito primeiros anos do Governo do Presidente Lula, comandar o Acre... Que fórmula é essa que não melhorou a vida das pessoas que habitam a Amazônia?

Portanto, a senhora, que veio aqui como convidada, muito bem-vinda, muito obrigado pela sua presença, na sua opinião, vale a pena manter essa região imensa sem as condições mínimas de prosperidade? Porque, do jeito que está, eu vivo afirmando isso no meu estado, do jeito que está, nós estamos eternizando a pobreza na Amazônia – eternizando!

Vale a pena a gente se submeter a essa agenda internacional e pagar esse preço que nós estamos pagando, com 28 milhões de brasileiros absolutamente desassistidos? Essa é a última pergunta.

Mais uma vez, agradecendo a sua presença. Espero que em nenhum momento nenhum de nós tenha faltado com o respeito que a senhora merece.

A SRA. ANA TONI – Bom, muitíssimo obrigada. Agradeço pelo convite. É ótimo poder colaborar com o trabalho dos senhores.

Como eu disse na minha fala, nenhum país, estado, comunidade tem que estar enfrentando pobreza e combatendo as desigualdades. Essa escolha não existe. Temos que fazer ambas, por isso as condições não só mínimas, mas decentes de prosperidade têm que ser dadas para todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa agenda não é uma agenda, eu diria, internacional; é uma agenda global, é uma agenda de humanidade. Lutando contra as mudanças do clima e lutando contra a pobreza e a fome é a única maneira que a gente vai superar ambas essas lutas.

Agradeço imensamente pelas perguntas que me foram colocadas hoje. Obrigada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ainda tem perguntas.

A SRA. ANA TONI – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ainda tem minhas, tem do Styvenson, e o Senador Jaques Wagner quer participar.

Com a palavra, Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Senador Plínio Valério, cumprimentar o nosso Senador Bittar, que me disse que tinha algumas convergências, então, nós vamos buscar essas convergências daqui até o final, cumprimentar a Ana Toni, com quem já tive vários momentos de diálogo quando trabalhava no terceiro setor e agora como assessora da Ministra Marina.

Eu quis fazer este comentário, Marcio, só porque eu percebi que uma das suas perguntas mais contundentes, que eu entendo a motivação, é se era hipócrita ou não doar e receber de um produtor de petróleo doações que visam à questão do clima. Eu acho que todos nós, você muito bem também, todos nós – e eu digo sempre que bobo não passa nem na porta do Senado, senão não entra – temos um grau de informação, eu digo, medianamente bastante razoável. Todo mundo sabe que as brigas comerciais estão sempre por trás de tudo e, na minha opinião, não são só esses países, eu prefiro não citar nome, mas todos os produtores de refrigerante, de tudo que você quiser. Como há hoje um sentimento muito forte por algumas coisas que estão acontecendo com o clima... Ontem bateu, anteontem 41 graus no Rio de Janeiro, e por aí vai, eu não vou explicar as enchentes no Sul. Então, há esse apelo do mundo inteiro, do planeta, até porque a solidariedade ambiental é obrigatória, porque o cara faz alguma coisa errada lá, vem bater aqui; a gente faz errado aqui, vai bater lá.

Então, para mim, o que esses países produtores de petróleo, de uma certa forma, fazem é – eu não quero ofender, mas vamos dizer – limpar a face. Eu tenho um produto que em si é complicado, eu vou tentar melhorá-lo. E também, na outra parte, na área de responsabilidade social, eu vou tentar fazer programas que contribuam, vamos dizer, para essa questão da transição energética. Então, eu não diria que é hipócrita; para mim, é uma forma que qualquer marqueteiro sugeriria: "É melhor você contribuir".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou dizendo que alguns não o fazem por consciência. E também não vão abandonar o negócio prioritário deles, que é a vida da Noruega, com a renda *per capita* altíssima, um bem-estar social enorme, é óbvio que é advindo do petróleo como... A distribuição de renda nos países como Dubai, aí é totalmente diferente, porque é muito concentrado. A Noruega, como é uma democracia, todos nós sabemos que é... Então, eu acho... Não quero adjetivar ou subjetivar. Para mim, é uma coisa objetiva. O cara pega parte do dinheiro que ganha com o negócio que ele sabe que polui, e por isso está todo mundo... Mas vai levar pelo menos 50 anos a transição energética, se não levar mais, vai continuar existindo.

E a outra coisa que eu queria só concordar com você é que eu acho que os indígenas, na minha opinião, têm todo o direito de dizerem como querem viver, essa é a minha opinião. Eu acho que, se eles quiserem produzir em suas terras... Porque não foi decretada reserva, foi decretada terra indígena; se é terra indígena, é ocupação deles, mas não tem obrigatoriamente que a destinação ser única exclusivamente de preservação, eles podem ter uma atividade que combine.

Eu sou contra a dicotomia desenvolvimento e preservação. Eu acho que essas duas coisas podem andar juntas. Mas era só pra...

Como você insiste muito nesse tema da hipocrisia, na minha opinião, é isso que eu falei. Assim como a Coca-Cola, que todo mundo, mesmo quem bebe, quem não bebe, sabe que não é a melhor coisa do mundo pra beber, aí tem a Coca-Cola verde, a embalagem verde, eu não sei o quê verde – é o jeito de manter o seu produto em linha com essa questão mundial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu que agradeço a sua participação. E aproveito... Quando o senhor fala limpar a face dessas empresas, eu me apropriei da frase do Senador Esperidião Amin – falei pra ele que ia me apropriar, mas é a última vez que eu digo que foi ele que criou –: o problema desse pessoal, país desenvolvido, é que eles admitem a culpa deles e têm remorso, só que eles terceirizaram o remorso pra nós, na Amazônia. Eles dão dinheiro e falam: "Vou terceirizar; o remorso é nosso, mas eu dou dinheiro, vocês assumem a culpa", e jogam nos nossos ombros a responsabilidade de salvar o planeta. É exatamente a terceirização disso tudo.

E essa questão de terra, a gente luta com isso, Senador Wagner, exatamente o índio ter direito. Olha só como é que está sendo hoje. Presume-se que lá na área do potássio pode ser uma área indígena. Presume-se. Aí já começa a atuar como se fosse. Aí já vem liminar do Judiciário, já vem... E a CPI é exatamente pra abrir essa caixa preta.

Marcio, com sua permissão, porque todo convidado que vem fica à vontade e lê o que quer, e nós também dizemos o que queremos. Então, todo mundo aqui concorda que o índio tem direito, que tem que falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só essa cena que vai ser repetida aqui, que esses índios não têm o direito de ter uma estrada de 16km, que os livrariam, esses 16km os livrariam dessa humilhação e dessa indignidade. Vamos repetir – está bom? – o que já foi passado aqui. São os índios kuripakos do Alto Rio Negro tentando chegar: se for descendo a cachoeira, é em São Gabriel, se for subindo, é chegar à sua aldeia. Olha só o sofrimento e a indignidade.

Estão vendo isso aí? São os povos kuripakos atravessando uma das nove cachoeiras – uma das nove. Olha só. Olha a luta pra chegar. Está vendo a água correndo lá? É de um lado pro outro. Aí eles cortam a cachoeira, porque se for pela cachoeira vão ter problemas. E, simplesmente, o ISA lá dentro, esse tempo todo, não permitiu que se construísse uma estrada de 16km, porque impactaria o meio ambiente e não é costume dos índios. Costume dos índios é sofrer. Costume dos índios, pra essa gente, é sofrer, é ter uma vida indigna, de necessidade, de miséria. Está aí. É isso aí. Por isso, senhora, que foi criada essa CPI, pra mostrar isso aí que o Brasil não conhece. Por isso que a gente está repetindo.

Esses sujeitos, esses caras aí, são índios kuripakos, que vão atravessar nove cachoeiras. Marcio, levaram 14 dias pra chegar à nossa CPI. Eles levaram 14 dias pra chegar à CPI lá em Pari-Cachoeira, pra reclamar, pra dizer que não querem tutela, pra dizer que querem o ISA fora, que não querem ONG no território deles, que têm o direito ao que está na Constituição. Se isso aí for vida, for dignidade, eu mudo tudo o que penso em relação...

Então, é muito bonito vir aqui, ler, dizer no papel e responder: é um direito. Nós não vamos lhe contestar, é um direito. Nós vamos apontar essas coisas na CPI.

Eu mostro isso mais uma vez e com indignidade. Graças a Deus, eu estou Senador da República pra poder fazer esse tipo de coisa, porque, como cidadão, essa hora, eu estaria, vou te contar...

Desculpa, mas a senhora tem a resposta. Depois nós vamos ao Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só pra, uma questão de... Eu não quero deixar, perder essa oportunidade, não.

Quando eu digo que eu sonho com convergência, é porque eu sonho mesmo.

E eu fico muito feliz de lhe ouvir, mas muito, porque eu acho que é o mínimo, e isso já resolve muito da miséria da Amazônia. Não é possível permitir que isso continue. Eles têm que ter o direito, requerendo, de tirar do subsolo. Vão abrir o quê, um hectare na superfície? E vão resolver economicamente? São minérios que aí, sim, o mundo precisa, o Brasil precisa, e tal. Então, eu acho que esse é um ponto de convergência.

E outro, Jaques Wagner, é o seguinte: o Governo estabelece políticas públicas, ele a ganha eleição, Presidente da República, Governadores e tal. Duas ONGs, uma ONG ou um partido político entra no Ministério Público e para a obra. Então, há que se chegar a um limite disso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Há que se propor alguma legislação que não acabe com o poder, mas que o limite, porque você ganha uma eleição no município ou no Governo do estado e, no caso da Amazônia, principalmente, no Governo Federal... se você liberta os índios e libera o subsolo para o que eles quiserem, você tem que fazer estrada, porque como é que você vai chegar à sede? Aí você vai fazer estrada e não pode, alguma ONG entra na Justiça e o Ministério Público manda parar.

Então, colocar um freio de arrumação nisso também pode ser outra convergência. Se nós convergirmos nessas duas e dermos mais transparência aos recursos que vêm de fora no Brasil, eu já estarei muito feliz.

Então, gostei muito de ouvi-lo. Eu acho que essa é uma questão... porque é o Líder do Governo, claro que neste momento eu estou entendendo que o Líder não está falando como o Líder do Governo, mas é um Senador da República superimportante, foi Ministro, foi Governador, Senador da República, enfim. Você está na alta cúpula, fico muito feliz de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É claro que eu permito, até porque é bom ouvi-lo sempre, Senador.

O SR. JQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, é só para fazer um comentário.

Primeiro que, segunda convergência: eu abomino paralisação de obra, porque eu fui Governador. E vou dar um exemplo muito claro: um sonho nosso de infraestrutura logística foi a Ferrovia Oeste-Leste, pensada por Dom Pedro.

Eu propus ao Presidente, começamos o traçado, fizemos todo o estudo, etc. e tal. Fizemos a licitação de sete lotes, aí, por determinação do Ministério, que era o do transporte, cada lote tinha que ter o seu fabrico de dormentes, para o lançamento do trilho do... eu prefiro nem citar o órgão.

Aí, um órgão daqui de Brasília disse: "não, mas se fizesse o fabrico de dormentes concentrado, daria muito mais economicidade à obra", porque o volume de dormentes era maior. Paralisa-se a obra.

A obra ficou parada quatro meses, cinco meses. Depois de muitos estudos, o gênio descobriu, como a extensão da ferrovia era de mil e tantos quilômetros, que se o produzisse centralizado, o custo de logística para levar o dormente para outro lugar ficava mais caro do que o outro negócio.

Resumo da ópera: volta-se à obra. Quem paga quatro meses de paralisação das empresas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu não quero falar adjetivo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o cidadão que está fazendo a obra daqui a pouco vai ser acusado de que fez um... como é que se chama aquilo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Um aditivo, que deve ter sido algum trambique que ele fez. Não, o trambique foi o cidadão que mandou parar, sem ter a menor razão.

Então, eu acho um crime, e nós temos esse problema aqui. Os órgãos de fiscalização não pagam nada por suspeitar. Esse é um problema. Suspeita-se que está tudo errado, para-se tudo. "Ah não, não tinha nada errado." Sim, cara pálida, já que nós estamos aqui na... Como é que é agora? Quem é que paga o "preju"?

Então, eu concordo. O Ministério Público foi criado, é um bem da democracia. Agora, se não limitar...

Eu conheço muito Prefeito declinando de ser Prefeito, porque chega lá o cara e diz: "Não, eu não acho que o mais importante aqui é fazer a praça; tem que fazer não sei o quê, não sei o que lá". Eu digo: poxa, eleja-se e venha fazer.

Então, nós temos exageros. Então, já lhe ofereço a segunda convergência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaques. É sempre bom, sempre bom ouvi-lo.

E olha só o outro lado, quando não querem atrapalhar, quando querem fazer: na questão da terra Ituna-Itatá, lá no Estado do Pará, os que defendem a demarcação daquela área, Marcio, os que defendem a questão da demarcação, Styvenson, lá da terra Ituna-Itatá, querem, porque, olha só, olha só o que uma antropóloga alega para reforçar o seu pedido de demarcação de uma terra, expulsando pequenos agricultores...

A Polícia Federal esteve lá com o Ibama, com metralhadora e com helicóptero. Entre os achados, está um testilho de cerâmica utilizado para beber água, reconhecido por indígenas assurinis como possível obra de grupos isolados. Há indicativos, Styvenson, olha só, de que o seu uso é recente.

Um casco de jabuti, alimento comum dos indígenas, também foi encontrado pelos expedicionários, que estimaram que a carne havia sido consumida há aproximadamente três meses, o que reforçou a impressão de que há habitantes no local. Sobrevoaram, não viram um só habitante indígena isolado nessa região. Aí encontram um casco de jabuti, que pode ter sido por um ribeirinho, pescador ou ... Olha o ridículo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eles fazem isso porque nos tratam como imbecis. Tratam-nos como imbecis, porque esse pessoal de ONG, esse pessoal que é guindado de ONG a cargo, nos trata como imbecis, como colonizados. Eles fazem o que a colônia manda, porque quem manda é quem tem dinheiro. E quem aceita dinheiro não tem outra opção a não ser aceitar ou dizer "não".

E o Brasil, através das ONGs, tem dito "sim" ao dinheiro estrangeiro. Daí essas coisas aqui para servir de demarcação de terra, um casco de jabuti. Lá no potássio, foi um caco de cerâmica.

Mas eles fazem isso sozinhos? Claro que não. Eles têm, mancomunados com eles, o Ministério Público Federal.

Sra Ana, como eu disse, nada a ver com a senhora. Fique à vontade.

E, em seguida, o Senador Styvenson vai lhe perguntar alguma coisa. *(Pausa.)*

Pode então, não é?

Já pode então, Senador Styvenson

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Secretária, obrigado. Obrigado por a senhora ter aceitado esse convite.

Eu não estava aqui desde o início, por motivos, claro, parlamentares. As pessoas buscam, procuram, estão em agenda. E lamento, Plínio, não estar desde o início, porque teria algumas perguntas dentro da fala. Não sei se a D. Ana Toni...

Quando... Eu vou perguntar à Sra. Ana Toni, não como Secretária de Mudança Climática, mas como diretora-executiva, de uma instituição, uma ONG, na qual teria um trabalho dentro da Amazônia.

A senhora ocupou esse cargo por um período – não sei qual. Não sei se a senhora disse, mas, se disse, se pudesse repetir, de forma objetiva... –, e, durante esse momento em que a senhora ocupou, dentro das atividades... E eu fico curioso para saber das atividades das ONGs. Eu acho que é o que todo brasileiro fica curioso também, porque ele quer saber também até o que um Senador faz. Se a gente não mostrar o que está fazendo, realmente as pessoas ficam com dúvida. E eu li que as atividades programáticas, as atividades sociais, os projetos sociais faziam parte dessa programação.

Eu queria que a senhora detalhasse para mim essas atividades programáticas, de forma precisa, de forma clara, e as atividades sociais e os projetos sociais.

Esse recurso que é angariado entre países, embaixadas estrangeiras, países estrangeiros, como já foi dito aqui, empresas... Ele fomentam, eles pagam para isso. Então, eu já ouvi várias pessoas aí na situação em que a senhora está. Eles apresentam um projeto... Eu não sei... Aí eu peço desculpa, de novo, por não ter chegado a tempo de saber o que é que a senhora prestava de serviço, o que a senhora fazia, o que a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONG fazia, o que intermediava, de forma clara... Eu prometo à senhora que vou entender o que a senhora me disser.

Primeiro, o período em que a senhora passou durante a diretoria executiva e a programação, essas atividades que a ONG fazia dentro da atividade social, dentro do projeto social... Como é que atuava? Quanto de recurso gastava dessa obtenção?

E uma pergunta que todos nós fazemos aqui: como é que vocês comprovam os gastos disso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Senador, obrigada pela pergunta.

Debatemos um pouco isso, mas faço questão de também responder.

Eu estou respondendo agora, estou como Secretária Nacional de Mudanças do Clima. Estive como Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade de março de 2015 até fevereiro de 2023. Então, não estou mais, não posso responder pelo Instituto Clima e Sociedade. Posso responder a partir do que foi minha experiência durante este período no Instituto Clima e Sociedade.

O Instituto Clima e Sociedade nasceu em 2015, no bojo do Acordo de Paris, com o objetivo de apoiar projetos que ajudassem o Brasil, a sua economia e a população brasileira na implementação do Acordo de Paris tanto nos temas de mitigação de gases de efeito estufa quanto na adaptação da população aos efeitos da mudança do clima.

Nesse sentido, eu era CLT, eu era uma empregada. O Instituto Clima e Sociedade foi fundado, é uma associação sem fins lucrativos e, como é de direito em uma associação sem fundadores membros, determinados por um estatuto específico que nos colocava os temas, e o tema do Instituto Clima e Sociedade é o combate às mudanças do clima.

Nesse sentido, a gente financiava projetos que combatiam as mudanças do clima. Por exemplo, na área de resíduos sólidos, que foi o primeiro portfólio, a primeira área em que atuamos. Também atuávamos na área de transporte, principalmente na eletrificação de ônibus, trabalhando junto com os municípios.

Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para não perder o raciocínio, porque a senhora falou agora. Aí acho que vai esclarecendo melhor.

A senhora disse que se criava uma temática e, dentro da temática, financiava-se. A temática era criada. A temática era criada pelo próprio instituto ou era criada por um outro instituto e a senhora financiava? Como é que funcionava isso aí? A senhora criava um tema – cria-se um tema –, e parece que o instituto da senhora financiava o mesmo tema ou financiava outras ONGs que participavam desse tema? Só para entender.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA TONI – Não... Certamente...

O instituto não era meu, porque um instituto sem fins lucrativos é uma associação de membros na qual eu não faço mais parte, só porque as associações têm os seus próprios membros. Mas a gente, através...

Somos todos conhecedores do tema de mudanças do clima. Sabíamos de onde vinham os gases de efeito estufa do Brasil e, a partir de um planejamento estratégico do próprio Instituto Clima e Sociedade, delimitávamos quais seriam as áreas e os temas nos quais a gente achava que era importante o Instituto Clima e Sociedade trabalhar.

A partir disso, nós captávamos recursos para financiar projetos e procurávamos parceiros que poderiam implementar esses projetos nas áreas específicas delineadas no planejamento estratégico. Era assim que funcionava.

Então, como eu estava dizendo para o senhor, começamos com o tema de resíduos sólidos, passamos para o tema de transporte, que foi o segundo tema trabalhado pelo Instituto Clima e Sociedade, depois o tema de energia – energias renováveis foi o tema sobre o qual nos debruçamos –, passamos depois para a agricultura de baixo carbono, e somente começamos a trabalhar o tema de mudanças de uso da terra a partir de 2019.

Então, foi um instituto que começou pequeno, escolhendo temas específicos e, a partir disso, foi adensando os setores nos quais a gente trabalhava.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, dentro desse rol de estudos ou senão de pesquisas, que a senhora disse, onde entram a atividade social, os projetos sociais? Porque todos englobavam ali transporte, todos envolviam ser humano, pessoas, o Amazonas mesmo, o índio... Como é que era feito? É porque eu fiquei curioso na semana passada, Marcio, porque você não estava aqui, que muitos cursos, muitas atividades são elaboradas para a formação de profissionais dentro da área, já que eles atuam na... Funcionários públicos. Então, eles recebem esse curso das ONGs.

Então, eu queria saber o conteúdo disso aí e o que seria essa questão da atividade social, do projeto social, porque parece que me soa uma doutrinação por parte das ONGs dos próprios funcionários públicos. Eu chamo o funcionário do Senado, pago por uma instituição fora do Senado, para instruí-lo a induzir o Senador a pensar. Não seria uma coisa semelhante? Eu queria entender isso aí, porque onde está essa atividade social, projeto social, essa atividade que vocês exercem dentro da formação daquele funcionário público?

A SRA. ANA TONI – A atividade social, como eu falei, é a atividade relacionada às mudanças do clima. Talvez, se eu der algum exemplo, talvez fique um pouco mais concreto, porque fica mais palpável. Então, vou dar um exemplo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Instituto Clima e Sociedade ajudou a formar uma rede, que se chamava Rede Kigali. Essa rede trabalhou com a sociedade civil, apoiando organizações de pesquisa e de capacitação, desde 2019, para que o Governo brasileiro ratificasse – e foi ratificado por esta Casa – a chamada Emenda Kigali, que reduz o uso de gases causadores do efeito estufa. São gases causadores por equipamentos de refrigeração, ar-condicionado e refrigeradores em geral.

Para o setor público, com a ratificação que teve aqui pelo Senado, a indústria brasileira passou a ter acesso a um valor estimado de US\$100 milhões para um fundo perdido, que é o Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, destinado às fábricas, geração de emprego e capacitação de mão de obra para produzir agora ar-condicionado e refrigeradores sem os gases de efeito estufa.

Por outro lado, o próprio consumidor brasileiro, segundo alguns estudos, mostrou que essa tecnologia mais limpa, menos poluidora, aumentava a eficiência energética desses eletrodomésticos e uma economia de R\$57 bilhões em 12 anos.

Para o Governo, a economia de energia pode evitar a necessidade de se investir 4,5 gigatoneladas de novas usinas. Nesse sentido, a questão climática, que era o tema social, que é o tema social do Instituto Clima e Sociedade... Ele trabalha não só com pessoas, mas principalmente com empresas, com tecnologia de baixo carbono, para a descarbonização de processos, seja industriais... Por isso trouxe o exemplo também dos ônibus elétricos, que são ônibus elétricos... Eletrificação de ônibus ajuda não só, obviamente, na poluição, mas também na saúde da população nas cidades.

Então, é esse tipo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vocês atuaram nesse trabalho?

A SRA. ANA TONI – Sim, trabalhamos com municípios...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Na Amazônia?

A SRA. ANA TONI – Não na Amazônia.

Em termos do Instituto Clima e Sociedade, a maioria do seu trabalho era em nível nacional. Em termos de Amazônia, era relativamente pequeno, comparado com todos os outros projetos que a gente apoiava. O Instituto Clima e Sociedade apoiava projetos no Rio Grande do Sul, em São Paulo, Minas Gerais, em todos os estados do Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o...

Apoia em todo o Brasil, mas a maior parte, a porcentagem maior é na Amazônia?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA TONI – Eu não tenho os dados aqui comigo, mas certamente não. A maior parte é no resto do Brasil, porque a maior parte da poluição, principalmente industrial, está fora da Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi, então, de forma... Esclareceu, mas acho que a dúvida ficou pertinente das vozes passadas que estão na minha cabeça ainda.

Sra. Ana Toni, desde 2015 a 2023, assumindo hoje pela primeira vez um cargo público, um cargo de... Acho que foi de mérito da senhora. Nunca tinha assumido um outro antes. Trabalhou bastante tempo dentro do ICS.

A senhora é filiada a algum partido?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nenhum partido político?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora tem atividade política?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora patrocinou...

A SRA. ANA TONI – Política partidária eu nunca tive.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora patrocinou algum político em campanha?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não?

A SRA. ANA TONI – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora conseguiu essa secretaria de mudanças climáticas pelo mérito.

A SRA. ANA TONI – Pelo mérito de 31 anos de trabalho nessa área.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora nunca fez doação nenhuma para nenhum político nem campanha?

A SRA. ANA TONI – Não, não fiz e... Ah, pessoalmente, como pessoa física...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como pessoa...

A SRA. ANA TONI – ... como pessoa física...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como pessoa, durante 2015, 2023, a senhora atuou de forma específica politicamente...

A SRA. ANA TONI – Fiz, fiz...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... ou de forma individual...

A SRA. ANA TONI – Fiz doação para dois candidatos. Ambos perderam, aliás, ambos perderam no Estado do Rio de Janeiro, onde eu residi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Foi de direita ou de esquerda? (*Pausa.*)

De direita, não é? Perderam... (*Risos.*)

A SRA. ANA TONI – Ambos perderam. Acho que não é relevante, mas ambos perderam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom, eu só peço desculpas, Plínio, porque não estive aqui desde o início, porque senão teria ouvido com mais detalhe toda a fala da Sra. Toni. Eu creio que, por não ter ouvido, não tenho mais elaboração de perguntas, porque até o conteúdo que me foi dado acho que já foi explorado aqui pelo Senador Marcio Bittar quando eu cheguei e o ouvi.

Agora, aqui eu fico com essa dúvida, não sei se a ONG iCS e outras anteriores que passaram por aqui... Fiquei com essa dúvida, Marcio, de que cursos são esses, de que especialidades são essas que passam para funcionários públicos. E me surge na cabeça justamente isto: os meus assessorados fazem um curso fora e depois retornam para me influenciar com as suas ideias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta final é se a senhora consegue manter uma postura imparcial, mesmo com todo o conhecimento de 31 anos? Por isso que eu perguntei se a senhora era partidária, se a senhora tinha algum apoio político ou não. Para chegar ao cargo que chegou, ou é competência ou é indicação. Ou podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. Porque manter a independência, a impessoalidade em um cargo hoje de secretaria de Governo Federal, para atuar de forma imparcial, parece ser a coisa mais complexa que tem hoje dentro dos órgãos públicos.

A pergunta que eu lhe fiz, anterior, logo no início, sobre os seus rendimentos... Eu não sou da Receita Federal, não trabalho com isso, mas a pergunta foi: em governos passados, a gente via gente muito bem-sucedida, Marcio Bittar, na área empresarial, na área de investimento, eram pessoas que davam ali *cases* de sucesso, que ganhavam bilhões de reais, que passaram para o público para ganhar um salário, em comparação com o que tinham, pífio. Ou é muito altruísmo, ou é muito querer ajudar a pátria, ou fica aquela dúvida de até onde é o interesse individual em levar mais para o interesse que você tem naquilo ali. A pergunta que eu lhe fiz anteriormente sobre os rendimentos foi porque foi surgido aqui durante as conversas, Marcio, que as pessoas abandonam o setor público para ir para a iniciativa privada porque é rentável, quer dizer, buscavam ou não melhores salários.

Eu fico só nessa dúvida, porque em governos anteriores tinham pessoas com gabaritos, com currículos extensos, bem-sucedidas, e deixavam a vida privada e iam para o público. Eles vieram da vida privada. Agora eu pego a senhora que, de 2015 a 2023, passou pela diretoria de um instituto, de uma ONG, e passa para o público. E a senhora parece ter uma carreira bem-sucedida, de forma individual. Então ficam essas as nossas dúvidas, as nossas curiosidades, por isso que nós perguntamos tanto. Eu não posso perguntar mais porque eu não assisti a toda a Comissão, mas essa é a minha dúvida que tenho, e foi por isso que eu perguntei.

A senhora vai fazer mais agora pelo Governo, com a burocracia, com falta de recurso, com toda a dificuldade, com os vencimentos menores? Ou a senhora teria chance de fazer muito mais quando estava nas ONGs, com 183 milhões, 184 milhões? A senhora tem mais recurso que a Embrapa todinha, por ano. A sua ONG tem mais recurso do que uma empresa como a Embrapa, que atinge o Brasil todo. Então uma ONG só hoje tem mais recurso que uma empresa pública. Então essa era a minha curiosidade, se a senhora pode fazer mais ou não, agora, pelo setor público?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, enquanto o senhor foi atender os prefeitos, o Senador Marcio fez essa pergunta, porque todos os que passam aqui, o que dizem, quando justificam alguma coisa, é que não podem segurar seus técnicos na ONG, porque o salário não compensa.

A nossa convidada teve a consideração de dizer – não foi na transparência – que o salário dela é de R\$18 mil no Ministério. Então, a gente há de supor que ela ganhava menos na ONG. E não é o que a gente sabe. Lá o salário varia entre R\$60 mil e R\$100 mil. Mas é um direito de todos os que aqui vêm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não revelar os números, mas essa dúvida foi colocada e, certamente, foi levantada pelo Senador Marcio, que vai colocar no relatório esse tipo de discrepância e uma ideia também de que essas pessoas possam cumprir uma espécie de quarentena, para não seguir aquele exemplo que a gente tem lá, do Instituto IPÊ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Da mesma forma que os ministros da iniciativa privada têm quarentena para retornar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Isso. Muitos casos nós temos aqui, Sra. Ana – há muitos casos aqui –, num relatório confidencial, de que as pessoas saem da ONG e vão prestar serviço terceirizado para a própria ONG em seguida. Então, é por isso que ele falou nessa coisa de promiscuidade – o Marcio falou.

Então, já tem essa preocupação do senhor. E, mais uma vez, Senador Styvenson, agradeço a sua participação, que é sempre bem-vinda e sempre de forma inteligente.

Antes que a senhora...

Alguma pergunta, Marcio, a mais?

Antes que a senhora faça sua despedida, eu queria que a senhora matasse uma curiosidade minha. A senhora foi da Fundação Ford, por alguns anos, de 2003 a 2011. Eu procurei saber e não consegui ver a veracidade disso, de que o Presidente da Fundação Ford visitou o Brasil, Darren Walker – não sei se é "Darren" Walker –, semana passada. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Não. Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Foi noticiado que ele esteve no Brasil, e a gente achou estranho porque não foi divulgada nenhuma agenda dele. Veja bem, é o cara que manda o dinheiro da Fundação Ford, que é quem mais dá dinheiro para as ONG do Brasil. Ninguém soube que ele esteve aqui, ninguém soube o que ele veio fazer, mas, se ele veio, na realidade, é um bom sinal. E aí é uma opinião minha, porque eu acho que ele veio puxar a orelha do pessoal que permitiu a instalação da CPI. Mas é uma opinião minha. Isso aí não tem nada a ver com o seu depoimento.

A outra, que é a pergunta final que nós sempre fazemos: quantos anos já existe de criação do Instituto de que a senhora participou até outro dia, do Instituto Clima? Quantos anos?

A SRA. ANA TONI – Ele iniciou, como eu mencionei, em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De 2015, para... Estamos em 2023. Oito anos já.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem ideia de quanto foi arrecadado, ou melhor, conquistado? – porque vocês não arrecadam, vocês conquistam o financiamento, porque tem lá fora, e vocês têm a capacidade que nós não temos, que o índio não tem, que eu não tenho, para ajudar as pessoas. A senhora tem ideia de quanto foi conquistado nesse tempo?

A SRA. ANA TONI – Como os dados são transparentes, estão ali no *site* do Instituto Clima e Sociedade, para poder responder. Os dados que eu tenho: em 2015, foram arrecadados R\$10 milhões; em 2016, 13; em 2017, 12; em 2018, 23; em 2019, R\$30 milhões; em 2020, pelas auditorias também, 74...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Setenta e quatro?

A SRA. ANA TONI – Setenta e quatro. Em 2021, 96 milhões; e, em 2022, R\$100 milhões. Os dados são transparentes, foram todos auditados, seja pela KPMG, pela Ernst & Young ou pela BDO. Eles devem estar no *site* do Instituto Clima e Sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, durante esse tempo foram conquistados R\$358 milhões – se eu erre aqui, a minha nota em matemática era só para passar – R\$358 milhões em oito anos.

E ela falou que fizeram algumas assistências de painel elétrico e tal, e a gente não tem o nome das localidades; nós vamos procurar saber.

Seja qual for o trabalho apresentado, me desculpe, mas por R\$358 milhões é pouca coisa. E é isso que a gente vai constar no nosso relatório. Eu vou pedir ao Senador Marcio. Nós estamos falando, Senador Styvenson, de R\$358 milhões para fazer estudos, para dizer que a seca vai ser maior, que a seca vai ser pior, que a enchente vai ser maior e que o Brasil é o responsável, que a Amazônia, que nós estamos queimando a Amazônia e que nós somos responsáveis pela desgraça do mundo inteiro e responsáveis para salvar o planeta. E essa é a culpa que nós não temos, essa é a nódoa que nós não carregamos, esse é o pecado que nós não cometemos. Nós não somos responsáveis para salvar o mundo. Nesse filme, vilões são eles, que financiam essas ONGs.

Com a palavra o Senador Styvenson, para a gente então encerrar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Quando eu citei recursos de empresas públicas, autarquias, e que eles geram estudos – nada contra o estudo que as organizações não governamentais produzem –, estudos como eu citei de uma empresa brasileira, a Embrapa, o estudo é aplicado: ele vai lá, ele dá resultado, é contra uma praga, é para melhorar a produção, é para desenvolver uma produção dentro de uma região. A gente consegue enxergar o estudo. O estudo está sendo aplicado em tal lugar. A diferença é que até agora eu não vi o resultado desse estudo. Eu acho que a diferença está aqui. A diferença está em: paga-se pelo estudo... Eu vou pagar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

por um estudo. Qual é o estudo? Eu vou pagar por uma pesquisa. Pesquisa é um estudo. Eu, político, vou pagar por uma pesquisa. Eu quero o resultado da pesquisa para quê? Para eu trabalhar sobre a pesquisa, sobre aquilo. Qual é o resultado justamente desse tipo de estudo, de palestra, de conhecimento que é divulgado, que talvez a gente não consiga estar mensurando aqui até agora? A gente precisa, Secretária – agora, como Secretária –, mensurar isso aí.

Eu creio que uma embaixada inglesa, embaixada norueguesa, embaixada de onde for, que gasta dinheiro público de outro país, queria saber. Ou ele não pede o resultado?

Você me diz aí o resultado prático. Eu quero o resultado prático. Eu dei um exemplo aqui. Qual é o resultado prático? A Embrapa faz o estudo, aí vai lá e melhora a qualidade do açaí, melhora a qualidade da alface, melhora a produção com o recurso que tem. É essa a dúvida que eu trouxe aqui, porque é um orçamento realmente conquistado por vocês, com seus projetos. Não sei até onde vai o mérito, mas conquistou, conseguiram. Agora, como é que a gente justifica todo esse estudo na aplicação mesmo? Porque eu não vejo melhorar. Por isso que eu perguntei do social. Vocês ajudam o social? Você ajuda a vida lá da pessoa mesmo? Porque o que interessa é o ser humano. É o ser humano que está realmente vivendo. Se não tivesse o ser humano, a gente não estaria nem aqui discutindo a preservação da Amazônia ou, se não, de qualquer outro ecossistema. Eu acho que é essa a dúvida que eu tenho, que qualquer Senador tem e que quem está assistindo também tem. O estudo produzido, ele é aplicado como estudos que a gente enxerga dentro do ministério, dentro das empresas. Eu citei aqui dois exemplos. A gente paga estudos e quer ver o resultado, quer ver a aplicação dele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sra. Ana Toni, agradeço-lhe. A senhora vai se despedir.

E é aquilo que a gente lhe falou: a senhora veio aqui, não é ré, não se sinta, em nenhum minuto, como tal. Isto aqui não é um tribunal do júri, vou repetir. Isto aqui não é inquisição. A senhora foi convidada e colaborou muito, sim.

As nossas dúvidas serão colocadas no relatório.

Muito obrigado.

A senhora, com a palavra, para despedida.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer as perguntas dos Deputados.

Quero reafirmar que, desde sempre, na minha profissão como um todo, sempre tive um olhar atento para o tema de governança, para o monitoramento, a avaliação dos projetos nos quais eu me envolvi.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esse é um tema em que a sociedade civil, assim como os governos, assim como os setores privados, também tem um olhar atento à governança. A efetividade dos projetos que são financiados, privada ou publicamente, é fundamental, a benefício da população.

Espero que eu tenha respondido a todas as perguntas a contento.

Estes 31 anos de trabalho com o tema de mudanças do clima, como eu mencionei, na minha fala de abertura, sempre foram pautados pelo desenvolvimento sustentável no tripé econômico, social e ambiental. Tenho isso, assim, muito próximo. Exerço esta função agora, como Secretária Nacional de Mudança do Clima, com muita honra e com muita responsabilidade tanto com os recursos públicos, mas, principalmente, com a população brasileira.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós agradecemos a sua presença.

Muito obrigado.

A SRA. ANA TONI – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Temos aqui, Styvenson, Marcio, requerimentos para aprovar.

Eu queria ler, para os brasileiros, para as brasileiras, para os senhores e para as senhoras que nos veem, para os que aqui estão, uma carta que foi enviada: "Manifestação dos povos indígenas da comunidade de Ucuqui Cachoeira – Alto Ayari/Waranã, terra indígena em Alto Rio Negro Amazonas".

São etnias que não foram ao nosso encontro da CPI em Pari-Cachoeira. Eles não puderam chegar a Pari-Cachoeira e nos mandaram uma carta.

Por que eu peço a paciência de vocês para ler? Porque a Funai, o pessoal do Governo costuma dizer que os índios não querem a nossa presença. Disseram no começo, acabaram com isso. Mas a gente sempre reitera aqui.

Eles estão mandando esta carta. Tem duas páginas de assinaturas de indígenas, que assinaram aqui.

Esta é uma outra carta. Não é aquela que a Funai queria, e nós não mandamos e nem vamos mandar para a Funai, pelo simples motivo de que eles vão perseguir os que aqui estão.

D. Ana, se a senhora quiser sair, fique à vontade, está bom?

A SRA. ANA TONI (*Fora do microfone.*) – Vou só me despedir. Fico à disposição do senhor no que precisar da secretaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado.

Nós não vamos também mandar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – A gente vai manter em segredo essa lista?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é nem segredo. É porque eles vão perseguir. Eles vão perseguir, pode ter certeza disso. Eu não tenho a menor, a menor... Não tenho a menor dúvida.

E, daqui para adiante, o Colegiado manda aqui na CPI. Mas eu, como Presidente, não vou dar a menor bola para a Funai; pelo contrário. Nós temos requerimento aqui que fala de Funai, que a gente tem que marcar a vinda deles aqui.

Então, eu peço paciência e leio, é na linguagem deles. E vocês podem não acreditar, mas eu vou ler agora. Eu não li a carta. Eu mandei imprimir sem ler. Peço paciência para que a gente leia – são três folhas.

Nós, moradores desta comunidade, a mais longínqua da região do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, [...] [a logística, leva] 7 dias para chegar este município [...] [estou lendo como eles mandaram] com um motor rabeta 5hp [caso tiver combustível], pertencemos parte do Movimento Indígena do alto rio negro.

Vimos através do presente, por livre e espontânea vontade e conscientes do que realmente queremos, nos dirigimos [a nós mesmos aqui] a Vossas Excelências para externar total irrestrito apoio à CPI das ONGs.

A comissão parlamentar de inquérito possibilitará segurança jurídica tanto para os indígenas do alto rio negro e quantos os outros Amazônidas que desejam trabalhar e produzir em terras que constitucionalmente são do nosso usufruto exclusivo, acreditamos que não somos SEM TERRA.

Cabe ao mesmo tempo destacar, que o objetivo da CPI das ONGs é abrir a "caixa-preta" ligada ao financiamento delas e não "demonizar" [pegaram aqui termos nossos, "caixa-preta" e "demonizar"] essas organizações não governamentais.

Renovamos a esperança de que com o resultado da CPI, teremos liberdade de desenvolvimento econômico real e social a nossa comunidade e para o país, possibilitando assim, o exercício da soberania nacional nas mais diversas vertentes, especialmente em relação aquelas obras caracterizadas como interesse regional e nacional.

[E aqui... Ah, mas aqui é interessante sim.]





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, registramos que nossa comunidade desde sua fundação em 1974, até presente momento, jamais [...] [recebeu] benefícios concretos dos projetos advindo das ONGs ISA [...] e FOIRN (Federação das organizações do Rio Negro) de São Gabriel da Cachoeira, por isso não aceitamos que publiquem nossas imagens, menos nossa [mesmo nossa] CASA “MALOCA”, pois não queremos ser subordinados a essa ONG ISA, e também que fique claro que não autorizamos nenhum dos envolvidos com as ongs a publicar sobre nossos trabalhos, [cultura] nosso cotidiano dentro da nossa comunidade.

É importante lembrar também que o ISA e OIBI [Organização Indígena da Bacia do Içana] pediram para construirmos uma “casa de pimenta – fábrica”, [porém] sem o povo receber recurso, fomos informados que não tinha dinheiro do projeto, que a partir dessa casa teríamos o “BEM VIVER, BEM ESTAR” [...].

E aqui eles elencam que estão enganando eles com aquela história da pimenta baniwa, que eles não estão lucrando nada.

Aliás, eu tenho investigado, em São Gabriel da Cachoeira, com os amigos que tenho, até agora não encontramos nenhuma comunidade que fornece pimenta. E eles já têm a cerveja, na Irlanda, eles têm a pimenta por aí.

Vou pular um parágrafo.

Fundamental relatar que nunca foi esclarecido para o povo dessa comunidade que existe venda de cerveja Baniwa Chilli, na Irlanda. Publicado na quinta-feira, dia 5 de abril de 2018, no *site* do ISA, com a fama de “Baniwa Chilli, a primeira cerveja com Pimenta Baniwa,” é lançada oficialmente na Irlanda pela Alltech Craft Bews & Food Fair, realizada em Dublin... Eles citam aqui. São bem informados. Quando eles lançaram a cerveja na Irlanda, eles sabem o dia em que foi lançado, e prometeram apoiá-los, mas nada foi ...

Nesse caso, a comunidade quer saber onde estão 10% do que prometeram, e o projeto para a construção da Casa da Pimenta Baniwa também. Este mês, faz um ano que o ISA e a Oibi estão em débito com o povo. Falam aqui.

Então, veja bem, quando eles dão apoio, falam aquilo de que a gente está atrás. A pimenta Baniwa não está sendo – isso é uma afirmação minha, Marcio; não é do Marcio, nem do Styvenson –, não está sendo mais produzida em São Gabriel da Cachoeira. Eu ainda não finalizei a investigação, mas não encontrei ninguém que forneça. Ou seja, eles já levaram, já estão plantando lá mesmo, colhendo a pimenta, se é que tem pimenta Baniwa na cerveja.

Eles já estão fazendo lá mesmo. E assim fazem com o nosso conhecimento.

Não tem...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando vocês veem pesquisadores chegarem aqui – eu só li alguns parágrafos... Chegaram aqui, produziram a tese, não sei de que lá... Eles roubaram o conhecimento. Eles chegam no cacique, chegam no indígena, extraem todo o conhecimento com perguntas, aprendem na prática, depois publicam teses, e sequer citam aquele coitado que deu o depoimento, que sabe qual a planta que cura uma febre, que é bom pra verme... Eles publicam essas coisas malucas, igual a essa aqui do jabuti, e não dão crédito àqueles de quem roubaram o conhecimento.

E foi isso o que já fizeram, já roubaram todo o nosso conhecimento. Já roubaram tudo o que queriam e, agora, estão isolando aquelas coisas que eles mapearam e têm como riqueza. Vamos continuar nisso, Marcio, Styvenson, a nossa CPI vai continuar nisso.

Quero agradecer aqui a todos que colaboram, a turma da rede social, que está fazendo com que o nosso grito chegue até outros rincões.

Quero justificar também aqui a não presença do antropólogo Sr. Bruce Albert, do requerimento do nosso Senador Dr. Hiran. Tanto a Secretaria da Comissão quanto a Polícia Legislativa desta Casa tentaram localizá-lo, para formalizar a convocação, sem sucesso. O Sr. Bruce Albert não respondeu às tentativas de contato estabelecidas por *e-mail* e por telefone. Há quem diga – e não sabemos se é verdade – que ele mora no Uruguai.

O Sr. Bruce é aquele que o Senador Hiran queria trazer aqui porque foi o responsável pelo estudo que divulgou, mundo afora, um genocídio em Roraima, um genocídio que não teve mortes, um genocídio que não teve corpo pra ser localizado e tudo mais.

A gente vai tentar...

Em seguida, nós vamos fazer a nossa agenda de terça-feira. Vamos aqui, Marcio, ao requerimento.

Finalizado o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação de requerimentos.

Votação.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos.

O primeiro, o 135:

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 135/2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos oriundos do exterior dirigidos às pessoas jurídicas FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS) CNPJ/MF 09.351.359/0001-88, INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (TNC BRASIL) – CNPJ/MF nº 00.104.175/0001-49, IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA) – CNPJ/MF nº 00.627.727/0003-65, FUNBIO (FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE) – CNPJ/MF nº 03.537.443/0001-04, CTI (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA) – CNPJ/MF nº 51.692.168/0001-09, IPÊ (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS) CNPJ/MF 00.831.223/0001-09, ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL) – CNPJ/MF 00.081.906/0001-88, FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA (FVA) – CNPJ/MF nº 34.544.346/0001-72, FUNDAÇÃO ALMERINDA MALAQUIAS – CNPJ/MF nº 02.985.603/0001-15, relativamente ao período de 2002 até a presente data – ou seja, compreendendo o período estabelecido como escopo do requerimento de criação desta CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

O requerimento é de minha autoria.

Só tem esse requerimento? *(Pausa.)*

Só um.

Eu queria aqui dar satisfação também a vocês, Marcio e Styvenson: hoje nós iríamos transformar o requerimento de convite da Funai em convocação, porque nós fizemos perguntas a eles, como aquela sobre quantos estrangeiros entraram em São Gabriel nos últimos anos e se exigiram deles vacinação contra malária, contra covid e o passaporte, como manda a lei, e não recebi, mas agora me informam que foi falha nossa, no envio nosso. Então, continua o convite, mas nós vamos fazer o requerimento.

Eu posso fazer requerimento oral? Verbal? *(Pausa.)*

Posso.

Então, nós estamos fazendo requerimento, dando duas semanas à Funai para que responda às nossas perguntas do requerimento que foi aprovado aqui. O que a gente está acrescentando é dando tempo, e que seja enviado – ainda hoje – para eles, senão, o nosso convite será transformado em convocação, e nós chamaremos aqui a Funai.

É importante saber. É importante saber se eles exigem dos canadenses as mesmas coisas que exigem da gente para entrar em São Gabriel da Cachoeira. Os canadenses, praticamente, moraram lá, por vários anos, enquanto o ISA tomava conta.

Votação.

Coloco em votação o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, no requerimento, já coloca a data. Esses 15... Essas duas semanas, exatamente a data em que a Funai deve vir aqui como convidada, está bom? Coincidindo... Eles não precisam mandar, que eles tragam essa informação pra gente.

Pra mim, é fundamental saber, como caboclo, como discriminado pelo ISA, assim como os moradores de São Gabriel da Cachoeira, é fundamental saber o tratamento que eles dão aos estrangeiros.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo sinceramente a todos vocês e desejando a todos a paz de Cristo.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezessete horas e dezoito minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora , reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil com a presença dos membros: Ministro Luis Felipe Salomão, presidente; Ministro Marco Aurélio Bellizze, Vice-Presidente; Flávio Tartuce, relator; Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery, relatora; Ministra Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Ministro Cesar Asfor Rocha, Ministro João Otávio de Noronha, Angelica Lucía Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Claudia Lima Marques, Daniel Carrio, Edvaldo Pereira de Brito, Flávio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coelho, Mário Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho . Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação. Finalidade:** Reunião de instalação. **Resultado:** Instalada a comissão. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** 1. Divisão e composição dos grupos de trabalho. 2. Nomeação dos sub-relatores nos grupos de trabalho. 3. Divisão de tarefas. 4. Agendamento das demais datas de reuniões. 5. Regulamento dos trabalhos e critério de votações. 6. Assuntos Gerais. **Resultado:** Realizada a reunião de trabalho. Aprovado requerimento 1/2023-CJCODCIVIL que requer a realização de audiências públicas, de autoria da presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Ministro Luiz Felipe Salomão

Presidente da Comissão

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/04>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

